SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 21 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3600

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
RESULTADO DA RECONSIDERAÇÃO

RESULTADO DA RECONSIDERAÇÃO

O CIEDEPAR torna público o resultado da análise dos pedidos de reconsideração referentes às inscrições no Programa EDUCA+ CIEDEPAR ITAIPU.

Os candidatos que tiveram suas inscrições inicialmente indeferidas tiveram a oportunidade de apresentar pedido de reconsideração por meio de formulário específico, destinado à correção, complementação ou atualização das informações e dos dados cadastrais apresentados no processo de inscrição.

Após a análise das informações apresentadas, ficam relacionados neste edital os candidatos que tiveram sua situação reconsiderada e que estão APTOS PARA MATRÍCULA no Programa.

Os candidatos relacionados receberão, **até o dia 21/08/2026**, por meio do e-mail informado no momento da inscrição, as orientações necessárias para realizar o acesso ao ambiente virtual do Programa e dar continuidade ao processo de matrícula.

NOME	CPF	MUNICÍPIO	STATUS
ADRIANA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	962.XXX.XXX-15	Curitiba	apto (a) para matrícula
ADRIANA DE ALMEIDA MOREIRA	047.XXX.XXX-05	Jesuítas	apto (a) para matrícula
ANA PAULA CAMOZZATO MENTA	030.XXX.XXX-95	Curitiba	apto (a) para matrícula
ANDREA FERREIRA DA LUZ	856.XXX.XXX-72	Curitiba	apto (a) para matrícula
ANGELA MARIA GOMES	027.XXX.XXX-99	Iretama	apto (a) para matrícula
ELIANE MESSIAS BORGES	028.XXX.XXX-05	Assaí	apto (a) para matrícula
FRANCINI KUREISHI	019.XXX.XXX-35	Curitiba	apto (a) para matrícula
GABRIELA NAVARRO LAZCANO MOREIRA	036.XXX.XXX-24	Curitiba	apto (a) para matrícula
JOÃO PAULO DA SILVA	011.XXX.XXX-48	Moreira Sales	apto (a) para matrícula
JOSEANE RAMOS DOS SANTOS	027.XXX.XXX-33	Curitiba	apto (a) para matrícula
JOSIANE GURAK LOUS	007.XXX.XXX-79	Curitiba	apto (a) para matrícula
JULIANA BERTOTTI MENDES	072.XXX.XXX-38	Curitiba	apto (a) para matrícula
LEIDI DAIANA PATRÍCIA DOS SANTOS BELETATO	043.XXX.XXX-89	Boa Esperança	apto (a) para matrícula
LUANA PATRICIO GHELLERE	128.XXX.XXX-45	São Miguel do Iguaçu	apto (a) para matrícula
MIRIANE CREPE FREITAS FELIX	061.XXX.XXX-75	Apucarana	apto (a) para matrícula
RODRIGO BOELTER	102.XXX.XXX-45	Francisco Beltrão	apto (a) para matrícula
ROSANA RODRIGUES LIMA	072.XXX.XXX-90	São Sebastião da Amoreira	apto (a) para matrícula
SIMONE ALVES DO ROSARIO	015.XXX.XXX-77	Curitiba	apto (a) para matrícula
THAÍS SILVA SCHULTE	095.XXX.XXX-61	Pontal do Paraná	apto (a) para matrícula
VALQUIRIA PEREIRA DIAS FAUSTINO	047.XXX.XXX-74	Assaí	apto (a) para matrícula

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:788C0BEB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 050.2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
Processo Adm: Nº 085/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para veículos e máquinas pesadas, visando à cobertura de seguro total (casco), responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), assistência 24 (vinte e quatro) horas e demais coberturas securitárias necessárias, para os veículos e máquinas pesadas integrantes da frota oficial do Município de Boa Esperança do Iguaçu, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Ter
Empresas vencedoras valor total: R$ 57.655,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais): **GENTE SEGURADORA S.A.** (90180605000102) com o lote: 1 no valor total de R$ 57.655,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais).

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 20 de agosto de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:3AE514AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO 3553.2026 - SUPLEMENTAÇÃO - ITAIPU

DECRETO Nº 3553, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 1.340.420,00, no Orçamento do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Municipal nº 836, de 19 de agosto de 2026, bem como o Parágrafo 2º, Art. 167 da Constituição Federal, e a Lei Federal nº 4.320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberta no orçamento geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 1.340.420,00 (um milhão, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00	*- Secretaria de Viação e Obras*			
07.01	*- Secretaria de Viação e Obras*			
26.782.0050.1005	*- Pavimentação Readequação e Calçadas em Ruas e Rodovias*			
3449051000.0000	*- Obras e Instalações*			
10720	*- PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA*	*R$*	*1.340.420,00*	

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata a presente Lei, serão:

- Superávit:

10720	*- PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA*	*R$*	*1.340.420,00*

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:8B73806F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3546, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: *Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, estabelece suas atribuições e dá outras providências.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o compromisso constitucional com a garantia do padrão de qualidade do ensino (Art. 206, VII, da CF/88);
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323/2022, que institui o Programa Educa Juntos Paraná, e as diretrizes da estratégia "Alfabetiza Juntos", da Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 829, de 21 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização,
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização**, instância permanente de governança, articulação, monitoramento e avaliação das ações voltadas à alfabetização na idade certa no âmbito da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – Coordenar o planejamento das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – Monitorar o cumprimento das metas estabelecidas na Lei Municipal nº 829/2026;
III – Analisar os indicadores educacionais de alfabetização e os resultados das avaliações diagnósticas;
IV – Propor ao Poder Executivo e à Secretaria Municipal de Educação estratégias pedagógicas e gerenciais para o fortalecimento da alfabetização;
V – Assegurar a articulação intersetorial entre as instâncias municipais, estaduais e nacionais;
VI – Emitir pareceres e recomendações técnicas para o aperfeiçoamento das ações do Plano de Trabalho Anual.
Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos titulares dos seguintes cargos e representações, sendo os membros nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo:
I – Presidente: Secretário(a) Municipal de Educação;
II – Vice-Presidente: Coordenador(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação;
III – Membros Representantes: a) 01 (um) representante da Coordenação Pedagógica da Educação Infantil;
b) 01 (um) representante da Articulação Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
c) 01 (um) representante da Direção das unidades escolares da Rede Municipal;
d) 01 (um) representante do corpo docente da Rede Municipal de Ensino.
Art. 4º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela sua Presidência ou por maioria absoluta de seus membros.
Art. 5º As funções desempenhadas pelos membros do Comitê serão consideradas de relevante interesse público, vedada qualquer remuneração a qualquer título, ressalvado o direito ao regime de trabalho estabelecido em lei para os servidores públicos.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o suporte técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do Comitê.
Art. 7º O Comitê Estratégico poderá convidar especialistas, representantes de conselhos municipais ou membros da comunidade escolar para participar de reuniões, sempre que o tema exigir maior aprofundamento técnico.
Art. 8º Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:A63610C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3547, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho de Alimentação Escolar-CAE do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 693, de 28 de maio de 2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar – **CAE**, do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, com a seguinte composição:

Representantes do Poder Executivo
Titular: Cleci Cavalli da Rocha
Suplente: Gezieli Brites de Miranda

Representantes docentes ou trabalhadores na área da educação
Titular: Iolene Dreves
Suplente: Neiva Ramos da Silveira
Titular: Lurdes Gabrielli de Campos
Suplente: Ivânea Raupp Bratti

Representantes dos Pais de Alunos
Titular: Bruna de Godoi Gomes
Suplente: Grazieli Noronha de Campos
Titular: Ana Claudia Goldoni
Suplente: Marivani Aparecida Ferreira

Representantes de Entidades Civis organizadas
Titular: Norberto Dossa
Suplente: Vanessa de Lima dos Santos
Titular: Ivonete Duarte Rufatto
Suplente: Sonia Mara Cavalheiro Faust

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 3160, de 29 de maio de 2024, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:A5077C8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3552, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Decreta luto oficial no Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, em virtude do falecimento do Senhor VALDEVINO CANDIOTTO, Ex-Vereador deste Município.

GIVANILDO TRUMI, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO, o passamento do ilustre cidadão e ex-vereador **VALDEVINO CANDIOTTO,** pessoa amplamente respeitada e querida pela comunidade de Boa Esperança do Iguaçu, cuja trajetória e convivência deixaram importantes marcas na história do Município;
CONSIDERANDO que o Senhor **VALDEVINO CANDIOTTO** prestou relevantes serviços à comunidade de Boa Esperança do Iguaçu, especialmente no exercício do mandato de Vereador, contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar da coletividade
CONSIDERANDO, por fim, que é manifestação de respeito e reconhecimento do Poder Público Municipal prestar justa homenagem à memória daqueles que, por sua atuação, dedicação e serviços prestados à comunidade, contribuíram para a história e o desenvolvimento do Município;
DECRETA:
Art. 1º. Fica decretado **Luto Oficial, por 3 (três) dias**, no Município de Boa Esperança do Iguaçu, a contar desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor **VALDEVINO CANDIOTTO**, que, em vida, prestou relevantes serviços ao Município, como cidadão e no exercício do cargo de Vereador.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3º Fica determinada a remessa de cópia deste Decreto à família enlutada, como manifestação de respeito e solidariedade do Poder Público Municipal**.**

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:6101615A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AGENDA INSTRUÇÃO PROJETO DE LEI 59-2026

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS
Agenda de Instrução do Projeto de Lei nº 059/2026

Considerando o disposto no art. 146 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Chopinzinho (Resolução nº 005/2023) e, no âmbito das atribuições da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, estabelece-se a presente agenda de instrução referente ao Projeto de Lei nº 059/2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2027 e dá outras providências.

Etapa	Data de início	Data de término
Publicação do edital de audiência pública	10/08/2026	—
Período de participação popular	18/08/2026, após a audiência pública	21/08/2026, às 16h30
Audiência Pública	18/08/2026, às 15h	—
Manifestação de Intenção de Apresentar Emendas	18/08/2026	18/08/2026
Apresentação das Emendas	19/08/2026	21/08/2026
Análise de Viabilidade Técnica das Emendas	22/08/2026	23/08/2026
Reapresentação das Emendas	24/08/2026	24/08/2026, até as 14h
Reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas e Apresentação do Parecer Final	24/08/2026, às 17h	24/08/2026
Sessão Plenária de Deliberação da Lei Orçamentária	25/08/2026, às 18h	25/08/2026

Câmara Municipal de Chopinzinho, digitalmente datado e assinado.

EDILSON FRANCISCO POSSERA
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas

Publicado por:
Danilo Dos Santos Pinto
Código Identificador:ADDDE3D0

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 261 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.777.082,24 (um milhão setecentos e setenta e sete mil e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.39 (2464)	510	97.868,60
04.02.15.452.0013.1.037.4.4.90.52 (1368)	580	1.154.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.30 (2179)	1040	30.000,00

06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.39 (2771)	1040	60.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.39 (2773)	1040	40.000,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.c.90.39 (2774)	1040	15.000,00
07.02.10.301.0007.1.025.4.4.90.51 (1859)	580	238.605,62
07.02.10.302.0007.2.036.3.3.71.70 (2760)	51032	110.183,50
07.02.10.302.0007.2.036.3.3.71.70 (2540)	1032	31.318,02
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.36 (556)	000	106,50
TOTAL		**1.777.082,24**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.11 (241)	1040	145.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.33 (555)	000	106,50
TOTAL		**145.106,50**

II – Superávit financeiro - Rec. Vinculado:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Emendas Individuais Impositivas ´transferência com finalidade definida ´(Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	51032	110.183,50
TOTAL		**110.183,50**

III – Excesso de arrecadação – Rec. Vinculados:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00 (14)	510	97.868,60
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00 (183)	580	1.392.605,62
1.3.2.1.01.1.1.01.33.00 (332)	1032	31.318,02
TOTAL		**1.521.792,24**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 20 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:CBFD585B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90053/2026 - REGISTRO DE PREÇOS, POR UM PERÍODO DE 1 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS C

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90053/2026 (SRP 987503 - 17/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 08 de setembro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens Corporativas – Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais e Rodoviárias Nacionais. Valor máximo estimado: R$ 207.985,76 (duzentos e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:6C579602

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 904-2026 - CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO CARLA DE ARAUJO WENGEN

PORTARIA Nº 904/2025

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a solicitação do servidor para usufruir do benefício da Licença para Tratar de Interesse Particular (Memorando Eletrônico n.º 4.465/2026), de acordo com o Estatuto do Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração, pelo período de 01 (um) ano, à servidora Carla de Araujo Wengen, matrícula funcional nº 1695-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Psicólogo 40H, para fruição de 1º de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:02F3D493

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 905-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR JOSIANE DE OLIVEIRA SECCO

PORTARIA Nº 905/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 4.499/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 02 (dois) dias consecutivos, a servidora Josiane de Oliveira Secco, matrícula funcional nº 3508-1, ocupante do cargo de professor, em razão do falecimento de sua avó, pelo período de 19 e 20 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:384C8F5D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
LEI 4.224/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL, AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

LEI Nº 4.244, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL, AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, CONFORME

DISPOSTO NO INCISO XXXIX DO ART. 63, DA LEI ORGÂNICA.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 060/2026, de autoria do Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder Revisão Geral Anual aos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho, fixados pela Lei nº 4.063, de 28 de maio de 2024, estabelecendo o percentual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) sobre o valor atualmente vigente, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, conforme disposto no inciso XXXIX do art. 63 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 20 dE agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:27EE9BFD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 902/2026

PORTARIA Nº 902/2026

O **EXMO. SR. PREFEITO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 204 da Lei Complementar nº 68/2012, e considerando o que consta no Processo de Sindicância Investigativa nº 02/2023,

RESOLVE:

Determinar o **ARQUIVAMENTO** do Processo de Sindicância Investigativa nº 02/2023, com fundamento no art. 180, inciso I, da Lei Complementar nº 68/2012.

Chopinzinho/PR, 20 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:6B6ADE8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 153/2026 - CONVOCAÇÃO ESTAGIÁRIOS AUXILIAR DE PROFESSOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 153/2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Teste Seletivo para Estagiários, realizado de acordo com o edital de abertura nº 115/2026,
Resolve,
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:

Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO – AUXILIAR DE PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
4º	JOSLAINE GONÇALVES DA SILVA
5º	CAMILA CRISTINI DE QUADROS

Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR – AUXILIAR DE PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
6º	ANA MONIQUE PRUCH PARISOTO
7º	AMANDA STREIT
8º	SILVANA MACHADO
9º	FRANCIELE DA SILVA PERETTI

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho no dia 25 de agosto de 2026 para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – No momento da apresentação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia legível do RG e CPF;
II – Fotocópia do Comprovante de residência;
III – Declaração de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano ou período do aluno e a data prevista de conclusão do curso;
IV – Caso maior de 18 (dezoito) anos, Certidão Negativa emitida por Cartório Distribuidor, do Fórum da(s) cidade(s) na(s) qual(ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias, devendo ser apresentado documento original;
V – Cópia do nº do PIS;
IV – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.
CHOPINZINHO, PR, 20 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:420BB928

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 901 - 2026 - DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - MISSÃO VIDA NOVA

PORTARIA Nº 901/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025 e, e tendo em vista a celebração de Termo de Parceria a ser firmado entre o Município de Chopinzinho e a Associação Missão Vida Nova,

RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por acompanhar, fiscalizar, controlar, supervisionar e avaliar o cumprimento do objeto do Termo de Parceria que será celebrado com a Associação Missão Vida Nova, composta pelos seguintes servidores:
– Viviane da Costa;
– Eliana Piaia;
– Thais Aparecida Dalfovo.

Art. 2º Designar a servidora **ELSA SABRINA OLIVEIRA PAULA** para atuar como Gestor e os servidores **ELZA CHICORRA** e **FERNANDA CENI SCOLARO SGARBOZZA** para atuarem como fiscal titular e fiscal substituto, respectivamente, do Termo de Parceria, estabelecendo-se as seguintes atribuições:
I – Ao Gestor compete:
a) acompanhar a execução do Termo de Parceria;
b) controlar o andamento das atividades e a conformidade dos resultados;
c) supervisionar o desempenho global da parceria;
d) comunicar formalmente eventuais irregularidades;
e) adotar as providências necessárias para a fiel execução do ajuste.

II – Aos Fiscais compete:
a) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela entidade parceira;
b) avaliar a execução física e operacional das atividades previstas;
c) registrar e reportar ao Gestor quaisquer desconformidades observadas;
d) subsidiar o Gestor com informações técnicas para as medidas corretivas necessárias.
Art. 3º Os designados deverão desempenhar suas funções em conformidade com a legislação aplicável e as orientações administrativas pertinentes, zelando pela proteção do interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 20 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:65563FE1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 131/2026

PORTARIA Nº 131/2026
DE: 21/07/2026

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER a pedido, Licença Prêmio (remunerada) por 03 (três) meses ou 90 (noventa) dias, no período de 21/07/2026 até 18/10/2026, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, à servidora **ANA CLAUDIA DE MELO COSTA**, matrícula nº 1013, inscrita no CPF nº 054.625.699-63, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, admitida em 10/03/2008.
Art. 2º - A licença de que trata o artigo 1º desta portaria está previsto na Lei Municipal nº. 070/93 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Corumbataí do Sul.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:DAE32FDC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº 32/2026

Corumbataí do Sul/PR, 21/07/2026.

De: Gabinete
Para: Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Recursos Humanos.
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e SILVANA MARTINS COSTA HONORATO - CPF: Nº 291.210.698-24.
Motivo: TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

TERMO DE RESCISÃO Nº 32/2026

O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR, pessoa jurídica do direito público interno, com sede à Rua Tocantins, nº 153, Centro, nesta Cidade de Corumbataí do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.888.662/0001-89, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, ALEXANDRE DONATO, brasileiro casado, portador da cédula de identidade RG 8.520.624-9/PR, inscrito no CPF/MF 050.195.199-79, vem através do presente, RESCINDIR, a partir de 22/07/2026, o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 35/2024, firmado com a Sra. Silvana Martins Costa Honorato – CPF: 291.210.698-24, por motivo de término da vigência do contrato.
Dê ciência às partes interessadas.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:6F8F0BA8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº 33/2026

Corumbataí do Sul/PR, 21/07/2026.

De: Gabinete
Para: Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Recursos Humanos.
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA e ANDRESSA ROSANGELA DOS SANTOS CPF: Nº 086.399.649-39.
Motivo: TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

TERMO DE RESCISÃO Nº 33/2026

O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR, pessoa jurídica do direito público interno, com sede à Rua Tocantins, nº 153, Centro, nesta Cidade de Corumbataí do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.888.662/0001-89, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, ALEXANDRE DONATO, brasileiro casado, portador da cédula de identidade RG 8.520.624-9/PR, inscrito no CPF/MF 050.195.199-79, vem através do presente, RESCINDIR, a partir de 22/07/2026, o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 34/2024, firmado com a Sra. Andressa Rosângela dos Santos – CPF: 291.210.698-24, por motivo de término da vigência do contrato.
Dê ciência às partes interessadas.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:93E114B9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
ATO DE RATIFICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

Trata-se, em síntese, de procedimento administrativo de dispensa de licitação destinado à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, por horas técnicas, compreendendo manutenção, instalação, configuração, suporte técnico e demais serviços correlatos em equipamentos e sistemas de informática, conforme as necessidades da Câmara Municipal.
Após análise, verificou-se que o aviso foi publicado em **14/08/2026**, estabelecendo-se o prazo para o envio de propostas adicionais até as **14h do dia 19/08/2026**. Encerrado o prazo, não houve o envio de propostas adicionais para o endereço eletrônico da Câmara de Vereadores, tampouco protocolo físico junto ao Poder Legislativo.
Dessa forma, considerando as propostas válidas apresentadas dentro do prazo estipulado no Aviso de Dispensa e no Termo de Referência publicados em 14 de agosto de 2026, a proposta da empresa Wanderson dos Santos Carvalho da Silva, inscrita no CNPJ sob o nº 61.324.151/0001-90, sediada na Rua Osvaldo Azevedo, 1094, bairro São Luis, foi considerada a mais vantajosa para o Poder Legislativo, por atender a todos os requisitos estabelecidos e apresentar o menor preço global.
Valor total: R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)
Diante do exposto, eu, Juliano Morelli, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR, no uso das atribuições que me são conferidas, RATIFICO o presente procedimento de Dispensa de Licitação nº 007/2026.

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:DE8C355D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8073-2026

PORTARIA Nº 8073/2026

Autoriza o cumprimento de estágio curricular obrigatório pela servidora Gabriely Zucco Pitro Belli, estabelece regime de compensação de horários nos termos da Lei Municipal nº 1.619/2025, designa servidor supervisor e dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a comunicação oficial do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Unisep referente ao estágio curricular obrigatório do Curso de Bacharelado em Direito da acadêmica **Gabriely Zucco Pitro Belli** (matrícula nº 008716);
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) e o incentivo constitucional à formação e qualificação educacional (art. 205 da CF);
CONSIDERANDO a estrutura de cargos em comissão (CCe) e funções de confiança (FCe) disciplinada pela **Lei Municipal nº 1.619/2025**, bem como a aplicação subsidiária do Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos Municipais (**Lei Municipal nº 73/1994**);
CONSIDERANDO a viabilidade técnica de adequação temporária de horário com garantia de compensação da jornada, assegurando a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos municipais;
CONSIDERANDO, por fim, os fundamentos expostos no Parecer Jurídico exarado no processo administrativo em referência;

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a servidora **GABRIELY ZUCCO PITRO BELLI**, matrícula funcional nº 008716, ocupante de cargo em comissão regido pela Lei Municipal nº 1.619/2025, a realizar as atividades práticas concernentes ao estágio curricular obrigatório do Curso de Direito da UNISEP.
Parágrafo único. As atividades de estágio serão desenvolvidas no período das 13h00 às 17h00, nas datas de 18/08/2026, 26/08/2026, 28/08/2026, 02/10/2026, 09/10/2026, 21/10/2026, 23/10/2026 e 03/11/2026.

Art. 2º A presente autorização fica condicionada às seguintes obrigações:
I – Plena e ininterrupta execução das atribuições, competências e responsabilidades afetas ao cargo exercido, mantendo-se a regularidade do expediente e dos atos de gestão;
II – Compensação integral das horas correspondentes ao estágio em horários alternativos ou turnos estendidos, em conformidade com o regime funcional estabelecido pela Lei Municipal nº 1.619/2025;
III – Vedação de recebimento de qualquer estipêndio, bolsa-auxílio ou contraprestação pecuniária adicional por parte do Município a título de estágio.

Art. 3º Concluído o período de estágio, cópia do plano de atividades e dos registros de frequência devidamente atestados deverá ser encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos para assentamento na ficha funcional da servidora.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:DFDF165C

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6577-2026

DECRETO Nº6577/2026

SÚMULA:Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**9.000,00** (Nove mil reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:29AC287B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEFENSOR DATIVO

PORTARIA 4236/2026

SÚMULA – Designa defensor dativo no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar n.º 285/2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 71, II, "g", da Lei Orgânica Municipal, considerando a documentação anexa ao Processo Administrativo Disciplinar n.º 285/2026 e o disposto nos arts. 311, II, e 331, §1º, da Lei Complementar Municipal 106/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **VALDAIR ANTONIO DE SOUZA COSTA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para atuar como **defensor dativo** do servidor público de matrícula funcional n.º 89290-3 no âmbito do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 285/2026**.

Art. 2º O encargo de defensor dativo deverá ser exercido sem prejuízo das atribuições do cargo efetivo do servidor, observando-se os prazos legais, o zelo e a diligência necessários ao regular desempenho do referido múnus.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:23A63527

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEFENSOR DATIVO

PORTARIA 4237/2026

SÚMULA – Designa defensor dativo no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar n.º 760/2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 71, II, "g", da Lei Orgânica Municipal, considerando a documentação anexa ao Processo Administrativo Disciplinar n.º 760/2026 e o disposto nos arts. 311, II, e 331, §1º, da Lei Complementar Municipal 106/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **MARISA HELENA COSSA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agrônomo, para atuar como **defensora dativa** do servidor público de matrícula funcional n.º 239720-0 no âmbito do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 760/2026**.

Art. 2º O encargo de defensora dativa deverá ser exercido sem prejuízo das atribuições do cargo efetivo da servidora, observando-se os prazos legais, o zelo e a diligência necessários ao regular desempenho do referido múnus.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:DE10C8EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ENCARGO ESPECIAL

PORTARIA N.º 4239/2026

Dispõe sobre a concessão de adicional pelo exercício de encargos especiais aos Agentes de Máquinas e Veículos lotados na Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 39, inciso VI, da Lei Complementar Municipal n.º 107/2023 prevê a concessão de Adicional pelo Exercício de Encargos Especiais pela dedicação exclusiva decorrente do regime especial de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o adicional pelo exercício de encargos especiais aos ocupantes do cargo efetivo de Agente de Máquinas e Veículos lotados na Secretaria Municipal de Saúde, desde que formalmente designados para atuar, em regime de dedicação exclusiva e integral, nas atividades relativas ao transporte sanitário de pacientes e usuários do Sistema Único de Saúde.
Parágrafo único. O agente público designado para atuar em regime de dedicação exclusiva e integral nas atividades relativas ao transporte sanitário de pacientes e usuários do sistema público de saúde municipal fica obrigado a comparecer ao serviço e a atender as demandas de transporte sempre que convocado pela chefia imediata, sob pena de incorrer em violação ao disposto no art. 246, VI, da Lei Complementar Municipal 106/2023 e, por conseguinte, se sujeitar a responsabilização administrativa.
Art. 2º O adicional de que trata o art. 1º desta Lei será pago mensalmente no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico fixado para a referência e nível ocupados pelo agente enquanto estiver designado para atuar em regime de dedicação exclusiva.
§1º O adicional de que trata este artigo:
I – não se incorpora ao vencimento básico para nenhum efeito legal;
II – compõe a base de cálculo da contribuição previdenciária;
III – não será devido cumulativamente com quaisquer outras gratificações ou adicionais de encargos especiais;
IV – será suspenso ou cessado por ato administrativo a qualquer tempo, a critério da Administração, retornando o servidor às atribuições regulares do cargo.
Art. 3º Os servidores designados nos termos do art. 1º não farão jus a pagamento de:

I – horas extras ou qualquer outro tipo de remuneração pelo desempenho de jornadas extraordinárias a qualquer título;
II – remunerações por escalas de sobreaviso ou plantões;
III – adicionais noturnos ou remunerações por supressões de intervalos entre jornadas ou intrajornadas;
IV – quaisquer outras vantagens decorrentes da prestação de serviço extraordinário, exceto o disposto na presente Lei.
Parágrafo único. Eventuais jornadas extraordinárias realizadas pelos servidores de que trata esta Lei não integrarão banco de horas nem poderão ser computadas para qualquer espécie de compensação de horas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:B5744B21

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 114/2026
Pregão Eletrônico Nº 13/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **ADRIANE LAZARIM CORREA - ME**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos e contratação de serviços especializados destinados à manutenção preventiva, corretiva e eventual dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Enéas Marques - PR, conforme condições, quantidades estimadas, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e em seus anexos**
Valor: **R$ 45.000,00(quarenta e cinco mil reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **20/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 20 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:85751ABC

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Contrato Nº 140/2026
Pregão Eletrônico Nº 10/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **BRUNO LUIZ GROTTO 01009020900**.
Objeto: **Contratação de serviços para criação e produção de materiais de divulgação institucional, incluindo vídeos, arquivos digitais e textos informativos, destinados à divulgação de eventos, reuniões, campanhas oficiais, serviços públicos e demais ações de interesse público, atendendo às demandas de todas as secretarias do Município de Enéas Marques/PR.**
Valor: **R$ 43.120,00(quarenta e três mil e cento e vinte reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **11 meses**
Data Assinatura: **20/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 20 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:72E441D1

SETOR DE PESSOAL
LICENÇA ZITA

PORTARIA 4238/2026

SÚMULA – Concede Licença Prêmio a servidora municipal ZITA CUBAN BAGGIO, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 106/2023 de 24/10/2023 e protocolo n° 1040/2026

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora municipal **ZITA CUBAN BAGGIO** matrícula n° 215279-0, com remuneração do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de **20/08/2026 a 18/09/2026**, um total de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2016/2021.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:734003BB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
LEI Nº 1.214, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Semana Municipal de Conscientização da Saúde Mental Masculina no Município de Nossa Senhora das Graças – PR e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Município de Nossa Senhora das Graças – PR, a Semana Municipal de Conscientização da Saúde Mental Masculina, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de junho.

Art. 2º - A Semana Municipal de Conscientização da Saúde Mental Masculina tem por objetivos:

I – promover a conscientização da população sobre a importância da saúde mental masculina;
II – incentivar a prevenção, a identificação precoce e o tratamento de transtornos mentais;
III – combater preconceitos, estigmas e tabus relacionados à busca de apoio psicológico e psiquiátrico por homens;
IV – divulgar informações sobre depressão, ansiedade, dependência química, estresse e demais condições que afetam a saúde mental;
V – estimular o autocuidado, a valorização da vida e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
VI – promover ações voltadas à prevenção do suicídio e de outros agravos relacionados ao sofrimento psíquico.

Art. 3º - Durante a Semana Municipal de Conscientização da Saúde Mental Masculina poderão ser realizadas:

I – palestras, seminários, debates e rodas de conversa;
II – campanhas educativas e informativas;
III – atividades de orientação promovidas por profissionais da área da saúde;
IV – ações de divulgação dos serviços públicos de atendimento em saúde mental disponíveis no Município;
V – demais atividades compatíveis com os objetivos desta Lei.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com instituições públicas e privadas, entidades da sociedade civil, instituições de ensino e conselhos profissionais para a realização das atividades previstas nesta Lei.

Art. 5º - Durante a Semana Municipal de Conscientização da Saúde Mental Masculina, o Poder Público poderá utilizar a cor verde em campanhas educativas, materiais informativos e ações de divulgação, como símbolo da conscientização sobre a saúde mental masculina e da valorização da vida.

Art. 6º - A Semana Municipal de Conscientização da Saúde Mental Masculina poderá integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças (PR), 20 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:E004B11A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026

FORNECIMENTO CONTÍNUO, PARCELADO E SOB DEMANDA
Processo Administrativo nº 82/2026 | Pregão Eletrônico nº 31/2026 | Protocolo Eletrônico nº 373/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.970.300/0001-65.
CONTRATADA: ELIZABETE BATISTA PENNACCHI - PRODUTOS ALIMENTICIOS, inscrita no CNPJ sob nº 78.091.584/0001-45.

OBJETO: fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de gêneros alimentícios e produtos de higiene destinados à composição de cestas básicas para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o Termo de Referência, a proposta adjudicada e as Ordens de Fornecimento.

VALOR INICIAL: R$ 33.811,20 (trinta e três mil oitocentos e onze reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de **20 de agosto de 2026 a 20 de agosto de 2027**, admitida a prorrogação sucessiva até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.

Nossa Senhora das Graças/PR, 20 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:6C6DE48A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026

FORNECIMENTO CONTÍNUO, PARCELADO E SOB DEMANDA
Processo Administrativo nº 82/2026 | Pregão Eletrônico nº 31/2026 | Protocolo Eletrônico nº 373/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.970.300/0001-65.
CONTRATADA: VAGUINO BARBOSA SANTOS PIZZARIA, inscrita no CNPJ sob nº 34.162.869/0001-54

OBJETO: fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de gêneros alimentícios e produtos de higiene destinados à composição de cestas básicas para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o Termo de Referência, a proposta adjudicada e as Ordens de Fornecimento.

VALOR INICIAL: R$ 179.906,40 (cento e setenta e nove mil novecentos e seis reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de **20 de agosto de 2026 a 20 de agosto de 2027**, admitida a prorrogação sucessiva até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.

Nossa Senhora das Graças/PR, 20 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:54BE39F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

A Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR torna público que fará realizar, às 09h00 horas do dia 08 de setembro do ano de 2026, na plataforma BNC (Bolsa Nacional de Compras) - https://bnc.org.br/, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s): Local do objeto: Rua Formosa - Centro; Objeto: Construção da Capela Mortuária; Quantidade e Unidade de Medida: 190,89m²; Prazo de

execução: 180 dias; Valor total de referência: R$ 723.429,91 (setecentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos). Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR e na plataforma BNC (Bolsa Nacional de Compras). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Nossa Senhora das Graças/PR, 19 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:AD25EEC8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5018 /2026 NOMEIA O SR. GUILHERME RAMOS, PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO.

DECRETO Nº 5018/2026

Nomeia o Sr. Guilherme Ramos, para o cargo efetivo de Agente Fiscal Tributário.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em face do resultado do Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, promovido nos termos do Edital de Concurso nº 001/20123 de 05 de outubro de 2023, homologado pelo Edital nº 011/2024 de 18 de janeiro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Sr. **GUILHERME RAMOS,** portador do CPF n.º 032.075.370-06, para o cargo efetivo de Agente Fiscal Tributário, a partir de 24 de agosto de 2026.
.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:A1DDC931

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5022 EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA BRUNA DICH, DO CARGO EFETIVO DE ENGENHEIRA AMBIENTAL.

DECRETO Nº 5022/2026

Exonera, a pedido, a servidora Bruna Dich, do cargo efetivo de Engenheira Ambiental.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera, a pedido, a servidora **BRUNA DICH,** portadora do CPF n.º 081.895.939-86, do cargo efetivo de Engenheira Ambiental 20 horas.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 19 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:8A908F35

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2024

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Saudade do Iguaçu/PR.
CONTRATADA: Keli Forlin da Silva – ME, CNPJ nº 10.976.125/0001-05.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega de água sem gás em garrafas PET de 500 ml e em galões de 20 litros, destinada ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu.

DO PRAZO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 03/2024 por mais **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **22/08/2026 a 22/08/2027**.

DO REAJUSTE: Aplicação de reajuste de **4,335074%**, com base na variação pro-rata die acumulada do índice **INPC/IBGE**, referente ao período de 30/06/2025 a 01/07/2026.

DOS VALORES: Para o novo período contratual, os valores unitários passam a ser de **R$ 16,90** para o item 1 – água mineral sem gás em garrafa PET de 500 ml, fardo com 12 unidades, e **R$ 19,28** para o item 2 – água mineral sem gás em galão de 20 litros, totalizando o valor de **R$ 6.510,00** para o período de 12 meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001 Câmara Municipal; 01.031.0001.2.001.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas; 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo; 3.3.90.30.07.99.00 – Outras Despesas com Gêneros Alimentícios; Fonte de Recurso 1 – Recursos do Tesouro (Descentralizados).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, 20 de agosto de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:F0DE72EF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 141/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 141/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.703, de 18 de agosto de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 562.000,00 (quinhentos e sessenta e dois mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.004 – Atividades dos Órgãos de Assessoramento
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 15.000,00

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 124 – Controle Interno
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.003 – Atividades do Controle Interno
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 30.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.037 – Serviços do Departamento de Engenharia
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.037 – Serviços do Departamento de Engenharia
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Saudade do Iguaçu Com Mais Caminhos
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) -Superávit
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 12.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 73.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 15.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 35.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.067 – Serviços de Proteção Social Especial
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339034 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização
Valor em R$: 22.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 562.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 110.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 110.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 – Encargos Especiais
Sub-função: 846 – Outros Encargos Especiais
Programa: 00 – Operações Especiais
Ação: 0.003 – Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319091 – Sentenças Judiciais
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Saudade do Iguaçu Com Mais Caminhos
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 33933 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.038 – Benefícios Eventuais e Sociais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339048 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 35.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.04 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 241 – Assistência à Pessoa Idosa
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.066 – Políticas Públicas Para o Atendimento dos Direitos do Idoso
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações

Valor em R$: 22.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 452.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 19 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:03E59CA2

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 142/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 142/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.704, de 18 de agosto de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 609.596,36 (seiscentos e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 1335 – Qualificação do Acesso e Atendimento de MAC – Resolução SESA 746/2026
Despesa: 337239 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 109.021,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 992 – Atenção de MAC – Atenção a Saúde da População Procedim no MAC
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 13.575,36

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 1.004 – Construções e Ampliações Para o Ensino Fundamental
Fonte: 102 – Fundeb – Máximo 30%
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 87.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 160.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 609.596,36.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.7.2.3.50.0.1.12.00
Descrição: Qualificação do Acesso e Atendimento e Média Complexidade
Fonte de Recurso: 1335 – Qualificação do Acesso e Atendimento de MAC – Resolução SESA 746/2026
Valor Excesso de Arrecadação R$: 109.021,00

Natureza da Receita: 1.7.1.3.50.2.1.00.00
Descrição: Transferências de Recursos do SUS – Atenção Especializada - Principal
Fonte de Recurso: 992 – Atenção de MAC – Atenção a Saúde da População Procedim no MAC
Valor Excesso de Arrecadação R$: 13.575,36

Natureza da Receita: 1.7.5.1.50.0.1.00.00
Descrição: Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal
Fonte de Recurso: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Valor Excesso de Arrecadação R$: 40.000,00

Natureza da Receita: 1.7.1.5.52.0.1.00.00
Descrição: Transferência de Recursos da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Valor Excesso de Arrecadação R$: 210.000,00

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Geral
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Valor Excesso de Arrecadação R$: 20.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 392.596,36.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 102 – Fundeb – Máximo 30%
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
Valor em R$: 47.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 140.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 30.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 217.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 19 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:B7C0CF2E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 143/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 143/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.705, de 18 de agosto de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 529.000,00 (quinhentos e vinte e nove mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 199.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)

Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 117.000,00
Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.050 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.050 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 2973– Custeio dos Serviços da Atenção Primária a Saúde - Superávit
Despesa: 339034 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização
Valor em R$: 60.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 529.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 973 – Custeio dos Serviços da Atenção Primária a Saúde
Valor do Superávit Financeiro R$: 60.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 60.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Geral
Fonte de Recurso: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Valor Excesso de Arrecadação R$: 50.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 50.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 49.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 150.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 419.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 19 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:23CF1629

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 144/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 144/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.706, de 18 de agosto de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 789.500,00 (setecentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Saudade do Iguaçu Com Mais Agricultura
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 1334 - Emenda Individua 202637020007 – Máquinas e Equipam Agrícolas
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 497.500,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 22 – Saudade do Iguaçu Com Mais Qualidade de Vida
Ação: 2.062 – Manutenção da Iluminação Pública
Fonte: 2507 – COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 292.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 789.500,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e do excesso de arrecadação de receitas, conforme definido no art. 43, § 1º, I e II, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 2507 – COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 292.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 292.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 2.4.1.9.51.0.1.00.00
Descrição: Transferência Especial da União - Principal
Fonte de Recurso: 1334 - Emenda Individua 202637020007 – Máquinas e Equipam Agrícolas
Valor Excesso de Arrecadação R$: 497.500,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 497.500,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 19 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:C1F4FCCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 212/2026

PORTARIA Nº 212/2026, de 20 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira para exercer a função de Pregoeiro junto ao Setor de Licitações do Município de Saudade do Iguaçu - PR, e nomeia membros da Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, NO USO DE SUAS COMPETÊNCIAS, QUE LHES CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL; E,

CONSIDERANDO QUE A LEI Nº. 14.133/2021, QUE DISPÕE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ESTABELECEU QUE AS LICITAÇÕES (MODALIDADE PREGÃO) COM FUNDAMENTO NESTA LEI DEVERÃO SER CONDUZIDAS PELO PREGOEIRO, A SER DESIGNADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE, RESOLVE,

NOMEAR:
Art.1º. Fica nomeado para exercer as funções de Pregoeiro nos processos licitatórios instaurados com fundamento na Lei nº 14.133/2021, o Sr. DIONATAN TREVISAN, servidor público ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, matrícula funcional nº 803-6.
Art.2º. Ficam designados como membros da Equipe de Apoio do Pregoeiro os servidores:
I – EQUIPE DE APOIO:
CLAUDIA WERLE, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 125-2;
b) JOSÉ ROBERTO BOCALON, servidor público ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, matrícula funcional nº 1541-5;
c) EDIMAR VERONA, servidor público ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Edificações, matrícula funcional nº 1378-1.
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 194/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:22018453

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 213/2026

PORTARIA Nº 213/2026, de 20 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira para exercer a função de Agente de

Contratação e junto ao Setor de Licitações do Município de Saudade do Iguaçu - PR, e nomeia membros da Equipe de Apoio e Comissão de Contratação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, NO USO DE SUAS COMPETÊNCIAS, QUE LHES CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL; E,

CONSIDERANDO QUE A LEI Nº. 14.133/2021, QUE DISPÕE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ESTABELECEU QUE AS LICITAÇÕES COM FUNDAMENTO NESTA LEI DEVERÃO SER CONDUZIDAS POR AGENTE DE CONTRATAÇÃO, A SER DESIGNADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE, RESOLVE,

NOMEAR:
Art.1º. Fica nomeado para exercer as funções de Agente de Contratação nos processos licitatórios instaurados com fundamento na Lei nº 14.133/2021, o Sr. DIONATAN TREVISAN, servidor público ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, matrícula funcional nº 803-6.
Art.2º. Ficam designados como membros da Equipe de Apoio do Agente de contratação os servidores:

I – EQUIPE DE APOIO:

CLAUDIA WERLE, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 125-2;

b) JOSÉ ROBERTO BOCALON, servidor público ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, matrícula funcional nº 1541-5;
c) EDIMAR VERONA, servidor público ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Edificações, matrícula funcional nº 1378-1.
II – COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

CLAUDIA WERLE, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 125-2;

b) JOSÉ ROBERTO BOCALON, servidor público ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, matrícula funcional nº 1541-5;

c) ANDRIELI ROSA PEREIRA, servidora pública ocupante do cargo em comissão de Chefe da Seção de Cotações e Pesquisas de Mercado, matrícula funcional nº 16616/1.
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 195/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:59D1525C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 145/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº. 145/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o Desmembramento, Unificação Subdivisão e/ou Fracionamento de imóveis dentro do Perímetro Urbano.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Autorizamos, em conformidade com o Protocolo Nº. 1.047/2026, datado de 19 de Agosto de 2026, o **DESMEMBRAMENTO** de Parte dos Lotes Nº. 341 e 342 da Quadra Nº. 07, do **LOTEAMENTO SEDE**, da **Matrícula Nº. 29.303, com área de 779,38 m2**, localizado no Perímetro Urbano da Sede deste Município de Saudade do Iguaçu, Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, com os fundamentados do **Art. 41 e seguintes da LEI COMPLEMENTAR Nº. 37/2025**, que passará a constituir o seguinte:

I – Parte dos Lotes Nº. 341 e 342 da Quadra Nº. 07, da Matrícula Nº. 29.303, com área de 779,38, passa a ser o Lote Nº. 341-1 e 342-1 da Quadra Nº. 07, do Loteamento Sede, ficando com uma área total de 459,38 m2, em favor do Proprietário**: CRISTINA ISABEL RAPACHI;**
II - Parte dos Lotes Nº. 341 e 342 da Quadra Nº. 07, da Matrícula Nº. 29.303, com área de 779,38, passa a ser o Lote Nº. 341-2 e 342-2 da Quadra Nº. 07, do Loteamento Sede, ficando com uma área total de 320,00 m2, em favor do Proprietário**: CRISTINA ISABEL RAPACHI.**
III – Esta Autorização de Desmembramento e Unificação está de acordo e em conformidade com a Planta Planimétrica e Memorial descritivo de: **NORTE SUL TOPOGRAFIA**, incluso e devidamente assinado pela responsável Técnico, **MÁRCIO JOSÉ STELLA – Técnico em Agrimensura, Especialização em Georreferenciamento – CFT - 04994217955.**

Art. 2º. A referida Autorização de **DESMEBRAMENTO** tem a finalidade de regularização de registros na Matrícula junto ao CRI da Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, sendo a presente Autorização expedida em favor do proprietário acima identificado**.**

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 20 DE AGOSTO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:173A709F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 146/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº. 146/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Altera o Decreto nº 241/2025, que define o calendário de feriados, pontos facultativos e dias de recesso no ano de 2026, para adequar o recesso municipal do mês de outubro ao calendário escolar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso V do art. 53 da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o calendário administrativo municipal com o calendário escolar da Rede Municipal de Ensino;
D E C R E T A:
Art. 1º O inciso XVII do art. 1º do Decreto nº 241/2025, de 10 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**XVII – 13 de outubro, em comemoração ao Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro, e ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, com antecipação do recesso municipal para esta data;**"
Art. 2º Fica revogado o inciso XVIII do art. 1º do Decreto nº 241/2025, de 10 de dezembro de 2025, ficando o dia **16 de outubro de 2026 sujeito ao expediente normal**.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 241/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 20 DE AGOSTO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:37D1F44C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 147/2026 - DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº. 147/2026 - DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o Desmembramento, Unificação Subdivisão e/ou Fracionamento de imóveis dentro do Perímetro Urbano.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º. Autorizamos, em conformidade com o Protocolo Nº. 1.057/2026, datado de 20 de Agosto de 2026, o **DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO** da Fração do Lote Nº. 73, do **CONDOMÍNIO IATE CLUBE SALTO SANTIAGO**, da **Matrícula Nº. 32.207, com área de 275,00 m2**, localizado no Perímetro Urbano da Vila Santiago deste Município de Saudade do Iguaçu, Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, com os fundamentados do **Art. 41 e seguintes da LEI COMPLEMENTAR Nº. 37/2025**, que passará a constituir o seguinte:

I – Parte da Fração do Lote Nº. 73, da Matrícula Nº. 29.303, com área de 150,00 m2, passa a ser a Fração do Lote Nº. 72, do Condomínio Iate Clube Salto Santiago, ficando com uma área total de 425,00 m2, em favor do Proprietário**: CESAR AUGUSTO CIELLO E OUTROS;**
II - Parte da Fração do Lote Nº. 73, da Matrícula Nº. 29.303, com área de 125,00 m2, passa a ser a Fração do Lote Nº. 74, do Condomínio Iate Clube Salto Santiago, ficando com uma área total de 400,00 m2, em favor do Proprietário**: DILVO ALBANESE.**

III – Esta Autorização de Desmembramento e Unificação está de acordo e em conformidade com a Planta Planimétrica e Memorial descritivo de: **GABALDO ARQUITETURA LTDA**, incluso e devidamente assinado pela responsável Técnico, **GLAUCO ZANDONÁ GABALDO – CREA – 000A377252.**
Art. 2º. A referida Autorização de **DESMEBRAMENTO E UNIFICAÇÃO** tem a finalidade de regularização de registros na Matrícula junto ao CRI da Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, sendo a presente Autorização expedida em favor do proprietário acima identificado**.**

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 20 DE AGOSTO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:A11A5D1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2026

PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2026.

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a adjudicação e homologação do procedimento de Dispensa de Licitação nº 79/2026, com objeto: revisão de 40.000 km do veículo HYUNDAI NEW HB20 1.0 CONFORT, PLACA TBX3E75, junto a Concessionária Provence Hyundai, LOVAT VEÍCULOS S/A, inscrita no CNPJ nº 08.570.849/0001-02, da cidade de Londrina, Estado do Paraná**,** estabelecida na Avenida Tiradentes, nº 2525, Rodocentro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.071-000, ***com valor total de R$ 2.343,56 (dois mil trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos).***

Abatiá – PR, 20 de agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:21EE4EB0

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a adjudicação e homologação do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe tendo como objeto: Contratação da empresa EMPRESAS F. L LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.922.286/0001-65, com sede na Calçada dos Mirtilos, nº 33, andar 2, Condomínio Centro Comercial Alphaville, CEP 06453-019, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, para fornecimento de licença de uso de software via web de banco de dados com preços de peças de montadora/genuína, fabricante/original através do Sistema Traz Valor, a ser utilizado como ferramenta de orçamentação eletrônica para licitação de peças para veículos leves, pesados, motocicletas e máquinas pesadas os quais integram a frota municipal, com valor mensal de R$ 1.718,66 (um mil setecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos), totalizando no período de doze meses R$ 20.623,92 (vinte mil seiscentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos).

Abatiá – PR, 20 de agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:A04FE0A6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL N.º 1000 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL N.º 1000 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Institui o Programa Municipal da Feira do Produtor Rural de Abatiá e estabelece normas para sua organização e funcionamento

A Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, aprovou e Eu, Sônia Aparecida de Souza Chaves, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal da Feira do Produtor Rural de Abatiá, destinado a promover a comercialização direta, exclusivamente no varejo, de produtos da agricultura familiar, da produção rural, da agroindústria familiar, da gastronomia artesanal e de outras atividades compatíveis com o desenvolvimento rural

sustentável, a segurança alimentar e nutricional e a valorização da cultura local.

Art. 2º São objetivos do Programa:
I – fortalecer a agricultura familiar e a economia rural;
II – fomentar a geração de trabalho e renda no Município;
III – incentivar a permanência das famílias no meio rural;
IV – promover a comercialização direta entre produtores e consumidores;
V – ampliar o acesso da população a alimentos frescos, saudáveis e de qualidade;
VI – estimular a produção agroindustrial de pequeno porte;
VII – promover a segurança alimentar e nutricional;
VIII – incentivar práticas sustentáveis de produção e comercialização;
IX – valorizar a cultura, as tradições e os produtos locais;
X – fortalecer as políticas públicas municipais de abastecimento e desenvolvimento rural.

Art. 3º O Programa atenderá, prioritariamente, até 20 (vinte) famílias de agricultores familiares do Município de Abatiá, observadas a capacidade operacional e a estrutura disponível para o funcionamento da Feira.
§ 1º O Poder Executivo poderá ampliar gradativamente o atendimento para até 40 (quarenta) famílias, de acordo com a demanda, a disponibilidade de espaços e a viabilidade administrativa, orçamentária e financeira.
§ 2º A ampliação prevista no § 1º observará os critérios de seleção estabelecidos nesta Lei e os princípios da impessoalidade, da publicidade, da transparência e da igualdade de oportunidades.

CAPÍTULO II
DOS PARTICIPANTES E DA AUTORIZAÇÃO DE USO

Art. 4º Poderão participar da Feira:
I – agricultores familiares;
II – produtores rurais;
III – agroindústrias familiares;
IV – associações e cooperativas regularmente constituídas e vinculadas à produção rural;
V – microempreendedores individuais cujas atividades sejam compatíveis com as finalidades do Programa.
§ 1º A participação de produtores rurais não enquadrados como agricultores familiares somente ocorrerá quando não houver agricultores familiares aptos e interessados em número suficiente para o preenchimento das vagas disponíveis.
§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I – agricultor familiar: a pessoa que atenda aos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e possua unidade produtiva própria, preferencialmente localizada no Município de Abatiá;
II – grupo informal: o conjunto de agricultores familiares organizados, sem personalidade jurídica, para desenvolver atividades de interesse comum relacionadas à produção e à comercialização de seus produtos;
III – entidade associativa: a associação ou cooperativa regularmente constituída, representativa de agricultores familiares ou produtores rurais, criada, entre outras finalidades, para apoiar ou promover a comercialização da produção de seus associados ou cooperados.
§ 3º A participação de grupo informal dependerá da identificação de todos os seus integrantes e da indicação de representante responsável perante o Município, na forma do regulamento.

Art. 5º A participação na Feira dependerá de prévio cadastramento e de autorização de uso expedida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, sem prejuízo de alvará, licença sanitária ou outro ato autorizativo exigido pela legislação aplicável.
Parágrafo único. A autorização de uso será pessoal, precária, intransferível e revogável por interesse público, mediante decisão motivada, e não gerará direito adquirido, preferência permanente, vínculo contratual ou direito a indenização.

CAPÍTULO III
DA SELEÇÃO E DO CADASTRAMENTO

Art. 6º A seleção dos participantes observará critérios objetivos, impessoais, transparentes e isonômicos, vedada qualquer forma de favorecimento pessoal ou político.

Art. 7º Para o cadastramento, o interessado deverá apresentar:
I – documento de identificação e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme o caso;
II – comprovante de domicílio ou de localização da unidade produtiva;
III – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF ativo, ou documento oficial equivalente, quando exigível;
IV – documento comprobatório da regularidade sanitária, quando exigido pela legislação aplicável;
V – relação dos produtos que pretende comercializar;
VI – outros documentos previstos em regulamento, desde que pertinentes à finalidade do cadastramento.

Art. 8º Na seleção dos participantes, serão observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:
I – agricultores familiares com unidade produtiva localizada no Município de Abatiá;
II – pequenos produtores rurais com unidade produtiva localizada no Município de Abatiá;
III – associações e cooperativas compostas predominantemente por agricultores familiares do Município de Abatiá;
IV – demais interessados enquadrados no art. 4º desta Lei.
Parágrafo único. Havendo número de interessados superior ao de vagas disponíveis dentro da mesma categoria de prioridade, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – menor área produtiva;
II – maior tempo comprovado de exercício da atividade;
III – sorteio público, na forma do regulamento.

Art. 9º O cadastro dos feirantes conterá, no mínimo:
I – identificação do participante;
II – endereço da unidade produtiva;
III – categoria de enquadramento;
IV – relação dos produtos autorizados para comercialização;
V – prazo de validade da autorização;
VI – documentação comprobatória exigida pela legislação e pelo regulamento.

Art. 10. O órgão municipal competente promoverá a revisão periódica do cadastro e verificará a manutenção dos requisitos de participação, inclusive a validade do CAF ou de documento oficial equivalente, quando exigível.

CAPÍTULO IV
DOS PRODUTOS AUTORIZADOS

Art. 11. Poderão ser comercializados na Feira:
I – frutas, verduras, legumes e hortaliças;
II – grãos, cereais e outros produtos agrícolas;
III – flores, mudas, plantas ornamentais e produtos de artesanato vinculados à cultura e às tradições locais;
IV – mel e seus derivados;
V – leite e derivados;
VI – ovos;
VII – produtos de panificação;
VIII – doces, geleias, compotas e conservas;
IX – alimentos processados e agroindustrializados;
X – produtos de origem animal regularmente inspecionados;
XI – produtos gastronômicos artesanais, pescados e bebidas não alcoólicas de produção artesanal;
XII – outros produtos compatíveis com as finalidades do Programa, definidos em regulamento.
§ 1º Os produtos alimentícios deverão atender integralmente à legislação sanitária aplicável.
§ 2º Os produtos de origem animal somente poderão ser comercializados quando atendidas as exigências do serviço oficial de inspeção competente.
§ 3º Os produtos sujeitos a inspeção, registro, rotulagem ou licenciamento somente poderão ser comercializados quando

devidamente acondicionados, identificados e acompanhados das autorizações exigidas pela autoridade competente.
§ 4º Os produtos comercializados deverão ser de produção própria do participante, do grupo informal ou da entidade autorizada, vedada a mera revenda de mercadorias adquiridas de terceiros, ressalvadas as hipóteses justificadas e expressamente previstas em regulamento.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DO PODER EXECUTIVO

Art. 12. Compete ao Poder Executivo:
I – coordenar, organizar, autorizar e fiscalizar a Feira;
II – cadastrar e selecionar os participantes;
III – definir os locais, as datas e os horários de funcionamento;
IV – promover ações de orientação e capacitação dos participantes;
V – disponibilizar, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, equipamentos, barracas, tendas e demais estruturas necessárias ao funcionamento da Feira;
VI – desenvolver ações de divulgação e de incentivo à participação da comunidade;
VII – articular a atuação dos órgãos municipais responsáveis pela agricultura, vigilância sanitária, meio ambiente, posturas, limpeza pública, tributação, segurança e defesa do consumidor;
VIII – editar normas complementares necessárias à execução desta Lei, inclusive o regulamento ou regimento de funcionamento da Feira;
IX – promover ou providenciar, conforme a organização administrativa e a disponibilidade operacional do Município, a coleta dos resíduos acondicionados pelos participantes nos locais indicados;
X – autorizar a realização de apresentações culturais, artísticas, educativas ou de promoção da produção local durante a Feira, observadas as exigências de segurança, sossego público, direitos autorais e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS E DOS DEVERES DOS PARTICIPANTES

Art. 13. São direitos dos participantes:
I – utilizar o espaço regularmente autorizado, durante o prazo e nas condições estabelecidas;
II – participar das ações de orientação e capacitação promovidas pelo Município;
III – apresentar sugestões para o aperfeiçoamento da Feira;
IV – receber tratamento isonômico da Administração Pública.

Art. 14. São deveres dos participantes:
I – manter atualizada a documentação exigida;
II – observar a legislação sanitária, ambiental, tributária, consumerista e de posturas municipais;
III – manter limpo e organizado o espaço utilizado;
IV – afixar os preços de forma clara, visível e compatível com as normas de proteção e defesa do consumidor;
V – utilizar equipamentos adequados à conservação e à exposição dos produtos;
VI – respeitar os locais, as datas e os horários de funcionamento;
VII – tratar o público e os agentes públicos com urbanidade e respeito;
VIII – dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos gerados;
IX – cumprir as orientações e determinações dos órgãos de fiscalização;
X – manter balanças, pesos e medidas em condições regulares de uso, aferidos conforme as normas metrológicas aplicáveis e posicionados de modo a permitir ao consumidor acompanhar a pesagem;
XI – apresentar a autorização, as licenças e os demais documentos obrigatórios sempre que solicitados pela fiscalização;
XII – observar o regulamento ou regimento de funcionamento da Feira.

CAPÍTULO VII
DAS VEDAÇÕES

Art. 15. É vedado aos participantes:
I – comercializar produtos não autorizados;
II – comercializar produtos impróprios para o consumo ou em desacordo com a legislação aplicável;
III – ocupar espaço superior ao autorizado;
IV – ceder, transferir, emprestar ou alugar a terceiros o espaço recebido;
V – utilizar equipamentos ou estruturas que comprometam a segurança dos usuários;
VI – causar danos ao patrimônio público ou privado;
VII – praticar atos que comprometam a ordem, a higiene, a salubridade ou a segurança do local;
VIII – impedir ou dificultar a atuação da fiscalização municipal;
IX – colocar mercadorias, embalagens, caixas, equipamentos ou outros objetos fora dos limites do espaço autorizado, de modo a prejudicar a circulação, a acessibilidade ou a segurança;
X – lavar mercadorias ou utensílios no recinto da Feira em desacordo com as condições sanitárias e os locais definidos pela Administração;
XI – utilizar jornais, papéis usados, impressos ou materiais inadequados para embalar alimentos quando houver risco de contaminação.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 16. A fiscalização do cumprimento desta Lei será exercida pelos órgãos municipais competentes, sem prejuízo da atuação dos órgãos estaduais e federais.

Art. 17. O descumprimento desta Lei, do regulamento ou das condições da autorização sujeitará o infrator, conforme a gravidade da conduta, às seguintes sanções administrativas:
I – advertência;
II – suspensão da autorização por até 30 (trinta) dias;
III – revogação da autorização;
IV – impedimento de novo cadastramento pelo prazo de até 12 (doze) meses, contado da decisão administrativa definitiva;
V – outras sanções previstas na legislação aplicável.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e a reincidência.
§ 2º As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando compatíveis.
§ 3º A aplicação de sanção será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 4º O regulamento disciplinará o procedimento de apuração, a competência decisória e os recursos administrativos.

CAPÍTULO IX
DO ACOMPANHAMENTO E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 18. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, se instituído e em funcionamento, ou outro colegiado municipal com atribuições correlatas poderá acompanhar o funcionamento da Feira e apresentar sugestões para o seu aperfeiçoamento.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, especialmente quanto aos procedimentos de cadastramento e seleção, à distribuição e ocupação dos espaços, à periodicidade, aos locais, às datas e aos horários de funcionamento, às condições de higiene e segurança, à inspeção e fiscalização, à gestão de resíduos e às demais medidas necessárias à execução do Programa.
Parágrafo único. O regulamento poderá prever a participação dos feirantes na elaboração ou revisão do regimento de funcionamento da Feira, cuja eficácia dependerá de aprovação do órgão municipal competente.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia de Oliveira Pedroso
Código Identificador:314F448A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL N.º 999 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL N.º 999 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor R$ 747.733,95 (setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964.

A Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, aprovou e Eu, Sônia Aparecida de Souza Chaves, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Exercício corrente do Município de Abatiá, Estado do Paraná, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, no valor de R$ 747.733,95 (setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme descrito abaixo:

05 – Secretaria da Saúde
001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0502.2030 – Manutenção da Saúde Pública
Fonte 6494 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 206.733,95

07 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
001 – Depto. de Agricultura
20.606.0701.2067 – Manutenção do Departamento de Agricultura
Fonte 771 – 4.4.90.52.00.00 – Equip. e Mat. Permanente R$ 501.344,70
Fonte 000 – 4.4.90.52.00.00 – Equip. e Mat. Permanente R$ 39.655,30

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, serão indicados os seguintes recursos:
I - Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior das fontes:
a) 000 – recursos ordinários - livres, o valor de R$ 39.655,30 (trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos); e
b) 6494 – Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas, o valor de R$ 206.733,95 (duzentos e seis mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos).
II - Excesso de arrecadação na fonte de recurso 771 – Programa Estrada da Integração, receita 2.4.2.2.99.0.1.04 - Programa Estrada da Integração, o valor de R$ 501.344,70 (quinhentos e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia de Oliveira Pedroso
Código Identificador:8928D932

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LISTA DE ESPERA CMEI ANJO DA GUARDA

LISTA DE ESPERA "CMEI ANJO DA GUARDA"
BERÇÁRIO

Nº	Nome	Data de Nasc.	Mãe	Data da	Tel. P/ contato

			Trabalha?	solicitação	
1º	Kalleb Henrique Marinho Lopes	06/07/2025	SIM	**06/04/2026**	(43) 9.9804-3475
2º	Maria Alice Pedroso Guergolette	26/03/2026	SIM	**08/05/2026**	(43) 9.8413-6420
3º	Ana Maria Pedroso Guergolette	26/03/2026	SIM	**08/05/2026**	(43) 9.8413-6420
4º	Maitê Fernandes Duvale	01/10/2025	SIM	**21/05/2026**	(43) 9.9827-6972
5º	Enzo Miguel Ribeiro dos Santos	22/04/2025	SIM	**08/07/2026**	(43) 9.9643-9976
6º	Ayla Eduarda Soares dos Santos	06/12/2025	SIM	**21/07/2026**	(43) 9.9611-7693
7º	Emanuel Nogueira Sampaio	19/01/2026	SIM	**16/07/2026**	(43) 9.9950-6442

MATERNAL I

Nº	Nome	Data de Nasc.	Mãe Trabalha?	Data da solicitação	Tel. P/ contato
1º	Arthur Eduardo dos Santos	30/06/2024	SIM	**21/07/2026**	(43) 9.9611-7693
2º	Sophia de Paula Rocha	14/02/2025	SIM	**11/08/2026**	(43) 9.9821-5340

Publicado por:
Luciana Gonçalves da Rosa Pinheiro
Código Identificador:1D7C263B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 171/2026

Portaria Nº 171, de 20 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I – Conceder, ao servidor, **EDIMAR FERMINO,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AGENTE DE ENDEMIAS,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendido entre **2025/2026,** a partir de **24/08/2026,** com retorno em **23/09/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 20 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:580EAF60

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 172/2026

Portaria Nº 172, de 20 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I – Conceder, ao servidor, **LUANDERSON MEDEIRAS BRASILINO,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **MOTORISTA,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendido entre **2024/2025,** a partir de **08/09/2026,** com retorno em **08/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 20 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:C618AACB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 063/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 063/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e dá outras providências.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e a Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025 (LOA), e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.
DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais),** nos termos dos artigos 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964 e o artigo 9º da Lei Municipal nº 1.284/2025.

16.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA
16.001 – Departamento da Mulher
14.244.0011.2.023– Manutenção da Secretaria da Mulher

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
234	3.3.90.39.00.00	00000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**R$ 10.000,00**
Total				**R$ 10.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizadas a anulação de saldos de dotações do exercício de 2026, como segue:
06.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
06.001 – Departamento de Planejamento e Finanças
04.123.0000.2.029– Manutenção dos Serviços Financeiros

Despesa	Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
103	3.3.90.35.00.00	00000	Serviços de Consultoria	**R$ 10.000,00**
Total				**R$ 10.000,00**

Art. 4º- O valor que trata este Decreto, será computado para efeitos do artigo 7º Lei Municipal de n° 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 20 de agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:45838C0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 439/2026 - EXONERAÇÃO SE SERVIDORA PÚBLICA EM RAZÃO DE NÃO APROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO - CARLA MAXIMIANO

PORTARIA nº 439/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a Exoneração se Servidora Pública em razão de não aprovação no Estágio Probatório."

Considerando, o disposto no art. 034 da Lei Municipal nº 465/1994, que disciplina o estágio probatório dos servidores públicos;
Considerando, que a servidora foi submetida às avaliações de desempenho previstas na legislação aplicável durante o período de estágio probatório;
Considerando, as avaliações individualizadas, reanalisadas pela comissão de avaliação de estagio probatório, que somadas aos resultados do Processo Administrativo 001/2026;
Considerando, os resultados das avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, conforme documentos constantes do Processo Administrativo nº 001/2026, vinculado a Portaria 373/2026;
Considerando, que foi assegurado a servidora o direito ao contraditório e à ampla defesa, tendo sido oportunizada a apresentação de manifestação/recurso, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº **001/2026**;
Considerando, o Parecer Jurídico da Procuradoria;
Considerando, finalmente, a competência desta autoridade para o julgamento do processo e aplicação da penalidade.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar o seguinte **DECRETO**
Art. 1º - Fica **EXONERADA**, a servidora **CARLA MAXIMIANO**, matrícula nº 2601, do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua não aprovação no estágio probatório, conforme resultado final da avaliação especial de desempenho constante do Processo Administrativo nº 001/2026.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 20 de Agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:CDE0C779

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
SETOR DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS/PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2026

2º TERMO ADITIVO Nº 007/2026
REF. AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024

OBJETO: Renovação de contrato de empresa especializada para prestação de serviços de solução integrada de controle e gestão de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR.

EXTRATO 2ª PRORROGAÇÃO DO CONTRATO: Nº 008/2024

CONTRATADA: DIXI VEXT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA

CNPJ: Nº 15.077.663/0001-81

VALOR MENSAL: R$ 159,42 (cento cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos)

INÍCIO: 21 / 08 / 2026

PRAZO: 12 Meses

Adrianópolis-PR, 20 de agosto de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis/PR

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:8D2BF4AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 11, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas do PNATE referente ao 2º Bimestre do exercício de 2026 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do 2°Bimestre referente ao exercício de 2026 do PNATE, no Município de Agudos do Sul – Pr;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:2AFB47D8

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 12, de 20 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas 2°Bimestre referente ao exercício de 2026 dos Recursos Aplicados do VAAR - FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos do 2°Bimestre referentes ao do exercício de 2026 dos recursos aplicados do VAAR - FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:0A69AC92

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 13, de 20 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas Apoio a Creche referente ao e 2° Bimestre do exercício de 2026 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas Apoio a Creche relativa aos demonstrativos do 2° Bimestre do exercício de 2026 dos recursos do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:2DF494E9

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 14, de 20 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas referente ao e 2° Bimestre do exercício de 2026 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos referentes aos do 2° Bimestre do exercício de 2026 dos recursos aplicados do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:B1B92195

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 15, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas do PNATE referente ao 3º Bimestre do exercício de 2026 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do 3°Bimestre referente ao exercício de 2026 do PNATE, no Município de Agudos do Sul – Pr;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:9DDCD41D

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 16, de 20 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas Apoio a Creche referente ao e 3° Bimestre do exercício de 2026 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas Apoio a Creche relativa aos demonstrativos do 3° Bimestre do exercício de 2026 dos recursos do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:81873A4D

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas 3°Bimestre referente ao exercício de 2026 dos Recursos Aplicados do VAAR - FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos do 3°Bimestre referentes ao do exercício de 2026 dos recursos aplicados do VAAR - FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de AGOSTO de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:BDB47623

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 18, de 20 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas 3°Bimestre referente ao exercício de 2026 dos Recursos Aplicados do VAAT - FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos do 3°Bimestre referentes ao do exercício de 2026 dos recursos aplicados do VAAT - FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:269F9DBD

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 19, de 20 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas referente ao e 3° Bimestre do exercício de 2026 dos Recursos do FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 20 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos referentes aos do 3° Bimestre do exercício de 2026 dos recursos aplicados do FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 20 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:D18423C1

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 20, de 19 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas 2°Bimestre referente ao exercício de 2026 dos Recursos Aplicados do VAAT - FUNDEB, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 19 de AGOSTO de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas relativa aos demonstrativos do 2°Bimestre referentes ao do exercício de 2026 dos recursos aplicados do VAAT - FUNDEB do município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 19 de agosto de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:75A78D8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
A Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social de Agudos do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais e considerando os atos praticados pela Comissão de Seleção, **HOMOLOGA** o Resultado Final do Chamamento Público nº 04/2026, destinado à seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de Termo de Colaboração visando à execução do Projeto **"Fortalecendo Sonhos"**, com recursos oriundos da Deliberação nº 005/2025 – COEDE/PR.
Fica homologada a classificação da seguinte Organização da Sociedade Civil:

Organização da Sociedade Civil	Pontuação
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agudos do Sul – APAE	98 pontos

Determina-se o prosseguimento dos atos necessários à celebração do Termo de Colaboração, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Edital de Chamamento Público nº 04/2026.
Publique-se.
Agudos do Sul/PR, 12 de Agosto de 2026.

VIVIANE PICAZEWICZ
Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social

Publicado por:
Jennifer Nogueira Bueno
Código Identificador:67307809

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL
RESULTADO FINAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

A Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 001/2026 torna público o **Resultado Final** do Chamamento Público nº 04/2026.
Decorrido o prazo recursal previsto no Edital, **não houve interposição de recursos administrativos**, tornando-se definitivo o resultado da seleção.

Organização da Sociedade Civil	Situação	Pontuação
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agudos do Sul – APAE	Habilitada e Classificada	98 pontos

Encaminhem-se os autos à autoridade competente para homologação do certame.
Agudos do Sul/PR, 12 de Agosto de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Publicado por:
Jennifer Nogueira Bueno
Código Identificador:7D15E074

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 038/2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação Financeira dos recursos do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde no Paraná – ProVigiA-PR, destinados ao Município de Almirante Tamandaré, para o exercício de 2026.

O**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMSAT**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDOas disposições da Resolução SESA nº 1.103/2021 e da Resolução SESA nº 0741/2026, que regulamentam o repasse e a execução dos recursos do Programa ProVigiA-PR;

CONSIDERANDOa apresentação, pela Secretaria Municipal de Saúde, do Plano de Aplicação Financeira dos recursos destinados ao Município de Almirante Tamandaré para o exercício de 2026;

CONSIDERANDOque os recursos possuem destinação específica e deverão ser aplicados exclusivamente nas ações de fortalecimento da Vigilância em Saúde, em conformidade com a regulamentação do Programa;

CONSIDERANDOa deliberação unânime do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 19 de agosto de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado oPlano de Aplicação Financeira dos recursos do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde no Paraná – ProVigiA-PR, destinados ao Município de Almirante Tamandaré para o exercício de 2026, no valor total de**R$ 40.779,27 (quarenta mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos)**.

Art. 2º Os recursos serão aplicados na categoria econômica de**custeio**, exclusivamente nas ações, materiais e serviços previstos no Plano de Aplicação Financeira, destinados ao fortalecimento das ações de Vigilância em Saúde do Município.

Art. 3ºA execução dos recursos deverá observar a legislação vigente, as normas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, as finalidades do ProVigiA-PR e o Plano de Aplicação Financeira aprovado, ficando vedada sua utilização em despesas incompatíveis com o objeto do Programa.

Art. 4ºA Secretaria Municipal de Saúde deverá assegurar a adequada execução dos recursos, manter a documentação comprobatória das despesas e apresentar as informações necessárias ao acompanhamento e ao controle social pelo Conselho Municipal de Saúde, nos instrumentos oficiais de prestação de contas do SUS.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Saúde acompanhar a execução dos recursos e apreciar a respectiva prestação de contas, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º Eventuais alterações relevantes no Plano de Aplicação Financeira deverão observar a regulamentação do ProVigiA-PR e, quando exigido, ser submetidas previamente à apreciação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré – Paraná, 20 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
PresidenteConselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:DCE70E54

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 039/2026

Dispõe sobre a apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT quanto à autorização para realização de leilão de veículo integrante do patrimônio vinculado ao Fundo Municipal de Saúde – FMS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMSAT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Saúde para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre as políticas públicas de saúde e a aplicação dos recursos e do patrimônio vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela gestão municipal para apreciação e deliberação deste Conselho quanto à realização de leilão de veículo integrante do patrimônio vinculado ao Fundo Municipal de Saúde – FMS;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada gestão, conservação e utilização do patrimônio público vinculado à saúde, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a alienação de bem público deverá observar a legislação vigente, os procedimentos administrativos pertinentes, a avaliação do bem e as normas aplicáveis à modalidade de leilão;

CONSIDERANDO a documentação e as informações apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde acerca do veículo objeto da solicitação;

CONSIDERANDO a apreciação e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT, em reunião realizada em 19 de agosto de 2026, quanto à autorização para a realização do procedimento de leilão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **APROVADA**, pelo Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT, a realização de procedimento de leilão para alienação do veículo integrante do patrimônio vinculado ao Fundo Municipal de Saúde – FMS, devidamente identificado nesta Resolução.

Art. 2º O veículo objeto da presente deliberação possui as seguintes características:

I – Modelo: FIAT Doblò Attractive 1.4;
II – Cor: Branca;
III – Placa: AUK-6191;
IV – RENAVAM: 00346406072;
V – Chassi: 9BD119707C1084843.

Art. 3º A realização do leilão deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável à alienação de bens públicos, especialmente as normas relativas à avaliação, classificação do bem, publicidade, procedimento licitatório e demais requisitos administrativos e legais.

Art. 4º A gestão municipal deverá adotar as providências necessárias à formalização do procedimento de alienação, incluindo a avaliação do veículo, a elaboração do respectivo processo administrativo, a publicação dos atos pertinentes e a realização do leilão por modalidade legalmente adequada.

Art. 5º O produto decorrente da alienação do veículo deverá ser devidamente contabilizado e destinado conforme a legislação vigente, observada a vinculação dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde, quando aplicável, bem como as normas orçamentárias, financeiras e patrimoniais pertinentes.

Art. 6º A gestão municipal deverá assegurar a transparência de todo o procedimento, mantendo disponíveis os documentos relativos à avaliação, alienação e destinação dos recursos decorrentes do leilão, para fins de acompanhamento e controle social pelo Conselho Municipal de Saúde e pelos órgãos de controle competentes.

Art. 7º A presente autorização do Conselho Municipal de Saúde não substitui as demais autorizações, avaliações, procedimentos administrativos, licenças ou atos exigidos pela legislação para a regular alienação do bem público.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré – Paraná, 20 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
Presidente- CMSAT
Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:2B46F19C

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 040/2026

Dispõe sobre a aprovação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2026 do Município de Almirante Tamandaré e estabelece diretrizes para sua implementação, utilização e atualização.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMSAT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pela Resolução CNS nº 453/2012 e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipalde Saúde deliberar sobre a política municipal de saúde e exercer o controle social de sua execução;

CONSIDERANDO que a Assistência Farmacêutica constitui componente essencial da atenção integral à saúde, assegurando o acesso da população aos medicamentos necessários ao cuidado;

CONSIDERANDO que a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME é instrumento técnico de gestão destinado à seleção, padronização, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição e dispensação de medicamentos no âmbito da rede municipal de saúde;

CONSIDERANDO que sua atualização deve observar critérios técnicos e científicos, o perfil epidemiológico da população, a efetividade, a segurança, a qualidade e a racionalidade na utilização dos medicamentos;

CONSIDERANDO o trabalho técnico desenvolvido pela Comissão Municipal de Farmacologia, Diagnóstico e Terapêutica – CMFDT, instituída pela Portaria nº 383/2026, em conjunto com a Coordenação da Assistência Farmacêutica;

CONSIDERANDO a observância das diretrizes estabelecidas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME 2024, na Deliberação CIB/PR nº 653/2025 e nas demais normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a apresentação da proposta da REMUME 2026 – Versão 2.0 ao Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré;
CONSIDERANDO a deliberação unânime do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 19 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1ºFica aprovada a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2026, Versão 2.0, do Município de Almirante Tamandaré, como instrumento oficial de referência para a organização da Assistência Farmacêutica no âmbito da rede municipal de saúde.

Art. 2ºA REMUME 2026 deverá orientar a seleção, a padronização, a programação, a aquisição, o abastecimento, a prescrição, a dispensação e a utilização dos medicamentos na rede municipal de saúde, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde, os protocolos clínicos, as normas sanitárias e os critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3ºOs medicamentos sujeitos a critérios específicos de dispensação deverão observar as condições técnicas e administrativas definidas na REMUME, incluindo, quando cabível, prescrição por profissional habilitado, cumprimento de protocolos assistenciais, apresentação de documentação pertinente ou outras exigências previstas para sua utilização.

Art. 4ºCompete à Secretaria Municipal de Saúde implementar a REMUME 2026 em toda a rede municipal, promover sua ampla divulgação aos profissionais de saúde e à população, orientar sua correta aplicação e adotar as medidas necessárias para assegurar sua efetiva utilização como instrumento de gestão da Assistência Farmacêutica.

Art. 5ºA REMUME poderá ser revisada sempre que houver alterações relevantes nas necessidades de saúde da população, nas evidências científicas, nas políticas públicas de medicamentos, na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME ou nas normas estaduais e federais aplicáveis, mediante avaliação técnica da Comissão Municipal de Farmacologia, Diagnóstico e Terapêutica e da Coordenação da Assistência Farmacêutica.

Art. 6ºAs alterações que impliquem modificação substancial do elenco municipal de medicamentos deverão ser submetidas à apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Saúde, observadas as disposições legais e regimentais pertinentes.

Art. 7ºFica revogada a relação municipal de medicamentos anteriormente vigente, no que for incompatível com a REMUME 2026, preservados os procedimentos administrativos e assistenciais em curso, nos termos da legislação aplicável.

Art. 8ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré – PR, 20 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
Presidente Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:85DCA740

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 041/2026

Dispõe sobre a apreciação e aprovação dos valores de custeio do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – ProVigiA Paraná, destinados ao Município de Almirante Tamandaré, nos termos da Resolução SESA nº 741/2026.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMSAT**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 741/2026, que estabelece os valores de custeio do Programa ProVigiA Paraná;

CONSIDERANDO que para o Município de Almirante Tamandaré foi apurado o valor de **R$ 67.965,44**, sendo previsto o repasse de **R$ 40.779,27**;

CONSIDERANDO a apreciação e deliberação do Plenário do CMSAT, realizada em **19 de agosto de 2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **APROVADO** o recebimento e a aplicação dos recursos de custeio do Programa ProVigiA Paraná destinados ao Município de Almirante Tamandaré, nos termos da Resolução SESA nº 741/2026.
Art. 2º Ficam registrados os seguintes valores:

I – Valor de custeio disponível: R$ 67.965,44;
II – Valor de custeio a ser repassado: R$ 40.779,27.

Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente nas ações de **Vigilância em Saúde**, conforme as normas do Programa ProVigiA Paraná e a legislação vigente.

Art. 4º A aplicação dos recursos será acompanhada pelo **Conselho Municipal de Saúde**, mediante os instrumentos oficiais de prestação de contas do SUS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré – Paraná, 20 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
Presidente Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:50A9BD88

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 042/2026

Dispõe sobre a apreciação e aprovação dos valores de custeio do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – ProVigiA Paraná, destinados ao Município de Almirante Tamandaré, nos termos da Resolução SESA nº 741/2026.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMSAT**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 741/2026, que estabelece os valores de custeio do Programa ProVigiA Paraná;

CONSIDERANDO que para o Município de Almirante Tamandaré foi apurado o valor de **R$ 67.965,44**, sendo previsto o repasse de **R$ 40.779,27**;

CONSIDERANDO a apreciação e deliberação do Plenário do CMSAT, realizada em **19 de agosto de 2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **APROVADO** o recebimento e a aplicação dos recursos de custeio do Programa ProVigiA Paraná destinados ao Município de Almirante Tamandaré, nos termos da Resolução SESA nº 741/2026.

Art. 2º Ficam registrados os seguintes valores:

I – Valor de custeio disponível: R$ 67.965,44;
II – Valor de custeio a ser repassado: R$ 40.779,27.

Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente nas ações de **Vigilância em Saúde**, conforme as normas do Programa ProVigiA Paraná e a legislação vigente.

Art. 4º A aplicação dos recursos será acompanhada pelo Conselho Municipal de Saúde, mediante os instrumentos oficiais de prestação de contas do SUS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré – Paraná, 19 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
Presidente Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:77BC324A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA N 28/2026

PORTARIA Nº 028/2026

A DIRETORA PRESIDENTE do IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o art. 39 da Lei Municipal nº 2.272/2021 e o art. 182 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 19/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Almirante Tamandaré).

RESOLVE:

CONCEDER férias à servidora abaixo relacionada, no período respectivo indicado:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1226	Luana Agner	01/04/2025 – 31/03/2026	24/08/2026 – 12/09/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Almirante Tamandaré (PR), em 20 de agosto de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:625F6D40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 226/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 226/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 226/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 387.900,00 (trezentos e oitenta e sete mil e novecentos reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:5B6E77BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 227/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 227/2026

Partes: **TERMO DE CONTRATO Nº 227/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI ME.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 374.950,00 (trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:DB01A7E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 229/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 229/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 229/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA WISDOM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 103.277,50 (cento e três mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:CBA43A0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 230/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 230/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 230/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 21.611,00 (vinte e um mil, seiscentos e onze reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:61408E20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 233/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 233/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 233/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 74.950,00 (setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:7F4BF860

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 234/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 234/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 234/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAS MÉDICOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 118.053,00 (cento e dezoito mil e cinquenta e três reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:998E41BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 235/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 235/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 235/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA AG - COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SAUDE LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:458D6B01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 237/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 237/2026

Partes: **TERMO DE CONTRATO Nº 237/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA RS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 4.414,00 (quatro mil, quatrocentos e quatorze reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:A07A79EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 238/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 238/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 238/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA LA DALLA PORTA JUNIOR LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 60.520,00 (sessenta mil quinhentos e vinte reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:38B3125F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 239/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 239/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 239/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 465.375,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:DFC31D39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 240/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 240/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 240/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 213.865,00 (duzentos e treze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:8FF472EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 241/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 241/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 241/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 204.972,75 (duzentos e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:7F3892BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 242/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 242/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 242/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:24F489E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 244/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 244/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 244/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA LIGHT BRASIL LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24**

HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 164.443,75 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:7ABF0BF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 245/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 245/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 245/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 937,50 (novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:B28D49EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 246/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 246/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 246/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ABSOLUTA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:4DE86C43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 247/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 247/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 247/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA MEDINGA COMERCIAL LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 34.926,00 (trinta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:D8DF60F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 248/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 248/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 248/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 30.142,60 (trinta mil cento e quarenta e dois reais e sessenta centavos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:38BBEFFE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 249/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 249/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 249/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 37.169,00 (trinta e sete mil, cento e sessenta e nove reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:5600D2C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 250/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 250/2026

Partes: **TERMO DE CONTRATO Nº 250/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA SC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:66BED3FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 251/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 251/2026

Partes: **TERMO DE CONTRATO Nº 251/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA IX MEDICAL LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 46.612,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e doze reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:FEE1D015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 252/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 252/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 252/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DLM HOSPITALAR LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 40.650,00 (quarenta mil, seiscentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:E15A2452

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 254/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 254/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 254/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA YOU CARE SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 6.037,00 (seis mil e trinta e sete reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:8CD199F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 255/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 255/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 255/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA LUIZ MINIOLI NETTO LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 54.740,00 (cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:27963A88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 256/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 256/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 256/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 116.250,00 (cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:E5EABE4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 257/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 257/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 257/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 7.760,00 (sete mil, setecentos e sessenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:220A5D21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 259/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 259/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 259/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 31.488,00 (trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:D8226D7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 260/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 260/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 260/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA TS MEDICAL COMÉRCIO E SERVIÇO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E IMPORTAÇÃO LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 31.550,00 (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:CBFCB0EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 261/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 261/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 261/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA F5 DISTRIBUIDORA LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:00D69F47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 270/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 270/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 270//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA TAKE DISTRIBUIDORA LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo de execução será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal de fornecimento. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 39.802,00 (Trinta e nove mil oitocentos e dois reais e zero centavos).**

Data de Assinatura: 20.08.2026.

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 66
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 117
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 180
10.301.0015.2.048 Manutenção do SAMU
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 184
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 184
10.304.0016.2.041 Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042 Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 205
10.01 SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 SEC. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832 Material de Consumo 268
11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.008 Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009 Ensino Infantil Fundeb – Creche
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010 Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 305
12.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
27.812.0034.2.081 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 364
13.01 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
20.606.0030.2.084 Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 379
13.02 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
18.541.0027.2.088 Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 403
14.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
23.691.0031.2.092 Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 419
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 430
17.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
04.122.0004.2.103 Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 449
18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2.096 Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 471
20.01 SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
11.334.0017.2.094 Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 491
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 498
23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.079 Manutenção de Bibliotecas Públicas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:89603634

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 29/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 14/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: IZAEL MURBACK

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de MAGAREFE - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 3.127,80 (três mil, cento e vinte e sete reais e oitenta centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2026 à 24 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 20 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:81518D20

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 30/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 15/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.
CONTRATADO: FABIO HENRIQUE AMARAL DE MELO

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2026 à 24 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 20 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:FA5EB54D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 31/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 16/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: ELAINE ALMEIDA FONSECA DA ROSA

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2026 à 24 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 20 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:AE9331B6

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 32/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 17/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: ANA PAULA INÁCIO DOS SANTOS

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2026 à 24 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 20 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:4A869A7D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 33/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 19/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: MARLON APARECIDO ALVES

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE MAGAREFE - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.803,70 (um mil, oitocentos e três reais e setenta centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2026 à 24 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 20 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:8F98E334

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO Nº 180/2026 DE 01 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Altera a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Amaporã, nomeados através do Decreto nº 025/2026.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e, Considerando a necessidade de alterar a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Amaporã,

DECRETA:
Art. 1º O Art. 1º do Decerto nº 025/2026, passa a vigor com a seguinte redação:
Fica composto o Conselho Municipal de Saúde – CMS, pelos seguintes membros:
– SEGMENTO GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: Adeline Franciely Rodrigues da Silva
Suplente: Andrea Ferreira de Araujo
– REPRESENTANTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:
Titular: Erica Dias Magalhães
Suplente: Alana Rafaela Coracini de Assis
Titular: Lucimara Marques de Souza Augusti
Suplente: Amanda Alves Aramini
3 - PRESTADORES DE SERVIÇO:
Titular: Lathifa dos Santos Souza
Suplente: Cinthia Romagna Nardi
4 – SEGMENTO USUÁRIOS DO SUS:
Representantes de Entidades/Associações
PASTORAL DA CRIANÇA:
Titular : Neuza Ribeiro de Souza Francisco
Suplente: Kerle Cristina Souza dos Santos
ASSENTAMENTO COMPANHEIRA ROSELI NUNES
Titular: Elisabete Souza Pereira
Suplente: Maria Luiza dos Santos de Morais

REPRESENTANTES DOS GRUPOS RELIGIOSOS:
Titular: Abmael Martins Cardoso
Suplente: José Roberto da Silva
REPRESENTANTES ASSOCIAÇÃO VILA RURAL BELA VISTA
Titular: Maria de Fátima dos Santos
Suplente: Marinês Ribeiro dos Santos Meurer

Art.2º -A diretoria do Conselho Municipal de Maporã será composta pelos seguintes membros eleitos pelos demias membros:
Presidente do Conselho Municipal de Saúde: Abmael Martins Cardoso
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde: Erica Dias Magalhães
1ª Secretária: Elisabete de Souza Pereira

Art.3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edificio da prefeitura Municipal de Amaporã, primeiro (01) de Agosto (08) de dois mil e vinte seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:49D71CBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025 – ID 3509

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
SRP Nº 037/2025

DAS PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, inscrita no CNPJ: 76.610.591/0001-80

DO OBJETO:
Reajuste dos valores das Bolsas Estágio concedidas aos estudantes vinculados à Administração Direta do Poder Executivo Municipal, conforme Decreto Municipal nº 92, de 29 de maio de 2026, com consequente alteração do valor global estimado do Contrato Administrativo nº 210/2025.

DO VALOR:
Em decorrência da atualização dos valores das Bolsas Estágio, o valor anual estimado do contrato passa de R$ 561.473,28 (quinhentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos) para R$ 571.735,92 (quinhentos e setenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), representando um acréscimo de R$ 10.262,64 (dez mil, duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Permanece inalterada a taxa administrativa contratada de 2% (dois por cento), incidente sobre os valores efetivamente pagos a título de bolsa auxílio e auxílio-transporte.

O reajuste das Bolsas Estágio corresponde ao percentual de 4,14% (quatro vírgula quatorze por cento), passando a vigorar os seguintes valores de referência:

I – Anos finais do Ensino Fundamental/Educação Especial – 4 horas: R$ 520,70;
II – Ensino Médio – 6 horas: R$ 658,16;
III – Ensino Superior – 6 horas: R$ 731,06.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observada a disponibilidade orçamentária correspondente:
41 - 05.001.04.122.0003.2.010.3.3.90.39.00.00 - Gestão da Secretaria de Administração
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

56 - 05.001.04.122.0003.2.011.3.3.90.39.00.00 - Apoio Administrativo a Divisão de Recursos Humanos
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

69 - 05.001.04.122.0003.2.012.3.3.90.39.00.00 - Apoio Administrativo à Divisão de Licitações e Contratos
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

98 - 05.002.04.121.0003.2.029.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Atividades da Divisão de Contabilidade e Orçamento
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

191 - 06.001.15.452.0007.2.034.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão das Atividades do Setor de Serviços Urbanos
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

284 - 07.001.12.361.0013.2.043.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1104

306 - 07.001.12.365.0013.2.048.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1104

337 - 07.002.27.812.0011.2.054.3.3.90.39.00.00 - Manter as Atividades do Setor de Esportes do Município
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

351 - 08.001.10.122.0003.2.059.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão da Secretaria de Saúde
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

371 - 08.001.10.301.0010.2.060.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

395 - 08.001.10.302.0010.2.061.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão do Hospital Municipal
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

453 - 09.001.08.122.0003.2.107.3.3.90.39.00.00 - Gestão da Secretaria de Assistência Social
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

508 - 09.001.08.244.0014.2.120.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Atividades do CRAS e SCFV
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

EFEITOS FINANCEIROS:
Os efeitos financeiros do presente Termo Aditivo retroagem a 01 de abril de 2026, em conformidade com o disposto no artigo 4º do Decreto Municipal nº 92/2026.

FUNDAMENTO LEGAL:
Art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, Contrato Administrativo nº 210/2025, Lei Municipal nº 867/2020, Lei Municipal nº 1.141/2026 e Decreto Municipal nº 92, de 29 de maio de 2026.

Amaporã/PR, 23 de junho de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:7E4948A1

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 178/2026

DECRETO No 178/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, tendo em vista a Habilitação em Concurso Público, e da outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e, em Especial ao contido nas Leis Municipais no 100/2004, 955/2022 e na Lei Orgânica do Município de Amaporã**.**

DECRETA:
Art.1o - Nomeia a Sra. **MERIAN VARGAS DA SILVA DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade nº 4.554.029-2 e inscrita no CPF nº 047.869.509-80, para o cargo efetivo de **TEC. EM ENFERMAGEM**, previsto na Lei Municipal no 374/2011 e tendo em vista a habilitação em Concurso Público, aberto pelo Edital nº 054/2025, e respectiva convocação feita pelo Edital no 044/2026 a partir de **20/08/2026**.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 22 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:9F5C85DC

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 179/2026

DECRETO N.º 179/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

O Prefeito de Amaporã, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o processo de aposentadoria voluntária integral, da servidora **HELENA APARECIDA DA SILVA**.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido a partir **20/08/2026** a servidora **HELENA APARECIDA DA SILVA**, brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo de Professor Licenciatura Plena + Pós, matricula 566, residente e domiciliada na cidade de Amaporã–PR, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS,** nos termos do artigo 52A, da Lei Complementar 07/2023.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor de R$6.521,88 (seis mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos), conforme cálculo de proventos.
Art. 3º - Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos nos termos do artigo 7º da E.C. 41/2003.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã – Estado do Paraná, aos vinte (20) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:91377A1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 069/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 058/2026

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano 2026, o **MUNICÍPIO DE ANAHY/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Centro, na cidade de Anahy, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, sob o nº 023/2026, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo integralmente às condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas, mediante as disposições a seguir**:**

1.DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando eventuais e futuras aquisições de Fórmulas Nutricionais para suprir as necessidades existentes nos departamentos Municipais de Saúde e Educação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições obtidas na etapa competitiva e aceitas pela Administração Pública Municipal são os constantes nesta Ata de Registro de Preços e seus anexos.

2.2.O fornecedor detentor do presente registro de preço é a empresa qualificada a seguir:

Razão Social: EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS.
CNPJ nº: 54.388.779/0001-93.
Endereço/Sede: Rua Pioneiro Arlindo Pedralli, n° 1.009, salas 04 e 05, Jardim Santa Helena, Maringá/PR, CEP 87.083-327.
Representante Legal: Jhonatan Cândido de Souza.
Cargo/Qualificação: Sócio Admnistrador.
Documentos: RG sob nº 9851131-8 SSP/PR e CPF nº 064.550.599-48.
E-mail institucional: adm.effrain@gmail.com.
Telefone/WhatsApp: (44) 99121-2563 / (44) 99805-5833.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
14	EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 54.388.779/0001-93	R$ 10.356,50 (dez mil e trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)
Valor Total		**R$ 10.356,50 (dez mil e trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:3F43A144

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 058/2026

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano 2026, o **MUNICÍPIO DE ANAHY/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Centro, na cidade de Anahy, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, sob o nº 023/2026, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo integralmente às condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas, mediante as disposições a seguir**:**

1.DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando eventuais e futuras aquisições de Fórmulas Nutricionais para suprir as necessidades existentes nos departamentos Municipais de Saúde e Educação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições obtidas na etapa competitiva e aceitas pela Administração Pública Municipal são os constantes nesta Ata de Registro de Preços e seus anexos.

2.2.O fornecedor detentor do presente registro de preço é a empresa qualificada a seguir:

Razão Social: MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA.
CNPJ nº: 29.715.704/0001-22.
Endereço/Sede: Av. Cidade De Leiria, N° 493 Sala 02, Zona 01, Maringá/Pr Cep. 87013-280.
Representante Legal: Lucio Mauro Cantarute Messas.
Cargo/Qualificação: Sócio Administrador.
Documentos: RG sob nº 4.XXX.XXX-6 SSP/PR e CPF nº 797.XXX.XXX-49.
E-mail institucional: maissaudemga@gmail.com.
Telefone/WhatsApp: 44-99731-0063.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
4, 10 e 15	MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA CNPJ: 29.715.704/0001-22	R$ 35.928,00 (trinta e cinco mil e novecentos e vinte e oito reais)
Valor Total		**R$ 35.928,00 (trinta e cinco mil e novecentos e vinte e oito reais)**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:4F2667A7

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2026 VINCULADO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 068/2026 .

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, com endereço à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz nº. 591, centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.594.800/0001-94, aqui denominado apenas CONTRATANTE, neste ato legitimamente representada pelo Sr. PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ARILSON BATISTA DE SOUZA, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20. **CONTRATADA:** VIGORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 19.224.408/0001-75, com sede à Rua Jacinto Roveda, nº 1098, Bairro Santa Bárbara, no Município de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.761-316, neste ato representado pelo Sr. Júlio Antônio Fulman Sanches, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº 073.039.839-02 e RG 9.972.089-1 SESP/PR. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de capacitação e assessoria voltados ao fortalecimento da Rede Municipal de Proteção de Anahy/PR, com foco em políticas intersetoriais de proteção à criança, ao adolescente e enfrentamento à violência contra a mulher, observada a devida integração com as políticas de atendimento à pessoa idosa e à pessoa com deficiência. **VALOR CONTRATUAL**: R$ 20.000,00 (vinte mil reais). **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do CONTRATO e da conclusão da liquidação da despesa.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do CONTRATO será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, conforme disposições dos Art. 106 da Lei 14.133/2021 e seus incisos. **DOTAÇÃO**: Vide CONTRATO originário. **FORO**: Comarca de Corbélia – Paraná. **Anahy, 19 de agosto de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:3E8F6589

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 2.547/2026.

Altera o Decreto nº 2.479/2026, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural de Anahy/PR – Gestão 2025/2027, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 1.090/2024,

CONSIDERANDO o pedido formal de desligamento do Conselheiro Sérgio Bezerra Galvão, por motivos particulares;

CONSIDERANDO a aprovação da substituição pelo Conselho Municipal de Política Cultural;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 2.479/2026, exclusivamente quanto à composição da representação da Sociedade Civil – Artistas eleitos em Conferência.

Art. 2º Fica nomeado o Sr. Antonio Rodrigues Donini para exercer a função de Conselheiro Suplente, representante da Sociedade Civil – Artistas eleitos em Conferência, em substituição ao Sr. Sérgio Bezerra Galvão, que solicitou seu desligamento por motivos particulares, completando o restante do mandato da Gestão 2025/2027.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 2.479/2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 20 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:5DA1D451

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 2.548/2026.

Designa o Prefeito Municipal como Gestor do Fundo Municipal de Cultura – FMC do Município de Anahy e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANAHY, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto nos arts. 57 a 80 e no art. 85 da Lei Municipal nº 1.090, de 13 de dezembro de 2024, e no Regulamento do Fundo Municipal de Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Prefeito Municipal de Anahy como Gestor do Fundo Municipal de Cultura – FMC, responsável por sua administração, representação e movimentação financeira, na forma da Lei Municipal nº 1.090/2024 e do Regulamento do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 2º Compete ao Gestor do Fundo Municipal de Cultura:

I – representar o Fundo Municipal de Cultura perante instituições financeiras, órgãos públicos e demais entidades;
II – autorizar a movimentação da conta bancária específica do Fundo Municipal de Cultura;
III – praticar os atos administrativos necessários à execução financeira, orçamentária e operacional do Fundo;
IV – autorizar os pagamentos e demais movimentações financeiras, observadas a legislação vigente, a disponibilidade orçamentária e as deliberações dos órgãos competentes;
V – zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura;
VI – prestar as informações necessárias aos órgãos de controle interno e externo e ao Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 3º A execução técnica, administrativa e operacional das ações do Fundo será realizada pelo Departamento Municipal responsável pela gestão da cultura, sem prejuízo das competências atribuídas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º O Conselho Municipal de Política Cultural exercerá o acompanhamento, a fiscalização e o controle social da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 20 dias do mês de agosto de 2026

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:8A24FCF3

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.524/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Fátima de Oliveira Rosa, no cargo de Assistente Administrativo/Gerente da Agência do Trabalhador de Anahy, portadora do RG. 6.795.208-1/PR, matrícula funcional nº 10472-4, lotada no Departamento de Ação Social, 02 (duas) diárias e meia, para empreender viagem a serviço do Município de Anahy sendo:

Data:	24 à 26 de agosto de 2026
Destino:	Curitiba - PR
Objetivo:	Participar da Capacitação em Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho, destinada aos servidores da Rede SINE do Estado do Paraná, nos dias 25 e 26 de agosto, no Teatro Guairinha, evento realizado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR. O deslocamento será realizado com ônibus intermunicipal.
Memorando nº	355/2026
Quant. de Diárias:	02 (duas) diárias e meia.
Valor total:	R$ 1.000,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 20 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:1C4F8DE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNPESPA

Ata da reunião extraordinária do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá (FUNPESPA). Às nove horas da manhã do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, na sede do FUNPESPA, realizou-se a reunião que contou com a participação dos membros do Comitê de Investimentos Carlos Henrique Claro de Carvalho, André Henrique Dassie e Adriana de Fátima Pereira Salustiano. Os membros do Comitê se reuniram para tratar da pauta sobre o Fundo de Investimento ITAU ACOES BDR NIVEL I FIFCIC RL do Itaú Unibanco. Em 31/07/2026 o Funpespa tinha R$ 2.004.369,79 (dois milhões quatro mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos) neste fundo. Considerando a Resolução CMN n.º 5.272 de 18/12/2025, este fundo é enquadrado apenas para RPPS com Certificados Pró-Gestão RPPS Nível III ou IV e o Funpespa atualmente está com o Nível I e tem o objetivo de conseguir o Nível II, ainda assim a carteira continuaria desenquadrada e considerado o prazo de dois anos que a Resolução determinou para adequação e que neste ano de 2026 o referido fundo está com apenas com 2,12% de rendimento e há outras opções na renda fixa com rentabilidades melhores, os membros do Comitê decidiram por unanimidade resgatar todo o total de recursos do Fundo, cerca de 2 milhões de reais, recurso este que será destinado para o pagamento da folha de aposentadorias e pensões do mês de agosto de 2026. Sendo o que tinha a tratar, Carlos Henrique Claro de Carvalho encerrou a reunião, que foi lavrada por mim, Adriana de Fátima Pereira Salustiano e será enviada para publicação do Diário Oficial.

CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Presidente do Comitê de Investimentos

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Membro do Comitê de Investimentos

ADRIANA DA FATIMA PEREIRA SALUSTIANO
Membro do Comitê de Investimentos

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:96AA6791

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 3° E 4° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 087/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **19/08/2026** e término em **18/08/2027,** com fundamento no Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 20.460,00** (vinte mil quatrocentos e sessenta reais), com fundamento no Art. 106 , I e II Da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 19.08.2026

DISPENSA N° 008/2024

ASSINATURAS:
EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

DENY GUAZI RESENDE
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C23E7E0B

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 086/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
KEYLA MARIA DUARTE DA SILVA REIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

KEYLA MARIA DUARTE DA SILVA REIS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:AB49C9D7

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 087/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
FERREIRA & ARCE ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025
ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

CELIA SOARES FERREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:A5C0081C

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 089/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ELAINE CRISTINA ROCHA CONCEIÇÃO DE RESENDE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

ELAINE CRISTINA ROCHA CONCEIÇÃO DE RESENDE
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:15111762

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 090/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
G. C. BERNARDI DA SILVA – ENGENHARIA E PERICIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

GEAN CARLOS BERNARDI DA SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C2F5F129

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 091/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ARCHICODE – SOLUÇÕES EM ARQUITETURA E TECNOLOGIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

LUIZA MAYARA ALANO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5CD4BD9F

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 092/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
K E DE SOUZA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

KASSIA ESTEVES DE SOUZA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:3E4038B2

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 093/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
LHAMA ARQUITETURA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

NAIARA RECH
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:B5A1725D

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 094/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
M F CHERPINSKI ENGENHARIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

MARIANA CHERPINSKI BARRETO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7BDFD687

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 095/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
P.H.A CONSULTORIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

RAPHAEL JIA JUEN HWANG
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:814831DE

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 098/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
WGA XAVIER LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/08/2026** e término em **19/08/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.08.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

WELLINGTON GABRIEL AGUIAR XAVIER
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:B18845D7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.302 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 05 dias úteis de **LICENÇA-GALA**, a partir do dia 18 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **LORENA VICENTIN VATER**, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, decorrente do casamento no dia 18 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 18 de agosto de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:22A9031B

GABINETE DA PREFEITA
REPUBLICADA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO ARTº 1 PORTARIA Nº. 20.297 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor Público Municipal, **RICARDO CRUZ DE SOUSA**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, por um período de 03 (três) meses, iniciando em 26 de agosto de 2026, com término em 25 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo: 01-02-2011 a 31-01-2016, com a respectiva remuneração, conforme art. 1º da Lei nº. 1.661/2007, que alterou o art. 111 da Lei nº. 1.170/1993.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9480886B

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 306/2026
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 20/08/2026

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALI-ZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, CADEIRAS PLÁSTICAS, MESAS, GRADES DE PROTEÇÃO, FECHAMENTO E PALCO PRATICÁVEL ATENDENDO PEDIDO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E O FUNPESPA

EMPRESAS VENCEDORAS:

CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA, inscrito no **CNPJ: 44.653.476/0001-05** no valor total dos itens vencidos de **R$ 335.693,00** (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais).

NAZZA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrito no **CNPJ: 20.555.377/0001-14** no valor total dos itens vencidos de **R$ 461.520,00** (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e vinte reais).

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:1884D7D4

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA DE PORTARIA Nº 1.561 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

ERRATA

PORTARIA Nº. 1.561 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

A Portaria nº 1.561 de 19 de agosto de 2026, publicada na edição nº 3599, de 20 de agosto de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP tem pelo presente, por lapso de digitação, a seguinte correção**:**

Onde se lê:
Art. 1º- Promover mudança de nível salarial, para promoção Vertical e horizontal para o servidor abaixo relacionado, conforme Avaliação de Títulos e Avaliação de Desempenho.

NOME	DATA ADMISSÃO	CARGO	Elevar do Nível/Classe	Para Nível/Classe
ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO	18/08/2022	ENGENHEIRO CIVIL	III-02	III.I-02

Leia-se:
Art. 1º - Promover mudança de nível salarial, para promoção Vertical e horizontal para o servidor abaixo relacionado, conforme Avaliação de Títulos e Avaliação de Desempenho.

NOME	DATA ADMISSÃO	CARGO	Elevar do Nível/Classe	Para Nível/Classe
ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO	18/08/2022	ENGENHEIRO CIVIL	III-02	III.I-03

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Andirá, 20 de agosto 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:6C2ED08E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE 1º TERMO DE ADITIVO - CONTRATO Nº 03/2025- INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO O CONTRATO Nº 03/2025 ID Nº 50/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E
ITAU UNIBANCO S.A
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **20/08/2026** e término em **19/08/2027**, com fundamento no Art. 107 da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de valores na importância de R$ 272.563,20 (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos), com fundamento no Art. 106, I e II, da Lei 14.133/2021.

MODALIDADE DE ARRECADAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
Débito automático em conta, Internet, Home Bank, Terminais de auto atendimento, Gerenciador Financeiro.	R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos)
Correspondentes Bancários.	R$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos)

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20/08/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 02/2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:6307FC2F

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA Nº 1.563 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 09 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **JOÃO LUCAS GIUGNI**, ocupante do cargo de **OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, referente ao período aquisitivo 02-05-2025 a 01-05-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Andirá, 20 de agosto de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:76E864D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO de Dispensa de Licitação n° 013/2026 que prevê a ***"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, englobando mão de obra e o fornecimento de peças, componentes e acessórios originais ou de qualidade equivalente, para o veículo oficial da marca Volkswagen, modelo Gol, ano de fabricação 2016, placa BAX-9143, sob responsabilidade da Secretaria de Finanças",*** pela **EMPRESA JURANDIR FELTZ DO CARMO**, inscrita no CNPJ Nº 07.874.801/0001-25, no valor de R$ 8.735,00 (oito mil setecentos e trinta e cinco reais), com base no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria-Geral do Município.
Antonina, 20 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:9AC384BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 294/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná

Exercício: 2026
Decreto nº 294/2026 de 17/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Meio Ambiente	
08.001.04.122.0051.2.300.		Manut. gab. sec. de meio ambiente	
332 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Total Suplementação:			**10.000,00**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Meio Ambiente	
08.001.04.122.0051.2.300.		Manut. gab. sec. de meio ambiente	
333 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
Total Redução:			**10.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Paraná em 17 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:65F42B15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 371/2026 - DESIGNAR SERVIDORES FISCAL E GESTOR REFERENTE ANIVERSÁRIO DE ANTONINA – 06 E 07 DE NOVEMBRO, CONFORME E-PROTOCOLO 25.519.865-3 ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 371/2026, de 14 de agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o protocolo 25.519.865-3 Estado do Paraná,

RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **LINDAMARA ELIAS DOS SANTOS**, ocupante do cargo de DIRETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, portadora do RG n°. **2.019.684** e CPF n°. **596.366.619-87** como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ANIVERSÁRIO DE ANTONINA – 06 e 07 de Novembro, conforme e-protocolo 25.519.865-3 Estado do Paraná.

Art. 2° - Designar a servidora Pública Municipal **SONIA ALVES CABRAL VIEIRA** , ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , portadora do RG n°. **8.034.449-0** e **CPF n°. 031.311.989-90** como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao ANIVERSÁRIO DE ANTONINA – 06 e 07 de Novembro, conforme e-protocolo 25.519.865-3 Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA em, 14 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:50AB56C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 372/2026 - DESIGNAR SERVIDORES COMO FISCAL E GESTOR REFERENTE AO 19º FESTIVAL GOSPEL DE ANTONINA – 12 A 14 DE NOVEMBRO, CONFORME E-PROTOCOLO 25.558.016-07 ESTADO DO PARANÁ.

PORTARIA Nº 372/2026, de 14 de agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o protocolo 25.558.016-07 Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **LINDAMARA ELIAS DOS SANTOS**, ocupante do cargo de DIRETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, portadora do RG n°. **2.019.684** e CPF n°. **596.366.619-87** como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 19º FESTIVAL GOSPEL DE ANTONINA – 12 a 14 de Novembro, conforme e-protocolo 25.558.016-07 Estado do Paraná.

Art. 2° - Designar a servidora Pública Municipal **SONIA ALVES CABRAL VIEIRA** , ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , portadora do RG n°. **8.034.449-0** e **CPF n°. 031.311.989-90** como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 19º FESTIVAL GOSPEL DE ANTONINA – 12 a 14 de Novembro, conforme e-protocolo 25.558.016-07 Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA em, 14 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:97F51F6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
1ª REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026

1ª REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de exames radiográficos de urgência e/ou emergência (raio-x), com a emissão de laudos, contemplando a disponibilização dos profissionais, equipamentos e a inclusão de todos os insumos e sistema necessários para o cumprimento da execução do objeto contratado, em atendimento às demandas do Centro Médico Bom Jesus, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais)

Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 24/08/2026 as 08h29m do dia 08/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h30m do dia 08/09/2026 as 08h59m do dia 08/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00m. do dia 08/09/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br; bianca@balsanova.pr.gov.br; ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 20 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
BIANCA APARECIDA MARREIRO
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:56284FDC

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BALSA NOVA - PR RESOLUÇÃO Nº 13/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE BALSA NOVA - PR

RESOLUÇÃO Nº 13/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente ao 2º trimestre de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 616/2011, alterada pela Lei Municipal nº 646/2011, Lei Municipal nº 1052/2018 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, torna público que, em

Assembleia Ordinária realizada em 20 de agosto de 2026, o colegiado;

RESOLVEU:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente ao 2º trimestre de 2026;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 20 de agosto de 2026.

Balsa Nova 20 de agosto de 2026.

ANALICE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente – CMAS

NEUCIMAR AP. V. DE AMORIM DE SOUZA
Secretária Executiva- CMAS

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:132C246A

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE BALSA NOVA - PR RESOLUÇÃO Nº 06/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE BALSA NOVA - PR

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Súmula: Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher de Balsa Nova-PR – FMDM, referente ao 2º trimestre de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 1377/2024 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, torna público que, em **Assembleia Ordinária** realizada em **18 de agosto de 2026**, o colegiado;

RESOLVE:

Art. 1º Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, referente ao 2 º trimestre de 2026;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 18 de agosto de 2026.

Balsa Nova, 20 de agosto de 2026.

LUCYLENE DO ROCIO SKRZYPEK
Presidente –COMDIM

NEUCIMAR AP. V. DE AMORIM DE SOUZA
Secretaria Executiva -COMDIM

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:FF47517C

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE BALSA NOVA RESOLUÇÃO Nº 09/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE BALSA NOVA

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal do Idoso - FMDI, referente ao 2º trimestre de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 588/2010 e demais dispositivos aplicados à espécie, torna público que, em **Assembleia Ordinária** realizada em **20 de agosto de 2026**, o colegiado:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso - FMDI, referente ao 2º trimestre de 2026;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 20 de agosto de 2026.

Balsa Nova, 20 de agosto de 2026.

MURILO ZANELLO MILLEO
Presidente - CMDI

NEUCIMAR AP. V. DE AMORIM DE SOUZA
Secretária Executiva - CMDI

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:DBABA34B

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 009/2026 - AGENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2026, homologado pelo Decreto n.º 164/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Agente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 7480/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **24/08/2026, às 10h30min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **AGENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

De acordo com o Processo n.º 20150/2026 - SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	N.º DE VAGAS
Escola Municipal Padre Boleslau Liana	1
Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
4°	RONALDO ANTONIO DO NASCIMENTO FARIA	16964/2026
5°	CAMILA SOECKI	16629/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);

2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 24 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal Nº 113/2023
IEDA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:4B87CB9D

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2025 - TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO – PEDAGOGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 02/2025, homologado, pelo Decreto nº. 149/2025 visando a contratação em caráter temporário do cargo de Trabalhador da Educação - Pedagogo, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 1211/2025 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 661/2012,

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, nº 665, em Balsa Nova/PR, no dia **24/08/2026, às 10h00min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO – PEDAGOGO**:

De acordo com o Processos nº 19348/2026, as vagas são:

LOCAL	N° DE VAGAS
Escola Municipal Padre Boleslau Liana	1
Escola Municipal João Andreassa	1

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
33°	BRUNA DOS SANTOS LOPES SANTIAGO	10166/2025
34°	FABIANA BUENA ZAMPIER GIACOMIN	11610/2025
**41°	*PATRICIA MELLO LEAL GARRETT*	*11542/2025*
**42°	*CELIA REGINA JAVORSKI SCHINDA*	*11450/2025*
**43°	*MARISTELA CUNICO LONGHI*	*9425/2025*
**45°	*JOYCE ELEN APARECIDA BATISTEL FRANÇA*	*11643/2025*
**48°	*JHENIFFER KARINE ALVES DE FREITAS*	*11317/2025*
**49°	*BEATRIZ RICHIUKI MOREIRA CZARNIK*	*11395/2025*
**54º	*ELIANE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS LARSON*	*11037/2025*
**56º	*JAINE FATIMA DA ROSA SEBULSKI*	*11495/2025*
**58º	*SONIA MARA SANTANA COLTRO*	*10583/2025*
**80º	*DEBORA PEDRON*	*11635/2025*
**83º	*ELOIZE ELENA RIBAS*	*10960/2025*

Reconvocação final de lista;
*** Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia simples, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Inscrição e Regularidade no Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;

Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 20 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:0B3C993A

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 07/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 08/2026 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 07/2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado n.º 08/2026, homologado pelo Decreto n.º 145/2026, que visa à contratação em caráter temporário para o cargo de Técnico em Enfermagem, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 11619/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 08/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **24/08/2026, às 09h00min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** ou, alternativamente, formalizar a opção de desistência. Conforme consta no item 9.3 do edital, **não será facultado o pedido de final de lista.**

De acordo com os Processos n.º:
- 17275/2026 – SMS;
- 17397/2026 – SMS,
ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL	Nº DE VAGAS	TURNOS
Unidade de Saúde Tancredo Neves	1	Segunda à sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
22°	ROSILENE APARECIDA HOINASKI	14484/2026
	PORTELA	
**23°	*MATHEUS MARTINS SLONGO*	*14385/2026*

******** *Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia simples, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Inscrição e Regularidade no Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 20 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:76F85AEA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00014

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00014, de 20 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
BORSSATO GRANDE PARADA PURUNA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	50.7XX.XXX/0001-60	7443 /00010/2026
BORSATTP GRANDE PARADA PURUNA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	50.7XX.XXX/0001-60	7443 /00009/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 20/08/2026
Data de desafixação: 04/09/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:64B6CA73

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00015

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00015, de 20 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
ANTONIO DE JESUS DE PAULA (ESPÓLIO DE)	35X.XXX.X29-04	7443 /00035/2026
ANTONIO DE JESUS DE PAULA (ESPÓLIO DE)	35X.XXX.X29-04	7443 /00036/2026
ANTONIO DE JESUS DE PAULA (ESPÓLIO DE)	35X.XXX.X29-04	7443 /00037/2026
ANTONIO DE JESUS DE PAULA (ESPÓLIO DE)	35X.XXX.X29-04	7443 /00038/2026
ANTONIO DE JESUS DE PAULA (ESPÓLIO DE)	35X.XXX.X29-04	7443 /00039/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 20/08/2026
Data de desafixação: 04/09/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:5B3E8955

ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026

Dispõe sobre a instituição, regulamentação e realização das Avaliações Diagnósticas na Rede Municipal de Ensino de Balsa Nova/PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso de suas atribuições legais e pedagógicas, considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a necessidade de acompanhamento sistemático das aprendizagens, as ações de recomposição da aprendizagem e as orientações constantes do RCD EDU11 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
RESOLVE:

Art. 1º
Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Balsa Nova, a realização de Avaliações Diagnósticas, destinadas a subsidiar o planejamento pedagógico, orientar as práticas docentes e acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.
§ 1º As Avaliações Diagnósticas serão aplicadas de maneira padronizada e uniforme nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando-se a identidade dos instrumentos avaliativos entre as turmas do mesmo ano/série.

Art. 2º
As Avaliações Diagnósticas serão aplicadas de forma censitária, abrangendo todos os estudantes regularmente matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, ressalvadas as situações de ausência devidamente justificada e comprovada.
Parágrafo único. As avaliações serão realizadas, no mínimo, no início e no final do ano letivo, podendo ser realizadas aplicações adicionais, conforme necessidade pedagógica identificada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º
As Avaliações Diagnósticas contemplarão, no mínimo, os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, com foco nas habilidades relacionadas à leitura, produção textual, escrita e resolução de problemas.
Parágrafo único. Conforme deliberação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, poderão ser contemplados outros componentes curriculares ou áreas do conhecimento, considerando as necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º
Os instrumentos avaliativos utilizados serão elaborados ou validados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em consonância com a BNCC, o Currículo Municipal e as especificidades da etapa de ensino avaliada.

Art. 5º
Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
I – elaborar, aplicar, organizar e analisar as Avaliações Diagnósticas;
II – garantir a padronização, a fidedignidade e a qualidade técnica dos instrumentos avaliativos;
III – sistematizar, consolidar e encaminhar os resultados às unidades escolares;
IV – promover orientações pedagógicas para a utilização dos resultados no planejamento docente;

V – assegurar o cumprimento das disposições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 6º

Os relatórios dos resultados das Avaliações Diagnósticas deverão apresentar, no mínimo, o desempenho dos estudantes por escola, ano/série, turma e descritor ou habilidade avaliada, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Parágrafo único. A apresentação dos dados deverá possibilitar sua adequada interpretação e utilização para fins de planejamento pedagógico, acompanhamento das aprendizagens e definição de estratégias de intervenção.

Art. 7º

Os resultados das Avaliações Diagnósticas deverão ser analisados em reuniões pedagógicas formais, envolvendo as equipes gestoras e os professores regentes, com registro em ata ou documento equivalente.

§ 1º A análise dos resultados terá como finalidade subsidiar a definição de estratégias de recomposição das aprendizagens, ajustes no planejamento pedagógico e ações de acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

§ 2º Os resultados consolidados poderão subsidiar a definição de metas educacionais, a implementação de ações de intervenção pedagógica, programas de recomposição das aprendizagens e a organização de processos de formação continuada dos profissionais da educação.

§ 3º Os resultados deverão ser compartilhados com as unidades escolares em tempo hábil, de modo a possibilitar o replanejamento pedagógico e o acompanhamento contínuo das aprendizagens dos estudantes.

Art. 8º

As unidades escolares deverão utilizar os resultados das Avaliações Diagnósticas como subsídio para:

I – o planejamento pedagógico;

II – a definição de intervenções didáticas;

III – as ações de recomposição das aprendizagens;

IV – o acompanhamento contínuo do desempenho e do desenvolvimento dos estudantes.

Art. 9º

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Balsa Nova, 14 de agosto de 2026.

IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:018700F9

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026124

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026124

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481 /2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), Gabriela Muckenberger Saddi, matrícula nº 41461, Medica Veterinária , a importância de R$ 65,94 para atender as despesas de 1 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de Curitiba- PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 20/08/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:6308D12E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026125

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026125

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481 /2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), helton Diego dos Santos, matrícula nº 46937, Técnico de Enfermagem , a importância de R$ 65,94 para atender as despesas de 1 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de Curitiba- PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 20/08/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:1ACC23E1

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
PORTARIA Nº 012/2026

Súmula: *Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Balsa Nova, inclusive aquelas decorrentes de empréstimos pessoais contratados junto a instituições financeiras.*

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, tendo em vista o disposto no art. 68, parágrafo único da Lei nº 222 de 06 de maio de 1991.

RESOLVE:

Art. 1º As consignações referentes a empréstimos pessoais junto a instituições financeiras e das demais consignações descontadas em folha de pagamento dos servidores ou vereadores, do Poder Legislativo de Balsa Nova, reger-se-ão nos termos desta Portaria.

Art. 2º Considera-se, para fins desta Portaria:

I - consignatário: pessoa física beneficiária de pensão alimentícia ou entidade pública ou privada destinatária dos repasses decorrentes das consignações em folha de pagamento, nos termos desta Portaria;

II - consignante: Câmara Municipal de Balsa Nova;

III – consignado: servidor ou vereador sujeito a descontos em sua folha de pagamento, decorrentes de consignações compulsórias ou facultativas previstas nesta Portaria;

IV - consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração do servidor ou do subsídio do vereador, efetuado por força de lei ou determinação judicial;

V - consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração do servidor ou do subsídio do vereador, mediante autorização prévia e formal e anuência da Consignante, na forma desta Portaria;

VI - remuneração líquida: provento ou remuneração composta pelo vencimento, adicionais e gratificações, do último mês de competência, deduzidos os descontos compulsórios.

Art. 3º. Os convênios celebrados pela Consignante com instituições financeiras ou outras instituições Consignatárias para a concessão de empréstimos ou outras modalidades de crédito mediante consignação

em folha de pagamento terão caráter não exclusivo, podendo a Consignante celebrar convênios com outras instituições que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Portaria.
§ 1º A celebração de convênio com determinada instituição não assegura qualquer preferência, exclusividade ou reserva de mercado, nem impede a celebração de convênios com outras instituições que preencham os requisitos estabelecidos pela Consignante, nesta Portaria.
§ 2º A escolha da Consignatária e da modalidade de crédito será de livre iniciativa do Consignado, observadas as condições oferecidas pela Consignatária e a margem consignável disponível.
§ 3º A Consignante não será responsável pelas condições financeiras, taxas de juros, encargos, prazos ou demais obrigações decorrentes dos contratos celebrados entre os Consignados e as instituições Consignatárias, limitando-se às atividades de averbação, desconto e repasse dos valores descontados em folha de pagamento, na forma desta Portaria e do respectivo convênio.
§ 4º As instituições Consignatárias interessadas na celebração de convênio deverão atender aos requisitos estabelecidos nesta Portaria, vedada a concessão de preferência ou tratamento diferenciado entre as instituições consignatárias.
Art. 4º O Departamento de Recursos Humanos da Consignante, ao analisar requerimentos de consignação em folha de pagamento, deverá observar as normas desta Portaria relativas às consignações compulsórias e facultativas.
Art. 5º São considerados consignações compulsórias os descontos e recolhimentos efetuados por força de lei ou determinação judicial, compreendidos:
I - contribuição Previdenciária ao Regime de Previdência Social - INSS;
II - imposto de renda retido na fonte - IRRF;
III - obrigações decorrentes de decisão judicial ou administrativa;
IV - reposição e indenização ao erário;
V - vale-transporte;
VI - outros descontos compulsórios instituídos por lei.
Art. 6º São consideradas consignações facultativas os descontos incidentes sobre a remuneração/subsídio mediante autorização prévia e formal do servidor, e anuência da Consignante, em função de:
I - mensalidade instituída para o custeio de entidades de classes e associações de servidores, bem como outros valores creditados às referidas entidades e associações;
II - mensalidade de plano de saúde e odontológico;
III - mensalidade relativa a seguro de vida;
IV - coparticipação de plano de saúde e odontológico;
V - parcelas referentes a empréstimos pessoais, concedidos por instituições financeiras;
VI - mensalidade referente à previdência complementar;
VII - mensalidades de instituição de ensino;
VIII - outros descontos expressamente autorizados por lei ou regulamento.
Parágrafo único. A sistemática de consignações em folha de pagamento, na modalidade facultativa, constitui-se como mera facilidade colocada à disposição do Consignado, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Consignante por dívidas ou compromissos por eles assumidos com as instituições Consignatárias.
Art. 7º A soma mensal das consignações facultativas não poderá exceder 40% (quarenta por cento) da remuneração líquida do consignado.
§ 1º Serão considerados para cálculo da margem de consignação, os adicionais e gratificações de caráter individual e demais vantagens relativas à natureza ou ao local de trabalho, ficando excluídas:
I - auxílio-transporte;
II - salário-família;
III - auxílio cesta básica;
IV - décimo terceiro salário;
V - gratificação de 1/3 de férias;
VI - média de férias, de licença prêmio e de licença candidatura;
VII - adicionais noturnos;
VIII - diferenças resultantes de importâncias pretéritas;
IX - abono/juros PIS/PASEP;
X - verbas de natureza indenizatória;
XI - abono de permanência.

§ 2º Rescindido ou cessado o vínculo funcional ou eletivo por exoneração, demissão, cassação, renúncia, término do mandato ou falecimento, as verbas rescisórias ou indenizatórias devidas pela Consignante ao Consignado serão objeto de retenção automática para amortização ou quitação do saldo devedor das consignações facultativas, observando-se:
I – o desconto ficará limitado a até 30% (trinta por cento) do valor líquido total das verbas rescisórias ou indenizatórias apuradas no acerto final;
II – ocorrendo a retenção por motivo de falecimento do Consignado e havendo cobertura por seguro prestamista vinculado à operação de crédito, caberá à instituição Consignatária proceder à liquidação da dívida junto à seguradora e efetuar a devolução integral dos valores retidos aos dependentes ou sucessores legais, desonerando a Consignante de qualquer intermediação ou responsabilidade por eventuais ressarcimentos;
III – caso o montante retido seja insuficiente para a liquidação integral do saldo devedor, caberá à instituição consignatária providenciar a cobrança do saldo remanescente diretamente junto aos ex-servidores, ex-vereadores ou, em caso de falecimento, aos seus sucessores legais, desonerando a Câmara Municipal de qualquer responsabilidade pelo débito excedente;
IV – o Departamento de Recursos Humanos da Consignante comunicará a Consignatária sobre o desligamento do Consignado e o valor apurado e retido para repasse.
Art. 8º As consignações compulsórias e facultativas terão prioridades de descontos, conforme segue:
I - compulsórias;
II - facultativas, na seguinte ordem de prioridade:
a) mensalidades destinadas à entidade sindical e/ou a associação representativa dos servidores públicos;
b) descontos autorizados por intermédio de autarquia, empresa pública e demais entidades do Município;
c) plano de saúde, odontológico e seguro de vida;
d) empréstimos pessoais;
e) mensalidade de instituição de ensino;
f) coparticipação de plano de saúde e odontológico;
g) mensalidade de previdência complementar;
h) outros descontos autorizados pelo servidor mediante intermediação de associação ou sindicato representativo dos servidores públicos de Balsa Nova, previsto no inciso I do artigo 6º;
i) contribuição a favor de partido político;
j) pensão alimentícia voluntária.
Parágrafo único - Caso as consignações sejam da mesma natureza, será dada preferência de desconto para a mais antiga.
Art. 9º No caso de desconto de consignação indevida, em virtude de incorreções no lançamento de valores, por parte da Consignatária, o valor deverá ser integralmente ressarcido ao Consignado prejudicado, com juros e correção monetária do período, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da comunicação da irregularidade.
Art. 10 As consignações facultativas em folha de pagamento previstas no art. 6º poderão, por decisão motivada, a qualquer tempo, ser suspensas ou excluídas, no todo ou em parte, por interesse da Consignante, do Consignatário ou do Consignado, mediante solicitação expressa à administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade;
§ 1º As parcelas referentes a empréstimos pessoais não consignadas por insuficiência de margem poderão ser objeto de novo lançamento, a critério da Consignatária, a partir do mês subsequente à data prevista para término do contrato.
§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, caso não sejam por qualquer motivo efetivados os descontos das consignações de que trata esta Portaria, caberá ao consignado providenciar o recolhimento das importâncias por eles devidas diretamente à Consignatária, não se responsabilizando a Consignante, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes.
§ 3º Cabe ao Consignado e à entidade Consignatária avaliar a real possibilidade de efetivação da Consignação facultativa em face das regras contidas nesta portaria, ficando sob a inteira responsabilidade do Consignado e da Consignatária os riscos advindos da não efetivação dos descontos.
Art. 11. Somente poderão ser admitidas como instituições Consignatárias para efeito das consignações facultativas:

I - associação e entidade sindical representativa dos servidores públicos da Câmara Municipal de Balsa Nova;
II – instituições financeiras e cooperativas de crédito legalmente autorizadas
a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
III – entidades de previdência complementar, regularmente constituídas
e autorizadas pelo órgão competente;
IV – instituições de ensino regularmente constituídas;
V – empresas regularmente constituídas que ofereçam planos de saúde,
planos odontológicos, seguros ou outros serviços cuja consignação
seja admitida por esta Portaria;
VI – partidos políticos legalmente constituídos, quando
a consignação estiver legalmente autorizada;
VII – outras pessoas jurídicas legalmente constituídas, que prestem serviços ou produtos cuja consignação seja admitida por lei e autorizada nesta Portaria;
§ 1º A admissão da instituição como consignatária dependerá do atendimento dos requisitos estabelecidos nesta Portaria e, quando exigido, da celebração de termo de convênio ou instrumento equivalente com a Câmara Municipal.
Art. 12. Os documentos necessários para a formalização do termo de cooperação serão aqueles previstos neste artigo, sem prejuízo de outros que, em razão da natureza jurídica da instituição interessada, venham a ser especificados no termo de convênio:
I - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, consolidado com as alterações, se houver, devidamente inscrito no registro competente;
II – para pessoa jurídica: inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
III – para pessoa física: exclusivamente a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), acompanhada de documento oficial de identidade e comprovante de endereço atualizado;
IV- Alvará de funcionamento atualizado e no caso de instituição financeira, apresentar autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil;
V - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
VI - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial;
VII - Certidão Negativa de Protesto de Títulos, expedida por cartório da sede da requerente;
VIII - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da consignatária, ou outra equivalente na forma da lei.
IX- a regularidade perante a Justiça do Trabalho
Parágrafo único. Em caso de prorrogação ou renovação do convênio, a Consignatária deverá apresentar as certidões relacionadas no *caput* deste artigo.
Art. 13. Após o deferimento do pedido e o atendimento aos demais requisitos previstos nesta Portaria, será providenciada pela Consignante a celebração do termo de convênio, o qual deverá ser assinado por ambas as partes.
Art. 14. No termo de convênio a ser firmado pela Câmara Municipal com a instituição consignatária deverão constar obrigatoriamente:
I – a qualificação completa da Consignante e da Consignatária, bem como a indicação do preposto responsável;
II – o objeto e as condições da consignação em folha de pagamento;
III – os direitos, deveres e obrigações das partes contratantes;
IV – a vigência do instrumento e as hipóteses de rescisão ou suspensão.
§ 1º As entidades consignatárias deverão conservar em seu poder, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do término da consignação, prova do ajuste celebrado com o consignado bem como a prévia e expressa autorização firmada, por escrito, para o desconto em folha de pagamento.
§ 2º Quando solicitado pela Consignante, a entidade consignatária terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar a autorização firmada pelo consignado, sob pena de suspensão temporária do convênio, conforme previsto no artigo 21 inciso II, alínea "a", desta Portaria.
§ 3º No caso de consignação de pensão alimentícia voluntária, o servidor deverá realizar requerimento com assinatura reconhecida em cartório ou atestada por servidor(a) do Departamento de Recursos da Consignante.
Art. 15. Nos empréstimos pessoais a entidade consignatária deverá, sem prejuízo de outras informações a serem prestadas na forma do artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, fornecer uma via do contrato com ciência prévia ao Consignado, com no mínimo as seguintes informações:
I – Dados Pessoais do Consignado;
II – Data da efetivação do empréstimo;
III- valor total financiado;
IV- mês inicial de desconto da primeira parcela;
V- taxa efetiva mensal e anual de juros;
VI – todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor financiado;
VII - valor e quantidade das prestações;
VIII - montante total a pagar com o empréstimo;
IX – o Custo Efetivo Total (CET) da operação, expresso em percentual anual.
Art. 16. Nas operações de empréstimos as Consignatárias deverão obedecer aos seguintes critérios:
I – Número máximo de 96 (noventa e seis) parcelas mensais;
II – Vedada a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito – TAC, ou quaisquer outras taxas de administração, bem como a vinculação de outros produtos;
III – proibida a cobrança de qualquer taxa ou encargo à Consignante.
Art. 17. As instituições consignatárias deverão assegurar que o tratamento das informações pessoais e financeiras dos consignados ocorra exclusivamente na medida necessária à execução das consignações facultativas, observadas a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – e demais normas aplicáveis.
§ 1º. É vedado o compartilhamento de dados pessoais e financeiros dos consignados para fins diversos da operacionalização das consignações facultativas.
§ 2º. As instituições consignatárias deverão adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
Art. 18. Quando da solicitação de quitação dos débitos de servidor junto à instituição Consignatária, esta terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para emitir o boleto de quitação.
Parágrafo único – Após a quitação dos débitos, a consignatária terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para efetivar a baixa no sistema de consignação.
Art. 19. Nas obrigações decorrentes das consignações facultativas previstas no inciso V do artigo 6º desta portaria, será assegurada a possibilidade de quitação antecipada mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, conforme estabelecido no artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor.
Art. 20. Sempre que solicitado pelo Consignado, a instituição Consignatária terá prazo máximo de 03 (três) dias úteis para fornecer quaisquer informações de interesse do solicitante, incluindo saldo devedor para liquidação antecipada de empréstimo pessoal, sob pena de suspensão temporária do convênio, prevista no artigo 21, inciso II, desta Portaria.
Art. 21. A instituição consignatária que agir em desacordo com as normas desta Portaria ou causar prejuízo ao Consignado ou à Consignante ficará sujeita, a critério da Câmara Municipal, às seguintes sanções:
I – advertência por escrito**:** cometida a primeira infração às obrigações previstas nesta Portaria que não enseje prejuízo financeiro direto ou suspensão imediata;
II – suspensão temporária do convênio:
a) quando a entidade deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela Administração;
b) quando deixar de efetuar o ressarcimento ao consignado nos termos do art. 9º;
c) pelo descumprimento das obrigações e prazos previstos nos arts. 15, 16, 18, 19 e 20 desta Portaria;
III – cancelamento do convênio**:** quando a instituição consignatária reincidir nas infrações previstas no inciso II ou no descumprimento de advertências formais já aplicadas;
IV – suspensão do repasse mensal**:** mediante depósito judicial dos valores da carteira de consignados, enquanto perdurar o descumprimento
de obrigações contratuais ou operacionais pela Consignatária;

V – suspensão definitiva do convênio e impedimento de novos ajustes**:** quando o prejuízo for causado diretamente à Administração Pública, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.
Parágrafo único**.** As suspensões temporárias permanecerão em vigor até a efetiva regularização da situação infracional pela instituição consignatária.
Art. 22. O Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal fiscalizará o cumprimento dos preceitos desta Portaria.
Art. 23. Os casos omissos serão decididos pelo(a) Presidente da Câmara Municipal.
Art. 24. Revogam-se as Portarias nº 01/2018 e nº 08/2023.
Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Balsa Nova, em 19 de agosto de 2026.

JUCÉLIA LEAL FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Balsa Nova

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:CE1F8E44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2026 POR ITEM MENOR VALOR

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação, no caso de outros serviços e compras e decretos municipal 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE MACA PARA VACINAÇÃO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, DE ACORDO COM PLANO DE APLICAÇÃO PRÓ-VIGIA - RESOLUÇÃO 808/2022 conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação até **DIA 26/08/2026, ÀS 17:00:00 HORAS.**

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail proposta@barbosaferraz.pr.gov.br ou pelo protocolo geral https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 20/08/2026

HENRIQUE WARKEN
Presidente CPL

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:6B7E8882

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 05.035.532/0004-20.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 119/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DE 7 LUGARES NOVO, ZERO QUILÔMETRO, MEDIANTE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA AMERIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO.

VALOR: R$: 151.290,00 (cento e cinquenta e um mil, duzentos e noventa reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 86, LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 20 de agosto de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:4DAB9FC4

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 41/ 2026
b) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DE 7 LUGARES NOVO, ZERO QUILÔMETRO, MEDIANTE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA AMERIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	05.035.532/0004-20	R$ 151.290,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO UTILITÁRIO DE 7 LUGARES – Cor branca; Zero km; 04 portas; Cabine/Carroceria: para 07 ocupantes, Minivan (suv);	Spin LTZ 1.8 7L lugares automática 2026/2026	UNID	1	151.290,00	151.290,00

Barbosa Ferraz, 19 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:31D2EEF6

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 67/2026.

DECRETO Nº 67/2026.

Súmula: Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação - PME do Município de Barbosa Ferraz referente ao decênio 2026–2036 e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;

CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;

CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - SASE do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;

CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;

CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Barbosa Ferraz, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:
I - Comissão Gestora;
II - Equipe Técnica;
III - Grupos de Trabalho - GTs.
Parágrafo único. As instâncias de que trata o *caput* atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.

Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino -SASE do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:
I - diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
II - identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
III - definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
IV - consulta e validação social;
V - elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VI - encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal;
VII - definição preliminar dos mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Compete à Comissão Gestora:
I - coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II - definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III - instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV - garantir a participação social e a transparência do processo;
V - validar o diagnóstico educacional do Município;
VI - deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII - aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII - acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX - articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a Rede de Cooperação Técnica do MEC;
X - assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI - designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII - definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII - deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.

Art. 5º A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:
I - um representante da Secretaria Municipal de Educação;
II - um representante do Conselho Municipal de Educação;
III - um representante do Fórum Municipal de Educação;
IV - um representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
V - um representante da rede estadual de ensino com unidades no Município;
VI - um representante das instituições privadas de educação básica do Município;
VII - um representante de instituições de educação superior do Município.
§ 1º Cada uma das representações referidas neste artigo indicará formalmente um membro titular e um suplente.
§ 2º Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação das respectivas instituições, podendo a representação do Fórum Municipal de Educação ser incorporada posteriormente, tão logo concluído seu processo de instalação.
§ 3º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma estabelecido e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
§ 6º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º Compete à Equipe Técnica:
I - levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;

II - elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III - analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV - apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V - orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI - sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII - garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII - elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX - padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X - assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI - subsidiar decisões com base em evidências;
XII - articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 8º A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, cinco membros titulares, designados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação por meio de Portaria específica.
§ 1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I - estatísticas e indicadores educacionais;
II - planejamento e gestão pública;
III - orçamento público e financiamento da educação;
IV - elaboração de documentos técnicos e normativos;
V - currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais, representantes de instituições de ensino superior, especialistas e o(a) Técnico(a) Local da Rede de Cooperação para Elaboração dos Planos Decenais do Ministério da Educação.
§ 3º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.
§ 4º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
§ 5º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV
DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.

Art. 10. Compete aos Grupos de Trabalho:
I - analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II - identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III - contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV - propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V - participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI - submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 11. Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I - Educação Infantil;
II - Alfabetização e Ensino Fundamental;
III - Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV - Educação Integral e em tempo integral;
V - Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos);
VI - Valorização dos Profissionais da Educação;
VII - Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII - Financiamento da Educação;
IX - Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais.
§ 1º Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município.
§ 2º A participação nos Grupos de Trabalho será aberta aos interessados, mediante Chamamento Público, buscando-se assegurar, sempre que possível, a representatividade e diversidade dos segmentos educacionais, órgãos públicos, conselhos, profissionais da educação, instituições e sociedade civil.
§ 3º O quantitativo de participantes de cada Grupo de Trabalho será definido pela Comissão Gestora, considerando a complexidade do eixo temático e a viabilidade operacional dos trabalhos.

Art. 12. Cada Grupo de Trabalho contará com:
I - 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou experiência no respectivo eixo temático;
II - 1 (um) Relator, escolhido entre os membros do próprio Grupo de Trabalho na sua primeira reunião;
III - demais participantes inscritos e homologados na forma estabelecida em Chamamento Público.
§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, organizar os trabalhos do grupo, zelar pelo cumprimento da metodologia adotada e articular-se com a Equipe Técnica.
§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar as contribuições produzidas e encaminhar os documentos à Equipe Técnica nos prazos estabelecidos.
§ 3º Os membros dos Grupos de Trabalho participarão das discussões, análises e formulações relativas ao respectivo eixo temático, contribuindo para a elaboração do diagnóstico, dos objetivos, das metas e das estratégias do Plano Municipal de Educação.

Art. 13. A composição dos Grupos de Trabalho será formalizada por Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação, contendo a relação dos respectivos coordenadores e membros.
§ 1º A participação nos Grupos de Trabalho possui caráter voluntário, não remunerado e será considerada serviço público relevante.
§ 2º A substituição de membros poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação da Comissão Gestora e formalização por ato administrativo próprio.
§ 3º Poderão participar das reuniões dos Grupos de Trabalho, na condição de convidados, especialistas, representantes de instituições públicas ou privadas e demais colaboradores cuja contribuição seja considerada relevante para os trabalhos.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 14. A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:
I - a Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II - os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III - a Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV - a Comissão Gestora analisa e valida preliminarmente o texto-base;
V - o texto-base é submetido à apreciação do Fórum Municipal de Educação;
VI - as contribuições do Fórum são analisadas e sistematizadas pela Comissão Gestora e pela Equipe Técnica;
VII - a proposta consolidada é submetida à Audiência Pública;
VIII - após a análise das contribuições da Audiência Pública, o documento final é consolidado e encaminhado ao Poder Executivo para elaboração e envio do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 15. Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.

Art. 17. Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, sua implementação, monitoramento e avaliação serão acompanhados pelas instâncias permanentes competentes, especialmente pelo Fórum Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, observada a legislação vigente e a Lei do Plano Municipal de Educação.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito do Município de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:4CE0202A

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA N°. 280/2026

PORTARIA N°. 280/2026

SUMULA: *Nomeia servidores para Gestor e Fiscal de Convênio, junto a SETU/PR.*

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Rita de Cassia Silvério Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Ação Social, portadora do CPF n°. 816.389.229-34 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **LANÇAMENTO DO PRATO TÍPICO E APRESENTAÇÃO DA RAINHA DO RODEIO DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 2° - Designar a Servidora Pública Municipal Dayane Carla Cassia Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Inovação Tecnológica, Industria e Comércio, portadora do CPF n°. 078.527.089-27 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **LANÇAMENTO DO PRATO TÍPICO E APRESENTAÇÃO DA RAINHA DO RODEIO DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz-PR

Publicado por:
Kleyton Luis Leme Cracco
Código Identificador:3BEE4827

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA N°. 281/2026

PORTARIA N°. 281/2026

SUMULA: *Nomeia servidores para Gestor e Fiscal de Convênio, junto a SETU/PR.*

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Rita de Cassia Silvério Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Ação Social, portadora do CPF n°. 816.389.229-34 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **66º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 2° - Designar a Servidora Pública Municipal Dayane Carla Cassia Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Inovação Tecnológica, Industria e Comércio, portadora do CPF n°. 078.527.089-27 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **66º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz-PR

Publicado por:
Kleyton Luis Leme Cracco
Código Identificador:5A7E48C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
ERRATA RESOLUÇÃO Nº07/2026

Onde se lê

SÚMULA: Aprova a alteração do Plano de Trabalho e a prorrogação do prazo de execução do projeto da Associação das Mulheres do Agronegócio – AMUAGRO, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a solicitação de prorrogação do prazo de execução do Plano de Trabalho, inicialmente previsto para encerramento em **01 de agosto de 2026**, para **30 de setembro de 2026**;

CONSIDERANDO que a proposta de alteração do Plano de Trabalho e prorrogação do prazo de execução foi **aprovada por unanimidade de votos** pelos membros do Conselho presentes na reunião;

Art. 4º Fica aprovada a **prorrogação do prazo de execução do Plano de Trabalho até 30 de setembro de 2026**, visando possibilitar a realização das aquisições e a adequada conclusão das atividades previstas.

RESOLUÇÃO Nº 07/2026
SÚMULA: Aprova a alteração do Plano de Trabalho e a prorrogação do prazo de execução do projeto da Associação das Mulheres do Agronegócio – AMUAGRO, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE BARRA DO JACARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no

uso das atribuições que lhe conferem a legislação municipal vigente e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela **Associação das Mulheres do Agronegócio – AMUAGRO**, por meio do **Ofício nº 000014/2026 – AMUAGRO**, referente à alteração do Plano de Trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da aplicação dos recursos às necessidades atuais da Associação, sem alteração dos objetivos, metas e finalidade do projeto;

CONSIDERANDO a solicitação de remanejamento de recursos entre as rubricas de **Material de Proteção e Segurança (EPI), Material de Acondicionamento e Embalagem, Material de Expediente, Sementes, Mudas e Insumos Agrícolas e Combustível**;

CONSIDERANDO a solicitação de prorrogação do prazo de execução do Plano de Trabalho, inicialmente previsto para encerramento em **01 de agosto de 2026**, para **30 de setembro de 2026**;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS realizou reunião deliberativa em **10 de agosto de 2026**, por meio de aplicativo de mensagens **WhatsApp**, conforme registrado na **Ata nº 07/2026**, ocasião em que a matéria foi submetida à apreciação dos conselheiros;

CONSIDERANDO que a proposta de alteração do Plano de Trabalho e prorrogação do prazo de execução foi **aprovada por unanimidade de votos** pelos membros do Conselho presentes na reunião;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Trabalho da **Associação das Mulheres do Agronegócio – AMUAGRO**, CNPJ nº **55.863.084/0001-89**, conforme solicitação apresentada ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica aprovado o remanejamento dos recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, conforme os seguintes valores:

Rubrica Valor anterior Novo valor
Material de Proteção e Segurança (EPI) R$ 4.000,00 R$ 1.222,35 Material de Acondicionamento e Embalagem R$ 12.000,00 R$ 13.037,55 Material de Expediente R$ 3.400,00 R$ 4.400,00 Sementes, Mudas e Insumos Agrícolas R$ 0,00 R$ 4.140,10 Combustível R$ 3.400,00 R$ 0,00

Art. 3º Os remanejamentos previstos no artigo anterior deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado, observadas as normas aplicáveis à execução e à prestação de contas dos recursos.

Art. 4º Fica aprovada a **prorrogação do prazo de execução do Plano de Trabalho até 30 de setembro de 2026**, visando possibilitar a realização das aquisições e a adequada conclusão das atividades previstas.

Art. 5º A alteração ora aprovada não implica modificação dos objetivos, metas ou finalidade do projeto, permanecendo a Associação responsável pela correta aplicação dos recursos e pela apresentação da respectiva prestação de contas, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º A presente aprovação fundamenta-se na deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social realizada em **10 de agosto de 2026**, registrada na **Ata nº 07/2026**, na qual a matéria foi aprovada por unanimidade de votos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Jacaré – PR, **13 de agosto de 2026**.

VIVIANE DA SILVA FRANCELINO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:0BFD8E61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N.º 167/2023

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N.º 167/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023
O MUNICIPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ nº. 76.407.568/0001-93, e a empresa, **CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTAGIO PARA ESTUDANTES - CEINEE**, CNPJ: 07.136.551/0001-26, com sede na cidade de RUA ARARIGBOIA, N.º 255, ANDAR 1, CENTRO, PATO BRANCO - PR, CEP: 85.501-260. Nos termos do artigo 107, da Lei 14.133/2021, resolve promover o **ADITIVO DE PRAZO E VALOR,** nos termos que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto do contrato e valores.
Contratação de empresa especializada em serviço de gerenciamento e administraçao de contratos de estagiários.

PRODUTO	Valor	Meses	Quant. de Bolsa	Total
TOTAL MENSAL DA BOLSA-AUXÍLIO	R$ 758,25	12	40	R$ 363.960,00

Valor total de R$ 363.960,00 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta reais).
CLÁUSULA SEGUNDA: Da dotação orçamentaria.
Conta – 00210; 00710; 02070; 02080; 03130; 03490; 03620; 03740; 03750; 03840; 04080; 04340; 05020; 05590; 05810; 06840; 06850; 06860; 07330; 07340; 07350; 08080 e 08430.
CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo.
Ficá prorrogado o período de **vigência e execução por mais 12 (doze) meses,** contados a partir do vencimento do aditivo**.**
CLÁUSULA QUARTA: Das demais cláusulas contratuais.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.
Paço Municipal José Galdino Pereira, em 20 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	*GELCIONITA APARECIDA LEIRIA WITT*
Prefeito Municipal	Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jéssica Natalia Aguiar Cruz	**Leticia Marcusso Dutra**
Secretária de Educação	Diretora de Dep. De Educação

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:E39F788C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR40/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 20/08/2026

d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5287 - D R C PIVOTTI LTDA (28.407.296/0001-89)

TOTAL GERAL: R$ 94.900,00

Bela Vista da Caroba, 20/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:53972722

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR46/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 20/08/2026
d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5318 - NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA (32.095.693/0001-30)
1353 - FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EVANGELISTA LTDA (77.092.799/0001-18)
1261 - EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (14.540.178/0001-30)

TOTAL GERAL: R$ 726.865,00

Bela Vista da Caroba, 20/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:3305C7D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR45/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 20/08/2026
d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PIZZARIA PARA FORNECIMENTO DE RODÍZIO DE PIZZAS E REFRIGERANTES, CONFORME CONDIÇÕES E QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, DESTINADAS AOS INTEGRANTES DA BANDA FANFARRA DO MUNÍCIPIO
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

4570 - MATEUS HENRIQUE DE SOUZA 01329252900 (41.901.529/0001-63)

TOTAL GERAL: R$ 8.020,00

Bela Vista da Caroba, 20/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:1797B046

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 234/2026

DECRETO Nº 234/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

EXONERAR: Fica exonerada, a pedido, em 20 de agosto de 2026, a servidora Renilda Oliveira de Araújo, matrícula nº 418229, nomeada por meio do Decreto nº 167/2026, para o cargo de provimento efetivo de Monitor Educacional. Com plena anuncia da servidora.
Revogadas as disposições em contrário, este Decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 20 de Agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:040A749E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 45/2026

EDITAL Nº 45/2026
A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PSS Nº 01/2025, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 66/2025, TORNA PÚBLICA A TERCEIRA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PSS Nº 001/2025, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE MENOR APRENDIZ, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DOS CANDIDATOS ANTERIORMENTE CONVOCADOS.

DA CONVOCAÇÃO:
Os candidatos listados no **ANEXO I** como convocados deverão comparecer à Prefeitura Boa Ventura de São Roque – Estado do Paraná, com sede administrativa na Rua Moisés Miranda, 422, Centro,

Boa Ventura de São Roque - PR, 85225-000, no Setor de Recursos Humanos no período de 21 de Agosto de 2026 até 27 de Agosto de 2026 das 08h00min às 11h30min – 13h00min as 17h00min, para apresentação da documentação necessária à formalização do contrato de aprendizagem.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO:
O candidato deverá apresentar os documentos listados abaixo, em **original e cópia**, no ato da contratação:
Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
CPF e fotocópia;
Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
Comprovante de escolaridade exigida para nomeação no cargo;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
Conta Bancaria, sendo Banco do Brasil ou Cresol.
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO. O candidato será encaminhado para o Médico do Trabalho credenciado da Prefeitura para realizar os exames;
Folha Resumo do Cadastro Único (CadÚnico), como comprovação da condição de vulnerabilidade social, conforme item 1.2, letra A) do Edital de Abertura. *Observação: a Folha Resumo do CadÚnico pode ser impressa diretamente no site do Governo Federal, por meio do link:* https://cadunico.dataprev.gov.br/

OBSERVAÇÃO: Os convocados menores de idade deverão comparecer acompanhados do responsável legal, que também deverá apresentar fotocópia dos documentos pessoais, como:
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF).

DISPOSIÇÕES FINAIS:
O não comparecimento no prazo estipulado, bem como a não apresentação da documentação exigida, implicará na desclassificação automática do candidato.
Os candidatos que apresentarem documentação incompleta ou divergente serão considerados inaptos para contratação.
Os candidatos convocados serão encaminhados para a realização do exame admissional, etapa obrigatória para a formalização do processo de contratação.
O edital de convocação será enviado para o e-mail cadastrado pelo candidato no momento da inscrição. Fique atento à sua caixa de entrada e verifique também a pasta de spam para garantir que você não perca nenhuma comunicação importante.

Revogadas as disposições em contrário esta edital passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Boa Ventura de São Roque – PR, 20 de Agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

AMANDA BATISTA DOS SANTOS –
Presidente
Matrícula: 418003

BEATRIZ FORNARI –
Membro
Matrícula: 417994

JOVIANA TEIXEIRA DE PAULA –
Membro
Matricula: 417911

ANEXO I

CANDIDATOS CONVOCADOS:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	MODALIDADE
22º	GERONIMO CAMPOS DOS SANTOS	20	AMPLA
23º	JULIA SOFIA CARBONI DA LUZ	20	AMPLA
24º	ALEXANDRE DZIECINNY DE FRANÇA	20	AMPLA

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:DE2A4F05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 303/2026

PORTARIA Nº 303/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Ivone Grazieli de Souza Gloden, Matricula 418142, nomeado pelo decreto 39/2026, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor,30 dias de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 03/08/2026 até o dia 02/09/2026 com retorno ao trabalho dia 03/09/2026, conforme Laudo de Pericia Medica do Médico do Trabalho/Médico Perito Murilo Galhart CRM-PR 58264, conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 03/08/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 19 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:7FF0E92F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº304/2026

PORTARIA Nº304/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Adelina Moreira Batista, Matricula de Nº 181-1 nomeado através do Decreto 689/2000 para exercer o Cargo de Agente de Saúde, 15 (dez) dias de férias 10 (dez) relativas ao período de 26/06/2024 a 25/06/2025 e 05 (cinco) dias relativas ao período 26/06/2025 a 25/06/2026 que serão fruídas de 20/05/2026 a 29/05/2026 e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração referente ao período, conforme lei 832/2015 em seu art. 101. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:CE0F3D0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 305/2026

PORTARIA Nº 305/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal Nº 236/2005, em seus artigos 32, 33, 34 e 35 e também o Plano Municipal de Educação na meta 16 e estratégia 16.1.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Comissão Geral de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório para fazer o acompanhamento dos professores concursados no ano de 2025 ,para orientar a Comissão Local de avaliação do estágio de cada estabelecimento quanto a duvidas ou casos que fujam do seu poder de decisão, Comissão probatório composta por profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório nos termos dos Artigos 32, 33, 34 e 35 da Lei Municipal Nº 236/2005 e do Plano Municipal de Educação meta 16 e estratégia 16.1 com a seguinte composição:

I – Representante do Conselho Municipal de Educação
Titular: Ronaldo Fogaça
Suplente: Lucimara Moreira de Almeida

II – Representante do Setor Juridico
Titular: Agnaldo Vujanski
Suplente: Beatriz Fornari

III – Representante do Setor de Recursos Humanos
Titular: Maria Helena Sass Pincheski
Suplente: Rosangela Gulanoski

IV – Representante dos Diretores Escolares Municipais
Titular: Luzia Camargo de Oliveira
Suplente: Juraci Kaminski

V – Representante dos Professores Municipais
Titular: Angelita Camargo das Neves
Suplente: Ileda Maria Steinmetz

VI – Representante do Conselho Municipal de Educação
Titular: Vilmar Lefler
Suplente: Daniele Terezinha de Lima Baitel

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:66722D3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 306/2026

PORTARIA Nº 306/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Vilmar Lefler**,** Matricula de Nº 81-1 e 417638 nomeado através do decreto 263/2002 e decreto 39/2020 para exercer o cargo de Professor, 10 dias de férias relativas ao período de 12/04/2024 a 20/06/2025 e o período 01/01/2025 a 02/04/2026 que serão fruídas em 24/08/2026 a 02/09/2026 com retorno ao trabalho dia 03/09/2026. Conforme Lei 832/2015 art. 101 Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:1B8F22E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL DE SELEÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 –

RESULTADO FINAL DE SELEÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – (LEI ALDIR BLANC) SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.

A Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR., por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e a Comissão de Avaliação e Seleção dos projetos, torna público o **Resultado Final de Seleção do Edital 02/2026 – (POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA).**

Raiane Serbai - CPF: XXX-XXX-979-06
Parecer: **SELECIONADO**
Fernanda Serbai Ferreira - CPF: XXX-XXX-389-97
Parecer: **SELECIONADO**
Thiago Henrique Ferreira da Silva – CPF: XXX-XXX-179-19
Parecer: **SELECIONADO**
Dirce de Almeida Cordeiro dos Santos - CPF: XXX-XXX-699-20
Parecer: **NÃO SELECIONADO**
Marcio Rumenick Pereira Ambrosio - CPF: XXX-XXX-366-01
Parecer: **NÃO SELECIONADO**
Evelyn Viana Becker - CPF: XXX-XXX-159-03
Parecer: **NÃO SELECIONADO**

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:96EA16B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 220/2026

DECRETO nº 220/2026
Data: 20/08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de Servidoras Públicas Temporárias, em razão de contratação por tempo determinado para exercerem cargos Temporários, de acordo com o Processo Seletivo Nº 01/2025, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Ficam Nomeadas as Servidoras Públicas Temporárias, em razão de contratação por tempo determinado para exercerem o cargo temporário de PROFESSOR, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, através do Processo Seletivo nº 01/2025, de acordo com a Lei Municipal nº 181/2015 e a Lei nº 790/2023, com redação dada pela Lei Municipal n. 69/2014 e inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal do Brasil, abaixo descrita:

Cargo: PROFESSOR – TEMPORÁRIO			
Servidor (a)	**CPF**	**Inicio**	**Fim**
ELISANGELA DE SALES BALONEKER	078.100.639-28	20/08/2026	18/12/2026
KETLIN CRISTINA SWISTALSKI SAVARIZ	087.720.809-30	20/08/2026	18/12/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 20 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:E4DB016F

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 221/2026

DECRETO nº 221/2026
Data: 20/08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor municipal efetivo, ocupante de cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias e, dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o protocolo sob nº 405 de 20 de agosto de 2026;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, em a data de **20 de agosto de 2026**, o Sr. **CARLOS DA SILVA,** portador do CPF nº 787.368.389-34, do cargo efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS** da Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR
Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo a partir da data da exoneração, qual seja, 20 de agosto de 2026.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 20 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:EAF0740D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **ELISANGELA DE SALES BALONEKER.**
OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor - temporário**, por 20 (vinte) horas semanais, que a contratada prestará ao contratante.
VALOR: R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos).
LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 001/2025.
Boa Vista da Aparecida, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **KETLIN CRISTINA SWISTALSKI SAVARIZ.**
OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Professor - temporário**, por 20 (vinte) horas semanais, que a contratada prestará ao contratante.
VALOR: R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos).
LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 001/2025.
Boa Vista da Aparecida, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:803E1116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 022/2026

PORTARIA Nº 022/2026

A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV, do artigo 36, do Regimento interno da Câmara Municipal, resolve:

CONSIDERANDO o requerimento da servidora GLAIR DE FATIMA DOS SANTOS BERNARDI;

CONSIDERANDO a manifestação contábil quanto à existência de disponibilidade financeira e orçamentária;

CONSIDERANDO o parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora GLAIR DE FATIMA DOS SANTOS BERNARDI, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2024 a 31/10/2025, conforme artigo 161, Parágrafo Terceiro, da Lei Municipal n.º 15/2005, a contar de 24/08/2026 a 22/09/2026.

Art. 2º Determinar ao setor competente que adote as providências administrativas e financeiras necessárias para o pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bocaiúva do Sul – PR, 20 de agosto de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON SERGIO SCREMIN
1º Secretário da Câmara Municipal

RAFAEL DA CRUZ VIDAL
2º Secretário da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:16065747

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº18/2026

Eu CAMILLE MARIA ARCIE DOMINGOS, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.469.779-XX, nomeada pelo Decreto nº 685/2026, e conforme o Decreto nº 353/2025, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Dispensa nº 18/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de CASA DE APOIO BG LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 47.329.722/0001-58, no valor total de R$ 60.000,00(sessenta mil reais), referente a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica deste Município e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 20 de agosto de 2026.

CAMILLE MARIA ARCIE DOMINGOS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:BD90F837

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 7/2026 IL24/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº7/2026

INEXIGIBILIDADE Nº24/2026
Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**CHAMAMENTO Nº 7/2026,** para Credenciamento de Empresa para a Prestação de Serviços de Horas Máquina com Escavadeira Hidráulica.
Período de credenciamento: 25/08/2026 à 25/08/2027.

A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site
https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/bom_jesus_sul/portal/compras/licitacaoTable?entidade=1508

Bom Jesus do Sul-PR, 20 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:55A1E2D6

ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 8/2026 IL25/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº8/2026

INEXIGIBILIDADE Nº25/2026
Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**CHAMAMENTO Nº 8/2026,** para Credenciamento de empresa especializada para de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva (incluindo ampliação, mudança de local, refazimento e melhorias necessárias) da iluminação pública
Período de credenciamento: 26/08/2026 à 26/08/2027.

A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site
https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/bom_jesus_sul/portal/compras/licitacaoTable?entidade=1508

Bom Jesus do Sul-PR, 20 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D93BB9A7

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°155-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°155/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: C M ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de assessoria técnica, formação continuada, capacitação e suporte técnico-operacional à captação de recursos e à gestão de transferências voluntárias, abrangendo orientação técnica, acompanhamento, monitoramento, apoio operacional e formação continuada dos servidores e equipes da Administração Municipal.
VIGÊNCIA: 20/08/2026 à 19/08/2027.
VALOR: R$ 59.499,96 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
FUNDAMENTO: Concorrência N°6/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0B937327

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°156-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°156/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.
OBJETO: Aquisição de livros literários destinados à alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Infantojuvenil das escolas da Rede Municipal de Ensino de BOM JESUS DO SUL - PR.
VIGÊNCIA: 20/08/2026 à 19/08/2027.
VALOR: R$ 62.830,00 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°45/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:24852310

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1211/2026

LEI Nº 1211/2026

"Denomina "Complexo Industrial Maria Piran Bassanesi" a Área Industrial situada no Distrito de São Paulo, Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.".

A Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "Complexo Industrial Maria Piran Bassanesi" a área industrial localizada no Distrito de São Paulo, Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, compreendida entre as Ruas: Lajeado Grande, Athaíde Bonifácio, Honorino Bassanesi, e PRT-163, conforme delimitação constante no mapa oficial do Município.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal adotará as medidas administrativas necessárias para a identificação e sinalização da área de que trata esta Lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná aos 19 dias do mês de agosto de 2026.

HÉLIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DDC052A0

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1212/2026

LEI MUNICIPAL DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

LEI Nº 1212/2026

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Bom Jesus do Sul – PR.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Art. 1º. Os Benefícios Eventuais constituem provisões socioassistenciais suplementares e provisórias, integrantes da Política de Assistência Social, destinadas a indivíduos e famílias em situação de insegurança e desproteção social decorrente de vulnerabilidade temporária, nos termos do art. 22 da LOAS, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania, nos direitos sociais e humanos.

Art. 2º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com as necessidades urgentes para o enfretamento das contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros e devem ser providos de forma integrada com os serviços socioassistenciais, visando garantir a segurança de acolhida, convívio, sobrevivência e autonomia aos indivíduos e às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades temporárias, conforme disposto no art. 6º, inciso VI, da Lei n° 8.742/1993.
Parágrafo único. As situações de insegurança e de desproteção social podem ser de natureza material e relacional.

Art. 3º. Fica excluído para base de cálculo de renda per capita familiar, benefícios de programas de transferência de renda direta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), nas três esferas do governo.

Art. 4º. A concessão do benefício eventual não deverá ultrapassar 03 (três) meses consecutivos de acompanhamento. Ultrapassando esse período, em caso de extrema necessidade, o benefício somente será concedido mediante parecer de equipe multidisciplinar;

Art. 5º. Por equipe multidisciplinar entende-se, o assistente social, acompanhado de qualquer outro dos profissionais seguintes: psicólogo, economista doméstico, pedagogo, advogado, dentre outros que sejam considerados trabalhadores do SUAS conforme a NOB/RH - SUAS e a Resolução do CNAS nº. 17/2011.

Art. 6º. A concessão dos benefícios eventuais será realizada pelas equipes de referência das unidades públicas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante identificação da situação de vulnerabilidade temporária e reconhecimento do direito de acesso, observados os critérios estabelecidos nesta regulamentação e nas normativas vigentes da Política de Assistência Social.
§ 1º. A análise da situação apresentada pelo indivíduo ou pela família será realizada por profissional ou equipe de referência do SUAS, de acordo com suas atribuições e competências profissionais, podendo utilizar-se de estudo social, avaliação técnica, entrevista, visita domiciliar ou outros procedimentos técnicos que se mostrem necessários à adequada identificação da situação de vulnerabilidade e desproteção social.
§ 2º. A ausência de relatório, parecer ou outro procedimento técnico não poderá, em nenhuma hipótese, constituir motivo para postergar ou impedir a concessão do benefício eventual quando estiver caracterizada a situação de vulnerabilidade temporária e reconhecido o direito de acesso, especialmente nas situações de emergência que demandem atendimento imediato.
§ 3º. A concessão do benefício eventual não poderá ser condicionada à inserção ou permanência do usuário em acompanhamento familiar, serviço socioassistencial, programa de transferência de renda ou qualquer outra política pública.

Art. 7º. Os Benefícios Eventuais serão ofertados de forma integrada aos serviços socioassistenciais, garantindo as seguranças de:
I – Acolhida;
II – Convivência familiar e comunitária;
III – Sobrevivência;
IV – Autonomia.

Art. 8º. O acesso aos Benefícios Eventuais será garantido mediante avaliação técnica simplificada, sendo vedado:
I – Exigência de cadastramento prévio no CadÚnico;
II – Exigência de documentação completa como condição impeditiva;
III – Imposição de condicionalidades;
IV – Práticas discriminatórias ou constrangedoras.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES

Art. 9º. Os Benefícios Eventuais serão ofertados nas seguintes modalidades:
I – Auxilio natalidade;
II – Auxilio funeral;
III – Vulnerabilidade temporária;
IV – Situações de desastre, calamidade pública e emergências.

CAPÍTULO III
DOS BENEFICIOS EVENTUAIS

Seção I
Auxilio Natalidade

Art. 10. O benefício eventual na forma de auxílio natalidade constitui-se em uma prestação temporária e não contributiva da assistência social para reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de um novo membro da família, efetivando-se com a transferência de

itens materiais como, enxoval, incluindo itens de vestuário e higiene, entre outros, que contribuam para os cuidados do noeonato.

Art. 11. O auxílio natalidade deverá ser requerido pela gestante diretamente na Secretaria da Familia, Desenvolvimento Social e Habitaçao, a partir do 7º mês de gravidez até 30 (trinta) dias após o nascimento. Para ter acesso ao benefício eventual auxílio natalidade, a nutriz deverá:
I - Comprovar o estado de gravidez;
II - Residir no município de Bom Jesus do Sul;
III - Possuir renda percapita Familiar de até ½ (meio) salário minimo;
IV - Comprovar acompanhamento pré-natal e exames regulares especificados na agenda mínima do Ministério da Saúde, salvo se devidamente justificado pela equipe;
V - Caso a gestante seja menor de 14 (quatorze) anos de idade, deverá ser inserida no acompanhamento da Proteçao Social Especial – PSE.

Seção II
Auxilio Funeral

Art. 12. O benefício eventual de auxílio funeral constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da assistência social de bens de consumo, para reduzir a fragilidade provocada pela morte de membro da família.

Art. 13. O benefício eventual de auxílio funeral ocorrerá nas seguintes modalidades:
Custeio de despesas de serviços funerários;
Custeio de translado.
§ 1º O requerimento do benefício eventual auxílio funeral deverá ocorrer imediatamente ou até no prazo máximo de 30 dias após o falecimento do membro da família beneficiária junto a Secretaria da Familia, Desenvolvimento Social e Habitaçao, de segunda a sexta feira, das 07:30h às 11:00h e das 13:00 às 16:00h.

Art. 14. Ao requerer o benefício deverá ser preenchido pelo técnico documento específico para a obtenção do auxílio funeral apresentando os seguintes documentos;
I - Atestado de Óbito e Carteira de Identidade do falecido ;
II - Carteira de Identidade do requerente e/ou documento que substitua;
III - CPF do requerente;
IV - Comprovante de residência do requerente e do falecido.

Art. 15. Para a concessão do benefício eventual na forma de auxílio funeral será considerado o valor de R$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais) com reajuste anual pelo índice do INPC para o pagamento de gastos funerais a ser transferido em forma de pecúnia a funerária responsável pelos serviços após emissão de nota fiscal.
§ 1º - Fica a Secretaria da Familia, Desenvolvimento Social e Habitaçao autorizada a auxiliar com valor superior ao estabelecido no caput, nos casos em que o falecimento tenha ocorrido em outras cidades e que, o falecido tenha sido referenciado pelo SUS ou SUAS, ocasionando a necessidade de translado, efetuando o repasse do valor (km/rodado), conforme credenciamento de empresas de valor Km rodado junto ao município.
§ 2º – Em casos excepcionais quando o falecido (a) não tiver família, ou estiver em situação de: (rua, migrantes, refugiados, quilombolas) o auxílio funeral poderá ter acréscimo de valor, após estudo social com parecer técnico, comprovando a necessidade, considerando a disponibilidade orçamentária Municipal.

Seção III
Auxilio alimentação

Art. 16. A vulnerabilidade temporária compreende situações decorrentes de contingências que provoquem danos, perdas ou riscos pessoais e sociais, de natureza:
I – Material;
II – Relacional;
III – Social.

Art. 17. O benefício eventual auxílio alimentação, constitui-se no fornecimento de bens de consumo que garanta o Direito Humano à alimentação adequada para famílias com situação de vulnerabilidade.

Art. 18. O alcance do benefício eventual auxílio alimentação, atenderá aos seguintes aspectos:
I - atenção necessária às famílias para garantir a segurança alimentar e nutricional;
II - situações emergenciais e transitórias.

Art. 19. O benefício eventual auxílio alimentação, será concedido em bens de consumo, estipulado previamente pela SMAS, que consiste em "cesta básica" observado a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 1º O benefício eventual auxílio alimentação deve ser requerido junto a equipe técnica da Secretaria da Familia, Desenvolvimento Social e Habitaçao-CRAS.

§ 2º Ao requerer o benefício deverá ser preenchido, junto ao a equipe técnica PSB e PSE, (onde for sua referencia de acompahamento), documento específico para a obtenção do auxílio.

Art. 20. O benefício eventual auxílio alimentação, deverá ser requerido por um integrante da família.

Art. 21. Para habilitar-se a concessão do benefício eventual auxílio alimentação, o requerente deverá comparecer munido dos documentos pessoais.

Seção IV

Situações de desastre, calamidade pública e emergências.

Art. 22. O benefício eventual auxílio por situações de Desastres e Calamidade Pública e outras situações sociais decretadas pelo município que comprometem a sobrevivência, destina-se as ações emergenciais de caráter temporário, advindo de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

Art. 23. São consideradas provisões compatíveis com os benefícios eventuais, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais, as destinadas.
I - À alimentação, (cesta básica de alimentos);
II - Despesas com transporte para o acesso aos serviços;
III - Aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;
IV - Colchões e cobertores.
Parágrafo único: A Secretaria da Familia, Desenvolvimento Social e Habitação deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial e elaboração de fluxos, principalmente com a Defesa Civil Local para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme legislaçoes vigentes.

Art. 24. O benefício eventual auxílio por situações de Desastres e Calamidade Pública destinar-se-á:
I - As famílias afetadas por desastre climático e ecológico, epidemias e outros danos que afetem as comunidades acarretando a segurança e/ou vida da população;
II - Todos os demais benefícios desta Lei serão garantidos quando necessários para o requerente por situações de Desastre e Calamidade Pública visando a superação da vulnerabilidade destas famílias.

Art. 25. O benefício eventual auxílio por situações de Desastres e Calamidade Pública só incidirá sobre as espécies previstas no art. 23 da presente lei, correspondente ao serviço a ser executado.
§ 1º A família poderá requerer o benefício de imediato ou com o prazo de 15 dias, mediante avaliação técnica.
§ 2º Será realizado visita domiciliar e/ou avaliação preferencialmente por profissional de Serviço Social ou, excepcionalmente, por outro técnico de nível superior previsto na NOB/RH – SUAS, a fim de comprovar se o requerente atende aos critérios estabelecidos nesta lei.

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 26. A regulamentação e provisão dos Benefícios Eventuais observarão:
I – Integração à rede socioassistencial;
II – Provisão ágil, simples e imediata;
III – Proibição de condicionalidades e contrapartidas;
IV – Vedação de exigências vexatórias;
V – Igualdade de acesso;
VI – Reconhecimento como direito de cidadania;
VII – Planejamento e organização da oferta;
VIII – Transparência dos critérios;
IX – Garantia de escuta e manifestação dos usuários.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. Os benefícios eventuais deverão ser concedidos conforme descrito na seção correspondente.

Art. 28. Durante o período em que a família permanecer beneficiária dos benefícios eventuais e emergenciais, deverão ser acompanhadas de forma integral pela equipe técnica da Assistência Social a fim de romper com a situação geradora da vulnerabilidade e risco social, devendo ainda incluí-los, a medida do possível e necessário, nos programas de geração de renda, de habitação de interesse social, de apoio a pessoas em situação de violências e outros que se fizerem necessários.

Art. 29. Ao Município através da Secretaria da Familia, Desenvolvimento Social e Habitação compete:
I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais e emergenciais, bom como o seu funcionamento;
II - A realização de estudos da realidade e o monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais e emergenciais;
III - Expedir às instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;
IV - Manter a equipe técnica necessária e suficiente para o atendimento à demanda.

Art. 30. Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:
I - Fornecer ao Município informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais e emergenciais;
II - Avaliar e reformular se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios;
III - Indicar ao Município a necessidade de ampliação ou redução do atendimento e incluir ou excluir novos benefícios eventuais e emergenciais.
Parágrafo único: o Conselho Municipal de Assistência Social fixará:
I – Prazos máximos para análise;
II – Prazos para concessão;
III – Prazos para entrega do benefício.
Parágrafo único. Os prazos deverão assegurar resposta imediata em situações emergenciais.

Art. 31. Para a consecução dos benefícios eventuais e emergenciais instituídos por esta Lei, o Município de Bom Jesus do Sul, disporá de recursos orçamentários específicos vinculados a Secretaria de assistencia social, bem como os recursos advindos dos entes Federal e Estadual, suplementados, se necessário, sem prejuízo da vinculação.

Art. 32. Os Benefícios Eventuais são direitos socioassistenciais e não podem ser condicionados à participação em serviços.

Art. 33. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições anteriores, especialmente a Lei 716/2016, datada de 22 de junho de 2016.

Bom Jesus do Sul – PR, 19 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:091352A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BOM SUCESSO DO SUL – PARANÁ
RESOLUÇÃO C M D C A Nº 04/2026

Dispõe sobre a alteração do Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.

O Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA de Bom Sucesso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1061/2013, e considerando a reunião do dia 19 de Agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Aprovar a alteração do Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr., conforme Lei Municipal n° 1.788/2026.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Bom Sucesso do Sul, 20 de Agosto de 2026.

FRANCIELY ZOLET
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:2E41D918

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.800, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização - para o desenvolvimento das ações de alfabetização na Rede Pública Municipal de Ensino de Bom Sucesso do Sul, em consonância com o Programa Educa Juntos - Estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Maico Diogo Faversani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Bom Sucesso do Sul, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, posteriormente regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023;
CONSIDERANDO a adesão do Município de Bom Sucesso do Sul às políticas públicas de colaboração entre a União, o Estado do Paraná e os Municípios voltadas à garantia da alfabetização das crianças na idade certa, à recomposição das aprendizagens e ao fortalecimento da qualidade da educação básica;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir mecanismos de incentivo, acompanhamento e fortalecimento das ações pedagógicas desenvolvidas pela Rede Pública Municipal de Ensino, visando à melhoria dos indicadores de aprendizagem e ao cumprimento das metas educacionais estabelecidas nos âmbitos municipal, estadual e nacional;
A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando à consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

Parágrafo Único: A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes da Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que *dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que *instituiu o Programa Educa Juntos* no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução Estadual nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a *estratégia Alfabetiza Juntos* para o desenvolvimento das ações do *Programa Educa Juntos*.

Art. 2.º Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:

regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;

garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;

equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;

valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;

formação continuada dos profissionais da educação;

uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;

garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3.ºSão objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;

fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;

promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;

socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;

reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;

garantir a articulação e transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4.º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura, a escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;

assistência pedagógica para as equipes gestoras das instituições de ensino;

fortalecimento da gestão pedagógica nas instituições de ensino;

acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos (as) alunos (as);

implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;

incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;

promoção da participação das famílias no processo educativo;

apoio técnico-pedagógico contínuo às instituições de ensino.

Art. 5.º A Política Municipal de Alfabetização de Bom Sucesso do Sul tem por público-alvo:

alunos (as) matriculados (as) nas turmas de infantil IV e infantil V (4 e 5 anos);

alunos (as) matriculados (as) nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 6.º Agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização Bom Sucesso do Sul:

Diretora do Departamento de Educação;

Assessoramento Pedagógico;

Coordenação Pedagógica Municipal;

Diretores (as) Escolares;

Coordenadores Pedagógicos;

Professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Comunidade Escolar.

Art. 7.º A Política Municipal de Alfabetização Bom Sucesso do Sul será implementada por ações que incluam:

definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;

adesão e oferta de formação continuada para Professores, Diretores e Coordenadores Pedagógicos;

utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio aos professores e aos estudantes;

desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;

adesão às avaliações formativas e externas;

monitoramento contínuo das aprendizagens e estabelecimento de estratégias;

recomposição das aprendizagens para alunos (as) que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8.º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização de Bom Sucesso do Sul:

acompanhamento dos resultados de aprendizagem;

monitoramento das estratégias do plano de ação do Departamento Municipal de Educação e da Gestão Escolar das instituições de ensino;

definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais, incluindo avaliações diagnósticas do Departamento de Educação, Avaliação de Fluência Leitora, Índice Criança Alfabetizada (ICA);

sistematização de dados por aluno (a), turma e escola, publicizados periodicamente em sistema disponibilizado pelo Departamento de Educação.

avaliação da efetividade das ações implementadas;

uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas e estratégias do plano de ação do Departamento Municipal de Educação e da Gestão Escolar das instituições de ensino.

Art. 9. Compete ao Departamento Municipal de Educação de Bom Sucesso do Sul a coordenação estratégica das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10. A Política Municipal de Alfabetização de Bom Sucesso do Sul entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 20(vinte) dias mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:1A4DB774

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.801, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Altera o Anexo III da Lei Municipal nº 53, de 22 de dezembro de 1993, para ampliar o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo III da Lei Municipal nº 53, de 22 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, para ampliar o número de vagas do cargo de provimento efetivo de **Técnico em Informática**, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III – RELAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO GRUPO OCUPACIONAL- TÉCNICO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Técnico em Informática	03	40 horas	CONFORME LEGISLAÇÃO

Art. 2º Permanecem inalteradas a carga horária, os requisitos para investidura, as atribuições e o vencimento do cargo.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes dos Anexos III e VI da Lei Municipal nº 53/1993 que fixem vencimentos em desacordo com esta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao início do mês da aprovação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 20(vinte) dias mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:28703986

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 424, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Adilson José Ramos.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Adilson José Ramos**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **777-3/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **17 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel - Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto a **UOPECCAN**.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **17 de agosto de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 19 (dezenove) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:CC257253

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 425, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **15 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Céu Azul– Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Bom Samaritano.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 19 (dezenove) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:540C1313

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 426, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **19 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 19 (dezenove) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:1CC3F97F

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 429, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Célio Jose de Vargas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Célio Jose de Vargas,** ocupante do cargo efetivo de **motorista,** matrícula nº 768-4/1, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **21 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava - Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste**.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:00ED682C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 12/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026
PROTOCOLO 2026/05/2932352
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CNPJ nº 80.874.100/0001-86.

CONTRATADO/CREDENCIADO: TRAIAVEIA PRODUÇÕES LTDA
CNPJ nº 22.981.973/0001-91

OBJETO: A presente contratação tem como objeto a apresentação artística da **Banda TRAIA VÉIA**, para realização de show na Abertura do Natal de Luz 2026, a realizar-se em 20 de novembro de 2026, às 22h00, no Lago Municipal - Parque dos Anjos, Bom Sucesso do Sul/PR, com duração mínima de 1h30min (uma hora e trinta

minutos), conforme condições deste Termo de Referência, proposta, rider técnico, room list e demais anexos, conforme especificações.

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário	Valor total
1	Show da Banda Traia Véia - duração mínima de 1h30min (uma hora e trinta minutos)	1	R$ 330.000,00	R$ 330.000,00

O valor global encontra-se individualizado da seguinte forma, conforme a composição do preço apresentada pela contratada, a ser complementada e ratificada por composição retificadora e declaração complementar assinadas pelo representante legal:

Componente do preço	Valor
Cachê artístico da Banda Traia Véia	R$ 117.000,00
Músicos, produção artística e equipe técnica	R$ 25.000,00
Transporte da equipe, equipamentos e traslados	R$ 90.000,00
Hospedagem	R$ 5.000,00
Alimentação e camarim	R$ 8.000,00
Infraestrutura interna e logística própria da CONTRATADA	R$ 50.000,00
Tributos, encargos e despesas administrativas	R$ 20.000,00
Outras despesas específicas (detalhar em declaração complementar)	R$ 15.000,00
Valor global da contratação	**R$ 330.000,00**

VALOR: **330.000,00(trezentos e trinta mil reais)**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à contar com o nº 11.00 – Departamento de Industria Comércio e Turismo; 11.01 Divisão de indústria Comércio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 666; Fonte de Recursos Fonte livre.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inciso III, da Lei nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 20 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:13D331DE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 43/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2026
Número da Contratação no comprasnet 12/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 43/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** destinado ao **registro de preços para eventuais aquisição parcelada de cordões e cascatas de LED, enfeites e efeitos luminosos especiais, cordas, mangueiras e fitas de LED, festões, telas decorativas e bolas natalinas, destinados à ornamentação do Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações contantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 09/09/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 20 de agosto de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:DC5F41E0

RECURSOS HUMANOS
ERRATA

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ

Na publicação do dia 20 de agosto de 2026, edição 3599, página 59, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na Portaria nº 428, de 19 de agosto de 2026.
onde se lê:
PORTARIA Nº 428, DE 13 19 AGOSTO DE 2026
leia-se:
PORTARIA Nº 428, DE 19 AGOSTO DE 2026
Bom Sucesso do Sul, 20 de agosto de 2026.

VALENTINA ROSECLER MARINHUK
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:0016C186

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 061/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 061/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 061/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 12.016,44 (doze mil, dezesseis reais e quarenta e quatro centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 04/09/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 04/09/2025.

Braganey – PR, 20 de agosto de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:67E3BE0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 095/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 095/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa JORNAL OPARANÁ S/A**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 21.819.026/0001-36, sediada na, AVENIDA TRANCREDO NEVES,366 CENTRO, na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 85805-000, neste ato representada pelo **Sr** CLARICE ROMAN**,** portador do **CI/RG Nº. 4.191.567-6** e inscrito no **CPF/MF Nº. 580.780.539-91** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de empresa jornalística de grande circulação regional, para a publicação e divulgações dos atos oficiais, Leis, Decretos, Extratos, Editais, Concorrência Pública, Retificações, entre outros Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **20/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 20 de Agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:685F229D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 41/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 92/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 92/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Contratação de empresa jornalística de grande circulação regional, para a publicação e divulgações dos atos oficiais, Leis, Decretos, Extratos, Editais, Concorrência Pública, Retificações, entre outros Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 41/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
JORNAL OPARANÁ S/A	21.819.026/0001-36	R$ 392.000,00

Braganey, 20 DE AGOSTO 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:3EF28EED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026

O município de Cafeara**,** Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS EM ÁREAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFEARA/PR. OS SERVIÇOS COMPREENDERÃO A EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL DO LOTE 01 DA QUADRA 10A, CORRESPONDENTE À PRAÇA MUNICIPAL, COM ÁREA APROXIMADA DE 4.800,00 M², INCLUINDO O PASSEIO PÚBLICO, BEM COMO DOS LOTES 12A1, 12A2, 12A3, 12A4, 12A5 E 12A6, DA QUADRA 31, COM ÁREA APROXIMADA TOTAL DE 2.500,00 M², INCLUINDO IGUALMENTE O PASSEIO PÚBLICO. TAMBÉM DEVERÁ SER REALIZADO O LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL DA AVENIDA BRASIL E DA AVENIDA PARANÁ, LOCALIZADAS NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE, ABRANGENDO ÁREA APROXIMADA DE 60.900,00 M².
OS LEVANTAMENTOS DEVERÃO CONTEMPLAR TODOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA, INCLUINDO CURVAS DE NÍVEL, PONTOS COTADOS, IDENTIFICAÇÃO DAS DIVISAS DOS LOTES E O CADASTRAMENTO E LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS EXISTENTES NAS ÁREAS LEVANTADAS, TAIS COMO POSTES, MEIOS-FIOS, SARJETAS, CALÇADAS, ÁRVORES, EDIFICAÇÕES, MUROS, CERCAS, BOCAS DE LOBO, POÇOS DE VISITA E DEMAIS ELEMENTOS URBANOS OU FÍSICOS QUE POSSAM INTERFERIR NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FUTUROS PROJETOS.
COMO PRODUTO FINAL, A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MEMORIAL DESCRITIVO CONTENDO AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DOS LEVANTAMENTOS EXECUTADOS, BEM COMO OS ARQUIVOS DIGITAIS CORRESPONDENTES EM FORMATO PDF E DWG, DEVIDAMENTE ORGANIZADOS E COMPATÍVEIS COM SOFTWARES DE DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR. DEVERÁ, AINDA, EMITIR A RESPECTIVA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), QUANDO O RESPONSÁVEL TÉCNICO FOR PROFISSIONAL VINCULADO AO CREA, OU O TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(TRT), QUANDO O RESPONSÁVEL TÉCNICO ESTIVER VINCULADO AO CFT.
OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES APLICÁVEIS AOS LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, OBSERVANDO OS PADRÕES DE PRECISÃO EXIGIDOS PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E OBRAS PÚBLICAS. CABERÁ À CONTRATADA FORNECE TODA A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, TRANSPORTE, MATERIAIS, TRIBUTOS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E ADEQUADA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
ALÉM DISSO, A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR OBTER A LICENÇA AMBIENTAL NECESSÁRIA À OBRA JUNTO AO INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT), COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS EVENTUALMENTE REQUERIDOS.

VALOR ESTIMADO: R$ 25.439,00 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais).
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23h59min do dia 26/08/2026.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF

DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito https://www.cafeara.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito a Av. Brasil, 188, Centro, das 07h30min às 17h00min, ou através de solicitação para o e-mail *licitacao@cafeara.pr.gov.br*.

ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional poderá ser encaminhada para o e-mail ***licitacao@cafeara.pr.gov.br*** ou também ser protocolada presencialmente, na Prefeitura Municipal de Cafeara, até a data limite estipulada acima.

INFORMAÇÕES: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de e-mails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos remetentes, mau funcionamento de provedores de e-mail ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 20 de agosto, de 2026

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:AB3A405E

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO 25/2026

EXTRATO DE CONTRATO 63/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratada:
Nome: A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA.
CNPJ/MF sob o nº 35.561.639/0001-20, no valor de R$ 70.776,93.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.
Data de Assinatura: 20/08/2026.
Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, equipamentos e acessórios de segurança veicular, incluindo tacógrafo digital instalado, bem como para a prestação de serviços de programação e certificação de tacógrafos, compreendendo ensaio metrológico, selagem e respectivas taxas, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Cafeara.
Vigência: 12 meses.

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:FCB7A45F

GOVERNO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 62/2026
Pregão - Eletrônico Nº. 25/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Pregão - Eletrônico nº 25/2026, de 20/08/2026, para o qual tem como objeto: "Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, equipamentos e acessórios de segurança veicular, incluindo tacógrafo digital instalado, bem como para a prestação de serviços de programação e certificação de tacógrafos, compreendendo ensaio metrológico, selagem e respectivas taxas, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Cafeara." pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA CNPJ Nº 35.561.639/0001-20 no valor total de R$70.776,93 (Setenta Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais e Noventa e Três Centavos).

Cafeara - Pr, vinte dias de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"
Cafeara –PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:2B78ACC0

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004 /2026 – CMDCA DE CAFEARA

Dispõe sobre a instituição e a composição da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Cafeara e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Cafeara, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº557/2020 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a importância da articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização da Rede de Proteção no âmbito municipal;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Cafeara, com a finalidade de promover a articulação, integração e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Art. 2º A Rede de Proteção tem como objetivos;
I – garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – promover a articulação entre os órgãos públicos e entidades da sociedade civil;
III – prevenir situações de risco e violações de direitos;
IV – assegurar o atendimento integrado e intersetorial;
V – fortalecer ações de prevenção, encaminhamento e acompanhamento dos casos atendidos;

Art. 3º Compõem a Rede de Proteção do Município de Cafeara:
I – Escola Municipal de Cafeara;
Ludmila Cavallari; - Psicóloga
Eliane Ferrara Bughi; - Diretora

II – Centro Municipal de Educação Infantil São Judas Tadeu;
- Ludmila Cavallari; - Psicóloga
- Regiane de Fátima Carvalho Lazaretti; - Diretora

III – Colégio Estadual Presidente Arthur Costa e Silva;
- Leila Cristina Dias Cirilo; - Pedagoga
- Cleusa Alecrim; - Diretora

IV – Escola de Educação Especial Apoema e APAE;
- Roberissa Roberissa Wanderline Modesto de Oliveira; - Assistente Social
- Rebecca Rezende Plácido dos Santos; - Presidente da APAE

V – CMDCA -Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Gustavo Curan; – Orientador Social
- Flávia Elaine Alves Mada; – Agente Administrativo

VI – Secretaria Municipal de Saúde;
Estratégia Saúde da Família;
- Juliana Moreira da Costa– Enfermeira
- Heitor Arimatéia Moraes de Oliveira – Médico

Saúde mental
- Lidiane Aparecida da Silva Oliveira; – Psicóloga
- Gabriela Thome Zwielewski; – Farmacêutica

VII– Secretaria Municipal de Assistência Social;
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social;
- Ana Flavia Rodrigues de Castro; - Psicóloga
- Gabriele Cristina Rezende Silva Poletto; - Assistente Social

PSE- Proteção Social Especial;
- Roberissa Roberissa Wanderline Modesto de Oliveira; - Assistente Social
- Valéria Turozi Lazaretti; - Secretária de Assistência Social

VIII – Conselho Tutelar;
- Rayla Romilda de Oliveira Reggiani; - conselheira tutelar
- Maria Aparecida Pelais; - conselheira tutelar

Art. 5º A atuação da Rede de Proteção deverá ocorrer de forma articulada, intersetorial e contínua, observando os princípios da proteção integral, prioridade absoluta e respeito à condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente, conforme previsto no ECA.

Art. 6º A Rede de Proteção realizará reuniões ordinárias mensais e, quando necessário, reuniões extraordinárias, convocadas pelo seu articulador.
§ 1º As reuniões deverão contar, obrigatoriamente, com a participação de, no mínimo, um representante de cada órgão integrante da Rede de Proteção.
§ 2º Na impossibilidade de comparecimento dos dois representantes, estes deverão justificar a ausência e comunicar o articulador com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
§ 3º O representante que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadas no período de 12 (doze) meses, sem justificativa aceita pela Rede de Proteção, terá sua situação comunicada pelo articulador à chefia imediata e ao setor de Recursos Humanos, para as providências administrativas cabíveis.

Art. 7º Os casos de violação ou ameaça de direitos deverão ser registrados por meio do preenchimento da ficha do SINAN e encaminhados ao setor de Epidemiologia para lançamento no sistema. Os demais encaminhamentos deverão seguir rigorosamente os fluxos estabelecidos pela Comissão de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes, respeitando as competências legais de cada órgão integrante.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cafeara, 20 de agosto de 2026.

GUSTAVO CURAN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:87C28475

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - ERRATA REFERENTE: CONTRATO Nº 142/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026.

ERRATA REFERENTE: CONTRATO Nº 142/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026.

ONDE SE LÊ: vigência da contratação é de 12(DOZE) MESES

LEIA-SE: vigência da contratação é de 333(trezentos e trinta e três) dias

ERRATA REFERENTE: EXTRATO CONTRATO Nº 142/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026.

ONDE SE LÊ: Vigência: 03/08/2026 a 02/04/2027.

LEIA-SE: **Vigência: 03/08/2026 a 01/07/2027.**

Cafelândia, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B70DA89C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2026 – Inexigibilidade nº 032/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: INTERSEPT - COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 05.538.275/0001-05, RUA DOM JOÃO VI, 309 - CEP: 82900150 - BAIRRO: CAJURU, E-MAIL: licitabrasil@intersept.com.br / silvana@intersept.com.br, Telefone, (41) 3266-9581 CIDADE: Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUIS CARLOS BATISTA RIBAS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto ADESÃO A ATA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO Nº 004/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2026, PROCESSO

ADMINISTRATIVO Nº 010/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CONDESCOM, PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO.

Valor Total: R$ 1.127.407,90 (Um Milhão, Cento e Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Sete Reais e Noventa Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, LUIS CARLOS BATISTA RIBAS
Vigência: 20/08/2026 a 19/08/2027.
Data da Assinatura:20/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8AA219CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 029/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 126/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 029/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, encontra-se aberto o edital de DISPENSA ELETRÔNICA objetivando a **Aquisição de Equipamentos Topográficos e Radiocomunicadores.** As empresas interessadas poderão encaminhar proposta entre os dias **24/08/2026 a 27/08/2026.**
Obs: O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com

Califórnia, 20 de agosto de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratações

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:2C790825

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 134/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 134/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/ 2026
MODALIDADE Concorrência [[Nº 7/ 2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO SUB BASE DA ESTRADA DA FIGUEIRINHA EM CALIFORNIA PR
FORNECEDOR: CONSTRUTORA FELICITA LTDA
CNPJ/CPF: 04.335.179/0001-99
REPRESENTANTE LEGAL: ADIR SILVA MORENO FILHO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.092.160,68
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/08/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:68C182A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 139- FÉRIAS

PORTARIA Nº 139/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:
Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período /de Gozo
RENATO DO NASCIMENTO	24/04/2024 a 23/04/2025	08/09/2026 a 07/10/2026
EDIENE MARIA ELÓI THOMAZ	30/05/2025 a 29/05/2026	01/09/2026 a 30/09/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 13° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:A23121BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 142- FÉRIAS

PORTARIA Nº 142/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período /de Gozo
JANAINA BARCALA PAULO	01/04/2024 a 31/03/2025	08/09/2026 a 07/10/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 20° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:0FE46C15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 143- FÉRIAS

PORTARIA Nº 143/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período /de Gozo
EDUARDO VOLTARELLI	13/02/2024 a 12/02/2025	24/08/2026 a 07/09/2026
EDUARDO VOLTARELLI	13/02/2025 a 12/02/2026	08/09/2026 a 22/09/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 20° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:D593A9FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS CONCORRÊNCIA Nº 07/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 064/2026
Concorrência nº 07/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO SUB BASE DA ESTRADA DA FIGUEIRINHA EM CALIFORNIA PR.**

EMPRESA: FELCONSTRUTORA FELICITA LTDA
CNPJ: 04.335.179/0002-99

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERV	1	Contratação de uma empresa para a execução do sub base da estrada da figueirinha em Califórnia PR	R$ 1.092.160,68	R$ 1.092.160,68
Total Geral:					**R$ 1.092.160,68**

Califórnia, 03/06/2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7530BE5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 03 2026 PSS PROFESSORES CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS PSS 2025

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, convoca a candidata classificada em 24º colocação conforme edital nº 01/2025, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS para a distribuição de vagas visando contratações temporárias para o ano letivo de 2026 na função de Professor, para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Edital publicado no Diário Oficial do Município em 03 de novembro de 2025.
Nestes termos:
Convoca a 24ª. Classificada, abaixo relacionada a comparecer no dia 25 de agosto de 2026, no setor de Departamento de Recursos Humanos, das 08:30 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, a fim de apresentar a documentação conforme Edital 01/2025.

Classificação	Nome	Desempate	Pontuação
24º	Fabiane Aparecida Lopes	Pós graduação	72

A convocação citada, se justifica devido a desistência da candidata classificada em 23º lugar.

Campina do Simão, 19 de agosto de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:218E110C

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS N° 11, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO N° 11, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Aprova a Minuta Consolidada a fim da atualização legislativa que regulamenta os Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social e dá outras providências, em Campina do Simão – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campina do Simão-PR, no uso de suas atribuições legais, e Deliberação em plenária registrado sob a ATA CMAS Nº 11/2026, Resolve:

Art. 1º Aprova a necessidade de atualização da Lei Municipal nº 768, de 01 de junho de 2022, que dispõe sobre os benefícios eventuais destinados às ações de assistência social, a fim da adequação a Resolução CNAS Nº 213 de 28 de outubro de 2025 e à realidade das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social atendidos pela Política de Assistência Social.

Art. 2º Aprova a proposta de **Minuta Consolidada a fim da atualização legislativa** de regulamentação dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, estabelece princípios, modalidades, critérios de acesso, formas de provisão, procedimentos de análise e concessão, responsabilidades do órgão gestor e do Conselho Municipal de Assistência Social, financiamento, controle social e dá outras providências.

Art. 3º Encaminha o texto para a Controladoria Interna do município, para que, se observada a legislação vigente e os trâmites administrativos pertinentes, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal a fim da apreciação e votação em regime de urgência.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Campina do Simão-PR, 19 de agosto de 2026.

MÁRCIO AMADIU
Presidente do CMAS

Publicado por:
Marcio Amadiu
Código Identificador:07BBABFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
LEI N.º 1.133, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria em decorrência da execução da pavimentação das Ruas que especifica.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica autorizada a cobrança do tributo de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação de vias urbanas, com execução dos serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos, conforme memorial descritivo e demais obras que se fizerem necessárias, nos seguintes bairros e ruas, que compreendem as zonas beneficiadas:

I – Bairro Joana Olimpia: Rua Professora Guiomar Moura Arruda de Abreu - (trecho entre Rua Antonio Collere e o final da rua na Estaca 8+2,00m).

II – Bairro Jardim Paulista: Rua Líbero Martins da Rocha - (trecho entre Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco e Avenida Pres. Jucelino Kubitschek de Oliveira).

III – Bairro Jardim João Paulo II:
a) Rua Gilberto Maurício de Oliveira - (trecho entre Rua Carlos Mocelin e o Rua Sebastião da Costa Franco);
b) Rua Waldomiro Crozeta de Souza - (trecho entre Rua Antonio Custel Sobrinho e a Rua Elísio Gheno);
c) Rua Agostinho Manica - (trecho entre Rua Gilberto Maurício de Oliveira e a Rua Atanazildo Bonfim);
d) Rua Antonio Custel Sobrinho - (trecho entre Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio);
e) Rua Atanazildo Bonfim - (trecho entre a Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio);
f) Rua Bento Rodrigues de Lima - (trecho entre Rua Atanazildo Bonfim e a Rua Manoel de Souza);
g) Rua Gilberto Maurício de Oliveira - (trecho entre a Rua Jorge Calixto de Andrade e a Rua Paulo Roberto Baggio);
h) Rua Manoel de Souza - (trecho entre a Rua Atanazildo Bonfim e a Rua Antônio Mocelin);
i) Rua Paulo Roberto Baggio - (trecho entre a Rua Elísio Gheno e a Rua Atanazildo Bonfim).

IV – Bairro Rancho Alegre: Rua Dr. João Cândido - (trecho entre Estrada Municipal Genjiro Abe e o final da rua na Estaca 18+11,65m).

V – Bairro: Recanto Verde (Área Industrial Riachuelo La Plata): Rua José Neves - (trecho entre a Rua Marcos Nicolau Strapassoni até o final da rua na Estaca 13+9,37 m).

VI – Bairro Jardim Santa Angelina: Rua Tereza Buzzi Bernardi - (trecho entre a Rua Professora Maria Mota e a Rua Angélica Ribas Cordeiro).

§1º O memorial descritivo do projeto das obras mencionadas no *caput* deste artigo está estabelecido no anexo desta Lei.

§2º O orçamento estimado do custo da obra totaliza o montante de R$9.866.891,78 (nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos).

§3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite total a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

§4º Considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data da conclusão da obra.

§5º A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria ora instituída, corresponderá ao percentual de até 100% (cem por cento) do investimento total, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal, em ato próprio, suportar parte deste valor.

Art. 2º O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§2º Os bens indivisos poderão ser considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente em decorrência da realização de obras públicas.

Parágrafo único. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será determinada pelo coeficiente resultante da diferença entre o valor do imóvel antes e posterior à obra, observado o custo total da mesma.

Art. 5º A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, devidamente instituída pelo Poder Executivo Municipal, através de portaria, avaliará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência antes e após o término da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas de forma individualizada, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se este estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

CAPÍTULO II
DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, por meio da Secretaria competente, relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta, contendo todos os imóveis beneficiados pela obra que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º O Edital Prévio da Contribuição de Melhoria será publicado anterior à execução da obra, contendo, entre outros, os seguintes elementos:
I – memorial descritivo do projeto;
II – orçamento do custo total ou parcial da obra;
III – determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
IV – delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
V – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
VI – prazo e condições de pagamento;
VII – fixação do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação, para eventual impugnação pelos interessados.

Art. 8º O processo administrativo de impugnação de qualquer um dos itens do Edital Prévio previsto no artigo anterior, deverá obedecer aos seguintes critérios:
I – o interessado deverá comprovar seu interesse e legitimidade;
II – a impugnação deverá ocorrer mediante protocolo físico ou por meio eletrônico, dirigido à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, através de petição escrita e fundamentada, devidamente firmada pelo próprio interessado ou por procurador constituído, cabendo ao impugnante o ônus da prova de suas alegações;
III – somente e serão apreciadas as impugnações expressas em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, não sendo aceitas impugnações intempestivas ou meramente protelatórias;
IV – recebida a impugnação, caberá a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, apreciar e proferir decisão administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Art. 9º A Comissão competente, cientificará o interessado, imediatamente após proferida a decisão administrativa, para que, querendo, adote outras medidas cabíveis, por qualquer um dos seguintes meios:
I – pessoalmente, por ciência do processo;
II – pelo correio, com aviso de recebimento;
III – através de endereço eletrônico devidamente informado pela parte;
IV – através de edital publicado no diário oficial do Município, quando não encontrada a parte interessada.

Art. 10. Uma vez julgada a impugnação, caberá pedido de revisão da decisão junto à Secretária de Administração, no prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá proferir decisão administrativa por igual período e

cientificar o interessado, pelos mesmos meios previstos no art. 9º desta lei.

Parágrafo único. Caberá a parte interessada instruir o processo com todos os documentos e fundamentos, sob pena de preclusão.

Art. 11. Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO III
DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 12. Após a conclusão da obra o Poder Executivo Municipal, através da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução desta, a fim de estabelecer a base de cálculo do tributo, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e posterior à obra pública.

§1º Os valores obtidos nas avaliações prévia e posterior a obra balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da Contribuição de Melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

§2º A avaliação posterior à obra, de que trata este artigo, poderá ser utilizada para fins de atualização da planta cadastral.

Art. 13. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resulta para cada imóvel, que deverá ser rateado entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

Parágrafo único. O valor da Contribuição de Melhoria será o resultado da multiplicação da valorização individual do imóvel pelo custo da obra a ser financiada pela contribuição, dividido pela somatória da valorização de todos os imóveis afetados pela obra pública.

$$CM = Vi \times Co / \Sigma Vi$$

CM – Contribuição de melhoria;
Vi – Valorização individual do imóvel;
Co – Custo da obra a ser financiada pela contribuição;
ΣVi – Somatória da valorização de todos os imóveis afetados.

Art. 14. O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário do lançamento do tributo através de edital.

Art. 15. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a conclusão das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:
I – memorial descritivo do projeto;
II – orçamento final do custo total ou parcial da obra;
III – demonstrativo de valorização de cada imóvel;
IV – valor da contribuição de melhoria lançada;
V – prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
VI – local, forma e prazo para pagamento;
VII – prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação, para eventual impugnação pelos interessados.

Art. 16. A partir da data de publicação do Edital de Lançamento, os contribuintes estarão notificados a comparecer na Secretaria de Administração, para realizar a opção da forma de pagamento, sendo que o não comparecimento será interpretado como anuência à opção de parcelamento mais flexível prevista no edital de lançamento.

Art. 17. A impugnação ao Edital de Lançamento deverá ser dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis e deverá obedecer aos seguintes critérios:
I – o interessado deverá comprovar seu interesse e legitimidade;
II – a impugnação deverá ocorrer por meio de protocolo físico ou por meio eletrônico, dirigido à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, por meio de petição escrita e fundamentada, devidamente firmada pelo próprio interessado ou por procurador constituído, cabendo ao impugnante o ônus da prova de suas alegações;
III – somente serão apreciadas as impugnações expressas em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, não sendo aceitas impugnações intempestivas ou meramente protelatórias;
IV – não será admitido requerimento de impugnação que verse sobre matéria contida no Edital Prévio e que já fora objeto de recurso, em obediência ao Princípio da Segurança Jurídica e Coisa julgada.
V – recebida à impugnação, caberá a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, apreciar e proferir decisão administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Art. 18. A Comissão competente, cientificará o interessado imediatamente após proferida a decisão administrativa, para que, querendo, adote outras medidas cabíveis, por qualquer um dos seguintes meios:
I – pessoalmente, por ocasião do ciente no processo;
II – pelo correio, com aviso de recebimento;
III – através de endereço eletrônico devidamente informado pela parte;
IV – por edital publicado no diário oficial do Município, quando não encontrada a parte interessada.

Art. 19. Uma vez julgada a impugnação, caberá pedido de revisão da decisão junto à Secretária de Administração, no prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá proferir decisão administrativa por igual período e cientificar o interessado, pelos mesmos meios previstos no art. 18º desta lei devendo a parte interessada instruir o processo com todos os documentos e fundamentos, sob pena de preclusão.

Art. 20. Os requerimentos de impugnação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeitos de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV
DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 21. Serão isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma do disposto na Lei Municipal nº 797/2021, os imóveis urbanos, destinados à moradia unifamiliar, que possuam cumulativamente as seguintes características próprias:
I – seja o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor devidamente inscrito no Cadastro Único do Governo Federal, e receba algum dos benefícios dos programas sociais, comprovado mediante apresentação da folha resumo do referido cadastro, cuja renda familiar *per capta* não ultrapasse meio salário-mínimo nacional, limitado a 03 (três) salário-mínimo nacional;
II – seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, exclusivamente do imóvel beneficiado, no qual exerça sua habitual moradia, cuja metragem não ultrapasse 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) de terreno, e que a construção seja inferior a 70,00 m2.

§1º O benefício de isenção de que trata este artigo, será objeto de estudo de impacto financeiro e ficará condicionado a não afetação nas metas de resultados fiscais previstas e fixadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§2º Para pleitear o benefício previsto neste artigo, o contribuinte deverá protocolar requerimento escrito, dirigido à Secretaria Municipal de Administração, instruídos com os documentos necessários a comprovar o preenchimento dos requisitos.

§3º Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes que possuírem mais de um imóvel urbano, ou que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome perante o Departamento de Receita Municipal.

§4º A Secretaria Municipal competente, poderá determinar diligências *in loco* para confirmar as informações prestadas pelo contribuinte, bem como, poderá requisitar relatório conclusivo a ser emitido por Assistente Social do Município.

Art. 22. São imunes ao pagamento da Contribuição de Melhoria os imóveis pertencentes à União, ao Estado e ao Município, bem como suas autarquias e fundações públicas.

Art. 23. O valor da Contribuição de Melhoria, não poderá exceder o custo do valor global da obra e tampouco o benefício imobiliário gerado.

Art. 24. O pagamento da Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, poderá ser efetuada pelos contribuintes à Fazenda Pública Municipal, nas seguintes condições:
I – pagamento à vista, em cota única, por ocasião da conclusão da obra e respectivo lançamento do tributo;
II – pagamento parcelado em até 60 (sessenta) parcelas, acrescido dos juros remuneratórios de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

Parágrafo único. O atraso no pagamento das parcelas implicará ao contribuinte multa, juros e correção monetária na forma prevista pelo Código Tributário Municipal, bem como a inscrição em Dívida Ativa.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:1E92B169

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PG Nº. 78/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 78/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MÁQUINAS DE COSTURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SEUS EQUIPAMENTOS CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: Menor Preço Global
Valor Máximo: R$ 33.750,00 (Trinta e três mil e setecentos e cinquenta reais)
Data de abertura: 08/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:88B16234

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Comunico que a abertura do processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 69/2026**, cujo objeto trata da **AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) MICRO-ÔNIBUS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL**, agendada para acontecer no dia **21 de agosto de 2026 às 09:00 horas**, na plataforma eletrônica Compras BR (www.comprasbr.com.br), fica **SUSPENSA**.
Suspensão em virtude de impugnação recebida, a qual foi encaminhada para a Secretaria requisitante para fins de análise e resposta técnica em tempo hábil.
A nova data de abertura, eventuais alterações no edital ou outras decisões, serão definidas pela Administração e publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Diário Indústria e Comércio - INCO (www.diarioinduscom.com.br/) e informadas no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br) e no sistema eletrônico de julgamento Compras BR (www.comprasbr.com.br).

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:57BE696D

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PG Nº. 64/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 64/2026
Processo nº 145/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 64/2026, que tem por objeto a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS A GASOLINA PERTENCENTES À FROTA DE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA	06.880.642/0001-09	R$ 526.462,31

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 20/08/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:8B8AD73E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1115/2026

Designa o Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais como unidade responsável pela elaboração, consolidação, revisão e atualização do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando os princípios do planejamento, da eficiência, da transparência e da governança aplicáveis às contratações públicas, previstos na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando o disposto no art. 18, inciso IX, da Lei Municipal nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024, que instituiu, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, o Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais e lhe atribuiu, entre outras competências, a elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA;

Considerando o disposto no art. 23 do Decreto Municipal nº. 1.949, de 27 de fevereiro de 2023, com as alterações promovidas pelo Decreto Municipal nº. 2.616, de 27 de janeiro de 2026, que disciplina os procedimentos, responsabilidades e prazos relacionados à elaboração, consolidação, revisão e publicação do Plano de Contratações Anual;

Considerando a necessidade de assegurar adequada definição de responsabilidades, continuidade administrativa, rastreabilidade e padronização dos procedimentos relacionados ao planejamento anual das contratações públicas municipais;

Considerando os requisitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR no âmbito da avaliação da área de Aquisições e Contratações do ProGov, especialmente quanto à formalização do responsável pela elaboração e revisão do Plano de Contratações Anual – PCA;

RESOLVE

Art. 1º Fica designado o Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais, unidade integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Administração, como responsável pela elaboração, consolidação, revisão e atualização do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º As atividades previstas no caput serão conduzidas sob a responsabilidade do servidor regularmente designado para exercer a Coordenação do Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais, atualmente exercida pelo servidor **ROBSON ROBERTO FRIGOTTO DA COSTA, matrícula nº. 319251**, nos termos da Portaria nº. 1.714/2025.

§ 2º A designação prevista nesta Portaria compreende tanto a elaboração do Plano de Contratações Anual referente ao exercício subsequente quanto as atividades de consolidação, revisão, atualização e adequação do Plano durante sua vigência.

Art. 2º Compete ao Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais, no âmbito da elaboração, consolidação, revisão e atualização do PCA:

I – coordenar o cronograma, o fluxo de trabalho e as etapas necessárias à elaboração do Plano de Contratações Anual;

II – solicitar aos órgãos municipais e às respectivas unidades demandantes o encaminhamento ou cadastramento das informações necessárias à elaboração do PCA, observados os prazos estabelecidos na regulamentação municipal;

III – orientar os órgãos municipais e as unidades demandantes quanto ao adequado levantamento e registro de suas necessidades de contratação;

IV – receber, organizar, analisar e consolidar as demandas encaminhadas pelos órgãos municipais, observada a responsabilidade de cada unidade demandante pela veracidade, necessidade, adequação e consistência das informações apresentadas;

V – verificar a presença das informações necessárias ao planejamento das contratações, especialmente quanto à identificação da unidade demandante, descrição do objeto, justificativa da necessidade, quantitativos estimados, valores estimados, prioridade e período ou data pretendida para a contratação;

VI – promover o saneamento das informações recebidas, mediante solicitação de complementações, esclarecimentos ou ajustes aos respectivos órgãos e unidades demandantes, quando necessário;

VII – realizar o mapeamento dos objetos de interesse comum e identificar oportunidades de contratação conjunta, compartilhada ou centralizada, visando à racionalização das contratações, à padronização e à obtenção de economia de escala;

VIII – elaborar e divulgar a consolidação preliminar do Plano de Contratações Anual, observados os prazos estabelecidos na regulamentação municipal;

IX – receber, analisar, organizar e processar as solicitações de inclusão, exclusão, substituição, reprogramação, redimensionamento ou demais alterações das demandas constantes do PCA;

X – promover, quando cabível, a articulação com os setores responsáveis pelo planejamento orçamentário, contabilidade e finanças, para verificação da compatibilidade das demandas e de suas alterações com os instrumentos orçamentários;

XI – consolidar a versão final e as versões revisadas ou atualizadas do Plano de Contratações Anual, submetendo-as às autoridades competentes para análise, aprovação e demais providências;

XII – adotar ou solicitar as providências necessárias à publicação e atualização do PCA nos meios oficiais exigidos pela legislação, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência, conforme as competências administrativas de cada setor;

XIII – manter organizados os documentos, registros, comunicações, planilhas, relatórios, manifestações e demais evidências relacionadas ao processo de elaboração, consolidação e revisão do PCA, assegurando sua rastreabilidade;

XIV – expedir orientações, modelos, formulários, memorandos, comunicações e demais instrumentos necessários à padronização e ao adequado desenvolvimento dos trabalhos; e

XV – exercer outras atividades diretamente relacionadas à elaboração, consolidação, revisão e atualização do Plano de Contratações Anual, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 3º Os órgãos municipais e respectivas unidades demandantes deverão prestar ao Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais as informações, documentos, esclarecimentos e manifestações necessários à elaboração, consolidação e revisão do PCA, observando os prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração.

§ 1º Compete a cada órgão municipal acompanhar e validar as demandas sob sua responsabilidade, respondendo pela necessidade, justificativa, quantitativos, estimativas, prioridades e demais informações encaminhadas para composição do PCA.

§ 2º A atuação do Núcleo na análise, organização e consolidação das informações não transfere para esta unidade a responsabilidade administrativa e técnica originalmente atribuída aos órgãos e unidades demandantes.

Art. 4º A elaboração e consolidação do PCA pelo Núcleo não substituem as competências relativas à análise de disponibilidade orçamentária, autorização da despesa, aprovação do Plano ou demais atribuições legalmente conferidas às autoridades e unidades administrativas competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A4D5C403

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1116/2026

Designa o Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais como unidade responsável pelo monitoramento da execução do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando os princípios do planejamento, da eficiência, da transparência, do controle e da governança aplicáveis às contratações públicas, previstos na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024, que instituiu o Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais e lhe atribuiu competências relacionadas ao planejamento e à eficiência das contratações públicas municipais;

Considerando o disposto no art. 23 do Decreto Municipal nº. 1.949, de 27 de fevereiro de 2023, com as alterações promovidas pelo Decreto Municipal nº. 2.616, de 27 de janeiro de 2026, que disciplina o Plano de Contratações Anual no âmbito da Administração Pública Municipal;

Considerando que o Plano de Contratações Anual constitui instrumento dinâmico de planejamento e governança, devendo sua execução ser acompanhada durante o exercício para permitir a identificação de atrasos, cancelamentos, reprogramações, contratações não realizadas e demais situações capazes de afetar o planejamento das contratações públicas;

Considerando a necessidade de estabelecer responsabilidade formal pelo acompanhamento e monitoramento da execução do Plano de Contratações Anual;

Considerando os requisitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR no âmbito da avaliação da área de Aquisições e Contratações do ProGov, especialmente quanto à realização do monitoramento contínuo da execução do PCA e à designação formal da unidade ou agente responsável por essa atividade;

RESOLVE

Art. 1º Fica designado o Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais, unidade integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Administração, como responsável pelo monitoramento da execução do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º As atividades previstas no caput serão conduzidas sob a responsabilidade do servidor regularmente designado para exercer a Coordenação do Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais, atualmente exercida pelo servidor **ROBSON ROBERTO FRIGOTTO DA COSTA**, **matrícula nº. 319251**, nos termos da Portaria nº. 1.714/2025.

§ 2º O monitoramento será realizado ao longo de todo o exercício de referência e compreenderá o acompanhamento das contratações previstas no PCA e de suas eventuais revisões ou atualizações.

Art. 2º Compete ao Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais, no âmbito do monitoramento da execução do PCA:

I – realizar o acompanhamento contínuo da execução das contratações previstas no Plano de Contratações Anual;

II – confrontar as contratações planejadas com as efetivamente iniciadas, processadas, realizadas, contratadas, canceladas, reprogramadas ou não executadas;

III – acompanhar a execução do PCA por item, órgão ou unidade demandante e, quando pertinente, por categoria, grupo de despesa, tipo de contratação ou outro critério que contribua para a adequada avaliação do Plano;

IV – identificar atrasos, cancelamentos, inexecuções, reprogramações, alterações relevantes e demais situações que possam comprometer ou modificar a execução das contratações originalmente planejadas;

V – solicitar aos órgãos municipais e às respectivas unidades responsáveis informações, justificativas, atualizações de status e documentos necessários à adequada avaliação da execução de cada contratação prevista;

VI – registrar, sempre que possível, as justificativas apresentadas pelos órgãos municipais para contratações atrasadas, canceladas, não iniciadas, não executadas, substituídas ou reprogramadas;

VII – utilizar, para fins de acompanhamento e consolidação das informações, os sistemas informatizados, relatórios, bases de dados e demais instrumentos disponibilizados ou adotados pelo Município;

VIII – elaborar Relatórios de Monitoramento do Plano de Contratações Anual, parciais ou periódicos, contendo a análise da execução, as situações identificadas, as justificativas apresentadas, as situações críticas, as conclusões e, quando cabível, recomendações;

IX – realizar consolidações formais do monitoramento;

X – elaborar, ao encerramento do exercício, relatório consolidado acerca da execução do PCA, quando aplicável;

XI – encaminhar os relatórios de monitoramento à Secretaria Municipal de Administração para conhecimento e adoção das providências administrativas que entender cabíveis;

XII – encaminhar cópia dos relatórios à Controladoria Geral do Município, para ciência e eventual exercício das competências de controle que lhe são próprias;

XIII – recomendar, quando identificada a necessidade, a revisão, atualização ou adequação do PCA, observados os procedimentos, justificativas, análises orçamentárias e aprovações exigidas pela regulamentação municipal;

XIV – manter organizados e arquivados os relatórios, demonstrativos, manifestações, justificativas, comunicações e demais documentos utilizados ou produzidos durante o monitoramento, de modo a assegurar a rastreabilidade e a comprovação das atividades realizadas; e

XV – disponibilizar as informações e documentos comprobatórios necessários ao atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo, especialmente aquelas relacionadas à avaliação da execução e do monitoramento do Plano de Contratações Anual.

Art. 3º Os órgãos municipais, por meio de suas respectivas unidades administrativas e demandantes, deverão colaborar com o processo de monitoramento, mantendo atualizadas as informações relativas às contratações sob sua responsabilidade e atendendo às solicitações do Núcleo de Planejamento e Controle das Compras Governamentais nos prazos estabelecidos.

Parágrafo único. Os órgãos e unidades demandantes permanecem responsáveis pelo acompanhamento das necessidades de contratação sob sua competência e pela apresentação das justificativas referentes à situação de execução das respectivas demandas.

Art. 4º O monitoramento previsto nesta Portaria possui natureza administrativa e gerencial, destinado ao acompanhamento da execução do planejamento das contratações públicas, e não substitui:

I – as competências institucionais da Controladoria Geral do Município relativas ao controle interno;

II – as atribuições dos gestores e fiscais de contratos;

III – as competências do Departamento de Gestão de Contratos; e

IV – as responsabilidades dos órgãos e unidades demandantes pela instrução, execução e acompanhamento de suas respectivas contratações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:FE2B74A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE, ESTADO DO PARANÁ**, na forma do Artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal **CONVIDA** a população em geral e as entidades representativas do Município para a participação na audiência pública para Apresentação, Discussão e Elaboração da **"Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO"** para o Exercício Financeiro de 2027, nos termos da legislação vigente, a ser realizada no:

Dia: 26/08/2026
Horário: 09:30 Horas
Local: Sala Reuniao Prefeitura Municipal
Endereço: Av. Miguel Komarchewski Nº 900

Campo do Tenente, 03 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:533D6F1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº008/2026

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

VALDIR MAZUR, Secretário de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,**RESOLVE:**

Art. 1° - Autorizar a prestação de serviço o extraordinário (Hora Extra) em conformidade com o Decreto nº005/2018, aos seguintes servidores municipais:

Aidano de Sá Teles Junior	Jornada máxima de 60 horas
Aluísio Martins	Jornada máxima de 60 horas
Amilton Feltrin	Jornada máxima de 60 horas
Antonio Benedito A dos Santos	Jornada máxima de 60 horas
Edson Cavalheiro	Jornada máxima de 60 horas
Eliseu da Rosa Gomes	Jornada máxima de 60 horas
João Victor Falkievicz de Almeida	Jornada máxima de 60 horas
José Osmar Moreira Santana	Jornada máxima de 60 horas
Rafaela Heide Alves	Jornada máxima de 40 horas
Mary Stela da Silva Bogarim	Jornada máxima de 40 horas

Art. 2º – A realização de serviço extraordinário será cumprida no período de 15/8/2026 a 14/9/2026.

Art. 3º – A realização de serviço extraordinário, será realizada na coleta de lixo, serviços agrícolas e serviços administrativos, sendo necessário muitas vezes a permanência em período extra.

Campo do Tenente – PR, 18 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

VALDIR MAZUR
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Dê-se Ciência. Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:CD95532E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento, sob demanda, de gêneros alimentícios diversos, incluindo produtos perecíveis e não perecíveis, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Ação Social, Educação e Saúde do Município de Campo do Tenente. Data: 03/09/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 20 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:40B091AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº006/2026 – CMAS

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2025 DOS RECURSOS DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO DO TENENTE – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 945/2018;

CONSIDERANDO a análise do Relatório de Gestão Físico-Financeira, dos extratos bancários e dos demais documentos referentes à prestação de contas anual de 2025, disponibilizados no Sistema Fundo a Fundo – SIFF;
CONSIDERANDO a deliberação do colegiado em reunião realizada em 12 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas anual do exercício de 2025 dos recursos do Piso Único de Assistência Social – PAS, transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social de Campo do Tenente, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

§ 1º A prestação de contas refere-se ao período anual de 2025, com preenchimento no SIFF disponibilizado de 02/02/2026 a 30/08/2026.
§ 2º Conforme os demonstrativos analisados, foram executados R$ 45.923,73 (quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), correspondentes a 61,23% do valor repassado.

Art. 2º Emitir parecer favorável à aprovação da prestação de contas referida no art. 1º desta Resolução, para registro na aba "Parecer do Conselho" do SIFF e finalização do procedimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ LUIZ PIANOWSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publique-se e Cumpra-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:E9206003

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 696/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 149.000,00 (Cento e quarenta e nove Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 149.000,00 (Cento e quarenta e nove Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.008 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR			
3.3.90.33.00.00	Passagens e despesas com locomoção	0107	149.000,00
TOTAL			**149.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 149.000,00 (Cento e quarenta e nove Mil Reais), proveniente da fonte: 0107.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 20 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:6F62082B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- CAMPO MAGRO/PARANÁ - RESOLUÇÃO Nº 06.2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Campo Magro, em reunião ordinária nº 06.2026, realizada aos três dias do mês de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar por unanimidade e sem ressalvas, a ata da Reunião Ordinária nº 05/2026 - CMDPD.

Art. 2º – Aprovar o envio de novo ofício à Secretaria Municipal de Administração – SEAD, solicitando manifestação formal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, acerca das providências adotadas em relação às demandas de transporte coletivo encaminhadas pelo Conselho, incluindo as linhas São Benedito, Padre Aleixo e Calêndulas.

Art. 3º – Dar ciência da continuidade dos trabalhos de análise da minuta do Regimento Interno do Conselho, bem como da deliberação para que os conselheiros encaminhem eventuais sugestões e apontamentos até o dia 14 de agosto de 2026, para posterior remessa à Procuradoria Geral do Município – PROGE, visando à consolidação da versão final do documento.

Art. 4º – Dar ciência do encaminhamento para convidar a Procuradoria Geral do Município – PROGE a participar da 7ª Reunião Ordinária do CMDPD, prevista para o dia 31 de agosto de 2026, com a finalidade de prestar assessoramento jurídico na etapa final de elaboração do Regimento Interno, esclarecer dúvidas dos conselheiros e auxiliar na consolidação da versão final do documento para apreciação e aprovação pelo plenário.

Art. 5º – Dar ciência de que será incluída na pauta da próxima reunião a discussão acerca da regulamentação do Fundo do Conselho e da abertura de conta específica, visando à adoção das providências necessárias para viabilizar a participação do Município em futuros processos de cofinanciamento e repasses de recursos.

Art. 6º – Dar ciência das informações apresentadas acerca da regularização da renovação dos Termos de Fomento celebrados pela Secretaria Municipal de Educação com as instituições de atendimento educacional especializado, encontrando-se os instrumentos em fase de celebração, garantindo a continuidade dos atendimentos

Art. 7º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 10 de agosto de 2026.

FABÍOLA REGINA FERREIRA MACHADO
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F27A396A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 420/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal, especialmente pela Lei Municipal nº 1.284/2015, pelo Decreto Municipal nº 296/2023 e pela Lei Federal nº 14.133/2021,
CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo Sancionador destinado à apuração de eventual inadimplemento contratual atribuído à empresa VISÃO AGRO REPRESENTAÇÕES LTDA., relacionado ao fornecimento de ureia da marca Aducampo, integrante da Cesta de Insumos do Programa Campo Forte;
CONSIDERANDO que a Comissão Processante anteriormente designada pela portaria nº 701/2025, não apresentou Relatório Final, em razão, inicialmente, da impossibilidade de acesso integral aos documentos do processo decorrente da migração do sistema eletrônico de protocolo da Administração Municipal;
CONSIDERANDO que os documentos integrantes do processo administrativo foram posteriormente disponibilizados e novamente juntados aos autos, encontrando-se o procedimento devidamente instruído quanto aos atos já praticados;
CONSIDERANDO que a ausência do Relatório Final constitui vício procedimental sanável, não implicando, por si só, a nulidade dos atos regularmente praticados durante a instrução processual;
CONSIDERANDO que a Portaria anteriormente responsável pela designação da Comissão Processante perdeu sua vigência, fazendo-se necessária nova designação para restabelecer a competência funcional dos membros responsáveis pela conclusão dos trabalhos;
RESOLVE:
Art. 1º Fica reconstituída a Comissão Processante responsável pela condução e conclusão da fase instrutória do Processo Administrativo Sancionador nº 3.701/2025 instaurado em face da empresa VISÃO AGRO REPRESENTAÇÕES LTDA., referente à apuração de eventual inadimplemento contratual relacionado ao fornecimento de ureia da marca Aducampo, objeto integrante da Ata de Registro de Preços vinculada ao Programa Campo Forte.
Art. 2º A Comissão Processante será composta pelos seguintes servidores municipais:
LUCIELI PINHEIRO DA SILVA BODANESE – FISCAL FAZENDÁRIO
GILIARD RESMINI – CONTADOR
ROGER MAETSON BAYER – TECNICO CONTÁBIL
Parágrafo único. A presente C.P.A. ficará sob a presidência de **LUCIELI PINHEIRO DA SILVA BODANESE** e reunir-se-á por convocação da mesma, e terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 3º Compete à Comissão Processante, exclusivamente para fins de conclusão da fase instrutória, examinar integralmente os autos e elaborar o Relatório Final, contemplando, no mínimo:
o resumo cronológico dos fatos apurados;
a análise das provas e dos documentos constantes dos autos;
a apreciação das razões de defesa apresentadas pela empresa;
o enquadramento jurídico das condutas eventualmente apuradas;
a manifestação expressa quanto à existência ou inexistência de infração administrativa;
a análise da eventual responsabilidade da empresa;
a apresentação de proposta fundamentada de decisão à autoridade competente, indicando, quando cabível, as sanções aplicáveis ou o arquivamento do processo.
Art. 4º A Comissão Processante deverá considerar, para elaboração do Relatório Final, todos os atos, documentos, provas, manifestações, diligências, defesa e demais elementos regularmente produzidos no processo administrativo, os quais permanecem válidos e deverão ser integralmente aproveitados.
Parágrafo único. A presente Portaria não implica instauração de novo processo administrativo, tampouco repetição dos atos regularmente praticados, destinando-se exclusivamente à complementação e conclusão da fase instrutória pendente.
Art. 5º A Comissão Processante poderá promover, caso entenda estritamente necessário ao esclarecimento de fatos relevantes, diligências complementares, desde que devidamente fundamentadas e observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 6º Concluídos os trabalhos, o Relatório Final deverá ser juntado aos autos e o processo encaminhado à autoridade competente para julgamento, para decisão devidamente motivada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 1.284/2015 e do Decreto Municipal nº 296/2023.
Art. 7º Ficam ratificados e preservados os atos regularmente praticados no curso do Processo Administrativo Sancionador, não sendo necessária a sua repetição, ressalvada a hipótese de eventual identificação, pela Comissão, de ato que demande providência específica para garantia do contraditório, da ampla defesa ou da adequada apuração dos fatos.
Art. 8º A Comissão Processante deverá observar, no desenvolvimento de suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e duração razoável do processo.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:0AEB9EA4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 421/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **VALDEMIR GONÇALVES DA CRUZ,** brasileiro, inscrito no CPF nº 005.xxx.xxx-54, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matrícula: 1417-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **02/09/2024 a 01/09/2025**, como segue:

- 01/12/2026 a 10/12/2026
- 04/01/2027 a 13/01/2027

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 17 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:92E363CD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 422/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art.1º Conceder a servidora **ZENILDA DE FATIMA PEREIRA CAPPELLI WACHTEL**, brasileira, inscrita no CPF nº 086.xxx.xxx-35, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM CONTABILIDADE**, nomeada pela Portaria nº 229/2025, matrícula nº 4107-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria de Planejamento, conforme o prevê Art. 112 da

Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **03/02/2025 a 03/02/2026**, como segue:

- 31/08/2026 a 29/09/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:72842E2E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 423/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **MATHEUS JEAN CAMARGO,** brasileiro, inscrito no CPF nº 098.xxx.xxx-65, ocupante do cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR –** Nível D1-10, nomeado pela Portaria n° 182/2025, matrícula: 4070-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **20/01/2025 a 20/01/2026**, como segue:

- 04/01/2027 a 23/01/2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 17 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:CF59AEDF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 424/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art.1º Conceder a servidora **NEUZA MARIA RASADOR**, brasileira, inscrita no CPF nº 519.xxx.xxx-49, ocupante do cargo efetivo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, nomeada pela Portaria nº 137/2017, matrícula nº 3033-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **20/02/2024 a 20/02/2025**, como segue:

- 19/10/2026 a 28/10/2026
- 04/01/2027 a 23/01/2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do Prefeito, 19 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:CD2421D7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 425/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **NOELI MARIA DE OLIVEIRA SOARES**, brasileira, inscrita no CPF nº 487.xxx.xxx-49, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, matrícula: 1578-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **04/06/2025 a 04/06/2026**, como segue:

- 31/08/2026 a 14/09/2026
- 04/01/2027 a 18/01/2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do prefeito, 19 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:2EEDE7AA

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade e da transparência, e com base na Constituição Federal e Art. 48, § 1º, INCISO I, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, faz saber à população em geral e a quem possa interessar, que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentação e discussão da **Proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027**, nos seguintes termos:

Data: 24 de agosto de 2026;
Horário: às 10:00H;
Local: Câmara Municipal de Candói, situada a Av. Alfredo Antonio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros - Candói-Pr.

Candói, 04 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D5F739CA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 008/2024

CONTRATO Nº 008/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 90.001/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.861/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: PENSÃO DOIS IRMÃOS LTDA - CNPJ nº 45.942.256/0001-56.
OBJETO: Prorrogação do prazo de serviços de hospedagem na cidade de Cascavel – PR".
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/02/2027
DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:71FD5C30

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026
(PROCESSO Nº 3.415/2026).

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Credenciamento de empresas para o atendimento de situações de emergência ou de calamidade pública, destinado à reparação emergencial, à contenção de danos e ao restabelecimento das condições mínimas de uso de imóveis públicos ou de uso no interesse público, atingidos por tempestades ou outros desastres, especialmente telhados e vidros, abrangendo o fornecimento exclusivo de materiais de construção e a prestação de serviços de engenharia com materiais inclusos. **VALOR ESTIMADO**: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). **DATA DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO:** 21/08/2026**. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:** O presente Credenciamento terá vigência por prazo indeterminado, permanecendo com inscrições abertas de forma pública, permanente e contínua para o ingresso de novos interessados a partir de sua publicação oficial, em estrita observância ao art. 79, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. **FORMA DE ENVIO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO:** O protocolo poderá ser realizado de forma: Presencial, na sede da Prefeitura Municipal de Candói, junto ao Setor de Protocolo; ou Eletrônica, por meio do sistema digital acessível no endereço: https://protocolo.candoi.pr.gov.br, devendo ser direcionado ao setor "AGC – Agente de Contratação" e conter, obrigatoriamente, o assunto "Participação em Chamamento Público (Credenciamento ou Pré-qualificação)". **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no seguinte link https://pncp.gov.br/app/editais/95684478000194/2026/106 . **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através do protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. **RESPONSÁVEL:** Rodrigo Miss (Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023).

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D61C4DCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
LEI 2.861, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Altera a Lei Municipal n° 2.755 de 11 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a instituição e concessão de auxílio alimentação e vale-natalino aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
L E I
Art. 1º Altera os incisos I e II, renumera parágrafos e cria os parágrafos 5º e 6° no art. 2º, da Lei Municipal n.º 2.755, de 11 de fevereiro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º. O vale-alimentação, será concedido para os Servidores Públicos Efetivos, Comissionados e Temporários da Câmara Municipal.
I – aos que recebem remuneração até R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), o vale-alimentação será no valor de R$ 710,00 (setecentos e dez reais) mensais.
II – aos que recebem acima do valor estipulado no inciso I, o vale-alimentação será de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) mensais.

§1º. O vale-alimentação será concedido mensalmente e creditado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente de sua competência, destinando-se a subsidiar as despesas com a alimentação dos beneficiários.

§2º. O vale-alimentação instituído por esta Lei, possui caráter indenizatório, não se incorporando ao vencimento nem aos proventos (aposentadoria, licença ou pensão) dos beneficiários.

§3º. Os valores pagos referentes ao adicional de 1/3 de férias, abono pecuniário, abonos e rendimentos do PIS/PASEP, salário família, auxílio deslocamento, diárias e verbas indenizatórias, não integrarão a base de cálculo para fins de enquadramento nos benefícios desta Lei.

§4º. O vale-alimentação será reajustado anualmente, utilizando-se do INPC acumulado do período, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

§ 5º Quando o beneficiário perceber diária que inclua indenização de despesas com alimentação, em razão de deslocamento para fora da sede funcional, a serviço da Câmara Municipal ou para participação em curso, treinamento, capacitação ou evento de interesse da Administração, será efetuado desconto proporcional do vale-alimentação correspondente aos dias indenizados pela diária.

§ 6º O desconto previsto no § 5º será calculado à razão de 1/22 (um vinte e dois avos) do valor mensal do vale-alimentação para cada dia indenizado por diária e será realizado no ato do pagamento da respectiva diária, mediante compensação do valor correspondente ao benefício de alimentação".
Art. 2º O parágrafo único do artigo 8º, da Lei Municipal n.º 2.755, de 11 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art.8º .....
Parágrafo Único. O vale-natalino será no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), e será reajustado anualmente utilizando-se do INPC acumulado do período, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas."
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques - PR, em 19 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:AB894C59

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.858, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, ESTADO DO PARANÁ, ESTABELECE SUA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
L E I
Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação – FME, em caráter permanente, com a finalidade de acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação – PME e o cumprimento de suas metas, avaliar a implementação das políticas públicas educacionais e promover as articulações necessárias entre os correspondentes Fóruns de Educação do Estado e da União, bem como coordenar as Conferências Municipais de Educação.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação constitui **órgão colegiado permanente**, de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento das políticas públicas educacionais, sem personalidade jurídica própria, formado por profissionais da educação, organizações governamentais e não governamentais com atuação na Educação Básica e no Ensino Superior, bem como por instituições que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes,

jovens e adultos, constituindo espaço permanente de discussão e atuação na garantia desses direitos.
Art. 3º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – promover a discussão sobre a política educacional do território municipal;
II – convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar suas deliberações;
III – elaborar seu Regimento Interno, bem como o das Conferências Municipais de Educação;
IV – acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação;
V – zelar para que as Conferências Municipais de Educação estejam articuladas às Conferências Estadual e Nacional de Educação;
VI – planejar e organizar espaços de debate sobre a Política Municipal de Educação;
VII – acompanhar, junto ao Poder Legislativo, a tramitação de proposições legislativas relativas à Política Municipal de Educação;
VIII – acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação;
IX – acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação, no que couber ao Município;
X – emitir recomendações e manifestações sobre políticas públicas educacionais.
Art. 4º O Fórum Municipal de Educação – FME será integrado por membros representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:
I – Secretário(a) Municipal de Educação;
II – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação – CME;
III – 01 (um) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB;
IV – 01 (um) representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE;
V – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
VI – 01 (um) representante dos Diretores das Escolas Municipais;
VII – 01 (um) representante dos Técnicos Administrativos da Rede Municipal de Educação;
VIII – 01 (um) representante das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Municipais;
IX – representantes dos Professores da Educação Básica, sendo:
a) 01 (um) representante dos Professores da Educação Infantil – Creche;
b) 01 (um) representante dos Professores da Educação Infantil – Pré-Escola;
c) 01 (um) representante dos Professores do Ensino Fundamental;
d) 01 (um) representante dos Professores do Ensino Médio;
e) 01 (um) representante dos Professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA;
f) 01 (um) representante dos Professores das Escolas do Campo;
X – 01 (um) representante dos Diretores das Escolas Públicas Estaduais;
XI – 01 (um) representante da Educação Especial Inclusiva;
XII – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
XIII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
XIV – 01 (um) representante da Assessoria Jurídica do Município;
XV – 01 (um) representante do Conselho Tutelar.
§ 1º O representante titular da Secretaria Municipal de Educação será o(a) Secretário(a) Municipal de Educação em exercício, que exercerá a função de Presidente nato do Fórum Municipal de Educação.
§ 2º O Fórum será composto por um representante titular e um suplente de cada segmento elencado nos incisos deste artigo.
§ 3º Os representantes titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos, entidades ou segmentos que representam.
§ 4º Os representantes titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados por Decreto do Poder Executivo Municipal.
Art. 5º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos em seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições desta Lei.
Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Presidente, os trabalhos poderão ser conduzidos por membro por ele designado, na forma do Regimento Interno.
Art. 6º O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento permanente e reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses, preferencialmente no segundo mês de cada semestre, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.
Art. 7º O Fórum Municipal de Educação e as Conferências Municipais de Educação estarão administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação, que lhes prestará suporte técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.
Art. 8º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 9º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias ao desempenho de suas atribuições**, observada a legislação aplicável, especialmente quanto ao acesso à informação e à proteção de dados pessoais.**
Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela estrutura, logística e organização do Fórum Municipal de Educação.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques - PR, em 20 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:A03D5E72

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.859, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.573, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022, QUE INSTITUI O VALE-ALIMENTAÇÃO E O VALE-NATALINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte
LEI
Art. 1º O caput do art. 2º da Lei Municipal nº 2.573, de 24 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º O vale-alimentação será concedido aos servidores públicos efetivos, empregados públicos, conselheiros tutelares, servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão e empregados públicos temporários, no valor de **R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais)**."
Art. 2º O parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº 2.573, de 24 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º .....
Parágrafo Único. O vale-natalino será no valor **de R$400,00 (quatrocentos reais)**, e será reajustado anualmente utilizando-se do INPC acumulado do período, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 20 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:DCAB4DE7

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.860, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre denominação do plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Capitão

Leônidas Marques, que passa a denominar-se "Plenário LAIRE ALBERTO DALPRÁ".

A Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, aprovou de autoria do Vereador Revair José Rodrigues e eu, Prefeito Municipal, Sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1º O Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Capitão Leônidas Marques, localizado na Avenida Iguaçu, 290, centro, passa a denominar-se **"PLENARIO LAIRE ALBERTO DALPRÁ".**

Art. 2º Fica o Legislativo Municipal autorizado a confeccionar e afixar Placa de Identificação e Homenagem na referida Sala de Sessão, em conformidade, no que couber, às Leis Municipais, Estaduais e Federais vigentes atinentes ao assunto.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 20 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:F38078DD

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 070/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 349/2026 de 20.08.2026.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 070/2026 de 28.07.2026,** a presente licitação tem por objeto a aquisição de kits de alimentos, compostos por gêneros alimentícios, previamente montados e embalados, conforme composição e especificações constantes do Termo de Referência, que serão destinadas ações realizadas pela Secretaria de Assistência Social, com o auxílio das líderes voluntárias da Pastoral da Criança, para a produção de lanches das crianças em situação de vulnerabilidade, nos territórios atendidos pelas Líderes desta organização beneficente no nosso município, atendimento a solicitação nº 182/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Considerando o ***"Menor Preço por lote",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA*** com o valor de ***R$ 39.380,00 (Trinta e nove mil trezentos e oitenta reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 384/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 070/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de kits de alimentos, compostos por gêneros alimentícios, previamente montados e embalados, conforme composição e especificações constantes do Termo de Referência, que serão destinadas ações realizadas pela Secretaria de Assistência Social, com o auxílio das líderes voluntárias da Pastoral da Criança, para a produção de lanches das crianças em situação de vulnerabilidade, nos territórios atendidos pelas Líderes desta organização beneficente no nosso município, atendimento a solicitação nº 182/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.
VALOR: R$ 39.380,00 (Trinta e nove mil trezentos e oitenta reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (meses) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 405 – 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.30.00 - 1011 e livre.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:0C772994

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 307/2026

DATA: 06.08.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
13.000 - SECRETARIA MUN OBRAS, INFRAEST SERV PÚBLIC
13.001 - DEPARTAMENTO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
13.001.15.452.1010.2207-3.3.90.30.00.00.00.00 - MAT R$50.000,00 00507/00507.99.99COSIP - Contribuição Ilumin Púb 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
13.000 - SECRETARIA MUNC OBRAS, INFRAES SERV PÚBLIC
13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
13.001.15.452.1010.2207-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBR R$ 50.000,00 00507/00507.99.99COSIP - Contribuição Ilumin Púb 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:97446AE4

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 308/2026

DATA: 06.08.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 5.800,00 (Cinco Mil e Oitocentos Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.001 – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL

10.001.8.245.1028.2183-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out Ser R$5.800,00 00954/01011.09.06(SF) - Fortalec. Rede Prot. e Enfrent. 5.800,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.001 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇAO SOCIAL
10.001.8.245.1028.2183-3.3.90.30.00.00.00.00 – Mat C R$5.800,00 00954/01011.09.06(SF) - Fortalec. Rede Prot. e Enfrent. 5.800,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:4E3A9BB0

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 314/2026

DATA: 10.08.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 22.100,00 (Vinte e Dois Mil e Cem Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
09.000 - SECRETARIA DE SAUDE - FUNDO MUNIC DE SAUDE
09.002 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE – MSAÚDE/SUS - UNIÃO
09.002.10.301.1044.2179-3.3.90.30.00.00.00.00 - MAT CONS R$22.100,00 00497/00497.09.02Vigilância em Saúde 22.100,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação parcial, conforme Demonstrativos em anexo e integrante deste Decreto, no valor de R$ 22.100,00 (Vinte e Dois Mil e Cem Reais), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:
Receita: Fonte: Valor:
1731.50.01.07.00.00.00 00497 22.100,00

Total.....R$ 22.100,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 10 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
Inciso II do Art. 43 da Lei nº 4320/64 de 17 de Março de 1964
A) Base de Tendência

Arr prev Rec 1731.50.01.07.00.00.00-Fon 00497Vig Saúd.R$ 0,00

B) Demonstrativo do Provável Excesso

- Valor Arrecadado R$ 22.100,00

- Valor do Excesso de Arrecadação Verificado R$ 22.100,00

Capitao Leônidas Marques-Pr, em 10 de Agosto de 2026.

CLODOALDO A. DALLAZEN
Contador CRC-PR 056.052/O-8
Esp Contab Pública e Resp Fiscal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:B37BBD6B

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ATA CREDENCIAMENTO 012/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às oito horas e trinta minutos do dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 012/2026 de 04.08.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foram registrados, conforme protocolos em anexo ao processo, o interesse das seguintes empresas em se credenciar: ***61.851.971 MARCIO ANTONIO PASSAGLIA,*** inscrita no CNPJ sob nº 61.851.971/0001-30; ***CONSTRUSINAL LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 22.280.892/0001-64; ***51.387.988 CLAUDEMIR MORAES BASTOS,*** inscrita no CNPJ sob nº 51.387.988/0001-24; e ***J. EVANDRO SIGNORINI & CIA LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 33.957.177/0001-30; que manifestaram interesse em todos os itens. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, as empresas, ao se apresentarem para este processo de credenciamento, declaram ter conhecimento e sujeitarem-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura dos envelopes. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências deste edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e as solicitações de credenciamentos e as cartas propostas. As empresas acima relacionadas, foram habilitadas atendendo a todos os requisitos do edital. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar as empresas acima mencionadas para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que as empresas declaram ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também estão cientes de todas as condições da prestação dos serviços. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacao@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, os interessados serão comunicados via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por

justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

MICHELI ZACHE
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:C4A0E282

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 064/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 345/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***RESTAURANTE E CHURRASCARIA PICAPAU LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.949.125/0001-50, com sede à Rod. BR 163, km 139, Linha Alto Caçula, Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-000, neste ato representada por *KARINA DA SILVA SANTOS,* Administradora, portadora da CI/RG nº 8.710.070-7 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 058.068.599-32. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 01 (um) mês a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada o prazo de vigência para até 13.09.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

RESTAURANTE E CHURRASCARIA PICAPAU LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:7AB04EBF

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 066/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 347/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***A. LUCIETTO RESTAURANTE E LANCHONETE***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.747.385/0001-49, com sede à Av. Iguaçu, 574, Sala 01, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-007, neste ato representada por *ADILSO LUCIETTO*, portador da CI/RG nº 5.638.813-3 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 027.114.889-69. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 01 (um) mês a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada o prazo de vigência para até 13.09.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

A. LUCIETTO RESTAURANTE E LANCHONETE
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:28ABED12

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
DECRETO Nº 322/2026

DECRETO Nº 322/2026, DE 19 DE AGOSTO 2026.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2018, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARA O MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 56 da Lei Complementar nº 004/2018, de 27 de dezembro de 2018,

RESOLVE

Art. 1º. Alterar a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, de acordo com Art. 56 da Lei Complementar nº 004/2018, de 27 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor Municipal para o Município de Capitão Leônidas Marques.

Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
Titular: Jean Carlos Gibbert
Suplente: Carlos Guiseppe Lucietto

b) Representantes da Secretaria Municipal de Administração;
Titular: Adriana Thibes de Melo
Suplente: Maiara Daiane Teixeira

Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda;
Titular: Gean Carlos Barea Schneider
Suplente: Aldo Pereira dos Santos

Representantes do Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
Titular: Luiz Carlos Ledur
Suplente: Alter Jose Ragadali

Representantes da Secretaria de Assistência Social e Secretaria Cultura e Turismo;
Titular: João Ribeiro
Suplente: Vagner Anderson Loures

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Regina Cristina Antunes
Suplente: Luiz Antônio Nogueira Fernandes

Representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e secretaria de Meio Ambiente;
Titular: Robson Lucas de Moraes
Suplente: Tatiane Girardi

Representante da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos;
Titular: Valdir Giachini
Suplente: Michael Lopes de Medeiros

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Renda;
Titular: Thiago Lucietto
Suplente: Dhenifer Aline Dallpra Stenzowski

Representantes da SANEPAR;
Titular: Moises Lucietto
Suplente: Gilmar Bevilaqua

Representantes de órgãos estaduais estabelecidos no município;
Titular: Irineu Vojssczak
Suplente: José Lindomir Pezenti

Representantes de Movimentos Sociais Populares;
Titular: Jucelei de Cássia Fortes Dallagnol
Suplente: Gilmar Alves

Representantes de Associações vinculadas à área de Assistência Social;
Titular: Marlize Scapini
Suplente: Maria de Lima

Representantes do sindicato rural;
Titular: Claudio Zeni
Suplente: José Vilson Konrad

Representantes empresariais do mercado Imobiliário;
Titular: Dirceu Vitorassi
Suplente: Rodrigo Otowicz

Representante empresariais do comércio, prestação de serviço e indústria;
Titular: Wilson de Oliveira Junior
Suplente: Adriana Morceli

Representante de Entidades Profissionais de Classe;
Titular: Alana Renata Sodoski Sobral
Suplente: Naise Filippi

Representante das Instituições Acadêmicas de Ensino Superior;
Titular: Kauã Eduardo Scapini da Silva
Suplente: Nauani Karolini Cemin

Art. 3º. De acordo com o Art. 55 da Lei Complementar nº 004/2018, de 27 de dezembro de 2018, o Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor será presidido por representante vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.
Parágrafo Único - O trabalho dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal será considerado serviço relevância pública e não remunerado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, PR, em 19 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:88187019

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 071/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 350/2026 de 20.08.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 071/2026 de 30.07.2026,** a presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento de materiais elétricos, prestação de serviços de mão de obra especializada (eletricista) e disponibilização de caminhão munck com cesto aéreo, destinados à instalação, manutenção e desinstalação de redes elétricas temporárias, pontos de energia, sistemas de iluminação e demais serviços correlatos, necessários à realização dos eventos "Natal dos Sonhos 2026" e "Réveillon 2026", promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 206/2026 e conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço por lote",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***V. GALLI ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA*** com o valor de ***R$ 36.055,00 (Trinta e seis mil e cinquenta e cinco reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 385/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 071/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: V. GALLI ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento de materiais elétricos, prestação de serviços de mão de obra especializada (eletricista) e disponibilização

de caminhão munck com cesto aéreo, destinados à instalação, manutenção e desinstalação de redes elétricas temporárias, pontos de energia, sistemas de iluminação e demais serviços correlatos, necessários à realização dos eventos "Natal dos Sonhos 2026" e "Réveillon 2026", promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 206/2026 e conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 36.055,00 (Trinta e seis mil e cinquenta e cinco reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (meses) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 317 – 08.001.13.392.1027.2201.3.3.90.39.00.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:FBC3B7E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

OBJETO: Aquisição de pneus novos e baterias automotivas, destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Carlópolis/PR, sob o Sistema de Registro de Preços.
O Departamento de Licitações do Município de Carlópolis-PR informa que o processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026, se encontra suspenso temporariamente devido à adequação do Edital.
A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas através do fone/fax (43) 3566-1291 Ramal 201, Celular (43) 9 9825-0137 E-mail: licitacoes2@carlopolis.pr,gov.br .

Carlópolis, 20 de agosto de 2026

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA
Agente de Contratação e Pregoeiro
Portaria 055/2026 - DP

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:CB57417A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025 PROCESSO INTERNO Nº 123/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 54.205.260/0001-22**
Objeto:	Aquisição de cesta básica para atender famílias carentes atendidas pelo Cras-Centro de Referência da Assistência Social
Vigência do Contrato:	20/08/2026 à 20/02/2027
Valor Contratual:	**R$ 17.519,65 (dezessete mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos)**

Dotação Orçamentária
28.003.08.244.0076.2.415.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT
28.003.08.244.0076.2.415.3.3.90.32.00.00. - 301000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT

Data de Assinatura: 20 de agosto de 2026.

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social
Contratante
RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:D1D551E8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 301/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025 PROCESSO INTERNO Nº 170/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**M V M DE CARVALHO, CNPJ 48.906.936/0001-02**
Objeto:	Aquisição de materiais e ferramentas, para manutenção dos prédios e áreas públicas (construção, saibro, material elétrico, ferramentas e materiais de pintura, EPI's)
Vigência do Contrato:	20/08/2026 à 20/02/2027
Valor Contratual:	**R$ 999,99 (novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**

Dotação Orçamentária
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.007.04.126.0331.2.466.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.011.15.452.0343.2.428.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.439.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.30.00.00. - 2494 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO

Data de Assinatura: 20 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
M V M DE CARVALHO
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:023FFB8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 010/2026

Súmula: Altera o inciso XVIII do artigo 138 da Lei Orgânica do Município de Catanduvas, adequando a

nomenclatura e os critérios da Licença Prêmio aos termos da legislação infraconstitucional vigente.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, **APROVOU**, e a mesa diretora promulga a seguinte:
EMENDA
Art. 1º. O inciso XVIII do Artigo 138 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 138. [...].
XVIII – **Licença prêmio por assiduidade** de três meses por quinquênio de efetivo exercício ininterrupto exclusivamente a serviço do Município de Catanduvas, com vencimentos integrais, observadas as seguintes condições:
a) a conversão da licença em espécie (pecúnia) para o servidor na ativa **será admitida apenas em caráter excepcional**, quando for formalmente comprovada a impossibilidade de gozo do benefício antes da aposentadoria por ser o servidor o único responsável pelo seu setor ou departamento;
b) **fica vedada a contagem em dobro** do período de licença para fins de aposentadoria, assegurando-se, todavia, o pagamento em dinheiro das licenças adquiridas e não usufruídas no momento da exoneração, aposentadoria ou falecimento;"
Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente

MATHEUS JOÃO POSSENTI DA COSTA
Vice-Presidente

RICARDO BARRETO SALGUEIRO
1º Secretário

LUCINETA DAL BOSCO PANDINI
2ª Secretária

JULIO CESAR TESSARO
3º Secretário

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:75102AAA

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 011/2026

Súmula: Altera o § 3º do Artigo 43 da Lei Orgânica Municipal de Catanduvas, extinguindo o voto secreto no julgamento das contas do Prefeito Municipal e instituindo a votação nominal em observância ao princípio da transparência.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica:
Art. 1º. O § 3º do Artigo 43 da Lei Orgânica Municipal de Catanduvas passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 43. [...]
§ 3º – O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, em votação nominal."
Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Catanduvas, em 20 de agosto de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente

MATHEUS JOÃO POSSENTI DA COSTA
Vice-Presidente

RICARDO BARRETO SALGUEIRO
1º Secretário

LUCINETA DAL BOSCO PANDINI
2ª Secretária

JULIO CESAR TESSARO
3º Secretário

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:92EE28CE

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 9/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 9/2026
O Município de Catanduvas torna público que fará realizar, às 09:00 horas dodia 10 de setembro do ano de 2026, na plataformacomprasgov,**CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preçoglobal, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rodovia PR 471	2 Portais Turísticos	40,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de ContrataçõesPúblicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Catanduvas e na plataforma comprasgov. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Catanduvas, 20 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:A1D3B5DC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 227/2026 - EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 227/2026

Súmula: Exonera Secretária Municipal, a pedido, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, Sueli Alves Garcia de Souza, CPF nº ***.578.039-**, do cargo Agente Político, na condição de Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 20 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:406C6405

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 231/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.07.12.365.1400.2.081	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	104	R$ 19.000,00
02.08.26.782.1900.2.021	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	R$ 1.800,00
02.12.08.243.1201.6.025	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 23.583,35

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.07.12.365.1400.2.082	3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	104	R$ 19.000,00
02.08.15.452.1500.2.019	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	R$ 1.800,00
02.12.08.243.1201.6.026	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0	R$ 23.583,35

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 20 de Agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:46A12CA9

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 232/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1095	R$ 402,33
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1107	R$ 1.031,98
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4029	R$ 9.437,14

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, produto do "Excesso de Arrecadação" da (s) referida (s) fonte (s) de recursos:

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los com as alterações promovidas no artigo 1º deste Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR,20 de Agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:D90484BF

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 233/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor

02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21013	R$ 13.534,00
02.12.08.243.1201.6.025	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21115	R$ 75.737,50

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 20 de Agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:DC38178F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1593/2026
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
BENEFICIÁRIA/TOMADORA: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS
OBJETO: Realização de Repasse Financeiro proveniente de Recurso do Governo Federal, através de Emenda Parlamentar nº 202618670005, por meio de Celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul/PR e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.
VALOR GLOBAL: R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 17/07/2026

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:8974BF41

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1932/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1932/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

DO OBJETO
1.1. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MINISTRAR AULA DE JIU JITSU., em conformidade com as atribuições do cargo.

1.1. A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer do Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede á Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.503/0001-67, representado neste ato pelo Secretário Municipal, senhor RONALDO PEREIRA DA SILVA, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto na Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, vem realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para credenciamento de **Pessoas Jurídicas devidamente habilitadas, visando a prestação de serviços especializados em ministrar aula de jiu jitsu, em conformidade com as atribuições do cargo.** Os interessados deverão protocolar a documentação para CREDENCIAMENTO **nas datas informadas no aviso de Credenciamento**, via protocolo online através do link http://centenariodosulprscp.equiplano.com.br:5508/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/508

2. Credenciamento para contratação **de Pessoas Jurídicas devidamente habilitadas, visando a prestação de serviços especializados em ministrar aula de jiu jitsu, em conformidade com as atribuições do cargo.**, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

2.1. Cópia deste instrumento convocatório, seus respectivos modelos, adendos e anexos estarão disponíveis no site da https://www.centenariodosul.pr.gov.br/.
2.2. Os interessados a participar no presente CHAMAMENTO deverão acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – no endereço eletrônico https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
2.3. O envio de qualquer documento, recurso, pedidos de esclarecimento e/ou outras comunicações formais que se fizerem necessárias referentes ao presente processo licitatório,dar-se-ão,***preferencialmente***, via ***protocolo online*** através do link http://centenariodosulprscp.equiplano.com.br:5508/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/508 ou diretamente no sítio oficial do Município, no endereço https://www.centenariodosul.pr.gov.br/, aba Serviços > Protocolo Online > Protocolos, selecionando o assunto Licitação/Credenciamento.
2.4. A abertura de *protocolo online* gerará automaticamente numeração e código de acompanhamento referente ao procedimento permitindo a consulta do andamento do processo.

III-CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar desta licitação: **Pessoas Jurídicas** do ramo pertinente ao objeto licitado.
3.2. Não poderá participar da presente licitação: **Pessoas Jurídicas** que não se enquadre nos requisitos previstos neste Edital.
3.3. A observância do disposto nos itens"3.1"e"3.2"é de inteira responsabilidade do interessado que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

IV-PRAZO DE INSCRIÇÃO E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO
4.1. O credenciamento será amplamente divulgado e estará aberto aos interessados pelo período de 12 (doze) meses, a partir de sua publicação, sendo que ao requerer seu credenciamento o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências contidas no Capítulo VI deste instrumento.
4.2. Os interessados poderão solicitar a inscrição no Credenciamento, via protocolo dos documentos de habilitação durante toda a vigência do credenciamento. A Administração, a seu critério, poderá prorrogar o presente prazo caso necessário, com a devida publicação.
4.3. Serão consideradas **CREDENCIADAS** os interessados que, via protocolo, apresentarem corretamente os documentos enumerados no Capítulo VI deste Edital.
4.4. O presente CREDENCIAMENTO terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses,** a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal Nº 14.133/21, caso as razões que ensejaram apresente contratação emergencial ainda persistam, e desde que tenha-se anuência do **CREDENCIADO**.

4.5. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o credenciamento.
4.6. O cadastro será renovado anualmente obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial o chamamento público para atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados, caso haja.

V–DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
5.1. Os interessados deverão **protocolar** seus documentos através do protocolo online, **no período de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data desta publicação,**durante horário de expediente dêsta Prefeitura, das 8h00min às 11h00min e das13h00min até as17h00min, em dias de expediente desta Prefeitura.
5.2. Para o credenciamento, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

VI–DOCUMENTOS EXIGIDOS

6.1. Os documentos deverão ser apresentados conforme Anexo I Termo de Referência - Item 08.

Declarações:
Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, de que não emprega menores de idade, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, de Não Parentesco, de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e noinciso III do art. 5º da Constituição Federal, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Conforme modelo no Anexo III.
Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena até a data fixada para aberturado Credenciamento.
Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Comissão Permanente de Licitação para autenticação.
Os documentos mencionados neste Capítulo **não** poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas,discos magnéticos e filmes.
Os documentos fiscais que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ter sido emitidos até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Credenciamento.
A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** a proponente, a qual poderá, dentro do prazo de credenciamento, solicitar novo credenciamento visando a correta apresentação de seus documentos de habilitação.
No caso da pessoa interessada ser inabilitada e tiver interesse em novo credenciamento, em hipótese alguma poderá aproveitar seu primeiro protocolo, sendo que se sujeitará a novo protocolo, com data atualizada, sendo alterada sua posição na sequência de credenciados.
Uma vez incluído no processo, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica, autenticada (item 6.2 ou subitem 6.2.1).

VII–CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO
7.1. Após o prazo para apresentação dos documentos a que alude o item 4.2 do Edital, a Comissão de Licitação/Equipe de Apoio designada pela **Decreto nº 135/2024**, procederá a sua análise, habilitando previamente os interessados que atenderem as disposições contidas neste edital (Capítulo VI).
7.2. Os interessados serão inicialmente cadastrados pela ordem de protocolo dos documentos de habilitação, junto ao local indicado no Capítulo V deste instrumento e, posteriormente, para a prestação dos serviços, o critério a ser utilizado para a formação das escalas ficará a cargo da secretaria responsável, que considerará, também, a disponibilidade de cada interessado;
7.3. Será publicada, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, a relação dos credenciados previamente habilitados.

7.4. Atendidos tais critérios, qual seja a correta apresentação da documentação pertinente, a Comissão lavrará a relação final dos credenciados que atenderam a todos os requisitos, sendo então considerados aptos a prestação dos serviços pretendidos.
7.5. Ato contínuo, o Município, por meio da Divisão de Licitação e Compras, procederá a confecção e a assinatura do Termo de Credenciamento com o(s) credenciado(s), conforme modelo constante do Anexo VI.

7.6. Todos os CREDENCIADOS aptos estarão habilitados a prestação dos serviços a que se candidataram, mediante autorização da Secretaria requisitante.
7.7. Os serviços serão prestados conforme termo de referência, com os horários estipulados na autorização de serviços, de acordo com a programação e organização da Secretaria requisitante, e deverão atender todas as exigências contidas neste edital, bem como os padrões mínimos de qualidade referentes a prestação de cada tipo de serviço.
7.8. Quando a proponente não o fizer, ficará sujeita as penalidades previstas na Lei Federal n° 14.133/2021, podendo perder sua condição de Credenciada.

7.9. A remuneração pela prestação dos serviços será idêntica para todos os **CREDENCIADOS** de mesmo item, para um período de 12 (doze) meses. Eventuais aditivos serão feitos de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021, nas hipóteses comprovadamente necessárias.

7.10. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.11. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos referentes a rubrica orçamentária como segue:
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3600	10.001.27.812.0017.2058	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

7.12. O **CREDENCIADO**, durante a vigência do Termo de Credenciamento que restar deste Chamamento Público, obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital. O **CREDENCIADO** não poderá transferir os direitos, obrigações e atendimentos a terceiros.

7.13. O **CREDENCIADO**, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos procedimentos executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

VIII – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE E FISCALIZAÇÃO
8.1. Além das naturalmente decorrentes do Termo de Credenciamento, constitui obrigação do Município, dar cumprimento ao presente termo, dentro das condições e prazos estabelecidos, inclusive no que tange ao correto pagamento pelos serviços executados.
8.2. A **CREDENCIANTE**, através da Secretária requisitante, procederá a fiscalização da execução dos serviços prestados pelos **CREDENCIADOS**, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das

especificações, devendo ser refeito, sem ônus à **CREDENCIANTE** ou mesmo tomar as medidas sancionatórias cabíveis, se for o caso.

IX–DAS PENALIDADES

9.1.O atraso injustificado na prestação dos serviços, por parte do **CREDENCIADO**, acarretará na aplicação de multa, no importe de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total que o **CREDENCIADO** se propôs a executar pelo prazo de doze meses. Apurando o montante devido, o **CREDENCIADO** será instado a se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias sobre a aplicação da multa, assim o desejando.

9.2. Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, o **CREDENCIANTE** poderá, garantida a prévia defesa e sem prejuízo do descredenciamento do infrator, aplicar-lhes as sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, em especial:

Advertência;

9.3. Impedimento de credenciar – se com o Município de Centenário do Sul/PR pelo prazo de 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

X–DO DESCREDENCIAMENTO

10.1. Ocorrerá o descredenciamento nos seguintes casos:

Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias pelo interessado, sem ônus para as partes;

10.2. Unilateralmente pelo **CREDENCIANTE**, em qualquer tempo, independentemente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso o **CREDENCIADO**:ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Credenciamento, ou deleguem a outros as incumbências das obrigações nele consignadas;

10.3. venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços;

10.4. Quando pela reiteração de defeitos dos serviços ficarem evidenciada a incapacidade para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento;

10.5. Venha a falir, liquidar – se ou dissolver-se;

10.6. Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na lei 14.133/2021;

10.7. Pela reiteração do atraso injustificado na prestação dos serviços.

10.8. Havendo o descredenciamento, o **CREDENCIANTE** pagará ao **CREDENCIADO**, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados no período, aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

XI-DOS RECURSOS

11.1. Aos **CREDENCIADOS** é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

XII-DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão avaliados e resolvidos pelo Município de Centenário do Sul/PR, por intermédio da Secretaria competente, à luz da legislação vigente.

12.2. Esclarecimentos relativos ao presente Chamamento Público e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, devidamente protocolados e encaminhados a Comissão de Contratação, no endereço citado no item 2.1 deste Edital, aos cuidados da referida comissão.

12.3. O presente certame será regido pela Lei Federal n° 14.133/2021.

12.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da proponente, ou no Descredenciamento, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

12.5. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II:Minuta do termo de credenciamento

12.6. Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e em seus anexos é complementar entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

12.7. A Comissão de Contratação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação apresentada, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento, sendo possível a promoção de diligências junto às proponentes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.8. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos por membro autorizado da Divisão de Licitação e Compras deste Município de Centenário do Sul/pr.

12.9. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da proponente.

12.10. As decisões do Chefe do Executivo Municipal e da Comissão de Contratação do MUNICÍPIO serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no endereço eletrônico https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar .

12.11. A participação de licitante neste certame implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

12.12. O MUNICÍPIO poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento dos documentos de habilitação.

12.13. A detecção, pela secretaria competente, a qualquer tempo durante a execução dos serviços através do presente Chamamento Público, de vícios de qualidade nos mesmos ou danos a saúde pública, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.14. A credenciada deverá apresentar para assinatura do contrato, quando convocada, laudo médico de exame de saúde ocupacional, comprovando ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do serviço (providenciado pelo próprio candidato);

12.15. Fica eleito o foro da Comarca de Centenário do Sul, Estado do Paraná, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Centenário do Sul-PR, 07 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:B545F841

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE APOSTILAMENTO - TERMO DE FOMENTO Nº 04/2023

MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
Praça Padre Aurélio Basso, 378
Centenário do Sul – Pr.
CEP-86.630-000

TERMO DE APOSTILAMENTO 03/2026

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO, celebrado entre o Município de Centenário do Sul e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CETENÁRIO DO SUL - APAE, que tem por objeto a UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS RENDIMENTOS FINANCEIROS, em observância ao TERMO DE FOMENTO Nº 04/2023 – SIT nº 60916 e demais normas que regem a espécie, resolve apostilar o Contrato acima mencionado, mediante cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento, tem por objeto a utilização de recursos referente aos rendimentos financeiros, para a execução do Plano de Trabalho apresentado em anexo, a partir do Procedimento de Inexigibilidade – TERMO DE FOMENTO Nº 04/2023 – SIT Nº 60.916.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A utilização dos rendimentos financeiros dos recursos repactuação embasada nos termos do TERMO DE FOMENTO Nº 04/2023, celebrado entre o Município de Centenário do Sul e ASSOCIAÇÃO

DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS - APAE, conforme a Cláusula Quarta do Termo e atendendo ao disposto no inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Este termo tem o valor total de R$ 13.327,15 (treze mil, trezentos e vinte e sete reais e quinze centavos) .

4. CLÁUSULA QUARTA – DO DOCUMENTO INTEGRANTE DO TERMO DE APOSTILAMENTO

Faz parte integrante do presente Termo, e substitui o anteriormente vigente, Plano de Trabalho de a ser executado, apresentado pela contratada por ocasião da presente aplicação financeira, cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

Fica o período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Termo de Apostilamento nº 03/2026, para o remanejamento de rubricas orçamentárias e a utilização dos rendimentos financeiros, referentes aos Termo de Fomento nº 04/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

Centenário do Sul, 12 de junho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

LAERCIO DOS SANTOS ANTIVERE
Presidente da APAE

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:A0E0ECD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
EDITAL Nº 009/2026 CONVOCAÇÃO PARA INGRESSO COMO BOLSISTA TUTOR(A) / PROFESSOR(A) MEDIADOR(A) PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2026

O Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Polo Educacional UAB de Cerro Azul, **CONVOCA** o(a) candidato(a) abaixo identificado(a), aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2026, para ingresso como Bolsista Tutor(a)/Professor(a) Mediador(a) no Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) – Cuidador de Idosos, ofertado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR, na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Considerando o não comparecimento do(a) candidato(a) convocado(a) para a vaga de Bolsista Tutor(a), dentro do prazo estabelecido no Edital nº 001/2026, fica caracterizada sua desistência da vaga. Em conformidade com o edital, fica convocado(a) o(a) 3º colocado(a) na ordem de classificação para assumir a vaga, devendo apresentar a documentação exigida no prazo previsto.

Candidato(a): Angela Maria Hilman.

Curso: Formação Inicial e Continuada (FIC) – Cuidador de Idosos

O(a) candidato(a) **deverá comparecer presencialmente ao Polo Educacional UAB de Cerro Azul-PR, localizado na Rua Deputado Aníbal Cury, 628, Cruzeiro, Cerro Azul-PR, Cep: 83570-000, no período de 20/08/2026 a 21/08/2026**, das 08 às 17 horas, para entrega da documentação obrigatória, assinatura dos documentos constantes dos Anexos I e II desta Convocação e demais providências necessárias ao início das atividades como bolsista.

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

No ato da convocação, o(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos e entregar cópias físicas autenticadas ou acompanhadas dos originais no polo UAB de Cerro Azul- PR:

• Cadastro de Pessoa Física (CPF);
• Documento de Identidade (RG);
• Comprovante de residência atualizado;
• Diploma de Graduação;
• Certificados Graduação;
• Anexo I – Termo de Compromisso do(a) Bolsista Tutor(a)/Professor(a) Mediador(a), devidamente preenchido e assinado;
• Anexo II – Declaração de Disponibilidade de Horários, devidamente preenchida e assinada.

A apresentação da documentação acima relacionada, bem como a assinatura dos documentos constantes dos Anexos I e II e o atendimento às demais exigências estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo Polo Educacional UAB de Cerro Azul e pela instituição ofertante do curso, constituem condições indispensáveis para o ingresso como bolsista e o início das atividades. O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida implicará na desistência da vaga, facultando à Administração a convocação do(a) candidato(a) subsequente, observada a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado.

Cerro Azul/PR, 20 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE TUTORES- PORTARIA Nº 944/2026

ADRIANE DO CARMO LOURENÇO
Presidente

Membros:

MISLAINE MARIA DE SOUZA E

ADRIANA CHAVES DA SILVA

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:97094911

SECRETARIA GOVERNO
EDITAL Nº 010.005/2026 - RECURSOS

RESULTADO DE RECURSOS EDITAL Nº 05.005/2026 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 005/2026

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2026, designada pela Portaria nº 1005/2026, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado do julgamento dos recursos apresentados ao Edital nº **EDITAL Nº 08.005/2026 - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA** conforme segue:

Requerente	Resultado
Andressa Raab	*Deferido parcialmente*
Andrelize do Carmos Assumpção	*Indeferido*
Cristina Coutinho	*Deferido parcialmente*
Daniela Charquetti	*Deferido parcialmente*
Eliane Schneider de Faria	*Deferido*
Erica Mathias	*Indeferido*
Janaina de Melo Costa	*Deferido parcialmente*
Karine Simioni	*Deferido parcialmente*
Marinara Ap. da Silva Franca	*Deferido parcialmente*
Natalia Paulin	*Indeferido*
Patricia Raab Lech	*Deferido parcialmente*
Rozana Ap. Santos Pereira	*Deferido*
Solange Obladen de Meira	*Deferido*
Suellen da Guia Magari Stival	*Deferido parcialmente*
Thais Fernanda Lins	*Indeferido*

Os recursos foram analisados conjuntamente pela Comissão Organizadora, em razão da identidade substancial dos fundamentos apresentados, conforme análise do edital 005.2026

As decisões encontram-se disponíveis para consulta no email informado pelas requerentes.

Cerro Azul/PR, 19 de agosto de 2026.

EVELLYN THAIS PEREIRA
Presidente Comissão do PSS,
Portaria nº 1005/2026,

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:6225D411

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2026

UASG 987501

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR, torna público que realizará a abertura de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/21 e legislação complementar aplicável, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL**, que tem por objeto:

Contratação de empresa especializada em serviços de seguros (Seguradora), por intermédio de corretora de seguros devidamente habilitada na SUSEP, para cobertura de seguro total (compreensiva) para veículos selecionados integrantes da frota oficial da Prefeitura Municipal de Cerro Azul/PR, abrangendo cobertura contra colisão, incêndio, roubo/furto, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V) para danos materiais e corporais causados a terceiros, danos morais e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes deste instrumento e seus anexos em atendimento a Secretaria Municipal de Administração.

Início da sessão de disputa: A partir das 09:00 horas do dia 21 de setembro de 2026.

Valor máximo estimado da licitação: R$ 172.803,44 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e três reais e quarenta e quatro centavos).

Plataforma: Portal de Compras do Governo Federal.
Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Código da contratação: 987501 - 14/2026.

O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br** e **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul/PR, 20 de agosto de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D04453BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 10.04/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2026

EDITAL Nº 10.04/2026

03º Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público.

RESOLVE

CONVOCAR o (s) aprovado (s) no Processo Seletivo Simplificado N° 04/2026 abaixo relacionado(s) com base na lista de Classificação Final a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste ato para tomar Posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação.

Professor 25 horas

Classificação	*Candidato*
3º	Allane da Costa Passos de Moura e Costa

Cerro Azul-Pr, 20 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:CDAA8BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
EDITAL 02/2026 PROFESSORES QUE COMPROVARAM O MÍNIMO DE 120 HORAS CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 005/2017, PARA SEGUIR PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL ELEVAÇÃO DE CLASSE

EDITAL 02/2026
PROFESSORES QUE COMPROVARAM O MÍNIMO DE 120 HORAS CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 005/2017, PARA SEGUIR PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL
ELEVAÇÃO DE CLASSE

Nº	Nome	Interstício	Curso	Total de Horas
1	Adriana Bestel Teilo	12/02/2025 à 12/02/2027	Horas Secretaria – 16hs Total de horas apresentadas – 120 hs	136 hs
2	Adriane de Fátima Ale	02/01/2025 à 02/01/2027	Horas Secretaria – 20hs Total de horas apresentadas – 160 hs	180 hs
3	Eliane Schneider	24/02/2025 à 24/02/2027	Horas Secretaria – 32 hs Total de horas apresentadas – 160 hs	192 hs
4	Fabiele Mangger	01/02/2025 à 01/02/2027	Horas Secretaria – 04 hs Total de horas apresentadas – 176 hs	180 hs
5	Rosane de Fátima dos Reis	26/03/2025 à 26/03/2027	Horas Secretaria – 20 hs Total de horas apresentadas – 150 hs	170 hs
6	Vanessa Mangger	11/02/2025 à 11/02/2027	Horas Secretaria – 20 hs Total de horas apresentadas – 300 hs	320 hs
7	Zulmira Fitz	11/02/2025 à 11/02/27	Horas Secretaria – 20 hs Total de horas apresentadas – 110 hs	130 hs

CERRO Azul, 20 de agosto de 2026.

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 0266/2026

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:27FA438B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
LEI Nº 2.946/2026

LEI Nº 2.946/2026

Institui a obrigatoriedade de apresentação semestral de Plano de Ação e Resultados pelos Secretários Municipais e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Clevelândia, Estado do Paraná, aprova e eu, Presidente Legislativo, promulgo a seguinte lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Clevelândia/PR, a obrigatoriedade de apresentação semestral de Plano de Ação e Resultados pelos Secretários Municipais.
Art. 2º O Plano de Ação deverá conter, no mínimo:
I – metas claras e mensuráveis para o período de 6 (seis) meses;
II – ações e projetos prioritários;
III – cronograma de execução;
IV – indicadores de desempenho;
V – previsão de recursos necessários;
VI – definição de prioridades da secretaria.
Art. 3º Ao final de cada semestre, deverá ser apresentado Relatório de Resultados, contendo:
I – metas atingidas e não atingidas;
II – ações executadas;
III – justificativas em caso de não cumprimento;
IV – indicadores comparativos entre o planejado e o realizado;
V – resultados efetivos para a população.
Art. 4º A apresentação do Plano e do Relatório deverá ocorrer:
I – em audiência pública, preferencialmente, na Câmara Municipal;
II – com divulgação nos meios oficiais do Município.
Art. 5º Todos os documentos deverão ser publicados no Portal da Transparência ou página oficial da Prefeitura, de forma acessível à população.
Art.6º O descumprimento desta Lei poderá implicar responsabilização administrativa, conforme legislação vigente.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esta Lei decorre do Projeto de Lei nº 009/2026-L de autoria do Vereador Manoel Augusto Gollub Inocêncio.

Clevelândia – Paraná, 20 de agosto de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO –
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:59E21465

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 031/2026

PORTARIA Nº 031/2026

Concede Promoção à servidora Ariele Aparecida Felipe

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Conceder promoção por titulação de pós-graduação, à servidora Ariele Aparecida Felipe, ocupante do cargo de Contadora, conforme art. 10, II, Nível II, da Lei Municipal nº 2.714/2019.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia – Paraná, 19 de agosto de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia/PR

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:ACDBB00F

GABINETE
DECRETO: 204/2026

DECRETO: 204/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de anulação parcial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.001 - Administração S.M.E.C.E.

07.001.0012.0361.0020.2019 - Manutenção do Ensino Fundamental - Receita Educação 5% e 25%

3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
R$ 300.000,00
Total: R$ 300.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Anulação

07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.001 - Administração S.M.E.CE.

07.001.0012.0361.0020.1007 - Construção e Ampliação de Escola Municipal

4490510000 - Obras e instalações
R$ 300.000,00
Total: R$ 300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 20 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:19A545ED

GABINETE
DECRETO N° 203/2026

DECRETO N° 203/2026

Exonera a pedido, Fernanda Zampieri Barboza, do cargo de Chefe de Departamento de Esporte.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a pedido a Senhora, **Fernanda Zampieri Barboza**, do cargo de Chefe de Departamento de Esporte, conforme Processo n°8268 /2026.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n° 445/2025, e as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:2AE909EC

GABINETE
DECRETO N° 205 /2026

DECRETO N° 205 /2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias a Servidora Municipal, **Ceni Vitória Fortunati Ferst**, desde o dia 17/08/2026 à 26/08/2026.

Art. 2º - - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à **17/08/2026**, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:03CEEBA9

GABINETE
LEI Nº2.945/2026

LEI Nº2.945/2026

Institui o Dia Municipal do Associativismo no Município de Clevelândia e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Clevelândia, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Associativismo no âmbito do Município de Clevelândia, a ser celebrado anualmente em 15 de julho.

Art. 2º A data de que trata esta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º O Dia Municipal do Associativismo tem por finalidade:
I - reconhecer e valorizar o associativismo como instrumento de desenvolvimento econômico, social e comunitário;
II - incentivar a cooperação entre entidades, empresas, profissionais e cidadãos em prol do desenvolvimento local;
III - promover a participação social, o empreendedorismo e o fortalecimento da cidadania;
IV - estimular ações educativas, culturais, institucionais e de conscientização acerca da importância das associações para o desenvolvimento do Município.

Art. 4º Na semana em que ocorrer a data comemorativa, o Poder Executivo poderá, em parceria com entidades representativas, instituições públicas e privadas, promover palestras, seminários, campanhas educativas, eventos e demais atividades relacionadas ao associativismo.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 20 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:9CA407BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 98/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE

Nomear o senhor LUCAS FIGUEIREDO DOS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.***.***-3-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.434.***-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 12 de agosto de 2026.

Colombo, 19 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:A4030C67

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 751/2026

PORTARIA N.º 751/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para exercício de Mandato Eletivo a servidora pública municipal **VANDRESSA LARA DOS SANTOS SOVESSI,** inscrita no CPF n.º 042.XXX.XXX-61, matrícula n.º 11.092, do cargo de Assistente Administrativo - Permanente, pelo período de 18/08/2026 a 07/09/2026, ao mandato de conselheiro tutelar suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:CBEF0443

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 752/2026

PORTARIA N.º 752/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para exercício de Mandato Eletivo a servidora pública municipal **LUCIANE CRISTIANE DE LIMA,** inscrita no CPF n.º 055.XXX.XXX-55, matrícula n.º 11.371, do cargo de Professora - 20hrs, pelo período de 18/08/2026 a 19/08/2026, ao mandato de conselheiro tutelar suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0F3F4E04

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 753/2026

PORTARIA N.º 753/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ERIKA CORADIN BONATO,** matrícula n.° 20810, portadora do RG n.° 10.XXX.XXX-1, CPF n.° 064.XXX.XXX-50, para a função de Secretária Escolar do CMEI MEU CANTINHO, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de agosto de 2026**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:779ED91F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 754/2026

PORTARIA N.º 754/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANGELA NUNES FERREIRA ALVES,** portadora do RG n.° 7.XXX.XXX-9, CPF n.° 007.XXX.XXX-20, matrícula n.° 14724, para a função de Diretora Interina do CMEI AQUARELA, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do afastamento por Licença maternidade, da Diretora **DAYANE IVONETE DALASUANA,** a partir de 18 de agosto de 2026**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F35472FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 313/2026 – CHAMAMENTO Nº 016/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 052/2026

Processo: 32732/2026 – 36434/2026
ontratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: *MOTOCAR PARANA LTDA*, inscrita no CNPJ sob n.º 59.282.524/0001-65.
Fiscalização: Fica indicado a Diretora Executiva como Gestora JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA e o Fiscal Sr. FABIANO MORES MACHADO.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), para a execução das ações do projeto denominado" 14ª Festa do Agricultor", que será realizado no período de 22 a 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, na cidade de Colombo-Pr.
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará no dia 21 (vinte e um) um dia antes, da realização da "14ª FESTA DO AGRICULTOR", a execução se encerrará 1 (um) dia após e a vigência no dia 24 de agosto de 2026.
Local e data da emissão: Colombo, 20 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:7214EB94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA, CNPJ n.º 24.586.988/0001-80
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 7.380,92 (sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.

Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:33BA49CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 053/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2026.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 053/2026

Processo:	Nº 26630/2026 - Inexigibilidade Nº 053/2026 – Chamamento Público 009/2026.
Partes:	Município de Colombo/PR, **PRAIAS TUR POUSADAS E APARTAMENTOS LTDA. CNPJ: 93.749.265/0001-78.FAVARETTO AGROINDUSTRIAL LTDA. CNPJ: 57.297.808/0001-08. BRASELIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA.CNPJ: 01.768.763/0001-40. BBBEST ACESSORIOS PARA CASA LTDA. CNPJ: 36.216.516/0001-15. PORTAL MOTORES EQUIPAMENTOS MAQUINAS E PECAS LTDA. CNPJ: 13.223.494/0001-15. BUCCO IRRIGACAO E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA. CNPJ: 11.454.150/000191. PHILIPE XAVIER BEIRA 10278142982. CNPJ: 46.831.239/0001-04. DAGA INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA – ME. CNPJ: 27.461.071/0001-48. INDUSIL COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA. CNPJ: 58.874.194/0001-34. GLOBAL TRATORES LTDA. CNPJ: 01.652.818/0001-51. TEIXPAC SERVICE LTDA. CNPJ: 35.644.378/0001-02. SABORES DE PRUDENTOPOLIS E CIA LTDA. CNPJ: GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA. 47.838.506/0002-16. MAGPARANA LTDA. CNPJ: 80.22.791/000609. 67.015.096 ALEX DINAMARQUEZ. CNPJ: 67.015.096/0001-32. LUNARI STORE COMERCIO DE MOVEIS LTDA. CNPJ: 61.074.297/0001-24.**
Objeto:	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 009/2026, cujo objeto é o Credenciamento para permissão não-onerosa de uso de espaço público destinado à exploração comercial de áreas específicas para a realização de Feira de Agronegócios, a ser realizada durante a 14ª da Festa Do Agricultor no Parque Municipal da Uva, em Colombo - PR.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 0,0 (zero reais).
Embasamento Legal:	- Lei nº. 14.133/2021; Artigo 78
Data:	20/08/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:B8A613A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 052/2026

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 052/2026

Processo:	Nº 32732/2026 - Inexigibilidade Nº 052/2026 – Chamamento Público 016/2026.
Partes:	Município de Colombo/PR, **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS, GRANDE CURITIBA, VALE DO RIBEIRA E FORCA DOS VENTOS - SICREDI CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA PR/SP - CNPJ: 81.466.286/0001-05; MOTOCAR PARANA LTDA - CNPJ: 59.282.524/0002-46; LUSON VEICULOS LTDA - CNPJ: 78.453.669/0001-26; CENTER AUTOMOVEIS LTDA - CNPJ: 03.402.181/0001-70.**
Objeto:	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 016/2026, cujo objeto deste Credenciamento é a Captação de Recursos Financeiros, por meio de Patrocínio de Empresas privadas, para a realização da 14ª Festa do Agricultor de Colombo, que acontecerá nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, nas dependências do Parque Municipal da Uva.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Embasamento Legal:	- Lei nº. 14.133/2021; Artigo 78
Data:	20/08/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:7D7227EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO 007/2026 AO CONTRATO Nº 276/2024 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024

Processo: 34967/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratada: JDS PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.625.682/0001-47.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação do trecho 02 da Rua Padre Domingos Marini, compreendendo serviços preliminares, remanejamento de postes linha de transmissão, terraplenagem, sub-base, base, capa asfáltica, drenagem, sinalização viária, muro de arrimo / contenção e demais serviços pertinentes incluídos nos projetos constantes em anexo do Edital Concorrência Eletrônica nº 007/2024.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo de vigência por 60 (sessenta) dias, findando em 08/10/2026.
Local e data da Emissão: Colombo, 09 de agosto de 2026.
Assinatura: Alcione Luiz Giaretton

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:8466EB07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR

HOMOLOGAÇÃO
A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 008/2026 referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026,** cujo objeto trata-se da Contratação de empresa especializada, por meio do sistema de registro de preços, para Aquisição de Materiais Médico Hospitalares para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo.
EMPRESAS VENCEDORAS:
PRIMEMED COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA: lotes: 21, 22, 23, 24 e 25 no valor total de R$ 328.750,00 (trezentos e vinte e oito mil e setecentos e cinquenta reais).
TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA: lote: 27 no valor total de R$ 32.760,00 (trinta e dois mil e setecentos e sessenta reais).
MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - lote: 9 no valor total de R$ 3.925,00 (três mil e novecentos e vinte e cinco reais).
LA DALLAPORTA JUNIOR - lotes: 18, 19, 20 e 29 no valor total de R$ 31.736,00 (trinta e um mil e setecentos e trinta e seis reais).
INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - lotes: 1, 3 e 4 no valor total de R$ 70.780,00 (setenta mil e setecentos e oitenta reais).
ALPHMED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - lote: 14 no valor total de R$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais).
PÉROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI- lotes: 2 e 5 no valor total de R$ 33.965,00 (trinta e três mil e novecentos e sessenta e cinco reais).
HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA- lotes: 16 e 17 no valor total de R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - lote: 11 no valor total de R$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais).
CIRURGICA UNIÃO LTDA - lotes: 8 e 12 no valor total de R$ 9.681,00 (nove mil e seiscentos e oitenta e um reais).
CIRURGICA NOSSA SENHORA – LTDA - lotes: 15 e 26 no valor total de R$ 10.630,00 (dez mil e seiscentos e trinta reais).
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A- lotes: 10 e 13 no valor total de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).
Itens fracassados:6, 7 e 28
Valor Total: R$ 949.227,00(novecentos e quarenta e nove mil e duzentos e vinte e sete reais)
PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme Edital
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com o veículo efetivamente entregue, em até 30 (trinta) dias.

Dê-se publicidade.
Colombo, 20 de agosto de 2026

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:F8C95EBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 057/2026

Objeto: Substituição das luminárias de iluminação pública existentes por luminárias em LED, incluindo a troca de braços, suportes, cabos e demais acessórios, bem como o descarte adequado dos equipamentos substituídos com emissão de Certificado de Destinação Final (CDF) e instalação de placa de comunicação visual
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 21 de agosto de 2026 até às 08:00 horas do dia 09 de setembro de 2026
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 09 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "GLOBAL".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:5C241B94

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 66, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza o Executivo Municipal a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 707.399,89 (setecentos e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos)."

Helder Luiz Lazarotto, Prefeito do Município de Colombo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64, na Lei Municipal nº1.882/2025 decreta,
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, crédito adicional suplementar no valor de R$ 707.399,89 (setecentos e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), como segue:

S U P L E M E N T A Ç Ã O		
13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**	
01	**DEPARTAMENTO DE TURISMO**	
23.695.0029.2.112	MANTER E OPERACIONALIZAR AS AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO	
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica	
0.1.284	Convênio nº 475/2026 - SETU/PR Festa do Agricultor (284)	467.399,89
19	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E AGRONEGÓCIO**	
03	**DEPARTAMENTO DE AGRONEGÓCIO**	
20.606.0033.2.120	POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO LOCAL	
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	240.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**707.399,89**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, serão utilizados recursos de conformidade com as disposições da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 43, § 1º item II – os provenientes de excesso de arrecadação no valor de R$ 707.399,89 (setecentos e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos).
Art. 3º. Ficam compatibilizados a partir desta abertura de crédito adicional suplementar, os demais instrumentos de planejamento orçamentário correspondentes.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:5278F7E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 010/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 010/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(A) Sr(A).LEONARDO FELIPE DA ROCHA, inscrito no CPF 087.***.***-95, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ, DEMOLIÇÃO DA ÁREA CONSTRUIDO NO RECUO., na RUA ENEMEZIO DO ROSARIO JUNIOR, 415, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 25 de Maio de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 20 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:6ABAB793

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 011/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 011/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). DANILO CEZAR BEDRETCHUCK, inscrito no CPF 027.***.***-59, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: ACRÉSCIMO DE ÁREA EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO, CONSTRUÇÃO NO PASSEIO DO CONDOMÍNIO, na RUA CAMPOS SALES, 682,ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 25 de Maio de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 20 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:D5465DD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 011/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 011/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). VIVIANE BUENO, inscrito no CPF 032.***.***-03, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: ACRÉSCIMO DE ÁREA EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO, CONSTRUÇÃO NO PASSEIO DO CONDOMÍNIO, na RUA CAMPOS SALES, 682, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 25 de Maio de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 20 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:632A9360

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 014/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 014/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). JOÃO DOS SANTOS COUTINHO, inscrito no CPF 053.***.***-24, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: EDIFICAÇÃO OCUPADA SEM O RESPECTIVO TERMO DE CONCLUSÃO DE OBRA, na RUA JAGUARIAIVA, 925, PALOMA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 10 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 20 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:A65E7927

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 161/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 161/2026

Objeto: Registro de preços para aquisição de microchips agulhado com aplicador descartável, destinados à identificação individual de cães e gatos, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 25.160,00 (vinte e cinco mil cento e sessenta reais)**.
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 24/08/2026 as 08h30m do dia 08/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 08/09/2026 as 09h:00m do dia 08/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 08/09/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 20 de agosto de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:3D8D44C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 169/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 169/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e odontológicos, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$163.999,92 (cento e sessenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**.
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 24/08/2026 as 08h30m do dia 09/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 09/09/2026 as 09h:00m do dia 09/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 08/09/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 20 de agosto de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:BAFF8429

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 143/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 143/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2026
OBJETO: Aquisição de kits de uniformes esportivos infantis oficiais e camisetas adultas oficiais da Escola Furacão, junto ao Club Athletico Paranaense (Loja Oficial CAP), para atender às obrigações do convênio do projeto social Escola Furacão Contenda
VALOR: R$ 18.724,55 (dezoito mil setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

CONTRATADA: CLUB ATHLETICO PARANAENSE, CNPJ nº 76.710.649/0003-20
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA: 20/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A84CBE93

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 254/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 254/2025
FUNDAMENTO LEGAL:Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Contratação da empresa MASTER EVENTOS para execução do Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Profissionais da Educação.
VALOR: R$ 153.750,00 (cento e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta reais).
CONTRATADO: MASTER EVENTOS ORGANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CORPORATIVA LTDA, CNPJ: 28.218.983/0001-56
DATA: 04 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:3B49830D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ERRATA 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ERRATA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 095/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização/desratização e limpeza de caixa.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 26 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027
CONTRATADO: HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ: 36.929.401/0001-78
DATA: 17 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:239AB848

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL Nº 01/2026

Processo de Consulta Pública para escolha de diretoresdas instituições de ensino da rede municipal de ensino de contenda – pr

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Contenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.004, de 28 de junho de 2022, e considerando a Portaria nº 050/2026, que instituiu a Comissão Avaliativa responsável pela condução do Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino, TORNA PÚBLICO o presente Edital de Chamamento Público, convocando os profissionais do magistério da Rede Municipal de Ensino interessados em concorrer à função de Diretor(a) das Instituições de Ensino para participarem do Processo de Consulta Pública referente ao mandato 2027–2028, observadas as normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Edital tem por finalidade regulamentar as etapas, os prazos e os procedimentos administrativos referentes ao Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Contenda.

Art. 2º Poderão participar do Processo de Consulta Pública os profissionais do magistério que atendam aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 2.004/2022, especialmente:
I – integrar o Quadro Próprio do Magistério Municipal;
II – possuir a formação exigida para o exercício da função de Diretor Escolar, conforme a legislação vigente;
III – atender aos requisitos de tempo de exercício, disponibilidade de carga horária e demais exigências previstas na Lei Municipal nº 2.004/2022;
IV – apresentar Plano de Gestão Escolar, elaborado em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
V – ter participado e concluído, com aproveitamento, o Curso de Gestão Escolar ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo no ano de 2025, mediante apresentação da respectiva certificação de conclusão;
VI – obter aprovação na Avaliação de Mérito e Desempenho, nos termos do art. 23 da Lei Municipal nº 2.004/2022;
VII – cumprir as demais exigências previstas na Lei Municipal nº 2.004/2022.

Art. 3º Participarão do presente Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores todas as Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Contenda que se enquadrem nos critérios estabelecidos no art. 13 da Lei Municipal nº 2.004/2022, observadas as demais disposições previstas na referida Lei e neste Edital.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes da função de Diretor Escolar que atendam aos requisitos legais e possuam condições de prorrogação do mandato, observado o disposto no art. 42 da Lei Municipal nº 2.004/2022, deverão participar do presente Processo de Consulta Pública, concorrendo em igualdade de condições com os demais candidatos.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO AVALIATIVA

Art. 4º O Processo será coordenado, acompanhado e fiscalizado pela Comissão Avaliativa instituída pela Portaria nº 050/2026, competindo-lhe praticar todos os atos necessários ao regular desenvolvimento do processo, inclusive a análise documental, avaliação dos Planos de Gestão, aplicação da Avaliação de Mérito e Desempenho, apreciação de recursos e demais procedimentos previstos neste Edital.

CAPÍTULO III
DAS INSCRIÇÕES

Art. 5º As inscrições serão realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, mediante protocolo do requerimento de inscrição, acompanhado da documentação exigida nos arts. 9º e 10 da Lei Municipal nº 2.004/2022, observados os prazos estabelecidos neste Edital e em seu Anexo I – Cronograma Oficial.

§ 1º No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação do atendimento aos requisitos legais.

§ 2º A ausência de qualquer documento obrigatório ou o descumprimento dos requisitos previstos no art. 7° da Lei Municipal nº 2.004/2022 implicará no indeferimento da inscrição.

CAPÍTULO IV
DA CONSULTA PÚBLICA

Art. 6º A Consulta Pública será realizada na data estabelecida no Anexo I deste Edital, sendo coordenada pela Comissão Avaliativa e executada com o apoio das Comissões Institucionais constituídas nas respectivas unidades escolares.

Art. 7º A organização, realização, apuração e divulgação dos resultados obedecerão às disposições da Lei Municipal nº 2.004/2022 e às orientações expedidas pela Comissão Avaliativa.

CAPÍTULO V
DOS RECURSOS

Art. 8° Os recursos referentes às etapas do processo deverão ser protocolados nos prazos estabelecidos no Cronograma Oficial, sendo apreciados pela Comissão Avaliativa.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9° Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão resolvidos pela Comissão Avaliativa, observadas as disposições da Lei Municipal nº 2.004/2022 e demais normas aplicáveis.

Art. 10. O Cronograma Oficial do Processo de Consulta Pública integra o presente Edital na forma do Anexo I.

Art. 11. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda/PR, 19 de agosto de 2026

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

ANEXO I – CRONOGRAMA OFICIAL DA CONSULTA PÚBLICA – 2026

Etapa	Data	Horário
Publicação do edital	19/08/2026	
Registro de interesse e entrega da documentação (Certificado do Curso e Plano de Gestão)	09/09/2026 a 15/09/2026	09h00 às 12h00 e 13h00 às 16h30
Divulgação de inscrições homologadas	28/09/2026	
Recurso sobre resultado das inscrições não homologadas	29/09/2026	até as 17h00
Divulgação definitiva das inscrições homologadas	02/10/2026	
Aplicação da Avaliação de Mérito e Desempenho	19/10/2026	19h00
Divulgação do resultado preliminar da avaliação de mérito e desempenho	26/10/2026	
Prazo para recurso resultado avaliação de mérito e desempenho	27/10/2026	até as 17h00
Listagem final em diário oficial candidatos habilitados a participar da Consulta Pública	30/10/2026	
Período da campanha dos candidatos habilitados	31/10/2026 a 15/11/2026	até as 23h59
Consulta Pública da comunidade escolar	18/11/2026	das 07h30 às 17h30
Divulgação resultados	23/11/2026	
Interposição de recursos	24/11/2026	até as 17h00
Divulgação definitiva dos resultados	27/11/2026	
Posse dos Diretores	04/12/2026	

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:22E5E4AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9085

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9085/2026, de 18 de agosto de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3588/2026, de 23 de março de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 229,69 (duzentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1000	Secretaria Municipal de Assistência Social		
1003	Fundo Municipal da Infância e Adolescência		
1003.08.243.0022.6.054	Deliberação 013/2024 – FIA/CEDCA/PR – L.A. e P.S.C.		
3.3.90.30	Material de Consumo	2002-EA	229,69
TOTAL			229,69

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Fundo a Fundo do Governo Estadual na área de Assistência Social, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SEDEF/Deliberação n 13/2024-CEDCA/PR - Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC	SEDEF	2002	229,69
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			229,69

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:9B4E18D8

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 9087 DE 20/08/2026

DECRETO Nº. 9.087, de 20 de agosto de 2026.

Nomeia aprovado(a) do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001 de 30/05/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 073 de 19/09/2025 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida – PR) e o **Edital de Concurso Público, aberto sob nº. 01 de 30/05/2022**, combinado com o Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologados), **DECRETA**

Art. 1º. Nomear, sob a égide do regime jurídico Estatutário, **ROSÂNGELA TETSCH CRISTANI,** para exercer o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, com 40 (quarenta) horas semanais, enquadrado(a) no **Nível "I"** (Nível NS: escolaridade definida para o provimento do cargo), constante na Tabela de Vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos conforme resultado homologado pelo Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, publicado no Jornal Diário do Sudoeste em 28/09/2022 - Edição 8235, obedecida à classificação final.

Parágrafo Único. Para exercer as atividades inerentes ao cargo, fica o mesmo(a) lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, no horário estabelecido pela **Secretaria**.

Art. 2º. A posse, desde que atendido os demais requisitos para investidura constante do Edital de Concurso Público aberto sob nº. 001 de 30/05/2022, e da Lei Municipal nº. 071/2025 de 19/09/2025, dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste ato.

Art. 3º. A posse e a entrada em exercício sujeitam o(a) nomeado(a) nos termos deste Decreto ao compromisso de desempenhar o cargo de acordo com o Sistema Administrativo do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, aLei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR) e demais legislações vigentes.

Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:B3193143

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 9088 DE 20/08/2026

DECRETO Nº. 9.088, de 20 de agosto de 2026.

Nomeia aprovado(a) do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001 de 30/05/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 073 de 19/09/2025 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida – PR) e o **Edital de Concurso Público, aberto sob nº. 01 de 30/05/2022**, combinado com o Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologados), **DECRETA**

Art. 1º. Nomear, sob a égide do regime jurídico Estatutário, **LUCAS GABRIEL WEBER,** para exercer o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, com 40 (quarenta) horas semanais, enquadrado(a) no **Nível "I"** (Nível NS: escolaridade definida para o provimento do cargo), constante na Tabela de Vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos conforme resultado homologado pelo Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, publicado no Jornal Diário do Sudoeste em 28/09/2022 - Edição 8235, obedecida à classificação final.

Parágrafo Único. Para exercer as atividades inerentes ao cargo, fica o mesmo(a) lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, no horário estabelecido pela **Secretaria**.

Art. 2º. A posse, desde que atendido os demais requisitos para investidura constante do Edital de Concurso Público aberto sob nº. 001 de 30/05/2022, e da Lei Municipal nº. 071/2025 de 19/09/2025, dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste ato.

Art. 3º. A posse e a entrada em exercício sujeitam o(a) nomeado(a) nos termos deste Decreto ao compromisso de desempenhar o cargo de acordo com o Sistema Administrativo do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, aLei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR) e demais legislações vigentes.

Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:980154CD

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 203/2026 DE 20/08/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 203/2026, de 20 de agosto de 2026.

CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura

do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação) e,
Considerando a necessidade do Município, **RESOLVE TORNAR PÚBLICO**
I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Técnico em Enfermagem,** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **21 (vinte e um) de agosto de 2026,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.
2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.
III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.26 da Lei Complementar nº. 071/2025), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.
3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.
3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.
3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
V. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul - PR, no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 203/2026 de 20/08/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Técnico em Enfermagem**

Ordem Nº.	Classificação	Nome do Candidato	Nº. Inscrição	Lotação Funcional
1	20º	ADRIANA DOS REIS	177195	Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II
EDITAL Nº 203/2026 de 20/08/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais
cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
comprovante de endereço;
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.
Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, o 1º comprovante de residência, é que, reside desde a data de publicação do edital de concurso na localidade (distrito/localidade), será feita de um dos seguintes comprovantes: fatura de energia elétrica ou de telefone ou de água, correspondente ao mês da publicação do edital de concurso, e o 2º comprovante de residência é outro comprovante com data atual, ou ainda através de declaração de residência assinada por duas testemunhas, ambos por ocasião da convocação, cabendo a administração municipal, nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº. 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência.
demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:A6F1B724

GABINETE DO PREFEITO
LEI 3647 = DENOMINA CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO LÍDER

LEI Nº 3.647, de 20 de agosto de 2026.

Súmula: Denomina Centro Comunitário do Bairro Líder.

Autoria: Vereadora Tássia Castelli

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado LÍRIO JOSÉ MENEGUSSI o Centro Comunitário localizado na Rua Luiz Fernando Stédille, no Bairro Líder.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:8A22C398

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2927/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinqüenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.041 Manutenção da Política de Assistência Social
424 - 3.3.90.30.00.00 382 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 850,00.
423 - 3.3.90.30.00.00 405 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 1.700,00.
422 - 3.3.90.30.00.00 901 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 2.600,00.
Total Suplementação..... R$ 5.150,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.3.2.1.01.11.03.2200 Fonte 382..... R$ 850,00.
Receita 1.3.2.1.01.11.03.2400 Fonte 405..... R$ 1.700,00.
Receita 1.7.1.6.50.01.07.0000 Fonte 901..... R$ 2.600,00.
Total da Receita..... R$ 5.150,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:264DAC5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2928/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0007.1.014 Gestão do SUS - Renovação da Frota
73 - 4.4.90.52.00.00 303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE..... R$ 90.000,00.
Total Suplementação..... R$ 90.000,00.
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0006.2.013 Fortalecimento da Atenção Primária
59 - 3.3.90.30.00.00 303 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 90.000,00.
Total da Redução..... R$ 90.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:451026F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N°. 561/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Diamante D'Oeste/PR.

A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
LEI
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 47.288,45(Quarenta e sete mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de **2026**, destinado à inclusão das seguintes dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026; classificadas nos elementos de despesas **3.1.71.70 / 3.3.71.70 / 4.4.71.70 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO**, conforme segue:
07.000.00.000.0000.0.000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.040 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
3.1.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
407 – 00902 – PAS – PISO ÚNICO – DETALHAMENTO "27..... R$ 2.740,04.
401 – 01000 – RECURSO ORDINÁRIO LIVRES..... R$ 12.800,00.
3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
408 – 00902 – PAS – PISO ÚNICO – DETALHAMENTO "27..... R$ 7.234,59.
402 – 01000 – RECURSO ORDINÁRIO LIVRES..... R$ 13.200,00.
4.4.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
409 – 00902 – PAS – PISO ÚNICO – DETALHAMENTO "27..... R$ 3.713,82.
403 – 01000 – RECURSO ORDINÁRIO LIVRES..... R$ 7.600,00.
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 47.288,45.
Art. 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.7.2.9.51.01.04.1000 Fonte 902 ..... R$ 13.688,45.
Receita 1.1.1.2.53.01.00.0000 Fonte 1000 ..... R$ 33.600,00.

Total da Receita.....R$ 47.288,45.
Art. 3º As dotações orçamentárias criadas por esta Lei destinam-se exclusivamente à execução das despesas decorrentes do Contrato de Rateio celebrado com o CIASOP – Consórcio Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná, observadas as normas da Lei Federal nº 11.107/2005, da Lei nº 4.320/1964, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e das orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezenove dias do Mês de Agosto do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:61E4C2CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N°. 562/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Diamante D'Oeste/PR.

A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
LEI
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 13.676,29(Treze mil seiscentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos)**, no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de **2026**, destinado à inclusão das seguintes dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026; classificadas nos elementos de despesas **3.1.71.70 / 3.3.71.70 / 4.4.71.70 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO**, conforme segue:
07.000.00.000.0000.0.000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.040 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
3.1.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
404 – 39361 – INCREMENTO TEMPORÁRIO CALAMIDADE..... R$ 4.902,33.
3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
405 – 39361 – INCREMENTO TEMPORÁRIO CALAMIDADE..... R$ 8.577,71.
4.4.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
406 – 39361 – INCREMENTO TEMPORÁRIO CALAMIDADE..... R$ 196,25.
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 13.676,29.
Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado por esta Lei, serão utilizados recursos provenientes do **superávit financeiro** apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025, na Fonte de Recursos **39361 – Incremento Temporário Calamidade**, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único. O superávit financeiro referido no caput foi apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025 e demonstrado conforme o Anexo do Superávit Financeiro, observada a fonte de recursos correspondente.
Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE Aos dezenove dias do Mês de agosto do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:E8303F5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 133/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 01(uma) diária para o Senhor Helio Tomasi, motorista, lotado na secretaria de assistência Social referente à viagem para a cidade de Ponta Grossa – PR; no dia 20 de agosto de 2026, para levar familiares de uma paciente que se encontra internado no hospital São Camilo.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:3C400427

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 132/2026

PORTARIA Nº 132/2026
18/08/2026

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Diamante D`Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1.º Constituir Comissão de Processo Seletivo Simplificado para realizar a seleção e contratação temporária de Psicólogo (a), conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado pela Lei Municipal n.º 35/2009, de 12 de novembro de 2009 e suas alterações, Lei 035/2011 e suas alterações, Lei Municipal nº 022/2013 e suas alterações, Lei Municipal nº 042/2014 e suas alterações, na Lei Municipal nº 052/2014 e suas alterações.
Art. 2.º A Comissão de Processo Seletivo Simplificado ficará responsável pela execução do presente processo, compreendendo-se nessa competência todos os atos concernentes à sua realização, desde a confecção dos editais de inscrição até a divulgação oficial dos resultados finais.
Art. 3.º A Comissão do Processo Seletivo Simplificado é composta:
I **– PRESIDENTE: REGINA HERPICH FRONZA**, servidora efetiva do município, ocupante do cargo de Assistente Social.
II – **VICE-PRESIDENTE: CAMILA FABIANE DAMASCENA DA SILVA**, servidora efetiva do município, ocupante do cargo de Psicóloga.
III – **SECRETÁRIA: MARLI FERREIRA MARQUES MAGALHÃES**, servidora efetiva do município, ocupante do cargo de Assistente Social.
Art. 4.º Os membros da Comissão do Processo Seletivo Simplificado ficarão responsáveis pela logística referente à seleção, preparação e publicação de editais, avaliação dos candidatos, convocação e divulgação do resultado final do certame.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Diamante D`Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:7AB48E43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 134/2026

PORTARIA Nº. 134/2026

Determinar e Instaurar Processo Administrativo Disciplinar - PAD e Constitui Comissão Especial.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

CONSIDERANDO a notícia de fato que apontam para a possível ocorrência de irregularidades administrativa no âmbito da Secretaria Municipal De Obras, Urbanismo e Rodoviário, reportados por meio de notificação do Sr. Levino Goncalves de Souza os quais necessitam de apuração preliminar;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar os fatos, visando verificar as circunstâncias do ocorrido, a eventual responsabilidade do servidor e a existência de elementos que justifiquem a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto ao eventual ressarcimento dos danos materiais causados a terceiro;

CONSIDERANDO a competência desta autoridade para determinar a instauração de sindicância, conforme previsto no Art. 158 da Lei Municipal nº 37 de 08 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD destinada a apurar irregularidades ocorridas na esfera municipal com o servidor M. G. L, ocupante do cargo efetivo de PEDREIRO, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Rodoviário.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais estáveis abaixo relacionados para comporem a Comissão:

I - Leisa Mari Rodrigues, presidente;
II – Nilton da Silva Lippert Junior, primeiro secretário;
III - Rogerio Schiefelbein, segundo secretário.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, admitida a prorrogação por igual período, mediante solicitação justificada do Presidente da Comissão e deferimento desta autoridade.

Art. 4º - A Comissão deverá realizar todas as diligências necessárias à elucidação dos fatos, coletando provas, ouvindo testemunhas e eventuais envolvidos, garantindo o sigilo necessário e assegurando o contraditório e a ampla defesa naquilo que couber a esta fase investigativa preliminar, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º - Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades regulares nos dias de coleta de provas em geral.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Vinte de agosto de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:94510981

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º. 135/2026

PORTARIA N.º. 135/2026

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Diamante D'Oeste, Paraná, e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros que constituirão a Comissão para organizar Homenagem aos Servidores Aposentados que já fizeram parte da Gestão Administrativa do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, conforme segue:

PRESIDENTE DA ASSERMUD: Marcos Aurélio Mocellin;

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO: Jacqueline Alves Bueno Batista;

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: Solange Aparecida de Andrade;

AUXILIAR ADMINISTRATIVO: Leisa Mari Rodrigues;

CHEFE DE GABINETE: Daniele Patrícia Gentilin Marquez.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Em 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:17ACC09F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 136/2026

PORTARIA Nº. 136/2026

Nomeia membros para compor comissão destinada à abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, conforme Lei 14.133/21 e determina sua instauração.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

CONSIDERANDO os artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõem sobre as infrações e sanções administrativas aplicáveis no âmbito das licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO o Pregão Eletrônico nº 49/2024 – Processo nº 174/2024, que originou a Contrato de Prestação de Serviços nº 382/2024, celebrado com a empresa FERRAZ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.224.259/0001-09, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão e mão de obra especializada para gerenciar o Lar do Idoso

CONSIDERANDO a existência de indícios de possível descumprimento das obrigações assumidas, notadamente quanto a falta de pagamento de FGTS, INSS e férias dos funcionários;

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

CONSIDERANDO as manifestações dos funcionários, notificações e relatório da fiscalização do contrato, que apontam a necessidade de apuração formal dos fatos, assegurando-se o devido processo legal;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Responsabilização destinada a apurar irregularidades ocorridas na esfera municipal com o prestador de serviços FERRAZ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Art. 2º - Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao possível descumprimento das disposições do contrato administrativo nº 382/2024, bem como verificar a eventual ocorrência de infração administrativa e propor, se for o caso, a aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

I - Glauciandra Simone Carvalho Kowalski, presidente;
II – Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira, primeiro secretário;
III - Jacqueline Alves Bueno Batista, segundo secretário.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, admitida a prorrogação por igual período, mediante solicitação justificada do Presidente da Comissão e deferimento desta autoridade.

Art. 4º - A Comissão deverá realizar todas as diligências necessárias à elucidação dos fatos, analisando documentos, coletando provas, ouvindo testemunhas e eventuais envolvidos, garantindo o sigilo necessário e assegurando o contraditório e a ampla defesa e demais diligências necessárias, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º - Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades regulares nos dias de coleta de provas em geral.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Vinte de agosto de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:DA7A281A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO PRAZO PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná

1° Termo aditivo do contrato nº.313/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa CLARA NUTRI LTDA - ME , inscrita no CNPJ sob nº.
60.857.270/0001-45, com sede no endereço AVENIDA PORTUGAL, 257, CENTRO, IGAPó
LONDRINA-PR neste ato representada por ANA CLARA SILVA CARVALHO, portador do RG n°
103.462.339-76, portador do CPF sob n° 103.462.339-76, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 29/08/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 313/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 46/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula quinta do contrato supra descrito, para o dia 29 do
mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (29-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE CLARA NUTRI LTDA - ME
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:608.572.700-00145
ANA CLARA SILVA CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL RG:103.462.339-76
CPF:103.462.339-76

DIAMANTE DO OESTE 20 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:C500AAAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO PRAZO PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná

1° Termo aditivo do contrato nº.315/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - EPP , inscrita no
CNPJ sob nº. 20.740.209/0001-07, com sede no endereço PC DA BIBLIA, 3336, CENTRO, ZONA I
UMUARAMA-PR neste ato representada por CRISTIANE ANDREA BERTELI, portador do RG n°
53037216, portador do CPF sob n° 884.296.109-44, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 29/08/2027
com finalidade de .CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 315/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 46/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula quinta do contrato supra descrito, para o dia 29 do
mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (29-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - EPP
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:207.402.090-00107
CRISTIANE ANDREA BERTELI
PREFEITO MUNICIPAL RG:53037216
CPF:884.296.109-44

DIAMANTE DO OESTE 20 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:2838758E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO VALOR PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná

2° Termo aditivo do contrato nº.313/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa CLARA NUTRI LTDA - ME , inscrita no CNPJ sob nº.
60.857.270/0001-45, com sede no endereço AVENIDA PORTUGAL, 257, CENTRO, IGAPó
LONDRINA-PR neste ato representada por ANA CLARA SILVA CARVALHO, portador do RG n°
103.462.339-76, portador do CPF sob n° 103.462.339-76, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com
finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 313/2025, referente à licitação
pregão eletrônico sob nº 46/2025, com base na lei 14.133/21, fazer realinhamento de preço dos itens
do contrato, aumento de 4,44%, aplicando índice IPCA/IBGE; sendo aumento global do contrato de
R$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE CLARA NUTRI LTDA - ME
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:608.572.700-00145
ANA CLARA SILVA CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL RG:103.462.339-76
CPF:103.462.339-76

DIAMANTE DO OESTE 20 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:9471741F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO VALOR PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná

2° Termo aditivo do contrato nº.315/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - EPP , inscrita no
CNPJ sob nº. 20.740.209/0001-07, com sede no endereço PC DA BIBLIA, 3336, CENTRO, ZONA I
UMUARAMA-PR neste ato representada por CRISTIANE ANDREA BERTELI, portador do RG n°
53037216, portador do CPF sob n° 884.296.109-44, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 227,36 (duzentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos) , corresponde ao acréscimo
de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 315/2025,
referente à licitação pregão eletrônico sob nº 46/2025, com base na lei 14.133/21, fazer
realinhamento de preço dos itens do contrato, aumento de 4,44%, aplicando índice IPCA/IBGE;
sendo aumento global do contrato de R$ 227,36 (duzentos e vinte e sete reais e trinta e seis
centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - EPP
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:207.402.090-00107
CRISTIANE ANDREA BERTELI
PREFEITO MUNICIPAL RG:53037216
CPF:884.296.109-44

DIAMANTE DO OESTE 20 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Representante Legal

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:FFE11E67

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DISPENSA 46

E X T R A T O C O N T R A T U A L D E P R E S T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 116/2026, Dispensa de Licitação sob nº 42/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 03 (três) refrigeradores científicos utilizados para conservação de vacinas, imunobiológicos e medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 01 (um) instalado na Sala de Vacina e 02 (dois) instalados na Farmácia Municipal, compreendendo inspeção, limpeza, regulagem, testes de funcionamento, ajustes técnicos, reprogramação dos controladores e emissão de relatório técnico; Secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 232/2026, datado de 20 de Agosto de 2026, com Vigência de 12 (doze) meses, ou seja, até 20-08-2027.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"MARCOS OSIRES NUNES LTDA - ME", Inscrita no CNPJ/MF. Sob nº 81.742.751/0001-85.	R$ 9.720,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:C7C1B200

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO PR SRP 30/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o Processo Licitatório sob nº 115/2026, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preços sob nº 30/2026, do tipo menor preço por item, paracontratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica e hidráulica e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios sendo peças originais e genuínas e peças de reposição, e serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo (leve, médio pesado e máquinas), serviço de funilaria e pintura (corretiva, preventiva e estética) e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, nos veículos multimarcas da frota municipal (automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, vans, máquinas e implementos agrícolas), tendo como referência de valores máximos, os preços das peças e serviços do software "TRAZ VALOR", atendendo as necessidades dos secretarias solicitantes do município de Diamante D´Oeste/Pr, devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **04-09-2026 às 9h (nove horas)**. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.
Diamante D' Oeste, 20 de Agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA,
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:A359B3A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2025

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 56/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA LIVISTON PHABLO JOSE HOFFMANN BOSSE.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **LIVISTON PHABLO JOSE HOFFMANN BOSSE**, CNPJ nº 60.780.402/0001-88, com endereço à Rua Jorge Pio Gonçalves, s/n, Centro, Diamante do Sul-Pr, CEP: 85.408-000, representada neste Ato pelo Sr. Liviston Phablo Jose Hoffmann Bosse, CPF Nº 104.944.019-66, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal nº 14.133/2021(art. 84), Decreto Municipal nº 3273/2024 e Cláusula Sétima, item 7.1 da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 56/2025 firmada em 21 de agosto de 2025, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, POR HOMEM/HORA, DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE E DE SERVIÇOS DE TORNO MECÃNICO E SOLDA**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2025, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **20/08/2027**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **4,89%(quatro vírgula oitenta e nove por cento)** conforme segue:
ITEM 01 - MÃO DE OBRA EM FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA (LEVES, MÉDIOS E PESADOS) – QTDE 200 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 126,90 – TOTAL R$ 25.380,00 VALOR TOTAL – R$ 25.380,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
04.123.403.2.8 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
60- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
04.122.403.2.9 MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
66- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
001 GABINETE SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
73 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
20.606.2001.2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.14 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO EDUCAÇÃOE CULTURA
90 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
116 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
12.361.1201.2.21 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Fonte: 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
133 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.18 MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
96 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 107 - Salário Educação
13.392.1301.2.32 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
001 GABINETE SECRETÁRIO SAÚDE
10.301.1001.2.33 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
152 - 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 - Saúde -Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 -15%)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE- APS
159 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 495 – Atenção Básica

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.41 MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
174 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 497 – Vigilância em Saúde

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
184 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
193- 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
201 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
222 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
225 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres
26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
227 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
001 GABINETE SECRETÁRIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.54 GABINETE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCI SOCIAL
233 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.60 PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMÍLIA
249 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.61 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
257 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.63 PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
265 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.244.801.2.65 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
001 GABINETE SEC ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.67 GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
002 DEPARTAMENTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.68 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
287 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 21 de agosto de 2026.

Contratante Detentor Da Ata
Município De Diamante Do Sul
LIVISTON PHABLO JOSE HOFFMANN BOSSE

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:991C0A84

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2025

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 57/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA ALCEDIR ANTONIO DAMBROSO METALURGICA DAMBROSO.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **ALCEDIR ANTONIO DAMBROSO METALURGICA DAMBROSO**, CNPJ nº 32.503.822/0001-81, com endereço à Avenida Diamante, s/n, Centro, Diamante do Sul-Pr, CEP: 85.408-000, representada neste Ato pelo Sr. Alcedir Antonio Dambroso, CPF Nº 285.163.039-34, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal nº 14.133/2021(art. 84), Decreto Municipal nº 3273/2024 e Cláusula Sétima, item 7.1 da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 57/2025 firmada em 21 de agosto de 2025, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, POR HOMEM/HORA, DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE E DE SERVIÇOS DE TORNO MECÃNICO E SOLDA**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2025, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **20/08/2027**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **4,89%(quatro vírgula oitenta e nove por cento)** conforme segue:
ITEM 02-SERV. HOMEM/HORA SOLDA MIG – QTDE 360 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 144,75 – TOTAL R$ 52.110,00

ITEM 03-SERV.HOMEM/HORA SOLDA ELÉTRICA – QTDE 360 HR – VALOR UNIÁRIO R$ 142,50 – TOTAL R$ 51,300,00
ITEM 14- SERRELHERIA E METALURGICA - SERVIÇO DE FABRICAÇÃO E MANTENÇÃO DE AUTOFORT EM FERRO – QTDE 400 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 98,50 – TOTAL R$ 39.400,00
ITEM 15- MECANICA EQUIPAMENTOS AGRICOLAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PREVENTIVAS E CORRETIVA – QTDE 400 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 133,20 – TOTAL R$ 53.280,00
VALOR TOTAL – R$ 196.090,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
04.123.403.2.8 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
60- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
04.122.403.2.9 MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
66- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
001 GABINETE SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
73 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
20.606.2001.2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.14 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO EDUCAÇÃOE CULTURA
90 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
116 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
12.361.1201.2.21 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Fonte: 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
133 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.18 MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
96 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 107 - Salário Educação
13.392.1301.2.32 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
001 GABINETE SECRETÁRIO SAÚDE
10.301.1001.2.33 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
152 - 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 - Saúde -Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 -15%)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE- APS
159 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 495 – Atenção Básica

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.41 MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
174 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 497 – Vigilância em Saúde

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
184 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
193- 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
201 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
222 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
225 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres
26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
227 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
001 GABINETE SECRETÁRIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.54 GABINETE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCI SOCIAL

233 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.60 PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMÍLIA
249 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.61 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
257 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.63 PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
265 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.244.801.2.65 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
001 GABINETE SEC ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.67 GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
002 DEPARTAMENTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.68 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
287 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 21 de agosto de 2026.

Contratante Detentor Da Ata
Município De Diamante Do Sul
ALCEDIR ANTONIO DAMBROSO METALURGICA DAMBROSO

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:9706DDA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2025

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA CLEVERSON CARLOS ME

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **CLEVERSON CARLOS ME**, CNPJ nº 28.021.969/0001-68, com endereço à Rua Antônio Pedro Vicente, s/n, Centro, Diamante do Sul-Pr, CEP: 85.408-000, representada neste Ato pelo seu Sr. Cleverson Carlos, CPF Nº 041.571.749-33, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal nº 14.133/2021(art. 84), Decreto Municipal nº 3273/2024 e Cláusula Sétima, item 7.1 da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 58/2025 firmada em 21 de agosto de 2025, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, POR HOMEM/HORA, DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE E DE SERVIÇOS DE TORNO MECÃNICO E SOLDA**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2025, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **20/08/2027**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **4,89%(quatro vírgula oitenta e nove por cento)** conforme segue:
ITEM 04- MECANICA VEICULOS LEVES - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MÃO DE OBRA HORA-HOMEM – QTDE 500 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 152,50 – TOTAL R$ 76.250,00
ITEM 05- MECANICA DE VEICULOS MEDIO PORTES(VANS) - PRESTAÇÃO D SERVIÇO EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA – QTDE 500 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 153,50 – TOTAL R$ 76.750,00
ITEM 06- MECANICA DE VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E CAÇAMBAS) PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PREVETIVA E CORRETIVA, MÃO DE OBRA – QTDE 450 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 170,25 – TOTAL R$ 76.612,50
ITEM 07- MECANICA DE ONIBUS E MICRO - ONIBUS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MÃO DE OBRA – QTDE 450 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 167,50 – TOTAL R$ 75.375,00
ITEM 08- MÃO DE OBRA EM ELETRICA/ELETRONICA DE VEICULOS PESADOS (CAMINHOES-CAÇAMBAS) – QTDE 500 HR – R$ 148,00 – TOTAL R$ 74.000,00
ITEM 09- MÃO DE OBRA ELETRICA/ELETRONICA DE VEICULOS LEVES – QTDE 500 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 143,90 – TOTAL R$ 71.950,00
ITEM 10- MÃO DE OBRA ELETRICA/ELETRONICA DE VEICULOS MEDIO PORTE(VANS)- QTDE 500 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 152,76 – TOTAL R$ 76.380,00
ITEM 11- MÃO DE OBRA ELETRICA/ELETRONICA DE ONIBUS E MICRO ONIBUS- QTDE 500 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 148,00 – TOTAL R$ 74.000,00
ITEM 13- MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MECANICA DE TRATORES – QTDE 295 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 269,00 – TOTAL R$ 79.355,00
VALOR TOTAL – R$ 680.672,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
04 SECRETARIA DE FINANÇAS

002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
04.123.403.2.8 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
60- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
04.122.403.2.9 MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
66- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
001 GABINETE SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
73 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
20.606.2001.2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.14 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO EDUCAÇÃOE CULTURA
90 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
116 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
12.361.1201.2.21 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Fonte: 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
133 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.18 MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
96 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 107 - Salário Educação
13.392.1301.2.32 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 GABINETE SECRETÁRIO SAÚDE
10.301.1001.2.33 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
152 - 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 - Saúde -Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 -15%)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE- APS
159 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 495 – Atenção Básica

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.41 MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
174 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 497 – Vigilância em Saúde

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
184 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
193- 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
201 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
222 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
225 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres
26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
227 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
001 GABINETE SECRETÁRIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.54 GABINETE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCI SOCIAL
233 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.60 PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMÍLIA
249 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.61 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
257 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.63 PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
265 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.244.801.2.65 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
001 GABINETE SEC ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.67 GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
002 DEPARTAMENTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.68 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
287 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 21 de agosto de 2026.

Contratante Detentor Da Ata
Município De Diamante Do Sul
CLEVERSON CARLOS ME

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:A1BB60AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2025

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA RODAMOTRIZ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **RODAMOTRIZ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA**, CNPJ nº 82.374.646/0001-01, com endereço à Rua Rio Negro, 886, Bairro São Cristovão, Cascavel-Pr, CEP: 85.816-500, representada neste Ato pelo Sr. João Antonio Bellon, CPF Nº 242.307.669-04, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal nº 14.133/2021(art. 84), Decreto Municipal nº 3273/2024 e Cláusula Sétima, item 7.1 da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 59/2025 firmada em 21 de agosto de 2025, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, POR HOMEM/HORA, DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE E DE SERVIÇOS DE TORNO MECÃNICO E SOLDA**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2025, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **20/08/2027**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **4,89%(quatro vírgula oitenta e nove por cento)** conforme segue:
ITEM 12- MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MECANICA MAQUINAS PESADAS – QTDE 300 HR – VALOR UNITÁRIO R$ 271,50 – TOTAL R$ 81.450,00,00
VALOR TOTAL – R$ 81.450,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
04.123.403.2.8 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
60- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
04.122.403.2.9 MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
66- 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
001 GABINETE SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
73 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
20.606.2001.2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
75 – 3.390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.14 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO EDUCAÇÃOE CULTURA
90 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
116 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
12.361.1201.2.21 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Fonte: 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
133 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.18 MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
96 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 107 - Salário Educação
13.392.1301.2.32 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
001 GABINETE SECRETÁRIO SAÚDE
10.301.1001.2.33 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
152 - 3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 - Saúde -Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 -15%)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE- APS
159 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 495 – Atenção Básica

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.41 MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
174 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 497 – Vigilância em Saúde

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
184 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
193- 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
201 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
222 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
225 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres
26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
227 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
001 GABINETE SECRETÁRIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.54 GABINETE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCI SOCIAL
233 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.60 PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMÍLIA
249 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.61 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
257 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.801.2.63 PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
265 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.244.801.2.65 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
001 GABINETE SEC ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.67 GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
275 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

11 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
002 DEPARTAMENTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
27.812.2701.2.68 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
287 - 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 21 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
Contratante

RODAMOTRIZ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA
Detentor da Ata

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:BCD001D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2025

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 60/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA CASA NONA CECÍLIA ALOJAMENTO LTDA

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, e a empresa **CASA NONA CECÍLIA ALOJAMENTO LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 35.589.204/0001-94, estabelecida na Rua Padre Francisco João Azevedo, 204, Bairro Jardim Botânico, Curitiba-Pr, CEP: 80210-160, representada pela Sra. Santina Sanny Gaspar, portadora do CPF/MF, nº 573.799.399-04, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços e reajuste por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal nº 14.133/2021(art. 84), Decreto Municipal nº 3273/2024 e Cláusula Sétima, item 7.1 da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 60/2025 firmada em 22 de agosto de 2025, entre as partes acima identificadas, para Aquisição **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR NAS CIDADES DE CAMPO LARGO-PR E CURITIBA-PR**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2025, resolvem aditar a Cláusula Sétima, item 7.1 da Ata de Registro de Preços, passando seu vencimento para **20/08/2027**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **5,07%(cinco vírgula zero sete cento),** renovando os quantitativos até o limite do quantitativo original, conforme o Decreto Municipal nº 3273/2024, conforme segue:
Lote 01 – Diária em quarto coletivo com alimentação e transporte – QTDE-200 – Valor Unitário R$ 114,50 – Valor Total R$ 22.900,00 -
Lote 02 - Diária em quarto individual com alimentação e transporte (isolamento) – QTDE-50 – Valor Unitário R$ 126,00 – Valor Total R$ 6.300,00.
Valor Total – R$ 29.200,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.40 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – CUSTEIO FEDERAL
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Fonte: 3494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Fonte: 3303 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)

CLAÚSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, elegendo para Foro da Comarca de Guaraniaçu, Estado do Paraná.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul-PR, 18 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI –
Prefeito Municipal
Município de Diamante do Sul

CASA NONA CECÍLIA ALOJAMENTO LTDA
Detentora da Ata

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:DF5FC014

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
PORTARIA Nº 017/2026

PORTARIA Nº 017/2026

JUAREZ ALBERTON, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conforme o art. 35, inciso XXIX e art. 41, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, da Lei nº 1680/12 e do art.90, inciso I da Lei Municipal n.º 577/93.

RESOLVE

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Valdemar da Silveira, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026.
Art. 2º O período de gozo de férias inicia-se em 08/09/2026 e finda-se em 07/10/2026;
Art. 3º Fica autorizado o pagamento do adiantamento proporcional do período de férias previsto no artigo 1º no mês de agosto de 2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, em vinte de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Registre-se.
Publique-se.

Publicado por:
Cristiano Florintino Bratti
Código Identificador:E48DA590

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
PORTARIA Nº 018/2026

PORTARIA Nº 018/2026

JUAREZ ALBERTON, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conforme o art. 35, inciso XXIX e art. 41, inciso II, alínea "a", do

Regimento Interno, da Lei nº 1680/12 e do art.90, inciso I da Lei Municipal n.º 577/93.

RESOLVE
Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Cleiton Szczepkowski, referente ao período aquisitivo de 19/05/2025 a 18/05/2026.
Art. 2º O período de gozo de férias inicia-se em 21/09/2026 e finda-se em 20/10/2026;
Art. 3º Fica autorizado o pagamento do adiantamento proporcional do período de férias previsto no artigo 1º no mês de agosto de 2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, em vinte de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Registre-se.
Publique-se.

Publicado por:
Cristiano Florintino Bratti
Código Identificador:A790F3C3

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
CONTRATO 02/2026

CONSORCIO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos Aditivos nº 002/2026.

Contrato	002/2026– PROCESSO DE INEXIGIBILIDADEnº 002/2026
Contratante	CONSORCIO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS-COMPRO
Contratada	EDGAR GUIMARAES & ADVOGADOS E ASSOCIADOS.
Objeto	Contratação direta de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, consistentes na representação, coordenação e defesa judicial conjunta dos interesses do Consórcio Público dos Municípios do Procaxias – COMPRO e dos Municípios consorciados demandados na Ação Ordinária nº 0001995-44.2025.8.16.0004, seus incidentes, ações conexas e recursos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)
Prazo	60 meses
Data de Assinatura	20/08/2026

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:B94811FE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CANDIDATOS CONVOCADOS – ENSINO FUNDAMENTAL VESPERTINO

Classificação	Candidato
80.	Ivanilce Zeni Girelli
81.	Jossemery Moraes Santos

Dois Vizinhos, 19 de agosto de 2026.

LEDA MARIA FERRARI
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Decreto N° 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6C13A6CD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23757/2026

DECRETO Nº 23757/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Dois Vizinhos e designa seus membros.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Constituição Federal, especialmente o direito à educação e à garantia da aprendizagem;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e as diretrizes estabelecidas para a colaboração entre os entes federativos na garantia do direito à alfabetização;

Considerando a Política de Alfabetização do Território Estadual e a Estratégia Alfabetiza Juntos;

Considerando a Lei Municipal nº 3024/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Dois Vizinhos,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, como instância de governança, articulação e acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, alinhada às diretrizes da Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre as ações municipais, estaduais e nacionais voltadas à alfabetização;
III – acompanhar as metas, ações e resultados da Política Municipal de Alfabetização;
IV – analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e propor estratégias para o fortalecimento da aprendizagem;
V – acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização;
VI – contribuir para a integração entre as diferentes etapas da Educação Básica, especialmente entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VII – acompanhar as ações de formação continuada, avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens;
VIII – propor medidas para o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º Ficam designados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização os seguintes membros:
I – Leda Maria Ferrari, Secretário(a) Municipal de Educação;
II – Jailene Dal Bosco, Diretor(a) do Departamento do Ensino Fundamental;
III – Sirlene Pereira Rosa, Diretor(a) do Departamento de Educação Infantil;
IV – Catiane Aparecida Soares de Moraes Liecheski, Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – Clesiani Rodrigues Bedra Ricardi, Técnico(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação;
VI – Daniela Malacarne, Técnico(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação.
VII – Juliana Perin, Diretor(a) de Unidade Escolar, representante da Rede Municipal de Ensino;
VIII – Ivania Wosniaki, Professor(a) Alfabetizador(a), representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal reunir-se-á, ordinariamente, sempre que necessário ao acompanhamento das ações da Política

Municipal de Alfabetização e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente.
Parágrafo único. As reuniões e encaminhamentos do Comitê poderão ser registrados em ata ou instrumento equivalente, para fins de acompanhamento e comprovação das ações desenvolvidas.
Art. 5ºA participação no Comitê Estratégico Municipal será considerada de relevante interesse público e não ensejará o pagamento de gratificação, remuneração ou qualquer vantagem financeira específica em razão dessa participação.

Art. 6ºA Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades do Comitê Estratégico Municipal.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4A5C7024

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 097/2026

PORTARIA Nº 097/2026

Institui e designa a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Municipal nº 3024/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Dois Vizinhos;

Considerando a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para o planejamento, elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

Considerando a necessidade de organizar e formalizar a atuação dos servidores envolvidos nas ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Dois Vizinhos, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada a ampliar a capacidade institucional para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A Estrutura Administrativa e Pedagógica será composta por servidores da Secretaria Municipal de Educação, vinculados às áreas de gestão, coordenação e apoio pedagógico, com atuação articulada nas ações de alfabetização.

Art. 3º Ficam designados para integrar a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização:
I – Leda Maria Ferrari, Secretário(a) Municipal de Educação;
II – Jaileine Dal Bosco, Diretor(a) do Departamento do Ensino Fundamental;
III – Sirlene Pereira Rosa, Diretor(a) do Departamento de Educação Infantil;
IV – Catiane Aparecida Soares de Moraes Liecheski, Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – Clesiani Rodrigues Bedra Ricardi, Técnico(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação;
VI – Daniela Malacarne, Técnico(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Compete à Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização:
I – apoiar a elaboração e implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação das ações de alfabetização entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
III – acompanhar os indicadores e resultados de aprendizagem relacionados à alfabetização;
IV – subsidiar o planejamento e a execução das ações previstas no Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização;
V – apoiar as ações de formação continuada e assessoramento pedagógico;
VI – acompanhar a implementação das estratégias de avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens;
VII – produzir e organizar informações, registros e relatórios relacionados às ações da Política Municipal de Alfabetização;
VIII – prestar suporte técnico ao Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 5º Os servidores designados nesta Portaria permanecerão vinculados aos seus respectivos cargos e funções, desenvolvendo as atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização dentro de seu regime de trabalho, conforme organização administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6ºA distribuição das atividades, o tempo destinado às ações de alfabetização e a organização interna da Estrutura Administrativa e Pedagógica observarão as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e serão registradas em instrumento próprio de acompanhamento.

Art. 7ºA composição da Estrutura Administrativa e Pedagógica poderá ser atualizada sempre que necessário, mediante ato da Secretaria Municipal de Educação, preservada a finalidade prevista nesta Portaria.

Art. 8º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:09BA66F1

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO

Declaro para todos os fins de direito que, convoquei o candidato abaixo relacionado, regularmente aprovado no Concurso Público, com base no Edital 001/2023, para o cargo de *Professor de Educação Física,* e desde a Convocação, com base no Edital 039/2026, publicado na data de 10 de agosto de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), o candidato não compareceu.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
João Victor Ferreira	25° Lugar

DOIS VIZINHOS - PR, 20 de agosto de 2026.

JESSICA ALESSANDRA DA SILVA OLIVEIRA
Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:765F2439

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0052/2026.
ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO N°0021/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0052/2026.

ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO N°0021/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 19 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: PARQUE SUL COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS LTDA inscrita no CPJ sob o numero 13.3148.978/0001-48, sediada na Rua Videira, n°150, cep 83075-130, Bairro Borda do Campo, Cidade de São Jose dos Pinhais, Estado do Paraná.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PARQUES INFANTIS (PLAYGROUNDS) COLORIDOS, COM FORNECIMENTO, TRANSPORTE, DESCARGA, MONTAGEM, FIXAÇÃO, INSTALAÇÃO, TESTES E ENTREGA TÉCNICA, DESTINADOS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOUTOR ULYSSES/PR, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

VALOR R$ 89.740,00(OITENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 20 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:ABFB0DFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 055/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de banheiros públicos no Parque Ambiental da Prainha, localizado no Município de Fernandes Pinheiro – PR, conforme Plano de Ação nº 09032026-092466 e Emenda Parlamentar nº 202637050002 do Ministério do Turismo.
Forma de Julgamento: Menor preço global;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 21/08/2026 às 08:30h do dia 08/09/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31h às 09:00h do 08/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 08/09/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br**_**"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 20 de agosto de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:FB0DAC94

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 160/2026 *REPUBLICAÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

Súmula: "Torna estável Servidora Pública Municipal e concede Progressão Funcional Horizontal"

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fulcro nas Lei Municipal nº 722/2019, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fernandes Pinheiro, e n° 833/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Saúde do Município de Fernandes Pinheiro,

DECRETA:

Art.1º - Torna-se estável a servidora FRANCELIZE APARECIDA DE SOUZA, matrícula 1191-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por ter sido aprovada na análise do estágio probatório, durante o período 22/05/2023 a 22/05/2026.
Art. 2º - Fica concedido Progressão Funcional Horizontal, nos termos do artigo 24 da Lei Municipal 833/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Saúde do Município de Fernandes Pinheiro, passando sua referência para "B" a partir de 01/06/2026.
Art. 3°- Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 11 de junho de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:9BD55195

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 114/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde à servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER à servidora GEOVANA BETU, matrícula nº 1293-1, ocupante do cargo efetivo de **Professor**, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 03 de agosto de 2026 a 05 de agosto de 2026.
Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 12 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:92DD6F98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

RH
EDITAL 41/2026 RESULTADO DA CONVOCAÇÃO 40
CONCURSO PÚBLICO 02/2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2022
EDITAL Nº 41/2026

RESULTADO DA CONVOCAÇÃO

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO,

1º - O RESULTADO DA CONVOCAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DO EDITAL 40/2026 dos candidatos aprovados no **Concurso Público Nº 02/2022**, sob o **REGIME ESTATUTÁRIO**, para provimento de vagas, do seu quadro de pessoal, conforme Edital de Abertura e Edital de Homologação do Resultado Final nº 11/2022.

2º - SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS:

2.1 - CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS

NOME	CLASS	CARGO	SITUAÇÃO APÓS PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	REALIZAÇÃO DE EXAME ADMISSIONAL
CYNTHIA NARA PERONDI LOPES DE GÓES	21	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPARECEU	APTO

3º- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 20 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:4615555C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.637, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.637, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a remoção do servidor Ademir de Souza de Oliveira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o art.31 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando critérios de oportunidade e conveniência para a Administração

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a remoção do servidor Ademir de Souza de Oliveira, matrícula nº 2-01287, ocupante do cargo efetivo de Motorista, da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo para o exercício de suas funções do cargo na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:CEEB0584

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: FRANCIELLI A ROCHA DE CARLI
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação e aperfeiçoamento de professores da Rede Municipal de Ensino, contemplando formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática.
Valor Total Contratação: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Vigência do contrato: Até 18/08/2027.

Flórida, 19 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:AC109F2B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.638, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.638, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Concede antecipação parcial de férias regulamentares à servidora Eliane Fatima Bergamo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, à servidora Eliane Fatima Bergamo, Motorista/40h, matrícula 2-01221, antecipação de 15 (quinze) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 02/09/2025 a 01/09/2026, para fruição no período de 20 de agosto de 2026 a 03 de setembro de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:08875594

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

RESULTADO FINAL FASE DE MÉRITO
EDITAL Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA/ PR
O Município de Flórida/Paraná-PR, através da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, neste ato representado por Cleunice de Oliveira Cesnik, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), torna público o Resultado FINAL da Fase de Mérito.

1. DO RESULTADO DO MÉRITO

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	NOTA	OBSERVAÇÃO
1	1°	INTERMEZZO ENSINO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ: 34.656.682/0001-07	FANFARRA VIVA FANFARRA	75	APROVADO (VALOR AJUSTADO COM GLOSA PARA R$ 40.000,00 CONFORME TETO DO EDITAL).

2. DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:

Deverá ser publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Flórida/PR e no Diário Oficial do Município, assim como no Transferegov.

3. DOS RECURSOS:
Nesta fase não cabem recursos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, 20 DE AGOSTO DE 2026

CLEUNICE DE OLIVEIRA CESNIK
Gestora da Cultura

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:3BD701B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 1 CONTRATO Nº 203/2025.

PROCESSO: Dispensa nº 18/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CEDENTE: LIGGA TELECOMUNICACOES S.A (CNPJ Nº 04.368.865/0001-66)
CECIONÁRIA: LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A. (CNPJ Nº 65.649.511/0001-84)
OBJETO: "CESSÃO do Contrato nº 203/2025 do Dispensa nº 18/2025 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ACESSO IP PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO ENTRE A REDE DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO E A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET" em face de reorganizaçao societária.
DA CESSÃO: O presente Aditivo tem por objeto formalizar a transferência, pela CEDENTE à CESSIONÁRIA, da posição contratual detida no âmbito do Contrato. A transferência ora ajustada compreende a cessão da posição contratual da CEDENTE à CESSIONÁRIA, com a correspondente assunção, por esta última, dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato a partir da Data de 19/08/2026, na extensão aplicável e observado o disposto neste Aditivo. O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 137 III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:067C9E92

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1153

LEI N.º 1153/2026

EMENTA: "Altera o art. 4º da Lei Complementar Municipal de n.º 1072/2025, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte **LEI,** aprovada, pelo Poder Legislativo:

Art.1º - Fica alterado a Tabela 02, constante no art. 4º da Lei Complementar de n.º 1072/2025, alterando o número de vagas de 01 para 02, para a Função Especial de: Designação para desempenho de atividades de servidor que conduza real e habitualmente veículo microônibus/ônibus para transporte de pacientes e seus familiares para outros municípios na área da Saúde (exclusivo para o cargo de motorista), vedado o pagamento de horas extras, haja vista a responsabilidade e cuidado com os pacientes, e alterando o vencimento do valor da Função Especial para Participação em Comissão de Processo de Sindicância ou Processo Administrativo, (devido apenas enquanto perdurar o processo para o qual for nomeado) com nível de FG6, passando para FG2, passando a vigorar com a seguinte redação:

TABELA 02 - ATRIBUIÇÕES PARA DESIGNAÇÃO EM FUNÇÃO ESPECIAL

VAGAS	DESIGNAÇÃO PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO ESPECIAL	NIVEL
01	Responsável pelo Sistema de Controle Interno	FG1
02	Responsável por fiscalizar e acompanhar obras, reformas, ampliações e afins. (Fiscal de Obras)	FG2
01	Agente de Contratação, responsável perante órgãos de controle	FG3
01	Responsável pela Ouvidoria e Portal de Transparência	FG3
10	Fiscal de Contratos responsável perante órgãos de controle.	FG4
01	Presidente de Comissão de Concurso Público, Processo/Teste Seletivo	FG4
02	**Designação para desempenho de atividades de servidor que conduza real e habitualmente veículo microônibus/ônibus para transporte de pacientes e seus familiares para outros municípios na área da Saúde (exclusivo para o cargo de motorista), vedado o pagamento de horas extras, haja vista a responsabilidade e cuidado com os pacientes.**	FG3

04	Membro de comissão especial ou designação permanente conforme segue: 03 - Recebimento de materiais, bens e serviços de todos os tipos, incluindo obras, reformas e ampliações; 01 - Controle e destinação final de lubrificantes e peças usadas utilizadas na manutenção da frota municipal.	FG5
02	Fiscal ou membro de equipe de vigilância sanitária para atuar em regime de plantão, fora do horário de expediente, bem como aos sábados, domingos e feriados ou eventos no município, em função de necessidade de fiscalização por designação da chefia superior ou provocação por denuncia externas.	FG5
01	Responsável pela Ouvidoria da Secretaria de Saúde	FG4
07	Membro de comissão especial ou permanente de: 03- Comissão de Contratação; 03- Equipe de apoio ao Agente de Contratação; 01- Regularização fundiária;	FG4
01	Presidente de comissões especiais ou permanentes responsáveis por Avalição de Imóveis, Fiscalização de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis– ITBI e valor venal IPTU.	FG2
01	Responsável pela Atualização do inventário patrimonial, presidente da comissão de avaliação de bens, inservibilidade de bens e baixas do patrimônio público municipal;	FG3
01	Responsável pela vistoria de veículos e máquinas da frota Municipal	FG3
01	Responsável pela realização de serviços de inseminação artificial, atendimento emergencial de animais domésticos, castração quando necessário, nos horários em que for solicitado, durante o expediente, após o expediente, finais de semana e feriados, devendo deslocar-se com veículos da municipalidade até as propriedades rurais.	FG2
06	**Participação em Comissão de Processo de Sindicância ou Processo Administrativo, (devido apenas enquanto perdurar o processo para o qual for nomeado)**	**FG2**
01	Responsável pelas informações e transmissões dos Programas do CRAS	FG6
01	Responsável pela qualidade, integridade e fidedignidade de informações enviadas ao TCE/PR relativo a módulos dos Sistemas SIM/AM e SIT	FG1
01	Responsável pela qualidade, integridade e fidedignidade de informações dos Programas Sociais (BOLSA FAMILIA)	FG4
01	Responsável pela qualidade, integridade e fidedignidade de informações dos Programas e Sistemas BPA/FAE, CNES, SIA/SUS e Programas AB: SISAB, E-SUS, e-GESTOR, e DIGISUS	FG2
01	Responsável pela guarda e utilização de Maquinas pesadas	FG6
01	Responsável pela realização de serviços de Técnico de Informática.	FG4
02	Responsável pela realização de serviços de Eletricista e similares junto ao Município, em especial na manutenção da Iluminação Pública	FG5
01	Responsável pelos encaminhamentos da área de saúde, TFD e CAR	FG3
02	Responsável pela marcação e agendamento exames, na área da saúde	FG4
02	- Responsável pelo Atendimento Detran - Responsável pelo Atendimento Identificação	FG5
01	Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, em virtude da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.	FG3
02	Participação na equipe de escuta especializada, pelo trabalho de forma integrada e coordenado a fim de garantir os cuidados necessários e a proteção das vítimas ou testemunhas.	FG5
01	Responsável pela documentação escolar	FG5
01	Responsável pela guarda, cuidado e manutenção dos materiais e equipamentos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	FG5
01	Responsável pela gestão e fiscalização dos contratos	FG3
01	Responsável pela Coordenação e gerenciamento de limpeza pública;	FG5
01	Responsável pela Coordenação, Organização, Segurança e Inspetoria de Pátio	FG5
02	Responsável pelo controle, estoque da Merenda e Refeitório Escolar	FG5
65	Total	

Art.2º - Os demais termos da Lei Complementar n.º 1072/2025 alterada pela Lei 1097/2025, permanecem inalterados.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Foz de Jordão 19 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:DF33EAE9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1154

LEI N.º 1154/2026

EMENTA: Altera a Lei Municipal de n.º 1126/2025, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte **LEI,** aprovada, pelo Poder Legislativo:

Art.1º - Fica alterada Lei Municipal de n.º 1126/2025, revogando-se integralmente o parágrafo 2º do artigo 3º, bem como alterando-se a redação do caput do artigo 3º que passará a vigorar com a seguinte redação:

De:
~~***"Art. 3º. O auxílio alimentação será concedido mensalmente ao servidor no efetivo exercício de suas funções, exceto quando se encontre afastado, por prazo superior a 10 (dez) dias por qualquer das licenças previstas no artigo 128 da Lei Municipal n.º 05/97, Estatuto dos Servidores.***~~
§ 1º - A servidora em "licença gestante", prevista no inciso XIV do Art. 128 da Lei complementar nº 05/97, fará jus ao recebimento do auxílio alimentação.
~~*§ 2º - Os servidores que, no período de 01 (um) mês, ultrapassarem o limite de 03 (três) faltas, ainda que justificadas, não farão jus à indenização, ressalvados os casos de decretação de pontos facultativos, suspensão do expediente, viagens por motivo do trabalho e/ou capacitação autorizados pelas chefias imediatas*~~."

Para:
"Art. 3º. O auxílio alimentação será concedido mensalmente ao servidor no efetivo exercício de suas funções, exceto se o servidor ultrapassar o limite de 03 (três) faltas mensais, ainda que justificadas, hipótese em que incidirá o desconto proporcional correspondente a todos os dias de ausência, ressalvados os casos de decretação de pontos facultativos, suspensão do expediente, viagens por motivo do trabalho e/ou capacitação autorizados pelas chefias imediatas.

§ 1º - A servidora em "licença gestante", prevista no inciso XIV do Art. 128 da Lei complementar nº 05/97, fará jus ao recebimento do auxílio alimentação."

Art.2º - Os demais termos da Lei n.º 1126/2025, permanecem inalterados.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Foz de Jordão 19 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:ED603B9A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1155

LEI N.º 1155/2026

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional ESPECIAL, no orçamento de 2.026, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte **LEI,** aprovada, pelo Poder Legislativo:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do exercício de 2026, o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em crédito adicional especial por excesso de arrecadação, na seguinte conta de despesa:

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL Acréscimo 30.000,00
005 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
08.241.0007.2088 FUNDO DA PESSOA IDOSA
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
3855 00797 CUIDA MAIS INVESTIMENTO

Parágrafo único. Para a abertura do crédito será utilizada, no orçamento da administração direta, recurso proveniente de excesso de arrecadação de transferência financeira oriunda do Programa Estadual:

"Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo", na seguinte conta de receita:

Conta: 24.29.99.01.01 ---------- R$ 30.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Foz de Jordão 19 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:5AA5C97B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 206/2026

PORTARIA N° 206/2026

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais; **Considerando**, a necessidade de conceder adiantamento financeiro para pagamento de eventuais despesas constantes da Lei Municipal 1069/2025;
RESOLVE

Art. 1° Designar o Senhor **DOUGLAS LUIZ BORBA VIEIRA**, Assessor de Comunicação, responsável pelas referidas despesas.

Art. 2° Conceder em caráter excepcional de conformidade com o artigo 65 da lei n° 4.320/64, e da Lei Municipal 1069/2025 adiantamento de numerário ao mencionado, o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), com a finalidade de cobrir despesas de alimentação para a delegação do Município que participará do evento Inova Cantu. Na cidade de Quedas do Iguaçu no dia 21 de agosto de 2026.

Art.3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Foz do Jordão, 20 de agosto 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:8A587BC8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 207/2026

PORTARIA Nº 207/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1130/2026.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear o senhor "**DOUGLAS ANTUNES MOREIRA"** portador do RG n° 3.968.259-1 e inscrito no CPF nº 518.497.479-20, para ocupar o Cargo em Comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 20 de Agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:0E9B6105

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 208/2026

PORTARIA Nº 208/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores municipais, referente aos períodos aquisitivos e de gozos proporcionais, que seguem mencionadas:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
7004351	FERNANDO LUIS DIESEL	TEC. EM INFORMATICA	17/08/2026 26/08/2026
10000442	FABIANE BRASIL	TEC EM MEIO AMBIENTE	17/08/2026 05/09/2026
114711	VALMOR DALLA CORT	MESTRE DE OBRAS	20/07/2026 08/08/2026
5513111	JOCELI ALMEIDA DE MORAES	SECRETARIA EXECUTIVA	12/08/2026 26/08/2026

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposição em contrário.

Foz do Jordão, 20 de Agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:B0D82748

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 125/2026
Pregão Eletrônico nº 045/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Comissão Especial de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em razão do **deferimento de impugnação apresentada ao Edital e das consequentes adequações promovidas nas exigências de qualificação técnica, fica retificado o Edital do Pregão Eletrônico nº 045/2026**, bem como designada nova data para realização da sessão pública.

A sessão, anteriormente prevista para o dia 21 de agosto de 2026, às 09h00min, **fica remarcada para o dia 04 de setembro de 2026, às 09h00min**, por meio da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – **BLL**, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

O Edital Retificado estará disponível na íntegra no site oficial do Município de General Carneiro/PR, na plataforma BLL e nos demais meios oficiais de divulgação do certame. Esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transformação veicular no caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, pertencente à frota do Município de General Carneiro/PR, compreendendo o alongamento e reforço do chassi, alongamento do cardan, adequações estruturais, mecânicas, elétricas e pneumáticas,

bem como a fabricação e instalação de prancha fixa destinada ao transporte de máquinas e implementos agrícolas, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e a regularização documental da transformação perante os órgãos competentes, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

General Carneiro/PR, 20 de agosto de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:9A3E55A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação nº 025/2026
Processo Licitatório nº 137/2026
Adjudicação/Homologação: 20/08/2026
Contratada: **35.014.727 MILENE APARECIDA PADILHA GALVÃO**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, capacitação e assessoramento técnico voltados à operacionalização, execução e acompanhamento das ações vinculadas ao Ciclo 2 da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, compreendendo a capacitação de gestores públicos, servidores, fazedores de cultura e agentes culturais, bem como o suporte técnico desde a criação de editais até a prestação de contas dos recursos."**

Valor da Despesa: **R$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1C92106F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Contrato n° 271/2026
Contratada: **COMERCIO DE BATERIAS VARNIER LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 20/08/2026 à 13/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 20 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:A1436E6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026
Processo Licitatório nº 086/2026
Contrato nº 238/2026
Adjudicação/Homologação: 22/07/2026
Credenciadas: **67.642.147 JEAN PAULO DA SILVA LIMA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR
Vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs), para prestação de serviços de natureza operacional, técnica e de manutenção, destinados à execução de atividades de conservação, manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos e apoio operacional em bens móveis e imóveis públicos do Município de General Carneiro/PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0518F7A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026
Processo Licitatório nº 086/2026
Contrato nº 239/2026
Adjudicação/Homologação: 22/07/2026
Credenciadas: **GILMAR RODRIGUES**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR
Vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs), para prestação de serviços de natureza operacional, técnica e de manutenção, destinados à execução de atividades de conservação, manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos e apoio operacional em bens móveis e imóveis públicos do Município de General Carneiro/PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:397891CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026

Processo Licitatório nº 086/2026
Contrato nº 237/2026
Adjudicação/Homologação: 30/06/2026
Credenciadas: **CLEVERSON RODRIGUES DOS SANTOS**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR
Vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs), para prestação de serviços de natureza operacional, técnica e de manutenção, destinados à execução de atividades de conservação, manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos e apoio operacional em bens móveis e imóveis públicos do Município de General Carneiro/PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:77F74492

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026
Processo Licitatório nº 086/2026
Contrato nº 240/2026
Adjudicação/Homologação: 24/06/2026
Credenciadas: **JOSÉ MINECHEKI**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR
Vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs), para prestação de serviços de natureza operacional, técnica e de manutenção, destinados à execução de atividades de conservação, manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos e apoio operacional em bens móveis e imóveis públicos do Município de General Carneiro/PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:86B77F1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 026/2026
Processo Licitatório nº 138/2026
Adjudicação/Homologação: 20/08/2026
Contratada: **CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **"Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção corretiva e reparo da caçamba do veículo de placa TVB6B68, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de General Carneiro/PR, incluindo o fornecimento de peças, materiais, componentes e mão de obra necessários à adequada execução dos serviços."**

Valor da Despesa: **R$ 12.617,42 (doze mil, seiscentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:96B0741D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 027/2026
Processo Licitatório nº 139/2026
Adjudicação/Homologação: 20/08/2026
Contratada: **DE MARCO AUTOMOVEIS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **"Contratação de concessionária autorizada da marca Citroën para execução de manutenção corretiva, com fornecimento de peças genuínas e mão de obra especializada, na ambulância Citroën Jumpy 1.6 Furgão Pack Turbo Diesel da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro/PR."**

Valor da Despesa: **R$ 55.001,80 (cinquenta e cinco mil e um reais e oitenta centavos).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:4DD2920B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 057/2026
Processo Licitatório nº 140/2026
Adjudicação/Homologação: 20/08/2026
Contratada: **CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **"Contratação de empresa especializada, autorizada pelo fabricante, para a realização da REVISÃO DE ASSENTAMENTO TECTOR 11/9T - 190 do veículo BUS 10.190 ESCOLAR, placa UCF8B77, chassi nº 93ZK61BDZV8721651, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro/PR."**

Valor da Despesa: **R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:4FEE22A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Maria Salete Oliveira Volenkevicz, mantenedora da Escola Municipal do Campo Orlanda Rocha, Ensino Infantil e Ensino Fundamental, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 072/2025, e considerando a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR;

HOMOLOGA

Art. 1º - Escola Municipal do Campo Orlanda Rocha, Ensino Infantil e Ensino Fundamental do Município de General Carneiro, Estado do Paraná.

Art. 2º - O Estatuto do Conselho Escolar homologado por este Ato entra em vigor a partir desta data.

General Carneiro, Estado do Paraná, 20 de Agosto de 2026

MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. 072/2025

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:FA6DEACA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATO DE INSTITUIÇÃO Nº 05/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Maria Salete de Oliveira Volenkevicz, mantenedora da Escola Municipal do Campo Orlanda Rocha, Ensino Infantil e Ensino Fundamental no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 072/2025, e considerando a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR

INSTITUI
Art. 1º - O Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Orlanda Rocha, Ensino Infantil e Ensino Fundamental - do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, com a Oferta de: Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Conselho Escolar passa a ser composto por 60% de representatividade da Comunidade Escolar e 40% de representatividade da Comunidade Local, representado pelos seguintes Membros:

Segmento que representa	Nome Completo do Titular	RG/CPF
Diretor	Maria Salete de Oliveira Volenkevicz	4.408.622-0
Equipe Pedagógica	Neuza Barrida Girotto	4.318.528-4
Corpo Docente	Virlei Terezinha Sampaio Alves	9.289.298-0
Administrativo	Neander Benazzi	10.826.565-5
Representante de Alunos	Luciana de Souza	12.677.479-1
Suplente	Edineia Rodrigues	15.621.152-4
Representante de Pais	Daniela Apª Esthesne Kukul	8.354.284-5
Suplente	Adriane Bernardi	8.372.774-8
Repres. Com. Local	Ana Maria Amarante	8.875.757-2
Suplente	Eliza de Oliveira Indalencio	10.698.272-4
Repres. Com. Escolar	Juliana Terezinha Gelaski	13.761.696-3
Suplente	Jucelha Apª Fernandes	12.493.922-4

Art. 3º - O Conselho Escolar Instituído por este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogado o Ato e disposições em contrário.

General Carneiro, Estado do Paraná, 20 de Agosto de 2026.

MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. 072/2025

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:4136023A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA 350
(19/08/2026)

Ao décimo nono dia do mês de agosto de dois mil de vinte e seis as 16:00 horas, compareceram à Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde número 350 (trezentos e cinquenta), devidamente convocados 12 (doze) interessados, conforme consta no verso da página 64 (sessenta e quatro) e pagina 65 (sessenta e cinco), do livro próprio de assinaturas, dos quais 11 (onze) são membros titulares do Conselho Municipal de Saúde com direito a voto, sendo realizado compromisso na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Goioerê/PR, localizada na Avenida Amazonas Nº 280. O Presidente, Sr. José Antonio de Lima, iniciou a reunião informando que a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, anteriormente agendada para o dia 29 de julho de 2026, não foi realizada em razão de condições climáticas adversas e da consequente ocorrência de queda de energia elétrica no município. Na sequência, deu prosseguimento à reunião, passando à apreciação das pautas constantes da ordem do dia. Item I da ordem do dia – Apreciação e Aprovação do Protocolo de Acesso e Regulação dos Atendimentos Fisioterápicos; a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jacqueline Tonelli Lopes, fez uso da palavra para apresentar o Protocolo de Acesso e Regulação dos Atendimentos Fisioterápicos realizados no município. Informou que o protocolo tem por objetivo nortear e qualificar os encaminhamentos entre os diferentes níveis de atenção à saúde, reduzir a lista de espera, evitar a repetição desnecessária de procedimentos, priorizar as reais necessidades dos usuários, maximizar a resolutividade da assistência, racionalizar o acesso ao tratamento fisioterapêutico e planejar a oferta dos serviços de saúde de acordo com as demandas da população. Na sequência, foram apresentados os critérios gerais para encaminhamento aos atendimentos de fisioterapia, os parâmetros assistenciais referentes à capacidade de atendimento, os critérios de classificação e inserção na fila de espera (casos urgentes, prioritários e não urgentes), as diretrizes para o atendimento pelo Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), bem como os aspectos relacionados ao Plano Terapêutico Singular e aos critérios para alta fisioterapêutica. Após a apresentação e os esclarecimentos prestados, o Protocolo de Acesso e Regulação dos Atendimentos Fisioterápicos foi submetido à apreciação do plenário, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Item II da ordem do dia – Apreciação e Aprovação do Plano de Aplicação Financeira dos Recursos do PROVIGIA, Resolução SESA Nº 739/2026, Resolução SESA Nº 741/2026 e Saldo Remanescente; A Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jacqueline Tonelli Lopes, fez uso da palavra para apresentar o Plano de Aplicação Financeira dos recursos do PROVIGIA, submetendo-o à apreciação do Conselho Municipal de Saúde. Informou que a Resolução SESA nº 739/2026 contempla o Município de Goioerê com repasse financeiro para investimento no valor de R$ 92.957,71 (noventa e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos), enquanto a Resolução SESA nº 741/2026 destina repasse financeiro para custeio no valor de R$ 32.806,90 (trinta e dois mil oitocentos e seis reais e noventa centavos). Na sequência, esclareceu que o município possui saldos remanescentes de Resoluções anteriores do PROVIGIA, acrescidos dos recursos recebidos por meio das Resoluções SESA nº 739/2026 e nº 741/2026, totalizando R$ 288.600,13 (duzentos e oitenta e oito mil seiscentos reais e treze centavos) para investimento e R$ 321.282,92 (trezentos e vinte e um mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos) para custeio, conforme detalhado no Plano de Aplicação Financeira. Após a apresentação do Plano de Aplicação Financeira, bem como os esclarecimentos prestados aos conselheiros, o referido Plano foi submetido à apreciação do plenário, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Item III da ordem do dia – Aprovação de Abertura de Processo Licitatório para Prestação de Serviços de Neuropediatra; a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jacqueline Tonelli Lopes, fez uso da palavra para apresentar a proposta de abertura de Processo Licitatório para contratação de serviços de neuropediatra. Informou que a procura por atendimento especializado nessa área tem aumentado significativamente no município e que, atualmente, existe contrato vigente com prestador de serviços contemplando 720 consultas anuais, quantitativo que se mostra insuficiente para atender à demanda existente. Esclareceu que o município possui, atualmente, uma fila de espera de aproximadamente 546 pacientes, considerando tanto os casos de primeira consulta quanto os retornos, o que evidencia a necessidade de ampliação da oferta do serviço. Informou ainda que o novo Processo Licitatório um aumento de contratação das consultas anuais, visando

reduzir o tempo de espera, ampliar o acesso da população ao atendimento especializado e garantir maior continuidade do cuidado aos pacientes. Destacou que o valor estimado para a contratação ainda não foi definido, tendo em vista a necessidade de realização de pesquisa de preços para subsidiar a elaboração do processo licitatório. Após a apresentação e os esclarecimentos prestados, a abertura do Processo Licitatório foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Item IV da ordem do dia – Apreciação das Notas Técnicas publicadas pelo Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI): o presidente do Conselho, Sra. Jose Antonio de Lima, fez uso da palavra para dar conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde sobre as Notas Técnicas publicadas pelo Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI) durante o mês de junho de 2026. Na oportunidade, foram apresentadas e apreciadas as Notas Técnicas referentes aos seguintes temas: Fortalecimento da vacinação em ambiente escolar; Vigilância da segurança das vacinas; Implantação da vacina Pneumocócica Conjugada 20-valente (PCV20); e Aperfeiçoamento dos indicadores de cobertura vacinal. A Secretária destacou a importância do conhecimento e acompanhamento das orientações técnicas emitidas pelo DPNI, especialmente quanto às estratégias de ampliação das coberturas vacinais, à segurança dos imunobiológicos e ao aprimoramento das ações de vacinação no âmbito municipal. A Enfermeira responsável pela Vigilância Epidemiológica, Sr. Lilian Ohara informa a todos sobre a campanha de multivacinação que será realizada nesse sábado nas unidades básicas de saúde e explica sobre a importância da vacinação em crianças e adultos. Não havendo mais nada a se tratar e tendo sido cumprida a ordem do dia, o Sr. presidente José Antônio de Lima encerrou a reunião ordinária às 16:30 horas. Goioerê/PR, 19 de agosto de 2026.

JACQUELINE TONELLI LOPES	
GISELE KLOSTER	
CASSIA T. GASQUE GERMANO	
ELISANGELA T. RAFAEL DA SILVA	
PRISCILA ROSANE FERREIRA SILVA	
LILIAN ANDREZA OHARA	
JOSE TORRES DA SILVA	
LOURIVAL SZEWCZUK	
JOSE ANTONIO DE LIMA	
ISMAEL SILVA CRUZ	
GRAZIELA G. PAREJA	

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:DFF07444

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.945/2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, AS ÁREAS DE TERRAS ESPECIFICADAS NO ART. 1º, DESTE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com o disposto no art. 2º, 5º, Letras "e" e "h", e 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e a vista do contido no Ofício nº 12/2024-GPONO da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição da Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, as áreas de terras abaixo descritas, destinadas à implantada a Faixa de Servidão Administrativa de Passagem do Interceptor de Esgoto - Penitenciária, empreendimento de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES de Goioerê, bem como as benfeitorias que possam sobre as mesmas existirem, com fulcro nos Arts. 2º, 5º, "E" e "H", e 6º, do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956:

I. Codificação: **002-SES 0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIOERE-R2**
Proprietário: **JURANDIR ALVES MARTINS FILHO E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 36.988** - 1º OFÍCIO
Imóvel: **PARTE B, DESMEMBRADA DA PARTE C, DA SUBDIVISÃO DA FAZENDA BANDEIRANTES I (PARTE II), DA GLEBA Nº 14-1ª PARTE, DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Incra: **951.080.935.549-8**
Área Atingida: **822,30 m²** Extensão: **274,10 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-S4, de coordenadas N: 7.323.014,391 m e E: 297.532,342 m; deste segue com azimute de27°24'12" e distância de 35,96 m, até o vértice PV-076, de coordenadas N: 7.323.046,311 m e E: 297.548,891 m; deste segue com azimute de15°40'23" e distância de 100,00 m, até o vértice PV-077, de coordenadas N: 7.323.142,593 m e E: 297.575,905 m; deste segue com azimute de11°04'35" e distância de 97,80 m, até o vértice PV-078, de coordenadas N: 7.323.238,572 m e E: 297.594,695 m; deste segue com azimute de16°22'40" e distância de 40,34 m, até o vértice EST-S5, de coordenadas N: 7.323.277,276 m e E: 297.606,070 m, perfazendo uma extensão total de 274,10 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 822,30 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, 25 de maio de 2026

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 - PR

II. Codificação: **002-SES 0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIOERE-R2**
Proprietário: **JURANDIR ALVES MARTINS FILHO E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO – PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 36.989 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **PARTE C, DESMEMBRADA DA PARTE C, DA SUBDIVISÃO DA FAZENDA BANDEIRANTES I (PARTE II), DA GLEBA Nº 14-1ª PARTE, DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Incra: **951.080.935.549-8**
Área Atingida: **1.337,34 m²** Extensão: **445,78 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-S2, de coordenadas N: 7.322.551,962 m e E: 296.981,498 m; deste segue com azimute de77°32'32" e distância de 35,67 m, até o vértice PV-068, de coordenadas N: 7.322.559,656 m e E: 297.016,324 m; deste segue com azimute de53°07'27" e distância de 94,30 m, até o vértice PV-069, de coordenadas N: 7.322.616,244 m e E: 297.091,758 m; deste segue com azimute de52°53'53" e distância de 100,05 m, até o vértice PV-070, de coordenadas N: 7.322.676,598 m e E: 297.171,554 m; deste segue com azimute de56°38'33" e distância de 99,85 m, até o vértice PV-071, de coordenadas N: 7.322.731,501 m e E: 297.254,954 m; deste segue com azimute de58°03'46" e distância de 98,05 m, até o vértice PV-072, de coordenadas N: 7.322.783,369 m e E: 297.338,162 m; deste segue com azimute de51°34'06" e distância de 17,86 m, até o vértice EST-S3, de coordenadas N: 7.322.794,470 m e E: 297.352,154

m, perfazendo uma extensão total de 445,78 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 1.337,34 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, 25 de maio de 2026

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 - PR

III. Codificação: **002-SES 0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIOERE-RKRUK**
Proprietário: **JURANDIR ALVES MARTINS FILHO E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO – PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 36.987 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **PARTE A, DESMEMBRADA DA PARTE C, DA SUBDIVISÃO DA FAZENDA BANDEIRANTES I (PARTE II), DA GLEBA Nº 14-1ª PARTE, DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Incra: **951.080.935.549-8**
Área Atingida: **859,47 m²** Extensão: **286,49 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-S3, de coordenadas N: 7.322.794,470 m e E: 297.352,154 m; deste segue com azimute de51°34'06" e distância de 23,19 m, até o vértice PV-073, de coordenadas N: 7.322.808,884 m e E: 297.370,319 m; deste segue com azimute de43°26'36" e distância de 99,45 m, até o vértice PV-074, de coordenadas N: 7.322.881,091 m e E: 297.438,704 m; deste segue com azimute de40°00'30" e distância de 99,80 m, até o vértice PV-075, de coordenadas N: 7.322.957,532 m e E: 297.502,866 m; deste segue com azimute de27°24'12" e distância de 64,05 m, até o vértice EST-S4, de coordenadas N: 7.323.014,391 m e E: 297.532,342 m, perfazendo uma extensão total de 286,49 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 859,47 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.
Curitiba, 25 de maio de 2026

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 - PR

IV. Codificação: **003-SES-0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIORE-RKRUK**
Proprietário: **MAURÍLIO BARBOSA E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 1.167 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE Nº 9-B, DESTACADO DO LOTE Nº 03, DA GLEBA Nº 14 - 1ª PARTE DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Incra: **719.080.019.224-0**
Área Atingida: **117,00 m²** Extensão: **39,00 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-R, de coordenadas N: 7.322.539,754 m e E: 296.922,169 m; deste segue com azimute de78°38'02" e distância de 39,00 m, até o vérticeEST-S, de coordenadas N: 7.322.547,439 m e E: 296.960,400 m, perfazendo uma extensão total de 39,00 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 117,00 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, outubro de 2024

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 - PR

V. Codificação: **004-SES-0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIORE-RKRUK**
Proprietário: **MAURÍLIO BARBOSA E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 3.472 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE Nº 9-A, DESTACADO DO LOTE Nº 03, GLEBA Nº 14 - 1ª PARTE DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Incra: **719.080.019.224-0**
Área Atingida: **256,02 m²** Extensão: **85,34 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-Q, de coordenadas N: 7.322.517,984 m e E: 296.839,677 m; deste segue com azimute de74°24'05" e distância de 1,64 m, até o vérticePV-065, de coordenadas N: 7.322.518,426 m e E: 296.841,260 m, deste segue com azimute de74°21'46" e distância de 66,65 m, até o vérticePV-066, de coordenadas N: 7.322.536,391 m e E: 296.905,443 m, deste segue com azimute de78°38'13" e distância de 17,05 m, até o vérticeEST-R, de coordenadas N: 7.322.539,751 m e E: 296.922,159 m, perfazendo uma extensão total de 85,34 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 256,02 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, outubro de 2024

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 - PR

VI. Codificação: **008-SES-0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIORE-RKRUK**
Proprietário: **HELDER DE MOURA VILLELA E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 13.761 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE B, SUBDIVISÃO DO LOTE RURAL CONSTITUIDO PELA UNIFICAÇÃO DOS LOTES N° 06/06A/07, DESTACADOS LOTES N°s 03 E 02/A DA GLÉBA N°14-1ª PARTE DA COLÔNIA GOIOERÊ**

Área Atingida: **603,12 m²** Extensão: **201,04 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-M, de coordenadas N: 7.322.197,922 m e E: 296.170,845 m; deste segue com azimute de42°23'30" e distância de 01,55 m, até o vérticePV-056, de coordenadas N: 7.322.199,063 m e E: 296.171,887 m, deste segue com azimute de46°02'48" e distância de 79,68 m, até o vérticePV-057, de coordenadas N: 7.322.254,369 m e E: 296.229,251 m, deste segue com azimute de46°38'51" e distância de 75,95 m, até o vérticePV-058, de coordenadas N: 7.322.306,508 m e E: 296.284,478 m, deste segue com azimute de91°45'48" e distância de 43,86 m, até o vérticeEST-N, de coordenadas N: 7.322.305,158 m e E: 296.328,313 m, perfazendo uma extensão total de 201,04 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 603,12 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, outubro de 2024

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 – PR

VII. Codificação: **009-SES-0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIORE-RKRUK**
Proprietário: **PEDRO MARTINEZ FILHO OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 13.760 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE A, SUBDIVISÃO DO LOTE RURAL CONSTITUIDO PELA UNIFICAÇÃO DOS LOTES Nº 06/06A/07, DESTACADOS DO LOTES N°S 03 E 02/A DA GLÉBA N° 14 - 1° PARTE DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Área Atingida: **698,61 m²** Extensão: **232,87 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-L, de coordenadas N: 7.322.041,018 m e E: 296.003,230 m; deste segue com azimute de77°14'33" e distância de 01,91 m, até o vértice PV-053, de coordenadas N: 7.322.041,439 m e E: 296.005,091 m, deste segue com azimute de62°27'36" e distância de 59,50 m, até o vérticePV-054, de coordenadas N: 7.322.068,950 m e E: 296.057,849 m, deste segue com azimute de40°57'47" e distância de 80,00 m, até o vértice PV-055, de coordenadas N: 7.322.129,361 m e E: 296.110,295 m, deste segue com azimute de41°26'53" e distância de 91,46 m, até o vérticeEST-M, de coordenadas N: 7.322.197,919 m e E: 296.170,839 m, perfazendo uma extensão total de 232,87 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 698,61 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, outubro de 2024

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 – PR

VIII. Codificação: **018-SES-0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIORE-RKRUK**
Proprietário: **FRANCISCO SCARPARI NETO E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 21.657 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE 19-C-1-B DA SUBDIVISÃO DA ÁREA REMANESCENTE DO LOTE RURAL CONSTITUÍDO PELO LOTE Nº 19-C-1 DESTACADO DO LOTE Nº 19-C, DA SUBDIVISÃO DO LOTE N° 9-REM, FORMADO PELO CONJUNTO DE CHÁCARAS Nº S 135 Á 152,158,93,94 E 95; LOTE Nº17 - REM, DA GLEBA Nº 12-1ª PARTE DA COLÔNIA GOIOERÊ.**
Área Atingida: **5.155,29 m²** Extensão: **1.718,43 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-A, de coordenadas N: 7.322.300.019 m e E: 293.076.004 m; deste segue com azimute de134°04'03" e distância de 00,92 m, até o vérticePV-010, de coordenadas N: 7.322.299.364 m e E: 293.076.681 m, deste segue com azimute de134°04'03" e distância de 57,21 m, até o vérticePV-011, de coordenadas N: 7.322.259,573 m e E: 293.117,789 m, deste segue com azimute de137°58'04" e distância de 30,20 m, até o vérticePV-012, de coordenadas N: 7.322.237,141 m e E: 293.138,009 m, deste segue com azimute de135°34'25" e distância de 103,30 m, até o vérticePV-013, de coordenadas N: 7.322.163,369 m e E: 293.210,318 m, deste segue com azimute de138°08'35" e distância de 96,10 m, até o vértice PV-014, de coordenadas N: 7.322.091,792 m e E: 293.274,443 m, deste segue com azimute de164°17'59" e distância de 95,15 m, até o vérticePV-015, de coordenadas N: 7.322.000,192 m e E: 293.300,191 m, deste segue com azimute de132°57'48" e distância de 39,05 m, até o vérticePV-016, de coordenadas N: 7.321.973,579 m e E: 293.328,767 m, deste segue com azimute de167°03'20" e distância de 25,70 m, até o vérticePV-017, de coordenadas N: 7.321.948,532 m e E: 293.334,524 m, deste segue com azimute de89°32'58" e distância de 44,65 m, até o vérticePV-018, de coordenadas N: 7.321.948,883 m e E: 293.379,173 m, deste segue com azimute de103°30'03" e distância de 39,10 m, até o vérticePV-019, de coordenadas N: 7.321.939,755 m e E: 293.417,193 m, deste segue com azimute de67°01'23" e distância de 96,40 m, até o vérticePV-20A, de coordenadas N: 7.321.977,385 m e E: 293.505,944 m, deste segue com azimute de90°37'40" e distância de 105,15 m, até o vérticePV-21A, de coordenadas N: 7.321.976,233 m e E: 293.611,088 m, deste segue com azimute de96°58'21" e distância de 101,45 m, até o vérticePV-22A, de coordenadas N: 7.321.969,918 m e E: 293.711,788 m, deste segue com azimute de106°05'54" e distância de 100,30 m, até o vérticePV-023, de coordenadas N: 7.321.939,106 m e E: 293.808,155 m, deste segue com azimute de109°55'04" e distância de 100,00 m, até o vérticePV-024, de coordenadas N: 7.321.902,039 m e E: 293.902,173 m, deste segue com azimute de115°54'06" e distância de 100,60 m, até o vérticePV-025, de coordenadas N: 7.321.858,094 m e E: 293.992,667 m, deste segue com azimute de116°09'11" e distância de 98,95 m, até o vértice PV-026, de coordenadas N: 7.321.814,479 m e E: 294.081,487 m, deste segue com azimute de112°40'26" e distância de 97,75 m, até o vérticePV-027, de coordenadas N: 7.321.776,798 m e E: 294.171,682 m, deste segue com azimute de121°43'54" e distância de 99,60 m, até o vérticePV-028, de coordenadas N: 7.321.724,414 m e E: 294.256,394 m, deste segue com azimute de112°09'56" e distância de 99,60 m, até o vérticePV-029, de coordenadas N: 7.321.686,837 m e E: 294.348,633 m, deste segue com azimute de113°52'10" e distância de 102,25 m, até o vérticePV-030, de coordenadas N: 7.321.645,461 m e E: 294.442,137 m, deste segue com azimute de103°42'21" e distância de 80,00 m, até o vérticePV-30A, de coordenadas N: 7.321.626,506 m e E: 294.519,859 m, deste segue com azimute de103°42'21" e distância de 05,00 m, até o vérticeEST-B, de coordenadas N: 7.321.625,321 m e E: 294.524,717 m, até o perfazendo uma extensão total de 1.718,43 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 5.155,29 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e

encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, outubro de 2024

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 – PR

IX. Codificação: **011-SES-0105-9256-LEGA-MD-0000INT01GOIORE-RKRUK**
Proprietário: **ADOLFO PIOVEZAN OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO INTERCEPTADOR DE ESGOTO - PENITENCIÁRIA**
Município: **GOIOERÊ / PR**
Comarca: **GOIOERÊ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRIC. Nº 4.040 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE Nº 5-A, DESTACADO DO LOTE Nº 03, DA GLEBA 14 - 1ª PARTE DA COLÔNIA GOIOERÊ**
Incra: **719.080.008.931-0**
Área Atingida: **455,61 m²** Extensão: **151,87 m** Largura: **3,00 m**

DESCRIÇÃO
Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice EST-J, de coordenadas N: 7.321.949,210 m e E: 295.745,615 m; deste segue com azimute de88°54'47" e distância de 02,66 m, até o vérticePV-048, de coordenadas N: 7.321.949,260 m e E: 295.745,272 m, deste segue com azimute de38°39'33" e distância de 43,80 m, até o vérticePV-49A, de coordenadas N: 7.321.983,463 m e E: 295.772,633 m, deste segue com azimute de75°52'35" e distância de 93,75 m, até o vértice PV-50A, de coordenadas N: 7.322.006,339 m e E: 295.863,550 m, deste segue com azimute de84°05'33" e distância de 11,66 m, até o vérticeEST-K, de coordenadas N: 7.322.007,539 m e E: 295.875,144 m, perfazendo uma extensão total de 151,87 m, com uma largura de 3,00 m, e uma área de atingimento de 455,61 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, outubro de 2024

Responsável Técnico
PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D
ART Nº 1720260960997 – PR

Art. 2º – **-** Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da Servidão Administrativa, nas áreas de terras descritas no Art. 1º, deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 3º – Fica reconhecida a conveniência da constituição de Servidão Administrativa, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, ficando-lhe assegurado o direito, atribuído à Empresa, de praticar todos os atos de reconhecimento e medição das áreas de terras descritas no Art. 1º, deste Decreto.

Art. 4º – O proprietário, das áreas atingidas pelo ônus da Servidão Administrativa, limitará o uso e gozo, das mesmas, ao que for compatível com a existência de Servidão Administrativa, abstendo-se, consequentemente, de praticar, dentro das referidas áreas, quaisquer atos que causem danos às mesmas, incluídos, entre eles, os de erguer construções, fazer plantações de grande porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 5º – A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o Art. 15 do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º - O ônus, decorrente da constituição da Servidão Administrativa, das áreas de terras a que se refere o Art. 1º, deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL *"14 DE DEZEMBRO"*.
Goioerê – Paraná, 20 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:F94DC3F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 501/2026

Institui horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor, para prestar serviços em regime suplementar de 20 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024, no período de 03/08/2026 a 18/12/2026.

Nome do servidor:	Escola:
Mayara Layssa de Oliveira	Esc. Mun. Cívico Militar Ladislau Schicorski
Nicole Maria de Jesus Ferreira	Esc. Mun. José Jesus Cavalcante

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 03 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:1A494711

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 528/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 19 de agosto de 2026, o servidor público municipal BRUNO NECESIO SOUZA E SILVA, do cargo em comissão de Diretor de Departamento Agropecuário, com

admissão em 10 de janeiro de 2025, nomeado por meio da Portaria nº 055/2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 20 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:23001095

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 529/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, ANIRLEIA DE OLIVEIRA DE PAULA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, exercendo o cargo em comissão de Assessor Especial de Políticas Públicas para Mulheres, Infância, Juventude e Desenvolvimento Humano, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 26/08/2026 a 04/09/2026, referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 20 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:CD3857BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 530/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 24 de agosto de 2026, a senhora ANA CLARA GHIOTTO, portadora do RG. nº.: 9.907.903-7 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento Agropecuário, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hidricos, percebendo seus vencimentos pelo CC-04, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 20 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:BA2BA3F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 531/2026

EXONERA DE CARGO EM COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 21 de agosto de 2026, o servidor público municipal LUIZ FELIPE DA SILVA CRISTO do cargo de Chefe de Divisão de Promoção e Eventos Culturais, nomeado por meio da Portaria nº 113/2025 de 20 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 20 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:6D742E4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 178/2.026

Pregão nº 32/2026

O **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CAFÉ VO DORA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 80.367.303/0001-86, situada na Avenida Daniel Portela nº 867, Centro, CEP 87.360-180, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **RENATO ONOFRE DA ROSA**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
5	C	200	SALGADINHO ASSADO (CENTO). Pesando aproximadamente 25gramas cada, recheios de carne, frango, presunto ou queijo. Deverá ser entregue em embalagem individual composto por 100 unidades. Etiquetados com a procedência, ingredientes, peso e prazo de validade.	CAFÉ VO DORA	142,98
6	C	250	SALGADINHO FRITO DE MASSA COZIDA (CENTO) Pesando aproximadamente 25gramas cada, recheio de carne, frango, presunto ou queijo. Deverá ser entregue em embalagem individual composto por 100 unidades. Etiquetados com a procedência, ingredientes, peso e prazo de validade.	CAFÉ VO DORA	99,00

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

RENATO ONOFRE DA ROSA
Café Vó Dora LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:943251C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 99/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ.
Contratada: NORIVAL DE MOURA.
Oferta ao Poder Concedente: R$ 301.000,00
Vigência: 05 (cinco) anos, contados da assinatura deste termo
Início (vigência): 20/08/2026 Fim (vigência): 20/08/2031
Concorrência: 12/2026.
Objeto da Contratação: Concessão onerosa à 01 (uma) pessoa jurídica para a execução e gestão dos serviços funerários de competência privativa do Município de Goioerê/PR, compreendendo o transporte funerário, o fornecimento de urnas, a preparação e ornamentação de corpos, a organização de cerimônias fúnebres e os demais serviços constantes da Tabela do Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços Funerários do Estado do Paraná – SESFEPAR, observadas a legislação municipal, as normas sanitárias e ambientais aplicáveis e os padrões de qualidade estabelecidos pelo Poder Público. Além do pagamento do valor da outorga ofertado na licitação a concessionária deverá praticar desconto linear de 20% (vinte por cento) sobre os valores constantes da Tabela SESFEPAR vigente durante toda a execução contratual, bem como realizar a construção de Capela Mortuária, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Goioerê/PR, 13 de Agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

NORIVAL DE MOURA
Norival de Moura

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:4617A2D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 149/2026
HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento, entrega, montagem e instalação de móveis planejados sob medida, destinados à Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher no Município de Goioerê/PR, conforme especificações, quantidades e características técnicas previstas no Projeto Técnico de Mobiliário (Anexo I), em consonância com as diretrizes estabelecidas na Deliberação nº 015/2025–CEDM/PR.
CONTRATADO: SEVIT.MARCENARIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 40.090,00
20/08/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:1371C424

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.946/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 191.358,27 (cento e noventa e um mil e trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$5.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$96.358,27
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	96.358,27
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.2290-3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2059-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$60.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.9.2298-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.9.2288-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$96.358,27
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	96.358,27
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.9.1202-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$60.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 20 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:8F0F8730

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	20/08/2026	R$ 138.273,07
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FPM	20/08/2026	R$ 489.095,58
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	ITR	20/08/2006	R$ 5.658,08
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUS	20/08/2026	R$ 76.453,91
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	IPM	20/08/2026	R$ 11.951,36
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUNDEB	20/08/2026	R$ 69.261,56
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	20/08/2026	R$ 17.462,69

Goioerê, 20 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:07091CBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECISÃO ADMINISTRATIVA REVOGAR DISPENSA 34 2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Dispensa Eletrônica nº 34/2026 - Processo Administrativo nº 73/2026

Trata-se da Dispensa Eletrônica nº 34/2026, instaurada para a contratação de empresa especializada na implantação e disponibilização de PABX virtual em nuvem e telefonia fixa digital, com fornecimento ou disponibilização de equipamentos, instalação, configuração, treinamento, manutenção e suporte técnico.
Após a reavaliação dos documentos que instruem o processo e o confronto do objeto com a necessidade atual da Administração, verificou-se que a solução pretendida necessita de ajustes e complementações para contemplar, de maneira adequada, todos os itens, equipamentos, serviços e condições técnicas indispensáveis ao correto funcionamento do sistema, especialmente quanto à manutenção, ao suporte e à assistência técnica.
A definição superveniente desses requisitos repercute no dimensionamento da solução, na formação dos preços e nas obrigações do futuro contratado. Desse modo, o prosseguimento do procedimento nos moldes atuais não se mostra conveniente nem adequado ao interesse público, sendo necessário refazer o planejamento e promover nova contratação com especificações completas e compatíveis com a efetiva necessidade administrativa.
Considerando que foi assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme registro constante dos autos; e com fundamento no art. 71, inciso II e §§ 2º a 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, DECIDO:
1. REVOGAR a Dispensa Eletrônica nº 34/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 73/2026, por razões de conveniência e oportunidade decorrentes da reavaliação superveniente da necessidade administrativa.
2. DETERMINAR o retorno dos autos ao setor requisitante e à equipe de planejamento para revisão e complementação dos documentos preparatórios, inclusive do Documento de Formalização de Demanda, do Estudo Técnico Preliminar, quando cabível, do Termo de Referência, da análise de riscos e da pesquisa de preços.
3. DETERMINAR que o novo planejamento identifique todos os itens, equipamentos, quantitativos, funcionalidades e condições de instalação, manutenção, suporte e assistência técnica necessários ao adequado funcionamento da solução.
4. DETERMINAR, concluídos os ajustes, a instauração de novo procedimento de contratação, com nova divulgação e plena oportunidade de participação aos interessados.
5. DETERMINAR a publicação desta decisão nos mesmos meios utilizados para divulgação da contratação e o arquivamento do procedimento atual após o cumprimento das providências cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Cientifiquem-se os interessados. Cumpra-se.
Goioxim/PR, 20/08/2026

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:1E0D8011

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 102/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 102/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 26/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA CNPJ sob n.º 36.445.798/0001-22 ENDEREÇO: R JORGE ALVES RIBEIRO, 1750 BARRACAO 06 - CEP: 85055040 - BAIRRO: IMOVEL MORRO ALTO EMAIL: faturamento@mouraopneus.com.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS UTILIZADOS EM CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS PESADAS E DEMAIS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL..

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 468.160,00

DATA DA ASSINATURA: 19/08/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 20/08/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:93409DA8

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 186 DE 20 DE AGOSTO DE 2026, EVERSON FERREIRA BASTOS.

PORTARIA Nº 186 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) EVERSON FERREIRA BASTOS, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias, a contar de 10 de agosto de 2026, ao servidor(a) EVERSON FERREIRA BASTOS, ocupante do cargo de Assessor da Divisão de manutenção de Estradas Rurais, matricula funcional nº 138077, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º. - Esta portaria tem efeitos retroativos a contar de **10 de agosto de 2026**, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 20 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:3E435E84

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERMO DE FOMENTO Nº 001/2026 – FMDCA

Termo de Fomento que celebram o Município do Goioxim, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e a Associação Manoel Lacerda Cardoso Vieira

O MUNICÍPIO DE GOIOXIM, entidade jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.607.627/0001-78 com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor **EDER DOS SANTOS** por meio do **FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA**, fundo público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 25.117.426/0001-50, com sede na Rua: Sete de Setembro n° 165, Município de Goioxim neste ato representado pela presidente, Sra. **JOSIANE LOURENÇA** – CPF nº 082.989.169-21, o **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA**, na condição de interessado representado neste ato pela presidente Sra. Leila Fátima Pelozo Cagnini e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO MANOEL LACERDA CARDOSO VIEIRA**, inscrita no CNPJ nº 33.680.502/0001-60, neste ato representada por seu Presidente o Sr. **MARCELO PODOLAN LACERDA VIEIRA**, inscrito no RG nº 4.148.442-0 e o CPF nº 772.337.359-72 de ora em diante denominados somente MUNICÍPIO/Concedente e ENTIDADE/Tomadora, respectivamente, partes que resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E METAS

O presente Termo de Fomento tem por objetivo:

MUNICÍPIO/Concedente: Cofinanciar entidades e organizações de assistência social – aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, desenvolvem **atividades** e prestam acompanhamento aos beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social, e suas alterações), bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Executando o recurso nas despesas de custeio, consumo e de pessoal, de ações e no investimento em equipamentos.

ENTIDADE/Tomadora: Realizar **atividades** de atendimento através de serviços, programas e projetos de assistência social de caráter continuado nos níveis de proteção social básica e proteção especial média e alta complexidade, seguindo o que prevê a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/Resolução 109 de novembro de 2009/CNAS

Parágrafo 1º: O Plano prevê: "A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Crianças e adolescentes, em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, para atender 100 crianças e adolescentes, bem como a seus familiares e/ou cuidadores, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

O **MUNICÍPIO**/Concedente repassará a **ASSOCIAÇÃO MANOEL LACERDA CARDOSO VIEIRA** o valor de R$ R$ 93.390,06 (noventa e três mil, trezentos e noventa reais e seis centavos) - Recurso FMDCA – repasse – sendo liberado em parcelas conforme cronograma de desembolso apresentado no Plano de Trabalho.

Parágrafo 1º: Para receber o repasse a **ENTIDADE/**Tomadora deverá: Apresentar Recibo de Pagamento mensal com as Certidões Negativas constantes no Art. 3º da IN 61/2011-TCE
-PR e registrar todas as informações mensais necessárias no Sistema Integrado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – SIT.

Parágrafo 2º: A parcela remuneratória especificada nesta cláusula deverá ser depositada e movimentada no **Banco Caixa Econômica Federal – Conta nº 572110692-8 Agência 1292 OPERAÇÃO: 4315 ,** Goioxim – Paraná, conta específica para este Termo de Fomento, os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo 3º: A **ENTIDADE**/Tomadora deve permitir o livre acesso dos agentes da administração pública do **MUNICÍPIO**/Concedente, do controle interno e do tribunal de contas correspondentes ao processo nas dependências da mesma, bem como nos documentos e comprovantes financeiros desta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação oficial. Podendo ser aditado conforme preconizado no Decreto 29/2024, de acordo com a solicitação da entidade, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto e interesse da Administração.

Parágrafo único: A prorrogação de ofício da vigência do termo de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

As despesas oriundas deste contrato serão atendidas por conta da dotação Orçamentária nº 11.002.08.243.0011.2052 – Demais

Entidades do Terceiro Setor. É única e exclusivamente responsabilidade da ENTIDADE/Tomadora o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de pessoal e de consumo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas acontecerá bimestralmente e ainda haverá uma prestação de contas final onde a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano. Esta prestação de conta é relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;
Relatório de Execução Físico-Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
Notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da Organização da Sociedade Civil;
Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da Parceria;
Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;
Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
Lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso.

Parágrafo 1º: Para o recebimento das parcelas previstas no cronograma de desembolso, a entidade deverá manter atualizadas as informações e documentos necessários à execução da parceria, apresentando a prestação de contas referente ao período executado conforme a periodicidade bimestral estabelecida neste Termo e no Plano de Trabalho, sob pena de suspensão do repasse em caso de ausência da prestação de contas ou irregularidades não sanadas.

Parágrafo 2º: O Gestor da Parceria, nomeado neste termo, com o apoio dos setores técnicos competentes e com base nos relatórios produzidos no período, emitirá um parecer técnico para cada prestação de contas apresentada, parcial ou não. A análise da Prestação de Contas Final levará em conta os documentos apresentados e constitui-se das seguintes etapas:

Análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atendimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;
Análise financeira: conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas apresentadas e a execução do objeto da Parceria, bem como entre as despesas e os débitos efetuados na conta-corrente que recebeu recursos para a execução da parceria.

Parágrafo 3º: A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

Relatório de visita técnica **in loco** eventualmente realizada durante a execução da parceria;
Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.
O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

Parágrafo 4º: No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Parágrafo 5º: Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

Parágrafo 6º: Somente serão aceitos os documentos comprobatórios das despesas que estiverem de acordo com a legislação fiscal. (Ex: nota fiscal, avisos de débitos bancários, etc).

A ENTIDADE/Tomadora deverá disponibilizar para a execução do Termo de Fomento as instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional necessárias ao desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e ao cumprimento das metas estabelecidas, bem como deverá prestar contas ao MUNICÍPIO/Concedente dos recursos recebidos, com periodicidade bimestral, incluindo as informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT, de acordo com as exigências contidas na Resolução nº 028/2011 e nas Normativas nº 61/2011 e nº 68/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A administração pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

Parágrafo 1º: Para a implementação do disposto no **caput**, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Parágrafo 2º: Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Parágrafo 3º: Para a implementação do disposto no parágrafo 2o, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Parágrafo 4º: A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

Parágrafo 5º: O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Parágrafo 6º: No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências das leis das transferências voluntárias.

Parágrafo 7º: Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo.

Parágrafo 8º: As parcerias de que trata esta Lei estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social, previstos na legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA – GESTOR DA PARCERIA

O MUNICÍPIO/Concedente terá como Gestora da Parceria a Sra. Angela Fabiane Cagnini, matrícula nº 93291, RG nº 10.349.472-9 e CPF nº 080.423.159-10, competindo-lhe o acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Termo de Fomento e do respectivo Plano de Trabalho, mediante realização de visitas técnicas, emissão de relatórios e demais atos necessários à verificação da correta aplicação dos recursos públicos transferidos, bem como o acompanhamento dos registros da ENTIDADE/Tomadora no SIT – Sistema Integrado de Transferências.

Parágrafo único: São obrigações da Gestora da Parceria, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – Informar à autoridade administrativa competente a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como indícios de irregularidades na aplicação dos recursos, indicando as providências adotadas ou que serão adotadas para saneamento das inconsistências verificadas;

III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com fundamento no relatório técnico de monitoramento e avaliação;

IV – Disponibilizar, quando necessário, materiais e equipamentos tecnológicos indispensáveis às atividades de monitoramento e fiscalização da parceria.

CLÁUSULA OITAVA – COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento, avaliação e homologação dos relatórios técnicos referentes à execução da parceria celebrada, visando ao aprimoramento dos procedimentos administrativos, à padronização de entendimentos, à solução de controvérsias e ao controle dos resultados pactuados.

A Comissão atuará com independência em relação à Gestora da Parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014. Ficam nomeadas para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação as seguintes servidoras:

I – Josiane Lourença;

II – Andressa Lange;

III – Emanuelle Maria Ida de Oliveira;

IV- Jaqueline Souza dos Santos;

VII- Andressa Pedroso.

CLÁUSULA NONA– DA PUBLICAÇÃO

O **MUNICÍPIO**/concedente providenciará a publicação deste instrumento no prazo e na forma da Lei no Boletim Oficial do Município. E somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PLANO DE TRABALHO

Constará como anexo deste termo de fomento o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

Este TERMO DE FOMENTO poderá ser rescindido automaticamente independente da formalização de instrumento, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo, atestado pela fiscal;

A não execução do objeto pactuado.

Parágrafo 1º: A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, atendendo as condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades constantes neste TERMO DE FOMENTO, sendo o prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias;

Parágrafo 2°: Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

Advertência;

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo 1º: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário de Assistência e desenvolvimento Social, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

Parágrafo 2º: Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

Parágrafo 3º: A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Parágrafo 4º: A inexecução total ou parcial do objeto deste Termo por parte da **ENTIDADE**/Tomadora a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

Parágrafo 5º: As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor ao administrador público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:
Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos;
Consumo e custeio, conforme previsto no Plano de Trabalho, para pagamento de despesas de consumo de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações. Ainda, poderá ser utilizado para custear material para oficinas. Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do termo de parceria serão inalienáveis e a entidade deverá formalizar a promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de não desenvolver mais atividades relacionadas ao objeto pactuado no termo de parceria e/ou se houver a extinção da entidade.

Parágrafo 1º: É de responsabilidade exclusiva ENTIDADE/Tomadora o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO/Concedente pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

Parágrafo 2º: Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo 3º: As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria, conforme artigo
48 da Lei 13.019, serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

É obrigatória a restituição pela **ENTIDADE**/Tomadora de eventual saldo de recursos ao **MUNICÍPIO**/concedente na data de encerramento, denúncia ou rescisão deste TERMO DE FOMENTO, conforme abaixo discriminado:

Efetuar em nome **MUNICÍPIO**/Concedente o recolhimento dos saldos ou a devolução de valores não utilizados e os rendimentos financeiros, devidamente atualizados monetariamente de conformidade com a Portaria nº 453/94 do Tribunal de Contas, acrescidos de juros de mora calculados conforme preconizado na Lei Estadual nº 5.615 de 11 de agosto de 1967;
Para proceder à devolução de recursos (saldos, devoluções de valores não aplicados, bem como de rendimentos financeiros) deverão ser solicitadas orientações ao Departamento Financeiro do **MUNICÍPIO**/concedente.

Parágrafo Único: A **ENTIDADE**/Tomadora deverá ainda restituir ao **MUNICÍPIO**/concedente o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:
Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no TERMO DE FOMENTO;
Não for executado o objeto do TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS REMANESCENTES

Para os fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

Parágrafo 1º: Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

Parágrafo 2º: Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

Parágrafo 3º: Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EM CASOS DE OMISSÃO

Nos casos de omissão, deverá ser utilizado a Lei 13.019/2014 e o Decreto 29/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cantagalo Estado do Paraná, como único e competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas da interpretação do presente, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiadas que se apresentem com o que concordam expressamente as partes. Sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da administração pública.

E, por estarem de comum acordo, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.
Goioxim, 20 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSIANE LOURENÇA
Presidente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente– FMDCA

LEILA FÁTIMA PELOZO CAGNINI
Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA

MARCELO PODOLAN LACERDA VIEIRA
Presidente da Associação Manoel Lacerda Cardoso Vieira

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:5C0B33AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE DIÁRIA Nº 15/2026

ATO DE DIÁRIA Nº 15/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente autorizar a emissão de 3 e 1/2 (meia) diárias, equivalente a um valor total de

R$.1.557,96 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, noventa e seis centavos), para cobrir despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana, de acordo com a solicitação em anexo e em conformidade com o que preconiza a Lei 2.062/2018, para viagem do Analista Legislativo de Controle Interno, Sr. SILMAX CORREIA BORGES, à CURITIBA/PR, com saída e retorno no dia 24 de agosto e retorno 28 de agosto de 2026.

MOTIVO DA VIAGEM: Participação da I Semana ProGov de Auditoria Interna - Boas Práticas em Auditoria Interna e Aplicação dos Roteiros de Consistência de Dados (RCD) – de 25 a 28 de agosto de 2026 - Em Curitiba-PR.

Objetivo Geral: A I Semana ProGov de Auditoria Interna tem por objetivo promover o intercâmbio de experiências municipais na aplicação dos Roteiros de Consistência de Dados (RCD) do ProGov, bem como disseminar boas práticas relacionadas ao planejamento, estruturação, execução e monitoramento das atividades de auditoria interna governamental. O evento será estruturado a partir da apresentação de experiências práticas desenvolvidas pelos municípios, seguidas de debates técnicos e compartilhamento de metodologias, instrumentos e modelos utilizados pelas unidades municipais de auditoria interna.

Público-alvo: Controladores Internos.

Guaíra/PR, 20 de agosto de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:39BAAA8E

COMPRAS E LICITAÇÕES
9º AVISO DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 010/2024

OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas no ramo compatível, interessadas na futura contratação para ministrar oficinas de "AULAS DIVERSAS", a saber: ARTES CIRCENSES, ARTESANATO, ATLETISMO, BALLET E JAZZ, BEACH TENNIS, CAPOEIRA, CORAL/CANTO/TÉCNICA, DANÇA, FANFARRA, HIDROGINÁSTICA, INFORMÁTICA, INSTRUMENTOS DE SOPRO, LUTAS - KARATÊ/MUAY THAI/JIU JITSU, SKATE, TEATRO, TÊNIS DE MESA, VIOLA, VIOLÃO e ZUMBA, a serem utilizadas em programas criados e executados pelo Município de Guaíra - Paraná, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n° 696/2025, **torna público** para o conhecimento dos interessados, o 9º RESULTADO da 13° ATA DE JULGAMENTO das empresas declaradas **HABILITADAS** perante o certame. Este aviso será publicado e divulgado através do Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP e através do Sítio Oficial do Município no site www.guaira.pr.gov.br pelo link Chamamento Público.

Habilitada(s):

PROPONENTE:	CNPJ Nº:	MODALIDADES ESCOLHIDAS:	REQUISITOS DO EDITAL:	RESULTADO FASE DE HABILITAÇÃO:
68.074.787 RUTH MACIEL DORILEO DE LIMA	68.074.787/0001-70	CORAL/CANTO/TÉCNICA E VIOLÃO COM FORNECIMENTO DE VIOLÕES	ATENDIDO	HABILITADA

Nos termos do subitem 7.5 do Edital, é concedido aos proponentes o prazo de 03 (três) dias úteis, para interposição de recurso quanto à habilitação.

Publique-se.

Guaíra (PR), em 20 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Comissão de Licitação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:440F1EB8

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 232/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 601/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ARTE MARQUES LTDA, CNPJ nº 35.348.310/0001-86**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (artesanato e teatro), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 601/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, os valores unitários de: **R$ 49,84 (quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)** no **item 2** e **R$ 84,14 (oitenta e quatro reais e quatorze centavos)** no **item 15**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de R$ 509.296,48 (quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para os itens.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:1F5D1F4A

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 158/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada para emissão, validação e fornecimento de certificados digitais e-CPF, tipo A1, padrão ICP-Brasil, com validade de 1 (um) ano, disponibilizados em arquivo digital, sem mídia física, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e setores do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 08/09/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 08/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 08/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 20 de agosto de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:4A7715F6

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 159/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de cercas, pastilhas cerâmicas e caixas d'água, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 04/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 04/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 04/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 20 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:077D1D77

COMPRAS E LICITAÇÕES
ESCLARECIMENTO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – EDITAL Nº 012/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração e da Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e, em especial, às empresas que adquiriram o edital supracitado, o teor do presente Adendo Esclarecedor referente ao Concorrência Eletrônica nº 012/2026, cujo objeto é a Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR, para exploração das atividades especificadas neste Edital e seus anexos.

Por meio deste adendo, esclarecemos os seguintes pontos:

REFERENTE AO ITEM 4.1. ALÍNEA "M" DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 02 DO EDITAL, COMO NOTA EXPLICATIVA (COMPLEMENTO):

Na hipótese de ausência absoluta de outros licitantes interessados ou habilitados para o segundo espaço alimentício, poderá haver a adjudicação de ambos os Itens (01 e 02) à mesma pessoa jurídica.

O presente documento tem caráter exclusivamente esclarecedor e passa a integrar o Edital do Concorrência Eletrônica nº 012/2026. Todas as demais cláusulas e condições do edital e seus anexos permanecem inalteradas, exceto no que divergir do disposto neste documento. A data da sessão pública para o julgamento do certame permanece inalterada.

Dê-se ciência às empresas que adquiriram o edital.
Publique-se.

Guaíra (PR), 20 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:68F8ECBE

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 391/2026

Pregão Eletrônico nº 125/2026
Processo Administrativo nº 207/2026
Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **07.266.803 MARIANGELA ZUCH DE CASTRO,** inscrita no **CNPJ nº 07.266.803/0001-31.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializa-da para prestação de serviços de decoração, ornamentação e locação de materiais (tapete, toa-lha, vaso com flores, balão, cadeiras e outros), para eventos oficiais e culturais realizados pelas Secretarias do Município de Guaíra-PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 263.400,00 (duzentos e sessenta e três mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:68A47568

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 393/2026

Pregão Eletrônico nº 125/2026
Processo Administrativo nº 207/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **I LOURENCO DA SILVA DECORACOES,** inscrita no **CNPJ nº 36.821.529/0001-13.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializa-da para prestação de serviços de decoração, ornamentação e locação de materiais (tapete, toa-lha, vaso com flores, balão, cadeiras e outros), para eventos oficiais e culturais realizados pelas Secretarias do Município de Guaíra-PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 245.300,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:53A8464E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 541/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 391/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 125/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **07.266.803 MARIANGELA ZUCH DE CASTRO,** inscrita no **CNPJ nº 07.266.803/0001-31.**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de decoração, ornamentação e locação de materiais (tapete, toalha, vaso com flores, balão, cadeiras e outros), para eventos oficiais e culturais realizados pelas Secretarias do Município de Guaíra-PR.

Valor Total: R$ 263.400,00 (duzentos e sessenta e três mil e quatrocentos reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:F568956C

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 542/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 393/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 125/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **I LOURENCO DA SILVA DECORACOES,** inscrita no **CNPJ nº 36.821.529/0001-13.**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de decoração, ornamentação e locação de materiais (tapete, toalha, vaso com flores, balão, cadeiras e outros), para eventos oficiais e culturais realizados pelas Secretarias do Município de Guaíra-PR.

Valor Total: R$ 245.300,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:423D9901

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 504/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 125/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 125/2026,** cujo objetivando contratação de empresa especializada para prestação de serviços de decoração, ornamentação e locação de materiais (tapete, toalha, vaso com flores, balão, cadeiras e outros), para eventos oficiais e culturais realizados pelas Secretarias do Município de Guaíra-PR, sendo as empresas vencedoras:

07.266.803 MARIANGELA ZUCH DE CASTRO, inscrita no CNPJ nº 07.266.803/0001-31, vencedora dos itens 1, 2, 6, 7 8, 9, 10, 12 e 13 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 263.400,00 (duzentos e sessenta e três mil e quatrocentos reais).**

I LOURENCO DA SILVA DECORACOES, inscrita no CNPJ nº 36.821.529/0001-13, vencedora dos itens 3, 4, 5 e 11 da Licitação, com valor máximo de **R$ 245.300,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos reais.)**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 19 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:7056305D

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) INFECTANTES, QUÍMICOS E PERFUROCORTANTES, NO HOSPITAL DE RETAGUARDA, UPA TANCREDO NEVES E BASES DO SAMU, no município de Cascavel-PR, por um período de 12 (doze) meses.".

RESULTADO:

Empresa: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA no lote único com valor total de R$ 519.989,17 (quinhentos e dezenove mil e novecentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos).

Cascavel – PR, 20 de agosto de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:1A91090B

PROJUR
DECRETO Nº 401/2026 DATA: 20.08.2026 EMENTA: CONVERSÃO DE DEMISSÃO PARA EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº 379/2018;

Considerando o Decreto Municipal nº 232/2022, de 28 de julho de 2022, que aplicou ao Sr. **MARCOS RIGOLON**, matrícula funcional nº 29289-7, então ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, a penalidade de demissão, com desligamento em 28 de julho de 2022;

Considerando o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos nº **0003106-16.2022.8.16.0086**, que reconheceu a ocorrência de *bis in idem* e *reformatio in pejus* e declarou a nulidade dos atos administrativos que ensejaram a aplicação da penalidade de demissão aos autores, dentre eles Marcos Rigolon;

Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial e a consequente obrigatoriedade de seu integral cumprimento pela Administração Pública;

Considerando a Decisão Administrativa proferida no Processo Administrativo nº **27851/2026**, que reconheceu o dever da Administração de cumprir integralmente a decisão judicial e determinou a atualização dos assentamentos funcionais do interessado;

Considerando que a decisão judicial alcança especificamente a penalidade de demissão aplicada em decorrência da revisão do Processo Administrativo Disciplinar, retirando-lhe a eficácia jurídica, sem determinar a eliminação do histórico documental do PAD;

Considerando que a nulidade da penalidade de demissão implica a cessação dos efeitos administrativos que tenham como fundamento exclusivo a referida penalidade, devendo os registros funcionais refletir a realidade jurídica decorrente da coisa julgada;

Considerando, por fim, que o cumprimento da decisão judicial não implica reintegração, recondução ou restabelecimento do exercício do cargo em comissão anteriormente ocupado, conforme expressamente consignado na decisão administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica **reconhecida, para fins de cumprimento da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos nº 0003106-16.2022.8.16.0086, a nulidade da penalidade de demissão aplicada ao Sr. MARCOS RIGOLON, matrícula funcional nº 29289-7, por meio do Decreto Municipal nº 232/2022, de 28 de julho de 2022,** exclusivamente quanto aos seus efeitos jurídico-disciplinares.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, **cessam, desde a data de sua aplicação, os efeitos jurídicos e administrativos decorrentes da penalidade de demissão declarada nula,** inclusive quaisquer impedimentos, restrições, registros ou consequências funcionais que tenham como fundamento exclusivo a referida penalidade.

Art. 3º A declaração de nulidade prevista neste Decreto **não importa reintegração, recondução, nomeação, recondução ou restabelecimento do exercício do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde anteriormente ocupado pelo interessado,** tampouco constitui reconhecimento de vínculo funcional atual.

Parágrafo único. Fica preservado o encerramento do exercício do cargo em comissão ocorrido em **28 de julho de 2022**, não se confundindo o término do exercício do cargo comissionado com a penalidade disciplinar de demissão ora declarada nula.

Art. 4º A Diretoria de Pessoal deverá promover as adequações necessárias nos assentamentos funcionais e sistemas corporativos de pessoal, fazendo constar, de forma expressa, que:

"A penalidade de demissão aplicada ao servidor MARCOS RIGOLON, por meio do Decreto Municipal nº 232/2022, no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº 379/2018, foi declarada nula por decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos nº 0003106-16.2022.8.16.0086, deixando de produzir efeitos jurídico-disciplinares e administrativos. "

Art. 5º A declaração de nulidade da penalidade de demissão **não autoriza sua utilização como fundamento para caracterização de impedimento, restrição, desabono funcional ou negativa de futura nomeação, contratação ou investidura**, ressalvadas as condições e requisitos legalmente exigíveis para cada eventual ato futuro.

Parágrafo único. A Administração deverá, nas certidões, declarações ou informações funcionais emitidas acerca do interessado, **não apresentar a demissão objeto deste Decreto como penalidade disciplinar vigente ou válida**, devendo, quando pertinente, informar que a penalidade foi judicialmente declarada nula.

Art. 6º Fica expressamente determinada a **preservação integral do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº 379/2018**, vedada a exclusão, destruição, ocultação ou descaracterização dos documentos que o integram, devendo apenas ser registrada nos respectivos autos a superveniência da decisão judicial e deste Decreto, conforme a decisão administrativa, que determina a preservação integral do PAD e a inclusão da informação sobre a decisão judicial.

Art. 7º O disposto neste Decreto **não importa declaração administrativa de inexistência dos fatos investigados no Processo Administrativo Disciplinar, nem constitui juízo administrativo de inocência ou culpabilidade**, limitando-se ao fiel cumprimento da decisão judicial transitada em julgado quanto à nulidade da penalidade de demissão.

Art. 8º Ficam revogadas, **exclusivamente quanto aos efeitos jurídico-disciplinares da penalidade de demissão**, as disposições do Decreto Municipal nº 232/2022 que sejam incompatíveis com o presente Decreto, permanecendo preservados os registros históricos do ato administrativo e o encerramento do exercício do cargo em comissão ocorrido em 28 de julho de 2022.

Art. 9o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos desde **28 de julho de 2022**, exclusivamente quanto à retirada da eficácia jurídica da penalidade de demissão declarada nula pela decisão judicial transitada em julgado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:21E87500

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 021/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM.** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS MAL-SUCEDIDOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOI). POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **03 de setembro de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 20 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:677984CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 125/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) autorizado pela Lei nº 1858/2025 Lei Orçamentária Anual dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme abaixo:

30.001.04.122.0013.2123 - MANUTENCAO DA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
3.3.90.14.00 – Diárias cód. 475	5.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior fica indicado o Superávit Financeiro da Seguinte fonte de Recursos:

FONTE 3000 – Recursos Livres – Exercício Anterior	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 20 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:BC954553

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 142/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI
R E S O L V E :

Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) L.O.C. em consulta médica, com saída às 06:30h e retorno às 13:30h do dia 07 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) S.B.S. em consulta médica, com saída às 07:30h e retorno às 13:30h do dia 15 de agosto de 2026, na cidade de Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) JP.J.N. e A.S.C. em consulta médica, com saída às 07:30h e retorno às 13:40h do dia 17 de agosto de 2026, na cidade de Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) L.F.S. em consulta médica, com saída às 05:30h e retorno às 16:30h do dia 19 de agosto de 2026, na cidade de Campo Mourão - PR.
Conceder 02 (duas) diárias para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor do Secretário de Saúde Alex Fernandes Monteiro e da servidora Flavia Mabile Moreira Barboza Farias, para comparecer à evento Londrina Unity Health 2026, com saída às 07:30h e retorno às 18:00 nos dias 13 e 14 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do Secretário de Saúde Alex Fernandes Monteiro, para comparecer à reunião do CRESEMS e CISMEPAR, com saída às 07:30h e retorno às 17:15 do dia 18 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor das servidoras Josimara da Cruz Matheus e Marierle Rosa Portuguez, para participar de capacitação CRAS/CREAS pela Regional, com saída às 08:00h e retorno às 17:30h do dia 19 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor da servidora Lorena Alzira de Souza Alexandre, para participar de capacitação “Intervenção e Gestão em Desastres – fluxo de atendimento da Defesa

Civil e da Política de Assistência social em situação de emergência e calamidade pública", com saída às 07:30h e retorno às 18:30h do dia 24 de agosto de 2026, na cidade de Maringá - PR.
Conceder 04 (quatro) diárias para cada, sendo três no valor de R$ 350,00 e uma no valor de R$ 140,00, a favor das servidoras Pamela Katiucci Nunes Golçalves Arrabaça e Valdenice Fermino dos Santos, para participar de curso de capacitação "seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho", com saída às 08:00h do dia 24 e retorno às 19:00 do dia 27 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba - PR.
Conceder 03 (três) diárias para cada, no valor de R$ 350,00 cada uma, a favor dos servidores Ednilson da Silva, Jivago José Lucas de Souza e Rafael Vitore, para acompanhar alunos em evento 72º Jogos Escolares do Paraná – Bom de Bola – Fase Regional, com saída às 13:00h do dia 20 e retorno às 16:00 do dia 23 de agosto de 2026, na cidade de Tamarana - PR.

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Guaraci, estado do paraná

Aos 20 dias do mês de agosto de 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:9F7C8A30

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 002/2026 - EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2026 - EDUCAÇÃO

INSTITUI E APROVA O PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DAS AÇÕES DE GARANTIA DO DIREITO À ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUARACI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, TALITA DE MOURA CABRAL CARVALHO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO o direito à educação e à aprendizagem assegurado pela Constituição Federal e pela legislação educacional vigente;
CONSIDERANDO a competência da Secretaria Municipal de Educação para coordenar, orientar e acompanhar as ações educacionais da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a **Política Municipal de Alfabetização de Guaraci**, que estabelece princípios, diretrizes e estratégias destinadas à garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância da comunicação institucional e da mobilização social para fortalecer o diálogo entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e sistematizar as ações de comunicação interna e externa relacionadas às ações de garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO as diretrizes do **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada** e a importância da articulação das ações municipais com as políticas públicas de alfabetização em âmbito estadual e nacional;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído e aprovado o Plano Municipal de Comunicação Institucional e Mobilização Social das Ações de Garantia do Direito à Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Guaraci, com vigência para o período de 2026 a 2028, na forma do Anexo Único desta Portaria.
Art. 2º O Plano constitui instrumento orientador das ações de comunicação interna, comunicação externa e mobilização social relacionadas à implementação, acompanhamento e divulgação das ações municipais destinadas à garantia do direito à alfabetização.
Art. 3º São objetivos do Plano:
I – fortalecer a comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os profissionais da educação;
II – ampliar o diálogo e a participação das famílias e da comunidade nas ações relacionadas à alfabetização;
III – divulgar ações, projetos, resultados e boas práticas desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;
IV – promover o acesso a informações claras, adequadas e de interesse público relacionadas às ações de garantia do direito à alfabetização;
V – organizar e registrar as ações de comunicação realizadas, garantindo a produção e a preservação das respectivas evidências.
Art. 4º A execução do Plano será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação do Núcleo Municipal de Alfabetização, das equipes gestoras, das coordenações pedagógicas, dos profissionais da educação e das unidades escolares, conforme as responsabilidades estabelecidas no Plano.
Art. 5º As unidades escolares deverão colaborar com a execução das ações previstas no Plano, especialmente no fornecimento de informações, divulgação das ações e registro das evidências relacionadas às atividades desenvolvidas no âmbito escolar.
Art. 6º As ações desenvolvidas deverão ser registradas e organizadas conforme os mecanismos de acompanhamento e evidências previstos no Plano, podendo compreender, entre outros:
I – publicações institucionais;
II – links e capturas de tela de conteúdos divulgados;
III – fotografias e registros das ações realizadas;
IV – atas e listas de presença;
V – materiais informativos e orientativos;
VI – relatórios de acompanhamento;
VII – demais documentos que comprovem a execução das ações previstas.
Art. 7º O acompanhamento da execução do Plano será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio do Núcleo Municipal de Alfabetização e das unidades escolares, observados os indicadores, responsabilidades e periodicidade estabelecidos no documento.
Art. 8º O Plano poderá ser atualizado ou revisado sempre que necessário, especialmente em razão dos resultados do monitoramento, da avaliação de sua execução, das necessidades da Rede Municipal de Ensino ou de alterações nas políticas públicas educacionais relacionadas à alfabetização.
Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação providenciará o registro, a divulgação e a publicidade desta Portaria e de seu Anexo, observados os procedimentos administrativos e de publicação dos atos oficiais do Município.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci/PR, em 12 de agosto de 2026.

TALITA DE MOURA CABRAL CARVALHO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:03B8B735

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
EDITAL N. 04/2026 - CMDCA

EDITAL N. 04/2026 - CMDCA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR E SUPLENTES – GESTÃO 2024/2027- POSSE IMEDIATA, APÓS O TÉRMINO DO PROCESSO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARAQUEÇA/PR, através da Comissão Especial Responsável pelas eleições do Conselho tutelar, no uso da atribuição que lhe é conferida pela LEI 686/2018, torna público o presente **EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO DEFDERIDA COM OS CRITÉRIOS DISPOSOTOS NO EDITAL 001/2026.**

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS
01 – Erich Niceto Grobe
CPF: 103.....-00
DEFERIDO

02 – Fabiana Rodrigues Ferreira
CPF: 064.....-27
DEFERIDO

03 – Gabrielly Pontes do Nascimento
CPF: 105.....-57
DEFERIDO

04 – Lidiane Martins da Costa
CPF: 038.....-57
DEFERIDO

05 – Tatiane Pinto Fernandes Barreto
CPF: 057.....-01
DEFERIDO

Publique-se
Encaminhe-se cópias ao Ministério Público
GUARAQUEÇABA, 13 de agosto de 2026

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:E982BCE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
6ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 28/2026

Aos vinte dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeados pela Portaria, a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Marcelino Dias Patricio, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, e o Sr. Eloir Barbosa Colombes, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto:Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

HABILITADO: NOTORISTA B
4488/26 | Vinicius Rodrigues de Miranda | 146.178.139-69

INABILITADO
4445/26 | Adilson Alves Gonçalves | 044.381.849-59, inabilitado por estar a Certidão Estadual Positiva

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

MARCELINO DIAS PATRICIO

OSMAR ONORATO RODRIGUES

ELOIR BARBOSA COLOMBES

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:7791DADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 72 c/c art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICO objeto da presente dispensa de licitação à empresa SMI - SERVICOS, MOBILIARIO URBANO E ILUMINACAO LTDA, inscrito noCNPJ08.929.760/0001-90

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

3. OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de mediante dispensa de licitação, de materiais hidráulicos em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), compreendendo 03 (três) rolos de tubulação de PEAD de 50 mm, fornecida em rolos contínuos, e 32 (trinta e duas) unidades de uniões mecânicas de compressão em PEAD, sendo 06 (seis) de 50 mm, 10 (dez) de 63 mm, 06 (seis) de 90 mm e 10 (dez) de 110 mm, destinados à manutenção, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água das comunidades insulares do Município de Guaraqueçaba/PR.

4. CONTRATADA: SMI - SERVICOS, MOBILIARIO URBANO E ILUMINACAO LTDA, inscrito noCNPJ08.929.760/0001-90

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha fundamenta-se pesquisa de mercado, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), onde a proposta da referida empresa foi a que atendeu a todos os requisitos técnicos do Termo de Referência (TR).

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. VALOR TOTAL:R$ 16.176,60 (dezesseis mil, cento e setenta e seis reais, sessenta centavos).

8. PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência e execução será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS: A documentação completa e integral do processo, incluindo o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), de Dotação, encontra-se devidamente autuada e disponível para consulta no Portal da Transparência do Município.

Guaraqueçaba/PR, 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:52CF5B35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 824, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Instaura Processo para apuração de fatos relacionados ao recebimento, armazenamento, utilização e retirada de medicamentos na Unidade Básica de Saúde da Ilha de Superagui, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal, especialmente pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 164/2025, encaminhado pela Controladoria Interna do Município, no qual foram relatados fatos que, em tese, podem caracterizar irregularidade administrativa envolvendo medicamentos recebidos por doação e encaminhados à Unidade Básica de Saúde da Ilha de Superagui;

CONSIDERANDO que, conforme os elementos inicialmente apresentados, os medicamentos teriam sido recebidos sem prévia comunicação aos responsáveis pela gestão da unidade e à Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo posteriormente armazenados nas dependências da unidade;

CONSIDERANDO a existência de documentos e elementos testemunhais encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Controladoria Interna, os quais justificam a necessidade de apuração administrativa dos fatos;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração adequada da materialidade, autoria, circunstâncias e eventual responsabilidade administrativa decorrente dos fatos narrados, sem qualquer antecipação de juízo de culpabilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar, no curso da apuração, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada Processo de Sindicância, destinada a apurar os fatos relatados no Memorando nº 164/2025, especialmente aqueles relacionados ao recebimento, entrada, armazenamento, eventual utilização e posterior retirada de medicamentos recebidos por doação na Unidade Básica de Saúde da Ilha de Superagui.

Art. 2º A sindicância terá por finalidade apurar, dentre outros aspectos que se mostrarem pertinentes no decorrer da instrução:
I – as circunstâncias em que os medicamentos foram recebidos e encaminhados à Unidade Básica de Saúde da Ilha de Superagui;
II – a origem, quantidade, natureza e destinação dos medicamentos recebidos;
III – a existência de autorização, comunicação ou procedimento administrativo relacionado ao recebimento da referida doação;
IV – a forma como os medicamentos foram armazenados e mantidos na unidade de saúde;
V – as circunstâncias que determinaram a posterior retirada dos medicamentos da unidade;
VI – a eventual participação de agentes públicos ou particulares nos fatos apurados;
VII – a existência de eventual infração funcional, administrativa ou ética decorrente dos fatos; e
VIII – outros fatos ou circunstâncias que guardem relação direta com o objeto da presente sindicância.

Art. 3º Os autos do procedimento serão encaminhados à Comissão de Sindicância competente, para que proceda à apuração dos fatos, promovendo as diligências necessárias à completa instrução processual.

Parágrafo único. A Comissão poderá realizar as diligências que entender pertinentes, inclusive promover a juntada de documentos, requisitar informações aos órgãos e setores municipais, realizar inspeções, tomar declarações e ouvir testemunhas, bem como adotar outras medidas necessárias ao esclarecimento dos fatos.

Art. 4º A Comissão deverá observar, durante toda a instrução, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, devido processo legal, contraditório e ampla defesa, assegurando-se ao eventual investigado o exercício dos direitos previstos na legislação aplicável.

Art. 5º A Comissão poderá ouvir as testemunhas já indicadas no expediente que deu origem à presente sindicância, bem como outras pessoas que entender necessárias ao completo esclarecimento dos fatos.

Art. 6º A Comissão deverá analisar os documentos já existentes nos autos, inclusive notas fiscais, oitivas e demais elementos encaminhados pela Controladoria Interna, podendo requisitar documentos complementares sempre que necessários ao esclarecimento dos fatos.

Art. 7º Ao final dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório conclusivo, devidamente fundamentado, indicando os fatos efetivamente apurados, os elementos de prova produzidos e, quando cabível, a existência ou não de responsabilidade administrativa, propondo as providências que entender pertinentes, nos termos da legislação aplicável.

Art. 8º Concluída a sindicância, os autos deverão ser encaminhados à autoridade competente para análise e adoção das providências cabíveis, inclusive quanto à eventual instauração de Processo Administrativo Disciplinar, caso sejam identificados elementos que assim o justifiquem.

Art. 9º O prazo para conclusão dos trabalhos será aquele previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação aplicável, admitida prorrogação mediante justificativa da Comissão e autorização da autoridade competente, quando legalmente cabível.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:E3E2E482

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 235/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): IRENE RAMOS DO NASCIMENTO –
CPF: 017.322.109-26.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - Pss, com lotação na C.M.E.I. Sonho De Criança – Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 08/06/2026 a 07/06/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 08 de junho de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e IRENE RAMOS DO NASCIMENTO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:9D3AE63C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 236/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ROSINA FERREIRA COSTA –
CPF: 721.159.049-15.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - Pss, com lotação na E.M. Antônio Barbosa Pinto - E.I.E.E.F. - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/06/2026 a 16/06/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de junho de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ROSINA FERREIRA COSTA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:7FB8B7BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 237/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ERICA MENDES VIDAL REDED –
CPF: 086.775.379-02.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 03/08/2026 a 02/08/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 03 de agosto de 2026. **ASSINATURAS:** ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ERICA MENDES VIDAL REDED (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:D4CDB836

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N.º 1.051 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL
Gabinete do Prefeito
LEI COMPLEMENTAR N.º 1.051 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º. Fica incluído o inciso X ao art. 36 da Lei Complementar nº 061, de 15 de dezembro de 2025, com a seguinte redação:
Parágrafo único. Art. 36 (...)
X – Chefe de Posto de Trânsito: responsável pela coordenação, supervisão e gestão administrativa do Posto de Atendimento do DETRAN/PR no Município de Guaraqueçaba, competindo-lhe: exercer funções de direção, chefia e coordenação do Posto, supervisionar o atendimento ao público e o funcionamento geral da unidade, organizar e controlar as atividades administrativas do Posto, promover a articulação entre o Município e o DETRAN/PR, garantir o cumprimento das normas (convênios e termos de cooperação técnica) e diretrizes estabelecidas pelo DETRAN/PR, exercer outras atribuições correlatas compatíveis com a função.
Art. 2º. Fica criado o cargo de Chefe de Posto de Trânsito, de provimento em comissão, vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

Art. 3º. Fica alterado oAnexo I da Lei Complementar nº 061/2025, passando a vigorar acrescido do seguinte cargo:

Denominação do cargo	Símbolo	Quantidade	Remuneração	Requisitos mínimos
Chefe de Posto de Trânsito	CC-5	1	R$ 2.000,00	EnsinoMédio Completo

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º. EstaLei entra em vigor na data desua publicação, revogando-se as disposições em contrário, dentre as quais a Lei Complementar nº 060, de 03 de setembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:E3D1E136

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.054 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º. Fica alterada a Lei Municipal nº 15 de 31.12.1993 que passa a vigorar com a seguinte redação:
CAPÍTULO 11 DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS
Art. 108-A. Ficam estabelecidas as regras gerais para o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com vencimento até 31 de dezembro do exercício anterior ao da adesão.
Parágrafo Único – Os Programas de Recuperação Fiscal, deverão ser instituídos mediante estudo de impacto, demonstrativo de débitos abrangidos, estimativa de renúncia de receita, lei ordinária autorizativa, consonância com a LOA, LDO e PPA e com as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 108-B. A adesão ao REFIS implica o reconhecimento irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e a renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos.
Art. 108-C. Os débitos abrangidos por este programa poderão ser pagos com redução de juros e multas, nas seguintes condições:
I - 100% (cem por cento) de desconto sobre juros e multas para pagamento em parcela única (à vista);
II - 85% (oitenta e cinco por cento) de desconto sobre juros e multas para pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas;
III - 75% (setenta e cinco por cento) de desconto sobre juros e multas para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;
IV - 65% (sessenta e cinco por cento) de desconto sobre e multas para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas;
V - 55% (cinquenta e cinco por cento) de desconto sobre juros e multas para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas;

VI - 45% (quarenta e cinco por cento) de desconto sobre juros e multas para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.
Art. 108-D. O parcelamento nos termos desta lei observará as seguintes condições:
1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a metade da UPF-PR para pessoas físicas e a uma UPF-PR para pessoas jurídicas.
2º O atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não, ou de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias, implicará o cancelamento automático do acordo de parcelamento e a perda dos benefícios concedidos, restaurando-se o débito ao seu estado original, com a dedução dos valores já pagos.
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Wellison Marinho Barboza Rosa
Código Identificador:B0F4B712

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 195/2026

SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA CLAUDIANE CAMILO COGROSSI, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a senhora CLAUDIANE CAMILO COGROSSI, inscrita no CPF n.º 083. ******-90, do cargo de auxiliar de serviços gerais PSS, da Secretaria Municipal de Educação - SMED, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para data de 01/06/2026.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:F6D95957

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 196/2026

SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, O SENHOR FLAVIO EDUARDO BUKAREWICZ, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE– SMS"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025,RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a pedido, o senhor FLAVIO EDUARDO BUKAREWICZ, inscrito no CPF n.º 005. ******-02, do cargo de auxiliar administrativo PSS, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para data de 18/05/2026.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:BD59EE48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 197/2026

SÚMULA: "EXONERA, A SENHORA PATRICIA COSTA RIBEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025,RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a pedido, a senhora PATRICIA COSTA RIBEIRO, inscrita no CPF n.º 061. ******-93, do cargo de professora 20h PSS, da Secretaria Municipal de Educação - SMED, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para data de 25/05/2026.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:AF6CF756

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 198/2026

SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA SANDRA MARA NASCIMENTO DAS DORES, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025,RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a pedido, a senhora SANDRA MARA NASCIMENTO DAS DORES, inscrita no CPF n.º 066. ******- 08, do cargo de professora 20h PSS, da Secretaria Municipal de Educação - SMED, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para data de 01/06/2026.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:3124796F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 199/2026

SÚMULA: "EXONERA, A SENHORA VALERIA OLIVEIRA DA COSTA DO ROSÁRIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025,RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a pedido, a senhora VALERIA OLIVEIRA DA COSTA DO ROSÁRIO, inscrita no CPF n.º 065. ******-08, do cargo de professora 20h PSS, da Secretaria Municipal de Educação - SMED, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para data de 11/06/2026.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:ABCC336E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 202/2026 - CONCEDE, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR ITAMAR DE OLIVEIRA VIDAL

"CONCEDE, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR ITAMAR DE OLIVEIRA VIDAL."

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais,

Considerandoo pedido efetuado por meio do Requerimento sob protocolo nº 4125/2026**,**

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido o gozo de Licença sem Vencimentos ao servidor **Itamar de Oliveira Vidal**, matrícula nº **615**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SMED, pelo período de 6 (seis) meses, compreendido entre **11/08/2026 e 06/02/2027**.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 11/08/2026.
Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:C982F527

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 030.2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 030/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza pública e conservação territorial, compreendendo a execução integrada de roçada manual e mecanizada, capina, raspagem de sarjetas e limpeza geral de pátios institucionais, **aliada à execução técnica sob demanda de poda, manejo fitossanitário e supressão eventual de espécimes arbóreos de grande porte e/ou em situação de risco iminente**, sob estrita demanda da Administração Municipal. Abertura: 08 de Setembro, ás 14:00hrs, no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guaraqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 20 de Agosto de 2026.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:8D0DD581

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 031.2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 031/2026. Objeto: **Aquisição de 06 (seis) veículos novos, zero quilômetro**, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba, distribuídos em **03 (três) lotes**, compreendendo: 02 (duas) ambulâncias Tipo B – Suporte Básico; 01 (um) veículo automotor de passeio; 02 (duas) caminhonetes utilitárias cabine dupla; e 01 (uma) Van para Transporte Sanitário Eletivo. Abertura: 09 de Setembro, ás 14:00hrs, no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guaraqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 20 de Agosto de 2026.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:209C6BE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026, DE 23 DE JUNHO DE 2026.

ERRATA AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026, DE 23 DE JUNHO DE 2026.
O município de Honório Serpa comunica, através do seu Diretor do Departamento Municipal de Administração e Planejamento, que foi identificado divergência quanto a conta para repasse do recurso junto ao Termo de Fomento 05/2026 de 23 de junho de 2026, oriundo da Inexigibilidade Nº 07/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP em 17 de julho de 2026, Edição 3576. Onde se Lê: SÚMULA: conta 20411-0 Agência: 2267-5 Leia-se:

SÚMULA: Conta: 37221-8, Agência 2008-7. Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, 20 de agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

LUCIO DIEGO GUERRA
Diretor do Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:55ABA60B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 35/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 35/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Designa leiloeiro oficial para condução dos leilões publicos a serem realizados pelo município de Honório Serpa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art. 46, incisos VI e XXVII;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear Leiloeiro Público Oficial, para atuar nos Processos Licitatórios na modalidade Leilão;
CONSIDERANDO a reconhecida experiência na condução de leilões públicos realizados;
CONSIDERANDO a necessidade de realização de um Leilão Público para Alienação de Bens Móveis inservíveis ao uso do Município;
RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado, até a data de 19/03/2027, o Sr. André Luiz Wuitschik, Leiloeiro Oficial, devidamente matriculado na JUCEPAR (Junta Comercial do Estado do Paraná), sob o nº 20/327-L, Portaria 98/2020 JUCEPAR, para conduzir os Leilões a serem realizados por esta Prefeitura.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e após publicação, revogada as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 20 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucio Diego Guerra
Código Identificador:1D669312

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 165 SUPLEMENTAR SAÚDE

DECRETO nº 165/2026

SÚMULA: Abertura de Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1081 de 11/12/2025;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar no valor de **R$ 134.876,97** (cento e trinta e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos) para as dotações consignadas no orçamento vigente:

	Órgão: 14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	Unidade: 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE			
	Ação: 2034 - MANUT DAS ATIVIDADES ADM. E FINANCEIRAS DA SAÚDE			**Funcional: 0010.0301.0005**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	145	339030000000000000 – Material de Consumo	1303	47.876,97
	150	339036000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa física	1303	12.000,00
	154	339046000000000000 – Auxílio-alimentação	1303	75.000,00
	Total Ação			**134.876,97**
TOTAL GERAL				**134.876,97**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de Anulação de dotação vigente detalhado na sequência.

Órgão: 14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Unidade: 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE			
Ação: 1005 – APLIAÇÃO E REFORMA DS UNIDADES DE SAÚDE			**Funcional: 0010.0301.0005**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
140	449051000000000000 – Obras e instalações	1303	20.000,00
147	339033000000000000 – Passagens e despesas com locomoção	1303	10.000,00
149	339039000000000000 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	1303	104.876,97
Total Ação			**134.876,97**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 20 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:D08962C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2026

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Administrativo nº 76/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 34/2026 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE REVISÃO CREDENCIADA DO VEICULO HB20 TBX 6J80,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**:** Dados do contratado: **SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A CNPJ: 11.596.056/0002-58** situada na AVENIDA TUPI N°631 - PATO BRANCO - PR - CEP:85.504-000. Valor da contratação: **R$ 2.118,31 (dois mil cento e dezoito reais, trinta e um centavos). Com base no art. 75 inciso IV alínea ‘’a’’ da Lei 14.133/2021.**
Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de Agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:CEACF820

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 167/2026

DECRETO Nº 167/2026

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, AOS LICITANTES E CONTRATADOS PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS CONTRA O PODER EXECUTIVO DE IGUARAÇU/PR.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito Municipal de IGUARAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Do Objeto

Art. 1º O presente Decreto estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo de Iguaraçu.

Seção II
Das Definições

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
I – **Autoridade Competente**: O Chefe do Poder Executivo de Iguaraçu;
II – **Advertência**: comunicação formal ao fornecedor, advertindo-o sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou de ata de registro de preços, ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada;
III – **Descumprimento de Pequena Relevância**: descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causam prejuízos à Administração;
IV – **Multa**: sanção de natureza pecuniária e sua aplicação se dará na gradação prevista no instrumento convocatório ou no contrato quando houver atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, e em decorrência da inexecução parcial ou total do objeto da contratação;
V – **Multa Contratual**: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido;
VI – **Multa de Mora**: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme previsto no art. 162 da Lei federal nº 14.133, de 2021;
VII – **Ordenador de Despesa**: O Chefe do Poder Executivo de Iguaraçu;
VIII – **Instrumento Equivalente**: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Solicitação de Despesa (SD); Nota de Empenho (NE); Ordem de Serviço; Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido com fins contratuais.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Seção I
Das Infrações

Art. 3º O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013;
XIII - Atrasar injustificadamente a execução do contrato ou instrumento equivalente.

Seção II
Das Sanções

Art. 4º A sanção administrativa é a penalidade prevista em lei, instrumento editalício, contrato, ata e/ou outra norma regulamentadora, aplicada pelo Poder Executivo de Iguaraçu no exercício da função administrativa, como consequência de fato típico administrativo, com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal com as finalidades educativa e repressiva.

Art. 5º Ao fornecedor, licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 3º deste Decreto serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:
I – Advertência;
II – Multas:
a) Contratual;
b) De mora;
III – Impedimento de licitar e contratar;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
§ 2º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, caso existente.

CAPÍTULO III
DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Seção I
Da Advertência

Art. 6º A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
I - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

Seção II
Das Multas

Art. 7º A multa aplicável ao contratado ou licitante que praticar qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 3º deste Decreto, será calculada conforme estipulado em edital ou contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

Art. 8º O atraso injustificado na execução do contrato ensejará aplicação de multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não

cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:
I - Na hipótese de atraso, será aplicada multa de mora de 0,5% (meio por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
II - Na hipótese de atraso a partir do 2º (segundo) dia até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, será aplicada multa de mora de 0,10% (um décimo por cento) ao dia;
III - Na hipótese de atraso a partir do 16º (segundo) dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso, será aplicada multa de mora de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) ao dia;
IV - na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias, ficará caracterizada inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.
§ 1º - Os prazos referidos nos incisos I a IV deste artigo considerarão dias corridos.
§ 2º - A multa de mora poderá ser convertida em contratual, com a promoção da extinção unilateral do contrato e a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Decreto, caso o cumprimento da obrigação:
a) não mais seja oportuno ou conveniente para a Administração; ou
b) ainda que seja interesse da Administração, não seja promovido pelo contratado.

Art. 9º A inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, ensejará a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida a critério da autoridade competente.

Parágrafo Único - A multa a que se refere o *caput* deste artigo:
I – Na hipótese de prestação de serviços contínuos, será calculada por dia de inexecução, com base no valor diário do contrato;
II – Na hipótese de aquisição de bens, de obras e serviços de engenharia e de prestação de serviços não contínuos, será calculada com base no saldo contratual não executado.

Art. 10º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Poder Executivo de Iguaraçu ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Art. 11º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, além de impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo de Iguaraçu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Art. 12º É dispensável, mediante decisão motivada da Autoridade Competente, a cobrança de multa de valor irrisório, sem prejuízo da realização de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo Único - Para os fins do *caput* deste artigo, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 0,5% (meio por cento) do valor estipulado no art. 75, II da Lei federal nº 14.133/2021.

Art. 13º Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado em contrato deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se for o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.
§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas neste Decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III
Do Impedimento de Licitar e Contratar

Art. 14º A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 3º deste Decreto, ou que cause grave dano ao Poder Executivo de Iguaraçu, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
II - Dar causa à inexecução total do contrato;
III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 1º Considera-se inexecução total do contrato:
I - Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
II - Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

§2º Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:
I - Será notificado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;
II - A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e aquela apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente.
III - Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à Autoridade Competente para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade.
IV - Preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III deste parágrafo poderá ser concedido prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

§3º A sanção prevista no *caput* deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar com o Poder Executivo de Iguaraçu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Seção IV
Da Declaração de Inidoneidade

Art. 15º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A Autoridade Competente, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público, para atuação no âmbito da respectiva competência.

§2º A sanção prevista no *caput* deste artigo, aplicada pelo Poder Executivo de Iguaraçu impedirá o sancionado de licitar ou contratar

no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Seção I
Do Processo Administrativo Simplificado

Art. 16º A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa se dará em Processo Administrativo Simplificado, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§1º O procedimento será instaurado a partir de Comunicação de Irregularidade emitida pelo Agente de Contratação, nos casos referentes a procedimentos licitatórios ou de contratação direta, e/ou pelo Fiscal do Contrato, quando se tratar de fatos ocorridos durante a execução contratual.

§2º A Comunicação de Irregularidade será encaminhada ao Departamento de Compras, nos casos em que forem identificadas irregularidades até a homologação do processo licitatório ou da contratação direta, e/ou ao Gestor do Contrato, quando se tratar de ocorrências verificadas durante a execução contratual, em que responsáveis deverão instruir o procedimento simplificado, cujo primeiro ato consistirá no envio de notificação ao licitante ou contratado, preferencialmente por meio eletrônico.

§3º A notificação conterá, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los.

§4º A apuração dos fatos e apreciação da defesa será feita por servidor efetivo, a quem caberá a elaboração de Relatório Final conclusivo quanto à existência de responsabilidade do licitante ou contratado, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da conduta, indicará os dispositivos legais violados e remeterá o processo ao Chefe do Poder Executivo, para julgamento.

§5º No Processo Administrativo Simplificado de que trata este artigo, poderá ser dispensada a manifestação jurídica da Procuradoria, facultado o encaminhamento a pedido do servidor que instruirá o processo ou do Chefe do Poder Executivo.

§6º O licitante poderá apresentar, junto à defesa, eventuais provas que pretenda produzir.

§7º Caso evidenciada, no curso do Processo Administrativo Simplificado, ou se o caso envolver a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade de que tratam as Seções III e IV do Capítulo anterior, será instaurado o Processo Administrativo Sancionatório, nos termos do previsto na Seção seguinte deste Decreto.

Seção II
Do Processo Administrativo Sancionatório

Art. 17º A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 5º deste Decreto, requererá a instauração de Processo Administrativo Sancionatório, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou para contratação específica, designada pelo Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no § 1º do artigo 16 deste Decreto.

§1º Recebida a Comunicação de Irregularidade, e tratando-se de apontamentos que possam dar azo a impedimento de contratar ou inidoneidade, o Departamento de Compras ou Gestor de Contrato comunicará o Chefe do Poder Executivo para instauração do processo, que mencionará:
I - Os fatos que ensejam a apuração;
II - O enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;
III - A identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo;
IV - Na hipótese do §2º deste artigo, a identificação dos administradores e ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§2º A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração direta da personalidade jurídica.

§3º O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, das pessoas jurídicas licitantes ou contratadas, se identificada prática de subterfúgios, visando burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

Art. 18º A Comissão Processante será composta por 3 (três) membros, sendo no mínimo 2 (dois) servidores efetivos, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

Art. 19º Instaurado o processo, ou aditado o ato de instauração, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimando o(s) acusado(s) para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar(em) defesa escrita e especificar(em) as provas que pretenda(m) produzir.

§1º Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada para este fim.
§2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§3º Da decisão de que trata o §2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.
§4º Se não houver retratação, o pedido de reconsideração se converterá em recurso, que ficará retido e será apreciado quando do julgamento do processo.

Art. 20º Finda a instrução, o acusado poderá apresentar Alegações Finais em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação.

Art. 21º Transcorrido o prazo previsto no artigo anterior, a Comissão Processante elaborará relatório no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o infrator, as peças principais dos autos, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência às folhas ou peças do processo em que se encontram.

§1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo – nestes casos – à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao Ministério Público para as providências que aquele órgão entender cabíveis.

§2º O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.

§3º O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no Processo.

§4º O Processo Administrativo com o relatório da Comissão será remetido, após a manifestação da Procuradoria Jurídica, para julgamento pelo chefe do Poder Executivo, no caso de impedimento de licitar e contratar e inidoneidade para licitar ou contratar;

§5º Apresentado o relatório, a comissão ficará à disposição do Secretário ou do Chefe do Poder Executivo para prestação de qualquer esclarecimento necessário.

§6º Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da comissão processante.

Seção III
Questões Instrumentais do Procedimento Sancionatório

Art. 22º É permitido o compartilhamento de informações e provas de outros processos administrativos e/ou judiciais, inclusive com partes distintas e de outros órgãos e/ou poderes, desde que autorizado pela Autoridade Competente e assegurados o contraditório e a ampla defesa, cabendo ao órgão julgador valorar as provas, caso em que o acusado terá prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação após intimação, observando-se, quando couber, a subsidiariedade com o Código de Processo Civil.

Art. 23º O acusado regularmente notificado que não comparecer ao processo de apuração de responsabilidade será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato, devendo a notificação conter advertência sobre tais efeitos; ainda assim, o revel poderá intervir em qualquer fase, recebendo o processo no estado em que se encontrar.

Art. 24º O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
§1º Não se aplica a regra prevista no *caput* se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
§2º O disposto nesse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

CAPÍTULO V
DO JULGAMENTO E DA DOSIMETRIA DAS PENAS

Seção I
Do Julgamento

Art. 25º Encerrada a fase do Processo Simplificado ou Sancionatório com a elaboração do respectivo relatório, serão os autos encaminhados para Autoridade Competente para elaboração da decisão, que quando condenatória mencionará, no mínimo:
I - A identificação do acusado;
II - O dispositivo legal violado;
III - A sanção imposta.

§1º A decisão condenatória será motivada, com indicação precisa e suficiente dos fatos e dos fundamentos jurídicos tomados em conta para a formação do convencimento.
§2º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de outras decisões ou manifestações técnicas ou jurídicas que, neste caso, serão partes integrantes do ato.

Art. 26º Na aplicação das sanções, o Poder Executivo de Iguaraçu deverá observar:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
VI - Situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

Art. 27º São circunstâncias agravantes:
I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
II - O conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
IV - A reincidência;
V - A prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 22 deste Decreto.

§1º Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.
§2º Para efeito de reincidência:
I - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta dos de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
II - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período superior a 5 (cinco) anos;
III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

Art. 28º São circunstâncias atenuantes:
I - A primariedade;
II - Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
III - Reparar o dano antes do julgamento;
IV - Confessar a autoria da infração.

Parágrafo Único. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

Seção II
Da Dosimetria das Penas

Art. 29º As multas terão sua gradação conforme estipulado no instrumento convocatório, no contrato ou na ata, observados o disposto deste Decreto.

Art. 30º Em relação às sanções dos incisos III ou IV do art. 5º deste Decreto, sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

§1º Na soma envolvendo sanções previstas nos incisos III e IV do art. 5º deste Decreto, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado ficará proibido de licitar ou contratar com o Poder Executivo de Iguaraçu.
§2º Em qualquer caso, a unificação das sanções não poderá resultar em cumprimento inferior a metade do total fixado na condenação, ainda que ultrapasse o prazo de 6 (seis) anos previsto no § 1.º deste artigo.
§3º Na soma, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no §1º deste artigo, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

Art. 31º São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas por licitantes ou contratados.
Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 5º deste Decreto, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS

Art. 32º Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 5º deste Decreto caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo Único. O recurso de que trata o *caput* deste artigo será dirigido ao Chefe do Poder Executivo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua

decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Art. 33º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração para a Autoridade Competente responsável pela decisão, que poderá se retratar, sendo que esse pedido deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 34º O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade que julgar o recurso ou o pedido de reconsideração poderá ser auxiliada pela Procuradoria Jurídica, que deverá dirimir dúvidas estritamente jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

CAPÍTULO VII
DA REABILITAÇÃO E DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 35º É admitida a reabilitação do fornecedor perante o Poder Executivo de Iguaraçu quando este tenha aplicado a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Art. 36º A personalidade jurídica do fornecedor infrator poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial.

§ 1º Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§ 2º Nas hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica, de que trata o *caput* deste artigo, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 3º O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, se identificada prática de subterfúgios que visam burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º Todos os editais, contratos, atas de registro de preços e instrumentos equivalentes deverão mencionar expressamente o presente Decreto, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 38º Os casos omissos serão dirimidos pela Autoridade Competente, com apoio da Procuradoria Jurídica e do Departamento de Compras, que poderá expedir normas complementares, modelos e formulários para a execução desta norma, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 39º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 20 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F0B60B42

CHEFIA DE GABINETE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/ 2026

RESOLUÇÃO Nº 03/ 2026

Sumula: Dispõem sobre o protocolo municipal de infrequência escolar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8069, de 13 de julho de 1.990 e, de acordo com a Lei Municipal Nº 006, de 26 de março de 2015,

Considerando a deliberação da plenária ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o protocolo municipal de infrequência escolar que tem como finalidade padronizar as ações das instituições educacionais da Rede Municipal de Ensino diante de situações de infrequência escolar, em conformidade com as diretrizes do Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), assegurando o direito à educação e a permanência dos estudantes na escola.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA VIEIRA FERNANDES MARTINS
Presidente do CMDCA

PROTOCOLO MUNICIPAL DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Baseado no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP/PR)

1. APRESENTAÇÃO

Este protocolo tem como finalidade padronizar as ações das instituições educacionais da Rede Municipal de Ensino diante de situações de infrequência escolar, em conformidade com as diretrizes do Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), assegurando o direito à educação e a permanência dos estudantes na escola.
A infrequência é um dos principais indicadores de vulnerabilidade social e risco de evasão, devendo ser tratada de forma preventiva, articulada e intersetorial, com envolvimento da escola, família e rede de proteção.

2. OBJETIVOS
- Garantir a permanência e a aprendizagem dos estudantes, prevenindo a evasão e o abandono escolar.
- Estabelecer fluxos de identificação, registro e acompanhamento dos casos de infrequência.
- Fortalecer a articulação intersetorial entre Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção.
- Subsidiar o monitoramento municipal dos índices de infrequência e evasão escolar.

3. DEFINIÇÕES

3.1. Infrequência Escolar
Considera-se infrequência quando o estudante apresentar:
- Cinco (05) faltas consecutivas sem justificativa ou
- Sete (07) faltas alternadas no período de 60 (sessenta) dias letivos, sem justificativa formal.

4. FLUXO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 Etapa 1- Identificação da escola:
A equipe escolar acompanhará diariamente a frequência dos alunos, por meio de registro em uma planilha ou caderno específico, permitindo o monitoramento dos casos reincidentes e maior controle da frequência escolar dos alunos.

4.2 Etapa 2 – Contato com a família (Busca Ativa Escolar)

A equipe pedagógica, orientador ou supervisor, irá realizar tentativas de contato com a família por telefone, mensagem ou bilhete, com o objetivo de verificar o estado da criança, criança (em caso de doença solicitar o atestado médico, justificando a ausência); compreender os motivos da ausência e reforçar a importância da presença escolar.
Se não houver retorno, agenda-se reunião presencial ou, quando necessário, solicita-se apoio da equipe técnica (Conselho Tutelar para realização da mesma).
Todas as tentativas devem ser registradas em ata, ficha própria ou sistema eletrônico.

4.3 Etapa 3 – Registro e acompanhamento no sistema SERP ou planilha municipal
- O caso é registrado oficialmente no SERP ou em planilha municipal de acompanhamento, quando atingir a quantidade de faltas sendo 05 dias consecutivos e 07 dias alternados no período de 60 dias.
- Devem constar: identificação do aluno, série/turma, escola, histórico de faltas, ações realizadas, resultados e encaminhamentos.

4.4 Etapa 4 – Encaminhamento ao serviço social escolar
Quando o contato escolar não surte efeito, deve ser realizado o encaminhamento ao Serviço Social da Educação, por meio de formulário próprio estabelecido, que dará continuidade ao atendimento e à articulação com demais setores (Saúde, Assistência Social, CREAS, Conselho Tutelar, entre outros), com o objetivo de compreender as causas da infrequência e orientar a família quanto à obrigatoriedade da frequência escolar.

4.4 Etapa 5 – Encaminhamento à Rede de Proteção
- Persistindo a infrequência, e após esgotadas as ações de busca ativa, o serviço social irá encaminhar por meio de ofício o caso ao Conselho Tutelar, com relatório completo das ações realizadas.
- O Conselho Tutelar, ao receber o encaminhamento, adotará as medidas cabíveis previstas no ECA (Lei nº 8.069/1990, art. 129).

4.5 Etapa 6 – Monitoramento e retorno
- A escola e o serviço social escolar devem continuar acompanhando o caso até a regularização da frequência.
- O retorno do estudante deve ser comunicado à equipe gestora e registrado no sistema, assim como se houver atestados médico e após isso, encerrar o caso.

OBSERVAÇOES: Caso a infrequência permaneça, poderá ocorrer o desligamento da matrícula da criança, considerando a alta demanda da lista de espera no município.
Destaca-se que essa medida se aplica exclusivamente ao CMEI, uma vez que a educação infantil (creche) não é considerada etapa de ensino obrigatório.
• Antes do desligamento, todas as tentativas de contato com a família e ações de busca ativa serão realizadas;
• O desligamento deve ser a última medida, seguindo princípios de proteção integral e evitando penalizar injustamente a criança.

5. RESPONSABILIDADES

5.1 Da Secretaria Municipal de Educação
- Estabelecer diretrizes e supervisionar a execução do protocolo.
- Garantir formação continuada às equipes escolares sobre o fluxo de infrequência.
- Manter articulação permanente com os órgãos da rede de proteção.

5.2 Das Unidades Escolares
- Controlar e registrar a frequência diária dos alunos.
- Executar as etapas do protocolo conforme descrito.
- Promover ações preventivas e educativas com famílias e estudantes.

5.3 Da Rede de Proteção (Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, MP, CRAS/CREAS)
- Apoiar as escolas na busca ativa e nos encaminhamentos.
- Atuar nas situações em que houver violação de direitos ou negligência familiar.
- Participar das reuniões intersetoriais de acompanhamento dos casos.

6. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
- Registro de frequência escolar;
- Ficha de acompanhamento do caso;
- Cópias dos comunicados enviados à família;
- Ficha de encaminhamento ao serviço social escolar;
- Relatório de visita domiciliar (quando houver);
-Encaminhamento formal ao Conselho Tutelar;

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- A execução deste protocolo deve respeitar as normas municipais e estaduais vigentes.
- Os casos deverão ser tratados com sigilo e ética profissional, garantindo a proteção integral da criança e do adolescente.
- Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser revisado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação.

MODELO 1 – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR
FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Escola: _____
Município: _____
Aluno(a): _____

Série/Turma: _____

Data de abertura do caso: _____ / _____/ _____
Dia/Falta Justificativa recebida Observações do(a) professor(a) Ação realizada pela escola

Contato com a família:
Data: _____ / _____ / _____
Forma: ( ) Telefone ( ) WhatsApp ( ) E-mail ( ) Bilhete
Resultado:
_____
Observações gerais:
_____

Responsável pelo registro:
_____

FICHA DE ENCAMINHAMENTO AO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR

Instituição de Ensino:
_____
Endereço: _____

Telefone: _____
Data: ____/____/____

I. DADOS DO(A) ALUNO(A)
Nome completo:
_____
Data de nascimento: ____/____/____
Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro
Série/Turma: _____
Turno: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
Nome da mãe/responsável:
_____
Telefone de contato:
_____
Endereço residencial:
_____

II. MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO
(Descrever de forma clara e objetiva o(s) motivo(s) que levaram ao encaminhamento)
_____
Exemplos:
- Ausência frequente às aulas
- Dificuldade de acesso a materiais escolares/alimentação/transporte
- Vulnerabilidade social
- Necessidade de acompanhamento familiar

- Queixas de comportamento relacionadas a fatores externos
- Indícios de negligência, abandono ou violação de direitos

III. PROVIDÊNCIAS JÁ ADOTADAS PELA ESCOLA

_____

IV. ENCAMINHAMENTO REALIZADO POR
Nome do(a) profissional:

_____
Cargo/Função: _____
Assinatura: _____

Contato: _____

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A) ESCOLAR:
FICHA DE VISITA DOMICILIAR – SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR
I. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTUDANTE
Nome do(a) aluno(a):

_____

Data de nascimento: ____/____/_____ Idade: ____
Série/Turma: _____
Nome do(a) responsável:

_____
Endereço: _____
Contato telefônico:

_____

II. DADOS DA VISITA
Data da visita: _____/_____/_____
Assistente Social Responsável:

_____

Motivo da visita:
☐ Infrequência escolar
☐ Comportamento/conduta
☐ Saúde
☐ Situação socioeconômica
☐ Solicitação da família
☐ Outro/ observação do contexto familiar:

_____

III. OBSERVAÇÕES DA VISITA
- Quem atendeu o profissional:

_____
- Composição familiar (nomes, idades, vínculo e ocupação):

_____

IV. CONDIÇÕES DA RESIDÊNCIA
☐ Alvenaria
☐ Madeira
☐ Mista
☐ Boa conservação
☐ Média conservação
☐ Precária
☐ Saneamento básico
☐ Água encanada
☐ Energia elétrica
☐ Internet/Wi-Fi
V. ASPECTOS RELEVANTES OBSERVADOS
( ) Condições socioeconômicas
( ) Saúde física e/ou mental
( ) Relações familiares
( ) Trabalho infantil
( ) Situação de negligência
( ) Situação de violência
( ) Outros:

_____
Descrever observações relevantes:

_____

VI. ENCAMINHAMENTOS / ORIENTAÇÕES REALIZADAS
☐ Retorno à escola
☐ Encaminhamento a rede de saúde
☐ Encaminhamento a CRAS/CREAS
☐ Acompanhamento contínuo pelo Serviço Social
☐ Outro:

_____
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

_____

VIII. ASSINATURA DO(A) PROFISSIONAL RESPONSÁVEL
Nome: _____

Registro Profissional (CRESS):

_____
Assinatura: _____

Observação: Esta ficha é um instrumento de registro interno do Serviço Social Escolar. As informações são confidenciais e utilizadas apenas para fins de acompanhamen**to e encaminhamentos necessários.**

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:ACD11955

CHEFIA DE GABINETE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/ 2026

RESOLUÇÃO Nº 04/ 2026

Súmula: Aprova o Diagnóstico da Rede de Proteção, o Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos, o Fluxo de Atendimento e a Cartilha Educativa para a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência do Município de Iguaraçu – Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8069, de 13 de julho de 1.990 e, de acordo com a Lei Municipal Nº 006, de 26 de março de 2015,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer e organizar a Rede de Proteção do Município de Iguaraçu – Paraná, promovendo a atuação articulada e integrada dos órgãos, serviços e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 12 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Diagnóstico da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência do Município de Iguaraçu – Paraná, como instrumento de conhecimento, planejamento, organização, monitoramento e fortalecimento da política municipal de proteção integral.

Art. 2º Fica aprovado o Protocolo Municipal do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Iguaraçu – Paraná, como instrumento orientador para a atuação articulada dos órgãos, serviços e instituições integrantes da Rede de Proteção.

Art. 3º Fica aprovado o Fluxo Municipal de Atendimento e os respectivos instrumentos de registro destinados a orientar a atuação dos órgãos e serviços integrantes da Rede de Proteção.

Art. 4º Fica aprovada a Cartilha Educativa de Orientação à Rede de Proteção, destinada à divulgação de informações e orientações aos profissionais, órgãos, serviços e demais atores que atuam na garantia

dos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
Art. 5º Os documentos aprovados por esta Resolução deverão ser observados como instrumentos orientadores pela Rede de Proteção do Município de Iguaraçu, respeitadas as atribuições legais e institucionais de cada órgão, serviço e profissional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA VIEIRA FERNANDES MARTINS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:834AF58D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 091/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026

Ref: Contrato n.º 091/2026
Assunto: Inexigibilidade n.º 042/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: M&M PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.543.849/0001-25, com sede na Rua Gabriel Cubel, nº 178, Bairro Vila Bandeirante, CEP 79.006-520 – Campo Grande/MS.
OBJETO: Contratação de show artístico com a dupla "Brenno Reis e Marco Viola", para apresentação durante o evento "Iguaraçu 71 Anos", em comemoração à festividade alusiva aos 71 anos de emancipação política do Município de Iguaraçu – PR, a ser realizado no dia 21 de novembro de 2026, no Município de Iguaraçu – Paraná.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/08/2026 a 30/11/2026.
VALOR CONTRATUAL: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato n.º 091/2026, firmado com fundamento no Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, vinculado à Inexigibilidade n.º 042/2026, cujos termos e condições integram o presente extrato.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B34AD73A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 042/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026

1. OBJETO: Contratação de show artístico com a dupla "Brenno Reis e Marco Viola", para apresentação durante o evento "Iguaraçu 71 Anos", em comemoração à festividade alusiva aos 71 anos de emancipação política do Município de Iguaraçu – PR, a ser realizado no dia 21 de novembro de 2026, no Município de Iguaraçu – Paraná**.**

2. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

3. CONTRATADO: M&M PRODUÇÃOMUSICAL LTDA, com sede na Rua Gabriel Cubel, nº 178, Bairro Vila Bandeirante, CEP 79.006-520 – Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.543.849/0001-25.

4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo, nos termos do §2º do referido artigo.

5. VALOR: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme proposta comercial apresentada.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide contrato.

Iguaraçu/PR., 20 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CA7BB694

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos provenientes de fossas sépticas, a serem executados sob demanda, visando atender às unidades pertencentes ao Município de Iguaraçu/PR e aos imóveis beneficiários do Programa Municipal "Fossa Limpa", instituído pela Lei Municipal nº 08/2021, em favor da empresa **GEVALCIR CORREA DE BRITO FILHO**, CNPJ: 20.703.736/0001-33, sito Rod Pr 317, s/n – Estrada Zanin - Iguaraçu/PR- CEP: 86.750-000, no valor total de R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 039/2026**.

Iguaraçu/PR., 21/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:33CE117C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO Nº 06 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 06/2025 – EDUCADOR RESIDENTE

CONVOCAÇÃO Nº 06 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 06/2025 – EDUCADOR RESIDENTE

A Secretária Municipal de Assistência Social o do município de Inácio Martins convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 06/2025 para o cargo de Educador Residente.

Vagas Ampla concorrência

Nome Completo	Data de Nascimento	Classificação
Thalita Lucia Madureira	27/02/1992	9°

Os candidatos, convocados, devem comparecer ao Departamento de Recursos Humanos nos dias 21 a 25/08/2026 a partir das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas munidos dos documentos relacionados no item 11 do Edital (caso tenham intenção de assumir a vaga, ao contrário devem apresentar somente para assinar a desistência.

Inácio Martins, 20 de agosto de 2026.

THAIARA DE CASSIA TAVARES MELO
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto nº 018/2026

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:22196EB9

GOVERNO MUNICIPAL
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 030/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
ABERTURA: 28/08/2026, ÀS 14H00MIN
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, CNPJ nº 76.178.029/0001-20, através do Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR e da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados através do Decreto nº 185/2026, **TORNA PÚBLICO A PRESENTE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO N° 030/2026,** a todas as empresas interessada em participar da licitação Pregão Eletrônico n° 022/2026, cujo objeto é a Aquisição de veículo utilitário conforme Convênio SEAB n° 005/2026.
A retificção do Edital de Licitação É REFERENTE A ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO DO VEÍCULO:
Onde se lê:
VEICULO UTILITARIO PICK UP: Ano/modelo: 2026/2027, 02 portas, cabine simples, câmbio manual, 06 marchas a frente e 01 à ré, diesel, potência do motor: mínimo de 270 CV, capacidade do tanque de combustível: mínimo 75 litros, carga útil do veículo: 1170 kg. Emplacado e Licenciado.
Leia-se:
VEÍCULO UTILITÁRIO PICK-UP: Ano/modelo: 2026/2027, 02 portas, cabine simples, câmbio manual, 06 marchas à frente e 01 à ré, diesel, **potência do motor: mínimo de 200 CV, tração 4x4**, capacidade do tanque de combustível: mínimo de 75 litros, carga útil do veículo: mínimo de 1.170 kg, emplacado e licenciado.
Com a Retificação, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, PARA O DIA 03/09/2026 (QUINTA-FEIRA), AS 09H00MIN, no sistema eletrônico da BLL.
A Retificação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através do site do Município de Inácio Martins/PR, disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, no Sistema Eletrônico, o site da Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil – BLL, disponível em www.bll.org.br, no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível em www.gov.br/pncp/pt-br, no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, disponível em www.diariomunicipal.com.br/amp, no site do Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, disponível em dioe.pr.gov.br/, no site do Jornal Bem Paraná, disponível em www.bemparana.com.br/ e no Jornal Hoje Centro Sul. Informações podem ser obtidas através do telefone (42) 3132-8000 e pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br

Inácio Martins/PR, 20 de Agosto de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:EBCFE1C8

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO N° 004/2026
EDITAL N° 032/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO N° 004/2026
EDITAL N° 032/2026
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, CNPJ nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Agente de Contratação juntamente com a Equipe de Apoio, designados através do Decreto n° 185/2026, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO A ABERTURA DE CREDENCIAMENTO CUJO OBJETO É O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS – ILPI. OS INTERESSADOS DEVERÃO ENVIAR OS DOCUMENTOS VIA E-MAIL licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br OU PROTOCOLAR OS DOCUMENTOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS/PR, SITUADA NA RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 332, CENTRO, INÁCIO MARTINS, PARANÁ, CEP: 85.155-000, EM DIAS ÚTEIS, DAS 08H00MIN ÀS 12H00MIN E DAS 13H00MIN ÀS 17H00MIN OU ENVIAR VIA CORREIO NO ENDEREÇO ACIMA INDICADO. ABERTURA DA 1ª SESSÃO PÚBLICA: DIA 21/09/2026, AS 09H00MIN, NA SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS/PR, LOCALIZADA NO ENDEREÇO ACIMA INDICADO.** A íntegra do Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço acima, no Site Oficial do Município de Inácio Martins/PR, disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, no site do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível em www.gov.br/pncp/pt-br ou poderão ser solicitados através do e-mail: licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br
Inácio Martins/PR, 20 de Agosto de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:2D6849D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
ATA DE TERMO DE CONVÊNIO N° 015/2026

Aos 20 dias do mês de agosto de 2026, reuniu-se na sala de reuniões no Paço Municipal desta municipalidade o presidente da comissão especial de licitação nomeado pela portaria 063/2026, a senhora Janaina Bergamin Pereira juntamente com seus secretários para apreciar o pedido expedido pelo Gabinete do Prefeito, referente a reunião de pedido de Convênio, celebrado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ**, inscrita no CNPJ sob n° 75.738.484/0001-70, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, 2.677, CEP 87560-000, neste ato representada pelo prefeito em exercício, Sr. **Roberto da Silva**, brasileiro, casado portador do RG n° 5.313.053-4 e do CPF n° 916.753.089-34 residente e domiciliado nesta municipalidade, e pela **ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS VOLUNTÁRIAS DE IPORÃ**, da cidade de Iporã/PR, inscrita no CNP sob nº 21.809.786/0001-62, sediada à Rua Sinop, S/N, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Presidente a Sra. **Maria Aparecida Cogo de Oliveira**, brasileira, casada, portadora do RG/CI n-. 4.069.545-1 SSP/PR, e do CPF/MF nº 793.731.519-91 residente e domiciliado nesta municipalidade. Celebram entre si o termo de convênio n° 010/2026 conforme a Lei Municipal nº 1985/2025. O presente convênio tem por objetivo atender as necessidades das instituições citadas. O Município de Iporã repassará a cada entidade os recursos financeiros no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), valores esses que serão repassados em um pagamento através de contas correntes bancárias com as entidades, Fica acordado que não havendo a apresentação de comprovantes o valor será automaticamente suspenso. O presente convênio ficará vigente durante esse exercício do ano de 2026 e os recursos financeiros serão oriundos da dotação orçamentária 33.50.43.99.99.00. A situação de regularidade fiscal da entidade deve ser comprovada através de certidões expedidas pelos seus devidos sites.

Sem mais, ficam acordadas as partes com a Celebração do termo de Convênio n° 015/2026.

_____
JANAINA BERGAMIN PEREIRA

_____
ROBERTO DA SILVA

MARIA APARECIDA COGO DE OLIVEIRA
Associação das Amigas Voluntárias de Iporã

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:87D1DA5E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 030/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização da **concorrência eletrônica nº 030/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Seleção de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ, abrangendo área total de 3.084,60 m² no prolongamento da Avenida Duque de Caxias, no Município de Iporã/PR, compreendendo serviços de drenagem de águas pluviais, terraplenagem, regularização e compactação do subleito, execução de base em solo-cimento, imprimação, pintura de ligação, aplicação de revestimento asfáltico, execução de meio-fio com sarjeta, sinalização viária horizontal e vertical, construção de calçadas em concreto, implantação de rampas de acessibilidade, paisagismo, controle tecnológico dos materiais e serviços, bem como o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e Contrato de Repasse nº 988450/2025/MCIDADES/CAIXA.

VALOR MÁXIMO: R$ 872.432,06
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 08/09/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 08/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 08/09/2026

Iporã – PR, 20 de AGOSTO de 2026.

JANINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:49DA2D54

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 019/2026 - PROCESSO N° 151/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para o fornecimento, transporte, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de arena de rodeio, composta por 08 (oito) bretes, currais e embarcador, com capacidade para acomodação de até 60 (sessenta) animais, destinada à realização das atividades de rodeio durante a Expo Iporã 2026, no Município de Iporã/PR.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.
Propostas deverão ser encaminhadas até ás 17:00 hrs do dia 25/08/2026.
Os interessados em apresentar proposta, devem envia-las no e-mail:**dispensa.licitacao@ipora.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NUMERO DA DISPENSA.**
Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.
Iporã – PR, 20 de Agosto de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:0B59FD79

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 020/2026 - PROCESSO N° 153/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifício e prestação de serviços de montagem, instalação e execução de shows pirotécnicos destinados aos eventos oficiais promovidos e/ou apoiados pelo Município de Iporã/PR.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.
Propostas deverão ser encaminhadas até ás 17:00 hrs do dia 25/08/2026.
Os interessados em apresentar proposta, devem envia-las no e-mail:**dispensa.licitacao@ipora.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NUMERO DA DISPENSA.**
Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.
Iporã – PR, 20 de Agosto de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:F93F25AA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 155/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Iporã, Estado do Paraná, usando das atribuições legalmente lhe conferidas, e em especial pelo que determina a Lei Municipal nº 1994/2025, de 01/12/2025, publicada no Órgão Oficial do Município "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em data de 02/12/2025, edição de nº 3418, resolve:
Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto ao Orçamento Geral do atual Exercício, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 6.451.079,64 (Seis milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a tender despesa(s) da(s) seguinte(s) Secretaria(s), em conformidade com o que segue discriminado:
03. SECRETARIA DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO
03.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220003.2.005000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 38.000,00
67 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
061820004.2.010000 MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00
96 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
03.04. GUARDA MUNICIPAL COMUNITÁRIA
061220027.2.009000 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00
156 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 58.000,00
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
04.01. DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

123610010.2.021000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB
3.1.90.04.00.0000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.....R$ 300.000,00
198 FONTE: 101 FUNDEB 70%
123610010.2.022000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 141.000,00
252 FONTE: 104 25% sobre demais Impostos vinculados à Educação
3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R$ 30.000,00
257 FONTE: 104 25% sobre demais Impostos vinculados à Educação
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00
258 FONTE: 103 5% sobre Transferências Constitucionais
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00
259 FONTE: 104 25% sobre demais Impostos vinculados à Educação
04.03. DEPARTAMENTO DE CULTURA
133920013.2.023000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 15.000,00
356 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 526.000,00

05. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
05.01. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
103020015.2.029000 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE
3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 128.000,00
394 FONTE: 303 Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00-15%)
05.02. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
103010015.2.030000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.32.00.0000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 60.000,00
429 FONTE: 303 Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00-15%)
103010015.2.031000 MANUTENÇÃO DA SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.32.00.0000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 63.175,13
2072 FONTE: 1237 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.90.34.00.0000 OUTRAS DESP DE PESSOAL DEC DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R$ 40.900,00
2078 FONTE: 1248 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 26.676,61
1987 FONTE: 1234 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 102.932,53
2019 FONTE: 1237 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 215.500,14
2079 FONTE: 1248 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 77.305,20
2186 FONTE: 1240 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
103020016.1.029000 REFORMA HOSPITAL MUNICIPAL
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 333.441,16
2154 FONTE: 1311 CV.FUNSAUDE/GOV ESTADO – REF HOSPITAL MUNICIPAL
103020016.2.036000 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 244.164,63
1877 FONTE: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 77,51
1935 FONTE: 1236 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 80.351,23
2065 FONTE: 1237 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 8.215,00
2066 FONTE: 1247 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 56.539,80
2147 FONTE: 1250 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 150.000,00
2171 FONTE: 1241 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
3.3.71.70.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE.....R$ 48.400,00
2172 FONTE: 1244 Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS
SOMA.....R$ 1.635.678,94

06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220023.2.055000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.90.04.00.0000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.....R$ 147.000,00
504 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.1.90.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 4.500,00
522 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 15.000,00
530 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00
532 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
06.03. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
185420022.2.076000 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E DO ATERRO SANITÁRIO
3.1.90.04.00.0000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.....R$ 191.000,00
549 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.1.90.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 19.000,00
558 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 1.000,00
560 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 397.500,00

07. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA/LIMPEZA PÚBLICA
07.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220024.2.008000 MANUTENÇÃO DE OFICINA E GARAGEM
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 35.000,00
577 FONTE: 504 Outros Royalties e Compensações Financeiras Não Previdenciárias
041220024.2.057000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 310.000,00
597 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 150.000,00
599 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 100.000,00
1667 FONTE: 15 COSIP – E.C 93/2016
07.02. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – DIVISÃO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

154510024.1.004000 RECAPE ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 52.533,60
2159 FONTE: 1358 CV.SECID/GOV ESTADO – Recapeamento Asfáltico de Vias Urbanas
154510024.2.048000 MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS, PARQUES, PRAÇAS E BOSQUES
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 200.000,00
621 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00
626 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 84.296,79
2157 FONTE: 1329 CV.SECID/GOV ESTADO – DRENAGEM URBANA
SOMA.....R$ 951.830,39
09. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
09.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
081220018.2.039000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA AÇÃO SOCIAL GERAL
3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 25.500,00
687 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 15.000,00
694 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
4.4.90.52.00.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 15.000,00
696 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
081220018.2.042000 PROGRAMA BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3.3.90.32.00.0000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 150.000,00
698 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 205.500,00
10. SECRETARIA DE FINANÇAS
10.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
288430000.0.00300 PAGAMENTO DO APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL AO RPPS
3.3.91.97.00.0000 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL.....R$ 366.000,00
2181 FONTE: 501 Receitas de Alienações de Ativos
SOMA.....R$ 366.000,00
13. SECRETARIA DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, LAZER E TURISMO
13.02. DEPARTAMENTO DE TURISMO
046950036.2.04900 PLANEJAR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE FOMENTO AO TURISMO
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 5.000,00
974 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 5.000,00
14. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL
14.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220033.2.132000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 50.000,00
994 FONTE: 504 Outros Royalties e Compensação Financeiras Não Previdenciárias
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 70.000,00
996 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 80.000,00
997 FONTE: 504 Outros Royalties e Compensação Financeiras Não Previdenciárias
14.02. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – DIVISÃO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
266060033.1.193000 PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE ESTRADAS RURAIS
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 937.125,57
2151 FONTE: 1360 CV.SEIL/GOV ESTADO – Recape Asfáltico na Estrada Nova S. Helena
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 371.942,96
2161 FONTE: 1349 CV.FEAP MATRIZ/GOV ESTADO – Pav Estr Rurais
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 196.210,15
2163 FONTE: 1350 CV.FEAP MATRIZ/GOV ESTADO – Pav Estr Rurais (Flórida)
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 373.777,88
2164 FONTE: 1339 CV.SECID/GOV ESTADO – Pav Estr Vicinais (Corredeira dos Índios)
266060033.2.047000 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS
4.4.90.51.00.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 226.513,75
2195 FONTE: 1348 CV.SEIL/GOV ESTADO – Construção Ponte s/ Córrego Santa Laura
SOMA.....R$ 2.305.570,31
TOTAL.....R$ 6.451.079,64

Art. 2º - O(s) recurso(s) para fazer(em) face ao(s) encargo(s) gerado(s) pelo que determina o Artigo 1º deste Decreto, decorrerá(ão), por provável Excesso de Arrecadação pelo ingresso de recursos na receita do atual exercício e por Cancelamento de dotação parcial da despesa orçada para o atual exercício, conforme demonstrado abaixo:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
FONTE: **501** Receitas de Alienações de Ativos.....R$ 366.000,00
FONTE: **504** Outros Royalties e Compensações Financeiras Não Previdenciárias.....R$ 165.000,00
FONTE: **1234** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 26.676,61
FONTE: **1236** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 77,51
FONTE: **1237** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 246.458,89
FONTE: **1240** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 77.305,20
FONTE: **1241** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 150.000,00
FONTE: **1244** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 48.400,00
FONTE: **1247** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 8.215,00
FONTE: **1248** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 256.400,14
FONTE: **1250** Repasse FNS/Fundo a Fundo At. Primária – Emenda Parlamentar SUS....R$ 56.539,80
FONTE: **1311** CV.FUNSAUDE/GOV ESTADO – REF HOSPITAL MUNICIPAL.....R$ 333.441,16
FONTE: **1329** CV.SECID/GOV ESTADO – DRENAGEM URBANA.....R$ 84.296,79
FONTE: **1339** CV.SECID/GOV ESTADO – Pav Estr Vicinais (Corredeira dos Índios)....R$ 373.777,88
FONTE: **1348** CV.SEIL/GOV ESTADO – Construção Ponte s/ Córrego Santa Laura.....R$ 226.513,75
FONTE: **1349** CV.FEAP MATRIZ/GOV ESTADO – Pav Estr Rurais.....R$ 371.942,96
FONTE: **1350** CV.FEAP MATRIZ/GOV ESTADO – Pav Estr Rurais (Flórida).....R$ 196.210,15
FONTE: **1358** CV.SECID/GOV ESTADO – Recapeamento Asfáltico de Vias Urbanas.....R$ 52.533,60
FONTE: **1360** CV.SEIL/GOV ESTADO – Recape Asfáltico na Estrada Nova S. Helena....R$ 937.125,57
SOMA.....R$ 3.976.915,01
CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO
03. SECRETARIA DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO
03.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220003.2.005000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 38.000,00
55 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
061820004.2.010000 MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL
3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R$ 10.000,00
98 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
03.04. GUARDA MUNICIPAL COMUNITÁRIA
061220027.2.009000 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 10.000,00
140 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 58.000,00
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01. DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
121220034.2.028000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R$ 20.000,00
163 FONTE: 103 5% sobre Transferências Constitucionais
3.3.90.36.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.....R$ 20.000,00
164 FONTE: 104 25% sobre demais Impostos vinculados à Educação
123610010.2.021000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 300.000,00
214 FONTE: 102 FUNDEB 30%
123610010.2.022000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.04.00.0000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.....R$ 171.000,00
230 FONTE: 104 25% sobre demais Impostos vinculados à Educação
04.03. DEPARTAMENTO DE CULTURA
133920013.2.070000 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 15.000,00
363 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 526.000,00

05. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
05.01. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
103020015.2.029000 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 128.000,00
376 FONTE: 303 Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00-15%)
05.02. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
103010015.2.030000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 60.000,00
409 FONTE: 303 Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00-15%)
103010015.2.089000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PSF ESTADUAL – APSUS/HOSPSUS
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 244.164,63
460 FONTE: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
SOMA.....R$ 432.164,63

06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220023.2.055000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 50.000,00
508 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.1.91.13.00.0000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.....R$ 19.000,00
527 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
206060023.2.045000 PROGRAMA DE FOMENTO AGRÍCOLA E PASTORIL A PEQUENOS PRODUTORES
3.3.50.41.00.0000 CONTRIBUIÇÕES.....R$ 11.500,00
537 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 3.500,00
538 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 84.000,00

07. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA/LIMPEZA PÚBLICA
07.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220024.2.057000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.90.04.00.0000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.....R$ 20.000,00
579 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 20.000,00

09. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
09.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
081220018.2.039000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA AÇÃO SOCIAL GERAL
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 15.000,00
690 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
081220018.2.042000 PROGRAMA BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3.3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 15.000,00
699 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
082430018.6.001000 MANUTENÇÃO SERVIÇO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PAEFI/CREAS
3.1.90.11.00.0000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 25.500,00
702 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 55.500,00

10. SECRETARIA DE FINANÇAS
10.01. ADMINISTRAÇÃO GERAL
288430000.0.00100 PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA
3.2.90.21.00.0000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO.....R$ 270.000,00
836 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
4.6.90.71.00.0000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO.....R$ 390.000,00
837 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
999999999.9.99900 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.99.00.0000 RESEVA DE CONTIGÊNCIA.....R$ 533.500,00
842 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 1.193.500,00

13. SECRETARIA DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, LAZER E TURISMO
13.02. DEPARTAMENTO DE TURISMO
046950036.2.04900 PLANEJAR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE FOMENTO AO TURISMO
4.4.90.52.00.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 5.000,00
975 FONTE: 000 Recursos Ordinários (Livres)
SOMA.....R$ 5.000,00

14. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL
14.02. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – DIVISÃO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
266060033.2.047000 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS
3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 100.000,00
1011 FONTE: 15 COSIP – E.C 93/2016
SOMA.....R$ 100.000,00

TOTAL.....R$ 6.451.079,64

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FE5BF61A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 179/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PLANO DE TRABALHO APRESENTADO À INEXIGIBILIDADE Nº 037/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre plano de trabalho apresentado à Inexigibilidade nº 037/2026, visando à execução de ações especializadas no atendimento a idosos e deficientes, que necessitavam de cuidados especiais de baixa renda, conforme Lei municipal n° 1985/2025, tendo

sido contratada a associação abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS VOLUNTÁRIAS DE IPORÃ	R$ 6.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 20 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:31C57500

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1289/2026

AUTORIZA O ASSESSOR PROFISSIONAL A VIAJAR A CIDADE DE ARAPONGAS NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;
I – AUTORIZA o **ASSESSOR PROFISSIONAL**, o Senhor **LUIZ RICARDO BONDEZAN FERREIRA**, a viajar no dia 20 de agosto de 2026, a cidade de Arapongas no Estado do Paraná, viagens pra Saúde, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B7911D7C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1290/2026

AUTORIZA A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA a **SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**, a Senhora **LUCI FRANCISCO ALVES BEZERRA**, a viajar nos dias 21 e 22 de agosto de 2026, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para participar do XXIX Congresso de Educação e Cidadania, que será realizado no Ginásio do Colégio Objetivo, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4ED3C3D5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1291/2026

AUTORIZA A DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA APARECIDA IONTA ABREU A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA a **DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA APARECIDA IONTA ABREU**, a Senhora **ELIZABETH APARECIDA NOGUEIRA ANTONIETTE**, a viajar nos dias 21 e 22 de agosto de 2026, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para participar do XXIX Congresso de Educação e Cidadania, que será realizado no Ginásio do Colégio Objetivo, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FC2751DB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1292/2026

AUTORIZA A DIRETORA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA a **DIRETORA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a Senhora **ELISANGELA APARECIDA COGO RONCHI**, a viajar nos dias 21 e 22 de agosto de 2026, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para participar do XXIX Congresso de Educação e Cidadania, que será realizado no Ginásio do Colégio Objetivo, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5701DBB8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 063/2026, de 28 de janeiro de 2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação.
MODALIDADE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 013/2026
OBJETO: Celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Iporã e a Instituição ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS VOLUNTÁRIAS DE IPORÃ, visando à execução de ações especializadas no atendimento a idosos e deficientes, que necessitavam de cuidados especiais de baixa renda, conforme Lei municipal n° 1985/2025.

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS VOLUNTÁRIAS DE IPORÃ
CNPJ Nº 21.809.786/0001-62
VALOR DA PROPOSTA: R$ 6.000,00 (seis mil reais)
JUSTIFICATIVA: A celebração de Termo de Colaboração com a **Associação das Amigas Voluntárias de Iporã**, entidade atuante como Instituição de Longa Permanência, tem fundamento no dever constitucional do Estado de promover a assistência social e garantir os direitos fundamentais da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, nos termos do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e demais normativas correlatas.
A demanda decorre da necessidade de atendimento especializado e contínuo a **idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social e econômica**, especialmente aqueles que se encontram em condição de risco pessoal e social e não dispõem de suporte familiar ou recursos próprios para sua manutenção.
A **Associação das Amigas Voluntárias de Iporã** desenvolve ações socioassistenciais que envolvem acolhimento institucional, cuidados de saúde, apoio psicossocial e atividades voltadas à garantia de direitos, sendo reconhecida por sua relevância social e por atender ao interesse público local. No entanto, como entidade privada sem fins lucrativos, enfrenta limitações orçamentárias que comprometem a regularidade e a qualidade dos serviços ofertados.
A parceria com o poder público municipal, por meio de Termo de Colaboração, visa garantir o repasse de recursos para a execução de **ações especializadas no atendimento a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda**, permitindo a manutenção de serviços essenciais, a contratação de equipe técnica qualificada, a aquisição de insumos, bem como a adequação da infraestrutura física e operacional da entidade.
A medida está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), fortalecendo a rede socioassistencial de proteção básica e especial do Município de Iporã e promovendo a efetivação dos direitos sociais, com foco na dignidade da pessoa humana, no princípio da equidade e na eficiência da aplicação dos recursos públicos.
Dessa forma, a seleção de uma ILPI para a formalização da parceria busca garantir a continuidade e a melhoria dos serviços oferecidos, alinhando-se ao interesse público e ao cumprimento das diretrizes estabelecidas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e demais normativas aplicáveis
.

Iporã-PR, 20 de agosto de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA	***ROBERTO DA SILVA***
Agente de Contratação	Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:F97493E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 598/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **revogada** a gratificação de 50% de Coordenação Pedagógica concedida à professora Rosane Andrechovicz, matrícula 2321491, lotada na Escola Irma Helena Olek.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:89DECCAA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 599/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Eliane Aparecida Broday, matrícula nº 2948101, lotada na Escola Padre Wenceslau, para exercer a função de **Coordenadora Pedagógica,** percebendo a gratificação de 50% prevista no art. 66 da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1A0F0DF4

PROCURADORIA
DECRETO Nº 600/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Amanda Sluzala da Silva, matrícula nº 5066099, lotada na Escola Esperança C Chuilki, para exercer a função de **Coordenadora Pedagógica,** percebendo a gratificação de 25% prevista no art. 66, parágrafo único da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:12E474FE

PROCURADORIA
DECRETO Nº 601/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Paula Andressa Adamski Franco, matrícula nº 5066117, lotada na Escola Irmã Helena Olek, para exercer a função de **Coordenadora Pedagógica,** percebendo a gratificação de 25% prevista no art. 66, parágrafo único da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E7271388

PROCURADORIA
DECRETO Nº 602/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Rosane Andrechovicz, matrícula nº 2321490, lotada na Escola Irmã Helena Olek, para exercer a função de **Diretora,** percebendo a gratificação de 60% prevista no art. 65 da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:3D590D7F

PROCURADORIA
DECRETO Nº 604/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, prevista no art. 67, caput, da Lei Municipal nº 4.746/2019, à professora **VERONICA BARBOSA FURMANOWICZ**, matrícula nº 2567220.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B3637B85

PROCURADORIA
DECRETO Nº 605/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada de 25% para 50% a gratificação concedida à professora Luciana Luzia Martins, matrícula nº 2962100, lotada na Escola Irmã Helena Olek, para o exercício da função de Coordenação Pedagógica, nos termos do art. 66 e parágrafo único da Lei Municipal nº 4.746/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor retroativamente a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:67061A2C

PROCURADORIA
DECRETO Nº 606/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Flaviane de Souza, matrícula nº 5066259, lotada no CMEI Irmã Anna, para exercer interinamente a função de **Diretora,** percebendo a gratificação de 60% prevista no art. 65 da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:149C562C

PROCURADORIA
DECRETO Nº 607/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **revogada** a gratificação decorrente de acréscimo de Jornada, concedidas às seguintes professoras:

PROFESSOR(A)	MATRÍCULA	ESCOLA
Carline Fabris Cordeiro	5066162	Escola Irmã Helena Olek
Veronica Barbosa Furmanowicz	2567220	SME

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:92150FA8

PROCURADORIA
DECRETO Nº 608/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Luciana Niemes Vichinevski de Morais, matrícula nº 5066127, lotada na Escola Esperança C Chuilki, para exercer a função de **Diretora,** percebendo a gratificação de 60% prevista no art. 65 da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D4A7AAEA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 609/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam **revogadas** as gratificações de Direção e Coordenação Pedagógica concedidas às seguintes professoras:

PROFESSOR(A)	MATRÍCULA	Direção/Coordenação	LOTAÇÃO
Luciana Niemes Vichinevski de Morais	5066127	50% Coordenação	Escola Esperança C Chuilki
Carline Fabris Cordeiro	5066162	60% Direção	Escola Irma Helena Olek
Veronica Barbosa Furmanowicz	2567220	60% Direção	Escola Esperança C Chuilki

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E3A7C406

PROCURADORIA
DECRETO Nº 610/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o acréscimo de 100% de jornada para as professoras abaixo relacionadas:

PROFESSOR(A)	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
Eliane Aparecida Broday	2948101	Escola Padre Wenceslau
Luciana Luzia Martins	2962100	Escola Irma Helena Olek
Michele Longato	5066138	Escola Matilde A Do Nascimento

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:297F6E3A

PROCURADORIA
DECRETO Nº 611/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor abaixo relacionado:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
ANGELO MARCOS LITTIERI	Diretor de Departamento III	Secretaria de Esporte	XXX.XXX.849-34

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 20 de AGOSTO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:6E4F7C09

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 02/2026/CME

SÚMULA: Prorroga o prazo para inscrição e participação no Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME para a Gestão 2026/2029 e altera o cronograma estabelecido no Edital de Chamamento Público.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI – CME, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 2.785, de 19 de agosto de 2008, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 5.242, de 10 de julho de 2025, e o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação,

CONSIDERANDO a Portaria nº 001/2026/CME, de 30 de julho de 2026, que instituiu a Comissão Especial responsável pela elaboração, coordenação, organização, análise documental e acompanhamento do Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME para a Gestão 2026/2029;
CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público nº 01/2026/CME, que estabeleceu as regras e o cronograma para o Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME para a Gestão 2026/2029;
CONSIDERANDO que, até o encerramento do prazo inicialmente estabelecido, alguns dos segmentos previstos na legislação municipal ainda não apresentaram manifestação, indicação de representantes ou a documentação necessária à sua participação no processo;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a ampla participação dos segmentos que compõem o Conselho Municipal de Educação, bem como os princípios da publicidade, transparência, isonomia, participação democrática e segurança jurídica;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir prazo adequado para que os segmentos ainda não manifestados possam participar regularmente do processo de escolha;
RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogado por **10 (dez) dias úteis** o prazo para inscrição e manifestação dos segmentos interessados em participar do Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME para a Gestão 2026/2029.
Art. 2º Em razão da prorrogação estabelecida no art. 1º, o cronograma constante do Edital de Chamamento Público nº 01/2026/CME passa a vigorar com as seguintes datas:

ETAPA	NOVA DATA
Publicação do Edital	04/08/2026
Período de inscrições	04/08/2026 a **02/09/2026**
Análise da documentação	**03/09/2026 a 08/09/2026**
Publicação da relação preliminar de habilitados	**09/09/2026**
Prazo para interposição de recursos	**10/09/2026 e 11/09/2026**
Análise e julgamento dos recursos	**14/09/2026 e 15/09/2026**
Publicação da relação definitiva de habilitados	**16/09/2026**
Publicação do resultado final	**22/09/2026**
Encaminhamento ao Poder Executivo para nomeação	**23/09/2026**
Publicação do Decreto de Nomeação	**até 30/09/2026**
Posse dos Conselheiros	**até 14/10/2026**

Art. 3º Durante o período de prorrogação, os segmentos que ainda não tenham concluído sua participação poderão apresentar a documentação exigida pelo Edital de Chamamento Público, observadas as formas e condições nele estabelecidas.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 01/2026/CME e da Portaria nº 001/2026/CME que não conflitarem com o disposto nesta Portaria.
Art. 5º A Comissão Especial deverá dar ampla publicidade à presente Portaria, inclusive por meio dos canais oficiais utilizados para divulgação do Processo de Escolha.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irati/PR, ____ de agosto de 2026.

JUSSARA RUPPEL
Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:32F2D37D

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 018/2026/CMSI

SÚMULA: Aprova a proposta de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, a ser pleiteada pelo Município de Irati/PR, nos termos da Resolução SESA nº 794/2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Irati – PR, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a legislação municipal pertinente e seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 794/2026, de 1º de julho de 2026, que habilita os municípios a aderirem aos recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a disponibilização de recursos financeiros no valor de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)** para adesão do Município de Irati/PR, nos termos da referida Resolução;

CONSIDERANDO a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde de Irati da proposta de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para atendimento das necessidades da Rede de Atenção à Saúde do Município;

CONSIDERANDO a apreciação e deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Irati, em reunião realizada em **12 de agosto de 2026**, registrada na **Ata nº 09/2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de aquisição de equipamentos e materiais permanentes a serem pleiteados pelo Município de Irati/PR, no valor de até **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, nos termos da Resolução SESA nº 794/2026, conforme relação de equipamentos e materiais permanentes apresentada ao Conselho Municipal de Saúde para apreciação e deliberação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Irati, 12 de agosto de 2026.

CARLA MOSELE RAGUGNETI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Irati – PR
CMSI

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:7BB23FE7

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

Concorrência eletrônica nº 007/2026. Processo Administrativo nº 135/2026
Objeto: Concessão do imóvel objeto da matrícula nº 11.016 do 1º Oficio de Registro de Imóveis de Irati conforme parágrafo II do Art. 2º. da Lei Municipal nº 5.320/2026.
A Autoridade Competente do Município de Irati-PR informa a suspensão da sessão pública do referido processo devido a falhas operacionais no sistema de transmissão da sessão.
A sessão pública fica reagendada para o dia 24 de agosto de 2026, às 13h30min, no Salão Nobre do Paço Municipal, sito na Rua Cel. Emilio Gomes, 22, Irati/Pr, sendo o mesmo transmitido via Youtube pelo Canal Oficial do Município podendo ser acessado por meio do link:
https://youtube.com/@prefeituradeiratiparana8213?si=oPfJFWxImPGKAd0B ou pelo usuário @prefeituradeiratiparana8213.
A alteração para o novo link para transmissões das sessões e/ ou atos presenciais esse dá em cumprimento ao disposto no art. 17 § 2º da Lei 14.133/2021 e às diretrizes do Youtube.
Não serão aceitos novos protocolos, permanecendo válidos os documentos e propostas já apresentados no processo.

Irati, 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Processo digital nº 3717/2026- Sorteio membros para constituição para composição de subcomissão técnica para avaliação das peças técnicas para contratação de Agência de Propaganda, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010

O Município de Irati-PR em atendimento aos preceitos de ampla publicidade institucional vem por meio deste RETIFICAR a data de sorteio e link para transmissão do referido sorteio para composição de subcomissão técnica em cumprimento ao estabelecido pela Lei n° 12.232/2010, em seu art. 10, §4° publica abaixo, a relação de membros cadastrados.
O sorteio será realizado em sessão pública que ocorrerá no Salão Nobre do Paço Municipal, sito na Rua Cel. Emilio Gomes, 22, nesta Cidade, no dia 24 de agosto de 2026 às 10h00min, sendo o mesmo transmitido via Youtube pelo Canal Oficial do Município podendo ser acessado por meio do link: https://youtube.com/@prefeituradeiratiparana8213?si=oPfJFWxImPGKAd0B ou pelo usuário @prefeituradeiratiparana8213.
A alteração para o novo link para transmissões das sessões e/ ou atos presenciais esse dá em cumprimento ao disposto no art. 17 § 2º da Lei 14.133/2021 e às diretrizes do Youtube.

ALINE CARLA BRANDALISE
Agente de Contratação

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:5FB134EB

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo Ata de Registro de Preços nº 126/2025, Pregão Eletrônico nº 014/2025 – PMI. Contratada: AJDJ Empreendimentos Ltda, CNPJ 57.582.755/0001-69. Objeto: Registro de preços para prestação de serviços para limpeza, tais como Roçada, capina e varrição de área públicas na área urbana e rural do município de Irati-PR. Do Valor Redimensionamento Contratual: Fica aditada ao valor contratual original, a importância de R$ 325.897,08 (trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos), equivalente ao acréscimo contratual de 25% para os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Data e assinaturas.

Sexto Termo Aditivo Contrato de Obra e Serviço de Engenharia nº 162/2024, Concorrência Eletrônica nº 020/2024 – PMI. Contratada: Construtora Cathio Ltda, CNPJ 16.829.146/0001-84. Objeto: Execução de Pavimentação de estrada vicinal em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 12.936,53 m². Da Supressão Do Valor Contratual: Fica suprimida do valor contratual original a importância de R$ 19.881,90 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa centavos), sendo R$ 18.513,20 (dezoito mil, quinhentos e treze reais e vinte centavos) correspondente à supressão de 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento) do valor do contrato reajustado e R$ 1.368,70 (um mil, trezentos e sessenta e oito reais e setenta centavos) valor reajustado não executado. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:A570FE45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços contínuos de servente de limpeza e conservação com acúmulo da função de copeira, para atender as necessidades do prédio da Capela Mortuária de forma preventiva e, extraordinariamente, sempre que houver a realização de velórios, de modo a garantir condições adequadas de higiene, salubridade, conservação patrimonial e pleno funcionamento das instalações.

RATIFICO por este termo, e **ADJUDICO E HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação nº002/2026, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, para a empresa**: MARBELLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita sobre o CNPJ: 59.244.596/0001-18, com sede na Rua São Brás, nº99, sala 02, Jardim Bom Jesus, CEP: 37.630-000, Município de Toledo, Estado do Minas Gerais, E-mail: marbellaconstrutora25@gmail.com , pelo valor total R$ 27.010,54 (vinte e sete mil e dez reais e cinquenta centavos),nos termos do Artigo 75, inciso ll, da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos e artigo 11 do Decreto Municipal nº5.108/2024.

Itambaracá, 14 de agosto de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:5FCC544A

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso, em ambiente web, do sistema denominado **TRAZ VALOR**, destinado à gestão de frotas por meio da pesquisa de preços e da orçamentação eletrônica de peças automotivas genuínas (montadora) e originais (fabricante/OEM), a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município, incluso treinamento e suporte técnico.

RATIFICO por este termo, e **ADJUDICO E HOMOLOGO** a Inexigibilidade de Licitação nº 013/2026, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, para a empresa **EMPRESAS FL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado e devidamente inscrita no CNPJ nº 17.922.286/0001-65, com sede na Calçada dos Mirtilos, 33 – andar 2, Condomínio Centro Comercial Alphaville, CEP: 06453-019, Barueri/SP, no valor de R$24.121,44(vinte e quatro mil, cento e vinte um reais e quarenta e quatro centavos.) que será despendido, conforme a demanda, para um período de 12 (doze) meses, nos termos do Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo em vista os elementos que instruem o Processo Administrativo n° 036/2026. DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação e a publicação deste Termo como condição de sua eficácia.

Itambaracá, 20 de agosto de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:089A1098

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 018/2026

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
O MUNICIPIO DE ITAMBARACA-PR, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2026, Processo Administrativo nº 35/2026, objeto: Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro para veículos da Frota Municipal, por um período de 12 meses, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: **GENTE SEGURADORA S.A.** (90180605000102) com o lote 1 no valor de R$ 1.291,44 (um mil e duzentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), lote 3 no valor de R$ 524,95 (quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos), lote 4 no valor de R$ 587,51 (quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos), lote 5 no valor de R$ 576,52 (quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), lote 6 no valor de R$ 1.517,10 (um mil e quinhentos e dezessete reais e dez centavos), lote 7 no valor de R$ 1.581,91 (um mil e quinhentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) e lote 9

no valor de R$ 1.331,69 (um mil e trezentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) e **SEGUROS SURA S/A.** (33065699000127) com o lote 2 no valor de R$ 1.836,72 (um mil e oitocentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos), lote 8 no valor de R$ 1.249,92 (um mil e duzentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos) e lote 10 no valor de R$ 1.590,00 (um mil e quinhentos e noventa reais) e **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** (61198164000160) com o lote 11 no valor de R$ 2.437,80 (dois mil e quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), lote 12 no valor de R$ 2.431,64 (dois mil e quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), lote 13 no valor de R$ 2.153,63 (dois mil e cento e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), lote 14 no valor de R$ 2.888,13 (dois mil e oitocentos e oitenta e oito reais e treze centavos), lote 15 no valor de R$ 2.887,62 (dois mil e oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos), lote 16 no valor de R$ 2.888,24 (dois mil e oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), lote 17 no valor de R$ 2.887,82 (dois mil e oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos) e lote 18 no valor de R$ 2.955,52 (dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos),

ITAMBARACÁ, 20 de agosto de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:E01F493D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ERRATA

ERRATA: Na publicação da Portaria nº 311/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 10/08/2026 – Edição 3591

ONDE SE LÊ: Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de Gozo de Férias

O CORRETO É: Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de Gozo de Férias

ERRATA: Na publicação da Portaria nº 323/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 20/08/2026 – Edição 3599

ONDE SE LÊ: Art. 1º. ...no cargo **MECÂNICO**

O CORRETO É: Art. 1º. ...no cargo **MOTORISTA**

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:0BE0514E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 326/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 990/2026 do Ofício nº 029/2026/DL referente ao requerimento ao Secretário de Administração que solicita Gozo de Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de Gozo de Férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período De Fruição	
				INICIO	FIM
RENATA CRISTINA DOS SANTOS	200879	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02/08/2023 A 01/08/2024	21/08/2026	04/09/2026

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:C419BA71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
RESOLUÇÃO Nº 012/2026 - CMS

Considerando que o pleno do Conselho Municipal de Saúde de Itambaracá, Estado do Paraná, Rua Orlando Fuzeto n° 405, regulamentado conforme a Lei Municipal 1.546/2015 e Leis Federais nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 e nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, em reunião ordinária realizada no dia 20 de agosto de 2026, às 10:00 horas no prédio da Secretaria Municipal de Saúde de Itambaracá, registra em Ata n° 012/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar o Plano de Trabalho referente ao repasse financeiro municipal para o Conselho Comunitário Hospital Dr. Ubirajara Condessa de Itambaracá, no valor de até R$ 50.000,00, destinado exclusivamente ao custeio de ações, serviços, consultas, exames e procedimentos de Média Complexidade Ambulatorial – MCA da Resolução SESA nº 746/2026.

Art. 2º-Aprovar a utilização de saldos remanescentes – Resoluções SESA nº 253/2022 e nº 1.428/2023, para a aquisição de equipamentos.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Itambaracá-PR, 20 de agosto de 2026.

THYELLY SAMANTHA ZAMBONI
Presidente do C.M. S

Homologada em 20 de agosto de 2026.

REGIANE DA SILVA MENDES POLIZEL
Secretária Municipal de Saúde
Portaria n° 299/2026

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:C0F0A547

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 181/2026

O Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXCLUIR a partir de 21 de agosto de 2026 (inclusive), a servidora TERESINHA DA APARECIDA PAES, portadora do RG nº 4.582.xxx-x SSP/PR, ocupante do cargo de Gari do Quadro de Pessoal

Estatutário desta Municipalidade, em virtude da concessão de sua aposentadoria, conforme benefício nº 235.432.920-7, espécie 42.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Município de Itambé, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:C3CE423B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 4072/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Aditivo de Contrato Nº 4072/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Licitech Consultoria & Solutions em Licitações Públicas Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.804.043/0001 - 23.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais de higiene e limpeza em geral para uso dos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o previsto no Edital de Pregão Eletrônico Nº 90015/2025.
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato em 60 (sessenta) dias.
Data do Aditivo de Contato: 05 (cinco) de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:25882D7A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 674 A Nº 677/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 674/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Tamara P. Farias, Matrícula: 018.248-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24.08.2026 as 07h00 e retorno dia 24.08.2026 as 18h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Formação – Inglês Kids. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 17.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 675/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Eloiza L. Casiraghi, Matrícula: 014.714-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24.08.2026 as 07h00 e retorno dia 24.08.2026 as 18h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Formação – Inglês Kids. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 17.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 676/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Franciely D. L. Santos, Matrícula: 015.877-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24.08.2026 as 07h00 e retorno dia 24.08.2026 as 18h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Formação – Inglês Kids. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 17.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 677/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Eliane F. Mitrut, Matrícula: 112.771-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24.08.2026 as 07h00 e retorno dia 24.08.2026 as 18h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Formação – Inglês Kids. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 17.08.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:CB8C071A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2497/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2497/2026
DATA: 19.08.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder pelo período de 16.08.2026 a 13.12.2026, a Licença Maternidade a Sra. Munike Daiane Matuczak, cadastrada na Matricula 101.817-5, ocupante do Cargo de Professora Celetista.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16.08.2026, revogada as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:73DAE561

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90006/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Dispensa Eletrônica Nº 90006/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização/fabricação de móveis sob medida destinado a Escola Municipal Irmão Josafat Kmita vinculada ao Departamento Municipal de Educação do Município de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90006/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa DAC Móveis Ltda - Me, com o valor total de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste – PR, 20 (vinte) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:338FCB31

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90040/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de britador móvel sobre esteiras destinado ao fornecimento de material britado para uso da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90040/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa GB Soluções em Britagem Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 1.050,00 (Hum mil e cinquenta reais)/hora. Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste, 20 (vinte) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:946ED788

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 013/2026
Processo nº 013/2026, RATIFICO, nos termos do Artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, contendo parecer da Assessoria Jurídica deste Município, que declarou inexigível a licitação, em favor da fornecedora IVONE LEOCADIA LAVANDOSKI, portadora do 697.509-989 - 87, no valor total de R$ 226.000,00 (Duzentos e vinte e seis mil reais). Registre-se e Publique-se.

Itapejara D'Oeste – PR, 20 (vinte) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:534D84D6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 014/2026
Processo nº 014/2026, RATIFICO, nos termos do Artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, contendo parecer da Assessoria Jurídica deste Município, que declarou inexigível a licitação, em favor da fornecedora IVONE LEOCADIA LAVANDOSKI, portadora do 697.509-989 - 87, no valor total de R$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais). Registre-se e Publique-se.

Itapejara D'Oeste – PR, 20 (vinte) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C5C00EFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 050/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: DESIGNA NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a Presidente do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ITAPERUÇU/PR,**

CONSIDERANDO Lei Municipal nº 760/2022 de 18 de abril de 2022;
CONSIDERANDO Resolução Nº 009/2026 de 07 de agosto de 2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, que passará a ser integrado pelos seguintes representantes:
REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTES:

Secretaria Municipal de Assistência Social:

SHIRLEI FERREIRA DE MELO – Titular
MARA LUCIA PIASSA – Suplente

MARIA KAROLINE LAPOLA – Titular
HILLARI NICOLI KULEVICZ – Suplente

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar:

JANINE ISABELLE DE ASSUMPÇÃO – Titular
ERIVAN FREIRE BRAGA – Suplente

Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

ALAITE FARIA DE JESUS LARA – Titular
JOSIANE BUENO STRESSER ALMEIDA– Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTES:

Representantes do Centro de Treinamento Monte Horebe:

ADIMIR ARTIGAS - Titular
SUZANE CRISTINA OLIVEIRA VIDAL – Suplente

Representante da APMI:

ABEL FURQUIM - Titular.
CILMARA STRESSER WOSCH - Suplente

Representante da Associação União Central Itaperuçu:

VILMAR WOSNIAK – Titular
ADRIANO WOSNIAK – Suplente

Representante da Associação APMF:

MERY TEREZINHA DO CARMO NASCIMENTO – Titular
NAIR DE FATIMA GOMES – Suplente

Art. 2º. O presente Decreto não altera a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que permanece composta pelos seguintes membros:

Presidente: ALAITE FARIA DE JESUS LARA
Vice Presidente: ABEL FURQUIM
1º Secretario: MARIA KAROLINE LAPOLA
2º Secretario: ADIMIR ARTIGAS

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:F6F572B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 195/2026

CONTRATO: Nº 195/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CONSTRUTORA NSA LTDA.
CNPJ: 49.672.055/0001-37.
OBJETO: É OBJETO DESTE CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS INTERNAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$ 153.800,00 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 19 DE AGOSTO DE 2026
DA VIGÊNCIA: 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:46443AE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 08/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 08/09/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de água mineral para as Secretarias Municipais e seus departamentos"***
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 249.176,06 (duzentos e quarenta e nove mil cento e setenta e seis reais e seis centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 20 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria Nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:7C40E70E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 02/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 02/09/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados às atividades da Secretaria Municipal de Esportes de Itaperuçu/PR".***
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 155.456,71 (cento e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e um centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 20 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria Nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:1889A1BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2026

LICITAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EPP
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 09/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 09/09/2026 às 09h00min.
Objeto: ***Aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos****, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Itaperuçu/PR* **.**
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 31.836,89 (trinta e um mil oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 20 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:1D452DD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026

Tendo em vista a Rescisão Contratual com a empresa contratada Pregão Eletrônico nº 14/2026, EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições Legais, RATIFICO a presente licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026, que tem como objeto a *"Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de higiene e limpeza, a serem entregues conforme a necessidade da Administração, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Administração e das demais Secretaria Municipais"*, referente aos lotes 13-14-28 e 43 no valor de R$ 788.849,75 (setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) em favor da Empresa Máxima Atacadista Eireli, inscrita no CNPJ n° 26.716.048/0001-94; referente aos lotes 31 e 40 o valor de R$ 60.578,50 (sessenta mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)em favor da Empresa: Multisul Comercio e Distribuição Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.811.487/0001-71, em conformidade com a documentação apresentada, nos termos da Lei 14.133/21 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 20 de agosto de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:E2BF1E34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO MUNICIPAL Nº. 094/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº. 094/2026
De 20 de agosto de 2026

Decreta luto oficial no Município de Itaúna do Sul e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, Gilson José de Góis, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o falecimento de CLÁUDIO JOSÉ DE GOIS, pai do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, ocorrido em 19/08/2026;

CONSIDERANDO os relevantes laços familiares e afetivos que construiu, bem como a importância de sua trajetória de vida junto à família e à comunidade;

CONSIDERANDO o sentimento de solidariedade, pesar e consternação que se manifesta diante de sua partida, especialmente entre familiares, amigos e pessoas que com ele conviveram;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal manifestar respeito e solidariedade àqueles que, ao longo de sua trajetória, contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do Município, bem como à família enlutada, neste momento de dor e irreparável perda;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de prestar justa homenagem à memória do falecido, reconhecendo sua importância como pai, familiar e cidadão;

DECRETA

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 02 (dois) dias, a partir desta data, em razão do falecimento de CLÁUDIO JOSÉ DE GOIS, pai do Prefeito Municipal, que, em vida, prestou relevantes serviços ao Município de Itaúna do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20/08/2026).

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:72AD712F

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO MUNICIPAL Nº. 095/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº. 095/2026
De 20 de agosto de 2026

Decreta luto oficial no Município de Itaúna do Sul e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, Gilson José de Góis, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o falecimento do servidor público municipal JOSÉ ANÍSIO DIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocorrido em 19/08/2026;

CONSIDERANDO que o servidor prestou relevantes serviços ao Município de Itaúna do Sul, desempenhando suas funções com dedicação, responsabilidade, profissionalismo e compromisso com o interesse público;

CONSIDERANDO que sua atuação contribuiu de forma essencial para o funcionamento dos serviços públicos municipais e para a manutenção da qualidade do atendimento prestado à população;

CONSIDERANDO o sentimento de solidariedade, pesar e saudade que se manifesta diante de sua partida, especialmente entre familiares, amigos e colegas de trabalho;

CONSIDERANDO, ainda, que é dever do Poder Público Itaunense render justas homenagens a todos os servidores públicos que, no exercício de suas atribuições, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do Município e o bem-estar da coletividade;

DECRETA

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 02 (dois) dias, a partir desta data, em razão do falecimento do servidor público municipal JOSÉ ANÍSIO DIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, que, em vida, prestou relevantes serviços ao Município de Itaúna do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20/08/2026).

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:D5512D34

ADMINISTRAÇÃO RH
EDITAL Nº 39.01/2022 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022

EDITAL Nº 39.01/2022

CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022
O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação vigente, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2022, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, aprovado no referido Concurso Público, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Itaúna do Sul – PR, munido dos documentos exigidos no Edital de Abertura nº 01.01/2022, para fins de nomeação e posse no cargo.

1. DO CARGO E DO CANDIDATO CONVOCADO

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Classificação
0038284	WANESSA RAIANE NOGUEIRA DOS SANTOS	01/07/2000	2º

Cargo: 4438 – ENFERMEIRO

2. DA DOCUMENTAÇÃO

Para fins de nomeação e posse, o candidato deverá apresentar, conforme previsto no Edital de Abertura nº 01.01/2022, os seguintes documentos:

a) cópia da Certidão de Nascimento e/ou Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) prova de quitação com o Serviço Militar, para candidato do sexo masculino;

d) cópia do documento oficial de identificação;
e) cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
f) cópia do certificado de conclusão do curso/escolaridade exigido como requisito para o cargo;
g) cópia do registro no órgão de classe competente e comprovante de pagamento da última anuidade, quando exigidos como requisito para o cargo;
h) 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;
i) cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, acompanhada dos respectivos CPFs;
j) Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
k) cópia do comprovante de residência;
l) número do PIS/PASEP;
m) declaração de não estar ocupando cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as hipóteses de acumulação permitidas em lei;
n) demais documentos eventualmente exigidos pelo Edital de Abertura nº 01.01/2022 e pela Administração Municipal para a efetivação da nomeação e posse.

3. DA OPÇÃO PELO FINAL DE LISTA

O candidato poderá optar, uma única vez, pelo final da lista de classificação, mediante preenchimento de formulário próprio, a ser requisitado junto ao Departamento de Recursos Humanos.
A opção deverá ser formalizada e protocolada impreterivelmente até o dia anterior à realização do exame admissional.
Após a realização do exame admissional, não serão aceitos pedidos de opção pelo final da lista.

4. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO

O candidato convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Itaúna do Sul – PR, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Edital de Convocação, munido de documento oficial de identificação original e dos demais documentos relacionados neste Edital.
O não comparecimento dentro do prazo estabelecido, sem justificativa ou providência prevista na legislação ou no Edital de Abertura, poderá acarretar as consequências previstas no Concurso Público nº 01/2022.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O candidato deverá observar integralmente as disposições estabelecidas no Edital de Abertura nº 01.01/2022, bem como as demais normas aplicáveis ao Concurso Público nº 01/2022.
Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Itaúna do Sul – PR, 20 de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:E7FAD425

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 324/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 324/2026
De 20 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a reclassificação, para o final da lista de classificação, de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2022, para o cargo de Enfermeiro, em razão de solicitação formal, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, RESOLVE:

Art. 1º Fica deferida a solicitação formulada pelo candidato JOÃO PEDRO ROÉFERO SILVA, aprovado no Concurso Público nº 01/2022, do Município de Itaúna do Sul, para o cargo de Enfermeiro, classificado em 1º (primeiro) lugar, para que seja reclassificado para o final da respectiva lista de classificação, em razão de sua manifestação formal de não possuir interesse, neste momento, na nomeação para o cargo efetivo para o qual foi aprovado.

Art. 2º A reclassificação de que trata esta Portaria deverá ser registrada nos assentamentos e controles administrativos relativos ao Concurso Público nº 01/2022, para os devidos fins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:806B969F

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 325/2026

PORTARIA Nº 325/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a vacância do cargo público em decorrência do falecimento de servidor e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **RESOLVE:**
Art. 1º Declarar a vacância do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (Gari), ocupado pelo servidor JOSÉ ANIZIO DIAS, matrícula nº 109, inscrito no CPF nº 539.***.***-34, em decorrência de seu falecimento, ocorrido em 19 de agosto de 2026, conforme Certidão de Óbito, matrícula nº 144899.01.55.2026.4.00004.156.0001088.24.
Art. 2º A vacância de que trata o artigo anterior produzirá efeitos a partir de 19 de agosto de 2026, data do falecimento do servidor.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:80608115

ADMINISTRAÇÃO RH
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO N° 096/2026

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO N° 096/2026

SÚMULA: Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições e considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026 para os cargos de agente administrativo, agente comunitário de saúde, auxiliar de saúde bucal, bioquímico,

enfermeiro, farmacêutico, motorista, operador de máquinas, professor de educação infantil, técnico em enfermagem, divulgado através do edital nº 003/2026 de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

OBS.: Corrigido número do Decreto.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:664E0554

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026. Processo Administrativo 0104.2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR – MICRO-ONIBUS VOLARE W9C, DECLARADO DESERTO NO ULTIMO CERTAME. Dia e horário: 08/09/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Itaúna do Sul-PR, 20 de agosto de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:2171B43D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2026. Processo Administrativo 097.2026. Aquisição de sacolas plásticas oxibiodegradáveis, personalizadas, e kit porta insulina térmico. DATA E HORÁRIO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ADICIONAL E DOCUMENTAÇÃO: 26/08/2026 - Até as 16h00min. (E-MAIL) PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO licitacao@itaunadosul.pr.gov.br . Local de acesso no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Link Portal de transparência Municipal: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes
Itaúna do Sul-PR, 20 de agosto de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:B59FAA6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026. (NOVA DATA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026. (NOVA DATA) Processo Administrativo 0115.2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEADO, COM RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA, SLUMP 16 ± 2 CM, INCLUINDO O SERVIÇO DE BOMBEAMENTO MECÂNICO. DATA E HORÁRIO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ADICIONAL E DOCUMENTAÇÃO: 28/08/2026 - Até as 16h00min. (E-MAIL) PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO licitacao@itaunadosul.pr.gov.br . Local de acesso no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Link Portal de transparência Municipal: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes

Itaúna do Sul-PR, 20 de agosto de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:C46B443D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2022 CONTRATO Nº 244/2022 LICITAÇÃO Nº 150/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, Prefeito Municipal, residente em Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5175278-3 SSP-PR e do CPF/MF nº 715.210.549-91, doravante neste Contrato denominada simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa **MARTHA Y SANTOS MIRANDA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na RuaRui Barbosa, nº 831, Centro, município de Ivaí (PR), CEP 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.298.204/0001-14, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora **Martha Yaima Santos Miranda,** resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
O presente instrumento tem por objeto do termo Aditivo é a alteração da **Cláusula sétima do contrato original**, visando o redimensionamento do objeto, conforme processo de Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022, nas especificações a seguir relacionadas, através da Secretaria Municipal da Saúde, e faz parte deste contrato, este no valor global firmado entre as partes através do Contrato nº 244/2022, de: **R$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).**
Parágrafo Único: Nos valores acima estão incluídos todos os descontos ou despesas tais como: impostos, seguros e outros referentes ao fornecimento do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
2.1. Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para 08/01/2027, nos termos da **CLAÚSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO** do Contrato nº 244/2022, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal solicitante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO Nº 244/2022).

Ivaí – PR, 14 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí - PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal
Contratante

Martha y Santos Miranda LTDA
MARTHA YAIMA SANTOS MIRANDA –
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:2F60B54C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 165/2022 LICITAÇÃO Nº 082/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO,** brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE, a seguir denominada CONTRATANTE a empresa **DATASIGA ENGENHARIA DE REDES – EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua José Veríssimo, nº 476, térreo e piso 1, bairro Boa Vista, município de Ponta Grossa (PR), CEP 84070-110, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.015.357/0001-05, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor **Danillo Batista Santos**, brasileiro, casado, residente á Rua Teixeira de Macedo, nº 773-B, casa 03, bairro Uvaranas, município de Ponta Grossa (PR), CEP 84026-070, portador da cédula de identidade nº 11208337-44 SSP/BA, do CPF/MF nº 025.275.255-47, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo supressão, conforme processo administrativo no 082/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO
Fica alterado o contrato em epígrafe para suprimir quantitativo de itens planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo nº 165/2022, com fundamento no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
Em consequência da alteração, será suprimido o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), passando o valor total contratual de R$ 11.000,00 (onze mil reais) para R$ 7.000,00 (sete mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Ivaí – PR, 29 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí - PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal
Contratante

Datasiga Engenharia de Redes – EIRELI
DANILLO BATISTA SANTOS –
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:E9BBEECB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 195/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 043/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

OBJETO: Aquisição de veículos para transporte sanitário, sendo veículos básicos, utilitários e vans, pela Prefeitura Municipal de Ivaí – PR, LOTES – 2 e 3.
CONTRATADA: SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 512.000,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 19/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

BRIANNE CABRAL MARQUES LIMA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:0C2F886F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 246/2026

PORTARIA Nº 246/2026
O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **ELISANGELA MOLETA BUENO, TÉCNINA DE ENFERMAGEM**, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 04/02/2025 à 03/02/2026 no período concessivo de 26 de agosto 2026 a 24 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 20 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:A7723137

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 247/2026

PORTARIA Nº 247/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **VERA APARECIDA LEIRIA, AUXILIAR DE LAVANDERIA**, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 21/11/2023 à 20/11/2024 no período concessivo de 24 de agosto 2026 a 22 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 20 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:69032103

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 143/2026

DECRETO N° 143/2026

Súmula: atualiza os valores constantes no Art. 1° da Lei Municipal 1273/2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVAÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1273/2017;

Considerando ao contido no §2º da Lei supramencionada o qual leciona que os valores constantes no Art. 1º serão atualizados mediante decreto;

Considerando a necessidade de atualização daqueles valores,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R$ 897,95 (oitocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos) o valor mínimo para o ajuizamento de execução fiscal visando à cobrança de dívida ativa da Fazenda Municipal referentes aos créditos tributários de IPTU, taxas municipais, contribuições de melhoria, multas não tributárias, incluindo demais créditos inscritos em dívida ativa, bem como em R$ 1.423,59 (um mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos) o valor mínimo para o ajuizamento de execução fiscal referente aos créditos de ISSQN.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, 06 de Agosto de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:549AED13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público que a candidata abaixo relacionada, inscrita e classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS Edital nº 001/2025, convocada por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município em 13/08/2026 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 17/08/2026, não compareceu no prazo estabelecido para apresentação da documentação exigida, conforme previsto no edital, para fins de comprovação dos requisitos e efetivação da contratação.
Arielli Aparecida de Oliveira, inscrita sob o número 155 e classificada em 24º lugar para o cargo de Professora (temporário).

Considerando o disposto no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025 e considerando o não comparecimento da candidata no prazo legal, fica a Senhora Arielli Aparecida de Oliveira, remetida para o fim da lista de candidatos.

Ivatuba (PR), 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C64C5594

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Professor (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
28º	098	Jessica Caroline de Paula Massini

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:
Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;
Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A480FA0F

GABINETE DO PREFEITO
MUNICÍPIO DE IVATUBA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA DE FRENTE DE TRABALHO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Ivatuba, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna pública a relação de candidatos do resultado classificatório no **Programa Frente de Trabalho Municipal (PFTM)** de Ivatuba, em conformidade com a Lei Municipal nº 961/2025 de 17 de Julho de 2025.
Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para possível **chamada conforme a necessidade e demanda do Município**. Os classificados deverão **apresentar-se no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados da data desta publicação, na ***Secretaria Municipal de Obras e Serviços***, situada à Rua Marechal Floriano, 797 - Centro, no horário das 8h às 16:30h.
Relação de Classificados:
Marcos Vieira Costa
José Strey
Jhenifer de Paula Rocha
Os candidatos deverão comparecer munidos de documento oficial com foto.
O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará **desistência automática da vaga**, conforme regras estabelecidas.

Ivatuba, 20 de Agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:5A3073DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2026-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 031/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA CALDAS DA SILVA, inscrita no CNPJ nº. 56.021.707/0001-39

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	undd	200	**Copo de Acrílico Personalizado** - Espessura de parede mínima de 2mm para garantir rigidez. Acabamento sem rebarbas ou marcas de molde aparentes; Material: Poliestireno (PS) de alto impacto ou Acrílico (SAN); Modelo Caldereta (400ml); Personalização: Serigrafia (Silk-screen) ou Tampografia em até 2 cores, utilizando tintas atóxicas de alta fixação. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor)	3,90	780,00
VALOR TOTAL					**780,00**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:F0D40902

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2026-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 031/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 55.358.183/0001-03

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1.8	Undd	200	**Ecobag Personalizada** - Fabricada com 100% algodão; Com medidas de 41cm de altura, 35cm de largura e alças de 60cm. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	7,59	1.518,00
Valor Total					**1.518,00**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:F0FCDFF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2026-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 031/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: HOMECAR SHOP LTDA, inscrita no CNPJ nº. 40.962.115/0001-81

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1.3	Undd	200	**Toalha de Mão Personalizada –** Toalha lavabinho personalizada, em algodão com franja; Tarja em oliéster personalizável; Dimensões da toalha: 22x35 cm; Área de personalização: 6x21,5 cm; (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	6,50	1.300,00
1.4	Undd	200	**Caneca de cerâmica personalizada –** caneca em cerâmica branca Classe AAA; capacidade 325 ml; Superfície com revestimento especial para sublimação; Acabamento liso, brilhante e sem imperfeições; dimensões da arte 20x9,5 largura x altura. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	10,48	2.096,00
Valor Total					**3.396,00**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:64E07AE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2026-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 031/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 26.892.211/0001-70

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1.6	Undd	200	**Bloco de Anotações Personalizado com Caneta -** Bloco de anotações ecológico com caneta; Contém aproximadamente 70 folhas brancas com pauta, porta caneta elástico, elástico para lacre e acompanha caneta de papelão com detalhes plásticos, carga esferográfica azul 1.0mm e acionamento por clique; Largura : 9 cm; Espessura : 1,5 cm; Comprimento : 14,9 cm; Medidas aproximadas para gravação (CxL): Bloco - 5X3CM / Caneta - 3 cm x 0,5 cm; Tamanho total aproximado (CxL): Caneta - 13,8 cm x 1,4 cm; Peso aproximado (g): 74. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	7,80	1.560,00
1.7	Undd	300	**Necessaires Grande Personalizadas –** Material: Nylon, Poliéster com zíper; comprimento - 13cm / altura - 7cm /largura - 7cm; Estampa digital impressa em alta resolução e sem limite de cores. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	10,00	3.000,00
Valor Total					**4.560,00**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:ADBF4C5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2026-PMI
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 031/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: 53.088.755 LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI, inscrita no CNPJ nº 53.088.755/0001-56

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1.9	Undd	500	**Chaveiro Acrílico Personalizado -**Material: Acrílico Transparente; Acompanha corrente e argola; Impressão: Frente e Verso; Altura: 3x4 cm; Peso: 15 g; (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	2,09	1.045,00
1.10	Undd	500	**Lixa De Unha Personalizada** - Lixa de Unha PVC Colorida Personalizada; tamanho total: 15 cm x 1,4 cm; tamanho aprox. Personalização: 1,0 cm x 5,0 cm; colorida sem limite de cores; (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	3,90	1.950,00
1.11	Undd	200	**Mini Aromatizador De Ambiente Spray** - Frasco Pet 30ml**;** Válvula Spray**;** Medidas do vidro: 7cm (altura) x 3.5cm (diâmetro)**.** (cores, essência, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	7,95	1.590,00
1.14	Undd	300	Latinha De Metal Para Personalizar - Latinha para lembrancinha, fabricada em alumínio resistente, formato circular, composta por base e tampa de encaixe; Aproximadamente 5 cm de diâmetro por 1 cm de altura**;** Superfície lisa, sem rebarbas, cor prata natural**;** (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	3,85	1.155,00
Valor Total:					**5.740,00**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C9197671

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 027/2026-PMI

CONTRATO Nº. 099/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **ANTI-PRAGAS, CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA, inscrita no CNPJ nº.05.586.053/0001-50.**
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de dedetização, desinsetização, descupinização, desratização, combate a escorpiões, limpeza, desinfecção e desbacterização de caixas d'água, termonebulização de bueiros e desinsetização de fossas e caixas de gordura para controle de vetores e pragas urbanas e serviços de manejo e retirada de morcegos nos estabelecimentos de saúde.
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Pinto Zulato, Amanda Camila Mansano e Priscila Oliveira Martins Gomes, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unt. R$	Valor Total R$
01	M²	**2.406,47 M²**	Serviço de dedetização (desinsetização, descupinização, desratização), combate a escorpiões, termonebulização de bueiros e desinsetização de fossas e caixas de gordura.	1,50	3.609,71
TOTAL					**3.609,71**

VALOR: **R$ 3.609,71 (três mil seiscentos e nove reais e setenta e um centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:6A6A418E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2026-PMI

CONTRATO Nº. 100/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **LAVANDERIA LAV CENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº. 57.689.750/0001-30.**
OBJETO: **Contratação de serviço de lavanderia hospitalar com fornecimento de enxoval por meio de locação com rastreabilidade através de chip para a UBS Municipal 24 Horas de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Pinto Zulato, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	Undd	Quant. Anual (KG)	Descrição	Valor Unit. (KG)	Valor Total Para 12 Meses (R$)
01	4.800	Kg/Sujo	Serviço de lavanderia hospitalar, locação de enxoval hospitalar com rastreabilidade de chip, para a Unidade Básica de Saúde 24 horas de Ivatuba-Pr, coleta, pesagem e retirada das roupas sujas e transporte para as dependências da contratada; lavagem e desinfecção das roupas sujas costuraria; separação, transporte, entrega e controle de dispensação da roupa limpa até a rouparia do contratante. Equipamentos necessários para atendimento: 02 carrinhos (um para roupa suja e outro para roupa limpa) e 01 balança para pesagem de roupa suja. Processo de coleta e entrega semanal.	21,10	101.280,00
TOTAL					**101.280,00**

VALOR: **R$ 101.280,00 (cento e um mil duzentos e oitenta reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:795FC27C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 027/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente ANTI-PRAGAS, CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA, inscrita no CNPJ nº.05.586.053/0001-50, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o item 1 do objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de dedetização, desinsetização, descupinização, desratização, combate a escorpiões, limpeza, desinfecção e desbacterização de caixas d'água, termonebulização de bueiros e desinsetização de fossas e caixas de gordura para controle de vetores e pragas urbanas e serviços de manejo e retirada de morcegos nos estabelecimentos de saúde, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 027/2026-PMI, no valor de R$ 3.609,71 (três mil seiscentos e nove reais e setenta e um centavos), restando ainda os itens 2 e 3 fracassados.

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:3F156EA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 033/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de serviço de lavanderia hospitalar com fornecimento de enxoval por meio de locação com rastreabilidade através de chip para a UBS Municipal 24 Horas de Ivatuba., e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedora a empresa LAVANDERIA LAV CENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº. 57.689.750/0001-30, no valor total de R$ 101.280,00 (cento e um mil duzentos e oitenta reais).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A2C52E50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 0031/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico (SRP) nº. 031/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor das empresas: 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA CALDAS DA SILVA, inscrita no CNPJ nº. 56.021.707/0001-39, no valor total de R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 55.358.183/0001-03, no valor total de R$ 1.518,00 (uM mil quinhentos e dezoito reais), HOMECAR SHOP LTDA, inscrita no CNPJ nº. 40.962.115/0001-81, no valor total de R$ 3.396,00 (três mil trezentos e noventa e seis reais), KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 26.892.211/0001-70, no valor total de R$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais), LIRIO GIFT PERSONALIZADOS LTDA**,** inscrita no CNPJ nº. 58.648.465/0001-33, no valor total de R$ 11.140,00 (onze mil cento e quarenta reais) e 53.088.755 LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI, inscrita no CNPJ nº 53.088.755/0001-56, no valor total de R$ 5.740,00 (cinco mil setecentos e quarenta reais).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:F08E727F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO ERRATA EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 101/2026

Processo de Dispensa nº 042/2025
Processo Administrativo nº 128/2025

Na publicação em Diário Oficial Municipal do dia 26/06/2026.
Código Identificador: 7802012C.

Onde se lê:

"EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PROCESSO DE DISPENSA Nº 042/2025 PROCESS O ADMINISTRATIVO Nº 128/2025 CONTRATO Nº: 101/2025"

Leia-se:

"EXTRATO DE CONVÊNIO PROCESSO DE DISPENSA Nº 042/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2025 CONVÊNIO Nº: 101/2026"

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:5F358D46

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 007/2026 de 31/07/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 079/2026 de 05/08/2026, a candidata abaixo relacionada:
CUIDADOR(A) SOCIAL
JENIFER LUANA DA CRUZ SENA

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 21/08 a 27/08/2026, munida dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal /DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria, com código de benefício e a espécie, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 20 de agosto de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:26E4C15F

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 036/2026

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SALÁRIO EDUCAÇÃO	**94.607,89**	20/08/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – INCENTIVO FINANCEIRO – EQUIPE SAUDE DA FAMÍLIA, EQUIPI ATENÇÃO PRIMÁRIA	**82.000,00**	18/08/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – VENCIMENTOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	**87.534,00**	18/08/2026

Jaguapitã, PR, 20 de agosto de 2026

TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:595C4D78

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2026

CONTRATO Nº: 32/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR
CONTRATADA: SILENE ANGÉLICA PANICIO – CPF nº 723.773.139-49

ORIGEM: Inexigibilidade nº 29/2026 – Chamamento Público para Credenciamento nº 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 3787/2026

OBJETO: Credenciamento de profissionais para prestação de serviços de Psicólogo, Coordenador de Casa Lar e Cuidadores Sociais, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Formalização da **extinção consensual do Contrato Administrativo nº 32/2026**, mediante acordo entre as partes, em razão do encerramento da execução efetiva dos serviços prestados pela Contratada até **14 de agosto de 2026**, conforme pedido protocolado e deferimento da Secretaria Municipal de Assistência Social. Fica mantida a vigência formal do contrato até **10 de setembro de 2026**, exclusivamente para a conclusão das obrigações administrativas e financeiras decorrentes dos serviços efetivamente prestados, incluindo os procedimentos de conferência, liquidação e pagamento, não implicando autorização para continuidade da prestação dos serviços após 14 de agosto de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:B053C970

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.457.341/0001-90.

CONTRATADA: R.A. SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.842.491/0001-41.

PROCESSO: Inexigibilidade de Licitação nº 51/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria na elaboração, cadastramento, acompanhamento e gestão de propostas, projetos, convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, termos de adesão e demais instrumentos de transferência voluntária de recursos da União, visando à captação de recursos federais para o Município de Jaguapitã/PR, compreendendo, ainda, a elaboração de projetos, planos de ação, planos de trabalho, planos de aplicação e propostas, bem como suporte técnico na captação de orçamentos e na estruturação de demandas estratégicas, com vistas à ampliação da captação de recursos públicos por meio de programas voluntários.

VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 19 de agosto de 2026 e término em 19 de agosto de 2027.

Jaguapitã/PR, 19 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:7A5104E8

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 502/2026

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como fiscais de contratos administrativos no âmbito da Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo Município de Jaguapitã;

CONSIDERANDO que a fiscalização contratual é medida de controle imprescindível à boa execução dos serviços, obras e fornecimentos realizados com recursos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **fiscais de contratos administrativos** firmados no âmbito da Administração Pública Municipal, conforme a respectiva secretaria de lotação, devendo desempenhar suas funções nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANA CAROLINA GUIMARAES ALVES – MATRÍCULA N° 8148619
ANA FLAVIA RIBEIRO DE ASSIS – MATRÍCULA N° 8148363
ANDREIA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA MIRA – MATRÍCULA Nº 71601
BRUNO PEREIRA DE OLIVO – MATRÍCULA Nº 8147500
CHRISTIANE RODRIGUES DE CAMPOS TRAPP – MATRÍCULA N° 72101
DEBORAH CRYSTYNAH NASCIMENTO VIEIRA – MATRÍCULA N° 8148639
EDNALDO SILVA SANTOS – MATRÍCULA N° 8147574
ELAINE BELLO MIRANDA – MATRÍCULA N° 8148365
ELIANE HIROMI YOKOTA AGUSTINETI – MATRÍCULA N° 801701
ESTEFANI NAYARA BARCELLOS – MATRÍCULA N° 8147590
FABIO BIONDO – MATRÍCULA Nº 8147935
GABRIELA MACHADO DE OLIVEIRA TERRA – MATRÍCULA N° 8147618
GIOVANA DA SILVA ALVES – MATRÍCULA N° 8148303
IRACELES PATRICIA STRINGHINI CARNEIRO – MATRÍCULA Nº 802001
IRIS INDYAMARA VELLOZO – MATRÍCULA Nº 814003
IVAN LUIZ PRADO – MATRÍCULA N° 800550
IZABELLA BORDIGNON – MATRÍCULA N° 8148567
JAQUELINE SILVA MARCELINO – MATRÍCULA N° 71701
JULIANA KEIKO INOUE – MATRÍCULA Nº 814007
JULIANA TAVARES MOREIRA – MATRÍCULA Nº 814050
LAIS BREVI DA SILVA – MATRÍCULA N° 8148304
LUARA CAROLINE RIBEIRO – MATRÍCULA N° 8148329

MARIA VITORIA SANTOS DE FRANCA – MATRÍCULA N° 8148612
MARIELLE CRISTINE BERTAO JORGE – MATRÍCULA N° 8147539
MARLI DE SOUZA CAINELLI – MATRÍCULA Nº 804601
PATRICIA APARECIDA DA SILVA MOREIRA – MATRÍCULA N° 800514
PATRICIA DE SOUZA VIOLI – MATRÍCULA N° 8147624
RAIANE VALERIA DIAS BUSIGNANI – MATRÍCULA N° 8148031
RENATA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA – MATRÍCULA Nº 804601
RICARDO CESAR DA SILVA – MATRÍCULA N° 8148620
RONALDO SILVA DE OLIVEIRA – MATRÍCULA Nº 800535
THAIS ROSA CLIMACO – MATRÍCULA N° 8147952
THAYSA EMILY PEREZ DE SOUZA – MATRÍCULA N° 814017
VITÓRIA ISABELLA RIBEIRO – MATRÍCULA N° 8148569

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

ADRIANA APARECIDA ROSA – MATRÍCULA Nº 1553
ALCIDIA MARIA DE ALMEIDA – MATRÍCULA Nº 102
ANA FLAVIA LONGO DE FREITAS – MATRÍCULA N° 8147652
BARBARA DOS SANTOS BARBOSA RIBEIRO – MATRÍCULA Nº 1539
CAROLINE MACHADO DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 8147552
CELEIDE SOARES DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 78609
CELSO HIDEKI MATIHARA – MATRÍCULA Nº 814014
CLAUDIA REGINA MANZAN – MATRÍCULA Nº 302
FLAVIO HENRIQUE BARBOSA RIBEIRO – MATRÍCULA Nº 8147577
GLAUCIA APARECIDA BORTOLASSI ALVARES – MATRÍCULA Nº 75401
HERCILIA DA SILVA OLIVEIRA E SILVA – MATRÍCULA Nº 43401
INGRID RAQUEL NUNES ESTEVES – MATRÍCULA Nº 78510
MARCIA ALBANO DE OLIVEIRA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 44901
MARCIA MARIA FROIS DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8147617
MARIA SOLANGE FIGUEIRA RIBEIRO DE PAULA – MATRÍCULA Nº 2902
MOEMA COELHO DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 44802
PAULA REGINA GREGORIO VIEIRA GONCALVES – MATRÍCULA Nº 78513
PRISCILLA NOBREGA VIEIRA ROCHA – MATRÍCULA Nº 8147548
RAFAELA CARRARA – MATRÍCULA Nº 8148272
ROBERTA DANIELA SCHWINGEL STEPANIUK BASSACO – MATRÍCULA Nº 8147562
ROSIVANA RODRIGUES MARTINS – MATRÍCULA Nº 8147563
THAYS REGINA DOS SANTOS MOREIRA RINK – MATRÍCULA Nº 8147581
VERONICE RODRIGUES DA SILVA – MATRÍCULA Nº 786427

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AILTON DE JESUS – MATRÍCULA Nº 8148644
ANA FLAVIA CANTARIN LARA HONORATO – MATRÍCULA Nº 786514
ANTONIO LIMA DA SILVA – MATRÍCULA 65501
DANIELA KARINA ROSSETTO DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 67201
DIEGO HENRIQUE LEMOS NOGUEIRA – MATRÍCULA Nº 8148309
DIOGO ALVES – MATRÍCULA Nº 78615
ELVIO TONIN – MATRÍCULA N° 8148229
GUSTAVO BALCONI – MATRÍCULA N° 8148230
KATHIA YOSHIE FUTAMI – MATRÍCULA N° 8148568
LARIZA CRISTINA LEONEL FERNANDES – MATRÍCULA N° 786539
MARIA APARECIDA DIAS – MATRÍCULA N° 37001
MARIA APARECIDA LEONARDI – MATRÍCULA N° 40701
MARIUSA JOSÉ RIBEIRO – MATRÍCULA Nº 40301
VANDA FERREIRA DAMASCENO – MATRÍCULA Nº 8001
WILSON BARBOSA DE SOUZA – MATRÍCULA Nº 8148226

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ARLINDO PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR – MATRÍCULA Nº 8148237
BRUNA RUIZ DUARTE TURQUE – MATRÍCULA Nº 8148308
LAERCIO SOARES JUNIOR – MATRÍCULA Nº 78618
LANA TAIANE CRUZ – MATRÍCULA Nº 8148474
LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA – MATRÍCULA Nº 8148615
VINICIUS HENRIQUE NUNES PAIVA – MATRÍCULA N° 8148611
LUCIENE BERNARDO SANTOS MATTOS – MATRÍCULA N° 786355
GEDARVA CAMARGO DOS SANTOS – MATRÍCUA N° 786383

V – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ADRIANA CRISTINA ALVES BARBOSA – MATRÍCULA Nº 8148243
ADRIELE BARCELOS PORTO MILOZO – MATRÍCULA Nº 814012
DALILA APARECIDA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8148247
DANIELLE ALESSANDRA MERANCA CHIARARIA – MATRÍCULA N° 813201
ELISA HELENA RUFFO DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8147675
GISLEINE LIMA DA SILVA - MATRÍCULA 8148364
INEZ IZELE DE MELLO - MATRÍCULA N° 70201
JOSELAINE LIMA FERREIRA – MATRÍCULA N° 8148504
LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE – MATRÍCULA N° 8148350
LUCIANA DA SILVA ROSA – MATRÍCULA Nº 61801
MAIARA BATISTA DA CRUZ – MATRÍCULA Nº 8148245
MARIA CLARA FERNANDES MONTEIRO – MATRÍCULA Nº 8148579
MATHEUS DEZOTTI TOLENTINO – MATRÍCULA N° 8148578
NATHALIA MAZZETTO SARAIVA – MATRÍCULA Nº 8148327
PAMILA VIDIGAL BAZONI – MATRÍCULA N° 78619
TERESA CRISTINA DA ROCHA SANTOS – MATRÍCULA Nº 8148460
VIVIANE CRISTINA DIABERNA – MATRÍCULA N° 8148331
YASMIM RODRIGUES SCHELEGER – MATRÍCULA Nº 8148244

VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANGELO NICCHIO – MATRÍCULA Nº 8148223
IVANILDO DE OLIVEIRA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8148228
JESSYCA HENNIS GUEDES – MATRÍCULA Nº 8148511
MARCELO WATANABE DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 8148249

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA

ALINE NOCHI BERTO – MATRÍCULA Nº 8148241
JOSE ANTONIO GOLFETTO – MATRÍCULA Nº 786387
RUBENS APARECIDO CARNEIRO – MATRÍCULA N° 8148658

VIII – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ADRIANO DAMASCENO SILVA – MATRÍCULA Nº 78629

IX – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RENAN DEZOTTI DE ALMEIDA – MATRÍCULA Nº 8148348

X – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO

DOUGLAS FERREIRA DA SILVA – MATRÍCULA N° 8148659

XI – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

MATHEUS JOSE DA ROCHA – MATRÍCULA Nº 8148337

Art. 2º - A atuação dos servidores designados como fiscais dar-se-á conforme a necessidade e especificidade dos contratos firmados pelas secretarias mencionadas, podendo ser técnica, administrativa ou ambas, conforme definido nos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 3° - As atribuições dos servidores nomeados como fiscais de contratos administrativos estão regulamentadas através do Decreto N° 071/2025, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 25/06/2025. Edição 3305.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 496/2026 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguapitã, 04 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:EC8006C5

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº564/2026

MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DOPARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente.
Considerando a necessidade de promover a regularização fundiária do núcleo urbano informal denominado **Patrimônio São Benedito**, localizado no Município de Jaguapitã/PR, situado aproximadamente a 30 (trinta) quilômetros da sede do Município;
Considerando a iniciativa do **Município de Jaguapitã** em promover a regularização fundiária do referido núcleo, bem como as providências adotadas junto à **Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR**, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento das ações necessárias à regularização fundiária;
Considerando a existência de ocupação consolidada no referido núcleo e a necessidade de promover a regularização jurídica, urbanística e social dos imóveis e de seus ocupantes;
Considerando a caracterização do núcleo e de seus ocupantes para fins de **Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S**, nos termos da legislação federal aplicável;
Considerando o disposto na **Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017**, especialmente em seus artigos 13, 14, 28 e seguintes, bem como no **Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018**;
Considerando que o Município não dispõe, até o presente momento, de legislação municipal específica regulamentando o procedimento de Regularização Fundiária Urbana – REURB, sem prejuízo da aplicação da legislação federal pertinente e das demais normas municipais aplicáveis;
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar o procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S do núcleo urbano informal denominado Patrimônio São Benedito.
Parágrafo único - Para a condução do procedimento, ficam nomeados os seguintes servidores para compor a **Comissão Técnica de Regularização Fundiária**, sob a Presidência do primeiro integrante, para que procedam à análise e condução do procedimento de regularização fundiária, adotando as providências necessárias ao seu regular desenvolvimento:

I – RENAN DEZOTTI DE ALMEIDA - Assistente de Administração;
II – GABRIELE DE MARCHI SALOMÃO- Advogada;
III –MARCELO WATANABE DOS SANTOS – Engenheiro Civil; IV – PAMILA VIDIGAL BAZONI- Assistente Social.

Art. 2º - A Comissão deverá exercer as funções estabelecidas na **Lei Federal nº 13.465/2017** e no **Decreto Federal nº 9.310/2018**, incluindo todas as medidas e providências necessárias ao desenvolvimento do procedimento administrativo de regularização fundiária, tais como:
a) analisar a modalidade e a complexidade do núcleo, bem como promover as providências necessárias ao regular desenvolvimento da REURB-S, incluindo a aprovação do projeto, notificações legais, resolução de conflitos, eventuais medidas de demarcação, titulação, emissão da CRF, entre outras atividades previstas nas normas legais;
b) emitir a **Certidão de Regularização Fundiária – CRF**, acompanhada do Projeto de Regularização Fundiária e da documentação de titulação correspondente, conforme o instrumento jurídico aplicável;
c) emitir conclusão formal do procedimento;
d) expedir a **CRF e a listagem dos ocupantes**;
Art. 3º - A Comissão deverá observar, no desenvolvimento de suas atividades, as disposições da legislação federal aplicável, bem como as demais normas municipais pertinentes, podendo contar com o apoio técnico dos órgãos e profissionais envolvidos no procedimento.
REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE - COMUNIQUE-SE - CUMPRA-SE

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
Em 20 de agosto de 2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Jaguapitã – PR

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:06344AF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2026

SÚMULA: "Regulamenta a concessão de título de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito e certificado de honrarias a serem concedidos pelo Poder Legislativo, conforme a Lei Orgânica do Município e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ,** aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º. - A concessão de Título de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito de Jardim Olinda Estado do Paraná são disciplinados por esta Lei.
Parágrafo Primeiro - O título de CIDADÃO HONORÁRIO de Jardim Olinda PR será concedido a pessoas não nascidas no Município que se enquadrar nos requisitos previstos nesta lei.
Parágrafo Segundo - O título de CIDADÃO BENEMÉRITO de Jardim Olinda PR será concedido a pessoas nascidas no Município que se enquadrar nos requisitos previstos nesta lei.
Art. 2º. - Compete, privativamente, à Câmara de Vereadores conceder os títulos a que se refere esta Lei, mediante Decreto Legislativo, observando-se, além das disposições desta lei, a tramitação prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal.
Art. 3º. - A concessão de Título de Cidadão Honorário e Benemérito destina-se a homenagear pessoas que contribuíram de forma significativa para o Município de Jardim Olinda PR, ajudando-o no desenvolvimento social político, atuando na área de saúde, de assistência social, de educação, religiosa, cultural, econômica, dentre outras, cujos os benefícios sejam incontestes e notórios.
Art. 4º. - São requisitos indispensáveis, ainda, para a concessão de Título de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito que o homenageado não tenha sido condenado criminalmente devendo ter reconhecida reputação ilibada.
Art. 5º - O Projeto de Decreto após a indicação do vereador, deverá ser discutido e votado, após o parecer favorável da comissão de justiça

e redação, considerando-se aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos vereadores.
Parágrafo Primeiro - O Projeto de Decreto ainda deverá conter em sua justificativa, a referência e os motivos que levaram a concessão da honraria a pessoa homenageada, conforme estabelecido nesta lei.
Parágrafo Segundo – Em nenhum caso os títulos poderão ser conferidos a cidadão brasileiro que ocupe, no momento da apresentação do projeto e até ao final da apreciação, cargo público de provimento em comissão ou de confiança ou ainda cargo eletivo.
Art. 6º - Os títulos concedidos serão entregues em Sessão Solene do Legislativo, convocada para tal fim, pelo Presidente da Câmara.
Parágrafo Primeiro – Os Certificados serão em folhas A4, sendo papel próprio encorpado para a emissão dos certificados 210x297mm.
Parágrafo Segundo – As placas de inox personalizadas com o brasão do município com medidas de 15x10 cm, ou 30 x 40 cm acompanhadas de estojo aveludado 5cm.
Art. 7º - O nome dos agraciados constará em livro de registro próprio, para tal fim, onde constará, obrigatoriamente, referência à Lei, as causas que deram origem à homenagem, a síntese da biografia da personalidade homenageada e a data da Sessão Solene de entrega da homenagem.
Art. 8º - Os direitos e homenagens dos títulos já concedidos são mantidos e referendados por esta Lei.
Art. 9º. - Os recursos para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Legislativo Municipal.
Art. 10. – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA ESTADO DO PARANÁ, aos 20 de agosto de 2026

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:62D57AD8

CONTABILIDADE
DECRETO 344/2026

Decreto nº 344/2026 de 17/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
30.000.00.000.0000.0.000. SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
30.001.00.000.0000.0.000. SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
30.001.17.512.3000.1.650. AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
22 - 3.3.90.36.00.00 02076 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
30.000.00.000.0000.0.000. SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
30.001.00.000.0000.0.000. SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
30.001.17.512.3000.1.650. AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
10 - 3.3.90.39.00.00 02076 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 3.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:ADD46DF6

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **03 de Setembro de 2026, às 09h00min** horas no endereço eletrônico: https://bnccompras.com, Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão nº 15/2026.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no Portal da Transparência do Município.
Objeto da Licitação:
O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE HIGIENE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DE JARDIM OLINDA/PR**, e conforme especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, parte integrante deste edital

Jardim Olinda, 20 de Agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:FFF45D82

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR

I – A Presidente da Comissão Especial de Concurso do Município de JARDIM OLINDA/PR, usando das atribuições legais, **DIVULGA** o gabarito oficial da prova escritas objetiva aplicada no dia 02 de agosto de 2026, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 02/2026, conforme segue:

QUESTÕES	FONOAUDIÓLOGO
1.	B
2.	C
3.	C
4.	B
5.	D
6.	A
7.	B
8.	D
9.	B
10.	D
11.	C
12.	A
13.	A
14.	A
15.	D
16.	A
17.	B

18.	D
19.	C
20.	A
21.	D
22.	C
23.	B
24.	C
25.	A
26.	D
27.	B
28.	D
29.	C
30.	A

Jardim Olinda - PR, em 19 de agosto de 2026

MARIA ALTANIRA DE OLIVEIRA REIS
Presidente da Comissão Especial de Concurso

Publicado por:
Maria Altanira de Oliveira Reis
Código Identificador:BD019F85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
ACORDO EXTRAJUDICIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 2393/2026

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Diego Timbirussu Ribas, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 042.224.489-90, residente e domiciliado à Rua Pedro Mendes de Camargo, 294, apt 2, Lapa – PR, CEP: nº 83.752-182, e;

II – Geraldo Mendes da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 248.625.251-72, residente e domiciliado na Avenida Mangueiras, Casa 368, Lagoa da Conceição, Florianópolis-SC;
Considerando que a culpa pelo acidente ao seu veículo modelo I/MMC Pajero SPE 3.2, ano/modelo 2014/2014, placa OMY 6A99, foi do MUNICÍPIO;
Considerando que o custo para reparar os danos causados ao veículo modelo I/MMC Pajero SPE 3.2, ano/modelo 2014/2014, placa OMY 6A99, em R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais);

Firma-se o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo tem como finalidade promover a indenização de Geraldo Mendes da Silva pelo MUNICÍPIO, conforme Parecer da Junta Administrativa nº 013/2026, a fim de reparar os danos ocasionados ao seu veículo modelo I/MMC Pajero SPE 3.2, ano/modelo 2014/2014, placa OMY 6A99, em R$ 2.100,00, em decorrência de atividade de limpeza urbana promovidas por este Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O MUNICÍPIO pagará ao Geraldo Mendes da Silva, o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da assinatura deste Acordo, A dotação orçamentária a ser utilizada para o empenho da despesa será a 1628. (Indenizações e restituições).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO
O presente acordo somente será celebrado após decisão Administrativa do Sr. Prefeito com devida publicação em Diário Oficial, de acordo com Art. 6º da Lei Municipal nº 4449 de 28 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa, 14 de agosto de 2026.

Município da Lapa
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

GERALDO MENDES DA SILVA
Proprietário do Veículo Danificado

TESTEMUNHA 01 (NOME E CPF)

TESTEMUNHA 02 (NOME E CPF)

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:13087D95

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 202/2026

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026 (PD Nº 19095/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADA POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS.
CONTRATADO: KEVIN LUCAS CHEGALSKI 04168831175 ME, CNPJ/MF SOB O Nº 43.275.802/0001-17, REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR SR. KEVIN LUCAS CHEGALSKI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) DIAS CONTADOS DO (A) ASSINATURA DO CONTRATO.
VALOR CONTRATUAL: R$ 12.800,00 (DOZE MIL E OITOCENTOS REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 1241/2026 PD 19095/2026
CÓDIGO REDUZIDO: 18
ÓRGÃO: 1 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 2 - COORDENADORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS
AÇÃO: 2030 - REALIZAR E APOIAR EVENTOS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339039590000000000 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 19095/2026, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 18/08/2026
DATA ASSINATURA: 20/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:752A55BB

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 354

DADOS DO SERVIDOR					
Nome: Moises Portes da Costa					Matrícula:81699
Cargo: Motorista Habilitação D			CPF 00350292930		RG 6567804-7
Setor/Órgão: Depto.De Transporte Escolar – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer			Conta Corrente 13995-8		Banco/ NºAgência SICREDI - 0725
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa – TRANSPORTE DE ATLETAS PARA JOGOS ABERTOS DO PARANÁ					
Destino(Dist. Aprox.) Paranaguá - PR 150 Km			Período **21/08/2026**	a	**23/08/2026**
Hora de Saída 09:30h			Hora de Retorno 11:00h		
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) R$ 840,00			Total a Receber(R$) R$ 817,32		
Justificativa TRANSPORTE DE ATLETAS PARA JOGOS ABERTOS DO PARANÁ					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. /_/ Data AssinaturaServidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. /_/ Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8A94B62F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 359/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PROCESSO DIGITAL Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: RK SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA ME, CNPJ SOB Nº 49.316.260/0001-60, REPRESENTADA POR SUA TITULAR SRA. KATHERINE CONCEIÇÃO JOERGENSEN.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I, ITEM 28.
CONSIDERANDO O PROCESSO DIGITAL Nº 20248/2026, COM A SOLICITAÇÃO DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SR. EVANDRO ROBERTO DE SIQUEIRA, COM DATA DE 13.08.2026;
CONSIDERANDO A 1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, REGISTRADA NA JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, EM 28.05.2026, SOB O Nº 20261569279, PROTOCOLO Nº 261569279 DE 22.05.2026, SOB NIRE Nº 52206918952.
FICAM ALTERADOS A DENOMINAÇÃO SOCIAL E O ENDEREÇO DA FORNECEDORA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 359/2025, PASSANDO A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
"...A EMPRESA LINCE SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA ME, ESTABELECIDA NA RUA DO IPÊ, S/N, QD 24, LT 428, CASA 2, SALA 01, RESIDENCIAL ARCO ÍRIS, RIO VERDE/GO, CEP 75.910-149, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 49.316.260/0001-60, TELEFONE (64) 99212-1987, E-MAIL KATHERINE_724@HOTMAIL.COM, AQUI REPRESENTADA POR SUA TITULAR SRA. KATHERINE CONCEIÇÃO JOERGENSEN, BRASILEIRA, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, PORTADORA DA CIRG Nº 5131321 SPTC/GO E INSCRITA NO CPF 021.904.161-08, RESIDENTE E DOMICILIADA À RUA DO JACANDÁ, QD 24, LT 20 A– LOTEAMENTO GAMELEIRA, RIO VERDE/GO, CEP 75906-883, DORAVANTE DENOMINADA FORNECEDOR"....
FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIA, NAQUILO QUE NÃO CONTRARIEM O PRESENTE TERMO ADITIVO.
DATA: 17/08/2026
DATA ASSINATURA: 19/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A88D9A1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 209/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 51/2026 (PD Nº 10463/2026) / ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 085/2024, PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 012/2024 – CODANORTE – CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: MABELE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ SOB O Nº 35.457.127/0001-19, REPRESENTADO PELO SRA. CAMILE VIANNA FREITAS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VAN COM ACESSIBILIDADE, NA MODALIDADE DE CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 085/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICA N° 012/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODANORTE, PARA ATENDER DELIBERAÇÃO ESTADUAL 013/2025 CEDCA-PR -INCENTIVO ESTADUAL VOLTADO A GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 DO CODANORTE E SEUS ANEXOS, E COMPLEMENTADAS NESTE DOCUMENTO PARA A DEMANDA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DA LAPA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I). ITEM 11 - MARCA: RENAULT MASTER L2H2.
PRAZO DE VIGÊNCIA: ESTE CONTRATO, FORMALIZADO A PARTIR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2024, TERÁ VIGÊNCIA DE 1 (UM) ANO.
VALOR CONTRATUAL: R$ 335.593,88 (TREZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 636/2026 PD 10463/2026
CÓDIGO REDUZIDO: 1835
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
UNIDADE: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AÇÃO: 2424 - EXECUÇÃO DE DELIBERAÇÕES ESTADUAIS PARA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

VÍNCULO: 351 - INCENTIVO GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - DEL. Nº 013/2025 CEDCA/PR - VÍNCULO 351
SUBELEMENTO: 3449052520000000000 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 10463/2026, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 74, DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021 / ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 085/2024, PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 012/2024 – CODANORTE – CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS E DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
LEIS FEDERAIS N.º 14.133/2021, DECRETO FEDERAL 10.024/2019 E LEI COMPLEMENTAR 123/2006, E SUAS ALTERAÇÕES, RESOLUÇÃO 012/2023 DO CODANORTE, 12.527/2011, LEI 13.709/2019 E DEMAIS CONDIÇÕES FIXADAS NO EDITAL, E AINDA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 053/2024, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 012/2024.
DATA: 18/08/2026
DATA ASSINATURA: 20/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1AAE73CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMS N.º 001/2026

Dispõe sobre os procedimentos operacionais para liquidação, fiscalização contratual e comprovação de vínculos das empresas credenciadas de prestação de serviços médicos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde da Lapa/PR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, e
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos de medição, liquidação e pagamento de despesas decorrentes dos contratos e credenciamentos de serviços médicos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em especial o art. 140;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista das empresas contratadas, afastando a responsabilidade solidária e subsidiária do Município;
CONSIDERANDO os termos do Parecer Jurídico n.º 372/2026 da Procuradoria Geral do Município de Lapa, PR, que restringe por parte das empresas credenciadas a terceirização médica via pessoa jurídica a profissionais que sejam titulares de empresa individual/Unipessoal;
RESOLVE:
CAPÍTULO I – DO OBJETO E ABRANGÊNCIA
Art. 1.º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos operacionais, os prazos e a documentação obrigatória para a medição, fiscalização, liquidação e pagamento de contratos de prestação de serviços médicos firmados pela Secretaria Municipal de Saúde da Lapa.
Art. 2.º As disposições contidas nesta Instrução Normativa aplicam-se a todas as empresas credenciadas e contratadas para a prestação de serviços médicos no âmbito do Município da Lapa, inclusive àquelas cujos contratos ou credenciamentos encontrem-se em plena vigência ou execução na data de sua publicação.
CAPÍTULO II – DO CRONOGRAMA OPERACIONAL MENSAL
Art. 3.º O fluxo mensal de medição e liquidação obedecerá às seguintes etapas e prazos:
I – Até o dia 05 (cinco) de cada mês: A contratada deverá protocolar junto aos Gestores do Contrato a documentação técnica, fiscal e de vínculo prevista nos Artigos 7.º e 9.º desta Instrução Normativa, necessária para a validação dos serviços prestados no mês de referência.
a) É vedada a emissão de Nota Fiscal nesta etapa.
II – Do dia 05 ao dia 12: Conferência Integral pela Comissão de Fiscalização. A Comissão é a autoridade responsável pela conferência do conjunto documental, abrangendo:
a) Validação Técnica: Dados de produtividade e registros biométricos (biometria).
b) Regularidade Fiscal e Trabalhista: Conferência de todas as certidões (Federal, Estadual, Municipal, FGTS/CRF e CNDT) e guias unificadas de encargos (DARFs Previdenciários via DCTFWeb e FGTS Digital).
c) Comprovação de Vínculos: Análise dos contratos com médicos, atos constitutivos das PJs Unipessoais e provas de pagamento (RPA, depósitos a sócios, notas e pagamentos a PJ ou folha CLT) para afastar a subcontratação proibida e a responsabilidade previdenciária solidária.
d) Autorização de Nota: Somente após a Comissão conferir e validar tudo, os gestores autorizarão a empresa credenciada a emitir a Nota Fiscal no valor exato apurado.
III – Até o dia 15 (quinze) de cada mês: Os gestores do contrato encaminharão o processo administrativo consolidado (documentação + Nota Fiscal aceita) ao Setor Contabil/Financeiro para liquidação da despesa no sistema.
IV – Do Pagamento: Efetuada a liquidação da despesa, o processo será encaminhado ao Setor Financeiro/Tesouraria para a realização do efetivo pagamento seguindo os prazos previstos em legislação.
Paragrafo Único: Em observância ao Art. 183, §2º da Lei nº 14.133/2021, caso os prazos estipulados coincidam com sábados, domingos ou feriados, considerar-se-ão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente
CAPÍTULO III – DO FLUXO DE PAGAMENTO E DA MORA DO CREDOR
Art. 4.º O descumprimento do prazo fixado no inciso I do art. 3.º, ou a entrega de documentação incompleta ou irregular por parte da contratada/credenciada, implicará a suspensão IMEDIATA da contagem do prazo para pagamento.
Art. 5.º Eventuais atrasos na liquidação ou no pagamento decorrentes de incorreções, omissões ou falhas na documentação sob responsabilidade da empresa contratada caracterizar-se-ão mora do credor, não gerando direito a juros, multas ou atualização monetária contra o Município da Lapa.
Art. 6.º O efetivo pagamento fica condicionado à comprovação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, nos termos do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO MENSAL OBRIGATÓRIA
Art. 7.º Para a validação mensal do processo de medição, a empresa contratada/credenciada deverá apresentar:
I – Regularidade Fiscal e Trabalhista:
a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND Federal/INSS);
b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
c) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da empresa;
d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
II – Comprovação do Recolhimento dos Encargos Sociais:
a) DARF FGTS (em substituição à antiga GRF): Guia quitada gerada via FGTS Digital, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento;
b) DARF Previdenciário (em substituição à antiga GPS): Guia quitada gerada via DCTFWeb, contendo as contribuições previdenciárias (cota patronal e retida dos empregados/sócios);
c) Recibo de Entrega da DCTFWeb: Demonstrativo de confissão de débitos tributários e previdenciários do mês de referência
d) Comprovante de Envio eSocial: Recibo de entrega dos eventos periódicos (S-1200 / S-1210 / S-1299) ou, na ausência de empregados, o protocolo de eSocial "Sem Movimento".
e) Relação de Trabalhadores (eSocial): Relatório analítico da folha de pagamento processada pelo sistema que substitui a antiga Relação de Empregados (RE) do SEFIP, identificando os profissionais alocados no contrato.
f) Inexistindo empregados registrados (regime CLT) alocados na execução direta do objeto, a contratada deverá apresentar declaração formal, firmada sob as penas da lei, atestando expressamente a ausência de fato gerador para o recolhimento de encargos sociais e

trabalhistas, sem prejuízo da entrega do protocolo de eSocial 'Sem Movimento' previsto na alínea 'd' deste inciso.
III – Comprovação do Cumprimento do Objeto:
a) Relatório de produtividade validado pela chefia da unidade de saúde;
b) Espelho de ponto eletrônico (biometria) de todos os profissionais que atuaram no período.
§ Único: Os documentos de comprovação de recolhimento de encargos sociais listados no inciso II deste artigo (DARFs e eSocial) deverão referir-se à competência imediatamente anterior ao mês da prestação dos serviços.
CAPÍTULO V – DA COMPROVAÇÃO POR TIPO DE VÍNCULO MÉDICO
Art. 8.º Em estrita observância ao Parecer Jurídico n.º 372/2026, é permitido à empresa credenciada utilizar médicos contratados sob a forma de pessoa jurídica (Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Empresario Individual - EI) para a execução dos serviços, desde que o profissional médico seja o titular exclusivo da empresa prestadora, ficando estabelecido que tal vínculo jurídico e financeiro dar-se-á exclusivamente, entre a credenciada e o terceiro, sem gerar qualquer relação direta ou obrigações contratuais entre o profissional e o Município da Lapa.
Art. 9.º A empresa credenciada deverá comprovar individualmente a situação jurídica de cada médico de sua equipe, mediante a apresentação das seguintes documentações:
I – Médico contratado via Pessoa Jurídica (Unipessoal/Individual):
a) Cópia do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Requerimento de Empresário, demonstrando tratar-se de Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Empresário Individual em nome do médico prestador;
b) Nota Fiscal de serviços emitida pela Pessoa Jurídica Unipessoal do médico contra a empresa credenciada, relativa ao mês de execução dos serviços (mês de referência), acompanhada obrigatoriamente do comprovante de quitação financeira da nota fiscal correspondente à competência imediatamente anterior;
c) Instrumento contratual de prestação de serviços firmado entre a empresa credenciada e a PJ individual do médico;
d) Relatório de Gestão declarando que o profissional atuou sob supervisão técnica e administrativa da contratada, sendo vedada a atuação isolada.
II – Médico Sócio da própria Empresa Credenciada:
a) Contrato Social registrado e atualizado demonstrando a cota societária;
b) Comprovante de transferência ou depósito bancário da remuneração efetuado na conta do profissional.
III – Médico Autônomo (Pessoa Física):
a) Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), devidamente assinado pelo profissional médico, referente ao mês de execução dos serviços (mês de referência), acompanhado obrigatoriamente dos comprovantes de quitação financeira e dos tributos incidentes (INSS, IRRF e ISS) relativos à competência imediatamente anterior à da prestação.
b) Cópia do contrato de prestação de serviços entre as partes (o contrato deixa de ser exigido quando a prestação do serviço pelo autônomo for pontual ou esporádica).
IV – Médico Empregado (Regime CLT):
a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou registro e-Social;
b) Folha de Pagamento analítica do mês de referência.
CAPÍTULO VI – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E CONFORMIDADE
Art. 10. É vedada a atuação de profissionais médicos não previamente cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Município da Lapa PR, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das atividades(exceto nos casos pontuais de necessidade de substituição emergencial de profissional, sempre avaliado e autorizado pelo gestor do contrato).
Art. 11. É proibida a pulverização ou transferência integral da execução do objeto contratual a terceiros, devendo a empresa credenciada manter atuação direta e efetiva na coordenação do corpo clínico.
Art. 12. A coleta e o tratamento de dados pessoais contidos nos contratos sociais, comprovantes e folhas de pagamento e demais documentos observarão o disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018 (LGPD), e limitam-se, estritamente, às finalidades de fiscalização contratual, instrução do processo administrativo de liquidação e auditoria pelos órgãos de controle
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ouvida a Procuradoria Geral do Município, quando necessário.
Art. 14. Para os contratos e credenciamentos vigentes na data de publicação desta norma, concede-se o prazo de até 30 (trinta) dias para a adaptação e apresentação completa dos requisitos exigidos nos Artigos 8.º e 9.º (comprovação das PJs Unipessoais/Individuais e espelho biométrico), mantida a exigência imediata da comprovação de regularidade fiscal e do fluxo operacional do Artigo 3.º.
Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa/PR, 20 de agosto de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde
Decreto de Nomeação Nº 28.429 de 2025

ALYSSON LEANDRO SARNICK
Contador CRC-PR 075172/O

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B82B4AA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
Processo Licitatório n° 08/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ E AEMPRESA A. K. ENGENHARIA LTDA.

ACÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ nº 95.684.775/0001-30, com sede na Rua Pernambuco, 451, na cidade de Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representada pelo PresidenteADRIANO RODRIGUES BARBOSA,brasileiro, residente e domiciliado no município de Laranjal, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, eA. K. ENGENHARIA LTDA,inscrita no CNPJ:07.546.859/0001-40, com endereço na Av. José Marcante, nº 758, sala 1, Jardim Marcante, Dois Vizinhos, Estado do Paraná,CEP 85.660-000, representado neste ato porWILLIANI DE ALMEIDA KOLASA,brasileira, engenheira Civil, casada pelo regime de comunhão universal de Bens, portadora do CPF 063.458.849-44, residente e domiciliada na Avenida Dorvalino Tosi, 704, Jardim da Colina em Dois Vizinhos, Paraná, CEP 85660.000,doravante designadaCONTRATADA, tendo em vista o que consta no, Processo Licitatório n° 08/2026 eem observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº06/2026,mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O objeto do presente instrumento é aContratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projeto básico e projeto executivo de reforma da cobertura da Câmara Municipal de Laranjal/PR, compreendendo a realização de estudos técnicos, levantamento das condições existentes, elaboração de projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária detalhada, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, emissão de ART/RRT e demais documentos técnicos necessários para subsidiar futura contratação da execução da obra, nas condições estabelecidas noTermo de Referência da Dispensade Licitaçãonº 06/2026.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, referentes à Dispensade Licitaçãonº 06/2026:
a) ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS e PROGRAMA DE NECESSIDADES PARA PROJETO
b) ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA;
c) ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
d)ANEXO III – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARAHABILITAÇÃO
e) ANEXO IV -MODELOS DE DECLARAÇÕES DE VISTORIAS
f) AVISO DE DISPENSA
g) eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
2.1 O prazo de vigência da contratação é de30(trinta)dias corridos,contados da data de assinatura deste, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2 O prazo de vigência NÃO será prorrogado.
2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.CLÁUSULA TERCEIRA –MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
3.1. Os modelos de gestão e de execução e os prazos e condições de conclusão, entrega,
observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência da dispensade Licitação nº 06/2026,mencionada na Cláusula Primeira deste contrato.
3.2. O objeto desta contratação será realizado sob o regime de execução indireta, mediante
empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO
4.1Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no do Termo de Referência.

5.CLÁUSULA QUINTA– PREÇO
5.1.O presente contrato possui valor total deR$5.829,60(cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos),conforme detalhamento a seguir apresentado:

Item	Descrição	Unid	Qtidade	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para elaboração deprojeto básico e projeto executivo de reforma da cobertura da Câmara Municipal de Laranjal/PR, compreendendo a realização deestudos técnicos, levantamento das condições existentes, elaboração de projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária detalhada, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, emissão de ART/RRT e demais documentos técnicos necessários para subsidiar futura contratação da execução da obra.	Unid.	01	R$5.829,60

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretasdecorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete,seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO
6.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE
7.1Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis

8.CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordocom o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas noobjeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em
parte, às suas expensas;
8.4.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo
CONTRATADO;
8.4.2. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal em relaçãoao valor devido pelaexecução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
8.4.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, noprazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;
8.4.4. Aplicar ao CONTRATADO as sanções administrativas previstas na lei e neste contrato;
8.4.5. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoçãodas medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
8.4.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas àexecução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamenteimpertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execuçãodo ajuste.
8.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos peloCONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem comopor qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seusanexos (caso existentes), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesasdecorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado, observando, ainda, asobrigações a seguir dispostas:
9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal deste contrato ou autoridade
superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto contratado,de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como portodo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essaresponsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual peloCONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danossofridos;
9.1.3. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linhareta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou dofiscal ou gestor deste contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº14.133/2021;
9.1.4. Comunicar ao fiscal deste contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquerocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
9.1.5. Prestar os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE arespeito da execução deste contrato;
9.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na
condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização dotrabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.1.7. Manter durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigaçõesassumidas, todas as condições exigidas para habilitação na dispensade Licitaçãomencionada na Cláusula Primeira deste contrato;
9.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento destecontrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a
todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contratoadministrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação daproposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou deaceitação expressa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao
funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivojustificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução docontrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2.Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstasna Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
13.1. Este contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda
que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogadapor igual período.
13.3. Quando a não conclusão deste contrato, referida no item anterior, decorrer de culpa do
CONTRATADO:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sançõesadministrativas; e
b) poderá o CONTRATANE optar pela extinção deste contrato e, nesse caso, adotará asmedidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
13.4. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ouantes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.CLÁUSULA DÉCIMAQUARTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14.1As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursosespecíficos consignados no Orçamento da Câmara Municipal deLaranjal/PRdeste exercício,
na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

ÓRGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO
UNIDADE 001 – CÂMARA MUNICIPAL
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 01.031.0101.2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo
NATUREZA DA DESPESA 3.3.90.39.00.00 – Serviços Terceiros Pessoa Juridica
FONTE DE RECURSO 001/01/07/00/00 – Recurso do Tesouro (Descentralizado

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas naLei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundoas disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – enormas e princípios gerais dos contratos, além da legislação municipal.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes daLei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMASÉTIMA– SIGILO DE INFORMAÇÕES
17.1. Além de observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral deProteção de Dados Pessoais - LGPD), conforme previsto nestecontrato, o CONTRATADO se compromete, sob pena de responsabilização administrativa,civil e criminal, a:
d) não revelar, divulgar ou transmitir a terceiros, em hipótese alguma, informações que lheforem disponibilizadas pelo CONTRATANTE por força dos procedimentos necessários àexecução do presente contrato, principalmente quando se tratar de informações quepossam acarretar risco à segurança de a vos corpora vos do CONTRATANTE, tais comocomputadores, redes e dados, ou que possam comprometer a inviolabilidade daintimidade, da vida privada, da honra e da imagem de pessoas;

18. CLAUSULADÉCIMA OITAVA– COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
18.1. As comunicações entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO deverão ser realizadas porescrito, sempre que o ato exigir tal formalidade.
18.2. São considerados meios de comunicação formal entre as partes contratantes:
a) intimação ou notificação pessoal, provada com a assinatura do representante legal daparte ou de preposto por ela indicado;
b) mensagem eletrônica (e-mail);
c) mensagem de aplicativo de comunicação instantânea (WhatsApp ou similar).
18.3. Para os fins previstos nesta cláusula, são obrigações do CONTRATADO:
a) informar o endereço completo da sede do CONTRATADO, ou da filial encarregada daexecução deste contrato;
b) informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone com aplicativo decomunicação instantânea (WhatsApp ou similar);
c) confirmar o recebimento das mensagens eletrônicas (e-mail) enviadas peloCONTRATANTE, observando o prazo de confirmação expressamente indicado em cadamensagem;
d) confirmar a leitura das mensagens de aplicativo de comunicação instantânea(WhatsApp ou similar) em, no máximo, 6 (seis) horas, devendo a extrapolação desseprazo de resposta ocorrer somente por motivo devidamente justificação, não podendoessa extrapolação ultrapassar 2 (dois) dias úteis;
e) atender às mensagens de aplicativo de comunicação instantânea (WhatsApp ousimilar) no horário das 8h às 18h, em dias úteis, sem que isso implique acréscimo nospreços contratados;
f) manter atualizados, durante o prazo de vigência deste contrato, o endereço doCONTRATADO eo endereço eletrônico e o número do telefone com aplicativo de comunicaçãoinstantânea a serem utilizados para contatos e/ou comunicações entre as partescontratantes.
18.4. Na hipótese de descumprimento injustificado, pelo CONTRATADO, da obrigação deresponder às mensagens eletrônicas (e-mail) e de confirmar a leitura das mensagens deaplicativo de comunicação instantânea, será considerada presumida a cientificação doCONTRATADO a respeito do teor de cada mensagem, uma vez que o endereço eletrônicoe o número do telefone com o aplicativo de comunicação instantânea foram indicadospelo próprio CONTRATADO.
18.5. A não observância, sem justificativa, por parte do CONTRATADO, das obrigações previstasnesta cláusula será considerada descumprimento contratual. Nessa hipótese, oCONTRATADO poderá ser penalizada com as sanções administrativas previstas nestecontrato, assegurada a prévia e ampla defesa.
18.6. O CONTRATANTE informará ao CONTRATADO os nomes, endereços eletrônicos etelefones de contato dos setores administrativos e/ou dos agentes públicos doCONTRATANTE encarregados da fiscalização da execução deste contrato, caso essasinformações não constem do instrumento convocatório da licitação ou da dispensa delicitação.

19.CLÁUSULADÉCIMA NONA- DAS ASSINATURAS
19.1 O Contrato Administrativo poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, através da assinatura digital, conforme a Infraestrutura deChaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

20. CLÁUSULAVIGÉSIMA– DA PUBLICAÇÃO
20.1 IIncumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional deContratações Públicas (PNCP), bem como no

Diário Oficial dos Municípios do Paraná,além de sua divulgação no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal deLaranjal/PRnoprazo estipulado no artigo 94 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

21. CLÁUSULAVIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO
21.1Fica eleito o foro da Comarca de Palmital, Estado do Paraná, para dirimir quaisquerquestões decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não possam sercompostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.
21.2. O(s) representante(s) da empresa devem assinar o contratopessoalmente oudigitalmente (via CertificadoICP Brasil), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, enviando-nos em seguida para que aCâmara Municipal de continuidade ao trâmite processual.
21.3. E por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente instrumento, na presençade duas testemunhas, que também o subscrevem, para que surtam todos os efeitos
jurídicos e legais.

Laranjal, 20 de agosto de 2026

Câmara Municipal De Laranjal
ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Representante Legal da Contratante

A.K. Engenharia LTDA
WILLIANI DE ALMEIDA KOLASA
Representante Legal do Contratado

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:B58AC532

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL-PR,inscrita no CNPJ nº 95.684.775/0001-30, com sede na Rua Pernambuco, 451, na cidade de Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representada por seu PresidenteADRIANO RODRIGUES BARBOSA,brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Laranjal, Estado do Paraná.

CONTRATADO(A):A. K. ENGENHARIA LTDA,inscrita no CNPJ:07.546.859/0001-40, com endereço na Av. José Marcante, nº 758, sala 1, Jardim Marcante, Dois Vizinhos, Estado do Paraná,CEP 85.660-000, representado neste ato porWILLIANI DE ALMEIDA KOLASA,brasileira, engenheira Civil, casada pelo regime de comunhão universal de Bens, portadora do CPF 063.458.849-44, residente e domiciliada na Avenida Dorvalino Tosi, 704, Jardim da Colina em Dois Vizinhos, Paraná, CEP 85660.000.

OBJETO:Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projeto básico e projeto executivo de reforma da cobertura da Câmara Municipal de Laranjal/PR, compreendendo a realização deestudos técnicos, levantamento das condições existentes, elaboração de projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária detalhada, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, emissão de ART/RRT e demais documentos técnicos necessários para subsidiar futura contratação da execução da obra.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, nº06/2026.

DATA DO CONTRATO:20deagostode 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo de vigência da contratação é de30(trinta)dias corridos,contados da data de assinatura do Contrato, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

VALOR TOTAL:R$5.829,60(cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

PAGAMENTO:O pagamento à empresa contratada será realizado conforme dispõe no referido contrato e Termo de Referência.

FORO:Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Laranjal,20deagostode 2026.

ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:E370634C

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
JUSTIFICATIVA DE PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

JUSTIFICATIVA DE PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

EXMO. SR.
ADRIANO RODRIGUES VILELA
PRESIDENTE

A presente contratação se balizou por preços fornecidos inicialmente pelas propostas apresentadase propostas apresentadas após as devidas publicações,prevalecendo o menor valor apresentado.
Foi divulgado em site oficial a intenção de recebimento de propostas adicionais, conforme extrato de publicação juntado aos autos.
Dessa forma, a escolha da empresaA. K. ENGENHARIA LTDA,inscrita no CNPJ:07.546.859/0001-40, com endereço na Av. José Marcante, nº 758, sala 1, Jardim Marcante, Dois Vizinhos, Estado do Paraná,CEP 85.660-000, representado neste ato porWILLIANI DE ALMEIDA KOLASA,brasileira, engenheira Civil, casada pelo regime de comunhão universal de Bens, portadora do CPF 063.458.849-44, residente e domiciliada na Avenida Dorvalino Tosi, 704, Jardim da Colina em Dois Vizinhos, Paraná, CEP 85660.000,a qual apresentou sua proposta no valor total deR$5.829,60(cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos),tendo em vista ter sido a empresa que apresentou proposta de preçoscom menor preço,cujo pagamento será efetuado conforme dispõe Termo de Referência. O valor condiz com o valor de mercado, bem como pela comprovação de preenchimento dos requisitos de habilitação, pelas certidões e documentos acostados aos autos.
Assim, encaminhamos o presente procedimento ao Exmo. Sr. ADRIANO RODRIGUES BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal, para autorização de contratação.

Laranjal,18deagostode 2026.

ELIZANE DE FÁTIMA OLIVEIRA SANTOS
Agente Contratação
Portaria 01/2025

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:1BEC46D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 366/2026

PORTARIA Nº 366/2026

SÚMULA: Altera membros da Comissão de avaliação para a promoção horizontal dos profissionais do Magistério do município de Laranjal.

A secretaria de educação do município de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei 008/2019 de 28 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do magistério da Rede Pública Municipal de Educação de Laranjal-PR, e das outras providências.
RESOLVE
Art. 1º. – Instituir Comissão de Avaliação para promoção a linha horizontal na tabela de vencimento do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal.
Art. 2º- A Comissão de Avalição será constituída por representantes do Departamento Jurídico, Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação e representantes dos Profissionais da Educação.
Todos os membros a seguir mencionados.
Kauan Eduardo Godoy Gomes - Departamento Jurídico
Fabiane Lemos – Recursos Humanos
Elisandra Patrícia da Rocha Silva – Secretária Municipal de Educação
Mari Claudia de Oliveira - Secretaria Municipal de Educação
Ana Margarete Cavasim - Professora
Joslene Gonçalves- Presidente do Conselho Municipal de Educação
Art. 3º.- A comissão de Avaliação será responsável pela verificação dos requisitos exigidos para a elevação de nível da linha horizontal na tabela de Remuneração dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino, conforme o disposto na Lei Municipal nº. 008/2019.
Art. 4º.- Revogam-se as disposições em comentários.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal/PR, 20 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:DC8C9BB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 367/2026

PORTARIA N°367/2026

SUMULA: Exonera servidora de cargo em Comissão e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Exonerar

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a servidora ANIELI APARECIDA RIBEIRO, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão - Educação, Matricula de nº 286967.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 20 de agosto de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 20 dias do mês de Agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:FE97ADE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026-PML

PROCESSO Nº. 120/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada para a cobertura de seguro de veículos pesados e máquinas pertencentes à frota municipal, compreendendo retroescavadeiras, trator de esteiras, pá carregadeira, motoniveladora, caminhões e ônibus, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Educação e Cultura do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 11 de setembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 140.890,77 (cento e quarenta mil, oitocentos e noventa reais e setenta e sete centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 20de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CC609293

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de assentos, tipo padrão e obeso para arquibancada do Ginásio de Esporte João Margato, para atender as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **KAIROS SERVIÇOS E NEGOCIOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº47.200.879/0001-89, vencedora do certame pelo valor global de R$553.250,00(quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais);

Loanda, 20 de agosto de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:83CBD977

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RE-RATIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição

de água mineral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Turismo, Habitação, Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

RE-RATIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **SENNA ALIMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº59.040.074/0001-02, vencedora do Item 02, perfazendo o valor global de R$25.900,00(vinte e cinco mil e novecentos reais);
· **BETO GÁS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº31.086.813/0001-70, vencedora do Item 01, perfazendo o valor global de R$27.640,00(vinte e sete mil, seiscentos e quarenta reais);

Loanda, 18 de agosto de 2.026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:AD3CA633

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 554/2026

PORTARIA Nº 554/2026
José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

E considerando o Processo de Pensão por Morte elaborado pela Sociedade Previdenciária Municipal,

Resolve:
Conceder, **PENSÃO POR MORTE** a que faz jus o Sr. **NELSON GABRIEL MACHADO** portador do CPF nº 04*.***.**9-20, pelos direitos adquiridos, da servidora pública aposentada **CLEIDE GUEDES MACHADO,** Matrícula Aposentadoria nº 11045, falecida em 04/07/2026 de acordo com a certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo nº 58, §1º da Lei Complementar nº 12/2025 conforme quadro abaixo:

NOME DA SERVIDORA APOSENTADA: **CLEIDE GUEDES MACHADO**				
COTA FAMILIAR DE 50% DA APOSENTADORIA, ACRESCIDA DE COTAS DE 10% POR DEPENDENTE ATÉ O MÁXIMO DE 100% – SEM PARIDADE				
BASE DE CÁLCULO (PROVENTOS APOSENTADORIA): R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais) *COTA FAMILIAR (50% DA BASE DE CÁLCULO): R$ 810,50* *ADICIONAL POR DEPENDENTE (10% DA BASE DE CÁLCULO): R$ 162,10* **VALOR DA PENSÃO MENSAL: R$ 972,60 (Novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)**				
COTA VITALÍCIA				
BENEFICIÁRIO	DATA DE NASCIMENTO	RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	VALOR	%
NELSON GABRIEL MACHADO	**02/11/1939**	**CONJUGÊ**	**R$ 972,60**	**100%**

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:864C07FA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 555/2026

PORTARIA Nº 555/2026
José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

E considerando o Processo de Pensão por Morte elaborado pela Sociedade Previdenciária Municipal,

Resolve:
Conceder, **PENSÃO POR MORTE** a que faz jus a Srª. **MARIA HELENA OLIVERIO ACCORSI** portadora do CPF nº 84*.***.**9-15, pelos direitos adquiridos, do servidor público aposentado **FLAVIO ARAMIS ACCORSI,** Matrícula Aposentadoria nº 12011, falecido em 29/07/2026 de acordo com a certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo nº 58, §1º da Lei Complementar nº 12/2025 conforme quadro abaixo:

NOME DO SERVIDOR APOSENTADO: **FLAVIO ARAMIS ACCORSI**				
COTA FAMILIAR DE 50% DA APOSENTADORIA, ACRESCIDA DE COTAS DE 10% POR DEPENDENTE ATÉ O MÁXIMO DE 100% – SEM PARIDADE				
BASE DE CÁLCULO (PROVENTOS APOSENTADORIA): R$ 6.908,24 (Seis mil, novecentos e oito reais e vinte e quatro centavos) *COTA FAMILIAR (50% DA BASE DE CÁLCULO): R$ 3.454,12* *ADICIONAL POR DEPENDENTE (10% DA BASE DE CÁLCULO): R$ 690,82* **VALOR DA PENSÃO MENSAL: R$ 4.144,94 (Quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)**				
COTA VITALÍCIA				
BENEFICIÁRIO	DATA DE NASCIMENTO	RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	VALOR	%
MARIA HELENA OLIVERIO ACCORSI	**26/05/1940**	**CONJUGÊ**	**R$ 4.144,94**	**100%**

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:E57C2DCF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 561/2026

PORTARIA Nº. 561/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6064/2026 de 17/08/2026;

Resolve:

Conceder a servidora PATRICIA NEVES DE BARROS FERREIRA, matrícula nº. 966218, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM DIURNO, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 11/04/2017 a 10/04/2022, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 19/08/2026 a 16/11/2026, devendo retornar em atividade em 17/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:791C6E31

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 562/2026

PORTARIA Nº. 562/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 12/08/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor JAIR MONTEIRO ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula nº. 967045, férias pelo período de trabalho prestado entre 04/01/2025 a 03/01/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 14/09/2026 a 03/10/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 04/10/2026 a 13/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:28979174

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 563/2026

PORTARIA Nº. 563/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 5969/2026 de 13/08/2026;

Resolve:

Conceder a servidora LARISSA MONTEIRO DE FARIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, matrícula nº. 966940, férias pelo período de trabalho prestado entre 20/06/2025 a 19/06/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

10 (dez) dias pelo período compreendido entre 14/09/2026 a 23/09/09/2026;
20 (vinte) dias pelo período compreendido entre 04/01/2027 a 23/01/2027.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:6939C579

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 564/2026

PORTARIA Nº. 564/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 5963/2026 de 13/08/2026;

Resolve:

Conceder a servidora ROSELI MARIA GOMES MORETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA, matrícula nº. 966899, férias pelo período de trabalho prestado entre 14/03/2025 a 13/03/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 16/09/2026 a 30/09/2026;
15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 16/11/2026 a 30/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D5A19958

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 565/2026

PORTARIA Nº. 565/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6108/2026 de 18/08/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor APARECIDO DA CRUZ SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de GARI, matrícula nº. 966109, férias pelo período de trabalho prestado entre 20/05/2022 a 19/05/2023, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 05/10/2026 a 24/10/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 25/09/2026 a 04/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:901AE06F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 566/2026

PORTARIA Nº. 566/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 5970/2026 de 13/08/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor FERNANDO LUIZ FONZAR, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula nº. 967129, 30 dias de férias pelo período de trabalho prestado entre 01/07/2024 a 30/06/2025, a partir de 14/09/2026 a 13/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D742B8EE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 165 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 165 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Altera a composição do Comitê de Combate às Arboviroses do Município de Loanda, Estado do Paraná e dá outras providências.

***José Maria Fernandes**, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;*

***CONSIDERANDO** a necessidade de implementar as ações de combate às arboviroses;*

***CONSIDERANDO** os períodos chuvosos e quentes, propícios para a proliferação do mosquito Aedes Aegypti;*

***CONSIDERANDO** que a dengue é um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil e no mundo;*

***CONSIDERANDO** o Termo de Ajuste de Conduta nº. 001/2015, firmado por esta Municipalidade e o Ministério Público do Estado do Paraná.*

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica alterado, no âmbito do Município de Loanda, Estado do Paraná, a composição do Comitê Municipal de Combate às Arboviroses, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º. O Comitê de Combate às Arboviroses tem por finalidade:

I – Implementar, acompanhar e avaliar as ações de combate às arboviroses;

II – Integrar as ações de promoção, prevenção e controle das arboviroses, a serem desenvolvidas por órgãos da administração pública;

III – Propor mecanismos que possibilitem a plena execução das ações de combate às arboviroses.

Parágrafo Único – O Comitê terá como principal atividade o acompanhamento e a proposição de ações de mobilização social para prevenção e o controle das arboviroses no âmbito do Município de Loanda-PR.

Artigo 3º. O comitê será composto pelas seguintes representações:

Presidente e Representante da Secretaria de Saúde:
Maria Lusmir Fernandes

Vice- Presidente do Comite de Combate às Arboviroses:
Kaique Santos Canolla

Representante do Conselho Municipal Saúde:
Rosilene Rodrigues dos Santos

Representante da 14ª Regional de Saúde:
Jurandir Jorge

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Silvia Cristiana Rossin Norte

Representante do Ministério Público da Comarca de Loanda:
Emily Carolina R. Procópio de Souza

Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:
Eder Aparecido Januário Pietro

Representante da Secretaria Municipal de Finanças:
Renan Januário Scanacapra

Representante do Hospital Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina de Loanda:
Ricardo Vinicius Pereira Oliveira

Representante do Hospital Municipal Seitugu Hirata de Loanda:
Carolina Celestino Milharesi

Representante da Vigilância Epidemiológica:
Priscila Pedroni Ratti

Representante da Vigilância Sanitária:
Damião Antonelo

Representante do Controle de Endemias:
Rotinberg Domingos de Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos:
Valdeci de Lima
Representante da Coordenação da Atenção Primária a Saúde:
Marcilene Ursulino da Silva

Representante do PSF da Vila Vitória:
Diane Artemis de Carvalho

Representante do PSF da Vila União:
Talita Candido da Silva Januário

Representante do PSF da Vila Nova:
Daiane Carla dos Santos Silva

Representante do PSF do Alto da Glória:
Carla Regina Pelli

Representante do PSF do Concha:
Gian Rafael Batilana Teixeira

Representante do PSF do Panorama:
Caroline Basaglia de Araujo

Representante da Unimed Paranavaí – APS Loanda:

Marilia Zorzenon

Representante do Trabalho e Assistência Social – SETAS:
Amanda Zandarin Fernandes de Miranda
Representante da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA:
Isadora Gil

Representante do Núcleo Regional de Educação:
Leonor Maschietto

Representante Laboratório Unilab Loanda:
Andressa Dalete dos Santos Martins

Representante Farmácia Municipal de Loanda:
Juliana Câmara Sandrim

Representante Fisioterapia Municipal de Loanda:
Beatriz Minini

Representante Cirurgiões Dentista do Município de Loanda:
Solange Bezerra

Representante da Secretaria de Agricultura de Loanda - SEAGRI:
Irinei José de Carvalho dos Santos

Representante da Secretaria de Industria e Comércio – SEIC:
Edson Bonetti

Representante da Secretaria de Política Públicas para Mulheres:
Laudicéia Cardoso

Representante do Tiro de Guerra de Loanda – TG 05-017:
Sargento Antônio Jean Antunes da Silva

Representante da 3ª Companhia Independente da Policia Militar (3ª CIPM):
Ruan Felipe Ferreira Guarnier (Aspirante-a-Oficial PM)

Representante do 2º Pelotão da 5ª Companhia Independente de Bombeiro Militar de Loanda- Pr:
Tenente Jean Carlos da Silva

Representante Coordenador Municipal da Defesa Civil de Loanda:
Jean Bonfim

1º. O Comitê designou entre os seus membros o Presidente e o Vice Presidente.

2º. A participação no Comitê será considerada como *"serviços relevantes"* prestados ao Município, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 4º. O Comitê reunir-se á, ordinariamente, mensalmente ou extraordinariamente, se convocado pelo Presidente.

Parágrafo Único – Poderão ser convidados a participar dos trabalhos do Comitê, representantes de outros órgãos ou entidades da administração pública e/ou privada, se necessário, pessoas de notório saber sobre as ações do Comitê.

Artigo 5º. Revogadas as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026.
Registre-se e Publique-se

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

MARIA LUSMIR FERNANDES
Presidente – Secretária de Saúde de Loanda

KAIQUE SANTOS CANOLLA
Vice- Presidente do Comitê de Combate as Arboviroses

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:8EB78CC5

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 14/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO 14/2026

Sumula - Aprova o Projeto Político-Pedagógico da Casa Lar e o Protocolo de Manejo em Situações de Crise da unidade de acolhimento institucional, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE LOANDA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e na legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a proteção integral e a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente;
CONSIDERANDO que o acolhimento institucional deve assegurar atendimento individualizado, respeito à dignidade, convivência familiar e comunitária e condições adequadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a necessidade de organização, planejamento e padronização das ações desenvolvidas pela unidade de acolhimento institucional;
CONSIDERANDO a apresentação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do **Projeto Político-Pedagógico da Casa Lar**, contendo as diretrizes, objetivos, metodologia e organização dos serviços desenvolvidos pela unidade;
CONSIDERANDO a apresentação do **Protocolo de Manejo em Situações de Crise**, elaborado com a finalidade de orientar a equipe da unidade quanto aos procedimentos a serem adotados diante de situações de crise envolvendo crianças e adolescentes acolhidos, priorizando a proteção, a segurança, a intervenção adequada e a garantia de direitos;
CONSIDERANDO a deliberação dos membros do CMDCA em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o **Projeto Político-Pedagógico da Casa Lar**, como instrumento orientador das ações, serviços, procedimentos e práticas desenvolvidas pela unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Loanda/PR.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico aprovado deverá orientar o planejamento e a execução das ações da unidade, observando os princípios da proteção integral, do respeito à dignidade, da individualização do atendimento, da convivência familiar e comunitária e da garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos.
Art. 3º Aprovar o **Protocolo de Manejo em Situações de Crise da Casa Lar**, como instrumento orientador para a atuação dos profissionais da unidade diante de situações que demandem intervenção imediata, estabelecendo procedimentos destinados à proteção e segurança dos acolhidos e dos profissionais, bem como à adequada condução e registro das ocorrências.
Art. 4º A equipe responsável pela unidade deverá observar as orientações e procedimentos estabelecidos no Protocolo de Manejo em Situações de Crise, promovendo sua aplicação de forma compatível com as características e necessidades individuais de cada criança ou adolescente.
Art. 5º O Projeto Político-Pedagógico e o Protocolo de Manejo em Situações de Crise deverão permanecer disponíveis na unidade para conhecimento e utilização pela equipe responsável pelo atendimento, podendo ser revisados e atualizados sempre que necessário, mediante apreciação dos órgãos competentes.
Art. 6º A aprovação dos documentos previstos nesta Resolução não afasta a obrigatoriedade de observância das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, das normativas do Sistema de Garantia de

Direitos, das orientações técnicas aplicáveis aos serviços de acolhimento institucional e demais legislações pertinentes.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Loanda, 16 de Fevereiro de 2026.

AMANDA CARLA FLORIANI DIAS PETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:03660DD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N.º 163/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026, PRORROGA A VIGÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO ADVINDO DO TESTE SELETIVO DE LARA GABRIELA DE OLIVEIRA MILANI, POR FORÇA DO EDITAL DO TESTE SELETIVO N.º 001/2025 DE 23/04/2025

DECRETO N.º 163/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA – Prorroga a vigência de contrato de trabalho advindo do Teste Seletivo, inaugurado no âmbito desta municipalidade por força do Edital do Teste Seletivo n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, considerando os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 c/c disposições da Lei Municipal n.º 773/2001-E DE 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, ainda, primando pela preservação e proteção do soberano interesse público, e fiel alcance dos princípios norteadores da plena e eficaz condução da coisa pública, delineados no art. 37 e ss. da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, prevê expressamente em seu artigo 3º que o prazo de contratações excepcionais e de interesse público tem prazo de vigência de até um ano, cabendo dilação contratual por única vez e pelo período inicialmente pactuado;

Considerando que a prorrogação da contratação em fomento, visa suprir a falta de servidores públicos na administração pública,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, considerando os efeitos do Decreto n.º 279/2025 de 22/08/2025, por razões de interesse público, a vigência da contratação abaixo indicada, objeto do ato administrativo, pelo prazo de 1(um) ano:

Nome	Cargo/Carga Horária	Vigência da Prorrogação
Lara Gabriela de Oliveira Milani	Educador Infantil/30 hrs	25/08/2026 a 24/08/2027

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:D934DE85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N.º 164/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026, PRORROGA A VIGÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO ADVINDO DO TESTE SELETIVO DE DULCINÉIA TURRA BULGARELLI POR FORÇA DO EDITAL DO TESTE SELETIVO N.º 001/2025 DE 23/04/2025

DECRETO N.º 164/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA – Prorroga a vigência de contrato de trabalho advindo do Teste Seletivo, inaugurado no âmbito desta municipalidade por força do Edital do Teste Seletivo n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.--.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, considerando os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 c/c disposições da Lei Municipal n.º 773/2001-E DE 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, ainda, primando pela preservação e proteção do soberano interesse público, e fiel alcance dos princípios norteadores da plena e eficaz condução da coisa pública, delineados no art. 37 e ss. da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, prevê expressamente em seu artigo 3º que o prazo de contratações excepcionais e de interesse público tem prazo de vigência de até um ano, cabendo dilação contratual por única vez e pelo período inicialmente pactuado;

Considerando que a prorrogação da contratação em fomento, visa suprir a falta de servidores públicos na administração pública,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, considerando os efeitos do Decreto n.º 288/2025 de 27/08/2025, por razões de interesse público, a vigência da contratação abaixo indicada, objeto do ato administrativo, pelo prazo de 1(um) ano:

Nome	Cargo/Carga Horária	Vigência da Prorrogação
Dulcinéia Turra Bulgarelli	Professor/20 hrs (Magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia)	29/08/2026 a 28/08/2027

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:11315A09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 271/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026, CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIS AUGUSTO MORETTI DA SILVA

PORTARIA Nº. 271/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei nº. 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **15(quinze)** dias de **Férias** ao servidor público municipal **Luis Augusto Moretti da Silva,** portador do RG. nº. 8.***.290-* e CPF nº. 050.***.***-45, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Vigia,** com carga horária semanal de 40 horas, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, a serem usufruídas de **19/08/2026 a 02/09/2026**, referente ao período aquisitivo de **05/06/2025 a 04/06/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 19/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:1607A6BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
AVISO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 003/2026

MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ
O Município de Lupionópolis/PR, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do **LEILÃO Nº 001/2026**, destinado à **alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município**, compreendendo veículos, máquinas e equipamentos, divididos em 05 (cinco) lotes, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, pelo critério de **maior lance por lote**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.
DATA E HORÁRIO: 10 de setembro de 2026, a partir das 10h00min.
MODALIDADE: Exclusivamente eletrônica (online).
LOCAL: Sítio eletrônico do Leiloeiro – **www.topoleiloes.com.br**.
Os interessados deverão realizar **cadastro prévio e habilitação** na plataforma para participação e oferta de lances.
VISITAÇÃO DOS BENS: Os bens poderão ser examinados nos dias **04 e 08 de setembro de 2026, das 13h30min às 16h00min**, no endereço Praça Pe. Antonio Pozzatto, nº 880, Centro, Lupionópolis/PR, mediante cadastro prévio e apresentação de documento de identificação com foto.
O Edital completo encontra-se disponível no site oficial do Município de Lupionópolis/PR, **www.lupionopolis.pr.gov.br**, e no site do Leiloeiro, **www.topoleiloes.com.br**, podendo também ser solicitado pelo e-mail **contato@topoleiloes.com.br**.
Lupionópolis/PR, 10 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:3D25A7EE

GABINETE/SECRETARIA
PORTARIA Nº 87/2026

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) SOB O RITO ESPECIAL DE SERVIDOR NÃO ESTÁVEL EM FACE DO ADVOGADO PÚBLICO MUNICIPAL, GUSTAVO GONÇALVES MACHADO VIDAL, CONSTITUI COMISSÃO PROCESSANTE, EMITE RECOMENDAÇÃO ACAUTELATÓRIA DE AFASTAMENTO PREVENTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, estado do paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal nº 19/2016) e, especialmente, pelo Artigo 75 da Lei Municipal nº 16/2016 (Regime Disciplinar dos Servidores Públicos);
CONSIDERANDO os termos do Relatório Circunstanciado de Infração Ético-Funcional nº 02/2026, que aponta a existência de indícios objetivos e consistentes de falta funcional de extrema gravidade atribuíveis ao Advogado Público Municipal em estágio probatório, **Gustavo Gonçalves Machado Vidal** (matrícula nº 1152);
CONSIDERANDO que referidos indícios apontam que o indiciado teria atuado na representação judicial do Município indevidamente em estado de flagrante conflito de interesses, ao omitir seu impedimento ético-funcional absoluto de atuar na Ação de Cobrança nº 0000455-32.2026.8.16.0066 (movida pelo engenheiro Delton da Silva Cardoso), cujo patrono adverso é o seu próprio advogado particular na esfera privada, Dr. Alexandre Perensin Silva;
CONSIDERANDO que desta conduta ético-funcional em tese desleal e incompatível decorreu, como consequência direta e danosa, a perda de prazo processual peremptório e a subsequente consumação da revelia da municipalidade, em causa de vultoso valor econômico estimado em R$ 114.252,24 (cento e quatorze mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos);
CONSIDERANDO que o indiciado se encontra sob o regime jurídico do estágio probatório, o que atrai a incidência do rito especial e simplificado disciplinado no Capítulo IX (Artigos 113 a 115) da Lei Municipal nº 16/2016;
CONSIDERANDO que a preservação da integridade da prova oral (depoimentos de testemunhas e servidores) e telemática (controle de acessos e logs de sistemas judiciais como o Projudi) exige medidas de cautela para impedir que o indiciado, valendo-se das prerrogativas e senhas de seu cargo técnico de destaque, possa influir, embaraçar ou criar obstáculos na regular instrução do feito;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de caráter autônomo e sob o rito especial simplificado, em face do servidor GUSTAVO GONÇALVES MACHADO VIDAL – MATRÍCULA 1152 – RG 8.015.803-3 – CPF 052.205.889-23 - ocupante do cargo de ADVOGADO, atualmente em período de estágio probatório, para fins de apuração das condutas ético-funcionais descritas no Relatório Circunstanciado nº 02/2026.
Parágrafo único. Adotam-se integralmente como razões de decidir e causa de fundamentação deste ato, as razões de fato e de direito expostas no Relatório Circunstanciado de Infração Ético-Funcional nº 02/2026 que vem em anexo (anexo I), o qual passa a instruir e fazer parte integrante desta Portaria para todos os fins de direito.

Art. 2º Fica constituída a Comissão Processante, de caráter estável e colegiado, que conduzirá os trabalhos de instrução do feito, composta pelos seguintes servidores públicos estáveis da municipalidade:

• GLAUCILENE AGOSTINHO – MATRÍCULA 238 – RG 58729523 – CPF 879.181.709-97 – PROFESSORA – Presidente;
• RAFAEL LUCAS MONTEIRO – MATRÍCULA 406 – RG 7.527.206-5 – CPF 039.226.819-13 – FISIOTERAPEUTA- Membro;
• ARIADNY MICHELLY PELEGRINO DE CAMPOS – MATRÍCULA 867 – RG 13.654.571-0 – CPF 082.847.109-60 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – Secretário.

Art. 3º RECOMENDA-SE EXPRESSAMENTE à Comissão Processante ora constituída que, em sua sessão de instalação e deliberação inicial, proceda ao crivo de avaliação e determine o afastamento preventivo cautelar do indiciado Gustavo Gonçalves Machado Vidal do exercício de suas funções ordinárias, com fulcro no Artigo 115, § 1º, da Lei Municipal nº 16/2016.
§ 1º O afastamento preventivo recomendado possui natureza puramente acautelatória e destina-se a neutralizar o fundado risco de ingerência técnica, manipulação de dados em sistemas públicos judiciais (Projudi) ou embaraço na colheita de depoimentos de testemunhas no curso da instrução.
§ 2º Fica estritamente resguardada, durante todo o período do afastamento preventivo decretado pela Comissão, a percepção da

remuneração integral e a manutenção de benefícios de caráter alimentar do indiciado, notadamente o auxílio-alimentação, em respeito à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e ao princípio da presunção de inocência.
§ 3º O prazo do afastamento preventivo a ser deliberado pela Comissão será de até 30 (trinta) dias, admitindo-se prorrogação motivada por igual período caso subsistam as razões de cautela instrucional, conforme os limites do Artigo 60 da Lei Municipal nº 16/2016.

Art. 4º O Processo Administrativo Disciplinar ora instaurado observará o rito simplificado do Capítulo IX da Lei Municipal nº 16/2016, assegurando-se ao indiciado as garantias do contraditório e da ampla defesa, devendo os trabalhos serem concluídos no prazo legal.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lupionópolis/PR, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:621E063B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.730 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.730 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe acerca da ratificação do protocolo de intenções do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres (Conclima) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:
Art. 1º. Nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal 6.017, de 17 de janeiro de 2007, fica ratificado, em todos os seus termos, o protocolo de intenções firmado por este Município para participação do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres (Conclima), constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público.
Art. 2º. O texto do protocolo de intenções segue anexo e é parte integrante desta lei.
Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais para atendimento das despesas decorrentes do consorciamento, dentre elas a celebração do contrato de rateio.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

*Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:396C85E9

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.732 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.732 de 20 de agosto de 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
178	1902	02.07.12.392.0009.2.020	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	4.4.90.52	278.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o excesso de arrecadação no valor de R$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), assim discriminados:

FONTE	VALOR
1902	R$ 278.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
.
Prefeitura Municipal de Mallet, 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

*Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:CBA2CFFE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2026

O Prefeito Municipal, **Pedro Kowalczyk**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio, vídeo, fotografia e iluminação para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Mallet.

AUTORIDADE COMPETENTE: PEDRO KOWALCZYK – PREFEITO MUNICIPAL

PROPONENTES VENCEDORAS E VALORES ADJUDICADOS:

SMARTIASTOR LTDA (51.784.579/0001-61) – R$ 477,00

DA ASSINATURA DO CONTRATO: os representantes legais das empresas supracitadas ficam, desde já, intimados para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis compareçam à sede da Prefeitura Municipal de Mallet para a assinatura dos contratos referentes ao processo.

Opcionalmente, os contratos poderão ser assinados digitalmente nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:1BCC3E8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 362/2026

DECRETO N.º 362/2026

Dispõe sobre reposicionamento em final de fila de candidata classificada em Processo Seletivo.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud nº 000002819/2026;
CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud nº 1084.003.00204.000000079;
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o requerimento de reposicionamento em final de fila da candidata **MARIZETE INÊS SWIDZINSKI**, inscrição nº 2704/2025;

Art. 2º. Fica reposicionada a candidata MARIZETE INÊS SWIDZINSKI, inscrição nº 2704/2025, em final de lista de classificação para o cargo de Agente de Apoio Educacional – 40 horas, do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, homologado pelo Decreto n° 634 de 08 de setembro de 2025;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:8D93F1BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 363/2026

DECRETO N.º 363/2026

Dispõe sobre o afastamento de servidora pública para tratamento de saúde.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o Processo Cloud nº 000002925/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedido o afastamento da servidora pública **IVONE APARECIDA MARCINIUK**, do cargo de Professora, matrícula n° 950, para tratamento de saúde, a partir de 17 de agosto, dos termos do art. 102, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 632/99.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:27B6C353

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018.001/2026 – PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018.001/2026 – PSS 001/2025 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
CONSIDERANDO que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025 restou homologado pelo Decreto n° 634/2025;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000002813/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000002819/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 1084.003.00204.000000079;

TORNA PÚBLICO

I - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 634 de 08 de setembro de 2025.**
I – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL – 40H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2674/2025	MARCIA JANETE CIESLAK KOCINSKI	77	18°

II – A candidata deverá comparecer, até o dia **27 de agosto de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 001/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. O candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;

Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;

III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:AA5DD1F9

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL Nº 003.003 - PSS 003/2026-TO

EDITAL Nº 003.003 - PSS 003/2026-TO
Homologação das inscrições após recursos do Processo Seletivo Simplificado nº PSS 003/2026-TO

1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por meio da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 308/2026, autorizado no bojo do processo Cloud nº 0484/2026, **TORNA PÚBLICO** a Homologação das inscrições após recursos, dos candidatos ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2026-TO** para o cargo público de **TERAPEUTA OCUPACIONAL**, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mallet.
2. Abaixo segue a lista das inscrições deferidas e homologadas:

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E HOMOLOGADAS – TERAPEUTA OCUPACIONAL		
NÚMERO	**NOME**	**RESULTADO**
00259.000000001/2026	MARIANE BUREI MAYER PACHOLOK	DEFERIDA
00259.000000003/2026	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ	DEFERIDA

*Candidatos autodeclarados negros ou pardos

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS – TERAPEUTA OCUPACIONAL			
NÚMERO	**NOME**	**RESULTADO**	**RECURSO**
00259.000000002/2026	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ	INDEFERIDA - Duplicada, considerada a mais recente de nº 00259.000000003/2026	
00259.000000004/2026	MARISTELLA DE SOUZA MAJEWSKI	INDEFERIDA - Duplicada, considerada a mais recente de nº 00259.000000005/2026	
00259.000000005/2026	MARISTELLA DE SOUZA MAJEWSKI	INDEFERIDA - não possui escolaridade mínima exigida	

3. Ficam os candidatos com as inscrições deferidas CONVOCADOS para **AVALIAÇÃO OBJETIVA** que ocorrerá no dia **23/08/2026**, na **Escola Municipal Divino Espírito Santo, Rua Tiradentes – Sul, 239, Centro, Mallet/PR, com abertura dos portões às 12h30min e fechamento dos portões às 13h00min**.
4. O candidato deverá portar consigo para adentrar a sala de provas, documento oficial de identidade com foto (RG e/com CPF, CNH, carteira de conselho de classe, passaporte ou outro documento oficial).
5. A prova terá duração de 03 (três) horas, iniciando as 13h00min e finalizando às 16h00min.
6. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.
7. Os candidatos poderão levar o caderno de prova após decorrido uma hora da prova.
8. Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul ou preta para preencher a folha de respostas.
9. Será desclassificado do certame o candidato que tentar estabelecer qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoas estranhas e/ou qualquer espécie de consulta; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do PSS.
Mallet, 20 de agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA

DEBORA KARINE DE ANDRADE LEITE	***LUCINÉIA STEMPOSKI***
Presidente	Secretária
DYEGO FRANCISCO DOS SANTOS	
Membro	

Publicado por:
Lucia Skrzeczkowski
Código Identificador:2C203AD0

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL Nº 004.002 - PSS 002/2026-PROFESSOR
CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026-PROFESSOR

EDITAL Nº 004.002 - PSS 002/2026-PROFESSOR

Convocação para Avaliação Objetiva do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026-PROFESSOR

1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 322/2026, autorizado no bojo do processo Cloud nº 1661/2026, **TORNA PÚBLICO** a **CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO OBJETIVA** dos candidatos do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026- PROFESSOR** para o cargo público de **PROFESSOR**, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mallet.
2. Ficam os candidatos com as inscrições deferidas **CONVOCADOS** para **AVALIAÇÃO OBJETIVA** que ocorrerá no dia **22/08/2025**, na **Escola Municipal Divino Espírito Santo, Rua Tiradentes – Sul, 239, Centro, Mallet/PR, com abertura dos portões às 07h30min e fechamento dos portões às 08h00min.**
3. O candidato deverá portar consigo para adentrar a sala de provas, documento oficial de identidade com foto (RG e/com CPF, CNH, ou outro documento oficial).

4. A prova terá duração de 03 (três) horas, iniciando às 08h00min e finalizando às 11h00min.
5. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.
6. Os candidatos poderão levar o caderno de prova após decorrido uma hora da prova.
7. Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul para preencher a folha de respostas.
8. Será desclassificado do certame o candidato que tentar estabelecer qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoas estranhas e/ou qualquer espécie de consulta; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do PSS.
9. Fica designado o ensalamento dos candidatos, conforme ANEXO I.

Mallet, 20 de agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA

DANIELI BACHTCHEN	***SOLANGE DA SILVA OTTO***
Presidente	Secretária
VANESSA RACHWAL	
Membro	

ANEXO I

SALA 1	
NÚMERO	**NOME**
00255.000000002/2026	MARIA FERNANDA DOS SANTOS
00255.000000004/2026	EDICLEIA KRIAK
00255.000000005/2026	MARLON JOAO CHMIK
00255.000000006/2026	EMILY DA SILVEIRA PREVITALI
00255.000000007/2026	THAWANAN MARSHELY SZYMANSKI
00255.000000008/2026	KAMILA SEGISLAINE WISNIEWSKI
00255.000000010/2026	LUANA BUBNIAK RIBEIRO
00255.000000011/2026	ROSELIA RIBEIRO LEMES
00255.000000012/2026	ANGÉLICA PATRICIA LOPACINSKI
00255.000000013/2026	LEILA APARECIDA SZNYCEN
00255.000000015/2026	ERICA FATIMA KRINSKI
00255.000000016/2026	JULIANA SUELI KARPINSKI
00255.000000017/2026	ANA REGIANE TYSKI WROBLEWSKI
00255.000000019/2026	ELIZANE TEREZINHA BARTOSZEK LEAL
00255.000000020/2026	ANDRÉA WITASIAK
00255.000000022/2026	VIVIANE MOTEKA
SALA 2	
NÚMERO	**NOME**
00255.000000023/2026	ANGELA MARIA PLACHTA
00255.000000025/2026	ESHLLYN PECH CAMARA
00255.000000026/2026	JESSICA MARINA SOARES DE LIMA
00255.000000027/2026	LUCIMARA SWIDZINSKI
00255.000000028/2026	SANDRA MARA CAMPOS PADILHA
00255.000000033/2026	LUCILENE JACINTA STACIAK BAIAK
00255.000000034/2026	SANDI MARA WLODARCZYK
00255.000000035/2026	ANDREIA MARIA BARTOSZEK
00255.000000036/2026	LARESSA DANIELI OLINEK
00255.000000038/2026	MICHELE TOMAL ROCHA CARARO
00255.000000040/2026	PAULA RAFAELA SAWA
00255.000000043/2026	MARIZETE INÊS SWIDZINSKI
00255.000000044/2026	BIANCA APARECIDA KOVALSKI
00255.000000046/2026	ELENICE VALQUIRIA NAGURNIAK
00255.000000047/2026	DAIANE CAMILO
00255.000000049/2026	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO

Publicado por:
Danieli Bachtchen
Código Identificador:22FEDBE2

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL Nº 004.003 - PSS 003/2026-TO

EDITAL Nº 004.003 - PSS 003/2026-TO

Convocação para Avaliação Objetiva do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026-TO

1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por meio da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 308/2026, autorizado no bojo do processo Cloud nº 0484/2026, **TORNA PÚBLICO** a **CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO OBJETIVA** dos candidatos do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2026-TO** para o cargo público de **TERAPEUTA OCUPACIONAL**, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mallet.
2. Ficam os candidatos com as inscrições deferidas **CONVOCADOS** para **AVALIAÇÃO OBJETIVA** que ocorrerá no dia **23/08/2026**, na **Escola Municipal Divino Espírito Santo, Rua Tiradentes – Sul, 239, Centro, Mallet/PR, com abertura dos portões às 12h30min e fechamento dos portões às 13h00min**.
3. O candidato deverá portar consigo para adentrar a sala de provas, documento oficial de identidade com foto (RG e/com CPF, CNH, carteira de conselho de classe, passaporte ou outro documento oficial).
4. A prova terá duração de 03 (três) horas, iniciando as 13h00min e finalizando às 16h00min.
5. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.
6. Os candidatos poderão levar o caderno de prova após decorrido uma hora da prova.
7. Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul ou preta para preencher a folha de respostas.
8. Será desclassificado do certame o candidato que tentar estabelecer qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoas estranhas e/ou qualquer espécie de consulta; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do PSS.
9. Fica designado o ensalamento dos candidatos, conforme ANEXO I.

Mallet, 20 de agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA

DEBORA KARINE DE ANDRADE LEITE	***LUCINÉIA STEMPOSKI***
Presidente	Secretária
DYEGO FRANCISCO DOS SANTOS	
Membro	

ANEXO I

SALA 01	
NÚMERO	**NOME**
00259.000000001/2026	MARIANE BUREI MAYER PACHOLOK
00259.000000003/2026	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ

Publicado por:
Lucia Skrzeczkowski
Código Identificador:D5D2F5AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

N° 01/2026 ATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Organização da Sociedade Civil: Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB.
CNPJ: 76.726.728/0001-67
Objeto: Execução do Projeto Trabalho "Espaço de Criatividade-Revitalizar para Criar", para percepção do montante de **R$ 90.000,00** (noventa mil reais), visando a revitalização do espaço antes utilizado como residência do fundador da entidade (Dr. Osvaldo) o que representa um marco fundamental para a expansão das atividades e oficinas socioeducativas, oferecendo um ambiente seguro, acolhedor e estruturado, para o público atendido. O Projeto será executado com

despesa com Obras e Instalações: benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme ações contempladas no Plano de Trabalho.

Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais)
Execução: Início: 01/09/2026 Termino: 31/12/2026
Vigência: Início: 01/09/2026 Termino: 31/01/2027

EMBASAMENTO
Nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, é dispensável a realização de chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. No presente caso, o objeto da parceria está vinculado à política pública de assistência social e será executado por organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política pública, estando a entidade também registrada nos Conselhos Municipais pertinentes, conforme documentação constante do processo administrativo.
A justificativa da dispensa considera, ainda, as circunstâncias específicas do objeto a ser executado, a manifestação de interesse da organização da sociedade civil e a inexistência de interesse das demais entidades que atualmente executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa **"Obras e Instalações"**, conforme documentação constante do processo.
CONSIDERANDO o disposto no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, que prevê a possibilidade de dispensa de chamamento público para atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;
CONSIDERANDO o Acórdão nº 1.110/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reconhece a possibilidade de utilização da dispensa de chamamento público em situações excepcionais, desde que devidamente justificadas, ressaltando a necessidade de fundamentação específica para a escolha da dispensa;
CONSIDERANDO que a Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB, embora compartilhe com outras organizações do Município a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, apresenta proposta específica para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Obras e Instalações", destinada à revitalização e adequação do espaço anteriormente utilizado como residência de seu fundador, Dr. Osvaldo;
CONSIDERANDO que, no Município, existem três organizações da sociedade civil que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tendo sido oportunizada a apresentação de projeto para aplicação de recursos destinados ao elemento de despesa "Obras e Instalações";
CONSIDERANDO que, dentre as três organizações da sociedade civil que executam o referido serviço, duas manifestaram expressamente não possuir interesse em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Obras e Instalações", circunstância que restringe, no caso concreto, a existência de propostas concorrentes para a finalidade específica objeto desta parceria;
CONSIDERANDO que a Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB manifestou interesse em apresentar projeto específico para a revitalização e adequação de espaço físico próprio à execução das atividades socioassistenciais, mediante a realização de benfeitorias em imóvel de terceiros;
CONSIDERANDO que a revitalização do referido espaço contribuirá para a melhoria da infraestrutura destinada ao atendimento dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, proporcionando melhores condições de segurança, acolhimento, acessibilidade e desenvolvimento das atividades socioeducativas;
CONSIDERANDO que o objeto proposto possui natureza específica, por contemplar a realização de Obras e Instalações, mediante benfeitorias em imóvel de terceiros, destinadas à adequação e revitalização de espaço que será utilizado para o desenvolvimento das atividades socioassistenciais, não se confundindo com o simples custeio da execução ordinária do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
CONSIDERANDO que a proposta apresentada pela Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB está diretamente relacionada à melhoria da estrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades socioassistenciais, atendendo ao interesse público e às necessidades dos usuários do serviço;
CONSIDERANDO que a Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB, fundada em 11 de dezembro de 1984, possui histórico de atuação no Município de Mandaguari e desenvolve atividades no âmbito da política pública de assistência social, encontrando-se credenciada pelo órgão gestor da respectiva política pública e registrada nos Conselhos Municipais competentes;
CONSIDERANDO a capacidade técnica e operacional da Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB para a execução do projeto proposto, conforme documentação apresentada no processo administrativo, bem como a existência de estrutura e colaboradores necessários ao cumprimento de sua finalidade institucional;
CONSIDERANDO a Resolução nº 20/2026 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprovou o Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil referente aos recursos destinados pela Câmara Municipal à fonte livre do Município;
CONSIDERANDO a Ata nº 05/2026, que aprovou o procedimento de dispensa de chamamento público para formalização do Termo de Colaboração destinado ao repasse de recursos livres;
CONSIDERANDO a Resolução nº 21/2026, que aprovou o procedimento de dispensa de chamamento público para formalização do Termo de Colaboração e o consequente repasse dos recursos destinados à execução do projeto;
CONSIDERANDO que a formalização da parceria por meio de Termo de Colaboração encontra fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, mediante a celebração de instrumento jurídico próprio e observância do Plano de Trabalho, das metas, dos resultados e das condições estabelecidas pela Administração Pública;
CONSIDERANDO que a dispensa de chamamento público, no caso concreto, encontra fundamento na natureza socioassistencial do objeto, no credenciamento prévio da organização da sociedade civil, na especificidade da proposta apresentada e, especialmente, na manifestação de desinteresse de duas das três organizações que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Obras e Instalações";
CONSIDERANDO que tais circunstâncias demonstram, no caso concreto, a ausência de interesse concorrente das demais organizações para a finalidade específica objeto da parceria, sem prejuízo da observância dos demais requisitos legais, regulamentares e documentais necessários à celebração do Termo de Colaboração;
CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, segundo o qual a justificativa de dispensa ou inexigibilidade deverá ser publicada, podendo ser impugnada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, devendo eventual impugnação ser analisada pelo administrador público responsável;

JUSTIFICAMOS a celebração de parceria entre a Prefeitura do Município de Mandaguari, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB, por meio de Termo de Colaboração, para a execução do Projeto "Espaço de Criatividade – Revitalizar para Criar", no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), destinado à realização de Obras e Instalações, mediante benfeitorias em imóvel de terceiros, visando à revitalização e adequação do espaço destinado à ampliação e qualificação das atividades socioeducativas desenvolvidas pela entidade no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
A presente justificativa considera, de forma conjunta, o enquadramento do objeto na política pública de assistência social, o credenciamento da organização da sociedade civil, a aprovação do procedimento pela Ata nº 05/2026 e pela Resolução nº 21/2026, a especificidade do projeto apresentado e a manifestação expressa de desinteresse de duas das três entidades que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Obras e Instalações", circunstâncias que fundamentam, no caso concreto, a adoção do procedimento de dispensa de chamamento público, observadas as

demais exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e da regulamentação aplicável.

Mandaguari, 20 de agosto de 2026.
.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Secretário Municipal de Assistência Social

ENFª. IVONÉIA DE ANDRADE AP. FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:679367E4

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

N° 02/2026 ATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Organização da Sociedade Civil: Congregação São João Batista/ Instituto Promocional Jesus de Nazaré.
CNPJ: 17.257.510/0009-07
Objeto: Execução do Projeto "Acolhimento que Transforma" , para percepção do montante de **R$ 167.000,00** (cento e sessenta e sete mil reais), visa à prestação de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, com faixas etárias de 06 a 17 anos, a fim de proporcionar às crianças e adolescentes atividades lúdicas, por meio da oferta de duas novas oficinas: Oficina de Xadrez, que utilizará o esporte como ferramenta pedagógica para estimular o raciocínio lógico, a concentração, a memória, entre outras competências e Oficina de Cidadania e Protagonismo que será voltada ao fortalecimento da consciência cidadã, do respeito aos direitos e deveres, participação comunitária, etc. O projeto será executado com recursos destinados a vencimentos e vantagens fixas (salários, 13° salário e 1/3 férias - abono constitucional), encargos sociais, material de consumo (gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza) e serviços de terceiros pessoa jurídica (fornecimento de alimentos), conforme ações contempladas no Plano de Trabalho.

Valor: R$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais)
Execução: Início: 01/09/2026 Término: 31/12/2028
Vigência: Início: 01/09/2026 Término: 31/01/2029
Embasamento:
Nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, é dispensável a realização de chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. No presente caso, o objeto da parceria está vinculado à política pública de assistência social e será executado por organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política pública, encontrando-se a entidade também registrada nos Conselhos Municipais competentes, conforme documentação constante do processo administrativo. A justificativa da dispensa considera, ainda, as características específicas do projeto apresentado, a manifestação de interesse da organização da sociedade civil, a inexistência de interesse das demais organizações da sociedade civil que atualmente executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa **"**Custeio", bem como a finalidade pública das ações propostas, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e da regulamentação aplicável.
CONSIDERANDO o disposto no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, que prevê a possibilidade de dispensa de chamamento público para atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;
CONSIDERANDO o Acórdão nº 1.110/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reconhece a possibilidade de utilização de Banco de Projetos pelos Conselhos de Direitos, bem como a necessidade de que a escolha do procedimento adotado pela Administração Pública esteja devidamente fundamentada nas circunstâncias concretas do caso;
CONSIDERANDO que a Congregação São João Batista / Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN, embora não seja a única organização da sociedade civil a executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Município, apresentou proposta destinada à ampliação e qualificação das atividades socioeducativas ofertadas às crianças e adolescentes atendidos pela entidade;
CONSIDERANDO que, no Município, existem outras organizações da sociedade civil que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças e adolescentes, tendo sido oportunizada a apresentação de projetos para aplicação dos recursos destinados ao elemento de despesa "Custeio", conforme documentação constante do processo administrativo;
CONSIDERANDO que, dentre as organizações da sociedade civil que atualmente executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Município, as demais entidades manifestaram não possuir interesse em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Custeio", circunstância que evidencia, no caso concreto, a inexistência de interesse concorrente para a finalidade específica objeto da presente parceria;
CONSIDERANDO que a Congregação São João Batista / Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN manifestou interesse em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Custeio**"**, destinado à execução e ampliação das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mediante a implantação das Oficinas de Xadrez e de Cidadania e Protagonismo;
CONSIDERANDO que o Projeto "Acolhimento que Transforma" contempla a implantação de duas novas oficinas, sendo a Oficina de Xadrez e a Oficina de Cidadania e Protagonismo, com ações e metodologias voltadas ao desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais, cidadãs e comunitárias;
CONSIDERANDO que a Oficina de Xadrez utilizará o esporte como ferramenta pedagógica e socioeducativa, com o objetivo de estimular o raciocínio lógico, a concentração, a memória, a capacidade de tomada de decisões, a resolução de problemas e outras competências necessárias ao desenvolvimento integral dos participantes;
CONSIDERANDO que a Oficina de Cidadania e Protagonismo será destinada ao fortalecimento da consciência cidadã, do conhecimento e exercício de direitos e deveres, do respeito à diversidade, da participação comunitária, da autonomia e do protagonismo de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO que as atividades propostas complementam as ações desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, contribuindo para o desenvolvimento de potencialidades, a ampliação das oportunidades de convivência e participação social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
CONSIDERANDO que as despesas previstas no Plano de Trabalho, compreendendo vencimentos e vantagens fixas, encargos sociais, materiais de consumo e serviços de terceiros – pessoa jurídica, estão diretamente relacionadas à execução das ações e metas estabelecidas para o desenvolvimento do projeto;
CONSIDERANDO que a ausência de interesse das demais organizações da sociedade civil em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Custeio", aliada à manifestação de interesse da Congregação São João Batista / Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN e à aprovação de seu Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal de Assistência Social, constitui circunstância concreta considerada pela Administração Pública na definição do procedimento de dispensa de chamamento público;
CONSIDERANDO que a Congregação São João Batista / Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN possui histórico de atuação no Município de Mandaguari, tendo iniciado suas atividades no Município no ano de 1993, desenvolvendo ações voltadas à promoção, proteção e desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Pública de Assistência Social;
CONSIDERANDO que a organização da sociedade civil encontra-se previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política pública, bem como registrada no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, conforme documentação constante do processo administrativo;
CONSIDERANDO a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil para a execução do objeto proposto, considerando sua experiência na execução de atividades socioassistenciais, sua estrutura física e organizacional e a disponibilidade de profissionais e colaboradores necessários ao desenvolvimento das ações previstas no Plano de Trabalho;
CONSIDERANDO a Resolução nº 18/2026 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprovou o Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil referente aos recursos destinados à fonte livre do Município;
CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho apresentado tem como objeto a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, mediante a oferta de atividades lúdicas e socioeducativas, com a implantação das Oficinas de Xadrez e de Cidadania e Protagonismo;
CONSIDERANDO que a proposta apresentada está alinhada às finalidades da política pública de assistência social e às ações de proteção social básica, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de potencialidades, à prevenção de situações de risco social, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à promoção da convivência e participação social;
CONSIDERANDO que a formalização da parceria por meio de Termo de Colaboração encontra fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, mediante a observância do Plano de Trabalho, das metas, dos resultados esperados e das demais condições estabelecidas pela Administração Pública;
CONSIDERANDO a Ata nº 05/2026, que aprovou o procedimento de dispensa de chamamento público para formalização de Termo de Colaboração destinado ao repasse de recursos livres;
CONSIDERANDO a Resolução nº 19/2026, que aprovou o procedimento de dispensa de chamamento público para formalização do Termo de Colaboração e o consequente repasse dos recursos destinados à execução do projeto;
CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, segundo o qual a justificativa de dispensa ou inexigibilidade deverá ser publicada, podendo ser impugnada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, devendo eventual impugnação ser analisada pelo administrador público responsável;

JUSTIFICAMOS a celebração de parceria entre a Prefeitura do Município de Mandaguari, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a Congregação São João Batista / Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN, por meio de Termo de Colaboração, para a execução do Projeto "Acolhimento que Transforma", no valor de R$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais). A parceria tem por finalidade a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, mediante a implantação das Oficinas de Xadrez e de Cidadania e Protagonismo, promovendo atividades socioeducativas voltadas ao desenvolvimento de potencialidades, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à convivência social e ao desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos usuários. A presente justificativa considera o enquadramento do objeto na política pública de assistência social, o credenciamento prévio da organização da sociedade civil, sua capacidade técnica e operacional, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal de Assistência Social, a manifestação de interesse da organização da sociedade civil, bem como a inexistência de interesse das demais organizações da sociedade civil que atualmente executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em apresentar projeto para aplicação dos recursos no elemento de despesa "Custeio", além da aprovação do procedimento de dispensa de chamamento público pela Ata nº 05/2026 e pela Resolução nº 21/2026, observadas as demais exigências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e na regulamentação aplicável.

Mandaguari, 20 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Secretário Municipal de Assistência Social

ENFª. IVONÉIA DE ANDRADE AP. FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:0C4AA1D4

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Nº 08/2026 - ATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari – APAE.
CNPJ: 78.961.034/001-30.
Objeto: Desenvolvimento e execução do projeto "APAE MAIS SEGURA" com o objetivo de promover a melhoria da infraestrutura e da segurança da APAE de Mandaguari por meio da implantação de um sistema de câmeras de segurança, garantindo maior segurança, proteção e privacidade para as pessoas com deficiência intelectual atendidas. A Intervenção visa proporcionar um ambiente mais seguro e adequado para o desenvolvimento das atividades escolares, terapêuticas e sociais. O Projeto será executado com a aquisição e instalação de câmeras de segurança, por meio da despesa com Equipamentos e Material Permanente- Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro, conforme ações contempladas e definidas no Plano de Trabalho.

Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
Fonte de Recurso: 1000.
Execução: Início: 01/09/2026 **Término:** 31/12/2026.
Vigência: Início: 01/02/2026 **Término:** 31/01/2027.

Embasamento: Lei nº 13.019/2014, Art. 31, caput: "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição as organizações da sociedade civil, em razão de natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma específica (...)", bem como o Decreto Municipal n. º 286/2017.
CONSIDERANDO que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Mandaguari é a única entidade instalada neste Município que oferta o Serviço de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes com Deficiência – Proteção Social de Média Complexidade.
CONSIDERANDO que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Mandaguari vem buscando aprimorar e implantar projetos que vem de encontro com as necessidades deste público, contribuindo no seu desenvolvimento global. Os atendimentos oferecidos são gratuitos e de qualidade as pessoas com deficiência intelectual e ainda aquelas que apresentam significativo atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou em situação de risco e vulnerabilidade. O compromisso da instituição não visa apenas o atendimento à pessoa com necessidades especiais, mas também presta atendimento e orientação psicossocial às famílias. A organização do serviço busca garantir a privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/ etnia, religião, gênero e orientação sexual.
CONSIDERANDO que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari foi fundada em 26 de junho de 1967, sendo norteada pelo que rege a Política de Assistência Social, credenciada pelo órgão gestor dessa respectiva política pública, com registro no Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
CONSIDERANDO a capacidade técnica e operacional da Instituição, dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como que atende as normativas;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 13/2025 do CMAS que aprovam o procedimento de inexigibilidade para formalização do Termo de Colaboração referente ao repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari - APAE.
CONSIDERANDO a Ata Nº 05/2026 e Resolução Nº 13/2026 do CMAS que demonstra a aprovação do Plano de Trabalho "APAE Mais Segura", da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari - APAE.
CONSIDERANDO o PLANO DE TRABALHO que visa atender como OBJETO ÚNICO proposto para a aquisição e instalação de câmeras de segurança, por meio da despesa com Equipamentos e Material Permanente- Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro, no valor de R$42.000,00 (quarenta e dois mil reais), sendo o Plano de Trabalho com parecer favorável por este gestor;
CONSIDERANDO que a formalização de parcerias por meio de instrumento jurídico da Lei nº 13.019/2014 que envolvem transferência de recursos financeiros, que têm proposição na Plano de Trabalho proposto pelas organizações não-governamentais com livre iniciativa, que compreende ações de interesse público desenvolvidas pela entidade, cuja primazia é da sociedade civil.
CONSIDERANDO o § 2º do Art. 32 da Lei 13.019/2014, admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.
JUSTIFICAMOS a celebração de parceria entre a Prefeitura do Município de Mandaguari, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a organização Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, através de inexigibilidade de chamamento público, visando a execução do projeto "APAE MAIS SEGURA".

Mandaguari, 20 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Secretário Municipal de Assistência Social

ENFª. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:1BEAE219

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Nº 15/2026 - ATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO
Organização da Sociedade Civil: Asilo São Vicente de Paulo - ASVP.
CNPJ: 95.639.506/0001-51.
Objeto: Desenvolvimento e execução do projeto "Cuidando de Quem Cuidou" que tem como objetivo acolher e garantir proteção integral, contribuir para proteção do agravamento de situação de negligência, violência e ruptura de vínculos, restabelecer vínculos familiares e/ou sociais, possibilitar e convivência comunitária, promover acesso à renda socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e as demais políticas públicas setoriais, favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões, capacidade e oportunidade para que os indivíduos façam escolhas com autonomia, promover acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidade do público aos idosos em situação de vulnerabilidade. O projeto será executado através de despesas com vencimento e vantagens fixas (salários, 13º salário, férias - abono constitucional); material de consumo (gêneros alimentícios e material de higiene e produtos de limpeza), conforme ações especificadas no Plano de Trabalho.

Valor: R$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais)
Fonte de Recurso: 1000
Execução: Início: 01/10/2026 **Término:** 30/09/2027
Vigência: Início: 01/10/2026 **Término:** 31/10/2027

Embasamento: Lei nº 13.019/2014, Art. 31, caput: "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição as organizações da sociedade civil, em razão de natureza singular do objeto da parceria ou se metas somente puderem ser atingidas por uma específica (...)", bem como o Decreto Municipal n. º 286/2017.
CONSIDERANDO que o Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari é a única entidade instalada neste Município que oferta o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional – Instituição de Longa Permanência para Idosos/ILPI.
CONSIDERANDO que o Asilo São Vicente de Paulo é uma associação da sociedade da civil de direito privado, de assistência e promoção social com natureza de ILPI, com duração indeterminada, conforme especificado em seu estatuto; com atuação na área da assistência social, dentro das modalidades dos Serviços de Alta Complexidade, ofertando o Serviço de Acolhimento para Idosos (as) com sessenta anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, serviço destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, ás tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/ etnia, religião, gênero e orientação sexual;
CONSIDERANDO que o Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari foi fundado em 30/06/1959, sendo norteado pelo que rege a Política Pública de Assistência Social, credenciada pelo órgão gestor dessa respectiva política pública, com registro no respectivo Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI;
CONSIDERANDO a capacidade técnica e operacional da Instituição, que dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como que atende as normativas;
CONSIDERANDO a Ata nº 05/2026 **e** a Resolução Nº 14/2026 do CMAS que aprova o Plano de Trabalho "Cuidando de Quem Cuidou", do Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari.
CONSIDERANDO a Resolução Nº 15/2026 do CMAS que aprova o procedimento de inexigibilidade para formalização do Termo de Colaboração referente ao repasse de recursos da fonte livre do município.
CONSIDERANDO que a formalização de parcerias por meio de instrumento jurídico da Lei nº 13.019/2014 que envolvem transferência de recursos financeiros, que têm proposição na Plano de Trabalho proposto pelas entidades não-governamentais com livre iniciativa, que compreende ações de interesse público desenvolvidas pela entidade, cuja primazia é da sociedade civil.
CONSIDERANDO o § 2º do Art. 32 da Lei 13.019/2014, admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.
JUSTIFICAMOS a celebração de parceria entre a Prefeitura do Município de Mandaguari, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a organização Asilo São Vicente de Paulo, através de inexigibilidade de chamamento público, visando a execução do projeto "Flor da Idade - 9ª Edição".
Mandaguari, 20 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Secretário Municipal de Assistência Social

ENFª. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:7F39309F

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

EXTRATO DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **MOVIE TECNOLOGIC BRASIL LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 36.434.865/0001-03 com sede na Avenida São Paulo, n. 3421, Bairro Planalto, na cidade de Nova Serrana – MG, representada neste ato pelo representante legal **LUCAS EDUARDO FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade n. 21.556.539, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 151.736.336-54,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores e periféricos de informática destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e tecnológicas da Câmara Municipal de Mandaguari.

Valor total: **R$ 32.252,00 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.
Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:18F88CB3

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

EXTRATO DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **62.366.374 TEREZINHA SUELI RIBEIRO DUENHAS** inscrita no CNPJ sob n. 62.366.374/0001-82 com sede na Rua Sudario Faria, n. 261, Bairro Nova Aliança, na cidade de Londrina – PR, representada neste ato pelo representante legal **TEREZINHA SUELI RIBEIRO DUENHAS**, brasileira, portador da cédula de identidade n. 6.854.137-9, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 016.578.989-11,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores e periféricos de informática destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e tecnológicas da Câmara Municipal de Mandaguari.

Valor total: **R$ 2.100,48 (dois mil, cem reais e quarenta e oito centavos).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:C21B31E3

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

EXTRATO DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 49.704.499/0002-98 com sede na Avenida Américo Belay, n. 882, Jardim Imperial II, na cidade de Maringá – PR, representada neste ato pelo representante legal **ILSON ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, estado civil, portador da cédula de identidade n. 10.223.238-0, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 083.510.939-98,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores e periféricos de informática destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e tecnológicas da Câmara Municipal de Mandaguari.

Valor total: **R$ 291,42 (duzentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:BCA0E3C4

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

EXTRATO DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **AMMO INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 07.300.151/0001-04 com sede na Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, n. 3235, Vila Ipiranga, na cidade de Maringá – PR, representada neste ato pelo representante legal **MARCOS ANTONIO FILGUEIRAS**, brasileiro, portador da cédula de identidade n. 4093936-9, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 668.549.119-15,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores e periféricos de informática destinados ao

atendimento das necessidades operacionais, administrativas e tecnológicas da Câmara Municipal de Mandaguari.

Valor total: **R$ 1.175,00 (um mil, cento e setenta e cinco reais).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.
Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:4C83015D

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

EXTRATO DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **W P DO BRASIL LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 04.483.808/0001-28 com sede na Avenida Amazonas, n. 2270, Centro, na cidade de Mandaguari – PR, representada neste ato pelo representante legal **CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI**, brasileira, portador da cédula de identidade n. 2.152.878, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 024.538.179-14

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores e periféricos de informática destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e tecnológicas da Câmara Municipal de Mandaguari.

Valor total: **R$ 459,80 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:35BAB043

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

EXTRATO DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **PHONOWAY SERVIÇOS LTDA – EPP** inscrita no CNPJ sob n. 02.487.416/0001-01 com sede na Alameda Araguaia, n. 933 – 5º Andar – Conjunto 05, Bairro Alphaville, na cidade de Barueri – SP, representada neste ato pelo representante legal **GILSON CESAR PIRES**, brasileiro, portador da cédula de identidade n. 16.694.004, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 075.501.328-01,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores e periféricos de informática destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e tecnológicas da Câmara Municipal de Mandaguari.

Valor total: **R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.
Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:979142FA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014-2026

EXTRATO DO CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob n19.949.769/0001-89, com sede RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA 233, CENTRO, CEP 80020-000, CURITIBA Estado do Paraná, representada neste ato pelo representante legal **MATHEUS PINC CORREA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade n. 8.038.986-8/SSP-PR, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 052.734.519-90,

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de capacitação para agentes públicos do Poder Legislativo Municipal com o tema "2º Seminário Brasileiro do Poder Legislativo Municipal".

Valor total: **R$ 6.570,00 (seis mil e quinhentos e setenta reais).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.
Mandaguari, 17 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:DF47E2C2

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015-2026

EXTRATO DO CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015-2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI,** inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Presidente, **Sr. EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e

CONTRATADA: **UNYFLEX - UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 55.930.096/0001-89, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº. 547, Conj. 04 – Condomínio Rosa Leal, Centro, Cep 80.020-000, na cidade de Curitiba - Estado do Paraná, representada neste ato pelo representante legal **MARLY FERREIRA SOARES**, brasileira, portador da cédula de identidade n. 5.743.584-4 , e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 027.145.019-31,

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de capacitação para agentes públicos do Poder Legislativo Municipal com os temas "Portal e LGPD E-Sic e Ouvidoria" e "Seminário Gestão de Mídias Sociais no Setor Público".

Valor total: **R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).**

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.
Mandaguari, 17 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:F22419C3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 405/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 405/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeada e empossada a pessoa abaixo relacionada, aprovada por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
Natalia dos Santos Pires Mendes	21/08/2026	Educador Infantil - Temporario

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:CF87967B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 406/2026 - EXCLUI E NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA PERICIAL DE BENEFÍCIOS - CATPB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 406/2026

Súmula: Exclui e nomeia integrantes para compor a Comissão de Avaliação Técnica Pericial de Benefícios -CATPB, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam excluídos os servidores abaixo relacionados da Comissão de Avaliação Técnica Pericial de Benefícios -CATPB, nomeados através do Decreto Nº 502/2025, de 11/11/2025, a saber:

MATRÍCULA	NOME	MOTIVO
96784	DANIELLY CRISTINA SILVA	DESLIGAMENTO DA COMISSÃO

Art. 2º Ficam nomeados os membros abaixo para comporem Comissão de Avaliação Técnica Pericial de Benefícios -CATPB, nomeados através do Decreto Nº 502/2025, de 11/11/2025, a saber:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
96393	JULIANA MORAES MASSIGNANI	TITULAR	CENTRO DE FISIOTERAPIA

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:21C062D7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 407/2026 - CONCEDE PERCENTUAL DE FG – FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 407/2026

Súmula: Concede percentual de FG – Função Gratificada a servidora pública Municipal, dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o percentual de 70% (Setenta por cento) de FG – Função Gratificada, sobre piso salarial percebido pela servidora pública municipal 95295 – ARIELLE DE CASSIA SILVA, admissão em 10/05/2016, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para exercer a função de COORDENADOR DE ASSUNTOS ESPECIAIS.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a a partir de 19/08/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (20/08/2026)

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:68178133

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA DE 2027

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado**, usando das atribuições que lhe são conferidas, **CONVOCA** toda a população do Município para participar da **Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2027,** a qual será realizada por meio híbrido, através de transmissão online ao vivo via internet pelo Facebook da Prefeitura Municipal de Mandaguari e presencialmente na Câmara Municipal de Mandaguari, no **dia 27 de agosto de 2026, com início previsto para as 17:00 horas.**

E para tornar público, expediu-se o presente edital, que será publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

Mandaguari – PR, 20 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8758D953

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 281/2026 CONVOCAÇÃO - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 281/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 145/2025.

PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
58	THAYLI MARIA DE ALMEIDA	32

Mandaguari, 20 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:768A1B5A

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.56/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
THM & THG - PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA	17.449.004/0001-54	R$ 250.000,00

Mandaguari (PR), 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:B3BDF953

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.57/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A.	04.368.898/0001-06	R$ 4.260.000,00

Mandaguari (PR), 20 de agosto de 2026.

ENF ª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:96DB474A

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.58/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA	51.684.924/0001-95	R$ 36.190,00

Mandaguari (PR), 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F52BFE92

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026-PMM

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PSICOPEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 04/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL Compras

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:B5558CF2

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026-PMM

LOTES DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NA CONDIÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA, FINANCEIRA E DOCUMENTAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, DESTINADO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EFETIVA NO ENSINO MÉDIO, NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 08/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 08/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia08/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Compras.Gov

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:0A2CCBD6

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026-PMM

LOTES DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 08/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 08/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 08/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Compras.Gov

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9E0F6CCF

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026-PMM

LOTES DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, FABRICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA, INCLUINDO SERVIÇO DE MARMORARIA E SERRALHERIA, DESTINADOS À NOVA SEDE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE MANDAGUARI (PAM).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 09/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 09/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 09/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL-Compras

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7E029D7C

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026-PMM
LOTES DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CONCRETAGEM COM O FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO FCK 20, 30, 35, 40 MPA - 100% B1 - Slump 12 ±2 cm

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 10/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 10/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 10/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL-Compras

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:74957B54

LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE (CAUQ), PARA APLICAÇÃO A FRIO, (SACO DE 25KG)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 04/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL:Bll compras

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:D72E78B8

LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026-PMM
LOTES DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI/PR, COMPREENDENDO AS ETAPAS DE COLETA, TRANSPORTE, HIGIENIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, RECONSTITUIÇÃO FÍSICA, PAGINAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA DE GESTÃO DOCUMENTAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 04/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia04/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Compras.Gov

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 20 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:EA3D9338

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enf **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BELICA MILITAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.807.222/0001-35, com endereço na Rua Fritz Lorenz, 2071, Industrial CEP: 89.120-000, na cidade de TIMBÓ/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **DEBRAIR PINHEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 005.012.529-08.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE nº 0157/2024SGP e 31368/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 157/2024, firmada entre a BELICA MILITAR LTDA - CNPJ nº 40.807.222/0001-35 e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da Polícia Militar de Santa Catarina (Fundo de Melhoria da Polícia Militar - FUMPOM), CNPJ/MF nº 13.925.994/0001-07, com o objetivo de adquirir 24 unidades de Cinto de Guarnição Multiplataforma que serão utilizados pelos guardas civis municipais..

VALOR: 13.176,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:80AFD680

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 084 2026

PORTARIA Nº 084/2026
20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a designação da Comissão Técnica de Avaliação para Prova de Conceito (POC), no âmbito do processo de contratação direta para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de sistema referente à dispensa eletrônica nº 08/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba,no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e outras normas aplicáveis ao objeto da Dispensa Eletrônica n° 08/2026;

Considerando a necessidade de verificação acerca da exatidão, cumprimento, conformidade com requisitos tecnológicos e requisitos funcionais exigidos para o Sistema, a fim de assegurar o interesse público com a qualidade, funcionalidade e compatibilidade da solução contratada com a necessidade do órgão.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros da Comissão Técnica de Avaliação, que contará com os seguintes servidores:

Adalberto Juliatto Vosgerau
Alessandra Gadonski Cechinatto
Daniele Fontoura dos Santos
Derick Rafael de Lara
Erivelton Souza Marques
Franciany Stroparo
Wederson Neves Duarte

Art. 2º A Comissão Técnica de Avaliação tem como função avaliar a exatidão, cumprimento e conformidade dos requisitos tecnológicos e dos requisitos funcionais exigidos no aviso de contratação direta da Dispensa Eletrônica n°08/2026.

Art. 3º A avaliação da comissão técnica do objeto da Dispensa Eletrônica n°08/2026 ocorrerá no dia a ser designado pelo Agente de Contratação na Habilitação.

Art. 4º A não realização da POC, bem como a sua reprovação, implicará a imediata inabilitação do fornecedor, com a consequente convocação da próxima classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no aviso de contratação direta.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Mandirituba,20 de agosto de 2026

BRENDA CAROLINALECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:3B1065AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 69-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2025.
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: **CONSTRUTORA DUQUES E FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**.
CLAUSULA PRIMEIRA:
DO PRAZO
O período de vigência do contrato fica aditivado até **18/11/2026**, conforme Dispensa nº 11/2025 e Contrato nº 69/2025 firmado em 21/08/2025.
CLAUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 20/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:22CBC94D

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 50-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 50 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Contratação de empresa para Aluguel de brinquedos a serem usados nas festividades do dia das crianças, conforme processo de Dispensa nº 8/2026.

CONTRATADO: LEANDRO REGINATTO. CNPJ: 49.757.634/0001-82
VALOR CONTRATADO: 16.300,00 (Dezesseis Mil e Trezentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 09/10/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após e efetiva realização dos serviços e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 1 dia na data de 09/10/2026 pré estabelecida.

Manfrinópolis, 20/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:B85AC1F8

SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0247/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0247/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0247/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	RAFAEL ANTÔNIO NUNES	**MATR.**	**1012305**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO DA PASTA DO ESPORTE	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		VAN
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA SEH-4A50**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
20/08/2026	20/08/2026	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	PARA ACOMPANHAR OS JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DO PARANÁ – JEPS E LEVAR ATLETAS DO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR DA COMPETIÇÃO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 19 de agosto 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:35A638BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PAUTA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO ANO LEGISLATIVO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA (28/08/2026).

Pauta da 28ª Sessão Ordinária do segundo ano legislativo da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mangueirinha (28/08/2026).

-Matérias a apresentar:
-Projeto de lei 066/2026 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Parcelamento Excepcional de Débitos Previdenciários dos Municípios – PEM 2025, relativamente aos créditos tributários constituídos no Procedimento Fiscal nº 0910200.2025.00884, e dá outras providências.

- Indicações e Requerimentos a serem apresentadas:
-Indicação n.º 061/2026- Que o Poder Executivo Municipal instale redutor de velocidade na Rua Lúcio Fonseca Borba nas proximidades do Cemitério Municipal. **(Cabelo)**
-Indicação n.º 062/2026-Que o Poder Executivo Municipal instale um abrigo de passageiros no Bairro Sauner próximo a Raia e ainda lixeiras comunitárias que atendam à comunidade local. **(Cabelo)**
-Indicação n.º 063/2026- Que o Poder Executivo Municipal instale ponto de ônibus na Comunidade da Bela Vista. **(Maikon Ivo)**
-Indicação n.º 064/2026- Que o Poder Executivo Municipal faça reforma urgente das duas pontes existentes na Comunidade de Natal de Esperança. **(Maikon Ivo)**
-Indicação n.º 065/2026- Que o Poder Executivo Municipal instale iluminação no espaço destinado à feira do Produtor Rural. **(Maikon Ivo)**

-Matérias constantes na Ordem do Dia:
-Em segunda votação.
-Projeto de lei 054/2026- Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 1.959.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta e nove mil reais), e dá outras providências.
-Projeto de lei 062/2026- Fica autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 203.988,00 (duzentos e três mil novecentos e oitenta e oito reais), e dá outras providências.
-Projeto de lei 063/2026- Fica autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 859.305,19 (oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinco reais e dezenove centavos), e dá outras providências.
-Projeto de lei 064/2026- Fica autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), e dá outras providências.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:B733A4B1

LICITAÇÃO
CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: PET VET COMERCIO DE RAÇÕES LTDA
CNPJ/MF n.º 45.264.075/0001-18
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual fornecimento de rações balanceadas para cães e gatos, destinadas ao atendimento de animais vítimas de maus-tratos e abandono acolhidos na Unidade de Apoio ao Controle de Zoonoses e Bem-Estar Animal do Município, para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do término da vigência originária, fixando-se como novo termo final o

dia 08 de agosto de 2027, mantidos os preços, as quantidades registradas e as demais condições originalmente pactuadas.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2026 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024, POR ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA
CNPJ/MF n.º 05.725.151/0001-20
OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato, cujo objeto consiste no fornecimento e instalação de superfície articulada indoor com manta PEBD 3,00 mm – Piso Modular Indoor, destinada ao campinho localizado no Bairro Portugal, sem alteração de objeto, de quantitativos ou de valores.
VIGÊNCIA: Prazo de execução prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, com termo final em 05 de outubro de 2026, e prazo de vigência prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, com termo final em 20 de julho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2025 – PMM
REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 011/2024 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: J A PEREIRA EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ/MF n.º 33.933.734/0001-82
OBJETO: Acréscimo qualitativo e quantitativo de serviços ao contrato, cujo objeto consiste na construção de 08 (oito) casas populares, incluindo o fornecimento de todo material e mão de obra necessários, referente às intervenções em 05 (cinco) unidades residenciais localizadas no Loteamento Kuster, compreendendo blocos de fundação, instalações elétricas, instalações hidráulicas, aberturas, revestimentos e isolamentos, com a consequente alteração do valor global contratado.
VALOR: Acréscimo de R$ 86.799,24 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 18,29% do valor inicial atualizado, passando o valor global do contrato de R$ 474.656,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) para R$ 561.455,24 (quinhentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
VIGÊNCIA: Os prazos de vigência e de execução contratual permanecem inalterados, na forma fixada pelo Primeiro Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2024 – PMM
REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 010/2024 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: J A PEREIRA EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ/MF n.º 33.933.734/0001-82
OBJETO: Acréscimo qualitativo e quantitativo de serviços ao contrato, cujo objeto consiste na construção e instalação de abrigos de passageiros (pontos de ônibus), compreendendo a execução de estacas broca de concreto, escavação manual de vala, montagem e desmontagem de fôrma de viga, muro de arrimo para contenção de aterro e armação de aço CA-50 Ø 8,0 mm, com a consequente alteração do valor global contratado.
VALOR: Acréscimo de R$ 22.684,16 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos), equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, passando o valor global do contrato de R$ 90.736,65 (noventa mil, setecentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 113.420,81 (cento e treze mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e um centavos).
VIGÊNCIA: Os prazos de vigência e de execução contratual permanecem inalterados, na forma fixada pelo Terceiro Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2026 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: HIPARCO GEORREFERENCIAMENTO E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ/MF n.º 61.441.835/0001-71
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços topográficos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
VALOR TOTAL: R$ 116.800,00 (cento e dezesseis mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta Ata correrão à conta do Município de Mangueirinha, alocados nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: Conforme edital.
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA
CNPJ/MF n.º 27.787.054/0001-03
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis, destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, permanecendo inalterados o objeto, os itens registrados, as marcas, as unidades, os quantitativos e os preços unitários registrados.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do dia imediatamente subsequente ao termo final da vigência originária, fixando-se como novo termo final o dia 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: LORO & SOUZA LTDA
CNPJ/MF n.º 14.174.321/0001-17
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis, destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, permanecendo inalterados o objeto, os itens registrados, as marcas, as unidades, os quantitativos e os preços unitários registrados.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do dia imediatamente subsequente ao termo final da vigência originária,

fixando-se como novo termo final o dia 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: MANG FOODS LICITAÇÕES LTDA
CNPJ/MF n.º 11.399.644/0001-10
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis, destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, permanecendo inalterados o objeto, os itens registrados, as marcas, as unidades, os quantitativos e os preços unitários registrados.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do dia imediatamente subsequente ao termo final da vigência originária, fixando-se como novo termo final o dia 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: ROSTECA COMERCIO DE APARELHOS ELETRÔNICOS LTDA
CNPJ/MF n.º 05.621.193/0001-11
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis, destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, permanecendo inalterados o objeto, os itens registrados, as marcas, as unidades, os quantitativos e os preços unitários registrados.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do dia imediatamente subsequente ao termo final da vigência originária, fixando-se como novo termo final o dia 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: MICHEL A. MATHIAS – EMPREENDIMENTOS
CNPJ/MF n.º 13.484.567/0001-22
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, via Sistema de Registro de Preços (SRP), destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, recaindo a prorrogação sobre os saldos quantitativos remanescentes dos itens registrados, mantidos os preços unitários, as marcas e as especificações técnicas originais.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do dia seguinte ao encerramento do prazo de vigência originário, com término em 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: OBA OBA CENTER LTDA
CNPJ/MF n.º 12.449.236/0001-99
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, via Sistema de Registro de Preços (SRP), destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, recaindo a prorrogação sobre os saldos quantitativos remanescentes dos itens registrados, mantidos os preços unitários, as marcas e as especificações técnicas originais.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do dia imediatamente subsequente ao encerramento do período de vigência original, com término em 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: MICHEL A. MATHIAS – EMPREENDIMENTOS
CNPJ/MF n.º 13.484.567/0001-22
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de artesanato, destinados a suprir as demandas das Secretarias Municipais do Município de Mangueirinha/PR, alcançando a prorrogação exclusivamente o saldo quantitativo remanescente dos itens registrados, mantidos os preços unitários e as demais condições originalmente pactuadas.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 26 de agosto de 2026 e término em 25 de agosto de 2027, por uma única vez, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2025 – PMM
REFERENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: PERMAN ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF n.º 21.565.887/0001-35
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, cujo objeto consiste na prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, visando declarar e assegurar ao Município de Mangueirinha/PR o direito à retenção e ao produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, nos termos das Instruções Normativas RFB n.º 1.599/2015 e n.º 2.005/2021, bem como promover a recuperação dos valores repassados a menor pela União Federal, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Finanças.
VALOR: Sem alteração de valor ou da forma de remuneração, permanecendo os honorários vinculados exclusivamente ao êxito, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor líquido efetivamente recuperado e ingressado nos cofres municipais ou utilizado em compensação.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, passando a viger até 12 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 12 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: RESTAURANTE MEU CANTO LTDA
CNPJ/MF n.º 40.512.680/0001-47
OBJETO: Formalização da alteração dos preços registrados, mediante apostilamento, com fundamento no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Oitava do instrumento originário, sem alteração do objeto, do prazo de vigência, dos quantitativos registrados ou das demais condições essenciais da Ata de Registro de Preços.
PREÇOS APOSTILADOS: Itens 01 e 03 – Marmita normal 950g: reequilíbrio de 18,50%, passando o valor unitário registrado de R$ 22,75 (vinte e dois reais e setenta e cinco centavos) para R$ 26,96 (vinte e seis reais e noventa e seis centavos).
EFEITOS: Os novos preços produzirão efeitos somente para os fornecimentos subsequentes à decisão administrativa que os aprovou, vedada a aplicação retroativa.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: ROSELEI P. DOS SANTOS – RESTAURANTE
CNPJ/MF n.º 06.649.199/0001-60
OBJETO: Formalização da alteração dos preços registrados, mediante apostilamento, com fundamento no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Oitava do instrumento originário, sem alteração do objeto, do prazo de vigência, dos quantitativos registrados ou das demais condições essenciais da Ata de Registro de Preços.
PREÇOS APOSTILADOS: Itens 02 e 04 – Marmita FIT 750g: variação de 9,74%, passando o valor unitário registrado de R$ 19,60 (dezenove reais e sessenta centavos) para R$ 21,51 (vinte e um reais e cinquenta e um centavos).
EFEITOS: Os novos preços produzirão efeitos somente para os fornecimentos subsequentes à decisão administrativa que os aprovou, vedada a aplicação retroativa.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: RESTAURANTE MEU CANTO LTDA
CNPJ/MF n.º 40.512.680/0001-47
OBJETO: Formalização da alteração dos preços registrados, mediante apostilamento, com fundamento no art. 136, inciso I, e no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Oitava do instrumento originário, sem alteração do objeto, do prazo de vigência, dos quantitativos registrados ou das demais condições essenciais da Ata de Registro de Preços.
PREÇOS APOSTILADOS: Itens 16, 17, 26, 28, 31, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50 e 54, com percentuais de variação entre 10% e 20%, conforme tabela constante da Cláusula Terceira do Termo de Apostilamento e dos autos do Processo Administrativo nº 125/2025 – PMM.
EFEITOS: Os novos preços produzirão efeitos somente para os fornecimentos subsequentes à decisão administrativa que os aprovou, vedada a aplicação retroativa.
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:758A96EF

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - PMM

vO Prefeito Municipal, **LEANDRO DORINI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 14.133/2021, resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR O PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2026 - PMM,** que tem por objeto**: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, cirurgias de esterilização (ovariohisterectomia e orquiectomia bilateral) e identificação e registro (com microchips) para cães e gatos atualmente alojados na Unidade de Apoio ao Controle de Zoonoses e Bem-Estar Animal do Município de Mangueirinha/PR, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.** Em favor das empresas **ALC MORAES COMERCIAL LTDA**., vencedora dos itens 35 e 38, com valor total de R$ 2.301,30 (dois mil trezentos e um reais e trinta centavos); **FAROVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA**, vencedora dos itens 6, 8, 15 e 49, com valor total de R$ 10.458,10 (dez mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos); **MANGVET AGRO & CLINICA VETERINARIA LTDA**, vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43 e 47, com valor total de R$ 244.373,61 (duzentos e quarenta e quatro mil trezentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos); e **SP & SP SAUDE PUBLICA SAO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA**, vencedora do item 16, com valor total de R$ 16.108,20 (dezesseis mil cento e oito reais e vinte centavos).

Município de Mangueirinha – PR, 20 de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:52A8DB17

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026 - PMM

O Prefeito Municipal, **LEANDRO DORINI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 14.133/2021, resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR O PREGÃO ELETRÔNICO nº 044/2026 - PMM,** que tem por objeto**: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futuro e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de pintura para manutenção e revitalização de prédios e espaços públicos do Município, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos**. Em favor das empresas **CRUZ MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**, vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54 e 55, com valor total de R$ 415.573,00 (quatrocentos e quinze mil quinhentos e setenta e três reais); **G.F.MULLER CONSTRUCOES LTDA**, vencedora dos itens 25, 27, 32, 39, 40, 42, 43, 52 e 53, com valor total de R$ 477.860,00 (quatrocentos e setenta e sete mil oitocentos e sessenta reais); e **SORRISO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**, vencedora dos itens 23, 24, 28, 29, 30 e 33, com valor total de R$ 381.200,00 (trezentos e oitenta e um mil e duzentos reais).

Município de Mangueirinha – PR, 20 de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:AC632452

PROCURADORIA
PORTARIA N.º 018/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a instauração de Sindicância Investigatória n° 003/2026 no âmbito do Município de Mangueirinha/PR.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de apurar eventuais irregularidades no âmbito do serviço público, nos termos dos princípios da legalidade, moralidade e interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da existência de fatos que possam caracterizar infração funcional, bem como da respectiva materialidade e indícios de autoria;

CONSIDERANDO o disposto no art. 175, inciso I, da Lei Municipal nº 1.905/2015, que prevê a Sindicância Investigatória como procedimento destinado à apuração preliminar de irregularidades;

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar **SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA N° 003/2026**, com a finalidade de apurar fatos que, em tese, possam configurar irregularidade funcional, bem como verificar a existência de materialidade e indícios de autoria.

Art. 2º Determinar que a presente sindicância seja conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada por meio do Decreto Municipal nº 092/2026, a quem incumbirá a adoção de todas as diligências necessárias à elucidação dos fatos.

Art. 3º A Comissão deverá promover a juntada da documentação pertinente e proceder às diligências necessárias à completa apuração dos fatos.

Art. 4º Ao final dos trabalhos, deverá a Comissão apresentar relatório conclusivo, indicando:
I – a existência ou não de irregularidade;
II – eventual autoria;
III – a necessidade de instauração de Processo Administrativo Disciplinar ou arquivamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Bruna Kolberg Leal
Código Identificador:38B76FFE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 198/2026

DECRETO Nº. 198, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Roberson Carlos Santian, para a função de Analista e Apoio Administrativo da Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **Roberson Carlos Santian, CI/RG nº 9.***.**1,** para a função de Analista e Apoio Administrativo da Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas na Lei Municipal nº 2077/2019, com símbolo FG-04.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:F10A7BC5

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 200/2026

DECRETO Nº. 200, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Paulo Jardel Diavão dos Santos, para a função de Chefe da Divisão de Controle de Frotas dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **Paulo Jardel Diavão dos Santos, CI/RG nº 9.***.***-3,** para a função de Chefe da Divisão de Controle de Frotas, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.21 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/2.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 075/2026 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:75D99910

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 201/2026

DECRETO Nº. 201, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Fernando Nogueira dos Santos, para a função de Chefe da Divisão de Gestão de Compras dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **Fernando Nogueira dos Santos, CI/RG nº 8.***.***-0,** para a função de Chefe da Divisão de Gestão de Compras, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.21 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/2.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 030/2025 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:5A0C19D1

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 202/2026

DECRETO Nº. 202, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Alexsandro Pauluk, para a função de Chefe da Divisão de Transparência e Dados Públicos dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **Alexsandro Pauluk, CI/RG nº 14.***.***-1,** para a função de Chefe da Divisão de Transparência e Dados Públicos, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.21 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/3.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 110/2024 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:52ECCB2E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 203/2026

DECRETO Nº. 203, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Everton Adão Klein Alves, para a função de Diretor do Departamento de Administração Viária dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **Everton Adão Klein Alves, CI/RG nº 9.***.***-1,** para a função de Diretor do Departamento de Administração Viária, junto a Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.31 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/2.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 193/2022 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:85DAC16B

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 204/2026

DECRETO Nº. 204, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia José Soares Fragoso, para a função de Chefe da Divisão de Fiscalização e Levantamento de Serviços Viários Rurais dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **José Soares Fragoso, CI/RG nº 3.***.***-3,** para a função de Chefe da Divisão de Fiscalização e Levantamento de Serviços Viários Rurais, junto a Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.31 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/3.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 175/2025 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:57A82841

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 205/2026

DECRETO Nº. 205, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia José Valdemir Stank, para a função de Chefe da Divisão de Malha Viária Região I dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026, **José Valdemir Stank, CI/RG nº 6.***.***-4,** para a função de Chefe da Divisão de Malha Viária Região I, junto a Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.31 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/2.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 219/2024 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:B265EA99

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 206/2026

DECRETO Nº. 206, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Adriano Evangelista da Fonseca, para a função de Chefe da Divisão de Malha Viária Região II dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026 **Adriano Evangelista da Fonseca, CI/RG nº 9.***.***-8,** para a função de Chefe da Divisão de Malha Viária Região II, junto a Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.31 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/2.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 220/2024 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:33EBAA53

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 207/2026

DECRETO Nº. 207, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Ademar Luiz Bueno Ribeiro, para a função de Chefe da Divisão de Malha Viária Região III dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de agosto de 2026 **Ademar Luiz Bueno Ribeiro, CI/RG nº 4.***.***-0,** para a função de Chefe da Divisão de Malha Viária Região III, junto a Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas no Art.31 da Lei Municipal nº 2555/2026, com remuneração CC/2.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 159/2025 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:234717DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 084/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 105/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 044/2026, Credenciamento 013/2026 e Processo Administrativo nº 057/2026, firmado com a empresa **JORGE HENRIQUE MENDES LOURENÇO - LTDA, CNPJ Nº 10.216.706/0001-49.**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos de Marilena, como GESTOR DO CONTRATO nº 105/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o senhor Ernandes Luiz da Graça, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Pesca e Pecuária, como FISCAL DO CONTRATO nº 105/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:1A6E7B56

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 085/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 106/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 045/2026, Credenciamento

013/2026 e Processo Administrativo nº 057/2026, firmado com a empresa **VIAPARTS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 07.257.649/0001-31.**

RESOLVE:

Art. 1º

DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos de Marilena, como GESTOR DO CONTRATO nº 106/2026.

Art. 2º

DESIGNAR o senhor Ernandes Luiz da Graça, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Pesca e Pecuária, como FISCAL DO CONTRATO nº 106/2026.

Art. 3º

São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:

I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;

II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;

III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;

IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;

V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;

VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;

VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;

VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Art. 4º

São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:

I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;

II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;

IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;

V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.

Art. 5º

Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:2A66BBF4

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 086/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 107/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 046/2026, Credenciamento 013/2026 e Processo Administrativo nº 057/2026, firmado com a empresa **PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 49.381.440/0001-25.**

RESOLVE:

Art. 1º

DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos de Marilena, como GESTOR DO CONTRATO nº 107/2026.

Art. 2º

DESIGNAR o senhor Ernandes Luiz da Graça, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Pesca e Pecuária, como FISCAL DO CONTRATO nº 107/2026.

Art. 3º

São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:

I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;

II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;

III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;

IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;

V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;

VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;

VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;

VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Art. 4º

São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:

I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;

II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;

IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;

V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.

Art. 5º

Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:75E51806

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 289/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 044/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 044/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, através do Edital de Credenciamento nº 013/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 044/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **JORGE HENRIQUE MENDES LOURENÇO - LTDA, CNPJ Nº 10.216.706/0001-49,** com sua proposta no valor de **R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:F094A9B7

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 290/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 045/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 045/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, através do Edital de Credenciamento nº 013/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 045/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **VIAPARTS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 07.257.649/0001-31,** com sua proposta no valor de **R$ 1.330.000,00 (um milhão e trezentos e trinta mil reais)**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:FF89EFF3

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 291/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 046/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 046/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, através do Edital de Credenciamento nº 013/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 046/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 49.381.440/0001-25,** com sua proposta no valor de **R$ 1.870.000,00 (um milhão e oitocentos e setenta mil reais)**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:A1ED081B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: JORGE HENRIQUE MENDES LOURENÇO - LTDA, CNPJ Nº 10.216.706/0001-49.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

11 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
13 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
43 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
44 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
45 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
121- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
125 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
126 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE

153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
156 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
191- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
194- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
195- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
216- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
218- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
533 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
537 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
393 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
394 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
395 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
396 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
398 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
399 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
400 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
401 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
442 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
443 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
446 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
542 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
543 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
458 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
459 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
464 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
465 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
478 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
480 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
485– 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
486 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
493 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
495 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:E23C8C92

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: VIAPARTS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 07.257.649/0001-31.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 1.330.000,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS E TRINTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

11 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
13 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
43 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
44 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
45 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
121- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
125 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
126 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
156 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
191- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB

192- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
194- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
195- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
216- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
218- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
533 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
537 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
393 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
394 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
395 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
396 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
398 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
399 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
400 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
401 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
442 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
443 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
446 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
542 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
543 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
458 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
459 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
464 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
465 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
478 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
480 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
485– 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
486 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
493 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
495 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:C1586411

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 49.381.440/0001-25.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 1.870.000,00 (UM MILHÃO E OITOCENTOS E SETENTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

11 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
13 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
43 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
44 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
45 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
121- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
125 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
126 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
156 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
191- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
194- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
195- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA

216- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
218- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
533 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
537 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
393 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
394 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
395 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
396 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
398 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
399 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
400 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
401 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
442 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
443 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
446 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
542 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
543 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
458 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
459 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
464 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
465 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
478 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
480 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
485– 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
486 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
493 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
495 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:717FDDCF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 17/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **TATIANA TOBIAS – CPF: xxx.874.759-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **COZINHEIRO.**

Cláusula 2ª - Receber os gêneros alimentícios, observando as quantidades e a qualidade dos mesmos; armazenar corretamente os gêneros alimentícios, observando os prazos de validade; Preparar servir mamadeiras e refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos por nutricionistas; Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha, mantendo a higiene, conservação e organização dos utensílios e equipamentos, rotineira e imediatamente após o uso; Manter a higiene, conservação e organização da área física da cozinha e depósito; Requisitar à Secretaria Municipal, utensílios e equipamentos, em conjunto com a Direção da Unidade; Registrar, diariamente, o número de refeições servidas e a aceitação por parte dos atendidos; Preencher formulários de controle de estoque de gêneros alimentícios, em conjunto com a Direção da Unidade; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Participar das atividades pedagógicas desenvolvidas pela Unidade; Realizar outras atividades correlatas com a função.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 24/2025 até do dia 16/08/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 19 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

TATIANA TOBIAS
Cozinheiro(a)

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:9B3F6017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 18/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos

termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **POLYANA DE OLIVEIRA WESTERKAMP – CPF: xxx.250.309-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **FISIOTERAPEUTA.**

Cláusula 2ª - Planejar, elaborar, executar e coordenar atividades relacionadas com a respectiva profissão, em especial: Programar políticas que dão suporte as ações na área de fisioterapia, bem como é de competência do Fisioterapeuta o atendimento hospitalar, postos PSF. Cumprir normas e regulamentos da instituição, bem como as normas contidas no código de Ética do CREFITO resolução 424/2013. Fazer o acolhimento ao paciente, com urbanidade, ética e responsabilidade. Realizar procedimentos de fisioterapia nos diferentes ambientes, dentro do planejamento de ações traçadas pela equipe. Atender, pacientes no aspecto sensório motores, percepto cognitivos e sócio-culturais, bem como avaliar suas funções percepto cognitivas, neuropsicomotor, neuro-musculoesqueléticas, sensibilidade, condições dolorosas motricidade geral (postura, marcha, equilíbrio), habilidades motoras, alterações posturais, manuais, órteses, próteses e adaptações, cardiopulmonares e urológicas e outros. Preparar um ambiente terapêutico, indicar conduta terapêutica, prescrever e adaptar atividades, quando necessário. Prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo do DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), mal formação congênitas, distúrbios nutricionais, afecções respiratórias, deformidades posturais, com os procedimentos ou recursos fisioterápicos. Orientar os pais ou responsáveis, pois qualquer tratamento ou procedimento realizado em pediatria deve contar com a dedicação e a colaboração da família, para que seja completo e eficaz. Realizar técnicas de relaxamento, prevenção e analgesia para o alivio da dor, nas diversas patologias ginecológicas. No pré-natal e puerpério, devido as modificações gravídicas locais e gerais, o fisioterapeuta pode atuar nestas fases da vida da mulher realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações de como a gestante deve proceder no pré parto para que ela possa retornar as suas atividades normalmente. Desenvolver atividades físicas e culturais para a terceira idade, para que o idoso consiga realizar suas atividades diárias de forma independente, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo as complicações decorrentes da idade avançada, bem como orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado. Em patologias especificas, como a hipertensão arterial sistêmica, diabetes melitus, tuberculose e hanseníase, prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, afim de prevenir e evitar complicações decorrentes, prescrever exercícios/técnicos respiratórios para diminuir o tempo de internação hospitalar e prevenir deformidades que levam as incapacidades. Atuar de forma integral com as famílias, através de ações interdisciplinares e Inter setoriais, visando assistência e a inclusão social das pessoas portadores de deficiências, incapacitadas e desassistidas. Planejar, coordenar, executar em ações assistenciais, com equipes multiprofissionais e interdisciplinares, com integralidade e ética. Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo da vida: criança, adolescente, mulher, adultos e idoso, com urbanidade e ética. No nível de suas competências, executar assistência básica em ações junto a vigilância epidemiológica e sanitária. Acompanhar o transporte de pacientes de maneira segura, e conforme necessário. Atualizar e alimentar os registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização dos relatórios e controle estatístico. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, reuniões cursos, eventos. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos, assim como programas de informática, tecnologia da informação e de comunicação. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 25/2025 até do dia 18/08/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 19 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

POLYANA DE OLIVEIRA WESTERKAMP
Cozinheiro(a)

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:1EA58099

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 19/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **PAULA TAMIRYS TENORIO DE OLIVEIRA – CPF: xxx.021.219-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.**
Cláusula 2ª - Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas; zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Plantar cortar e conservar gramados; Adubar a terra, fazer enxertos e molhar as plantas; Executar tratos culturais, capinas plantio e transplante de mudas de folhagem, preparação de covas, amarra de árvores aos tutores e outros; Zelar pela conservação e manutenção de parques, praças e jardins; Manter sob sua guarda materiais destinados ao seu trabalho; Participar de ações de manutenção e limpeza de prédios, ruas, logradouros, terrenos e outros. Coletar, selecionar e acondicionar o lixo comum ou contaminado, conforme orientações. Auxiliar nos trabalhos relativos à construção civil, calçamento, pavimentação em geral, preparar argamassa, auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de material, quebrar pedras, auxiliar nos serviços de pintura em geral e outros, em conformidade com a política da Instituição. Auxiliar na jardinagem, cuidar de arvores e manutenção dos equipamentos urbanos e rurais, conforme orientação do responsável. Varrer, escovar, lavar, remover lixo das ruas e logradouros, limpeza de bueiros, terrenos baldio, praças e outros conforme orientação do responsável e a política da Instituição. Executar serviços de transporte, armazenagem, carga e descarga de materiais, equipamentos e outros. Auxiliar na operação de tratores, veículos, caminhão e outros, conforme a política da Instituição e orientação do responsável. Zelar pela conservação e limpeza dos prédios públicos. Cavar sepultura, auxiliar em sepultamento, exumação e outros conforme a política da Instituição. Manejar instrumentos agrícolas, realizar apreensão de animais soltos em vias públicas, aplicar inseticidas e fungicidas, conforme a política da Instituição. Auxiliar nos serviços de abastecimento, lubrificação, lavagem de veículos, bem como a

limpeza e organização das oficinas, sob orientação do responsável. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 26/2025 até do dia 19/08/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 20 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

PAULA TAMIRYS TENORIO DE OLIVEIRA
Agente de Serviços Gerais

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:224E96F4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 20/2026ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 20/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **RENILDA PEREIRA DA SILVA – CPF: xxx.480.909-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **ZELADOR(A).**

Cláusula 2ª - Orientar e exercer tarefas inerentes às zeladoria e conservação de próprios municipais. Zelar e cuidar da conservação de próprios municipais tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações. Percorrer a área sob responsabilidade, inspecionando no sentido de impedir depreciações. Comunicar toda irregularidade verificada. Efetuar pequenos consertos e reparos. Providenciar os serviços de manutenção em geral. Zelar pela limpeza e conservação de praças, recintos e prédios. Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade. Executar outras tarefas correlatas

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 27/2025 até do dia 19/08/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 20 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

RENILDA PEREIRA DA SILVA
Zelador(a)

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:0826E5DD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 087/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 108/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 047/2026, Credenciamento 015/2026 e Processo Administrativo nº 064/2026, firmado com a empresa **P.R. TECH VENDAS EM GERAL LTDA, CNPJ Nº 65.347.471/0001-16;**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Ademilson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário de Administração, como GESTOR do contrato acima.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Regison Gentil Scotta, matrícula n° 259, ocupante do cargo de Secretário de Turismo, como FISCAL do contrato acima.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:A73232D0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 293/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº064/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N°015/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº047/2026, Processo Administrativo nº064/2026, através do Edital de Credenciamento nº015/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, BENS DE CONSUMO E BENS PERMANENTES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 047/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **P.R. TECH VENDAS EM GERAL LTDA, CNPJ Nº 65.347.471/0001-16,** com sua proposta no valor de **R$ 1.138.071,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil, setenta e um reais).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:AC8F7A51

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 295/2026.

Decreto nº 295/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2442/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$-27.707,64 (-Vinte e sete mil, setecentos e sete reais e sessenta e quatro centavos-), para dar suporte legal na realização de despesas no atendimento da pessoas cuja vulnerabilidade foi constatada através de triagem realizada por profissionais da Assistência Social do Município, o atendimento a ser efetuado será através de internato supervisionado por profissionais da área, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

07.000	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALOR
07.001	ORGÃO GESTOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.246.0005.2.063	Manutenção do Órgão Gestor de Assistência Social	
Fonte - 31022	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19) - Exercício Anterior	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	27.707,64
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**27.707,64**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 31022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19) - Exercício Anterior	27.707,64
Total.....**R$-**	**27.707,64**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:038715CB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 296/2026.

Decreto nº 296/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2443/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R$- 46,85 (-Quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos-), destinado à dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 743/2023, firmado entre o Município de Marilena - Pr e a SECID, que teve como objeto a Construção de 01 (um) Barracão Industrial, cujos valores serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

10.000	**SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	VALOR
10.001	**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
22.661.0008.1.147	Construção de Barracão Industrial – L 3	
Fonte = 3850	CV 743/23 – SECID (Barracão Industrial) – Exercício Anterior	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	46,85
	Total.....R$-	46,85

Artigo 2º) - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, será utilizado o seguinte recurso, como segue:

I - Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 3850 - CV 743/23 – SECID (Barracão Industrial) – Exercício Anterior	46,85
Total.....**R$-**	**46,85**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:2B18A1D6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 297/2026.

Decreto nº 297/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2443/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R$- 562,43 (-Quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos-), destinado à dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 743/2023, firmado entre o Município de Marilena - Pr e a SECID, que teve como objeto a Construção de 01 (um) Barracão Industrial, cujos valores serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

10.000	**SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	VALOR
10.001	**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
22.661.0008.1.147	Construção de Barracão Industrial – L 3	
Fonte = 850	CV 743/23 – SECID (Barracão Industrial) – Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	562,43
	Total.....R$-	562,43

Artigo 2º) - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, será utilizado o seguinte recurso, como segue:

I – Excesso de Arrecadação:

	Recursos com Destinação	**Valor**
1.3.2.1.01.1.1.06.25.00.00.00.	RAF - CV 743/23 - SECID - Barracão Industrial	**562,43**
	Total.....R$-	**562,43**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:93BF3669

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 298/2026.

Decreto nº 298/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2443/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R$- 12.764,26 (-Doze mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos-), destinado à dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 743/2023, firmado entre o Município de Marilena - Pr e a SECID, que teve como objeto a Construção de 01 (um) Barracão Industrial, cujos valores serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

10.000	**SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	VALOR
10.001	**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
22.661.0008.1.147	Construção de Barracão Industrial – L 3	
Fonte = 1000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	12.764,26
	Total.....R$-	12.764,26

Artigo 2º) - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, servirá como recurso o cancelamento de dotações orçamentárias, desde que não comprometidos, conforme Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, como segue:

08.000	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	VALOR
08.002	DIRETORIA DE OBRAS	
15.451.0006.1.134	CV nº 311/23 – SECID – Asfalto Novo Vida Nova	
Fonte = 1000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	
425 - 4.4.90.51.00	Obras e Instalações	12.764,26
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**12.764,26**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:2B39E5BC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 299/2026.

Decreto nº 299/26

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2444/20, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 63,16 (-Sessenta e três reais e dezesseis centavos-), visando dar suporte legal ao na devolução de saldo do Convênio nº 1107/25, firmado entre a SECID e o Município de Marilena-Pr, que teve como objeto a aquisição de 01 Veículo Sedam, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

03.000	DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	VALOR
03.001	DIRETORIA GERAL – D. A.	
04.122.0002.1.171	CV Nº 1107/25 -SECID – Aquisição de Veículo Sedam	
Fonte – 882	CV Nº 1107/25 -SECID – Aquisição de Veículo Sedam - Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	63,16
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**63,16**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.3.2.1.01.1.1.06.32.00.00.00. – RAF - CV Nº 1107/25 - SECID - Aquisição de Veículo Sedam Fonte – 882 - CV Nº 1107/25 -SECID – Aquisição de Veículo Sedam -Exercício Corrente	63,16

Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**63,16**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:56B80A72

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 300/2026.

Decreto nº 300/26

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2445/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:
Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 1.652,61 (-Hum mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 1197/25, firmado entre a SECID e o Município de Marilena-Pr, na aquisição de 01 Veículo tipo ônibus, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

08.000	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	VALOR
08.001	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0013.1.172	CV Nº 1197/25 – SECID – (Aquisição de ônibus)	
Fonte – 881	CV Nº 1197/25-SECID-(Aquisição de ônibus)-Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	1.652,61
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**1.652,61**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.3.2.1.01.1.1.06.59.00.00.00. – RAF - CV Nº 1197/25 - SECID - (Aquisição de ônibus) Fonte – 881 - CV Nº 1197/25 - SECID - (Aquisição de ônibus) - Exercício Corrente	1.652,61
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**1.652,61**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:61D25A52

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 301/2026.

DECRETO Nº 301/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2446/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um Crédito Adicional Especial no valor de R$- 2.152,19 (-Dois mil, cento e cinquenta e dois reais e dezenove centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 311/2023, firmado entre o Município de Marilena, Estado do Paraná e a SECID – Secretaria de Estado das Cidades, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

08.000	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	VALOR
08.002	DIRETORIA DE OBRAS	
15.451.0006.1.134	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova	
Fonte = 3845	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova – Exercício Anterior	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	2.152,19
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	2.152,19

Artigo 2º) - A cobertura do crédito Adicional Especial autorizado na forma do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 3845 - Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova – Exercício Anterior	2.152,19
Total.....R$-	**2.152,19**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:1A621978

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 302/2026.

DECRETO Nº 302/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2446/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:
Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um Crédito Adicional Especial no valor de R$- 142,87 (-Cento e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 311/2023, firmado entre o Município de Marilena, Estado do Paraná e a SECID – Secretaria de Estado das Cidades, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

08.000	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	VALOR
08.002	DIRETORIA DE OBRAS	
15.451.0006.1.134	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova	
Fonte = 845	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova – Exercício Corrente	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	142,87
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	142,87

Artigo 2º) - A cobertura do crédito Adicional Especial autorizado na forma do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Excesso de Arrecadação por alínea

Código Receita	Fonte	Titulo da Conta	Valor
1.3.2.1.01.1.1.06.14.00.00.00.	845	CV 311/23 – SECID – Asfalto Novo Vida Nova	142,87
Total.....R$			142,87

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:C852DE85

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 303/2026.

Decreto nº 303/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2447/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$-6.750,00 (-Seis mil e setecentos e cinquenta reais-), para dar suporte legal na realização de despesas na manutenção da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

06.000	SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	VALOR
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0004.2.062	Manut. Das Ações da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	
Fonte - 3497	Vigilância em Saúde - Estadual - Exercício Anterior	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.750,00
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**6.750,00**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 3497 - Vigilância em Saúde - Estadual - Exercício Anterior	6.750,00
Total.....R$-	**6.750,00**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:85F432F7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 304/2026.

Decreto nº 304/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2448/26, de 20/08/2026, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R$-100.000,00 (-Cem mil reais-), destinado à dar suporte legal na concessão de subvenção social, de recursos oriundos do MDS/SUAS – Ministério do Desenvolvimento Social, Serviço Único de Assistência Social, proveniente de Emenda Parlamentar via SIGTV, "Custeios GND3", regisdo pela Portaria nº 54, de 14 de abril de 2026, para aplicação em Despesas de Custeios, cujos valores serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

07.000	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	VALOR
07.001	**ÓRGÃO GESTOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.246.0005.2.100	Portaria nº 54, de 14/04/2026-MDS/APAE	
Fonte = 1018	Emendas Individuais Impositivas – Transferência com finalidade definida – (inciso II do Art. 166-A d) - Exercício Corrente	
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	100.000,00
	Total.....R$-	100.000,00

Artigo 2º) - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, será utilizado o seguinte recurso, como segue:

I – Excesso de Arrecadação:

	Recursos com Destinação	**Valor**
1.7.1.6.50.0.1.07.00.00.00.00.	Estrutura SUAS Custeios – GND3	**100.000,00**
	Total.....R$-	**100.000,00**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:03E6A5C6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 036/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 24 de Agosto de 2026, munido dos documentos constante do item 9 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Agente Comunitário de Saúde
Classificação: Nome:

03º	Jeovana Firmino Candido

Cargo: Auxiliar de Classe
Classificação: Nome:

20º	Rayane Cristina da Silva Santos

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 20 dias do Mês de Agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:731618D6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº108/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: P.R. TECH VENDAS EM GERAL LTDA, CNPJ Nº 65.347.471/0001-16;

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, BENS DE CONSUMO E BENS PERMANENTES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR.

VALOR: R$ 1.138.071,00 (UM MILHÃO, CENTO E TRINTA E OITO MIL, SETENTA E UM REAIS).

FONTE DE RECURSOS:
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLICIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
53 - 01000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES - EXERCÍCIO CORRENTE
54 - 01501 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
121 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
132 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
133 – 01105 – ALIENAÇÃO DE ATIVOS DA EDUCAÇÃO
191 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA]
198 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
266 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
552 – 33498 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
269 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
278 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
279 – 1494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
280 – 01495 – ATENÇÃO BÁSICA
553 – 33498 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
281 – 4494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
294 - 01304 - RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS DE SAÚDE
293 - 518 - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
310 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
311 – 01496 – ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL
312 - 31333 - HOSPSUS - EXERCÍCIO CORRENTE
554 - 33498 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
309 - 369 - SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIHS
320 - 01303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
319 - 848 - RESOLUÇÃO SESA Nº656/23 - AQUIS RAIO X
336 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
337 – 01497 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
335 – 497 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
339 – 01303 – SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
534 - 01000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES
372 - 31936 - COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO
373 - 31938 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 - 31940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA...
378 - 01000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES
382 - 01000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES

O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

ESTE EXTRATO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

MARILENA-PR, 19 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:C639E959

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2442/2026

Lei nº 2442/2026

Súmula: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e Dá Outras Providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$-27.707,64 (-Vinte e sete mil, setecentos e sete reais e

sessenta e quatro centavos-), para dar suporte legal na realização de despesas no atendimento da pessoas cuja vulnerabilidade foi constatada através de triagem realizada por profissionais da Assistência Social do Município, o atendimento a ser efetuado será através de internato supervisionado por profissionais da área, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

07.000	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALOR
07.001	ORGÃO GESTOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.246.0005.2.063	Manutenção do Órgão Gestor de Assistência Social	
Fonte - 31022	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19) - Exercício Anterior	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	27.707,64
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**27.707,64**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º da presente Lei, será utilizado o seguinte recurso:

I – Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 31022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19) - Exercício Anterior	27.707,64
Total.....**R$-**	**27.707,64**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:F625C3E1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2443/2026

Lei nº 2443/2026

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R$- 13.373,54 (-Treze mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos-), destinado à dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 743/2023, firmado entre o Município de Marilena - Pr e a SECID, que teve como objeto a Construção de 01 (um) Barracão Industrial, cujos valores serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

10.000	**SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	VALOR
10.001	**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
22.661.0008.1.147	Construção de Barracão Industrial – L 3	
Fonte = 3850	CV 743/23 – SECID (Barracão Industrial) – Exercício Anterior	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	46,85
Fonte = 850	CV 743/23 – SECID (Barracão Industrial) – Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	562,43
Fonte = 1000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	12.764,26
	Total.....R$-	13.373,54

Artigo 2º) - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo anterior desta Lei, serão utilizados os seguintes recursos, como segue:

I - Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 3850 - CV 743/23 – SECID (Barracão Industrial) – Exercício Anterior	46,85
Total.....**R$-**	**46,85**

I I – Excesso de Arrecadação:

	Recursos com Destinação	**Valor**
1.3.2.1.01.1.1.06.25.00.00.00.	RAF - CV 743/23 - SECID - Barracão Industrial	**562,43**
	Total.....R$-	**562,43**

III – Suplementação por Redução

08.000	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	VALOR
08.002	DIRETORIA DE OBRAS	
15.451.0006.1.134	CV nº 311/23 – SECID – Asfalto Novo Vida Nova	
Fonte = 1000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	
425 - 4.4.90.51.00	Obras e Instalações	12.764,26
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**12.764,26**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:42683141

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2444/2026

Lei nº 2444/26

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 63,16 (-Sessenta e três reais e dezesseis centavos-), visando dar suporte legal ao na devolução de saldo do Convênio nº 1107/25, firmado entre a SECID e o Município de Marilena-Pr, que teve como objeto a aquisição de 01 Veículo Sedam, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

03.000	DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	VALOR
03.001	DIRETORIA GERAL – D. A.	
04.122.0002.1.171	CV Nº 1107/25 -SECID – Aquisição de Veículo Sedam	
Fonte – 882	CV Nº 1107/25 -SECID – Aquisição de Veículo Sedam - Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	63,16
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**63,16**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º da presente Lei, serão utilizados os seguintes recursos:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.3.2.1.01.1.1.06.32.00.00.00. – RAF - CV Nº 1107/25 - SECID - Aquisição de Veículo	

Sedam Fonte – 882 - CV Nº 1107/25 -SECID – Aquisição de Veículo Sedam -Exercício Corrente	63,16
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**63,16**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:AA61B0E4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2445/2026

Lei nº 2445/26

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 1.652,61 (-Hum mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 1197/25, firmado entre a SECID e o Município de Marilena-Pr, na aquisição de 01 Veículo tipo ônibus, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

08.000	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	VALOR
08.001	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0013.1.172	CV Nº 1197/25 – SECID – (Aquisição de ônibus)	
Fonte – 881	CV Nº 1197/25-SECID-(Aquisição de ônibus)-Exercício Corrente	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	1.652,61
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**1.652,61**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º da presente Lei, serão utilizados os seguintes recursos:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.3.2.1.01.1.1.06.59.00.00.00. – RAF - CV Nº 1197/25 - SECID - (Aquisição de ônibus) Fonte – 881 - CV Nº 1197/25 - SECID - (Aquisição de ônibus) - Exercício Corrente	1.652,61
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**1.652,61**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:3ED2C032

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2446/2026

LEI Nº 2446/2026

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um Crédito Adicional Especial no valor de R$- 2.295,06 (-Dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e seis centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo do Convênio nº 311/2023, firmado entre o Município de Marilena, Estado do Paraná e a SECID – Secretaria de Estado das Cidades, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

08.000	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	VALOR
08.002	DIRETORIA DE OBRAS	
15.451.0006.1.134	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova	
Fonte = 3845	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova – Exercício Anterior	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	2.152,19
Fonte = 845	Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova – Exercício Corrente	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	142,87
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	2.295,06

Artigo 2º) - A cobertura do crédito Adicional Especial autorizado na forma da presente Lei, serão utilizados os seguintes recursos:

I – Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 3845 - Cv nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova – Exercício Anterior	2.152,19
Total.....R$-	**2.152,19**

II – Excesso de Arrecadação por alínea

Código Receita	Fonte	Titulo da Conta	Valor
1.3.2.1.01.1.1.06.14.00.00.00.	845	CV 311/23 – SECID – Asfalto Novo Vida Nova	142,87
Total.....R$			142,87

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de Agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:473F63AB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2447/2026

Lei nº 2447/2026

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$-6.750,00 (-Seis mil e setecentos e cinquenta reais-), para dar suporte legal na realização de despesas na manutenção da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

06.000	SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	VALOR
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0004.2.062	Manut. Das Ações da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	
Fonte - 3497	Vigilância em Saúde - Estadual - Exercício Anterior	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.750,00
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**6.750,00**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º da presente Lei, será utilizado o seguinte recurso:

I – Superávit Financeiro:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM 31/12/2025	Valor
F = 3497 - Vigilância em Saúde - Estadual - Exercício Anterior	6.750,00
Total.....R$-	**6.750,00**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de agosto de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:2DA7BDCB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2448/2026

LEI Nº 2448/2026

SÚMULA: Autoriza o Município a firmar convênio com Apae, objetivando o repasse de recursos do MDS/SUAS.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,
LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convenio com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marilena, entidade sem fins lucrativos.
Art. 2º - O valor total a ser repassado à APAE, será de R$- 100.000,00 (-Cem mil reais-), repasse em parcela única, recursos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social através do SUAS – Secretaria Único de Assistência Social, proveniente de Emenda Parlamentar via SIGTV – Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias, **"Custeios GND3"** regido pela Portaria nº 54, de 14 de abril de 2026, para aplicação em despesas de Custeios.
Art. 3º - A entidade deverá comprovar financeiramente no prazo estipulado no convênio, junto à Equipe de Prestação de Contas da Prefeitura, a qual deverá ser realizada bimestralmente, a destinação dos recursos, cabendo à Equipe de Prestação de Contas encaminhar a referida prestação de contas com parecer, ao SIT – Sistema de Transferências Voluntárias do TCE -PR, e ao MDS para aprovação final.
Art. 4º - Para atender a despesa decorrente desta Lei servirá de recurso a seguinte dotação orçamentária:

Crédito Adicional Especial		
07.000	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Valor – R$-
07.001	ORGÃO GESTOR DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.246.0005.2.100	Portaria nº 54, de 14/04/2026 – MDS/APAE	
Fonte = 1018	Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A d	
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais.	100.000,00
Tendência do Excesso de Arrecadação		
1.7.1.6.50.0.1.07.00.00.00.00. - Estrutura SUAS Custeios - GND3		100.000,00

Art. 5° - Revogadas às disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

CELIO LELIS DA MATA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:0B047ED7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 225/2026

De 19 de Agosto 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 30 (trinta) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Evanilda Cardoso de Barros da Silva, matricula 488, referente ao período aquisitivo 2023/2024 , a partir do dia 03/08/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03/08/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 19 DE AGOSTO de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:8739D911

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 226/2026

De 19 de Agosto 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Soneli Pereira dos Santos, matricula 5785, referente ao período aquisitivo 2025/2026 , a partir do dia 06/08/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 06/08/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 19 DE AGOSTO de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:EC59669A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 227/2026

De 19 de Agosto 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 30 (trinta) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Silvane Witt Lima, matricula 6047, referente ao período aquisitivo 2024/2025 , a partir do dia 01/08/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/08/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 19 DE AGOSTO de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:37759C85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2026. PROCESSO Nº 731/2026. O Município de Mariópolis, através do Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek e da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 29/2026 de 20 de Janeiro de 2026, torna público aos interessados, que até o dia 17 de SETEMBRO de 2026, às 09h00 (NOVE) horas, estará recebendo o envelope contendo a Proposta de venda e os Documentos de Habilitação para credenciamento ao Edital de Chamada Pública nº 11/2026, que tem por objeto a aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar, para estudantes da rede de educação básica pública, com recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, de acordo com os termos e condições do presente Edital e seus anexos, que faz parte do edital. A licitação será regida pela Lei nº 14.133/21, suas posteriores alterações e demais legislação pertinente. O inteiro teor do ato convocatório e seus anexos estarão à disposição dos interessados para ser examinado, a partir desta data, junto à Comissão Permanente de Licitações, na Prefeitura Municipal de Mariópolis, no horário de expediente, na Rua Seis, n° 1030, em Mariópolis-PR, no Portal Transparência do Município ou pelo site www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações. Informações adicionais, dúvidas e esclarecimentos deverão ser dirigidos a Comissão de Contratação, no endereço acima mencionado – telefone (046) 3226-8100 ou no e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br.

Mariópolis, 20 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:486C4B2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA - 2026

ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice-Presidente - ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 1º Secretário - SANDRO MOACIR BRAGA; 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO e demais Vereadores: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE;JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; LUCAS BATISTA PESCO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE (Marcio do Seda); MARIANA DOURADO; MICHEL RODRIGO DE ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTI (Leandro Bertoti) e ROQUE SOZO. Início 17:15 horas. O Sr. Presidente abre a Sessão: “Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 15ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Matinhos, na sua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. O Sr. Presidente solicita ao Vereador Juliano Leite que faça a leitura das escrituras sagradas. O Sr. Presidente agradece aos presentes. O Sr. Presidente coloca em votação a Ata da 14ª Sessão Extraordinária realizada em 11 de agostode 2026, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 042/2026, Súmula: “Dispõe sobre adequações nas Leis Municipais nº 1.430/2011 e nº 2.358/2022 e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 042/2026 em 1ª discussão. Fez uso da palavra o Vereador Juliano Leite. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei 042/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei Complementar n° 045/2026, Súmula: “Revoga e altera dispositivos da Lei Complementar nº 2.401, de 05 de setembro de 2022, alterados pela Lei Complementar nº 2.730/2025, extingue o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, institui a Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Funcional e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei Complementar n° 045/2026 em 1ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei Complementar 045/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 046/2026, Súmula: “Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA, institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, do Município de Matinhos, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lein° 046/2026 em 1ªdiscussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 046/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.O Sr. Presidente informa que fica marcada para amanhã, dia 18de agosto, as 17:15 horas a próxima Sessão Extraordinária para segunda discussão e votação dos projetos em pauta na presente sessão. O Sr. Presidente convida a todos para acompanharem a Sessão Ordinária desta Casa que acontecerá logo mais às 18:00 horas. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 17 de agosto de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS (ANDERSON DAN)
Vice-Presidente

SANDRO MOACIR BRAGA
(SANDRO DO GÁS)
1º Secretário

DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO
(NELINHO LOURENÇO)
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:3AEBAE2B

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS - 2026

ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice-Presidente - ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 1º Secretário - SANDRO MOACIR BRAGA; 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO e demais Vereadores: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE;JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; LUCAS BATISTA PESCO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE (Marcio do Seda); MARIANA DOURADO; MICHEL RODRIGO DE ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTI (Leandro Bertoti) e ROQUE SOZO. Início 17:15 horas. O Sr. Presidente abre a Sessão: “Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 16ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Matinhos, na sua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. O Sr. Presidente solicita ao Vereador Juliano Leite que faça a leitura das escrituras sagradas. O Sr. Presidente agradece aos presentes. O Sr. Presidente coloca em votação a Ata da 15ª Sessão Extraordinária realizada em 17 de agosto de 2026, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 042/2026, Súmula: “Dispõe sobre adequações nas Leis Municipais nº 1.430/2011 e nº 2.358/2022 e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 042/2026 em 2ª discussão. Fez uso da palavra o Vereador Juliano Leite. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei 042/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei Complementar n° 045/2026, Súmula: “Revoga e altera dispositivos da Lei Complementar nº 2.401, de 05 de setembro de 2022, alterados pela Lei Complementar nº 2.730/2025, extingue o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, institui a Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Funcional e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão.O Sr. Presidente informa que foi apresentada emenda aditiva a este projeto e sendo assim solicita ao 1º secretário que faça a leitura somente da súmula da Emenda Aditiva 001/2026, Súmula: "Altera o Projeto de Lei Complementar nº 045/2026 para disciplinar os regimes presencial, híbrido e de teletrabalho dos Procuradores Municipais, preservar as opções de jornada previstas na Lei Complementar nº 1/2025 e estabelecer mecanismos de controle por atividades e resultados, sem alteração da carga horária legal". O Sr. Presidente informa que, apresentada emenda, em conformidade com o disposto no Artigo 127, parágrafo terceiro e artigo 128, parágrafo único, todos do Regimento Interno, fica suspensa a deliberação para emissão de Parecer pelas comissões competentes, retornando a emenda e o projeto para pauta em outra sessão. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 046/2026, Súmula: “Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA, institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, do Município de Matinhos, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lein° 046/2026 em 2ªdiscussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 046/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 18 de agosto de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
(ANDERSON DAN)
Vice-Presidente

SANDRO MOACIR BRAGA
(SANDRO DO GÁS)
1º Secretário

DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO
(NELINHO LOURENÇO)
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:B3C5F0CB

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.823, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

"Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA, institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, do Município de Matinhos, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Matinhos aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA

CAPÍTULO I

Da Criação e das Competências

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município de Matinhos, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura da Administração Municipal, com atribuições de formulação, acompanhamento, fiscalização e controle social das políticas públicas de saneamento básico e ambiental, bem como do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, instituído por esta Lei.
Art. 2º Compete ao CMSBA:
I - participar da formulação da política municipal de saneamento básico e ambiental, acompanhar sua execução e propor ajustes ao Poder Executivo;
II - apreciar e emitir parecer sobre os planos de saneamento básico e ambiental e os planos diretores setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e resíduos sólidos;
III - apreciar e emitir parecer sobre os planos plurianuais e as propostas orçamentárias anuais afetos ao saneamento básico e ambiental;
IV - requisitar ao Poder Executivo Municipal e ao prestador dos serviços de saneamento básico informações, documentos e relatórios necessários ao exercício de suas atribuições;
V - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas e obrigações fixadas nos contratos de concessão ou de programa com prestadores dos serviços de saneamento básico, apreciando os relatórios periódicos por eles apresentados;
VI - emitir parecer sobre minutas de contratos de concessão e de programa e sobre propostas de alteração contratual que afetem a prestação dos serviços de saneamento básico no Município;

VII - estabelecer as diretrizes e os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do FMSBA;
VIII - aprovar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos - PAR do FMSBA e suas revisões, antes do início de cada exercício financeiro;
IX - receber e apreciar relatórios periódicos de execução do FMSBA, aprovar suas contas anuais e recomendar, quando necessário, medidas corretivas ao órgão de gestão administrativa;
X - deliberar previamente sobre despesas não previstas no Plano Anual de Aplicação dos Recursos e, em caso de despesa urgente realizada sem deliberação prévia, apreciar sua ratificação na reunião ordinária imediatamente subsequente;
XI - promover audiências públicas e consultas à população sobre matérias de sua competência, assegurando a participação social nas decisões afetas ao saneamento básico e ambiental do Município;
XII - receber e apreciar denúncias e reclamações relativas à prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, encaminhando-as, com parecer, ao órgão ou autoridade competente;
XIII - elaborar e publicar relatório anual de suas atividades;
XIV - elaborar, aprovar e reformar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II

Da Composição
Art. 3º O CMSBA é composto por 10 membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:
I - representantes do Poder Público Municipal:
a) um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que o presidirá;
b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
c) um representante da Secretaria Municipal de Urbanismo;
d) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
II - representante do prestador dos serviços de saneamento básico:
a) um representante da concessionária dos serviços de saneamento básico do Município;
III - representantes da sociedade civil, ligados, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico:
a) um representante de associação de usuários dos serviços do setor imobiliário com atuação no Município;
b) um representante de entidade ambientalista com atuação no Município;
c) um representante indicado pelo Conselho Municipal de Saúde;
d) um representante do setor produtivo, comercial ou industrial local, com atuação no Município;
e) um representante de associação comunitária, de moradores ou de agricultores com atuação no Município.
§ 1º A participação de representantes da sociedade civil, nos termos do inciso III, é obrigatória e deve corresponder a pelo menos um terço do total de membros do CMSBA com direito a voto.
§ 2º Os representantes previstos nos incisos II e III serão indicados pelas respectivas entidades, mediante edital público convocado pelo Poder Executivo Municipal.
§ 3º Na hipótese de não haver indicação no prazo estipulado no edital, o Chefe do Poder Executivo Municipal designará o representante em livre escolha, sendo-lhe vedada a indicação de servidor público municipal para as vagas reservadas à sociedade civil.
§ 4º Para cada membro titular será designado um suplente, que o substituirá nas ausências e impedimentos e assumirá o mandato em caso de vacância.
§ 5º Perderá o mandato o membro titular que, sem justificativa, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas no período de doze meses, sendo sua vaga assumida pelo respectivo suplente, que concluirá o mandato.
Art. 4º Os membros do CMSBA e seus respectivos suplentes serão nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com indicação nominal de cada titular e suplente.
Art. 5º O mandato dos membros do CMSBA é de dois anos, admitida a recondução por igual período, vedada a recondução por mais de dois mandatos consecutivos.
Parágrafo único. A renovação de mandatos deve observar a alternância entre representantes, de modo a preservar a pluralidade da composição do Conselho.
Art. 6º A função de conselheiro é de relevante interesse público, não sendo remunerada, vedado o pagamento de qualquer vantagem ou benefício a título de participação nas reuniões.

CAPÍTULO III
Do Funcionamento
Art. 7º O CMSBA reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias úteis.
§ 1º As reuniões do CMSBA são públicas, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, exigida a presença de, no mínimo, metade mais um dos conselheiros.
§ 2º As atas das reuniões serão lavradas e publicadas no Diário Oficial do Município ou em meio equivalente de divulgação oficial.
Art. 8º O Município fornecerá ao CMSBA o suporte administrativo, técnico e de infraestrutura necessário ao seu regular funcionamento, sem ônus para os conselheiros.

TÍTULO II
Do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA
CAPÍTULO I
Da Criação, Natureza e Finalidade
Art. 9º Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA do Município de Matinhos, de natureza contábil, com a finalidade de custear ações destinadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico cuja execução seja de competência do Município e não constitua obrigação contratual do prestador, em conformidade com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental.
Parágrafo único. São finalidades específicas do FMSBA:
I - garantir contrapartida financeira a operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamento básico, especialmente as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a Caixa Econômica Federal ou com outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
II - garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias de entes da Federação ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no Município de Matinhos;
III - garantir o pagamento de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no inciso I;
IV - cobrir despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico;
V - financiar diretamente ações de investimento em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do Município.
Art. 10. A gestão administrativa do FMSBA será exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio de sua unidade financeira e contábil, sob fiscalização e controle do CMSBA, na forma dos incisos VII a X do art. 2º desta Lei.
CAPÍTULO II
Das Receitas
Art. 11. As receitas do FMSBA poderão ser constituídas por:
I - dotações orçamentárias do Município;
II - repasses do prestador dos serviços de saneamento básico, nos termos definidos no contrato de concessão ou de programa, em percentual incidente sobre a receita operacional líquida dos serviços prestados no Município;
III - receitas vinculadas a taxas, tarifas e outros preços públicos incidentes sobre os serviços de saneamento básico;
IV - contribuição de melhoria relativa à implantação de infraestruturas vinculadas aos serviços de saneamento básico;
V - multas decorrentes de infrações à legislação de saneamento básico e de posturas municipais pertinentes;
VI - transferências voluntárias de entes da Federação, subvenções, doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, destinadas a ações de saneamento básico no Município;
VII - retornos de amortizações e remunerações de investimentos realizados com recursos do FMSBA;
VIII - rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis.
§ 1º As receitas líquidas do FMSBA serão depositadas obrigatoriamente em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, em nome do próprio Fundo, inscrito no respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 2º As disponibilidades de recursos do FMSBA, exceto as vinculadas a desembolsos de curto prazo e a garantias mínimas de contratos de financiamento, deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o respectivo plano de aplicação.
§ 3º O saldo financeiro do FMSBA, apurado ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.
§ 4º O orçamento do FMSBA integrará o orçamento da Prefeitura Municipal de Matinhos, e sua contabilidade será organizada de forma a permitir o pleno controle e a gestão da execução orçamentária.
§ 5º Constituem passivos do FMSBA as obrigações de qualquer natureza assumidas para a execução dos programas e ações de saneamento básico previstos no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO III
Da Governança

Art. 12. O FMSBA será gerido de acordo com o Plano Anual de Aplicação dos Recursos - PAR, elaborado pelo órgão de gestão administrativa e submetido ao CMSBA para aprovação prévia ao início de cada exercício financeiro.
Parágrafo único. O PAR definirá as prioridades de investimento e as ações a serem executadas, em consonância com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental, e somente poderá ser revisto mediante nova aprovação do CMSBA.
Art. 13. As despesas não previstas no PAR somente poderão ser realizadas mediante deliberação prévia do CMSBA.
Parágrafo único. Em situações de urgência devidamente justificadas, as despesas extraordinárias poderão ser realizadas antes da deliberação, devendo o CMSBA ser convocado para ratificação na reunião ordinária imediatamente subsequente.
Art. 14. O órgão de gestão administrativa submeterá ao CMSBA relatórios periódicos sobre a execução financeira e física do FMSBA, podendo o CMSBA, a qualquer tempo, requisitar informações, documentos e esclarecimentos relativos à gestão do Fundo.
Art. 15. O PAR, os relatórios de execução e as demonstrações anuais do FMSBA serão publicados no portal de transparência do Município.

CAPÍTULO IV
Das Vedações

Art. 16. É vedada a utilização de recursos do FMSBA para:
I - o pagamento de despesas correntes ou a cobertura de déficits orçamentários de quaisquer órgãos e entidades do Município;
II - a execução de obras e outras intervenções urbanas que afetem ou interfiram nos sistemas de saneamento básico em montante superior à participação proporcional desses serviços nos respectivos investimentos.

TÍTULO III
Das Disposições Finais

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, em 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Fernando da Silva Mantovani
Código Identificador:DA1899B7

GABINETE
PORTARIA Nº 907/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o Aviso de Férias da Procuradoria Geral,
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER ao servidor **Jonatan Rodrigues dos Santos**, matrícula nº 101266/1, ocupante do cargo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria Geral, **45 (quarenta e cinco) dias de férias**, correspondentes a:
I – 15 (quinze) dias remanescentes do período aquisitivo de 10/03/2024 a 09/03/2025; e
II – 30 (trinta) dias correspondentes ao período aquisitivo de 10/03/2025 a 09/03/2026.
Art. 2º As férias de que trata o artigo anterior serão usufruídas de forma **ininterrupta**, no período de **24 de agosto de 2026 a 07 de outubro de 2026**, totalizando **45 (quarenta e cinco) dias**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **24 de agosto de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:6F9ED567

GABINETE
PORTARIA Nº 908/2026

Dispõe sobre a dispensa de funções de direção e vice-direção das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Matinhos, revoga atos de designação e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, EDUARDO ANTONIO DALMORA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, transparência, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, previstos no art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, inciso VI, e 211 da Constituição Federal, quanto ao direito à educação, à gestão democrática do ensino público e à organização dos sistemas de ensino;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, especialmente quanto à condicionalidade relacionada aos critérios técnicos de mérito e desempenho para provimento das funções de direção escolar;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.819/2016, que institui o Estatuto e o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Matinhos;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.767/2026, que estabelece critérios e condições para subsidiar a escolha de Diretores das unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino de Matinhos, mediante critérios técnicos de mérito e desempenho;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, enquanto referencial técnico para o exercício das atribuições de gestão escolar;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e assegurar a adequada execução da Lei Municipal nº 2.767/2026, garantindo coerência entre os critérios técnicos de mérito e desempenho, o processo consultivo e os atos administrativos de designação;
CONSIDERANDO a realização do processo consultivo previsto no Edital nº 006/2026, posteriormente homologado pelo Edital nº 016/2026, nos termos da Lei Municipal nº 2.767/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação das funções de direção e vice-direção das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino aos critérios estabelecidos pela legislação municipal vigente;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam **dispensados das funções de Diretor(a) das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Matinhos**, a partir de 19 de agosto de 2026, os(as) seguintes servidores(as):

Unidade Educacional	Diretor(a)
CMEI Bolinha de Neve	Gabriela Freire Marques
CMEI Caminho Alegre	Larissa Gabrielle Ferreira de Lima
CMEI Cantinho Feliz	Andressa Pedrotti
CMEI Estrela Cintilante	Sandra Regina Braga Ramos

CMEI Professora Gigi Bonatto	Zineide Andreata Torazzi Arndt
CMEI José Wigando Mendes	Hellen Magalhães Stahlke
CMEI Junara	Thaisy Kaline dos Santos Zampiri
CMEI Pingo de Gente	Neuzi Viana Serafim Zanardi
CMEI Quatro de Março	Claudia Elisemar Appelt
CMEI Raquel Silvino da Silva	Rosana Scarante
CMEI Reino da Alegria	Debora Alves Mesquita dos Santos
CMEI Rosa Maria de Freitas Mesquita	Leandra Pedrozo dos Santos
CMEI Sarah Mesquita	Cristiane Loeszhner Connick dos Santos
CMEI Sininho Dourado	Vanessa de Rezende Costa
Escola Municipal Pastor Elias Abrahão	Renata Cristina Alves de Brito
Escola Municipal Francisco dos Santos Junior	Kelly Kullack
Escola Municipal Leocádia Orlowski Santos	Ana Celia da Silva Elicker
Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos	Dagoberto Ribeiro Neto
Escola Municipal Monteiro Lobato	Letícia Messias Farago
Escola Municipal Oito de Maio	Heloisa Regina da Silva Krankel
Escola Municipal Professora Caetana Paranhos	Pricilla Freire da Silva Cunha
Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva	Marenise Santos da Silva

Art. 2º Ficam **dispensados das funções de Vice-Diretor(a) das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Matinhos**, a partir de 19 de agosto de 2026, os(as) seguintes servidores(as):

Unidade Educacional	Vice-Diretor(a)
Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos	Fatima Teresinha Oliveira dos Santos
Escola Municipal Francisco dos Santos Junior	Taysa Regina Rosalin Maiorky
Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva	Kalimar Ferreira da Silva
Escola Municipal Pastor Elias Abrahão	Claudia Dayana Laurindo Costa

Art. 3º Em decorrência das dispensas previstas nos arts. 1º e 2º desta Portaria, ficam **cessados, a partir da publicação deste ato, os efeitos das gratificações e demais vantagens vinculadas exclusivamente ao exercício das funções de direção e vice-direção**, observada a legislação municipal aplicável.
Art. 4º Ficam **revogadas**, naquilo que dispõem sobre a designação para as funções de direção e vice-direção abrangidas por esta Portaria, as seguintes Portarias:
I – Portaria nº **46/2025**;
II – Portaria nº **283/2025**;
III – Portaria nº **286/2025**;
IV – Portaria nº **1.060/2025**;
V – Portaria nº **1.220/2025**;
VI – Portaria nº **1.545/2025**;
VII – Portaria nº **111/2026**;
VIII – Portaria nº **323/2026**;
IX– Portaria nº **324/2026**;
X – Portaria nº **476/2026**.
XI – Portaria nº **477/2026**;
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 19 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:7068E7D8

GABINETE
PORTARIA Nº 910/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.819/2016 e suas alterações,
CONSIDERANDO a Portaria nº 230/2026, que concedeu Gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) pelo exercício de docência em Classe de Ensino Especial aos servidores nela relacionados;
CONSIDERANDO a designação do servidor **THIAGO RODRIGUES DE ALMEIDA**, matrícula nº **100603/2**, para assumir a **Direção de Unidade Escolar**;
CONSIDERANDO que o exercício da função de direção de unidade escolar é incompatível com a manutenção da gratificação concedida em razão do exercício de docência em Classe de Ensino Especial;
RESOLVE:
Art. 1º Fica **REVOGADA**, exclusivamente em relação ao servidor **THIAGO RODRIGUES DE ALMEIDA**, matrícula nº **100603/2**, a concessão da **Gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) pelo exercício de docência em Classe de Ensino Especial**, concedida por meio da Portaria nº 230/2026, em virtude de sua **designação para assumir a Direção de Unidade Escolar**.
Art. 2º A revogação de que trata o artigo anterior produzirá efeitos a partir de **20 de agosto de 2026**, cessando, a partir dessa data, os efeitos financeiros decorrentes da referida gratificação.
Art. 3º Permanecem **inalterados e em pleno vigor** os demais dispositivos da Portaria nº 230/2026, inclusive as concessões de gratificação aos demais servidores nela relacionados.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:2E193C92

GABINETE
REPUBLICAR POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 904/2026

Dispõe sobre a revogação de adicional de insalubridade ao servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações;
CONSIDERANDO que o adicional de insalubridade é devido em razão das condições efetivamente existentes no ambiente de trabalho e da exposição a agentes insalubres, enquanto presentes os requisitos que fundamentam sua concessão;
CONSIDERANDO que o(a) servidor(a) anteriormente exercia suas atribuições no(a) Secretaria Municipal de Obras, ambiente no qual foram identificadas condições que fundamentaram a concessão do adicional de insalubridade;
CONSIDERANDO que, por necessidade e conveniência da Administração, o(a) servidor(a) foi remanejado(a) para o(a) Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO que a alteração do local de trabalho modificou as condições ambientais e laborais às quais o(a) servidor(a) está submetido(a), não mais se verificando a exposição aos agentes insalubres que fundamentaram a concessão do adicional;
CONSIDERANDO que a caracterização da insalubridade está vinculada às condições efetivas do ambiente de trabalho e às atividades efetivamente desempenhadas, não constituindo vantagem de caráter permanente quando cessadas as condições que lhe deram origem;
CONSIDERANDO o disposto na Norma Regulamentadora nº 15 – NR-15, especialmente quanto à eliminação ou neutralização das condições de insalubridade e à consequente cessação do pagamento do respectivo adicional;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos assentamentos funcionais e da folha de pagamento às condições efetivamente verificadas no atual local de exercício do(a) servidor(a);
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de observância dos princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência e interesse público, resolve:
REVOGAR

Art. 1º - O adicional de Insalubridade de grau médio, no percentual de **40% (quarenta)** do servidor abaixo mencionado:

Matrícula	Nome	Cargo
51934/1	Alberto Pinto de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir do dia 19 de agosto de 2026.

Matinhos, PR, 19 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:86DAC421

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: ANAMARIA RIBEIRO 01856368963
CNPJ/CPF: 19.430.471/0001-68
ENDEREÇO: RUA CORONEL TEMÍSTOCLES DE SOUZA BRASIL, 353, JARDIM SOCIAL - CURITIBA
REPRESENTANTE LEGAL: ANA MARIA RIBEIRO
CPF: 018.563.689-63
TELEFONE: (41) 3257-9839
E-MAIL: ana_namaste@yohoo.com.br
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): BANDA DE GRANDE PORTE (MÍNIMO 06 INTEGRANTES)

•
DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.
3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.
7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.

Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

Anamaria Ribeiro 01856368963
ANA MARIA RIBEIRO
CPF nº 018.563.689-63
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:C6873D5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, para as seguintes empresas: LILLIANY CRISTINA RAMOS CARDOSO, inscrita no CNPJ nº 68.064.480/0001-98 com os lotes: 15, 16 no valor

total de R$ 86.630,00 (oitenta e seis mil e seiscentos e trinta reais); BRANSALES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.678.428/0001-13 com os lotes: 51 no valor total de R$ 158.715,70 (cento e cinquenta e oito mil e setecentos e quinze reais e setenta centavos); COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 88.197.330/0001-60 com os lotes: 46 no valor total de R$ 51.120,00 (cinquenta e um mil e cento e vinte reais); MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.097.231/0001-02 com os lotes: 14 no valor total de R$ 15.064,00 (quinze mil e sessenta e quatro reais); COUTINHO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.230.882/0001-70 com os lotes: 1, 2, 4, 10, 12, 13, 31, 35, 36, 40, 55 no valor total de R$ 191.155,71 (cento e noventa e um mil e cento e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos); ZEUS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.840.358/0001-44 com os lotes: 52 no valor total de R$ 48.070,00 (quarenta e oito mil e setenta reais); VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.8599.990/001-64 com os lotes: 17, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 50, 53, 54, 56, 57 no valor total de R$ 439.163,41 (quatrocentos e trinta e nove mil cento e sessenta e três reais e quarenta e um centavos) e A M MENDES - ACESSORIOS, inscrita no CNPJ nº 06.009.600/0001-05 com os lotes: 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 19, 43, 47 no valor total de R$ 115.869,58 (cento e quinze mil e oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

Município de Matinhos, em 10 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F3C390A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº19-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº102/2026

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar as 09:00 horas, do dia 10 de setembro do ano de 2026, no Portal de compras- Bolsa Nacional de Compras BNC - www.bnc.org.br, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº19/2026, tipo menor preço por item, para Aquisição INTEGRAL, certa e determinada, de 01 (um) microtrator com enxada rotativa, 02 (duas) carretas agrícolas simples basculantes e 01 (um) distribuidor de calcário e adubo químico e orgânico, destinados à Secretaria Municipal de Agropecuária, Indústria e Comércio, vinculados ao Convênio MAPA nº 946409/2023 – Transferegov.br nº 058392/2023, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone 0800 888 5155, WhatsApp (42) -3633 1160, **42 9 2002 9738** ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, e no portal BNC **https://www.bnc.org.br** de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 19 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:AF6373CC

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 024//2026 REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MATO RICO – PARANÁ, INSTITUÍDO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 495/2015, ESTABELECE SUAS FINALIDADES, COMPETÊNCIAS, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO, E DÁ OUTRA

DECRETO Nº 024//2026

Regulamenta a organização e o funcionamento do Fórum Municipal de Educação de Mato Rico – Paraná, instituído pelo art. 6º da Lei Municipal nº 495/2015, estabelece suas finalidades, competências, composição e funcionamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, 211 e 214 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 220, de 31 de outubro de 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação e estabelece os fóruns de educação como instâncias de participação social;
CONSIDERANDO que o art. 19 da Lei Complementar Federal nº 220/2025 estabelece, entre as atribuições dos fóruns de educação, a coordenação das conferências de educação, o acompanhamento da implementação dos planos de educação e o debate de temas relacionados à política educacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio subsequente;
CONSIDERANDO as disposições do Plano Nacional de Educação relativas à participação social, ao acompanhamento dos planos de educação e ao funcionamento dos Fóruns de Educação;
CONSIDERANDO que o art. 6º da Lei Municipal nº 495/2015 instituiu o Fórum Municipal de Educação de Mato Rico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 495/2015 atribuiu ao Fórum Municipal de Educação o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas, bem como a articulação e coordenação das Conferências Municipais de Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a composição, organização e funcionamento do Fórum Municipal de Educação, assegurando sua efetiva instalação e atuação;
CONSIDERANDO os princípios da gestão democrática da educação, da participação social, da transparência, da pluralidade e da cooperação entre os diferentes segmentos da sociedade;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA REGULAMENTAÇÃO E DA NATUREZA
Art. 1º O Fórum Municipal de Educação de Mato Rico – FME, instituído pelo art. 6º da Lei Municipal nº 495/2015, fica regulamentado nos termos deste Decreto, constituindo instância permanente de participação social, acompanhamento, articulação, mobilização, proposição e debate das políticas educacionais do Município, observada a legislação vigente.
§ 1º O Fórum Municipal de Educação atuará no acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais municipais e dos planos de educação.
§ 2º O Fórum exercerá suas atribuições com autonomia quanto às suas manifestações, proposições e deliberações internas, respeitadas as competências legalmente atribuídas ao Poder Executivo, à Secretaria Municipal de Educação, ao Conselho Municipal de Educação, à Câmara Municipal e aos demais órgãos, entidades e instituições.
§ 3º O Fórum Municipal de Educação não substitui o Conselho Municipal de Educação e não exercerá competências normativas, administrativas ou executivas atribuídas por lei a outros órgãos.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação ficará vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação

exclusivamente para fins de apoio técnico, administrativo, documental e logístico necessários ao seu funcionamento, preservada sua autonomia de manifestação e atuação.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 3º São finalidades do Fórum Municipal de Educação:

I – Promover a participação da sociedade na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais;

II – Fortalecer a gestão democrática da educação municipal;

III – Acompanhar a implementação das políticas educacionais do Município;

IV – Acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos planos de educação;

V – Promover o diálogo entre o Poder Público, profissionais da educação, comunidade escolar, estudantes, famílias e sociedade civil;

VI – Contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e inclusão educacional;

VII – Promover debates, estudos e discussões sobre os desafios educacionais do Município;

VIII – Fortalecer a participação social na construção e avaliação das políticas educacionais;

IX – Articular a participação da sociedade nos processos de planejamento educacional municipal.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Fórum Municipal de Educação, no âmbito de sua atuação:

I – Coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação;

II – Aprovar o regulamento das Conferências Municipais de Educação;

III – Acompanhar a implementação dos planos de educação, seus objetivos, metas e estratégias;

IV – Debater temas relacionados à política educacional municipal;

V – Acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação;

VI – Acompanhar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação;

VII – Analisar indicadores educacionais relacionados às metas e estratégias dos planos de educação;

VIII – Identificar avanços, dificuldades e desafios relacionados à implementação das políticas educacionais;

IX – Propor ações e medidas destinadas ao cumprimento das metas e estratégias dos planos de educação;

X – Participar dos processos de avaliação, revisão e atualização do Plano Municipal de Educação;

XI – Acompanhar a articulação entre o Plano Municipal de Educação, o Plano Estadual de Educação e o Plano Nacional de Educação;

XII – Promover debates e estudos sobre as políticas públicas educacionais;

XIII – Incentivar a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade na construção das políticas educacionais;

XIV – Promover a articulação entre os diferentes segmentos da sociedade envolvidos com a educação;

XV – Acompanhar os resultados dos processos de monitoramento e avaliação dos planos de educação;

XVI – Emitir manifestações, recomendações, proposições, relatórios e notas sobre matérias relacionadas às políticas públicas educacionais;

XVII – Instituir comissões e grupos de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades;

XVIII – Elaborar seu Plano Anual de Trabalho;

XIX – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XX – Aprovar seu calendário anual de reuniões;

XXI – Promover a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Fórum;

XXII – Exercer outras atividades compatíveis com sua natureza e finalidade, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. As manifestações, recomendações e proposições do Fórum Municipal de Educação terão caráter não vinculante, salvo quando houver disposição legal específica em sentido diverso.

CAPÍTULO IV

DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação atuará de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e os demais órgãos e entidades envolvidos com a educação, respeitadas as competências legais de cada um.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação exercerá as competências administrativas e executivas que lhe forem atribuídas pela legislação.

§ 2º O Conselho Municipal de Educação exercerá as competências normativas, consultivas, deliberativas e fiscalizadoras que lhe forem atribuídas pela legislação municipal.

§ 3º O Fórum Municipal de Educação exercerá suas funções de participação social, acompanhamento, monitoramento, articulação, mobilização e proposição.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e suplentes dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – Instituições municipais de ensino;

IV – Profissionais da educação;

V – Pais ou responsáveis por estudantes;

VI – Estudantes;

VII – APMF ou entidade equivalente;

VIII – APAE ou instituição congênere;

IX – Conselho Tutelar;

X – Secretaria Municipal de Assistência Social;

XI – Secretaria Municipal de Saúde;

XII – Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Cada segmento indicará um representante titular e um suplente, mediante comunicação formal à Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Os representantes serão formalmente designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A participação no Fórum será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

§ 4º Poderão ser assegurados transporte e diárias aos membros, quando convocados para atividades oficiais, observadas a legislação municipal e a disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO VI

DO MANDATO

Art. 7º O mandato dos representantes do Fórum Municipal de Educação será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 1º A substituição de representante poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação formal do órgão, entidade ou segmento que o indicou.

§ 2º O membro que deixar de representar o segmento ou instituição que o indicou deverá ser substituído, mediante nova indicação.

§ 3º As demais hipóteses de substituição ou perda da representação serão disciplinadas pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação será organizado por:

I – Plenário;

II – Coordenação;

III – Secretaria Executiva;

IV – Comissões e Grupos de Trabalho.

Art. 9º A Coordenação do Fórum será composta por:

I – Coordenador;

II – Vice Coordenador;

III – Secretário Executivo.

§ 1º A forma de escolha da Coordenação será definida pelo Regimento Interno, mediante processo democrático entre os membros do Fórum.

§ 2º As atribuições da Coordenação, da Secretaria Executiva, do Plenário, das Comissões e dos Grupos de Trabalho serão estabelecidas no Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DAS REUNIÕES

Art. 10. O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Coordenação ou mediante requerimento de, no mínimo, um terço dos membros.

§ 2º As reuniões serão públicas, ressalvadas as hipóteses legalmente justificadas de restrição de acesso.
§ 3º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, conforme estabelecido no Regimento Interno.
Art. 11. As deliberações internas do Fórum serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes, observado o quórum estabelecido no Regimento Interno.
Parágrafo único. As reuniões serão registradas em atas, que deverão ser disponibilizadas para consulta pública, observadas as normas de transparência, acesso à informação e proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO IX
DO MONITORAMENTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

Art. 12. O Fórum Municipal de Educação participará do processo permanente de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos de educação.
§ 1º O Fórum poderá constituir Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.
§ 2º A Comissão poderá analisar indicadores educacionais, relatórios, documentos, dados oficiais e demais informações relacionadas ao cumprimento das metas e estratégias.
§ 3º O Fórum poderá elaborar relatórios periódicos de acompanhamento contendo, entre outras informações:
I – Situação das metas;
II – Evolução dos indicadores;
III – Estratégias implementadas;
IV – Dificuldades identificadas;
V – Recomendações e proposições;
VI – Encaminhamentos necessários.

CAPÍTULO X
DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Art. 13. O Fórum Municipal de Educação **coordenará a realização das Conferências Municipais de Educação**, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e os demais segmentos da sociedade.
§ 1º Compete ao Fórum Municipal de Educação promover a mobilização e articulação dos diferentes segmentos da sociedade para participação nas Conferências Municipais de Educação.
§ 2º O Fórum Municipal de Educação aprovará o regulamento das Conferências Municipais de Educação, observada a legislação vigente.
§ 3º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e logístico necessário à realização das Conferências.
§ 4º O Fórum Municipal de Educação promoverá a articulação das Conferências Municipais de Educação com as conferências regionais, estaduais e nacionais, quando couber.
§ 5º As Conferências Municipais de Educação serão realizadas observando-se os períodos e finalidades estabelecidos na legislação educacional vigente e nos respectivos planos de educação.
§ 6º Os resultados, proposições e encaminhamentos das Conferências Municipais de Educação serão considerados nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais municipais, observadas as competências legais dos órgãos responsáveis.

CAPÍTULO XI
DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 14. O Fórum poderá instituir comissões permanentes ou temporárias e grupos de trabalho destinados ao estudo, acompanhamento e discussão de temas específicos.
§ 1º As comissões e grupos de trabalho terão caráter técnico e propositivo, não substituindo as competências do Plenário ou dos órgãos legalmente responsáveis pelas matérias analisadas.
§ 2º A composição e as atribuições das comissões e grupos de trabalho serão definidas pelo Plenário e regulamentadas pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO XII
DA TRANSPARÊNCIA

Art. 15. O Fórum Municipal de Educação promoverá a publicidade de suas atividades, observadas as disposições legais aplicáveis.
Parágrafo único. Deverão ser divulgados, sempre que possível:
I – Composição do Fórum;
II – Calendário de reuniões;
III – Atas das reuniões;
IV – Plano Anual de Trabalho;
V – Relatórios de monitoramento e avaliação;
VI – Recomendações e proposições aprovadas;
VII – Informações relativas às Conferências Municipais de Educação.

CAPÍTULO XIII
DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará, dentro de suas possibilidades administrativas e orçamentárias, o apoio técnico, administrativo, documental e logístico necessário ao funcionamento do Fórum Municipal de Educação.
Parágrafo único. O apoio previsto neste artigo não implica subordinação das manifestações e proposições do Fórum à Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XIV
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 17. O Fórum Municipal de Educação elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias contados da reunião de instalação.
§ 1º O Regimento Interno disciplinará, entre outros assuntos:
I – Organização e funcionamento do Plenário;
II – Competências da Coordenação;
III – Competências da Secretaria Executiva;
IV – Processo de escolha da Coordenação;
V – Convocação e realização das reuniões;
VI – Quórum;
VII – Processo de votação;
VIII – Criação e funcionamento das Comissões e Grupos de Trabalho;
IX – Substituição dos representantes;
X – Controle de frequência;
XI – elaboração e aprovação do Plano Anual de Trabalho;
XII – demais procedimentos necessários ao funcionamento do Fórum.
§ 2º O Regimento Interno deverá observar as disposições deste Decreto, da Lei Municipal nº 495/2015, da Lei Complementar Federal nº 220/2025, do Plano Nacional de Educação e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO XV
DA INSTALAÇÃO

Art. 18. A composição inicial do Fórum Municipal de Educação será formalizada por Portaria do Chefe do Poder Executivo, após o recebimento das indicações dos órgãos, entidades e segmentos representados.
Art. 19. Após a formalização da composição, a Secretaria Municipal de Educação convocará a reunião de instalação do Fórum Municipal de Educação.
§ 1º Na reunião de instalação serão apresentados os membros, definida a organização inicial dos trabalhos e adotadas as providências necessárias à escolha da Coordenação.
§ 2º A elaboração e aprovação do Regimento Interno constituirão uma das primeiras providências do Fórum após sua instalação.

CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Fórum Municipal de Educação poderá solicitar aos órgãos e entidades públicas, observadas suas competências legais, a legislação de acesso à informação e as normas de proteção de dados pessoais, informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
Art. 21. Os órgãos, entidades e segmentos integrantes do Fórum Municipal de Educação deverão colaborar, dentro de suas respectivas competências, para o desenvolvimento das atividades do colegiado.
Art. 22. Os casos omissos relativos ao funcionamento interno do Fórum serão disciplinados pelo Regimento Interno, observada a legislação vigente.
Art. 23. O Fórum Municipal de Educação exercerá suas atribuições de forma contínua, acompanhando os sucessivos planos de educação do Município, observada a legislação que reger sua organização institucional.
Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Mato Rico, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:6333B57B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº164/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº164/2026
CREDENCIAMENTO Nº02/2025

CONTRATO Nº 164/2026, firmado em14 de agosto de 2026, oriundo doProcesso Administrativo n°52/2025entre aPREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO - Pr,inscrita noCNPJ/MF sob o 95.684.510/0001-31e a empresa domiciliado nesta cidade de Mato Rico - PR, doravante denominado de CREDENCIANTE, e do outro lado a empresa **JOÃO ALEXANDRE PORFIRIO ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº26.116.506/000154** com sede a rua Angelina Pereira Delli Colli, nº 210, Jardim Universitário, CEP 85.202-190 Município de Pitanga.

OBJETO:credenciamento Empresas Especializadas, visando a contratação de Serviços de manutenção mecânica, elétrica e demais serviços máquinas e equipamentos da frota municipal, com fornecimento de peças, estabelecido de forma parcial. Conforme necessidades e demandas das Secretarias Municipais.

FUNDAMENTO LEGAL:A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 52/2025 – Edital de Credenciamento Nº 02/2025, regido pelo art.79 Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

VIGÊNCIA:A vigência do presente instrumento terá início a contar de sua assinatura, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme arts nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR
02.001.04.122.0201.2002 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2.005 - Manutenção dos serviços administrativos
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
05.001.26.782.2601.2.011 - Manutenção dos serviços de transporte
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2.017 - Manutenção da educação básica
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06.001.12.361.1201.2.023. manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
07 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2.028 - Manutenção das atividades de esportes e lazer
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2.029 - Manutenção do fundo municipal de saúde
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002.08.244.0801.2.031- Manutenção do fundo mun. de assistência social
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.002.08.244.0801.2.033 – Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
09.003.08.243.0801.6.036 - Manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
10 – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMERCIO
10.001 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
10.001.20.608.2001.2.038 - Manutenção das atividades agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2.041 - Manutenção das ativ. de proteção ao meio ambiente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:195343A4

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº165/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº165/2026
CREDENCIAMENTO Nº02/2025

CONTRATO Nº 165/2026, firmado em14 de agosto de 2026, oriundo doProcesso Administrativo n°52/2025entre aPREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO - Pr,inscrita noCNPJ/MF sob o 95.684.510/0001-31e a empresa domiciliado nesta cidade de Mato Rico - PR, doravante denominado de CREDENCIANTE, e do outro lado a empresa **LOCH & SOUZA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº50.303.644/0001-27**, com sede a rua José Klosovski, nº1130, Maria do Carmo, CEP 85.200-104 Município de Pitanga/ PR.

OBJETO:credenciamento Empresas Especializadas, visando a contratação de Serviços de manutenção mecânica, elétrica e demais serviços máquinas e equipamentos da frota municipal, com fornecimento de peças, estabelecido de forma parcial. Conforme necessidades e demandas das Secretarias Municipais.

FUNDAMENTO LEGAL:A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 52/2025 – Edital de Credenciamento Nº 02/2025, regido pelo art.79 Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

VIGÊNCIA:A vigência do presente instrumento terá início a contar de sua assinatura, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme arts nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR
02.001.04.122.0201.2002 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

03.003.04.122.0201.2.005 - Manutenção dos serviços administrativos
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
05.001.26.782.2601.2.011 - Manutenção dos serviços de transporte
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2.017 - Manutenção da educação básica
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06.001.12.361.1201.2.023. manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
07 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2.028 - Manutenção das atividades de esportes e lazer
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2.029 - Manutenção do fundo municipal de saúde
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002.08.244.0801.2.031- Manutenção do fundo mun. de assistência social
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.002.08.244.0801.2.033 – Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
09.003.08.243.0801.6.036 - Manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
10 – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMERCIO
10.001 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
10.001.20.608.2001.2.038 - Manutenção das atividades agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2.041 - Manutenção das ativ. de proteção ao meio ambiente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:0C5E8607

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº166/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº166/2026
CREDENCIAMENTO Nº02/2025

CONTRATO Nº 166/2026, firmado em14 de agosto de 2026, oriundo doProcesso Administrativo n°52/2025entre aPREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO - Pr,inscrita noCNPJ/MF sob o 95.684.510/0001-31e a empresa domiciliado nesta cidade de Mato Rico - PR, doravante denominado de CREDENCIANTE, e do outro lado a empresa MARTINS E SANCHES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº10.637.162/0001-99, com sede a rua Francisco Costa, nº160, Maria do Carmo, CEP 85.200-104 Município de Pitanga/ PR.

OBJETO:credenciamento Empresas Especializadas, visando a contratação de Serviços de manutenção mecânica, elétrica e demais serviços máquinas e equipamentos da frota municipal, com fornecimento de peças, estabelecido de forma parcial. Conforme necessidades e demandas das Secretarias Municipais.

FUNDAMENTO LEGAL:A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 52/2025 – Edital de Credenciamento Nº 02/2025, regido pelo art.79 Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

VIGÊNCIA:A vigência do presente instrumento terá início a contar de sua assinatura, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme arts nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR
02.001.04.122.0201.2002 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2.005 - Manutenção dos serviços administrativos
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
05.001.26.782.2601.2.011 - Manutenção dos serviços de transporte
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2.017 - Manutenção da educação básica
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06.001.12.361.1201.2.023. manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
07 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2.028 - Manutenção das atividades de esportes e lazer
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2.029 - Manutenção do fundo municipal de saúde
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002.08.244.0801.2.031- Manutenção do fundo mun. de assistência social
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.002.08.244.0801.2.033 – Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
09.003.08.243.0801.6.036 - Manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
10 – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMERCIO
10.001 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
10.001.20.608.2001.2.038 - Manutenção das atividades agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2.041 - Manutenção das ativ. de proteção ao meio ambiente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:B6E6ECB5

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº167/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº167/2026
CREDENCIAMENTO Nº02/2025

CONTRATO Nº 167/2026, firmado em14 de agosto de 2026, oriundo doProcesso Administrativo n°52/2025entre aPREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO - Pr,inscrita noCNPJ/MF sob o 95.684.510/0001-31e a empresa domiciliado nesta cidade de Mato Rico - PR, doravante denominado de CREDENCIANTE, e do outro lado a **TATO AUTO PEÇAS E ELÉTRICA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 58.178.736/0001-34**, com sede na Avenida Dirceu Diogo Portugal, nº621, Pitanguinha, CEP 85.201-553 Município de Pitanga/PR.

OBJETO:credenciamento Empresas Especializadas, visando a contratação de Serviços de manutenção mecânica, elétrica e demais serviços máquinas e equipamentos da frota municipal, com fornecimento de peças, estabelecido de forma parcial. Conforme necessidades e demandas das Secretarias Municipais.

FUNDAMENTO LEGAL:A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 52/2025 – Edital de Credenciamento Nº 02/2025, regido pelo art.79 Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

VIGÊNCIA:A vigência do presente instrumento terá início a contar de sua assinatura, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme arts nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR
02.001.04.122.0201.2002 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2.005 - Manutenção dos serviços administrativos
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
05.001.26.782.2601.2.011 - Manutenção dos serviços de transporte
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2.017 - Manutenção da educação básica
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06.001.12.361.1201.2.023. manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
07 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2.028 - Manutenção das atividades de esportes e lazer
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2.029 - Manutenção do fundo municipal de saúde
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002.08.244.0801.2.031- Manutenção do fundo mun. de assistência social
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.002.08.244.0801.2.033 – Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
09.003.08.243.0801.6.036 - Manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
10 – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMERCIO
10.001 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
10.001.20.608.2001.2.038 - Manutenção das atividades agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2.041 - Manutenção das ativ. de proteção ao meio ambiente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:AD33F560

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº168/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº168/2026
CREDENCIAMENTO Nº02/2025

CONTRATO Nº 168/2026, firmado em14 de agosto de 2026, oriundo doProcesso Administrativo n°52/2025entre aPREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO - Pr,inscrita noCNPJ/MF sob o 95.684.510/0001-31e a empresa domiciliado nesta cidade de Mato Rico - PR, doravante denominado de CREDENCIANTE, e do outro lado a MARLENE DE BONFIM DOS SANTOS 06053740900, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº37.278.883/0001-06, com sede na Rua Azaléia, s/n, Jardim Anchieta, CEP 87.320-000, no Município de Roncador/PR.

OBJETO:credenciamento Empresas Especializadas, visando a contratação de Serviços de manutenção mecânica, elétrica e demais serviços máquinas e equipamentos da frota municipal, com fornecimento de peças, estabelecido de forma parcial. Conforme necessidades e demandas das Secretarias Municipais.

FUNDAMENTO LEGAL:A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 52/2025 – Edital de Credenciamento Nº

02/2025, regido pelo art.79 Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

VIGÊNCIA:A vigência do presente instrumento terá início a contar de sua assinatura, com prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme arts nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR
02.001.04.122.0201.2002 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2.005 - Manutenção dos serviços administrativos
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
05.001.26.782.2601.2.011 - Manutenção dos serviços de transporte
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2.017 - Manutenção da educação básica
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
06.001.12.361.1201.2.023. manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
07 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2.028 - Manutenção das atividades de esportes e lazer
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2.029 - Manutenção do fundo municipal de saúde
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.002.08.244.0801.2.031- Manutenção do fundo mun. de assistência social
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.002.08.244.0801.2.033 – Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
09.003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
09.003.08.243.0801.6.036 - Manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
10 – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMERCIO
10.001 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
10.001.20.608.2001.2.038 - Manutenção das atividades agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2.041 - Manutenção das ativ. de proteção ao meio ambiente
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:16486776

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA EM RAZÃO DO VALOR Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA/PR**, inscrita no CNPJ nº 02.402.788/0001-98, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **Dispensa Eletrônica em Razão do Valor nº 04/2026**, com disputa, para seleção da proposta mais vantajosa, com fundamento no art. 75, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 03/2026 da Câmara Municipal de Miraselva e demais normas aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo, com cobertura compreensiva, responsabilidade civil facultativa a terceiros e assistência 24 horas, para o veículo VW/VIRTUS HL AD, ano/modelo 2019/2019, placa BDE8B32, cedido à Câmara Municipal de Miraselva, conforme condições, coberturas e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 5.630,40 (cinco mil, seiscentos e trinta reais e quarenta centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global - lote único.
PLATAFORMA: BLL Compras.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/08/2026, às 10h00.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/08/2026, às 10h00.
INÍCIO DA SESSÃO/DISPUTA: 27/08/2026, às 10h30.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília/DF.

O Aviso/Edital de Contratação Direta e o Termo de Referência encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Miraselva e na plataforma BLL Compras.
Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail **licitacao.camara@miraselva.pr.gov.br**, sem prejuízo dos meios de comunicação disponibilizados no procedimento eletrônico.

Miraselva/PR, **20 de agosto de 2026**.

GUSTAVO HENRIQUE LEAL
Agente Administrativo
Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Gustavo Henrique Leal
Código Identificador:EBA5F356

GABINETE
LEI Nº 769/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, órgão colegiado permanente, de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e propositivo, vinculado ao órgão responsável pela Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
Art. 2º O Conselho tem por finalidade formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, visando combater todas as formas de racismo, discriminação étnico-racial e intolerância religiosa, bem como promover a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e demais grupos étnico-raciais.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial:
I – propor diretrizes para a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
II – acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas voltadas à igualdade racial;
III – incentivar ações de prevenção e combate ao racismo, à discriminação racial e à intolerância religiosa;
IV – promover estudos, pesquisas, seminários, audiências públicas e campanhas educativas;
V – acompanhar a aplicação da legislação relativa aos direitos da população negra e dos demais grupos étnico-raciais;
VI – estimular a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas;

VII – propor programas e projetos destinados à promoção da igualdade racial;
VIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho será composto de forma paritária por representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada.
§ 1º O Conselho será composto por 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:
I – 4 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal;
II – 4 (quatro) representantes da sociedade civil organizada.
§ 2º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos por meio de processo público de eleição ou indicação, conforme regulamento próprio.
§ 3º A composição deverá contemplar, sempre que possível, representantes de entidades do movimento negro, comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude, mulheres negras, religiões de matriz africana, instituições acadêmicas e demais segmentos comprometidos com a promoção da igualdade racial.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO

Art. 5º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
Art. 6º A função de conselheiro será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.
Art. 8º As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, respeitado o quórum estabelecido em Regimento Interno.
Art. 9º O Conselho elaborará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalação.

CAPÍTULO VI
DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 10. O Poder Executivo assegurará ao Conselho apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.
Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 20 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:AA79E73F

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 62/2026 DISPENSA N. 42/2026

Adjudica e **homologa** a contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 028/2025, para o fornecimento de uniforme personalizado calça e jaqueta para os Idosos que frequentam o grupo da 3ª Idade, para melhor atender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade de acordo com a Deliberação 005/2026 Programa Cuida Mais Paraná Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por Meio das Práticas de Atividades Físicas e Estimulação Cognitivas Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná CEDI/PR Incentivo ao Serviço e linhas de ação em prol da população idosa pelo Município de Miraselva.

DO FAVORECIDO: WESLEY DA SILVA ARIOSE-ME. - CNPJ nº 08.750.158/0001-90

OBJETO: Contratação de empresa para a aquisição de uniforme personalizado calça e jaqueta para os Idosos que frequentam o grupo da 3ª Idade, para melhor atender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade de acordo com a Deliberação 005/2026 Programa Cuida Mais Paraná Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por Meio das Práticas de Atividades Físicas e Estimulação Cognitivas Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná CEDI/PR Incentivo ao Serviço e linhas de ação em prol da população idosa pelo Município de Miraselva.

VALOR: R$ 12.500,00(doze mil e quinhentos reais).

BASE LEGAL: viabilidade de aplicação do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 047/2023, com redação dada pelo Decreto nº 028/2025, diante da justificativa técnica e do valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

DA JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR: Menor proposta dentre aquelas prevista na pesquisa de preços.

Miraselva, 20 de agosto de 2026

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:92BFB3A8

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 63/2026 DISPENSA N. 43/2026

Adjudica e **homologa** a contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 028/2025, para aquisição do forno para a cozinha da Escola municipal Montreiro Lobato é essencial para garantir a qualidade, variedade e segurança na preparação das refeições oferecidas às crianças. O forno é um equipamento indispensável para o preparo de diversos alimentos de forma mais saudável, permitindo o cozimento sem a necessidade de frituras, o que contribui para uma alimentação mais equilibrada e adequada à faixa etária atendida.
A aquisição de um fogão com forno para a cozinha do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Pequenino faz-se necessária

para atender adequadamente às demandas relacionadas ao preparo diário da alimentação oferecida aos alunos.

DO FAVORECIDO: Prakaza Utilidades Domesticas, CNPJ N° 17.235.640/0001-83

OBJETO: Aquisição do forno para a cozinha da Escola municipal Montreiro Lobato é essencial para garantir a qualidade, variedade e segurança na preparação das refeições oferecidas às crianças. O forno é um equipamento indispensável para o preparo de diversos alimentos de forma mais saudável, permitindo o cozimento sem a necessidade de frituras, o que contribui para uma alimentação mais equilibrada e adequada à faixa etária atendida.
A aquisição de um fogão com forno para a cozinha do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Pequenino faz-se necessária para atender adequadamente às demandas relacionadas ao preparo diário da alimentação oferecida aos alunos.

VALOR: R$ 5.600,00 (cinco mil seiscentos reais)

BASE LEGAL: viabilidade de aplicação do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 047/2023, com redação dada pelo Decreto nº 028/2025, diante da justificativa técnica e do valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

DA JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR: Menor proposta dentre aquelas prevista na pesquisa de preços.

Miraselva, 20 de agosto de 2026

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:B1DB67FE

LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 62/2026 DISPENSA N.: 42/2026 FUNDAMENTAÇÃO: §2º DO ART. 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2023

Autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, para contratação de empresa para a aquisição de Uniforme personalizado calça e jaqueta para os Idosos que frequentam o grupo da 3ª Idade, para melhor atender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade de acordo com a Deliberação 005/2026 Programa Cuida Mais Paraná Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por Meio das Práticas de Atividades Físicas e Estimulação Cognitivas Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná CEDI/PR Incentivo ao Serviço e linhas de ação em prol da população idosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 028/2025.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com aLei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e oDecreto Municipal nº 047/2023,
CONSIDERANDOa necessidade da contratação de empresa para aquisição de Uniforme personalizado calça e jaqueta para os Idosos que frequentam o grupo da 3ª Idade, para melhor atender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade de acordo com a Deliberação 005/2026 Programa Cuida Mais Paraná Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por Meio das Práticas de Atividades Físicas e Estimulação Cognitivas Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná CEDI/PR Incentivo ao Serviço e linhas de ação em prol da população idosa pelo Município de Miraselva.
CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de preços e a empresa WESLEY DA SILVA ARIOSE-ME. - CNPJ nº 08.750.158/0001-90 apresentou a proposta mais vantajosa, com valor compatível ao praticado no mercado e dentro do limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que há regularidade fiscal e jurídica da empresa, estando apta a contratar com o Poder Público;

RESOLVE:
Art. 1º – Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa WESLEY DA SILVA ARIOSE-ME. - CNPJ nº 08.750.158/0001-90, para o fornecimento de uniforme personalizado calça e jaqueta para os Idosos que frequentam o grupo da 3ª Idade, para melhor atender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade de acordo com a Deliberação 005/2026 Programa Cuida Mais Paraná Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por Meio das Práticas de Atividades Físicas e Estimulação Cognitivas Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná CEDI/PR Incentivo ao Serviço e linhas de ação em prol da população idosa pelo Município de Miraselva
Art. 2º – A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho e demais providências administrativas cabíveis, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos autos.
Art. 3º – Publique-se e encaminhem-se os autos à unidade competente para execução contratual.

Miraselva/PR, 20 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:AD1CADF1

LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 63/2026 DISPENSA N.: 43/2026 FUNDAMENTAÇÃO: §2º DO ART. 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2023

Autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, aquisição do forno para a cozinha da Escola municipal Montreiro Lobato é essencial para garantir a qualidade, variedade e segurança na preparação das refeições oferecidas às crianças. O forno é um equipamento indispensável para o preparo de diversos alimentos de forma mais saudável, permitindo o cozimento sem a necessidade de frituras, o que contribui para uma alimentação mais equilibrada e adequada à faixa etária atendida.
A aquisição de um fogão com forno para a cozinha do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Pequenino faz-se necessária para atender adequadamente às demandas relacionadas ao preparo diário da alimentação oferecida aos alunos.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com aLei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e oDecreto Municipal nº 047/2023,

CONSIDERANDOque o Município de Miraselva necessita realizar a aquisição do forno para a cozinha da Escola municipal Montreiro Lobato é essencial para garantir a qualidade, variedade e segurança na preparação das refeições oferecidas às crianças. O forno é um equipamento indispensável para o preparo de diversos alimentos de forma mais saudável, permitindo o cozimento sem a necessidade de frituras, o que contribui para uma alimentação mais equilibrada e adequada à faixa etária atendida.
A aquisição de um fogão com forno para a cozinha do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Pequenino faz-se necessária para atender adequadamente às demandas relacionadas ao preparo diário da alimentação oferecida aos alunos;
CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de preços e a empresa Prakaza Utilidades Domesticas, CNPJ N° 17.235.640/0001-83, apresentou a proposta mais vantajosa, com valor compatível ao praticado no mercado e dentro do limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que há regularidade fiscal e jurídica da empresa, estando apta a contratar com o Poder Público;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa Prakaza Utilidades Domesticas, CNPJ N° 17.235.640/0001-83, para aquisição do forno para a cozinha da Escola municipal Montreiro Lobato é essencial para garantir a qualidade, variedade e segurança na preparação das refeições oferecidas às crianças. O forno é um equipamento indispensável para o preparo de diversos alimentos de forma mais saudável, permitindo o cozimento sem a necessidade de frituras, o que contribui para uma alimentação mais equilibrada e adequada à faixa etária atendida.
A aquisição de um fogão com forno para a cozinha do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Pequenino faz-se necessária para atender adequadamente às demandas relacionadas ao preparo diário da alimentação oferecida aos alunos., pelo valor total de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Art. 2º – A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho e demais providências administrativas cabíveis, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos autos.

Art. 3º – Publique-se e encaminhem-se os autos à unidade competente para execução contratual.

Miraselva/PR, 20 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:037E8D11

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual e parcelada contratação de empresa especializada para a organização e execução global do evento denominado "1º EXPOMIRA 2026" a ser realizado de 05 à 08 de novembro de 2026 no município de Miraselva-Paraná, especificados nos itens constantes do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026.
CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.
CONTRATADA: TOP3 GESTÃO DE NEGOCIOS LTDA - ME, com sede na cidade Londrina, Estado do Paraná, na Rua Maria Lúcia da Paz, 250, Gleba Fazenda Palhano, inscrita no CNPJ sob nº. 49.275.078/0001-08.
VALOR TOTAL DA ATA: R$ 305.800,00 (trezentos e cinco mil e oitocentos reais).

PRAZO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.
EXECUÇÃO: de 05 à 08 de novembro de 2026.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
06 – Secretaria de Educação, Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

GESTOR DO CONTRATO: LAUDIANE MARIA TALASKA
FISCAL DO CONTRATO: LUCILENE RIGONATO DA SILVA
Miraselva/PR, 18 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:442833DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 06, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2026

EDITAL Nº 06, DE 20 DE AGOSTO DE 2026..

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2026

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2026**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **21 a 25 de agosto de 2026**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83350-000.

CONTADOR (A) – CLASSIFICAÇÃO GERAL

Classificação	Nome Completo	Data Nascimento	RG	CPF
06	Eduardo Bondan	28/12/19 92	61.3xxx8	085.670.xxx33
07	Denise Alves de miranda	01/12/20 00	13.958.xxx1	074.460.xxx33

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2026.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2026 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:C3B80228

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 2929/2026 DE 20/08/2026

Decreto n° 2929/2026 de 20/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
76 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.600,00
		Total Suplementação:	4.600,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.217		ALMOXARIFADO	
79 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.600,00
		Total Redução:	4.600,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 20 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3F46072C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2924 DE 14 DE AGOSTO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2924/2026 de 14/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Específica nº 898/2025 de 12/09/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Especial, no Orçamento Geral do Município 3.300.590,16 (três milhões, trezentos mil e quinhentos e noventa reais e dezesseis centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.302.1001.2.085		FUNDACAO DE ATENCAO A SAUDE DE MORRETES - FASMO	
577 -	1303	CONTRATO DE GESTAO	3.300.590,16
Total Suplementação:			3.300.590,16

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.302.0160.2.226		FUNDACAO DE ATENCAO A SAUDE DE MORRETES _ FASMO	
260 - 3.3.90.91.00.00	1303	SENTENCAS JUDICIAIS	3.300.590,16
Total Redução:			3.300.590,16

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 14 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:494580FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2927 DE 17 DE AGOSTO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2927/2026 de 17/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
03		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
03.001		GABINETE DA PROCURADORIA	
03.001.02.062.0040.2.006		MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
34 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	2.500,00
		Total Suplementação:	2.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
03.001		GABINETE DA PROCURADORIA	
03.001.02.062.0040.2.006		MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
40 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENCAS JUDICIAIS	2.500,00
		Total Redução:	2.500,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 17 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:280252C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2928 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Prefeitura do Município de Morretes

DECRETO Nº 2928 de 19 de Agosto de 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) **Sebastião Brindarolli Junior**, Prefeito(a) do município de **Morretes**, localizado no estado de (o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- Que ocorreu Na data de 13 de agosto de 2026, por volta das 16h00, o município foi atingido por um evento meteorológico adverso de grande intensidade, concentrado na localidade do Rio Sagrado e regiões adjacentes. A precipitação pluviométrica intensa e concentrada evoluiu rapidamente para uma severa precipitação de granizo, acompanhada de fortes rajadas de vento. O fenômeno causou estragos significativos no perímetro afetado, resultando no destelhamento e avarias na estrutura de 102 residências — o que totaliza uma média de 510 pessoas afetadas além de danos à infraestrutura privada local. A magnitude e a rapidez do desastre sobrecarregaram a capacidade de resposta inicial local, gerando prejuízos materiais diretos às famílias atingidas e exigindo a atuação emergencial da Defesa Civil e demais órgãos de apoio para assistência humanitária e mitigação dos danos. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;

- Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de
Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213)**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 19 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9EE85FD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9210 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 9210 DE 19 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO e LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana ao servidor Anderson Luis Amorim Ferreira, Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Curitiba/PR, no dia 11/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos

termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:
Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 334,83 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Anderson Luis Amorim Ferreira, que se deslocou até Curitiba/PR no dia 11/08/2026, para participar de Palestra no DSEA – Departamento de Solos e Engenharia Agrícola.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9AE4E566

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9211 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 9211 DE 19 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO e LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana ao servidor Anderson Luis Amorim Ferreira, Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Curitiba/PR, no dia 17/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 334,83 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Anderson Luis Amorim Ferreira, que se deslocou até Curitiba/PR no dia 17/08/2026, para participar de Palestra - Eventos Climáticos extremos e os desafios para a gestão do Município.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D7BB2415

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9212 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 9212 DE 19 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO e LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana ao servidor Anderson Luis Amorim Ferreira, Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Praia de Leste/PR, no dia 20/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 223,22 (duzentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Anderson Luis Amorim Ferreira, que se deslocou até Praia de Leste/PR no dia 20/08/2026, para participação no Conexão Litoral – SEBRAE.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:29F28543

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9213 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 9213 DE 19 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO e LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana ao servidor Anderson Luis Amorim Ferreira, Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Praia de Leste/PR, no dia 21/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 223,22 (duzentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Anderson Luis Amorim Ferreira, que se deslocou até Praia de Leste/PR no dia 21/08/2026, para participação no Conexão Litoral – SEBRAE.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B4AA6965

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9214 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 9214 DE 19 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO e LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana ao servidor Anderson Luis Amorim Ferreira,

Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Curitiba/PR, no dia 26/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 334,83 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Anderson Luis Amorim Ferreira, que se deslocou até Curitiba/PR no dia 26/08/2026, para participar de encontro sobre – Adaptação às mudanças Climáticas.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0A96C157

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9157 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9157 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 01/07/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 01/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:70C97A4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9158 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9158 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 03/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 03/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0AC766EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9159 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9159 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 07/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 07/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:77C92151

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9160 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9160 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 09/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 09/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:02566F6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9161 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9161 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 10/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 10/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9CDF8176

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9162 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9162 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 13/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 13/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1D892595

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9163 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9163 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 14/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 14/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BB723FF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9164 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9164 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 15/07/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:
Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 15/07/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:19FBD33D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9209 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9209 DE 19 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana, a Secretária Municipal de Educação, Adriana Assumpção, nos dias 01/09/2026 até 03/09/2026 Foz do Iguaçu/PR

A **Secretária Municipal de Governo,** Sr.ª. Jessica Ronchini Montalvão , no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 02 (duas) despesa de alimentação e locomoção urbana de 100%, no valor total de R$ 803,60 (oitocentos e três reais e sessenta centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, a servidora Adriana Assumpção, cargo de Secretária Municipal de Educação, o qual se deslocará até Foz do Iguaçu/PR, nos dias 01/09/2026 até 03/09/2026, para participação no II seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios – 2026, promovido pela SEED, justifica-se, por sua relação direta com as atribuições de gestão e acompanhamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. O evento, destinado a Secretários Municipais de Educação e Coordenadores Pedagógicos, tem como objetivo fortalecer a liderança pedagógica e qualificar o acompanhamento das aprendizagens, com foco na alfabetização, recomposição das aprendizagens, equidade educacional, e utilização de indicadores para a tomada de decisões.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1D405998

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDUCAÇÃO N.º 01/2025 - HOMOLOGAÇÃO CONVOCAÇÃO Nº 10, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES-PR
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDUCAÇÃO
N.º 01/2025

HOMOLOGAÇÃO CONVOCAÇÃO Nº 10, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MORRETES – PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Educação nº 01/2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, no **dia 24 de agosto às 09:00h**, sito no Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, nº 10, Morretes – PR, CEP 83370-000, munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025.**
A presente convocação decorre da necessidade de preenchimento de 03 (três) vagas para o emprego de Professor I, sendo 02 (duas) vagas decorrentes do encerramento dos contratos n° 107 e nº 12, e 01 (uma) vaga destinada à substituição temporária de profissional afastada para tratamento de saúde, em razão da necessidade de assegurar a continuidade e o regular funcionamento das atividades educacionais da Rede Municipal de Ensino.
Diante da necessidade administrativa e observada a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2025, a Secretaria Municipal de Educação procede à convocação dos candidatos classificados em cadastro de reserva, conforme relação constante deste Edital.
Considerando o disposto na **CI nº 106/2026 – Procuradoria, Parecer Jurídico nº 090/2026**, que trata do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2025, e diante das dificuldades recorrentes no provimento efetivo de professores na rede municipal de ensino, em razão do elevado índice de não comparecimento de candidatos convocados, desistências e indeferimentos documentais, o que tem dificultado o preenchimento tempestivo das vagas necessárias ao regular funcionamento das unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação poderá realizar à convocação de quantitativo de candidatos superior à necessidade imediata, com a devida indicação entre vagas destinadas ao provimento imediato e quantitativo adicional para composição de cadastro de reserva.

1. LISTA DE DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS:

1	Laudo de inspeção de Educação, procedida por órgão médico oficial. Em caso de deficiência física, o médico deverá considerar o emprego público e suas atribuições. Os candidatos que se declararem pessoa com deficiência deverão apresentar o Atestado de Perícia Médica comprovando a deficiência
2	Carteira de Identidade (RG)
3	CPF e Comprovante de situação cadastral – CPF (emitido pela internet). Site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp
4	Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (se houver)
5	CPF e Carteira de Identidade do Cônjuge (se houver)
6	Certidão de Nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou Tutela ou Termo de Adoção (se for o caso)
7	CPF dos filhos menores de 21 anos (se dependente), ou menores de 24 anos se estudantes
8	Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino)
9	Comprovante de PIS ou PASEP (Se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal ou do PASEP no Banco do Brasil, ou apresentar Cartão Cidadão
10	Comprovante de residência

11	Comprovante de escolaridade: Certificado de conclusão - para ensino médio/técnico correspondente
12	Título de eleitor com Declaração de Regularidade Eleitoral (pode ser emitida pela internet). Site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/atendimento-eleitor?id=1765222034562 (vide opção 6 e 8)
13	Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos. Site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor (vide opção 2)
14	Dados da conta bancária **(Caixa Econômica Federal) Solicitar aqui no RH a declaração para fins de abertura de conta salário e leva na agência da Caixa de sua preferência**
15	Certidão de antecedentes criminais obtidas no **Tribunal Regional Federal (TRF)** do último domicílio do candidato
16	Certidão de antecedentes criminais obtidas no **Tribunal de Justiça (TJ)** do último domicílio do candidato
17	Certidão de antecedentes criminais da **Polícia Federal.** Site: www.dpf.gov.br
18	Certidão de antecedentes criminais da **Polícia Civil** do último domicílio do candidato
19	Declaração de Bens (Modelo em anexo)
20	Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos (Modelo em anexo)
21	Caso o candidato convocado possua outro cargo público, acumulável na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce seu cargo, para fins de averiguação de compatibilidade de horários
22	Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente

OBSERVAÇÕES:

DO NÃO COMPARECIMENTO: O não comparecimento do candidato na data estabelecida implica **desclassificação automática**, nos termos do Edital nº 01/2025, facultando à Administração a convocação do próximo candidato classificado.

2. CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO.

286°	Anne Carolline dos Santos Freitas	XXX.XXX.169-96	**DEFERIDO**
287°	Janine Inacio Soares	XXX.XXX.899-54	**DEFERIDO**
288°	Jhenifer Andrioli de Siqueira Kesseli	XXX.XXX.139-67	**DEFERIDO**

3. DO COMPARECIMENTO PARA ESCOLHA DE VAGA E ASSINATURA DE CONTRATO

Os candidatos convocados deverão comparecer **no dia 24 de agosto de 2026, às 09h**, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para apresentação da documentação exigida**, escolha de vaga e assinatura do contrato**, observada a ordem de classificação.

O não comparecimento na data e horário estabelecidos implicará a perda da oportunidade de contratação, facultando à Administração a convocação do próximo candidato classificado no cadastro de reserva.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

A Secretaria Municipal de Educação promoverá a ampla divulgação deste ato normativo nos canais institucionais e meios de comunicação interna, visando garantir a ciência imediata dos interessados.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes em *20 de agosto de 2026.*

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:A5A7AB16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO Nº 436/2026 CÓD. VERIFICADOR: I8AH42J8

INTERESSADO(A): M. M. Participações Schuchmann Ltda
ASSUNTO: Solicitação de imunidade de Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição - ITBI
MUNICÍPIO: Nova Prata do Iguaçu - PR

1. RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado por M. M. Participações Schuchmann Ltda, objetivando o reconhecimento da imunidade de ITBI sobre a transmissão de imóvel destinado à integralização de capital social, nos termos do art. 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal.

Conforme consta no protocolo, a requerente possui em seu objeto social atividades voltadas ao cultivo agrícola (soja, milho, feijão, trigo, entre outros) e a participação em outras sociedades (holdings de instituições não financeiras), figurando o cultivo de soja como sua atividade principal declarada perante a Receita Federal do Brasil.

Para instrução do pedido, a empresa apresentou documentos constitutivos, comprovante de inscrição cadastral, declarações fiscais e requerimento endereçado ao registro de imóveis.

Remetido o feito à Assessoria Jurídica deste Gabinete do Poder Executivo para análise e emissão de parecer, sobreveio o Parecer Jurídico nº 004/2026, o qual procedeu aprofundado exame fático, contábil e jurídico da postulação, concluindo pela ausência dos requisitos legais e constitucionais ensejadores da imunidade tributária pleiteada.

É o breve relatório. Passa-se à fundamentação e decisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO E RAZÕES DE DECIDIR

Para a adequada solução da lide administrativa, submetem-se a exame os parâmetros normativos e fáticos que regem a matéria tributária em apreço, acolhendo-se integralmente os fundamentos expostos no Parecer Jurídico nº 004/2026 como razões de decidir, incorporando-os a este ato decisório.

ELEMENTOS DE ANÁLISE	CONTEXTO FÁTICO / JURÍDICO
Norma Constitucional	Art. 156, §2º, I, da Constituição Federal, que prevê a imunidade do ITBI na incorporação de bens ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital.
Jurisprudência Aplicada	Entendimento consolidado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) acerca da necessidade de interpretação teleológica das normas imunizantes, exigindo comprovação de substância econômica e efetiva atividade produtiva.
Análise Contábil	Balanços patrimoniais e Demonstrativos de Resultado de Exercício (DRE) de 2024 e 2025 que evidenciam ausência total de receitas operacionais e alocação de mais de 35 (trinta e cinco) imóveis no ativo circulante - estoque - sem correspondência com insumos ou atividade agrícola produtiva.

2.1. Da interpretação teleológica da imunidade tributária e da exigência de substância econômica

A imunidade tributária prevista no artigo 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal constitui limitação ao poder de tributar com a finalidade específica de facilitar a organização, estruturação e capitalização das pessoas jurídicas que desenvolvam atividade econômica voltada à produção de bens ou prestação de serviços, gerando empregos, renda e circulação de riquezas para a coletividade.

Contudo, a jurisprudência pacífica do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) estabelece que o reconhecimento da referida imunidade em favor de holdings patrimoniais ou familiares não possui caráter automático ou meramente formal. Exige-se, para a fruição do benefício, a comprovação cabal de que a pessoa jurídica exerce a atividade econômica efetiva e compatível com seu objeto social, cumprindo a função social da empresa:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ITBI. CONCESSÃO DE SEGURANÇA PARA RECONHECER A IMUNIDADE COM RELAÇÃO AOS IMÓVEIS QUE FOREM UTILIZADOS PELA IMPETRANTE PARA INTEGRALIZAR O CAPITAL SOCIAL. SENTENÇA REFORMADA. REGRA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA QUE DEVE SER INTERPRETADA DE ACORDO COM A SUA FINALIDADE. ART. 156, §2º, INC. I, DA CF QUE TEM COMO OBJETIVO FACILITAR A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS QUE IRÃO DESENVOLVER ATIVIDADE PRODUTIVA DESTINADA À PRODUÇÃO DE BENS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, GERANDO EMPREGOS E CIRCULAÇÃO DE RIQUEZAS. IMPETRANTE QUE SE TRATA DE HOLDING FAMILIAR DESTINADA TÃO SOMENTE A GERIR O PATRIMÔNIO FAMILIAR E DE SEUS SÓCIOS. FINALIDADE INCOMPATÍVEL

COM A IMUNIDADE PRETENDIDA. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO PROVIDO." (Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0013228-93.2021.8.16.0031 - 1ª Câmara Cível - Rel. Desembargador Substituto Fernando Cesar Zeni - Jul. 19/06/2023).

Dessa forma, a mera adequação formal de cláusulas contratuais, a indicação de CNAE ou o registro perante órgãos competentes revelem-se insuficientes quando a realidade fático-contábil da empresa demonstra descompasso absoluto entre a estrutura formal declarada e a efetiva exploração de atividade econômica.

2.2. Da análise do caso concreto

Da análise minuciosa do protocolo, em especial as demonstrações contábeis e os Balanços Patrimoniais apresentados pela requerente referente aos exercícios de 2024 e 2025, constatam-se elementos objetivos que obstam o reconhecimento da imunidade tributária:

*** Ausência de Receita Operacional**: constatou-se que a empresa não auferiu qualquer receita advinda das atividades econômica declaradas em seu objeto social (cultivo de lavouras e atividades correlatas) ao longo dos referidos exercícios;
*** Incompatibilidade Patrimonial**: verificou-se a alocação de mais de 35 (trinta e cinco) imóveis na conta de estoque do Ativo Circulante, desacompanhada de qualquer registro de insumos, maquinários agrícolas, despesas operacionais de lavoura ou outros ativos que atestem o efetivo exercício da atividade agrícola anunciada, e tampouco há participações societárias de outras empresas alocadas no Ativo da empresa aptas a demonstrarem a efetiva realização da atividade econômica do CNAE de Holdings de Instituição Não-Financeira;
*** Inexistência de Circulação de Riquezas**: não há no protocolo elementos fáticos que evidenciem a geração de postos de trabalho, circulação de riquezas ou fomento à atividade produtiva local, denotando que a constituição da pessoa jurídica teve como escopo exclusivo a gestão patrimonial estática e o planejamento sucessório/patrimonial, finalidade incompatível com a teleologia da imunidade constitucional do ITBI.

Assim, conforme bem fundamentado no parecer jurídico, a mera previsão formal de determinadas atividades no contrato social ou nos cadastros fiscais não se mostra suficiente, por si só, para comprovar o preenchimento dos pressupostos necessários ao reconhecimento da imunidade tributária, especialmente diante das circunstâncias concretas reveladas pela documentação apresentada.
Ressalta-se que o indeferimento não decorre isoladamente da inexistência de receita ou de eventual ausência de lucratividade, mas do conjunto de elementos objetivos constantes no Protocolo, os quais não permitem, no estado atual da instrução, reconhecer a efetiva realização das atividades econômicas declaradas e a correspondência entre a finalidade empresarial formalmente estabelecida e a realidade econômico-contábil da requerente.
Portanto, acolho integralmente as conclusões do Parecer Jurídico nº 004/2026, cujos fundamentos passam a constituir parte integrante desta decisão, concluindo-se que a requerente não logrou comprovar o preenchimento dos pressupostos materiais e teleológicos necessários para a concessão da imunidade tributária postulada.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal, nas demais disposições legais aplicáveis e acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos constantes do Parecer Jurídico nº 004/2026, **DECIDO** pelo **INDEFERIMENTO do pedido formulado por M. M. PARTICIPAÇÕES SCHUCHMANN LTDA de reconhecimento da imunidade** do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição – **ITBI**.
O indeferimento fundamenta-se na insuficiência dos elementos probatórios apresentados para demonstrar a efetiva realização das atividades econômicas declaradas e a correspondência entre a finalidade empresarial formalmente prevista e a realidade econômico-contábil da requerente.
Fica ressalvada a possibilidade de nova análise administrativa, caso a interessada apresente documentação idônea e suficiente capaz de demonstrar a efetiva exploração da atividade econômica e modificar os elementos fáticos considerados na presente decisão, conforme consignado no parecer jurídico.
Notifique-se a requerente do inteiro teor desta decisão, abrindo-se o prazo legal para interposição de recurso administrativo, caso assim o deseje.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Nova Prata do Iguaçu – PR, 20 de agosto de 2026

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:AB466519

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FRACASSADO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE PROCESSO FRACASSADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
OBJETO: Aquisição de conjunto de Facas aço forjado Y (comuns) para triturador rotativo, 100% compatíveis em dimensões, pontos de fixação, peso, espessura e desempenho operacional, destinadas ao Braço Articulado com Triturador Rotativo – Visiobraço Prodigia M45, Série SH15, marca Noremat, ou equipamento tecnicamente equivalente, sem necessidade de adaptações ou modificações, visando atender às necessidades de limpeza e manutenção de estradas do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR.
A Agente de Contratação do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr, formalmente designada por meio da Portaria nº 6032/2025, em decorrência que a empresa não apresentou proposta,DECLARAo presente processo licitatórioFRACASSADO, tendo em vista da inabilitação e desclassificação da única empresa que participou da sessão.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 20 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:A2461A2C

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 018/2026 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR EM PERÍODO DE FÉRIAS.

RESOLUÇÃO Nº 018/2026

Súmula: Dispõe sobre a convocação de Conselheira Tutelar suplente, para substituição de Conselheira Tutelar em período de férias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1715/2022, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar;
CONSIDERANDO o memorando interno datado de 10/08/2026, que concede férias a Conselheira Tutelar Marlete Blasius Koerich no período entre 03/09/2026 a 02/10/2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Convocar a Conselheira Tutelar Suplente ALICE ALVES SOMAVILA, para substituição de conselheira tutelar durante o período de férias, por 30 (trinta) dias, iniciando as atividades em 03/09/2026.
Art. 2º - A conselheira convocada deverá comparecer na secretaria executiva do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir do vigor desta resolução, para assinatura de termo e apresentação de documentação necessária para posse, sob pena de vacância do cargo e convocação do próximo suplente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 20 de agosto de 2026.

NIQUELI DUARTE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:15401A18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 52

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Milena Mancuzo de Oliveira, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.788.639-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9211E8F3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 53

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Roseli Rodrigues da Cunha, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.759.659-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 19 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 18 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 18 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FD2F2278

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 54

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Servita Maria Alves, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.280.809-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 19 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 18 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 18 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:10645693

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 55

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Vanessa Figueira Leal, brasileira, Professora de Arte – PSS, CPF ***.580.979-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 19 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 18 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 18 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AAC59E18

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026 PROCESSO Nº 29/2026

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: PAULO CESAR FRANCISCO BARRIONUEVO, inscrito no CPF sob nº ***.103.***-04.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL para alojar o Almoxarifado do Hospital, atendendo as necessidades desta Fundação de Saúde, por 12 meses podendo ser prorrogado por igual período, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 74, § 5º, conforme descritivo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. MENSAL	V. TOTAL
1	Imóvel (Salão Comercial) em alvenaria, em estrutura térrea, dividido nos seguintes cômodos: 02 (dois) banheiros, mezanino de estrutura metálica com escada, com acesso pela frente e pela rua lateral, situado na Avenida Ivaí, nº 3.696, Quadra 01, Lote 01, Jardim João Paulo II, em Paiçandu-PR	mês	12 meses (podendo ser prorrogado por igual período)	R$ 3.230,00	R$ 38.760,00
Total:					**R$ 38.760,00**

VALOR: R$ 38.760,00 (trinta e oito mil setecentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 05 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:BCB3B1FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 263/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **ELIZABETE MIRIAM STRICTAR PEREIRA,** portador(a) do RG sob n° *66*6**-1, inscrito(a) no CPF ***.366.***-15, ao avanço nº 10 (dez), nível 11 (onze), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 19 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5FA4AA54

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 477/2026

de 13 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 25 (vinte e cinco) dias de Licença Prêmio, de 17 de agosto de 2026 a 10 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal senhora **EDMARA DE OLIVEIRA VENCI**, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.863.738-*-/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.105.889-**, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social, desde 1 de abril de 2008.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 13 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1F5C324A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 478/2026

de 14 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) - PSS, o Senhor AFREU DE OLIVEIRA, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.081.902-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9C9A4213

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 480/2026

de 14 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) - PSS, o Senhor JOAQUIM DE SOUZA MOREIRA, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.501.479-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5001D3F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 481/2026

de 14 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Assistência Social - PSS, a Senhora JANE CRISTINA DOS SANTOS BATAGLINI, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.956.499-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:49535F37

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 482/2026

de 14 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Vigia - PSS, o Senhor DAVID ORTIZ, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.653.148-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0B7C24EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 486/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, a Senhora LUCILEIDE NASCIMENTO PEREIRA MARTINS, portadora da cédula de identidade registro geral nº 12.***.100-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 037.***.395-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 17 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:07CB221F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 487/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 17 de agosto de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, a Senhora LUCILEIDE NASCIMENTO PEREIRA MARTINS, portadora da cédula de identidade registro geral nº 12.***.100-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 037.***.395-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:35B55A42

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 488/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, o Senhor WILLIAN DIAS DOS SANTOS, portador da cédula de identidade registro geral nº 13.***.672-* SESP/PR, devidamente inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 102.***.169-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 17 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:677DBE6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 489/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 17 de agosto de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, o Senhor WILLIAN DIAS DOS SANTOS, portador da cédula de identidade registro geral nº 13.***.672-* SESP/PR, devidamente inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 102.***.169-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C37A49A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 490/2026

de 19 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 17 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) - PSS, o Senhor NILSON DUTRA DE OLIVEIRA, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.050.309-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 19 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BCB9659A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº491/2026

de 19 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 21 de agosto de 2026, **retorno a suas atividades laborais**, à Servidora Pública Municipal Senhora APARECIDA MARCIANO DA SILVA, portadora da cédula de identidade registro geral nº 4.***.278-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 640.***.349-**, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, desde 15 de outubro de 2019, que se encontrava afastada por licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, desde 21 de agosto de 2024.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 19 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5BDE2E76

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 492/2026

19 de agosto de 2026.

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 21 de agosto de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o cargo de ENFERMEIRA, a Servidora Senhora APARECIDA MARCIANO DA SILVA, portadora da cédula de identidade registro geral nº 4.***.278-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 640.***.349-**, admitida em 15 de outubro de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 19 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:45597604

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 493/2026

de 19 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de férias, **de 20** a **29 de agosto de 2026**, a Servidora Pública Municipal, senhora **ADRIANA CRISTINA ZIRONDI**, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.737.833-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.401.229-**, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora do Departamento da Procuradoria Jurídica, Símbolo C-02A, desde 1 de agosto de 2022.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 19 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:256634B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 27/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 27/2026
Nº PROC. ADM. 95/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA.

PUBLICAÇÃO: 20/08/2026 09:48
INÍCIO REC. PROPOSTA: 20/08/2026 10:30
FIM REC. PROPOSTA: 26/08/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 26/08/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 1.320,0000

OBJETO DO PROCESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇO CONTÍNUO DE ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), destinado a atender às necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo do Município de Paiçandu/PR, em continuidade à prestação anteriormente contratada, cuja vigência se encerrou em fevereiro de 2026.

Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 ou acesso pelo link:
https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DSuQSqR_1A4F9x9KjqkRwxjtgObbuD2GMNW5FDjJqdvA83D_iNnsbTiHuRz0s5cPq0o3ga5bToDEcYGRHv4I2uuaBM9AryXSDf3fEj7_MJCc%3D

_____

VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 20/08/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:6E3BAE7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DEVIGENCIA DO CONTRATO Nº 066/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, Paiçandu - PR, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52

CONTRATADA: PERFLEX MOVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.718.646/0001-95

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§1º Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 66/2025 POR MAIS 02 (DOIS) MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 20/10/2026**, cujo objeto para aquisição de materiais permanentes, tipo mobiliário de escritório, sob medida, conforme especificações constantes na tabela abaixo visando equipar a nova sede da SEMA para a execução dos Planos, Programas e Projetos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paiçandu.

§ 2º Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 19 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:60EAF3BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1512/2026 - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA GLEICINE APARECIDA MORAIS

PORTARIA Nº 1512/2026

Ementa: Concede férias à servidora Gleicine Aparecida Morais

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo nº 5403/2026,

RESOLVE

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora Gleicine Aparecida Morais, matrícula nº 133, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Licitação e Compras da Câmara Municipal, no período de 30/09/2026 a 09/10/2026.

Art. 2º Converter 2/3 do período de férias (20 dias) em pecúnia, nos termos do art. 103 da Lei Municipal nº 1.700/1994, conforme requerimento da servidora e interesse deste Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta portaria tem vigência a partir da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:EBD880EE

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1513/2026 - CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR LUCAS MATEUS LOPES SANTANA

PORTARIA Nº 1513/2026

Ementa: Concede diárias ao servidor Lucas Mateus Lopes Santana

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 6162/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 03 (três) diárias e 01 (uma) semidiária ao servidor abaixo identificado, com a finalidade de custear o deslocamento para participação no curso "**Comunicação 360º - Unyflex"**, a realizar-se na cidade de **Curitiba/PR**, no período de **01 a 04/09/2026**.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Lucas Mateus Lopes Santana	Assessor de Programas e Projetos	123	R$ 1.721,85 (um mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:A11CE8CC

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1514/2026 - CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR LUIGI COSTA

PORTARIA Nº 1514/2026

Ementa: Concede diárias ao servidor Luigi Costa

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 6166/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 03 (três) diárias e 01 (uma) semidiária ao servidor abaixo identificado, com a finalidade de custear o deslocamento para participação no curso "**Comunicação 360º - Unyflex"**, a realizar-se na cidade de **Curitiba/PR**, no período de **01 a 04/09/2026**.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Luigi Costa	Auxiliar Administrativo	111	R$ 1.547,49 (um mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:57E136D5

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1515/2026 - CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR GABRIEL OSTERNACK LIMA

PORTARIA Nº 1515/2026

Ementa: Concede diárias ao servidor Gabriel Osternack Lima

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 6168/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 03 (três) diárias e 01 (uma) semidiária ao servidor abaixo identificado, com a finalidade de custear o deslocamento para participação no curso "**Comunicação 360º - Unyflex"**, a realizar-se na cidade de **Curitiba/PR**, no período de **01 a 04/09/2026**.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Gabriel Osternack Lima	Auxiliar de Arquivo	138	R$ 1.721,85 (um mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:EC7848A5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 39.2026

O Município de Palmeira torna público que às 09:00 do dia 26/08/2026 realizará DISPENSA de licitação na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em orientação técnica, capacitação e apoio operacional aos servidores municipais, visando atender as demandas administrativas.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais,

dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br.

20/08/2026.

CARLA BEATRIZ TURMINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:408647CF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 70.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 04/09/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de equipamentos odontológicos.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

20 de Agosto de 2026
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:8BF42D85

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 03/2025 – 67.791.924 SIRLEI VIANTE STALL.

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para empresas especializadas fornecimento de marmitas, em nome de **67.791.924 SIRLEI VIANTE STALL**, inscrita no CNPJ nº. **67.791.924/0001-24**, através do processo digital n°. **4578/2026.**

Publique-se.

Palmeira, 20 de agosto de 2026.

GERALDO VASCO
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:AE1081E9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 06/2026 – PROCESSO DIGITAL 2230/2026 DOUGLAS MARQUES – SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA – VET CLIN

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de Clínicas veterinárias especializadas para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingohisterectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica préoperatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas. Em nome de **DOUGLAS MARQUES – SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA – VET CLIN**, inscrita no CNPJ nº. **26.184.948/0001-38**, através do processo administrativo n°. 5370/2026.

Publique-se.

Palmeira, 20 de agosto de 2026

JOSLEI SEQUINELI
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:D92A0A20

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 69/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 227/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 5814/2026

Objeto: Pagamento da taxa de inscrição para Copa de futebol da Associação dos Municípios dos Campos Gerais.

Fundamentação: Art. 74, *Inciso I*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 439 – **11001278110026208033903900000 Fonte: 21000** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DOS CAMPOS GERAIS, inscrita no CNPJ: 00.756.565/0001-01, com valor total de R$ 5.200,00 (cinco mil, duzentos reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

20 de agosto de 2026

THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:A975E843

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 RODRIGO WTIKOUSKI & CIA LTDA PROCESSO DIGITAL Nº 5202/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 193/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 3230/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 07/2026, cujo objeto prevê o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de

veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
RODRIGO WTIKOUSKI & CIA LTDA	49.943.519/0001-00	**5202/2026**	**HABILITADO**

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:9AB10CAA

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.422, DE 20 DE AGOSTO DE 2026 - CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DE PALMEIRA AO SR. VALMIR SANSON

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Artigo 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito de Palmeira ao Sr. Valmir Sanson, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Palmeira.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:0A9AB4B4

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.423, DE 20 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA A EMENTA, O ART. 1º E O INCISO I DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 6.383, DE 1º DE JULHO DE 2026.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º A ementa da Lei Municipal nº 6.383, de 1º de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Institui diretrizes para o Programa Municipal de Prevenção, Controle e Tratamento da Obesidade e do Diabetes Tipo 1 e Tipo 2, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira, e dá outras providências."
Art. 2º O art. 1º da Lei Municipal nº 6.383, de 1º de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º O Programa tem por finalidade promover ações integradas de prevenção, conscientização, acompanhamento e tratamento da obesidade e do diabetes do tipo 1 e tipo 2, observadas as diretrizes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da legislação vigente."
Art. 3º O inciso I do art. 2º da Lei Municipal nº 6.383, de 1º de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"I – promoção de campanhas educativas sobre a prevenção da obesidade e do diabetes do tipo 1 e tipo 2;"
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:13B9CA4F

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
RELATÓRIO FINAL - COMISSÃO PROCESSANTE DE FORNECEDORES 3 (P.A 8659/2026)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8659/2026

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
INVESTIGADA: MARIANO FACILITIES E SUPRIMENTOS EXPRESS LTDA
CNPJ: 44.872.006/0001-24

I – RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria nº 26.016/2026, destinado à apuração de possível infração administrativa praticada pela empresa MARIANO FACILITIES E SUPRIMENTOS EXPRESS LTDA, vencedora do Pregão Eletrônico nº 86/2025 e signatária da Ata de Registro de Preços nº 418/2025.
Conforme Memorando nº 103/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social, em 15/01/2026 foi encaminhado à empresa o Empenho nº 302/2026, destinado ao fornecimento de armários guarda-roupas para atendimento do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.
Nos termos do item 2.1 da Ata nº 418/2025, os produtos deveriam ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho.
Consta dos autos que o empenho foi encaminhado ao endereço eletrônico informado pela empresa, bem como aos contatos de WhatsApp cadastrados..
Decorrido o prazo contratual, não houve entrega dos produtos.
Em 17/03/2026 foi encaminhada cobrança administrativa solicitando posicionamento acerca da entrega.
Em 26/03/2026 foi expedida notificação formal pela fiscalização contratual.
Mesmo após as tentativas administrativas de solução, a contratada não efetuou a entrega dos produtos e tampouco apresentou justificativa formal.
Diante dos fatos, foi instaurado o presente procedimento administrativo sancionatório.
A empresa foi regularmente intimada em 19/05/2026 para apresentação de defesa administrativa, nos termos dos artigos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Registra-se para tanto, que a contratada permaneceu absolutamente inerte durante toda a tramitação administrativa, não apresentando qualquer justificativa para o inadimplemento contratual, mesmo após regularmente notificada e intimada, circunstância que reforça a materialidade da infração apurada e demonstra ausência de colaboração com a Administração Pública.

II – FUNDAMENTAÇÃO
A Ata de Registro de Preços nº 418/2025 estabeleceu expressamente o prazo máximo de 15 (quinze) dias para entrega dos produtos após o recebimento da nota de empenho.
Os documentos constantes dos autos demonstram que:
a) o empenho foi regularmente encaminhado à contratada;
b) houve recebimento da solicitação de fornecimento;
c) o prazo contratual transcorreu integralmente;
d) a contratada não realizou a entrega dos produtos;
e) foram efetuadas diversas tentativas de contato pela Administração;
f) não foi apresentada justificativa formal capaz de afastar a responsabilidade da empresa.

A conduta configura, em tese, infração administrativa prevista no artigo 155, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021: "dar causa à inexecução total do contrato".
Também se amolda ao item 15.1, alínea "c", do Edital do Pregão Eletrônico nº 86/2025.
Além disso, a ausência de entrega após sucessivas cobranças caracteriza retardamento injustificado da execução contratual, nos termos do artigo 155, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e item 15.1, alínea "g", do edital.
A gravidade da infração mostra-se ampliada pelo fato de os bens serem destinados ao Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, atividade diretamente relacionada à proteção social de pessoas em situação de vulnerabilidade.
A Administração demonstrou boa-fé e observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade ao promover diversas tentativas extrajudiciais de solução antes da instauração do processo sancionatório.

III – CONCLUSÃO
Diante dos elementos constantes dos autos, esta Comissão Processante conclui pela ocorrência de infração administrativa praticada pela empresa MARIANO FACILITIES E SUPRIMENTOS EXPRESS LTDA, consistente na inexecução total da obrigação contratual assumida perante o Município de Palmeira.
Dessa forma, conforme Certidão de Revelia juntada aos autos, restou caracterizada a revelia administrativa da empresa investigada, circunstância que autoriza o prosseguimento do feito e o julgamento com base nos elementos probatórios constantes do processo.
Ressalta-se que a ausência de manifestação ocorreu não apenas durante a fase processual, mas também ao longo das tratativas administrativas preliminares realizadas pela fiscalização contratual, evidenciando total desinteresse da contratada em justificar o inadimplemento ou buscar solução para o descumprimento da obrigação assumida perante a Administração Municipal.
Assim, com fundamento no artigo 155, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, no item 15.1, alínea "c", do Edital do Pregão Eletrônico nº 86/2025 e no Decreto Municipal nº 18.886/2026, esta Comissão OPINA:

•
Pela aplicação da MULTA COMPENSATÓRIA prevista no item 15.2, inciso IV, alínea "b", do edital, correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação inadimplida;

•
Pela aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública, nos termos do item 15.2, inciso II, do edital e artigo 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo a ser fixado pela autoridade competente;

•
Pelo cancelamento do saldo remanescente da contratação referente ao Empenho nº 302/2026;

•
Pela autorização para convocação do fornecedor remanescente, observada a ordem de classificação do Pregão Eletrônico nº 86/2025;

•
Após decisão da autoridade competente, pela adoção das providências de registro da penalidade nos sistemas cabíveis.

Encaminhem-se os autos à autoridade competente para julgamento.

Palmeira/PR, 15 de junho de 2026.

KEITRY KELLEN SWIECH GABARDO -
Presidente da Comissão Processante

ISABELA MAYER FARION DE AGUIAR –
Membro

ROSÉLIO OLIBRATOSKI –
Membro

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:60B43669

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ATA 07 - SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JULHO DE 2026 -CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal
Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira/PR (RPPS), na sede da Autarquia, situada a Rua Juvenal Marcondes Zanardini, número dois, centro, os conselheiros Claudia Cristiane Breda e Murilo Orlando Malucelli Klas, estando ausente a conselheira Mirian do Carmo Prestes Cruchelski a qual justificou ausência conforme protocolo nº 3777/2026, contendo atestado médico. Foi declarada aberta a reunião a qual contou com a participação da diretora presidente do RPPS, senhora Francine Albuquerque Cruz tendo a mesma prestado esclarecimentos acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Investimentos, o qual vem se reunindo semanalmente, todas as sextas-feira, com a participação da diretora Francine, a qual responde também como presidente do referido comitê e relata que entende ser esta função conflitante ao seu cargo de presidente da autarquia, uma vez que entende não estar obedecendo a segregação de funções orientada pelos órgãos fiscalizadores e de controle no âmbito da administração de órgãos públicos, entendendo que será necessário uma mudança na legislação vigente a fim de efetivamente garantir essa segregação. Seguiu a diretora discorrendo sobre a dinâmica da reunião semanal, a participação dos membros, o apoio do assessor financeiro executor das deliberações, de como são promovidas as deliberações, a análise dos pareceres emitidos pela consultoria contratada bem como os acompanhamentos da carteira de investimentos. ressaltando que promoveu uma melhora no fluxo dos registros e das atividades do comitê, a fim de regularizar orientações e minimizar apontamentos notificados pelo TCE/PR(Tribunal de Contas Estadual), informando também que iniciou processo para contratação de auditoria para executar verificações na composição da carteira atual de investimentos. Discorreu ainda, por solicitação dos conselheiros, sobre prazos máximos e restantes para a readequação da carteira em aplicações atualmente desenquadradas diante a vigência da recente IN 5.272/2025, como por exemplo o desenquadramento do Banco Daycoval. Também ressaltou a diretora que o CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária) continua vencido, em razão de vencimento de certificação de membro integrante do comitê, mas que conforme processo nº 1040/2026 e reunião extraordinária do conselho administrativo, nova indicação será promovida, tão logo a indicada obtenha a certificação necessária para a integração na função. A seguir a diretora repassou que em atendimento ao ofício nº 004/2026, assim como da reunião solicitada por este conselho fiscalizador, ocorrida em 08/07/2026, as 14:30 hs, na sede da autarquia, com a participação da controladora interna municipal e da procuradora do RPPS, a fim de discutir sobre o andamento da reforma previdenciária, cronograma para as reuniões de apresentação do projeto de lei foi elaborado, as quais ocorrerão por categorias e locais de lotação de servidores, objetivando oportunizar e garantir uma maior e melhor participação destes, sendo que estas reuniões iniciarão na primeira semana do mês de agosto. O conselheiro Murilo perguntou sobre o fluxo dos processos de aposentadorias e sobre a necessidade de encaminhamento destes ao conslho fiscal, respondendo a diretora que o fluxo disciplinado não prevê esta necessidade, mas que este conselho, por sua natureza fiscalizadora, sempre terá acesso quando achar necessário, dentro de suas diligências de atribuição Em ato contínuo, o conselho fiscal analisou os resultados e demonstrativos do mês de junho/2026, apresentados e repassados pelo conselho administrativo: **1) carteira de investimentos mês de junho:** apresentou resultado positivo de 0,57% neste mês e 5,20% no acumulado para o ano, ficando abaixo da meta atuarial estabelecida conforme Política de Investimentos vigente que é de 5,48% com retorno financeiro de R$ 318.429,34 no recurso previdenciário e um Patrimônio Líquido Total de R$ 65.134.322,91 sendo R$ 58.795.761,91 em investimentos/aplicações financeiras e R$ 6.338.561,00 em imóveis e sede própria. **1.1) fundos estressados**: Foi informado pela presidente que já foi iniciado o processo de

contratação de auditoria para melhor posicionar a situação detalhada de cada investimento, assim como para subsidiar planos de desinvestimentos já recomendados pelos órgãos de controle. Verificado em consulta a ata mensal do comite de investimentos deste mês de julho, a aprovação por unanimidade da realização de venda da totalidade das cotas do SP Downtown Fundo de Investimento Imobiliário – SPTW11, autorizando a Diretoria Executiva, com o apoio técnico do Assessor Financeiro, a adotar todas as providências administrativas e operacionais necessárias para a efetivação da operação, observadas as condições de mercado, a regulamentação vigente e os procedimentos exigidos pelas instituições financeiras envolvidas, visando ao cumprimento da determinação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **2) receitas e despesas do mês de junho**: os recolhimentos previdenciários repassados pelo município, câmara, inativos acima do teto e o próprio RPPS, totalizaram R$ 1.473.542,41. Já quanto ao aporte do déficit atuarial, o município fez o repasse do valor de R$ 1.675.000,00 e o pagamento de R$ 350.182,98 correspondente a parcela 131/240 da dívida confessa registrada no CADPREV. Quanto ao COMPREV o recebimento no mês de junho foi de R$ 109.851,76 sendo pagos a outros regimes o valor de R$ 2.782,05. Os pagamentos de benefícios (aposentadorias e pensões) totalizaram R$ 3.211.424,00 sendo que para estes pagamentos foram efetuados resgate do Caixa Disponibilidades - CNPJ 14.508.643/0001-55. Já as despesas administrativas somaram R$ 113.159,84 e foram pagas com recursos livres aplicados no Caixa IRFM CNPJ:10.740.670/0001-06. Registrado a pontualidade de todos os recebimentos e destacado mais uma vez que a manutenção da regularidade do repasse mensal do aporte ao déficit previdenciário, mantém contribuição efetiva para o aumento do patrimônio da autarquia. Todas essas movimentações e resultados encontram-se regularmente registradas e, estando em conformidade foram aprovadas por este conselho. 3)**Acompanhamento de deliberações anteriores**: com o intuíto de obter posicionamento de assuntos pendentes e atualizações sobre providências, assim como recomendações de órgãos de controle e das ações administrartivas, destacamos a disponibilização e o funcionamento da ferramenta de abertura e consulta externa a requerimentos/protocolos no site da Autarquia; também registramos o recebimento de resposta do ofício nº 001/2026 emitido por este conselho, solicitando estudo e orientação técnica quanto à conveniência da manutenção da atual estrutura de alocação da carteira de investimentos, sendo que na manifestação encaminhada, a consultoria e o comitê de investimentos, concluiram que: *"os recursos atualmente aplicados em fundos de liquidez são suficientes para atender às necessidades de pagamento dos benefícios previdenciários no curto prazo, recomendando que esses recursos sejam utilizados prioritariamente para essa finalidade. Simultaneamente, sugeriu que seja promovido, de forma gradual e observando as condições de mercado, o reposicionamento parcial da carteira mediante redução de aplicações em estratégias atreladas ao CDI e IRF-M1 e incremento da participação em fundos indexados ao I MA-B 5, buscando elevar a expectativa de rentabilidade no médio e longo prazo, sem comprometera liquidez necessária ao RPPS. A consultoria ressaltou ainda que eventuais movimentações deverão observar rigorosamente as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, incluindo análise de enquadramento, risco, liquidez, aderência à Política de Investimentos vigente e deliberação formal do Comitê de Investimentos, devidamente registrada em ata. Concluí o Comitê que eventual implementação das sugestões ocorrerá de forma gradativa, observando o cenário econômico, a necessidade de liquidez para pagamento dos benefícios previdenciários, a Política de Investimentos do RPPS e a legislação vigente, sendo cada operação previamente analisada e deliberada pelos integrantes do Comitê"* **4) Parecer do Conselho Fiscal**: Com base e análise dos dados apresentados sobre a execução mensal de junho/2026, nas alegações da presidente e na manifestação do comitê, em cumprimento às atribuições legais, o Conselho Fiscal **emite parecer favorável à regularidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do RPPS no período**, reforçando as seguintes recomendações: - Agilizar a substituição de integrante do comite a fim de regularizar pendência de emissão de CRP; - Promover a venda de cotas do SP Downtown Fundo de Investimento Imobiliário – SPTW11 aprovado pelo Comitê; -Avaliar condições mercadológia a fim de iniciar ajustes da concentração de recursos e corrigir desenquadramentos para cumprir integralmente a IN 5.272/2025; - Apresentar parecer atuarial atualizado e justificativas detalhadas sobre o déficit projetado; -Manter a transparência ativa e disponibilizar relatórios atualizados, atas e atos normativos no portal do RPPS; – Acompanhar a manutenção das certificações pessoais e da instituição previdenciária; - Acelerar estruturação de processos e requisitos necessários para a aquisição de certificação no âmbito do Pró-Gestão; -Aplicar o cronograma elaborado das reuniões de apresentação da reforma previdenciária aos servidores ativos e inativos. Nada mais havendo a tratar na reunião,encerrou-se a sessão,após leitura e aprovação da ata, a mesma segue assinada pelos membros participantes

CLAUDIA CRISTIANE BREDA E

MURILO ORLANDO MALUCELLI KLAS.

Publicado por:
Lucas Herique Fonseca
Código Identificador:3AE52B7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
DECRETO Nº 19.485, DE 20 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 15.260 DE 25 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira,** estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Processos Administrativos protocolados sob o nº 3562/2026,

Decreta:

Art. 1º – Fica alterado o inciso II e suas alíneas *c* e *d,* do Decreto nº 15.260 de 25 de Março de 2022 que nomeia subcomissão de seleção, destinada a avaliar tecnicamente os planos de trabalho apresentados em procedimentos de chamamento público, cujo objeto vise parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, passando a vigorar da seguinte forma:

*"**Art. 1º** ----------*

II – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária:
-----
c) Josimar de Jesus Vitor do Nascimento – Matrícula funcional nº 204347 – Membro;
d) Mauricio Ripka – Matrícula Funcional n.º 203830 – Suplente.
-------" (NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas demais disposições constantes no Decreto nº 15.260 de 25 de março de 2022.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F360E18F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 19.484, DE 20 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 18.045, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 5114/2026,

Decreta:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, alíneas *a e b,* do Decreto nº 18.045, de 24 de Fevereiro de 2025, que institui e compõe a equipe de

Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, passando a vigorar da seguinte forma:
"Art. 1º ----------
a)Fernando Cézar Czelusniak Costa, cargo de Educador Social sob matrícula nº 20.3736;
b)Olair de Jesus Freitas, cargo de Diretor de Proteção Social, sob matrícula nº 203589;
----
d) Revogado. ----------
--------*" (NR)*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas demais disposições constantes no 18.045, de 24 de Fevereiro de 2025

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6DCA5DC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - INTIMA O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) QUE MENCIONA PARA COMPARECIMENTO NO LOCAL CITADO PARA TRATAR DE ASSUNTO DO SEU INTERESSE - ROGEL BARAUSSE (ESPÓLIO DE)

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
ROGEL BARAUSSE (ESPÓLIO DE)	124.XXX.XXX-49	7735 /00004/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Vitor Henrique Rocha Matrícula: 00400083 Cargo: Secretário Municipal de Finanças / 18802 Assinatura:		

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:20B7219F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 17 de agosto de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 24 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 3732/2026.

Auxiliar de Cuidador De Acolhimento Institucional:
MARIA CLAUDETE GUIMARÃES RODRIGUEZ

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CD2D1404

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.486 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR ANTIGUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE AMERICANO DA CRUZ LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento legal no artigo 10°, Parágrafo 1º da Lei 4.133 de 17/05/2016, e conforme processo nº 5423/2026,

Decreta:

Art. 1º Conceder a partir de 01/06/2026, 3% (três por cento) de Adicional por Antiguidade, a servidora pública municipal lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA** abaixo relacionada:

MATRÍCULA	NOME	CARGO EFETIVO
203876	DAIANE AMERICANO DA CRUZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:437AEBC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.487 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.315, BAIXADA PELA DIRETORA-PRESIDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DATADA EM 14 DE AGOSTO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais e em obediência à legislação aplicável, considerando o contido nos processos protocolados neste município sob nº. 5745/2026 e 802/2025, resolve baixar o presente Decreto:
Considerando mais, o disposto no artigo 99 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria do professor pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41 de 30/12/2003.

Artigo 1º - Fica ratificada a Portaria 1.315, baixada pela Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, datada em 14 de agosto de 2026, que dispõe sobre **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição,** a partir de 01 de setembro de 2026, para a servidora **Ana Paula Crucheliski**, matrícula funcional n.º 201799 , portadora do R.G. 5.9xx.xx8-0 PR e inscrita no CPF sob n.º 000.xxx.xx9-70, ocupante do cargo efetivo de "Professor", lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração da servidora, ou seja, R$ 9.690,79 (nove mil, seiscentos e noventa reais e setenta e nove centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:F1B38C13

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.488 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA ANA PAULA CRUCHELISKI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5745/2026 e nº. 802/2025

Decreta:
Artigo 1º - Exonerar, por motivo de **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a servidora **ANA PAULA CRUCHELISKI,** matrícula funcional n.º 201799, inscrita no CPF sob n.º 000.xxx.xx9-70, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR", lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal deste município, a partir de 01/09/2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:51714076

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 - AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Palmeira, 20 de agosto de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 01/2026 de 05 de janeiro de 2026, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.8 do edital acima indicado.

Nome completo: **HUDSON OTTO STAFIN**
Inscrição: 111
Emprego público: AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

JOCELI GOMES CUNHA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:86847A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 26.498 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE DIAS DE GOZO DAS FÉRIAS DA SERVIDORA RAFAELA IURK, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo administrativo nº 3683/2026,
RESOLVE:
ART. 1º: Cancelar 30 dias de gozo das férias concedidas por meio da Portaria nº 25.362, de 25/11/2025, e da Portaria nº 25.475, de 17/12/2025, da servidora **RAFAELA IURK**, matrícula 204233, ocupante do cargo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo considerar seu período de 30 dias de gozo de férias de 26/08/2026 a 24/09/2026.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:65BB4E13

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 26.499 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR TIAGO DOMBROSKI MOREIRA, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 5216/2026,

RESOLVE:

ART. 1º: Conceder 15 dias de férias no período de 25/09/2026 à 09/10/2026 referente ao período aquisitivo de 01/04/2025 à 31/03/2026, ao servidor **TIAGO DOMBROSKI MOREIRA,** matrícula 204257, ocupante do cargo de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6481B6FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.500 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, RAQUEL HAIDE SANTOS ALDRIGUE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 5371/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 14/07/2026 à 11/09/2026, a servidora pública municipal **RAQUEL HAIDE SANTOS ALDRIGUE,** matrícula 203962, ocupante do cargo de CIRURGIAO DENTISTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:3BD6B1E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.501 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, KESSYANE STELE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 5620/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 05/08/2026 à 03/09/2026, a servidora pública municipal **KESSYANE STELE,** matrícula 204071, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A0B1F173

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.504 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, LEINA KARLA FERNANDES MOLETTA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 5686/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 03/08/2026 à 01/09/2026, a **LEINA KARLA FERNANDES MOLETTA,** matrícula 203935, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:7185CC98

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.505 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ELIANE ALTIVA FERREIRA MARTINS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 6117/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 03/08/2026 à 16/09/2026, a **ELIANE ALTIVA FERREIRA MARTINS,** matrícula 201707, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:DE20D4C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.506 DE 20/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, PATRICIA SANTOS DA SILVA VIANTE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 6123/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 05/08/2026 à 03/09/2026, a **PATRICIA SANTOS DA SILVA VIANTE,** matrícula 203926, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:183349C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE CANCELAMENTO AMIGÁVEL TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 397/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 125/2024 – DLB COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do

Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Gestão Pública Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40, portadora da Cédula de Identidade Civil RG sob o n.º 5.734.204-8, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025 **,** e a Empresa DLB COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º** 40.708.647/0001-97 , neste ato representada por seu representante legal **Sr.** Danilo Lessa Bernardineli**,** inscrito no **CPF/MF sob o n.º** 009.701.142-81 **.**

CONSIDERANDO o contido na Ata de Registro de Preços n.º 397/2025, na qual foram registrados os preços do licitante vencedor DLB COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI para eventual aquisição sob demanda de materiais de informática e equipamentos visando atender as necessidades das Secretarias municipais;

CONSIDERANDO o pedido de desistência formulada pela própria Empresa, bem como a concordância da Secretaria competente em cancelar totalmente a Ata de Registro de Preços, conforme informações acostadas no Processo Administrativo n.º 8218/2026;

CONSIDERANDO, por fim, as disposições legais constantes Lei nº 14.133/2021 e também no Decreto nº 11.462/2023, capítulo VI mais precisamente no artigo 29, as quais possibilitam o cancelamento dos preços registrados, *in verbis:*

Art. 29. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I – por razão de interesse público;
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

DECIDEM, DE FORMA AMIGÁVEL, CANCELAR TOTALMENTE A ATA DE REGISTROS DE PREÇOS N.º 397/2025, cuja empresa detentora dos preços registrados trata-se de eventual aquisição sob demanda de materiais de informática e equipamentos visando atender as necessidades das Secretarias municipais e a todos os termos dela decorrentes.

É assegurado à **DETENTORA DA ATA** o direito de percepção dos valores referente a possíveis entregas do objeto licitado até a data da publicação do presente ato, ou seja, desde que comprovada adimplência de todos os termos contratados, não tendo nada a reclamar ou exigir da contratante a partir desta data, no que tange à totalidade da Ata.

Palmeira/PR, xx de abril de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
CARLA BEATRIZ TURMINA
CPF/MF n.° 029.704.919-40
Secretária Municipal de Gestão Pública

DLB Comércio de Produtos de Informática LTDA
CNPJ/MF sob o nº 40.708.647/0001-97
DANILO LESSA BERNARDINELI
CPF/MF sob o nº 009.701.142-81
Contratada

Testemunhas:

_____
Marlana Sanson
Fiscal Titular de Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A3164281

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA N.º 253/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, **Sr. Geraldo Vasco,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 848.081.959-68**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 6.064.733-0**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 18.807 /2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **SAFE PARK SINALIZACAO E SEGURANCA, inscrita no CNPJ sob nº 40.296.759/0001-88, por seu representante legal, Sra. Laura Beatriz Fernandes Bianchi, inscrito no CPF sob nº 024.971.341-11 doravante denominada simplesmente CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º4721/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações, o presente **TERMO ADITIVO A ATA N.º253/2025**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 24/09/2026 até a data de 24/09/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da ata n.º 163/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas:

_____
Rafael Dzierva
R.G n.º 10.373.872-5
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2DC4C822

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DECRETO Nº 19.483, DE 20 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE O COMITÊ DE IMPLANTAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o contido no Processo Administrativo nº 3857/2026;

Decreta:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Implantação do Transporte Coletivo de Palmeira
(CITCP).
Art. 2º Compete ao CITCP:
I - Realizar estudos técnicos e levantamento de dados sobre a demanda de passageiros,
avaliando a viabilidade técnica e financeira do sistema;
II - Propor o traçado de rotas, itinerários, frequência e horários das linhas, visando
atender de forma eficiente às zonas urbanas e rurais do município;
III - Elaborar minutas e propostas para a regulamentação do serviço, definindo padrões
de qualidade, segurança, direitos e deveres dos usuários e das empresas operadoras;

IV - Assessorar o Poder Executivo na elaboração de termos de referência e editais de
licitação para a concessão ou permissão do serviço de transporte coletivo;
V - Avaliar e sugerir locais estratégicos para a instalação e adequação da infraestrutura
física, como pontos de ônibus, abrigos de passageiros e terminais de integração;
VI - Propor metodologias para o cálculo e a revisão da política tarifária, bem como
analisar a viabilidade de subsídios ou gratuidades legais.
Art. 3º O CITCP é composto por representantes do Poder Público Municipal cujos
integrantes são os seguintes:
a) Aldemar Viante;
b) Annelise Breus de Souza;
c) Geraldo Nepomuceno das Neves;
d) Guilherme Schon de Paula;
e) Ighor Alessandro Dombroski;
f) Marlon Cleiton Gross;
g) Mario César Camargo;
h) Maurício Daros;
i) Murilo Orlando Malucelli Klas;
j) Roselaine de Fátima Barausse;
k) Odilmar Antonio de Oliveira Franco.
Parágrafo único. O Comitê deverá eleger um membro para a presidência.

Art. 4º O CITCP poderá reunir conselhos, técnicos e a sociedade civil sempre que julgar
necessário para subsidiar os estudos e análises.
Art. 5º A participação no CITCP é considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando qualquer tipo de remuneração aos seus membros.
Art. 6º Este decreto revoga disposições em contrário.
Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A2CE0FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 26.502, DE 20/08/2026 - REVOGA A PORTARIA DE Nº 26.462, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere e considerando o disposto no P.A de n° 5647/2026;

Resolve:
Art. 1º - Revogar a Portaria de nº 26.462, de 17 de Agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2CC38400

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 26.507, DE 20/08/2026 - ADIANTAMENTO FABIANO BISHOP CASSANTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6046/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 16.001.04.127.0046.2.115.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Fabiano Bishop Cassanta	*029.xxx.xxx-28*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A827F52F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 26.509, DE 20/08/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR FABIANO BISHOP CASSANTA

O **Prefeito do Município de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, considerando processo protocolado sob nº 6028/2026 e com apoio na Lei Municipal n° 4.420 de 13 de Julho de 2017.

Resolve:

Art.1º - Autorizar a concessão de uma diária ao agente público abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento urbano e demais despesas necessárias no local de destino viagem para participação de reuniões e tratar de questões de natureza técnica e administrativa relacionadas ao Instrumento de Repasse nº 4117701/2023, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de representante de Itaipu, e o Município de Palmeira, nos dias 27 e 28 de Agosto de 2026, em Foz do Iguaçu/PR.

a) Fabiano Bishop Cassanta – Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo – CPF: 029.xxx.xxx-28, uma diária, no valor total de R$ 453,86 (quatrocentos cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos);

Previsão Orçamentária: 16.002.15.451.0047.2117.3.3.90.14.00.00
Fonte: 1001

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:613C9B8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 26.510, DE 20/08/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR ALDEMAR VIANTE

O **Prefeito do Município de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, considerando processo protocolado sob nº 6026/2026 e com apoio na Lei Municipal n° 4.420 de 13 de Julho de 2017.

Resolve:

Art.1º - Autorizar a concessão de uma diária ao agente público abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento urbano e demais despesas necessárias no local de destino viagem para participação de reuniões e tratar de questões de natureza técnica e administrativa relacionadas ao Instrumento de Repasse nº 4117701/2023, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de representante de Itaipu, e o Município de Palmeira, nos dias 27 e 28 de Agosto de 2026, em Foz do Iguaçu/PR.

***a) Aldemar Viante* –** Engenheiro Civil – CPF: 441.xxx.xxx-68 uma diária, no valor total de R$ 453,86 (quatrocentos cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos);

Previsão Orçamentária: 16.001.04.127.0046.2115.3.3.90.14.00.00
Fonte: 1001

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:977C9916

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO I - FORMULÁRIO PARA PRESCRIÇÃO DE FERRO EV

Critérios obrigatórios:

•
I . Confirmação de etiologia carencial de ferro (pelo menos um dos itens)

•
Ferritina ≤ 30 µg/L OU

•
Ferritina 30 - 100µg/L & Saturação de transferrina < 20%

•
II . Critérios para via intravenosa (pelo menos um dos itens)

•
Intolerância ao ferro oral: Sintomas gastrointestinais que impeçam uso oral

Tempo de uso de medicamento oral:_____
Sintomas apresentados:_____

•
Anemia grave sintomática:

•
OMS (geral): Hemoglobina < 7,0 g/dL

•
Crianças de 6-59 meses: Hb < 7,0 g/dL (<70 g/L)

•
Mulheres não grávidas: Hb < 8,0 g/dL (<80 g/L)

•
Mulheres grávidas: Hb < 9,0 g/dL (<70 g/L)

Sintomas apresentados pelo paciente:_____

•
Falta de resposta ao ferro oral: Se a hemoglobina não aumentar pelo menos 1 g/dL dentro de 2 semanas em pacientes aderentes ao ferro oral, ou se a ferritina não aumentar em um mês. [2]

•
Necessidade de correção rápida: Ferro intravenoso é o tratamento preferido quando se requer aumento rápido dos níveis de hemoglobina e reposição dos estoques de ferro, por exemplo, antes de cirurgia. [2]

•
Insuficiência cardíaca [3-4]

•
Doença renal crônica: com efeito insuficiente de um regime oral ótimo após 1-3 meses. [5]

•
Doença inflamatória intestinal ativa [6]

•
Outras condições com deficiência funcional de ferro [6]**:**

•
Pacientes com câncer recebendo quimioterapia;

•
Síndrome mielodisplásica de baixo risco

•
Outras condições com níveis elevados de hepcidina que criam refratariedade ao ferro oral.

•
Má absorção do ferro oral: Ferro intravenoso deve ser usado em situações onde o ferro oral provavelmente não será eficaz devido à absorção prejudicada, incluindo: [1-2]

•
Pacientes após cirurgia bariátrica

•
Doença inflamatória intestinal ativa

•
Cirurgia gástrica prévia

•
Condições genéticas e malabsorção [6]:

•
Anemia refratária à deficiência de ferro (IRIDA) genética;

•
Outras síndromes de malabsorção.

Data: ____/_____/_____ ____
Médico – carimbo e assinatura

Referências:

•

AGA Clinical Practice Guidelines on the Gastrointestinal Evaluation of Iron Deficiency Anemia. Gastroenterology. 2020. Ko CW, Siddique SM, Patel A, et al. 2.AGA Clinical Practice Update on Management of Iron Deficiency Anemia: Expert Review. Clinical Gastroenterology and Hepatology : The Official Clinical Practice Journal of the American Gastroenterological Association. 2024. DeLoughery TG, Jackson CS, Ko CW, Rockey DC. 3. Iron Deficiency Anemia: Evaluation and Management. American Family Physician. 2025. Latimer K, Baci G, Layne M. 4.Intravenous Iron Therapy for Non-Anaemic, Iron-Deficient Adults. The Cochrane Database of Systematic Reviews. 2019. Miles LF, Litton E, Imberger G, Story D.SR. 5.KDIGO 2026 Clinical Practice Guideline for the Management of Anemia in Chronic Kidney Disease (CKD). Kidney Disease: Improving Global Outcomes. 2026. Garabed Eknoyan, Norbert Lameire, Wolfgang C. Winkelmayer, et al. 6. Iron-Deficiency Anemia. The New England Journal of Medicine. 2015. Camaschella C.Review. 7. Iron Deficiency in Adults: A Review. The Journal of the American Medical Association. 2025. Auerbach M, DeLoughery TG, Tirnauer JS.Review. 8. Appropriateness of inpatient intravenous iron therapy in a Swiss tertiary care hospital. European Journal of Haematology. 2023. Ritter F, Staub BM, Osthoff M. 9. Oral and Intravenous Iron Therapy. Advances in Experimental Medicine and Biology. 2025. Steinbicker AU, Pantopoulos K.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DE7D5047

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER 05/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável pela atualização do Plano de Contingência de Dengue e outras Arboviroses 2026, o Plano de Ação Arboviroses 2026 e os Pop's (Procedimento Operacional Padrão) Endemias 2026, apresentado pela Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde – PR.

Palmeira, 29 de maio de 2026.

ARIANE MEIRA AUER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D18E605D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - PLANO DE SEGURANÇA DO PACIENTE

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável à atualização do Plano de Segurança do Paciente, o qual busca sensibilizar e desenvolver a cultura da segurança do paciente nos serviços de saúde assim como prevê a atuação do núcleo de segurança do paciente no desenvolvimento de ações de educação em saúde junto à população.

Palmeira, 06 de agosto de 2026.

ARIANE MEIRA AUER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1E1B5C86

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - POP'S (PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO)

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável à atualização dos POP's (Procedimento Operacional Padrão) da Atenção Primária e da Equipe Multiprofissional de Suporte à Atenção Primária considerando os procedimentos a serem realizados de forma padronizada e qualificada com foco na prevenção em saúde.

Palmeira, 06 de agosto de 2026.

ARIANE MEIRA AUER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F56E566C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - REMUME

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável quanto a atualização realizada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica, em relação à REMUME Municipal 2026 (Relação Municipal de Medicamentos) garantindo atendimento à demanda conforme a necessidade da população assistida.

Palmeira, 06 de agosto de 2026.

ARIANE MEIRA AUER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DC2E5577

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.503, DE 20/08/2026 - ADIANTAMENTO VICTÓRIA MEZZADRI DE CARVALHO BALDYKOWSKI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6105/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Farmacêutica, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Victória Mezzadri de Carvalho Baldykowski	*053.xxx.xxx-88*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DF25353D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.508, DE 20/08/2026 - ADIANTAMENTO MARIANGELIS RUPEL

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6158/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo(a) com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Mariangelis Rupel	*103.xxx.xxx-21*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F0813EFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 181/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **RG n° 12.XXX.XXX-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **EDINILSON DE MENEZES - ME,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 05.790.653/0001-35,** pessoa jurídica de direito privado, representada pelo **Sr. EDINILSON DE MENEZES,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 735.XXX.XXX-25,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 5039/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 181/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 12/09/2026 até a data de 12/09/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 181/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:64E127F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 235/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 00.802.002/0001-02,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sr. Maicon Cordova Pereira,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 015.886.939-70**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 5310/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 235/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 14/10/2026 até a data de 14/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 235/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:47610EA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1670/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa MARCOS OSIRES NUNES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ/MF sob nº 81.742.751/0001-85** com sede na Avenida Comendador Franco, 2711 – LJ 05- Curitiba/PR, por seu representante legal, Sr. **MARCOS OSIRES NUNES**, brasileiro, inscrito no **CPF nº. 632.155.949-00**, e no RG nº. 3.600.082-1 SESP-PR, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 5419/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1670/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 03/10/2026 até a data de 03/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato n.º 1670/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9A79AF3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROTOCOLO MUNICIPAL DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA - Nº 01/2026

•
1. Objetivo

Este Protocolo tem por finalidade padronizar os procedimentos de dispensação de medicamentos no âmbito da assistência farmacêutica municipal, promovendo o uso racional de medicamentos e garantindo a segurança, a eficácia e a qualidade do atendimento aos usuários. Sua aplicação visa assegurar o acesso equitativo aos medicamentos padronizados, de acordo com as necessidades clínicas e os protocolos vigentes, contribuindo para a otimização dos recursos públicos e a sustentabilidade da assistência farmacêutica.

•
2. Casos específicos de dispensação:

•
Benzidamina: A dispensação será destinada a pacientes pediátricos com até 12 anos de idade e pacientes em tratamento oncológico, mediante apresentação de receita médica ou odontológica contendo um dos seguintes CIDs: **K12, B00.2, C00 a C14**..

•
Desloratadina: A dispensação será restrita a crianças de 6 meses a 2 anos de idade, considerando que a loratadina não possui indicação para essa faixa etária. Posologia sugerida: 2mL, uma vez ao dia, para crianças de 6 a 11 meses; 2,5mL, uma vez ao dia, para crianças de 1 a 2 anos.

•
Fosfomicina: A dispensação será restrita às gestantes, considerando a maior relevância clínica das infecções do trato urinário nessa população e o elevado custo do medicamento. Posologia de referência:

•
Cistite aguda: 1 envelope em dose única;

•
Infecções por Proteus spp., Pseudomonas spp. ou Enterobacter spp.: 2 envelopes, administrados com intervalo de 24 horas.

Modo de uso: Dissolver o conteúdo do envelope em um copo de água e ingerir imediatamente após o preparo, em jejum, preferencialmente antes de deitar e após esvaziar a bexiga. Nos casos de pacientes com histórico de baixa adesão ao tratamento, poderá ser considerada a administração assistida, mediante avaliação do profissional responsável, observando-se os benefícios clínicos e as limitações decorrentes da utilização em desacordo com as orientações da bula**.**

•
Levofloxacino: A dispensação será destinada ao tratamento de pneumonia adquirida na comunidade (PAC) em pacientes com comorbidades (como insuficiência cardíaca, DPOC, asma, diabetes mellitus, demências, entre outras), sem indicação de internação hospitalar, ou em pacientes com alergia documentada aos antibióticos β-lactâmicos.

A prescrição deverá ser emitida em duas vias, acompanhada de justificativa clínica e do **CID J15.9, J16, J17 ou J18**.
Posologia de referência: 250 mg a 1.000 mg, em dose única diária, por período de 3 a 14 dias, conforme avaliação médica.
Serão aceitas prescrições provenientes de outros municípios quando emitidas por pneumologista, cardiologista ou oncologista.

•
Sacarato de hidróxido férrico: A dispensação será realizada mediante apresentação de receita médica, formulário específico (Anexo I) e cópia dos exames laboratoriais que fundamentem a indicação terapêutica. Os exames deverão ter sido realizados há, no máximo, 30 dias.

•
Caneta reutilizável para insulina: A dispensação será destinada a pacientes com diabetes mellitus tipo 1 ou tipo 2 para as seguintes faixas etárias:

•
NPH/Regular: idade igual ou inferior a 19 anos ou igual ou superior a 50 anos.

•
Glargina: idade igual ou inferior a 19 anos ou igual ou superior a 70 anos para insulina Glargina.

As faixas etárias estabelecidas neste protocolo poderão ser revisadas e atualizadas em decorrência de novas publicações, diretrizes ou recomendações do Ministério da Saúde.

•
Insulinas (frasco-ampola ou carpule): A dispensação será realizada mediante apresentação de caixa térmica adequada para o transporte, em conformidade com as orientações de conservação descritas na bula, garantindo a manutenção da cadeia de frio.

Na ausência da caixa térmica, será dispensada apenas a quantidade mínima necessária para evitar a interrupção do tratamento. O paciente deverá retornar à Farmácia Básica Municipal portando a caixa térmica para retirada do quantitativo restante correspondente ao período de tratamento.

•
Pomada para assaduras (Óxido de Zinco 100mg/g + Vitamina A 1000UI/g + Vitamina D 400UI/g): A dispensação será destinada a pacientes em uso de fraldas, independentemente da idade, para prevenção e tratamento da dermatite associada ao uso de fraldas. O fornecimento ficará limitado a **2 tubos por paciente/mês**

•
Sulfadiazina de prata, colagenase e lidocaína gel de "uso contínuo": A dispensação ficará limitada a 4 tubos por receita. Para continuidade do tratamento será necessária nova avaliação médica.

•
Medicamentos prescritos "se necessário":

•
Uso agudo: Quando a prescrição não especificar a quantidade, será dispensada 1 cartela ou 1 frasco, respeitando o limite máximo de 2 cartelas ou 2 frascos por paciente/mês.

•
Uso contínuo: Será dispensada quantidade suficiente para 15 dias de tratamento, orientando-se o paciente a retornar à farmácia para novas retiradas conforme a necessidade de utilização

•
Medicamentos de uso contínuo ou tratamento prolongado: Será dispensada quantidade suficiente para 30 dias de tratamento,

orientando o paciente a retornar para nova dispensação aproximadamente 25 dias após a retirada anterior, garantindo a continuidade da terapêutica.

•
Medicamentos para tratamento do tabagismo: Os adesivos de nicotina, a bupropiona 150 mg e a goma de nicotina serão dispensados exclusivamente aos pacientes inseridos em acompanhamento cognitivo-comportamental, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Controle do Tabagismo. O acompanhamento deverá ser realizado por profissional capacitado da unidade de saúde e devidamente registrado no prontuário do paciente.

•
Anticoncepcionais: Os anticoncepcionais serão dispensados conforme a data prevista no sistema. Caso ultrapasse a data limite de dispensação, a paciente será direcionada a equipe de enfermagem da unidade para solicitação do exame beta-HCG ou teste rápido (se disponível), para exclusão da possibilidade de gravidez.

•
Levonorgestrel+etinilestradiol 0,15mcg/0,03mcg (ciclo 21): Não há tolerância do atraso do uso, tendo em vista que qualquer dia sem utilizar o medicamento poderá comprometer a eficácia da anticoncepção. Deverá ser avaliado a data da dispensação considerando que são 21 comprimidos ativos + 7 dias de pausa.

•
Noretisterona 50 MG/estradiol 5MG (mesigyna): Aplicação a cada 30 dias. Tolerância de +/- 3 dias. Intervalo de aplicação 27 a 33 dias da aplicação anterior.

•
Noretisterona 0,35mg: Não há tolerância do atraso do uso, tendo em vista que qualquer dia sem utilizar o medicamento poderá comprometer a eficácia da anticoncepção

•
Medroxiprogesterona 150mg/ml: Intervalos entre aplicações deverá ser de 12 a 13 semanas (84-91 dias).

•
Algestona Acetofenida 150mg + Estradiol 10mg: Aplicação de uma ampola por via intraglútea profunda entre o 7º e 10º dia, de preferência no 8º dia, a partir do início de cada menstruação. Contar o primeiro dia de sangramento menstrual como dia número um. Aplicação a cada 30 dias.

•
Medroxiprogesterona 50mg/ml + Cipionato de estadiol 10mg/ml: Aplicação a cada 30 dias. Tolerância de +/- 3 dias. Intervalo de aplicação 27 a 33 dias da aplicação anterior.

Observação: Nos casos de atraso para retirada do anticoncepcional, deverá ser realizado teste rápido de gravidez antes da dispensação. A paciente deverá assinar registro específico comprovando ter recebido orientação quanto ao risco de falha do método quando utilizado fora do intervalo recomendado e aos potenciais riscos da exposição ao medicamento durante gestação não identificada.

ELABORAÇÃO: Comissão de Farmácia e Terapêutica	**APROVAÇÃO:** Secretaria Municipal de Saúde
Data emissão: Julho/2026 **Nº 01/2026** Abril/2025 **Nº 01/2025** Fev/2024 **Nº01/2024** Maio/2023 **Nº 01/2023**	**Próxima revisão**: Julho/2027

Observação: A apresentação do exame de β-hCG não será exigida quando houver registro, em prontuário, de autorização do(a) enfermeiro(a), acompanhada da devida justificativa clínica, após realização de consulta de enfermagem.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:23013719

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REGISTRO DE ATA Nº 02/2026 - COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA – CFT 2026

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se no auditório da Secretária de Educação de Palmeira, na rua XV de novembro, nº 567 – Centro, Palmeira, Paraná, os seguintes colaboradores: Rafaela W. Furmam (farmacêutica), Victoria M. C. Baldykowski (farmacêutica), Evelize S. Rosa (farmacêutica), Jaqueline Mioduski (farmacêutica), Priscila C. da S. Falarz (dentista) e Luiz Eduardo Wonsttret (enfermeiro) a fim de discutir a seguinte pauta: Leitura da ata anterior; reavaliação dos medicamentos dispostos nas caixas de emergência das unidades; revisão de todos os medicamentos presentes na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos) e inclusão de medicamentos de saúde mental na REMUME: venlafaxina e naltrexona.
Evelize iniciou a reunião com a leitura da ata nº 01 de 11 de fevereiro de 2026 que, após leitura, foi aprovada por todos os presentes. Em seguida, Evelize informa aos presentes que a ata anterior e os pareceres técnicos elaborados pela Comissão foram enviados para ciência e publicação em Diário Oficial. Informou também que em relação ao parecer técnico de número 03/2025 (Inclusão do monitor de glicemia na REMUME), o mesmo foi enviado ao setor financeiro para avaliação da viabilidade financeira para tal aquisição. Foi-se levantada a questão de que há a necessidade de novos membros na Comissão, considerando que muitos membros não conseguem participar de todas as reuniões, portanto, pensando na importância de mais membros para discussão, ficou decidido pelo convite de dois membros para compor a Comissão, sendo mais um farmacêutico com maior contato com medicamentos de saúde mental e um enfermeiro da atenção primária, sendo Evelize a encarregada de realizar os convites. Em relação a pauta da reavaliação dos medicamentos dispostos nas caixas de emergência das unidades, discussões sobre a questão ocorrem novamente e Rafaela informou que aguarda retorno da atenção primária da Secretaria de Saúde sobre suas sugestões para a exclusão e incorporação de medicamentos na mesma, sendo necessário retornar o assunto na próxima reunião. Em relação a revisão de todos os medicamentos pertencentes a REMUME a mesma foi iniciada, gerando algumas discussões sobre manter ou excluir determinados medicamentos e revisão do protocolo de dispensação Municipal do ferro, entretanto a discussão não foi concluída em razão da limitação do tempo disponível.

Sem mais, a reunião encerra-se às dezesseis horas e trinta minutos.

Assinaturas dos presentes da ATA Nº 02 – 15/04/2026

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:893C09A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 135/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico Nº 43/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 92/2025

1º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 135/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA E VENDA DE EXTINTORES NOVOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PALMITAL PELO PERÍODO DE 12 MESES

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion,

n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa SOS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA DA LIBERDADE, 0 SALA 01 - CEP: 85201114 - BAIRRO: VILA PLANALTO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 28.029.531/0001-26, neste ato representado por RENATO DAL SANTOS DA CRUZ , inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-64, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 135/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº135/2025 do Pregão 43/2025, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 19/08/2026 até 18/08/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 19/08/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Sos Comercio de Extintores LTDA
RENATO DAL SANTOS DA CRUZ
0**.***.***-64
Contratada

GESTOR: DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:5FF1F9D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
9º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 134/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2025

9º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 134/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S500 VISANDO O ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa OLAIR DE ANDRADE FILHO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AVENIDA MAXIMILIANO VICENTIN, 270 - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.712.135/0001-30, neste ato representado por OLAIR DE ANDRADE FILHO, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-93, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 134/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº134/2025 do Pregão -Uso até 30/04/26 44/2025, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 18/08/2026 até 17/08/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 18/08/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Olair de Andrade Filho & Cia LTDA
OLAIR DE ANDRADE FILHO
0**.***.***-93
Contratada

DIEGO PADILHA DE JESUS
Gestor

EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:D6D5EBE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 89/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: MAURICIO POYER ME, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA MAXIMILIANO VICENTIN, 153, 153 M2 AUTO CENTER - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº13.314.456/0001-78, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) MAURICIO POYER, portador do RG nº 8.481.833-0/SES SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-23.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇAO ELÉTRICA AUTOMOTIVA ATRAVÉS DE TABELA DE ORÇAMENTAÇAO ELETRÔNICA A FIM DE

ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA MUNICIPAL PELO PERIODO DE 12 MESES

DATA DO CONTRATO: 19/08/2026
VIGÊNCIA: 18/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 450.000,00 (Quatrocentos e Cinqüenta Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:8FA24B30

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 41/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 89/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: SERGIO GOMES ACESSORIOS, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA XV DE NOVEMBRO, 0 CENTRO - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº06.133.421/0001-77, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) SERGIO GOMES, inscrito no CPF/MF sob o nº 7**.***.***-00.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇAO ELÉTRICA AUTOMOTIVA ATRAVÉS DE TABELA DE ORÇAMENTAÇAO ELETRÕNICA A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA MUNICIPAL PELO PERIODO DE 12 MESES

DATA DO CONTRATO: 19/08/2026
VIGÊNCIA: 18/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 595.000,00 (Quinhentos e Noventa e Cinco Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:BB1EF52F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Normal Nº 27/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: MJ INDÚSTRIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AV DOM GERALDO SIGAUD 480 - SALA 02, 48002 - CEP: 85890000 - BAIRRO: CENTRO, Missal/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº50.961.707/0001-32, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) MARCELO LUIZ SCHREINER, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-2.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 993095/2026.

DATA DO CONTRATO: 20/08/2026
VIGÊNCIA: 19/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 44.060,00 (Quarenta e Quatro Mil e Sessenta Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:JULIANA VISENTIN SCHOMA
FISCAL: AROLDO GODOY DE LIMA

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:4C02FD2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: ANDREY BARRETO MOLINARI COMÉRCIO, SERVIÇOS E FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AVENIDA SHIRLEY LORANDI SAURIN 1223, CEP: 85950000 - BAIRRO: BAIRRO OURO VERDE, Palotina/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº37.088.574/0001-73, neste ato por seu representante legal, Senhor ANDREY BARRETO MOLINARI, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-70.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 993095/2026.

DATA DO CONTRATO: 20/08/2026
VIGÊNCIA: 19/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:JULIANA VISENTIN SCHOMA
FISCAL: AROLDO GODOY DE LIMA

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:7307ABF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 27/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro,

Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: BEMAQ AGRICOLA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AV. PRES. GETÚLIO VARGAS, N1630, COMERCIAL - CEP: 86770000 - BAIRRO: CENTRO, Santa Fé/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº01.655.785/0001-01, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) SERGIO CRISTOVAO MARCHINI, inscrito no CPF/MF sob o nº 5**.***.***-44 denominado(a) CONTRATADO(A).
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 993095/2026.

DATA DO CONTRATO: 20/08/2026
VIGÊNCIA: 19/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 56.690,00 (Cinqüenta e Seis Mil, Seiscentos e Noventa Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

JULIANA VISENTIN SCHOMA
Gestor

AROLDO GODOY DE LIMA
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:3617B362

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 694/2026

"Concede o título de Honra ao Mérito ao Sr Cleverson Almindo da Silva."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art.1º - Fica concedido o "Titulo de Honra ao Mérito" ao Sr Cleverson Almindo da Silva.
Art.2 - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, "PALÁCIO CARIJÓ", em 19 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:40CB4CB8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 25 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**Serviço de Atendimento Móvel de Ugência - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2002.		**GESTÃO DE SERVIÇO DE SAUDE - SAMU**	
53 3.3.90.40.00.00	1000	OUTROS SERVS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO P.J.	300,00
		Total da Suplementação:	**300,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**Serviço de Atendimento Móvel de Ugência - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2.002.		**GESTÃO DE SERVIÇO DE SAUDE - SAMU**	
50 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVS TERCEIROS P.JURIDICA	300,00
		Total da Suplementação:	**300,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos orçamentários a partir do dia 31/07/2026.

PARANAGUÁ, Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:8335E1FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.090

DECRETO Nº 2.090

"Nomeia Izadora Florentino Dalotto Cesar para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), IZADORA FLORENTINO DALOTTO CESAR, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Gerente, Símbolo DAS-2G, da Secretaria Municipal de Governo.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7A7052E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.093

DECRETO Nº 2.093

"Torna sem efeito o Decreto nº 2.085, de 14 de agosto de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito, para os fins legais, o Decreto nº 2.085, de 14 de agosto de 2026, que dispôs sobre normas e procedimentos para a realização do Censo Previdenciário 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:006E81AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.094

DECRETO Nº 2.094

"Dispõe sobre normas e procedimentos para a realização do Censo Previdenciário 2026 dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá - RPPS, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e conforme o contido no protocolado sob n° 28.589/2026, e

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e consolidar os dados cadastrais, funcionais, financeiros e previdenciários dos segurados vinculados ao RPPS - Paranaguá Previdência;

CONSIDERANDO a importância de assegurar a fidedignidade das informações para fins de gestão, planejamento e avaliação atuarial;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467, de 02 de junho de 2022, que disciplina parâmetros gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social;

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece normas, critérios e procedimentos para a realização do Censo Previdenciário 2026 dos servidores municipais ativos, aposentados, pensionistas e seus respectivos dependentes vinculados ao RPPS - Paranaguá Previdência.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Censo Previdenciário: conjunto de atos destinados à criação, atualização, validação e consolidação das informações cadastrais, funcionais, financeiras e previdenciárias dos segurados vinculados ao RPPS - Paranaguá Previdência, inclusive para fins de integração com sistemas de gestão previdenciária e cadastro nacional de informações previdenciárias;
II - Agendamento: ato pelo qual o servidor efetivo ativo, aposentado, pensionista ou dependente indica, por meio eletrônico ou outro meio disponibilizado pela administração, o local, data e horário para realização do recenseamento presencial ou remoto;
III - Recenseamento Previdenciário: ato pelo qual o segurado comparece, presencialmente ou por meio digital, ao atendimento para atualização de suas informações, apresentando documentos exigidos e comprovando suas declarações, conforme Anexo I;
IV - Unidade Administrativa: setor competente de órgão ou entidade da administração municipal responsável por orientar os servidores quanto ao agendamento e ao procedimento de recenseamento.

CAPÍTULO II - DO CENSO PREVIDENCIÁRIO

Art. 3º O Censo Previdenciário 2026 será efetivado no período de 24/08/2026 a 16/10/2026, podendo ser prorrogado mediante ato normativo.

Art. 4º O recenseamento previdenciário será realizado mediante as seguintes modalidades de atendimento:

I - atendimento digital (on-line): por meio de plataforma eletrônica disponibilizada nos sítios oficiais da Prefeitura Municipal de Paranaguá, da Câmara Municipal de Paranaguá, do Paranaguá Previdência e da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR, disponível durante todo o período do Censo Previdenciário, de 24 de agosto de 2026 a 16 de outubro de 2026, inclusive durante o período destinado ao atendimento presencial, podendo os servidores ativos contar com o suporte dos coordenadores designados em suas respectivas Secretarias, órgãos ou departamentos para a realização e conclusão do recenseamento;
II - atendimento presencial: no período de 05 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2026, em postos de atendimento previamente definidos, observados os locais, o cronograma e os horários estabelecidos neste Decreto e em orientações complementares, com possibilidade de captura de fotografia, biometria ou utilização de outros recursos necessários à comprovação e validação das informações e dos documentos apresentados;
III - atendimento remoto: quando devidamente justificado por impossibilidade técnica ou de deslocamento do segurado, mediante comunicação prévia à respectiva entidade de origem ou à Paranaguá Previdência.

Parágrafo único. Os servidores ativos, aposentados e pensionistas deverão apresentar os documentos exigidos para o recenseamento, conforme relação constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 5º O atendimento presencial será destinado aos servidores ativos, aposentados e pensionistas que não disponham de acesso à internet, encontrem dificuldades para realizar o Censo Previdenciário por meio digital ou que, mesmo após o auxílio disponibilizado em suas respectivas Secretarias, órgãos ou departamentos, não consigam concluir o recenseamento.

§ 1º O atendimento presencial de que trata o caput será realizado no período previsto no art. 4º, inciso II, deste Decreto, devendo os interessados comparecer aos locais correspondentes ao respectivo órgão ou vínculo, conforme segue:

I - os servidores ativos da Prefeitura Municipal de Paranaguá deverão comparecer ao Ginásio de Esportes Dr. Joaquim Tramujas, localizado na Travessa Correia de Freitas, s/n, bairro João Gualberto, Paranaguá/PR;
II - os servidores ativos da Câmara Municipal de Paranaguá deverão comparecer à sede da Câmara Municipal de Paranaguá, situada na Rua João Estevão, nº 361, Ponta do Caju, Paranaguá/PR;
III - os servidores ativos da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR deverão comparecer à

sua sede, localizada na Rua Doutor Leocádio, nº 307, Centro Histórico, Paranaguá/PR;
IV - os aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá deverão comparecer à sede do Paranaguá Previdência, situada na Avenida Gabriel de Lara, nº 1.307, bairro Leblon, Paranaguá/PR.

§ 2º O atendimento presencial observará cronograma, horários e demais orientações a serem divulgados pela Secretaria Municipal de Administração e pela Paranaguá Previdência.

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração direta e indireta deverão:
I - apoiar no processo de divulgação e orientação aos servidores;
II - disponibilizar documentação funcional e/ou financeira necessária ao cumprimento deste Decreto;
III - orientar servidores que não possuam acesso à internet ou que necessitem de apoio para efetivação do agendamento.

CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES DOS SEGURADOS

Art. 7º Os servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes ficam obrigados a realizar o Censo Previdenciário no prazo estabelecido, mediante apresentação dos documentos exigidos no anexo I deste decreto.

Art. 8º O descumprimento das disposições deste Decreto poderá acarretar a suspensão temporária da remuneração dos servidores ativos, dos proventos de aposentadoria ou da pensão, até a efetiva regularização da situação cadastral, desde que assegurada a prévia notificação do segurado e a concessão de prazo para regularização antes da suspensão do pagamento.

§ 1º Sanada a irregularidade que motivou a suspensão, os valores serão restabelecidos na forma da legislação aplicável.

§ 2º A suspensão prevista neste artigo observará os princípios do contraditório, da ampla defesa e da proporcionalidade, visando assegurar o interesse público e a regularidade cadastral dos segurados. A medida busca assegurar o equilíbrio entre o interesse público e a observância do devido processo legal, contribuindo para a redução de riscos de litigiosidade.

CAPÍTULO IV - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 9º O tratamento dos dados pessoais coletados no âmbito do Censo Previdenciário 2026 observará integralmente as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo utilizados exclusivamente para finalidades previdenciárias, administrativas, atuariais e legais.

Parágrafo único. O Paranaguá Previdência adotará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

CAPÍTULO V - DA DIVULGAÇÃO

Art. 10. A Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com o Paranaguá Previdência, promoverá ampla divulgação, por meio de veículos oficiais, https://www.paranagua.pr.gov.br/ e https://www.paranaguaprev.com.br/ redes de comunicação institucional, avisos individuais e demais meios necessários, a respeito dos prazos, das formas de atendimento, dos requisitos e dos documentos exigidos para realização do Censo Previdenciário 2026.

CAPÍTULO VI - DA SEGREGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Art. 11. Compete aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal a responsabilidade pela veracidade, integridade e atualização das informações prestadas para fins do Censo Previdenciário 2026, observada a seguinte segregação:

I - compete à Prefeitura Municipal, por meio de seus órgãos da administração direta, a responsabilidade pelas informações cadastrais, funcionais, financeiras e previdenciárias relativas aos servidores ativos a ela vinculados;
II - à Câmara Municipal de Paranaguá cabe a responsabilidade pelas informações cadastrais, funcionais, financeiras e previdenciárias relativas aos servidores ativos e demais segurados a ela vinculados, com ampla divulgação, por meio de veículos oficiais https://www.paranagua.pr.leg.br/;
III - à Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR cabe a responsabilidade pelas informações cadastrais, funcionais, financeiras e previdenciárias relativas aos servidores e segurados a ela vinculados, com ampla divulgação, por meio de veículos oficiais https://cagepar.atende.net/;
IV - à Paranaguá Previdência - RPPS cabe a responsabilidade pela consolidação, validação, guarda e tratamento das informações previdenciárias, bem como pelas informações relativas aos aposentados, pensionistas e dependentes, incluindo a organização, a execução, o controle e a validação da prova de vida previdenciária, sem prejuízo da responsabilidade originária do órgão de vinculação quanto à exatidão dos dados fornecidos.

§ 1º A Paranaguá Previdência realizará, nos exercícios subsequentes, a prova de vida previdenciária de forma anual, nos termos e procedimentos a serem definidos em norma própria editada pelo RPPS.

§ 2º A prestação de informações incorretas, incompletas ou inconsistentes sujeita o órgão ou entidade responsável às apurações administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.
§ 3º O Paranaguá Previdência não responderá por inconsistências decorrentes de informações prestadas de forma inadequada pelos órgãos ou entidades de origem, ressalvada a obrigação de apontamento e solicitação de saneamento.

§ 4º Os dados cadastrais e funcionais coletados no Censo Previdenciário 2026 relativos aos servidores ativos poderão ser compartilhados com o respectivo órgão de origem para fins de atualização do cadastro funcional, observadas as finalidades e as medidas de proteção previstas na Lei nº 13.709/2018 e no art. 9º deste Decreto.

Art. 12. Compete ao Paranaguá Previdência proceder à consolidação, validação e integração das informações recebidas, bem como à elaboração e emissão do Relatório Final Consolidado do Censo Previdenciário 2026, para fins de gestão previdenciária, avaliação atuarial, atendimento às exigências do CADPREV, do Ministério da Previdência e dos órgãos de controle.

Parágrafo único. O Relatório Final Consolidado constituirá documento oficial do Censo Previdenciário 2026 e poderá subsidiar estudos, planejamentos, prestações de contas e demais atos de gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá.

Art. 13. O envio das informações e dos dados obtidos no âmbito do Censo Previdenciário 2026 deverá observar padrão único de layout, formato, estrutura e meio de transmissão, conforme modelo, especificações técnicas e prazos definidos em norma complementar a ser editada pela Paranaguá Previdência.

§ 1º Os arquivos deverão ser encaminhados em formato eletrônico padronizado, de modo a assegurar a compatibilidade, integridade, rastreabilidade e validação das informações, bem como sua integração aos sistemas de gestão previdenciária, atuarial e aos cadastros oficiais do Ministério da Previdência.

§ 2º O não atendimento ao padrão estabelecido poderá ensejar a devolução do arquivo para correção, sem prejuízo das responsabilidades do órgão ou entidade de origem quanto à veracidade e completude das informações prestadas.

§ 3º Compete à Paranaguá Previdência disponibilizar previamente aos órgãos e entidades vinculados os modelos, manuais técnicos e

orientações operacionais necessários ao correto envio das informações.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Fica vedado realizar o recenseamento previdenciário por meio de terceiro, salvo mediante representação legal devidamente formalizada e autorizada por lei ou decisão judicial.

Art. 15. Aplicam-se aos segurados cedidos, afastados ou licenciados as disposições deste Decreto.

Art. 16. A Paranaguá Previdência poderá expedir atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto, no âmbito de suas competências.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O CENSO PREVIDENCIÁRIO 2026

1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SERVIDORES ATIVOS
Apresentar os documentos originais ou em formato digital legível:

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho no PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contra cheque ou documento equivalente;
Título de Eleitor;
Comprovante de escolaridade;
Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, quando solicitado.
Certidão de casamento, nascimento ou óbito, nos casos de inclusão, exclusão ou alteração de dependentes;

Declaração de estado civil ou de união estável (exigida exclusivamente para pensionistas, exceto menores de 18 anos);
2. DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES
Quando houver dependentes cadastrados, deverão ser apresentados:

Documento oficial de identificação, quando houver;
CPF;
Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
Termo de Guarda, Tutela ou Curatela, quando aplicável;
Laudo médico-pericial atualizado, nos casos de dependente inválido ou com deficiência, quando exigido pela legislação previdenciária;
Outros documentos necessários à comprovação da condição de dependente.
3. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS APOSENTADOS

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contra cheque ou documento equivalente;
Certidão de nascimento / casamento
Outros documentos que venham a ser necessários para atualização cadastral e previdenciária.
4. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS PENSIONISTAS

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contra cheque ou documento equivalente;
Título de Eleitor;
Declaração de estado civil ou de união estável **atualizada no máximo 90 (noventa) dias**, (certidão de nascimento ou casamento, com averbações se houver), exigida exclusivamente para pensionistas, exceto menores de 18 anos;
Outros documentos necessários à atualização do benefício.

Documentos de representante legal (quando for o caso)
Documento de identificação e CPF do representante (genitor, tutor ou curador)
Termo de tutela, guarda ou curatela, ou decisão judicial
Comprovante de residência do representante - até 90 dias

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7826AFD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.767

PORTARIA Nº 2.767

"Designa Carlos Eduardo Ferla Correa para a função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Designar o servidor CARLOS EDUARDO FERLA CORREA, matrícula nº 9.803-3, para exercer a função gratificada de Superintendente-Executivo, Símbolo FG-A, da Procuradoria Geral do Município.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:BC255FB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.768

PORTARIA Nº 2.768

"Convalida a designação da servidora Gabrieli Taha Henrique Cassilha como Ouvidor Geral do Município."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 27 do Decreto nº 3.742, de 06 de setembro de 2022,

RESOLVE:

I - Convalidar a designação da servidora GABRIELI TAHA HENRIQUE CASSILHA, matrícula nº 99.934-1, ocupante do cargo de Gerente, para exercer a função de Ouvidor Geral do Município, a partir de 06 de julho de 2026, em observância ao que consta do Decreto nº 3.742, de 06 de setembro de 2022.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CB01ACEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.769

PORTARIA Nº 2.769

"Convalida a designação da servidora Karen Cristina de Oliveira Araujo como Coordenador de Ouvidoria."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 27 do Decreto nº 3.742, de 06 de setembro de 2022,

RESOLVE:

I - Convalidar a designação da servidora KAREN CRISTINA DE OLIVEIRA ARAUJO, matrícula nº 99.093-2, ocupante do cargo de Assessor Especial, para exercer a função de Coordenador de Ouvidoria, a partir de 06 de julho de 2026, em observância ao que consta do Decreto nº 3.742, de 06 de setembro de 2022.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:57657648

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.770

PORTARIA Nº 2.770

"Torna sem efeito a Portaria n° 2.760, de 18 de agosto de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2.760, de 18 de agosto de 2026, que dispôs sobre a convocação e estabeleceu normas, procedimentos e diretrizes para a realização do Censo Previdenciário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CFF77DF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.771

PORTARIA Nº 2.771

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Lucimara de Lima."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 56.219/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora LUCIMARA DE LIMA, matrícula nº 9.458-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 29 de julho de 2026 e término em 05 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:29031DBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.772

PORTARIA Nº 2.772

"Concede diárias a servidora Agatha Louisie Frederico, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora AGATHA LOUISIE FREDERICO, Superintendente, matrícula n° 98.897-2, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.207,06 (Dois mil duzentos e sete reais e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 24 de agosto e retorno no dia 28 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "8° Congresso de Habitação Social e Regularização Fundiária."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A128897B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.773

PORTARIA Nº 2.773

"Concede diárias a servidora Larissa Luiza Pires da Silva, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora LARISSA LUIZA PIRES DA SILVA, Assessor Especial, matrícula n° 97.192-4, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.207,06 (Dois mil duzentos e sete reais e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 24 de agosto e retorno no dia 28 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "8° Congresso de Habitação Social e Regularização Fundiária."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7D259A64

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.774

PORTARIA Nº 2.774

"Concede diárias ao servidor Luiz Affonso Ribeiro da Silveira, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor LUIZ AFFONSO RIBEIRO DA SILVEIRA, Coordenador Estratégico, matrícula n° 7.881-3, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.207,06 (Dois mil duzentos e sete reais e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 24 de agosto e retorno no dia 28 de agosto do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "8° Congresso de Habitação Social e Regularização Fundiária."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3F4E005E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 074/2025
CONSORCIO ENGEX – ARTS CNPJ: 62.248.175/0001-64

EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 074/2025
CONSORCIO ENGEX – ARTS
CNPJ: 62.248.175/0001-64

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSORCIO ENGEX – ARTS

Data: 21/08/2026

Objeto: Aditivo 01 ao Contrato nº **074/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **20 DE AGOSTO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **19 DE AGOSTO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Concorrência n°: 003/2025
Processo Administrativo n°: 50151/2026

Valor: **R$ 7.728.915,96 (sete milhões, setecentos e vinte e oito mil, novecentos e quinze reais e noventa e seis centavos).**

Empenho: **Conforme Dotação Orçamentária.**

Assinaturas:
FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS
WEVERTON GOMES SOARES
SÍLVIO TADEU SANCHES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:CDF993B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

MUNICIPIO DE PARANAGUÁ/PR
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2026
PROCESSO Nº 35.178/2026
OBJETO: Aquisição de Capa Externa Modular Operacional para Colete Balístico Nível III-A, Destinados À Guarda Civil Municipal De Paranaguá.
TIPO: Menor Preço do Lote.
DATA DA ABERTURA: 03/09/2026 – **HORÁRIO:** 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 205.200,00 (duzentos e cinco mil e duzentos reais).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: www.bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e anderson.fernandes@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 20 de agosto de 2026.

ANDERSON LUIZ FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:3DEE2AF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2026

CONTRATANTE: Município de Paranavaí, Estado do Paraná, com sede à Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, PR, inscrito no CGC/MF nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, MAURICIO GEHLEN, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.268.394-3 e do CPF/MF nº 326.653.340-20, e

CONTRATADA: R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 08.696.723/0001 – 89, localizada na Rua José de Alencar, 172, Jardim Novo Panorama, na Cidade de Sarandi/PR, CEP 87.113-150, representada por RODOLPHO MARTINS GARCIA, portador da cédula de identidade R.G. n. º 10.871.113-2 SESP/PR, inscrito no CPF sob n. º 086.945.219-38, residente na Rua José de Alencar, 172, apto 01, Novo Panorama, CEP 87.113-150, no Município de Sarandi/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção de infraestrutura urbana de lazer "Meu Campinho Multimódulos", no âmbito do Programa Paraná Cidade, conforme estabelecido no Convênio nº 117/2026 - SECID.

VALOR: R$ R$ 934.400,00 (novecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de Agosto de 2026.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí/PR, 18 de Agosto de 2026.

Contratante
MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

Contratada
R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:83D99B6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025
(Reajuste de Valor)
(Processo Digital IPM nº 45846/2025)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº **76.977.768/0001-81**, neste ato representado por delegação pela Ilma Secretária Municipal de Educação, Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora do CPF sob nº 025.577.729-92 e RG 6.838.688-8, residente e domiciliada nesta cidade; Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170-3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719-03; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 005.538.459-50 e Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços para eventual contratação de serviços de decoração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de: Educação, Saúde, Assistência Social e Fundação Cultural.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente variação do INPC-IBGE no período de AGOSTO/2025 a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n°

10/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 10/2025 passa a ser de: **R$ 97.238,76 (noventa e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos)**.

Fornecedor: **MI MARIA DECORAÇÃO LTDA**				
Item	Especificação	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de arranjo de flores naturais, tamanho médio para colocação em mesas, sendo flores e cores a escolher de acordo com o evento, devendo conter aproximadamente uma dúzia de flores em cada arranho, mais a folhagem necessária para acabamento, podendo ser acomodado em vasos ou na forma de arranjo com argila.	135	R$ 218,88	R$ 29.548,80
7	Locação de Mesa / Cadeira /Mobiliário decoração interior. Código CATSER nº 20460. Observações Complementares: Locação de poltronas, cores, tecido de revestimento e formatos a escolher, no tamanho aproximado de 1,00 x 0,80 x 0,80.	78	R$ 430,08	R$ 33.546,24
8	Locação de Mesa / Cadeira /Mobiliário decoração interior. Código CATSER nº 20460. Observações Complementares: Locação de aparadores e mesas de centro em formatos e texturas a escolher com medidas aproximadas de 0,50 x 1,00 x 0,80	78	R$ 437,74	R$ 34.143,72
TOTAL: R$ 97.238,76 (noventa e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos)				

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025), datada de 05 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

WANESSA DURANTE
Secretaria Municpal de Educação

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor:

Empresa: **MI MARIA DECORAÇÃO LTDA**
CNPJ: 48.659.272/0001-24
Endereço: Rua José Gregório Sobrinho, 1357, Jardim das Nações, CEP: 87.703-563 Paranavaí, estado do Paraná.
Fone: (44) 99825522
E-mail: CRISTIANE_ELIZA@HOTMAIL.COM

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:414B6085

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.545/2026

Dispõe sobre a destituição, a pedido, de servidor municipal da Comissão Permanente para Processos Administrativos.

CONSIDERANDO o processo digital nº 45.974/2026;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º DESTITUIR, a pedido da senhora **VIVIANE CRISTINA RODRIGUES,** matrícula nº 7867-1, ocupante do cargo efetivo de Contadora, da **COMISSÃO PERMANENTE PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**, para a qual foi reconduzida por meio da Portaria Municipal nº 666/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:B21B2E1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.549/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal para compor a Comissão Permanente de Processos Administrativos.

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 39.778/2026, encaminhado pela Procuradoria Geral do Município;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar, o servidor **LEONARDO FRATINI XAVIER DE SOUZA,** matrícula nº. 8405-1, ocupante do cargo efetivo de Procurador, para compor a **COMISSÃO PERMANENTE PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**, na qualidade de Membro e com mandato de 02 (dois) anos, no período de 18/08/2026 a 18/08/2028.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:5248A234

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.555/2026.

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, AMALIA CRISTINA CELESQUE DOS SANTOS.

Considerando *o protocolo nº 770162624/2026, solicitando* Licença-maternidade*, o Atestado Médico e a Certidão de Nascimento anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:
Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **AMALIA CRISTINA CELESQUE DOS SANTOS**, Matrícula nº 8222-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 04/08/2026 e término em 30/01/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:6E444E23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.556/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ROSEMAR APARECIDA DOS SANTOS,** Matrícula n° 9332-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL** junto a Secretaria Municipal de Educação, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 11 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 11 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:41E293C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.557/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **DALVANA PEREIRA DA CUNHA,** Matrícula n° 7784-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 12 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:75740D28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.558/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ELIETE TAIETI CRUZ,** Matrícula n° 7547-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO** junto a Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 12 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B64AB12D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.559/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **EVELYN CRISTHINE FALCONE MACHADO,** Matrícula n° 8391-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** junto a Secretaria

Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 12 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:BCEC62D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.560/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **MAISA MALU DUARTE GARBIN,** Matrícula nº 4895-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 17 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:73A13A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.561/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **MARIA JOSE NERIS BOMFIM,** Matrícula n° 4936-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** junto a Secretaria Municipal de Sáude, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 14 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 14 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:C1329916

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.562/2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **RENATA BUENO DE ANDRADE DE OLIVEIRA,** Matrícula n° 11963-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 17 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B29470FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.563/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação ao servidor **GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS,** Matrícula nº 7023-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA II,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **18 de agosto de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:10C6C2C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.564/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **SIRLEI BORTOLOTTO,** Matrícula n° 4871-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 18 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:6B76F9EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PARANAVAÍ - CMDPCD - RESOLUÇÃO 04/2026

Resolução n° 04/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a composição da Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPCD - Gestão 2026-2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Paranavaí- CMDPCD no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 4.575/2016, alterada pela Lei Municipal nº 4.779/2019;
Considerando as deliberações da Plenária, em reunião ordinária realizada em 19 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Informar sobre a composição da Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Paranavaí - CMDPCD, gestão 2026-2028.

Presidente: Sarah Fernanda Milani Guilhermino
Vice- Presidente: Renata Carvalho Grade
1ª Secretária: Patricia Ramos Prates Bueno
2ª Secretário: Felipe Aparecido de Souza Oliveira

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 20 de agosto de 2026.

SARAH FERNANDA MILANI GUILHERMINO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Paranavaí - CMDPCD

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:95A50624

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 033/2026 – 19/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 18/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.
SÚMULA. Aprova a prorrogação do prazo de execução e utilização do saldo remanescente, para a aquisição de equipamentos destinados às Unidades de Atenção Primária no total de R$ 206.580,60 (duzentos e seis mil quinhentos e oitenta reais e sessenta centavos).
Art. 1o. Fica aprovada pela plenária deste Conselho a prorrogação do prazo de execução e utilização do saldo remanescente, para a aquisição de equipamentos destinados às Unidades de Atenção Primária no total de R$ 206.580,60 (duzentos e seis mil quinhentos e oitenta reais e sessenta centavos) referente por meio da Resolução SESA no 860/2022.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 18/08/2026.

Paranavaí, 19 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI –	***JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR –***
Presidenta	2ª Secretário
ARNOLDO LUIZ VICTOR –	***DRIELE DE SOUZA SAUCEDO –***
1º Vice-Presidente	1º Tesoureira
LEILA VANDA AGUIAR –	***MARIA LEILA LUCAS DE LIMA –***
2º Vice-Presidenta	2º Tesoureira
VANEIDE NOGUEIRA LIMA –	***KAMILA CRUZ TREICHEL –***
1ª Secretária	Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:7423C086

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 034/2026 – 19/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 18/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.
SÚMULA. Aprova a prorrogação do prazo de execução e utilização do saldo remanescente, para a aquisição de equipamentos destinados às Unidades de Atenção Primária no total de R$ 61.458,01.(sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e um centavo).
Art. 1o. Fica aprovada pela plenária deste Conselho a prorrogação do prazo de execução e utilização do saldo remanescente, para a aquisição de equipamentos destinados às Unidades de Atenção Primária no total de R$ R$ 61.458,01 (sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e um centavo) referente por meio da Resolução SESA no 515/2024.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 18/08/2026.

Paranavaí, 19 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI –	***JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR –***
Presidenta	2ª Secretário
ARNOLDO LUIZ VICTOR –	***DRIELE DE SOUZA SAUCEDO –***
1º Vice-Presidente	1º Tesoureira
LEILA VANDA AGUIAR – 2º	***MARIA LEILA LUCAS DE LIMA –***
Vice-Presidenta	2º Tesoureira
VANEIDE NOGUEIRA LIMA –	***KAMILA CRUZ TREICHEL –***
1ª Secretária	Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:7D064675

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 035/2026 – 19/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 18/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.
SÚMULA. Aprova a prorrogação do prazo de execução e utilização do saldo remanescente, para a aquisição de equipamentos destinados às Unidades de Atenção Primária no total de R$ 18.650,20 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais e vinte centavos).
Art. 1o. Fica aprovada pela plenária deste Conselho a prorrogação do prazo de execução e utilização do saldo remanescente, para a aquisição de equipamentos destinados às Unidades de Atenção Primária no total de R$ 18.650,20 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais e vinte centavos) referente por meio da Resolução SESA no 1.431/2023.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 18/08/2026.

Paranavaí, 19 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI –	***JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR –***
Presidenta	2ª Secretário
ARNOLDO LUIZ VICTOR –	***DRIELE DE SOUZA SAUCEDO –***
1º Vice-Presidente	1º Tesoureira
LEILA VANDA AGUIAR –	***MARIA LEILA LUCAS DE LIMA –***
2º Vice-Presidenta	2º Tesoureira
VANEIDE NOGUEIRA LIMA –	***KAMILA CRUZ TREICHEL –***
1ª Secretária	Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:EBBEBA6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº121/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº121/2026 – PROCESSO Nº123/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N°74/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *Associação das Famílias Rurais do Núcleo Dourado,*** inscrita no CNPJ nº 80.870.637/0001-78. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, auxiliar as famílias da associação com entrega de um classificador de sementes, e assim fomentar e elevar produtividade de alimentos nas propriedades rurais, contribuindo para o bem estar das famílias contempladas. **VALOR TOTAL:** R$ 17.000,00 (dezessete mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26609-43209 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

EDESON MARIAN -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:8F706D5B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº127/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº128/2026 – PROCESSO Nº130/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N°76/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 80.870.587/0001-29. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, o Concurso Rainha dos Bairros – Edição 2026, realizado bienalmente, tem como objetivo promover a integração entre os bairros e o distrito do nosso município, através das Associações de Moradores. Visa destacar a beleza da mulher Patobranquense, onde cada Associação de Moradores realiza a escolha da sua representante para participar da fase final organizada pela União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco, a ser realizada em data prevista de 12 de setembro de 2026. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 03 (três) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25610-43216 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

MARILENE DEBASTIANI COLLA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:FEE975E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº128/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE N°129/2026 – PROCESSO Nº131/2026.
REMANEJAMENTO N°87 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N° 137/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *Associação das Famílias Rurais do Núcleo Dourado,*** inscrita no CNPJ nº 80.870.637/0001-78. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, aquisição de 01 Subsolador com discos de corte e destorroador **VALOR TOTAL:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do presente instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 26609-43209 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

EDESON MARIAN -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:F7059BFD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº133/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº134/2026 – PROCESSO Nº136/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 81/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *Associação Basquetebol Arte de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 03.061.958/0001-80. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, execução do projeto "Basquete Cesta de Ouro", destinado à manutenção e fortalecimento da equipe adulta de basquetebol da Associação Basquetebol Arte de Pato Branco, contemplando treinamentos sistemáticos, acompanhamento técnico especializado e participação em competições oficiais de rendimento durante o exercício de 2026. **VALOR TOTAL:** R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887-43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

ROGER POGLIA DA LUZ -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:45E9AC65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º121 – PROCESSO N.º123 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 74/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva De Bancada n°74/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação das Famílias Rurais do Núcleo Dourado,*** inscrita no CNPJ nº 80.870.637/0001-78, com sede na Linha São Pedro de Alcantara, s/n, Núcleo Dourado, em Pato Branco/PR, CEP 85.513-899, telefone: (46) 99933-9098, endereço eletrônico: edeson2408@gmail.com. Para auxiliar as famílias da associação com entrega de um classificador de sementes , e assim fomentar e elevar produtividade de alimentos nas propriedades rurais, contribuindo para o bem estar das famílias contempladas.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Edson Roberto Silveira, através do endereço eletrônico secagricultura@patobranco.pr.gov.br

Pato Branco, 14 de Agosto de 2026.

EDSON ROBERTO SILVEIRA
Secretária Municipal de Agricultura

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:8EB1F3F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 128/2026 – PROCESSO N.º 130/2026 - REMANEJAMENTO N° 62/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N°76/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n° 62/2026 - Emenda impositiva de Bancada n°76/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 80.870.587/0001-29, com sede na Rua Ricieri Picoli, nº 113, Bonatto, em Pato Branco/PR, CEP 85.506-470, telefone: (46) 99114-8055, endereço eletrônico: uniaomoradores@hotmail.com. Para o Concurso

Rainha dos Bairros – Edição 2026, realizado bienalmente, tem como objetivo promover a integração entre os bairros e o distrito do nosso município, através das Associações de Moradores. Visa destacar a beleza da mulher patobranquense, onde cada Associação de Moradores realiza a escolha da sua representante para participar da fase final organizada pela União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco, a ser realizada em data prevista de 12 de setembro de 2026.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Ivete Ferrarini Iakmiu, através do endereço eletrônico seceducacao@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 17 de Agosto de 2026.

IVETE FERRARRINI IAKMIU
Secretária Municipal de Educação e Cultura

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:89BF2214

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 129/2026 – PROCESSO N.º 131/2026 - REMANEJAMENTO N° 87 - EMENDA DE BANCADA N° 137/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n°87/2026 - Emenda impositiva de Bancada n°137/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação das Famílias Rurais do Núcleo Dourado,*** inscrita no CNPJ nº 80.870.637/0001-78, com sede na Linha São Pedro de Alcântara, s/n, Núcleo Dourado, em Pato Branco/PR, CEP 85.513-899, telefone: (46) 3225-1961, endereço eletrônico: edeson2408@gmail.com. Para a aquisição de 01 Subsolador com discos de corte e destorroador.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Edson Roberto Silveira, através do endereço eletrônico secagricultura@patobranco.pr.gov.br

Pato Branco, 18 de Agosto de 2026.

EDSON ROBERTO SILVEIRA
Secretária Municipal de Agricultura

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:55A81DB8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 134/2026 – PROCESSO N.º 136/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 81/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°81/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Basquetebol Arte de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 03.061.958/0001-80, com sede na Rua Tocantins, nº 1394, Bairro Baixada, CEP: 85.505-140, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 98806-4036, endereço eletrônico: patobasquete@gmail.com. Para execução do projeto "Basquete Cesta de Ouro", destinado à manutenção e fortalecimento da equipe adulta de basquetebol da Associação Basquetebol Arte de Pato Branco, contemplando treinamentos sistemáticos, acompanhamento técnico especializado e participação em competições oficiais de rendimento durante o exercício de 2026.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:1330CCEC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO 06/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 95/2021/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2021 - PROCESSO N° 123/2021

PARTES: Município de Pato Branco e Paim Telecomunicações e Controle de Trafego Aéreo.
OBJETO: A prestação de Serviços Especializados, homologados pelo DCEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), para a operação da EPTA (Estação Prestadora de Serviços de Trafego Aéreo), Categoria "A", atendendo às necessidades do Aeroporto de Pato Branco – PR, Aeroporto Municipal Juvenal Loureiro Cardoso (SBPO), estrutura organizacional pertencente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, com base na Lei 8.666/93, especialmente em seu Art. 57, inciso II, bem como na cláusula terceira, inciso XVII do contrato original, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 31/08/2027.
Da Dotação Orçamentária, para manutenção das despesas serão utilizadas as seguintes dotações orçamentárias: 22.01 Departamento de Transporte Aéreo – Fonte 0 – Ação 2.671 – Despesa 40250 – Desdobramento 43915. 22.01 Departamento de Transporte Aéreo – Fonte 1045 – Ação 2.671 – Despesa 40253 – Desdobramento 43918. 22.01 Departamento de Transporte Aéreo – Fonte 0 – Ação 2.672 – Despesa 40263 – Desdobramento 43919. 22.01 Departamento de Transporte Aéreo – Fonte 0 – Ação 2.673 – Despesa 40271 – Desdobramento 43920.
Demais Cláusulas permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando–se ao fiel e integral cumprimento do termo de contrato e do presente.

Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito. João Paim – Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:062A90DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 01 CONTRATO N.º 108/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 19/2024 – PROCESSO N.º 75/2024

DAS PARTES: Município de Pato Branco e R V Dambros Administração de Imóveis LTDA
OBJETO: Locação de imóvel com benfeitoras em alvenaria, destinado ao funcionamento da Farmácia Satélite Descentralizada da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Mila n.º 21, Bairro Cristo Rei em Pato Branco PR, Quadra 1448 – Lote 20, imóvel registrado sob a matrícula n.º 40.886 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, com área total de 212,80m².
DO PRAZO: Prorrogação do prazo para mais 12 meses, ou seja, até 12 de agosto de 2027.
DO VALOR: Permanece inalterado.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25919-31308
Pato Branco, 31 de julho de 2026

GERI NATALINO DUTRA –
Locatário.

MARIA ROSANGELA RONSSEN DAMBROS –
Representante Legal
(Locador)

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:00462C5A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 04 CONTRATO N.º 222/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2022 - PROCESSO Nº 293/2022

DAS PARTES: Município de Pato Branco e Tonial Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
OBJETO: Locação de Imóvel Urbano, localizado na Rua Iguaçu n. º 281, Quadra 37–Lote 11, registrado sob matrícula n.º 36.188 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, com área privativa de 208,62m², atendendo as necessidades do Centro de Orientação e Apoio Sorológico – COAS da Secretaria Municipal de Saúde.
DO PRAZO: Prorrogação do prazo para mais 12 meses, ou seja, até 15 de agosto de 2027.
DO VALOR: Permanece inalterado.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25901-31307

Pato Branco, 31 de julho de 2026

GERI NATALINO DUTRA –
Locatário.

CIRO SABINO DOS SANTOS –
Locador - Representante Legal

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:05891F91

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 757, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Memorando nº 25.116, de 18 de agosto de 2026 da Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar para 40% (quarenta por cento) o adicional de insalubridade incidente sobre o salário-base da empregada pública CRISTIANA DA SILVA GONÇALVES, matrícula nº 10568-6, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:DB9130A0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 759, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo nº 27.778, de 18 de agosto de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **VANIA CRISTINA PELOSO,** matrícula nº 8679-7, ocupante do cargo de Professora, função Professora 20h, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 19 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:5C1CB453

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 760, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 22.552, de 24 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Considerando o interesse da Administração e a imprescindibilidade do retorno do servidor às suas atividades;
Considerando a necessidade do serviço público;
Considerando a emissão da Portaria nº 604, de 23 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Interromper as férias da servidora pública efetiva **INES DE FATIMA MACHADO**, matrícula nº 6248-0, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Gari de Caminhão, lotada junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no período de 27/07/2026 à 01/08/2026.

Art. 2º O período de férias não usufruído será oportunamente concedido, no período de 23/11/2026 à 28/11/2026, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Revogar o período descrito no Art. 1º do Anexo I – Relação de Servidores em Férias, da Portaria nº 604, de 23 de junho de 2026, no que se refere à servidora mencionada no Art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 27 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:8D7DE0C0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 761, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a solicitação formal contida no Memorando nº 25.384, de 19 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor público efetivo **WESLEY EMANNUEL RIBEIRO DE FREITAS**, Matricula nº 8681-9, ocupante do cargo de Professor, função Professor 20h, da função gratificada de Chefe do Setor de Elaboração de Materiais Didáticos junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:20477719

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 762, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 25.384, de 19 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor público efetivo **WESLEY EMANNUEL RIBEIRO DE FREITAS**, Matricula nº 8681-9, ocupante do cargo de Professor, função Professor 20h, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Administração, para a Escola Municipal São Cristóvão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:45B082C6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 763, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo nº 26.431, de 10 de agosto de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público efetivo **VALDIR MARTINS LEMOS,** matrícula nº 5183-7, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Operador de Máquinas Rodoviárias I, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:24EDFAA0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 764 , DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 89 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993; considerando o Decreto Municipal nº 9.153, de 20 de janeiro de 2022, e considerando o contido no Memorando nº 16.706, de 28 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **RONALDO SERGIO DA SILVEIRA FILHO,** portador do CPF nº 0X4.54X.X99-0X, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Acolhimento Institucional Casa Abrigo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 16 de junho de 2026, conforme comprovação do efetivo exercício constante do Memorando nº 16.706/2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0737C4DC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 765 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando a Portaria de Nomeação nº 745/2026; e considerando o contido no Memorando nº 20.883 de 06 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas em Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeadas por meio do Edital de Convocação nº 096/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 745/2026.

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATAS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Sidmara Mumbelli	Apresentou termo de desistência		
Ana Claudia Aparecida de Souza	Não compareceu		

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:91A60504

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 766, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando a Portaria Torna sem Efeito nº 765/2026; considerando o contido no Memorando nº 20.883 de 06 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATAS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Maristela Aparecida Barboza da Silva	70º	-	-
Eliane de Oliveira Rosa	71º	-	-

Art. 2º As candidatas relacionadas no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento das candidatas no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D9505C17

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2026 - PROCESSO Nº 8/2026

Com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas justificativas constantes do processo, RATIFICO o Processo de Contratação nº 8/2026, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 3/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria previdenciária contínua, voltada para a área de gestão, visando a certificação do RPPS no programa de Certificação Institucional e Modernização dos Regimes Próprios de Previdenciária Social – PRÓ-GESTÃO RPPS, o processo de manutenção e aperfeiçoamento contínuo das dimensões do Pró-Gestão, para atender às necessidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco (PATOPREV), em favor de Águia Educação e Soluções Executivas Ltda, CNPJ nº 53.439.116/0001-98, no valor mensal de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) e valor total de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil quatrocentos reais). Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto. Ainda, fica condicionada a eficácia da contratação direta à publicação do ato de ratificação de inexigibilidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município de Pato Branco, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 1º, § 2º, do Decreto Municipal nº 9.442/2023. Sendo assim, determino a publicação deste termo de ratificação de inexigibilidade de licitação e autorizo a confecção do contrato. Pato Branco, assinado e datado digitalmente.

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA -
Diretor Presidente - PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:AE689C0B

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.988, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 458.725,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 25.385, de 19 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ R$ 458.725,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
16	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
16.03	**FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
27	**Desporto e Lazer**	
27.812	**Desporto Comunitário**	
27.812.0092	**Gestão dos Recursos do Fundo de Esporte**	
2.623	Manutenção do Fundo Municipal de Esporte e Lazer – FUMDEL - Lei Municipal nº 6.185/2023	
4.4.90.51 – 58030 (46512)	Obras e instalações	458.725,00

Total	**458.725,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
58030	Programa Esporte que Queremos - Fundo do Esporte	458.725,00
Total		**458.725,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:9884CEA6

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO Nº 31/2026

PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PATO BRANCO-ACEPB**
OBJETO:	O objeto do presente Termo consiste na doação de revisão completa do projeto de pavimentação asfáltica, conforme trechos da ART de obra ou serviço 1720264857813 que compreende Rua Santo Agostinho II, Rua 15 de fevereiro, s/n; Rua Luiz P Mafra, s/n; Avenida Câmara Junior; Rua Vitorio Della Betta s/n; Rua Theofilo Petrycoski, s/n.
GERI DUTRA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:35CD34FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Súmula: Aprova e institui o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Pato Branco.

O conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPC) de Pato Branco no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Ordinária nº 6.475, de 10 de setembro de 2025, por meio de Deliberação em reunião ordinária realizada no dia 03 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar e instituir o **Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Pato Branco**, na forma do Anexo Único desta Resolução, que dela passa a fazer parte integrante.
Art. 2º O Regimento Interno aprovado por esta Resolução estabelece as normas de organização, funcionamento, competências, atribuições, composição, estrutura, reuniões, comissões, Secretaria Executiva, perda de mandato e demais procedimentos relativos ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições anteriores que contrariem o Regimento Interno aprovado por esta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 03 de agosto de 2026.

LILIANE APARECIDA SANTINI
Presidente
CMDPC

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PATO BRANCO – CMDPD
CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Pato Branco – CMDPD, criado pela Lei Municipal nº 4.670, de 30 de setembro de 2015, é órgão colegiado permanente, paritário, consultivo, propositivo, deliberativo, fiscalizador, articulador,

formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo único. O Conselho tem por finalidade promover, defender, acompanhar, fiscalizar e controlar a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito do Município de Pato Branco.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º São competências e atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – Avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas para inclusão da pessoa com deficiência, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos e à plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município.

II – Formular planos, programas e projetos da política pública municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implementação e ao seu adequado desenvolvimento.

III – Propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle social sobre as políticas públicas para a inclusão da pessoa com deficiência.

IV – Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acesso à saúde, à educação, à habitação, à reabilitação profissional, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer.

V – Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando ao Poder Executivo as medidas necessárias à consecução da política formulada e ao adequado funcionamento deste Conselho.

VI – Acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento à pessoa com deficiência.

VII – Acompanhar e fiscalizar as atividades dos órgãos e entidades dos setores público e privado com atuação na área de atendimento, promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

VIII – Acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência.

IX – Apreciar e avaliar a proposta orçamentária da política pública voltada à pessoa com deficiência.

X – Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas municipais diretamente ligadas à proteção e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

XI – Oferecer subsídios para elaboração de anteprojetos de lei atinentes aos interesses das pessoas com deficiência.

XII – Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas sobre a temática da deficiência e da inclusão social.

XIII – Proceder ao registro de entidades, organizações e programas governamentais e não governamentais referentes ao atendimento da pessoa com deficiência, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente e neste Regimento Interno.

XIV – Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência, encaminhando-as aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

XV – Promover canais permanentes de diálogo com a sociedade civil.

XVI – Propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

XVII – Promover intercâmbio com entidades públicas, privadas, conveniadas, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando ao cumprimento de seus objetivos.

XVIII – Receber de órgãos públicos, entidades privadas ou particulares todas as informações necessárias ao exercício de suas atividades.

XIX – Manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidades públicas ou privadas, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade.

XX – Elaborar e alterar seu Regimento Interno.

XXI – Avaliar e deliberar sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, destinados a programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política Municipal da Pessoa com Deficiência.

XXII – Deliberar sobre a movimentação dos recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a paridade entre governo e sociedade civil, assim distribuídos:

I – 05 (cinco) representantes governamentais, indicados pelos seguintes órgãos:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.

II – 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos em Conferência Municipal ou Assembleia especialmente convocada para este fim, observada a legislação vigente.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal, observado o disposto na Lei Municipal nº 4.670, de 30 de setembro de 2015, e suas alterações.

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, enquanto permanecerem no exercício das funções ou cargos que motivaram sua indicação ou eleição.

§ 2º Os suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirão a titularidade até a conclusão do mandato.

§ 3º Os suplentes poderão participar das reuniões e demais atividades do Conselho, com direito à voz, mas sem direito a voto quando presente o respectivo titular.

Art. 5º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos por meio de processo eleitoral realizado para esse fim.

§ 1º A eleição das entidades da sociedade civil será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência por meio de edital amplamente divulgado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do mandato vigente.

§ 2º As organizações da sociedade civil interessadas poderão inscrever-se como candidatas e/ou votantes, mediante comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação e no edital de convocação.

§ 3º As entidades eleitas deverão indicar seus representantes titulares e suplentes no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a realização do processo eleitoral.

Art. 6º O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHEIROS

Art. 7º Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência compete:

I – participar das reuniões plenárias, registrar presença, apreciar e votar a ata da reunião anterior;

II – justificar, por escrito, por meio físico ou eletrônico, as faltas às reuniões plenárias do Conselho até o início de sua realização;

III – solicitar à Secretaria Executiva a inclusão, na pauta dos trabalhos, de assuntos que desejem discutir e submeter à deliberação do Plenário;

IV – debater e votar as matérias submetidas à apreciação do Conselho;

V – requerer informações, providências e esclarecimentos à Diretoria ou à Secretaria Executiva;

VI – pedir vista de processos em discussão, devolvendo-os com parecer no prazo estabelecido pelo Plenário ou pela Presidência;

VII – apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos estabelecidos;

VIII – proferir declaração de voto, quando assim desejar;

IX – apresentar questões de ordem durante as reuniões;
X – propor ao Plenário a convocação de audiências públicas ou reuniões extraordinárias;
XI – acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;
XII – participar das comissões permanentes e temporárias para as quais forem designados;
XIII – apresentar, em nome da comissão da qual faça parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela aprovada;
XIV – propor alterações ao Regimento Interno do Conselho;
XV – requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
XVI – fornecer à Secretaria Executiva dados e informações de interesse do Conselho, sempre que os julgar relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos ou quando solicitados pelos demais membros;
XVII – requerer votação de matéria em regime de urgência, observadas as disposições regimentais;
XVIII – apresentar moções, requerimentos e proposições relacionadas à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
XIX – participar de grupos de trabalho, comissões temporárias e demais atividades para as quais forem designados;
XX – participar de eventos, capacitações, seminários e atividades de aperfeiçoamento relacionados às atribuições do Conselho;
XXI – exercer outras atividades inerentes à função de conselheiro e aquelas que lhes forem atribuídas pelo Plenário;
XXII – Compete aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência manter conduta ética, respeitosa e compatível com a função pública, tratando com urbanidade, respeito e cordialidade os demais conselheiros, convidados, servidores e demais participantes das reuniões e atividades do Conselho.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
SEÇÃO I
DA ESTRUTURA

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência estruturar-se-á em:
I – Diretoria, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;
II – Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas por deliberação do Plenário;
III – Plenário.

Parágrafo único. O Plenário é composto por todos os conselheiros titulares, sendo facultada a participação dos suplentes, observado o disposto neste Regimento.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá uma Diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria serão eleitos dentre os conselheiros titulares, por maioria absoluta dos votos, observando-se a alternância entre representantes governamentais e da sociedade civil, conforme disposto na Lei Municipal nº 4.670/2015.

Art. 10. Compete ao Presidente:
I – cumprir e zelar pelo cumprimento das deliberações do Plenário;
II – representar judicial e extrajudicialmente o Conselho;
III – convocar e presidir as reuniões plenárias;
IV – submeter a pauta à aprovação do Plenário;
V – submeter à votação as matérias a serem deliberadas pelo Plenário, podendo intervir na ordem dos trabalhos ou suspendê-los quando necessário;
VI – participar das discussões e votações nas mesmas condições dos demais conselheiros;
VII – praticar os atos necessários ao exercício das atividades administrativas do Conselho e aqueles decorrentes das deliberações plenárias;
VIII – assinar resoluções, deliberações, portarias, ofícios e demais documentos oficiais do Conselho;
IX – delegar atribuições, mediante aprovação prévia do Plenário;
X – submeter ao Plenário a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;
XI – apresentar ao Plenário o relatório anual de atividades;
XII – propor a criação e a extinção de Grupos Temáticos e Comissões Temporárias, indicando seus integrantes;
XIII – dar publicidade às decisões do Conselho;
XIV – consultar o Plenário sobre a conveniência de solicitar apoio técnico, operacional ou informações a órgãos públicos e entidades privadas;
XV – convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões plenárias, sem direito a voto;
XVI – decidir sobre questões de ordem;
XVII – desenvolver as articulações necessárias ao cumprimento das atividades da Presidência;
XVIII – exercer o voto de qualidade em caso de empate;
XIX – decidir, ad referendum do Plenário, sobre matérias urgentes quando não for possível convocar reunião em tempo hábil;
XX – solicitar recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho;
XXI – exercer outras atribuições necessárias ao regular funcionamento do Conselho.

Parágrafo único. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos e, na ausência simultânea de ambos, a presidência dos trabalhos será exercida pelo conselheiro mais idoso presente.

Art. 11. Compete ao Vice-Presidente:
I – substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências ou vacância, completando o mandato quando for o caso;
II – auxiliar o Presidente no exercício de suas atribuições;
III – exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente ou atribuídas pelo Plenário.

SEÇÃO III
DA SECRETARIA

Art. 12. A Secretaria do Conselho será exercida pelo 1º Secretário, competindo-lhe:
I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as reuniões do Conselho;
II – elaborar, em conjunto com a Presidência e a Secretaria Executiva, a pauta das matérias a serem submetidas à deliberação do Plenário;
III – elaborar e manter atualizadas as atas das reuniões;
IV – manter sistema de informações sobre processos, documentos e assuntos de interesse do Conselho;
V – organizar e manter a guarda dos documentos e arquivos do Conselho;
VI – exercer outras atribuições correlatas necessárias ao funcionamento do Conselho.

Parágrafo único. Em suas ausências e impedimentos, o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário. Na ausência de ambos, o Presidente designará um conselheiro para exercer a função durante a reunião.

SEÇÃO IV
DO PLENÁRIO

Art. 13. Compete ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
I – deliberar, por maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos membros presentes, sobre a aprovação e alteração deste Regimento Interno;
II – deliberar, por maioria absoluta de seus membros:
a) sobre a eleição da Diretoria do Conselho;
b) sobre a destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
III – deliberar, por maioria simples dos presentes, sobre os demais assuntos de sua competência;
IV – aprovar resoluções, deliberações e demais atos normativos necessários à execução da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e ao funcionamento do Conselho;
V – aprovar a criação e a extinção de Comissões Permanentes, Comissões Temporárias e Grupos de Trabalho, definindo suas competências, composição e prazo de duração;
VI – requisitar aos órgãos da administração pública e às organizações da sociedade civil documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;
VII – deliberar sobre a convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observadas as orientações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
VIII – deliberar sobre a perda de mandato ou destituição de conselheiros, observadas as disposições deste Regimento;

IX – convocar o fórum ou assembleia para eleição dos representantes da sociedade civil;
X – aprovar o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
XI – analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 14. O Plenário reunir-se-á conforme calendário anual previamente aprovado pelo Conselho, sendo suas deliberações amplamente divulgadas.
Art. 15. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
§ 1º A pauta das reuniões será elaborada pela Secretaria Executiva, sob supervisão da Presidência.
§ 2º A pauta e os documentos pertinentes serão encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, por meio físico ou eletrônico, devendo ser confirmada sua ciência.
§ 3º Qualquer cidadão, representante de entidade ou interessado poderá solicitar pauta nas reuniões e plenárias do CMDPD, desde que apresente solicitação por escrito à Presidência ou à Secretaria Executiva, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da reunião, indicando o assunto sobre o qual pretende se manifestar.
§ 4º A manifestação ocorrerá pelo tempo definido pela Presidência, observado o regular andamento da reunião e assegurada a igualdade de tratamento entre os inscritos.
§ 5º O direito de voz não confere direito a voto nem à participação nas deliberações do Conselho.
Art. 16. Os trabalhos das reuniões obedecerão à seguinte ordem:
I – abertura da sessão pelo Presidente;
II – verificação do quórum para instalação dos trabalhos;
III – leitura, discussão e aprovação da pauta;
IV – apresentação das justificativas de ausência;
V – apreciação e aprovação da ata da reunião anterior;
VI – discussão e deliberação das matérias constantes da pauta;
VII – apresentação de relatórios das Comissões Permanentes, Comissões Temporárias e Grupos de Trabalho, quando houver;
VIII – informes gerais e comunicações;
IX – encerramento da sessão.
§ 1º As reuniões serão instaladas, em primeira chamada, com a presença da maioria simples dos membros do Conselho.
§ 2º Poderá o Conselho instalar suas reuniões com qualquer número de presentes após quinze minutos da primeira chamada.
§ 3º Não existindo quorum de maioria absoluta, não haverá impedimento para que ocorram as reuniões.
§ 4º Na ausência da Secretaria Executiva, o Presidente designará servidor ou conselheiro para secretariar os trabalhos da reunião.
§ 5º Quando a ata tiver sido previamente encaminhada aos conselheiros, sua leitura poderá ser dispensada, procedendo-se apenas à apreciação de eventuais destaques ou retificações.
§ 6º O conselheiro poderá reconsiderar seu voto até a proclamação do resultado da votação.
§ 7º O conselheiro titular impossibilitado de comparecer deverá comunicar seu suplente e a Secretaria Executiva para garantir sua substituição.
Art. 17. As atas das reuniões serão lavradas pela Secretaria Executiva e submetidas à aprovação do Plenário, devendo ser acompanhadas da lista de presença e do registro das justificativas de ausência.
§ 1º As atas deverão registrar, de forma objetiva e fiel, os assuntos discutidos, as deliberações aprovadas e os encaminhamentos definidos pelo Plenário.
§ 2º As Resoluções e Deliberações terão numeração sequencial anual, devendo ser publicadas e arquivadas pela Secretaria Executiva.
§ 3º As propostas de retificação da ata da reunião anterior serão apreciadas antes de sua aprovação.
§ 4º Aplicam-se às reuniões extraordinárias, no que couber, as mesmas disposições previstas para as reuniões ordinárias.

SEÇÃO V
DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 18. As Comissões Permanentes terão caráter técnico e contínuo, enquanto os Grupos de Trabalho e as Comissões Temporárias terão caráter transitório, com objetivos, atribuições e prazos definidos pelo Plenário.
§ 1º As Comissões, Grupos de Trabalho e Comissões Temporárias serão compostas de forma paritária por representantes governamentais e da sociedade civil, dentre os membros do Conselho, os quais elegerão seu Coordenador e Relator.
§ 2º Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:
I – Comissão de Políticas Públicas, com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar políticas, programas, projetos e ações voltados à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência;
II – Comissão de Normas e Legislação, com a finalidade de analisar propostas normativas, acompanhar matérias legislativas e judiciais de interesse da pessoa com deficiência e emitir pareceres técnicos para apreciação do Conselho;
III – Comissão de Orçamento e Finanças, com a finalidade de acompanhar a elaboração e execução orçamentária da Política Municipal da Pessoa com Deficiência, coordenar a elaboração do Plano de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, acompanhar sua movimentação financeira e avaliar os resultados alcançados;
IV – Comissão de Garantia de Direitos, com a finalidade de monitorar, avaliar e propor medidas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.
§ 3º O Plenário poderá criar, alterar, fundir ou extinguir Comissões Permanentes, observadas as necessidades e a realidade do Conselho.
§ 4º As Comissões Permanentes deverão apresentar ao Plenário, anualmente, seu Plano de Ação e, periodicamente, relatórios de atividades e pareceres sobre as matérias analisadas.
§ 5º Os Grupos de Trabalho e Comissões Temporárias serão instituídos por deliberação do Plenário, com definição de objetivos, composição e prazo de funcionamento.

SEÇÃO VI
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 19. Compete à Secretaria Executiva, no exercício das atribuições de apoio técnico e administrativo prestado ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
I – secretariar as reuniões das Comissões, Grupos de Trabalho e sessões plenárias, promovendo o registro formal dos atos e deliberações;
II – adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento das deliberações e resoluções aprovadas pelo Plenário;
III – organizar, instruir e encaminhar os processos submetidos à apreciação do Conselho, promovendo os encaminhamentos decorrentes das decisões adotadas;
IV – prestar informações e esclarecimentos técnicos à Presidência, à Diretoria, às Comissões e aos Conselheiros, no âmbito de suas atribuições;
V – lavrar as atas das reuniões, providenciando sua apreciação, aprovação e arquivamento;
VI – realizar o controle de frequência dos Conselheiros e comunicar à Presidência as hipóteses de ausências injustificadas;
VII – providenciar a publicação, divulgação e arquivamento das resoluções, deliberações, atas e demais atos oficiais do Conselho;
VIII – auxiliar na elaboração das pautas das reuniões e providenciar o envio das convocações e demais documentos necessários aos Conselheiros;
IX – executar os serviços administrativos indispensáveis ao funcionamento do Conselho, incluindo a elaboração, organização, tramitação, controle e arquivamento de documentos;
X – manter atualizado o cadastro de Conselheiros, entidades representadas, comissões e demais registros institucionais;
XI – exercer outras atribuições correlatas necessárias ao regular funcionamento do Conselho.
Parágrafo único. A Secretaria Executiva exercerá suas atribuições em caráter permanente, prestando suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sem prejuízo das competências dos Conselheiros e da Diretoria.

CAPÍTULO VI
DA PERDA DO MANDATO E DA SUBSTITUIÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 20. Perderá o mandato a entidade ou organização da sociedade civil representada no Conselho que incorrer em qualquer das seguintes hipóteses:
I – Atuação incompatível com os objetivos e finalidades do Conselho, bem como o descumprimento do dever de urbanidade, quando

caracterizado por ofensas, agressões verbais, condutas desrespeitosas ou incompatíveis com o exercício da função de conselheiro;
II – extinção ou encerramento de suas atividades no Município;
III – aplicação de penalidade administrativa grave, devidamente comprovada;
IV – desvio ou má utilização de recursos públicos ou privados recebidos para execução de suas atividades;
V – desvio de sua finalidade institucional relacionada à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
VI – renúncia formal à representação no Conselho;
VII – perda das condições que justificaram sua habilitação e eleição para compor o Conselho;
VIII – ocorrência de 03 (três) faltas consecutivas ou 05 faltas alternadas injustificadas às reuniões do Conselho.
§ 1º A perda do mandato da entidade ou organização da sociedade civil será deliberada pelo Plenário, por maioria absoluta de seus membros, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º A vaga decorrente da perda do mandato será preenchida pelo respectivo suplente e, inexistindo este, pela entidade subsequente mais votada no processo eleitoral, quando houver.
§ 3º Nos casos omissos relativos à representação dos segmentos da sociedade civil, o Plenário deliberará sobre a forma de recomposição da representação.
Art. 21. Será substituído o conselheiro que:
I – deixar de integrar o órgão ou entidade que representa;
II – apresentar renúncia formal ao mandato;
III – adotar conduta incompatível com a dignidade da função de conselheiro;
IV – for condenado por decisão judicial transitada em julgado por crime ou contravenção penal incompatível com o exercício da função.
§ 1º A substituição será deliberada pelo Plenário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º Determinada a substituição de conselheiro representante da sociedade civil, caberá à respectiva entidade indicar novo representante, sob pena de perda da representação.
§ 3º A perda da representação pelas entidades da sociedade civil, bem como a perda do mandato de seus representantes, ocorrerá mediante ato do Prefeito Municipal, após deliberação do Conselho e observância do devido processo administrativo.
§ 4º Nos casos de renúncia, impedimento, afastamento ou vacância, o suplente assumirá imediatamente a representação até a indicação e nomeação do novo representante.
§ 5º O Presidente do Conselho solicitará ao órgão ou entidade representada a indicação de novo membro titular ou suplente, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para posterior nomeação pelo Prefeito Municipal.
§ 6º Os órgãos e entidades representados por conselheiros faltosos deverão ser formalmente comunicados após a segunda falta consecutiva ou a quarta falta intercalada, para adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário e, em situações de urgência, decididos pelo Presidente ad referendum, devendo a matéria ser submetida à homologação na reunião subsequente.
Art. 23. O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado mediante aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 24. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário e publicação do respectivo ato normativo, revogadas as disposições em contrário.
Pato Branco, 03 de agosto de 2026.

LILIANE APARECIDA SANTINI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:2F49DB00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75,§ e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
Homologar e Adjudicar a presente Licitação nos termos: a) Processo nº 21/2026; b) Licitação nº 15/2026 IL; c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação; d) Data de Homologação : 21/08/2026; e) Objeto da Licitação: Inscrição curso de capacitação "GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS PELA LEI 14.133/21 E O USO DA IA: COMO EVITAR A RESPONSABILIZAÇÃO, RISCOS E SANÇÕES AOS AGENTES PÚBLICOS " Participante: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA Quantidade de itens: 4; Média desconto(%): 0,0000; Total dos itens (em reais $)1.990,00,00/7.960,00;
2) Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente Manutenção dos Serviços administrativos da Câmara Dotação: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 Valor Estimado: R$7.960,00

Paula Freitas, 20 de agosto 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:2E57DCAE

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

O Presidente do Poder Legislativo Municipal, de conformidade com o Parecer da Comissão de Licitações, **RATIFICA** para todos os fins de direito, a contratação por Inexigibilidade de Licitação do LG ASSESSORIA, TREINAMENTOS E PESQUISA LTDA CNPJ Nº 18.036.852/0001-02 para inscrição em curso de capacitação, conforme descrição constante do Processo Licitatório nº 22/2026, com fundamento no art. 74. Da Lei 14.133/21, combinado com art. 6º da mesma Lei.

Paula Freitas - PR, 20 de agosto de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:AE657CBE

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE REFERÊNCIA E DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

A Câmara Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, através da Agente da Comissão de Licitações, torna público que o Exmo. Senhor Presidente Edson José de Moura Cordeiro, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/21, combinado com art. 6º da mesma Lei, conforme consta no Processo Licitatório nº 22/2026, declarou a Inexigibilidade N° 16 do curso: "LEGISLATIVO DO FUTURO: VERERADORES, ASSESSORES E SERVIDORES EM UMA NOVA ERA DA INTELÊNGIA ARTIFICIAL" E " FISCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA, PROCESSO LEGISLATIVO E SEGURANÇA JURÍDICA NA PRÁTICA"", em atendimento a Proposta e Autorização de Viagem nº 38,40,41,42/2026 para cidade de Dionísio Cerqueira SC

Contratado: LG ASSESSORIA, TREINAMENTOS E PESQUISA LTDA CNPJ N°18.036.852/0001-02
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.890,00 (Dois Mil Oitocentos e noventa reais), VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 11.560,00 (Onze mil quinhentos e sessenta reais).
Dotação orçamentária:
Órgão: 01 Poder Legislativo
Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Paula Freitas
Funcional: 01.031.0001 Processo Legislativo
Projeto/Atividade 2.001 Manutenção dos Serviços Administrativos da Câmara
Elementos 3.3.90.39.00.00.00.00
3.3.90.39.48.00.00.00
A presente declaração encontra-se fundamentada consoante se denota da justificativa elaborada, em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com ao de mercado.
Fica eleito o fórum da Comarca de União da Vitória PR, para dirimir quaisquer dúvidas relevantes a essa Inexigibilidade de Licitação.

Paula Freitas – PR, 20 de agosto de 2026.

ELIZETE MARIA RONHAKI
Agente de Licitação

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:63FF3B08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026
PREGAO ELETRONICO Nº 30/2026
OBJETO: *Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos para instalação, manutenção, adaptação ou desinstalação de câmeras de segurança, interfones, alarmes e portões eletrônicos em atendimento às Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.* **Entrega das propostas: até 02/09/2026 às 08h14min. Abertura das Propostas: 02/09/2026 às 08h15min.** O edital encontra-se disponível no endereço Av. Agostinho de Souza, n.º 646, Paula Freitas/PR, das 08h00min às 17h00min ou no site: www.paulafreitas.pr.gov.br
E-mail: licita.paulafreitas@yahoo.com
20/08/2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:55637CB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO 54/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 275/2025
OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAIS MEDICOS E DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPÍO DE PAULA FREITAS PR.*

REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

Referente ao processo licitatório citado acima, foi encaminhado pela empresa **Precisa CURAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 41.550.166/0001-69,** vencedora do item abaixo.

ITEM 05: AGULHA HIPODERMICA 30X0,80 (21G X 11/4) C/ 100

CUSTO ANTERIOR (R$) 6,12
REAJUSTE: 66%
CUSTO REAJUSTADO (R$) 10,1450

Sem mais, subscrevemo-nos, atenciosamente.

Paula Freitas, 20 de agosto de 2026

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:CEDE8AE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNLATERAL

TERMO DE RESCISÃO UNLATERAL

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS-PR, E DE OUTRO A Sra. KATLYN BRUNA ADRIANO DA SILVA, NOS TERMOS E CONDIÇÕES QUE SE RECIPROCAMENTE OUTORGAM E SE COMPROMETEM.

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.687.954/0001-13 sito a Avenida Agostinho de Souza, 646, centro, Paula Freitas/Pr, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Senhor Sebastiao Algacir Dalpra, Prefeito, casado, portador do RG nº. 4624765-5 SSP/PR, inscrito residente no CPF sob o nº. 660.883.729-15 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a KATLYN BRUNA ADRIANO DA SILVA, brasileira, portadora do RG nº.109970182, e do CPF nº.09502160975, doravante denominado CONTRATADA, formalizam entre si o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO
1.1. *CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS CUIDADORES SOCIAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.*

2. DO PRAZO
2.1. O presente contrato de rescisão passa a viger a partir do **dia 02 de agosto de 2026.**

3. DA RESCISÃO
3.1. Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o **Contrato Nº 32/2026**- *Processo Licitatório nº29/2026 - CREDENCIAMENTO N.° 02/2026*, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

4. DO FORO
4.1. Fica eleito o foro da Comarca de União da Vitória/PR para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Paula Freitas/PR, 20 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Município De Paula Freitas
Contratante

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:212A15BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2026 Nº PROC. ADM. 80/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO 27/2026
Nº PROC. ADM. 80/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, de acordo com a regulamentação conforme edital realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por EDER RENATO STELMACH e tendo como autoridade IRENEU INÁCIO ZACHARIAS.

PUBLICAÇÃO: 20/08/2026 14:25
INÍCIO REC. PROPOSTA: 20/08/2026 15:00
FIM REC. PROPOSTA: 03/09/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 03/09/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 2.771.093,4394

OBJETO DO PROCESSO

PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, UTENSÍLIOS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS (INCLUINDO HORTIFRÚTI, PANIFICAÇÃO, CARNES, LATICÍNIOS, FÓRMULAS ESPECIAIS E SORVETES) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE CONSUMO DIÁRIO E REGULAR DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@paulofrontin.pr.gov.br, telefone: 4235431210 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DKJx0G3oGUJ2Lk_5upJg6RYcMayXa0jtvYWQrPdhAXNxWq53FRwtTKd0KgKvQ8BSpZ%2F2AX3CG8c5St0Ylyv%2FI6Jfhoyyx9GlB7S%2FbnlJPSGY%3D

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:28B1FA35

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:LEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.725.725/0001-35, com sede Rua 240, n.º 400, Sala 02, Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Aplicação do índice de reajuste do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV) acumulado no período de direito, fundamentada na previsão expressa contida na Cláusula Sétima do Contrato nº 47/2022, bem como na legislação aplicável às contratações públicas.
ALTERAÇÕES PROMOVIDAS:
VALOR ANUAL ANTERIOR: R$ 6.861,02 (seis mil, oitocentos e sessenta e um reais e dois centavos).
VALOR ANUAL REAJUSTADO: R$ 6.902,80 (seis mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos).
EFICÁCIA: O apostilamento produz efeitos a partir da data de sua assinatura, devendo ser juntado aos autos e promovida a atualização dos registros cadastrais, financeiros e contratuais.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 20 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:64683CBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO E AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O **MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE**, Estado do Paraná, torna público, para os fins do item 12.4 do Edital e do art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, que a impugnação apresentada por **LÍDER ASFALTO RAPIDO LTDA**, CNPJ nº 36.646.042/0001-41., em face do Edital de Credenciamento nº 10/2026 (credenciamento de fornecedores de materiais de construção em geral), foi **CONHECIDA** e, no mérito, **JULGADA PROCEDENTE**, por decisão de 20 de agosto de 2026, deferindo-se o acesso à pesquisa de preços e determinando-se a **RETIFICAÇÃO** do Anexo III do Edital quanto ao **Item 359 – ASFALTO FRIO - ENSACADO 25 KG, PARA TAPA BURACOS** (unidade: saco; quantidade estimada: 100), cujo **valor unitário passa de R$ 11,70 para R$ 21,11** (vinte e um reais e onze centavos) e o **valor total do item, de R$ 1.170,00 para R$ 2.111,00**, com base na média de contratações similares homologadas no PNCP nos últimos 12 meses (R$ 23,46 – Relatório de Cotação), mantido o desconto linear de 10% sobre o referencial adotado, na forma dos itens 1.1 e 5.1.1 do Edital e do art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
Em consequência, o **valor global estimado** do credenciamento passa de R$ 2.838.752,50 para **R$ 2.839.693,50** (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). Permanecem **inalterados** os demais itens, condições e anexos do Edital.
A retificação produz efeitos a partir desta publicação, aplicando-se às adesões e às ordens de compra emitidas a partir dela. O chamamento público **permanece aberto** ao credenciamento de novos interessados pelo prazo remanescente, **sem reabertura de prazos**, por não haver sessão pública nem formulação de propostas no procedimento (art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, por analogia).
A íntegra da decisão, o Relatório de Cotação – Demanda 3002 e o Edital consolidado encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.pncp.gov.br), no sítio oficial do Município (www.peroladoeste.pr.gov.br) e no Departamento de Licitações e Compras, na Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h às 17h. Informações: licitacao@peroladoeste.pr.gov.br ou (46) 3556-1223.
Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 20 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:C8C06112

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **SRRS SOLUÇÕES REPRESENTATIVAS RECUPERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**
ORIGEM: Edital De Pregão Eletrônico Nº 14/2025, Processo administrativo nº 41/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 20/08/2025 a 19/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 20/08/2026 a 19/08/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 20/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:B49AC288

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026

O Município de Pérola D'Oeste, por seu Prefeito Municipal Edsom Luiz Bagetti, no uso de suas atribuições legais, torna público e convoca todos os interessados para a Audiência Pública que será realizada no dia 25 de agosto de 2026, às 13:15 horas, na Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, para apresentação do projeto de aquisição de terreno para fins industriais.

Pérola D'Oeste, (PR), 20 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:C95E1253

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2025

2º ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e UrbanismoSr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA**, CNPJ 79.390.530/0001-43, localizada na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro: Corredeiras em Campo Alegre/SC, Telefone (47) 3635-1348, e-mail: fabiane@extracaodeareia.com.br, representada por **MARCOS HEINZ MAAHS**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.520.106, inscrito no CPF sob n. º 005.xxx.569-xx, residente na cidade de São Bento do Sul/SC, denominado **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 079/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme prazos abaixo:

EXECUÇÃO: 150 (cento e cinquenta) dias de 13/08/2026 a 09/01/2027
VIGENCIA: 150 (cento e cinquenta) dias de 09/02/2027 a 08/07/2027
Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.
Piên/PR, 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:DC3CC083

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 001/2025

6º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA FLANT CONSTRUTORA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **FLANT CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 46.570.531/0001-10, Inscrição Estadual n.º 495.281.479.115 e Inscrição Municipal nº 30004443, com sede a Rua Daniel Nunes Vieira, nº 117, Loteamento Santa Fé, Gold Place, Ourinhos/SP, CEP 19.910-136, Telefone: (14) 99705-4248, e-mail: licitacao.flantconstrucoes@gmail.com; neste ato representado pela **Sra. Patricia Vieira de Moraes Feliciano**, inscrita no CPF sob nº. 336.xxx.578-xx, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 014/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3825/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 90 dias de 27/08/2026 a 24/11/2026
VIGÊNCIA: 90 dias de 31/12/2026 a 31/03/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 20 de agosto de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D00A5421

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 266, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 266, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA DECRETO Nº 206, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I, II, IV e V do artigo 3º do Decreto nº 206, de 25 de junho de 2024, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3°...
I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil: Andson Mayeski Costa Nunes (titular) e Tatiane Andreza Katzer (suplente);
II - Secretaria Municipal de Educação: Grasiele Rodrigues (titular) e Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira (suplente);
...
IV - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura: Alecsandro Lourenço Martins (titular) e Alaor Bittencourt (suplente);
V - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico: Jessica Dieine Liebl (titular) e Keila Fernanda Gurski (suplente).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 20 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:AA0ADE5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 039/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 039/2026

PROTOCOLO: 3773/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem de simples reconhecimento do solo à percussão (SPT), conforme ABNT NBR 6484:2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: MJ SONDAGEM E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 37.611.592/0001-98
VALOR: R$ 7.816,78 (Sete mil e oitocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos)

AUTORIZAÇÃO: 20/08/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:E940A549

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 040/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 040/2026

PROTOCOLO: 3801/2026

Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de plotagem para 01 (um) veículo pertencente a frota da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: ACS CUT PRINT CORTES E IMPRESSÕES DIGITAIS LTDA
CNPJ: 41.863.541/0001-20
VALOR: R$ 2.750,00 (Dois mil e setecentos e cinquenta reais).

AUTORIZAÇÃO: 20/08/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:A3E33F2B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 209/2026 A 212/2026

EXTRATO DE ATAS

ATAS 209/2026 A 212/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 050/2025
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais elétricos destinados para manutenção da rede de iluminação pública do Município.

Ata nº 209/2026 - X3 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 10.559.634/0001-32, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).
Ata nº 210/2026 - 63.593.457 LUCIANE DE SOUZA TASCHEK, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 63.593.457/0001-77, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 69.257,20 (sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).
Ata nº 211/2026 - ELIPTICA ENERGIA S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 50.218.264/0001-94, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 61.650,00 (sessenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais).
Ata nº 212/2026 - LETKI MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 82.510.850/0001-02, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 267.518,43 (duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).

Fiscal Administrativo: Esdras Rya Rocha Cruz.

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação, podendo ser prorrogado conforme Lei 14.133/2021.
Data de assinatura: 19 de agosto de 2026

Coordenação de Contratos.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:ABAE7C03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios que ficaram em deserto, para o preparo da merenda escolar, em atendimento aos alunos matriculados na Rede Pública de Ensino do município de Piên", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

GALPAO RESTAURANTE E CHOPERIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 33.949.101/0001-62, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 39.247,20 (trinta e nove mil e duzentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).
PAPELARIA SÃO BENTO LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 31.674,20 (trinta e um mil e seiscentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).
SUPERMERCADO NEGRELLI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.462.400/0001-19, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais).

VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 61.954.306/0001-71, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 190.496,75 (cento e noventa mil e quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos).

Piên/PR, 20 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:97684953

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026**, o qual tem como objeto a "**Contratação de empresa especializada para organização e execução para II Concurso de Bandas e Fanfarras de Piên Taça José Lirio no dia 24 de outubro de 2026**", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

KARIEN TUANI BARBOSA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 47.697.978/0001-18, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Piên/PR, 20 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B7626BDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1644, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 1.644, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Origem: Projeto de Lei nº 037/2026

DENOMINA VIA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Santos,o trecho de 200,28 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial UTM 7111902.00m S e 657364.00m E, e ponto final UTM 7111894.00m S e 657432.00m E; no azimute de 19°59'26", situada no Avencal.

Art. 2º Fica denominada Rua Niterói, o trecho de 278,33 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial UTM 7112761.00m S e 657136.00m E; e ponto final UTM 7112679.21m S e 657189.15m E; no azimute de 336°23'03", situada no Centro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 20 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:DD3431A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1645, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI N° 1.645, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Origem: Projeto de Lei nº 038/2027

Autoriza abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 110.000,00.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64, Lei nº 1.598, de 25 de setembro de 2025, e Lei nº 1.609, de 11 de dezembro de 2025, conforme discriminação abaixo:

11. Secretaria de Saúde
01. Fundo Municipal de Saúde
10.301.0014.2033 – Manutenção da Gestão em Saúde
33.72.00.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
33.72.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
493 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde...R$ 110.000,00
Total ..... **R$ 110.000,00**

Art. 2º Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1º, serão utilizados:
I - O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita e Fonte, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

CONTA DE RECEITA		
RECEITA	Descrição	Valor
172350010300000000	TETO MUNICIPAL MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE ESTADO – FONTE 493	110.000,00
	TOTAL	110.000,00

Total.....**R$ 110.000,00**

Art. 3º Com base nas alterações desta Lei, fica autorizado a compatibilização dos Planos orçamentários LDO e PPA para o presente exercício.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 20 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:102B7443

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1071, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1071, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de

suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 17 de agosto a 21 de agosto de 2026, à servidora pública **KAUANE DE OLIVEIRA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 7***.***.*/SC e matrícula funcional 4766018, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado de acompanhamento apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E12AC934

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1072, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1072, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM REGIME SUPLEMENTAR

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto 146/2025, e considerando ainda o disposto no Art. 68 da Lei Municipal 1070/2010, Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ampliação de jornada de trabalho, em regime suplementar, de 20 horas semanais, a partir de 03 de agosto até 21 de agosto de 2026, à empregada pública **LETICIA PSCHEIDT MACHADO GALVÃO**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 093.***.***-** e matrícula funcional 4766396, ocupante do emprego público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 03 de agosto de 2026.

Piên/PR, 19 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7567ABF3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1073, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1073, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM REGIME SUPLEMENTAR

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto 146/2025, e considerando ainda o disposto no Art. 68 da Lei Municipal 1070/2010, Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ampliação de jornada de trabalho, em regime suplementar, de 20 horas semanais, a partir de 13 de agosto de 2026, à servidora pública **JERUSA ELIANAY WEDEKIND**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 035.***.***-** e matrícula funcional 105591, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 13 de agosto de 2026.

Piên/PR, 19 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:112423AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1074, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1074, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM REGIME SUPLEMENTAR

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto 146/2025, e considerando ainda o disposto no Art. 68 da Lei Municipal 1070/2010, Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ampliação de jornada de trabalho, em regime suplementar, de 20 horas semanais, a partir de 17 de agosto de 2026, à servidora pública **GIZELAINE DE FATIMA FAGUNDES SCHUEDA**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 939.***.***-** e matrícula funcional 4766209, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 17 de agosto de 2026.

Piên/PR, 19 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:77A659D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1075, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1075, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM REGIME SUPLEMENTAR

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto 146/2025, e considerando ainda o disposto no Art. 68 da Lei Municipal 1070/2010, Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ampliação de jornada de trabalho, em regime suplementar, de 20 horas semanais, a partir de 27 de julho até 31 de agosto de 2026, à empregada pública **ADRIANE ZAPPE DA COSTA**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 078.***.***-** e matrícula funcional 4766181, ocupante do emprego público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 27 de julho de 2026.

Piên/PR, 19 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:89D37C71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de instrumentos musicais, destinados ao atendimento das oficinas de música desenvolvidas nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Piên/PR. **Entrega das propostas**: a partir 24/08/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 04/09/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 20 de agosto de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0C70A49B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1295/2026

DECRETO Nº 1.295/2026

SUMULA: Nomeia Comissão para fins de avaliação de Imóveis Públicos, e de Particulares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA

Artigo 1.º Nomeia COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS E DE PARTICULARES que terá por objetivo avaliar, mediante procedimentos aqui fixados, o valor de imóveis, públicos e particulares de interesse direto ou indireto da Administração Pública Municipal, seja para aquisição, alienação, doação, permuta, uso e outros fins legais.
§1º - Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão de Avaliação imóveis públicos e de particulares levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas.
I - o preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos;
II - a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

Art. 2º A Comissão de Avaliação de Imóveis, instituída por este Decreto, será composta por 04 (quatro) membros titulares, abaixo indicados:

• I – Vanderlei Bampi Matrícula nº 671-1 – Presidente;
• II – Franco Zelirio Ferrari Matrícula nº 399-1 – Membro;
• III – Marcio Silvino Beppler Matrícula nº 247-1 – Membro.
• IV - Klicieli Bruch de Oliveira Matricula nº 589-1 - Membro

Art. 3º Os membros da Comissão exercerão seus mandatos de forma gratuita e sem prejuízo das funções normais do cargo ocupado na Administração Municipal, sendo o exercício da função considerado na avaliação de desempenho do servidor.

Art. 4º São atribuições da Comissão de Avaliação de Imóveis:
I - avaliar os imóveis públicos e particulares para todas as formas de aquisição, alienação, doação, permuta, uso e outros fins legais pelo Poder Público Municipal;
II - Verificar a compatibilidade do valor pretendido pelo proprietário, se particular, em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de aquisição ou permuta;
III - elaborar laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem.

Parágrafo Único - No laudo de avaliação, além do valor, deverão constar detalhadamente as condições e características do imóvel.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.257/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, EM 20 DE AGOSTO DE 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:5FAC7E39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 122/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e serviços de recuperação de veículo Chevrolet Spin, incluindo funilaria, pintura e montagem
CONTRATADO: CESAR HENRIQUE DE LARA 07583371910
CNPJ: 48.474.119/0001-22
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 19/08/2026

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01941	06.002.10.301.1001.2043	00389	3.3.90.30.00.00	Recursos de Exercícios Anteriores
2026	02011	06.002.10.301.1001.2043	00389	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01449	06.002.10.301.1001.2043	00449	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: : Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 20 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:CD878744

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 32/2026

O Município de Pinhal de São Bento/PR torna público o 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 32/2026, celebrado com a APAE de Pinhal de São Bento.
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
CONVENENTE: APAE DE PINHAL DE SÃO BENTO
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da finalidade constante do Plano de Trabalho vinculado ao Termo de Fomento nº 32/2026, conforme Plano de Trabalho revisado e aprovado pelo CONCEDENTE, passando este a substituir integralmente o plano anteriormente aprovado.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalterados o objeto da parceria, o valor global de R$ 183.491,04, o cronograma de desembolso, a vigência e todas as demais cláusulas do Termo de Fomento nº 32/2026 que não conflitarem com o presente aditivo.

Pinhal de São Bento/PR, 20 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:2A0A3C88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 713/2026

Concede Pensão por Morte

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Proc. Adm. de Pensão por Morte nº 009/2026-P, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Pensão por Morte a **IRISNANDA BILIO DA SILVA ARAÚJO**, CPF nº 007.926.391-70, na qualidade de cônjuge, e aos filhos menores **PEDRO HENRIQUE BILIO DE ARAÚJO**, CPF nº 717.357.091-09, e **AYLA BILIO DE ARAÚJO**, CPF nº 118.783.639-72, dependentes do servidor público municipal falecido **ORLANDO SAMPAIO DE ARAÚJO**, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, matrícula funcional nº 500831, CPF nº 020.964.249-17, com fundamento no art. 2º, inciso II, alíneas "a" e "b", e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Lei Municipal nº 862/2006, c/c os arts. 11, incisos I e III, e 32, inciso II, alínea "a", e § 2º, do Decreto Municipal nº 3.163/2008.
Art. 2º O benefício de pensão por morte fica fixado no valor bruto mensal total de **R$ 3.660,32 (três mil seiscentos e sessenta reais e trinta e dois centavos)**, a ser rateado em partes iguais entre os três dependentes habilitados, correspondendo a R$ 1.220,10 (mil duzentos e vinte reais e dez centavos) para Irisnanda Bilio da Silva Araújo e a R$ 1.220,11 (mil duzentos e vinte reais e onze centavos) para cada um dos filhos Pedro Henrique Bilio de Araújo e Ayla Bilio de Araújo.
Art. 3º O benefício concedido por esta Portaria será reajustado de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 7 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:64ECFFDC

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 714/2026

Concede Pensão por Morte

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Pensão por Morte nº 010/2026-P, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Pensão por Morte a **REGINA ALVES**, RG nº 3.590.781-5, CPF nº 766.493.269-68, na qualidade de companheira do servidor público municipal inativo falecido **ALCIDES PIRES RIBEIRO**, matrícula funcional nº 475381, RG nº 3.472.577-2, CPF nº 405.126.309-68, com fundamento no art. 2º, inciso II, alínea "a", e no art. 18, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal nº 862/2006, c/c os arts. 11, inciso I, e 32, inciso I, alínea "a", e § 2º, do Decreto Municipal nº 3.163/2008.
Art. 2º O benefício de pensão por morte fica fixado no valor bruto mensal de **R$ 2.785,10 (dois mil setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos).**
Art. 3º O benefício concedido por esta Portaria será reajustado de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 7 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:FB55EE57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

ETAPA	NOVO PRAZO
Divulgação Do Resultado Preliminar Da Seleção	**02/09/2026**
Período De Recurso Da Seleção	**02/09 a 04/09/2026, até as 16h**
Divulgação Do Resultado Final Da Seleção	**15/09/2026**
Convocação Para A Etapa De Habilitação	**16/09/2026**
Envio Da Documentação De Habilitação	**16/09 a 21/09/2026, até às 16h**
Divulgação Do Resultado Preliminar Da Habilitação	**25/09/2026**
Período De Recurso Da Habilitação	**25/09 a 29/09/2026, até às 16h**
Divulgação Do Resultado Final Da Habilitação	**06/10/2026**
Assinatura Do Termo De Execução Cultural	**07/10 a 09/10/2026, até às 16h**
Previsão De Repasse Dos Recursos	**A partir de 14/10/2026**
Período De Execução Dos Projetos	**Até 12 meses, contados a partir do recebimento do recurso**

Observação: permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 04/2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura E Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5AF2C2F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA – Nº 08/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 20.094/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Presidente da Comissão de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização da concorrência citada, que tem por objeto a Contratação de reforma e ampliação da Escola Rural Municipal Heinrich de Souza, localizada na rua Juri Danilenko, nº 3468, bairro Bosque Tarumã – Guarituba, no município de Piraquara/PR, será realizada no dia**08/09/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras **- Critério de Julgamento**: Menor Valor. **Valor Máximo**: R$ 5.171.390,91 (Cinco milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e noventa reais e noventa e um centavos). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 20 de agosto de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Agente de Contratação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:89D3657E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.970/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.122.0010.2042 – Administração e Coordenação Geral – SMIN

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00	513	1000	Indenizações e restituições trabalhistas	40.000,00
Total				**40.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2046 – Pavimentação de Vias

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	546	1000	Obras e instalações	40.000,00
Total				**40.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:95E6CAEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.967/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ericson Francisco de Paula	733931	Técnico Administrativo Escolar	20/08/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 20/08/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 19 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:629D7A61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.968/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,
DECRETA:
Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor **Ericson Francisco de Paula** do cargo de Superintendente de Orçamento, da Secretaria Municipal de Planejamento.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 20/08/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 19 de Agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:9C590D04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.969/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **licença para tratar de interesses particulares** (sem remuneração) conforme disposto no art. 95 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Piraquara, no período compreendido entre **21/08/2026 a 20/07/2027** à servidora **Bruna Amanda Belenda Artigas**, ocupante do cargo Professora III Especialização**,** matrícula funcional nº **997166,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 21 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 19 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:F07ADF19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 086/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 542/2023, com homologação através do Edital Nº 629/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2974/2024 de 05/03/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N° 078/2026, SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – II SECRETARIA ESCOLAR

Classif.	Nome	Resultado
41	VINICIUS DE LIMA ANDRADE	AUSENTE
42	JOSELY LUZ MULLER	AUSENTE
43	SIDNEI FERREIRA	APTO

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D27B2DED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 087/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 542/2023, com homologação através do Edital Nº 629/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2974/2024 de05/03/2024, RESOLVE CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO E APTO NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 086/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – II SECRETARIA ESCOLAR

Classif.	Nome	Resultado
43	SIDNEI FERREIRA	APTO

O candidato acima mencionado deverá proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 25/08/2026, às 8h:30min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:9F4E8843

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 088/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DO CANDIDATO CONVOCADO ATRAVÉS DO EDITAL N° 079/2026, SENDO CONSIDERADO:
CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
12	VICTORIA ALINE BALAN	INAPTA TEMPORARIAMENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7A3CCFB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 089/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°080/2026 SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
733	PATRICIA MARIANA HACCOURT DO NASCIMENTO	AUSENTE
734	FABIANE DA CRUZ FARIAS	AUSENTE
735	SIMONIA DIAS CAMPOS (CANDIDATA JÁ CONVOCADA PELA RESERVA DE VAGAS PARA AFRO)	AUSENTE
736	VANESKA ALMEIDA DE MENEZES	AUSENTE
737	JESSICA PEREIRA DE GODOY ESPÍNDOLA	AUSENTE
738	LEYLA LEIANE DA SILVA JOST	APTA
739	ALZENIR DE LOURDES DE OLIVEIRA	APTA
740	EDIELE DE FÁTIMA DA SILVA	APTA
741	KAOANA DE ALMEIDA DE OLIVEIRA	AUSENTE
742	ANDREIA GONÇALVES PADILHA DE ARAUJO	AUSENTE
743	CRISTIANE QUEIROZ BARBOSA DA SILVEIRA	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A30A6616

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 090/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS E APTOS NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 089/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
738	LEYLA LEIANE DA SILVA JOST	APTA
739	ALZENIR DE LOURDES DE OLIVEIRA	APTA
740	EDIELE DE FÁTIMA DA SILVA	APTA
743	CRISTIANE QUEIROZ BARBOSA DA SILVEIRA	APTA

Os candidatos acima mencionados deverão proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 25/08/2026, às 9h:00min.,**na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:3E425282

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 085/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
PRORROGAR por mais 02 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público, Edital n° 724/2024, homologado pelo Edital n° 882/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, ano XIII, edição n° 3093/2024, de 21 de agosto de 2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:FDEB8FA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 24/2026

Resultado oficial do teste de coordenação pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Piraquara para as escolas.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Tornar público o Edital com o resultado final do processo seletivo interno de Coordenação Pedagógica das Escolas Municipais para o período 2026/2028.
Art. 1° Atendendo o disposto no Decreto Nº 6899/2018, Artigo 3º o qual determina o processo de escolha para a função de Coordenador Pedagógico das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação, os candidatos aprovados estão convocados a assumir vagas em aberto nas escolas municipais.
Art. 2° O presente processo seletivo, assim como o período de atuação na Coordenação Pedagógica decorrente desse, terá vigência até 31 de dezembro de 2028.
Art. 3° É vedada a escolha de vaga por procuração.
Art. 4º Os candidatos aprovados, abaixo relacionados estão convocados a comparecer na Secretaria Municipal de Educação - Vila da Cidadania, conforme data e horário abaixo determinados para escolha de vagas:
Data: 24/08/2026 - segunda-feira
Horário: 8h15

CANDIDATO	RESULTADO
Elaine Cristina Barros Ropelato	Aprovado
Franchesca Fabiola Cardoso Ribas	Aprovado

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:40B05C90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 21.142/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Capitulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, **AUTORIZA** o **Processo nº 21.142/2024** - **Inexigibilidade de Licitação nº 11/2024**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidade da Secretaria de Educação,** em relação aos seguintes credenciados Giovnna Aparecida da Silva; Nycolas Gabriel Pereira dos Santos; Vanessa Pereira de Paula Soares Bueno; Diula Karoline Jesus da Luz; Cristiane Café de Castro; Pamela Gabrielly Rezende dos Santos; Eduardo Carleto Rink; Eliane Gonçalves Rosa; Julia Maria Nogueira da Silva; Lucas Espindola Foltran, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:35FE2B22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.699/2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Piraquara, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a Proposta Curricular Municipal de Piraquara, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,** Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205, 206, 211 e 214 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.338, de 14 de abril de 2026 – Plano Nacional de Educação, em seu objetivo 3 que estabelece o compromisso com a garantia da alfabetização das crianças na idade adequada e a recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação de Piraquara;
CONSIDERANDO os princípios teórico-metodológicos, pedagógicos e avaliativos previstos na Proposta Curricular Municipal de Piraquara;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito de aprendizagem de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino, respeitando os diferentes tempos, ritmos e processos de desenvolvimento humano;

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Piraquara, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização e ao letramento das crianças, assegurando o desenvolvimento das aprendizagens essenciais em leitura, escrita e matemática.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se:
I) nas diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II) na Proposta Curricular Municipal de Piraquara;
III) nas metas do Plano Municipal de Educação;
IV) no objetivo 3 do Plano Nacional de Alfabetização;
V) nos princípios da educação pública, democrática, inclusiva, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se alfabetização o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética articulado às práticas sociais de leitura, escrita e linguagem matemática, garantindo a participação crítica dos estudantes na vida social e cultural.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I) elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II) assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III) promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens no processo de alfabetização;
IV) garantir práticas pedagógicas alinhadas à Proposta Curricular Municipal de Piraquara;
V) fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
VI) assegurar a utilização de avaliações diagnósticas, formativas e processuais;
VII) ampliar as oportunidades de acesso à leitura, literatura e cultura escrita;
VIII) reduzir desigualdades educacionais e assegurar equidade nos processos de aprendizagem;
IX) fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
X) promover a participação das famílias no processo educativo.
XI) reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
XII) promover o uso de tecnologias educacionais no processo de alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Art. 5º Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I) garantia do direito à aprendizagem;
II) equidade e inclusão;
III) respeito às especificidades do desenvolvimento infantil;
IV) valorização dos profissionais da educação;
V) gestão democrática;
VI) articulação entre teoria e prática;
VII) avaliação contínua e formativa;
VIII) educação integral do sujeito;
IX) compromisso com a qualidade social da educação pública.

Art. 6º São diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I) implementação de práticas pedagógicas fundamentadas na Proposta Curricular Municipal;
II) desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à alfabetização e ao letramento;
III) fortalecimento das práticas de oralidade, leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático;
IV) acompanhamento sistemático das aprendizagens;
V) utilização de avaliações diagnósticas para planejamento das intervenções pedagógicas;
VI) garantia de materiais didáticos, pedagógicos e literários adequados;
VII) promoção da inclusão nos processos de alfabetização;
VIII) fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, coordenação pedagógica e direção escolar.
CAPÍTULO IV
DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS
Art. 7º Constituem ações estratégicas da Política Municipal de Alfabetização:
I) elaboração e implementação do Plano Municipal de Alfabetização;
II) oferta de formação continuada aos profissionais da educação;
III) realização de avaliações diagnósticas periódicas;
IV) monitoramento dos indicadores de aprendizagem;

V) desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VI) ampliação do acesso aos acervos literários;
VII) incentivo às práticas permanentes de leitura e produção escrita;
VIII) acompanhamento pedagógico das unidades escolares;
IX) fortalecimento da transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
X) articulação intersetorial, através da Rede de Proteção, para atendimento integral às crianças.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I) coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II) garantir suporte técnico e pedagógico às unidades escolares;
III) promover formação continuada;
IV) monitorar os resultados educacionais;
V) disponibilizar recursos pedagógicos e materiais necessários;
VI) promover articulação com programas estaduais e federais relacionados à alfabetização.

Art. 9º Compete às unidades escolares:
I) desenvolver ações previstas nesta Política;
II) acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens;
III) elaborar estratégias de intervenção pedagógica;
IV) promover ações de aproximação com as famílias;
V) garantir o cumprimento das orientações curriculares municipais.

Art. 10 Compete aos profissionais da educação:
I) planejar práticas pedagógicas alinhadas à Proposta Curricular Municipal;
II) acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes;
III) registrar e analisar os processos de aprendizagem;
IV) participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 11 A Política Municipal de Alfabetização será acompanhada e monitorada por meio de:
I) avaliações diagnósticas e formativas;
II) indicadores de aprendizagem;
III) acompanhamento da frequência escolar;
IV) registros e relatórios pedagógicos;
V) resultados das avaliações internas e externas;
VI) Conselho de classe.

Art. 12 O monitoramento dos resultados subsidiará o planejamento pedagógico e a formulação de estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares para regulamentação e execução desta Lei.
Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em - 19 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:79B7C717

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 30, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o resultado eleitoral dos Delegados do Segmento Usuário, eleitos na XV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara, para representação do Município e do Conselho Municipal de Saúde na 14ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná.

O **PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP**, em Conferência O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, em Conferencia Municipal de Saúde de Piraquara realizada nos dias 26 e 27 de Junho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, ela Lei Municipal nº 1.004 de 05/05/2009 e pelo seu Regimento Interno;
Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde que aprovou a realização da **18ª Conferência Nacional de Saúde** e seu cronograma;
Considerando a **Resolução do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR nº 006/2026 e 010/2026,** que aprova o Regulamento da **14ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná** e orienta a realização das Conferências Municipais de Saúde;
Considerando o Decreto Municipal nº 14.670/2026, que convocou a XV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara;
Considerando a **Resolução COMUSP nº 08/2026**, que instituiu a Comissão Organizadora da XV Conferência Municipal de Saúde;
Considerando que todas as decisões envolvendo a Administração Pública devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.
RESOLVE:
Art. 1º
Tornar público o resultado do processo eleitoral dos **Delegados do Segmento Usuário**, eleitos na **XV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara**, que representarão o Município e o Conselho Municipal de Saúde na **14ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná**, a ser realizada no mês de maio de 2027, em local a ser definido pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR.
Parágrafo único
Conforme a **Resoluções nº 08/2026 do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – PR** e demais normativas do Conselho Estadual de Saúde, somente os **Delegados Titulares ou Suplentes em titularidade**, devidamente eleitos na etapa municipal, participarão como delegados na 14ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná.
A participação de **observadores**, bem como de delegados dos segmentos **Prestador de Serviços, Trabalhador e Gestor**, observará as regras e os critérios estabelecidos nos respectivos fóruns e normativas aplicáveis.
Art. 2º – Dos Delegados Eleitos
Ficam relacionados como representantes do **Segmento Usuário** eleitos na XIV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara:

Nº	Entidade	Representante Titular
1	**ATERNE- Associação Teatecendo Redes Neurodiversidade**	Ivone da Costa Rosa
2	**HESED- Transformando Vidas**	Vitória França da Silva
3	**SESAI – Saúde Indígena**	Jaqueline Kuita Rodrigues Jacintho
4	**UPAM – União Piraquarense da Associação de Moradores**	José Marcelo de Lima

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Piraquara, 08 de março de 2023.

HOMOLOGAÇÃO
Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara nº 30, 20 de agosto de 2026.

Piraquara, 20 de agosto de 2026

COMISSÃO PROVISÓRIA
Conselho Municipal de Saúde –COMUSP
Resolução 029/2026

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária Municipal de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal nº 13.050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:32C97DD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº: 03/2026 **Portaria nº** 490, de 15 de junho de 2026 **Memorando nº:** 11.170/2026
Interessada: Administração Pública Municipal
Servidor: identificado nos autos

Vistos e examinados os autos de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 490, de 15 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 18 de junho de 2026, destinada à apuração preliminar dos fatos narrados no Memorando nº 11.170/2026, envolvendo servidora pública municipal identificada nos autos.
Submetida a matéria ao órgão de assessoria jurídica municipal, foi exarado Parecer Jurídico opinando pela instauração formal de procedimento administrativo apto a apurar a conduta funcional da servidora e pelas providências destinadas à eventual rescisão do contrato administrativo celebrado com a referida pessoa jurídica.
Regularmente constituída, a Comissão Processante conduziu os trabalhos observando as garantias constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.
O Processo administrativo teve por finalidade apurar possível irregularidade na contratação da empresa F. P, via Credenciamento nº 03/2026, para a prestação de serviços de "oficineiro" junto à Secretaria de Desenvolvimento Social.
O conflito de interesses foi identificado pelo fato de a representante da empresa, Sra. F.P, ser membro titular do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), órgão que delibera e fiscaliza os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), fonte pagadora do referido contrato.
A Comissão Especial de Apuração realizou a instrução processual, ouvindo testemunhas e a investigada.
Em seu Relatório Final, a Comissão concluiu que houve irregularidade formal, mas ressaltou a inexistência de dolo, má-fé ou prejuízo ao erário, uma vez que os pagamentos foram suspensos preventivamente e a servidora colaborou com a instrução, suspendendo as atividades voluntariamente.
Anotou-se que a Lei Municipal nº 784/1996 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga) estabelece expressamente a vedação ao servidor público de gerir ou administrar empresa privada, bem como de contratar com o Poder Público do qual seja agente público, em razão do evidente conflito de interesses e violação aos princípios da impessoalidade e moralidade administrativa (Art. 226 do Estatuto).

É o relatório necessário.
DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Da Incompatibilidade e Vedação Estatutária
A situação apurada em Procedimento administrativo, revela-se que a sra. Fátima Penteado fazia parte o Conselho Municipal de Assistência Social e ao mesmo tempo figurou como contratada da Administração no âmbito da própria secretaria de Assistência Social por meio do contrato 84/2036 credenciamentos 03/2026 – inexigibilidade 84/2026.
É cediço que o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga (Lei Municipal nº 784/1996) veda de forma expressa que o servidor público transacione, contrate ou participe de licitações/credenciamentos no Município em que exerce seu cargo ou função pública. Sendo a servidora titular de Microempresa Individual (MEI), confunde-se a pessoa física com a figura da firma individual, sendo vedada a contratação de sua empresa com a própria Administração Pública Municipal.
A análise da presente situação, sob a ótica do conflito de interesses e das vedações legais aplicáveis a agentes públicos em processos licitatórios e contratos administrativos, é imperativa para a correta aferição da legalidade dos atos praticados e da validade do vínculo contratual estabelecido. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 9º, estabelece proibições com o fito precípuo de resguardar a competitividade, a isonomia e a legalidade dos certames, bem como para coibir situações que configurem o aludido conflito de interesses.
Conforme o inciso I, alínea "a", do referido artigo 9º, é vedado ao agente público admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que pratique, circunstâncias que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório. Ademais, o § 1º do mesmo diploma legal estende essa proibição à participação, direta ou indireta, na licitação ou na execução do contrato, de agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses. O § 2º do dispositivo em comento abrange, ainda, terceiros que auxiliem na condução da contratação, como membros de equipe de apoio ou consultores técnicos.
A Lei nº 14.133/2021 corrobora essa vedação ao prever, em seu artigo 14, inciso IV, que não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. Embora o caso em tela envolva a própria servidora como titular da empresa, a lógica de vedação ao conflito de interesses é a mesma, com o intuito de impedir que interesses privados se sobreponham ao interesse público.

A inexigibilidade de licitação, fundamento da contratação do MEI da servidora, conforme o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, demanda que a inviabilidade de competição seja manifesta. A participação e subsequente contratação da empresa da própria servidora, que deveria, por dever de ofício, zelar pela estrita legalidade e moralidade dos atos administrativos, gera uma aparência de favorecimento e compromete a isonomia e a competitividade, princípios basilares das licitações públicas.
Em face do exposto, a negligencia é evidenciada quanto a conduta da servidora, ao ter sua empresa contratada pelo Município enquanto ocupa cargo público, configura, em tese, violação às proibições e vedações estabelecidas tanto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga quanto na legislação federal de licitações e contratos administrativos, configurando um claro conflito de interesses.
DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA LEI DE LICITAÇÕES
A observância dos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, tal como delineados no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, constitui premissa inafastável na avaliação de quaisquer atos administrativos, com especial relevo para as matérias de licitações e contratos.
A legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a probidade administrativa, a competitividade e o interesse público, pilares que informam a atuação estatal, demandam uma aplicação rigorosa e interdependente. No cenário em apreço, a conduta da servidora pública, ao intervir com seu empreendimento individual em processo de credenciamento e, posteriormente, em contratação direta por inexigibilidade de licitação com o próprio ente público onde exerce suas funções, suscita questionamentos de alta relevância quanto à conformidade com tais princípios.
A proibição explícita dirigida aos servidores públicos quanto à participação em transações comerciais com o Município, preceituada no Estatuto dos Servidores Públicos de Pitanga (Lei nº 784/1996, Art. 226, XI), emerge como consequência direta dos princípios da moralidade e da probidade administrativa.
Tal norma visa a elidir situações de conflito de interesses, garantindo a atuação imparcial do agente público e a primazia do interesse público sobre quaisquer interesses privados, sejam eles diretos ou indiretos.
A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu Art. 9º, corrobora essa salvaguarda ao estabelecer proibições e impedimentos claros para agentes públicos em certames e contratos, com o escopo de assegurar a isenção e a imparcialidade nos procedimentos, prevenindo, inclusive, situações configuradoras de conflito de interesses. O Art. 14 da mesma lei estende tais vedações a autores de projetos, empresas com vínculos com agentes públicos, e a terceiros que auxiliem na condução da contratação, evidenciando a amplitude da proteção legal conferida a esses princípios.
A contratação de serviços por meio de inexigibilidade de licitação, ainda que legalmente admitida quando a inviabilidade de competição se manifesta de forma inequívoca (Art. 25 da Lei nº 14.133/2021), não

pode servir de subterfúgio para contornar as proibições legais e os princípios basilares da Administração Pública.

Em situações análogas, a análise dos atos administrativos deve, invariavelmente, pautar-se pela estrita aderência aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, conforme estabelecido no Art. 37 da Constituição Federal, e aos princípios específicos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em especial o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A conduta da servidora, ao ter sua empresa contratada pelo ente público onde atua, em tese, transgride os princípios da moralidade administrativa, da probidade e da impessoalidade, porquanto cria uma conjuntura passível de ser interpretada como favorecimento pessoal, mesmo na ausência de um dano direto ao erário e de dolo especifico de lesar o poder público.

DA NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR VIOLAÇÃO À LEI DE LICITAÇÕES

A declaração de nulidade de um contrato administrativo, fundamentada em irregularidades no procedimento licitatório ou em sua execução, nos exatos termos do Art. 147 da Lei nº 14.133/2021, está condicionada à comprovação de que tal medida se alinha ao interesse público.

A ponderação desse interesse exige uma análise multifacetada, abrangendo os impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto contratual, os riscos sociais e ambientais à população, a motivação social e ambiental que embasa o contrato, o custo de deterioração ou perda das parcelas executadas, a despesa necessária à preservação das instalações e serviços já realizados, os custos de desmobilização e retorno às atividades, as medidas de saneamento adotadas pela Administração, o estágio de execução física e financeira, o fechamento de postos de trabalho, o custo de nova licitação e o custo de oportunidade do capital durante a paralisação.

Em complemento, o parágrafo único do Art. 147 da Lei nº 14.133/2021 estipula que, caso a paralisação ou anulação não se configure de interesse público, a Administração deverá optar pela continuidade do contrato, resolvendo a irregularidade mediante indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis.

Adicionalmente, a declaração de nulidade, conforme o Art. 148 da Lei nº 14.133/2021, demanda uma prévia análise do interesse público e opera retroativamente, impossibilitando a produção de efeitos jurídicos e desconstituindo os já produzidos.

Na eventual impossibilidade de retorno ao estado fático anterior, a nulidade será resolvida por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades.

O § 2º do Art. 148 autoriza a autoridade a postergar a eficácia da nulidade para garantir a continuidade da atividade administrativa, permitindo nova contratação por até seis meses, prorrogável uma vez.

O Art. 149 da mesma lei corrobora que a **nulidade não exime a Administração do dever de indenizar o contratado pelos serviços executados até a data da declaração da nulidade ou sua eficácia,** assim como por outros prejuízos

comprovados e não imputáveis ao contratado, além de prever a responsabilização de quem deu causa à nulidade.

A aplicação da Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 62, ao disciplinar a revogação ou anulação de licitação por interesse público ou ilegalidade, também estabelece que a nulidade da licitação acarreta a do contrato, e que a anulação por ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvada a hipótese do § 2º. Ademais, após o início da fase de lances ou propostas, a revogação ou anulação somente pode ocorrer após a garantia do contraditório e da ampla defesa aos licitantes.

O Art. 71 da Lei nº 14.133/2021 detalha as competências da autoridade superior após o encerramento das fases de julgamento e habilitação, facultando o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogação por conveniência e oportunidade, anulação por ilegalidade insanável, ou adjudicação e homologação. O § 1º do Art. 71 determina que, ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes e dando ensejo à apuração de responsabilidade. O § 3º assegura a prévia manifestação dos interessados nos casos de anulação e revogação.

A situação em análise, em que a servidora pública municipal figura como proprietária de um MEI contratado pelo Município, suscita a questão da nulidade contratual, especialmente se houver comprovada violação às normas de licitação e contratação, ou mesmo ao Estatuto dos Servidores, sem prejuízo de indenização pelos serviços prestados em estrita observância ao princípio da vedação ao enriquecimento sem causa por parte da administração pública.

É forçoso destacar que a negligencia perpetrada nos atos diligenciais para contratação, conduzam a dolo tanto por parte de Fatima Penteado, quanto do Município. A falha nos atos preliminares configura irregularidade formal administrativa.

Frisa-se ainda, que em decorrência dos fatos apurados acima, que o município adote/implante mecanismos de consulta formal preliminar, de modo a constatar nos atos preliminares a inexistência de vinculo, ou real impedimento de transacionar com o Município, (mediante declaração) conforme apontado no Parecer jurídico fls. 95.

3. Da Dosimetria da Penalidade Disciplinar

Considerando a gravidade da conduta, a ausência de prejuízo erário direto comprovado no bojo dos serviços efetivamente prestados e a inocorrência de dolo qualificado ostensivo, o enquadramento do ato viola os deveres e proibições de menor a média gravidade capitulados no Estatuto (Art. 226 c/c Art. 243 e Art. 244 da Lei Municipal nº 784/1996), ensejando a aplicação da reprimenda disciplinar adequada e proporcional ao fato.

A análise da situação em apreço, na qual uma servidora pública municipal figura como proprietária de Microempreendimento Individual (MEI) contratado pelo Município de Pitanga mediante inexigibilidade de licitação, revela, de forma inequívoca, a configuração de conflito de interesses.

Complementarmente, o Art. 9º, em seu § 1º, conjugado com o Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, estabelece proibições claras aos agentes públicos, coibindo a participação direta ou indireta em licitações ou na execução de contratos quando houver conflito de interesses ou situações que comprometam o caráter competitivo e a probidade administrativa.

A inexigibilidade de licitação, modalidade de contratação que pressupõe a inviabilidade de competição, não pode, sob nenhuma hipótese, servir como subterfúgio para contornar tais vedações legais, sob pena de se macular os princípios da isonomia, da competitividade e da moralidade administrativa.

Diante do conflito de interesses, e comprovado ausência de prejuízos tanto para o Município quanto para a parte interessada, mostra-se impositiva a adoção de providências pela Secretaria de Gestão Pública para a formalização da **rescisão unilateral do contrato administrativo** firmado por inexigibilidade de licitação, resguardando-se os serviços já prestados e eventualmente devidos para evitar o enriquecimento sem causa da Administração, pautando-se pelo art. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

III – DISPOSITIVO E DETERMINAÇÕES

Ante o exposto, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga (Lei Municipal nº 784/1996), **DECIDO**:

RECONHECER a incompatibilidade legal da contratação da Microempresa Individual (MEI) pertencente à servidora **FÁTIMA PENTEADO** com o Município de Pitanga/PR.

DETERMINAR à Secretaria Municipal de Gestão Pública e ao Setor de Licitações e Contratos a imediata deflagração dos atos tendentes à **RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** celebrado por

inexigibilidade de licitação/credenciamento com a referida empresa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

APLICAR à servidora pública municipal **FÁTIMA PENTEADO** a penalidade disciplinar de **REPREENSÃO**, com fundamento nos artigos 226, 243 da Lei Municipal nº 784/1996, registrando-se o assentamento em sua ficha funcional.

DETERMINAR a notificação pessoal da servidora e de seu procurador legalmente constituído para ciência do teor desta decisão e eventual interposição de recurso no prazo legal.

DETERMINAR a remessa de cópia dos autos à Secretaria Municipal de Gestão Pública e ao Departamento de Recursos Humanos para o devido cumprimento e anotações necessárias.
DETERMINAR a publicação do extrato desta decisão no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), preservando-se os dados pessoais nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

DETERMINAR a cientificação do setor de licitações e contratos para que no exercício de suas funções adotem com regularidade mecanismos de aferição (declaração) nos contratos administrativos em sua essência preliminar, se o interessado em transacionar com o Município não possui impedimentos formais de vinculo prévio com a administração pública (se é servidor) ainda sob titulação de agente honorífico.
Publique-se o extrato. Cumpra-se.

Pitanga/PR, 12 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:56A0D493

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo de Sindicância nº: 04/2026 **Portaria nº:** 394, de 13 de maio de 2026 **Memorando nº:** 4.408/2026
Interessada: Administração Pública Municipal
Servidor: identificado nos autos

Vistos e examinados os autos de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 394, de 13 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 14 de maio de 2026, destinada à apuração dos fatos narrados no Memorando nº 4.408/2026, envolvendo servidor público municipal identificado nos autos.
A presente sindicância teve por finalidade apurar reclamações relacionadas à conduta da servidora no exercício de suas funções junto ao Setor de Identidade, especialmente quanto ao atendimento prestado aos usuários do serviço público.
Regularmente constituída, a Comissão de Sindicância promoveu a instrução do feito, com recebimento da documentação inicial, instalação dos trabalhos, realização de diligências, colheita de depoimentos, oitiva de testemunhas e da própria servidora investigada, com posterior elaboração de relatório final.
Do relatório apresentado, verifica-se que a Comissão concluiu pela ocorrência de condutas incompatíveis com os deveres funcionais previstos no art. 225 da Lei Municipal nº 784/1996, especialmente quanto ao dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, atender com presteza o público em geral e tratar com urbanidade as pessoas.
É o relatório necessário.
DECIDO.
Acolho o relatório final da Comissão de Sindicância nº 04/2026, nos termos da Lei Municipal nº 784/1996, quanto à conclusão pela ocorrência das condutas apuradas e pela responsabilidade funcional da servidora.
Os elementos reunidos nos autos, especialmente os depoimentos colhidos durante a instrução, foram considerados pela Comissão coerentes e convergentes quanto à forma inadequada de atendimento atribuída à servidora, tendo sido assegurada à investigada oportunidade de manifestação acerca dos fatos.
As condutas apuradas caracterizam inobservância dos deveres funcionais previstos no art. 225 da Lei Municipal nº 784/1996, notadamente aqueles relacionados ao zelo, à presteza no atendimento e à urbanidade no trato com o público.

Considerando a natureza da infração, as circunstâncias apuradas e a necessidade de adequação da resposta administrativa à gravidade concreta da conduta, entendo cabível a aplicação da penalidade de repreensão, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que a medida disciplinar seja suficiente à finalidade correcional sem impor sanção mais gravosa que a necessária.
Diante disso, aplico à servidora municipal identificada nos autos a penalidade de repreensão, na forma prevista pela Lei Municipal nº 784/1996, em razão da inobservância dos deveres funcionais relacionados ao zelo, à presteza e à urbanidade no atendimento ao público.
A presente decisão considera, ainda, que a penalidade aplicada constitui medida disciplinar de caráter educativo e corretivo, adequada às circunstâncias concretas verificadas nos autos, sem prejuízo da observância dos deveres funcionais pela servidora no exercício de suas atribuições.
Registre-se a penalidade nos assentamentos funcionais da servidora, na forma da legislação aplicável.
Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o tratamento dos dados pessoais constantes dos autos deverá limitar-se ao necessário para o cumprimento da finalidade pública e do regular exercício da atividade administrativa, preservando-se as informações pessoais e funcionais de acesso indevido.
A publicidade externa do ato deverá observar os limites legais, preservando-se a intimidade, a honra, a imagem e a privacidade da servidora, sem prejuízo da transparência administrativa e do controle pelos órgãos competentes.
Publique-se extrato desta decisão. Cumpra-se.

Pitanga/PR, 17 de Agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:8E9D3A26

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA 03/2026

Portaria nº 490, de 15 de junho de 2026
Memorando nº: 11.170/2026
Interessada: Administração Pública Municipal

Vistos e examinados os autos de Processo Administrativo instaurado sob o nº 05/2025, formalmente iniciado por força da Portaria nº 658/2025, subscrita pelo Prefeito Municipal de Pitanga/PR e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 12 de agosto de 2025, edição nº 3339.
A instauração do procedimento decorreu da provocação contida no Memorando nº 13.115/2025, emitido pela Assessora Técnica e Pedagógica Hellen Guezegoch, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, solicitando a apuração de possível omissão no pagamento devido à empresa Elizeu Schebelinski (CNPJ nº 28.134.440/0001-50), bem como a identificação das responsabilidades funcionais e a verificação da regularidade de eventual reparação de danos.
A gênese da relação jurídica em apreço encontra-se no Edital de Chamamento Público nº 03/2023, instrumento pelo qual o Município de Pitanga procedeu à seleção da empresa Elizeu Schebelinski. O escopo da avença contratual abarcava a produção de um documentário, com previsão pecuniária de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Se reconhece amparado na instrução procedimental através das fls.219 que o termo de execução foi assinado e publicado em 07 de fevereiro de 2024.Contudo, no interregno prazo compreendido entre os dias 10 e 28 de janeiro de 2024, a referida empresa já havia iniciado e avançado significativamente na execução do documentário, mesmo ciente das vedações expressas contidas no edital.
Todavia, em momento posterior à conclusão parcial dos trabalhos, sobreveio o cancelamento/revogação do supramencionado edital de chamamento público em 06 de março de 2024.
Demonstra-se após a instrução que não há vícios de citação ou cerceamento de defesa. O processo foi instaurado pela Portaria nº 658/2025, seguindo o rito da Lei Municipal nº 784/1996; o interessado foi devidamente notificado e intimado em 13/08/2025, o contraditório foi exercido através de oitiva formal em 22/08/2025, oportunidade em

que o Sr. Elizeu pôde apresentar sua defesa e documentos. Foram ouvidas testemunhas fundamentais e anexadas provas materiais robustas, como o "bruto" das filmagens (793 arquivos totalizando 260 GB) e registros fotográficos da produção.
Portanto, sem vício aparente que comprometa a lisura do presente procedimento, e pautando-se a atuação notadamente perante a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), a Lei Federal nº 9.784/1999 (Processo Administrativo), a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a Lei Federal nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa) e a Lei Federal nº 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores). É o relatório necessário.

É o relatório necessário. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TÉCNICA

A pretensão formulada pela empresa requerente não comporta deferimento, por colidir frontalmente com as normas vinculantes do edital e com os princípios basilares que regem a Administração Pública, conforme passa a se expor:
O Edital de Chamamento Público nº 03/2023 é taxativo em seu item 15.4, ao estabelecer que a seleção do projeto gera apenas uma "expectativa de direito", condicionada à disponibilidade orçamentária.
O proponente realizou a prestação dos serviços entre 10 e 28 de janeiro de 2024, contudo, o Termo de Execução Cultural nº 18/2024 só foi assinado em 07 de fevereiro de 2024. Portanto, houve a assunção de custos e a realização de despesas por parte do agente cultural sem que houvesse, à época, um contrato válido ou ordem de serviço autorizando o início dos trabalhos, violando o rito administrativo obrigatório.
Denota-se dos autos que o Termo de Execução Cultural nº 18/2024 foi formalizado e emitido somente em 07 de fevereiro de 2024 (conforme fl. 219). Isso demonstra com clareza solar que, no período em que o serviço fático foi supostamente prestado (janeiro de 2024), não havia qualquer vínculo contratual formalizado, termo de execução assinado ou eficácia jurídica apta a gerar obrigações pecuniárias para o Erário municipal.
De acordo com o item 6 do edital (fl. 168), que disciplina o cronograma e o fluxo procedimental correto, e com a teoria geral dos contratos públicos, os atos praticados à margem da formalidade administrativa correm por inteira e exclusiva conta e risco do agente cultural. Ao não respeitar o prazo e iniciar os trabalhos por conta própria, o proponente assumiu o ônus, não podendo agora transferir ao Município a responsabilidade financeira por investimentos realizados de forma prematura e unilateral.
O administrado invoca a teoria do enriquecimento sem causa. Contudo, no âmbito público, vigora o princípio da estrita legalidade e do formalismo moderado. O Município não se utilizou, não validou institucionalmente e nem se apropriou economicamente da referida obra audiovisual para fins públicos, uma vez que o processo fracassou e foi cancelado antes da formalização e eficácia do ajuste. Importante destacar que as obrigações financeiras para com a Administração Pública dependem rigorosamente de prévio empenho, contrato válido e ordem de serviço formal, elementos ausentes no caso em tela, que inclusive foi interpretado equivocadamente por parte da comissão. Acordos verbais ou informais realizados por gestores anteriores sem amparo documental não vinculam a Administração Pública e não geram dever de indenizar.
A análise dos fatos demonstra que a pretensão de pagamento indenizatório à empresa Elizeu Schebelinski Fotografias LTDA enfrenta óbices legais severos que podem configurar **irregularidade fiscal** e expor o gestor a sanções por **crime de responsabilidade** perante o Tribunal de Contas.
Uma vez que o Edital nº 03/2023 foi oficialmente **cancelado em 06 de março de 2024** pelo Chefe do Executivo, qualquer ato posterior que vise validar despesas ocorridas fora do cronograma legal ou baseadas em um certame extinto é eivado de vício. A Administração Pública rege-se pelo princípio da legalidade estrita, e o item **19.3** do edital

previa a revogação sem direito a indenização caso não houvesse execução regular do objeto. Como a execução ocorreu **antes** da vigência do termo jurídico, ela é juridicamente inexistente para fins de empenho imediato, tornando nulo qualquer reconhecimento de dívida que ignore a cronologia legal.
A assunção de despesa sem o cumprimento das fases da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento) e sem o devido lastro contratual vigente no momento da execução afronta a **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** e a Lei Federal nº 4.320/1964. O pagamento de uma indenização baseada em ato nulo ou em serviço prestado por conta e risco do particular, sem convocação formal para execução, pode ser interpretado pelo **Tribunal de Contas** como **Dano ao Erário e Crime de Responsabilidade.**
Por fim a pretensão indenizatória carece de legalidade que fundamente a ocorrência de uma obrigação liquida e certa apta a pagamento.
Ante o exposto, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, acolhendo as restrições normativas patentes nas folhas 168 e 219 dos autos (Memorando 11.170/2026 via 1-doc), reconhecendo que os riscos da execução prematura correm exclusivamente por conta do agente cultural por inobservância ao iter procedimental do edital, e com base na fundamentação fática supra , **DECIDO**:
DETERMINAR a notificação pessoal dos envolvidos no presente expediente ou por meio de seu procurador legalmente constituído para ciência do teor desta decisão e eventual interposição de recurso no prazo legal.
DETERMINAR a remessa de cópia dos autos ao Controle Interno para ciência e adoção de medidas que entender necessárias sob pena de responsabilidade solidária.
DETERMINAR a publicação do extrato desta decisão no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), preservando-se os dados pessoais nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).
Publique-se o extrato. Cumpra-se.

Pitanga/PR, 13 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:BB9CE582

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO REVISOR
(PORTARIA Nº 212/2025

Portaria nº 212, de 15 de junho de 2026
Memorando nº: 13.016/2023
Interessada: Administração Pública Municipal
Vistos e examinados os autos de Processo Administrativo nº 04/2023, objeto de revisão formalmente iniciada por força da Portaria nº 212/2025 de 24 de abril de 2025, subscrita pelo Prefeito Municipal de Pitanga/PR, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 29 de abril de 2025 (Edição nº 3265) e registrada sob o Protocolo nº 1350/2025.

I- RELATÓRIO

Cuida-se procedimento administrativo de revisão instaurado em face da servidora Márcia Regiane Rosa Costa, visando reavaliar a penalidade de demissão aplicada em 04/12/2024 no bojo do PAD nº 04/2023.
A revisão fundamenta-se no princípio da autotutela e no Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal (10/04/2025), que identificou nulidades no processo originário, como a ausência de citação para defesa final (Art. 273 da Lei 784/96) e a falta de editais para fins de abandono de cargo (Art. 281).
A Portaria nº 212/2025 designou nova Comissão Revisora para sanar tais vícios e assegurar o devido processo legal.
A comissão procedeu a analise da documentação anexa ao expediente *via 1- doc (memorando 13.016/2023),* e concluiu pela aplicação da sanção de repreensão por entender medida adequada em atenção ao princípio da proporcionalidade.
O processo na integra, sob nova condução, e atualmente sem vício aparente que comprometa a lisura do presente procedimento, e pautando-se a atuação notadamente perante a (Processo Administrativo), a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a Lei Federal nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa) e a Lei nº 784/1996(Estatuto dos Servidores), veio para decisão.
É o relatório necessário. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TÉCNICA
A instrução confirmou que a servidora desobedeceu a convocações formais (Memorandos nº 6.854/2023 e nº 7.080/2023) para retornar à regência de classe após o fim de sua cessão à UNICENTRO, violando os deveres de obediência e assiduidade previstos no Estatuto.
2Restou provado nos autos que a servidora apresentou **atestados médicos no Município** para justificar faltas (em especial nos dias 11/04/2023 e 24/04/2023), enquanto **trabalhava normalmente no Estado do Paraná (Escola Estadual**

Tiradentes) no mesmo período. Tal conduta caracteriza má-fé objetiva e violação frontal ao dever de moralidade administrativa (Art. 225, VIII da Lei 784/96).
Considerando as falhas formais do processo anterior que impedem a manutenção da demissão por "abandono de cargo", e em observância ao princípio da proporcionalidade e à sugestão da Comissão Revisora, entende-se cabível o reenquadramento da conduta para a penalidade de repreensão.
Ante o exposto, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga (Lei Municipal nº 784/1996), acolhendo as restrições normativas patentes nas folhas 168 e 219 dos autos (Memorando 11.170/2026 via 1-doc), reconhecendo que os riscos da execução prematura correm exclusivamente por conta do agente cultural por inobservância ao iter procedimental do edital, e com base na fundamentação fática supra , **DECIDO**:
ANULAR DEFINITIVAMENTE a decisão de demissão proferida em 04/12/2024 e os efeitos da Portaria nº 045/2025, em virtude dos vícios de cerceamento de defesa identificados pela Procuradoria;
APLICAR a penalidade de **REPREENSÃO**, por escrito, à servidora **Márcia Regiane Rosa Costa**, por inobservância de dever funcional, violação da proibição de ausentar-se do serviço sem autorização e descumprimento dos deveres de assiduidade e obediência (Arts. 225, III e IX; 226, I; e 243 da Lei 784/96);
DETERMINAR a notificação pessoal dos envolvidos no presente expediente ou por meio de seu procurador legalmente constituído para ciência do teor desta decisão e eventual interposição de recurso no prazo legal.
DETERMINAR a remessa de cópia dos autos ao Controle Interno para ciência e adoção de medidas que entender necessárias sob pena de responsabilidade solidária.
DETERMINAR a publicação do extrato desta decisão no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), preservando-se os dados pessoais nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).
Publique-se o extrato. Cumpra-se.

Pitanga/PR, 13 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1B2565E7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL N.º 008/2026 DA 1ª ETAPA DA CONVOCAÇÃO DO EDITAL N.º 007/2026 DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

A Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado do ano de 2026, no uso das atribuições legais:

TORNA PÚBLICO

O RESULTADO da 1ª Etapa da convocação para a comprovação dos títulos declarados no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado do município de Pitanga, os candidatos classificados:

do 1º ao 9º lugar do Anexo I - Ampla Concorrência do Edital nº 006/2026:

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
ROSANA BATISTA DE ALMEIDA	1 º	COMPROVOU
EDSON JOSE VEIGA SILVA	2 º	NÃO COMPARECEU
FABIANA DA SILVA DANIEL	3 º	NÃO COMPROVOU
DEBORA FERNANDA NUNES	4 º	COMPROVOU
GISELE DE SIQUEIRA	5 º	NÃO COMPARECEU
MICHELLY DE LIMA BUHNEMANN	6 º	COMPROVOU
LUCELIA LACONSKI DO CARMO	7 º	NÃO COMPARECEU
AURORA PADILHA	8 º	COMPROVOU
JORACI FERREIRA DE PAULA EGLER	9 º	COMPROVOU

o 29 º e 37 º lugar do Anexo II- do Edital n º 006/2026; que corresponde ao 1 º e 2 º lugar da classificação da seleção de vagas para Afrodescendente.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
ADRIANA DE SOUZA GUIMARÃES	29 º	COMPROVOU
FERNANDA LANDEGRAF HONÓRIO COZAR	37º	NÃO COMPARECEU

o 51 º lugar do Anexo III- do Edital n º 006/2026; que correspondem respectivamente ao 1 º lugar da classificação da seleção de vagas para Pessoa com deficiência- PcD.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
AMANDA CLAUDIA BARBOSA	51 º	COMPROVOU

Pitanga, 18 de agosto de 2026.

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Avaliação e Julgamento

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A933BF5F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 659, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder o retorno da licença sem vencimentos a servidora Vanessa Feliz Monteiro Ulek, matricula nº 50220, no cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento de retorno da servidora.

RESOLVE

Art. 1º **CONCEDER** retorno da Licença sem vencimentos a servidora **VANESSA FELIZ MONTEIRO ULEK**, matrícula nº **50220**, no cargo de Professor 20 h, conforme disposto nos Art. 136, Inciso XI e Art. 166 da Lei 784/96 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a contar de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º Fica revogado a portaria nº 267 de 2026, a qual concedeu a licença sem vencimentos a servidora.

Art.3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 18 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:CE36CC7A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 660, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Transferir o servidor Luiz Alberto Wikuats, matrícula nº 50148, no cargo de motorista 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **TRANSFERIR** o servidor abaixo relacionado, da Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Conforme Lei 784/96 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Art. 65 – Transferência é o deslocamento do servidor de um órgão para outro de ofício ou a pedido, dentro da mesma carreira, sem alteração de cargo e vencimento, observado o interesse e a necessidade da administração e a conclusão do estágio inicial de desenvolvimento profissional, a contar de 01 de agosto de 2026.

MATRÍCULA	NOME	CARGO
50148	LUIZ ALBERTO WIKUATS	Motorista

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 19 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:8FCEAEEA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 661, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias ao servidor Juliano Podolan, matricula nº 123351, no cargo de médico Veterinário 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** ao servidor **JULIANO PODOLAN,** matricula nº **123351,** ocupante do cargo de Médico Veterinário 20 h, referente ao período aquisitivo 2023/2024, a contar de 20 de agosto de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 21 de setembro 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 19 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1E0D3CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.°55/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 55/2026
##OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de insumos agrícolas (adubo e calcário), nos quantitativos previamente definidos neste Termo de Referência, destinados ao atendimento das comunidades beneficiadas pelas Emendas Impositivas nº 02/2025, nº 03/2025, nº 111/2025, nº 112/2025, nº 119/2025 e nº 125/2025, conforme previsto no Projeto de Lei nº 49/2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com fornecimento e entregas parceladas conforme cronograma estabelecido pela Administração. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 03/09/2026, até as 08h00min. Início de Disputa de Preços em: 03/09/2026, às 09h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço por Lote. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 212.300,41 (duzentos e doze mil, trezentos reais e quarenta e um centavos).
#DAT 20/08/2026
##ASS Jean Marcel Grande Huber
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:42CC712D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 009/2026-CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente,** no exercício de sua competência assegurado pela Lei municipal nº 578/2014 e pela Lei Federal nº 8.069/90; e

Considerando o resultado final do Processo de Escolha Suplementar Indireto para Formação de Suplência do Conselho Tutelar do Município de Pitangueiras, realizado em 24 de junho de 2026,

RESOLVE:–

Art. 1º - Convocar a Conselheira Suplente **Deise Cristina Daniel**, eleita em ordem classificatória, para assumir o cargo de Conselheira Tutelar, em caráter provisório e temporário, para substituição de Conselheiras Titulares, durante seus períodos de férias regulamentares ou afastamentos.

Art. 2º - A Conselheira Suplente convocada deverá se apresentar ao CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da presente Resolução, no horário das 8h00min às 11h30min, e posteriormente à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Pitangueiras para entrega da documentação necessária.

Art. 3º - O não comparecimento no prazo estabelecido no Art. 1º implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pitangueiras, 20 de agosto de 2026.

BEATRIZ APARECIDA GONÇALVES DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:E30AEB88

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Vice-Prefeito em exercício do Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento as determinações contidas no Art. 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no local, data e

horário abaixo indicado, com o objetivo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício 2027.

Local: Câmara Municipal de Pitangueiras;
Endereço: Rua São Jorge, nº 73 – Centro;
Data: 27 de agosto de 2026;
Horário: 15h00min.

Ficam convocadas as autoridades, as instituições, entidades representativas, membros dos conselhos municipais, integrantes da comunidade e demais interessados, a participarem da audiência.

Pitangueiras, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice- Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:B0B0AB0A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 759/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidora aprovada em concurso público.

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–
Art. 1º – Fica nomeada, em virtude de aprovação em Concurso Público, a **Srtª. Deise Cristina Daniel**, portadora do RG/CPF n° ***.397.61*-**, para ocupar o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais II**, Nível 2, do Plano de Cargos, Carreira e Salários deste Município, conforme Memorando 1Doc n° 1.451/2026.

Art. 2º – O presente Decreto produzirá efeitos retroativos ao dia 18 de agosto de 2026.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:4A925941

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 199/2026

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Gabriel Barros da Costa**, ocupante do cargo em comissão de Procurador Jurídico, para seu deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, com saída no dia 23/08/2026, e retorno previsto para o dia 24/08/2026, para cumprir agenda de compromisso no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), conforme Processo Administrativo 1Doc nº 2.996/2026, de 20/08/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais), correspondente à 1,0 (uma) diária com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:9035BA02

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 200/2026

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Hugo Danilo Machado da Silva**, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo II, no exercício da função de Controlador Interno, para seu deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, com saída no dia 23/08/2026, e retorno no dia 24/08/2026, para cumprir agenda de compromisso no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), conforme Processo Administrativo 1Doc nº 2.995/2026, de 20/08/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais), correspondente à 1,0 (uma) diária com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:9C153FFE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 201/2026

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Verlei Ferraz de Araújo**, ocupante do cargo em efetivo de Motorista, para seu deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, com saída no dia 23/08/2026, e retorno previsto para o dia 24/08/2026, com a finalidade de realizar o serviço de transporte de paciente para realização de consulta médica, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.005/2026, de 20/08/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 900,00 (novecentos e setenta e cinco reais), correspondente à 1,0 (uma) diária com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice- Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:4435D39C

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026

OBJETO: Registro de preços, nos moldes da Lei Complementar n° 123/06 para eventual aquisição de impressos gráficos, conforme anexo I deste edital.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 74.792,10 (setenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e dez centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 11/09/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 11/09/2026, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 20 de agosto de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:10FB48AA

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 07/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: GUSTAVO GRACIANO PINTO
CNPJ: 31.587.979/0001-70
OBJETO: Prestação de serviços de pedreiro, serviços de pintura e serviços de vidraçaria.
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos
DESP Nº 261 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Gustavo Graciano Pinto
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:FD6B273F

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 11/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: GUSTAVO GRACIANO PINTO
CNPJ: 31.587.979/0001-70
OBJETO: Prestação de serviços variados.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 35 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Gustavo Graciano Pinto
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:96B586E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO 5774-2026 NOMEAÇÃO MIKAELLY PIRES

DECRETO Nº 5774 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 06/2026 de 13 de agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nivel inicial 05 do grupo ocupacional 01, *Mikaelly Cristina da Silva Pires*, CPF nº *435.090.208-20.*
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos vinte dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:9BEA9160

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 07 CONCURSO PUBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 07/2026

REFERENTE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 17.001/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, para nomeação e posse, mediante as cláusulas seguintes:

1. O candidato convocado deverá comparecer presencialmente e portando documento de identidade com foto, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital, a fim de formalizar a Declaração de Aceite ou de Recusa da Vaga (ou requerer a opção de final de lista, se aplicável).
2. No ato do comparecimento, o candidato deverá declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, poderá formalizar pedido de opção por final de lista, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
3. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
4. A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo.
5. Para a posse no cargo público, o candidato deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento perante o órgão de administração de pessoal, que trata o item 1, os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
6. A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto/PR, 20 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 07/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PARA O CARGO DE ENFERMEIRO

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0004686	ANDRESSA SOARES RODRIGUES	1º PCD

PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0006082	JANE LEICHEWEZ DE ANDRADE	2º

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:5682B040

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2025

QUARTO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E AUTO POSTO MOMBACH LTDA.

Aos dezessete dia mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20 e **AUTO POSTO MOMBACH LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 75.982.603/0001-35, com sede social à Av. Rio Grande Do Sul, 1031, Centro, Município de Planalto, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Administrador**: Sr. SERGIO MOMBACH**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 06028098949, residente e domiciliado na Rua Rodolfo Ulrich, Município de Planalto, Estado do Paraná, resolvem em comum acordo aditivar o Contrato Administrativo nº 252/2025, firmado entre as partes em data de 18 de julho de 2025, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis: Óleo Diesel S500 e Gasolina Comum para abastecimento exclusivo de veículos pertencentes a frota municipal de Planalto-PR, sendo a aquisição contínua e fracionada, conforme demanda.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme documentos anexos e diante da redução dos preços praticados no mercado nacional, fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro contratual, com redução sobre o valor da Gasolina Comum.
Considerando que o produto originalmente contratado Gasolina Comum possuía custo de R$ 5,75 (cinco reais e setenta e cinco centavos) e atualmente é adquirida pelo valor de R$ 5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos), fica alterada a Cláusula Primeira – Do Objeto, reajustando-se os valores unitários dos itens contratados.
Dessa forma, o valor unitário da Gasolina Comum, correspondente ao Lote 01, Item 01, passa de R$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) para R$ 6,01 (seis reais e um centavo).
Em razão das alterações, o valor total da contratação passa a ser de R$ 916.244,60 (novecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: A Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos.), para o perfeito delineamento da matéria, fixou as balizas necessárias para que se proceda à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com base no art. 124, Capítulo VII. Vejamos:
Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - unilateralmente pela Administração:
a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo entre as partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) **para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.**
§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.
§ 2º Será aplicado o disposto na alínea "d" do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude da redução dos valores dos itens constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 916.244,60 (novecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SÉRGIO MOMBACH
Auto Posto Mombach LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:51B77069

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 402/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº. 059/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 402/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº. 059/2026 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de aparelho de ultrassonografia, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pontal do Paraná, conforme as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência. A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA: 03/09/2026, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br , link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .
Pontal do Paraná, 20 de agosto de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:068BF53D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13618/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 13618/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$174.955,84 (cento e setenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
458 - 3.3.90.34.00.00	104	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	174.955,84
Total Suplementação:			174.955,84

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
460 - 3.3.90.37.00.00	104	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	174.955,84
Total Redução:			174.955,84

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:59C558D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13619/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13619/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2855/2026 de 19/08/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.365.0027.1.086		CONSTRUCÃO DE CRECHE/ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL, NO BALNEARIO SHANGRI-LA, PONTAL DO PARANA/PR - FND	
834 - 4.4.91.51.00.00	577	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000.000,00
Total Suplementação:			1.000.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 2.4.9.9.99.0.1.02 REPASSE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE/ESCOLA DE EDUCAÇÃO	1.000.000,00
Total da Receita:	1.000.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C4CB77D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13620/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13620/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2856/2026 de 19/08/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.365.0027.1.086		CONSTRUCÃO DE CRECHE/ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL, NO BALNEARIO SHANGRI-LA, PONTAL DO PARANA/PR - FND	
834 - 4.4.91.51.00.00	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000.000,00
		Total Suplementação:	1.000.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B2958E2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13621/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13621/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2857/2026 de 19/08/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$27.000,00 (vinte e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO	
790 - 3.3.30.93.00.00	1979	INDENIZACOES E RESTITUICOES	27.000,00
		Total Suplementação:	27.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.04.64 REND. CONVENIO N. 847/2023 SECID - PAVIMENTACAO DE	27.000,00
Total da Receita:	27.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CFEAB6A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13622/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 13622/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2858/2026 de 19/08/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$17.000,00 (dezessete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.006	FUNDO MUNICIPAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
06.006.14.422.0064.2.162	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL	
796 - 3.3.90.30.00.00 748	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
797 - 3.3.90.39.00.00 748	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
Total Suplementação:		17.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.03.45 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - FONTE 748 -	17.000,00
Total da Receita:	17.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F7E372F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 111/2026

D E C R E T O Nº 111/2026

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Porecatu e estabelece suas competências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pela Lei 1º 15.247, de 31 de outubro de 2025;
CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Território Paranaense;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 094/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Porecatu;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para o planejamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização das crianças,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Porecatu, a **Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização**, destinada a ampliar a capacidade institucional para o planejamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças, em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, a Política de Alfabetização do Território Paranaense e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 2º A Estrutura Administrativa e Pedagógica será composta pelos seguintes cargos e servidores:
I – Secretário(a) Municipal de Educação;
II – Coordenador(a) Pedagógico Geral do Ensino Fundamental;
III – Coordenador(a) Pedagógica da Educação Infantil;
IV – Articulador(a) Municipal RENALFA;
V – Coordenador(a) da Educação Especial;
VI – Psicopedagogo(a)a da Equipe Multidisciplinar;
VII – Psicólogo(a) da Equipe Multidisciplinar;
VIII – Fonoaudiólogo(a) da Equipe Multidisciplinar;
IX – Diretoras(es) das unidades escolares;
X – Coordenadoras(es) Pedagógicos das unidades escolares;
XI – Professor(as) da Educação Infantil;
XII – Professor(as) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DA ESTRUTURA
Art. 3º A Estrutura Administrativa e Pedagógica atuará de forma integrada na implementação da Política Municipal de Alfabetização, competindo-lhe:
I – planejar, coordenar e executar ações voltadas à alfabetização;
II – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização nas unidades escolares;
III – promover o monitoramento dos indicadores de aprendizagem;
IV – subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação;
V – promover ações de formação continuada para os profissionais da educação;
VI – fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares;
VII – propor estratégias para superação das dificuldades de aprendizagem;
VIII – articular ações entre a Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização e as unidades escolares;
IX – acompanhar e avaliar os resultados das ações desenvolvidas;
X – elaborar relatórios técnicos e documentos necessários ao monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES
Seção I
Da Secretária Municipal de Educação
Art. 4º Compete à Secretária(o) Municipal de Educação:
I – coordenar institucionalmente a Política Municipal de Alfabetização;
II – assegurar as condições administrativas, financeiras e pedagógicas necessárias à implementação da Política;
III – promover a articulação entre os diversos setores da Secretaria Municipal de Educação;
IV – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
V – apoiar o desenvolvimento das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização.
Seção II
Do Coordenador(a) Pedagógico Geral do Ensino Fundamental:

Art. 5º Compete ao Coordenador(a) Pedagógico(a) Geral do Ensino Fundamental:
I – coordenar pedagogicamente as ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar a execução das ações pedagógicas;
III – orientar os Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares;
IV – monitorar os resultados educacionais;
V – apoiar tecnicamente a Articuladora Municipal RENALFA.

Seção III
Da Coordenador(a) Pedagógico(a) da Educação Infantil

Art. 6º Compete à Coordenador(a) Pedagógica da Educação Infantil:
I – acompanhar o desenvolvimento das ações voltadas à pré-alfabetização;
II – orientar pedagogicamente as instituições de Educação Infantil;
III – promover a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
IV – acompanhar práticas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

Seção IV
Da(o) Articuladora(o) Municipal RENALFA

Art. 7º Compete à Articuladora(o) Municipal RENALFA:
I – coordenar tecnicamente a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – articular as ações entre Município, Estado e Ministério da Educação;
III – acompanhar indicadores de aprendizagem;
IV – organizar e acompanhar as ações de formação continuada;
V – orientar pedagogicamente as unidades escolares;
VI – elaborar relatórios técnicos e documentos de monitoramento;
VII – acompanhar a execução das estratégias previstas na Política Municipal de Alfabetização;
VIII – prestar apoio técnico ao Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização.

Seção V
Da(o) Coordenadora(o) da Educação Especial

Art. 8º Compete à Coordenadora da Educação Especial:
I – promover a articulação entre as ações de alfabetização e a Educação Especial;
II – orientar as unidades escolares quanto às estratégias inclusivas;
III – acompanhar o atendimento educacional dos estudantes público da Educação Especial.

Seção VI
Da Equipe Multidisciplinar

Art. 9º A Psicopedagoga, a Psicóloga e a Fonoaudióloga atuarão, conforme suas atribuições profissionais, oferecendo suporte técnico às ações da Política Municipal de Alfabetização, competindo-lhes:
I – colaborar com as equipes escolares na identificação de fatores que interferem no processo de alfabetização;
II – orientar os profissionais da educação quanto às estratégias de intervenção;
III – participar das discussões técnicas quando necessário;
IV – contribuir para o fortalecimento das ações de acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem;
V – atuar de forma integrada com os demais profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Seção VII
Dos(as) Diretores(as)

Art. 10. Compete aos Diretores(as):
I – assegurar as condições necessárias para implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar os indicadores de aprendizagem;
III – apoiar a participação dos profissionais nas formações;
IV – fortalecer a articulação entre gestão escolar e equipe pedagógica.

Seção VIII
Dos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos das Escolas

Art. 11. Compete aos Coordenadores(as) Pedagógicos:
I – acompanhar o planejamento docente;
II – orientar as práticas pedagógicas;
III – realizar acompanhamento pedagógico contínuo;
IV – promover momentos de estudo e formação;
V – acompanhar os processos de avaliação e intervenção pedagógica.

Seção IX
Dos(as) Professores(as)

Art. 12. Compete aos Professores(as) da Educação Infantil e aos Professores Alfabetizadores:
I – desenvolver práticas pedagógicas alinhadas à Política Municipal de Alfabetização;
II – realizar avaliações diagnósticas e acompanhar a evolução da aprendizagem;
III – elaborar estratégias de intervenção pedagógica;
IV – manter registros pedagógicos;
V – participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os integrantes da Estrutura Administrativa e Pedagógica atuarão de forma colaborativa, respeitadas as atribuições inerentes aos respectivos cargos e funções.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação poderá designar outros servidores para compor a Estrutura Administrativa e Pedagógica, sempre que necessário ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 15. A Estrutura Administrativa e Pedagógica manterá articulação permanente com o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização para o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (19.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal de Porecatu

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:5E64E56B

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PAUTA DA ORDEM DO DIA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU A REALIZAR-SE NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2026
PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 30/2026
PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2026
SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 01/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – REQUERIMENTO Nº 11/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – REQUERIMENTO Nº 12/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 96/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 97/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 98/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 99/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 100/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 101/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 102/2026

Sala das Sessões, 20 de AGOSTO de 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:75FD2AB2

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N°22/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 68/2025.
Dispensa de Licitação nº 22/2025.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DA PISCINA PÚBLICA DE PORECATU – PR**, conforme

condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Lei municipal Nº 1.933/2022.
AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº 22/2025, materializada nos autos, para contratação da **CASA DAS PISCINAS PORECATU LTDA, CNPJ: 23.344.833/0001-75** Pagamento: a partir dos 12 (doze) dias do mês subsequente a emissão das notas fiscais, desde que emitida até o dia 30 (trinta) do mês corrente, após conferência, e aceite por parte da fiscalização, condicionada a verificação da regularidade fiscal do contratado, no valor total contratual de **R$ 28.957,65 (vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)**. Condicionadas as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 10 Secretaria de Educação Física e Desportos
Unidade Orçamentária: 02 - Divisão de Esportes e Recreação
Função: 278120022 – Desporto e Lazer
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.039 - Manutenção da Divisão de Esportes, Recreação e Turismo
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo.
Fonte de Recurso: 0 Recursos Ordinários (Livres)
Desdobramento: 3.3.90.30.11-1069 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30-1066
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Porecatu - PR, 19 de agosto de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:EF0BE2A0

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°22/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 63/2026
Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILÔMETRO,** destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Porecatu/PR, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I)

Contratada: **MATRIX X COMERCIAL LTDA.**

CNPJ: **63.014.631/0001-80**

Valor: R$ 519.398,00 (quinhentos e dezenove mil, trezentos e noventa e oito reais)
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.52 – 1938

Porecatu, 20 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:0444477B

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA a aprovada e classificada no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 001/2026, Cargo Público, para o cargo de Professor abaixo relacionada:

PROFESSOR AMPLA CONCORRÊNCIA

01	JESSICA MARIA DE OLIVEIRA

Art. 2º - As convocadas deverão se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do
Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:FED3167B

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 400/26

P O R T A R I A Nº 400/26

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Artigo 1º Designar a escriturária Lorena Mallanott Bonfim, lotada na Escola Municipal Aníbal Khury Neto para exercer a função de Secretária Escolar e responder pelo Programa SERE – SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis (20/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:E1FE3191

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 401/26

P O R T A R I A Nº 401/26

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Artigo 1º Designar o escriturário Lucca Lira Vicentim, lotado na Escola Municipal Maestro Honório Maestrelli para exercer a função de Secretário Escolar e responder pelo Programa SERE – SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis (20/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:DBE756E1

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 402/26

P O R T A R I A Nº 402/26

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Artigo 1º Designar a escriturária Sabrina Penteado Gonçalves Castilho, lotada na Escola Municipal Tiradentes para exercer a função de Secretária Escolar e responder pelo Programa SERE – SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis (20/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:211C5EFC

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 403/2026

P O R T A R I A Nº 403/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Artigo 1º Altera a Portaria 105/2025 da servidora pública municipal MARIA MESSIAS, portadora da Carteira de Trabalho e Previdência Social n° 0166-077 PR série 003-0, ocupante da função de Escriturária, matriculada sob nº. 1653-6-1, lotada na Secretaria de Educação para responder pelas secretarias do CMEI Professor Vicente de Conti e orientação e coordenação das demais Secretarias Escolares dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e das Escolas Municipais.
.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:2E54D487

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº.404/2026

P O R T A R I A Nº.404/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido da funcionária **ERICA MABILE GONÇALVES,** portadora do CPF Nº 051.711.299-08 PR, ocupante da função de Professora de Ensino Fundamental, lotada no CMEI Professor Vicente de Conti, da Secretaria de Educação, sendo seu último dia trabalhado dia 19 de agosto de 2026.

EDIFICIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis. (20.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:D7D34807

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°003/2026

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº003/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°26.401.276-7

OBJETO: Credenciamento de pessoa(s) física(s) para prestar serviços profissionais de educador físico, que serão utilizados para atender às demandas do Departamento Municipal de Saúde e do Departamento Municipal de Esportes, Recreação e Turismo.

A documentação relacionada neste edital para fins de credenciamento poderá ser enviada no e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br ou via protocolo eletrônico através do link https://www.eprotocolo.pr.gov.br/, de segunda à sexta feira, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00 min, **a partir do dia 21/08/2026.**

O Edital de Chamamento Público ficará aberto pelo período de 12 (doze) meses para credenciamento dos interessados.

O valor total estimado para a execução do objeto será de R$ 157.207,68 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e sete reais e sessenta e oito centavos)**.**

Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no através do site: www.portoamazonas.pr.gov.br .

Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail: licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 20 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:ED356BEE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PE 022/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 1005/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MENOR VALOR GLOBAL
OBJETO

Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com Caminhão Munck e oficial eletricista, bem como instalação de novas entradas de energia padrão COPEL e instalação de postes, para atendimento das necessidades do Município, conforme valor e especificações descritos no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 08 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 08 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 170.575,00 (cento e setenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 20 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:32609084

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE N°015/2026

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1073/2026

EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a confecção e o fornecimento de kits de cadernos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de cadernos pedagógicos destinados aos professores e educadores infantis da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, visando atender às necessidades do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com vigência de 12 (doze) meses.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Comissão de Contratação, Agente de Contratação, Parecer Jurídico e Controle Interno, constantes no presente processo administrativo e com fundamento no que dispõe o Art. 75 da Lei n°14.133/2021, torna-se público a homologação do processo em epígrafe e a adjudicação do objeto à empresa:

ECO STORE - PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA – CNPJ N°37.082.371/0001-70, com sede na Rua Santos Dumont, n°294, Zona 03, cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.050-100, com os lotes: 2, 3, 4 e 5 no valor total de R$ 59.801,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos e um reais).

Porto Amazonas, 20 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:F2DA02ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90001/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90001/2026
Processo Licitatório nº 001/2026

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA (UASG 930051)** realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento menor preço, por item, nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 07/2021.
OBJETO: Registro de preços para aquisições de materiais de expediente, higiene e limpeza, copa e cozinha, e gêneros alimentícios para suprir as necessidades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Prado Ferreira.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 14.628,52 (quatorze mil seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos).
DATA DA SESSÃO: 02/09/2026 (quarta-feira)
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 08:00 às 14:00
LINK: http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço, por item.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
Informações acerca do Edital, Termo de Referência e demais documentos da contratação encontram-se disponíveis no link:https://pradoferreirapr.equiplano.com.br:7423/transparencia/
Maiores informações pelo e-mail: cmpradoferreira@gmail.com

Prado Ferreira-PR, 19 de agosto de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:6EBE13FC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 134/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: 3F LTDA
CNPJ: 23.484.444/0001-45

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, caput, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
DO OBJETO: Aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual para continuidade da contratação de sistema de orçamento de obras para o Consórcio CISPAR, pelo período de 12 (doze) meses, de 25/08/2026 até 25/08/2027, permanecendo inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não revogadas.

DO VALOR PARA O PERÍODO: R$ 1.998,00 (Hum mil, novecentos e noventa e oito reais).

Maringá, 13 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consorcio CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:40E1E59F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 39/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 296/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 196/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CONTRATADA: PLENUS GESTÃO PÚBLICA LTDA ME.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, *caput,* II da lei 8.666/93.

DO OBJETO: Aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual de prestação dos serviços da empresa especializada para fornecimento de Licença de Uso e serviço de hospedagem, pelo período de 06 (seis) meses, de 65 contas de e-mails corporativas com espaço, para as Secretárias Cispar de 15/09/2026 até 15/03/2027, permanecendo inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não revogadas.

DO VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2026/27: R$ 3.450,00 (Três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Maringá, 05 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consorcio CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:C2B11C86

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2022 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA LTDA – CNPJ: 07.797.967/0001-95

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, caput, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
DO OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 039/2022, referente à prestação dos serviços e acesso à ferramenta de gestão pública Banco de Preços, pelo período de 08 de agosto de 2026 até 08 de agosto de 2027.

DO REAJUSTE: Aplicação do INPC (IBGE), referente ao período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, com índice de correção de 1,03897870, correspondente a 3,897870%.

DO VALOR: O valor anual atualizado para o período de 09/08/2026 a 09/08/2027 será de R$ 12.756,67 (doze mil setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Maringá, 13 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo - CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:8138B764

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2026 AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em observância ao disposto no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/2021, torna público que realizará procedimento de contratação direta, visando à obtenção de propostas adicionais, para a contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de ergonomia, compreendendo a realização de **Avaliação Ergonômica Preliminar – AEP** das situações de trabalho do CISPAR e, quando caracterizadas as hipóteses técnicas previstas na Norma Regulamentadora nº 17 – NR-17, a realização de **Análise Ergonômica do Trabalho – AET**, contemplando avaliações presenciais dos ambientes, postos e atividades de trabalho, identificação e análise dos fatores de risco ergonômico, diagnóstico, recomendações de medidas preventivas e corretivas e elaboração dos respectivos documentos técnicos, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência que integra o processo administrativo.

Os interessados deverão encaminhar proposta comercial, acompanhada da documentação mínima de habilitação, para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br, no período de:

De: 21/08/2026 – 8:00h (sexta-feira)
Até: 26/08/2026 – 8:00h (quarta-feira)

A seleção do fornecedor será realizada pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas as especificações do objeto e as condições de habilitação previstas no Termo de Referência. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com o Termo de Referência ou com preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado.

Informações adicionais e eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br , em dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00, a fim de garantir a formalização das comunicações, a isonomia entre os interessados e o adequado registro no processo administrativo.

Maringá – PR, 20 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:54346E1F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 226/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **22 (vinte e duas) diárias**, no valor unitário de **R$ 39,55 (trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, totalizando **R$ 870,10 (oitocentos e setenta reais e dez centavos)**, em favor do servidor **MAYCON EMANUEL PEDRANGELO**, ocupante do cargo de Motorista, inscrito no CPF nº ***.***.789-80, em razão de deslocamentos oficiais para transporte de alunos universitários ao Município de Londrina/PR, com saída às 17h00, **no período de 20 de agosto de 2026 a 21 de setembro de 2026**.

Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 20 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:833FEFF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11894/2026

Súmula: Exonera a Senhora THAIANE EVELIN PIMENTEL SALES DE LIMA do cargo efetivo que ocupa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA a pedido, a Senhora THAIANE EVELIN PIMENTEL SALES DE LIMA, CPF nº. ***.482.042-**, do cargo efetivo de "ASSISTENTE ADMINISTRATIVO", a partir de 24 de Agosto de 2026.

Quatro Barras, 20 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F4F67927

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº.100/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **SILMARA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº. 6.9**.**3-1 e do CPF nº. 044.***.***-77, referente ao período aquisitivo de **2006/2011,** conforme Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 10/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 20 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:7DACD16A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°101/2026

PORTARIA Nº101/2026

Súmula: Encerramento de pagamento de proventos de Pensão por falecimento de segurado.

ADELAIDE CRUZ, Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,
Considerando o falecimento do pensionista **JOSÉ PEDRO DA SILVA**, ocorrido em 14 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica encerrado o pagamento da Pensão Por Morte concedida ao pensionista Sr. José Pedro Da Silva, em data de 24 de fevereiro de 2021, por meio da portaria nº 046/2021 e registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob o nº 509180/26, em razão de seu falecimento.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 20 de Agosto de 2026.

ADELAIDE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:BC3BF74D

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°102/2026

PORTARIA Nº102/2026

Súmula: Encerramento de pagamento de proventos de Aposentadoria por falecimento de segurado.

ADELAIDE CRUZ, Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,
Considerando o falecimento do aposentado **ARGEU MARCELINO DA SILVA**, ocorrido em 14 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica encerrado o pagamento do benefício de Aposentadoria concedido ao aposentado Sr. Argeu Marcelino da Silva, em data de 29 de outubro de 2021, por meio da Portaria nº 141/2021, registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob o nº 220600/23, em razão de seu falecimento.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 20 de Agosto de 2026.

ADELAIDE CRUZ
Diretora Presidente Do RPPS

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:2C2B12D9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°103/2026

PORTARIA Nº103/2026

Súmula: Encerramento de pagamento de proventos de Aposentadoria por falecimento de segurado.

ADELAIDE CRUZ, Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,
Considerando o falecimento da Aposentada e Pensionista **IRENE DA SILVA OLIVEIRA**, ocorrido em 16 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica encerrado o pagamento da Pensão Por Morte concedida a pensionista Sra. Irene Da Silva De Oliveira, em data de 10 de janeiro de 202o, através do Portaria nº 035/2023 e registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob o nº 509350/26, em razão de seu falecimento.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 20 de Agosto de 2026.

ADELAIDE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:3977F282

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°104/2026

PORTARIA Nº104/2026

Súmula: Encerramento de pagamento de proventos de Aposentadoria por falecimento de segurado.

ADELAIDE CRUZ, Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,
Considerando o falecimento do aposentado **JOSÉ NOGUEIRA DA SILVA**, ocorrido em 11 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica encerrado o pagamento do benefício de Aposentadoria concedido ao aposentado Sr. José Nogueira da Silva, em data de 15 de junho de 2004, por meio da Portaria nº 080/2004, registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob o nº 301524/95, em razão de seu falecimento.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 20 de Agosto de 2026.

ADELAIDE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:3AFBC1F8

LICITAÇÃO
EXTRATO 193/2026

INEXIGIBILIDADE Nº. 42/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2026
CONTRATO 193/2026.

CONTRATO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA RMS PRODUCAOES E EVENTOS LTDA
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR
CNPJ: 76.973.692/0001-16
ENDEREÇO: Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197
CIDADE: Querência do Norte, Estado do Paraná
TELEFONE: 44 -3462 1222
E-MAIL: administracao@querenciadonorte.pr.gov.br
REPRESENTANTE: Alex Sandro Fernandes
CARGO: Prefeito
RG: 083.XXX.979-XX
CPF: 10.XXX.514-X SSP/PR
E-MAIL: alexsandropref@querenciadonorte.pr.gov.br
Nome do responsável para dúvidas: GUTO RENATO BERTO
FONE 44 – 9 8808- 4784
CONTRATADA: 30.019.432/0001-05 SOLANGE CRISTINA FREITAS DO NASCIMENTO
CNPJ: **30.019.432/0001-05**
ENDEREÇO: **Avenida Santos Dumont, 233, APT. 2, bairro Jardim Independência II**
CIDADE: SARANDI (PR)
CEP 87.113-290
REPRESENTANTE LEGAL: SOLANGE CRISTINA FREITAS DO NASCIMENTO
CPF: 033.***.819-** | RG: 8.***073* SSP/PR
E-MAIL:
TELEFONE:

CLÁUSULA PRIMEIRA -

Acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, , suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.

Por este contrato, a CONTRATADA assume a responsabilidade do comparecimento de BANDA COWBOYS DO ASFALTO para uma apresentação artística em local e data convencionados nesta cláusula:

DATA DO SHOW: 06 DE SETEMBRO DE 2026
LOCAL DO SHOW: Próximo à Praça Central
ENDEREÇO DO SHOW: Avenida Porto Alegre
CIDADE: QUERÊNCIA DO NORTE - PARANÁ
HORÁRIO DE INÍCIO: 22:00 HORAS
TIPO DE EVENTO: 43ª FESTA DO ARROZ DE QUERÊNCIA DO NORTE
DURAÇÃO DO SHOW: "Mínima de 2H30M (DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS) aproximadamente.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: contarão no *"Checklist"*.
O show mencionado no *caput* desta cláusula compreende a apresentação pública ou privada dos artistas, dentro das especificações previstas acima.
As condições estabelecidas, neste termo contratual, poderão ser alteradas mediante acordo firmado por escrito entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor pago pela apresentação artística, na data de 06/09/2026, de BANDA COWBOYS DO ASFALTO será no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), no primeiro dia útil após a realização do evento, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme abaixo:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I) O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias, possibilitado a sua prorrogação mediante aprovação da contratante, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado. Independentemente da data de assinatura do contrato seu prazo fica adstrito a vigência do crédito orçamentário, o que poderá reduzir sua vigência.
Parágrafo Primeiro: Os prazos poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o artigo 106,107 da Lei 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Loanda, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Querência do Norte (PR), 17 de Agosto de 2026

Prefeitura Mun. Querência do Norte
30.019.432/0001-05 Solange Cristina Freitas do Nascimento
ALEX SANDRO FERNANDES SOLANGE
Contratante

CRISTINA FREITAS DO NASCIMENTO
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:_____
CPF._____

Nome:_____
CPF._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:5AE6C4B4

LICITAÇÃO
REABERTURA CONC 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA DO NORTE -PR
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRENCIA ELETRONICA - Nº 03/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade CONCORRENCIA ELETRONICA na seguinte forma: menor preço global.
OBJETO: execução de trincheira nº 05 impermeabilizada com geomembrana PEAD 1 mm, construção de 02 drenos de gases, construção do pátio de compostagem e execução do sistema de drenagem de águas pluviais do aterro sanitário, no Centro de Triagem Cornélio Geminiano Nery, no município de Querência do Norte/PR.

ABERTURA**: 08 de setembro de 2026 – 09 HORAS**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br
– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 20 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:CC1FA24C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N° 108/2026

DECRETO LEGISLATIVO N° 108/2026

Concede o Título de Cidadão Honorário deste Município a Luis Henrique Figura.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário a Luis Henrique Figura**,** como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Município de Quitandinha.

Art. 2º As despesas decorrentes desta proposição correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 20 de agosto de 2026.

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:93B518A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO CONCORRÊNCIA N° 02/2026-PMQ NOVA DATA DE ABERTURA

MUNICIPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO CONCORRÊNCIA N° 02/2026-PMQ
NOVA DATA DE ABERTURA
LOCAL: www.bllcompras.com Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL, sob regime de empreitada por preço global. | Critério de julgamento: menor preço. Modo de disputa: aberto. Data limite do cadastramento das propostas: 02 de outubro de 2026 às 9h. Data de início dos lances: 02 de outubro de 2026 às 9h15min. Valor estimado R$ 543.144,77. Prazo de execução: 120 dias, com total de 268,72 m². Local: Rua Germano Krama, 94, Engenho Velho, Quitandinha/Pr. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações, pasta técnica e íntegra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp, email: licitacao@quitandinha.pr.gov.br, ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231, a partir da data de publicação deste aviso.
Quitandinha, 19 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal Interino de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:F8802399

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 32/2026 – PMQ NOVA DATA DE ABERTURA

MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO PREGÃO N° 32/2026 – PMQ NOVA DATA DE ABERTURA
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE VALE-REFEIÇÃO POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO COM CHIP DE SEGURANÇA E SENHA INDIVIDUAL. **Data limite do cadastramento das propostas**: 09/09/2026 às 8h45min. **Data de inicio dos lances**: 09/09/2026 às 9h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp , ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua José de Sá Ribas, 238, Fone 41-3623-1231. Quitandinha, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS -
Secretário Interino Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:FB53AD7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 34/2026 – PMQ

MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO PREGÃO N° 34/2026 – PMQ

LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGENS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS E HOSPEDAGEM. **Data limite do cadastramento das propostas**: 08/09/2026 às 8h45min. **Data de inicio dos lances**: 08/09/2026 às 9h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua José de Sá Ribas, 238, Fone 41-3623-1231. Quitandinha, 21 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:FB8A86D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2026 – TESTE SELETIVO 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 09/2026 – Teste Seletivo 01/2026

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
38ª	MARIA CECILIA ROLAND	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
39ª	PATRICIA GADONSKI TAICK	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
40ª	SILVANA MARIA NOGUEIRAALVES	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
41ª	ARIANA MERLEN MACHAO MENDES	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL

Quitandinha, 20 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:495CF7E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 35/2026 – TESTE SELETIVO 01/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 35/2026 – Teste Seletivo 01/2025

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
55ª	SAMARA IASMIN CHAVES LOPES	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
56ª	ANA PAULA DA FONSECA	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL

Quitandinha, 20 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:DDB97E00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 122/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 122/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Alan Ferreira Da Luz
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 17/08/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:0E7E58CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 258/2026

PORTARIA N° 258/2026

O Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos Arts. 105 a 111 da Lei Municipal nº. 419/98,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais:

NOME	Período aquisitivo		Período concessivo	
Alamir Rocha Dos Santos	01/05/2023	30/04/2024	03/08/2026	22/08/2026
Edmar Wojcikievicz	01/09/2024	31/08/2025	12/08/2026	31/08/2026
Eduardo Ferreira Bringel	22/01/2025	21/01/2026	03/08/2026	22/08/2026
Eva Das Neves Zepechouka	02/06/2023	01/06/2024	05/08/2026	24/08/2026
Joao Guilherme Magalhaes Mikosz	16/06/2025	15/06/2026	03/08/2026	22/08/2026
Lilian Regina Rauchbach	01/08/2025	31/07/2026	24/08/2026	12/09/2026
Marcos Jose De Souza Teofilo	01/04/2025	31/03/2026	05/08/2026	03/09/2026
Nathalia Kolachinski	02/07/2025	01/07/2026	10/08/2026	29/08/2026
Norildo Leal Dos Anjos	03/05/2024	02/05/2025	01/08/2026	20/08/2026
Paulo Ribeiro Dos Santos	14/04/2024	13/04/2025	03/08/2026	22/08/2026
Valquiria Franca Taborda	10/01/2025	09/01/2026	05/08/2026	03/09/2026

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 03 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1E2F6226

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 273/2026

PORTARIA N° 273/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei

Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 4250/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde a partir de 15/08/2026 a 12/09/2026, para PEDRO DE LIMA SOARES, portador do RG nº. 10.698.484-0/PR, funcionário público municipal efetivo e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 14/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 14 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:2C942E90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 275/2026

PORTARIA N° 275/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4293/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde de 21/08/2026 a 15/10/2026, para MERI APARECIDA DO ROCIO GONÇALVES DA SILVA, RG nº. 5.562.540-9/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional Geral, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:D5318645

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 276/2026

PORTARIA N° 276/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4284/2026,

RESOLVE

Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde de 09/07/2026 a 13/08/2026, para RENI TEREZINHA GOGOLA, portadora do RG nº. 4.360.215-2/PR funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 09/07/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B296237F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 012/2026

Resolução 012/2026
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 382/1997. Conforme Reunião Ordinária realizada em 19 de Agosto de 2026, Ata 07.
Dispõe sobre a composição da mesa diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, biênio 2025 a 2027.
RESOLVE:
Art. 1° - Fica composta o Colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA na forma estabelecida pelo seu regimento interno, passando a seguinte composição:

Membros Titulares:	Membros Suplentes:
Luana Maier Coscia de Ferro	Edna Barbosa
Luciane de Lima Ribas	Eulariane Renata da Silva Zetychi
Lisiane Laskowski de Moura	Marhiane Dominique Cardoso
Mara Cristina Mendes	Evandro Cesar Ludwig
Irene das Graças Piontkievicz	Viviane Ap. Soares Santos
Sirlene da Rocha Lecz	Eliane Regina Machado

Representante de Adolescentes membros Consultivos sem Direito a Voto

Membro Titular	Membro Suplente
Bruna Maira Woljcikievicz	Emanuelly L. de Lima

Art.2º - Fica composta a mesa diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA na forma estabelecida pelo seu regimento interno, Aprovada em Reunião Ordinária, passando a seguinte composição:
PRESIDENTE**; Lisiane Laskowski de Moura;**

VICE – PRESIDENTE: **Luciane de lima Ribas;**
1º SECRETÁRIA: **Luana Maier Coscia de Ferro**
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, 19 de Agosto de 2026.

LISIANE LASKOWSKI DE MOURA
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:E71FAD35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1968/09/2026

DECRETO Nº 1968/09/2026

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei 1040/09/2026 e eu Prefeito Municipal DECRETO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL na importância R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), para as seguintes Dotações:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.05.00000000.000	Divisão do Ensino Fundamental			
12.695.0015.2.018	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Criar	842	41.636,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				41.636,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO				
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão de Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.2.046	Manutenção da Divisão de Esporte Municipal			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Criar	842	18.364,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				18.364,00
TOTAL GERAL				60.000,00

Art. 2º - Para Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FONTE (842):

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:D5D5355B

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1040/09/2026

LEI Nº 1040/09/2026

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei 1040/09/2026 e eu Prefeito Municipal SANCIONO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL na importância R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), para as seguintes Dotações:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.05.00000000.000	Divisão do Ensino Fundamental			
12.695.0015.2.018	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Criar	842	41.636,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				41.636,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO				
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão de Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.2.046	Manutenção da Divisão de Esporte Municipal			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Criar	842	18.364,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				18.364,00
TOTAL GERAL				60.000,00

Art. 2º - Para Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FONTE (842):
Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:2FCF6729

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.042/2026 20/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo comissionado de **Coordenador de Monitoramento e Acompanhamento Social,** a partir da data de hoje 20 de agosto de 2026:

BRUNA DIAS	Coordenador de Monitoramento e Acompanhamento Social

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C60FFEF5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.043/2025 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

Retifica a Portaria Nº 9.037/2026 de 14 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 9.037/2026, de 14 de agosto de 2026, especificamente quanto à data de início do período de férias da servidora abaixo relacionada:

Onde se lê:
Art. 1º- Conceder **20 (vinte) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **20 de agosto de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
281691	Marisa Fatima Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	15/05/2024 até 14/05/2025

Leia-se:
Art. 1º- Conceder **20 (vinte) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **26 de agosto de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
281691	Marisa Fatima Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	15/05/2024 até 14/05/2025

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 9.037/2026 permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 20 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6A0D6C43

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.044/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aplicação da penalidade disciplinar de Advertência à servidora K. B. R., em razão da decisão proferida na Sindicância nº 01/2026.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 01/2022,

CONSIDERANDO as conclusões constantes no Relatório Final da Sindicância Nº 01/2026, que recomendou a aplicação da penalidade disciplinar de Advertência;

CONSIDERANDO a decisão da autoridade competente que acolheu o Relatório Final da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar à servidora K. B. R., ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 3106892, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA, em razão das irregularidades funcionais apuradas na Sindicância nº 01/2026, consistentes no descumprimento dos deveres funcionais previstos no art. 187, incisos I, II, III e IV, e no art. 119, da Lei Complementar nº 01/2022.

Art. 2º A penalidade de Advertência aplicada nos termos desta Portaria será registrada nos assentamentos funcionais da servidora, para os efeitos legais cabíveis.

Art. 3º A servidora deverá ser formalmente cientificada do teor desta Portaria, mediante termo próprio, devendo a respectiva ciência ser juntada aos autos da Sindicância nº 01/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Realeza, 20 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:5B0B3809

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.045/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **10 (dez) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **14 de setembro de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
324411	Vera Lucia Maria Andrade	Técnico em Saúde Bucal	18/06/2024 até 17/06/2025

Art. 2º- Conceder **05 (cinco) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **14 de setembro de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3107150	Ana Rosa Pivetti de Almeida Penteado	Técnico em Saúde Bucal	10/02/2026 até 09/02/2027

Art. 3º- Conceder **14 (quatorze) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **28 de setembro de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3107034	Izadora Kruczkevicz	Odontólogo	18/08/2025 até 17/08/2026

Art. 4º- Conceder **15 (quinze) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **23 de setembro de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
203211	Joelma Paludo	Técnico em Saúde Bucal	03/07/2024 até 02/07/2025

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 20 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:8DA1FBC8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.046/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **05 (cinco) dias de férias** à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo indicado, a partir de **24 de agosto de 2026**:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
297181	Viviani Gabriela de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	03/11/2025 até 02/11/2026

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 20 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:ACB2F2D9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 81/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 260/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$60.000,00 (Sessenta Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 263/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: BUGRE COMERCIAL EIRELI
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$7.841,15 (Sete Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Quinze Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 267/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: D. A. C. MOVEIS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$47.060,00 (Quarenta e Sete Mil e Sessenta Reais)

DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 274/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: JWR MÓVEIS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$12.052,75 (Doze Mil e Cinqüenta e Dois Reais e Setenta e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 275/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: LJ MONDARDO E CIA LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$56.275,00 (Cinqüenta e Seis Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 276/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$36.774,85 (Trinta e Seis Mil, Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 279/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MAYARA SILVA ARAUJO
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$35.636,00 (Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta e Seis Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 284/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: REGIS AZEVEDO KAPP LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO –Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$75.044,66 (Setenta e Cinco Mil e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta e Seis Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 294/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ZANATTA DECORAÇÕES LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$22.503,00 (Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Três Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 293/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: WALTER NETO CHAMBO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$3.000,00 (Três Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 292/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: VJ CLIMATIZAÇÃO LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$83.340,00 (Oitenta e Três Mil, Trezentos e Quarenta Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 291/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: VANDERLEI CRISTIANO OIAN
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$5.067,00 (Cinco Mil e Sessenta e Sete Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 290/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$184.456,50 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Seis Reais e Cinqüenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 296/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ADMAQ LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$7.947,00 (Sete Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DO REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 269/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ECUDAR MOVEIS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$144.825,00 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 273/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: JV DO BRASIL COMERCIO DE CLIMATIIZADORES LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$275.089,84 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil e Oitenta e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:A950FA41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - DISP. 25

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 297/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: IVANIL MARIA DOS SANTOS & CIA LTDA
OBJETO: Contratação emergencial de instituição especializada para prestação de serviço de acolhimento institucional integral e individualizado destinado a pessoa com deficiência intelectual residente no Município de Realeza, em cumprimento à determinação judicial, referida no Processo nº 0001361-88.2026.8.16.0141, visando garantir proteção, cuidados contínuos, atendimento especializado, condições adequadas de convivência, segurança, dignidade e qualidade de vida, conforme as necessidades específicas do usuário e em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.
REFERENTE: LICITAÇÃO Processo Dispensa Nº 25/2026.
VALOR TOTAL: R$ 80.409,48 (Oitenta Mil, Quatrocentos e Nove Reais e Quarenta e Oito Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:D57BE295

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 699/2023

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 699/2023
O Município de Realeza, Estado do Paraná, torna sem efeito a publicação do Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 699/2023, referente à Concorrência nº 03/2023, firmado entre o Município de Realeza e a empresa JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA., publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 12/03/2026, Edição nº 3487, sob o Código Identificador 4AB0BB2F.
A presente publicação torna sem efeito, integralmente, a matéria anteriormente publicada, não produzindo efeitos a partir desta publicação.

Realeza/PR, 20 de Agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:E3AB99B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLEMENTAR PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA O BIÊNIO 2026 / 2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1035 de 10 de dezembro de 2008, considerando o encerramento das atividades da Pastoral da Criança, CONVOCA todas as entidades legalmente constituídas e em funcionamento, interessadas em habilitar-se a fim de concorrer na Assembleia de Eleição das Entidades não-governamentais para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para a gestão 2026/2027, na forma do presente Edital.
Art. 1º - Poderão candidatar-se ao pleito eleitoral as entidades de âmbito Municipal interessadas em ocupar uma vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência que compartilhem dos princípios da Política Pública da Pessoa com Deficiência e em funcionamento a mais de dois anos.
Art. 2º - O período para registro da candidatura e credenciamento de seus representantes para votar e/ou ser votado na Assembleia será de **21 de agosto de 2026 a 11 de setembro de 2026** junto a Secretaria de Assistência Social, situada à Avenida Castelo Branco, nº 297, Bairro Centro, Renascença/Pr. E ou pelo email social@renascenca.pr.gov.br.
Art. 3º - As entidades da sociedade civil poderão habilitar-se mediante requerimento próprio assinado pelo representante legal da entidade, acompanhado com os seguintes documentos:
I – Requerimento, conforme (Anexo I), devidamente preenchido, devendo indicar o nome da pessoa que votará em nome da entidade e os nomes dos indicados para representar a entidade: (titular e suplente);
II – Cópia do Estatuto Registrado em cartório a mais de dois anos;
III – Cópia da Ata da atual diretoria com indicação do Representante Legal;
IV – Comprovante de Endereço;
V – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
VII – Cópia do R.G. e CPF e comprovante de residência dos representantes titular e suplentes indicados pelas entidades.
Art. 5º - A Assembleia será realizada no dia **17 de setembro de 2026, com início às 14:00**, sendo que o resultado será proclamado em seguida, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo Único – Em caso de empate, será considerada eleita a entidade que tiver maior tempo de funcionamento, conforme CNPJ.
Art. 7º - A Assembleia não levará em conta o quórum mínimo, sendo que os processos de votação e apuração acontecerão com qualquer número de participantes, seguindo os decretos municipais quanto aos cuidados devido a pandemia.
Art. 8º – As cédulas eleitorais serão confeccionadas e aprovadas previamente, contendo os nomes das entidades em ordem alfabética, permitindo que, após consulta da assembleia, será facultado a votação por aclamação.
Art. 9º – A relação das respectivas entidades eleitas e dos respectivos conselheiros (as) indicado (as) serão enviados ao poder executivo para nomeação através de decreto e na próxima reunião serão empossados.
Art. 10 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos mediante legislação em vigor.
Art. 11 – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Renascença, 20 de agosto de 2026.

ELIANE BORTOT
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO
Pelo presente a Entidade:_____
Inscrita no CNPJ nº _____ com sede no município de Renascença, estado do Paraná, REQUER sua inscrição no processo eleitoral com vistas ao preenchimento de vagas para representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo que votará no dia da Assembleia em representação à Entidade o Senhor (a): _____
R.G. nº _____.
Indicação dos nomes para representação da Entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
Nome do Titular:_____R.G._____
Nome do Suplente:_____R.G._____
Para fins de validação da inscrição segue em anexo à ficha os seguintes documentos:
( ) Cópia do estatuto Registrado em Cartório a mais de dois anos.
( ) Cópia da ata da atual Diretoria com indicação do Representante Legal;
( ) Comprovante de endereço;
( ) Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas;
( ) Cópia do RG e CPFD e comprovante de residência dos representantes titular e suplente indicados pelas entidade;
Como representante legal da entidade, responsabilizo-me pelo presente requerimento, documentação anexa e veracidade das declarações.

Renascença, _____/_____/_____

_____
Assinatura do Representante Legal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:BFAC4EB0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026

CONVOCA E REGULAMENTA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO PARA O BIÊNIO 2026 / 2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1168 de 01 de dezembro de 2010, CONVOCA todas as entidades legalmente constituídas e em funcionamento, interessadas em habilitar-se a fim de concorrer na Assembleia de Eleição das Entidades não-governamentais para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para a gestão 2026/2028, na forma do presente Edital.
Art. 1º - Poderão candidatar-se ao pleito eleitoral as entidades de âmbito Municipal interessadas em ocupar uma vaga no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso que compartilhem dos princípios da Política Pública do Idoso e em funcionamento a mais de dois anos.
Art. 2º - O período para registro da candidatura e credenciamento de seus representantes para votar e/ou ser votado na Assembleia será de **24 de agosto de 2026 a 21 de setembro de 2026** junto a Secretaria de Assistência Social, situada à Avenida Castelo Branco, nº 297, Centro, Renascença/Pr. E ou pelo e-mail social@renascenca.pr.gov.br.
Art. 3º - As entidades da sociedade civil poderão habilitar-se mediante requerimento próprio assinado pelo representante legal da entidade, acompanhado com os seguintes documentos:
I – Requerimento, conforme (Anexo I), devidamente preenchido, devendo indicar o nome da pessoa que votará em nome da entidade e os nomes dos indicados para representar a entidade: (titular e suplente);
II – Cópia do Estatuto Registrado em cartório a mais de dois anos;

III – Cópia da Ata da atual diretoria com indicação do Representante Legal;
IV – Comprovante de Endereço;
V – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
VII – Cópia do R.G. e CPF e comprovante de residência dos representantes titular e suplentes indicados pelas entidades.
Art. 4º - Após análise da Comissão de Eleição, serão publicadas até **24 de setembro de 2024** as entidades destacando as habilitadas e não habilitadas, segundo os critérios específicos do presente Edital.
Art. 5º - A entidade cuja inscrição venha a ser indeferida nos termos deste Edital, após notificada, terá cinco dias para apresentar recurso.
Art. 6º - A Assembleia será realizada no dia **02 de outubro, com início às 14 horas**, sendo que o resultado será proclamado em seguida, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo Único – Em caso de empate, será considerada eleita a entidade que tiver maior tempo de funcionamento, conforme CNPJ.
Art. 7º - A Assembleia não levará em conta o quórum mínimo, sendo que os processos de votação e apuração acontecerão com qualquer número de participantes.
Art. 8º – As cédulas eleitorais serão confeccionadas e aprovadas previamente, contendo os nomes das entidades em ordem alfabética, permitindo que, após consulta da assembleia, será facultado a votação por aclamação.
Art. 9º – A relação das respectivas entidades eleitas e dos respectivos conselheiros (as) indicado (as) serão enviados ao poder executivo para nomeação através de decreto e na próxima reunião serão empossados.
Art. 10 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos mediante legislação em vigor.
Art. 11 – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Renascença, 20 de agosto de 2026.

CARLA CRISTINA LISE
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

Pelo presente a Entidade:_____
Inscrita no CNPJ nº _____ com sede no município de Renascença, estado do Paraná, REQUER sua inscrição no processo eleitoral com vistas ao preenchimento de vagas para representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sendo que votará no dia da Assembleia em representação à Entidade o Senhor (a): _____
R.G. nº _____.
Indicação dos nomes para representação da Entidade no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso:

Nome do Titular:_____R.G._____ TELEFONE:
Nome do Suplente:_____R.G._____
TELEFONE:

Para fins de validação da inscrição segue em anexo à ficha os seguintes documentos:
( ) Cópia do estatuto Registrado em Cartório a mais de dois anos.
( ) Cópia da ata da atual Diretoria com indicação do Representante Legal;
( ) Comprovante de endereço;
( ) Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas;
( ) Cópia do RG e CPF e comprovante de residência dos representantes titular e suplente indicados pelas entidade;
Como representante legal da entidade, responsabilizo-me pelo presente requerimento, documentação anexa e veracidade das declarações.

Renascença, _____/_____/_____

_____
Assinatura do Representante Legal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:C6D51AD5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 03/2026

CONVOCA E REGULAMENTA O PROCESSO DE ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHERPARA O BIÊNIO 2026 / 2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1981 de 12 de novembro de 2025, CONVOCA todas as entidades legalmente constituídas e em funcionamento, interessadas em habilitar-se a fim de concorrer na Assembleia de Eleição das Entidades não-governamentais para compor o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER para a gestão 2026/2028, na forma do presente Edital.
Art. 1º - Poderão candidatar-se ao pleito eleitoral as entidades de âmbito Municipal interessadas em ocupar uma vaga no CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER que compartilhem dos princípios da Política Pública da Mulher, nos termos dos arts. 6º e 7º da Lei Municipal 1981.
I - a representação da sociedade civil será eleita e composta por 04 representantes titulares e respectivos suplentes, com atuação em âmbito municipal, sendo elas:
01 (um) representante de movimento lojista ou empresarial;
03 (três) representantes de movimentos culturais, sociais ou religiosos de defesa dos direitos das mulheres e/ou crianças e adolescentes e/ou da pessoa com deficiência e/ou da pessoa idosa.
Art. 2º - O período para registro da candidatura e credenciamento de seus representantes para votar e/ou ser votado na Assembleia será de **21 de agosto de 2026 a 11 de setembro de 2026** junto a Secretaria de Assistência Social, situada à Avenida Castelo Branco, nº 297, Bairro Centro, Renascença/Pr. E ou pelo email social@renascenca.pr.gov.br.
Art. 3º - As entidades da sociedade civil poderão habilitar-se mediante requerimento próprio assinado pelo representante legal da entidade, acompanhado com os seguintes documentos:
I – Requerimento, conforme (Anexo I), devidamente preenchido, devendo indicar o nome da pessoa que votará em nome da entidade e os nomes dos indicados para representar a entidade: (titular e suplente);
II – Cópia do Estatuto Registrado em cartório;
III – Cópia da Ata da atual diretoria com indicação do Representante Legal;
IV – Comprovante de Endereço;
V – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
VII – Cópia do R.G. e CPF e comprovante de residência dos representantes titular e suplentes indicados pelas entidades.
Art. 4º - Após análise da Comissão de Eleição, serão publicadas até **17 de setembro de 2026** as entidades destacando as habilitadas e não habilitadas, segundo os critérios específicos do presente Edital.
Art. 5º - A entidade cuja inscrição venha a ser indeferida nos termos deste Edital, após notificada, terá cinco dias para apresentar recurso.
Art. 6º - A Assembleia será realizada no dia **25 de setembro de 2026, com início às 14:00 horas**, sendo que o resultado será proclamado em seguida, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo Único – Em caso de empate, será considerada eleita a entidade que tiver maior tempo de funcionamento, conforme CNPJ.
Art. 7º - A Assembleia não levará em conta o quórum mínimo, sendo que os processos de votação e apuração acontecerão com qualquer número de participantes.
Art. 8º – A relação das respectivas entidades eleitas e dos respectivos conselheiros (as) indicado (as) serão enviados ao poder executivo para nomeação através de decreto ou portaria e na próxima reunião serão empossados.
Art. 9º – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos mediante legislação em vigor.
Art. 10º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Renascença, 20 de agosto de 2026.

ROSA MARIA FONTANA DIAS
Secretaria de Assistência Social.

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:B566C864

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 275 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Retifica Portaria nº 133 de 01 de abril de 2026, que concede aposentadoria a servidora Marcia Heckler.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos dispositivos aplicáveis, em especial o Artigo 6º da EC 41/03 e Artigo 30, inciso I, da Lei Municipal nº 828 de 10 de setembro de 2004,

R E S O L V E:
Retificar o artigo 2 da Portaria nº 133 de 01 de abril de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Os proventos mensais da aposentadoria concedida por esta portaria são fixados no valor de R$ 2.737,98 (dois mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) mensais, correspondentes a 100% (cem por cento) da média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuição da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:37DA560E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DO PREGÃO ELETRONICO RETIFICADO Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2.721/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.721/22026

A Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, por meio da Pregoeira Luciana Antunes Pereira, tendo em vista a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, e as Leis Complementares nº. 123/2006 e 147/2014, torna público que fará realizar-se o PREGÃO ELETRÔNICO nº29/2026, cujo objeto é o visa a " **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL PARA BEBÊ, EM ATENDIMENTO À LEI MUNICIPAL Nº 970/2017, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO", sendo a licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.**

INÍCIO REC. PROPOSTA: 21/08/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 22/09/2026 08:29
INÍCIO DISPUTA: 22/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
LOCAL: https://bll.org.br

VALOR ESTIMADO R$: 81.536,40 (oitenta e um mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) O Edital e seus anexos deverão ser solicitados através do e-maiI, na sede da Prefeitura Municipal, departamento de licitações, ou no endereço eletrônico http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/site/.

Reserva do Iguaçu – PR 20 de agosto de 2026

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Pregoeira
Portaria Municipal Nº 32/2025

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:0A806710

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.357/2026

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO
007/2026

CONTRATANTE (UASG)
Município de Reserva do Iguaçu (000980878)

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E FOZ DO JORDÃO, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DE ACOLHIMENTO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
FUNDAMENTO LEGAL
Art. 79, inciso I da Lei Federal 14.133, de 2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 17.518,20 (dezessete mil quinhentos e dezoito reais e vinte centavos).

DATA DE INÍCIO DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO
Dia 21/08/2026

DATA DE ENCERRAMENTO DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO
Dia 09/09/2026

Encerrado o período da primeira chamada, o presente Edital de Credenciamento permanecerá aberto durante sua vigência, permitindo que novos interessados apresentem requerimento de credenciamento e a documentação exigida a qualquer tempo, observadas as condições estabelecidas neste Edital, sendo a documentação analisada pela Comissão de Contratação,

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:AB6A9FC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 009/2023

RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 009/2023

A Agente de Contratação, Sra. Luciana Antunes Pereira, torna público o resultado do julgamento realizado na primeira reunião que aconteceu no dia 17 de agosto de 2026, e a lista atualizada de credenciados no credenciamento nº 009/2023, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEIs PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**,conforme a seguir:

Lista de Micro empresas Individuais Classificadas no chamamento público nº 009/2023.

ITEM 001 - SERVIÇOS DE PEDREIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
2º	PEDRO GELSON CALDAS, CNPJ: 52.646.349/0001-07

Reserva do Iguaçu, 17 agosto de 2026.

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Agente de Contratação

ALESSANDRO DO ANJOS
Equipe de Apoio

SUELI LIMA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:E9493A91

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
CONTRATAÇÃO PNCP Nº. 20/2026
Processo Administrativo nº 2363/2026

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO o regular processamento do Processo Administrativo nº 2363/2026, com objeto de Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, com posterior seleção por sorteio de 01 (um) credenciado apto para a prestação de serviços de preparação, organização e condução de leilão público de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de Reserva do Iguaçu-PR,;
CONSIDERANDO que foram cumpridas as fases e formalidades previstas no edital de credenciamento e nos demais documentos que integram o processo administrativo, sob acompanhamento da Comissão de Contratação competente;
CONSIDERANDO a conclusão da fase de habilitação e o credenciamento dos interessados que atenderam aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
CONSIDERANDO a realização do sorteio entre os leiloeiros públicos oficiais credenciados e aptos, realizado de acordo com as regras estabelecidas no edital, com a devida divulgação e registro audiovisual do procedimento;
CONSIDERANDO que o procedimento observou os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, isonomia, transparência e vinculação ao instrumento convocatório;
CONSIDERANDO o art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a atualização feita pelo Decreto Nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 e o Decreto Municipal 014/2023;
RESOLVE:
ADJUDICAR o objeto decorrente do presente procedimento de credenciamento, para a prestação dos serviços de preparação, organização e condução de leilão público de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de Reserva do Iguaçu – PR, ao leiloeiro público oficial abaixo identificado, selecionado mediante sorteio realizado nos termos do edital:

Empresa	Lote	JUCEPAR
LUIZ CARLOS DALL AGNOL	001	639

HOMOLOGAR o procedimento administrativo de credenciamento e o resultado do sorteio realizado, reconhecendo a regularidade dos atos praticados pela Comissão de Contratação e a observância das disposições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
Determinar ao setor competente que adote as providências necessárias à **formalização da contratação**, observadas as condições estabelecidas no edital, no respectivo termo de referência e demais documentos integrantes do processo administrativo.
Determinar, ainda, que sejam promovidas as devidas publicações e registros dos atos decorrentes da presente homologação, na forma da legislação vigente.

Data e assinado pelo Sr. Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal.

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:686F9700

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO PROCESSO DISPENSA Nº 31/2026

EXTRATO PROCESSO DISPENSA Nº 31/2026
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO (BUMBOS, CAIXAS E SURDOS) E ACESSÓRIOS (TALABARTES E BAQUETAS) PARA ATENDER ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: MASCATE PERCUSSÃO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
CNPJ.: 57.733.201/0001-15
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 19 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 062/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: MASCATE PERCUSSÃO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
CNPJ.: 57.733.201/0001-15
VALOR: R$ **23.998,96** (Vinte e Três Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Noventa e Seis Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **19/08/2026** à **18/08/2027.**
ASSINATURA: 19/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LEONARDO MAGNO SAMPAIO
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:6E9DEC32

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 172/2026

DECRETO Nº 172/2026

Dispõe sobre a convocação para a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conjuntamente com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e considerando:
a) O disposto na Lei nº 1007/2020, a qual estabelece a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e as normas gerais para sua adequada aplicação;

b) A necessidade de garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos e do Adolescente,

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocada a **X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,** a ser realizada no dia 18 de novembro de 2026, tendo como tema central: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa",** sendo o horário dos trabalhos das: 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m, no Salão Nobre da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 270, Centro.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento, bem como, de recursos federais do órgão gestor da política Secretaria de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Em Rio Azul, 20 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

ROSANGELA MACHOWSKI PERUCELI
Presidente do CMDCA de Rio Azul/PR

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:D18C9835

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMAS Nº 23 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO CMAS Nº 23 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Aprova a inscrição da Instituição Florescer Residência Inclusiva no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Rio Azul/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 555/2010 e, considerando a deliberação da plenária realizada na data de 20 de agosto de 2026, constante na Ata nº 365 e o disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal nº 8742/1993, bem como artigo 204, inciso II da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar, com fundamento na **Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014**, a **inscrição da Instituição Florescer – Residência Inclusiva** no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Rio Azul/PR, reconhecendo sua atuação no âmbito da Política de Assistência Social, conforme documentação apresentada e legislação vigente.

Art. 2º – A inscrição de que trata esta Resolução fica condicionada à manutenção, pela instituição, da documentação e dos requisitos necessários ao seu funcionamento e à prestação dos serviços socioassistenciais, conforme as normas vigentes.

Art. 3º – A Instituição Florescer – Residência Inclusiva deverá manter suas informações e documentação atualizadas junto ao CMAS, comunicando ao Conselho quaisquer alterações relacionadas à sua organização, funcionamento, serviços ofertados ou demais informações pertinentes.

Art. 4º – A instituição ficará sujeita ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no exercício de suas atribuições legais.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul–PR, 20 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE.

MONIK ANDRESSA GAIOSKI
Presidente do CMAS de Rio Azul/PR
Gestão 2026 - 2027

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:44C63974

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDI Nº 06 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO CMDI Nº 06 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e do Diagnóstico Situacional do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, no Município de Rio Azul/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a **Lei Federal nº 8.742/1993**, **Lei Federal Nº 10.741/2003 e a Lei Municipal nº 333/2006** e, considerando a deliberação da plenária em reunião ordinária realizada na data de 20 de agosto de 2026, constante na Ata nº 130 - CMDI.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Plano de Ação do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI**, do Município de Rio Azul/PR, como instrumento de planejamento das ações destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa.

Art. 2º Aprovar o **Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa do Município de Rio Azul/PR**, elaborado com a finalidade de subsidiar o planejamento e a execução das políticas públicas destinadas à população idosa, considerando suas necessidades, demandas e realidade social.

Art. 3º O Plano de Ação e o Diagnóstico Situacional aprovados por esta Resolução deverão subsidiar a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI.

Art. 4º O CMDI deverá acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Ação, podendo solicitar informações, relatórios e demais documentos necessários para o monitoramento e avaliação de sua implementação.

Art. 5º As ações previstas no Plano de Ação poderão ser revisadas e atualizadas sempre que necessário, considerando alterações na realidade do Município, novas demandas da população idosa ou orientações dos órgãos competentes.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.
Rio Azul – PR, 20 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE.

TALBIAN RAONY PRZYBYCZ
Presidente
Gestão 2025/2027

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:B76AFF4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ATO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

A Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, no âmbito do Processo Administrativo nº 11/2026, autorizou a contratação direta da empresa Gestão Pública Brasil LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 40.178.961/0001-05, com base no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021. O objetivo é a participação dos Vereadores Gilberto de Oliveira, Lício Crespim Carneiro, Marcio de Souza, Rozana de Oliveira Camargo Rimovicz e Valdeci Ireno de Souza no Curso presencial: **Tramitação Eletrônica dos Processos Legislativos, de 25 a 28 de agosto de 2026, em Curitiba-PR**. O valor total é de R$ 12.950,00 (R$ 2.590,00 por participante), cuja conformidade de preços restou devidamente confirmada nos autos. O processo foi autorizado pela autoridade competente.

RIO BRANCO DO IVAÍ, 19 de agosto de 2026

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:3F3F128D

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
REQUERIMENTO DE DIARIA - GILBERTO

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 022/2026

Nome do Agente Público: **GILBERTO DE OLIVEIRA** CPF:027.665.089-10

Função: VEREADOR Unidade de Lotação: CÂMARA MUNICIPAL
Município de destino: CURITIBA - PR
Local do Evento: Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro Curitiba – PR.

Saída: 25/08/2026 Chegada: 28/08/2026

PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO COM O TEMA "TRAMITAÇÃO ELETRONICA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS" NOS DIAS 25, 26, 27 E 28 AGOSTO DE 2026 – GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL.

Motivo do Deslocamento:

Quantidade de Diárias: 4

Valor Diária com pernoite: R$ 640,00

Valor Diária sem pernoite: R$ 320,00

Valor Total Diária: R$ 2.240,00

Meio de Transporte: X Oficial Particular Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)
Rio Branco do Ivaí, 20 de agosto de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Presidente E/ ou Mesa Diretora

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:7A2935BA

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
REQUERIMENTO DE DIARIA - LICIO

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 024/2026

Nome do Agente Público: LICIO CRESPIM CARNEIRO CPF: 032.975.639-74

Função: VEREADOR Unidade de Lotação: CÂMARA MUNICIPAL
Município de destino: CURITIBA - PR
Local do Evento: Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro Curitiba – PR.

Saída: 25/08/2026 Chegada: 28/08/2026

PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO COM O TEMA "TRAMITAÇÃO ELETRONICA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS" NOS DIAS 25, 26, 27 E 28 AGOSTO DE 2026 – GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL.

Motivo do Deslocamento:

Quantidade de Diárias: 4

Valor Diária com pernoite: R$ 640,00

Valor Diária sem pernoite: R$ 320,00

Valor Total Diária: R$ 2.240,00

Meio de Transporte: X Oficial Particular Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)
Rio Branco do Ivaí, 20 de agosto de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Presidente E/ou Mesa Diretora

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:F3ED2DC2

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
REQUERIMENTO DE DIARIA - MARCIO

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 023/2026

Nome do Agente Público: **MARCIO DE SOUZA** CPF: 040.491.049-11

Função: VEREADOR Unidade de Lotação: CÂMARA MUNICIPAL
Município de destino: CURITIBA - PR

Local do Evento: Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro Curitiba – PR.

Saída: 25/08/2026 Chegada: 28/08/2026

PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO COM O TEMA "TRAMITAÇÃO ELETRONICA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS" NOS DIAS 25, 26, 27 E 28 AGOSTO DE 2026 – GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL.

Motivo do Deslocamento:

Quantidade de Diárias: 4

Valor Diária com pernoite: R$ 640,00

Valor Diária sem pernoite: R$ 320,00

Valor Total Diária: R$ 2.240,00
Meio de Transporte: X Oficial Particular Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)
Rio Branco do Ivaí, 20 de agosto de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Presidente E/ ou Mesa Diretora

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:1520A12A

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
REQUERIMENTO DE DIARIA - ROZANA

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 025/2026

Nome do Agente Público: **ROZANA CAMARGO DE OLIVEIRA RIMOVICZ** CPF: 043.564.569-20

Função: VEREADORA Unidade de Lotação: CÂMARA MUNICIPAL
Município de destino: CURITIBA - PR
Local do Evento: Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro Curitiba – PR.

Saída: 25/08/2026 Chegada: 28/08/2026

PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO COM O TEMA "TRAMITAÇÃO ELETRONICA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS" NOS DIAS 25, 26, 27 E 28 AGOSTO DE 2026 – GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL.

Motivo do Deslocamento:

Quantidade de Diárias: 4

Valor Diária com pernoite: R$ 640,00

Valor Diária sem pernoite: R$ 320,00

Valor Total Diária: R$ 2.240,00

Meio de Transporte: X Oficial Particular Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 20 de agosto de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Presidente E/ou Mesa Diretora

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:F013C595

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
REQUERIMENTO DE DIARIA - VALDECI

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 021/2026

Nome do Agente Público: **VALDECI IRENO DE SOUZA** CPF: 792.348.289-68

Função: VEREADOR Unidade de Lotação: CÂMARA MUNICIPAL
Município de destino: CURITIBA - PR
Local do Evento: Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro Curitiba – PR.

Saída: 25/08/2026 Chegada: 28/08/2026

Motivo do Deslocamento:

PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO COM O TEMA "TRAMITAÇÃO ELETRONICA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS" NOS DIAS 25, 26, 27 E 28 AGOSTO DE 2026 – GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL.

Quantidade de Diárias: 4

Valor Diária com pernoite: R$ 640,00

Valor Diária sem pernoite: R$ 320,00

Valor Total Diária: R$ 2.240,00
Meio de Transporte: X Oficial Particular Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 20 de agosto de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Presidente E/ou Mesa Diretora

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:8435624E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 65/2026

MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO IVAI
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto 65/2026

Súmula: Abre um crédito especial, no exercício de 2026, na importância de até 190.170,25 (cento e

noventa mil e cento e setenta reais e vinte e cinco centavos)

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as concedidas pelo art. 11° da Lei Municipal n° 767/2025 – LOA e seu parágrafo, decreta:
DECRETO
Art. 1º - Abre-se no Orçamento do exercício de 2026, Lei Municipal Nº de 20/08/2026, um Crédito Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 190.170,25 (cento e noventa mil e cento e setenta reais e vinte e cinco centavos)

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO	
06.001		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
06.001.12.122.2010.2.037		SECRETARIA DE EDUCACAO	
204 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	6.225,00
06.001.12.361.2010.2.032		ENSINO FUNDAMENTAL	
219 - 3.3.90.30.00.00	1026	MATERIAL DE CONSUMO	34.500,00
06.001.12.365.2010.2.031		CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	
250 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
06.001.12.782.2010.2.035		TRANSPORTE ESCOLAR	
283 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	57.445,25
283 - 3.3.90.30.00.00	1026	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.10.303.2009.2.027		ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
351 - 3.3.90.14.00.00	4494	DIARIAS - CIVIL	2.000,00
		Total Suplementação:	190.170,25

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO	
06.001		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
06.001.12.122.2010.2.037		SECRETARIA DE EDUCACAO	
203 - 3.3.90.14.00.00	1026	DIARIAS - CIVIL	6.225,00
06.001.12.361.2010.2.032		ENSINO FUNDAMENTAL	
222 - 3.3.90.34.00.00	1026	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	34.500,00
223 - 3.3.90.36.00.00	1026	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	85.000,00
06.001.12.365.2010.2.030		CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - PRE- ESCOLA	
235 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	19.997,79
238 - 3.3.90.39.00.00	1028	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.478,10
06.001.12.365.2010.2.031		CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	
252 - 3.3.90.39.00.00	1028	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	16.969,36
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.10.303.2009.2.027		ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
352 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
		Total Redução:	190.170,25

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Município de Rio Branco do Ivai, Estado do PR, em 20 de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:0FA6F394

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 226/2026 - NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ-01.612.413/0001-90
Avenida Rio Branco, 500 – Fone-Fax- 3467-1000 – CEP 86848-000
PORTARIA Nº 226/2026

Designa os membros do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Ivaí.

O Prefeito Municipal do Munícipio de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Pedr Taborda Desplanches, juntamente com a Secretária Municipal de Saúde de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Ivone Chabowski Desplanches, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, e considerando:
· A Portaria do Ministério da Saúde nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);
· A Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;
· A necessidade de instituição, organização e fortalecimento das ações voltadas à segurança do paciente no âmbito do Sistema Municipal de Saúde;
· A Portaria SMS 252/2025, que institui o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente.
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes membros titulares e suplentes para compor o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente: Membros do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente

Área de Atuação	Titular	Suplente
I – Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica	Carla Taiana da Luz Batista	Joselma Crespin Pontes
II – Coordenadoria de Atenção Primária à Saúde	Daniela Alves Candido	Solange Oliveira Baptista
III – Coordenadoria de Gestão e Planejamento	Ivone Chabowski Desplanches	Marci Justino de Oliveira Veloso
IV – Coordenadoria de Assistência Farmacêutica	Edinei Porto de Almeida	Carla Dama
V – Assistência à Saúde de Urgência e Emergência	David Gomes Cordeiro Junior	Grazielle Souza Santos Natio
VI – Coordenadoria de Vigilância em Saúde	Elbe Eduardo Ferreira	Monique Ellen Gonçalves
VII – Assistência à Saúde Bucal	Omar Iser Casals	Rebeca Caroline Ribeiro

Art. 2º Compete ao Núcleo Municipal de Segurança do Paciente planejar, implementar e avaliar ações destinadas à promoção da segurança do paciente em todos os serviços de saúde do município, observando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela ANVISA.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 20 de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***IVONE CHABOWSKI DESPLANCHES***
Prefeito Municipal	Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:DCD7C914

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Contrato: 302/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico 034/2025. **Objeto:** Constitui objeto do certame a contratação para Outsourcing de impressão. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Printer Cloud Technology LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 949.973,28. **Motivo:** Aditivo Prorrogação e Reajuste. **Prazo de Execução:** 21/08/2026 à 20/08/2027. **Vigência:** 19/12/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Administração. **Fiscal de Contrato**: Evandro Bonfim Da Silva. **Data da ratificação:** 20/08/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B7D969B3

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 063/2026

Modalidade: Processo de Inexigibilidaden.º 063/2026. **Objeto**: Contratação de empresa especializada para realização de curso presencial de capacitação em **Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos**, com carga horária de 08 (oito) horas, destinado aos servidores da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul.**Dispositivo legal:** Lei 14.133/2021; Artigo 74; IncisoIII, "f".**Contratado:**F. BOURGES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 41.975.975/0001-12. **ValorTotal:** R$ 3.200,00.**Prazo de execução**: Nos dias22 e 24 de setembro de 2026 (total de 8 horas/aula). **Prazo de Vigência**:da data de assinatura até 24/10/2026.**Responsável pelo Contrato:**Secretaria Municipal Extraordinária de Compras e Licitações.**Fiscal da Contratação**: Ligia Maria Costa ou suplente Renan Victor de Faria**. Data da ratificação:** 18/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação – Decreto n.º 8.513/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:174730F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 895/2026

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Técnico em Informática, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 19 de agosto do corrente, ***Eduardo Alexandro Kalil,*** matrícula nº 11023-7/1, para o cargo de "Técnico em Informática", por 40 (quarenta) horas semanais, nível III – inicial, percebendo mensalmente R$ 3.236,09 (três mil, duzentos e trinta e seis reais e nove centavos), lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

Rio Negro, 19 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:7B79AF8F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 896/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 077, de 18 de junho de 2026, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 096, de 3 de agosto de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Sara Juliana Ruthes Valério***, com matrícula nº 10388-8/6, para o cargo de "Agente Comunitário de Saúde", área de atuação: Unidade de Saúde ESF "Ayres Hirt", com remuneração mensal e com carga horária estabelecida pelo o Edital nº 077, de 2026, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Rio Negro, 19 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:74F84B10

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 897/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor público, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 065, de 1º de junho de 2026, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 91, de 16 de julho de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Josmar Moreira de Castilho***, com matrícula nº 11023-6/1, para o cargo de "Motorista Transporte Escolar", área de atuação: sede, com remuneração mensal e com carga horária estabelecida pelo o Edital nº 065, de 2026, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Rio Negro, 19 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:EF2D3A5C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 898/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 077, de 18 de junho de 2026, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 096, de 3 de agosto de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Luana Aparecida da Silva***, com matrícula nº 11023-7/1, para o cargo de "Fisioterapeuta", área de atuação: Lageado dos Vieiras, com remuneração mensal e com carga horária estabelecida

pelo o Edital nº 077, de 2026, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Rio Negro, 19 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3FAEA6FF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 899/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor público, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 065, de 1º de junho de 2026, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 91, de 16 de julho de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 21 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Igor da Cruz***, com matrícula nº 11023-7/1, para o cargo de "Motorista Transporte Escolar", área de atuação: sede, com remuneração mensal e com carga horária estabelecida pelo o Edital nº 065, de 2026, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Rio Negro, 19 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:ABEDEEB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 118 – PROCESSO N° 244/2026

Objeto: Contratação de empresa para realização de plotagem e identificação visual dos veículos da Guarda Patrimonial do Município. PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:28F00938

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 242/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 116/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de pedido de Prorrogação do Registro de Extração, relativo ao processo ANM nº 826.282/2014.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	SERVIÇOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS - Elaboração de Prorrogação do Registro de Extração, relativo ao processo ANM nº 826.282/2014	3.000,00	LINHA ZERO ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA

Rio Negro, 20 de agosto de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:7044BFF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 004 AO CONTRATO N.º 126/2022 REF. INEXIGIBILIDADE Nº 39/2022

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e CONTRATADA a Empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Izabel a Redentora, n.º 2356, Bairro Centro na cidade de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.797.967/0001-95, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. **Rudimar Barbosa dos Reis**, inscrito no CPF/MF sob n.º 574.460.249-68, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATADA e anuência da CONTRATANTE fica prorrogado o prazo de **ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA DE PESQUISAS DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SISTEMA BANCO DE PREÇOS**, **em mais 12 (doze) meses**, a partir do dia **05/09/2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)** após reajuste, conforme proposta da CONTRATADA para duas licenças de acesso simultâneo, que atendem um total de quatro usuários. **CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado nas seguintes dotações orçamentárias: 638 - 11.001.10.122.0008.2.126.3.3.90.40.57 – Fonte 303; 389 - 06.004.12.365.0004.2.023.3.3.90.40.57 – Fonte 103; 166 - 05.003.04.122.0002.2.012.3.3.90.40.57 – Fonte 000; 185 - 05.005.04.126.0002.2.021.3.3.90.40.57 – Fonte 000. **CLAUSULA QUARTA -** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 20 de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:3106A14B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º 018/2026 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 021/2025 - ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: CONSTRUTORA MESSINA LTDA**, com sede na Rua Felício Kania nº 1259 Bairro Jd. Curitiba, na cidade de Colombo/PR registrada no CNPJ /MF sob nº 10.585.762/0001-50, neste ato representada por **ALEMAR DE SOUZA BRIOSCHI,** inscrito no CPF nº 026.767.889-49, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais

federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATADA, com a devida anuência da CONTRATANTE, prorroga-se o prazo de execução por mais 30 (trinta) dias para **REFORMA EM EDIFICAÇÃO EXISTENTE ONDE SERÁ INSTALADO O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE**. O novo período de execução inicia-se, de forma retroativa, em **13/08/2026**. **CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, **19** de **agost**o de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:456EC929

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 405 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
7.482/2026	**Contribuinte: Valdir Leite Requerente: Karina Campiolo do Nascimento**	Rua Peter Erich Rietzen Nº 135, JD. Capricórnio.	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2024 e 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 20 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C4F04310

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DA CIPA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DA CIPA 2026-2028

Ficam convocados os servidores da Prefeitura Municipal de Rolândia, para eleição dos membros da Comissão Interna de Prevenção de acidentes (CIPA), de acordo com a Norma Regulamentadora (NR-5), aprovada pela Portaria GM nº 3.214, de 08 de Junho de 1978, baixada pelo Ministério do Trabalho, a ser realizada em escrutínio secreto, no local de trabalho à iniciar a partir de 30 dias. A comissão enviará as cédulas para todos os locais da prefeitura sendo da responsabilidade dos diretores e coordenadores o recolhimento dos votos.

Apresentam-se os seguintes candidatos:

FABIO PAULA DA SILVA (CEO-AGENTE DE ENDEMIAS)
SAMIRA MACHADO MUSTAFA (FISCAL SEC. DE PLANEJAMENTO)
LUCIMARA VITORIA DE JESUS (CRAS SÃO FERNANDO-RECEPÇÃO)
ANA PAULA CATARINO MAZZER (AGM – UBS TOMIE NAGATAMI)
JOAO DANIEL PERRI MARTINS (SEDE ENDEMIAS- AG. DE ENDEMIAS)
ANTONIO JURANDIR CAMARGO (TEC SAMU - AGM-C)
LUCIANA CAVEQUIA GARCIA (TEC- TEC. DE SAUDE PUBLICA B)
RIVALDO ANTONIO GONÇALVES (TEC –TEC. DE ENFERMAGEM)
ELIZABETE FELIX ANSELMO (SEC. DE DES. ECON. –TGM-PEDAGOGA)
ELIZANDRA SIQUEIRA DE ROCO (ESC. VITORIO FRANKLIN – PROF.)
BRENO DINO GIESEN (UBS PLANALTO- AGENTE DE ENDEMIAS)
VERA LUCIA FORTI (UBS NOBRE – AGENTE DE ENDEMIAS)
TIAGO FERREIRA SOUZA (TEC/SAMU – CONDUTOR)
ROSIANE CARDOSO DA SILVA (UBS NOBRE – TÉC. DE SAUDE BUCAL)
THIAGO PAULINO VICENTINI (UBS NOBRE-AGENTE DE ENDEMIAS)
JONAS PEREIRA DE SOUZA (SESTRAN-AGM-C AGENTE DE TRANSITO)

Rolândia, em 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:29703BBB

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.242, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia Comissão de Fiscalização e Monitoramento responsável pelo acompanhamento das Emendas Impositivas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

DESIGNAR:

Comissão de Fiscalização e Monitoramento responsável pelo acompanhamento das Emendas Impositivas da Secretaria de Cultura e Turismo:
Comissão de Fiscalização e Monitoramento:

MARTA REGINA DA SILVA LOURENÇO DE OLIVEIRA – A.G.M.-D, matrícula nº 333522/1;
REGINALDO SEVERIANO – Diretor CC04- matrícula nº 3780570/3;
LUCIANA DOS SANTOS SILVA SOUTO – Bibliotecário, matrícula nº 333344/2.

A designação é feita sem prejuízos das demais atribuições da função.

As funções que lhes são atribuídas serão consideradas de relevante serviço prestado ao Município.

Publique-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:7EF4EB63

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.243, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia Fiscal e suplente responsável pelo acompanhamento das Emendas Impositivas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

DESIGNAR:

Fiscal responsável pelo acompanhamento das Emendas Impositivas da Secretaria de Cultura e Turismo:
Fiscal do convênio: BRUNA SUELEN SANTOS DE MORAES – Agente comunitário Saúde, matrícula nº 325791/1.

Suplente: ANDRESSA FERNANDA BUENO FERRO – T.G.M-A, matrícula nº 786420/1.

A designação é feita sem prejuízos das demais atribuições da função.

As funções que lhes são atribuídas serão consideradas de relevante serviço prestado ao Município.

Publique-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:CDC20B78

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO CMDPI Nº 009/2026

SÚMULA: Dispõe sobre os parâmetros e diretrizes para a regulamentação de contratos de prestação de serviços com pessoa idosa em instituições de longa permanência.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI do Município de Rolândia, Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes confere as Leis Municipais nº 3.882/20218 Lei nº 3.980/2020 que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a resolução RDC nº 502, de 27 de maio de 2021, e considerando a necessidade de aprovação dos parâmetros e diretrizes para a regulamentação do contrato de prestação de serviços das instituições de longa permanência com a pessoa idosa:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* que todas instituições de longa permanência são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, nos termos do artigo 35 da Lei 10.741/2003, garantindo o cumprimento das condições previstas nos artigos 37, 48, 49 e 50 da Lei nº. 10.741/2003, além de normas específicas.

Parágrafo único. São consideradas entidades de longa permanência, para fins desta resolução, todas as entidades governamentais ou não governamentais, de caráter residência, destinada a domicilio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Art. 2º A instituição de Longa Permanência para idosos deverá estar legalmente constituída e apresentar os seguintes documentos:

• Estatuto Registrado;
• Registro da entidade social;
• Regimento Interno.

Art. 3º A instituição de Longa Permanência para idosos deve celebrar contrato formal de prestação de serviço com idoso, responsável legal ou curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário, conforme inciso I do art. 50 da lei nº 10.741/2003.

Parágrafo único: Nas situações em que o idoso for incapaz e necessitar de representação legal e o seu representante legal for o próprio dirigente da instituição, este, seu cônjuge, ou parente até terceiro grau não devem figurar como contratante e contratado, devendo ser a entidade representada por outro dirigente legitimado.

Art. 4º As situações em que houver a participação financeira da pessoa idosa devem ser normatizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e na sua falta pelo Conselho Municipal de Assistência Social, prevista no § 2º do artigo 35 da Lei nº. 10.741/2003, observados os seguintes princípios:

I - O respeito à autonomia de adesão do idoso ao contrato de prestação de serviço, assegurando absoluta ausência de coação ou quaisquer tipos de constrangimento, bem como a garantia de acesso do idoso e/ou de seu representante legal às informações necessárias para uma adesão consciente e segura;

II - A cobrança de participação do idoso no custeio da entidade não governamental, sem fins lucrativos, quando houver, não poderá, nos termos § 2 do artigo 35 da Lei n°. 10.741/2003, exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social, incluindo-se o benefício da prestação continuada - BPC, recebido pelo idoso, devendo constar a sua anuência no contrato de prestação de serviço;

III - A garantia de que o percentual restante, de no mínimo 30%, será destinado à própria pessoa idosa que fará, a seu critério, o destino que bem lhe aprouver, garantindo-lhe o direito de liberdade, dignidade e cidadania;

IV - O registro, em relatórios de atividades e financeiros da entidade, do número de idosos que participam com parcela de benefícios nos termos do artigo 35 da Lei n°. 10.741/03, bem como o valor individualizado por idoso e as despesas subsidiadas com estes recursos;

V – A instituição de Longa Permanência para idosos deve organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social, em especial:

Alvarás e licenças;
Relação de recursos humanos e habilitação;
Pasta individualizada do idoso, com contrato, ficha de saúde e controle financeiro;
Registro de alimentação, limpeza e lavanderia.

Art. 5° O poder público, ao firmar convênios, contratos, termos de parceria, cooperação, dentre outros, com as entidades de longa permanência, e que tenham por objeto a transferência de recursos financeiros ou auxílio de qualquer natureza pública a estas instituições, deverão prever no instrumento jurídico ou similar, cláusula que garanta o atendimento de pessoas idosas sem qualquer tipo de lucro.

Art. 6° O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, deverá assegurar que todas as instituições aqui enquadradas, quando da

elaboração do contrato de prestação de serviços, previsto no artigo 35 da Lei n°. 10.741/2003.
Art. 7º Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Rolândia, 14 de agosto de 2026.

Assinatura Digital
MEIRE APARECIDA SILVA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:AF8A78BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026 – PMR.

PROCESSO Nº 143/2026.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cursos destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 516.168,71.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 03/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 03/09/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 20 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:B2D61C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2026 – PMR.

PROCESSO Nº 144/2026.

Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de: Item 01: Aquisição de ração premium para cães adultos conforme especificação, fornecida em pacotes de 15Kg / Item 02: Aquisição de ração premium para gatos adultos conforme especificação, fornecida em pacotes de 10 ou 10,1Kg.
Tipo: **Menor Preço por ITEM.**

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 148.638,24.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 03/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 03/09/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 20 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:8337D14B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 053/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº 206/2025, Pregão Prorrogado nº 076/2025, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 5.367/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **RODRIGO EMANUEL RODRIGUES** como fiscal.

II – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:9F1D8809

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO DE RENOVAÇÃO Nº.: 01/2026 - CONTRATO Nº: 50/2025

Aditivo de Renovação Nº.: 01/2026 - Contrato Nº: 50/2025
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: CM ORATHES CONFECÇÕES - ME

Valor: R$ 109.284,18
Vigência: Início: 29 de agosto de 2026 Término: 29 de agosto de 2027
Licitação: Pregão Nº.: 22/2025
Recursos: Dotação:
579 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 5 . 2.15 . 0 . 339032 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
578 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 5 . 2.14 . 0 . 339032 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
577 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 2.13 . 0 . 339032 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
196 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto: Aquisição de uniformes escolares, camisetas PROERD, uniformes para serventes, merendeiras, servidores vinculados a Secretaria Municipal de Educação e demais secretarias

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Salgado Filho-Paraná, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:99AA9B65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 80/2026

Contrato Nº: 80/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: 58.360.620 SILVONEI PORTELLA
Valor.....: R$ 18.792,00
Vigência...: Início: 21/08/2026 Término: 21/08/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 41/2026
Recursos...: Dotação: 725 - 1 . 7002 . 10 . 302 . 8 . 2.24 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de equipamentos de reabilitação multiprofissional, conforme a Resolução SESA N° 870/2021 para atender as necessidades do setor de fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde do município de Salgado Filho – PR conforme condições e exigências estabelecidas

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 20/08/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:61AFADAC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 81/2026

Contrato Nº: 81/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: DAC MOVEIS LTDA
Valor.....: R$ 9.740,00
Vigência...: Início: 21/08/2026 Término: 21/08/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 39/2026
Recursos...: Dotação:
620 - 1 . 9004 . 8 . 243 . 28 . 6.1 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
708 - 1 . 9007 . 8 . 244 . 27 . 2.54 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de mobiliário, eletrônicos e eletrodomésticos, em conformidade com a Deliberação 015/2025 – CEDM/PR, de "Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 20/08/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:22FAA3B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 82/2026

Contrato Nº: 82/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: OFFICER X MOVEIS LTDA
Valor.....: R$ 6.210,00
Vigência...: Início: 21/08/2026 Término: 21/08/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 39/2026
Recursos...: Dotação:
620 - 1 . 9004 . 8 . 243 . 28 . 6.1 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
708 - 1 . 9007 . 8 . 244 . 27 . 2.54 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de mobiliário, eletrônicos e eletrodomésticos, em conformidade com a Deliberação 015/2025 – CEDM/PR, de "Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 20/08/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:D604DAC4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026 - CONTRATAÇÃO Nº 987833-14/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
Processo Administrativo nº 69/2026
Contratação nº 987833-14/2026
UASG nº 987833
Objeto
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem destinados à realização de eventos esportivos do Município de Salgado Filho/PR.
O Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, por intermédio do(a) prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2026 e o respectivo Termo de Referência foram retificados em razão da impugnação apresentada, após análise e adequações realizadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, unidade demandante da contratação.
As alterações promovidas contemplam, especialmente, os requisitos de qualificação técnica dos profissionais de arbitragem, com a finalidade de adequar as exigências à legislação vigente e ampliar a competitividade do certame, preservada a necessidade de comprovação da qualificação, capacitação e aptidão dos profissionais indicados.
NOVA DATA E HORÁRIOS DO CERTAME

Etapa	Data e horário
Cadastramento de propostas	Até as 08h29min do dia 08 de setembro de 2026
Abertura das propostas	Às 08h30min do dia 08 de setembro de 2026

A sessão pública será realizada por meio do sistema eletrônico indicado no Edital.
O Edital retificado e o novo Termo de Referência estarão disponíveis para consulta dos interessados nos meios oficiais de divulgação do certame, nos termos da legislação aplicável.
Ficam mantidas todas as demais condições e disposições do edital que não tenham sido expressamente alteradas por esta retificação.

Salgado Filho/PR, 20 de agosto de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:8F758C88

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 262 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 262 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera à pedido servidora pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:
Artigo 1º- Exonerar à pedido, e a partir de 31 de agosto de 2026, a servidora pública municipal **IVANILDE MARLI RIBEIRO** matrícula nº 1040, nomeada pela Portaria nº 034 de 10 de fevereiro de 2011, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais "B" com carga horária de 40 horas semanais, Nível/Referência CD-08, do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo dia do mês agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:1EF1DB53

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 263, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 263, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 30 (trinta) dias para a Servidora Pública Municipal **PAULA CRISTINA DALLE LASTE SPESSATTO (1504),** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, à partir do dia 01 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 01.12.2024 a 30.11.2025.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:3BAC89F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 05 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Institui o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social, concedendo redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e isenção de taxas municipais a empreendimentos que demonstrem relevante interesse para o Município de Salto do Lontra, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de estimular investimentos produtivos, ampliar a oferta de empregos e promover o crescimento da renda e da arrecadação municipal no Município de Salto do Lontra.

Art. 2º - Empreendimentos industriais, agroindustriais ou de serviços de grande porte, já estabelecidos ou a serem instalados no Município, que realizarem investimentos diretos em ampliação de sua capacidade produtiva ou de infraestrutura que resultem em relevante impacto econômico-social, poderão ser beneficiados com a redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a isenção de taxas municipais, observadas as condições e critérios estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º - A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços de construção civil (subitem 7.02 da lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003 e suas alterações) prestados para a execução de projetos de ampliação de empreendimentos qualificados nos termos do Art. 2º desta Lei Complementar será fixada em 2% (dois por cento).

§ 1º - A redução da alíquota de que trata o *caput* deste artigo aplicar-se-á exclusivamente aos serviços de construção civil contratados e executados para a fase de implantação ou ampliação do empreendimento beneficiado, pelo prazo de duração da obra.

§ 2º - A alíquota de 2% (dois por cento) é a mínima permitida pela legislação federal, vedada a concessão de isenção ou benefício fiscal que resulte em carga tributária efetiva inferior a este percentual para o ISSQN.
§ 3º - Para os demais serviços e para as atividades regulares do empreendimento após a fase de ampliação, aplicar-se-ão as alíquotas previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Ficam isentas as seguintes taxas municipais, relativas à implantação ou ampliação dos empreendimentos de que trata o Art. 2º desta Lei Complementar, pelo prazo de duração da obra:
I - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, exclusivamente para a área ampliada ou nova;
II - Taxa de Licença para Execução de Obras;
III - Taxa de Serviços Diversos - Expediente.

Parágrafo Único - As isenções de que trata este artigo não desobrigam o cumprimento das exigências legais e regulamentares

para a obtenção das respectivas licenças, alvarás e autorizações, incluindo o pagamento de eventuais multas, custas e demais encargos.

Art. 5º - Para a concessão dos benefícios fiscais previstos nesta Lei Complementar, os empreendimentos deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios objetivos e demonstrações:
I - Realizar investimento direto em obras civis, máquinas e equipamentos, em montante comprovado superior a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
II - Gerar, no mínimo, 3 (três) novos postos de trabalho diretos, formalizados e com carteira assinada, a serem mantidos por, pelo menos, 3 (três) anos após a conclusão da ampliação;
III - Apresentar estudo de impacto econômico-social que demonstre a contribuição da ampliação para o desenvolvimento da cadeia produtiva local e para o aumento da arrecadação tributária municipal;
IV - Comprovar regularidade fiscal para com o Município de Salto do Lontra, o Estado do Paraná e a União, bem como regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 6º - A concessão dos benefícios fiscais fica condicionada à apresentação de requerimento formal ao Poder Executivo Municipal, acompanhado de projeto detalhado da obra ou ampliação, cronograma físico-financeiro, estimativa de geração de empregos, estudo de impacto econômico-social e todos os documentos comprobatórios dos critérios exigidos no Art. 5º.

§ 1º - O pedido será analisado por Comissão competente, que emitirá parecer técnico sobre a elegibilidade do empreendimento.

§ 2º - Após parecer favorável da Comissão, a concessão dos benefícios será formalizada por meio de Termo de Compromisso firmado entre o Município e o empreendimento beneficiado.

Art. 7º - Os benefícios fiscais concedidos com base nesta Lei Complementar terão vigência pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão do Alvará de Construção para o projeto de ampliação, ou da data de início da obra, o que ocorrer primeiro, e serão monitorados anualmente pela Secretaria Municipal de Finanças ou órgão competente.

Parágrafo Único - O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei Complementar ou no Termo de Compromisso implicará na revogação dos benefícios concedidos e na cobrança retroativa dos valores devidos, acrescidos de juros e multa.

Art. 8º A concessão dos benefícios fiscais previstos nesta Lei Complementar observará o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente seu Art. 14, devendo ser demonstrada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e as medidas de compensação, quando for o caso.

Art. 9º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:0FA91367

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 652 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Salto do Lontra, a ceder em regime de Comodato para a Associação dos Agricultores Nossa Senhora da Salete da Linha Quebra Dente de Salto do Lontra-PR, equipamentos de propriedade deste Município, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de Comodato à Associação dos Agricultores Nossa Senhora da Salete da Linha Quebra Dente de Salto do Lontra-PR, inscrita no CNPJ nº 67.129.706/0001-29, com sede na localidade denominada Linha Quebra Dente, zona rural, Salto do Lontra/PR, Estado do Paraná, os seguintes equipamentos:

CARRETA AGRICOLA NOVA BASCULANTE COM PNEUS NOVOS SISTEMA TANDEM COM CAPCIDADE MINIMA DE 06 TONELADAS 02 EIXOS MODELO TF6000, MARCAM BRL SERIE 6796, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11440, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º. A Associação terá que cumprir o que segue, sob pena da rescisão do contrato e devolução dos equipamentos descritos no artigo 1º, ao Município:

a)Guarda e conservação dos equipamentos.
b)Uso dos equipamentos para fins agrícolas.
c)Manter as despesas operacionais.
d)Aprovar regimento sobre uso e custo dos serviços.
e)Apresentar relatório das atividades desenvolvidas a cada ano.

§ 1º - Caso a Associação resolver rescindir o contrato de Comodato, esta deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o qual fará vistoria das condições em que se encontra o equipamento cedido e se este estiver em condições normais de uso, não haverá indenização alguma.

§ 2º - Caso ficar comprovado que o equipamento cedido, estiver sem condições de uso, por negligência da Comodatária, esta deverá pagar ao Município o valor para reparo do equipamento.

§ 3º - Outras obrigações poderão ser impostas a Comodatária por ocasião da lavratura do contrato de comodato.

Art. 3º. O contrato de Comodato terá vigência a partir da data de publicação desta Lei, até a data de 31 de julho de 2036.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:A12638C0

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 653 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Salto do Lontra, a ceder em regime de Comodato para a Associação um Olhar para o Futuro da Linha Casteli, equipamentos de propriedade deste Município, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de Comodato à Associação um Olhar para o Futuro da Linha Casteli, inscrita no CNPJ nº 37.586.528/0001-02 com sede na localidade denominada Linha Casteli, zona rural, Salto do Lontra/PR, Estado do Paraná, os seguintes equipamentos:

SEMEADEIRA DE INVERNO DO TIPO PANTOGRAFICA, COMPOSTO POR 17 LINHAS COM ESPACAMENTO MINIMO DE 17,6 EQUIPADA COM SISTEMA CENTRAL DE LUBRIFICACAO MARCA PLANTICENTER MODELO SFR PLUS 17 LINHAS NUMERO DE SERIE SFR17000PGP00183FR011 NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11581, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º. A Associação terá que cumprir o que segue, sob pena da rescisão do contrato e devolução dos equipamentos descritos no artigo 1º, ao Município:

a)Guarda e conservação dos equipamentos.
b)Uso dos equipamentos para fins agrícolas.
c)Manter as despesas operacionais.
d)Aprovar regimento sobre uso e custo dos serviços.
e)Apresentar relatório das atividades desenvolvidas a cada ano.

§ 1º - Caso a Associação resolver rescindir o contrato de Comodato, esta deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o qual fará vistoria das condições em que se encontra o equipamento cedido e se este estiver em condições normais de uso, não haverá indenização alguma.

§ 2º - Caso ficar comprovado que o equipamento cedido, estiver sem condições de uso, por negligência da Comodatária, esta deverá pagar ao Município o valor para reparo do equipamento.

§ 3º - Outras obrigações poderão ser impostas a Comodatária por ocasião da lavratura do contrato de comodato.

Art. 3º. O contrato de Comodato terá vigência a partir da data de publicação desta Lei, até a data de 03 de agosto de 2036.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:E8B6F4B2

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 654 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Salto do Lontra, a ceder em regime de Comodato para a Associação Lontrense de Apicultores e Meliponicultores -ALAMEL, equipamentos de propriedade deste Município, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de Comodato à Associação Lontrense de Apicultores e Meliponicultores -ALAMEL, inscrita no CNPJ nº42.723.723/0001-69, com sede na localidade denominada Rua Setembrino Castanho Oliveira, 255, Jardim Floresta, Salto do Lontra - Paraná, os seguintes equipamentos:

BALANCA ELETRONICA MARCA MARTE MODELO L, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10288, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO CENTRIFUGA DE OPERCULO CAPACIDADE DE 15 KILOS MARCA APISMATIC**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10410, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO CENTRIFUGA EXTRATORA DE MEL CAPACIDADE 24 KILOS MARCA APISMATIC**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10411, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO CENTRIFUGA EXTRATORA DE MEL CAPACIDADE 68 KILOS MARCA APISMATIC**,** NÚMERO

DO PATRIMÔNIO 10412, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 100 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10277, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 100 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10278, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10279, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10280, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10281, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10282, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10283, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 400 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10284, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 400 KILOS MARCA AISI**,** NÚMERO

DO PATRIMÔNIO 10285, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

MESA DESOPERCULADORA EM INOX**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10286, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

CILINDRO ALVEOLADOR DE APICULTURA**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10287, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

TANQUE EM ACO INOX MARCA AISI 304 DE 10 0X100X50**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10289, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

SOPRADOR DE AR COM 2 KITS DE BATERIA MARCA MAKITA**,** NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10290, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO**.**

SOPRADOR DE AR COM 2 KITS DE BATERIA MARCA MAKITA, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10291, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO LAMINADOR DE CERA EM INOX, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10292, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO PRE-FILTRO COM BOMBA DE TRANSFERENCIA COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10293, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

DESCRISTALIZADOR COM 08 BALDES COM CAPACIDADE DE 240 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10294, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MAQUINA DESOPERCULADORA DE ACO INOX ELE TRICA 304, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10295, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DESOPERCULADORA EM CHAPA DE INOX PERFURADA DE 2,00 METROS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10296, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

PIA COM CUBA DE INOX 304 DE 50X40X20 COM REFORCO SEM BORDA SEM ESPELHO E SEM PANELEIRO TAMANHO 1,90X0,90X0,80 MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10404, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CARRINHO DE TRANSPORTE DE MELGUEIRA MARCA APISMATIC, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10413, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CONJUNTO DE 50 BALDES COM CAPACIDADE DE 22 LITROS NA COR BRANCA COM TAMPA DE PRESSAO MARCA EMPLASUL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10490, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CONJUNTO DE 50 BALDES COM CAPACIDADE DE 22 LITROS NA COR BRANCA COM TAMPA DE PRESSÃO MARCA EMPLASUL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10491, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CONJUNTO DE 50 BALDES COM CAPACIDADE DE 22 LITROS NA COR BRANCA COM TAMPA DE PRESSAO MARCA EMPLASUL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10492, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTOS ENVASADORA SEMI AUTOMATICA EM ACO INOX AISI 304 DE 50x50x5CM MARCA APISMATIC/LAR PLASTICO, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10518, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 25 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10551, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 25 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10552, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SUGADOR DE MEL PORTATIL CAPACIDADE DE 4,5 KILOS MARCA ENOMEL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10553, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SUGADOR DE MEL PORTATIL CAPACIDADE DE 4,5 KILOS MARCA ENOMEL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10554, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SUGADOR DE MEL PORTATIL CAPACIDADE DE 4,5 KILOS MARCA ENOMEL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10555, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 50 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10557, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 50 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10558, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

DERRETEDOR DE CERA VERTICAL A VAPOR VOLTAGEM DE 220 VOLTS EM ACO INOX AISI 304 DE 2500W, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10568, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

DERRETEDOR DE CERA VERTICAL A VAPOR VOLTAGEM DE 220 VOLTS EM ACO INOX AISI 304 DE 2500W, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11714, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DE INOX PARA MANIPULACAO DE ALIMENTOS INOX 304, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10407, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DE EXTRACAO DE MEL DE 55x38x65 EM INOX AISI 304, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10556, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º. A Associação terá que cumprir o que segue, sob pena da rescisão do contrato e devolução dos equipamentos descritos no artigo 1º, ao Município:

a)Guarda e conservação dos equipamentos.
b)Uso dos equipamentos para fins agrícolas.
c)Manter as despesas operacionais.
d)Aprovar regimento sobre uso e custo dos serviços.
e)Apresentar relatório das atividades desenvolvidas a cada ano.

§ 1º - Caso a Associação resolver rescindir o contrato de Comodato, esta deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o qual fará vistoria das condições em que se encontra o equipamento cedido e se este estiver em condições normais de uso, não haverá indenização alguma.

§ 2º - Caso ficar comprovado que o equipamento cedido, estiver sem condições de uso, por negligência da Comodatária, esta deverá pagar ao Município o valor para reparo do equipamento.

§ 3º - Outras obrigações poderão ser impostas a Comodatária por ocasião da lavratura do contrato de comodato.

Art. 3º. O contrato de Comodato terá vigência a partir da data de publicação desta Lei, até a data de 12 de agosto de 2036.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:1FB6C64A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2026

OBJETO:	Contratação de empresa para fornecimento de Veículo Sedan novo, zero km de primeiro emplacamento, para desenvolvimento das atividades da Secretária Municipal da Mulher com Recursos do Governo do Estado, Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, conforme resolução 069/2026
CONTRATADO:	ALMAJ COMERCIAL LTDA
CNPJ:	64.076.816/0001-81
VALOR:	131.400,00
VIGÊNCIA:	20/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 20 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:4C35B5E5

SECRETARIA DA MULHER IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA
COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA

DECRETO MUNICIPAL DE INSTITUIÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DO PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA
DECRETO Nº1446/2026

SÚMULA: Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto institui o Comitê Municipal com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.
Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:
I - Promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II - Utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber;
III - acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV - Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V - Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI - Contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável assegurando atenção integral à pessoa;
VII - acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução, e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado; e
VIII - participar de capacitações, reuniões e outros eventos presenciais ou remotos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e observar as orientações e diretrizes expedidas.
Art. 3º O Comitê Municipal será coordenado pela Secretaria Municipal da Mulher Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Município de Salto do Lontra-PR, que proverá apoio técnico e administrativo para seu funcionamento.
Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I - Identificar as possibilidades, em suas áreas de atuação, de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável da população como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social;
II – Apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas; e
III – Informar a criação, aprimoramento ou alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.
Art. 5º Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:
I-Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;
II- Secretaria Municipal de Assistência Social;
III- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
IV-Secretaria Municipal de Saúde;
V-Secretaria Municipal de Governo;
VI-Departamento Municipal de Obras;
VII-Departamento Municipal de Urbanismo;
VIII-Departamento Municipal Indústria, Comércio e Turismo;
IX-Departamento Municipal do Meio Ambiente;
X-Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
XI-Rotary Club;
XII-Conselho Municipal do Idoso;
XIII-Pastoral do Idoso;
XIIII-Associação de Idosos Renascer;
XV-Associação de Idosos de Salto do Lontra;
§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos ou entidades que representam e designados em ato da Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.
§ 2º O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas de notório conhecimento e atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e na temática do envelhecimento, para participação eventual e contributiva nas reuniões.
§ 3º O Comitê Municipal se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, mediante convocação da Coordenação.
Art. 6º O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa o monitoramento do Plano de Ação, acompanhado de relatório complementar para ciência e acompanhamento.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Salto do Lontra-PR, 20/08/2026

FERNANDO ABERTO CADORE
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Madruga
Código Identificador:327CD4F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 104/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o documento protocolado sob nº 074/2026, em 19/08/2026, onde informa a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR** a pedido **MARIA MADALENA ARAÚJO DA SILVA,** brasileira, portadora do RG. nº 4.***.3*6-6/SSPPR, inscrita no CPF nº 772.***.0*9-72, a partir do dia 28 de agosto de 2026, do cargo de provimento efetivo de DIGITADOR.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:7832E051

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Concurso Público nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Concurso Público Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Concurso Público Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste edital, recebimento do A/R via correio postal ou o recebimento da correspondência eletrônica de convocação (e-mail), deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 24 de agosto de 2026, para tomar posse de seu cargo, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 02 (duas) cópias de cada documento, ***conforme item 19.7.1 do Edital de Concurso Público nº 001/2025:***

Para a nomeação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos (original e cópia):
a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
j) Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
k) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
m) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
n) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
o) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
p) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
q) Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
r) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
s) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
t) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
u) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
v) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho – Emitido pelo médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Pr.;
Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.
A falta da apresentação dos documentos e declarações mencionados neste edital de convocação caracterizará a desistência do candidato.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Caso sejam necessários exames complementares para posse, deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Santa Amélia.
O candidato pessoa com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deverá submeter-se aos exames previstos para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.
Obs. 3 – O candidato para solicitar as certidões cíveis e criminais deverão comparecer no cartório distribuidor do fórum da Comarca de sua cidade.
Ob. 4 – O candidato para solicitar a certidão da Vara de Execuções Penais estadual deverá entrar no site do tribunal de justiça do seu estado.
Para quem reside na região de Londrina está o link abaixo:
https://site.distribuidorlondrina.com.br/certidao.php
Ob. 5 – O candidato para solicitar as certidões Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais federal deverá acessar o site do Tribunal Regional Federal da sua região. No caso dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acessar o link abaixo:
https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2401

CARGO: PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL - AFRODESCENDENTE	**CPF**
GIOVANA BEATRIZ VALÉRIO	123.***.1*9-43

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR), 20 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:7823A0FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 553/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
A	André Vilalva Leal	HEMODIÁLISE	RHP0B83	225,00	24 a 28/08/2026
B	Douglas Ricardo Vasconcelos	Cornélio Procópio	RHP0B84	180,00	24,25,26 e 28/08/2026
C	José Marcelo Galdino	Cornélio Procópio /Posto	SES4E21	225,00	24 a 28/08/2026
D	José Roberto Vilalva	Londrina	RHT7F51	225,00	24 a 28/08/2026
E	Luiz Paulo Bratz	Londrina/ Posto	BAL-1747	225,00	24 a 28/08/2026
F	Paulo Edson Pereira	Jacarezinho	TBW6A27	225,00	24 a 28/08/2026
G	Luiz Walter Brazilino	Bandeirantes	RTW7H10	225,00	24 a 28/08/2026

H	Manoel Marquito	Bandeirantes/Posto	SES4E20	225,00	24 a 28/08/2026
I	Luiz Antonio Camilo	Rib. Do Pinhal	BBZ9571	225,00	24 a 28/08/2026
J	Douglas Ricardo Vasconcelos	Curitiba/Pr	SES4E21	140,00	27/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:7DF45854

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 554/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Cargo	Valor	Data
A	Maria Lucia Rodrigues	Curitiba/ PR	Enfermeira Padrão	1.540,00	23 a 28/08/2026
B	Gabriel Silva Guardiano Santana	Curitiba/ PR	Psicólogo	700,00	26 a 28/08/2026

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:0F31349F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 555/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida, a partir do dia 20 de agosto de 2026, a servidora pública municipal **ROSA SANCHES MOURO,** matrículas 361-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL,** LICENÇA-PRÊMIO de 03 (três) meses, de acordo com o artigo 85, § 1º da Lei nº 1108/2004, referente ao período aquisitivo 2019/2024.

Art. 2º. A servidora deverá retornar as atividades normais no dia 20 de novembro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:A5DE5291

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 556/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias ao servidor pública municipal **NILSON JOSÉ MARTINS,** matrícula n° 12911 ocupante do cargo de provimento efetivo de **FISCAL DE ICMS**, Dia 24/08/2026 a 28/08/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 31 de Agosto de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:4C02515B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 559/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Ofício nº 138/2026, de 20 de agosto de 2026, solicitando jornada suplementar para professor.

RESOLVE:

Art. Conceder a servidora pública municipal **VERA LÚCIA SOUZA,** matrícula 351-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de**PROFESSOR REGENTE,** JORNADA SUPLEMENTAR de 20h00 semanais, na ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO FRANCISCO DA SILVA LEAL, no período de 20 de agosto de 2026 a 19 de novembro de 2026, em substituição à professora ROSA SANCHES MOURO, em virtude de licença-prêmio.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Publique-se.
Registre-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia, 20 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:1A23AD67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 078/2026

PORTARIA N.º 078/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLÁUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a Senhora **GIOVANA VIEIRA SILVA,** inscrita no CPF sob n.º 124.XXX.XXX-01, para o Cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR**, percebendo seus vencimentos de acordo com a Lei 496/2007, tabela "B" CC 04, a partir de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 17 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:57BD3B0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 079/2026

PORTARIA N.º 079/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Conversão de férias em pecúnia, bem como pagamento de 1/3 de férias à Servidora Municipal **FERNANDA APARECIDA ALVES,** matrícula 100322, Cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DO CRAS**. Período aquisitivo de 05/01/2025 a 05/01/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 20 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:137248C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **09 de setembro de 2026 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital **Pregão Eletrônico nº 037/2026**.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA COMPLETA DO GINÁSIO DE ESPORTES, EM ATENÇÃO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS, DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

Valor Estimado: **R$ 212.132,11 (duzentos e doze mil, cento e trinta e dois reais e onze centavos).**

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e no site https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:40C3C858

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 30/2026-PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026 – PMSF
REPUBLICAÇÃO

I. OBJETO: O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIETAS ENTERAIS, ESPESSANTES ALIMENTARES, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E FÓRMULAS INFANTIS ESPECIALIZADAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão ser solicitados em qualquer quantidade no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

II. NOVA DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 04 de setembro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. NOVA DATA PARA REALIZAÇÃO: dia **04 de setembro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por item"
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 20 de agosto de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:998AE089

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 242/2026

Cancela tributos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e as que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e tendo em vista os processos judiciais da Comarca de Santa Fe em relação à divida ativa.

DECRETA

Art. 1° - Ficam cancelados os débitos lançados pelo Município e pagos em juízo, cujas execuções fiscais foram extintas mediante sentença em razão da diferença gerada entre a atualização dos depósitos judiciais efetuados e o sistema de tributação do Município, em relação ao contribuinte abaixo relacionado:

Contribuinte endereço	Processo	Cadastro	Tributo	Exercício	Valor a cancelar
Daniel dos Santos Pereira (MEI) Rua Londrina, 1132- Centro.	0000012-35.2023.8.16.0180	551575	Taxa de Fiscalização	2018 A 2021	R$ 17,87

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 20 de agosto de 2026

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6A222972

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°243/2026

Cancela tributos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e as que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e tendo em vista o que dispõe o Artigo 94 inciso II da Lei Complementar 002/2010.

DECRETA

Art. 1° - Fica cancelada a taxa de serviços diversos (hora maquina) que foi lançada pelo Munícipio, conforme dispõe Tabela V, item VI da Lei Complementar 002/2010, pedido foi feito mediante requerimento, mas posteriormente o serviço não foi realizado, dos contribuintes abaixo:

Contribuinte/endereço	Cadastro	Tributo	Exercício	Especificação	Valor a Cancelar
Endhers Cesar de Paula Cruz – Rua São Luiz, 007- Conj. Waldemar F. Pinheiro.	(9)9370	Serviços Diversos (Hora Maquina)	2025	1 hora de pá carregadeira e 1 hora de caminhão.	R$ 293,54
Rafael Cafacio – Rua Pedro Pedrazani 70- Vila Rural João Torrenho Roldan	(9)9164	Serviços Diversos (Hora Maquina)	2024	2 horas de pá carregadeira.	R$ 353,36
Waldemar Corsete – Rua Pedro Pedrazani 54- Vila Rural João Torrenho Roldan	(9)9370	Serviços Diversos (Hora Maquina)	2024	1 hora de pá carregadeira	R$ 172,54
Andrey Rodrigues Sergio- Rua Angelo Moris- Vila Rural João Torrenho Roldan	(9)7064	Serviços Diversos (Hora Maquina)	2025	1 hora de pá carregadeira	R$ 158,73

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 20 de agosto de 2026

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:A63618AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 48.342.821 ROMARIO AUGUSTO DOS SANTOS - ME.
RESUMO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) BELICHES TUBULARES SOLTEIRO EM AÇO, COM FORNECIMENTO, ENTREGA E MONTAGEM NO LOCAL INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO, DESTINADOS AOS DORMITÓRIOS FEMININO E MASCULINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Contratação Direta.
VALOR TOTAL: R$ 2.198,00 (dois mil e cento e noventa e oito reais).
DATA DA DISPENSA: 10 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026 - PMSF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 48.342.821 ROMARIO AUGUSTO DOS SANTOS - ME.
RESUMO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) BELICHES TUBULARES SOLTEIRO EM AÇO, COM FORNECIMENTO, ENTREGA E MONTAGEM NO LOCAL INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO, DESTINADOS AOS DORMITÓRIOS FEMININO E MASCULINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Contratação Direta.
VALOR TOTAL: R$ 2.198,00 (dois mil e cento e noventa e oito reais).
DATA DA CONTRATAÇÃO: 19 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:12A51072

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 101/2026-PMSF

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026-PMSF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: XARÁ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES LTDA
RESUMO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA EM VEICULOS PESADOS E UTILITARIOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REALIZADOS MEDIANTE REQUISIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME A DEMANDA, COM VALORES PRATICADOS A PARTIR DE PERCENTUAIS DE DESCONTO APLICADOS SOBRE TABELAS DE REFERÊNCIA VIGENTES, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PESADOS E UTILITARIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, conforme especificações e condições estabelecidas no referido edital e seus anexos.

VALOR TOTAL: R$ 314.395,25 (trezentos e quatorze mil e trezentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:59530B6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 102/2026-PMSF

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026-PMSF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: GT BRASIL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
RESUMO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA EM VEICULOS PESADOS E UTILITARIOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REALIZADOS MEDIANTE REQUISIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME A DEMANDA, COM VALORES PRATICADOS A PARTIR DE PERCENTUAIS DE DESCONTO APLICADOS SOBRE TABELAS DE REFERÊNCIA VIGENTES, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PESADOS E UTILITARIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, conforme especificações e condições estabelecidas no referido edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 204.842,50 (duzentos e quatro mil e oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:1AC0C098

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 103/2026-PMSF

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026-PMSF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: ELTON ROBERT FLORIANO - ME
RESUMO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA EM VEICULOS PESADOS E UTILITARIOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REALIZADOS MEDIANTE REQUISIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME A DEMANDA, COM VALORES PRATICADOS A PARTIR DE PERCENTUAIS DE DESCONTO APLICADOS SOBRE TABELAS DE REFERÊNCIA VIGENTES, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PESADOS E UTILITARIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, conforme especificações e condições estabelecidas no referido edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 109.552,75 (cento e nove mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:30D308DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 069/2026 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: POSTO NOVA PARADA SANTA FÉ LTDA.
RESUMO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, destinados ao abastecimento da frota oficial das diversas Secretarias da Administração Pública Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, conforme condições, quantidades estimadas, metodologia de formação de preços e demais exigências estabelecidas no presente Edital e seus anexos, especificamente no Termo de Referência – Anexo I.
OBJETIVO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover a redistribuição consensual do saldo quantitativo ainda não executado do Contrato de Credenciamento nº 069/2026, em razão da habilitação e contratação de novo credenciado no âmbito do Chamamento Público nº 06/202.
Ficam suprimidas do Contrato de Credenciamento nº 069/2026 as seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE. ORIGINAL	QTDE. SUPRIMIDA
01	Gasolina Comum	Litro	41.000	5.000
02	Etanol Hidratado	Litro	58.550	7.000
03	Óleo Diesel S-10	Litro	243.900	30.000

VALOR DA SUPRESSÃO: Considerados os valores unitários constantes do contrato, a supressão corresponde ao seguinte valore: R$ **272.160,00**).
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:42F8A1AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 2.484, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA A DENOMINAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Santa Fé, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O prédio público localizado na Rua Goiás, n° 165, anteriormente designado para funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento, passa a ser destinado para funcionamento de casa de velórios.

Art. 2° O referido prédio público passa a ser denominado CAPELA MORTUÁRIA LUIZ GROLLA, em homenagem ao cidadão que historicamente concede seu nome ao imóvel.

Art. 3° Fica o Poder Executivo autorizado a promover as despesas necessárias a eventual adequação do imóvel, bem como a aquisição de placa indicativa com o nome do imóvel e demais dados.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar o uso do espaço público através do decreto apropriado.

Art. 5º Revoga-se integralmente a Lei Municipal n° 2.445 de 18 de dezembro de 2025.

Art. 6. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 20 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:5F7A9B04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAR PORTARIA Nº090/2026.

Concede gratificação a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 99 da Lei Complementar nº. 003/2011, alterado pela Lei Complementar nº 003/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder aos servidores, em seus respectivos cargos, gratificação no percentual abaixo como adicional de dedicação integral, pelas peculiaridades das funções do cargo, tiver de ficar á disposição da Secretarias onde se encontram lotados fora de seu horário normal de trabalho e peculiaridade das funções desenvolvidas.

I – VALTER JOSÉ COLOMBO – Agente de Fiscalização – 70%.
II – NATAN DE OLIVEIRA GARCIA – Ag. Veiculos Automotores – 30% .
III – DENIS DE OLIVEIRA ALMEIDA – Ag. De Veiculos Automotores – 30%.
IV- AMANDA DOS SANTOS FABRIN BOTTAN – Ag. Oficial Administrativo – 60%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C2A4B819

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N°16/2026 (EXTRATO)

Autorização Municipal: Lei Orgânica do Município, fundamentação legal no artigo 115, § 1°.

Valor da Parceria: R$ R$ 41.385,79 (quarenta e um mil e trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

Concedente: MUNICIPIO DE SANTA FÉ - PR pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 76.291.418/0001-67, com sede na Praça Militão Bento França, Av. Presidente Kennedy, nº. 717, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Representante da Concedente: EDSON PALOTTA NETTO, portador do RG nº. 1.396.059-3 (SSP/PR) e do CPF nº. 239.833.109-15, residente e domiciliado na Rua Apucarana, nº. 631, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Convenente: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ - PR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 05.649.638/0001-71, com sede na Rua Goias, nº. 1.155, Centro, CEP: 86.700-000, Santa Fé, Paraná.

Representante da Convenente: ANTONIO GUERRA DA COSTA, portador do RG nº. 1.904.341 (SSP/PR) e do CPF nº. 794.101.038-00, residente e domiciliado na Rua Londrina, nº. 496, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Objeto: AQUISIÇÃO DE REFLETORES ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL.

Dotação Orçamentária: 21.003.08.244.0017.2.213.3.3.50.43.00.00.
Prazo de Vigência: da publicação do Termo de Fomento até o dia 31 de janeiro de 2027.

Santa Fé, 21 de agosto de 2026.

Concedente:
Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR.
EDSON PALOTTA NETTO.
Prefeito Municipal:

ASSINATURA:

CONVENENTE: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ - PR.
PRESIDENTE: ANTONIO GUERRA DA COSTA.

ASSINATURA:

TESTEMUNHAS:

Geovani Minanti
Secretário da Fazenda
RG nº. 6.953.091-5 (SSP/PR)
CPF nº. 024.313.659-56

Maria José Pelegrini de Andrade
Recursos Humanos
RG nº. 3.235.534-0 (SSP/PR)
CPF nº.455.593.509-82

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:97F3027F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº 15/2026 (EXTRATO)

TERMO DE FOMENTO Nº 15/2026
(extrato)

Autorização Municipal: fundamentação legal no artigo 115, §1°, da Lei Orgânica Municipal.

Valor da Parceria: R$ 289.700,53 (duzentos e oitenta e nove mil e setecentos reais e cinquenta e três centavos).

Concedente: MUNICIPIO DE SANTA FÉ – PR pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 76.291.418/0001-67, com sede na Praça Militão Bento França, Av. Presidente Kennedy, nº. 717, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Representante da Concedente: EDSON PALOTTA NETTO, portador do RG nº. 1.396.059-3 (SSP/PR) e do CPF nº. 239.833.109-15, residente e domiciliado na Rua Apucarana, nº. 631, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Convenente: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO - CCISF, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 80.911.035/0001-11, com sede na Rua Apucarana, nº. 31, Centro, CEP: 86.700-000, Santa Fé, Paraná.

Representante da Convenente: WANDER JOSÉ DE MATOS, portador do RG nº. 6.793.508-0 (SSP/PR) e do CPF nº. 022.891.549-03, residente e domiciliado na Rua Amabile Belanda Batista, nº. 699, Jardim Alvorada, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.
Objeto: ATENDIMENTO AOS IDOSOS (ACIMA DE 60 ANOS DE IDADE) EM FORMA DE RESIDÊNCIA.

Dotação Orçamentária: 21.003.08.244.0017.2.213.33.50.43.00.00.

Prazo de Vigência: da publicação do Termo de Fomento até o dia 30 de junho de 2027.

Santa Fé, 21 de agosto de 2026.

Concedente:
Prefeitura Municipal de Santa Fé -PR.
Prefeito Municipal:
EDSON PALOTTA NETTO.

ASSINATURA:

CONVENENTE:
CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO - CCISF.
PRESIDENTE:
WANDER JOSÉ DE MATOS.

ASSINATURA:

TESTEMUNHAS:

Geovani Minanti
Secretário da Fazenda
RG nº. 6.953.091-5 (SSP/PR)
CPF nº. 024.313.659-56

Maria José Pelegrini de Andrade
Recursos Humanos
RG nº. 3.235.534-0 (SSP/PR)
CPF nº.455.593.509-82

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B721CB9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 241/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$84.105,17 (oitenta e quatro mil e cento e cinco reais e dezessete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

	Suplementação			
	10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
	10.001		RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO	
	10.001.04.122.0002.2.101		MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL	
	6 - 3.3.90.46.00.00	3511	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	84.105,17
	Total Suplementação:			84.105,17

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos vinte dias do mês de Agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:DE559135

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO Nº. 3.958 DATA: 20/08/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº. 3.958
Data: 20/08/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.905 de 14 de agosto de 2026 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso II e III .

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do município de Santa Izabel do Oeste- PR um Crédito Especial no exercício financeiro de 2026 no valor de R$ 798.875,00 (setecentos e noventa e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais), destinado ao atendimento das despesas decorrentes da execução do **Convênio SECID nº 25025545-4,** para pavimentação de estrada rural, e da **Operação de Crédito FINISA – Contrato nº 0615881-93/2025,** destinada ao aporte de contrapartida financeira do Município para a aquisição de terreno urbano destinado à implantação de creche e para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, nas seguintes dotações:

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.310 - CONVÊNIO SECID Nº 25025545-4 – PAV. EST. RURAL SARAND/S. JUDAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 -753	Obras e Instalações	1541	498.355,00

07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12 - EDUCAÇÃO
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
0007 - EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE, EQUIDADE E INOVAÇÃO.
2.549 - CONVÊNIO SECID Nº 25389824-0 - AQUISIÇÃO DE TERRENO URBANO PARA IMPLANTAÇÃO DE CRECHE.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.61.00 - 910	Aquisição de Terreno	104	59.520,00

13 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESNVOLVIMENTO RURAL
01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESNVOLVIMENTO RURAL
20 - AGRICULTURA
606 - EXTENSÃO RURAL
0005 - AGRICULTURA INTEGRADA
2.563 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO 2025 - CONTRATO FINISA Nº 0615881-93/2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.52.00 - 911	Equipamentos e Material permanente	628	241.000,00

Art. 2º Para cobertura do presente Decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação da alínea da receita

2422540109, proveniente do convênio **SECID nº 25025545-4,** para pavimentação de estrada rural e do cancelamento de dotação orçamentária a seguir:

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.257 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO 2025 - EXECUÇÃO DE PAV. ASFÁLTICA E OUTROS

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 - 722	Obras e Instalações	628	241.000,00

07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12 - EDUCAÇÃO
361 - ENSINO FUNDAMENTAL
0007 - EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE, EQUIDADE E INOVAÇÃO**.**
2.148 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.39.00 – 216	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	104	59.520,00

Art. 3º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 19 de agosto 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Claudiomiro da Costa
Código Identificador:A581DBBD

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO Nº. 3.959 DATA: 20/08/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº. 3.959
Data: 20/08/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.906 de 14 de agosto de 2026 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso III. .

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do município de Santa Izabel do Oeste- PR um Crédito Especial no exercício financeiro de 2026 no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado complementação financeira da obra de ampliação e reforma do Centro Municipal de Educação Infantil **Pequeno Príncipe**, em razão da necessidade de **aumento de valor decorrente de acréscimo quantitativo e qualitativo** do contrato**,** na seguinte dotação:

07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12 - EDUCAÇÃO
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
0007 - **EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE, EQUIDADE E INOVAÇÃO.**
2.269 - CONVÊNIO SECID Nº 23689495-9 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE P.P.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 - 909	Obras e Instalações	104	80.000,00

Art. 2º Para cobertura do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento de dotação orçamentária a seguir:

07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12 - EDUCAÇÃO
361 - ENSINO FUNDAMENTAL
0007 - **EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE, EQUIDADE E INOVAÇÃO.**
2.148 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.39.00 – 216	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	104	80.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 20 de agosto 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Claudiomiro da Costa
Código Identificador:839573B3

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO

MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026.

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, torna público que às 08horas horas do dia 09 de setembro de 2026, na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Trator Agricola 4x4	1	R$ 321.000,00	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Santa Izabel do Oeste e na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Santa Izabel do Oeste - PR, 20 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:0AF0EABD

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°21/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 151/2026 AO CONTRATO N° 21/2024
INEXIGIBILIDADE N° 02/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Luk Industria e Comercio de Usinas Geradoras de Oxigenio LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em usina de oxigênio, destinada a atender as necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel do município de Santa Izabel do Oeste - PR, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, com Recursos Federais, Estaduais e Próprios.
VIGÊNCIA: Até 16/07/2027.
DATA: 07/07/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:88AA6DDD

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°340/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO N° 176/2026 AO CONTRATO N° 340/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e A.E.M Oeste Comercial Eireli – ME.
OBJETO: Reequillíbrio de preços.
DATA: 13/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:2ECC265E

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°387/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO N° 177/2026 AO CONTRATO N° 387/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 34/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Ideal Comercio de Produtos LTDA.
OBJETO: Reequillíbrio de preços.
DATA: 13/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:F22C60EE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°547/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE FINANCEIRO N° 179/2026 AO CONTRATO N° 547/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 44/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Atitude Ambiental LTDA.
OBJETO: Reajuste financeiro.
DATA: 19/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:40BF9D63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº 13/2026

CONTRATANTE: Município de Santa lúcia - Paraná.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Sondagem do Solo – SPT, Ensaio de Percolação, Mobilização e Desmobilização de Equipe e Equipamentos, com emissão dos respectivos Laudos e Relatórios Técnicos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 28.894,62 (Vinte e Oito Mil, Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Sessenta e Dois Centavos).

DATA DA SESSÃO: Dia 27/08/2026, na Plataforma BNC, site https://bnc.org.br.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 09:00 horas do 27/08/2026 até 15:00 horas 27/08/2026.

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 20/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:D714AD27

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 152/2026 DATA: 17/08/2026

Nomeia servidores em Estágio Probatório e das outras providencias

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica os abaixo relacionados, nomeados em Estágio Probatório, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Concurso Público Edital nº001/2023.

NOME	CPF Nº	CARGO
LUCINEIA FRANCISO DE MELO	069.******-95	PROFESSORA
GABRIEL FIEDLER CORREA DE SOUZA	088.******-80	ADVOGADO

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 03 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:841B1099

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 153/2026 DATA 17/08/2026

Exonera a pedido servidor aprovado no PSS 002/2024 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Exonera a pedido o Sr. **JONIESMAR MACEDO**, portador da Cédula de Identidade nº 13. ****-1 SESP/PR e inscrita no CPF sob nº 116. ***.***-08, a ocupante do cargo de provisório de **Operador de Máquinas,** lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 03 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:91BB955F

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 154/2026 DATA 17/08/2026

Nomeia servidora a ocupar Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;
Considerando a Lei Municipal nº 410/2011, resolve e;
D E C R E T A

Art. 1º Nomeia a Sra. **CLAUDIA MARIZA DA ROSA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade e inscrita no CPF sob nº 787. ***.***-34, a ocupar o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO, lotado na Secretaria de Assistência Social,** percebendo o vencimento atribuído pelo símbolo CC3 do quadro de níveis disposto na Lei 410/2011.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 03 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:EFE01AAA

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 155/2026 DATA 17/08/2026

Nomeia servidores aprovados no PSS 002/2026 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica os abaixo relacionados, nomeados por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2026.

NOME	CPF	CARGO
JONIEMAR MACEDO	069.***.***-67	**OPERADOR DE MAQUINAS**
ELISON CANTIDIO NOGEKOSKI	059.***.***-90	**MOTORISTA**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 04 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:A91A0114

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 156/2026 DATA 17/08/2026

Nomeia servidores aprovados no PSS 002/2026 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica os abaixo relacionados, nomeados por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2026.

NOME	CPF	CARGO
SIRINEU MINUSSI DA SILVA	012.***.***-94	**GARI**
CLEITON ROQUE KNEBEL	097.***.***-70	**GARI**
KERLEN DOS SANTOS LIMA	061.***.***-30	**MOTORISTA**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 05 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:AC7EFD2F

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 157/2026 DATA: 17/08/2026

Nomeia servidora em Estágio Probatório e das outras providencias

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica os abaixo relacionados, nomeados em Estágio Probatório, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Concurso Público Edital nº001/2023.

NOME	CPF Nº	CARGO
JANE GAIO DE FRANÇA	955.******-20	PROFESSORA

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 05 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:3F7F45FC

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 158/2026 DATA 17/08/2026

Nomeia servidor aprovado no PSS 002/2026 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica o abaixo relacionado, nomeado por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2026.

NOME	CPF	CARGO
MARCELO DE BRITO	079.***.***-31	**OPERADOR DE MAQUINAS**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 10 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:07BBA2A1

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 159/2026 DATA: 20/08/2026

SÚMULA: Concede a progressão aos servidores municipais e da outras providencias

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispositivos legais da Lei Municipal Nº314/2009 de 26/05/2009 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Município de Santa Lúcia);
DECRETA
Art.1º - Fica concedida a progressão aos servidores abaixo relacionados tendo em vista sua habilitação e tempo de serviço público municipal, passando o mesmo a ocupar a seguinte referência:

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Tab. de Venc.	Ref.
720-1	Valdomira Soares Alves	Auxiliar de Serviços Gerais	01	C
868-1	Daniele Maldaner Raizel de Meira	Farmacêutica	05	D
704-1	Isolete Terezinha de Oliveira dos Santos	Agente Comunitário de Saúde e Combate a Endemias	AG	D

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:39ABCCE4

EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Nº 001/2026

PARTES: Município de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques e Município de Boa Vista da Aparecida.

OBJETO: Alteração do item 1.3.2 da Cláusula Primeira do Instrumento de Transferências Intergovernamentais nº 001/2026, com a finalidade de adequar a operacionalização financeira dos repasses destinados à manutenção da Casa Lar Acolhendo Vidas, estabelecendo contas bancárias específicas do Fundo Municipal de Assistência Social de Boa Vista da Aparecida para recebimento dos valores correspondentes a cada Município partícipe.

ALTERAÇÃO: O item 1.3.2 passa a prever que os repasses financeiros serão realizados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante depósito em contas bancárias específicas do Fundo Municipal de Assistência Social de Boa Vista da Aparecida, individualizadas conforme o Município responsável pelo repasse.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Instrumento de Transferências Intergovernamentais nº 001/2026.

Santa Lúcia/PR, em 06 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:B0ECCFA3

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 135/2026 DATA: 20/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **duas diárias e meia** para o servidor **DILSON ANTONIO LOPES PEREIRA** (Motorista), para levar paciente para atendimento médico especializado na cidade de Curitiba - PR, no dia 21 de agosto de 2026. Saída no dia 20 de agosto de 2026 e retorno no dia 22 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: PARTICULAR

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:6F22927B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO 003/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026
Procedimento Licitatório n.º 004/2026
Contrato Administrativo n.º 003/2026

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR,** Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 95.684.585/0001-12, com sede na Rua Alexandre Kordiak, 87, Centro – Santa Maria do Oeste – PR, neste ato representado por seu presidente, Sr Tiago Variza.

CONTRATADO: **VIEIRA E RETECHESKI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número10.902.446/0001-65 com endereço à Rua Osório Brasileiro, nº 11, Vila Verde, Palmital – PR, neste ato representado pela pessoa de **RONALDO RETECHESKI**.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET EM FIBRA ÓPTICA COM IP FIXO IPV4, COM POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE PORTAS EXTERNAS E VELOCIDADE DE 500 MBPS, PARA HOSPEDAGEM DE SERVIÇOS E ACESSO REMOTO, PARA ATENDER À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – PR"

PRAZO DE CONTATAÇÃO: 12(doze) meses.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 01 - Câmara Municipal
Unidade: 001 – Câmara Municipal
Classificação funcional – 01.031.0101.2001
Nome do projeto atividade: Atividades da Câmara Municipal
Natureza da Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
00090 – 00001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)

Santa Maria do Oeste, 20 de Agosto de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:4DCD4788

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA 044/2026

SÚMULA: Concede Diária a Vereadoras da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária as Vereadora desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:

Nome das Vereadoras: Daniela Kunrath da Luz e Arlete Latzuc
Data início: 18/08/2026
Data fim: 18/08/2026
Nº de Diárias: 1 sem Pernoite
Valor por Solicitante: R$ 300,00(Trezentos reais)
Valor total: R$ 600,00 (Seiscentos reais)
Município de destino: Curitiba-PR
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99

Objetivo da viagem: Representar a Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste na Audiência Pública "Balanço do Pacto Brasil Contra o Feminicidio" na Assembleia Legislativa do Paraná .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 17 de Agosto de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:C385A736

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA 045/2026

SÚMULA: Concede Diária ao Servidor da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária ao Servidor desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:

Nome do Servidor: Reginaldo Vieira
Data início: 18/08/2026
Data fim: 18/08/2026
Nº de Diárias: 01 sem Pernoite
Valor Total: R$ 300,00 (Trezentos reais)
Município de destino: Curitiba- PR
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99

Objetivo da viagem: Levar vereadoras da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste para participar da Audiência Pública "Balanço do Pacto Brasil Contra o Feminicidio" na Assembleia Legislativa do Paraná.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 17 de agosto de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:1023E9F4

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a ***DISPENSA DE LICITAÇÃO***, referente a **"AQUISIÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, CUMEIRAS E MANTA AUTOADESIVA IMPERMEABILIZANTE, DESTINADOS ÀS RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DAS COBERTURAS DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**
Assim, com base no Art. 75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 20 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 86/2026
REFERENTE: DISPENSA N.º 027/2026

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, CUMEIRAS E MANTA AUTOADESIVA IMPERMEABILIZANTE, DESTINADOS ÀS RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DAS COBERTURAS DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr.
CONTRATADO: STELF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 04.631.956/0001-42, com Sede na Rua Antonio Hardt, nº885, centro, CEP 85.148-000, Campina do Simão/PR.
VALOR TOTAL: R$ 18.176,70 (Dezoito mil cento e setenta e seis reais e setenta centavos)
JUSTIFICATIVA:. De acordo com o art.75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

Santa Maria do Oeste - PR, 20 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:88C74DEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 069/2026

SÚMULA: Conceder Licença doença INSS ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme o Estatuto do Servidor Público, Lei Municipal n.º 004/2001.

RESOLVE:

ART. 1º Conceder ao servidor público municipal ocupante do cargo de Advogado. Licença doença INSS de 90 dias a partir do dia 22/07/2026.Conforme atestado médico.

MATRICULA	NOME
12241	EDER JOSE SEBRENSKI

ART. 3º Esta portaria entra em vigor 22/07/2026 conforme atestado médico.

Santa Maria do Oeste, 20 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Agnes de Oliveira
Código Identificador:CAEDA0B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026

O Município de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, por intermédio da autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no **art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando os documentos constantes dos autos, **RATIFICA** o Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 028/2026, referente ao Processo Administrativo nº 066/2026.

1. DO OBJETO
A presente Inexigibilidade tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PREVIAMENTE CREDENCIADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PERÍODO DE 01/09/2026 A 30/11/2026, OBSERVADA A ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO**, nos termos e condições estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 003/2025.

2. DA ORIGEM E DO PERÍODO DA CONTRATAÇÃO
A presente contratação decorre do **Processo Administrativo nº 069/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 025/2025 – Credenciamento nº 003/2025**, realizado para o credenciamento de empresas destinadas à prestação de serviços médicos à Secretaria Municipal de Saúde. Conforme estabelecido no **subitem 11.6 do Edital de Credenciamento nº 003/2025**:
"O contrato será celebrado a cada 03 (três) meses, conforme ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO."

Dessa forma, a presente contratação corresponde ao período de **01 de setembro de 2026 a 30 de novembro de 2026**, abrangendo os meses de **SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2026**, observada rigorosamente a ordem cronológica de credenciamento.

3. DO VALOR
O **valor total estimado da pretensão contratual** é de **R$ 265.729,80 (duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)**, conforme demonstrado no **Parecer Contábil e no Parecer Financeiro** constantes dos autos.

O valor corresponde à estimativa para o período de setembro, outubro e novembro de 2026, estando sua execução condicionada à efetiva prestação dos serviços, à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos valores estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 003/2025.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO
A contratação encontra fundamento no **art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão da inviabilidade de competição decorrente da utilização do procedimento auxiliar de **credenciamento**, observadas as condições estabelecidas no respectivo edital.

Considerando que as empresas foram previamente submetidas ao procedimento de Credenciamento nº 003/2025 e que as condições de habilitação e regularidade necessárias à contratação foram verificadas, inclusive mediante atualização da documentação jurídica e das certidões de regularidade fiscal federal, perante o FGTS e trabalhista, mostra-se possível o prosseguimento das contratações, desde que mantidas as condições exigidas.

5. DAS EMPRESAS CREDENCIADAS
Ficam abrangidas pela presente ratificação as empresas regularmente credenciadas e habilitadas, observada a ordem cronológica de credenciamento e a necessidade da Administração:
SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA – CNPJ nº 37.092.326/0001-04;
PVM SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ nº 43.259.912/0001-95;
NORTE SUL SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ nº 19.850.311/0001-78;
PELEGRINI CLINICA MEDICA LTDA – CNPJ nº 24.069.076/0001-31;
BR - CONSULTORIA E GESTAO DE SAUDE LTDA. – CNPJ nº 17.648.822/0001-86;
AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA. – CNPJ nº 33.458.003/0001-22;
BECKER SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ nº 44.616.545/0001-00;
BARUKI SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ nº 61.780.308/0001-91;
3R GESTAO EM SAUDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14;
MEDICAL.COM HOSPITALARES - EIRELI – CNPJ nº 21.059.832/0001-53;
DORNELAS SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ nº 42.435.382/0001-26;
GUARNIERI SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ nº 36.819.719/0001-04;
MOVI MED CLINICA ESPECIALIZADA LTDA – CNPJ nº 16.993.043/0001-55;
EMANUEL S BIBIANO SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ nº 42.744.473/0001-43.

6. DA RATIFICAÇÃO
Diante do exposto, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 066/2026, no valor total estimado de **R$ 265.729,80 (duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)**, para a contratação de empresas previamente credenciadas para prestação de serviços médicos, durante o período de **01/09/2026 a 30/11/2026**, correspondente aos meses de **setembro, outubro e novembro de 2026**.

A formalização das respectivas contratações fica condicionada à observância da **ordem cronológica de credenciamento**, à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e à manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas no Edital de Credenciamento nº 003/2025.

Determino o prosseguimento dos autos para a adoção das providências necessárias à formalização dos respectivos contratos, bem como para a divulgação dos atos pertinentes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Santo Antonio do Paraíso/PR, 20 de agosto de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:0E9D1C53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4366/2026

DECRETO Nº 4366/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, instituído pela Lei Municipal nº 3.522, de 14 de julho de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.522, de 14 de julho de 2026,
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, para mandato de 02 (dois) anos, na forma do art. 5º da Lei Municipal nº 3.522/2026, conforme segue:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
a) Secretaria Municipal responsável pelo Saneamento Básico (Presidente)

• Titular: Diogo Pavanelo
• Suplente: Ana Marcia Machado Bandeira

b) Secretaria Municipal de Saúde

• Titular: Darieli Brambatti
• Suplente: Camila Rodrigues

c) Secretaria Municipal responsável pelo Meio Ambiente

• Titular: Natalia Iber Angonesi
• Suplente: Newton Jose de Jesus Silva

d) Secretaria Municipal responsável pelo Planejamento e Finanças

• Titular: Ana Maria Bandeira
• Suplente: Tatiana Christina Nodari

II – REPRESENTANTE DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO
Concessionária dos serviços de saneamento básico

• Titular: Wagner Roberto dos Reis
• Suplente: Nilson Carlos Iasinsk

III – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Conselho Municipal de Saúde

• Titular: Delia Segobia Machado Pereira
• Suplente: Mariluci Ortlieb

b) Setor produtivo, comercial ou industrial local.

• Titular: Edinara Ramão Scapini
• Suplente: Mayne Wodzic

c) Associação comunitária, de moradores ou de agricultores com atuação no Município.

• Titular: Sonia de Fatima Schlickmann
• Suplente: Neuza Portela

Art. 2º O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA será presidido pelo representante da Secretaria Municipal responsável pelo saneamento básico, nos termos da Lei Municipal nº 3.522/2026.
Art. 3º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, admitida recondução na forma da Lei Municipal nº 3.522/2026.
Art. 4º A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, 20 de Agosto de 2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:5E474027

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0494/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0109/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0494/2025
Inexigibilidade Nº 0109/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 62.118.902 JOSE ANTONIO ALVES DA SILVA.
VIGÊNCIA ATUAL: 26/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR A NTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: JOSE ANTONIO ALVES DA SILVA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:EF73E428

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0495/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0110/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0495/2025
Inexigibilidade Nº 0110/2025

OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços de plantão médico generalista - clinico geral atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 015/2025..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MB NEUMANN SERVIÇOS MEDICOS LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 27/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO- Prefeito Municipal
e pela contratada: MATHEUS BALABUCH NEUMANN - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C4967CA9

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0304/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0304/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 24/08/2027.
VALOR REAJUSTADO: R$ 1.862,21 (Mil e Oitocentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Um Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO- Prefeito Municipal em Exercicio
e pela contratada: PEDRO ARANA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0DD9DFCD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0307/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0307/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: JUARES LIMA DOS SANTOS.
VIGÊNCIA ATUAL: 25/08/2026.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: DAUANA DA PAZ SILVA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4F535BDB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2025 CONCORRÊNCIA Nº 2/2025

EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2025
Concorrência Nº 2/2025

OBJETO: Pavimentação sobre pedras irregulares de Estradas Rurais em CBUQ, 39.808,00 m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos, convênio 351/2024 SEAB-SECID.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MINERPAV LTDA;
VALOR SUPRIMIDO: R$ 1.336.717,47 (Um Milhão, Trezentos e Trinta e Seis Mil, Setecentos e Dezessete Reais e Quarenta e Sete Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercicio
e pela contratada: MICHAEL CEZNE DE SOUZA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:57BDA5F1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0237/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0237/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: K E DE SOUZA JLA ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS
CNPJ Nº 50.558.572/0001-69
Representante: KASSIA ESTEVES DE SOUZA
CPF nº 087.530.429-05
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 30.350,00 (Trinta Mil, Trezentos e Cinqüenta Reais)
VIGÊNCIA: 05/08/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 06/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A26934E9

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0238/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0238/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: FERREIRA E ARCE ENGENHARIA LTDA
CNPJ Nº 44.101.311/0001-12
Representante: CELIA SOARES FERREIRA
CPF nº 039.758.659-03
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste.
VALOR TOTAL: R$ 24.280,00 (Vinte e Quatro Mil, Duzentos e Oitenta Reais)
VIGÊNCIA: 05/08/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 06/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A039981A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0239/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0239/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR

CONTRATADA: JULIA GABRIELY CAMACHO GODOY
CNPJ Nº
Representante: JULIA GABRIELY CAMACHO GODOY
CPF nº 416.847.178-09
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7848D45E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0240/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0240/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: JRODZINSKI CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
CNPJ Nº 40.881.295/0001-77
Representante: JESSICA RODZINSKI
CPF nº 020.375.890-00
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B309BBA3

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0242/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0242/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ANR CONSULTORIA LTDA
CNPJ Nº 63.530.476/0001-54
Representante: JEAN PONCI DOS SANTOS
CPF nº 086.451.749-10
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9E3C1399

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0243/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0243/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ELAINE CRISTINA R C SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ Nº 47.799.315/0001-04
Representante: ELAINE CRISTINA ROCHA CONCEIÇÃO DE RESENDE
CPF nº 056.094.839-56
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3A516158

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0244/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0244/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: KEYLA MARIA DUARTE DA SILVA REIS
CNPJ Nº 29.703.168/0001-45
Representante: KEYLA MARIA DUARTE DA SILVA REIS
CPF nº 328.228.998-78
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:50AEB946

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0245/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0245/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: SUZAMARA LIMBERGER
CNPJ Nº
Representante: SUZAMARA LIMBERGER
CPF nº 060.726.229-09
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:357E370F

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0246/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0246/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: FERRONATTO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ Nº 16.908.314/0001-27
Representante: RAFAEL FELIPE FERRONATTO
CPF nº 051.322.929-92
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4731CD70

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0247/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0247/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: PROJETTA SHORR ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ Nº 34.029.954/0001-49
Representante: INGRID VERGARA SCHORR
CPF nº 033.721.860-95
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:ABA63C99

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0248/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0248/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: GKI ENGENHARIA E AVALIACOES LTDA
CNPJ Nº 60.273.546/0001-48
Representante: CLAUDIUS VINICIUS DELFINO GRALEWSKI
CPF nº 003.171.000-09
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as
necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 25.280,00 (Vinte e Cinco Mil, Duzentos e Oitenta Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B7A98EE2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0249/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0249/2026
Inexigibilidade nº 075/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: T.L KUNRATH LTDA
CNPJ Nº 53.702.365/0001-24
Representante: TOBIAS LEONARDO KUNRATH
CPF nº 036.103.020-70
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de
engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir
processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as

necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste..
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 06/08/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9C661FAA

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0254/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 080/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0254/2026
Inexigibilidade nº 080/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: RICARDO CARDOSO DE OLIVEIRA
CNPJ Nº 32.390.614/0001-13
Representante: RICARDO CARDOSO DE OLIVEIRA
CPF nº 095.707.339-93
OBJETO: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção elétrica preventiva e
corretiva, com fornecimento de peças e acessórios originais ou de primeira linha, destinados à frota
de veículos leves, pesados e máquinas pesadas do Município, compreendendo ainda serviços de socorro
mecânico e transporte por guincho/prancha..
VALOR TOTAL: R$ 1.899.460,00 (Um Milhão, Oitocentos e Noventa e Nove Mil, Quatrocentos e Sessenta Reais)
VIGÊNCIA: 19/08/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 20/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:161E202C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 094/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 20/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 20/2024, e na Portaria 104/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 20/2024;
CONSIDERANDO o ofício 63/2026 da Secretaria Municipal de Educação e o ofício 53/2026, do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classif.**	**Candidato**	**Nº inscrição**
Auxiliar de Serviços Gerais	78	VALERIA VACILOTTO	02
Auxiliar de Serviços Gerais	79	JOCINEI ALVES DE OLIVEIRA	128
Auxiliar de Serviços Gerais	80	TAIS PAULA ARAUJO	117

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 21/08 à 27/08/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 20/2024

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 20 de agosto de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:16A2FD52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 058/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 - SRP

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	058/2026
Pregão Eletrônico n. º:	026/2026
OBJETO	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, compreendendo locação de tendas, serviços de sonorização volante, locação de sistemas de sonorização e iluminação para eventos, incluindo transporte, montagem, instalação, operação técnica, manutenção durante a realização dos eventos e desmontagem, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de São José das Palmeiras – PR.

Tipo de Licitação: Menor Preço POR ITEM

• **Período de recebimento das propostas**: das 10h00min do dia 21/08/2026 até as 08h10min do dia **04/09/2026**

Abertura e Julgamento das Propostas: as h10min do dia 04/09/2026

Início Da Sessão De Disputa De Preços: Às 08h40min Do Dia 04/09/2026.
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras, 19 de agosto de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:8CDF8E5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 164/2026 - CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 164/2026
DATA: 20 de agosto de 2026

SÚMULA: Concede Licença Paternidade para servidor público municipal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 669/2022, art. 83, inciso VI

R E S O L V E

Art. 1º – Conceder ao servidor **DIONILSON ANTONIO GALDINO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Agente de Combate a Endemias**, 05 (cinco) dias consecutivos de Licença Paternidade, no período de 18 de agosto de 2026 a 22 de agosto de 2026.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 20 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D3F7D4ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°317/2026

DECRETO Nº 317/2026

SÚMULA – Dispensa de licitação para contratação de serviços e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município.

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada DISPENSADA a licitação para contratação de empresa prestadora de serviço de decoração temática da Festa Agostina, a ser realizada no dia 22 de agosto de 2026, no Distrito de Porto São José, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A empresa a ser contratada é:

GILBERTO GONCALVES DE MORAES – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.627.674/0001-28, com o valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão segundo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026 DE 20/08/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº142/2026
OBJETO: decoração festa agostina
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:1EA0FE43

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°318/2026

DECRETO Nº 318/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de show artístico e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para contratação de serviço de shows artísticos para a festa Agostina, no Distrito de Porto São José, no dia 22 de agosto de 2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A contratada é:

PAULO DE FATIMA SANTOS OLIVEIRA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.803.358/0001-49, e o valor a ser pago é R$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 51/2026 DE 20/08/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:3DC93908

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°319/2026

DECRETO Nº 319/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

8º classificado: **ABMED LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 64.191.833/0001-69, sob protocolo nº 6883.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 52/2026 – 20 de agosto de 2026.
Processo Administrativo n°144/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:D6B22A3C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°320/2026

DECRETO Nº 320/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

7º classificado: **EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.602.691/0001-02, sob protocolo nº 6880.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 53/2026 – 20 de agosto de 2026.
Processo administrativo n°145/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:0E2131C0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°321/2026

DECRETO Nº 321/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

6º classificado: **L A P MORAES SERVICOS MEDICOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 64.739.221/0001-69, sob protocolo nº 6876.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 54/2026 – 20 de agosto de 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº146/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:03F733F0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°322/2026

DECRETO Nº 322/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

5º classificado: **MARILIA S.H. SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 53.932.061/0001-53, sob protocolo nº 6875.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 55/2026 – 20 de agosto de 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°147/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:F922BAC9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ATA Nº 03 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
ATA Nº 03 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)
ATA DE REUNIÃO – ANÁLISE PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

DATA: 20 de agosto de 2026
LOCAL: Reunião virtual (on-line).
OBJETIVO: Apresentação do resultado preliminar da Fase de Habilitação do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

1. DA COMPOSIÇÃO DA MESA

Estiveram presentes os seguintes membros e representantes:
· **REPRESENTANTE APEG:** FERNANDA JANTSCH REIS
· **GESTOR DA CULTURA MUNICIPAL:** EZÍDIO BIASI REDE
· **MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO:**
A. MARA IZABEL DA SILVA
B. NATALIA RIBEIRO FERREIRA
C. LETICIA ROBERTA ALVES DE OLIVEIRA

2. DO EXPEDIENTE

A reunião teve como objetivo apresentar a análise de habilitação dos projetos selecionados para a Fase 3. A Sra. FERNANDA JANTSCH REIS esclareceu o rito de análise, informando que os documentos são submetidos a análise inicial, a qual deve ser conferida pelo departamento responsável pelos pagamentos para conferência.

Ressalta-se que a Comissão avaliou estritamente a documentação inserida na aba destinada à Pessoa Jurídica (PJ) no formulário de habilitação, visto que esta foi a modalidade escolhida pelo proponente no ato de sua inscrição original. Cumpre registrar que, embora o proponente tenha preenchido também a seção de Pessoa Física (PF)

com seus documentos pessoais, tais inserções foram desconsideradas para fins de validação da habilitação institucional da empresa, mantendo-se a coerência legal com a natureza jurídica da proposta.

Sendo assim, após a análise técnica documental, o projeto "**CARAVANA ILUMINADA DE NATAL**", proposto pela ESPACO ENCANTART LTDA, foi considerado **INABILITADO** nesta fase preliminar. A decisão fundamenta-se na ausência dos seguintes documentos obrigatórios listados no item 14.2.2 do Edital e no formulário de habilitação:

• Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (inciso IV);
• Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União (inciso V);
• Certidões de Débitos relativos a Créditos Tributários Municipais (inciso VI);
• Comprovante de Residência em nome do representante legal.

Destaca-se que fica facultado ao proponente sanar as falhas apontadas mediante o envio da documentação pendente na fase recursal, conforme previsto no Item 15 do Edital.
Diante do exposto, a habilitação preliminar ficou assim definida:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROJETO	NOME DO PROPONENTE	NOTA	OBSERVAÇÃO
1º	CARAVANA ILUMINADA DE NATAL	ESPAÇO ENCANTART LTDA	80	INABILITADO

2.1 DA JUSTIFICATIVA PARA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA A Comissão de Acompanhamento registra, com fulcro no item 19.1 do Edital, a necessidade de readequação do cronograma de execução. O adiamento da publicação do presente Resultado Preliminar de Habilitação, previsto inicialmente para o dia 03/08/2026 e realizado nesta data (20/08/2026), ocorreu devido à complexidade na conferência técnica da documentação apresentada, notadamente a necessidade de triagem rigorosa entre os documentos de Pessoa Jurídica e Pessoa Física enviados pelo proponente, visando garantir a total lisura, transparência e segurança jurídica do certame. Tal adequação não acarreta prejuízos aos participantes.

2.2 DO CRONOGRAMA ATUALIZADO
Considerando a justificativa apresentada e visando garantir o bom andamento administrativo das etapas seguintes do certame, a Comissão procede à atualização do Cronograma de Execução do Edital, o qual passa a vigorar com os seguintes prazos oficiais:

FASE 3 - HABILITAÇÃO	
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	20/08/2026
Prazo para Recursos	20/08/2026 a 24/08/2026
Publicação da Análise dos Recursos e Resultado Final	25/08/2026
FASE 4 – ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO	
Início Chamada para assinatura dos Termos de Execução Cultura	25/08/2026
FASE 5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS	
Prestação de contas no link: **https://apeg.com.br/**	A definir de acordo com o cronograma do projeto aprovado.

3. DAS DELIBERAÇÕES: Solicitou-se a publicação da Ata e do resultado PRELIMINAR no Diário Oficial, no site da Prefeitura, e no Transferegov, conforme as normas do edital. Foi reiterada a abertura do prazo recursal, momento no qual o proponente inabilitado poderá protocolar recurso e anexar os documentos faltantes para regularizar sua situação. Após a devida publicidade, análise de eventuais recursos e homologação do resultado final, serão emitidos os Termos de Execução para encaminhamento para a Tesouraria da Prefeitura realizar o pagamento dos projetos.
4. ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, FERNANDA JANTSCH REIS, e assinada pela Sra. MARA IZABEL DA SILVA. Após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

MARA IZABEL DA SILVA
Membro da Comissão de Acompanhamento

FERNANDA JANTSCH REIS
Representante Técnico – Assessoria APEG

RESULTADO PRELIMINAR FASE DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 001/2026

São Pedro do Paraná/PR
O Município de São Pedro do Paraná/PR, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representado(a) por EZÍDIO BIASI REDE, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), torna público o Resultado PRELIMINAR da Fase de HABILITAÇÃO.

1. DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROJETO	NOME DO PROPONENTE	NOTA	OBSERVAÇÃO
1º	CARAVANA ILUMINADA DE NATAL	ESPAÇO ENCANTART LTDA	80	**INABILITADO** - Motivo: Não envio da Certidão Negativa de Falência/Recuperação Judicial, Certidão de Débitos Federais, Certidões de Débitos Municipais e Comprovante de Residência do representante legal, exigidos no item 14.2.2 do Edital. Documentos inseridos na aba de Pessoa Física foram desconsiderados por inadequação à natureza jurídica da inscrição.

2. DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA: Deverá ser publicado no site oficial da prefeitura de São Pedro do Paraná/PR e no Diário Oficial do Município este resultado.
3. DO PRAZO DE RECURSOS: Conforme previsto no item 15.1 do Edital, caberá recurso destinado à Comissão de Acompanhamento contra a decisão da fase de habilitação. O recurso deve ser formalizado por meio do e-mail: cultura@saopedrodoparana.pr.gov.br, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste resultado. O proponente poderá, nesta oportunidade, anexar toda a documentação pendente exigida no item 14.2.2 a fim de regularizar sua habilitação.

SÃO PEDRO DO PARANÁ, 20 DE AGOSTO DE 2026.

EZÍDIO BIASI REDE
Gestor da Cultura

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:F65E9821

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em conjunto com o Sr. Ademar Moi Zordan, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2001, torna público que estará realizando Audiência Pública nas dependências do prédio da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, no dia 21 de agosto de 2026, às 16:30 horas, para apresentação, discussão junto a população do Projeto de Lei nº 64/2026.

São Pedro do Paraná, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ADEMAR MOI ZORDAN
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:C8745D8E

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO 3° TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO PREGÃO Nº 36/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 61/2023 PMSPPR
IDEUSO Nº 2023142

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR CNPJ/MF nº 76.610.591/0001-80
Cláusula Primeira – Nos termos do Artigo nº 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 18/08/2026 à 18/08/2027.
Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 18 de agosto de 2023.
São Pedro do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:8114752F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 19h10min, reuniram-se os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, para a realização da 20ª Sessão Ordinária do ano de 2026. Verificada a existência de quórum regimental, nos termos do Regimento Interno, o Senhor Presidente JOSÉ APARECIDO BRAGA, declarou aberta a sessão, que fora transmitida ao vivo por meio das páginas oficiais da Câmara Municipal, no Facebook e no Youtube. A Mesa Executiva estava assim composta: José Aparecido Braga como Presidente, Wanderley Nobrega Monteiro Filho como Vice-Presidente; João Batista Alves da Costa, como Primeiro Secretário; e Osmar Ramalho, como Segundo Secretário. Em seguida, foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: DEVAIR CRISPIM FERREIRA, JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA, JOSÉ APARECIDO BRAGA, MARIA APARECIDA RAMALHO FERNANDES, NELSON FERREIRA DA SILVA, NEY ZACARIAS, OSMAR RAMALHO, RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI E WANDERLEY NOBREGA MONTEIRO FILHO. Dando sequência com Expediente do Dia, o Senhor Presidente solicitou que fosse feita a leitura da Ata da Sessão anterior, que após ser lida, foi colocada em votação, sendo aprovada e assinada pelos Vereadores presentes. Na sequência, procedeu-se à leitura dos ofícios e demais correspondências recebidas pelo Poder Legislativo. Logo após, deu-se início à Ordem do Dia. Foram apreciadas as Matérias em discussão única. Requerimento nº 037 e Indicação nº 071 do vereador João Batista Alves da Costa. Indicação nº 072/2026 do vereador Rafael Rocha Teixeira Ricardi, Indicações 073 e 074/2026 do vereador Wanderley Nobrega Monteiro Filho e Indicação 075/2026 do vereador Devair Crispim Ferreira. Todas as indicações foram colocadas em votação e aprovadas pelos vereadores presentes. Encerrada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra livre aos Nobres Vereadores, para agradecimentos e manifestações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os Vereadores presentes.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2025-2026

WANDERLEY N. MONTEIRO FILHO
Vice-Presidente
Biênio 2025-2026

JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA
1º Secretário
Biênio 2025-2026

OSMAR RAMALHO
2º Secretário
Biênio 2025-2026

DEVAIR CRISPIM FERREIRA
Vereador
Gestão 2025-2028

MARIA AP. RAMALHO FERNANDES
Vereadora
Gestão 2025-2028

NELSON FERREIRA DA SILVA
Vereador
Gestão 2025-2028

NEY ZACARIAS
Vereador
Gestão 2025-2028

RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI
Vereador
Gestão 2025-2028

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:D03742A3

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 226/2026

Súmula: Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS 06/2025 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº06/2025, Edital de abertura nº 18/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025 e Protocolo nº3810/2026 e Protocolo nº4386/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Processo Seletivo Simplificado – PSS 06/2025 fica convocados (a) o/a candidatos (a) aprovados (a), abaixo relacionados (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade e demais documentos apresentados para o PSS, a fim de formalizar contrato conforme o referido Edital.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados no item 11 e seus subitens do Edital nº018/2025.

Art. 3º- Os (a) candidatos (a) que não comparecerem no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

AUXILIAR DE SERVIÇOS – CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
NATALIA AP. C. DE PAULA	76	37º

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:B1AB6EB3

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 227/2026

Súmula: Exonera Assessor de Secretária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme Protocolo nº5209/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada a partir do dia 31 de agosto de 2026, a senhorita **CLARA DE OLIVEIRA PEREIRA**, portadora da carteira de identidade RG nº.14.428.996-0, CPF nº. 118.839.689-76, do cargo de **Assessor de Secretaria de Administração/Protocolo,** provimento em comissão, símbolo CC-4, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº92/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 19 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humano
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:4C4AE2D1

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 228/2026

Súmula: Exonera Chefe do Setor de Registro de Patrimônio, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme Protocolo nº 5235/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado a partir de a 31 de agosto de 2026, o senhor **JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA**, portador da carteira de identidade RG nº. 13.913.261-0, CPF nº. 109.459.359-19, ocupante do cargo de **Chefe do Setor de Registro de Patrimônio**, em comissão, símbolo CC-3, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº60/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 19 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humano
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:200B5C36

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 229/2026

Súmula: Nomeia Chefe do Setor de Registro de Patrimônio, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme Protocolo nº 5209/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada a partir de a 01 de setembro de 2026, a senhorita **CLARA DE OLIVEIRA PEREIRA**, portadora da carteira de identidade RG nº.14.428.996-0, CPF nº. 118.839.689-76, para ocupar o cargo de **Chefe do Setor de Registro de Patrimônio**, em comissão, símbolo CC-3, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 19 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humano
Decreto Nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:E966842D

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 219/2026

Súmula: Designa servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designa a partir do dia 01 de agosto de 2026, a servidora Luciane Valeria Miranda Fieramosca, Matrícula 495, função de Fonoaudiólogo 20 horas, concursada e lotada no Departamento de Saúde, para prestar serviços na Secretaria Municipal Educação usando as instalações deste referido setor para melhor atendimento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humano
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:FE137C32

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 224/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com o Processo Seletivo Simplificado nº006/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025, **o candidato abaixo relacionado, convocado foi considerado apto.**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA - CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
ANA BEATRIZ DE O. MANESCO	50	04º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 20 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:9A73A80F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO N.º 231 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulares, especialmente as conferidas pelos artigos 66, inciso VII, e 100, § 3º da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o direito à educação previsto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização, por meio da articulação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2º O Comitê tem por finalidade planejar, acompanhar, monitorar, avaliar e fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, assegurando a integração entre as ações pedagógicas, administrativas e de gestão educacional voltadas à garantia da alfabetização de todas as crianças.

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
III – analisar os resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem;
IV – propor estratégias para melhoria dos índices de alfabetização;
V – acompanhar a execução do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
VI – incentivar ações de formação continuada;
VII – promover a articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e demais instituições parceiras;
VIII – emitir recomendações técnicas;
IX – elaborar relatórios;
X – acompanhar o cumprimento das metas.

Art. 4º O Comitê será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I- Secretaria de Educação;
II- Equipe Técnica da Secretaria de Educação;
III- Articulação Municipal da Política de Alfabetização;
IV- Direções das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
V- Coordenações pedagógicas das unidades escolares;
VI- Professores das turmas de Pré escolar V – Educação Infantil, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de Educação;
VII- Representante da Educação Infantil;
VIII- Outros profissionais ou instituições convidadas, sempre que a pauta justificar sua participação.

Parágrafo único. Cada segmento será representado por 01 (um) membro titular.

Art. 5º Os membros do Comitê serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º O Comitê terá mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por igual período.

Art. 7º O Comitê será coordenado pela Secretária Municipal de Educação.

Art. 8º O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente quando convocado.

Art. 9º As reuniões serão registradas em ata.

Art. 10 A participação constitui serviço público relevante e não será remunerada.

Art.11 A Secretaria Municipal de Educação prestará apoio técnico e administrativo.

Art.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 20 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:0E6BF563

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N° 118/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: LUC SERVICE EIRELI

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de materiais de consumo e utensílios domésticos para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de São Sebastião da Amoreira.

Valor: R$ 18.861,27(dezoito mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:CFACDB14

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N° 119/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: FX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de materiais de consumo e utensílios domésticos para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de São Sebastião da Amoreira.

Valor: R$ 2.104,80(dois mil cento e quatro reais e oitenta centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:182C5F31

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N° 120/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: R$ 10.626,40(dez mil seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de materiais de consumo e utensílios domésticos para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de São Sebastião da Amoreira.

Valor: R$ 10.626,40(dez mil seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:22C5EABA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N° 121/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de materiais de consumo e utensílios domésticos para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de São Sebastião da Amoreira.

Valor: R$ 13.968,50(treze mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:A20A6034

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 93/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 18/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: RINAMED COM DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para desenvolver atividades físicas com o público assistido pela Política Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte reais).

Vigência: A contratação terá vigência até 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:BF9B579A

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 94/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 18/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: ELM EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para desenvolver atividades físicas com o público assistido pela Política Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R$ 5.708,14 (cinco mil setecentos e oito reais e quatorze centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até 20/08/2026.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:549E8855

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 95/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 18/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: STUDIO AGILE LTDA

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para desenvolver atividades físicas com o público assistido pela Política Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R$ 6.977,20 (seis mil novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:DBB4B21E

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 96/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 18/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: Melim Comercial Ltda – Me.

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para desenvolver atividades físicas com o público assistido pela Política Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais).

Vigência: A contratação terá vigência até 20/08/2027

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:C96AF09A

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 97/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 18/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: SC COMERCIAL EIRELI

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para desenvolver atividades físicas com o público assistido pela Política Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R$ 3.288,00 (três mil duzentos e oitenta e oito reais).

Vigência: A contratação terá vigência até 20/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:52923AEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2026

AVISO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2026

CONTRATANTE: Município de Sapopema, Estado do Paraná, com sede à Rua Av. Manoel Ribas, 818, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o sr. Paulo Maximiano de Souza Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 01.960.1158-02 e do CPF/MF nº 769.681.549-00, e

CONTRATADA: TELAS DE ALMBRADO MARINGA LTDA – EPP

CNPJ: 00.147.794/0001-10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA INSTALAÇÃO DE CERCAMENTO TIPO ALAMBRADO COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO E MURETA NO GINÁSIO E ESTÁDIO MUNICIPAL, CONFORME DELIBERAÇÃO Nº 01/2025 DO CONSELHO ESTADUAL DO ESPORTE

VALOR: R$ 198.399,86 (cento e noventa e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (centos e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 8 (oito) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

Sapopema/PR, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FD1E0C5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0010/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV.BR Nº 929307-02/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA DE SISTEMA DE AERAÇÃO COMPOSTO POR 07 (SETE) AERADORES SUPERFICIAIS DO TIPO ESCOVA DE BAIXA ROTAÇÃO, DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) SUL DO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR

Recebimento das propostas e documentos de habilitação: Até às 08h59min do dia 09 de setembro de 2026.

Data e horário da abertura da sessão: dia 09 de setembro de 2026, às 09h00.

LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

Para obter o EDITAL e anexos, os interessados poderão fazer o *download* do material nos endereços eletrônicos www.aguasdesarandi.com.br/licitacao, ou www.gov.br/compras, ou https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/4/ ou solicitá-los através do e-mail licitacao@aguasdesarandi.com.br, onde receberão um *link* para baixar o material, ou ainda dirigir-se à Divisão de Compras e Licitações da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA, na Avenida Londrina, n.º 1764, Jardim Independência, Sarandi-PR, munidos de mídia eletrônica *pen drive* para cópia do edital e anexos. As informações complementares poderão ser obtidas através do e-mail pregoeiro1aguasdesarandi@gmail.com, ou pelo telefone (44) 3264-4870.

Sarandi, 20 de agosto de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor-Geral
Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:56703C90

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0009/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV.BR Nº 929307-01/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL
Recebimento das propostas e documentos de habilitação: Até às 08h59min do dia 03 de setembro de 2026.

Data e horário da abertura da sessão: dia 03 de setembro de 2026, às 09h00.

LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

Para obter o EDITAL e anexos, os interessados poderão fazer o *download* do material nos endereços eletrônicos www.aguasdesarandi.com.br/licitacao, ou www.gov.br/compras, ou https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/4/ ou solicitá-los através do e-mail licitacao@aguasdesarandi.com.br, onde receberão um *link* para baixar o material, ou ainda dirigir-se à Divisão de Compras e Licitações da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA, na Avenida Londrina, n.º 1764, Jardim Independência, Sarandi-PR, munidos de mídia eletrônica *pen drive* para cópia do edital e anexos. As informações complementares poderão ser obtidas através do e-mail pregoeiro2aguasdesarandi@gmail.com, ou pelo telefone (44) 3264-4870.

Sarandi, 20 de agosto de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor-Geral
Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Luiza Emi Oyama Yamashiro
Código Identificador:AD6C9B0C

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9-0003/2026 – PRESERV

OBJETO: Contratação de empresa para Cessão de Licença de Uso de Software de Produtividade e Colaboração (Microsoft 365 E3, com Microsoft Teams), visando atender às necessidades administrativas e operacionais desta Autarquia, com suporte técnico e atualizações inclusas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.

RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: ATÉ ÀS 07:59H DO DIA 28 (VINTE E OITO) DE AGOSTO DE 2026.

ETAPA DE LANCES: DAS 08:00H ÀS 14:00H DO DIA 28 (VINTE E OITO) DE AGOSTO DE 2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL: HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PR-BR - COMPRASNET - UASG:929269

O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE https://www.preserv.pr.gov.br/ - PORTAL TRANSPARÊNCIA - https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/2/ - FONE/ WHATSAPP (44) 3032-6400 – E-MAIL: preserv@sarandi.pr.gov.br / licitacao@preserv.pr.gov.br

Sarandi-PR, 20 de agosto de 2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do PRESERV

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:611BD8F7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DA DE 15/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Agente de Contratações, resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Dispensa Eletrônica
Edital nº	15/ 2026
Processo Administrativo nº	139/2026
Objeto	Aquisição pela Secretaria Municipal de Educação, de bonés personalizados para o Desfile Cívico em comemoração ao aniversário do Município de Sarandi/PR - Anexo 1580

Em favor da(o):
Fornecedor: ELO CONFECCOES LTDA- CNPJ: 67.541.914/0001-30
Valor Total Homologado: R$ 22.389,00

Sarandi, 18 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:B176108C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DA DE 16/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Agente de Contratações, resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Dispensa Eletrônica
Edital nº	16/ 2026 Contratação: 22/2026
Processo Administrativo nº	96/2026
Objeto	Aquisição de produtos químicos e materiais destinados ao tratamento, higienização, controle da qualidade da água e manutenção da piscina pública da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Sarandi/PR Minuta 3/2026

Em favor da(o):

Fornecedor: 65.668.789 JEAN CARLOS YUKIO HOKAZONO- CNPJ: 65.668.789/0001-07 Valor Total Homologado: R$ 2.038,50

Fornecedor: 67.963.338 LUCAS RODRIGUES DE CARVALHO NOGUEIRA- CNPJ: 67.963.338/0001-10 Valor Total Homologado: R$ 270,00
Fornecedor: GWL NEGOCIOS LTDA- CNPJ: 64.318.724/0001-60 Valor Total Homologado: R$ 1.723,95
Fornecedor: SANITOP COMERCIAL LTDA- CNPJ: 53.710.803/0001-04 Valor Total Homologado: R$ 5.532,00

Sarandi, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:F93C79E6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES HOMOLOGAÇÃO DO PE 38/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	38/ 2026
Processo Administrativo nº	92/ 2026
Objeto	Registro de Preços para contratação de serviços com emissão de laudos para posterior poda ou remoção de árvores, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
Fornecedor: CJL SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA- CNPJ: 13.776.079/0001-99 Valor Total Homologado: R$ 70.200,00

Sarandi, 18 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:462CE14D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES PORTARIA Nº 2504/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Registro de preços para futura e eventual aquisição de hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias do Municipio de Sarandi/PR",** em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta**:**

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
SHEISA CYLEIA SARGI	FISCAL	EDUCAÇÃO
PRISCILA DE OLIVEIRA DA SILVA / CLEIDE ANDRADE DURAES / KELLY VIVIANE OLIVEIRA DE JESUS	FISCAL	ASSISTENCIA SOCIAL
PRISCILA ANTUNES DE OLIVEIRA	FISCAL	SEMULHER
MAYARA RIBEIRO LERCO TEIXEIRA	FISCAL	BOMBEIROS

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:63F9048B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. DISPENSA 17/2026 - EXTRATO PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 17/2026-PMS

ORIGEM:	Dispensa de Licitação – nº 17/2026
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada em ministrar cursos profissionalizantes de capacitação, correspondente à segunda etapa de execução do Programa Municipal de Qualificação e Desenvolvimento Econômico de Sarandi/PR"**
VALOR TOTAL:	**R$ 41.772,80 (quarenta e um mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).'**
BASE LEGAL:	Art. 75, inciso XV, da Lei 14.133/21.

Sarandi, 18 de agosto 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:6ACAA113

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. DISPENSA 17/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º **17/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:4D937516

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 69/2026 - EXTRATO PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 69/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 69/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DE SARANDI - ACESA**
OBJETO:	**TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SARANDI E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS, VISANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO INOVAÇÃO – FASE 2026, VOLTADO AO ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNICÍPIO**
VALOR TOTAL:	**R$ 97.259,00 (noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais)**
BASE LEGAL:	Art. 31, da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

Sarandi, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:F57386FA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 69/2026 - TERMO RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **69/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:89E411BC

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 70/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **70/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:BB262E83

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 70/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 70/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 70/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADO:	**ARIOSVALDO CORREA LEITE**
OBJETO:	**Locação de imóvel destinado a instalação e funcionamento de setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses**
VALOR TOTAL:	**R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).**
VALOR MENSAL:	**R$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso V da Lei 14.133/21

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:E9C0F2AE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 71/2026 - EXTRATO PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 71/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 71/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**CASA DA VÓ JURA LAR PARA IDOSOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Residência Terapêutica, do tipo I e II, Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (ILPI), Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com deficiência e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com deficiência, em regime de atendimento integral (24 horas), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR. Em favor de J.T.S.**
VALOR TOTAL:	**R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil, e quatrocentos reais)**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, c/c art.79, I, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:DC0E20A3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 71/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **71/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:32340651

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 72/2026 - EXTRATO PUBLICACAO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 72/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 72/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**CASA DA VÓ JURA LAR PARA IDOSOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Residência Terapêutica, do tipo I e II, Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (ILPI), Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com deficiência e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com deficiência, em regime de atendimento integral (24 horas), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR. Em favor de S.F.**
VALOR TOTAL:	**R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil, e quatrocentos reais)**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, c/c art.79, I, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:C72086ED

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 72/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **72/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:9B4F83A9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1256/2026

SÚMULA: Nomeia VERIDIANA GIMENES LOPES SAHD para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE COTAÇÃO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada **VERIDIANA GIMENES LOPES SAHD**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.º X.321.XXXX-8 e inscrita no C.P.F. n.º XXX.971.XXX-33, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE COTAÇÃO, Símbolo CC-3, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 10 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:348F009C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1287/2026

SÚMULA: EXONERA a pedido SILVANA BARROS DE OLIVEIRA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido **SILVANA BARROS DE OLIVEIRA,** portadora do C.P.F. n.º XXX.333.XXX-26, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO, Símbolo CC-4, subordinada ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 958/2026 de 05 de março de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 18 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 19 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:AC538300

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1288/2026

SÚMULA: EXONERA MAURICIO CAMARGO DOS SANTOS, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 e 441/2023.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **MAURICIO CAMARGO DOS SANTOS,** portador do C.P.F. n.º XXX.278.XXX-93, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE INFORMATICA, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 471/2025 de 04 de junho de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 10 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:62CFE090

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1289/2026

SÚMULA: Nomeia MAURICIO CAMARGO DOS SANTOS para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **MAURICIO CAMARGO DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.954.XXXX-4 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.278.XXX-93, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:A4808B5B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1290/2026

SÚMULA: Nomeia ANA PAULA DA SILVA BARBOSA para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE INFORMATICA, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005 e 441/2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada **ANA PAULA DA SILVA BARBOSA**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.º X.555.XXXX-7 e inscrita no C.P.F. n.º XXX.555.XXX-67, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE INFORMATICA, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 11 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:BA350A78

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2495/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as Leis 2860/2022, 2898/2023 e 3112/2026.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **ANDREA MARIA DE SOUZA LUCIO SOARES,** matrícula 6492, ocupante do cargo de PROFESSOR - 40 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o desempenho da função de **DIREÇÃO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL HUGO MIKAEL,** símbolo FCEDE - 3.

Art. 2º Fica concedido à servidora, conforme disposto nas Leis 2898/2023, 3112/2026 e no art. 21 da Lei 2860/2022, uma gratificação mensal de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função de Confiança.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º Revogadas disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 291/2025, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:6A7CE3F3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2499/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2860/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **MARLENE BOZZA,** matrícula 6768, ocupante do cargo de ENFERMEIRA DO PSF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para o desempenho da função de **DIREÇÃO DE UBS DA ATENÇÃO BÁSICA,** símbolo FCD - 2, na UBS Jardim das Flores.

Art. 2º Fica concedido à servidora, conforme disposto no art. 46º da Lei 2860/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função de Confiança.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de agosto de 2026.

Sarandi, 19 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:14CCC5CB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2496/2026

SÚMULA: Concede Gratificação para integrantes da Junta Medica Oficial.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Complementar 296/2014 e Decreto de Regulamentação 1049/2022,
RESOLVE:
Art. 1º -Designar os servidores para compor a Junta Médica Oficial, subordinados ao Departamento de Medicina e Saúde Ocupacional, de acordo com o disposto na Lei Complementar 296/2014 e Decreto de regulamentação 1049/2022.

ITEM	NOME	MATRICULA	CARGO
1	DANIEL LOPES AIRES	10414	MEDICO PEDIATRA
2	CAROLINE FERNANDES DE SOUZA SPINELLI	8850	MEDICO PSF
3	ALINE CARLA DE OLIVEIRA	8960	MEDICO PSF

Art. 2º - Fica concedido aos referidos servidores uma gratificação mensal de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento básico, a título de Função Gratificada.
Art. 3º- Revogadas disposições em contrário, especialmente a portaria nº 202/2025, esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Sarandi, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Andrade Florindo
Código Identificador:73B35A5C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2498/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1426/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1426/2025 de 06 de Novembro de 2025, que concedia à servidora municipal **NELY CRISTINA DOS SANTOS**, matrícula 9891, cargo de ENFERMEIRO PADRÃO, gratificação Mensal de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **DIREÇÃO DE UBS DA ATENÇÃO BÁSICA**, símbolo FCD - 2, na UBS Jardim das Flores na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de agosto de 2026.

Sarandi, 19 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:BCACEB61

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2505/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidor publico municipal, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

1º - Para fins de regularização da situação funcional junto à Divisão de Recursos Humanos, desta Municipalidade, tornar público que foi exonerado a pedido o servidor GEORGE DE SOUZA SANTANA, matrícula 9861, cargo de Auxiliar Administrativo, a partir do dia 21 de agosto de 2026.

2º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de agosto de 2026.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:D5911DB4

SECRETARIA M. DES. ECONÔMICO
PORTARIA Nº 2502/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de diárias ao servidorLeomar Cordeiro Celestino de Almeida, CPF nº 036.******-21, matrícula nº5894, ocupante do cargo de Chefe da Agência do Trabalhador de Sarandi, Portaria n.º 1952/2026, sendo concedidas 02 (duas) diárias integrais e 1/2 (meia) diária, destinadas ao custeio das despesas decorrentes da viagem, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal n° 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.
Art. 2ºO valor unitário de cada diária integral corresponde a R$ 710,00 (setecentos e dez reais), e o valor da 1/2 (meiadiária corresponde a R$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais), totalizando o montante de R$ 1.775,00 (mil setecentos e setenta e cinco reais), referente ao período de 24 a 27 de agosto do corrente ano, para participação na capacitação em “Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho”, promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTEe pelaSecretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR, destinada a servidores da Rede SINE do Estado do Paraná, a ser realizada no município de Curitiba - PR, localizado a aproximadamente 400 kmdeste Município.
Art. 3º Valor do Adiantamento: R$ 1.000,00 (mil reais), destinado à aquisição de passagens de transporte rodoviário de ida e volta.
Art. 4º Valor da inscrição do evento: Não se aplica.
Art. 5º Justifica-se a viagem a ser realizada, para a participação na capacitação do "Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho - MTE", que é de extrema relevância para conhecimentos técnicos, atualizar procedimentos operacionais e fortalecer a padronização dos atendimentos prestados pela Rede SINE. O deslocamento atende à expressa convocação do Escritório Regional do Trabalho - Maringá, para representar a unidade de Sarandi/PR na capacitação estadual. A programação abrangerá gestão, fluxos operacionais, atualizações normativas, inovação e tecnologias aplicadas às políticas do trabalho, sendo que os conhecimentos recebidos deverão ser posteriormente disseminados à equipe local. O Evento ocorrerá nos dias 25 e 26 de agostono Teatro Guairinha,localizado naRua XV de Novembro, n.º 971 - Centro, Curitiba/PR.
Art. 6ºA previsão de saída do município será no dia 24/08/2026, às 14h00,e com previsão de chegada ao município às 01h00do dia 27/08/2026.Salienta-se que o meio de transporte será ônibus rodoviário.
Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 20de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Pereira Munhoz
Código Identificador:1A07B546

SECRETARIA M. DES. ECONÔMICO
PORTARIA Nº 2503/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de diárias à servidora Ruana Caroline da Silva, CPF nº 086.******-93, matrícula nº 9116, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, sendo concedidas 02 (duas) diárias

integrais e 1/2 (meia) diária, destinadas ao custeio das despesas decorrentes da viagem, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.
Art. 2ºO valor unitário de cada diária integral corresponde a R$ 710,00 (setecentos e dez reais), e o valor da 1/2 (meia) diária corresponde a R$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais), totalizando o montante de R$ 1.775,00 (mil setecentos e setenta e cinco reais), referente ao período de 24 a 27 de agosto do corrente ano, para participação na capacitação em "Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho", promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR, destinada a servidores da Rede SINE do Estado do Paraná, a ser realizada no município de Curitiba - PR, localizado a aproximadamente 400 km deste Município.
Art. 3º Valor do Adiantamento: R$ 1.000,00 (mil reais), destinado à aquisição de passagens de transporte rodoviário de ida e volta.
Art. 4º Valor da inscrição do evento: Não se aplica.
Art. 5º Justifica-se a viagem a ser realizada, para a participação na capacitação do "Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho - MTE", que é de extrema relevância para conhecimentos técnicos, atualizar procedimentos operacionais e fortalecer a padronização dos atendimentos prestados pela Rede SINE. O deslocamento atende à expressa convocação do Escritório Regional do Trabalho - Maringá. A programação abrangerá gestão, fluxos operacionais, atualizações normativas, inovação e tecnologias aplicadas às políticas do trabalho, sendo que os conhecimentos recebidos deverão ser posteriormente disseminados à equipe local. O Evento ocorrerá nos dias 25 e 26 de agosto no Teatro Guairinha, localizado na Rua XV de Novembro, n.º 971 - Centro, Curitiba/PR.
Art. 6ºA previsão de saída do município será no dia 24/08/2026, às 14h00, e com previsão de chegada ao município às 01h00 do dia 27/08/2026. Salienta-se que o meio de transporte será ônibus rodoviário.
Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 20de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Pereira Munhoz
Código Identificador:FED2FFB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA n.º 07/2026

Prezado (a) senhor(a),

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente - CMDCA do Município de Sarandi, Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem CONVOCÁ-LO para participar da Reunião deste Conselho. Segue abaixo as informações pertinentes à reunião supracitada:

Pauta 01: Justificativas de ausência;

Pauta 02: Leitura e aprovação da Ata CMDCA n.º 04/2026, 05/2026 e 06/2026;

Pauta 03: Apresentação e Deliberação do Regimento Interno Conselho Tutelar;

Pauta 04: Apresentação sobre a organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2026;

Pauta 05: Apresentação e Deliberação LOA - Criança e Adolescente das secretarias municipais da: Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Econômico, Saúde, SECULT e SESP;

Pauta 06: Relato da visita na Reunião da RIPS em Maringá/PR em 19/08/2026 - CMDCA - Mirian e CMAS - Maria Auxiliadora;

Pauta 07: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS n.º 749/2026 sobre a proposta de readequação orçamentária envolvendo dotações da Unidade Orçamentária 08.002 – lotada no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Pauta 08: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS n.º 422/2026 sobre o Plano de Providências do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV da área da criança e do Adolescente;

Pauta 09: Apresentação e Deliberação do Ofício PROMEC n.º 122/2026 aprovação do Projeto de Aprendizagem Assistente Administrativo;

Data: 25/08/2026 às 08:30 horas
Local: https://meet.google.com/dhi-ufes-fuh

LUCINEIRE AP. MONTINI DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:2C8F76E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA ACERCA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025, QUE ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE PEDAGÓGICA DE ASSESSORIA DE NÚCLEO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 101/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 108/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: CIÊNCIA ACERCA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025, QUE ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE PEDAGÓGICA DE ASSESSORIA DE NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 101 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 108/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025 – SMED.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: CIÊNCIA ACERCA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025, QUE ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE PEDAGÓGICA DE ASSESSORIA DE NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 -

CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 205, 206 e 208, que dispõem sobre a Educação, estabelecendo princípios e garantindo direitos;

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);

Considerando a Orientação nº 04/2023 – CMES, que atualiza e delibera sobre as normas para a Organização Escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período letivo das Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;

Considerando a Lei n o 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, cria o Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES) e dá outras providências;

Considerando Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que delibera sobre as normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr.;

Considerando a Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, normas para a criação, credenciamento de instituições, autorização e renovação de autorização de funcionamento, verificações, cessação de atividades escolares, supervisão e avaliação, matrícula de ingresso e por transferência; aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, adaptação de estudos, revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos de ensino regular e em suas diferentes modalidades, e da proposta pedagógica, referentes às instituições de ensino da educação básica, do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;

Considerando a Deliberação 02/2025 – CMES, que delibera sobre os procedimentos para efetivação das matrículas, rematrículas, direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi/PR;

Considerando a Deliberação nº 01/2026 – CMES/PR/CP, delibera sobre os procedimentos para registro em documentos escolares da Classificação e Reclassificação no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA); da reclassificação da educação especial; da Revalidação e Equivalência de estudos realizados;

Considerando Instrução Normativa no 02/2018 - CMES, que institui critérios para solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado;

Considerando Instrução Normativa no 02/2021 - CMES/CP, que instrui a definição de normas e critérios para preenchimento do Livro Registro de Classe Online (LRCOM) e do Livro Registro de Classe (LRC) das instituições de ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, estado do Paraná;

Considerando A Resolução GS/SEED no 3.285/2023, que estabelece as metas educacionais e descreve os indicadores para apuração do Índice de Qualidade da Educação Paranaense — IQEP: Art. 2 0 Os indicadores que compõem o algoritmo para o Cálculo do IQEP ficam definidos conforme segue: I - Indicador de Ensino (IE) - avanços de aprendizagem e progressão dos estudantes no Ensino Fundamental; II Indicador de Alfabetização (ALF) - avanços de aprendizagem na série/etapa de alfabetização; III - Indicador de Educação Integral (INT) - ampliação de matrículas em tempo integral; IV - Fator Social (FS) - Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) total da rede municipal em relação à média do INSE estadual;

Considerando O Decreto Federal no 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, cujo objetivo é alfabetizar 100% das crianças ao fim do 20 ano do fundamental;

Considerando O Decreto Federal no 12.391/202, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;

Considerando A Lei no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, garantindo a privacidade e a segurança das informações no âmbito da rede municipal de ensino.

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, considerando a necessidade de estabelecer as atribuições da equipe pedagógica de assessoria de núcleo de acompanhamento das unidades educacionais; para crianças e/ou estudantes das unidades educacionais da rede pública municipal de Ensino de Sarandi, elaborou a Instrução Normativa nº 01/2025 – SMED. Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi - CMES, para ciência**,** acerca da publicação e dos procedimentos estabelecidos pela referida Instrução Normativa.

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 01/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento apresenta orientações e atribuições relacionadas à atuação da Equipe Pedagógica de Assessoria do Núcleo de Acompanhamento das Unidades Educacionais, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi/PR. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 01/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições relativos às atribuições da Equipe Pedagógica de Assessoria do Núcleo de Acompanhamento das Unidades Educacionais. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026 – CMES, realizada no dia 7 de agosto 2026, aprova o Parecer de Ciência, resultante da verificação de ciência da Instrução Normativa Nº 01/2025 – SMED, de acordo com a ATA nº 06/2026 da Reunião Ordinária. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação. Ressalta-se que a manifestação do CMES possui caráter exclusivamente informativo, limitando-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa n.º 01/2025 – SMED, não implicando aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 07 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.

Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.

Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:81F952E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA ACERCA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025 – SMED, QUE ORIENTA A ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES INTERNAS

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 102/2026

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º - Homologaro **PARECER 109/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: CIÊNCIA ACERCA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025 – SMED, QUE ORIENTA A ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES INTERNAS "AVALIA + SARANDI" E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS, EM CONSONÂNCIA COM A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE SARANDI, COM ENFOQUE NA EQUIDADE, INCLUSÃO E GARANTIA DO DITEITO Á APRENDIZAGEM.**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 102 de 20 de Agosto de 2026:

PARECER Nº 109/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025 – SMED.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: CIÊNCIA ACERCA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025 – SMED, QUE ORIENTA A ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES INTERNAS "AVALIA + SARANDI" E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS, EM CONSONÂNCIA COM A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE SARANDI, COM ENFOQUE NA EQUIDADE, INCLUSÃO E GARANTIA DO DITEITO Á APRENDIZAGEM.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei nº 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 205, 206 e 208, que dispõem sobre a Educação, estabelecendo princípios e garantindo direitos;

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);

Considerando a Lei Municipal no 1.531/2008 e a Lei Municipal no 2.014/2013, que dispõem sobre os Conselhos Escolares;

Considerando a Lei Municipal no 2.148/2015, que dispõem sobre o Plano Municipal de Educação;

Considerando a lei 13.445 de 2017 que estabelece os direitos e deveres dos estrangeiros no Brasil;

Considerando o processo avaliativo na Educação Infantil deve-se considerar a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, Lei Federal nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. O Art. 31, I, efetivamente estabelece avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, inclusive para o acesso ao ensino fundamental;

Considerando o parecer CNE/CEB nº 20/2009, que trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

Considerando que a avaliação na Educação Infantil visa buscar indícios do desenvolvimento infantil nos aspectos físico, intelectual e social. Com base nesses dados é possível identificar avanços e dificuldades das crianças e com isso, orientar o processo de tomada de decisões, no sentido de continuar no percurso planejado ou buscar novos caminhos a serem percorridos nas avaliações;

Considerando o Parecer do CME/Sarandi n o 116/2024, que estabelece as normas para a política municipal de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva no sistema municipal de ensino de Sarandi;

Considerando a Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, normas para o funcionamento do Ensino Fundamental da rede pública Municipal de Ensino de Ensino de Sarandi;

Considerando Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que delibera sobre as normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr.;

Considerando a Deliberação do CME/Sarandi no 02/2018, que trata das normas para a solicitação de professores para apoio especializado no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.

Considerando a Organização Curricular de Sarandi: um compromisso com o direito ao conhecimento, homologada em 2021, conforme a Base Nacional Comum Curricular — BNCC;

Considerando a Resolução GS/SEED no 3.285/2023, que estabelece as metas educacionais e descreve os indicadores para apuração do índice de Qualidade da Educação Paranaense — IQEP;

Considerando o Decreto Federal no 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

Considerando a Instrução Normativa n o 172/2022 do TCE/PR e a Nota Técnica no 13/2022 — CGF/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Considerando a Instrução Normativa 01/2025 – SMED, que estabelece as atribuições da equipe pedagógica de assessoria de núcleo de acompanhamento das unidades educacionais: para as crianças e/ou estudantes das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Sarandi.

Considerando a Lei no 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, garantindo a privacidade e a segurança das informações no âmbito da rede municipal de ensino.

Considerando a necessidade de orientar sobre a elaboração e aplicação das avaliações diagnóstica e formativa, assim como, as externas para as crianças elou estudantes das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Sarandi-PR.

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, considerando a necessidade de orientar a aplicação das avaliações internas "Avalia + Sarandi" e das avaliações externas, em consonância com a Organização Curricular de Sarandi, bem como de assegurar a equidade, a justiça social e a qualidade do processo avaliativo, elaborou a Instrução Normativa nº 02/2025 – SMED.

A referida Instrução Normativa estabelece orientações e procedimentos para a elaboração, aplicação, acompanhamento e utilização dos resultados das avaliações, considerando a diversidade dos estudantes atendidos pela Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi-PR, incluindo crianças e adolescentes imigrantes, estudantes da Educação Especial, estudantes em Atendimento Domiciliar, da Educação de Jovens e Adultos – EJA e da Educação Infantil, assegurando práticas avaliativas inclusivas, equitativas e comprometidas com o respeito às diferenças e com a garantia do direito à aprendizagem.

Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi no desenvolvimento das ações avaliativas, de modo a promover uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente justa.

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 02/2025 –

SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento apresenta orientações à aplicação das avaliações internas "Avalia + Sarandi" e das avaliações externas, em consonância com a Organização Curricular de Sarandi, garantindo a equidade, a justiça social no processo avaliativo, considerando a diversidade dos estudantes, incluindo crianças, adolescentes imigrantes, estudantes da Educação Especial e Atendimento Domiciliar, Educação de Jovens Adultos e Educação Infantil assegurando uma educação de qualidade que respeite as diferenças e promova a inclusão em todas as unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Sarandi-Pr.
Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 02/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições sobre as orientações para aplicação das avaliações internas "Avalia + Sarandi" e das avaliações externas, em consonância com a Organização Curricular de Sarandi, bem como de assegurar a equidade, a justiça social e a qualidade do processo avaliativo.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa nº 02/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026 – CMES, realizada no dia 7 de agosto 2026, aprova o Parecer de Ciência, resultante da verificação de ciência da Instrução Normativa Nº 02/2025 – SMED, de acordo com a ATA nº 06/2026 da Reunião Ordinária. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação. Ressalta-se que a manifestação do CMES possui caráter exclusivamente informativo, limitando-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 02/2025 – SMED, não implicando aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:8DD3F83B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "10 MINUTOS DE MOVIMENTO – SARANDI EM AÇÃO"

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 106/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 113/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "10 MINUTOS DE MOVIMENTO – SARANDI EM AÇÃO" NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 106 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 113/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "10 MINUTOS DE MOVIMENTO – SARANDI EM AÇÃO" NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando a importância da atividade física regular no desenvolvimento integral de crianças/estudantes e a Educação de Jovens e Adultos EJA, contribuindo para a saúde física, mental, emocional e social;
Considerando que ações simples e consistentes de movimentação diária promovem a prevenção de doenças, o fortalecimento da autoestima, a socialização, o combate ao sedentarismo e a melhoria da qualidade de vida de todos os integrantes da comunidade escolar;
Considerando a necessidade de inserir práticas corporais e de movimentação na rotina escolar como forma de promoção da saúde e de prevenção de problemas relacionados à saúde física e mental de todas as crianças/estudantes das etapas e modalidades de ensino, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e a Educação de Jovens e Adultos — EJA;
Considerando as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular — BNCC, que prevê o desenvolvimento das competências socioemocionais, motoras, cognitivas e corporais, como parte essencial da formação integral dos estudantes na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na EJA;
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS da Agenda 2030 da ONU, em especial: ODS 3 — Saúde e Bem-Estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e ODS 4 — Educação de Qualidade: assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
Considerando o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (Lei Federal no 9.394/1996), que estabelece que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, considerando as diferentes etapas e modalidades da educação básica, incluindo a EJA;
Considerando o compromisso da Rede Municipal de Ensino de Sarandi com o desenvolvimento pleno de seus estudantes e com a

promoção de ambientes escolares saudáveis, inclusivos, acolhedores e socialmente justos.

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar a implementação do Projeto "10 minutos de Movimento – Sarandi em ação" nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de Sarandi, elaborou a Instrução Normativa 07/2025 – SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de promover a implementação sistemática de atividades físicas e de movimento no cotidiano escolar, contribuindo para a promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento integral dos estudantes.
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 07/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi, a fim de promover a implementação sistemática de atividades físicas e de movimento no cotidiano escolar, contribuindo para a promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento integral dos estudantes. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 07/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições sobre as diretrizes e os procedimentos para a implementação do Projeto "10 minutos de Movimento – Sarandi em ação" nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de Sarandi. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 07/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.
PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência, acerca da Instrução Normativa Nº 07/2025 – SMED, conforme consta na ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação, limitando-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 07/2025 – SMED, não implicando aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:1E5F4622

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS PEDAGÓGICAS POR TURMA/ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 115/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 122/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS PEDAGÓGICAS POR TURMA/ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 115 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 122/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS PEDAGÓGICAS POR TURMA/ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando o artigo 205 da Constituição Federal, que garante o direito à educação como meio de pleno desenvolvimento da pessoa;
Considerando a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, que assegura o direito de aprender a ler e escrever com sentido e autoria, de forma integrada aos campos do conhecimento;
Considerando os princípios de equidade e melhoria da aprendizagem promovidos pelo mecanismo de financiamento educacional por meio do Valor Aluno/Ano por Resultados — VAAR, vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica — FUNDEB;
Considerando os critérios estabelecidos para distribuição da cota-parte do ICMS- Educação, com base em indicadores de aprendizagem e equidade, que dependem de práticas de gestão escolar articuladas com resultados educacionais;
Considerando a Portaria nº 1.774, de 10 de setembro de 2023, que institui a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização — Renalfa, vinculada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
Considerando o Plano Nacional de Educação — Lei n o 13.005/2014;

Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal, que prevê o regime de colaboração entre União, estados e municípios;
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em especial o ODS 4, que visa garantir educação de qualidade, inclusiva e equitativa;
Considerando a necessidade de monitoramento sistematizado, intervenções pedagógicas assertivas e organização por metas anuais;
Considerando os Decretos Municipais e Instruções Normativas que compõem o marco regulatório da política municipal de alfabetização e leitura, a saber:
Decreto Municipal n o 389/2025 que institui o projeto "15 minutos com a leitura Sarandi lê!"'
Instrução Normativa no 006/2025 — SMED, que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para a implementação e o desenvolvimento do projeto "15 Minutos com a Leitura - Sarandi Lê!" na Rede Municipal de Ensino de Sarandi. Decreto Municipal nº 296/2025 que institui o Programa Alfabetiza Sarandi;
Instrução Normativa no 004/2025, que estabelece as diretrizes básicas do Programa Alfabetiza Sarandi e orienta quanto aos critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças elou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi; Decreto Municipal no 513/2025, que institui a "Parada Pedagógica por Turma; Instrução Normativa nº 11/2025 - SMED/Sarandi, que dispõe sobre a organização e a realização da Parada Pedagógica por Turma na Rede Municipal de Ensino de Sarandi, conforme Parecer do Conselho Municipal de Educação n o 95/2025, e dá outras providências.
Considerando, por fim, a centralidade do Projeto Político-Pedagógico PPP como instrumento norteador das práticas escolares e a necessidade de assegurar que a organização de objetivos e metas pedagógicas por turma/ano esteja articulada ao currículo, garantindo a integração e a interdisciplinar no processo ensino e aprendizagem;

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de estabelecer diretrizes para a organização de objetivos e metas pedagógicas por turma/ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, elaborou a Instrução Normativa nº 18/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade organizar o acompanhamento sistemático dos objetivos e metas pedagógicas por turma/ano, subsidiar o planejamento e a intervenção pedagógica, acompanhar os resultados de aprendizagem e promover ações voltadas à melhoria do desempenho dos estudantes, em consonância com o Projeto Político Pedagógico, o currículo e as diretrizes educacionais vigentes.

ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 18/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece diretrizes e procedimentos para a organização de objetivos e metas pedagógicas por turma/ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, visando ao acompanhamento sistemático da aprendizagem, ao planejamento das ações pedagógicas, à identificação das necessidades educacionais dos estudantes e a definição de estratégias de intervenção, em articulação com o Projeto Político Pedagógico e com os demais instrumentos de planejamento e avaliação da unidade educacional. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.
Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 18/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para a organização de objetivos e metas pedagógicas por turma/ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 18/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 18/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 18/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação

Sarandi-Pr., 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:1F9344D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A REALIZAÇÃO DA PARADA PEDAGÓGICA POR TURMA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 109/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 116/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A REALIZAÇÃO DA PARADA PEDAGÓGICA POR TURMA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, CONFORME O PARECER Nº 95/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, O DECRETO MUNICIPAL Nº 513/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 109 de 20 de Agosto de 2026:

PARECER Nº 116/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A REALIZAÇÃO DA PARADA PEDAGÓGICA POR TURMA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, CONFORME O PARECER Nº 95/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, O DECRETO MUNICIPAL Nº 513/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando o artigo 205 da constituição federal de 1988, que define a educação como direito de todos e dever do estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
Considerando a lei de diretrizes e bases da educação nacional lei no 9.394/1996, que assegura a organização da educação escolar em regimes de colaboração e a gestão democrática do ensino público;
Considerando os princípios de equidade e melhoria da aprendizagem promovidos pelo mecanismo de financiamento educacional por meio do valor aluno/ano por resultados - Vaar, vinculado ao fundo de manutenção e desenvolvimento da educação Básica – Fundeb;
Considerando os critérios estabelecidos para distribuição da cota-parte do ICMS-Educação, com base em indicadores de aprendizagem e equidade, que dependem de práticas de gestão escolar articuladas com resultados educacionais;
Considerando a portaria no 1 .774, de 1º de setembro de 2023, que institui a rede nacional de articulação de gestão, formação e mobilização — Renalfa, vinculada ao compromisso nacional criança alfabetizada, a qual tem por objetivo fortalecer a capacidade institucional dos sistemas de ensino municipais e estaduais para a implementação de políticas de alfabetização, por meio de ações integradas de formação e desenvolvimento profissional de gestores, coordenadores pedagógicos e professores que atuam no ciclo da alfabetização.
Considerando o parecer no 095/2025 do conselho municipal de educação e o decreto no 513/2025 que institui a parada pedagógica por turma na rede municipal de ensino de Sarandi, conforme necessidade identificada pela equipe pedagógica da unidade e com autorização expressa da secretaria municipal de educação;
Considerando a necessidade de garantir espaços sistemáticos de análise pedagógica e tomada de decisão colaborativa sobre os processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento;
Considerando o compromisso com a melhoria dos índices de aprendizagem, a equidade educacional e a valorização da escuta docente;
Considerando os princípios da gestão democrática, da avaliação formativa e da corresponsabilidade na trajetória escolar dos(as) estudantes;
Considerando as Instruções Normativas - SMED nº 01/2025 (assessoramento pedagógico), no 02/2025 Avalia + Sarandi, no 04/2025 Programa Alfabetiza Sarandi, no 05/2025 quem falta faz falta, no 06/2025 Projeto 15 minutos com a Leitura e no 08/2025 uso pedagógico dos televisores escolares;

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar a organização e a realização da Parada Pedagógica por turma na rede municipal de ensino de Sarandi, conforme Parecer nº 95/2025 do Conselho Municipal de Educação e o Decreto Municipal nº 513/2025, elaborou a Instrução Normativa nº 11/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade organizar, normatizar e orientar a realização da Parada Pedagógica por turma, garantindo o planejamento coletivo das ações pedagógicas, a formação continuada dos profissionais da educação, a reflexão sobre as práticas educativas e o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, em consonância com as necessidades de cada unidade educacional e com as diretrizes da política educacional municipal.
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 11/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece diretrizes e procedimentos para a organização e a realização da Parada Pedagógica por turma na Rede Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância como o Parecer nº 95/2025 do Conselho Municipal de Educação e o Decreto Municipal nº 513/2025, contemplando aspectos relacionados ao planejamento coletivo, à formação continuada dos profissionais da educação, à análise das práticas pedagógicas e ao fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 11/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos relacionados a organização e a realização da Parada Pedagógica por turma na Rede Municipal de Ensino de Sarandi. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 11/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 11/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 11/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:9AA1EB7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI,

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 118/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 125/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), DECRETO Nº 12.391, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025, E AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS Nº 02/2025, Nº 04/2025, Nº 06/2025, Nº 11/2025, Nº 12/2025 E Nº 18/2025 DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 118 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 125/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21/2025 – SMED.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), DECRETO Nº 12.391, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025, E AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS Nº 02/2025, Nº 04/2025, Nº 06/2025, Nº 11/2025, Nº 12/2025 E Nº 18/2025 DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Constituição Federal de 1988, que garante o direito à educação como dever do Estado e direito de todos, com vistas à igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem (arts. 205, 206, 208);
Considerando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, especialmente no que tange à garantia do direito à aprendizagem e à progressão dos estudantes;
Considerando o Decreto Federal nº 12.391/2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, com cooperação entre União, Estados e Municípios, diretrizes pautadas na BNCC e Saeb, e mecanismos de diagnóstico, reorganização curricular e apoio técnico-financeiro para enfrentar defasagens na aprendizagem;
Considerando as Instruções Normativas nº 02/2025, nº 04/2025, nº 06/2025, nº 11/2025, nº 12/2025 e no 18/2025, que orientam procedimentos pedagógicos, avaliação e acompanhamento das aprendizagens da rede municipal de ensino de Sarandi;
Considerando o Decreto Municipal nº 296/2025, que institui o Programa "Alfabetiza Sarandi", com foco no letramento e alfabetização nas séries iniciais, fundamentado na Constituição Federal, LDB, ECA, Decreto Federal n º11.556/2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada), e no Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;
Considerando o Plano Municipal de Educação de Sarandi, Lei nº 2.148/2015;
Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a recomposição das aprendizagens dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Sarandi, garantindo o cumprimento da carga horária mínima e a qualidade do ensino;
RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de dispor sobre a Recomposição de Aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Sarandi, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, e as instruções normativas nº 02/2025, nº 04/2025, nº 06/2025, nº 11/2025, nº 12/2025 e nº 18/2025 da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, elaborou a Instrução Normativa nº 21/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e os procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi quanto às ações de recomposição das aprendizagens.

ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação - CMES restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 21/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED. Verifica-se que o documento estabelece diretrizes e procedimentos para a implementação da política de Recomposição de Aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, em conformidade com a legislação educacional e com as demais normativas municipais relacionadas ao acompanhamento e à aprendizagem dos estudantes. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.
Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 21/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para que regulamentam sobre a Recomposição de Aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, em conformidade com a legislação educacional vigente e com as demais normativas municipais pertinentes. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 21/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência, acerca da Instrução Normativa nº 21/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 21/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:E93B332B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 113/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 120/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR, COMO EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 113 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 120/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR, COMO EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Constituição Federal de 1988, especialmente nos arts. 205, 206 e 227, que asseguram o direito à educação, estabelecem os princípios que regem o ensino e determinam a proteção integral de crianças e adolescentes;
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 da ONU, em especial ODS 4, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagens ao longo da vida para todos;
Considerando a Lei Federal nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas educação básica. Reconhecendo sua importância para o processo de ensino aprendizagem e para a promoção de condições que favoreçam o pleno desenvolvimento dos estudantes;
Considerando a Lei nº 9.394/1996 - Lei de diretrizes e Bases da Nacional — LDB, que orienta a Educação Nacional com base nos princípios da liberdade, equidade, solidariedade valorização da diversidade;
Considerando a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece competências essenciais à formação humana integral. À equidade e à promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada;
Considerando a regulamentação do VAAR — Valor Aluno Ano Resultado, instrumento de indução de melhoria de resultados educacionais, com foco na equidade, na qualidade da aprendizagem e gestão baseada em evidencias;
Considerando a Lei na nº 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundeb permanente, assegurando, assegurando a destinação de recursos para equipes multiprofissionais que contribuam para a melhoria do desempenho escolar e a permanência aos estudantes na escola;
Considerando OS principias da Administração pública, especialmente a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Conforme o art.- 37 da Constituição Federai;
Considerando o compromisso ético e político com justiça equidade, Inclusão e proteção integral de crianças, adolescentes e suas famílias no ambiente escolar.
Considerando a necessidade de regulamentar, de forma ciara, técnica legal, a prestação dos serviços de Psicologia e de Serviço Social na Rede Pública Municipal de Ensino, definindo suas funções, formas de atuação e articulação com a gestão escalar os profissionais da educação.

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar a atuação dos profissionais de psicologia e serviço social no âmbito da rede pública municipal de ensino de Sarandi/Pr, como equipe multiprofissional, e dá outras providências, elaborou a Instrução Normativa nº 16/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de regulamentar e orientar a atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social, enquanto equipe multiprofissional, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi/PR, estabelecendo diretrizes, atribuições e procedimentos para sua atuação junto às unidades educacionais, de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, a garantia de direitos e o fortalecimento da articulação entre escola, família e comunidade.
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 16/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes, atribuições e procedimentos para a atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social, enquanto equipe multiprofissional, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi/Pr, visando a promoção do desenvolvimento dos estudantes, à garantia de direitos, à melhoria das condições de ensino e aprendizagem a ao fortalecimento da articulação entre escola, família e sociedade. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 16/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes, atribuições e procedimentos para a atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social, enquanto equipe multiprofissional, no âmbito da Rede Municipal Pública Municipal Ensino de Sarandi/PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 16/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 16/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 16/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:06B04F1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA "QUEM FALTA, FAZ FALTA",

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 104/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 111/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA "QUEM FALTA, FAZ FALTA", VOLTADO À PREVENÇÃO E AO ENFRENTAMENTO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR E À BUSCA ATIVA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SARANDI/PR.**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 104 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 111/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA "QUEM FALTA, FAZ FALTA", VOLTADO À PREVENÇÃO E AO ENFRENTAMENTO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR E À BUSCA ATIVA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SARANDI/PR.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 205, 206, que trata do direito à educação e dos princípios que a regem;
Considerando o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece: "E dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"
Considerando A Doutrina da Proteção Integral prevê que crianças e adolescentes devem receber proteção especial em função da sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, sendo detentores de um conjunto de direitos específicos que visam assegurar-lhes plenas condições para seu desenvolvimento integral e sem violências;
Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 4º – "O Princípio da Prioridade Absoluta compreende a primazia de crianças e adolescentes em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas; e a destinação privilegiada de recursos para sua promoção e proteção";
Considerando o art. 101 da Lei Federal no 8.069/90, verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, entre outras medidas, a inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
Considerando os princípios das Intervenções Precoces e Mínimas, da Proporcionalidade e da Atualidade, segundo os quais o atendimento pelas autoridades competentes deve ocorrer assim que a situação de perigo for conhecida, conforme previsto no art. 100, parágrafo único, incisos VI, VII e VIII da Lei Federal no 8069/90
Considerando o art. 12, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com redação dada pela Lei Federal nº 15.231/2025, que estabelece a obrigação de os estabelecimentos de ensino notificarem o Conselho Tutelar acerca dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% do percentual permitido em lei;
Considerando a Lei Federal nº 14.276/21, que alterou a Lei n o 14.113/2020, a qual regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); Art. 14, Art. 26;
Considerando a Lei Complementar estadual nº 249, de 23 e agosto de 2022, que estabelece critérios para os Índices de Participação dos Municípios na cota-parte do ICMS, contemplando indicadores relacionados a educação;

Considerando o critério educacional foi inserido entre os preceitos de apuração do Índice de Participação dos Municípios na cota-parte do ICMS com õ valor mínimo de 10% e foi regulamentado de forma proporcional a indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos;
Considerando os indicadores propostos na Lei Complementar n o 249, de 23 de agosto de 2022, são eles, IDEB, Alfabetização, Educação Integral e nível socioeconômico,;
Considerando a necessidade de observar e avaliar o número de retenções por faltas na RedeMunicipal de Ensino de Sarandi,
Considerando a Lei n o 11.274/2006, que ampliou o ensino fundamental para nove anos e tornou obrigatório o ingresso de crianças nessa etapa da educação aos seis anos de idade;
Considerando a Emenda Constitucional no 59/2009, que estabeleceu o ano de 2016 como prazo para a universalização da educação básica obrigatória para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos;
Considerando a Lei n o 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) com metas relacionadas ao acesso, permanência e aprendizagem;
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente o ODS 4 — "Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos", e ODS 10 — "Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
Considerando o disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB);
Considerando os Projetos Político Pedagógicos (PPP) e os Regimentos Escolares das Unidades Educacionais — Educação Infantil (CMEIs), Escolas com Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal, no que se refere às ausências não justificadas;
Considerando a Lei Municipal no 2.666/2020, que institui o Programa de Combate à Evasão Escolar em Sarandi;
Considerando o Decreto Municipal no 388/2025, que institui o Programa "Quem falta, faz falta" no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sarandi — PR
Considerando a necessidade de orientar e estabelecer procedimentos para as Unidades Educacionais quanto aos casos de crianças e estudantes infrequentes;
Considerando a necessidade de assegurar a frequência, a permanência e o direito à aprendizagem das crianças e estudantes, mediante ações de prevenção, acompanhamento e busca ativa, visando à redução da infrequência, do abandono e da evasão escolar.

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar o Programa "Quem falta, faz Falta", voltado à prevenção, ao enfrentamento da infrequência escolar e busca ativa nas instituições de Ensino da Rede Municipal de Sarandi- PR, elaborou a Instrução Normativa 05/2025 – SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de regulamentar os procedimentos relativos ao enfrentamento da infrequência e do abandono escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sarandi, por meio da sistematização da Busca Ativa de crianças/estudantes;
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 05/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de regulamentar os procedimentos relativos ao enfrentamento da infrequência e do abandono escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sarandi, por meio da sistematização da Busca Ativa de crianças/estudantes. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.
Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 05/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições sobre regulamentar o Programa "Quem falta, faz Falta", voltado à prevenção, ao enfrentamento da infrequência escolar e a busca ativa nas instituições de Ensino da Rede Municipal de Sarandi- PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 05/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026 – CMES, realizada no dia 7 de agosto 2026, aprova o Parecer de Ciência, resultante da verificação de ciência da Instrução Normativa Nº 05/2025 – SMED, de acordo com a ATA nº 06/2026 da Reunião Ordinária. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação. Ressalta-se que a manifestação do CMES possui caráter exclusivamente informativo, limitando-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 05/2025 – SMED, não implicando aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:397E10A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "15 MINUTOS COM A LEITURA SARANDI LÊ!"

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 105/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 112/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "15 MINUTOS COM A LEITURA SARANDI LÊ!" NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 105 de 20 de Agosto de 2026:

PARECER Nº 112/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "15 MINUTOS COM A LEITURA SARANDI LÊ!" NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como direito fundamental, dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que, para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Magna, no artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;

Considerando que, como base nesses marcos constitucionais, a Lei Federal no 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe em seu artigo 9º, inciso IV, sobre a incumbência da União de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Considerando que, a referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB deixa evidente dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil: a relação entre o que é básico comum (competências e diretrizes) e o que é diverso (currículos), e o foco do currículo no desenvolvimento de competências, orientando a definição dás aprendizagens essenciais;

Considerando que em 2010, o Conselho Nacional de Educação - CNE promulgou novas Diretrizes Curriculares Nacionais DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como "a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade", conforme destaca o Parecer CNE/CEB no 7/2010;

Considerando os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas, e que nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica, ampliando as possibilidades de construção de conhecimentos e de participação autônoma na vida social;

Considerando a legislação estadual que estabelece critérios e indicadores educacionais relacionados à melhoria dos resultados de aprendizagem e à equidade na distribuição da cota-parte do ICMS;

Considerando a obrigatoriedade prevista no § 9º do art. 10 da Lei Complementar n o 249, de 23 dê agosto de 2022, que dispõe que os indicadores e critérios relativos a 10% da cota parte do ICMS dos municípios, obrigatoriamente, vinculados aos índices da educação, precisou ser fixado por Iei ordinária em até 120 (cento e vinte) dias à contar da publicação da Lei Complementar 249, de 2022;

Considerando que o critério educacional foi inserido entre os preceitos de apuração do índice de Participação dos Municípios na cota-parte do ICMS, com o valor mínimo de 10% e foi regulamentado de forma proporcional a indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos;

Considerando os indicadores propostos na Lei Complementar no 249, de 23 de agosto de 2022, são eles: índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Alfabetização, Educação Integral e nível socioeconômico dos educandos (Art. 1 0 , III);

Considerando os objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da agenda 20230 da Organização das nações Unidas, especialmente o ODS4, relacionado à educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e o ODS 10, relacionado à redução das desigualdades;

Considerando a importância do acompanhamento contínuo e individualizado das aprendizagens, com a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças e estudantes e a garantia do direito à aprendizagem;

Considerando que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, para a Etapa da Educação Infantil, estabeleceu os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças de: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que visam garantir uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral da criança, abrangendo seus aspectos sociais, emocionais, cognitivos e culturais;

Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, lançado pelo Governo Federal, tem como objetivo articular esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para garantir a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como promover a recomposição das aprendizagens das crianças matriculadas até o 5º ano. O Compromisso estabelece, entre seus princípios, a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de género; a colaboração entre os entes federativos; e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios, visando à superação das desigualdades educacionais e ao direito à aprendizagem de todas as crianças brasileiras.

Considerando as metas do Compromisso envolvem o direcionamentos dos esforços do Ministério da Educação para garantir a alfabetização na idade certa e a recomposição das aprendizagens nos anos iniciais, por meio de: Organização de um regime de colaboração e corresponsabilização entre União, Estados e Municípios; Pactuação de metas de resultado dê alfabetização, com mecanismos de monitoramento e acompanhamento; Implementação de estratégias de apoio técnico e financeiro da União, com vistas à melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas; Oferta de materiais didáticos complementares para os estudantes e materiais pedagógicos para os professores; Desenvolvimento e fortalecimento de sistemas de avaliação da alfabetização; Promoção de ações formativas e de orientações curriculares que garantam a efetividade das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização.

Considerando a importância dos espaços de leitura — como bibliotecas escolares, salas de leitura e cantinhos de leitura em sala de aula — como elementos centrais no processo de alfabetização e no estímulo à formação de leitores autônomos, críticos e sensíveis. Esses ambientes devem ser planejados como espaços acessíveis, acolhedores e ricos em diversidade de gêneros textuais, funcionando como instrumentos de mediação cultural e promoção do letramento, da criatividade e do desenvolvimento integral das crianças. Promover a leitura nesses espaços é ampliar o repertório linguístico e cultural dos estudantes, além de fortalecer o vínculo com o livro e a linguagem escrita como ferramentas de participação cidadã e justiça social,

Considerando o Decreto nº 296/2025 institui o Programa de Alfabetização e Letramento de Sarandi - ALFABETIZA SARANDI

Considerando a Instrução Normativa Nº 004/2025 que estabelece as diretrizes básicas do Programa Alfabetiza Sarandi e orienta quanto aos critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças e/ou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi.

Considerando o Decreto Nº 389/2025 que institui o projeto "'15 minutos com a leitura — Sarandi lê!" no âmbito da rede municipal de ensino de Sarandi

Considerando a necessidade de estimular a função social da leitura e da escrita, compreendendo-as como práticas que transcendem o

ambiente escolar, permeando a vida cotidiana, o trabalho, o lazer e a participação na sociedade, e a importância da utilização da leitura dos diversos gêneros textuais a todo tempo, em diferentes contextos e com diferentes propósitos, para o desenvolvimento integral das crianças/estudantes.

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar as diretrizes e procedimentos para a implementação e o desenvolvimento do projeto "15 Minutos com a Leitura Sarandi Lê!" na Rede Municipal de Ensino de Sarandi Educação, elaborou a Instrução Normativa 06/2025 – SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de organizar as diretrizes procedimentos para a implementação e o desenvolvimento do projeto "15 Minutos com a Leitura Sarandi Lê!" na Rede Municipal de Ensino de Sarandi.
II. ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 06/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.
Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 06/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições sobre as diretrizes e os procedimentos para a implementação e o desenvolvimento do projeto "15 Minutos com a Leitura Sarandi Lê!" na Rede Municipal de Ensino de Sarandi. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 06/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026 – CMES, realizada no dia 7 de agosto 2026, aprova o Parecer de Ciência, resultante da verificação de ciência da Instrução Normativa Nº 06/2025 – SMED, de acordo com a ATA nº 06/2026 da Reunião Ordinária. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação. Ressalta-se que a manifestação do CMES possui caráter exclusivamente informativo, limitando-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 06/2025 – SMED, não implicando aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:B39A13D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE DIRETRIZES E AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 108/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 115/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE DIRETRIZES E AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI/PR.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 108 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 115/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE DIRETRIZES E AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI/PR.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 205, 206 e 227, que tratam do direito à educação, dos princípios que a regem e do dever da família, da sociedade e do Estado em garantir proteção integral a crianças e adolescentes;
Considerando a Lei no 9.394/1996 (LDB), que estabelece os princípios da liberdade, tolerância, equidade e gestão democrática no ensino;
Considerando a Lei nº 13.851/2015, que institui o Programa de combate àIntimidação Sistemática (Bullying);
Considerando a Lei no 13.431/2017, que dispõe sobre o Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), que assegura a proteção integral a crianças e adolescentes;

Considerando O Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas e estratégias sobre convivência escolar e cultura de paz;
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes);
Considerando Base Nacional Comum Curricular - BNCC que orienta o desenvolvimento de competências socioemocionais e valores para convivência ética e respeitosa.
Considerando a necessidade de consolidar uma cultura de paz, respeito à diversidade, aos direitos humanos e à justiça social no ambiente escolar.
Considerando os desafios enfrentados nas unidades educacionais no que Se refere ao convívio respeitoso, à resolução pacífica de conflitos e à valorização da diversidade, torna-se urgente e necessário consolidar ações permanentes que promovam a cultura de paz no ambiente escolar;
Considerando que a escola deve ser um espaço de formação integral e que deve garantir não apenas o direito à aprendizagem, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais que favoreçam o respeito mútuo, a empatia, o diálogo e a convivência ética.
Considerando a instituição da Semana Municipal da Paz nas Escolas, a ser realizada anualmente, preferencialmente no mês de setembro em articulação com o Dia Internacional da Paz (21 de setembro).
Considerando que a semana será marcada por ações integradas nas escolas da rede municipal de ensino, como rodas de conversa, oficinas de práticas restaurativas, apresentações artísticas, exposições temáticas, mutirões solidários e momentos de escuta ativa entre estudantes, famílias e profissionais da educação,
Considerando que a prevenção ao bullying é mais do que uma estratégia de antecipação: é um compromisso ético, pedagógico e institucional com a proteção integral de crianças e adolescentes:

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar as diretrizes e ações de prevenção e enfrentamento ao bullying e outras formas de violência nas instituições de ensino da rede municipal de educação de Sarandi/pr., elaborou a Instrução Normativa nº 09/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de promover a prevenção, a identificação, o enfrentamento e a adequada intervenção diante de situações de bullying e outras formas de violência no ambiente escolar, assegurando a proteção integral dos estudantes, a promoção de uma cultura de respeito, convivência democrática e não violência, bem como a garantia de um ambiente educacional seguro, inclusivo e acolhedor.
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 09/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade estabelecer diretrizes, orientações e procedimentos para a prevenção, identificação, enfrentamento e adequada intervenção nas situações de bullying e outras formas de violência nas instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Educação de Sarandi/PR, promovendo ações articuladas de prevenção, acolhimento, orientação e acompanhamento, com vistas à proteção integral dos estudantes e à garantia de um ambiente escolar seguro, inclusivo, respeitoso e livre de violência. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 09/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo as orientações e procedimentos para a prevenção, identificação, intervenção e enfrentamento nas situações de bullying e outras formas de violência nas instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Educação de Sarandi/PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 09/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.
PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência, acerca da Instrução Normativa Nº 09/2025 – SMED, conforme consta na ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação, limita-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 09/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:184F94A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 114/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 121/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPAS CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 114 de 20 de Agosto de 2026:

PARECER Nº 121/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17/2025 – SMED.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPAS CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando a Constituição Federal de 1988, que assegura em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e em seu artigo 208, inciso IV, garante como dever do Estado a oferta da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Considerando a Lei nº 9.394/1996 – LDBEN, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando que a Educação Infantil, constitui a primeira etapa da Educação Básica, destinada às crianças de (zero) a 5 (cinco) anos, sendo obrigatória a matrícula a partir dos 4 (quatro) anos de idade, nos termos da legislação vigente;

Considerando a Deliberação nº 03/2010 - CMES, aprovada em 01/09/2011, que institui normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil;

Considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, garantindo experiências ricas e diversificadas para o desenvolvimento integral das crianças;

Considerando a Resolução CNE/CP nº 1/2024, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);

Considerando a implementação do Plano de Ações Estratégicas - PATE como instrumento de planejamento e acompanhamento das metas pactuadas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reforçando a importância da articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental para garantir a alfabetização e o letramento em Língua Portuguesa e Matemática desde as primeiras experiências escolares;

Considerando a Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, que institui a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – Renalfa, vinculada ao CNCA, com o objetivo de fortalecer a capacidade institucional dos sistemas de ensino na implementação de políticas de alfabetização;

Considerando os Decretos Municipais nº 004/2025 – Programa Alfabetiza Sarandi e nº 389/2025 – Sarandi Lê: 15 Minutos de Leitura;

Considerando a Instrução Normativa SMED nº 006/2025 – Sarandi Lê – 15 Minutos, que determina a obrigatoriedade da leitura diária nas unidades escolares da rede municipal;

Considerando a Proposta Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – 3ª Edição, revisada e ampliada, de 2021;

CONSIDERANDO a implementação do Programa Municipal “Quem Falta Faz Falta”, que visa promover a frequência escolar como direito e condição essencial ao desenvolvimento integral das crianças;

Considerando a Lei Complementar nº 27/2021 – ICMS Educação Paraná;

Considerando a Portaria Interministerial MEC/ME nº 8/2023, que regulamenta o Valor Aluno Ano por Resultados – VAAR, no âmbito do Fundeb;

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030/ONU, especialmente os ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 3 (Saúde e
Bem-estar) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis);

Considerando a importância de assegurar o direito à leitura como prática pedagógica sistemática, prazerosa e significativa no cotidiano escolar;

Considerando a necessidade de fortalecer os processos de alfabetização e letramento com foco na fluência leitora, escuta ativa, ampliação do vocabulário e desenvolvimento da oralidade;

Considerando a importância do desemparedamento da infância, do protagonismo infantil e da organização intencional dos espaços escolares como dispositivos metodológicos e de equidade na aprendizagem;

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de dispor sobre as diretrizes para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das crianças da Educação Infantil – etapas Creche e Pré-escolar – na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/Pr, com foco na leitura e escrita, consciência fonológica, linguagem matemática, psicomotricidade, pensamento computacional, jogos, brincadeiras, leitura diária, desemparedamento da infância, protagonismo infantil, organização dos espaços, e alinhamento à BNCC, ODS da agenda 2030, programa Alfabetiza Sarandi, campanha Sarandi Lê, ICMS Educação Paraná e ao valor aluno ano por resultados - VAAR, elaborou a Instrução Normativa nº 17/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de desenvolvimento das crianças da Educação Infantil nas Etapas Creche e Pré-Escolar, contemplando aspectos relacionados às interações, as brincadeiras, à linguagem oral e escrita, à consciência fonológica, à leitura, à organização dos espaços, ao desemparadamento computacional, da infância e ao protagonismo infantil, em consonância com a BNCC e com demais diretrizes educacionais aplicáveis à Educação Infantil. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, nas etapas Creche e Pré-Escolar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 17/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência

administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:7B5E6D09

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPAS CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 114/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 121/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPAS CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 114 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 121/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPAS CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Constituição Federal de 1988, que assegura em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e em seu artigo 208, inciso IV, garante como dever do Estado a oferta da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
Considerando a Lei nº 9.394/1996 – LDBEN, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Considerando que a Educação Infantil, constitui a primeira etapa da Educação Básica, destinada às crianças de (zero) a 5 (cinco) anos, sendo obrigatória a matrícula a partir dos 4 (quatro) anos de idade, nos termos da legislação vigente;
Considerando a Deliberação nº 03/2010 - CMES, aprovada em 01/09/2011, que institui normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
Considerando a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil;
Considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, garantindo experiências ricas e diversificadas para o desenvolvimento integral das crianças;
Considerando a Resolução CNE/CP nº 1/2024, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);
Considerando a implementação do Plano de Ações Estratégicas - PATE como instrumento de planejamento e acompanhamento das metas pactuadas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reforçando a importância da articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental para garantir a alfabetização e o letramento em Língua Portuguesa e Matemática desde as primeiras experiências escolares;
Considerando a Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, que institui a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – Renalfa, vinculada ao CNCA, com o objetivo de fortalecer a capacidade institucional dos sistemas de ensino na implementação de políticas de alfabetização;
Considerando os Decretos Municipais nº 004/2025 – Programa Alfabetiza Sarandi e nº 389/2025 – Sarandi Lê: 15 Minutos de Leitura;
Considerando a Instrução Normativa SMED nº 006/2025 – Sarandi Lê – 15 Minutos, que determina a obrigatoriedade da leitura diária nas unidades escolares da rede municipal;
Considerando a Proposta Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – 3ª Edição, revisada e ampliada, de 2021;
CONSIDERANDO a implementação do Programa Municipal "Quem Falta Faz Falta", que visa promover a frequência escolar como direito e condição essencial ao desenvolvimento integral das crianças;
Considerando a Lei Complementar nº 27/2021 – ICMS Educação Paraná;
Considerando a Portaria Interministerial MEC/ME nº 8/2023, que regulamenta o Valor Aluno Ano por Resultados – VAAR, no âmbito do Fundeb;
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030/ONU, especialmente os ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 3 (Saúde e
Bem-estar) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis);
Considerando a importância de assegurar o direito à leitura como prática pedagógica sistemática, prazerosa e significativa no cotidiano escolar;
Considerando a necessidade de fortalecer os processos de alfabetização e letramento com foco na fluência leitora, escuta ativa, ampliação do vocabulário e desenvolvimento da oralidade;
Considerando a importância do desemparedamento da infância, do protagonismo infantil e da organização intencional dos espaços escolares como dispositivos metodológicos e de equidade na aprendizagem;
RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de dispor

sobre as diretrizes para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das crianças da Educação Infantil – etapas Creche e Pré-escolar – na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/Pr, com foco na leitura e escrita, consciência fonológica, linguagem matemática, psicomotricidade, pensamento computacional, jogos, brincadeiras, leitura diária, desemparedamento da infância, protagonismo infantil, organização dos espaços, e alinhamento à BNCC, ODS da agenda 2030, programa Alfabetiza Sarandi, campanha Sarandi Lê, ICMS Educação Paraná e ao valor aluno ano por resultados - VAAR, elaborou a Instrução Normativa nº 17/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de desenvolvimento das crianças da Educação Infantil nas Etapas Creche e Pré-Escolar, contemplando aspectos relacionados às interações, as brincadeiras, à linguagem oral e escrita, à consciência fonológica, à leitura, à organização dos espaços, ao desemparadamento computacional, da infância e ao protagonismo infantil, em consonância com a BNCC e com demais diretrizes educacionais aplicáveis à Educação Infantil. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, nas etapas Creche e Pré-Escolar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 17/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 17/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.

Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.

Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:D66E4AAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE O ENGAJAMENTO DAS FAMÍLIAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 112/2026

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º - Homologaro **PARECER 119/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O ENGAJAMENTO DAS FAMÍLIAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 112 de 20 de Agosto de 2026:

PARECER Nº 119/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O ENGAJAMENTO DAS FAMÍLIAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;

Considerando o Compromisso Nacional criança Alfabetizada - CNCA, instituído pelo Ministério da Educação, que estabelece a alfabetização até os sete anos como prioridade nacional, promovendo a equidade e a aprendizagem efetiva;

Considerando a Portaria no 1.774, de 10 de setembro de 2023, que institui a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização — Renalfa, com
o objetivo de fortalecer a capacidade institucional dos sistemas municipais e estaduais de ensino para a implementação de políticas de alfabetização;

Considerando os critérios de distribuição do Valor Aluno/Ano por Resultados — VAAR, no âmbito do Fundeb, que incluem a fluência leitora entre os indicadores educacionais;

Considerando o ICMS-Educação como política de indução à melhoria dos indicadores de aprendizagem e equidade na educação pública municipal;

Considerando o Decreto Municipal nº 296/2025, que institui o Programa "Sarandi Lê", e a Instrução Normativa no 004/2025, como política pública permanente de incentivo à leitura;

Considerando a Instrução Normativa SMED no 006/2025 - 15 Minutos com a Leitura — Sarandi Lê";
Considerando o Parecer no 95/2025 do Conselho Municipal de Educação e o Decreto Municipal no 513/2025, que estabelecem a Parada Pedagógica por Turma como espaço formativo e de análise dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos(as) estudantes;
Considerando o Decreto no 525/2025, que dispõe sobre a implementação da ação SMED com Você na Leitura: Sarandi Lê!" nas turmas de 20 ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Sarandi;
Considerando a necessidade de ampliar e qualificar a presença da família na rotina educacional das crianças e estudantes, como forma de garantir o direito à aprendizagem, prevenir a evasão escolar e evitar o abandono intelectual;

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de estabelecer diretrizes e procedimentos para promover e fortalecer o engajamento das famílias nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/Pr, elaborou a Instrução Normativa nº 15/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi na promoção e no fortalecimento do engajamento das famílias, incentivando sua participação e corresponsabilidade no processo educativo, fortalecendo a parceria entre família e escola e contribuindo para o desenvolvimento integral e a aprendizagem dos estudantes.
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 15/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece diretrizes e procedimentos para promover e fortalecer o engajamento das famílias nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/Pr, incentivando sua participação e corresponsabilidade no processo educativo e fortalecendo a parceria entre família e escola. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 15/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos destinados a promover e fortalecer o engajamento das famílias nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/Pr. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 15/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 15/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 15/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:F5B70285

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO PARA IDENTIFICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULAS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 111/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 118/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO PARA IDENTIFICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULAS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO MATRICULADAS NO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 111 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 118/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO PARA IDENTIFICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULAS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO MATRICULADAS NO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade;

Considerando a Lei no 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, especialmente os artigos 4º,5º e 6º, que trata do acesso e da obrigatoriedade da matrícula para crianças a partir de quatro anos de idade;
Considerando o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, que estabelece na Meta 1 a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, e na Meta 2, a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos;
Considerando a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, como documento normativo que orienta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes da Educação Básica;
Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei no 8.069/1990, que assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, à matrícula e à permanência na escola;
Considerando as diretrizes do Programa Busca Ativa Escolar, como estratégia nacional de enfrentamento à exclusão escolar, promovida pelo UNICEF em articulação com municípios e estados;
Considerando os princípios e ações da Instrução Normativa SMED nº 05/2025 — "Quem Falta Faz Falta", que visa sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância da frequência escolar contínua e da permanência dos estudantes na trajetória educacional'
Considerando a responsabilidade legal do Município na oferta e garantia do acesso à educação básica obrigatória, conforme a legislação educacional vigente;

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar o processo de trabalho para identificação e efetivação de matrículas de crianças em idade escolar obrigatória não matriculadas no município de Sarandi/PR, na Educação Infantil e Ensino Fundamental - anos iniciais, elaborou a Instrução Normativa nº 13/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de estabelecer procedimentos para a identificação, busca ativa, encaminhamento e efetivação da matrícula de crianças em idade escolar obrigatória que ainda não estejam matriculadas na Educação Básica, assegurando o acesso, a permanência e a garantia do direito à educação, em conformidade com a legislação educacional vigente e com as diretrizes da política educacional do município de Sarandi/PR.
ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 13/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece diretrizes e procedimentos para a identificação e efetivação de matrículas de crianças em idade escolar obrigatória não matriculadas no município de Sarandi/PR, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 13/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos relacionados a identificação e efetivação de matrículas de crianças em idade escolar obrigatória não matriculadas no município de Sarandi/PR, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais.O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 13/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 13/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 13/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.
Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cris tiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:B0094E9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPÕE SOBRE O USO PEDAGÓGICO INTENCIONAL DOS TELEVISORES INSTALADOS NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 107/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 114/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O USO PEDAGÓGICO INTENCIONAL DOS TELEVISORES INSTALADOS NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COMO INSTRUMENTO COMPLEMENTAR E INTEGRADO ÀS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS, EM CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA ALFABETIZA SARANDI, COM O PROJETO "15 MINUTOS COM A LEITURA - SARANDI LÊ!", DEMAIS NORMATIVAS EDUCACIONAIS VIGENTES E A PREMISSA DE DESEMPAREDAR A INFÂNCIA.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 107 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 114/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O USO PEDAGÓGICO INTENCIONAL DOS TELEVISORES INSTALADOS NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI, COMO INSTRUMENTO COMPLEMENTAR E INTEGRADO ÀS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS, EM CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA ALFABETIZA SARANDI, COM O PROJETO "15 MINUTOS COM A LEITURA - SARANDI LÊ!", DEMAIS NORMATIVAS EDUCACIONAIS VIGENTES E A PREMISSA DE DESEMPAREDAR A INFÂNCIA.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. - CMES, no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná – CMES, conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerando o artigo 205 da Constituição Federal, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família sendo promovida com a colaboração da sociedade

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), especialmente seus artigos 1º, 22, 26 e 32, que tratam da formação integral do educando, do desenvolvimento de competências e da integração de meios tecnológicos como recursos didáticos e pedagógicos'

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em especial o ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 10 (redução das desigualdades);

Considerando Deliberação n o 01/2025 - CMES/PR/CP, aprovado em 10/04/2025 que delibera sobre a complementação na organização curricular de Sarandi com a inclusão do eixo Computação na Educação Básica, contemplando a Educação Infantil e Ensino Fundamental I (Anos Iniciais),

Considerando Parecer no 70 - CMES/PR/CR aprovado em 10/04/2025, que aprova a Deliberação sobre a complementação na organização curricular de Sarandi com a inclusão do eixo Computação na Educação Básica, contemplando a Educação Infantil e Ensino Fundamental I (Anos Iniciais);

Considerando o Decreto Municipal n 0269/2025, que institui o Programa Alfabetiza Sarandi, voltado ao fortalecimento das políticas públicas de alfabetização e letramento no município;

Considerando a Instrução Normativa no 004/2025, que estabelece diretrizes para o acompanhamento individualizado da aprendizagem das crianças elou estudantes das unidades da Rede Pública de Ensino de Sarandi;

Considerando o Decreto Municipal no 389/2025, que institui o Projeto "15 Minutos com a Leitura — Sarandi Lê!' como ação integrante da Política Municipal de Alfabetização e Letramento;

Considerando a relevância do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que visa garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 20 ano do Ensino Fundamental, e também promover a recuperação das aprendizagens nos anos seguintes, afetadas pela pandemia, com um enfoque na promoção da equidade educacional considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;

Considerando que na educação infantil, as interações e as brincadeiras, eixos estruturantes, promovem o desenvolvimento global, socialização e construção de conhecimentos e desempenham um papel crucial no desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Considerando a importância de uma colaboração entre os entes federativos com metas pactuadas de resultado de alfabetização, estratégias de apoio técnico e financeiro e oferta de materiais didáticos complementares para estudantes e professores, conforme o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

Considerando que a aquisição de televisores pela Secretaria Municipal de Educação visa fortalecer as práticas pedagógicas e garantir o uso educacional intencional e planejado desses equipamentos pelas unidades educacionais;

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar o uso pedagógico intencional dos televisores instalados nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Sarandi, como instrumento complementar e integrado às propostas pedagógicas, em consonância com o programa Alfabetiza Sarandi, com o projeto "15 minutos com a leitura — Sarandi Lê!" e demais normativas educacionais vigentes e a premissa de desemparedar a infância, elaborou a Instrução Normativa nº 08/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com os seguintes objetivos: nortear a prática docente no planejamento de atividades que envolvam os televisores, assegurar a intencionalidade educativa; potencializar as ações de alfabetização e o hábito da leitura previstos no programa Alfabetiza Sarandi e no projeto Sarandi Lê!, evitar o uso passivo e excessivo das telas, definindo tempos máximos de exposição em consonância com a saúde infantil; preservar o direito ao desemparedamento, equilibrando o uso de tecnologias digitais com vivências ao ar livre, interações físicas e práticas lúdicas.

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 08/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de orientar o uso pedagógico intencional dos televisores instalados nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Sarandi, como instrumento complementar e integrado às propostas pedagógicas, em consonância com o programa Alfabetiza Sarandi, com o projeto "15 minutos com a leitura — Sarandi Lê!" e demais normativas educacionais vigentes e a premissa de desemparedar a infância. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 08/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições sobre as diretrizes e os procedimentos para o uso pedagógico intencional/dos televisores instalados nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Sarandi, como instrumento complementar e integrado às propostas pedagógicas, em consonância com o programa Alfabetiza Sarandi, com o projeto "15 minutos com a leitura — Sarandi Lê!". O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 08/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência, acerca da Instrução Normativa Nº 08/2025 – SMED, conforme consta na ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação, limita-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 08/2025 – SMED, não implicando sua

aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:9A9BC840

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESTABELECE AS DIRETRIZES BÁSICAS DO PROGRAMA ALFABETIZA SARANDI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 103/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 110/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: ESTABELECE AS DIRETRIZES BÁSICAS DO PROGRAMA ALFABETIZA SARANDI E ORIENTA QUANTO AOS CRITÉRIOS PARA OS REGISTROS PERIÓDICOS DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO DAS CRIANÇAS ELOU ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SARANDI.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 103 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 110/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2025 – SMED.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: ESTABELECE AS DIRETRIZES BÁSICAS DO PROGRAMA ALFABETIZA SARANDI E ORIENTA QUANTO AOS CRITÉRIOS PARA OS REGISTROS PERIÓDICOS DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO DAS CRIANÇAS ELOU ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SARANDI.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 205, 206 e 208, e 2011 que dispõem sobre a Educação, estabelecendo princípios e garantindo direitos;
Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);
Considerando a Lei Municipal no 1.531/2008 e a Lei Municipal no 2.014/2013, que dispõem sobre os Conselhos Escolares;
Considerando a Lei Municipal no 2.148/2015, que dispõem sobre o Plano Municipal de Educação;
Considerando o parecer CNE/CEB nº 20/2009, que trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
Considerando o Parecer do CME/Sarandi n o 116/2024, que estabelece as normas para a política municipal de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva no sistema municipal de ensino de Sarandi;
Considerando a Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, normas para o funcionamento do Ensino Fundamental da rede pública Municipal de Ensino de Ensino de Sarandi;
Considerando Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que delibera sobre as normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr.;
Considerando a Deliberação 01/2026 – CMES/PR/CP, que delibera sobre os procedimentos para registro em documentos escolares da Classificação e Reclassificação no Ensino Fundamental (anos Iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA); da reclassificação da educação especial; da Revalidação e Equivalência de estudos realizados no exterior; e da Regularização de Vida Escolar, no âmbito das instituições do Sistema municipal de Ensino de Sarandi-PR.;
Considerando a Deliberação 02/2023 – CMES, que delibera sobre os procedimentos para a reposição de aula, conforme calendário escolar vigente, das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.
Considerando a Deliberação 04/2023 – CMES, que atualiza e delibera sobre as normas para a Organização Escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi/PR;
Considerando a Deliberação nº 02/2025 - CMES/PR/CP, que delibera sobre os procedimentos para efetivação das matrículas, direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
Considerando a Deliberação do CME/Sarandi no 02/2018, que trata das normas para a solicitação de professores para apoio especializado no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.
Considerando a Instrução Normativa no 02/2021 - CMES/CP, que instrui a definição de normas e critérios para preenchimento do Livro Registro de Classe Online (LRCOM) e do Livro Registro de Classe (LRC) das instituições de ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, estado do Paraná;
Considerando a Resolução GS/SEED no 3.285/2023, que estabelece as metas educacionais e descreve os indicadores para apuração do índice de Qualidade da Educação Paranaense — IQEP
Considerando o Decreto Federal no 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
Considerando O Decreto Municipal n o 296/2025 de 01 de abril de 2025 publicado em 22 de abril de 2025, edição 3260 que institui o Programa Alfabetiza Sarandi;

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, considerando a necessidade de estabelecer as diretrizes básicas do Programa Alfabetiza Sarandi e orientar quanto aos critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças e/ou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi, elaborou a Instrução Normativa nº 04/2025 – SMED. Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi no desenvolvimento das ações de alfabetização, de modo a promover uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente justa.

ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 04/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de

Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes básicas do programa Alfabetiza Sarandi e orienta quanto aos critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças e/ou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 04/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo disposições sobre os critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças e/ou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 04/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária 06/2026 – CMES, realizada no dia 7 de agosto 2026, aprova o Parecer de Ciência, resultante da verificação de ciência da Instrução Normativa Nº 04/2025 – SMED, de acordo com a ATA nº 06/2026 da Reunião Ordinária. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação. Ressalta-se que a manifestação do CMES possui caráter exclusivamente informativo, limitando-se ao registro de ciência acerca da Instrução Normativa nº 04/2025 – SMED, não implicando aprovação, homologação, validação ou ratificação do referido ato administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Sarandi-Pr., 13 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:EE9D5675

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO "SMED COM VOCÊ NA LEITURA: SARANDI LÊ!" NAS TURMAS DE 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 110/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 117/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO "SMED COM VOCÊ NA LEITURA: SARANDI LÊ!" NAS TURMAS DE 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 110 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 117/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO "SMED COM VOCÊ NA LEITURA: SARANDI LÊ!" NAS TURMAS DE 20 ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei no 9.394/1996, especialmente o artigo 32, que estabelece como finalidade do Ensino Fundamental o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
Considerando a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que determina, no campo de Linguagens, que as crianças até o 2º ano estejam engajadas em práticas de leitura fluente, escuta atenta e compreensão textual;
Considerando o Plano Nacional de Educação - PNE - Lei no 13.005/2014, especialmente a Meta 5;
Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, instituído pelo Ministério da Educação;
Considerando a Portaria no 1.774, de 1 0 de setembro de 2023, que refere-se à criação da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização Renalfa, vinculada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Essa rede tem como objetivo fortalecer a capacidade institucional dos sistemas municipais e estaduais de ensino para a implementação de políticas de alfabetização, através de ações de formação e desenvolvimento profissional.
Considerando os critérios de distribuição do Valor Aluno/Ano por Resultados -VAAR, no âmbito do Fundeb, que incluem a fluência leitora entre os indicadores educacionais;
Considerando O ICMS-Educação como política de indução à melhoria dos indicadores de aprendizagem e equidade na educação pública municipal;
Considerando o Decreto Municipal no 296/2025, que institui o Programa "Sarandi Lê" e a Instrução Normativa nº 04/2025 como política pública permanente de incentivo à leitura;
Considerando a Instrução Normativa SMED nº 06/2025 — "15 Minutos com a Leitura — Sarandi Lê";
Considerando o Parecer no 095/2025 do Conselho Municipal de Educação e o Decreto Municipal no 513/2025, que estabelecem a Parada Pedagógica por Turma como espaço formativo e de análise dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos(as) estudantes;
Considerando o Decreto no 525/2025 que dispõe sobre a implementação da Ação "SMED com você na leitura: Sarandi Lê!" nas turmas de 20 ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Sarandi.

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de regulamentar sobre a implementação da ação "SMED com você na Leitura: Sarandi Lê!" nas turmas de 2º ano do ensino fundamental, elaborou a Instrução Normativa nº 12/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade de regulamentar a implementação da ação e fortalecer o processo de alfabetização e o desenvolvimento das competências leitoras dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, por meio da implementação de ações pedagógicas voltadas ao incentivo à leitura, à formação do hábito leitor, à ampliação do contato com diferentes gêneros textuais e ao desenvolvimento da compreensão e da fluência leitora, contribuindo para a garantia da aprendizagem e para o avanço dos estudantes em seu processo de alfabetização**.**

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 12/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes e procedimentos para a implementação da ação "SMED com você na Leitura: Sarandi Lê!" nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi, contemplando ações pedagógicas voltadas ao incentivo à leitura, à formação do hábito leitor, à ampliação do contato com diferentes gêneros textuais e ao desenvolvimento da compreensão e da fluência leitora. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 12/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para a implementação da ação "SMED com Você na Leitura: Sarandi Lê!" nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública municipal de Ensino de Sarandi. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 12/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência acerca da Instrução Normativa nº 12/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 12/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativo, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr., 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:50509051

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DO "PLANO DE ABANDONO" DOS PRÉDIOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 117/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 124/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: IMPLEMENTAÇÃO DO "PLANO DE ABANDONO" DOS PRÉDIOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 116 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 124/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20/2025 – SMED.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: IMPLEMENTAÇÃO DO "PLANO DE ABANDONO" DOS PRÉDIOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei Municipal nº 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi/PR, conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Município de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerando a necessidade de assegurar a integridade física, emocional e social dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
Considerando a importância de prevenir e enfrentar situações de evasão e abandono escolar, mediante ações integradas entre órgãos da administração pública municipal;
Considerando a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em promover a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, em cooperação com a comunidade escolar e demais órgãos de proteção;
Considerando o disposto no art. 6º da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito social fundamental;
Considerando o art. 205 da Constituição Federal, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;
Considerando o art. 208, inciso I, da Constituição Federal, que prevê como dever do Estado a garantia de educação básica obrigatória e

gratuita, dos 4 aos 17 anos, assegurando a permanência do estudante na escola;
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), especialmente em seus artigos 2º, 3º e 4º, que tratam do acesso, permanência e sucesso escolar como princípios da educação;
Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), em especial o art. 53, que assegura à criança e ao adolescente o direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
Considerando o art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à educação, entre outros;
Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Sarandi e demais legislações locais que asseguram o direito à educação e estabelecem como dever do poder público a adoção de medidas de prevenção e enfrentamento ao abandono escolar;
Considerando a necessidade de integração entre órgãos da administração pública municipal, para garantir a proteção integral e o pleno exercício do direito à educação:
Considerando que no mês de abril de 2025, representantes da Secretaria Municipal de Educação, e de todas as Instituições de Ensino, participaram de um treinamento para atuação em situação de risco e emergência em escolas, constituindo-se assim as BRIGADAS ESCOLARES POR UNIDADE DE ENSINO.
Considerando A capacitação dos profissionais da educação no Curso de Formação de Brigadistas deu-se entre os meses de maio e julho do ano de 2025. A medida cumpre as exigências emanadas do Corpo de Bombeiros que prevê a capacitação de pessoal nos prédios em quantias equivalentes às de estudantes do local. Além da capacitação, também foi realizado um exercício simulado de abandono do prédio, envolvendo os brigadistas, que devem se manter ativos e atentos dentro das Unidades Educacionais.

RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi - SMED, no exercício de suas atribuições administrativas e pedagógicas e em conformidade com a legislação educacional vigente, com a finalidade de implementar o "Plano de Abandono" dos prédios escolares da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, estabelecendo diretrizes e procedimentos para a organização, orientação e execução das ações de segurança e evacuação das unidades educacionais em situações de risco ou emergência, elaborou a Instrução Normativa nº 20/2025 - SMED. Diante disso, a Secretaria de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência, acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, que deverão orientar as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Sarandi com a finalidade.

ANÁLISE
A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 20/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece as diretrizes e procedimentos para a implementação do Plano de Abandono" dos prédios escolares da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, visando orientar as unidades educacionais quanto ás ações de prevenção, organização e evacuação em situações de risco ou emergência. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais
A Instrução Normativa nº 20/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para a implementação do Plano de Abandono" dos prédios escolares da rede municipal de ensino de Sarandi/PR. O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 20/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.
PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência, acerca da Instrução Normativa nº 20/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação limita-se ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 20/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi-Pr, 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:BED64557

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTE J.N.P.M.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 100/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026 de 21 de julho de 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 105/2026** - CMES de 07 de agosto de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTE J.N.P.M.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto 1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 100 de 20 de Agosto de 2026:
PARECER Nº 105/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL MASAMI KOGA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – RUA ESTRELA DALVA Nº 131, JARDIM UNIVERSAL – SARANDI-PARANÁ.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR (SMED), DO MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTE J.N.P.M.
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art.8º da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB) e na Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, que fixa normas para o funcionamento de instituições de ensino em Sarandi/Paraná, a qual regulamenta desde o credenciamento e a vida escolar (matrículas, transferências e equivalentes) até a validação das Propostas Pedagógicas da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2025 – CMES/CP/PR, que instrui e atualiza os procedimentos referentes à efetivação de matrículas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, estabelecendo direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO Ofício nº 80/2026 – encaminhado pela Escola Municipal Masami Koga;

RELATÓRIO
O Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-Pr –SMED, encaminha a este Conselho Municipal de Educação a solicitação de **Regularização da Vida Escolar** da estudante J.N.P.M. CGM:1034812132, especificamente no que se refere ao **1º ano do ensino Fundamental,** em razão de inconsistência identificada em sua documentação escolar.
A solicitação tem por finalidade sanar a inconsistência apontada, regularizar os registros escolares correspondentes e assegurar a continuidade e a validade da trajetória escolar da estudante, em conformidade com a legislação educacional vigente e com as normas do Sistema Municipal de Ensino.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
A presente solicitação foi encaminhada a este Colegiado por meio do Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação (SMED), acompanhada da documentação necessária à instauração do processo de regularização de vida escolar, em conformidade com as normas e diretrizes do Sistema Municipal de Ensino.
Após análise dos autos, verifica-se que o processo se encontra devidamente instruído com a documentação pertinente a matéria, destacando:
- Cópia de Comprovante de Inscrição CPF da estudante;
- Cópia do Cartão SUS da estudante;
- Cópia do Protocolo do serviço Público Federal da estudante;
- Cópia do Registro de Nascimento da estudante;
- Cópia da Cédula de Identidade da Mãe;
- Cópia da Declaração de Vaga – 2025, emitida pelo Setor de Documentação Escolar - SMED;
- Dados do Registro Escolar da estudante - SERE
- Cópia do Relatório Pedagógico da estudante, emitido pela Escola Municipal Masami Koga;
- Ciclo - Parecer Final;
- Documentos Escolar do país de Origem da estudante – Venezuela: Boleta de Retiro/ Constancia De Prosecución Em El Nivel De Educación Inicial;
- Ofício nº 80/2026 – Escola Municipal Masami Koga.

Relatos dos Fatos

A estudante, de nacionalidade venezuelana, foi matriculada na Escola Municipal Masami Koga, em meados de setembro de 2025, no 2º ano do Ensino Fundamental. Ao final do ano letivo, foi considerada apta à progressão para o 3º ano do Ensino Fundamental.
Em julho de 2026, por ocasião da solicitação de transferência escolar apresentada pela responsável legal da estudante, a unidade escolar procedeu à análise da documentação e dos registros escolares, ocasião em que identificou inconsistência quanto ao procedimento adotado para sua inserção no 2º ano do Ensino Fundamental.
Diante da situação identificada, a unidade escolar encaminhou a documentação ao Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, que, por sua vez, submeteu a matéria à apreciação deste Conselho Municipal de Educação, visando à regularização da vida escolar da estudante e à preservação da validade de sua trajetória escolar.
Aspectos Legais
Em atenção à solicitação de Regularização da Vida Escolar, encaminhada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), pelo Setor de Documentação Escolar – SMED, o qual recebeu da equipe diretiva da Escola Municipal Masami Koga, composta pela Diretora a Sra. Mariza Aparecida Cardoso Silva, Portaria nº 2515/2023; a Secretária Escolar Sra. Priscila Viviane Cateli, Portaria nº 46/2025; o Coordenador Pedagógico Sr. Valdecir Geronimo do Nascimento e a Coordenadora Pedagógica Sra. Kauana Grizotti; referente à estudante J.N.P.M., mediante a necessidade de regularizar a vida escolar.
III. PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária nº 06/2026 – CMES, realizada em 07 de agosto de 2026, no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, após análise do processo, **APROVA** por unanimidade o presente Parecer, manifestando-se favoravelmente à regularização da Vida Escolar da Estudante J.N.P.M.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 07 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:38B89E3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 512 - 23/06/2026
DATA DA LAVRATURA: 24/06/2026
INFRATOR: MARIA CRISTINA MORAES TORTOLA
LOCALIDADE DO DANO: RUA MARSELHA, Nº 456 D
QUADRA: 7 LOTE: 5/6/7/8/9/10
JD. FRANÇA - SARANDI/PR.
DESCRIÇÃO DO DANO: PODA DRÁSTICA DE 1 (UMA) ÁRVORE - LEI Nº 3.049/2024:
ART. 4º PARA EFEITOS DESTA LEI, ENTENDE-SE POR:
XXVII - PODA DRÁSTICA: CORTE DE MAIS DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO TOTAL DA MASSA VERDE DA COPA OU O CORTE DA PARTE SUPERIOR DA COPA, ELIMINANDO A GEMA APICAL, OU O CORTE DE SOMENTE UM LADO DA COPA, OCASIONANDO O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DA ÁRVORE;
ART. 43. OS TIPOS DE PODAS ADOTADOS NO MUNICÍPIO ESTÃO DE ACORDO COM A ABNT NBR 12.246-1/2013 E SÃO DIVIDIDOS EM:
§ 2º A ADOÇÃO DE PODA DRÁSTICA, SEM A DEVIDA JUSTIFICATIVA EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, CONSTITUI INFRAÇÃO A ESTE CÓDIGO.
ART. 78. AO INFRATOR SERÃO APLICADAS PENALIDADES NA SEGUINTE ORDEM:

III - PROMOVER PODA DRÁSICA EM QUALQUER ESPÉCIE VEGETAL DE PORTE ARBÓREO – MULTA DE 180 (CENTO E OITENTA) UFPS, POR ÁRVORE;
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI Nº 3049/2024 ART 4 INC. XXVII, ART. 43 §2º E ART. 78 III.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:5BC4EA96

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

DESCRIÇÃO DO DANO:
- TERRENO COM MATO E/OU VEGETAÇÃO;
INCISO III, ART. 5º DA LEI 1650/2009
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMA ADEQUADAS A SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
ART. 34, 35, 36 DO DECRETO Nº 1314/2011
ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO. É PROIBIDA A DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 35 - NOS LOTES NÃO EDIFICADOS, CABERÁ AOS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS PROCEDER PERIODICAMENTE À RESPECTIVA LIMPEZA, DE MODO A EVITAR O APARECIMENTO DE MATAGAIS, SUSCEPTÍVEIS A AFETAREM DE AFETAREM A SALUBRIDADE DOS LOCAIS OU PROVOCAREM RISCOS DE INCÊNDIOS.
ART. 36 - SEMPRE QUE OS SERVIÇOS MUNICIPAIS ENTENDAM EXISTIR PERIGO DE SALUBRIDADE, OS PROPRIETÁRIOS OU USUFRUTUÁRIOS DE TERRENOS ONDE SE ENCONTREM LIXOS, DETRITOS OU ENTULHOS, MESMO QUE DEPOSITADOS ABUSIVAMENTE POR TERCEIROS, OU COBERTOS DE MATO OU VEGETAÇÃO, SERÃO NOTIFICADOS A LIMPA-LOS.
ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
PARA PRESERVAR A ESTÉTICA E A HIGIENE PÚBLICA É PROIBIDO:
INC. I - MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO;
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO;"
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI 1650/2009-ART. 5º, INC.III-LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022-ART. 13, INC.I-REGULAMENTADO DECRETO 1012/2022-ART.8º.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

INFRATOR: ESPÓLIO DE LAIS APARECIDA DA SILVA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 522 - 17/06/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA GOV. MOISES LUPION (F), Nº 128
QUADRA: 16 LOTE: 3
CONJ. RES. GOV. JOSÉ RICHA - SARANDI-PR

INFRATOR: IMOBILIARIA YPEI LTDA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 637 - 14/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA MIRIAM SATIMI IIDA, 498
QUADRA: 16 LOTE: 7
PQ. SÃO PEDRO - SARANDI-PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:B96196FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 523 - 17/06/2026
DATA DA LAVRATURA: 29/06/2026
INFRATOR: ESPÓLIO DE LAIS APARECIDA DA SILVA
LOCALIDADE DO DANO: RUA GOV. MOISES LUPION (F), 128 – CONJ. RES. GOV. JOSÉ RICHA
QUADRA: 16LOTE: 3
DESCRIÇÃO DO DANO:
- NÃO ATENDEU A NOTIFICAÇÃO 13214/1 DE 2026 QUE SOLICITAVA A LIMPEZA DA CALÇADA (PASSEIO PÚBLICO) COM MATO ALTO, LOCALIZADO NA RUA GOV. MOISES LUPION (F), 128 – CJ. RES. GOV. JOSÉ RICHA, QUADRA 16, LOTE 3, SARANDI-PR
ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
TODOS OS PROPRIETÁRIOS OU OCUPANTES DE TERRAS ÀS MARGENS DAS VIAS PÚBLICAS SÃO OBRIGADOS A ROÇAR AS TESTADAS DAS MESMAS, A CONSERVAREM LIMPAS E DESOBSTRUÍDAS AS VALAS E VALETAS EXISTENTES EM SEUS TERRENOS OU QUE COM ELES LIMITAREM, REMOVENDO CONVENIENTEMENTE OS DETRITOS.
ART. 104 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022, COMPETE AO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU AO SEU OCUPANTE A CONSERVAÇÃO DE PASSEIOS. COMPLEMENTA O ART. 105 QUE, NOS IMÓVEIS LOCALIZADOS EM VIAS PAVIMENTADAS É OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASSEIOS EM TODA EXTENSÃO DA SUA TESTADA
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"VIOLAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS DESTE REGULAMENTO NÃO EXPRESSAMENTE ACIMA MENCIONADOS".
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:8D0778E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 591 - 06/07/2026
DATA DA LAVRATURA: 06/07/2026
INFRATOR: EDSON ANTONIO CASTEQUINI
LOCALIDADE DO DANO: ESTRADA MAURO TRINDADE Q.163 L.163 GLEBA RIBEIRÃO SARANDI, SARANDI/PR.
DESCRIÇÃO DO DANO:
DESCARTE IRREGULAR DE 2 (DOIS) SOFÁS NA ESTRADA MAURO TRINDADE Q.163 L.163 GLEBA RIBEIRÃO SARANDI, SARANDI/PR.
LEI 1650/2009 ART.5º, INC. III REG. P/ DEC. Nº 1314/2011, NOS ART. 34, ART. 43 §2° E ART.52
LEI 1650/2009 ART. 5°, INCISO III
ART. 5° PARA O ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
INCISO III - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMAS ADEQUADAS À SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
DECRETO N° 1314/2011,

ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO, É PROIBIDA A DEPOSIÇÃODE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 43 § 2° - OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OS RESÍDUOS VOLUMOSOS, BEM COMO OUTROS TIPOS DE RESÍDUOS URBANOS, NÃO PODERÃO SER DISPOSTOS EM ÁREAS DE “BOTA FORA”, ENCOSTAS, CORPO D’ÁGUA, LOTES VAGOS, EM PASSEIOS, VIAS E OUTRAS ÁREAS PÚBLICAS OU PARTICULARES E EM ÁREAS PROTEGIDAS POR LEI.
ART. 52 PARÁGRAFO ÚNICO - O PAGAMENTO DA MULTA NÃO ELIDE A IRREGULARIDADE, FICANDO O INFRATOR OBRIGADO A REGULARIZAR A SITUAÇÃO OU REPARAR OU DANOS CAUSADOS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NESTE REGULAMENTO.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:D6A0715F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

DESCRIÇÃO DO DANO:
- TERRENO COM MATO E/OU VEGETAÇÃO;
INCISO III, ART. 5º DA LEI 1650/2009
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMA ADEQUADAS A SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
ART. 34, 35, 36 DO DECRETO Nº 1314/2011
ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO. É PROIBIDA A DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 35 - NOS LOTES NÃO EDIFICADOS, CABERÁ AOS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS PROCEDER PERIODICAMENTE À RESPECTIVA LIMPEZA, DE MODO A EVITAR O APARECIMENTO DE MATAGAIS, SUSCEPTÍVEIS A AFETAREM DE AFETAREM A SALUBRIDADE DOS LOCAIS OU PROVOCAREM RISCOS DE INCÊNDIOS.
ART. 36 - SEMPRE QUE OS SERVIÇOS MUNICIPAIS ENTENDAM EXISTIR PERIGO DE SALUBRIDADE, OS PROPRIETÁRIOS OU USUFRUTUÁRIOS DE TERRENOS ONDE SE ENCONTREM LIXOS, DETRITOS OU ENTULHOS, MESMO QUE DEPOSITADOS ABUSIVAMENTE POR TERCEIROS, OU COBERTOS DE MATO OU VEGETAÇÃO, SERÃO NOTIFICADOS A LIMPA-LOS.
ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
PARA PRESERVAR A ESTÉTICA E A HIGIENE PÚBLICA É PROIBIDO:
INC. I - MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO;
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO;"
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI 1650/2009-ART. 5º, INC.III-LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022-ART. 13, INC.I-REGULAMENTADO DECRETO 1012/2022-ART.8º.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.
INFRATOR: ECOINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 217 - 13/03/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA NEUSA MARIA SALLES, 110
QUADRA: 19 LOTE: 5
LOTEAMENTO ECOVALLEY - SARANDI-PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:4D6C765C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO

OBRIGATORIEDADE DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS
Ficam Vossas Senhorias, proprietários ou possuidores a quaisquer títulos de imóveis urbanos, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, **NOTIFICADOS** da obrigação de manter seus imóveis limpos, capinados e drenados, sob pena de responder, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.
Art. 13 - Para preservar a estética e a higiene pública é proibido: Manter terrenos baldios ou não, com detritos ou vegetação indevida. (LEI 409/2022).
Art. 36 - Sempre que os serviços municipais entendam existir perigo de salubridade, os proprietários ou usufrutuários de terrenos onde se encontrem lixos, detritos ou entulhos, mesmo que depositados abusivamente por terceiros, ou cobertos de mato ou vegetação, serão notificados a limpá-los. (Decreto 1314/2011).
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários.***
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO** sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme artigos 34; 35 e 36 do Decreto 1314/2011 e ART. 8º do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que os imóveis continuem limpos, caso contrário, ocorrerá cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o imóvel esteja edificado ou limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 287 Lote: 37
RUA ANA DVORANEN, 97
Bairro: VERA CRUZ (GLEBA RIBEIRAO SARANDI)
Nome do Proprietário: AGENOR FERREIRA DA SILVA

Local do Imóvel : Quadra: 9 Lote: 10
RUA NAVIRAI, 834
Bairro: JD. GRALHA AZUL
Nome do Proprietário: FATIMA DA SILVA CORREA

Local do Imóvel : Quadra: 31 Lote: 3
AV SAO PAULO APOSTOLO, 1356
Bairro: PQ. RES. BOM PASTOR
Nome do Proprietário: ESTELITA DOS SANTOS DE SOUZA

Local do Imóvel : Quadra: 37 Lote: 2
AV GIRO WATANABE, 1145
Bairro: JARDIM NOVA INDEPENDENCIA I
Nome do Proprietário: AGNALDO DE SOUZA ARAUJO

Local do Imóvel : Quadra: 15 Lote: 1
AV RIO DE JANEIRO, 1910
Bairro: JARDIM RIO DE JANEIRO
Nome do Proprietário: MARIA JOSE DOS SANTOS

Local do Imóvel : Quadra: 35 Lote: 4
RUA MARIO PILLEGGI, 700

Bairro: JARDIM SAO PAULO II
Nome do Proprietário: VINICIUS PEREIRA FAUNE

Local do Imóvel : Quadra: 3 Lote: 18
RUA JOSE BONIFACIO, 1611
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: NAYENE GREMASCHI VIANA

Local do Imóvel : Quadra: 69 Lote: 6
RUA DAS ESTRELAS, 276
Bairro: JD. UNIVERSAL
Nome do Proprietário: IARA HENRIQUE PEREIRA

Local do Imóvel : Quadra: 10 Lote: 1
AV MARINGA, 2370
Bairro: JD. NOVA PAULISTA
Nome do Proprietário: IMOBILIARIA SOL LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 10
RUA DIAMANTINO, 1601
Bairro: JD. ESPERANCA II PTE
Nome do Proprietário: CLEUSA APARECIDA MARRA

Local do Imóvel : Quadra: 6 Lote: 6
RUA BARAO DE MAUA, 789
Bairro: JD. IBIRAPUERA
Nome do Proprietário: JOANA SANTOS PEREIRA

Local do Imóvel : Quadra: 3 Lote: 21
RUA CAMPO BELO, 1872
Bairro: JD. DAS TORRES
Nome do Proprietário: VY INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 31 Lote: 2
RUA CEZARIO MANCINE, 1316
Bairro: JD. MONTE REY
Nome do Proprietário: ROSILENE PEREIRA BARBOSA

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:42F35783

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO CALÇADA

OBRIGATORIEDADE DE EFETUAR A ROÇADA DO MATO NA CALÇADA
SENHORES CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS/RESPONSÁVEIS POR IMÓVEIS URBANOS, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, ficam NOTIFICADOS da obrigação de limpar o passeio público (calçada) e as guias de águas pluviais, e mantê-lo limpos e capinados.
Art. 17 da lei complementar nº 409/2022 - Que todos os proprietários ou ocupantes de terras às margens das vias públicas são obrigados a roçar as testadas das mesmas, a conservarem limpas e desobstruídas as vias e valetas existentes em seus terrenos ou que com eles limitarem, removendo convenientemente os detritos.
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 10 (dez) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários*.**
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO** sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme Art. 17 da Lei Complementar nº 409/2022 e Artigo 8° do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que a calçada continue limpa, caso contrário, ocorrerá
cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o local esteja limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na
Secretaria de Fazenda na Prefeitura.
Local do Imóvel : Quadra: 2 Lote: 1
AV CUIABA, 203
Bairro: JD. REAL
Nome do Proprietário: INCORPORADORA DE IMOVEIS REAL LTDA

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:1E47CEFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 195/2026

NOME: ROSELI FERNANDES ALVES DA SILVA
ENDEREÇO: RUA INVERNO, Nº 135
QUADRA: 05 LOTE: 2A
JD. PRIMAVERÃO - SARANDI/PR
FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE IMEDIATO
PARA QUE SEJAM TOMADAS PROVIDÊNCIAS PARA MANTER O CACHORRO, SEM RAÇA DEFINIDA, ADULTO, PORTE MÉDIO, PELAGEM NA COR BRANCA COM MANCHAS PRETAS, DENTRO DO QUINTAL., CONFORME DENÚNCIA, E AINDA, A VISTORIA REALIZADA PELO FISCAL OBSERVOU QUE O CACHORRO ESTAVA NA RUA E ATACANDO, AVANÇANDO, NOS PEDESTRES, MOTOQUEIROS, BICICLETEIROS, PODENDO CAUSAR UM ACIDENTE.
A PRESENTE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR ESTÁ COM RESPALDO NOS ART. 81, 84, 85 E 86 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022.
ART.81 - A PERMANÊNCIA DE ANIMAIS NAS VIAS OU LOGRADOUROS É DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE SEUS RESPECTIVOS DONOS, NÃO PODENDO TRANSITAR SEM A PRESENÇA DE UM RESPONSÁVEL.
ART.84 - É VEDADA A PERMANÊNCIA DE ANIMAIS FEROZES EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, PRECIPUAMENTE, LOCAIS EM QUE HAJA CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS, TAIS COMO RUAS, PRAÇAS, JARDINS E PARQUES PÚBLICOS, E NAS PROXIMIDADES DE HOSPITAIS, AMBULATÓRIOS E UNIDADES DE ENSINO PÚBLICOS E PARTICULARES.
ART.85 - CONSIDERA-SE ANIMAL FEROZ, PARA EFEITO DO QUE DETERMINA ESTA LEI, TODO ANIMAL DE PEQUENO, MÉDIO OU GRANDE PORTE QUE TEM ÍNDOLE DE FERA E, PORTANTO, COLOCA EM RISCO A INTEGRIDADE FÍSICA DO CIDADÃO A SUA VOLTA.
ART86 - A CIRCULAÇÃO DE ANIMAIS FEROZES NOS LOCAIS REFERIDOS NO SERÁ PERMITIDA DESDE QUE CONDUZIDOS POR MAIORES DE 18 (DEZOITO) ANOS, COM ESTRUTURA CORPORAL CAPAZ DE CONTER O ANIMAL, ATRAVÉS DO USO DE FOCINHEIRA, COLEIRA E GUIA DE CONDUÇÃO CORRESPONDENTE AO PORTE DO ANIMAL.
O NÃO ATENDIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO ACARRETARÁ EM MULTA DE 200 (DUZENTOS) UFPS.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:8D758FB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 207/2026

NOME: APARECIDO DONIZETI DIAS DO PRIMO
RUA DOM JOÃO VI, Nº 208
BAIRRO: JD. PANORAMA - SARANDI/PR
NÃO ATENDEU A NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 207/2026. PARA CUMPRIMENTO DA LEI Nº 2.288/2016, EM ESPECIAL O ART. 2º, INCISO I E VII, FICA DETERMINADO QUE O ANIMAL SEJA MANTIDO EM ABRIGO ADEQUADO E EM RECINTOS PROVIDOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO, CONFORME PREVISTO NO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL:

Lei Nº 2288/2016:
Art. 2º Inciso I, II E VII , descritos abaixo:
Art. 2º - "Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo".
I - mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental;
VII- "criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção".
O NÃO ATENDIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO ACARRETARÁ A LAVRATURA DE INFRAÇÃO, COM APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR MÍNIMO DE R$ 200,00 (DUZENTOS) REAIS, PODENDO ATINGIR O VALOR MÁXIMO DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL) REAIS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 2.288/2016.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:217812C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 5.160/2026

SÚMULA:- Nomeia José Geraldo Brugger para o cargo de Agente de Apoio Educacional

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :

Art.1º. - Fica nomeado o candidato José Geraldo Brugger, CPF 027.XXX.409-XX, para o cargo de Agente de Apoio Educacional, em virtude de habilitação em concurso público, em conformidade com a Lei nº 595/2022 de 16 de Dezembro de 2022.
Art. 2º. - O candidato nomeado será lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º. - Este decreto entra em vigor a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:4AAE8CE0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5159/2026

Nomeia Leiloeiro Oficial para Promover Leilão de Bens e Sucatas do Patrimônio Público Municipal de Sengés, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo:

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo n.º 002/2026, oriundo do Processo Licitatório n.º 224/2024, na modalidade Inexigibilidade n.º 024/2024, que formalizou a contratação de Leiloeiro oficial;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 31 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 3.363 de 2022 que regulamenta o disposto no artigo 31 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021, para dispor sobre a modalidade de Leilão;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica nomeado o Leiloeiro Oficial **RICARDO FERREIRA GOMES**, inscrito no CPF/MF sob o n.° 005.XXX.589-83, portador(a) da CI/RG n.º 8.XXX.504-0 – SESP/PR, e devidamente inscrito na Junta Comercial do Paraná, sob matrícula de n.º 21/332-L, para promover o Processo Licitatório para leiloar bens pertencentes ao Município, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos, e de recuperação inviável conforme Lei Municipal n.º 839/2026.
Art. 2º. Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Contrato Administrativo n.º 002/2026, compete ao Leiloeiro designado através deste Decreto a analise, organização, valoração dos bens, que deverá ser ratificada pela Comissão de Alienação, divulgação e realização do Processo Licitatório de bens móveis de propriedade deste Município em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, bem como as disposições contidas na legislação vigente.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando seus efeitos até a finalização dos procedimentos relativos ao Processo Licitatório Leilão 01/2026.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:A8B511AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 3606/2026.

Determina Abertura de Processo Administrativo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**,**

CONSIDERANDO a obrigação da Administração em apurar e punir condutas que causem prejuízos e configurem infração administrativa na execução de Contratos e Atas de Registro de Preços;

CONSIDERANDO que esta obrigação encontra fundamento no Princípio da Supremacia do Interesse Público, no Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público e no Princípio da Legalidade;

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo em face da empresa REAVEL VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.XXX.538/0001-XX, para apuração dos fatos e consequente reparação de eventuais danos advindos ao Município, face a conduta adotada na execução do Contrato n.º 063/2026, decorrente do Processo Licitatório n.º 012/2026 na modalidade Pregão Eletrônico n.º 002/2026.

Art. 2º Nomear para compor a Comissão de Processo Administrativo, os seguintes servidores:
- **Marcos Roberto Moleda**, matrícula funcional 11581, Escriturário, Nível 008, Ensino Superior (Presidente);
- **Graciele Oliveira Danielewski Pereira,** matrícula funcional 3761, Escriturário II, Nível 008, Ensino Superior;
- **Adilson Rodrigues**, matrícula funcional 3291, Agente Administrativo I, Ensino Superior, Nível 010;

- **Rosane da Silva Ferraz**, matrícula funcional 4071, Escriturário II, Nível 008, Ensino Superior;
- **Wagner da Silva Santos**, matrícula funcional 13751, Escriturário, Nível 008, Ensino Superior.

Parágrafo único. Para execução dos trabalhos, a Comissão poderá requisitar pareceres e providências dos departamentos e demais servidores que integram os quadros do Município.
Art. 3º Determinar à Comissão de Processo Administrativo que em tudo sejam observados e garantidos os Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se CIÊNCIA desta à Comissão Processante ora constituída.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:43389827

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2026
(Processo Licitatório n.º 176/2026)

OBJETO: Aquisição de veículos referente às Resoluções 516/2024 (01 veículo Tipo Van/Minibus com 1 condutor e 17 passageiros), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 378.204,29 (trezentos e setenta e oito mil duzentos e quatro reais e vinte e nove centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 08 de setembro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 08 de setembro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 08 de setembro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

20/08/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:B4A61FE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 135/2026)

OBJETO: construção de ponte da barrinha em aduela BSCC 3,00x3,00m sobre o córrego quatorze com área a construir de 21,00 m2, localizada na Estrada da Barra, Barrinha, 84220-000, zona rural do município de Sengés, PR, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Obras, Habitação e Saneamento.
VENCEDOR: CONCREVALI CONCRETO VALE DO IVAI LTDA com o **CNPJ sob o N°. 10.506.134/0001-32** no objeto desta licitação, com o valor total Global de **R$ 185.840,00 (cento e oitenta e cinco mil e oitocentos e quarenta reais).**

HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2026

Sengés, 20 de Agosto de 2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:339A2665

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 189, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$16.000,00 (dezesseis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
05.010.12.361.0005.2.028		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SUPERVISAO E COORDENACCAO DO DEPARTAMENTO.	
81 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
11		DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	
11.020		DIVISAO DE ENGENHARIA E FISCALIZACAO DE OBRAS	
11.020.15.451.0017.2.088		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ENGENHARIA E FISCALIZACAO DE OBRAS	
427 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
Total Suplementação:			16.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
04		DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
04.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
04.010.04.123.0004.2.018		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONTROLE E SUPERVISAO DO DEPARTAMENTO.	
49 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.020		DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCACAO INFANTIL	
05.020.12.361.0005.2.035		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
91 - 3.3.90.31.00.00	1104	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15.000,00
Total Redução:			16.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 20 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:DF7DFD15

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 24/08/2026

Pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária de 24/08/2026 - Sala das Sessões, às 19h00
Assunto: Comunicação da Ordem do Dia

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos a Vossa Senhoria a Ordem do Dia da Sessão Plenária que será realizada em 24 de agosto de 2026, às 19h, para apreciação e votação das seguintes proposições:

Projeto de Lei do Executivo nº 022/2026 - Altera a Lei Municipal 1.251/2003 que "Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e dá providencias".
Autoria: Executivo Municipal

Projeto de Lei nº 003/2026 - Estabelece no âmbito do Município de Sertanópolis "O Dia Municipal do Associativismo" a ser comemorado anualmente no dia 15 de julho, e dá outras providências.
Autoria: Vereadores Glauco Rogério Ghisleri, Anderson Reis Rodrigues e Marco Aurélio de Oliveira Biazotto

Recebimento de emendas (2ª Sessão) ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 e dá outras providências.

Sertanópolis-Pr, 20 de agosto de 2026

Atenciosamente,

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:81E7E210

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTO DE PREÇO Nº. 142/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registo de Preço nº. 142/2026, decorrente de Pregão n°36/2026 de Registro de Preços para aquisição de brinquedos para doação aos alunos do ensino público municipal, em comemoração ao dia das crianças.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **LARA COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 44.281.782/0001-50, com sede no endereço RUA BATUíRA SOLITáRIA, nº 225, JARDIM MôNACO II, ARAPONGAS-PR neste ato representada por **Paulo Victor Quinhone,** portador do CPF sob n° 05012249984, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 13.840,93 (treze mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e três centavos), corresponde ao acréscimo de 25,00% do item 04, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Educação que justificou o aumento da demanda, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Bloco de montar magnéticos construção infantil brinquedo educativo Stem (108 peças magnética) - Conforme Termo de Referência. Marca: BRASTOY	97,00	R$ 142,69	R$ 13.840,93

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 20 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***LARA COMERCIAL LTDA***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:508FEF68

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 048/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-10/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 11 de setembro de 2026, às 09h00min horas** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 048-2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação exclusiva para MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto de diversos diâmetros e especificações técnicas, destinados à execução, manutenção, ampliação e substituição de redes de drenagem pluvial, bueiros, travessias e demais obras de infraestrutura urbana e rural do município de Sertanópolis.
Sertanópolis, 20 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:BC50483B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 211/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 211/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: POLIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.
OBJETO: CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS NO CARRO OFICIAL DESTINADO DO CONSELHO TUTELAR.
VALOR: 150,00(CENTO E CIQUENTA REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 19 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:186148A1

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 212/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 212/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MARAJÓ BELLA VIA AUTOMOVEIS LTDA.
OBJETO: REVISÃO DE VEÍCULO EM PERÍODO DE GARANTIA.
VALOR: 917,44(NOCENTOS E DEZESSETE REAIS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 20 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A3F85CCC

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
DESPACHO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2026

Conforme Lei 14.133/2021 – Art. 74, III, f
Inviabilidade de Competição

Assunto: Dispensa de Licitação. Despacho: Procedo Inexigibilidade de Licitação Contratação de empresa para realização de Palestra Show para a Campanha do Setembro Amarelo - VALORIZAÇÃO DO TEMPO E DA VIDA, com a empresa MARCOS ANTÔNIO MARSSARO, inscrita no CNPJ Nº 32.691.318/0001-52, representada pelo Sr. Marcos Antônio Marssaro, brasileiro, portador do CPF nº 030.471.040-77, no valor total de R$ 9.590,00 (nove mil e quinhentos e noventa reais) com base no *Art.74, I, da lei nº 14.133/2021*, "*para fins do disposto no inciso III, f, deste artigo "III: contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"*

Sertanópolis, 20 de Agosto de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:168095F2

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO -

INEXIGIBILIDADE 14/2026
CONTRATO N.º 39/2026 ID 1871

DO CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, Sertanópolis - PR representado por sua Diretora Superintendente, a Sra. **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, portadora da cédula de identidade registro geral n.º 6.487.109-1/SESP-PR, inscrita no CPF(MF) sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR.

DO CONTRATADO: MARCOS ANTÔNIO MARSSARO, inscrita no CNPJ Nº 32.691.318/0001-52, representada pelo Sr. Marcos Antônio Marssaro, brasileiro, portador do CPF nº 030.471.040-77. *Doravante denominada contratada*.

DO OBJETO: Contratação de empresa para realização de Palestra Show para a Campanha do Setembro Amarelo - VALORIZAÇÃO DO TEMPO E DA VIDA.

DO VALOR TOTAL: R$ 9.590,00 (nove mil, quinhentos e noventa reais)

DO PRAZO: O presente terá sua vigência pelo período de 04 (quatro) meses.

DO FUNDAMENTO LEGAL: ***Art. 74.*** *Para fins do disposto no inciso III, f, deste artigo* "III: *contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"*

Sertanópolis, 21 de agosto de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:54B117AC

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO 21/2026

EXTRATO DE ATA DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

- CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE-SERMUSA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NESTA CIDADE DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, SITO A RUA SENADOR SOUZA

NAVES, Nº 487, CENTRO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 78.318.359/0001-07, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA** RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO, Nº21/2026.** AQUI DENOMINADA CONTRATADA. FICANDO CONTRATADA A EMPRESA.

-ATA CONTRATO Nº70/2026: EMPRESA: C A HIGUCHI COMERCIO DE GAS LTDA, CNPJ Nº 46.236.449/0001-54, SITUADA NA RUA DISTRITO FEDERAL Nº1013, SERTANÓPOLIS/PR TELEFONE: (43)99984-2765 E-MAIL: SERTAO.GAS@OUTLOOK.COM, NESTE ATO REPRESENTADO PELOR **CIBELLY AKEMI HIGUCHI,** COM CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 14941116-0 SSP/PR, INSCRITO NO CPF Nº131.579.539-66, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE SERTANÓPOLIS/PR**.** VALOR TOTAL DE R$ 20.977,1200 (VINTE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E DOZE CENTAVOS). DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

-OBJETO-:**: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE GÁS GLP, COM INTUITO DE ATENDER AS DEMANDAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DOS PACIENTES E COLABORADORES DO HOSPITAL SÃO LUCAS E ATENÇÃO BÁSICA, QUE IRÃO ABASTECER TODAS AS UNIDADES E SETORES DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS-PR., CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**-A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO É ATÉ 12 (DOZE) MESES.

-FORO: - AS PARTES EM COMUM ACORDO, ELEGEM COMO FORO PRIVILEGIADO PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS E QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO RELATIVAS AO PRESENTE CONTRATO, O FORO DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.
E, POR ESTAREM JUSTOS, CERTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (VIAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS,21 DE AGOSTO DE 2026

Gestora do Contrato:
ZENAIDE APARECIDA ARRUDA
CPF: 645.533.889-87 – Nutricionista

FISCAIS DO CONTRATO:

Thimoteo Lucas Moreira da Silva
CPF: 021.360.109-56
Gerente da U.B.S Central.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
DIRETORA SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA
CONTRATANTE

Publicado por:
Lindinalva de Andrade Moura
Código Identificador:24DE9412

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

A empresa detentora da **Ata de Registro de Preços nº 093/2026, do Pregão Eletrônico nº 011/2026**, denomina-se inadimplente no que se refere ao **Processo Licitatório nº 033/2026, Processo Administrativo Interno nº 1.525/2026**, tendo como objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO E SERVENTE".
Concede-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis, para iniciar a execução dos serviços solicitados no Pedido de Empenho nº 2900/2026, do Processo Administrativo Interno nº 4096/2026,** sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Sulina, Paraná. 20 de agosto de 2026.

THALIA VENZON BAVARESCO.
Diretora do Departamento de Almoxarifado.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:ECB003B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº. 002 / 2026

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

A Prefeitura Municipal de Tapira – Pr, através do Agente de Contratação designado, torna público aos interessados a CHAMADA PÚBLICA para "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE", conforme disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 06, de 08/05/2020.

PERÍODO E LOCAL PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO: Até 14:00 horas do dia 14 de setembro de 2026, na Prefeitura Municipal de Tapira-Pr situada a Rua Paranaguá, 518 Centro.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14 de setembro de 2026, às 14:00h, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Tapira-Pr

O Edital está a disposição dos interessados no site do Município de Tapira-Pr – www.tapira.pr.gov.br, bem como no setor de licitações e na Secretaria Municipal de Educação.

Tapira – Pr, em 20 de agosto de 2026.

RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:2E1BFAFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, através da DESIGNAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO pelo Decreto 02/2026, publicada no órgão Oficial de Imprensa do Município, e com devida autorização expedida pelo Senhor IVANOR LUIZ MÜLLER, Prefeito Municipal, de conformidade com a Lei N° 14.133/2021 e suas alterações, comunica a Dispensa de Licitação em epigrafe, que tem por objeto **Contratação**

de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção, sob demanda, de vestidos de prenda com bordado, destinados aos beneficiários/participantes do Projeto Grupo Folclórico Neblina da Alvorada, compreendendo o fornecimento de mão de obra, tecidos, aviamentos, bordados, modelagem, corte, costura, acabamento e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.
Fundamento Jurídico: Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADA: 52.730.930 DAHIANA FRANCINE FOGACA, inscrita no CNPJ sob nº 52.730.930/0001-02, com sede à Rua INDIOS DO BRASIL, 300, BAIRRO VILA NOVA, NA CIDADE DE TEIXEIRA SOARES / PR, CEP: 84530-000.

Valor total: R$ 8.320,00 (oito mil, trezentos e vinte reais).

Teixeira Soares, 19 de agosto de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:AB22BD3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, torna público o aviso de **Constitui objeto da presente contratação a locação de um imóvel com área construída aproximada de 100 m², localizado na Rua XV de novembro, n° 95, bairro Centro no Município de Teixeira Soares/PR, matricula n° 8078, destinado ao funcionamento de um espaço para recebimento, triagem, organização e armazenamento de doações de roupas, calçados, e demais bens destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Política Municipal de Assistência Social.**

CONTRATADA: FABIO JOSE DO VALLE, inscrita no CPF sob nº 034.051.369-11, RG 86628201 SESP PR, localizado na Rua XV de novembro, n° 95, bairro Centro no Município de Teixeira Soares/PR.

Valor mensal: R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).
6 meses
Valor Total: R$ 5.100 (cinco mil e cem reais).

FUNDAMENTO: Art. 74 da Lei nº14.133/2021. Decreto Federal Nº 11.462/2023.

Teixeira Soares, 19 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:E08FD9B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026 INEXIGIBILIDADE 35/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026
INEXIGIBILIDADE 35/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: contratação a locação de um imóvel com área construída aproximada de 100 m², localizado na Rua XV de novembro, n° 95, bairro Centro no Município de Teixeira Soares/PR, matricula n° 8078, destinado ao funcionamento de um espaço para recebimento, triagem, organização e armazenamento de doações de roupas, calçados, e demais bens destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Política Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: FABIO JOSE DO VALLE, inscrita no CPF sob nº 034.051.369-11, RG 86628201 SESP PR, localizado na Rua XV de novembro, n° 95, bairro Centro no Município de Teixeira Soares/PR.

Valor Total: R$ 5.100 (cinco mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 6 MESES

DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:2519B955

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o processo de Dispensa de Licitação, autuado com o número de processo 26/2026 fundamentado no parecer jurídico n° PARECER JURÍDICO, exarado pela Procuradoria Geral do Município, cujo objeto refere-se à **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção, sob demanda, de vestidos de prenda com bordado, destinados aos beneficiários/participantes do Projeto Grupo Folclórico Neblina da Alvorada, compreendendo o fornecimento de mão de obra, tecidos, aviamentos, bordados, modelagem, corte, costura, acabamento e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto**, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, do Município de Teixeira Soares, Paraná.

Em favor de: **52.730.930 DAHIANA FRANCINE FOGACA, inscrita no CNPJ sob nº 52.730.930/0001-02**

Valor total: R$ 8.320,00 (oito mil, trezentos e vinte reais).

Teixeira Soares, 19 de agosto de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:534B0AC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 771/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 1751/2023 de 11/07/2023,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER a partir de 20/08/2026, ao servidor **EDENILSO JOSE DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Saúde, **Gratificação por Transporte Sanitário - GTS**, no valor de R$ 1.875,98 (mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos).
Art. 2º A gratificação constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a **Portaria N° 311/2025** em sua totalidade.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:14657661

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.420/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4420/2026 de 20/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1877/2026 de 18/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 30.560,00 (trinta mil quinhentos e sessenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.005.00.000.0000.0.000.		Divisão de Registro, Controle e Manutenção de Bens Patrimoniais	
03.005.04.122.0002.2.018.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE REGISTRO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS	
1715 - 4.4.90.61.00.00	1000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	30.560,00
		Total Suplementação:	**30.560,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.09.272.0002.2.124.		ENCARGOS COM INATIVOS	
151 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	30.560,00
		Total Redução:	**30.560,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:6A961D8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
RESOLUÇÃO Nº. 005/2026

EMENTA: Altera a Resolução nº 002/2021, de 28 de junho de 2021.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ, Presidente da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a decisão do **PLENÁRIO** tomada na sessão ordinária realizada nesta data, **PROMULGA** a seguinte Resolução**:**

Art. 1° O art. 8º da Resolução n° 002/2021, de 28 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 8°. Os servidores ocupantes dos cargos de Advogado e Contador, com carga horária semanal de 20 (vinte) e 30 (trinta) horas, respectivamente, deverão cumprir integralmente sua jornada de trabalho de forma presencial, durante o horário de expediente, nas dependências da Câmara Municipal de Terra Rica, bservadas as disposições deste artigo.

I - o Advogado poderá optar pelo cumprimento da jornada mediante 04 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, ou em 03 (três) dias por semana, consecutivos ou alternados, observado o cumprimento integral da carga horária semanal, sendo obrigatória sua presença nas segundas-feiras e terças-feiras, em razão das atividades legislativas e da realização das sessões ordinárias;

II - o Contador poderá optar por jornada de 06 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, ou por jornada de 07 (sete) horas e 30 (trinta) minutos distribuída em 04 (quatro) dias por semana, consecutivos ou alternados.

§ 1º Estará dispensado do registro de ponto o Advogado que assim optar, mediante comunicação por escrito à Presidência, sem prejuízo do efetivo exercício das atribuições do cargo e cumprimento de sua carga horária.

§ 2º A prestação dos serviços pelos ocupantes dos cargos de Advogado e Contador ocorrerá exclusivamente de forma presencial, ressalvadas as diligências externas inerentes às atribuições do cargo, quando previamente autorizadas pela Presidência ou quando decorrentes de determinação legal ou judicial, hipótese em que o período correspondente será considerado como efetivo exercício.

§ 3° Quando houver necessidade de realização de serviço extraordinário, aplicar-se-ão as regras de compensação ou indenização previstas nesta Resolução e no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal."

Art. 2° Fica revogado o § 4º do art. 8° da Resolução n° 002/2021 e todas as disposições em contrário.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais dispositivos da Resolução 002/2021, de 28 de junho de 2021.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (18/08/2026).

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Monica Gonçalves
Código Identificador:0602FB2E

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 03/2026

Eu **ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ**, Presidente da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133 e Resolução n. 11/2023,
TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que foi **ADJUDICADA e HOMOLOGADA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
01	Duarte & Balioni Ltda	80.518.574/0001-95	41.085,23

Terra Rica-Pr, 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:28E8F469

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 74/2026

OBJETO: Registro de preço para compra de placas automotivas padrão Mercosul

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 14:00 do dia 26/08/2026.

Terra Rica, 20/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:58648E4C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 69/2026

OBJETO: Registro de preços de serviços mecânicos e fornecimento de peças originais de reposição para linha média, conforme tabela Traz Valor conforme tabela Traz Valor

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 14:00 do dia 25/08/2026.

Terra Rica, 20/08/2026.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:68F1BD47

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 63/2026
OBJETO: Aquisição de tratores e implementos
Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 27/08/2026.

Terra Rica, 20/08/2026.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:0F83A0AC

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002-2026

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026

CONTRATANTE: FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER, pessoa jurídica de direito público, sito na cidade de Terra Rica, Paraná, neste ato representado por seu Presidente, o Srº José Roberto Périco, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Rua Bahia, nº 159 portador do RG nº 19.518.623 SSP/PR, e do CPF nº 576.632.209-78, a seguir denominado **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: CM CONSULTORIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA LTDA, pessoa jurídica sob CNPJ. Sob nº 60.278.459/0001-83, representada pelo seu sócio proprietário, a seguir denominada **CONTRATADA.**

DOMICÍLIO: sita à Avenida Paulista, nº 302, Cj. 10, Bairro: Bela Vista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.310-000.

OBJETO: Contratação de serviços especializados para a elaboração de um estudo de Asset Liability Management (ALM), que proporcione uma análise da relação entre ativos (investimentos e recursos financeiros) e passivos (compromissos previdenciários) do RPPS ao longo do tempo, devidamente especificada na descrição detalhada do objeto, do Processo dispensa 2/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 19.08.2026.

VALOR TOTAL: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do dia 20 de Agosto de 2026.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 20 de Agosto de 2026

Fundo Previdenciário Municipal De Terra Rica- PRESOMTER
JOSÉ ROBERTO PÉRICO
Contratante

CM Consultoria e Governança Corporativa LTDA
RENAN FOGLIA CALAMIA
Contratada

Publicado por:
Elisangela Conegero
Código Identificador:472633B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 370/2026

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. TAMIRIS NEGRIZOLLI DURAN, DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR 40 HORAS PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADA,** a pedido, a servidora pública municipal Sra**. TAMIRIS NEGRIZOLLI DURAN**, matrícula nº 20202540, do cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS PSS,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, a partir do dia 20 de Agosto de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (20/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:4D34DDFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 371/2026

DECRETO Nº 371/2026

Ementa: Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Terra Rica/PR, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais a si conferidas pelo artigo 68, incisos III e XXV da Lei Orgânica do Município de Terra Rica e,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária nº 024/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Terra Rica e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Nº 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Nº 9.765/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização;

CONSIDERANDO a Lei Nº.9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, notadamente, o art. 8º, que trata da organização do Sistema Municipal de Educação, em regime de colaboração;

CONSIDERANDO o Decreto Federal Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, cujo objetivo é alfabetizar as crianças ao fim do 2º ano do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a Adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal, por meio do Decreto Nº 11.556, de 12 de junho de 2023;

CONSIDERANDO, especialmente, os artigos 4º e 5º do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023;

CONSIDERANDO a Portaria MEC Nº. 1.774 de 1º de setembro de 2023;

CONSIDERANDO a adesão municipal ao Plano de Ações do Território Estadual (PATE);

CONSIDERANDO a Resolução MEC/FNDE Nº. 22 de 24 de outubro de 2023; e

CONSIDERANDO a Portaria MEC Nº. 506 de 28 de maio de 2024,

DECRETA:

DOS PRINCÍPIOS, DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Política Municipal de Alfabetização de Terra Rica na Rede Municipal de Ensino terá como diretrizes e princípios:

I- participação ativa da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), instituídapela Portaria n. 1.774/2023, como parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II- reconhecimento da autonomia na efetivação da política pública de Alfabetização considerando as particularidades de cada Unidade Escolar;
III- reconhecimento do protagonismo das Unidades Escolares nos processos de Alfabetização, estimulando sua participação ativa nas ações do programa;
IV- fortalecimento do regime de colaboração com a União, por meio da adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V- fortalecimento do regime de colaboração com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, por meio da adesão ao Plano de Ação Territorial (PATE);
VI- combate a defasagem em relação aos níveis de alfabetização das estudantes do 3º ao 5º ano, por meio de ações específicas de acompanhamento, suporte pedagógico e recomposição da aprendizagem, por meio de Paradas Pedagógicas contínuas;
VII- promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais do município de Terra Rica, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, para garantir igualdade de oportunidades a todos os estudantes;
VIII-estímulo ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, promovendo a diversidade de abordagens e metodologias no processo de Alfabetização;
IX- valorização e compromisso com a diversidade étnico-racial e regional, fomentando a inclusão e o respeito às diferenças;
X- centralidade nos processos de ensino-aprendizagem e nas necessidades das escolas, buscando adequar as ações do programa à realidade e demandas locais;
XI- implementação de uma política de formação continuada destinada a professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares; e
XII- valorização dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, reconhecendo sua importância no desenvolvimento das crianças durante a fase de alfabetização.

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, que tratará do acompanhamento do Ciclo de Alfabetização, por meio da qual o município de Terra Rica, em colaboração com os Estados, o Distrito e Governo Federal, implementará ações voltadas à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território municipal e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito do Ensino Fundamental.

Art. 3º - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

a- **alfabetização** - desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção autônoma da escrita em um sistema alfabético;
b- **analfabetismo absoluto** - condição daquele que não sabe ler nem escrever;
c- **analfabetismo funcional** - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;
d- **consciência fonêmica** - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
e- **consciência fonológica** - conhecimento consciente dos sons das palavras, dissociando-as do seu significado e de segmentar as palavras nos sons que as constituem, no caso, as sílabas;
f- **fluência em leitura oral** - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;
g- **literacia** - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a prática social da leitura, da escrita e da oralidade (letramento);
h- **literacia familiar** - conjunto de práticas e experiências de letramento manifestadas no ambiente familiar;
i- **literacia emergente** - conjunto de práticas e experiências de letramento que se manifestam naturalmente antes da escolarização formal;
j- **numeracia** - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática que trabalham, estimulam e estruturam o raciocínio lógico;
k- **educação não formal** - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino; e
l- **multiletramento** - prática de leitura e produção de textos construídos a partir de diferentes linguagens (sonoras, visuais, escritas, corporais e digitais) e que, por isso, exigem letramentos diversificados.

Capítulo II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º - São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

- integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º doart. 211 da Constituição;
- adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação;
- fundamentação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
- ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

consciência fonêmica e fonológica;
fluência em leitura oral;
desenvolvimento de vocabulário;
compreensão de textos;
produção autônoma de texto;
prática social da leitura e da escrita; e aquisição da estrutura ortográfica e das notações léxicas.

V- adoção de referenciais de políticas públicas exitosas voltadas à alfabetização e ao letramento,baseadas em evidências científicas;
VI- integração entre as práticas pedagógicas de literacia, numeracia e multiletramento;
VII- reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter- relação e a interdependência dos domínios físico, sócioemocional, cognitivo e cultural da linguagem, da literacia e da numeracia;
VIII- aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;
IX- igualdade de oportunidades educacionais;
X- reconhecimento da prática social como um dos agentes potencializadores do processo de alfabetização; e
XI- valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores.

Art. 5º - São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I- elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;
II- contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.005/2014;
III- desenvolver estratégias previstas na Lei n° 520/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Terra Rica/PR;
IV- implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
V- assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do município de Terra Rica/PR;
VI- oportunizar o oferecimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial;
VII- fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir das realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
VIII- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
IX- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos;
X- promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
XI- impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis;
XII- promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia;
XIII- incentivar a produção e publicação de estudos científicos a partir de trabalho de estudo de caso e desenvolvimento de metodologias e estratégias de alfabetização inovadoras;
XIV- divulgar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas nas salas de aula;
XV- assegurar, na Proposta Curricular Municipal, os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças estudantes;
XVI- garantir, na Proposta Curricular Municipal, a alfabetização de crianças estudantes do campo, de comunidades tradicionais e de populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) com a produção de materiais didáticos específicos, além de desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna;
XVII- promover, anualmente, a avaliação da alfabetização das crianças estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do segundo ano do ensino fundamental;
XVIII- implementar ações de alfabetização de jovens, adultos (as) e idosos (as), com garantia de continuidade da escolarização básica.

Capítulo III
DA GOVERNANÇA

Art. 6º - Fica instituído a Comissão Municipal da Política de Alfabetização de Terra Rica – CMA.

Art. 7º -A Comissão Gestora será composta por:

I – Secretária Municipal de Educação, que exercerá a função de Presidente da Comissão;
II – Articuladora Municipal da Secretaria Municipal de Educação;
III – Coordenadora Técnica Educacional da Secretaria Municipal de Educação do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais.
IV-– Coordenadora Técnica Educacional da Secretaria Municipal de Educação da Educação Infantil.
V – Coordenadora Municipal da Política de Alfabetização da Rede Municipal.
VI - representante da Direção Escolar do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais;
VII – um representante da coordenação do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais;
VIII – um representante da Direção Escolar dos CMEIs;
IX – um representante da coordenação da Educação Infantil CMEIs;
X – um representante professora regente da Educação Infantil;
XI – um representante de professor regente do 1º Ano do Ensino Fundamental;
XII – um representante de professor regente do 2º Ano do Ensino Fundamental;
XIII – um representante do Conselho Municipal de Educação.

Capítulo IV
DO PÚBLICO ALVO

Art.8º - A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

- crianças na primeira infância;
- alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- alunos da Educação Básica regular que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização;
- alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do *caput*.

Art. 9º - São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I - professores da educação infantil;
- professores atuantes nas turmas de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental;
- professores das diferentes modalidades especializadas de educação;
- demais professores da educação básica;
- gestores escolares;
- dirigentes de redes públicas de ensino;
- instituições de ensino;
- famílias;
- organizações da sociedade civil.

Capítulo V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 10- A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:

- orientações curriculares e estabelecimento de metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental;
- capacitação de professores de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos voltada para a alfabetização e letramento;
- seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a alfabetização, literacia e numeracia, com promoção de capacitação de professores para o uso desses materiais;
- recomposição de aprendizagem para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática;
- promoção de práticas de literacia familiar;
- seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos;
- produção e disseminação de sínteses de evidências científicas e de boas práticas de alfabetização, de literacia e de numeracia;
- ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil e de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;
- difusão de recursos educacionais, preferencialmente com licenças autorais abertas, para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;
- incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis deliteracia;
- formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aosprofessores alfabetizadores da Educação Infantil, aos professores do Ensino Fundamental e aos alunos, incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico;
-elaboração, organização e aplicação de avaliação externa de larga escala nas turmas de primeiro a terceiro ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino;
XV - incentivo à organização de Programa de Apoio à Alfabetização;
XVI-incentivo à aplicação de avaliação externa de larga escala em unidades públicas do município de Terra Rica;
XVII- criação da Comissão Municipal de Alfabetização, que deverá ser composta por representantes dos seguintes segmentos:
professores alfabetizadores atuantes em turmas de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental;
professores atuantes nas turmas de Pré-Escola;
técnicos de educação do Departamento Municipal de Educação de Terra Rica/PR;
gestores educacionais atuantes em instituições públicas e/ou privadas**;**
profissionais do magistério público municipal; e
Secretário Municipal de Educação de Terra Rica/PR
XVIII- ampliação no atendimento do Conselho Municipal de Educação para que se torne também o Conselho Municipal de Alfabetização**.**

Parágrafo Único. A Comissão Municipal de Alfabetização atuará conforme regimento próprio com ações alinhadas ao Departamento Municipal de Educação de TERRA RICA-PR.

Capítulo VI
DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art.11- O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá de forma contínua.

Art. 12 - Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:

– Avaliação Diagnóstica Municipal- ADM;
- Avaliação de Fluência Leitora;
- Indice Criança Alfabetizada;
- Sistema Estadual de Avaliação – Prova Paraná;
– Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB;
– Avaliações diagnósticas institucionais;
– Demais indicadores defenidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 13 – Os resultados deverão subsidiar:

I - O plano de ação da Direção e Coordenação Pedagógica das instituições de ensino.
II- O planejamento pedagógico dos professores regentes.
III- A formação continuada desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
IV- A recomposição das aprendizagens.
V- O acompanhamento das metas das instituições de ensino e da Rede Pública Municipal de Ensino.
VI- A elaboração e monitoramento dos planos de ação das instituições de ensino.

Capítulo VII
DAS RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 14 – Compete às instituições de ensino

Elaborar o Plano Institucional de Alfabetização.
Acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos estudantes.
Realizar intervenções pedagógicas.
Participar das formações ofertadas
Promover ações de participação das famílias.
Alimentar os sisemas de monitoramento definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO VIII
DAS ATRIBUIÇÕE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 15- Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Coordenar a Política Municipal de Alfabetização.
Ofertar formação continuada.
Disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos.
Promover avaliações diagnósticas.
Acompanhar os indicadores educacionais.
Prestar assistência técnica às instituições de ensino.

Capítulo VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Compete ao Departamento Municipal da Educação e Cultura de TERRA RICA-PR a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 17 Compete ao Departamento Municipal da Educação e Cultura de TERRA RICA-PR, juntamente ao Conselho Municipal de Educação, acompanhar e monitorar a execução desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 18 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (20/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Moreirade Souza Silva
Código Identificador:AAA303E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 367/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA DAYANE DE ALMEIDA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:
Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **DAYANE DE ALMEIDA SILVA,** matrícula Nº 11590, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** referente ao período aquisitivo de 12/01/2025 a 11/01/2026, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **20/08/2026 a 08/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (20/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:5AAA568C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.17533/2026

PORTARIA n°.17533/2026

O Prefeito Municipal de Terra Roxa**,** Estado do Paraná no uso de suas atribuições, com fundamento no Art. 30 e 32, da LC nº. 1922/2021.

DETERMINA:
Art. 1° - Fica concedido, a partir de 4 de agosto de 2026, pensão a que faz jus a Menor **Rafaela Karolina Mussi**, neste ato representada por sua mãe **Tatiane Pereira**, no valor de 50% da aposentadoria ou sobre como se aposentado por incapacidade permanente, acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo 100%, no valor de R$ 888,88 (Oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mais a Cota Adicional por dependente (10% da base de cálculo) de R$177,78 (Cento e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), totalizando R$ 1.066,66 (Um mil, sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) mais R$ 554,34(Quinhentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) de complementação para atingir o piso salarial (§2º do art. 201 da CF), sendo o valor total da Pensão de R$ 1.621,00(Um mil seiscentos e vinte um reais), pelos direitos adquiridos, respectivamente, do servidor Sr. **Bertoluci Mussi,** falecido em 4/08/2026, nos termos o Art. 30 e 32 da LC nº. 1922/2021.
Art. 2° - A Revisão da Pensão dar-se-á na forma da Legislação específica.
Art. 3° - Fica estipulado como proventos mensais de sua Pensão o valor constante na planilha de cálculo de proventos, Salário Mínimo vigente no País.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 4/08/2026, revogado as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Terra Roxa – PR, 20 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Balonekr Dos Santos
Código Identificador:65A53FB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°345-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 345/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 70/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 14 de agosto de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato

representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: M A M VIDAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.576.614/0001-77, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. DILSON ANTONIO MARTINS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 712.265.597-00, com endereço à Rua CÉLIO W. MOREIRA, 670, SÃO LUIZ - 27.286-220, Volta Redonda - RJ.

OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA, DE MUDAS ARBÓREAS E ORNAMENTAIS, GRAMA, SEMENTES E INSUMOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TERRA ROXA - PR, RELACIONADAS À ARBORIZAÇÃO URBANA, PAISAGISMO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 5.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:BF3F8D1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
ERRATA-LEI 1105 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EDITAL DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio de seu Presidente, Vereador Juliano dos Santos, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que a publicação da Lei Municipal nº 1.105, de 18 de agosto de 2026, veiculada na Edição nº 3598 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 19/08/2026 (Código Identificador: 58CF7A61), continha incorreção material ao incluir dispositivos que haviam sido objeto de Veto Parcial mantido pelo Plenário desta Casa de Leis na 20ª Sessão Ordinária, realizada em 03/06/2026;

RESOLVE:

RETIFICAR e REPUBLICAR na íntegra o texto oficial da LEI MUNICIPAL Nº 1.105, DE 18 DE AGOSTO DE 2026, com a efetiva supressão dos dispositivos vetados (Art. 2º, § 2º; Art. 3º, inc. IV; e Arts. 4º, 5º e 6º do Projeto de Lei originário) e consequente readequação da numeração dos seus artigos, passando a viger com a seguinte redação:

LEI Nº 1105, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a disponibilização de acesso digital aos débitos tributários municipais por meio de QR Code na Galeria Cidadã e em órgãos públicos municipais, e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, por proposição dos vereadores Juliano dos Santos e Pedro Luiz da Rocha, aprovou, e eu, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui mecanismos de facilitação de acesso do contribuinte às informações e à quitação de débitos tributários municipais, mediante utilização de QR Code e ferramentas digitais, no âmbito do Município de Tijucas do Sul, em conformidade com os princípios da publicidade, eficiência e transparência previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), observadas as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Art. 2º O Poder Executivo deverá disponibilizar, na denominada Galeria Cidadã e em outros espaços públicos de atendimento ao cidadão, cartazes informativos contendo QR Code que permita o acesso digital ao sistema de consulta e emissão de débitos tributários municipais.

Parágrafo único. O acesso deverá ser realizado por meio de ambiente eletrônico seguro, mediante identificação do contribuinte por CPF ou CNPJ e outros dados de autenticação necessários.

Art. 3º O sistema acessado por meio do QR Code deverá permitir, no mínimo:
I – consulta de débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
II – consulta de débitos referentes à taxa de coleta de lixo;
III – emissão de boletos ou guias de pagamento atualizadas;
IV – acesso ao histórico de débitos, quando disponível;
V – identificação de encargos, multas e juros incidentes.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação dos mecanismos previstos nesta Lei:
I – nos órgãos públicos municipais;
II – no sítio eletrônico oficial do Município;
III – nas redes sociais institucionais;
IV – por meio de campanhas informativas, sempre que possível.

Art. 5º O Poder Executivo poderá disponibilizar o acesso previsto nesta Lei também por meio de terminais de autoatendimento nos órgãos públicos municipais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, especialmente quanto aos requisitos técnicos do sistema, segurança da informação e forma de autenticação do usuário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tijucas do Sul, 18 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:77C80AEC

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N0 21, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N0 21, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede férias ao servidor comissionado Joaquim Mamedes Laska Júnior.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias ao servidor comissionado JOAQUIM MAMEDES LASKA JÚNIOR, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, matrícula nº 584, no total de 30 (trinta) dias, a contar do dia 08/09/2026, referentes ao período aquisitivo de 08/04/2025 a 07/04/2026.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, 20 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:085F50F7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6336, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública, para fins de prevenção e mitigação de riscos de inundação, melhoria da drenagem urbana e proteção ambiental, trecho do Rio da Palha, localizado na área urbana do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, destinado á execução de serviços de desassoreamento, manutenção preventiva e demais intervenções ambientalmente autorizadas.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a competência do Município para promover ações de planejamento, prevenção e redução dos riscos de desastres, bem como a adequada gestão dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção preventiva dos cursos d'água situados na área urbana do Município, especialmente daqueles que integram o sistema natural de drenagem e contribuem para o escoamento das águas pluviais;

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações preventivas destinadas à redução dos riscos de alagamentos, enchentes, inundações, erosões e demais eventos hidrológicos adversos que possam atingir a população, os imóveis, as vias públicas e a infraestrutura urbana;

CONSIDERANDO o assoreamento existente em trecho do Rio da Palha, com consequente redução da capacidade de escoamento e comprometimento das condições naturais de drenagem do curso d'água;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas e de manutenção antes da ocorrência de eventos hidrológicos de maior intensidade;

CONSIDERANDO as previsões climáticas para o período de 2026/2027, que indicam elevada probabilidade de ocorrência de evento El Niño de forte intensidade, com possibilidade de alteração dos regimes de precipitação e aumento da ocorrência de eventos extremos em determinadas regiões;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa IAT nº 15, de 30 de junho de 2026, ao regulamentar o art. 20 da Lei Estadual nº 22.252/2024, reconhece a possibilidade de adoção de ações de prevenção e mitigação de urgência fundamentadas em projeções oficiais de modelos climáticos referentes a fenômenos com potencial de impacto no Estado do Paraná, contemplando expressamente o desassoreamento e a limpeza emergencial de calhas de rios, canais e córregos como medidas destinadas à prevenção de transbordamentos e inundações;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 01/2026, da Defesa Civil do Estado do Paraná e do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – SIMEPAR, que, ao analisar o cenário do fenômeno El Niño 2026/2027, identifica a possibilidade de aumento da frequência de eventos meteorológicos severos, incluindo inundações e enxurradas, e recomenda aos gestores municipais a adoção de ações de engenharia preventiva, tais como a desobstrução de galerias pluviais, dragagem de canais e remoção de materiais capazes de obstruir o fluxo das águas, em consonância com a Instrução Normativa IAT nº 15, de 30 de junho de 2026, que contempla o desassoreamento e a limpeza emergencial de calhas de rios, canais e córregos entre as ações de prevenção e mitigação destinadas a evitar transbordamentos e inundações;

CONSIDERANDO que a prevenção e a mitigação de riscos de desastres constituem medidas de interesse público e de proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que a legislação ambiental federal reconhece como hipótese de utilidade pública as atividades e obras de defesa civil e as atividades e obras que comprovadamente proporcionem melhoria das funções ambientais, observadas as demais exigências legais;

CONSIDERANDO a necessidade de que qualquer intervenção no curso d'água e em suas áreas marginais seja previamente submetida aos procedimentos de licenciamento, autorização ou anuência dos órgãos ambientais e demais órgãos competentes, quando exigíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar o leito natural do curso d'água, evitando intervenções que impliquem alteração indevida de sua seção, traçado ou características ambientais;

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de prevenção e mitigação de riscos de inundação, melhoria da drenagem urbana, defesa civil, manutenção preventiva e proteção ambiental, a área correspondente ao trecho do Rio da Palha, situado na área urbana do Município de Tijucas do Sul, Paraná, conforme delimitação, inicia-se nas coordenadas geográficas aproximadas latitude 25°55'59.96"S e 49°10'58.56"O, encerra-se nas coordenadas geográficas aproximadas latitude 25°54'45.61"S e longitude 49°11'25.77"O, extensão aproximada de 3 km de extensão, em perímetro urbano.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade viabilizar, observada a legislação aplicável, a realização de estudos, levantamentos, projetos, licenciamento ambiental, autorizações, serviços e intervenções necessários à manutenção preventiva e à melhoria das condições de escoamento do Rio da Palha.

Art. 3º Poderão ser executadas, no trecho objeto deste Decreto, desde que devidamente autorizadas pelos órgãos competentes, as seguintes ações:
I – desassoreamento e remoção de sedimentos acumulados no leito do curso d'água;
II – Retirada de materiais, resíduos e obstruções que comprometam o fluxo regular das águas;
III – Manutenção preventiva da calha do rio, observadas as características naturais e o leito regular existente;
IV – Adoção de medidas de prevenção e controle de processos erosivos e de instabilidade das margens;
V – Implantação de medidas necessárias à segurança das margens e à proteção da infraestrutura pública existente;
VI – Recuperação ou recomposição ambiental das áreas eventualmente afetadas pela intervenção;
VII – Monitoramento das condições hidráulicas, ambientais e de estabilidade das margens;
VIII – Outras medidas tecnicamente justificadas e autorizadas pelos órgãos competentes, necessárias à prevenção e mitigação de riscos de inundação.

Art. 4º As intervenções previstas neste Decreto deverão ser executadas de acordo com projeto técnico, estudos ambientais, memorial descritivo e demais documentos que instruírem o respectivo procedimento administrativo e deverão observar integralmente as condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais e de recursos hídricos competentes.

Art. 5º A execução das intervenções previstas neste Decreto ficará condicionada à obtenção das licenças, autorizações, outorgas, cadastros, anuências e demais atos administrativos exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. A declaração de utilidade pública prevista neste Decreto não substitui nem dispensa o licenciamento ambiental, as autorizações para intervenção em Área de Preservação Permanente, os procedimentos relativos aos recursos hídricos ou quaisquer outros atos administrativos exigidos pelos órgãos competentes.

Art. 6º As intervenções deverão priorizar a manutenção das características naturais do Rio da Palha, vedada a alteração do seu traçado ou da sua seção natural além do que for tecnicamente indispensável e expressamente autorizado no respectivo procedimento ambiental, exclusivamente quando de conhecimento e autoria do poder público municipal.

Art. 7º O Município poderá promover, diretamente ou mediante contratação de terceiros, os estudos, projetos, serviços, obras e demais atividades necessárias à execução das ações previstas neste Decreto, observada a legislação aplicável às contratações públicas.

Art. 8º As Secretarias Municipais competentes, especialmente as áreas de Obras, Meio Ambiente, Planejamento, Administração e Defesa Civil, ficam autorizadas a adotar as providências administrativas necessárias à implementação das medidas previstas neste Decreto, em articulação com os órgãos ambientais e de recursos hídricos competentes.

Art. 9º Sempre que tecnicamente recomendável, as intervenções deverão ser acompanhadas de medidas de controle de sedimentos, prevenção de turbidez excessiva, proteção da fauna aquática, proteção das margens e recomposição ambiental das áreas eventualmente impactadas.

Art. 10. A delimitação precisa do trecho objeto da presente declaração de utilidade pública será a que integra este Decreto para todos os efeitos legais.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:10C19AE4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6337, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **JOICE FERNANDA ALMEIDA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 9.148.928-7/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, desenvolvendo suas atividades de assessoria na Secretaria Municipal de Agricultura e demais funções descritas no Art. 18 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026.**

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:7692A36F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6338, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **JANAINA CARVALHO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 13.034.943-9/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, desenvolvendo suas atividades de assessoria na Secretaria Municipal de Saúde e demais funções descritas no Art. 17 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.**

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:189618E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 372, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **ROBISON RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA,** inscrito no R.G. sob o nº 10.826.334-2/SSP/PR, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula funcional nº 119322, em virtude de sua participação em "Jogos da Integração do Idoso", a ser realizado nos dias 20 a 24 de agosto de 2026, na cidade de Guaratuba – PR, conforme memorando nº 742/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:E29CA94F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO Á DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

Á vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no artigo 76, da Lei Federal 14.133/2021, CONSIDERANDO que a

ASSESSORIA JURÍDICA atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 75, incisos I a XVI da Lei 14.133/2021, da Leis das Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO nº**. *08/2026***. Autorizo em consequência, a proceder-se à aquisição nos termos da adjudicação expedida, conforme abaixo descrito:
Objeto: **Contratação de serviços especializados de consultoria de investimentos, com atendimento presencial e remoto, que visa proporcionar aos gestores a possibilidade de planejar, avaliar e gerenciar os investimentos dos recursos financeiros do regime de previdência de forma eficaz e objetiva, acompanhando a rentabilidade mensal da carteira, os riscos envolvidos em cada fundo de investimento, o enquadramento legal, além de todos os elementos necessários ao cumprimento das obrigações estipuladas nas normas e legislações vigentes, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.**
Empresa: MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CNPJ: 14.813.501/0001-00
Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) ao ano, considerando o período de 12 (doze) meses.
Dotação Orçamentaria**: 30**
Elemento de Despesa**: 3.3.90.35 (Serviços de Consultoria)**
Fonte**: 100**
Justificativa anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº ***08/2026***;

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial á prevista no caput do artigo 75 caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.
Tijucas do Sul, 20 de agosto de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Eliza Cruz de Freitas
Código Identificador:38A30301

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 2 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 21 - ANO 2024

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N°21/2024	Inexigibilidade n°23/2024	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (17.06.2027) e correção monetária.	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA -APC CNPJ: 76.659.820/0046-53	18/06/2026.

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:54BC6408

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 85 - ANO 2023

Nº DO CONTRATO	PROCESSO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 85/2023	Dispensa N° 37/2023	Prorrogação de prazo por 06 (seis) meses. (28/01/2027).	**FRATERNITAS** **CNPJ: 75.173.674/0001-97**	29/07/2026.

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:7AA97070

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

CIAS
ADITIVO DE PRAZO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA

CIAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO
PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA Nº 01/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2025
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2025

CONTRATADO: "BIO GESTÃO CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA", CNPJ nº 51.530.550/0001-53.
DISPENSA Nº: 01/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, consultoria ambiental e gestão de projetos, visando o planejamento, o gerenciamento e a execução de todas as obrigações estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o CIAS e o Instituto Água e Terra (IAT).
Aditivo de prazo: Prorrogação por 2 (dois) meses.
Vigência: 03/10/2026

Japira, 11 de agosto de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Presidente do CIAS

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:53549F92

CIAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA

CIAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATADO: "GOMES ARQUEOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.". **CNPJ:** 52.170.748/0001-36
DISPENSA Nº: 01/2026
Objeto: Contratação direta por dispensa de Licitação de empresa especializada para a execução de serviços de pesquisa arqueológica e licenciamento ambiental em nível III junto ao IPHAN para a implantação no CIAS.
Valor: R$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).
Prazo para conclusão dos serviços: 03/10/2026

Japira, 13 de agosto de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Presidente do CIAS

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:CE487072

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, **20 de agosto de 2026**
A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA os(as) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **25 de agosto, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática dos(as) candidatos(as) aprovados(as), a saber:

Cargo: "PROFESSOR – ZONA RURAL 2"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
DANIEL RICIERE SENE DOS SANTOS	120.XXX.XXX-75	20,00	22º
KARINE PEREIRA DO AMARAL	059.XXX.XXX-07	10,00	23º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:31B80AD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 38/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 079/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **08 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANTERNAGEM, FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTOMOTIVA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS DE FÁBRICA OU HOMOLOGADOS PELAS MONTADORAS) E A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 9 8824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:A85955F8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PROCESSO ADM: Nº 61/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS VIAS URBANAS E NOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
Empresas vencedoras valor total: R$ 357.006,30 (trezentos e cinquenta e sete mil e seis reais e trinta centavos): **G. M. POSSAN LTDA** (46481010000197) com os lotes: 2, 3, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 23, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 49, 51, 52 no valor total de R$ 60.162,50 (sessenta mil e cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). **ROCCO BARROCO COM DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA** (80799786000198) com os lotes: 1, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 no valor total de R$ 296.843,80 (duzentos e noventa e seis mil e oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), terça-feira, 18 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:B668C277

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PROCESSO ADM: Nº 61/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS VIAS URBANAS E NOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
Empresas vencedoras valor total: R$ 357.006,30 (trezentos e cinquenta e sete mil e seis reais e trinta centavos): **G. M. POSSAN LTDA** (46481010000197) com os lotes: 2, 3, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 23, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 49, 51, 52 no valor total de R$ 60.162,50 (sessenta mil e cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). **ROCCO BARROCO COM DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA** (80799786000198) com os lotes: 1, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 no valor total de R$ 296.843,80 (duzentos e noventa e seis mil e oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), terça-feira, 18 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:2910644A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
LEI N° 1.067 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Tunas do Paraná, estabelece diretrizes para o desenvolvimento das ações de alfabetização, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Tunas do Paraná, com a finalidade de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio do regime de colaboração entre União, Estado e Município.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 15.247/2025, pela Lei Estadual nº 21.323/2022 e pela Resolução SEED nº 5.158/2023.;

Art. 2º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - O regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II - A garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III - A promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de inclusão;
IV - A valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V - A formação continuada permanente voltada à qualificação profissional e ao suporte pedagógico dos educadores;
VI - O estímulo à leitura e à escrita como práticas sociais, transformando o livro em instrumento de descoberta, imaginação e cidadania;
VII - A identificação precoce de dificuldades na aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática;
VIII - O diagnóstico precoce e a oferta de intervenções tempestivas para estudantes que apresentem transtornos ou dificuldades de aprendizagem de origens diversas;
IX - A gestão democrática e integrada entre as unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação, o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal;
X - A garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - Elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II - Assegurar a alfabetização de todos os estudantes da rede municipal até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, garantindo os direitos de aprendizagem na idade certa;
III - Promover a equidade educacional, diminuindo as disparidades de rendimento entre as diferentes instituições de ensino do município;
IV - Agilizar a identificação e o encaminhamento de alunos para a Avaliação Psicoeducacional, garantindo intervenções precoces e apoio especializado;
V - Assegurar a recomposição da aprendizagem e o acompanhamento pedagógico contínuo, por meio do fortalecimento do reforço escolar para estudantes com baixo rendimento ou defasagem;
VI - Garantir a articulação pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
VII - Incentivar o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VIII - Contribuir para o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação (PME).

Art. 4º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - Priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II - Promoção de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escuta, da escrita, da oralidade, da produção textual e da compreensão leitora e matemática;
III - Assistência técnica e pedagógica contínua às equipes gestoras e unidades escolares;
IV - Acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
V - Implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VI - Incentivo a práticas que desenvolvam a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil, com ações integradas entre a pré-escola e o 1º ano do Ensino Fundamental;
VII - Promoção da participação das famílias no processo educativo;
VIII - Garantia de estratégias pedagógicas inclusivas e acessíveis aos estudantes público-alvo da Educação Especial

Art. 5º. Constitui público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I - Crianças matriculadas na pré-escola, com idade de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos;
II - Estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 6º. São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização.

I - Gestores municipais;
II - Equipes pedagógicas e gestores escolares;
III - Educadores da Educação Infantil e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
IV - Comunidade escolar.

Art. 7º. Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio das seguintes ações;

I - Definição de orientações curriculares e metas mensuráveis;
II - Adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III - Utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio;
IV - Desenvolvimento e implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens para estudantes não alfabetizados na idade certa;
V - Adesão às avaliações formativas, internas e externas, com monitoramento contínuo das aprendizagens;
VI - Análise e utilização de indicadores educacionais para o planejamento pedagógico.

Art. 8º. Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
I - Acompanhamento dos resultados de aprendizagem e das avaliações internas e externas;
II - Definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III - Sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV - Avaliação da efetividade das ações e utilização dos resultados para o replanejamento pedagógico.

Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Tunas do Paraná a coordenação estratégica, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações decorrentes desta Lei.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 20 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:1B4EEE28

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 044, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a alteração de fiscal de contrato para a Secretaria de Educação no ano exercício de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos termos do art. 117, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e Portaria n°. 06 de 20 de janeiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora KAROLYNE PRESTES DOS SANTOS, matrícula n°. 1323, para exercer a função de fiscal de contratos de bens e serviços, no ano exercício de 2026, da Secretaria de Educação, limitando-se a objetos de natureza simples, excluindo obras de engenharia ou contratos complexos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, ficando mantidas as demais determinações da Portaria n°. 06 de 20 de janeiro de 2026.

Tunas do Paraná, 12 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:9AD0FC9E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 53-2026

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 53/2026 cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de **Empresa para Prestação de Serviços de Pedreiros e Ajudante de Pedreiro**, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital – Termo de Referência, do presente Edital, para as empresas:

OSX CONSTRUTORA LTDA– CNPJ: 57.263.351/0001-02
LOTE 01: no valor total de R$ 154.642,50 (cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
LOTE 03: no valor total de R$ 118.665,00 (cento e dezoito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).

JOEL TINFEL GONÇALVES DE ALMEIDA– CNPJ: 37.503.327/0001-96
LOTE 02: no valor total de R$ 52.103,00 (cinquenta e dois mil, cento e três reais).
LOTE 04: no valor total de R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 20 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:347E71E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 143-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 143/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 04/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Servente de Limpeza – Sede- 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Ione de Fátima de Lima Cordeiro	61º

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2BDD13DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 150/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2026

Contrato Administrativo nº 150/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 69/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: PNK COMERCIO DE BOLSAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 00.748.212/0001-51, com sede localizada na Rua Baldur Magnus Grubba, Nº 2865, no Município de Curitiba/PR, CEP 81.050-610, neste ato representada por Nilce Salete Trombetta, portadora do CPF/MF sob o nº 713.715.089-68 - **Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MOCHILAS ESCOLARES INFANTIS COM CARRINHO E ESTOJOS ESCOLARES, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR– **Prazo de Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do dia 19/08/2026 até 18/08/2027 - **Valor global:** Valor total do Contrato

Administrativo: R$ 145.239,00 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais) - **Gestora:**SilvaneRickli Horst Schneider– **Fiscal**: Samoel Cordeiro de Souza Primo - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:344EBA43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 14/2025

CONTRATANTE: Município de Turvo-PR, Estado do Paraná, com sede à Av. 12 de Maio, inscrito no CNPJ nº 78.279.973/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, e

CONTRATADA:PAVILLUZZOPAVIMENTACAO LTDA, CNPJ 82.570.342/0001-01, localizada GLB BANCO DEAREIA - PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA,representada por DIENARO PIETROBELLI DELLAI portador da cédula de identidadeRG n. º 709.212.789-8 SESP-RS, inscrito no CPF sob n. º 064.839.239-29, residente naGLB Banco de Areia – Pedreira Fazenda Cristalina S/N, Bairro Rural, denominada CONTRATADA.

OBJETO: Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminosousinado a quente (CBUQ), área de 20.459,71 m², compreendendo: serviços preliminares;terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços deurbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico - lote 1.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica prorrogado por **150 (cento e cinquenta) dias** o prazo de execução do Contrato Administrativo nº14/2025, de forma que a data para o seu termo final passa a ser **17 de janeiro de 2027.**

GESTORA: Noeli Maria Bastos Seguro
FISCAL: Gustavo Pereira Veronez

FORO: Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:32055A0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO N° 97/2026

Por meio do presente termo torno público, para conhecimento de tantos quanto possa interessar, que foi declarada **DESERTA** a licitação conduzida pelo Município de Turvo na forma do "Pregão Eletrônico N° 97/2026", uma vez que não acudiu interessados no Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes institucionais das campanhas de saúde – agosto azul, setembro amarelo, outubro rosa e novembro vermelho – destinados ao atendimento dos programas de saúde pública da secretaria municipal de saúde do município de Turvo/PR. Determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo a que ele se refere, devendo, entretanto, serem reaproveitados todos os atos que puderem ser utilizados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.

Turvo/PR, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:3CBB73D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 601-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 19 de agosto de 2026, o contrato de trabalho nº 43/2025, da senhora **Marilete Correia da Luz de Oliveira,** inscrita no CPF nº 060.904.139-84, de prestação de serviços no cargo de Servente de Limpeza, lotada na Escola Municipal Professor Elias Abrahão, na Secretaria Municipal de Educação, admitida através de aprovação no PSS nº 04/2025. Em atenção a solicitação da mesma através do protocolo nº 3.167/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E2D78181

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 602-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica definido o retorno ao trabalho do servidor **Valdinei Freitas**, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Leves e Emergências, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 20 de agosto de 2026, em virtude da realização de perícia médica, que determinou o encerramento antecipado da Licença para Tratamento de Saúde concedida pela Portaria nº 549/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 549/2026.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 19 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:26D49867

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 603-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para a servidora temporária **Adriane Aparecida dos Santos,** Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, no período de 24 de agosto de 2026 a 02 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 04 de junho de 2025 a 03 de junho de 2026.

Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20(vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 20 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E8C4C481

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 604-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Promove o servidor efetivo **Marcos Bilobram**, Motorista de Transporte Coletivo, lotado no Departamento de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, sendo promovido para a Classe C com progressão ao Nível 06, Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo – PR, se dá em virtude de conclusão do curso Técnico em Administração, conforme certificado apresentado através do protocolo nº 3.188/2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 20 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9E098F9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATA DE SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 97/2026

Às 08h30min do dia 20 de agosto de 2026, reuniram-se no Departamento de Licitações e Contratos de Turvo aPregoeira da Comissão de Licitações e a Equipe de Apoio para, nos termos na Lei Federal 14.133/21, dar prosseguimento ao procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico N° 97/2026, cujo objeto é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes institucionais das campanhas de saúde – agosto azul, setembro amarelo, outubro rosa e novembro vermelho – destinados ao atendimento dos programas de saúde pública da secretaria municipal de saúde do município de Turvo/PR. Na ocasião, foi constatado que nenhuma empresa interessada cadastrou propostas até o horário limite para recebimento dos mesmas, circunstância na qual achou-se por bem declarar **DESERTO** o Pregão Eletrônico N° 97/2026. Em sequênciaa Sessão foi encerrada com a lavratura da presente Ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira

DAIANE CORRÊA BATISTA DESSANOSKI
Secretária

***CHEILA* TORTELI**
Membro

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:4FBA3695

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026 COMPRAS.GOV N° 35/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de concreto usinado.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 16 de setembro de 2026.
Início da Sessão:16 de setembro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 49.914,16 (quarenta e nove mil, novecentos e quatorze reais e dezesseis centavos).

Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 20 de agosto de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira
(Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:56358261

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 93/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 3.695/2026 (1Doc), **ADJUDICA E HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 93/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de torno mecânico e soldas, destinados à manutenção de veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota municipal, conforme a necessidade da administração pública, manutenção e reparos de auto

elétrica e parte eletrônica da frota municipal, de acordo com a seguinte indicação:
Lote n° 01 em favor da empresa **61.059.205 MELQUISEDEQUE JUNIOR TAVARES (CNPJ N° 61.059.205/0001-37)** pelo valor global R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).
Lote n° 02 em favor da empresa **40.410.700 JONAS BAGGIO (CNPJ N° 40.410.700/0001-79)** pelo valor global R$82.825,00 (oitenta e dois mil oitocentos de vinte e cinco reais).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 20 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:C765DF1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PAUTA DA ORDEM DO DIA - DIA 24/AGOSTO/2026 - SESSÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 071/2026 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso, a título gratuito e com encargos, com dispensa de licitação, do imóvel que especifica ao Centro Infantil Menino Deus, e dá outras providências.
Do Poder Executivo Municipal**.**
EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.
PROJETO DE LEI Nº 059/2026 – Institui o Dia Municipal de Conscientização e Combate ao Feminicídio no âmbito do Município de Umuarama e dá outras providências.
Do Vereador Luiz Antonio Caviquioli.
EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.
Edifício Vereador Antônio Milton Siqueira, em 20 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:E5222F9D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 195/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: SOUZA – AGÊNCIA DE TURISMO E CONSULTORIA DE INFORMAÇÕES LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada de serviços de turismo, hotelaria e transporte rodoviário de passageiros, para a realização de viagens turísticas para idosos, com destino às cidades de Foz do Iguaçu/PR, Curitiba/PR/ Morretes/PR, em atendimento ao Projeto Paraná Viaja Mais 60 e à Deliberação nº 024/2023-CEDI/PR, organizado pela Secretaria de Assistência Social do município de Umuarama/PR.
Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027.
Valor: R$ 95.878,98 (noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/06/326 e no Pregão Eletrônico n° 053/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.075/2026, em 13 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 17 de agosto de 2026, edição nº. 3596, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 20 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:2577B74A

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
ESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026, EDITAL DE LICITAÇÃO 13/2026

Contratante: Empresa Pública de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Umuarama - EPISU.
Contratada: Emene Engenharia e Infraestrutura LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de engenharia civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para ampliação, recuperação, manutenção e conservação do sistema de galerias de águas pluviais e obras complementares em diversos pontos na sede e nos distritos do Município de Umuarama/PR, pelo período de 12 (doze) meses,
Vigência: **14/08/2026 a 13/08/2027**.

Valor Total: R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 17/2026, no Processo Licitatório n° 13/2026, homologado em 11 de agosto de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 12 de agosto de 2026, edição nº 3593 que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais legislações aplicáveis.
Umuarama, 20 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Direto Presidente EPISU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4FBDFAF6

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026, EDITAL DE LICITAÇÃO 14/2026

Contratante: Empresa Pública de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Umuarama - EPISU.
Contratada: NORTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de Tubos de concretos para ampliação, recuperação, manutenção e conservação do sistemas de galerias de águas pluviais e obras complementares na sede e nos distritos de Umuarama pelo período de 12 (doze) meses**.**
Vigência: **13/08/2026 a 12/08/2027**.

Valor Total: R$ R$ 1.368.355,00 (Um milhão trezentos e sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 18/2026, no Processo Licitatório n° 14/2026, homologado em 11 de agosto de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 12 de agosto de 2026, edição nº 3593 que integram o presente Termo, e nos

fundamentos e disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais legislações aplicáveis.
Umuarama, 20 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Direto Presidente EPISU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B37E2EB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N°27, DE 13 DE AFGOSTO DE 2026

Súmula: Aprova a versão final da minuta de projeto de lei que dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, da Conferência Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Umuarama, e revoga as Resoluções CMAS nº 13/2026 e nº 15/2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Lei Municipal nº 4.081, de 25 de maio de 2015, e seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, que estabelece diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios;
CONSIDERANDO os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Temporária de Revisão da Lei e do Regimento Interno do CMAS, com vistas à adequação da legislação municipal às normativas que disciplinam o controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 13, de 25 de março de 2026, que aprovou a minuta de projeto de lei que dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, da Conferência Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Umuarama;
CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 15, de 9 de abril de 2026, que aprovou inclusões na minuta de projeto de lei anteriormente aprovada pela Resolução CMAS nº 13/2026;
CONSIDERANDO a capacitação destinada aos conselheiros do CMAS, realizada no mês de maio de 2026, que possibilitou o aprofundamento das discussões acerca da organização, das competências e do funcionamento do Conselho e de suas instâncias, fornecendo subsídios para a reanálise e revisão da minuta, com vistas ao seu aprimoramento e à adequação às normativas que disciplinam o controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, reunido ordinariamente em 13 de agosto de 2026, que apreciou e aprovou a versão final da minuta de projeto de lei;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a versão final da minuta de projeto de lei que dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, da Conferência Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Umuarama, na forma do Anexo desta Resolução.
Parágrafo único. A minuta de projeto de lei aprovada por esta Resolução substitui integralmente as versões anteriormente aprovadas pelas Resoluções CMAS nº 13, de 25 de março de 2026, e nº 15, de 9 de abril de 2026.
Art. 2º Encaminhar a versão final da minuta de projeto de lei ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para apreciação e adoção das providências cabíveis, especialmente quanto à análise pela Procuradoria Jurídica do Município e posterior envio ao Poder Legislativo.
Art. 3º Ficam revogadas as Resoluções CMAS nº 13, de 25 de março de 2026, e nº 15, de 9 de abril de 2026.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 13 de agosto de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

MINUTA DE PROJETO DE LEI

LEI Nº xxxx

De: xxx de xxx de 2026.

Reorganiza o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e a Conferência Municipal de Assistência Social, instituídos pela Lei nº 1.956, de 11 de dezembro de 1995, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às pessoas em situação de riscos e vulnerabilidades sociais.
Art. 2º A assistência social tem por objetivos:
I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
b) o amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.
Art. 3º Consideram-se organizações da sociedade civil de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
§ 1º São de atendimento aquelas organizações da sociedade civil que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da legislação vigente, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da legislação vigente, e respeitadas as deliberações do CNAS.
§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades

sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da legislação vigente, e respeitadas as deliberações do CNAS.

Art. 4º Às organizações da sociedade civil de assistência social, é obrigatório o reconhecimento de utilidade pública, através de processo próprio, conforme o disposto na legislação municipal.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, é uma instância deliberativa colegiada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, autônomo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado a estrutura do Órgão Gestor da Assistência Social, garantindo o controle social desse Sistema.

Art. 6º O CMAS será composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal, sendo:

I – em número de 9 (nove) representantes governamentais, indicados pelo chefe do Poder Executivo, preferencialmente de setores que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, prioritariamente:

a) Assistência Social (majoritariamente);
b) Saúde;
c) Educação;
d) Trabalho e Emprego;
e) Planejamento e Finanças;
f) Previdência;
g) Direitos Humanos;
h) Habitação;
i) Segurança Alimentar.

II – em número de 9 (nove) representantes da sociedade civil, respeitada a participação das seguintes categorias:

a) 03 (três) usuários e/ou organizações dos usuários da assistência social;
b) 03 (três) organizações da sociedade civil e de assistência social;
c) 03 (três) organizações de trabalhadores do setor.

§ 1º Os representantes da sociedade civil serão eleitos em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público, observado o prazo mínimo de trinta dias antes do término dos respectivos mandatos vigentes.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá propiciar infraestrutura para que a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social garanta suporte operacional na eleição da sociedade civil.

§ 3º Não há impedimento para a participação de qualquer servidor, na representação governamental, no Conselho, contudo, sugere-se que sejam escolhidos dentre os que detenham efetiva capacidade de representação do segmento.

§ 4º Entende-se por organizações da sociedade civil e de assistência social as instituições legalmente constituídas, que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assessoramento e defesa e garantia dos direitos, tendo por atividade principal uma ou mais das ações mencionadas nos parágrafos do art. 3º, desta Lei.

§ 5º Entende-se por usuários pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; e as organizações de usuários aquelas que são juridicamente constituídas, que tenham estatutariamente, entre seus objetivos a defesa e garantia dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à Política de Assistência Social.

§ 6º Entende-se por Categoria dos Trabalhadores do Setor, todas as formas de organização de trabalhadores do setor, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social.

Art. 7º Fica impedido de representar o segmento dos trabalhadores na composição do CMAS e no processo de conferências o profissional que estiver no exercício em cargo de designação, função de confiança, cargo em comissão ou de direção na gestão da Rede Socioassistencial Pública ou de Organizações da Sociedade Civil.

Parágrafo único. É vedado ao trabalhador ocupar vaga destinada ao segmento de usuário.

Art. 8º O(a) secretário(a) de assistência social, se for conselheiro(a), deve se abster em votações de matéria de aprovação de contas, por observância ao princípio da moralidade.

§ 1º As instituições representantes das categorias dispostas no art. 6º, II, “b” e “c”, indicarão um titular e seu respectivo suplente para participarem do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, na condição de membros.

§ 2º As instituições representantes das categorias dispostas no art. 6º, II, “b” e “c”, poderão substituir seus representantes, a qualquer tempo, mediante solicitação formal apresentada ao Plenário do CMAS.

§ 3º Os conselheiros titulares e suplentes representantes da categoria disposta no art. 6º, II, "b", terão sua vaga assegurada no Conselho Municipal de Assistência Social enquanto a organização da sociedade civil e de assistência social estiver legalmente inscrita perante o CMAS.

§ 4º Os conselheiros titulares e respectivos suplentes representantes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Chefe do Executivo, que poderá destituí-los *ad nutum*.

§ 5º O Poder Executivo Municipal deverá garantir que seja realizada a publicação da nomeação dos(as) conselheiros(as) governamentais e da sociedade civil, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, antes da posse e em prazo adequado e suficiente para não ocorrer descontinuidade no funcionamento do Conselho.

Art. 9º Nos casos de inexistência ou vacância de representantes dos segmentos dispostos no artigo 6º, II, a vaga correspondente será destinada para o candidato, organização da sociedade civil ou organização de trabalhadores do setor sequencialmente mais votado no processo eleitoral, dentro do mesmo segmento de representação.

Parágrafo único. Caso persista a vacância a que se refere o *caput* deste artigo, o CMAS deliberará pela convocação de Assembleia para a eleição de representante do respectivo segmento.

SEÇÃO II
DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 10. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS serão nomeados por ato do Chefe do Executivo Municipal, conforme critérios estabelecidos no artigo 6º desta Lei, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução/reeleição por igual período.

§ 1º Na hipótese de não preenchimento de vagas no processo eleitoral regular, em um fórum eleitoral complementar, a organização representada poderá se candidatar mais de dois mandatos, desde que substitua o representante que já teve mandato por duas vezes, de modo a evitar vacância e garantir a paridade entre governo e sociedade civil.

§ 2º Fica ressalvada a possibilidade de recondução das representações governamentais, garantindo a alternância do servidor, devendo o gestor público justificar a razão ao Pleno do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 3º Fica vedada a segunda recondução/eleição para o mandato imediatamente subsequente, de conselheiro titular e/ou suplente representante da organização da sociedade civil e governamental, ainda que por segmento diverso, com vistas a garantir a alternância de representação, a democratização da participação e o fortalecimento do controle social.

Art. 11. A participação de representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e Ministério Público na composição do CMAS é incompatível com o regime jurídico destes Poderes e o desempenho do controle social.

Art. 12. A função do(a) conselheiro(a) reveste-se de relevante interesse público e seu exercício tem prioridade, justificando as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às plenárias, reuniões de comissões ou participação em diligências ou atividades de representação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os (as) conselheiros (as) não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 13. O mandato dos membros do CMAS será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:
I - morte;
II - renúncia;
III - ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões interpoladas no período de um ano;
IV - doença que exija o licenciamento por prazo superior a um ano;
V - procedimento incompatível com a dignidade da função;
VI - condenação por crime comum ou de responsabilidade.
VII - Perda de vinculação, trabalhista ou de acesso, à rede do SUAS municipal.
Parágrafo único. A destituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, mediante provocação de um de seus integrantes, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.
Art. 14. Nos casos de renúncia ou destituição dos membros titulares especificados no Art. 6º, II, "a", estes serão automaticamente substituídos pelos suplentes.
Art. 15. Perderá a representação, as organizações da sociedade civil e de assistência social que:
I - tiver a inscrição no CMAS cancelada;
II - extinguir sua base territorial de atuação no Município;
III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 16. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:
I - Propor ao órgão gestor e acompanhar a tramitação da atualização da sua respectiva lei de criação e promover a atualização de seu regimento interno, observando o conteúdo mínimo disposto no inciso XVIII do art. 121 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012 e demais normas vigentes;
II - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a PNAS – Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;
III - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;
IV - Convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno, de acordo com os arts. 116 a 118 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS/2012;
V - Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;
VI - Solicitar a qualquer tempo aos responsáveis pelos serviços, programas, projetos, benefícios e ações socioassistenciais as informações necessárias ao acompanhamento e avaliação das atividades e ações executadas pela rede socioassistencial;
VII - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências e em consonância com as normas nacionais;
VIII - Aprovar o Plano Integrado de Educação Permanente do SUAS, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS e a Política Nacional de Educação Permanente;
IX - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);
X - Fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS;
XI - Planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo 3% (três por cento) dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do Conselho;
XII - Zelar pela implementação e adequado funcionamento do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos Conselhos;
XIII - Participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;
XIV - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
XV - Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;
XVI - Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
XVII - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
XVIII - Propor ações que contribuam para superação da sobreposição de serviços, programas, projetos, benefícios, transferências de rendas;
XIX - Deliberar sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada;
XX - Inscrever, assessorar e fiscalizar as organizações da sociedade civil e de assistência social, serviços, programas e projetos socioassistenciais em âmbito municipal, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;
XXI - Informar ao órgão gestor municipal de assistência social sobre o cancelamento de inscrição de organizações da sociedade civil e de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;
XXII - Propor e acompanhar o processo do pacto de aprimoramento de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB, estabelecido na NOB/SUAS, e aprovar seu relatório;
XXIII - Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
XXIV - Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;
XXV - Normatizar, através de resoluções, as comissões necessárias para os andamentos das pautas do Conselho;
XXVI - Estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos;
XXVII - Estimular e acompanhar a criação de espaços de participação popular no SUAS;
XXVIII - Garantir a participação das diversas organizações de usuários no Conselho Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social deve zelar pelo cumprimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB/RH-SUAS, com o acompanhamento da materialização dos princípios e diretrizes da gestão do trabalho no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, contidos na referida norma, e pelo cumprimento dos arts. 109 a 112 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012 e demais normas decorrentes desta, visando a valorização do trabalhador, a continuidade e a qualidade dos serviços prestados no âmbito da política de assistência social.

SEÇÃO IV
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 17. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS possuirá a seguinte estrutura:
I - Plenário;
II - Mesa Diretora, composta por Presidente e Vice-Presidente;
III - Comissões Temáticas;
IV - Secretária(o) Executiva(o).
Art. 18. O(a) Presidente e o(a) Vice-presidente serão eleitos(as) dentre os membros titulares do Conselho para mandato de um ano, sendo permitida uma recondução por igual período.
§ 1º O secretário(a) de assistência social, se for conselheiro(a), preferencialmente não deverá ocupar a presidência ou a vice-presidência, por observância ao princípio da moralidade.

§ 2º Fica assegurado ao término de cada mandato de 2 (dois) anos do Conselho, a alternância entre a representação do governo e da sociedade civil no exercício da função de presidente e vice-presidente, e preferencialmente, em cada mandato, deverá ocorrer a alternância dos segmentos que compõem a sociedade civil no exercício da função de Presidente e Vice-presidente.
§ 3º Em caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o(a) Vice-presidente, interinamente, até a realização de nova eleição, devendo o mandato permanecer com o segmento de direito até seu término.
Art. 19. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva vinculada ao Conselho diretamente subordinada à presidência e ao colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências.
§ 1º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, bem como assessorar suas reuniões e publicar suas deliberações.
§ 2º A equipe da Secretaria Executiva deve ser composta por profissional de nível superior, bem como por profissionais de apoio técnico e administrativo para exercer as funções pertinentes.
§ 3º A Secretaria Executiva deve ser preferencialmente ocupada por servidor efetivo ou de carreira do quadro do Poder Executivo.
§ 4º O Conselho Municipal de Assistência Social definirá o perfil do secretário(a) executivo(a) e a sua nomeação ou exoneração deverá estar de comum acordo com o Conselho.
Art. 20. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o regimento interno, no qual definirá o quórum mínimo, respeitando a paridade.
Art. 21. As deliberações da plenária serão aprovadas por maioria simples (metade mais um) dos(as) conselheiros(as) titulares ou no exercício da titularidade presentes, salvo os casos previstos nesta Lei que requeiram quórum qualificado.
§ 1º Quando se tratar de matérias relacionadas à aprovação da alteração do regimento interno, à eleição da presidência, ao orçamento e financiamento da política de assistência social, a aprovação dar-se-á com os votos favoráveis de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.
§ 2º O(a) Conselheiro(a) suplente assumirá a titularidade nas reuniões quando da ausência de seu respectivo titular desde o início dos trabalhos, bem como durante sua realização, caso o(a) titular necessite se ausentar, exercendo plenamente as prerrogativas inerentes à condição de conselheiro(a) titular enquanto perdurar a substituição.
Art. 22. O Conselho Municipal de Assistência Social tem autonomia para convocar suas reuniões, devendo tal previsão constar do regimento interno, estabelecendo calendário anual.
§ 1º As reuniões do Conselho devem ser abertas ao público com pauta e datas previamente divulgadas, dando publicidade aos seus atos.
§ 2º Os participantes na condição de ouvintes terão direito a fala conforme estabelecido no regimento interno do Conselho.
Art. 23. O CMAS expedirá os seus atos, através de Resoluções aprovadas pela maioria dos seus membros.
Art. 24. O(a) conselheiro(a) candidato(a) a cargo eletivo dos Poderes Executivo ou Legislativo deve afastar-se de suas funções no Conselho até a decisão do pleito, devendo o suplente assumir, e, se eleito, não poderá continuar ocupando a função de conselheiro(a), sendo substituído(a) e a representação ser devidamente regularizada.
Art. 25. O Conselho pode criar Comissões Temáticas Permanentes ou Provisórias, Grupos de Trabalho na medida da necessidade, sempre formadas por conselheiros (as) titulares e suplentes e de forma paritária.
Art. 26. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social fixará os prazos legais de convocação, além dos demais dispositivos referente às atribuições do Plenário, da Mesa Diretora, das Comissões e da Secretaria Executiva.
Art. 27. O Poder Executivo Municipal prestará o apoio necessário ao funcionamento do CMAS, através do Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Art. 28. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS é o instrumento de captação e aplicação de recursos para o financiamento das ações na área de assistência social.
Parágrafo único. O FMAS deverá ser inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, na condição de Matriz, na forma das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil em vigor, com o intuito de assegurar maior transparência na identificação e no controle das contas a ele vinculadas, sem, com isso, caracterizar autonomia administrativa e de gestão.
Art. 29. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de duração indeterminada, ficará vinculado ao órgão gestor responsável pela Política Municipal de Assistência Social e será administrado por este, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Parágrafo único. O responsável por gerir o FMAS será o gestor da Política Municipal de Assistência Social.
Art. 30. As receitas componentes do FMAS serão provenientes de:
I - repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
II - transferência do Município;
III - receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;
IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
V - dotações orçamentárias da União e do Estado consignadas especificamente para o atendimento ao disposto nesta Lei;
VI – receitas provenientes de parcerias, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, transferências voluntárias e demais instrumentos congêneres previstos na legislação vigente;
VII – outras receitas que lhe forem destinadas.
Parágrafo único. Os recursos que compõem o FMAS deverão ser depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação de "Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS".
Art. 31. Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:
I – financiamento total ou parcial de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, executados pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social ou por Organizações da Sociedade Civil integrantes da rede socioassistencial do SUAS, mediante parcerias celebradas na forma da legislação vigente;
II – celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil para a execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos instrumentos previstos na legislação aplicável;
III - aquisição de material permanente e de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas, projetos e serviços;
IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;
V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;
VI - desenvolvimento de programas de capacitação e educação permanente aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
VII - outros financiamentos que o CMAS julgar necessários, para atendimento às peculiaridades locais.
Art. 32. Os recursos do FMAS serão aplicados de acordo com a proposta orçamentária da Política Municipal de Assistência Social, elaborada anualmente pelo órgão gestor da assistência social e submetida à apreciação e aprovação do CMAS, para compor o orçamento geral do Município, observadas as disposições da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e da legislação orçamentária vigente.
Art. 33. A organização e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS observarão as normas estabelecidas nesta Lei, na legislação aplicável e nos atos normativos do Poder Executivo, cabendo ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS deliberar, acompanhar e fiscalizar a aplicação de seus recursos, mediante Resolução e demais instrumentos de sua competência.
Art. 34. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder premiação em pecúnia ou similares, na realização de atividades de cunho cultural, artístico, científico, entre outros, no valor total máximo de 15 (quinze) salários mínimos nacionais vigentes à época.
§ 1º A premiação de que trata o caput deste artigo será realizada com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.
§ 2º As premiações deverão estar previstas em regulamento específico do evento aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social,

observando critérios de participação, valor da premiação, requisitos de inscrição e demais condições estabelecidas em edital próprio.

CAPÍTULO IV
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 35. A Conferência Municipal de Assistência Social é órgão colegiado de caráter deliberativo composta por delegados representantes do Poder Executivo do Município e da sociedade civil, representada pelas organizações da sociedade civil e de assistência social, de usuários e de organizações dos usuários, e representantes dos trabalhadores do setor.

Parágrafo único. A convocação da Conferência Municipal de Assistência Social ocorrerá sob coordenação do Conselho Municipal de Assistência Social, respeitando Regulamento e Regimento Interno próprios, devendo acompanhar o calendário das conferências Nacional e Estadual.

Art. 36. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada pelo CMAS em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, no período de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à data de sua realização, observadas as normas expedidas pelo CNAS.

Parágrafo único. Em caso de não convocação, por parte do Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo referido no *caput* deste artigo, a iniciativa poderá ser tomada por 1/5 (um quinto) das organizações da sociedade civil e de assistência social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Art. 37. Compete à Conferência Municipal de Assistência Social:
I - aprovar seu Regimento Interno;
II - avaliar a situação da assistência social no Município;
III - fixar as diretrizes gerais da política municipal de assistência social no período subsequente ao de sua realização;
IV - avaliar o cumprimento das deliberações das conferências municipais anteriores e propor diretrizes para o aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social;
V - aprovar e dar publicidade às suas deliberações, registradas em documento final.

Art. 38. O Regulamento da Conferência Municipal de Assistência Social versará sobre sua organização, conforme disposto pelo CNAS.

Art. 39. O Regimento Interno da Conferência Municipal de Assistência Social disporá sobre a metodologia e o processo da realização da Conferência.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social elaborar novo regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.081, de 25 de maio de 2.015, a Lei nº 4.670, de 20 de setembro de 2023, a Lei nº 4.697, de 20 de setembro de 2023 e a Lei nº 4.942, de 26 de março de 2026.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C07B0620

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
ADENDO NO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ADENDO NO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público n.º 002/2026, que instituiu o Processo Seletivo para Concessão do 2º Bolsa Atleta 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 104/2026, que nomeia os membros da Comissão Técnica de Análise e Avaliação do Programa de Incentivo Bolsa Atleta;

CONSIDERANDO o resultado da avaliação dos recursos realizada pela Comissão Técnica de Análise, encaminhada ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer;

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**:

A alteração no cronograma de execução e publicação do Bolsa Atleta, conforme **ANEXO I**;

Umuarama-PR, 20 de agosto de 2026

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

ANEXO I – DA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
Aonde se lê:

6. CRONOGRAMA

Período de inscrição: Das **8h** a partir de **14/07/2026** até às **17:30h** do dia **20/07/2026**.

Processo de análise e avaliação técnica: Do dia **29/07/2026** ao dia **06/08/2026**.

Divulgação do deferimento ou indeferimento das inscrições: **07/08/2026** a **12/08/2026**.

Data para interposição de recursos: Do dia **13/08/2026** ao dia **18/08/2026**.

Publicação da decisão de acolhimento ou rejeição do(s) recurso(s) interposto(s):
19/08/2026 a **21/08/2026**.

Publicação em Diário Oficial do Município, dos atletas contemplados pelo Programa
Bolsa Atleta: **23/08/2026** a **25/08/2026**.

Prazo final para assinatura do Termo de Adesão: **28/08/2026** a **01/09/2026**.

Leia-se:

Período de inscrição: Das **8h** a partir de **14/07/2026** até às **17:30h** do dia **20/07/2026**.

Processo de análise e avaliação técnica: Do dia **29/07/2026** ao dia **06/08/2026**.

Divulgação do deferimento ou indeferimento das inscrições: **07/08/2026** a **12/08/2026**.

Data para interposição de recursos: Do dia **13/08/2026** ao dia **18/08/2026**.

Publicação da decisão de acolhimento ou rejeição do(s) recurso(s) interposto(s):
19/08/2026 a **26/08/2026**.

Publicação em Diário Oficial do Município, dos atletas contemplados pelo Programa
Bolsa Atleta: **27/08/2026** a **01/09/2026**.

Prazo final para assinatura do Termo de Adesão: **02/09/2026** a **07/09/2026**.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CB607E80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ. ADITIVO Nº 04/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

1º TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 04/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E A CASA DA INFORMATICA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.689.380/0001-12, neste ato representada por seu Presidente,Sr. CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO,e de outro lado A CASA DA INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.146.615/0001-00, resolvem, entre si e na melhor forma de direito,ADITARo Contrato nº 04/2025 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 23/08/2026, estendendo-se, portanto, até 23/08/2027.

Cláusula Segunda– DO REAJUSTE
Os valores constantes da CLÁUSULA QUARTA (DO CRITÉRIO DE REAJUSTE) do contrato inicial sofrerão reajuste de 4,44**%,** referente ao IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando a vigorar com o valor mensal de R$ 3.394,30 (três mil trezentos e noventa e quatro reais e trinta centavos) e valor global R$ 40.731,60 (quarenta mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos)

Cláusula Terceira- DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Cláusula Quarta– DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente contrato fica alterado com fundamento no art. 107 da Lei 14.133/21.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutuamente.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO	***A CASA DA INFORMATICA LTDA***
Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória – PR	Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:49E78102

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
TERMO ADITIVO Nº1/2026 DO CONTRATO 20/2025
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2025 – PROCESSO 21/2025

OBJETO DO ADITAMENTO:Do quantitativo e do Prazo de Vigencia
OBJETO DO CONTRATO. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de PSICOLOGIA a todos os segurados do IMAS.
CONTRATADO: **VITAL CENTRO DE ESPECIALIDADES LTDA CNPJ Nº 10.372.098/0001-61**
DO PRAZO DE VIGENCIA:O prazo de vigencia/execução do Termo de Contrato n º 20/2025 fica prorrogado por mais 12(doze)meses, a iniciar em 15/08/2026 A 15/08/2027.
DO VALOR :Fica aditado ao Contrato nº 21/2025 o valor de R$60.000,00(Sessenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.74, IV, e art.107 da Lei 14.133/2021.
FORO:COMARCA DE UNIÃO DA VITORIA

União da Vitoria, 20 de Agosto de 2026

MARLISE CERETA KUYAVA
Presidente do IMAS

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:7983F283

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
TERMO ADITIVO Nº1/2026 DO CONTRATO 21/2025
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 202025 – PROCESSO 22/2025

OBJETO DO ADITAMENTO:Do quantitativo e do Prazo de Vigencia
OBJETO DO CONTRATO:. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de ANÁLISES CLÍNICAS a todos os segurados do IMAS.
CONTRATADO: **BIOCLIN LABORATORIO DE ANLSIES CLINICAS LTDA CNPJ Nº 26.648.432/0001-05**
DO PRAZO DE VIGENCIA:O prazo de vigencia/execução do Termo de Contrato n º 16/2025 fica prorrogado por mais 12(doze)meses, a iniciar em 20/08/2026 A 20/08/2027.
DO VALOR :Fica aditado ao Contrato nº 21/2025 o valor de R$30.000,00(Trinta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.74, IV, e art.107 da Lei 14.133/2021.
FORO:COMARCA DE UNIÃO DA VITORIA

União da Vitoria, 20 de Agosto de 2026

MARLISE CERETA KUYAVA
Presidente do IMAS

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:A966D04A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 434/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados candidatos aprovados em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
25º	ANDRE DA SILVA MOREIRA	20/08/2026	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 18 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:722A16EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 436/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$1.450.000,00 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
500	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	950.000,00

PROJETO/ATIV 1.019 – Construção, Ampliação de Unidades de Saúde e UPA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
500	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	500.000,00

TOTAL CRÉDITO	**1.450.000,00**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação na respectiva fonte.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 436/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:68CE723A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMMA Nº 002/2026.

Altera a Instrução Normativa Semma n. 01/2026 e cria o regime de sobreaviso para atendimento de situações de Emergencia e Urgência.

Art. 1º. Altera-se a Instrução Normativa n. 001/2026, para nela incluir os arts. 3º-A a 3º-G, conforme a redação abaixo:
Art. 3º-A. Fica instituído no âmbito do Município de União da Vitoria, o regime de sobreaviso, com funcionamento nos seguintes horários:
I – De segunda à sexta-feira das 18h às 8h do seguinte.
II – Sábados, Domingos e feriados das 8h de sábado, ininterruptamente, até às 8h de segunda-feira;
III – Durante a Semana, no horário entre as 12h e as 13h não haverá sobreaviso considerando que neste horário não há solução de continuidade no Departamento de Defesa Animal.
Art. 3º-B. Enquanto não regulamentado por Lei Específica, o regime de sobreaviso será realizado por servidores ocupantes de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente, designados através de ato próprio, sem ônus para o Município, mediante escala elaborada pelo Secretário de Meio Ambiente ou pessoa por ele designada.
Art. 3º-C. O servidor designado nos termos do artigo anterior, será acessível através de celular do Departamento de Defesa Animal (42) **92001-6358**, exclusivo para o regime de Plantão, o qual deverá ser alocado na página inicial do sítio eletrônico da Prefeitura de forma destacada.
Art. 3º-D. Ao regime de sobreaviso, cumpre o atendimento exclusivo de situações categorizadas como atendimento de emergência ou urgência, nos termos desta Instrução Normativa.
Parágrafo único. Em caso de duvida razoável quanto a necessidade de atendimento médico veterinário de emergência ou urgência, deve-se optar pelo atendimento nos termos da presente Instrução Normativa.
Art. 3º-E. Fica estabelecido o seguinte fluxo de atendimento para o regime de plantão:
Recebimento da mensagem ou ligação através do numero de telefone do plantão;
Identificação da ocorrência, com a coleta das seguintes informações:
Localização do animal;
Espécie;
Condições aparentes;
Existência ou não de tutor;
Identificação do solicitante;
Descrição dos sinais apresentados;
Fotografias e/ou vídeo;
Informações sobre os fatos e circunstâncias da ocorrência.
Art. 3º-F. Respeitada a imperatividade do atendimento em regime de plantão, deve-se aplicar, quanto ao registro da demanda, o art. 2º desta Instrução Normativa.
Art. 3º-G. Os casos atendidos pelo regime de sobreaviso serão transportados para a clínica veterinária contratada pelo Município, sendo realizado, preferencialmente:
I – Pelo protetor;
II – Pela pessoa que realizou o contato com o Departamento de Defesa Animal;
III – Pela Clínica Veterinária contatada pelo Município;
IV – Pelo servidor em regime de sobreaviso, conforme escala.
§ 1º. O transporte deverá observar as condições do animal, evitando-se o agravamento da situação;
§ 2º. Identificado o tutor do animal, este deverá adotar todas as providências necessárias em relação a situação noticiada, incluindo sua remoção e o custeamento das despesas, salvo no caso de pessoa inscrita no CadUnico.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

NEI ANTÔNIO KUKLA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 24/2025

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1DC786CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5303/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 47/2026**, e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de UNIÃO DA VITÓRIA - PR, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.
§ 1º As contratações a que se refere o **caput** poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.
§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:
I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e
II - às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, *caput*, incisos I a IV, do ADCT.
Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros SIMPLES de 0,50% (ZERO VIRGULA CINQUENTA POR CENTO) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.
Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no *caput* aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.
Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros SIMPLES de 0,50% (ZERO VIRGULA CINQUENTA POR CENTO) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.
Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros SIMPLES de 0,50% (ZERO VIRGULA CINQUENTA POR CENTO) ao mês e multa de 2,00% (DOIS POR CENTO), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.
Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.
§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.
§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.
Art. 6º O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.
Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do *caput* do art. 115 do ADCT.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.
Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.
Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o *caput*, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.
Art. 9º O Fundo para Custeio Previdenciário da Aposentadoria e Pensões do Funcionários da Administração Pública Direta e Indireta do Município de União da Vitoria - PR deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:
I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;
II - caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, *caput*, pelo Município, até 31 de dezembro de 2026.
III - se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, *caput*, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS;
Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0D7198B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5304/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DENOMINA DE "ESTRADA INTERMUNICIPAL JORGE JAMIL GABARDO" A VIA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO LEI Nº 8/2026,** de autoria do Vereador **WALDIR LUIZ CORTELLINI,** e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

Lei:

Art. 1º Fica denominado de Estrada Intermunicipal Jorge Jamil Gabardo o logradouro público atualmente conhecido como via de

ligação entre a localidade de Olindina (proximidades do antigo Terminal de Calcário) e as divisas limítrofes junto ao Rio Soldado, neste Município.
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:6B3B3E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 581/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Processo Administrativo no 02/2026 — Inexigibilidade de Licitação n o 01/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria financeira, previdenciária e de governança para Regimes Próprios de Previdência Social — RPPS, compreendendo assessoria em investimentos, conformidade regulatória, compensação previdenciária, governança institucional, acompanhamento atuarial e suporte técnico perante os órgãos de controle e fiscalização, em atendimento às necessidades do FUMPREVI.
ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES, DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA - FUMPREVI. / CNPJ no 75.967.760/0001-71.
CONTRATADO: MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA / CNPJ nO
15.621.336/0001-49
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N O 001/2026
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 11/08/2026 à 10/08/2027
Gestor: Dilmara Aparecida Baniski de Paula
Fiscal setorial/recebimento: Bruna dos Santos de Cristo — Matrícula Funcional no 9915065317;
Fiscal Substituto: Felipe José Narineczki — Matrícula Funcional no 991505399
Telefone: (42) 3521-1229

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:CC791D77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.265, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.265, de 20 de agosto de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;

DECRETA

Art. 1º Ficam investidos em Funções Gratificadas, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 1.917/2021, os seguintes servidores:
I – Adilio Izaias Maciel, CPF nº 032.286.xxx-x, investido na FG/SAP-07;
II – Heliton de Paula, CPF nº 077.331.xxx-x, investido na FG/SAP-07;
III – Lucas Barbosa Bortolli, CPF nº 077.166.xxx-x, investido na FG/SAP-07;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 20 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:A681F04E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.266, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.266, de 20 de agosto de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na Lei nº 1971, de 06 de julho de 2022, que dispõe sobre a readequação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Vitorino;
Considerando o Oficio n.º 237/2026, Protocolo n.º 6487/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

DECRETA

Art. 1º - Fica atribuída gratificação pelo exercício de docência em turma de alunos com necessidades especiais (SRM), conforme disposto no Art. 79 da Lei 1971 de 06 de julho de 2022, aos seguintes servidores:
Claudio Marcos de Britto, Professor - 20 horas, portador do CPF nº. 046.001.xxx-xx;
Erica Lopes Pereira, Professora - 20 horas, portadora do CPF nº. 103.217.xxx-xx;

Art. 2º Fica retirada a gratificação pelo exercício de docência em turma de alunos com necessidades especiais (SRM), das seguintes servidoras;
Rejane Vian Zamprogna, Professora - 40 horas Educação Infantil, portadora do CPF nº. 026.173.xxx-xx;

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:2CA9007F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA PORTARIA Nº 387/2026

ERRATA PORTARIA Nº 387/2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal, vem determinar a publicação da Errata da Portaria nº. 387 de 19 de agosto de 2026, publicado na Edição nº. 3599 de 20 de agosto de 2026, do Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMP, tendo em vista a necessidade de alteração devido lapso de digitação. Sendo assim:

Onde se lê:

"**I –** Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 267/2026, protocolo n. º 6836/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 19 e 20 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44."

Leia-se:

"**I –** Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 267/2026, protocolo n. º 6836/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 19 e 20 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44."

Com a devida correção por meio da presente errata, o Decreto passa a vigorar com a seguinte redação:

Portaria 387, de 19 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 267/2026, protocolo n. º 6836/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 19 e 20 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 19 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:2CE8509B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº1141/2026

LEI Nº 1141/2026

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2026-2029, bem como as metas prioritárias da LDO 2026, na LOA 2026 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas metas do PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 1117/2025 e suas alterações, para execução no Exercício de 2026 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 12	*SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO*					
UNIDADE 12.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE INSDUSTRIA E COMÉRCIO					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA NATUREZA DESPESA	TIPO	*AÇÃO*	*OBJETIVO*	*UNIDADE MEDIDA*	FONTE RECURSO	*METAS 2026*
12.001.22.661.0013.1.072. 4.4.90.51.00.00.	P	CONSTRUÇÃO BARRACÃO INDUSTRIAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 972442/2024	Construção de barracão industrial no município de Corumbataí do Sul-PR.	*UNIDADE*	31891 03501	R$ 382.000,00 R$ 59.500,00
TOTAL						R$ 441.500,00

Art. 2º - De conformidade com o artigo 1º desta Lei, a Lei 1116/2025 de 23 de agosto de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2026 fica também autorizada a incluir meta da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS
FUNCIONAL PROGRÁMATICA 12.001.22.661.0013.1.072

PROGRAMA	***PROGRAMA DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO TURISMO***				
OBJETIVO	Estimular o desenvolvimento industrial do município, disponibilizando terrenos para parques industriais, edificações, equipamentos, materiais e serviços a título de incentivo a essas atividades. TURISMO - Identificar potencialidades municipais na área do turismo e buscar recursos junto ao Estado e União para investimentos em estrutura atrativa do turismo.				
TIPO	AÇÃO/ PRODUTO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R$
P	CONSTRUÇÃO BARRACÃO INDUSTRIAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 972442/2024	CONSTRUÇÃO	*METROS QUADRADOS*	354,55	R$ 441.500,00

Art. 3º - Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2025 (Lei Municipal 1118/2025) um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 441.500,00** (quatrocentos e quarenta e um mil e quinhentos reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2026, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.001.22.661.0013.1.072

ESPECIFICAÇÃO	ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE	TOTAL
Indústria	12	001	22						
Promoção Industrial	12	001	22	661					
PROGRAMA DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO TURISMO	12	001	22	661	0013				
CONSTRUÇÃO BARRACÃO INDUSTRIAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 972442/2024	12	001	22	661	0013	1.072	4.4.90.51.00.00	**31891**	R$ 382.000,00
CONSTRUÇÃO BARRACÃO INDUSTRIAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 972442/2024	12	001	22	661	0013	1.072	4.4.90.51.00.00	**03501**	R$ 59.500,00
TOTAL GERAL									R$ 441.500,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será indicado recursos com base no art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, provenientes do provável excesso de arrecadação no **R$ 382.000,00** (trezentos e oitenta e dois mil reais) e provenientes do superávit financeiro no valor de **R$ 59.500,00** (cinquenta e nove mile quinhentos reais) conforme abaixo:

Provável excesso de arrecadação:

RECEITA	FONTE	CONTA	VALOR
2.4.1.4.99.0.1.04.00	31891	CONSTRUÇÃO BARRACÃO INDUSTRIAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 972442/2024	R$ 382.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO			**R$ 382.000,00**

Superávit Financeiro

FONTE	CONTA	VALOR
03501	Receitas de Alienações de Ativos - Exercícios Anteriores	R$ 59.500,00
TOTAL DO SUPERÁVIT		**R$ 59.500,00**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

"Paço Municipal 27 de Maio"

Corumbataí do Sul, em 20 de agosto de 2026

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:00775B13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº1142/2026

LEI Nº 1142/2026

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2026-2029, bem como as metas prioritárias da LDO 2026, na LOA 2026 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas metas do PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 1117/2025 e suas alterações, para execução no Exercício de 2026 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**					
UNIDADE 03.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA NATUREZA DESPESA	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2026**
03.001.04.122.0005.2.006. 3.3.70.41.00.00	p	**Contribuições a Entidades Micro-Regionais**	**Contribuições a Entidades Micro-Regionais**	**UNIDADE**	01000	**R$ 55.000,00**
TOTAL						**R$ 55.000,00**

Art. 2º - De conformidade com o artigo 1º desta Lei, a Lei 1116/2025 de 23 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2026 fica também autorizada a incluir meta da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS
FUNCIONAL PROGRÁMATICA 03.001.04.122.0005.2.006

PROGRAMA	**PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO E GERENCIAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**
OBJETIVO	Desenvolvimento de atividades relacionadas aos recursos humanos do município, revisar plano de cargos e salários e realizar concursos, testes seletivos, capacitação de servidores e avaliação dos mesmos. Realizar ações de controle das finanças do Município relacionados com a cobrança, arrecadação das receitas e pagamentos das despesas públicas, executar as funções de controle interno dos atos praticados pelos administradores, fornecendo elementos para fiscalização externa do Tribunal e Legislativo Municipal; elaboração do Planejamento Municipal e suas legislações pertinentes; Gerenciar e apoiar as chefias da estrutura administrativa, acompanhar, avaliar e manter o funcionamento da máquina pública, principalmente no atendimento e desenvolvimento do município, sempre promovendo a transparência dos atos e ações públicas.

TIPO	AÇÃO/ PRODUTO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R$
P	**Contribuições a Entidades Micro-Regionais**	CONTRIBUIÇÃO	**UNIDADE**	1	**R$ 55.000,00**

Art. 3º - Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2026 (Lei Municipal 1118/2025) um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2026, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 03.001.04.122.0005.2.006

ESPECIFICAÇÃO	ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE	TOTAL
Administração	03	001	04						
Administração Geral	03	001	04	122					
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO E GERENCIAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	03	001	04	122	0005				
Contribuições a Entidades Micro-Regionais	03	001	04	122	0005	2.006	3.3.70.41.00.00	01000	R$ 55.000,00
TOTAL GERAL									**R$ 55.000,00**

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será indicado recursos com base no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, provenientes de provável excesso de arrecadação no valor total de **R$ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil reais) conforme abaixo:

Provável excesso de arrecadação:

RECEITA	FONTE	CONTA	VALOR
1.3.2.1.01.1.1.01.00	01000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FONTES LIVRES**	R$ 55.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO			**R$ 55.000,00**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

"Paço Municipal 27 de Maio"

Corumbataí do Sul/PR, em 20 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:9617B8EC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6577

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026					
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso					
Lei/Ato	**nº 3847 - Decreto nº 6577/2026 de 19/08/2026**		**Escopo**		**Nº Ano**
Autorização: 3576	Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA		1632 2025
Fonte					
00959 TRANSFERENCIA EMENDA ESPECIAL - SARGENTO FAHUR					
Remanejamento		Anulação de Dotações			
216	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo		9.000,00
	03.001	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Reabertura		
04.122.0003.2007		DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVA			
3.3.22.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
4320	12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Anulação	9.000,00	
12.002		FUNDO MUN. DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA	Reabertura		
08.243.0016.6055		PROG. POLITICAS SOCIAIS PUB. PROTEÇÃO DA CRIANÇA E			
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
TOTAL				9.000,00	9.000,00
TOTAL DAFONTE				**9.000,00**	**9.000,00**
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**		**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações		Acréscimo	9.000,00	9.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações		Anulação	9.000,00	9.000,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:5579013C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DIÁRIAS

Relatório Sintético de Concessão e Pagamento de Diárias Período de 01/08/2026 a 15/08/2026

Nome do Beneficiario	N° Matricula	Meio de Transporte	Cargo/Função	Destino	Periodo de Afastamento	Atividade a ser Desenvolvida	N° de Diarias	Valor	Nº Proc. Adm
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial UAT-8H45	Motorista	Curitiba	04/08/26 a 05/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	984
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	04/08/26 a 05/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	985
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Curitiba	05/08/26 a 06/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	987
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	05/08/26 a 06/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	988
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	08/08/26 a 09/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	998
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	10/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	999
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	29/07/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1002
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Cascavel	06/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1003
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Dois Vizinhos	04/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	4001
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Medianeira	05/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1005
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Guarapuava	28/07/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1006
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Guarapuava	30/07/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1007
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Guarapuava	05/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1008
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Cascavel	30/07/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1009
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Medianeira	04/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1010
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SFN-2I73	Motorista	Medianeira	05/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1011
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	10/08/26 a 11/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1012
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SEM-4B02	Motorista	Cascavel	11/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1014
Edson Lupatini	86312-3	Veiculo Oficial UBM-8D63	Prefeito Municipal	Curitiba	10/08/26 a 12/08/26	Cumprir agenda institucionâl junto à Secretaria de Estado das Cidades - sEclD, visando à liberação de duas prioridades de convênios do Município, sendo: . Praça Municipal - Prioridade ns 50; . Centro de Desenvolvimento Econômlco - Prioridade nP 84. A viagem também terá como objetivo o acompanhamento e encaminhamento de pendências junto ao lnstituto Água e Terra - lAT, buscando dar andamento aos processos de interesse do Município.	2	R$ 1.245,60	1015
Clair Frigo	140538	Veiculo Oficial UBM-8D63	Motorista	Curitiba	10/08/26 a 12/08/26	Conduzir o veículo oficial para transporte do Prefeito Municipal em deslocamento a Curitiba, garantindo o cumprimento da agenda institucional junto ao lnstituto Água e Terra, e à secretaria das Cidades.	2	R$ 1.245,60	1016
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial TBY-5G64	Motorista	Cascavel	07/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1023
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Pato Branco	11/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1024
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Medianeira	12/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1027
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	12/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1028
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	12/08/26 a 13/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1029
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Santa Izabel do Oeste	06/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1030
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	12/08/26 a 13/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1031
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Foz do Iguaçu	13/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1032

Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Ampere	13/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1033
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Pato Branco	13/ago	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1034

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:DD0D544F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL 40 2026 - PROCESSO SELETIVO PUBLICO DE ESTAGIO

EDITAL Nº 40/2026 – SAF-DRH

ABERTURA DAS INSCRIÇÕES PARA O CADASTRO RESERVA DE ESTUDANTES NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE ESTÁGIO.

A Mais Estágios e o Município de Saudade do Iguaçu/PR, TORNA PÚBLICA a realização de Processo Seletivo para provimento de vagas de estágio para CADASTRO DE RESERVA em Nível Médio, Técnico, Superior e/ou Pós-Graduação, o qual se regerá pelas Instruções Especiais contidas neste Edital. O presente Edital estabelece as instruções destinadas à seleção e contratação de estagiários, conforme a Lei Federal no 11.788/2008, para as áreas descritas no item 4, sob contrato de natureza administrativa, não gerando ao candidato selecionado qualquer direito como Servidor Público.

CURSOS	MÉDIO	SUPERIOR	PÓS-GRADUAÇÃO
Ensino Médio Regular	X	–	–
Administração	–	X	X
Agronomia	–	X	X
Arquitetura	–	X	X
Artes	–	X	X
Biologia	–	X	X
Ciências Contábeis	–	X	X
Direito	–	X	X
Educação Física	–	X	X
Enfermagem	–	X	X
Engenharia Ambiental	–	X	X
Engenharia	–	X	X
Farmácia	–	X	X
Fisioterapia	–	X	X
Fonoaudiologia	–	X	X
Geografia	–	X	X
História	–	X	X
Informática	–	X	X
Letras	–	X	X
Matemática	–	X	X
Nutrição	–	X	X
Psicologia	–	X	X
Pedagogia	–	X	X
Química	–	X	X
Sociologia	–	X	X

LEGENDA:	
X:	Curso permitido para o nível de escolaridade.
–:	Curso não permitido para o nível de escolaridade.

Nível de Estudo	Carga Horária	Bolsa (R$)	Vale Transporte (R$)
Ensino Médio Regular	30 horas	808,27	51,68
Graduação	30 horas	878,56	51,68
Pós-graduação	30 horas	919,90	51,68

1 das disposições preliminares
A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, a ciência e aceitação tácita pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações. Antes de efetuar a inscrição, é de responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para submeter-se ao processo seletivo, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o estágio por ocasião da contratação se aprovado e convocado.
1.1 A aprovação do candidato no Processo Seletivo não implica obrigatoriamente em sua investidura, a sua contratação efetiva dependerá da época conveniente e oportuna, bem como das necessidades da Administração Municipal do Município de Saudade do Iguaçu/PR e das disponibilidades orçamentárias.
1.2 O Processo Seletivo constitui-se em seleção isonômica, por meio da média obtida pelo candidato no último ano/semestre/bimestre cursado em sua respectiva instituição de ensino, em qualquer curso, sendo estes os critérios de classificação e aprovação.
1.3 O Processo Seletivo destina-se a selecionar estudantes para estágios de complementação educacional em atividades acadêmicas compatíveis com o tipo de formação profissional, oportunizando ao(a) candidato(a) a vivência entre a teoria aprendida e a prática realizada, na medida das vagas oferecidas pelo Município de Saudade do Iguaçu/PR.
1.4 O processo seletivo se destina também à formação de cadastro de reserva.
1.5 O presente processo seletivo terá validade de 24 meses, a contar da publicação da homologação do resultado final.

1.6 Os estagiários convocados(as) estarão subordinados à Lei Federal nº 11.788/2008, inclusive ao que diz respeito ao tempo máximo permitido de estágio, de 24 (vinte e quatro) meses. O contrato de estágio não caracteriza vínculo empregatício com o Município de Saudade do Iguaçu/PR.
1.7 Os candidatos classificados poderão ser convocados para firmar o Termo de Compromisso de Estágio, de acordo com o interesse e conveniência da Administração Municipal.
1.8 A realização do estágio curricular não obrigatório dar-se-á mediante TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, celebrado entre estagiário e esta municipalidade, com interveniência da Instituição de Ensino na qual o candidato encontra-se matriculado e do agente de integração Mais Estágios.
1.9 Será concedida bolsa estágio na forma do contrato de prestação de serviços n°044/2021 do Município de Saudade do Iguaçu/PR, por hora realizada, proporcional à carga horária cumprida e estipulada no Termo de Compromisso.
1.10 A bolsa estágio poderá variar de acordo com o número de dias úteis do período a que se refere, bem como, pelo número de ausências justificadas ou não, as quais serão descontadas.
1.11 A carga horária de estágio obedecerá ao máximo de 30 horas semanais.
2 DO CRONOGRAMA do processo seletivo

ETAPA DO PROCESSO SELETIVO	DATA
Divulgação do Edital de Seleção	20/08/2026
Início das inscrições	21/08/2026
Encerramento das inscrições	31/08/2026
Divulgação da lista de inscritos	01/09/2026
Prazo para recurso das inscrições	02/09/2026
Resultado dos recursos das inscrições	03/09/2026
Classificação provisória	04/09/2026
Prazo para recurso da classificação	04/09/2026
Julgamento dos recursos	07/09/2026
Resultado Final e Homologação	07/09/2026
Convocação	A definir

3 DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
3.1 Aos (As) candidatos (as) participantes na qualidade de pessoas com necessidades especiais, na acepção da Lei nº 7.853/89, será (ão) assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio ofertadas, consoante item 1.4 acima.
3.2 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais (deficiência) e, posteriormente, se convocado, submeter-se à perícia médica a ser determinada pelo Município de Saudade do Iguaçu/PR, que opinará conclusivamente sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais (deficiência) ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial (deficiência) da qual é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).
3.3 O laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de necessidade especial (deficiência), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial (deficiência) deverá ser entregue junto com os documentos da inscrição.
3.4 A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
3.5 Os portadores de necessidades especiais (deficiência) participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.
3.6 O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidade especial (deficiência), se classificado no Processo Seletivo, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observado a respectiva ordem de classificação.
3.7 As vagas destinadas a portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos, por não classificação no Processo Seletivo ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
3.8 O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, relotação, redução de carga horária, alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente do trabalho e para o desempenho das atribuições da função.
3.9 2.9. O laudo médico deve conter o nome, assinatura e o CRM do médico que forneceu o atestado, este com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de início das inscrições deste certame. O laudo ou atestado médico a ser apresentado posteriormente, deve ser original ou cópia autenticada, redigido em letra legível e dispondo sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID.
4 das inscrições e AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos por este e pelas legislações competentes, sendo que uma vez efetuada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
4.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
4.3 Ao efetuar a inscrição, o candidato estará automaticamente participando do Processo Seletivo desde que tenha informado corretamente todos os dados exigidos e as notas contidas em seu histórico escolar, podendo ter a inscrição desclassificada no caso de dados divergentes.
4.4 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição
4.5 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, constatadas a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de denúncia às autoridades competentes para a apuração, se for o caso.
4.6 A inscrição poderá ser efetuada a partir das 13h00min do dia 21/08/2026 até as 23h59min do dia 31/08/2026, somente via internet, seguindo os passos abaixo:
a) O candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.maisestagios.com.br.
b) Selecionar a opção identificada como "Editais".
c) Identificar o certame do Município de Saudade do Iguaçu.
d) Clicar em "Inscrições Abertas".
e) Acessar a área restrita do certame e selecionar o botão "Tenho interesse na vaga" para prosseguir.
f) Realizar o cadastro no âmbito do processo seletivo.
g) Concluído o cadastro ao preencher o formulário de inscrição.
4.7 A lista de candidatos inscritos será divulgada via endereços eletrônicos www.maisestagios.com.br/editais-abertos e www.saudadedoiguacu.pr.gov.br no 01/09/2026, a partir das 14h:00min.

4.8 Podendo o candidato após a publicação recorrer quanto à inscrição publicada, sendo que simples pedido de informações não serão considerados como recursos.
4.8.1 O candidato que tiver interesse ao que se refere o item 4.8 deste edital, deverá solicitar por via formulário específico na página do processo seletivo, tendo o prazo a partir das 09h01min do dia 02/09/2026 até as 18h:00min do dia 02/09/2026
4.8.2 Recursos solicitados fora do prazo serão indeferidos de forma automática.
4.9 O Agente de Integração Mais Estágios julgará os recursos juntamente com a comissão designada, informando a decisão e medidas tomadas ao interessado no dia 03/09/2026 até as 18h:00min.
4.10 Os alunos que cursarem apenas uma matéria no ano letivo e/ou no semestre/bimestre deverão apresentar histórico do período anterior que tiver 05 (cinco) matérias cursadas.
4.11 As informações prestadas na inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a Mais Estágios o direito de excluir do teste seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos.
4.12 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF)do candidato.
4.13 A Mais Estágios e o Município de Saudade do Iguaçu/PR não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, bem como é de responsabilidade do candidato à impressão correta da ficha de inscrição.
4.14 É vedada a inscrição condicional ou extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico ou encaminhada em desacordo com os prazos e condições previstos neste edital.
4.15 O candidato deverá possuir em seu histórico escolar média obtida no último ano/semestre/trimestre/bimestre cursado em sua respectiva instituição de ensino, sendo este parte dos critérios de classificação e aprovação atendidos à disposição do edital.
4.15.1 Histórico Escolar Bimestral: Pela média geral obtida por matéria no último bimestre cursado. Para as médias bimestrais, todas as cinco matérias informadas devem ser do último bimestre cursado;
4.15.2 Histórico Escolar Trimestral: Pela média geral obtida por matéria no último trimestre cursado. Para as médias trimestrais, todas as cinco matérias informadas devem ser do último trimestre cursado;
4.15.3 Histórico Escolar Semestral: Pela média obtida por matéria no último semestre cursado. Para médias semestrais, devem ser informadas as cinco matérias do último semestre cursado;
4.15.4 Histórico Escolar Anual: Pela média geral obtida por matéria referente ao último ano letivo cursado. Para as médias anuais, devem ser informadas as cinco matérias do último ano cursado.
4.16 A média será calculada automaticamente por meio do sistema. O candidato deve apenas informar a maior nota de 05 matérias obtidas conforme histórico escolar bimestral/trimestral/semestral/anual.
4.17 O candidato deverá informar no campo indicado no formulário de inscrição o nome e anota de 05 (cinco) matérias cursadas conforme descritas no histórico escolar conforme cursos com médias bimestrais, trimestrais, semestrais ou anuais.
4.17.1 Do último bimestre, as 05 (cinco) notas;
4.17.2 Do último trimestre, as 05 (cinco) notas;
4.17.3 Do último semestre, as 05(cinco) notas;
4.17.4 Do último ano, as 05 (cinco) notas.
4.18 Será excluído do Processo Seletivo, o candidato que não informar corretamente dados e notas, na forma do item 4.15 acima.
4.18.1 Para os candidatos que estejam matriculados no primeiro ano dos cursos indicados no preâmbulo deste edital, a média a que aludem os subitens 4.15.1; 4.15.2; 4.15.3 e 4.15.4 acima será verificada de acordo com o histórico escolar apresentado do último ano do ensino médio, documento original ou cópia autenticada.
4.18.2 Serão desclassificados alunos que não obedecerem aos critérios de lançamento de notas: notas alcançadas de 0 a 10, com até 02 casas decimais (Ex: 8,00 / 9,00 / 10,00).
4.19 A realização de estágio fica condicionada aos critérios de cada instituição de ensino, conforme prevê a Lei 11.788/08, que regulamenta o estágio.
4.20 O estudante, cuja média curricular é avaliada por conceito, deverá indicá-la no ato da inscrição as notas já convertidas de 0 a 10, INDICADAS pela Instituição de Ensino e comprovadas através de declaração ou outro documento assinado e carimbado. O estudante poderá utilizar tabela de conversão que segue:

CONCEITO POR MATÉRIA	MÉDIA A SER INCLUÍDA POR MATÉRIA
EXCELENTE	9,50
MUITO BOM	8,40
BOM	7,40
SUFICIENTE	6,40
INSUFICIENTE	2,90

4.21 Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da pontuação acima indicada.
4.22 A divulgação da Classificação PROVISÓRIA está prevista para 04/09/2026 a partir das 12h:00min .
4.23 Podendo o candidato após a publicação recorrer quanto à nota e classificação publicada, sendo que o simples pedido de informações não será considerado como recurso.
4.24 O candidato que tiver interesse ao que se refere o item 4.23 deste edital, deverá solicitar por escrito via formulário específico na página do processo seletivo a partir das 14h:00min do dia 04/09/2026 até as 23h:59min do dia 04/09/2026.
4.25 O Agente de Integração Mais Estágios julgará os recursos juntamente com a comissão designada, informando a decisão e medidas tomadas ao interessado na data 07/09/2026 até as 15h:00min.
5 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
5.1 Em caso de empate no resultado, a preferência, para efeito de classificação, será o candidato que tiver maior idade.
6 DA HOMOLOGAÇÃO FINAL E CONVOCAÇÃO PARA O estágio
6.1 Divulgado o resultado final previsto a partir do dia 07/09/2026 às 17h00min, o Processo Seletivo será homologado pelo Agente de Integração – Mais Estágios.
6.2 A aprovação no Teste Seletivo não gera direito à convocação e esta obedecerá rigorosamente à ordem de classificação por curso e ficará condicionada à comprovação de documentos, ainda à comprovação da média inscrita, conforme subitem seguinte.
6.3 No ato da convocação o candidato deverá apresentar Declaração de Matrícula original atualizada e devidamente assinada e carimbada pela Instituição de Ensino a qual pertence, no ano letivo de 2026, para comprovar sua regularidade acadêmica e escolar.
6.4 Para a validação e posse do cargo o candidato classificado deverá comprovar a seguinte documentação: histórico escolar, sendo o documento original ou cópia autenticada, declaração de matrícula atualizada, CPF, RG e comprovante de residência, e protocolar junto

Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura de Saudade do Iguaçu/PR, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 – Centro, horário das 08h00min às 11h30min e das 13h:30min às 17h:00min.
6.5 O candidato aprovado será convocado por meio de edital ou pelo endereço eletrônico indicado pelo aluno no ato de sua inscrição via internet, sendo que o edital será divulgado ainda no endereço www.maisestagios.com.br/editais-abertos.
6.6 Terá o candidato convocado o prazo de 03 (três) dias, a contar da data estipulada no edital de convocação, para comparecer à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR para orientações quanto aos procedimentos e documentações necessárias para regularização do estágio.
6.7 O candidato classificado e aprovado estará apto a desempenhar atividades, a critério do Município de Saudade do Iguaçu/PR.
6.8 O Município de Saudade do Iguaçu/PR não se responsabiliza por informação de endereço eletrônico (e-mail) incorreto, incompleto, desatualizado ou com problemas de recepção.
6.9 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) atualizado para viabilizar os contatos necessários.
6.10 O não comparecimento dentro do prazo estabelecido, implicará a inabilitação do candidato para o teste seletivo, reservando-se ao Agente de Integração – Mais Estágios, o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificação.
6.11 O candidato aprovado e convocado poderá desistir definitiva ou temporariamente da oportunidade de estágio, implicando a desistência temporária, em renúncia à classificação original e passando a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados do curso o qual estiver inscrito.
6.12 A desistência temporária deverá ser formalizada através do canal de atendimento por WhatsApp da Mais Estágios – (41) 9 8838-1089 ou no ato da convocação, e protocolo aberto junto a Prefeitura do Município de Saudade do Iguaçu/PR no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data estipulada no edital de convocação, podendo o(a) candidato(a) usar desse benefício, uma única vez.
7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
7.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este teste seletivo, bem como de eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame.
7.2 As normas e diretrizes quanto ao Programa de Estágio em âmbito municipal estão regidas e disciplinadas pela Lei Federal nº 11.788/2008.
7.3 O Município de Saudade do Iguaçu/PR designará comissão de acompanhamento do processo seletivo.
7.4 Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela comissão.

Saudade do Iguaçu, 20 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito de Saudade do Iguaçu

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:D95083F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL Nº 004/2026 PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALTAMIRA DO PARANÁ DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO E DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA e da COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, constituída pela Portaria nº 329/2026, considerando o disposto no Edital nº 001/2026, que regulamenta o Processo Seletivo para a função de Diretor Escolar das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Altamira do Paraná, **TORNA PÚBLICO o GABARITO DEFINITIVO e o RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA**, aplicada em 18 de agosto de 2026, nos seguintes termos:

1.**DO GABARITO DEFINITIVO**

1.1. Fica divulgado o gabarito definitivo da prova objetiva do Processo Seletivo para a função de Diretor Escolar:

GABARITO	
Nº	**Alternativa**
1	**d**
2	**d**
3	**a**
4	**c**
5	**d**
6	**c**
7	**c**
8	**b**
9	**d**
10	**b**
11	**b**
12	**a**
13	**b**
14	**b**
15	**b**
16	**a**
17	**d**
18	**b**
19	**c**
20	**a**
21	**c**
22	**a**

23	**c**
24	**d**
25	**b**

2. DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

2.1. Nos termos do item 7.4 do Edital nº 001/2026, a prova objetiva possui valor total de 100 (cem) pontos, sendo composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas, com valor de 4,0 (quatro) pontos cada, distribuídas entre Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.
2.2. Nos termos do item 7.5 do Edital nº 001/2026, será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota superior a 60 (sessenta) pontos, correspondendo a 64 (sessenta e quatro) pontos a menor nota possível de aprovação, considerada a pontuação de 4,0 (quatro) pontos por questão.
2.3. Após a correção das provas conforme o gabarito definitivo, fica divulgado o seguinte RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA:

CANDIDATA	UNIDADE EDUCACIONAL	NOTA	SITUAÇÃO
CRISLAINE GALVÃO TAVELA	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL APARECIDA SOLANGE DOS SANTOS GÓIS – CMEI	88	APROVADA
SILMARA FIGUEIREDO RAK	ESCOLA MUNICIPAL DR. AUGUSTINHO KAULING	84	APROVADA

2.4. O presente resultado possui caráter preliminar, exclusivamente quanto à nota obtida na prova objetiva, não se confundindo com o resultado definitivo da prova objetiva nem com a classificação final do Processo Seletivo.

3. DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

3.1. Nos termos do item 9.7 do Edital nº 001/2026, caberá recurso exclusivamente quanto à nota individual, por eventual erro material de correção do resultado preliminar.

3.2. O recurso deverá ser interposto no dia 24 de agosto de 2026, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, presencialmente na Sala da Secretaria de Educação e Cultura de Altamira do Paraná, situada na Rua Cantú, nº 180, Centro, Altamira do Paraná/PR.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O resultado definitivo da prova objetiva será divulgado em 25 de agosto de 2026, conforme estabelecido no Edital nº 001/2026.

4.2. A aprovação na prova objetiva não corresponde, por si só, à classificação final no Processo Seletivo, permanecendo obrigatória a observância das demais etapas e requisitos previstos no Edital nº 001/2026.

4.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Altamira do Paraná, 20 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

GILMARA DO COUTO LOPES
Presidente da Comissão Municipal do Processo Seletivo
Portaria nº 329/2026

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:FC25E58C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
POLITICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTERGRAL

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

Secretaria Municipal de Amaporã

I. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

1. INTRODUÇÃO
Além da exigência estabelecida na Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, do Ministério da Educação e demais normas emitidas a respeito, para que os municípios definam e submetam à apreciação de seus Conselhos Municipais de Educação a Política de Educação em Tempo Integral, houve o entendimento por este órgão educacional da necessidade de ser estabelecida uma política que estabeleça metas e condições para a implantação e aumento gradativo da oferta da educação em tempo integral na rede municipal de ensino.
Organizado o Grupo de Trabalho para este objetivo e após ouvidos todos os demais órgãos da educação e do Poder Executivo, foi concluído este trabalho a fim de ser enviado ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal do FUNDEB para devida apreciação e aprovação.

1.1. MUNICÍPIO DE AMAPORÃ – PARANÁ CÓDIGO: **0090**

1.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AMAPORÃ

1.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL:

a. CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	ETAPAS DE ATENDIMENTO (0 A 3 ANOS /4 A 5 ANOS)	MODALIDADE DE OFERTA (integral/parcial)	NÚMERO DE MATRÍCULA	MATRÍCULAS A SEREM EFETIVADAS (LISTA DE ESPERA)
1. CMEI MARIA DE FÁTIMA	0 A 4	INTEGRAL	134	0
2. CMEI GREGÓRIO VAQUERO	4 A 5	PARCIAL	78	0
TOTAL: 2			212	

2. ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

NOME	INEP	MODALIDADE DE OFERTA	NÚMERO DE MATRÍCULA
1. ESCOLA MUNICIPAL MENINO JESUS.	41000250	PARCIAL	225
2. ESCOLA MUNICIPAL CECÍLIA MEIRELES.	41000226	PARCIAL	120
TOTAL: 2			345

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A REDE MUNICIPAL SE DISPOE DE QUATRO INSTITUIÇÕES, SENDO DOIS CMEIS E DUAS ESCOLAS, COMPOSTOS POR ESTUDANTES DA ZONA RURAL E URBANA, A MAIORIA CLASSE MÉDIA BAIXA E DISPROVIDOS DE RECURSOS SOCIOECONOMICOS. UMA POPULAÇÃO CARENTE E BEM ATIVA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES.

3.1. ÍNDICES EDUCACIONAIS – RESULTADO DE AVALIAÇÕES

AVALIAÇÕES	RESULTADO	RESULTADO ESTADUAL
a. Avaliação de Fluência 2024	Pré leitor 1: 1 Pré-leitor 4: 8 Leitor iniciante: 46 Leitor fluente:8	
4. IDEB	5,9	6,5
5.PROFICIÊNCIA PROVA PARANÁ MAIS – 2º ANO	Língua portuguesa: 634 Matemática:545	Língua Portugues a:641 Matemátic a: 541
4.PROFICIÊNCIA PROVA PARANÁ MAIS – 5º ANO	Língua portuguesa: 237 Matemática:233	Língua Portuguesa: 222 Matemática: 234
5.IDH do município	0,669	0,7414
a. Resultados em destaque: *o crescimento da alfabetização no município é destaque, através de ações realizadas nas instituições com fortes parcerias com as famílias, o alcance dos resultados é fruto do trabalho realizado pelo departamento e escolas.*		
b.Desafios que foram constatados após análise dos resultados das Avaliações: o maior desafio com certeza é o alcance de 100% da alfabetização no município.		

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Concepção de Educação

Com base nos autores da teoria crítica da educação, o processo de educação se configura como responsável pela transmissão e mediação do saber elaborado. Neste caminhar a educação tem como especificidade o desenvolvimento do pensamento humano.
É no processo educativo que o homem se faz homem, desta forma compreende-se que a criança está submetida ao ato educacional desde seu nascimento. No entanto, Saviani (2005) é categórico ao enfatizar que a educação ao qual a criança é submetida em seu convívio familiar é informal e não está voltada ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, conforme destaca Vygotsky (2005). A educação oferecida pelo professor, dentro do âmbito escolar, é formal, acrescenta Saviani (2005), assim sua objetivação é a transmissão e mediação dos conhecimentos científicos pelo professor e a assimilação dos conteúdos pelos alunos. A educação escolar é justamente o processo de organização e transmissão dos conteúdos de maneira sistematizada e objetiva. Desta forma, Vigostki (2005) assevera que a organização das atividades escolares impulsiona o desenvolvimento intelectual da criança.
Ainda, de acordo com a deliberação 03/2023 CEE/PR, a educação é fator de desenvolvimento pessoal e transformação social e considerando a evolução tecnológica, a inteligência artificial, as questões socioeconômicas dentre outras, não se pode prescindir de uma análise cuidadosa da ampliação da jornada escolar, se quisermos elevar e aprimorar as competências e habilidades das crianças, jovens, adultos e Idosos, com vistas ao acesso ao conhecimento elaborado e sistematizado, imprescindível à formação do pensamento crítico e autônomo.

Concepção de Educação Integral

De acordo com a Deliberação 03/2023 CEE/PR, a Educação em Tempo Integral oferece aos estudantes uma jornada escolar mais longa, com acréscimos significativos de atividades pedagógicas e culturais que complementam a formação acadêmica. A mesma ocorre em turno único, ou seja, apenas uma matrícula no sistema, pois o aluno entra no período da manhã, permanece por no mínimo 7 horas na instituição e volta para a casa no final da tarde.

A Deliberação 03/2023 CEE/PR em sua justificativa em relação à Educação Integral, faz uma citação de Miguel Arroyo:
A educação integral é uma concepção de um sujeito total e integral enquanto sujeito de conhecimento, de cultura, de valores, de ética, de identidades, de memória, de imaginação e a educação tem que dar conta de todas essas dimensões da formação do ser humano. A educação em tempo integral se comunica diretamente com a educação integral, pois para dar conta de todas as dimensões da formação humana, a escola precisa de mais tempo. Não somente mais tempo na escola, mas um tempo que dialogue com outros tempos da formação humana que transcendem aos muros da escola, como tempo de formação na família, no trabalho, no convívio, na luta pela sobrevivência seja campo ou na cidade. (2013).

Concepção de Educação em Tempo Ampliado

Essa modalidade, como o termo já diz, amplia o tempo de permanência do aluno na escola, no formato de contraturno. Ou seja, o aluno frequenta um turno e retorna no período da tarde para outras atividades pedagógicas, nessa modalidade de oferta diferente do turno único, é necessário que se realize duas matrículas.

A educação em Tempo Ampliado vem como uma modalidade ofertada pelo município. Seu objetivo primordial é a promoção de oportunidades de aprendizado. Tendo como foco o papel central do currículo, a importância da inclusão e da valorização dos saberes espontâneos trazidos pelos estudantes e suas interações na sociedade, como forma de fortalecer os laços com a escola e a aprendizagem.
De acordo com a Deliberação 003/2023 CEE/PR a Educação em Tempo Ampliado potencializará grandes oportunidades de aprendizado. Nessa oferta o currículo exerce um papel central, tendo como base, a inclusão e valorização dos saberes trazidos pelos estudantes e sua interação com a sociedade, como meio para fortalecer os laços entre a escola e aprendizagem.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação tem seu papel relevante no processo-ensino aprendizagem, ela tem duas vertentes, diagnóstica e formativa. Uma complementa a outra.
Na avaliação diagnóstica, como o próprio nome já diz, refere-se a levantamento de dados de como está o processo de ensino aprendizagem e seus desafios. Deve contemplar instrumentos apropriados para cada nível e modalidade de ensino.
Na avaliação formativa, é importante estudar e interpretar osdados colhidos pela avaliação diagnóstica, prever um plano de ação para sanar as lacunas e/ou suplementar as aprendizagens.
O objetivo principal da avaliação é traçar metas e ações para a efetivação da aprendizagem. Vale ressaltar que a avaliação deve contemplar a todos os alunos, independentemente do nível que se encontram. É preciso um olhar apurado e compreender que cada criança deve ser avaliada de acordo com sua própria evolução. Nas instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, do município, o sistema de avaliação é previsto no Projeto Político Pedagógico e
Regimento Escolar.

II. DEFINIÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA

O processo de formulação da Política de Educação em Tempo Integral e sua implementação requerem a elaboração de um Plano de Trabalho (também chamado de plano de ação ou plano operacional), que detalhará as tarefas específicas, os recursos necessários, os prazos e as responsabilidades da equipe responsável pela educação integral em tempo integral na secretaria e dos demais atores relacionados, para se alcançarem os objetivos da Política e do Plano de Expansão das Matrículas.

No Plano de Trabalho os responsáveis pelas ações proposta estarão a frente Secretaria Municipal de Educação, Equipe Gestora na instituição de ensino na qual será implantada a Educação em Tempo Integral e a Prefeitura Municipal como agente e mantenedor da educação municipal. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado no início do período letivo e alimento durante o período de execução.

Nome	Função
Fernando Henrique O. Vicente	Secretário municipal de educação
Taiene da Silva Vicente	Coordenador pedagógico
Marlene Ferreira Barbosa	Diretora da Escola
Eliane Cristina Palombo	Diretora da Escola
Kelly Anne Augusti de Souza	Diretora da Escola
Leila Ribeiro	Diretora da Escola
Viviane da Silva Gonçalves	Diretora da Escola

III. ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS/JORNADA ESCOLAR

A Educação Integral em Tempo Integral deve contemplar o atendimento diário igual ou superior a 7 horas ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando no mínimo 1400 horas anuais, distribuídas em pelo menos 200 dias letivos, compreendendo o tempo total em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.
No município de Amaporã/PR a Educação em Tempo Integral já acontece na Educação Infantil em Turno Único, de segunda a sexta-feira concluindo um total de no mínimo 7 (sete) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais.

a. A oferta de Tempo Integral será ofertada em: CMEI- Maria de Fátima
a. (x) Educação em Tempo Integral

Manhã:
Entrada: : 7:00 horas Saída: 17:00 Horas

b. CMEI- Gregório Vaquero
c. a. (x) Educação em Tempo Integral

d. Manhã:
e. Entrada:7:30 horas
f. Saída: 17:00 Horas

IV. Definição dos espaços e de suas melhorias

Em atendimento a Portaria nº 2.036, de 2023, estabelece em seu artigo 4º as diretrizes da Educação em Tempo Integral a rede municipal de ensino propõe que haja uma organização curricular dentro dos parâmetros da BNCC. Que o Projeto Político Pedagógico – PPP esteja com propostas de fundamentação e garantias de fundamentação para o trabalho pedagógico, assim como o Regimento Escolar atenda e assegure os diretos e deveres de toda a comunidade escolar atendendo aos critérios e legislações da Educação em Tempo Integral que contemple a construção de matriz curricular integrada. O PPP também deve contemplar a articulação intersetorial para a promoção da educação integral, com as áreas de esportes, cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, lazer, saúde, assistência social, direitos humanos e educação profissional.
Os profissionais da educação possuem formação específica para atuarem nas oficinas ou aulas. A carga horária cumprida pelo professor atende ao exigido na matriz curricular sendo de dedicação exclusiva ou não.

V. DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

1.A oferta de Tempo Integral será ofertada em:	
a. (X)Turno único	b. ( ) Ampliação de Jornada

2.Critérios: (relacione os critérios utilizados para ofertar a Educação de Tempo Integral no município – Turno Único – Ampliação de Jornada) *de acordo com a necessidade da instituição de ensino e atendimento do número de alunos pactuados)*
a. VULNERABILIDADE
b. CRITERIOS SOCIOECONÔMICOS
c. LAUDO MÉDICO
Obs: No município não há lista de espera.

3. Turmas a serem atendidas:
a. 0 anos – 1 turma
b. 1 ano – 2 turmas
c. 2 anos – 2 turmas
D. 3 anos – 2 turmas
e. 4 anos – 2 turmas

4. Rotina semanal da oferta da Educação de Tempo Integral /Ampliação de Jornada;

O horário de atendimento das turmas em período integral é das 7:30 às 16:30, com quatro refeições durante o dia, atendimento realizado por profissionais habilitadas atendendo à legislação. Acolhimento, atividades pedagógicas, contação de histórias, musicalização, atividades psicomotoras e muitas brincadeiras fazem parte da rotina semanal.

V. DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

4. Relação de profissionais que atenderão Educação de Tempo Integral /Ampliação de Jornada;			
MACRO CAMPO	ATIVIDADE	PROFISSIONAL	TURMA
a. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Adriana De Holanda Lucas de Souza	
movimentos / traços, sons, cores e formas /	da identidade.	Tsuruyo Izabel Maezawa	
Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços, tempos, quantidades, relações e	Coordenação motora, exploração do espaço e linguagens não verbais.		
transformações)	Expressão artística,		
	musicalidade e		
	criatividade.		Berçário
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		
	Noções matemáticas,		
	fenômenos naturais e o		
	meio ambiente.		
b. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e movimentos / traços,	Interação social, autonomia e construção da identidade.	Ana Rosa Sillig Vas Edina Souza Santos	Infantil I “A”
sons, cores e formas / Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços,			
tempos, quantidades, relações e transformações)	Coordenação motora, exploração do espaço e linguagens não verbais.		
	Expressão artística, musicalidade e criatividade.		
	Linguagem oral, leitura, escrita (como representação) e histórias.		
	Noções matemáticas, fenômenos naturais e o meio ambiente.		
c. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Angela Maria Alves da Paz	
movimentos / traços, sons, cores e formas / Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços, tempos, quantidades, relações e	da identidade. Coordenação motora, exploração do espaço e linguagens não verbais.	Maria Eduarda Malaquias	Infantil I “B”
transformações)	Expressão artística,		
	musicalidade e		
	criatividade.		
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		
	Noções matemáticas,		
	fenômenos naturais e o		
	meio ambiente.		
d. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Lucilene Carnicelli Lopes Ferreira	
movimentos / traços, sons, cores e formas /	da identidade.	Conceição Cruz dos Santos	
Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços, tempos, quantidades, relações e	Coordenação motora, exploração do espaço e linguagens não verbais.		
transformações)	Expressão artística,		Infantil II “A”
	musicalidade e		
	criatividade.		
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		

	Noções matemáticas, fenômenos naturais e o meio ambiente.		
e. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Irene dos Santos Ribeiro	
movimentos / traços, sons, cores e formas /	da identidade.	Isadora Fernanda dos Santos Silva	Infantil II “B”
Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços, tempos, quantidades,	Coordenação motora, exploração do espaço e linguagens não verbais.		
relações e			
transformações)	Expressão artística,		
	musicalidade e		
	criatividade.		
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		
	Noções matemáticas,		
	fenômenos naturais e o		
	meio ambiente.		
f. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Fabiane Magrid de Souza Villela	
movimentos / traços, sons, cores e formas / Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços,	da identidade. Coordenação motora,	Paula Leticia Vieira da Silva	
tempos, quantidades,	exploração do espaço e		
relações e transformações)	linguagens não verbais.		
	Expressão artística,		
	musicalidade e		Infantil III “A”
	criatividade.		
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		
	Noções matemáticas,		
	fenômenos naturais e o		
	meio ambiente.		
g. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Vera Lucia de Oliveira Benedetti	
movimentos / traços, sons, cores e formas / Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços,	da identidade. Coordenação motora,	Caroline Pereira de Brito	Infantil III “B”
tempos, quantidades,	exploração do espaço e		
relações e transformações)	linguagens não verbais.		
	Expressão artística, musicalidade e criatividade. Linguagem oral, leitura, escrita (como representação) e histórias. Noções matemáticas, fenômenos naturais e o meio ambiente.		
h. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e movimentos / traços, sons, cores e formas / Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços,	Interação social, autonomia e construção da identidade. Coordenação motora,	Ivone Maria Rodrigues Dde Oliveira Alves Adineia da Silveira Felipe	Infantil 4 “A”
tempos, quantidades,	exploração do espaço e		
relações e transformações)	linguagens não verbais.		
	Expressão artística,		
	musicalidade e		
	criatividade.		
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		
	Noções matemáticas,		
	fenômenos naturais e o		
	meio ambiente.		
i. O eu, o outro e o nós / Corpo, gesto e	Interação social, autonomia e construção	Adriana Marques da Silva Palombo	
movimentos / traços, sons, cores e formas / Escuta, fala, pensamentos e imaginação / Espaços,	da identidade. Coordenação motora,	Bruna Suelen Ramos de Souza	
tempos, quantidades,	exploração do espaço e		
relações e transformações)	linguagens não verbais.		
	Expressão artística,		
	musicalidade e		Infantil 4 “B”
	criatividade.		
	Linguagem oral, leitura,		
	escrita (como		
	representação) e		
	histórias.		
	Noções matemáticas,		
	fenômenos naturais e o		
	meio ambiente.		

VI. DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

O Programa Escola em Tempo Integral (Programa ETI) foi instituído pela Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral. A lei autoriza a União a transferir recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, conforme disponibilidade orçamentária (art. 1º), priorizando as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (art. 3º). A transferência dos recursos financeiros no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, a ser efetivada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dispensa a celebração de

convênio, de acordo, de contrato, de ajuste ou de outro instrumento congênere, ocorrendo por meio de depósito em conta corrente específica do ente federativo (art. 8º).
Neste município foram pactuadas 20 vagas e em seguida repactuadas mais 10 vagas, as quais foram preenchidas com alunos da Eucação Infantil.
A formação continuada dos profissionais acontecerá de forma sistematizada através de cursos ofertados pela mantenedora e os previstos no Plano Municipal de Educação como:
Semanas Pedagógicas (Início do Ano Letivo – 1º Semestre e Retorno do Recesso Escolar – 2º Semestre) com discussões pautadas em aportes teóricos relevantes sobre temas emergentes que afetam o cotidiano da sala de aula, bem como o processo de ensino e aprendizagem, de modo a fundamentar os profissionais da educação para o planejamento do semestre letivo.
Equipe Pedagógica para acompanhamento e aprofundamento do conhecimento pedagógico-teórico-prático, que realizam a mediação entre a Proposta Pedagógica e os professores, ouvindo suas demandas e realizando estudos para a manutenção da qualidade da formação continuada oferecida no município.
Assessoria técnica – pedagógica para os docentes e gestores em relação aos livros didáticos integrados ao Sistema de Ensino e sua metodologia.
Formação continuada e capacitação de docentes e gestores da Educação com conteúdo alinhado aos materiais didáticos impressos do Sistema de Ensino.
Assessoramento pedagógico com cursos para eixos e áreas do conhecimento de acordo com as propostas do livro didático e Diretrizes Curriculares Nacionais, BNCC e demais referenciais normatizados pelo MEC.
Formações ofertadas no âmbito da adesão dos Programas em regime de colaboração entre a União e o Estado.

VII. DIRETRIZ PARA A MATRIZ CURRICULAR.

A organização curricular tem como princípio a interdisciplinaridade que consiste na articulação dos componentes curriculares. A BNCC propõe a superação da fragmentação:
Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida" (BNCC, p. 15).
Em razão do aumento do período de permanência no ambiente escolar, a instituição de ensino buscou espaços físicos planejados, na escola e fora da instituição de ensino com adequações para atendimento, materiais e equipamentos e, acima de tudo, profissionais habilitados e formados, de modo a atender as expectativas dessa proposição pedagógica. A proposta pedagógica da escola deverá ter para a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa cientifica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral.
A matriz curricular apresentada consta os campos de experiência, com uma carga horária que atenda 35h semanais, perfazendo 7 h diárias de segunda a sexta- feira em Ampliação de Jornada não havendo sobreposição entre os turnos, durante o período letivo, atendendo a legislação vigente.

VIII. DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO.

A articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos. Em atendimento a esta proposta de articulação na efetivação da implantação e execução foi firmado parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social – Projeto Piá, para utilização de espaços físicos pertencentes a estes departamentos.

IX. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento e avaliação do Programa Escola em Tempo Integral tem como objetivo gerar as informações necessárias para verificar o desempenho do programa, permitindo realizar ajustes ao longo da sua execução.
A Secretaria Municipal de Educação deverá traçar um plano de avaliação, pontuando todas as ações executadas, se alcançaram seus objetivos e quais foram os resultados alcançados. No plano deverão constar ações de gestão e pedagógicas. Traçar um plano para o processo de implantação da Educação em Tempo Integral.
As instituições de ensino onde foram implantadas deverão traçar o plano de monitoramento e avaliação como objetivo de verificar o desenvolvimento e crescimento do estudante. Os dados poderão ser coletados através de avaliações internas e nas avaliações externas.
Os agentes também estarão em campos de observação e análise. Importante registrar se as metas propostas pelo Plano Municipal de Educação foram atingidas, assim como as metas propostas para as avaliações externas foram atingidas. Observar se a aquisição de conhecimento pelo aluno levou-o a ter um comportamento e crescimento intelectual esperado segundo as proposições das áreas de conhecimento trabalhadas nos macros campos/campos de experiência.
O Plano de monitoramento e avaliação deve ser traçado paralelo ao plano de ação para que seja realizada uma avaliação contínua, periódica e sistematizada.

FERNANDO HENRIQUE OTTESBACH VICENTE
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Lu
Código Identificador:F9BDFE94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 261/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 500.000,00

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE AN **
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 261/2026 de 14/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
23.000.00.000.0000.0.000.		Serviço Autonomo de Agua e Esgoto	
23.001.00.000.0000.0.000.		SAMAE	
23.001.17.512.0008.2.076.		Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	
55 - 4.4.90.30.00.00	01076	MATERIAL DE CONSUMO	500.000,00
		Total Suplementação:	**500.000,00**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
23.000.00.000.0000.0.000.		Serviço Autonomo de Agua e Esgoto	
23.001.00.000.0000.0.000.		SAMAE	
23.001.17.512.0008.1.211.		Melhoria e Ampliação de Sistema de Água	
35 - 4.4.90.51.00.00	01076	OBRAS E INSTALAÇÕES	500.000,00
		Total Redução:	**500.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 14 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

CLEBER DE ARAUJO CEZARINO
Diretor Geral do SAMAE

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A3F2B2B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 085/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 085/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
PROTOCOLO Nº 19934/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO
AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação do Microempreendedor Individual 65.466.828 LUIS HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ n.º 65.466.828/0001-85, selecionado através da Plataforma Contrata+Brasil, para a execução de serviços de serralheria, para fabricação e instalação de portão com tela e cobertura para banco de reservas, necessita também da retirada do portão e cobertura existente no Campo Municipal Joaquim Soares Ferreira, visando atender às necessidades do Departamento de Esportes**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: 65.466.828 LUIS HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ/CPF sob nº 65.466.828/0001-85 com sede na Rua Dirceu Jose Guimaraes, nº 125, Bairro: Boqueirão, CEP: 81.650-350, na cidade de Curitiba/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Serralharia	Serviço	1	13.000,00	13.000,00

Total: R$ 13.000,00 (treze mil reais)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
08003278120012209133903900000	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 20 de Agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:4B4CB87E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA SRP 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL
BELA VISTA DA CAROBA

SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº040/2026

O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, com vigência de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027, conforme segue:

ATA SRP Nº 021/2026

5287 - D R C PIVOTTI LTDA (28.407.296/0001-89)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1	27614 - FORNECIMENTO DE LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED QUE ATENDA AO MÍNIMO EXIGIDO PARA CLASSIFICAÇÃO DE VIA TIPO V3 (NBR 5101/2018), COM CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE E REGISTRO NO INMETRO; POTÊNCIA MÁXIMA DE 80W; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 12.000 LÚMENS; GARANTIA TOTAL DE 5 ANOS	UN		80	519,40	41.552,00
1	2	27615 - FORNECIMENTO DE RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO, LIGA DE NOITE (LN), FALHA DESLIGADO (FD / FAIL OFF), CONFORME ABNT NBR 5123, EM POLICARBONATO COM PROTEÇÃO UV, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000W RESISTIVO, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE 220V E 60HZ, PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE 5KA, ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP 66, TOMADA PADRÃO NEMA COM 3 PINOS EM LATÃO ESTANHADO, FUNCIONAMENTO COM HISTERESE E RETARDO PARA EVITAR ACIONAMENTO POR PICOS DE LUMINOSIDADE TRANSITÓRIOS, COM GARANTIA TOTAL DE 5 ANOS	UN		80	25,15	2.012,00
1	3	27616 - FORNECIMENTO DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL TIPO HEPR, ISOLAMENTO DE 1 KV, 3 VIAS COM BITOLA 2,5MM².	M		400	9,43	3.772,00
1	4	27617 - FORNECIMENTO DE CONECTOR PERFURANTE	UN		240	10,46	2.510,40
1	5	27618 - FORNECIMENTO DE BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PADRÃO COPEL, MODELO BR2, CONTENDO TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA SUA CORRETA FIXAÇÃO, TAIS COMO PARAFUSOS, PORCAS, CINTAS E ABRAÇADEIRAS	UN		80	186,03	14.882,40
1	6	27619 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INCLUINDO: LUMINÁRIA VIÁRIA, RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO, BRAÇO, CABOS ELÉTRICOS E CONEXÕES; FIXADOS EM POSTE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ALTURA ATÉ 10M); REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NORMATIZADOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS	SER		80	81,94	6.555,20
1	7	27620 - SERVIÇOS DE RETIRADA, TRANSPORTE E DESCARTE DE CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTE, POR PONTO DE IP, INCLUINDO: LUMINÁRIA VIÁRIA COM LÂMPADA HID (LUMINÁRIA, LÂMPADA, REATOR, CAPACITOR, IGNITOR), BRAÇO INADEQUADO, CABOS ELÉTRICOS INUTILIZÁVEIS E CONEXÕES; FIXADOS EM POSTE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ALTURA ATÉ 10M); REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NORMATIZADOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS	SER		80	68,68	5.494,40
1	8	27621 - SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED FIXADOS EM POSTE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ALTURA ATÉ 10M);	SER		80	73,81	5.904,80

		REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NORMATIZADOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS					
1	9	27622 - SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO, LIGA DE NOITE (LN), FALHA DESLIGADO (FD / FAIL OFF), FIXADOS EM POSTE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ALTURA ATÉ 10M); REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NORMATIZADOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS	SER		80	42,17	3.373,60
1	10	27623 - SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL TIPO HEPR, ISOLAMENTO DE 1 KV, 3 VIAS COM BITOLA 2,5MM², FIXADOS EM POSTE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ALTURA ATÉ 10M); REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NORMATIZADOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS	SER		50	50,56	2.528,00
1	11	27624 - SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PADRÃO COPEL, MODELO BR2, FIXADOS EM POSTE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ALTURA ATÉ 10M); REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NORMATIZADOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS.	SER		80	78,94	6.315,20
Total (R$):							94.900,00

TOTAL GERAL: R$ 94.900,00

Bela Vista da Caroba, 20/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:15460A80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA SRP 022/2026

PREFEITURA MUNICIPAL
BELA VISTA DA CAROBA
SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº046/2026
O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO, com vigência de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027, conforme segue:
ATA SRP Nº 022/2026

5318 - NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA (32.095.693/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
8	25658 - PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO RETANGULAR TIPO, PAVER20X10X6CM, RESISTENCIA MINIMA 35 MPA, composição do produto, areia, pó de pedra, granilha de pedra cimento CP-V ARI, Conforme norma de padronização ABNT NBR 9781/2013. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade	M²	MARCA PROPRIA	700	51,00	35.700,00
10	30189 - MEIO FIO CONCRETO PRÉ-FABRICADO, dimensões 80x15x13x20cm (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA).	UN	MARCA PROPRIA	2.500	28,00	70.000,00
11	25659 - MEIO FIO CONCRETO PRÉ-FABRICADO, dimensões 100x15x13x20cm (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA).	UN	MARCA PROPRIA	1.500	29,50	44.250,00
12	30190 - POSTE/MOURÃO DE CONCRETO 12X12X2,60CM C/ PESCOÇO, P/ ALAMBRADO. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme necessidade.	UN	MARCA PROPRIA	250	117,60	29.400,00
13	30191 - POSTE/MOURÃO DE CONCRETO 12X12X1,80CM, Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme necessidade.	UN	MARCA PROPRIA	150	93,10	13.965,00
Total (R$):						193.315,00

1353 - FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EVANGELISTA LTDA (77.092.799/0001-18)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	27525 - TUBO DE CONCRETO PS1 - DIAMETRO 300MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA OS TAMANHOS DOS TUBOS SÃO DEFINIDOS DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES JÁ UTILIZADAS PELO MUNICÍPIO EM TUBULAÇÕES ANTERIORES, EVITANDO DESTA FORMA INCOMPATIBILIDADE DE TAMANHOS ONDE HAVERÁ NECESSIDADE DE INTERLIGAÇÃO, DEVENDO SEGUIR OS SEGUINTES REQUISITOS: • COMPRIMENTO ÚTIL DE NO MÍNIMO 950 MILÍMETROS; • COMPRIMENTO DE ENCAIXE DE NO MÍNIMO 20 MILÍMETROS. • FOLGA ENTRE ENCAIXES DE NO MÁXIMO 30 MILÍMETROS; • ESPESSURA DA PAREDE DO TUBO DE NO MÍNIMO 30 MILÍMETROS • RESISTENCIA A COMPRESSÃO DIAMETRAL COM RESISTÊNCIA MÍNIMA A RUPTURA DE 16KN/M	UN	MARCA PROPRIA	150	55,00	8.250,00
4	25653 - TUBO DE CONCRETO PA1 - MF DIÂMETRO 800mm, com laudo emitido por empresa especializada em conformidade com NBR 8890/2020. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade.	UN	MARCA PROPRIA	350	319,00	111.650,00
5	25649 - TUBO DE CONCRETO PA1 - MF DIÂMETRO 1.000mm, com laudo emitido por empresa especializada em conformidade com NBR 8890/2020. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade.	UN	MARCA PROPRIA	100	430,00	43.000,00
6	25657 - TUBO DE CONCRETO PA1 - MF DIÂMETRO 1.500mm, com laudo emitido por empresa especializada em conformidade com NBR 8890/2020. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade.	UN	MARCA PROPRIA	50	1.140,00	57.000,00
7	25655 - PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO RETANGULAR TIPO PAVER 20X10X4CM, RESISTENCIA MINIMA 35 MPA; composição do produto, areia, pó de pedra, granilha de pedra cimento CP-V ARI. Podendo ser	M²	MARCA PROPRIA	2.500	52,50	131.250,00

	pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade.					
9	25656 - PAVER, BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO, Piso cimenticio rústico borda reta Suvial podotátil direcional diversas cores, 10x20x6 cm, composição do produto, areia, pó de pedra, granilha de pedra, cimento CP-V ARI, Conforme norma de padronização ABNT NBR 9781/2013. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade.	M²	MARCA PROPRIA	1.000	74,00	74.000,00
Total (R$):						425.150,00

1261 - EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (14.540.178/0001-30)						
Item	**Material/Serviço**	**Unid. medida**	**Marca**	**Quantidade**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
2	27526 - TUBO DE CONCRETO PS1 - DIAMETRO 400MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA OS TAMANHOS DOS TUBOS SÃO DEFINIDOS DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES JÁ UTILIZADAS PELO MUNICÍPIO EM TUBULAÇÕES ANTERIORES, EVITANDO DESTA TUBO DE CONCRETO PS1 - DIAMETRO 400MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA OS TAMANHOS DOS TUBOS SÃO DEFINIDOS DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES JÁ UTILIZADAS PELO MUNICÍPIO EM TUBULAÇÕES ANTERIORES, EVITANDO DESTA FORMA INCOMPATIBILIDADE DE TAMANHOS ONDE HAVERÁ NECESSIDADE DE INTERLIGAÇÃO, DEVENDO SEGUIR OS SEGUINTES REQUISITOS: • COMPRIMENTO ÚTIL DE NO MÍNIMO 950 MILÍMETROS; • COMPRIMENTO DE ENCAIXE DE NO MÍNIMO 20 MILÍMETROS. • FOLGA ENTRE ENCAIXES DE NO MÁXIMO 30 MILÍMETROS; • ESPESSURA DA PAREDE DO TUBO DE NO MÍNIMO 40 MILÍMETROS • RESISTENCIA A COMPRESSÃO DIAMETRAL COM RESISTÊNCIA MÍNIMA A RUPTURA DE 16KN/M	UN	MARCA PROPRIA	500	66,00	33.000,00
3	25652 - TUBO DE CONCRETO PS1 - MF DIÂMETRO 600mm, com laudo emitido por empresa especializada em conformidade com NBR 8890/2020. Podendo ser pedido este item em quantidades unitárias conforme a necessidade.	UN	MARCA PROPRIA	650	116,00	75.400,00
Total (R$):						108.400,00

TOTAL GERAL: R$ 726.865,00

Bela Vista da Caroba, 20/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:5F765CEB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA SRP 023/2026

PREFEITURA MUNICIPAL
BELA VISTA DA CAROBA
SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº045/2026
O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PIZZARIA PARA FORNECIMENTO DE RODÍZIO DE PIZZAS E REFRIGERANTES, CONFORME CONDIÇÕES E QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, DESTINADAS AOS INTEGRANTES DA BANDA FANFARRA DO MUNÍCIPIO, com vigência de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027, conforme segue:

ATA SRP Nº 023/2026							
4570 - MATEUS HENRIQUE DE SOUZA 01329252900 (41.901.529/0001-63)							
Lote	**Item**	**Material/Serviço**	**Unid. medida**	**Marca**	**Quantidade**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
1	1	26331 - Rodízio de pizza e refrigerante a vontade - adultos (acima de 11 anos de idade). Cardápio variado com no mínimo 20 sabores de pizza salgada, 8 sabores de pizza doce, acompanhamentos batata frita, frango a passarinho. Refrigerantes litro: sabor cola e sabor guaraná.	UN		120	43,30	5.196,00
1	2	26332 - Rodízio de pizza e refrigerante a vontade - crianças (05 a 10 anos). Cardápio variado com no mínimo 20 sabores de pizza salgada, 8 sabores de pizza doce, acompanhamentos batata frita, frango a passarinho. Refrigerantes litro: sabor cola e sabor guaraná.	UN		80	35,30	2.824,00
						Total (R$):	8.020,00

TOTAL GERAL: R$ 8.020,00

Bela Vista da Caroba, 20/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:5B702755

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 219/2026

Decreto nº 219/2026 Data 19/08/2026

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº **1047/2026** de **19/08/2026**.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.279.000,00 (dois milhões duzentos e setenta e nove mil reais)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:	
02 GOVERNO MUNICIPAL	
02.003 ASSESSORIAS DO GOVERNO MUNICIPAL	
02.003.04.122.0002.2.005 AÇÕES DE ASSESSORIAS DO GOVERNO MUNICIPAL	
15 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
16 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
05.004 DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
05.004.04.122.0003.2.008 AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	
75 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
76 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.000,00
05.005 DIVISÃO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
05.005.04.122.0003.2.016 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO COMPRAS ALMOXARIFADO	
97 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	88.000,00
98 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.000,00
06 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS	
06.001 DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
06.001.26.782.0004.2.018 ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS	
115 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
116 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
117 - 3.1.90.94.00.00 000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
06.003 DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	
06.003.15.452.0005.2.023 ATIVIDADE OPERACIONAL DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	
150 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
151 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
07 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002 DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
07.002.18.541.0006.2.057 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE	
178 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
179 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
08 SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
08.002.10.301.0007.2.024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE	
206 - 3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00
209 - 3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
211 - 3.1.90.94.00.00 303 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
08.004 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL	
08.004.10.301.0028.2.025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
228 - 3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	350.000,00
231 - 3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	80.000,00
09 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO	
09.001 DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR	
09.001.08.244.0008.2.054 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO	
248 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
249 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
12 SECRETARIA DE ESPORTE	
12.001 DIVISÃO DE ESPORTE	
12.001.27.812.0013.2.085 MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR	
407 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.000,00
408 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
13 SECRETARIA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
13.001 DIVISÃO DE CULTURA	
13.001.13.392.0012.2.083 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA CULTURA	
419 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
420 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
14 SECRETARIA DE TURSIMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
14.001 DIVISÃO DE TURISMO	
14.001.23.695.0014.2.086 MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO	
432 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
433 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
Total.....:	**2.279.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura a **Anulação de Dotação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

REDUÇÃO:	
02 GOVERNO MUNICIPAL	
02.004 CONTRALADORIA INTERNA	
02.004.04.122.0002.2.006 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONTROLE INTERNO, PROCURADORIA	**GERAL**
22 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
23 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
05.004 DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
05.004.04.122.0003.2.008 AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	
84 - 3.3.90.36.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	200.000,00
91 - 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
06 SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS	
06.001 DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
06.001.26.782.0004.1.001 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA	
100 - 4.4.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.131,83

06.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
06.002.15.452.0005.2.021 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS URBANOS	
137 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
138 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	25.000,00
06.004 DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	
06.004.15.452.0005.2.095 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	
156 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	57.000,00
157 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
158 - 3.1.90.94.00.00 000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
06.005 DIVISÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
06.005.26.782.0004.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
159 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.868,17
160 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00
161 - 3.1.90.94.00.00 000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
07 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001 DIVISÃO DE AGRICULTURA	
07.001.20.606.0006.2.022 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO SETOR AGROPECUARIO	
170 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
171 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
172 - 3.1.90.94.00.00 000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
07.002 DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
07.002.18.541.0006.2.057 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE	
186 - 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
187 - 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
07.003 DIVISÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR	
07.003.20.606.0006.2.098 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE AGRICULTURA	**FAMILIAR**
189 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.000,00
190 - 3.1.90.13.00.00 000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.000,00
191 - 3.1.90.94.00.00 000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
08 SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
08.002.10.301.0007.2.024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE	
208 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00
218 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
215 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08.004 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL	
08.004.10.301.0028.2.025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
230 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
09 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO	
09.001 DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR	
09.001.08.244.0008.1.010 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
244 - 4.4.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
463 - 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
245 - 4.4.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
09.002 CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)	
09.002.08.243.0021.2.055 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTEN	
275 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
271 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
09.003 CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	
09.003.08.243.0018.2.056 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONSELHO TUTELAR	
282 - 3.3.90.93.00.00 000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00
09.003.08.243.0018.6.057 DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
285 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
11 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
11.002 DIVISÃO DE MATERIAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
11.002.12.361.0009.2.070 MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
371 - 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	25.000,00
GRATUITA	
11.002.12.365.0010.2.075 MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL	
376 - 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
11.002.12.367.0011.2.081 MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL	
381 - 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
11.003 DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
11.003.12.361.0009.2.069 TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO FUNDAMENTAL	
387 - 3.3.90.33.00.00 000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00
11.003.12.365.0010.2.076 TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	
392 - 3.3.90.33.00.00 000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.000,00
11.003.12.367.0011.2.082 TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL	
397 - 3.3.90.33.00.00 000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00
Total.....: 2.279.000,00	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 19 Agosto 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:B38C39F8

ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 1047/2026

LEI nº 1047/2026 DATA: 19/08/2026

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar no Orçamento do município de Boa vista da aparecida- PR, para o exercício de 2026.

A Câmara Municipal de Boa vista da aparecida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **EDUARDO JOSE HENRICHS**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI**

Artigo 1º - Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito **Adicional Suplementar** para o exercício de 2026 do município de Boa vista da aparecida-PR.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do município de Boa vista da aparecida-PR, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 2.279.000,00 (dois milhões duzentos e setenta e nove mil reais)**, mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das seguintes dotações orçamentárias.

Suplementação			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.003		**ASSESSORIAS DO GOVERNO MUNICIPAL**	
02.003.04.122.0002.2.005.		**AÇÕES DE ASSESSORIAS DO GOVERNO MUNICIPAL**	
15 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
16 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA**	
05.004.04.122.0003.2.008.		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
75 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
76 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	55.000,00
05.005		**DIVISÃO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO**	
05.005.04.122.0003.2.016.		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO COMPRAS ALMOXARIFADO**	
97 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	88.000,00
98 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.000,00
06		**SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.2.018.		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
115 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
116 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
117 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
06.003		**DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA**	
06.003.15.452.0005.2.023.		**ATIVIDADE OPERACIONAL DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**	
150 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
151 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
07		**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.002		**DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE**	
07.002.18.541.0006.2.057.		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
178 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
179 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
08		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
08.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**	
08.002.10.301.0007.2.024.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE**	
206 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00
209 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
211 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
08.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
08.004.10.301.0028.2.025.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
228 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	350.000,00
231 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	80.000,00
09		**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO**	
09.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR**	
09.001.08.244.0008.2.054.		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(FAMILIA, HABITAÇÃO, IDOSO, ESPAÇO ACOLHER, PANIFICAD**	
248 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
249 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
12		**SECRETARIA DE ESPORTE**	
12.001		**DIVISÃO DE ESPORTE**	
12.001.27.812.0013.2.085.		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO**	
407 - 3.1.90.11.00.00	000	**MADONCIMENTOS** E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.000,00
408 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
13		**SECRETARIA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO**	
13.001		**DIVISÃO DE CULTURA**	
13.001.13.392.0012.2.083.		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DA CULTURA**	
419 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
420 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
14		**SECRETARIA DE TURSIMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	
14.001		**DIVISÃO DE TURISMO**	
14.001.23.695.0014.2.086.		**MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO**	
432 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
433 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
		Total Suplementação:	**2.279.000,00**

Artigo 3º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 2º, será utilizado como recurso o Anulação de Dotação, no valor de R$ 2.279.000,00 (dois milhões duzentos e setenta e nove mil reais), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.004		**CONTRALADORIA INTERNA**	
02.004.04.122.0002.2.006.		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONTROLE INTERNO, PROCURADORIA GERAL**	
22 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
23 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA**	
05.004.04.122.0003.2.008.		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	

84 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	200.000,00
91 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
06		**SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.001.		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA**	
100 - 4.4.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.131,83
06.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.002.15.452.0005.2.021.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS URBANOS**	
137 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
138 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	25.000,00
06.004		**DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS**	
06.004.15.452.0005.2.095.		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS**	
156 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	57.000,00
157 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
158 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
06.005		**DIVISÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO**	
06.005.26.782.0004.2.036.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO**	
159 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.868,17
160 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00
161 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
07		**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.001		**DIVISÃO DE AGRICULTURA**	
07.001.20.606.0006.2.022.		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO SETOR AGROPECUARIO**	
170 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
171 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
172 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
07.002		**DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE**	
07.002.18.541.0006.2.057.		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
186 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
187 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
07.003		**DIVISÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR**	
07.003.20.606.0006.2.098.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR**	
189 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.000,00
190 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.000,00
191 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
08		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
08.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**	
08.002.10.301.0007.2.024.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE**	
208 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00
218 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
215 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
08.004.10.301.0028.2.025.		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
230 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
09		**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO**	
09.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR**	
09.001.08.244.0008.1.010.		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS**	
244 - 4.4.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
463 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
245 - 4.4.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
09.002		**CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
09.002.08.243.0021.2.055.		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA**	
275 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	50.000,00
271 - 3.3.90.30.00.00	000	MJUARTÍEDRICIAAL DE CONSUMO	60.000,00
09.003		**CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**	
09.003.08.243.0018.2.056.		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONSELHO TUTELAR**	
282 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00
09.003.08.243.0018.6.057.		**DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA**	
285 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
11		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
11.002		**DIVISÃO DE MATERIAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**	
11.002.12.361.0009.2.070.		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**	
371 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.000,00
11.002.12.365.0010.2.075.		**MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL**	
376 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
11.002.12.367.0011.2.081.		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL**	
381 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
11.003		**DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR**	
11.003.12.361.0009.2.069.		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO FUNDAMENTAL**	
387 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00
11.003.12.365.0010.2.076.		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**	
392 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.000,00
11.003.12.367.0011.2.082.		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL**	
397 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00
		Total Redução:	**2.279.000,00**

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Municipal de Boa vista da aparecida, em 19 Agosto, 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:EF40DB30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 44/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR44/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 20/08/2026
d) Objeto da licitação: aquisição Computadores All In One e Notebooks
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7825 - EDUARDO GAIAO STELLA (48.326.560/0001-67)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	34168 - Notebook com processador core i3 de 13ª geração e 6 núcleos e frequência de até 4.5GHz, memória RAM de 8GB DDR4-3200mhz, SSD de 256GB M.2 NVMe, UHD Graphics integrada para aplicações gráficas. Com conexões 1x usb 2.0 | 1x usb 3.2 gen 1 | 1x usb-c® 3.2 gen 1 (suporta apenas transferência de dados) | 1x hdmi® 1.4b | 1x conector de fone/microfone (3.5mm) | 1x leitor de cartão | 1x conector de energia. Teclado padrão brasileiro ABNT2, bateria de 3 células 42wh, com 2 microfones array, tela de 15.6 polegadas full hd (1920x1080) tn 250nits anti-glare 16:9 widescreen. bluetooth 5.1. wi-fi 6, 802.11ax 2x2. alto-falantes, 1.5w x2, otimizado com dolby audio™. Dimensões de 360.2 x 236 x 17.9 mm, câmera hd 720p com obturador de privacidade. Acompanhado de fonte a cabo para carregamento no padrão brasileiro.	UN	LENOVO	2	3.484,00	6.968,00
Total (R$):						6.968,00

7204 - PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (62.110.122/0001-98)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34166 - Computador All-in-One 24": Com processador core i5 de 13ª geração ou mais recente com 8 núcleos e 12 threads, frequência de 4.6GHz, 12MB Cache, placa gráfica integrada. Sistema operacional Windows 11 original, memória RAM 16GB DDR5-5.200MT/s (SODIMM), Armazenamento 512 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal, tela de 23,8" FHD (1920 x 1080), WVA, antirreflexo, sem toque, 99% sRGB, 250 nits, 100 Hz, 14 ms, câmera webcam 5MP com microfone duplo e IR, alimentação 90w, Wi-Fi 6 2x2 AX e Bluetooth® 5.1 ou superior, cor Cloud Grey do kit completo. Com Teclado Wireless, Eos, Cloud Grey com Mouse – Portugues (BR). Com alto-falante 2 x 3W alto-falante estéreo da Harman. Conexões traseiras voltadas para trás: Power DC-in, Ethernet (RJ45)(1GB), 2 x USB-A 2.0, USB-A 3.2 Gen 2, HDMI-out 2.1, HDMI-in. Conexão lateral Headphone / mic combo e USB-C 3.2 Gen 2. Com base "pé" único de base larga centralizado e com ajuste de inclinação da tela. Dimensões de 431mm x 539mm x 192mm / 16.97" x 21.2" x 7.56". Acompanhado de mouse e teclado sem fio, fonte de alimentação até 135w e guia de início rápido.	UN	LENOVO	13	7.889,00	102.557,00
2	34167 - Computador All-in-One 24": Com processador core i7 de 13ª geração ou mais recente com 10 núcleos e 16 threads, frequência de 4.9GHz, 24MB Cache, placa gráfica integrada. Sistema operacional Windows 11 original, memória RAM 16GB DDR5-5.200MT/s (SODIMM), Armazenamento 512 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal, tela de 23,8" FHD (1920 x 1080), WVA, antirreflexo, sem toque, 99% sRGB, 250 nits, 100 Hz, 14 ms, câmera webcam 5MP com microfone duplo e IR, alimentação 90w, Wi-Fi 6 2x2 AX e Bluetooth® 5.1 ou superior, cor Cloud Grey do kit completo. Com Teclado Wireless, Eos, Cloud Grey com Mouse – Portugues (BR). Com alto-falante 2 x 3W alto-falante estéreo da Harman. Conexões traseiras voltadas para trás: Power DC-in, Ethernet (RJ45)(1GB), 2 x USB-A 2.0, USB-A 3.2 Gen 2, HDMI-out 2.1, HDMI-in. Conexão lateral Headphone / mic combo e USB-C 3.2 Gen 2. Com base "pé" único de base larga centralizado e com ajuste de inclinação da tela. Dimensões de 431mm x 539mm x 192mm / 16.97" x 21.2" x 7.56". Acompanhado de mouse e teclado sem fio, fonte de alimentação até 135w e guia de início rápido.	UN	LENOVO	2	8.365,00	16.730,00
Total (R$):						119.287,00

Bom Jesus do Sul-PR, 20/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9AE19D7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 106 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 106 de 19 de agosto de 2026

SÚMULA:

Abre crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Cafelândia, para o exercício de 2026, conforme Lei nº 2.044/2025.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.044 (art. 7º paragrafo I e II) de 18 de dezembro de 2025, resolve:
DECRETAR:
Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento-programa da Prefeitura Municipal de Cafelândia, para o exercício de 2026, no valor total de R$ 1.879.627,40 (Um Milhão Oitocentos e Setenta e Nove Mil Seiscentos e Vinte e Sete Reais e Quarenta Centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:
1 - Inclusão de valor nas dotações orçamentárias:

6		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
6.001		SECRETARIA DE FINANÇAS		
04.123.0004.2010		MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO CONTÁBIL		
3.1.90.16.00.00		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
1023	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	Acréscimo	20.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2031		FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.16.00.00		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
4383	101	Fundeb 60%	Acréscimo	150.000,00

4		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
4.001		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0003.2008		ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
650	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	6.000,00

4		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
4.001		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0003.2008		ADMINISTRAÇÃO GERAL		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
840	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	50.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2018		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1900	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Acréscimo	50.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2018		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
2110	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Acréscimo	40.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2018		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
2170	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Acréscimo	80.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2020		SAUDE DA FAMILIA		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
2520	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Acréscimo	10.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2020		SAUDE DA FAMILIA		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2560	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Acréscimo	50.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.122.0008.2027		GESTÃO DAS POLITICAS DE EDUCAÇÃO		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3530	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	10.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2029		TRANSPORTE ESCOLAR		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3671	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	Acréscimo	3.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2029		TRANSPORTE ESCOLAR		
3.1.91.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3700	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	Acréscimo	6.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4070	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Acréscimo	100.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4090	107	Salário-Educação	Acréscimo	15.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
4140	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Acréscimo	10.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
1.236.100.082.030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4180	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	20.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4200	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	Acréscimo	15.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4220	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Acréscimo	50.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
4280	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	Acréscimo	10.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4656	1038	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT,	Acréscimo	10.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.1.91.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4691	1038	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT,	Acréscimo	15.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4740	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Acréscimo	150.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		

8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4860	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Acréscimo	20.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4872	1038	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT,	Acréscimo	70.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
4912	107	Salário-Educação	Acréscimo	35.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
4930	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Acréscimo	5.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
4942	1038	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT,	Acréscimo	60.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.001		GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.122.0014.2044		GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E SUPORTE FÍSICO		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
5620	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	50.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.002		FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.243.0012.6047		SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
5810	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	10.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.002		FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.244.0012.6048		SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - FAMÍLIA		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
5870	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	7.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.004		FORTALECIMENTO DOS DIRETOS DA CIDADANIA E SERVIÇOS		
08.244.0015.2052		PROMOÇÃO DA GARANTIA DE DEFESA DOS DIREITOS		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
6170	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	40.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.004		FORTALECIMENTO DOS DIRETOS DA CIDADANIA E SERVIÇOS		
08.244.0015.2052		PROMOÇÃO DA GARANTIA DE DEFESA DOS DIREITOS		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
6180	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	45.000,00

11		SECRETARIA MUN DE AGRIC, MEIO AMB, COM, IND E TUR		
11.001		FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO		
15.452.0017.2061		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
6900	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	250.000,00

11		SECRETARIA MUN DE AGRIC, MEIO AMB, COM, IND E TUR		
11.002		COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E		
22.661.0018.2070		MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
7450	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	10.000,00

12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		

27.812.0011.2072		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER		
3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
7620	0	Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo	15.000,00

6		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
6.001		SECRETARIA DE FINANÇAS		
28.846.0004.0014		DEVOLUÇÕES, RESTITUIÇÕES, INDENIZAÇÕES, SENTENÇAS		
3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
1553	881	Transferências Convênio ITAIPU - Recap.	Superávit	256.629,30

6		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
6.001		SECRETARIA DE FINANÇAS		
28.846.0004.0014		DEVOLUÇÕES, RESTITUIÇÕES, INDENIZAÇÕES, SENTENÇAS		
3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
1554	980	Transferências Estaduais Equipamentos Rodoviários	Superávit	2.803,99

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2021		SAUDE BUCAL		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2842	385	CAPITAL - Fortalecimento da Vig. em Saúde - PROVIGIA PARANÁ	Superávit	15.980,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.305.0007.2026		AÇÕES DE VIGILANCIA EPIDEM E CONTROLE DE DOENÇAS		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
3302	384	CUSTEIO - Fortalecimento da Vig. em Saúde - PROVIGIA PARANÁ	Superávit	2.619,21

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.004		FORTALECIMENTO DOS DIRETOS DA CIDADANIA E SERVIÇOS		
08.244.0015.2052		PROMOÇÃO DA GARANTIA DE DEFESA DOS DIREITOS		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
6122	971	Rede De Proteção - Fundo Da Mulher	Superávit	294,90

10		SECRETARIA MUN DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS		
10.001		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
15.451.0016.2056		MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
6360	507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	Superávit	100.000,00

10		SECRETARIA MUN DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS		
10.001		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
26.782.0016.2060		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIARIA		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
6680	1045	Outros Recursos não Vinculados	Superávit	14.300,00

Art. 2º - Constituem recursos para o atendimento do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o Artigo anterior, de conformidade com o Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I (superavit) e III (anulação) da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, a seguir especificado:

6		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
6.001		SECRETARIA DE FINANÇAS		
04.123.0004.2010		MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO CONTÁBIL		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1000	510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	Anulação	20.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2031		FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4350	101	Fundeb 60%	Anulação	150.000,00

4		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
4.001		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0003.2008		ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
780	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	56.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2018		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1870	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Anulação	130.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2018		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE		
2130	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Anulação	40.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0006.2020		SAUDE DA FAMILIA		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2540	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	Anulação	60.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.122.0008.2027		GESTÃO DAS POLITICAS DE EDUCAÇÃO		
3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		
3450	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	10.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2029		TRANSPORTE ESCOLAR		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3650	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	Anulação	9.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.91.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4010	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	Anulação	10.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4080	104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	Anulação	175.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
4110	107	Salário-Educação	Anulação	15.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008.2030		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4210	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	20.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4620	1038	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT,	Anulação	155.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4750	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	175.000,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0009.2035		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE JOVENS E		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
4780	107	Salário-Educação	Anulação	35.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.001		GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.122.0014.2044		GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E SUPORTE FÍSICO		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5500	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	50.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		

9.002		FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.243.0012.6047		SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
5830	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	10.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.002		FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.244.0012.6048		SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - FAMÍLIA		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
5920	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	7.000,00

9		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9.004		FORTALECIMENTO DOS DIRETOS DA CIDADANIA E SERVIÇOS		
08.244.0015.2052		PROMOÇÃO DA GARANTIA DE DEFESA DOS DIREITOS		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
6130	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	85.000,00

11		SECRETARIA MUN DE AGRIC, MEIO AMB, COM, IND E TUR		
11.001		FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO		
15.452.0017.2061		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA		
3.3.91.97.00.00		APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS		
7000	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	250.000,00

11		SECRETARIA MUN DE AGRIC, MEIO AMB, COM, IND E TUR		
11.002		COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E		
22.661.0018.2070		MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
7470	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	10.000,00

12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
27.812.0011.2072		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
7590	0	Recursos Ordinários (Livres)	Anulação	15.000,00

SUPERAVIT	**FONTE**	**VALOR**
CUSTEIO FORTALECIMENTO DA VIGILANCIA PROVIGIA PARANÁ	384	2.619,21
COSIP CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	507	100.000,00
CAPITAL FORTALECIMENTO DA VIGILANCIA PROVIGIA PARANÁ	385	15.980,00
TRANSFERENCIA CONVÊNIO ITAIPU	881	256.629,30
REDE DE PROTEÇÃO FUNDO DA MULHER	971	294,90
TRANSFERENCIA ESTADUAIS - EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS	980	2.803,99
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	1045	14.300,00
TOTAL		**392.627,40**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 19 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. Em Contabilidade CRC.PR 30.705

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:85AD00B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2025 – DISPENSA Nº 021/2025

Extrato do 1° Termo Aditivo AO CONTRATO Nº 091/2025 – DISPENSA Nº 021/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
.
Contratado: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAFELANDIA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.104.395/0001-60, com sede na Rua Plinio Costa, 645 AND 1 - CEP: 85415000 - Bairro: Centro, Telefone: (45) 3241-1360, e-mail: **,** no município de Cafelândia/PR**,** neste ato representado, pelo seu socio administrador ou representante legal Sr.(a) **MARIZA TREVISOL.**

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 091/2025 por mais **12 (doze) meses, passando sua vigência de 05 de setembro de 2026 até 04 de setembro de 2027**.

Fica alterada a clausula segunda do valor contratual de acordo com a variação dos últimos 12(doze) meses do **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 4,44%** (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos percentuais). Fica estabelecido que o reajuste contratual, incidirá sobre o valor contratual inicial, conforme aditivo como segue abaixo:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	45498	REGISTRO + AVISO DE NOTIFICAÇÃO NO SPC BRASIL.	UND	1,00	9.399,60	9.399,60
TOTAL							9.399,60

Valor total do aditivo: R$ 9.399,60 (Nove Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta Centavos).
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 091/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Assinaturas: Junior Motter, **MARIZA TREVISOL.**
Data da Assinatura: 20/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B3C18C38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CAMPO MAGRO/PARANÁ - ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 06.2026 – CMDPD

Aos 03 (três) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 13:30 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada de forma presencial com possibilidade de participação online, na Sala dos Conselhos, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 13.440, Samambaia, Campo Magro. Na ocasião se fizeram presentes os/as conselheiros/as governamentais: **Fabíola** Regina Ferreira Machado; **Alessandra** Mara Kalinoski Tanin; os conselheiros/as sociedade civil: **Rafaela** Quintino Pereira da Silva; **Daniel** Havro da Silva; **Karla** Liliane do Nascimento; convidados/as e observadores: **Selma** Cristiane Batista Xavier- Secretária Executiva.	6ª Reunião Ordinária do CMDPD 03/08/2026
A Presidente, Fabíola, agradeceu a presença de todos/as e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Apreciação da ata da Reunião Ordinária 05.2026 - CMDPD; • Memorando 110/2026 - SEAD/ Retorno Amep; • Regimento Interno; • Assuntos gerais.	Pautas
Após a abertura da reunião, a Secretária Executiva apresentou a ata da Reunião Ordinária nº 05/2026, a qual foi submetida à apreciação do plenário e aprovada por unanimidade, sem ressalvas.	1. Apreciação ata da Reunião Ordinária 05.2026 - CMDPD.
Em continuidade, a Secretária Executiva apresentou a resposta da Secretaria Municipal de Administração – SEAD ao Ofício nº 04/2026, informando que a competência para alterações nas linhas do transporte coletivo metropolitano é da AMEP, mas que o Município se colocou à disposição para atuar como interlocutor da demanda. O plenário ressaltou que o encaminhamento anteriormente deliberado consistia justamente na interlocução da SEAD junto à AMEP, sugerindo o envio de novo ofício solicitando a adoção das providências cabíveis e a comunicação ao Conselho das medidas adotadas. Também foi deliberado que o pedido contemplasse as linhas São Benedito, Padre Aleixo e Calêndulas. **Deliberação:** O plenário aprovou, por unanimidade, o encaminhamento de novo ofício à Secretaria Municipal de Administração – SEAD, solicitando manifestação formal acerca das demandas apresentadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, bem como ciência ao Conselho das providências adotadas em relação às solicitações encaminhadas, incluindo as linhas São Benedito, Padre Aleixo e Calêndulas.	2. Memorando 110/2026 - SEAD/ Retorno AMEP
Em seguida, foi retomada a discussão acerca da elaboração do Regimento Interno do Conselho. Informou-se que a Procuradoria Geral do Município não dispõe, no momento, de profissional designado para acompanhar as reuniões, motivo pelo qual foi proposta a continuidade da análise do documento pelos conselheiros, com posterior encaminhamento das dúvidas pontuais à Procuradoria para manifestação. Os conselheiros registraram que a minuta do Regimento já foi analisada e adequada pela Procuradoria em consonância com a legislação municipal, restando necessária a apreciação e compreensão do seu conteúdo pelo colegiado antes da aprovação definitiva. Destacou-se, ainda, a importância da conclusão do Regimento para conferir maior segurança jurídica ao funcionamento do Conselho. Em sequência, foi dada continuidade à leitura da minuta do Regimento Interno, sendo apreciados os dispositivos até o ponto em que o tempo da reunião permitiu. **Deliberação:** deliberou-se que os conselheiros realizarão a leitura da minuta do Regimento Interno e encaminharão eventuais sugestões e apontamentos até o dia 14 de agosto, por meio do documento compartilhado ou à Secretaria Executiva, para posterior envio à Procuradoria Geral do Município, visando à emissão da versão final. **Encaminhamentos:** convite à PROGE para participar da 7ª Reunião Ordinária do Conselho, a ser realizada em 31 de agosto de 2026, com a finalidade de prestar assessoramento jurídico na etapa final de análise do Regimento Interno, esclarecer as dúvidas apresentadas pelos conselheiros e auxiliar na consolidação da versão final do documento, visando à sua posterior apreciação e aprovação pelo plenário.	3. Regimento Interno.
Nos assuntos gerais, foi informado que será incluída na pauta da próxima reunião a discussão acerca da regulamentação do Fundo do Conselho, com abertura de conta, visando à adoção das providências necessárias para garantir a participação do Município em futuros processos de cofinanciamento e repasses de recursos. Na sequência, o conselheiro Daniel comunicou que a situação referente à renovação dos Termos de Fomento da Secretaria Municipal de Educação com as instituições de atendimento educacional especializado foi regularizada. Informou que, após os trâmites junto aos órgãos competentes e ao Conselho Municipal de Educação, os instrumentos encontram-se em fase de celebração, assegurando a continuidade dos atendimentos e superando os atrasos ocasionados pelas alterações nas equipes responsáveis pela análise jurídica dos processos. Os conselheiros tomaram ciência das informações apresentadas.	4. Assuntos gerais.
Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.	5. Encerramento.
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER QUEIROZ	***FABÍOLA REGINA FERREIRA MACHADO***
Secretária Executiva	Presidente do CMDPD

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1CEB931A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 PROCESSO INTERNO Nº 096/2026

Alceu Cardoso Mendes Filho, Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2026 – **Menor Preço por Item,** realizado no dia 04 de agosto de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de pessoa jurídica para consultoria técnica ambiental ao Município de Carlópolis, incluindo elaboração de estudos e relatórios, apoio em licenciamento e regularização ambiental e assessoramento técnico conforme diretrizes do IAT e demais órgãos competentes,** ficando assim **ADJUDICADO a** Concorrência Eletrônica em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: PACTO AMBIENTAL CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 31.377.531/0001-21

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	Consultoria / Assessoria - Engenharia Serviços De Consultoria E De Gerência/Gestão	SERVICO	HR	1.000	118,0000	118.000,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)

Carlópolis, 20 de agosto de 2026.

ALCEU CARDOSO MENDES FILHO
Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:1CF75D9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
EDITAL Nº 011.005/2026 - CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA** a presente **CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA** do Edital nº 005/2026

SEDE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	ROSEMARI RAAB ROCHA	100
2°	Rosemeri Von Der Osten	100
3°	Claudete de Jesus Farias Bestel	100
4°	Andréia Cristiane Coutinho	100
5°	Ivete da Aparecida dos Santos Pedroso	100
6°	Adriane do Carmo Lourenço	100
7°	Marcos Pereira dos Santos	100
8°	Jaqueline Tavares de Araújo	100
9°	Andreia Falavigna de Oliveira	100
10°	Franciele Socher	100
11°	Vanessa Mangger	100
12°	Idimeia da Silva	100
13°	NIQUELE CRISTINI DE SOUZA	100
14°	Laercio dos Anjos do Nascimento	100
15°	Mariete Santana De França	100
16°	Cristiane Mottim	100
17°	Tatiana Aparecida Santana	100
18°	SUZANA APARECIDA BOARD PLATNER	100
19°	Marcia Regina Correa de Moraes Silva	95
20°	Sandra Maria do Espirito Santo	94
21°	Eliane Lagrange	93,5
22°	Leonice do Carmo Jaquetti	90
23°	ACLERICE SOUZA DE FRANÇA DE RAMOS	89
24°	LUCIMEIA DA SILVA BONETE	89
25°	LEIDIONE SANTANA SANTOS	84
26°	JULIANA DA GUIA RAAB	82
27°	ROMARA BOARD DE FARIA RAAB	81
28°	Lucieni de Lourdes Zela de Meira	80
29°	Bianca Paulin Alves Cordeiro	80
30°	Cristiana da Aparecida de Paula Ribas Ale	80
31°	Elizangela Mottim monteiro	80
32°	Ronaldo Dos Santos	80
33°	GEIZIBEL DOS ANJOS TEODORO	79,5
34°	SHEILA BOCCALDI CORDEIRO DA SILVA	72,5
35°	Thaís Aparecida Doblins dos Santos	71
36°	Jeinny Caroline dos Santos	68,5
37°	Daniele de Almeida Venâncio	67
38°	Glória Rozalva Lourenço	65
39°	Suele Cristina dos Santos Mottim	65
40°	Madalena Melo dos Santos	65
41°	Karine Simioni Ribeiro	64,5
42°	Alane Erat Scremin	63,5
43°	CRISTINA COUTINHO	62
44°	Daniele Alves Cordeiro	59
45°	Josiéli Méris dos Santos Martins	59
46°	Osmari Santana	58,5
47°	ANDRESSA RAAB	58
48°	Janaina do Prado Mangger	58
49°	Daniela Charquetti	58
50°	Natalia Coutinho Paulin	58
51°	Thais Fernanda Lins	58
52°	Jaqueline Webre dos Santos	57,5
53°	MILENA VON DER OSTEN	56
54°	Marinara Aparecida da Silva de França	55
55°	Patrícia Raab Silva Lech	53,5
56°	Marli do Rocio de Paula Ribas Santos	53
57°	Sabrina Wosch Navarete	52

58°	KATIELE COUTINHO DE FRANÇA	51,5
59°	Rode Cristina branco da Silva	51
60°	Vanessa Carliane Gonçalves Ortiz	51
61°	Janaina de melo costa	49,5
62°	Aline Aparecida dos Santos	48,5
63°	Kalandra Lais Do Prado Chamberlain	48
64°	ELOIZE VELOSO	48
65°	Carla Vitória de Oliveira	48
66°	Franciele Alves da Silva	47,5
67°	Andrelize do Carmo Assumpção	47
68°	Raquel do Carmo Ribas Von Der Osten	46,5
69°	SUELLEN DA GUIA MAGARI	44
70°	MAYARA CRISTINA VAZ	43
71°	Vanessa Aparecida da Guia Trizoti	40,5
72°	Lais Gabriele Camargo dos Santos	40,5
73°	Luciane da Aparecida Teilo Lima	40
74°	Juceli Marcolino dos Santos Mangger	40
75°	Nicoly Mikaely Martins	40
76°	ALETICIA DOS SANTOS DESPLANCHES	40
77°	Allane Da Costa Passos	40
78°	Solange Obladen de Meira	37
79°	Thayana Thays Lourenço	35,5
80°	Alaidiane de Castro Glodis	34
81°	DAIANE Santos TRIZOTI GILLIET	30
82°	JOYCE JULIA RODRIGUES	30
83°	STEFANI DA PAZ DA LUZ DE SOUZA	30
84°	Rozana Maria Trizoti Rossier	28,5
85°	Gislaine Cristina Clug Paulin	27,5
86°	KAMILLY EDUARDA SANTOS DA LUZ	26,5
87°	ARIELE CRISTINA FAGUNDES	26
88°	Amanda Amélia Lopes	25,5
89°	Claudia Batista de Oliveira	25
90°	Renata do Rosário Miranda	23,5
91°	THAIS APARECIDA CORREA DE SOUZA	22
92°	SILVIA PEREIRA DE PONTES	20
93°	Andriéli Desplanches Lopes	20
94°	Edineia de Jesus Rosner Lopes	20
95°	JANIELE MARCHE BOMFIM	20
96°	Pamela Tays Teixeira	20
97°	Adriele Caetano de melo	20
98°	Amanda micaelli de Sá Ribas	20
99°	Nataly Thais Mangger Cordeiro	20
100°	ALLANA RAFAELLY BALES SANTANA	20
101°	ALAIANE DESPLANCHES DE FRANÇA	20
102°	Karine Ribas de Mattos	20
103°	Ana Carolina Coutinho	20
104°	Bruno De Castro Vaz	20
105°	Jennifer Moraes Cantanhede	20
106°	Amanda Marcondes de Oliveira	20
107°	Heloisa Barbosa	20
108°	Larissa dos Santos	20
109°	Veridiane Cordeiro	15
110°	Jhony Lucas Fagundes Barboza	10
111°	Carol Juliana Coutinho	5
112°	Camilly Bales Silva Dos Santos	5
113°	Claudineia de Jesus dos Santos	0,5
114°	Carla Renata da Silva Lopes dos Santos	0

Sede - Cotas Raciais		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	KATIELE COUTINHO DE FRANÇA	51,30
2°	JOYCE JULIA RODRIGUES	30

Sede - Cotas PCD		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Renata do Rosário Miranda	23,5

Sede AEE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	MARI STELA SANCHES	70
2°	Luciane Bosquette Marin da Silva	68,5
3°	Lorena Luciana Machado de Arruda Caires	52
4°	Thamiris Sousa de Sousa	20
5°	Jaciara Lima Miranda	20
6°	Caroline Simão dos Santos	20
7°	Fabiana de Oliveira Dionísio	0

Sede AEE - Cotas Raciais		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Jaciara Lima Miranda	20

Sede AEE - Cotas PCD		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Caroline Simão dos Santos	20

REGIÃO 1 - GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	PONTUAÇÃO
1°	Silmara do Rocio dos Santos	85,5
2°	Eudete Vaz do Nascimento Camargo	75
3°	Rozana Aparecida Santos Souza Pereira	73,5

REGIÃO 1 - Cotas Raciais
Não houveram inscritos
Sede AEE - Cotas PCD
Não houveram inscritos

REGIÃO 2 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	PONTUAÇÃO
1°	Fabiana de Pontes	86,5
2°	Janete krawczuk	84
3°	Deuzeli Rodrigues Lopes	73,5
4º	Roziane de Fatima de Souza	60
5°	ROSA MARIA LEONARDO	45,5
6°	Mariana Abadia Teixeira	40
7°	Alessandra suelenn tiblier	36,5
8°	Marcio Augusto Vaz	30

REGIÃO 2 - Cotas Raciais
Não houveram inscritos
REGIÃO 2 - Cotas PCD
Não houveram inscritos

REGIÃO 3 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	PONTUAÇÃO
1°	Silvia Leticia Siqueira	100
2°	Sirlene Cordeiro de Matos	100
3°	Danieli Aparecida Martins	100
4°	Andrieli da Aparecida Martins Uebe	100
5°	Andreia Raab Mathias	93
6°	ÉRICA MATHIAS	87,5
7°	JACIANE APARECIDA PEREIRA	83
8°	Eliane Scheneider de Faria	80,5
9°	Rozana Aparecida Santos Souza Pereira	73,5
10°	Regiane Aparecida Schneider	71
11°	Vaélita Mayara Doblins	67,5
12°	Suelen Cropolato Castro	59,5
13°	Silmeri Da Luz	51,5
14°	Cirlei da Aparecida da Luz Ribeiro	44,5
15°	Mariety Aparecida Santos	30
16°	Rose da Aparecida Mariano do Nascimento Pereira	28

REGIÃO 3 - Cotas Raciais
Não houveram inscritos
REGIÃO 3 - Cotas PCD
Não houveram inscritos

REGIÃO 4 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	PONTUAÇÃO
1°	Tatiane Prodossimo Padilha	100
2°	VALDINEIA DA AP. SILVA DEBASTIANI	75
3°	Flavia maria Mere	71
4°	ERIK RENÃ FERREIRA DA CRUZ	40
5°	LENI CARDOSO DE MATOS CAVALHEIRO	20

REGIÃO 4 - Cotas Raciais
Não houveram inscritos
REGIÃO 4 - Cotas PCD
Não houveram inscritos

Região 5		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	PONTUAÇÃO
1°	Gislaine Castro do Amaral	*66,5*
2°	Vanilza Martins	*46*
3°	Graciana Fortes de Oliveira	*45,5*
4°	Elisandra Gonçalves calixto	*39,5*
5°	ELIZIANE DE FATIMA COUTINHO OSTEN	*30*

REGIÃO 5 - Cotas Raciais		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	PONTUAÇÃO
1°	Elisandra Gonçalves calixto	39,5

REGIÃO 5 - Cotas PCD
Não houveram inscritos

Cerro Azul/PR, 20 de agosto de 2026.

EVELLYN THAIS PEREIRA
Presidente Comissão do PSS,
Portaria nº 1005/2026,

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:59E78CB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CRISTIANO AFONSO DE MELO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	59/2026
b) Licitação Nrº :	024/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Homologação :	20/08/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PARA INSTALAÇÃO DE 4 CAMERAS DE SEGURANÇA PARA AGRICULTURA, CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO CONTRATA+BRASIL
f) Processo Adm Nrº :59/2026	

20.606.0017.2.052. - Manutenção do Departamento de Agricultura

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CRISTIANO AFONSO DE MELO
CNPJ/CPF: 55.865.316/0001-38

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PARA INSTALAÇÃO DE 4 CAMERAS DE SEGURANÇA PARA AGRICULTURA, CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO CONTRATA+BRASIL.		1	R$ 1.200,0000	R$ 1.200,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.200,00

DOUTOR ULYSSES, 20 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4CBBE3CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5102 DE 10 DE JULHO DE 2026

DECRETO N. º 5102/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei n.º 803/2025 de 19 de dezembro de 2025:
DECRETA
Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 284.200,00 (duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos reais) para o reforço e criação das seguintes dotações:

05		**SECRETARIA DE FINANÇAS**	
05.001		**Divisão de Contabilidade**	
05.001.28.843.0005.0.001		**Amortização e Encargos da Dívida Interna**	
3.3.91.97.00.00	11065	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	200.000,00
06		**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
06.004		**Fundo Municipal de Assistência Social Participação no Consórcio Intermunicipal de**	
06.004.08.243.0008.2.025		**Assistência Social**	
3.3.71.70.00.00	01000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	46.000,00
06.005		**Fundo Municipal do Idoso**	
06.005.08.241.0007.2.027		**Ações de Apoio a Melhor Idade**	

3.3.90.39.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.004		**Fundo Municipal de Saúde**	
07.004.10.301.0009.2.033		**Atenção Primária em Saúde**	
3.1.90.11.00.00	31324	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.200,00
08		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.002		**Divisão de Educação Infantil**	
08.002.12.365.0010.1.011		**Reforma e Melhorias no Centro Municipal de Educação Infantil**	
4.4.90.51.00.00	01104	Obras e Instalações	5.000,00
		Total das Suplementações	**284.200,00**

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional descrito no Art. 1.º deste Decreto serão provenientes do Excesso de Arrecadação da fonte 31324 no valor de R$ 3.200,00, contabilizado na receita 1.3.2.1.01.11.01.00.00.00.00, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64 e da anulação parcial das dotações abaixo no valor de R$ 281.000,00, conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64.

02		**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001		**Gabinete do Prefeito**	
02.001.04.122.0002.2.002		**Manutenção do Gabinete do Prefeito**	
3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	10.000,00
04		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
04.001		**Gabinete do Secretário de Administração**	
04.001.04.122.0002.1.001		**Construção do Paço Municipal**	
4.4.90.51.00.00	11065	Obras e Instalações	29.000,00
04.001.04.122.0002.1.002		**Aquisição de Veículo para a Secretaria de Administração**	
4.4.90.52.00.00	11065	Equipamentos e Material Permanente	90.000,00
04.001.04.122.0002.2.007		**Instrumentalizar as Secretarias Municipais do Sistema de Gestão Integrado**	
3.3.90.40.00.00	01000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	20.000,00
06		**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
06.002		**Divisão da Família**	
06.002.08.122.0006.2.015		**Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social**	
3.3.90.36.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
06.003		**Fundo Municipal de Assistência Social**	
06.003.08.244.0007.2.019		**Gestão de Benefícios Eventuais**	
3.3.90.48.00.00	01000	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.000,00
06.005		**Fundo Municipal do Idoso**	
06.005.08.241.0007.2.027		**Ações de Apoio a Melhor Idade**	
3.1.90.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00
08		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.001		**Divisão de Ensino Fundamental**	
08.001.12.361.0010.1.009		**Reforma e Melhorias na Escola Municipal Duque de Caxias**	
4.4.90.51.00.00	01104	Obras e Instalações	5.000,00
09		**SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**	
09.001		**Divisão de Viação**	
09.001.26.782.0013.1.015		**Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários para a Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo**	
4.4.90.52.00.00	11065	Equipamentos e Material Permanente	43.000,00
09.002		**Divisão de Água e Esgoto**	
09.002.17.512.0013.1.018		**Ampliação e Melhorias do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário**	
4.4.90.51.00.00	11065	Obras e Instalações	4.000,00
09.003		**Divisão de Obras e Urbanismo**	
09.003.15.451.0013.1.020		**Pavimentação e Recapeamento de Ruas e Avenidas da Cidade de Flórida**	
4.4.90.51.00.00	11065	Obras e Instalações	29.000,00
09.003.15.452.0013.1.030		**Reforma do Centro Comunitário da Vila Rural Antonio Tomazini**	
4.4.90.51.00.00	11065	Obras e Instalações	5.000,00
09.003.15.452.0013.2.061		**Manutenção do Cemitério Municipal**	
3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	10.000,00
		Total das Suplementações	**281.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Florida, aos 10 de Julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:E213D8DB

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5105 DE 23 DE JULHO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA
Estado do Paraná
Exercício:2026
Decreto nº 5105/2026 de 23/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 803/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
7 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
02.002.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURIDICA	
02.002.04.122.0002.2.005.		Manutenção da Procuradoria Jurídica Municipal	
22 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO	
04.001.04.122.0002.2.008.		Manutenção da Secretaria de Municipal de Administração	
41 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
04.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	
04.003.04.122.0002.2.011.		Manutenção da Divisão de Licitação, Material e Patrimônio	
62 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANCAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
05.001.04.123.0004.2.012.		Manutenção da Divisão de Contabilidade	
76 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.		Bloco de Proteção Social Básica	
657 - 3.3.90.30.00.00	11011	MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
08.001.12.306.0010.2.042.		Distribuição de Merenda Escolar aos Alunos do Ensino Fundamental	
309 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
08.001.12.364.0010.2.045.		Manutenção do Programa de Apoio ao Ensino Fundamental de Flórida	
348 - 3.3.90.18.00.00	01000	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CULTURA	
08.004.13.392.0011.2.052.		Desenvolvimento de Ações Culturais	
401 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ESPORTES	
08.005.27.812.0012.2.053.		Manutenção de Atividades Esportivas e Recreativas	
409 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
413 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO	
09.002.17.512.0013.2.056.		Manutenção do Sistema Municipal de Distribuição e Tratamento de Água	
454 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.2.059.		Manutenção da Secretaria de Obras e Manutenção dos Próprios Municipais	Públicos
493 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
09.003.15.452.0013.2.062.		Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
508 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
09.003.15.452.0013.2.063.		Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Coleta Seletiva	de Lixo
511 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
512 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE INDUSTRIA	
12.001.23.691.0015.2.073.		Manutenção da Sala do Empreendedor	
570 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
		Total Suplementação:	**217.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
5 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.100,00
6 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.900,00
02.002.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURIDICA	
02.002.04.122.0002.2.005.		Manutenção da Procuradoria Jurídica Municipal	
17 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO	
04.001.04.122.0002.2.008.		Manutenção da Secretaria de Municipal de Administração	
40 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
04.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	
04.003.04.122.0002.2.011.		Manutenção da Divisão de Licitação, Material e Patrimônio	
66 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.900,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANCAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
05.001.28.843.0005.0.001.		Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna	
81 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.		Bloco de Proteção Social Básica	
161 - 3.3.90.39.00.00	11011	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.000,00
06.006.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
06.006.08.242.0008.2.029.		Subvenções Sociais a APAE	
198 - 3.3.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CULTURA	
08.004.13.392.0011.2.052.		Desenvolvimento de Ações Culturais	
397 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00

09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO	
09.002.17.512.0013.2.057.		Manutenção do Sistema Municipal de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário	
459 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	800,00
460 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
463 - 3.3.90.37.00.00	01000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.2.061.		Manutenção do Cemitério Municipal	
497 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.400,00
498 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.400,00
499 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.003.15.452.0013.2.062.		Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
502 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
10.002.00.000.0000.0.000.		DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	
10.002.18.541.0014.2.068.		Desenvolvimento de Atividades de Proteção ao Meio Ambiente	
545 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
10.002.18.541.0014.2.070.		Manutenção do Barracão de Reciclagem de Lixo	
552 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
553 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
		Total Redução:	**217.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, em 23 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:30A355D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 26/2026-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, EQUIPAMENTOS DE REDE, BEM COMO EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO, CONTROLE DE ACESSO E SEGURANÇA, INCLUINDO SISTEMAS DE CÂMERAS VINCULADOS À POLÍCIA MILITAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, ABRANGENDO A MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, ADMINISTRATIVA E DE SEGURANÇA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ESCOLA E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE)."

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 149/2026.
Detentor da Ata: WP DO BRASIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 04.483.808/0001-28, sediada à AV. AMAZONAS, 2270, 2270 - CEP: 86975000 - BAIRRO: CENTRO, Mandaguari/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI, inscrito (a) no CPF sob nº 024.538.179-14, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 008 - Lote 008	1	26680	IMPRESSORA IMPRESSORA DE TANQUE DE TINTA ORIGINAL (QUALIDADE SUPERIOR OU EQUIVALENTE A EPSON ECOTANK 3250) - TEC-NOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA HEAT-FREE MI-CROPIEZO, RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 5.760 X 1.440 DPI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ISO: 10 PPM EM PRETO E 5 PPM EM CORES (A4/CARTA), VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: ATÉ 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES (RASCUNHO, A4/CARTA), CÓPIA VELOCIDADE DE CÓPIA ISO: 7,7 CPM EM PRETO E 3,8 CPM EM CORES (A4/CARTA), TAMANHO MÁXIMO DA CÓPIA: A4/CARTA - 1.200 DPI X 2.400 DPI, TIPO DE SCAN-NER: BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, RESOLUÇÃO ÓPTICA: 1.200 DPI X 2.400 DPI, PROFUNDIDADE DE BIT DE COR: 48-BIT INTERNA (24-BIT EXTERNA), PROFUN-DIDADE DE BIT MONOCROMÁTICO: 16 BITS DE ENTRADA, 1 BIT DE SAÍDA, PROFUNDIDADE DE BIT DE TONS DE CINZA: 16 BITS DE ENTRADA, 8 BITS DE SAÍDA, TAMANHO DA MESA DIGITALI-ZADORA: 216 MM X 297 MM, ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: 216 MM X 297 MM, VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: 11 SE-GUNDOS POR PÁGINA EM PRETO E 28 SEGUNDOS POR PÁGI-NA EM CORES (200	EPSON	UN	2,00	1.179,82	2.359,64

			DPI), DIMENSÕES: ABERTA: 37,5 CM X 57,8 CM X 25,3 CM, FECHADA: 37,5 CM X 34,7 CM X 17,9 CM, COM EMBALAGEM: 43,6 X 40,8 X 24,4 CM, PESO: SEM EMBALAGEM: 3,9 KG, COM EMBALAGEM: 5,65 KG, PAÍS DE ORIGEM: FILIPI-NAS, GARANTIA: ATÉ 2 ANOS COM REGISTRO DO PRODUTO OU 30.000 PÁGINAS (O QUE OCORRER PRIMEIRO), SUPORTE PARA PAPEL: PADRÃO: A4, CARTA, OFÍCIO (215,9 X 355,6 MM), OFÍCIO-MÉXICO (215,9 X 340,4 MM), OFÍCIO 9 (214,9 X 315 MM), FOLIO (215,9 X 330,2 MM), EXECUTIVO, MEIA CARTA, A6, FOTO: 4 X 6" (10 X 15 CM), 5 X 7" (13 X 18 CM), 8 X 10" (20 X 25 CM), ENVELOPES: Nº10, DL, C6, DEFINIDO PELO USUÁRIO: 54 MM X 86 MM - 215,9 MM X 1.200 MM, TAMANHO MÁXIMO DO PAPEL: 215,9 MM X 1.200 MM, TIPOS DE PAPEL: PAPEL COMUM E PA-PÉIS ESPECIAIS EPSON (FOTO BRILHANTE/SEMI-BRILHANTE, PAPEL MATTE, PAPEL DE ALTA QUALIDADE PARA JATO DE TINTA E ENVELOPES), CAPACIDADE DE PAPEL: ALIMENTAÇÃO TRASEIRA: ATÉ 100 FOLHAS (A4/CARTA/OFÍCIO), CAPACIDADE DE BANDEJA DE SAÍDA: 30 FOLHAS DE PAPEL A4, CONECTIVI-DADE PADRÃO: USB DE ALTA VELOCIDADE (COMPATÍVEL COM USB 2.0), WI-FI, WI-FI DIRECT, PROTOCOLOS DE REDE: TCP/IPv4, TCP/IPv6, WEP (64/128 BIT), WPA-PSK (TKIP), WPA2-PSK (AES), WPA3-SAE (AES), CONECTIVIDADE MÓVEL: EPSON SMART PANEL APP, EPSON EMAIL PRINT, REMOTE PRINT DRI-VER, VOLTAGEM NOMINAL: AC 100 - 240 V, FREQUÊNCIA NO-MINAL: 50 - 60 HZ, CONSUMO DE ENERGIA: 12 W EM OPERA-ÇÃO, 4,5 W EM MODO PRONTO, 0,7 W EM MODO SUSPENSÃO, 0,2 W DESLIGADA, TAMANHO MÍNIMO DE GOTÍCULA DE TINTA: 3 PICOLITROS, TINTA DE REPOSIÇÃO: 1 GARRAFA COM TINTA PRETA (T003): RENDE ATÉ 4.500 PÁGINAS, 3 GARRAFAS CO-LORIDAS (CIANO, MAGENTA, AMARELA - T003): RENDEM ATÉ 7.500 PÁGINAS, CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS: CUMPRE COM AS NORMAS ROHS, TECNOLOGIA HEAT-FREE QUE RE-DUZ O CONSUMO DE ENERGIA, OBS: ENTREGA DA IMPRES-SORA + 4 GARRAFAS DE TINTA ORIGINAL (PRETO T003, CIANO T003, MAGENTA T003, AMARELO T003) + 1 GARRAFA EXTRA DE TINTA PRETA, 2 ANOS DE GARANTIA PELO FABRICANTE COM REGISTRO DO PRODUTO					
LOTE: 008 - Lote 008	2	26680	IMPRESSORA IMPRESSORA DE TANQUE DE TINTA ORIGINAL (QUALIDADE SUPERIOR OU EQUIVALENTE A EPSON ECOTANK 5590) - TEC-NOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA MICROPIEZO® HEAT-FREE DE 4 CORES (CMYK), RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: ATÉ 5.760 DPI X 1.440 DPI OTIMIZADA EM VÁRIOS TIPOS DE PAPEL, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ISO: 15 PPM EM PRETO E 8 PPM EM CORES (A4/CARTA), VELOCIDADE DE IM-PRESSÃO: 33 PPM EM PRETO E 20 PPM EM CORES (RASCU-NHO/A4/CARTA), TEMPO DE PROCESSAMENTO DA PRIMEIRA PÁGINA: 9 SEGUNDOS EM PRETO E 15 SEGUNDOS EM CORES, DIMENSÕES: ABERTA: 37,5 CM X 57,8 CM X 25,3 CM, FECHADA: 37,5 CM X 34,7 CM X 23,7 CM, COM EMBALAGEM: 44,8 X 42,0 X 31,0 CM, PESO: SEM EMBALAGEM: 5,2 KG, COM EMBALAGEM: 7,1 KG, CÓPIA: VELOCIDADE DE CÓPIA ISO: 11 CPM EM PRETO E 5,5 CPM EM CORES (A4/CARTA), QUALIDADE DE CÓPIA: 600 DPI X 600 DPI, TAMANHO MÁXIMO DA CÓPIA: OFÍCIO (ADF), ESPECIFICAÇÕES DO SCANNER: TIPO DE SCANNER: BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, RESOLUÇÃO ÓPTICA: 1.200 X 2.400 DPI, PROFUNDIDADE DE BIT DE COR: 48 BITS DE ENTRADA, 24 BITS DE SAÍDA, PROFUNDIDADE DE BIT MONOCROMÁTICO: 16 BITS DE ENTRADA, 1 BIT DE SAÍDA, PROFUNDIDADE DE BIT DE TONS DE CINZA: 16 BITS DE EN-TRADA, 8 BITS DE SAÍDA, ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: 216 MM X 297 MM, VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: 12 SE-GUNDOS POR PÁGINA EM PRETO E 27 SEGUNDOS POR PÁGI-NA EM CORES (200 DPI), CONECTIVIDADE: CONECTIVIDADE PADRÃO: USB DE ALTA VELOCIDADE (COMPATÍVEL COM USB 2.0), WI-FI® (IEEE 802.11 B/G/N), WI-FI DIRECT®, ETHERNET 10/100, PROTOCOLOS DE IMPRESSÃO EM REDE: LPD, IPP, PORT9100, WSD, PROTOCOLOS DE GERENCIAMENTO DE REDES: SNMP, HTTP, DHCP, BOOTP, APIPA, PING, DDNS, MDNS, SLP, WSD, LLTD, SEGURANÇA WLAN: WEP (64-BIT/128-BIT), WPA-PSK (TKIP), WPA2-PSK (AES), WPA3-SAE (AES), SU-PORTE DE PAPEL: PADRÃO: A4, CARTA, OFÍCIO (215,9 X 355,6 MM), OFÍCIO-MÉXICO (215,9 X 340,4 MM), OFÍCIO 9 (214,9 X 315 MM), FOLIO (215,9 X 330,2 MM), EXECUTIVO, MEIA CARTA, A6, FOTO: 4 X 6" (10 X 15 CM), 5 X 7" (13 X 18 CM), 8 X 10" (20 X 25 CM), ENVELOPES: Nº10, DL, C6, DEFINIDO PELO USUÁRIO: 54 MM X 86 MM - 215,9 MM X	EPSON	UN	2,00	2.061,43	4.122,86

			1.200 MM, TAMANHO MÁXIMO DO PAPEL: 215,9 MM X 1.200 MM, CAPACIDADE DE PAPEL: ALIMEN-TAÇÃO TRASEIRA: ATÉ 100 FOLHAS (A4/CARTA/OFÍCIO), ALI-MENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF): ATÉ 30 FOLHAS, CAPACIDADE DE BANDEJA DE SAÍDA: 30 FOLHAS DE PAPEL A4, DETALHES DA IMPRESSORA: VISOR LCD: LCD CO-LORIDO DE 2,4", SOFTWARES INCLUSOS: CD E DOWNLOAD WEB: DRIVER DA IMPRESSORA, EPSON SCAN 2, EPSON SCANSMART, EPSON FAX UTILITY, DOWNLOAD WEB: EPSON PHOTO+, VOLTAGEM NOMINAL: AC 100 - 240 V, FREQUÊNCIA NOMINAL: 50 HZ - 60 HZ, CONSUMO DE ENERGIA: 12 W NO MODO OPERAÇÃO, 5,3 W EM MODO PRONTO, 0,8 W EM MODO SUSPENSÃO, 0,2 W DESLIGADA, TAMANHO MÍNIMO DE GOTÍ-CULA DE TINTA: 3 PICOLITROS, TINTA DE REPOSIÇÃO: 1 GAR-RAFA COM TINTA PRETA (T544120-AL): RENDE ATÉ 7.500 PÁ-GINAS, 3 GARRAFAS COLORIDAS (CIANO T544220-AL, MAGEN-TA T544320-AL, AMARELO T544420-AL): RENDEM ATÉ 6.000 PÁGINAS, CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS: CUMPRE COM AS NORMAS ROHS, TECNOLOGIA HEAT-FREE QUE REDUZ O CONSUMO DE ENERGIA, OBS: ENTREGA DA IMPRESSORA + 4 GARRAFAS DE TINTA ORIGINAL (PRETO T544120-AL, CIANO T544220-AL, MAGENTA T544320-AL, AMARELO T544420-AL) + 1 GARRAFA EXTRA DE TINTA PRETA, 2 ANOS DE GARANTIA PELO FABRICANTE.					
LOTE: 008 - Lote 008	3	26680	IMPRESSORA IMPRESSORA MATRICIAL FX-890 II - IMPRESSÃO: TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: MATRICIAL DE 9 AGULHAS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: RASCUNHO DE ULTRA VELOCIDADE: 738 CPS (12 CPI), 615 CPS (10 CPI), RASCUNHO DE ALTA VELOCIDADE: 612 CPS (10 CPI), RASCUNHO: 463 CPS (10 CPI), QUALIDADE DE CARTA: 115 CPS (10 CPI), DIREÇÃO DE IMPRESSÃO: LÓGICA BIDIRECIONAL PROCURANDO POR IMPRESSÃO DE TEXTOS E GRÁFICOS. IMPRESSÕES DE TEXTO UNIDIRECIONAL OU GRÁFICOS PODEM SER SELECIONADAS UTILIZANDO COMAN-DOS DE SOFTWARE, CARACTERES E LINHAS: CONJUNTOS DE CARACTERE: 13 MATRIZES DE CARACTERES, 13 MATRIZES DE CARACTERES INTERNACIONAIS, FONTES RESID BITMAP: RASCUNHO DE ULTRA VELOCIDADE: 10, 12 CPI, RASCUNHO DE ALTA VELOCIDADE: 10, 12, 15, 17, 20 CPI, RASCUNHO: 10, 12, 15, 17, 20 CPI, QUALIDADE PRÓXIMA À DE CARTA (ROMAN / SANS SERIF): 10, 12, 15, 17, 20 CPI, PROPORCIONAL, FONTES DE CÓDIGO DE BARRA: EAN-13, EAN-8, INTERLEAVED 2 OF 5, UPC-A, UPC-E, CODE 39, CODE 128, POSTNET, CODABAR (NW-7), INDUSTRIAL 2 OF 5, MATRIX 2 OF 5, CARACTERES POR LINHA: 80 CARACTERES A 10 CPI, 96 CARACTERES A 12 CPI, 120 CARACTERES A 15 CPI, 137 CARACTERES A 17 CPI, 160 CARACTERES A 20 CPI, ESPAÇAMENTO DE LINHA: PADRÃO DE 6 LINHAS POR POLEGADA, FORMATANDO: 1/6-POLEGADA OU PROGRAMÁVEL EM INCREMENTOS DE 1/432-POLEGADA, OP-ÇÃO DE 8 LPI DISPONÍVEL EM FX-890 II. NO MODO OKIDATA SOMENTE. NÍVEL DE RUÍDO: 55 DBA (PADRÃO ISO 7779), DI-MENSÕES: 17.2" X 14.8" X 7" (W X D X H), PESO: 15.8 LB, MA-TRICIAL - MANUSEIO DO PAPEL: FORMAS: FORMULÁRIO MUL-TIPARTE, CÓPIAS AUTOCOPIATIVAS ORIGINAL PLUS 6, CÓPIAS 1_6 COM TRAÇÃO, ESPESSURA MÁXIMA .018", LARGURA: FO-LHAS AVULSAS: 3.9" A 10.1", FORMULÁRIO CONTÍNUO: 4" A 10", ALIMENTAÇÃO DE FOLHAS AVULSAS: 7.2" A 8.5", ENVELOPES: NÚMERO 6 / NÚMERO 10, COMPRIMENTO: FOLHAS AVULSAS: 3.9" A 14.3", FORMULÁRIO CONTÍNUO: 4" A 22", ALIMENTAÇÃO DE FOLHAS AVULSAS: 10.1" TO 14", MECANISMO DE ALIMEN-TAÇÃO DO PAPEL: 45 MILISSEGUNDOS POR 1/6", 5.3" POR SEGUNDO EM ALIMENTAÇÃO CONTÍNUA, VELOCIDADE DE ALIMENTAÇÃO DO PAPEL: 45 MILISSEGUNDOS POR 1/6 " 5.3" POR SEGUNDO DE ALIMENTAÇÃO CONTÍNUA, CAMINHO DO PAPEL: INSERÇÃO MANUAL: ENTRADA FRONTAL OU TRASEI-RA, SAÍDA PELO TOPO, ALIMENTAÇÃO DE FOLHAS AVULSAS: ENTRADA TRASEIRA, SAÍDA PELO TOPO, TRAÇÃO: ENTRADA FRONTAL, TRASEIRA OU POR BAIXO; SAÍDA PELO TOPO, TRAÇÃO: ENTRADA FRONTAL OU TRASEIRA; SAÍDA PELO TOPO, LINGUAGENS DA IMPRESSORA: EPSON ESC / P, IBM PPDS, OKIDATA MICROLINE (APENAS NO MODO OKIDATA FX-890), BUFFER DE ENTRADA: 128 KB, INTERFACES: PARALELA BIDIRECIONAL (MODO IEEE 1284 NIBBLE SUPORTADO) / USB 2.0, PAINEL DE CONTROLE: FUNÇÕES: FONTE, PASSAR, PAU-SAR, REMOVER/DELETAR SELEÇÃO,	EPSON	UN	2,00	4.418,40	8.836,80

			ALIMENTAÇÃO DE FEED LINEAR/ FORMULÁRIO, CARREGAR/ EJETAR, MICRO-AJUSTE, RESETAR, TESTE, ESVAZIAR DADOS, SELEÇÃO DE CONFIGU-RAÇÃO PADRÃO, FIABILIDADE: MTBF: 20,000 POH (25% DO CICLO DE TRABALHO), VOLUME TOTAL DE IMPRESSÃO: 52 MILHÕES DE LINHAS (SEM INCLUIR A CABEÇA DE IMPRESSÃO), DURAÇÃO DO CABEÇOTE DE IMPRESSÃO: 400 MILHÕES DE CARACTERES A 14 PONTOS / CARACTERE, DURAÇÃO DA FITA: 7,5 MILHÕES DE CARACTERES A 14 PONTOS/ CARACTERE, ENERGIA: VOLTAGEM NOMINAL:120V, FREQUÊNCIA NOMINAL: 50 – 60 HZ, INTERVALO DA FREQUÊNCIA DE ENTRADA: 49.5 – 60.5HZ. CONTÊM: IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890 II, DRIVER DA IMPRESSORA, GUIA DE INSTALAÇÃO RÁPIDA, CA-BO PARALELO, CABO DE ENERGIA					
TOTAL								15.319,30

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 15.319,30 (Quinze Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Trinta Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 150/2026.
Detentor da Ata: DM LICITA COMERCIO E ASSESSORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 46.613.430/0001-80, sediada à RUA ESMERALDA, 0 B - CEP: 87083040 - BAIRRO: JD REAL, Maringá/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) DOUGLAS PEREIRA MARTINS, inscrito (a) no CPF sob nº 090.876.859-12, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 006 - Lote 006	1	26693	TONER TONER COMPATÍVEL BROTHER TN2340 NOVO - TONER COM-PATÍVEL BROTHER TN2340 COMPATÍVEL COM MODELOS: HL-L2360 HL-L2320 MFC-L2720 MFC-L2740 MFC-L2700 HL-L2360DW 2360DW, HL-L2320D 2320D, MFC-L2720DW 2720DW, MFC-L2740DW 2740DW, MFC-L2700DW 2700DW, DCP-L2520DW 2520DW, DCP-L2540DW DCP-L2540 2540DW. RENDE EM MÉDIA 2.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PA-PEL A4. TONER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO.	supli	UN	20,00	20,00	400,00
LOTE: 006 - Lote 006	2	26693	TONER TONER COMPATIVEL COM IMPRESSORA HP LASERJET PRO 3003DW, MODELO W1450A / W1450, SERIE 145A / 145, COR DA IMPRESSAO PRETO, TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LASER MONOCROMATICO, CAPACIDADE/RENDIMENTO DE IMPRESSAO ATE 1700 PAGINAS COM 5% DE COBERTURA NO PADRAO ISO, TIPO COMPATIVEL, PRONTO PARA USO SIM, ESTADO 100% NOVO CAIXA LACRADA, GARANTIA 90 DIAS PARA DEFEITOS DE FABRICACAO COM TROCA IMEDIATA.	supli	UN	40,00	50,00	2.000,00
LOTE: 006 - Lote 006	3	26693	TONER TONER COMPATÍVEL HP CB435A 35A 435A CB435AB - COMPA-TÍVEL COM HP CB-435A UTILIZADO EM: LASERJET HP P-1005, LASERJET HP P-1006, RENDE EM MÉDIA 1.800 PÁGINAS CON-SIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4. TONER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO	supli	UN	20,00	20,00	400,00
LOTE: 006 - Lote 006	4	26693	TONER TONER COMPATÍVEL HP CE285A CE285AB NOVO - TONER COMPATÍVEL HP CE285A CE285AB / COMPATÍVEL COM MODE-LOS: P-1102, P-1102W, M-1132, M-1210, M-1212, M-1130, M1217 M-1217, M1217FW M-1217FW. RENDE EM MÉDIA 1.800 PÁGINAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4, TONER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO	supli	UN	20,00	20,00	400,00
LOTE: 006 - Lote 006	5	26693	TONER TONER COMPATÍVEL HP CF283A 83A NOVO - TONER COMPATÍVEL HP CF283A 83A, COMPATÍVEL COM MODELOS: HP M-127FN M127, M-127FW M-127, M-125 M125A M-125A, M-201, M-225, M-226, M-202. RENDE EM MÉDIA DE 1.500 PÁGINAS CONSIDERANDO COBERTURA DE 5% NO PAPEL A4, TONER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO.	supli	UN	20,00	20,00	400,00
LOTE: 006 - Lote 006	6	26693	TONER TONER COMPATÍVEL HP Q2612A 2612A 12A NOVO - TONER COMPATÍVEL HP Q2612A 2612A 12A COMPATÍVEL COM MODE-LOS: HP 1010, 1012, 1015, 1018, 1020, 1022, 3015, 3030, 3050, 3052, 1319, 1022N, 3050N, 1319F, 1022NW, 3055N, 3055NF, M1319F M-1319F, M1005 M-1005. RENDE EM MÉDIA 2.000 PÁGI-NAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4, TO-NER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO	supli	UN	15,00	20,00	300,00
LOTE: 006 - Lote 006	7	26693	TONER TONER COMPATÍVEL SAMSUNG TONER D204 MLT-D204L M3825 M4025 M3325 M3875 3375 4075 UTILIZADO EM: M-3825, M-4025, M-3325, M-3875, M-3375, M-4075, M3825DW M-3825DW M3825ND M-3825ND, M4025ND M-4025ND, M3325ND M-3325ND,	supli	UN	10,00	30,00	300,00

			M3875FW M-3875FW M3875FD M-3875FD, M3375FD M-3375FD, M4075FW M-4075FW. RENDE EM MÉDIA 5.000 PÁGINAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4. TONER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO					
LOTE: 006 - Lote 006	8	26693	TONER TONER TL-410X T1410 COMPATIVEL MODELOS M6700DW P3010DW, P3012DW; P3302DW; M6802FDW; M7102DW; M7202FDW; P3012DN; P3302DN; M7102DN; M7202DN; M6700DW; P3010DW. RENDIMENTO ESTIMADO: 6000 PAGINAS COM COBERTURA DE 5% TONER COM ÓTIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, 100% NOVO	supli	UN	40,00	30,95	1.238,00
LOTE: 006 - Lote 006	9	28288	CARTUCHO DE CILINDRO CARTUCHO DE CILINDRO BROTHER DR-2340 PARA TONER TN2370 NOVO - CARTUCHO DE CILINDRO BROTHER DR-2340 PARA TONER TN2370, UNIDADE DE IMAGEM, TAMBÉM CONHECIDO COMO CILINDRO FOTOCONDUTOR DR2340 UTILI-ZADO NO CARTUCHO DE TONER BROTHER TN-2370 QUE É COMPATÍVEL COM OS SEGUINTES EQUIPAMENTOS: HL-L2320D 2320D HL-L2320, HL-L2360DW 2360DW HL-L2360, DCP-L2520DW DCP-L2520 2520DW, DCP-L2540DW DCP-L2540 2540DW, MFC-L2740DW MFC-L2740 2740DW, MFC-L2720DW MFC-L2720 2720DW, MFC-L2700DW MFC-L2700 2700DW. REN-DE EM MÉDIA 12.000 PÁGINAS E POSSUI QUALIDADE COMPA-TÍVEL COM O ORIGINAL. 100% NOVO.	supli	UN	6,00	30,00	180,00
LOTE: 006 - Lote 006	10	28290	FITA IMPRESSORA FITA IMPRESSORA MATRICIAL COR PRETO FX-890II, FX-890 NOVO FITA IMPRESSORA MATRICIAL COR PRETO FX-890II, FX-890.	masterprint	UN	20,00	20,00	400,00
LOTE: 006 - Lote 006	11	28298	UNIDADE CILINDRO UNIDADE CILINDRO COMPATIVEL IMPRESSORA M6700DW TL-410X T1410 NOVO PARA USO EM PANTUM MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS: P3012DW; P3302DW; M6802FDW; M7102DW; M7202FDW; P3012DN; P3302DN; M7102DN; M7202DN; M6700DW; P3010DW. DURABILIDADE ESTIMADA : 12.000 PAGINAS COM COBERTURA DE 5%	supli	UN	6,00	6,00	36,00
TOTAL								6.054,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 6.054,00 (Seis Mil e Cinqüenta e Quatro Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151/2026.
Detentor da Ata: AJIS EMPREENDIMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 67.585.357/0001-50, sediada à RUA CRISTINA ZIMMER, 0 - CEP: 85022100 - BAIRRO: BOQUEIRÃO, Guarapuava/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) ANDRESSA JUNGLES DE CAMARGO, inscrito (a) no CPF sob nº 044.945.819-92, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 026 - Lote 026	1	28113	SCANER SCANNER DE MESA DR-C240 - TIPO DIGITALIZADOR DE SE-CRETÁRIA COM ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA, UNIDADE DO SENSOR DE DIGITALIZAÇÃO SENSOR CMOS CIS DE 1 LINHA, RESOLUÇÃO ÓTICA 600 PPP, FONTE DE ILUMINAÇÃO LED RGB, LADO DE DIGITALIZAÇÃO FRENTE/VERSO/DUPLEX, IN-TERFACE USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE, DIMENSÕES (L X P X A) TABULEIROS FECHADOS: 291 X 253 X 231 MM, TABULEIROS ABERTOS: 291 X 603 X 363 MM, PESO APROX. 2,8 KG, REQUISI-TOS DE ENERGIA CA 100-240 V (50/60 HZ), CONSUMO DE ENERGIA DIGITALIZAÇÃO: 19 W OU MENOS, MODO DE HIBER-NAÇÃO: 1,4 W OU MENOS, DESLIGADO: 0,1 W OU MENOS, AMBIENTE DE FUNCIONAMENTO 10 - 32,5 °C, HUMIDADE: 20 - 80% HR, CONFORMIDADE AMBIENTAL ROHS E ENERGY STAR, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SCANNER PRETO E BRAN-CO, 45 PPM/90 IPM, A CORES 30 PPM/60 IPM, RESOLUÇÃO DE SAÍDA 150 X 150 PPP, 200 X 200 PPP, 240 X 240 PPP, 300 X 300 PPP, 400 X 400 PPP, 600 X 600 PPP, MODO DE SAÍDA PRETO E BRANCO/DIFUSÃO DE ERROS/MELHORAMENTODE TEXTO AVANÇADO, MELHORAMENTO DE TEXTO AVANÇADO II, ESCA-LA DE CINZENTOS DE 8 BITS (256 NÍVEIS), COR DE 24 BITS, CICLO DE TRABALHO DIÁRIO APROX. 4.000 DIGITALIZAÇÕES, ESPECIFICAÇÕES DOS DOCUMENTOS LARGURA 50,8 - 216 MM, COMPRIMENTO 54 - 356 MM, ESPESSURA 27 - 209 G/M² (0,06 - 0,25 MM), MODO DE DOCUMENTO LONGO 3000 MM MÁX., DIGITALIZAÇÃO DE CARTÕES DE VISITA TAMANHO: 50,8 X 85 MM OU SUPERIOR, ESPESSURA: INFERIOR A 0,45 MM, DIGITALIZAÇÃO DE CARTÃO DE PLÁSTICO TAMANHO: 53,9 X 85,5 MM, ESPESSURA: 0,76 MM (É SUPORTADO CARTÃO EM RELEVO ATÉ 1,4 MM DE ESPESSURA),	CANON	UN	2,00	1.209,83	2.419,66

			DIGITALIZAÇÃO DE PASSAPORTES ATÉ 4 MM DE ESPESSURA (ATRAVÉS DA FOLHA DE TRANSPORTE), SEPARAÇÃO DE PAPEL MÉTODO DE IN-VERSÃO DO ROLO SEPARADOR, CAPACIDADE DO ALIMENTA-DOR 60 FOLHAS (80 G/M²), FUNÇÕES ESPECIAIS DETEÇÃO AUTOMÁTICA DO TAMANHO DE PÁGINA, ELIMINAÇÃO DA DIS-TORÇÃO, CORREÇÃO DE COR TRIDIMENSIONAL, RETIRAR COR (RGB), MELHORAMENTO DE COR (RGB), DETEÇÃO AU-TOMÁTICA DE COR, RECORTE DE SOMBRA, MULTISTREAM, DEFINIÇÕES GAMA AJUSTÁVEIS, IGNORAR PÁGINA EM BRAN-CO, MODO FOLIO, CONFIGURAÇÃO DA ÁREA DE DIGITALIZA-ÇÃO, SEPARAÇÃO DE LOTES COM FOLHA EM BRANCO OU CÓDIGO DE PATCH, REDUÇÃO DE EFEITO MOIRÉ, PREVEN-ÇÃO DE PURGA REMOÇÃO DO FUNDO, AJUSTE DE CON-TRASTE, SUAVIZAÇÃO DO FUNDO, RECORTE DE SOMBRA, DEFINIÇÃO DE RESOLUÇÃO AUTOMÁTICA, LIBERTAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DUPLA, DETEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DUPLA (SENSOR ULTRASSÔNICO, COMPRIMENTO), SOFTWARE IN-CORPORADO WINDOWS CONTROLADOR ISIS/TWAIN (WIN-DOWS VISTA SP2/7 SP1/8/8.1/10 SERVER 2008 R2 SP1 SERVER 2012 R2), CAPTUREPERFECT, CAPTUREONTOUCH, ECOPY PDF PRO OFFICE, KOFAX VRS, PLUG-IN: CONTROLOS EMC CAPTIVA CLOUD RUNTIME, GARANTIA DE 12 MESES					
TOTAL								2.419,66

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 2.419,66 (Dois Mil, Quatrocentos e Dezenove Reais e Sessenta e Seis Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 152/2026.
Detentor da Ata: DLC COMERCIO E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 61.276.512/0001-70, sediada à RUA QUITO, 0 - CEP: 87040140 - BAIRRO: VILA MORANGUEIRA, Maringá/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) DIOGO LIMA CRUZ, inscrito (a) no CPF sob nº 875.896.132-15, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 015 - Lote 015	1	26674	FONTE FONTE PARA COMPUTADOR (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A 100-BA-0500-K1 OU 100-W1-0500-KR OU PYLQN550B-BKCBR) - TIPO: ATX12V/EPS12V, POTÊNCIA: 500W REAL, FAN: 01/ PFC: ATIVO, CONECTOR PRINCIPAL: 24PIN, BARRAMENTO ÚNICO DE +12 V, SUPORTE HASWELL, ENER-GIA: 80 PLUS, ENTRADA AC: 100-240 VAC, 8-4A, 50-60 HZ, CO-NECTORES - 1X 24 PINOS ATX - 1X 4 +4 PIN EPS12V - 2X 6 +2 PIN PCI-E - 6X SATA - 3X MOLEX, COMPRIMENTO ATX 1X 550MM, EPS CABLE 1X 600MM, PCIE CABLE 1X 550MM, 670MM, SATA CABLE 2X 450MM, 570MM, 690MM,CABO PERIFÉRICO 4 PINOS 1X 450MM, 570MM, 690MM, 810MM (F), AC POWER 1X 1200MM (M),APROVAÇÕES TUV, CB, CE, FCC, RCM, CTUVUS, BSMI, CCC, WEEE, ROHS, COMPLIANCE WITH ERP LOT 6 2013 REQUIREMENT, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0° TO 40° C/ MTBF 100,000 HOURS, TAMANHO 85MM (H) X 150MM (W) X 140MM (L), ADICIONAIS: 01 CABO PADRÃO DE ALIMENTAÇÃO, 03 ANOS DE GARANTIA PELO FABRICANTE.	PCYES	UN	20,00	292,185	5.843,70
LOTE: 015 - Lote 015	2	26674	FONTE FONTE PARA COMPUTADOR TIPO ATX 200W - ENTRADA AC COM CHAVEAMENTO MANUAL (115V E 230V) TENSÃO ENTRA-DA, 115V/230V TENSÃO SAÍDA: SAÍDA +12V: 10A, SAÍDA -12V: 0,3A SAÍDA +5V: 10A SAÍDA +3,3V: 6A SAÍDA +5V VSB: 2A, ADICI-ONAIS: 01 CABO PADRÃO DE ALIMENTAÇÃO	VKOEM	UN	35,00	55,78	1.952,30
LOTE: 023 - Lote 023	1	21045	TECLADO COM FIO TECLADO COM FIO K120 - CONEXÃO: USB, DESIGN RESISTENTE A DERRAMAMENTOS, TECLADO NUMÉRICO DE 10 TECLAS, LUZ INDICADORA DA TECLA CAPS LOCK, LUZ INDICA-DORA DA TECLA NUM LOCK, ATÉ 10 MILHÕES DE TOQUES DE TECLA (EXCLUI A TECLA DE BLOQUEIO NUMÉRICO), TIPO DE TECLA: PERFIL PROFUNDO, PESO: 550G, DIMENSÕES: ALTURA 155MM X LARGURA 450MM X PROFUNDIDADE 23,5 MM, COM-PRIMENTO DO CABO: 150CM, PARTES DE PLÁSTICO DO BLACK: 51% DE MATERIAL RECICLADO PÓS-CONSUMIDOR, GARANTIA LIMITADA DE DE HARDWARE 03 ANOS	PCYES	UN	40,00	61,00	2.440,00
LOTE: 023 - Lote 023	2	25003	TECLADO E MOUSE TECLADO E MOUSE (COMBO) SEM FIO (QUALIDADE EQUIVA-LENTE OU MELHOR LOGITECH MK270 - TECLAS DE MÍDIA DE FÁCIL ACESSO, CONEXÃO USB, PILHAS INCLUSAS E LAYOUT ABNT2 TECLADO ALTURA: 149	PCYES	UN	10,00	160,95	1.609,50

			MM, LARGURA: 441 MM, PRO-FUNDIDADE: 18 MM, PESO: 498 G. MOUSE ALTURA: 99 MM, LARGURA: 60 MM, PROFUNDIDADE: 39 MM, PESO: 75,2 G, RE-CEPTOR NANO ALTURA: 18,7 MM, LARGURA: 14,4 MM, PRO-FUNDIDADE: 6,6 MM, PESO: 2.0 G. ALCANCE SEM FIO: ATÉ 10 M. O TECLADO DESIGN RESISTENTE A DERRAMAMENTOS TESTADO EM CONDIÇÕES LIMITADAS (MÁXIMO DERRAMA-MENTO DE LÍQUIDO DE 60 ML). NÃO MERGULHE O TECLADO EM LÍQUIDO, ALTURA DO TECLADO AJUSTÁVEL, TECLADO NUMÉRICO DE 10 TECLAS, TIPO DE TECLA: PERFIL PROFUN-DO, LUZ INDICADORA DA TECLA CAPS LOCK, BOTÃO LI-GA/DESLIGA, 2 PILHAS AAA (ALCALINAS). MOUSE TECNOLOGIA DO SENSOR: RASTREAMENTO ÓPTICO SUAVE, NÚMERO DE BOTÕES: 3 (CLIQUE ESQUERDO/DIREITO, CLIQUE NO MEIO), ROLAGEM LINHA A LINHA, RODA DE ROLAGEM: SIM, 2D, ÓPTI-CO, CONECTAR/ENERGIA: BOTÃO DE LIGAR/DESLIGAR, 1 PILHA AA (ALCALINA), DURABILIDADE DA BATERIA: 12 MESES, GARANTIA LIMITADA DE DE HARDWARE 03 ANOS					
LOTE: 023 - Lote 023	3	26683	MOUSE MOUSE ÓPTICO COM FIO USB - COR: PRETO, INTERFACE USB, ROLAGEM FÁCIL, DPI: 800, INSTALAÇÃO PLUG AND PLAY, DESIGN ERGONÔMICO, 2 BOTÕES E SCROLL, CONEXÃO USB, ENTRADA AUXILIAR, DUAL SHOCK	VINIK	UN	20,00	17,40	348,00
LOTE: 023 - Lote 023	4	26683	MOUSE MOUSE ÓPTICO COM FIO USB M90 - ALTURA: 113MM, LARGURA: 62 MM, PROFUNDIDADE: 38 MM, PESO: 90G, COMPRIMENTO DO CABO: 180CM, TECNOLOGIA DO SENSOR DPI: 1000, PLÁSTICO CINZA: 72% DE MATERIAL PÓS-CONSUMIDOR, GARANTIA LIMITADA DE HARDWARE DE 03 ANOS.	PCYES	UN	20,00	40,60	812,00
LOTE: 023 - Lote 023	5	28292	MOUSEPAD MOUSEPAD APOIO PARA MOUSE - COR PRETO, BASE DE BORRACHA, REVESTIDO DE TECIDO, EXCELENTE ACABAMENTO E CONFORTO	VINIK	UN	15,00	38,90	583,50
TOTAL								13.589,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 13.589,00 (Treze Mil, Quinhentos e Oitenta e Nove Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153/2026.
Detentor da Ata: AR IMPORTS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 63.482.340/0001-16, sediada à R MATO GROSSO, 0 SALA 12 - CEP: 86010180 - BAIRRO: CENTRO, Londrina/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) ALEXANDRE RAUL DE ALMEIDA, inscrito (a) no CPF sob nº 592.770.929-04, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 022 - Lote 022	1	22530	MONITOR MONITOR CURVO 27 POLEGADAS (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR SAMSUNG 27" LC27F390 - MARCA: SAMSUNG, MODELO: LC27F390) - PLANO / CURVO: CURVO, ÁREA DE DIS-PLAY ATIVO (HXV): 597.89 X 33MM, CURVATURA DA TELA: 1800R, PROPORÇÃO DE TELA: 16:9, TIPO DE PAINEL: VA, BRI-LHO (TÍPICO): 250CD/M2, BRILHO (MÍNIMO): 200CD/M2, CON-TRASTE ESTÁTICO: 3.000:1(TYP.), TIPO DE CONTRASTE: ME-GA, TEMPO DE RESPOSTA: 4(GTG), ÂNGULO DE VISÃO (HORI-ZONTAL / VERTICAL): 178°(H)/178°(V), SUPORTE DE COR: 16.7M, GAMA DE CORES (NTSC 1976): 72%, SAMSUNG MA-GICBRIGHT, SAMSUNG MAGIC UPSCALE, ECO SAVING PLUS, EYE SAVER MODE, FLICKER FREE, MODO GAME, TAMANHO DA IMAGEM, CERTIFICAÇÃO WINDOWS: WINDOWS 10, FRE-ESYNC, TEMPERATURA OPERACIONAL: 10~40°C, UMIDADE OPERACIONAL: 10~80%, COR: PRETO BRILHANTE, TIPO DE SUPORTE: SIMPLES, INCLINAÇÃO AJUSTÁVEL: -2.0° (±2.0°) ~22.0° (±2.0°), MONTAGEM DE PAREDE: 75.0 X 75.0 MM, ALI-MENTAÇÃO DE ENERGIA: AC 100~240V, CONSUMO DE ENER-GIA: 25W, CONSUMO DE ENERGIA (DPMS): MENOS QUE 0.3W, CONSUMO DE ENERGIA (MODO DESLIGADO): MENOS QUE 0.3W, TIPO: ADAPTADOR EXTERNO, DIMENSÕES (LXAXP): COM SUPORTE: 622.9 X 462.5 X 247.7 MM, SEM SUPORTE: 622.9 X 367.6 X 94.4 MM, COMPRIMENTO DO CABO DE FORÇA: 1.5 M, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: MONITOR CURVO SAMSUNG, TELA 27", FHD, HDMI, VGA, FREESYNC, PRETO - LC27F390, GARANTIA DO FORNECEDOR: 6 MESES, PESO: 6200 GRAMAS (BRUTO COM EMBALAGEM).	3Atech	UN	6,00	1.250,00	7.500,00
LOTE: 022 - Lote 022	2	22530	MONITOR MONITOR LCD COM RETROILUMINAÇÃO LED 18.5 POLEGADAS - RELAÇÃO DE ASPECTO 16:9 RESOLUÇÃO	3Atech	UN	15,00	530,00	7.950,00

			NATIVA 1366 X 768 A 60 HZ, SUPORTE DE COR 16,7 MILHÕES DE CORES CONEC-TORES DE ENTRADA VGA, HDMI, AJUSTES DA POSIÇÃO DO VISOR, INCLINAÇÃO, REVESTIMENTO DE TELA, ANTI-OFUSCAMENTO, ANTI-REFLEXO, 3H HARD COATING DIMEN-SÕES (LXPXA) - COM APOIO 44.54 CM X 16.7 CM X 35.9 CM PADRÕES DE CONFORMIDADE PLUG AND PLAY, DDC/CI, ROHS, CECP.					
LOTE: 022 - Lote 022	3	22530	MONITOR MONITOR LCD COM RETROILUMINAÇÃO LED 23.8 POLEGADAS - CLASSE DE ENERGIA CLASSE C. CONSUMO DE ENERGIA (MODO LIGADO) 12W, CARACTERISTICAS USB 3.2 GEN 1 NUCLEO, TIPO DE PAINEL VA, RELAÇÃO DE ASPECTO 16:9, RESOLUÇÃO NATIVA FULL HD (1080P) 1920X1080 A 60 HZ, DISTANCIA ENTRE PIXELS 0.2745MM BRILHO 250CD/M², RELAÇÃO DE CONTRASTE 1000:1 /1000:1 (DINAMICO); TEMPO DE RESPOSTA 8MS (CINZA PARA CINZA NORMAL), 5S (CINZA PARA CINZA RÁPIDO), SUPORTE DE COR 16,7 MILHÕES DE CORES, CONECTORES DE ENTRADA HDMI, VGA, DISPLAYPORT, AJUSTES DA COMPOSIÇÃO VISOR ALTURA, PIVÔ (ROTAÇÃO), PLATAFORMA GIRATÓRIA, INCLINAÇÃO, REVESTIMENTO DE TELA ANTI-OFUSCAMENTO, VOLTAGEM AC 100-240 V (50/60 HZ), DIMENSÕES (LXPXA) COM APOIO 53.78 CMX17.957 CMX 49.611 CM, PESO 5.57KG, PADRÕES AMBIENTAIS QUALIFICADO PARA ENERGY STAR; PADRÕES DE CONFORMIDADE ROHS, NFPA 99, DISPLAYPORT 1.2, LIVRE DE BFR, HDCP 1.4, PVC-FREE.	3Atech	UN	10,00	885,00	8.850,00
LOTE: 022 - Lote 022	4	26549	SUPORTE SUPORTE PARA MONITOR 17´ A 34´, ALTURA AJUSTÁVEL (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR ELG, F50N) CARAC-TERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES: - MATERIAL: AÇO CARBONO - ACABAMENTO: TRATAMENTO ANTICORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA - AJUSTE DESLIZÁVEL DE ALTURA DA TELA: ATÉ 340 MM - ORGANIZADOR DE CABOS - SUPORTA MONITO-RES DE 17 ATÉ 34 POLEGADAS - PESO SUPORTADO: MONI-TORES ATÉ 7 KG - FIXAÇÃO NA MESA ATRAVÉS DE MORSA: VÃO ATÉ 85 MM - AJUSTE DE INCLINAÇÃO VERTICAL (TILT): -10° A +10° - GIRO HORIZONTAL: ATÉ 90° - FÁCIL INSTALAÇÃO - COMPATÍVEL COM PADRÃO DE FIXAÇÃO VESA: 75X75 ATÉ 100X100 MM CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - SUPORTE PARA MONITOR ELG GARANTIA: 1 ANO DE GARANTIA (3 MESES DE GARANTIA LEGAL + 9 MESES DE GARANTIA CONTRATUAL JUNTO AO FABRICANTE) PESO: 747 GRAMAS (BRUTO COM EMBALAGEM).	ElG	UN	35,00	151,00	5.285,00
TOTAL								29.585,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 29.585,00 (Vinte e Nove Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 154/2026.
Detentor da Ata: OSMAR HERMELINDO SILVA SOLUCOES DIGITAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 65.629.106/0001-02, sediada à AV PAULISTA, 0 CJ 40-SL 1504 - CEP: 01310200 - BAIRRO: BELA VISTA, São Paulo/SP, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) OSMAR HERMELINDO SILVA, inscrito (a) no CPF sob nº 559.652.378-04, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 018 - Lote 018	1	26679	LICENÇA ANTIVIRUS LICENÇA DE ANTIVIRUS SMALL OFFICE SECURITY 2 ANO(S) - ABRANGE 05 DESKTOPS, 05 DISPOSITIVOS MÓVEIS, 01 SERVI-DOR DE ARQUIVOS, 05 GERENCIADOR DE SENHAS, 05 VPNS. PROTEÇÕES: CONTRA RANSOMWARE E ERROS HUMANOS, TRABALHE ONLINE COM PRIVACIDADE, SEGURANÇA E VELO-CIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS PARA TODOS OS DISPOSITI-VOS E PARA CADA SITUAÇÃO, EVITA AS ARMADILHAS E FRAU-DES E GOLPES ONLINE.	Kaspersky	UN	3,00	819,00	2.457,00
TOTAL								2.457,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 2.457,00 (Dois Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Sete Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155/2026.
Detentor da Ata: PARTEKA LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 38.068.840/0001-69, sediada à EST PRINCIPAL, 0 EST PRINCIPAL - CEP: 85150000 - BAIRRO: LOCALIDADE RURAL DE RIO BONITO, Turvo/PR, neste ato

representada pelo (a) Sr. (a) MARIA EDUARDA PARTEKA, inscrito (a) no CPF sob nº 143.447.639-12, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 012 - Lote 012	1	26671	COMPUTADOR COMPUTADOR TIPO ALL-IN-ONE (AIO) CORPORATIVO, NOVO, SEM USO, COM MONITOR INTEGRADO DE NO MÍNIMO 23,8 POLEGADAS, TECNOLOGIA IPS OU EQUIVALENTE, RESOLUÇÃO NATIVA MÍNIMA FULL HD (1920X1080), TELA ANTIRREFLEXO, BRILHO MÍNIMO DE 250 NITS, ÂNGULO DE VISÃO MÍNIMO DE 178° HORIZONTAL E VERTICAL. PROCESSADOR DE ÚLTIMA GERAÇÃO PARA DESKTOP COM NO MÍNIMO 10 NÚCLEOS FÍSICOS E 12 THREADS, FREQUÊNCIA TURBO MÍNIMA DE 4,6 GHZ, CACHE MÍNIMO DE 12 MB, ARQUITETURA X86-64, DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR AO INTEL CORE I5 DE 13ª GERAÇÃO SÉRIE U OU SUPERIOR. MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 16 GB DDR5 COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 5200 MT/S, INSTALADA EM MÓDULO(S) SO-DIMM, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO PARA NO MÍNIMO 32 GB. ARMAZENAMENTO INTERNO EM UNIDADE SSD PADRÃO M.2 NVME PCIE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB. CONTROLADORA GRÁFICA INTEGRADA AO PROCESSADOR COM SUPORTE A DIRECTX 12 OU SUPERIOR E RESOLUÇÃO FULL HD OU SUPERIOR. INTERFACES MÍNIMAS: 03 PORTAS USB 3.2 TIPO A OU SUPERIOR, 01 PORTA USB-C, 01 PORTA HDMI OUT, 01 PORTA HDMI IN OU EQUIVALENTE, 01 PORTA RJ-45 GIGABIT ETHERNET 10/100/1000, 01 CONECTOR COMBO DE ÁUDIO, LEITOR DE CARTÃO SD OU MICROSD. CONECTIVIDADE SEM FIO INTEGRADA COM WI-FI PADRÃO 802.11AX (WI-FI 6) OU SUPERIOR E BLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR. WEBCAM INTEGRADA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD 1080P, MICROFONE DIGITAL INTEGRADO E ALTO-FALANTES ESTÉREO EMBUTIDOS NO EQUIPAMENTO. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PROFESSIONAL 64 BITS OU SUPERIOR, ORIGINAL, LICENCIADO, PRÉ-INSTALADO E ATIVADO DE FÁBRICA. DEVERÃO ACOMPANHAR TECLADO SEM FIO PADRÃO ABNT2 E MOUSE ÓPTICO SEM FIO DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU HOMOLOGADO. FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA 100-240V 50/60HZ. EQUIPAMENTO COM SUPORTE INTEGRADO DE FÁBRICA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES COM SUPORTE TÉCNICO NO BRASIL. EQUIPAMENTO DE REFERÊNCIA: Dell 24 All-in-One EC24250 OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	DIVERSO	UN	2,00	9.380,60	18.761,20
LOTE: 012 - Lote 012	2	26671	COMPUTADOR COMPUTADOR XPS 8950 COMPLETO - PROCESSADOR 12ª GERAÇÃO INTEL® CORE™ I7-12700 (12-CORE, CACHE DE 25MB, 2.1 GHZ ATÉ 4.9 GHZ), PLACA DE VÍDEO NVIDIA® GE-FORCE RTX™ 3060, 12GB GDDR6, MEMÓRIA DE 16GB DDR5 (2X8GB) 4400MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 128GB (4 SLOTS UDIMM), SSD DE 512GB PCIE M.2 + HD DE 1TB (7200RPM), 1X TECLADO KB216 PRETO COM FIO EM PORTUGUÊS BRASIL, 1X MOUSE MS116 PRETO COM FIO, WIRELESS PLACA DE REDE KILLER™ WI-FI 6 1675 (2X2) 802.11AX WIRELESS + BLUETOOTH, UNIDA-DE ÓPTICA TRAY LOAD DVD DRIVE (LÊ E GRAVA EM DVD/CD), WINDOWS 11 HOME PORTUGUÊS, DIMENSÕES E PESO: NI-GHT SKY (COM PÉS DE BORRACHA): ALTURA: 37,29 CM, LAR-GURA: 17,3 CM, PROFUNDIDADE: 42,67 CM, PESO INICIAL: 7,42 KG, GARANTIA DE 1 ANO.	DIVERSO	UN	2,00	13.619,40	27.238,80
LOTE: 019 - Lote 019	1	26681	MEMÓRIA MEMÓRIA 8GB DDR3 1333MHZ ECC PARA O SERVIDOR IBM X3300 M4 E5-242 MEMÓRIA 8GB DDR3 1333MHZ ECC PARA O SERVIDOR IBM X3300 M4 E5-2420, MEMÓRIA SPARE NUMBER 47J0136, MT36KSF1G72PZ-1G4M1FE 8G 2RX4 PC3L-10600R-9-11-E2.	KINGSTONE OU SIMILAR	UN	4,00	342,25	1.369,00
LOTE: 019 - Lote 019	2	26681	MEMÓRIA MEMÓRIA RAM DDR3 PARA COMPUTADOR DESKTOP CAPACIDADE 4GB (QUALIDADE SUPERIOR OU EQUIVALENTE A KVR1333D3N9/4G) – VELOCIDADE: 1333MHZ, QUANTIDADE DE PINOS: 240, TAXA DE TRANSMISSÃO: 10600 MB/S, LATÊNCIA CAS: 9, VOLTAGEM DE ALIMENTAÇÃO: 1.5V.	KINGSTONE OU SIMILAR	UN	10,00	99,30	993,00
LOTE: 019 - Lote 019	3	26681	MEMÓRIA MEMÓRIA RAM DDR4 PARA COMPUTADOR DESKTOP CAPACI-DADE 8GB (QUALIDADE SUPERIOR OU EQUIVALENTE A CT8G4DFRA266) - VELOCIDADE: 2666 MHZ, LATÊNCIA CAS: 19, TEMPO ESTENDIDO: 19-19-19, TENSÃO: 1,2V	KINGSTONE OU SIMILAR	UN	10,00	360,60	3.606,00
LOTE: 019 - Lote 019	4	26681	MEMÓRIA MEMÓRIA RAM DDR4, CAPACIDADE DE 16GB EM 1 MÓDULO, FREQUÊNCIA DE 3200MHZ, LATÊNCIA CL16, TENSÃO DE OPERAÇÃO 1.35V COMPATÍVEL COM PERFIS XMP, COMPATÍVEL COM PLACAS-MÃE QUE SUPORTEM DDR4 COM	KINGSTONE OU SIMILAR	UN	10,00	971,70	9.717,00

			SUPORTE A XMP, DISSIPADOR DE CALOR EM ALUMÍNIO PARA GERENCIAMENTO TÉRMICO, 288 PINOS CONFORME PADRÃO DDR4.					
LOTE: 019 - Lote 019	5	26681	MEMÓRIA MEMÓRIA RAM DDR5 PARA COMPUTADOR (QUALIDADE EQUI-VALENTE OU MELHOR MARCA: KINGSTON, MODELO: KF552C40BB-8) CAPACIDADE: MÓDULO ÚNICO 8GB DDR5, FREQUÊNCIA: 5200MHZ, PERFIL DE MEMÓRIA: CL40-40-40 @1.25V, LATÊNCIA: CL40 DIMM, TENSÃO: 1.25V, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 85°C, COR: PRETO	KINGSTONE OU SIMILAR	UN	10,00	1.191,50	11.915,00
LOTE: 020 - Lote 020	1	25001	MINIC PC MINI PC NUC (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A CER-TO PC MODELO: NUC 107) PROCESSADOR: INTEL CELERON J4005 (INTEGRADO), NÚCLEOS: 2, THREADS: 2, FREQUÊNCIA: 2.0GHZ À 2.7GHZ, CACHE: 4MB, MEMÓRIA: 8GB, FREQUÊNCIA: 2666MHZ SODIMM, TIPO: DDR4, VÍDEO INTEGRADO: UHD IN-TEL 600, FREQUÊNCIA: 700MHZ, MEMÓRIA: MAX. 8GB, TIPO: ONBOARD, ARMAZENAMENTO: SSD, CAPACIDADE: 240GB, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 HOME SINGLE LAN-GUAGE - 64 BITS, PLACA MÃE: INTEL NUC7CJYH, CONEXÕES: FRONTAL: 1X USB 3.1, 1X USB 3.2, LATERAL: 1X LEITOR DE CARTÕES SD, TRASEIRA: 1X DC, 2X USB 3.1, 2X HDMI, 1X RJ45, CONEXÕES SEM FIO: INTEL WIRELESS-AC 9462, BLUETOOTH V5, FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 64.98W REAIS BIVOLT AUTOMÁ-TICA (110V/220V), GABINETE: GABINETE NUC, COR: SUPERIOR PRETO PIANO, CARCAÇA CINZA ESCURO, PORTAS USB: 2X USB 3.0, DIMENSÕES DO CHASSI (AXLXP): 45X110X115MM, LEITOR DE CARTÃO SDXC, SUPORTE VESA, REFRIGERAÇÃO: SUPERIOR: NÃO POSSUI / LATERAL: PASSIVA, BAIAS INTER-NAS: NÃO POSSUI, BAIAS EXTERNAS: NÃO POSSUI, SLOTS DE EXPANSÃO: NÃO POSSUI, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 COMPUTADOR, 01 MANUAL DO USUÁRIO, 01 CABO DE FORÇA	JOOG	UN	2,00	2.000,00	4.000,00
LOTE: 027 - Lote 027	1	26697	SMARTPHONE SMARTHPHONE (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A POCO C75) PROCESSADOR: HELIO G81-ULTRACPU: CORTEX-A75+CORTEX-A55FREQUÊNCIA MÁXIMA DE CPU: 2,0 GHZGPU: MALI-G52 MC2, ARMAZENAMENTO E RAM: 6 GB + 128 GB, 8 GB + 256 GBLPDDR4X + EMMC 5.1SUPORTE PARA EXTENSÃO DE MEMÓRIA: ATÉ 16 GB*AS CONFIGURAÇÕES DISPONÍVEIS PO-DEM DIFERIR ENTRE DIFERENTES REGIÕES. AS MEMÓRIAS RAM E DE ARMAZENAMENTO DISPONÍVEIS SÃO MENORES QUE A MEMÓRIA TOTAL DEVIDO AO ARMAZENAMENTO DO SISTEMA OPERACIONAL E DOS SOFTWARES PRÉ-INSTALADOS NO DISPOSITIVO.A RAM DE 16 GB COM EXTEN-SÃO DE MEMÓRIA É BASEADA NA VERSÃO DE 8 GB DE RAM. A RAM ADICIONAL OCUPARÁ UMA QUANTIDADE CORRESPON-DENTE DE ARMAZENAMENTO ROM. A EXTENSÃO DE MEMÓRIA ESTARÁ DISPONÍVEL SOMENTE QUANDO HOUVER ESPAÇO DE ARMAZENAMENTO SUFICIENTE NO DISPOSITIVO. A EX-TENSÃO REAL DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DA RAM VARIA DE ACORDO COM OS DIFERENTES MODELOS, DIMEN-SÕES: ALTURA: 171,88 MM, LARGURA: 77,8 MM, ESPESSURA: 8,22 MM, PESO: 204 GDADOS OBTIDOS DOS LABORATÓRIOS INTERNOS DA POCO. OS MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO SETOR PODEM VARIAR; PORTANTO, OS RESULTADOS REAIS PODEM SER DIFERENTES, TELA: TELA 6,88" DOT DROP1640 X 720, 260 PPI, TAXA DE CONTRASTE: 1500:1, PROFUNDIDADE DE COR: 8 BITS, 16,7 MILHÕES DE CORES, GAMA DE CORES: 70% NTSC, BRILHO: 450 NITS (TYP), 600 NITS HBM, TAXA DE ATUALIZA-ÇÃO: ATÉ 120 HZ, TAXA DE AMOSTRAGEM DE TOQUE: ATÉ 240 HZ, COMPATÍVEL COM O MODO DE LEITURA, BAIXA EMISSÃO DE LUZ AZUL (SOLUÇÃO DE SOFTWARE) CONFORME TÜV RHEINLAND, LIVRE DE CINTILAÇÃO CONFORME TÜV RHEIN-LAND, ESCURECIMENTO DCPROPORÇÃO ENTRE A TELA E O CORPO: 89,7% (AA/CG), CÂMERA TRASEIRA: CÂMERA PRINCI-PAL DE 50 MPLENTE 5P, F/1,8, LENTES AUXILIARES, CÂMERA DE FILME | MODO HDR | MODO NOTURNO, MODO RETRATO | MODO 50 MP | TIME-LAPSE, GRAVAÇÃO DE VÍDEO COM A CÂ-MERA TRASEIRA: 1.080 P 1.920 X 1.080 A 30 FPS, 720 P 1.280 X 720 A 30 FPS, CÂMERA FRONTAL: CÂMERA FRONTAL DE 13 MPF/2,0, CÂMERA DE FILME | MODO HDR | ANEL DE LUZ SUA-VE, MODO RETRATO | TIME-LAPSE | MODO NOTURNO, GRAVAÇÃO DE VÍDEO COM A CÂMERA FRONTAL, GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM HD 1.080P (1.920 X 1.080) A 30 FPS, GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM HD 720P (1.280 X 720) A 30 FPS, BATERIA E CARRE-GAMENTO: 5.160 MAH (TYP), SUPORTE A CARREGAMENTO RÁPIDO DE 18	POCP 75	UN	10,00	1.094,60	10.946,00

			W, USB TIPO C, SEGURANÇA: SENSOR DE IM-PRESSÃO DIGITAL LATERAL, DESBLOQUEIO POR RECONHE-CIMENTO FACIAL COM AI, NFC: SIMA FUNÇÃO NFC PODE VARIAR ENTRE MERCADOS, REDE E CONECTIVIDADE: DUAL SIM E MICROSD, BANDAS DE REDE: COMPATÍVEL COM 4G/3G/2G, 2G: GSM: 2/3/5/8, 3G: WCDMA: B1/2/4/5/8, 4G: LTE FDD: B1/2/3/4/5/7/8/20/28/66* (UL: 1.710-1.780 MHZ; DL: 2.110-2.180 MHZ), 4G: LTE TDD: B38/40/41*, A CONECTIVIDADE E AS BANDAS DE REDE PODEM VARIAR DE ACORDO COM A DISPO-NIBILIDADE NA REGIÃO E O SUPORTE DA OPERADORA LOCAL, REDES SEM FIO: WI-FI: 2,4 GHZ | 5 GHZ, COMPATÍVEL COM RÁDIO FM (COM ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO), BLUE-TOOTH 5.4, SUPORTE A AAC/SBC/LDAC, NAVEGAÇÃO E POSI-CIONAMENTO: GPS | GLONASS | GALILEO | BEIDOU, ÁUDIO: ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO DE 3,5 MM, REPRODUÇÃO DE ÁUDIO: AAC, M4A, MP4, 3GP, TS, AMR, AWB, MID, MIDI, SMF, RTTF, XMF, RTX, OTA, IMY, MP3, OGG, OGA, WAV, FLAC, MKV (OPUS), M4A, REPRODUÇÃO DE VÍDEO: ADF, TS, MP4, 3GP, MKV, WEBM, MPEG2, H.263, MPEG4, H.264, H.265, VP8, VP9, VC1, AV1, SENSORES: SENSOR DE PROXIMIDADE | SENSOR DE LUZ AMBIENTE | ACELERÔMETRO | BÚSSOLA ELETRÔNICA, SISTEMA OPERACIONAL: XIAOMI HYPEROS, A DISPONIBILIDA-DE DE RECURSOS, APLICATIVOS E SERVIÇOS XIAOMI HYPE-ROS PODE VARIAR DEPENDENDO DA VERSÃO DO SOFTWARE E DO MODELO DO TELEFONE, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: TELEFONE CELULAR/ADAPTADOR DE ENERGIA/CABO USB TIPO C/GUIDA DE INÍCIO RÁPIDO E CARTÃO DE GARAN-TIA/FERRAMENTA DE EJEÇÃO DO SIM/				
LOTE: 027 - Lote 027	2	26697	SMARTPHONE SMARTPHONE PREMIUM CORPORATIVO, NOVO, COM TELA DE NO MÍNIMO 6,7 POLEGADAS, TECNOLOGIA OLED SUPER RETINA XDR OU EQUIVALENTE, RESOLUÇÃO NATIVA MÍNIMA DE 2796 X 1290 PIXELS A 460 PPI OU SUPERIOR, SUPORTE A HDR10 E DOLBY VISION, TAXA DE ATUALIZAÇÃO ADAPTATIVA DE ATÉ 120 HZ COM TECNOLOGIA PRO MOTION OU EQUIVALENTE, BRILHO MÁXIMO MÍNIMO DE 2000 NITS EM AMBIENTE EXTERNO. PROCESSADOR FABRICADO EM PROCESSO DE 3 NANÔMETROS, COM NO MÍNIMO 6 NÚCLEOS DE CPU E GPU AVANÇADA PARA PROCESSAMENTO GRÁFICO E RAY TRACING POR HARDWARE, DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR AO CHIP A17 PRO. MEMÓRIA INTERNA MÍNIMA DE 1 TB EM ARMAZENAMENTO FLASH DE ALTA VELOCIDADE. SISTEMA DE CÂMERAS TRASEIRAS PROFISSIONAIS COM NO MÍNIMO 3 SENSORES, SENDO CÂMERA PRINCIPAL DE NO MÍNIMO 48 MP COM ESTABILIZAÇÃO ÓPTICA DE IMAGEM POR DESLOCAMENTO DO SENSOR, CÂMERA ULTRA-ANGULAR E CÂMERA TELEOBJETIVA COM ZOOM ÓPTICO MÍNIMO DE 5X E ZOOM DIGITAL AVANÇADO, SUPORTE A GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM 4K HDR COM TECNOLOGIA DOLBY VISION E RECURSOS DE VÍDEO PROFISSIONAL. CÂMERA FRONTAL DE NO MÍNIMO 12 MP COM FOCO AUTOMÁTICO E SUPORTE A VÍDEO EM ALTA DEFINIÇÃO. CONECTIVIDADE COM REDE 5G, WI-FI 6E OU SUPERIOR, BLUETOOTH 5.3 OU SUPERIOR, NFC E GPS MULTIBANDA INTEGRADO. CONECTOR USB-C PARA DADOS E CARREGAMENTO COM SUPORTE A TRANSFERÊNCIA DE ALTA VELOCIDADE PADRÃO USB 3 OU SUPERIOR. SISTEMA DE AUTENTICAÇÃO BIOMÉTRICA FACIAL AVANÇADA BASEADA EM SENSOR DE PROFUNDIDADE COM RECONHECIMENTO FACIAL SEGURO. ESTRUTURA DO APARELHO FABRICADA EM TITÂNIO DE GRAU AEROESPACIAL COM VIDRO DE ALTA RESISTÊNCIA NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA. RESISTÊNCIA À ÁGUA E POEIRA COM CERTIFICAÇÃO MÍNIMA IP68. SISTEMA OPERACIONAL BASEADO EM IOS, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM SUPORTE A GERENCIAMENTO CORPORATIVO VIA MDM, COMPATIBILIDADE COM ECOSSISTEMA APPLE E SUPORTE A ATUALIZAÇÕES OFICIAIS DO FABRICANTE. SUPORTE A ESIM E NANOSIM. COR DO APARELHO TITÂNIO PRETO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES NO BRASIL. EQUIPAMENTO DE REFERÊNCIA: Apple iPhone 15 Pro Max 1TB OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	APPLE IPHONE 17 PRO MAX	UN	2,00	11.527,00	23.054,00
TOTAL								111.600,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias

VALOR TOTAL: R$ 111.600,00 (Cento e Onze Mil e Seiscentos Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 156/2026.
Detentor da Ata: BONDETECH INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 19.283.765/0001-04, sediada à RUA PEDRO RUBILAR DE ANDRADE 46, 46 - CEP: 85503330 - BAIRRO: FRARON, Pato Branco/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) FABIANO FRARON, inscrito (a) no CPF sob nº 041.539.539-97, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	1	24530	ADAPTADOR ADAPTADOR HDMI MACHO X VGA FEMEA, RESOLUÇÃO DE ATÉ 480/ 720/ 1080, SAÍDA DE ÁUDIO: P2 DE 3,5 MM, ENTRADA: HDMI, SAÍDA: VGA + ÁUDIO, PLUG AND PLAY, COMPRIMENTO DO CABO: 19 CM, COR: PRETO, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: NÃO EXIGE FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA, CONVERTE SINAL DIGITAL HDMI PARA VGA, COMPATIBILIDADE COM ES-PECIFICAÇÕES HDMI 1.3 / 1.4 / 2.0, COMPATIBILIDADE COM TODOS OS CONSOLES, CONVERSORES, PROJETORES, POR SER UM CONVERSOR DE SINAL NÃO É COMPATÍVEL COM A TECNOLOGIA HDCP, BLINDAGEM E ATERRAMENTO PARA TODOS OS CONDUTORES, IDEAL PARA CONECTAR COMPUTADORES, DVD, BLU-RAY, RECEPTORES DE HOME THEATER E VÍDEO GAMES, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 X CABO ADAP-TADOR CONVERSOR F3, 1 X CABO DE ÁUDIO P2/P2 3,5 MM, GARANTIA: 3 MESES DE GARANTIA LEGAL, PESO: 70 GRAMAS (BRUTO COM EMBALAGEM)	exbom	UN	5,00	26,13	130,65
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	2	24530	ADAPTADOR ADAPTADOR PCI-EXPRESS PARA NVME, PLACAS DE SLOTS: PCI-E X4, X8, X16, VERSÃO PCI-E: COMPATÍVEL COM 3.0, 2.0 E 1.0, COMPATIBILIDADE: NÃO SUPORTA CHAVE B+M, COMPATÍ-VEL COM SSDS M.2 (NGFF) INTERFACE M-KEY (NVME), MEDI-DAS SUPORTADAS: 2230, 2242, 2260, 2280, CAPACIDADE SU-PORTADA: ATÉ 2TB, VELOCIDADE: PCI-E 3.0 GEN3 X4 COM VELOCIDADE TEÓRICA DE ATÉ 32GBPS (PROTOCOLO NVME), INTERFACE: M.2 M-KEY, COMPATÍVEL COM SISTEMAS: IOS, WINDOWS 7/8/10 E LINUX, SLOTS SUPORTADOS: PCI-E 3.0 GEN3 X4 (COMPATÍVEL COM SLOTS X4, X8 E X16 DA PLACA-MÃE), CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1X PLACA PCI-E ADAPTA-DOR SSD M.2 PSM2-BP, GARANTIA DO FORNECEDOR: 3 ME-SES, PESO: 300G (BRUTO COM EMBALAGEM)	f3	UN	4,00	56,97	227,88
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	3	24591	HUB USB 3.0 HUB USB 3.0 - INTERFACE DE SAÍDA 4 PORTAS USB 3.0, IN-TERFACE DE ENTRADA USB 3.0 TIPO-A, CHIPSET VIA VL812 COM ÚLTIMA VERSÃO DE FIRMWARE, VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA 5GBPS, SISTEMAS SUPORTADOS WINDOWS, MAC OS X E SISTEMAS LINUX, CONTEÚDO DO PACOTE 01 HUB PORTÁTIL USB 3.0 DE 4 PORTAS UH400, DIMENSÕES 2.8 X 2.8 X 0.7 POL. (71 X 71 X 16.6 MM), GUIA DE INSTALAÇÃO RÁPIDA	exbom	UN	5,00	49,75	248,75
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	4	26541	CABO CABO DE FORÇA ALIMENTAÇÃO FLEXÍVEL BIPOLAR PADRÃO NOVO - SUPORTE PARA CONECTAR CONSOLES, IMPRESSORAS E OUTROS DISPOSITIVOS, A PONTA COM 2 PINOS.	exbom	UN	25,00	20,39	509,75
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	5	26541	CABO CABO DE FORÇA ALIMENTAÇÃO FLEXÍVEL TRIPOLAR PADRÃO NOVO - COMPRIMENTO: 1,2 METRO(S), CORRENTE MÁX.: 10A, TENSÃO MÁXIMA: 250V, COMPATIBILIDADE: IMPRESSORAS, FONTES DE ALIMENTAÇÃO, MONITORES, ENTRE OUTROS	exbom	UN	30,00	20,40	612,00
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	6	26541	CABO CABO DE IMPRESSORA USB 2.0 1.8 METRO(S) COM FILTRO	mbtech	UN	10,00	15,68	156,80
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	7	26541	CABO CABO HDMI 2 METROS - VERSÃO 2.0, 19 PINOS, SUPORTA RESOLUÇÃO 4K, ULTRA HD	pix	UN	15,00	17,57	263,55
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	8	26541	CABO CABO HDMI 3 METROS - VERSÃO 2.0, 19 PINOS, SUPORTA RESOLUÇÃO 4K, ULTRA HD	pix	UN	15,00	26,31	394,65
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	9	26541	CABO CABO VGA CONECTOR D-SUB 15 PINOS NAS DUAS EXTREMI-DADES - SUPORTE PARA MONITORES COM SAÍDA VGA, TELE-VISORES E PROJETORES	mbtech	UN	15,00	17,58	263,70
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	10	26553	BATERIA BATERIA PILHA DE BIOS CR-2032 - CAPACIDADE NOMINAL: 3V, MATERIAL: LÍTIO	flex	UN	20,00	13,45	269,00
LOTE: 001 - Lote 01 Adaptadores e Cabos	11	26689	SPRAY SPRAY LIMPA CONTATO 300ML - PRESSÃO INTERNA KGF/CM² 3,5 – 5,0, ÍNDICE DE REFRAÇÃO 20/4°C 1,3700 – 1,3900, DENSI-DADE 0,66 – 0,70 (20/4°C), COR INCOLOR, ASPECTO LÍQUIDO PREMIDO. USADO PARA	implastec	UN	5,00	24,62	123,10

			LIMPEZA DE PLACAS MÃE E ELETRÔNICOS EM GERAL					
LOTE: 002 - Lote 02 Placas de rede e Pendrive	1	28293	PEN DRIVE PEN DRIVE 16GB - DURÁVEL, INVÓLUCRO DE METAL COM ANEL ROBUSTO, COR PRATA CAPACIDADE DE 16GB, TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE ATÉ 10 MB/S, GAMA DE TEMPERATURAS DE FUNCIONAMENTO: 0 °C A 60 °C / TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO - A PARTIR DE -20 °C A 85 °C.	leboss	UN	15,00	50,08	751,20
LOTE: 002 - Lote 02 Placas de rede e Pendrive	2	28294	PLACA DE REDE PLACA DE REDE PCI EXPRESS TG-3468 GIGABIT 10/100/1000 - PADRÕES E PROTOCOLOS IEEE 802.3, 802.3U, 802.3AB, 802.3X, 802.1Q, 802.1P, CSMA/CD, TCP/IP INTERFACE 32-BIT PCIE, 1 PORTA 10/100/1000MBPS RJ45, MÍDIA DE REDE 10BASE-T: UTP CATEGORIA 3, 4, 5 POR CABO (MÁXIMO 100M) TAXA DE DADOS 10/100/1000MBPS PARA MODO HALF-DUPLEX, 20/200/2000MBPS PARA MODO FULL-DUPLEX INDICADOR LED 1000MBPS LINK/ACT, 100MBPS LINK/ACT, 10 MBPS LINK/ACT, CONTROLE DE FLUXO CONTROLE DE FLUXO IEEE 802.3X (FULL-DUPLEX	dex	UN	6,00	56,62	339,72
LOTE: 002 - Lote 02 Placas de rede e Pendrive	3	28294	PLACA DE REDE PLACA DE REDE PCI TF-3200 10/100MBPS - IEEE 802.3, 802.3U, 802.3X; CSMA/CD, TCP/IP, PCI REVISION 2.1/2.2 INTERFACE: PCI DE 32 BITS; 1 PORTA RJ45 DE 10/100MBPS; - REDE DE MÍ-DIA:10BASE-T: UTP CABO CATEGORIA 3, 4, 5 (MÁXIMO 100M), EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100M) 100BASE-TX: UTP CABO DE CATEGORIA 5, 5E (MÁXIMO 100M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100M) INDICADOR LED: LINK/ATIVIDADE, CONTROLE DE FLUXO: CONTROLE DE FLUXO IEEE 802.3X (FULL-DUPLEX) CERTIFICAÇÃO: CE, FCC, ROHS	realtek	UN	5,00	76,71	383,55
LOTE: 003 - Lote 003	1	28285	AUTO FALANTE AUTO FALANTE (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR JA-BRA SPEAK 510) USB BLUETOOTH DE MÉDIO ALCANCE TIPO DE MONTAGEM: INDEPENDENTE, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO DE ALTO-FALANTE: COMPONENTE, CARACTERÍSTICAS ESPE-CIAIS: CARREGAMENTO USB, PROCESSAMENTO DE SINAL DIGITAL, RECARREGÁVEL, STREAMING DE MÚSICA, ADEQUA-ÇÃO DO CONTROLE POR RÁDIO: PARA SMARTPHONES OU TABLETS, DISPOSITIVOS COMPATÍVEIS: TELEFONE, DIÂME-TRO DO SUBWOOFER: 120 MILÍMETROS, CONTAGEM DE UNI-DADES: 1 UNIDADE, CONFIGURAÇÃO DE CANAIS DE SOM SURROUND: 2.0, COR: PRETO, COMPONENTES INCLUÍDOS: ALTO-FALANTE, ACESSÓRIOS, GARANTIA, DIMENSÕES DO PRODUTO: 5,2P X 5,7L X 1,8A CENTÍMETROS, É IMPERMEÁVEL: FALSO, INTERVALO MÁXIMO: 10 METROS, NÚMERO DE ITENS: 1, MÉTODO DE CONTROLE: TOQUE, TECNOLOGIA DE COMU-NICAÇÃO SEM FIO: BLUETOOTH, TAMANHO DO ALTO-FALANTE: 1,8 CENTÍMETROS, FONTE DE ALIMENTAÇÃO: ALI-MENTADO POR PILHA, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS, MACOS, PILHA(S) OU BATERIA(S): 1 CR2 BATERIAS NECESSÁ-RIAS (INCLUSAS), OUTROS RECURSOS DE EXIBIÇÃO: CE, ENTRADA DE USUÁRIO: BOTÕES, PORTA DE ÁUDIO: SEM FIO, FORMATO: PORTÁTIL, TEMPO DE CONVERSA: 15 HORAS, POTÊNCIA EM WATTS: 9 WATTS, POTÊNCIA DE SAÍDA EM WATTS: 9 WATTS, MODELOS COMPATÍVEIS: NÃO SE APLICA, PESO DO PRODUTO: 19,8 G, FUNCIONA A BATERIA OU PILHA	intelbras	UN	4,00	1.723,00	6.892,00
LOTE: 003 - Lote 003	2	28286	CAIXA DE SOM CAIXA DE SOM PORTÁTIL P2 USB 3W RMS X 2 - (THD<1%) TOTAL 6W RMS, QUANTIDADE DE AUTO-FALANTES 2, SINAL DE RUÍDO: 40 dB (A), ALIMENTAÇÃO USB.	knup	UN	10,00	48,40	484,00
LOTE: 003 - Lote 003	3	28286	CAIXA DE SOM CAIXA DE SOM SUBWOOFER 2.0 8W RMS - POTÊNCIA: 8W RMS, CONEXÃO: USB, FREQUÊNCIA DE RESPOSTA: 60HZ~20KHZ, AMPLITUBE: 4OHMS, CONTROLE DE VOLUME, BOTÃO: LIGA/DESLIGA	knup	UN	10,00	132,30	1.323,00
LOTE: 005 - Lote 005	1	25728	PELICULA DE VIDRO PELICULA DE VIDRO COMPATIVEL COM TABLETS SAMSUNG GALAXY TAB 7 LITE E TAB 9, 8.7 POLEGADAS ENCAIXE PERFEITO COM ALTA TRANSPARÊNCIA E RESISTÊNCIA	fam	UN	25,00	30,71	767,75
LOTE: 005 - Lote 005	2	25729	CAPA CARTEIRA CAPA CARTEIRA PARA COMPATÍVEL COM TABLETS GALAXY TAB A7 LITE - SM-T225 E TAB 9, 8.7 POLEGADAS E TABLET SAMSUNGA9 MODELO SM-X115NZAAL05, FECHO EM ELÁSTICO POLIESTER E ELOSTODIENO, GARRA AJUSTÁVEIS DE PRES-SÃO PARA FIXAÇÃO, QUALIDADE E DUREBILIDADE EM COURO ECOLÓGICO.	fam	UN	25,00	76,56	1.914,00
LOTE: 005 - Lote 005	3	28291	MALETA DE NOTEBOOK MALETA PARA NOTEBOOK - TAMANHO: CM: 40 X 27 X 4 CM; 15.6 POLEGADAS, EXTERIOR EM TECIDO OXFORD À PROVA D'ÁGUA E RESISTENTE AO DESGASTE, E O INTERIOR É DE VELUDO PARA ABSORVER CHOQUES, PROTEGER O NOTE-BOOK. ALÇA DE OMBRO REMOVÍVEL, ZÍPER DUPLO NA LATE-RAL, HÁ UM BOLSO	dex	UN	25,00	106,04	2.651,00

			COM ZÍPER OCULTO NA FRENTE DA BOLSA DE COMPUTADOR.					
LOTE: 014 - Lote 014	1	26674	FONTE FONTE CARREGADOR ORIGINAL NOTEBOOK PARA USO EX-CLUSIVO MODELO IDEAPAD 3 15ALC6	lenovo	UN	5,00	100,30	501,50
LOTE: 014 - Lote 014	2	26674	FONTE FONTE CARREGADOR ORIGINAL NOTEBOOK PARA USO EXCLUSIVO MODELO ASPIRE A515-54 SERIES A515-54-34LD.	acer	UN	5,00	72,10	360,50
LOTE: 014 - Lote 014	3	26674	FONTE FONTE UNIVERSAL PARA NOTEBOOKS - 90W COM 8 CONEC-TORES MÓVEIS MAIS 1 FIXO, ALIMENTAÇÃO: 127 OU 220VCA / 1 A, SAÍDAS: 12V, 15V, 16V, 18V, 19V, 19V, 20V / 4,5A MAX E 24V / 3,75A MAX, SAÍDA USB 5V, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50 / 60HZ, BIVOLT	bmax	UN	10,00	88,50	885,00
LOTE: 017 - Lote 017	1	26678	LEITOR LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A LB-50BK) - DESIGN ERGONÔMICO, UTILIZAÇÃO SIMPLES E FÁCIL, BOTÃO DE CAPTURA, LEITURA PRECISA E DECODIFICAÇÃO RÁPIDA DE TODOS OS CÓDIGOS DE BAR-RAS, SISTEMA ANTICHOQUE DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, SUPORTE A MULT LINGUAGEM, CONEXÃO USB, MATERIAL: ABS+PVC+PC, SENSOR LASER 650NM, DISTÂNCIA DE LEITURA: 5~15CM, VELOCIDADE DE LEITURA: 300 SCANS/SEG, PADRÃO DE LEITURA UPCA, UPCE, EAN13, EAN8, ISBN/ISSN, CODE 39, CODABAR INTERLEAVED 2 OF 5, INDUSTRIAL 2 OF 5, MATRIX 2 OF 5, CODE128, CODE 93, CODE 11, MSI/PIESSEY, UK/PLESSEY, UCC/EAN128 CODE, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS, 01 SUPORTE, 01 CABO USB, 01 MA-NUAL DE INSTRUÇÕES, GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA, PESO: 430 GRAMAS (BRUTO COM EMBALAGEM).	c3tech	UN	5,00	145,80	729,00
LOTE: 017 - Lote 017	2	26678	LEITOR LEITOR DE SMART CARD PARA CERTIFICADO DIGITAL GEMALTO PC USB-TR - SMART-CARD INTERFACE, POSSUI SUPORTE A TODOS OS CARTÕES ISO7816 CLASSE A, B E C (5V, 3V, 1.8V), POSSUI SUPORTE A TODOS OS PARÂMETROS DE CARTÕES ISO7816 TA1 (ATÉ 344 KBDS), LÊ E ESCREVE EM TODOS OS CARTÕES ISO 7816-1,2,3,4 COM MICROPROCESSADOR, T=0 E T=1 (CARTÕES DE MEMÓRIA SOB CONSULTA), POSSUI DETECÇÃO DE CURTO CIRCUITO, SMART CARD CONNECTOR É O DE 8 CONTATOS DE FRICÇÃO - ISO LOCATION, GARANTIA DE 100,000 CICLOS DE INSERÇÃO - EMV NÍVEL 1 MECANICAMENTE COMPLIANT, CARTÕES QUE POSSUAM EMBOSSAMENTO EM ALTO RELAVO SÃO SUPORTADOS. INTERFACE HUMANA: LED VERDE, HOST INTERFACE: USB FULL SPEED (12 MBPS), HUBLESS CABO DE 1,5M, CONECTOR USB TIPO A, POWER SUPPLY ATRAVÉS DA PORTA USB, VOLTAGEM DE OPERAÇÃO [4.4 --> 5.5V], TEMPERATURAS SUPORTADAS DE ARMAZENAMENTO E OPERAÇÃO: OPERANDO : +5°C / +55°C, ARMAZENADO: -25°C / +60°C, PADRÕES ELECTRO-MAGNETICOS: EUROPE: 89/336/CEE GUIDELINE, EN 55022: 1994 CLASS B, EN 50082-1: 1994, EN 50081-1: 1992, EN 61000-4-2: 1995, EN 61000-4-3: 1997, EN 61000-4-4: 1995, COMPLY WITH EMC DIRECTIVE 89/336/EEC, USA: FCC PART 15 CLASS B, NÍVEIS DE SEGURANÇA: EUROPE: EN60950, IEC950: 1991, AM,3: 1995, USA: UL1950 TERCEIRA EDIÇÃO, DATADA DE 28 DE JULHO DE 1995, CANADA: CSA950, COMPATÍVEL COM DIRETIVA DE BAIXA VOLTAGEM 73/23/EEC, STANDARDS/CERTIFICATIONS: ISO/IEC 7816-1,2,3,4: IC CARTÕES COM CONTATO, EMV LEVEL 1, EMV96 VERSION 3.1.1 (EMV2000 UNDER COMPLETION AT PRINTING TIME), MICROSOFT WINDOWS HARDWARE QUALITY LABS (WHQL), WINDOWS LOGO PROGRAM WLP 2.0, USB 2.0 FULL SPEED (GEMPC TWIN EM MODO USB), CCID - CHIP CARD INTERFACE DEVICE 1.0 (GEMPC TWIN EM MODO USB), MONDEX® LEVEL 1 PURSE APPROVED (VERSION: PURSE 2, CHIPSAFE AND CHIPSAFE+), API'S: MICROSOFT PC/SC ENVIRONMENT COM OS DRIVERS ASSOCIADOS, OUTROS AMBIENTES (OCF, CT-API UPON REQUEST), ACESSÓRIOS DISPONÍVEIS PARA ESTE SMART CARD READER: STAND ACESSORY, 3.5" FLOPPY BAY PACK, 5.25" FLOPPY BAY PACK.	f3	UN	10,00	100,10	1.001,00
LOTE: 030 - Lote 030	1	26692	TRAVA DE SEGURANÇA TRAVA DE SEGURANÇA PARA NOTEBOOK - CADEADO COM 02 UNI DA CHAVE CABO DE AÇO-CABO CONFECCIONADO EM AÇO DE 4MM DE ESPESSURA E FECHADURA EM ZINCO PARA MARIO RESISTENCIA, CABO REVESTIDO EM PVC, COMPRIMENTO: 110CM, FACIL DE USAR, BASTA PASSAR O CABO EM ALGUM OBJETO FIXO E PRENDER O CADEADO, MAXIMA PROTEÇÃO CONTA ROUBOS E FURTOS	c3tech	UN	10,00	41,90	419,00
LOTE: 031 - Lote 031	1	25006	WEBCAM WEBCAM PRO HD (QUALIDADE MELHOR OU EQUIVALENTE A LOGITECH	aerion	UN	5,00	394,10	1.970,50

			C920S) - DIMENSÕES INCLUINDO CLIPE DE MON-TAGEM FIXO ALTURA: 43,3 MM, LARGURA: 94 MM, PROFUNDI-DADE: 71 MM, COMPRIMENTO DO CABO: 1,5 M, PESO: 162 G, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: RESOLUÇÃO MÁXIMA: 1080P/30 QPS - 720P/ 30 QPS, MEGAPIXELS DA CÂMERA: 3, TIPO DE FOCO: FOCO AUTOMÁTICO, TIPO DE LENTE: VIDRO, MICRO-FONE INTEGRADO: ESTÉREO, ALCANCE MICROFONE: ATÉ 1 M, CAMPO DE VISÃO (CDV) DIAGONAL: 78°, ZOOM DIGITAL: 1.2X, CLIPE UNIVERSAL PRONTO PARA TRIPÉS QUE SE AJUS-TA A MONITORES LAPTOP OU LCD 1 TRIPÉ NÃO INCLUSO, GARANTIA DE HARDWARE LIMITADA DE DOIS ANOS, REQUISI-TOS DE SISTEMA: COMPATÍVEL COM WINDOWS 8 OU SUPE-RIOR, MAC OS x 10.10 OU SUPERIOR, CHROMEOS, PORTA USB-A, FUNCIONA COM PLATAFORMAS DE CHAMADA POPU-LAR, CONTEÚDO DA CAIXA, 1 WEBCAM COM CABO USB-A ANEXO DE 1,5 M, ALÇA DE PROTEÇÃO DE PRIVACIDADE, DO-CUMENTAÇÃO DO USUÁRIO					
LOTE: 031 - Lote 031	2	25006	WEBCAM WEBCAM PRO HD (QUALIDADE MELHOR OU EQUIVALENTE A LOGITECH C922) - DIMENSÕES INCLUINDO CLIPE DE MONTA-GEM FIXO: ALTURA: 44 MM, LARGURA: 95 MM, PROFUNDIDA-DE: 71 MM, COMPRIMENTO DO CABO: 1,5 M, PESO: 162 G, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: RESOLUÇÃO MÁXIMA: 1080P/30 QPS - 720P/60 QPS, MEGAPIXELS DA CÂMERA: 3, TIPO DE FO-CO: FOCO AUTOMÁTICO, TIPO DE LENTE: VIDRO, MICROFO-NE INTEGRADO: ESTÉREO, ALCANCE DE MICROFONE: ATÉ 1 M, CAMPO DE VISÃO (CDV) DIAGONAL: 78°, ZOOM DIGITAL: 1.2X, CLIPE UNIVERSAL PRONTO PARA TRIPÉS QUE SE AJUS-TA A MONITORES DE LAPTOP OU LCD, INFORMAÇÕES SOBRE GARANTIA: GARANTIA DE HARDWARE DE UM ANO, REQUISI-TOS DE SISTEMA: COMPATÍVEL COM WINDOWS 8 OU SUPE-RIOR, MAC OS x 10.10 OU SUPERIOR, CHROME OS, PORTA USB-A, FUNCIONA C/ PLATAFORMAS POPULARES DE CHAMA-DAS E STREAMING, INCLUINDO OBS (OPEN BROADCASTING SOFTWARE) E XSPLIT BROADCASTER, CONTEÚDO DA CAIXA: 1 WEBCAM C/ CABO USB-A ANEXO DE 1,5 M, DOCUMENTAÇÃO DO USUÁRIO, LICENÇA ESPECIAL DE 3 MESES DO XSPLIT	aerion	UN	5,00	505,70	2.528,50
TOTAL								27.101,05

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 27.101,05 (Vinte e Sete Mil, Cento e Um Reais e Cinco Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 157/2026.
Detentor da Ata: NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 10.820.186/0001-89, sediada à GOIAS, 0 SOBRE LOJA - CEP: 15804010 - BAIRRO: HIGIENÓPOLIS, Catanduva/SP, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) CAROLINA ALICE BRAGIOLA BONESSO, inscrito (a) no CPF sob nº 308.453.328-80, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 007 - Lote 007	1	26675	GARRAFA GARRAFA DE TINTA PARA ECOTANK ORIGINAL COR AMARELA NOVO T544 65ML - T544420 - PARA IMPRESSORAS EPSON ECOTANK.	FASTPRINTER	UN	70,00	9,00	630,00
LOTE: 007 - Lote 007	2	26675	GARRAFA GARRAFA DE TINTA PARA ECOTANK ORIGINAL COR CIANO NOVO T544 65ML - T544220 - PARA IMPRESSORAS EPSON ECOTANK	FASTPRINTER	UN	70,00	9,00	630,00
LOTE: 007 - Lote 007	3	26675	GARRAFA GARRAFA DE TINTA PARA ECOTANK ORIGINAL COR MAGENTA NOVO T544 65ML - T544320 - PARA IMPRESSORAS EPSON ECOTANK.	FASTPRINTER	UN	70,00	9,00	630,00
LOTE: 007 - Lote 007	4	26675	GARRAFA GARRAFA DE TINTA PARA ECOTANK ORIGINAL COR PRETO NOVO T544 65ML - T544120 - PARA IMPRESSORAS EPSON ECOTANK	FASTPRINTER	UN	70,00	9,00	630,00
TOTAL								2.520,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 2.520,00 (Dois Mil, Quinhentos e Vinte Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 158/2026.
Detentor da Ata: VIRTUAL FONE SISTEMAS DE SEGURANCA E COMUNICACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 09.572.117/0001-14, sediada à RUA PARANÁ, 1078, 1078 ESQUINA DA SANEPAR - CEP: 85501061 - BAIRRO: CENTRO, Pato

Branco/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) ANTONIO CARLOS NOVACH, inscrito (a) no CPF sob nº 028.243.899-82, portador (a) da cédula de identidade RG nº 65675420.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 033 - Lote 033	1	23542	SWITCH SWITCH POE 10 PORTAS CONECTOR PLUG MACHO RJ45 SOHO PLUS CAT PADRÕES DE MONTAGENS COMPATÍVEIS: T568A E T568B CONDUTORES ADEQUADOS: SÓLIDOS OU FLEXÍVEIS AMBIENTE: INTERNO - U/UTPCATEGORIA: CAT5E TIPO: RJ455E SWITCH NÃO GERENCIÁVEL POE 10 PORTAS FAST ETHERNET » 8 PORTAS FAST ETHERNET POE + 2 PORTAS UPLINK QUE POSSIBILITAM O CASCATEAMENTO DE DADOS. » PLUG & PLAY: MAIS PRATICIDADE E FACILIDADE NA INSTALAÇÃO. » FUNÇÃO POE EXTENDER QUE POSSIBILITA A ALIMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES IP E TRANSMISSÃO DE DADOS EM LONGO ALCANCE (250 M). CHIPSET IC PLUS IP179N+IP175G DIMENSÕES (L × A × P) 190 X 30 X 100 MM PESO LÍQUIDO: 0,500KG / BRUTO: 1,320KG MATERIAL AÇO LED 1 - POWER VERDE 10 - LINK/ACT VERDE PORTAS PORTAS RJ45 FAST ETHERNET 10/100 MBPS 1 A 10 (PORTAS 9 E 10: UPLINK) PORTAS POE 1 A 8 POE (POWER OVER ETHERNET) PADRÃO IEEE 802.3AF; IEEE 802.3AT PARES DO POE POWER +: PAR 1 E 2 E PAR 4 E 5 POWER - : PAR 3 E 6 E PAR 7 E 8 PORTAS POE 1 A 8 PORTAS COM FUNÇÃO POE EXTENDER 1 A 4 POTÊNCIA TOTAL 53,25 W POTÊNCIA MÁXIMA POR PORTA 30 W CABEAMENTO SUPORTADO 10 BASE-T CABO UTP CATEGORIA 3, 4, 5 (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M 100 BASE-TX CABO UTP CATEGORIA 5, 5E (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M) 1000 BASE-T CABO UTP CATEGORIA 5E, 6 (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M) POE EXTENDER ATÉ 200 METROS COM CAT 5E (100% COBRE) ATÉ 250 METROS COM CAT 6 (100% COBRE) CONSULTE O ITEM RECOMENDAÇÕES NO GUIA DE INSTALAÇÃO PARA MAIORES INFORMAÇÕES ALIMENTAÇÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: 100-240 VAC / 50-60 HZ (BIVOLT AUTOMÁTICO) POTÊNCIA DE CONSUMO (SEM LINK) 12,98 W POTÊNCIA MÁXIMA DE CONSUMO 94,6 W DISPOSIÇÃO DA FONTE EXTERNA 53 VDC 1,22A PROTEÇÃO CONTRA SURTOS 8 KV AMBIENTE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO - 10 ºC A +55 ºC UMIDADE DE OPERAÇÃO 0% A 95% SEM CONDENSAÇÃO EMISSÃO DE SEGURANÇA E OUTROS ANATEL 01842-24-00160 .	CONFORME EDITAL	UN	20,00	646,80	12.936,00
LOTE: 033 - Lote 033	2	23569	SIRENE PARA ALARME SIRENE PARA ALARME SIRENE MAGNÉTICA. EFEITO SONORO COM 1 TOM. BASE MÓVEL PARA FIXAÇÃO. FEITA EM MATERIAL ABS E COM PROTEÇÃO UV DISPONÍVEL NA COR BRANCA E NA COR BRANCA. TIPO DE SIRENE MAGNÉTICA POTÊNCIA SONORA APROXIMADA 115 DB @ 1 M TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 9 ~ 15 VDC CORRENTE DE FUNCIONAMENTO 1 A MATERIAL ABS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO –10 A 50 °C @ 90% DE UMIDADE COMPATIBILIDADE CENTRAIS DE ALARME, ELETRIFICADORES DE CERCA ELÉTRICA E ITENS COM ALIMENTAÇÃO DC NA FAIXA ESPECIFICADA. CORES PRETO/BRANCO FIXAÇÃO ATRAVÉS DE PARAFUSOS/BUCHAS¹ DIMENSÃO DA EMBALAGEM (L × A × P) 88 × 88 × 105 MM PESO 358 GR	CONFORME EDITAL	UN	50,00	47,30	2.365,00
LOTE: 033 - Lote 033	3	25843	CONECTOR CONECTOR FAST CLICK CAMPO REUTILIZAVEL SM SC APCC/NF DISPONÍVEL NO MODELO SC COM POLIMENTO UPC. SISTEMA DE FIXAÇÃO DO CABO ATRAVÉS DE ROSCA, GARANTINDO FIRMEZA E SEGURANÇA. ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E AO IMPACTO. IDEAL PARA USO EM CABOS DROP FLAT DE 3 POR 2 MILÍMETROS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS FIXAÇÃO DO CABO: ROSCA TIPO DE FIBRA: MONOMODO TIPO DE CONECTOR: SC POLIMENTO: UPC COMPATIBILIDADE DE CABO: DROP 2 POR 3 MILÍMETROS PERDA DE INSERÇÃO MÉDIA: MENOR OU IGUAL A 0,2 DECIBÉIS PERDA DE INSERÇÃO MÁXIMA: MENOR OU IGUAL A 0,5 DECIBÉIS PERDA DE RETORNO: MAIOR OU IGUAL A 40 DECIBÉIS REPETIBILIDADE: 5 VEZES TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: MENOS 25 GRAUS CELSIUS A MAIS 85 GRAUS CELSIUS UMIDADE: 95 POR CENTO A 40 GRAUS CELSIUS TEMPO DE MONTAGEM: MENOR OU IGUAL A 2 MINUTOS COMPRIMENTO: 59,3 MILÍMETROS LARGURA: 8,9 MILÍMETROS ALTURA: 7,37 MILÍMETROS FORÇA DE TRAÇÃO: 30	CONFORME EDITAL	UN	200,00	6,10	1.220,00

			NEWTONS					
LOTE: 033 - Lote 033	4	26084	CABO CABO CFTV 4P EXTERNO DUPLA CAPA BLINDADO CAT5 300M MEGATRONESPECIFICAÇÕES:-NÚMERO DE PARES: 4-DIÂMETRO NOMINAL DO CONDUTOR (MM): 0.51-DIÂMETRO NOMINAL DA ISOLAÇÃO (MM): 0.95-ESPESSURA NOMINAL DA 1º CAPA (MM): 0.5-DIÂMETRO NOMINAL DA 1º CAPA (MM): 5-ESPESSURA NOMINAL DA 2º CAPA (MM): 0.5-DIÂMETRO NOMINAL DA 2º CAPA (MM): 6-F/UTP: CABO BLINDADO COM FITA ALUMINIZADA-CAT.5 : TRANSMISSÃO ATÉ 100 MHZ-BLINDAGEM: FITA ALUMINIZADA-DUPLA CAPA: CAPA INTERNA EM MATERIAL RETARDANTE A CHAMA-CAPA EXTERNA COM MATERIAL TERMOPLÁSTICO NA COR PRETA-CMX: CARACTERÍSTICA DE INFLAMABILIDADE, INDICADO PARA APLICAÇÕES EM TUBULAÇÕES METÁLICAS ONDE NÃO EXISTA CONCENTRAÇÃO DE CABOS NEM FLUXO DE AR FORÇADO. COBERTURA: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO A BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70 °) ANTI CHAMA; 1ª CAPA: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO A BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC); 2ª CAPA: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE/ANTI CHAMA COM PROTEÇÃO UV	CONFORME EDITAL	CX	10,00	835,80	8.358,00
LOTE: 033 - Lote 033	5	26084	CABO CABO DE ALARME 4 VIAS 40X40 CONDUTOR INTERNO: FIO DE COBRE ESTANHADO ELETROLÍTICO MOLE (2 PARES) - ISOLAÇÃO INTERNA: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE COLORIDOS - ISOLAÇÃO EXTERNA: PVC 70C ANTI-CHAMA BRANCO	CONFORME EDITAL	M	1.000,00	3,00	3.000,00
LOTE: 033 - Lote 033	6	26084	CABO CABO DE REDE CAT6 U/UTP 4 305 PARES - 305 METROS - APLICAÇÃO: REDES - COR: AZUL COBRE - IMPEDÂNCIA: 100±15% OHMS - REVESTIMENTO: PVC RETARDANTE A CHAMA - CONDUTOR: COBRE - DIÂMETRO: 6MM - TEMPERATURA DE INSTALAÇÃO: 0ºC A 50ºC - TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -20ºC A 80ºC - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -20ºC A 60ºC - DESEQUILÍBRIO RESISTIVO MÁXIMO: 5% - RESISTÊNCIA ELÉTRICA CC MÁXIMA DO CONDUTOR DE 20ºC: 93,8 OHMS/KM - CAPACITÂNCIA MÚTUA 1KHZ MÁXIMO: 56PF/M - DESEQUILÍBRIO CAPACITIVO PAR X TERRA 1KHZ MÁXIMO: 3,3PF/M IMPEDÂNCIA CARACTERÍSTICA: 100±15% OHMS - ATRASO DE PROPAGAÇÃO MÁXIMO: 545NS/100M @ 10MHZ - DIFERENÇA ENTRE O ATRASO DE PROPAGAÇÃO MÁXIMO: 45NS/100M - PROVA DE TENSÃO ELÉTRICA ENTRE CONDUTORES: 2500VDC/3S - VELOCIDADE DE PROPAGAÇÃO NOMINAL: 68%	CONFORME EDITAL	CX	10,00	1.175,50	11.755,00
LOTE: 033 - Lote 033	7	26084	CABO CABO DE REDE PATCH CORD RJ45 CAT6 1,50 MT 100% COBRE ANATEL CINZA CINZA CERTIFICAÇÃO ANATEL PARA COMPONENTE, DE ACORDO COM OS NOVOS REQUISITOS VIGENTES. - CONTATOS DOS CONECTORES COM 50 MICRONPOLEGADAS DE OURO - PRODUZIDO COM CABO FLEXÍVEL CAT.6 U/UTP 24AWG - CAPA INJETADA EM FÁBRICA - FORNECIDO NA COR VERMELHO - CLASSE DE FLAMABILIDADE CMX - EMBALADOS INDIVIDUALMENTE - MONTADO E TESTADO 100% EM FÁBRICA	CONFORME EDITAL	UN	300,00	26,80	8.040,00
LOTE: 033 - Lote 033	8	26084	CABO CABO ÓPTICO DROP FLAT I 2 KM CFOAC-BLI 4830162 LSZH NÚMERO DE FIBRAS 1 FIBRA ÓPTICA TIPO DA FIBRA ITU-T G.657.A2 MATERIAL DE TRAÇÃO 2 CABOS DE AÇO DIMENSÃO COM ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO 2,0 X 5,0 MM ± 0,1 MM DIMENSÃO SEM ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO 2,0 X 3,0 MM ± 0,1 MM DIMENSÃO DO ELEMENTO DE TRAÇÃO Ø 0,4 MM DIMENSÃO DO ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO Ø 1,0 MM METRAGEM (M) 1000 M / 2000 M PESO (KG/KM) 20 KG/KM ELEMENTO DE TRAÇÃO METÁLICO VÃO DE INSTALAÇÃO 80 M TENSÃO (N) LONGA DISTÂNCIA 40/100N CURTA DISTÂNCIA 80/200N COMPRESSÃO (N/100MM) LONGA DISTÂNCIA 500/1000MM CURTA DISTÂNCIA 1000/2200MM RAIO MÍNIMO DE CURVATURA (MM) DINÂMICO 60 MM ESTÁTICO 30 MM FAIXA DE TEMPERATURA - 10°C ~ + 60°C TEMPERATURA DE OPERAÇÃO - 10°C ~ + 60°C ATENUAÇÃO 1310NM = 0,35 DB/KM 1550NM = 0,21 DB/KM	CONFORME EDITAL	UN	5,00	735,50	3.677,50
LOTE: 033 - Lote 033	9	26084	CABO CABO PARA ALARME 6 VIAS 6X50 TELECAM TIPO CCI	CONFORME EDITAL	M	1.000,00	2,50	2.500,00

			PARES: 3 ROLO: 100M COR: BRANCA ALUMINIO COBREADO					
LOTE: 033 - Lote 033	10	26225	CAIXA CAIXA DE INSPEÇÃO PASSAGEM ELÉTRICA COM TAMPA 9 L MATERIAL PLASTICO ABS COR PRETA CAPACIDADE: 9 LITROS 4 ENTRADAS/ SAÍDAS PARA TUBO 100MM (4 POLEGADAS) ACOMPANHAM ANÉIS DE VEDAÇÃO TAMPA FECHADA RESISTENTE FIXADA COM 4 PARAFUSOS APLICAÇÕES:IDEAL PARA PASSAGEM/INSPEÇÃO REDE ELÉTRICA	CONFORME EDITAL	UN	10,00	222,80	2.228,00
LOTE: 033 - Lote 033	11	26225	CAIXA CAIXA DE VBOX 1100 E PASSAGEM CFTV: DIMENSÕES (L X A X P) (A X Ø) 125 X 123 X 60 MM PESO 0,129KG PESO MÁXIMO SUPORTADO - COR BRANCO MATERIAL PLÁSTICO GRAU DE PROTEÇÃO IP66 LOCAL DE INSTALAÇÃO INTERNO E EXTERNO CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO -20 °C A 60 °C UMIDADE RELATIVA DE ARMAZENAMENTO 0% A 90% RH	CONFORME EDITAL	UN	100,00	20,60	2.060,00
LOTE: 033 - Lote 033	12	26225	CAIXA CAIXA MONTAGEM 60X50X30 PAINEL ELÉTRICO QUADRO COMANDO -FABRICADOS EM AÇO CARBONO - TRATAMENTO ANTI CORROSIVO - PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ - CAIXA NA COR BEGE RAL 7032 - PLACA DE MONTAGEM REMOVÍVEL NA COR LARANJA RAL 2003 - PONTO DE ATERRAMENTO NA CAIXA E PORTA - DOBRADIÇAS INVIOLÁVEIS C/ PINO 3/16 ZINCADO - PERFIL AUTO ADESIVO EM EVA P/ VEDAÇÃO 15×10 - FECHO LINGUETA C/ MIOLO FENDA (PLÁSTICO) - GRAU DE PROTEÇÃO IP-54 - SEM FLANGE	CONFORME EDITAL	UN	10,00	655,60	6.556,00
LOTE: 033 - Lote 033	13	26553	BATERIA BATERIA SELADA 12V PARA ALARME CERCA ELETRICA SEGURANÇA BATERIA SELADA 12V 9A DIMENSÕES(CM): 9,4CM X 6,5CM X 15,10CM (ALT.X LARG.X COMP.)	CONFORME EDITAL	UN	60,00	121,30	7.278,00
LOTE: 033 - Lote 033	14	26674	FONTE FONTE EFM1210 ENTRADA TENSÃO NOMINAL 110 ~ 240 VCA VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO 90 ~ 264 VCA CORRENTE MÁXIMA 3 A (COM TENSÃO E CARGAS NOMINAIS) FREQUÊNCIA DE REDE ELÉTRICA 50 OU 60 HZ VARIAÇÃO MÁXIMA NA FREQUÊNCIA DA REDE ELÉTRICA 47 A 63 HZ SAÍDA TENSÃO NOMINAL 12,8 VCC VARIAÇÃO DA TENSÃO 11,5 A 13,8 VCC CORRENTE MÍNIMA: 0 A MÁXIMA: 10 A POTÊNCIA SEM CARGA: 1,2 W MÁXIMO CARGA NOMINAL: 128 W	CONFORME EDITAL	UN	5,00	179,30	896,50
LOTE: 033 - Lote 033	15	26704	CAIXA CAIXA DE MONTAGEM CAIXA DE MONTAGEM 60X50X30 PAINEL ELÉTRICO QUADRO COMANDO - FABRICADOS EM AÇO CARBONO - TRATAMENTO ANTI CORROSIVO - PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ - CAIXA NA COR BEGE RAL 7032 - PLACA DE MONTAGEM REMOVÍVEL NA COR LARANJA RAL 2003 - PONTO DE ATERRAMENTO NA CAIXA E PORTA - DOBRADIÇAS INVIOLÁVEIS C/ PINO 3/16 ZINCADO - PERFIL AUTO ADESIVO EM EVA P/ VEDAÇÃO 15×10 - FECHO LINGUETA C/ MIOLO FENDA (PLÁSTICO) - GRAU DE PROTEÇÃO IP-54 - SEM FLANGE	CONFORME EDITAL	UN	10,00	410,90	4.109,00
LOTE: 033 - Lote 033	16	26705	CENTRAL CENTRAL AMT 2018 E TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO FONTE CHAVEADA FULL RANGE 90 A 265 VAC (AUTOMÁTICO) CONSUMO EM STANDBY (127 V) 1,7071 WH CONSUMO EM STANDBY (220 V) 1,6875 WH CONSUMO EM OPERAÇÃO (127 / 220 V) VARIA DE ACORDO COM O CONSUMO DOS ACESSÓRIOS LIGADOS A SAÍDA AUXILIAR E A SAÍDA DE SIRENE. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -10 A 50 °C, UMIDADE RELATIVA DO AR ATÉ 90% CORRENTE SAÍDA AUXILIAR 1,2 A / 14,5 VDC SUPERVISÃO CONTRA CORTE E CURTO-CIRCUITO NA SIRENE SIM, NECESSÁRIO RESISTOR DE 2K2 ? CORRENTE DE SAÍDA DE SIRENE 1 A COM BATERIA DE GEL SELADA (7 A/H /12 V) 400 MA SEM BATERIA CARREGADOR DE BATERIA CARREGADOR INTELIGENTE NÚMERO DE PGM NA PLACA 2, CHAVEADA NEGATIVO 50 MA / 12 VDC BUFFER DE EVENTOS 256 EVENTOS COM DATA E HORA MEMÓRIA PARA DISPOSITIVO SEM FIO 128 DISPOSITIVOS, NECESSÁRIO XAR 4000 SMART NÚMERO DE DISPOSITIVOS NO BARRAMENTO BUS 4 TECLADOS E 4 RECEPTORES XAR 4000 SMART SUPERVISÃO E PROTEÇÃO DO BARRAMENTO BUS SIM DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE A CENTRAL E OS DISPOSITIVOS BUS 100 M, BITOLA DO CABO 10 X 26 AWG PESO 1068G DIMENSÃO (L X A X P) 95 X 209 X 275 MM	CONFORME EDITAL	UN	50,00	638,00	31.900,00

LOTE: 033 - Lote 033	17	26717	RACK RACK ABERTO TIPO COLUNA OU TORRE 44US C/ 2 GUIAS E 3 BANDEJA PRETO ALTURA: 2 MTS LARGURA COM AS GUIAS LATERAIS: 60 CM PROFUNDIDADE DAS COLUNAS: RACK TIPO TORRE OU COLUNA ABERTO COM GUIAS DE CABO VERTICAL DE 44US, ACOMPANHA 3 BANDEJA DE FIXAÇÃO CENTRAL 40 CM! COLUNA SOLDADAS EM AÇO SAE 1020 1,9MM DE ESP. COM FUROS 9X9MM PARA PORCA GAIOLA. BASE EM AÇO SAE 1020 COM 3,0MM DE ESP. GUIA DE CABO VERTICAL EM AÇO SAE 1020 1,2MM DE ESP. COM TAMPA REMOVÍVEL PINTURA EPÓXI-PÓ TEXTURIZADA	CONFORME EDITAL	UN	4,00	1.331,30	5.325,20
LOTE: 033 - Lote 033	18	27173	ABRAÇADEIRA ABRACADERIA CONDULETE FABRICADO EM PVC: • NÃO PROPAGA CHAMAS (AUTO EXTINGUÍVEL) • BOM ISOLAMENTO ELÉTRICO; • RESISTENTE A REAGENTES QUÍMICOS; • LEVE, FÁCIL NO MANUSEIO E APLICAÇÃO; • ITEM PARA ELETRODUTOS QUE ATENDAM A NORMA ABNT NBR 15465;• RECICLÁVEL.ABRAÇADEIRA GRAMPO CLICK 1 CINZA ELETRODUTO CONDULETE	CONFORME EDITAL	UN	200,00	2,70	540,00
LOTE: 033 - Lote 033	19	27185	FITA FITA ABRAÇADEIRA NYLON 28CM X 4,8MM 200 UNIDADES COR PRETO	CONFORME EDITAL	UN	400,00	31,50	12.600,00
LOTE: 033 - Lote 033	20	28227	CAIXA ORGANIZADORA CAIXA ORGANIZADORA RACK VERTICAL PARA DVR CFTV FURAÇÃO PARA COOLER; - FIXADOR AJUSTÁVEL PARA DVR; - PASSAGEM PARA CABOS; MEDIDAS: -ALTURA: 400MM -LARGURA: 500MM -PROFUNDIDADE: 100MMITENS INCLUSOS: - CAIXA METALICA - CHAVE**	CONFORME EDITAL	UN	50,00	97,10	4.855,00
LOTE: 033 - Lote 033	21	28301	CPU CPU PARA ESTAÇAO DE MONITORAMENTO CONFIGURAÇÃO BÁSICO INTERMEDIÁRIO ALTA PERFORMANCE PROCESSADOR INTEL® CORE™ I7 11700 MEMÓRIA 16 GB PLACA DE VÍDEO INTEL INTEGRADA AO PROCESSADOR NVIDIA RTX 3060 8GB RAM, COM ACELERAÇÃO POR HARDWARE HABILITADA DISCO RÍGIDO SSD RESOLUÇÃO DE TELA 1280 X 720 OU SUPERIOR INTERFACE DE REDE 100/1000BASE-T MBPS (CONEXÃO POR CABO)	CONFORME EDITAL	UN	4,00	7.511,20	30.044,80
LOTE: 033 - Lote 033	22	28304	XPE 3200 XPE 3200 IP FACE CONTROLE DE ACESSO POR RECONHECIMENTO FACIAL COM LEITURA DE ALTA PRECISÃO; CONTROLE DE ACESSO ATRAVÉS DE SENHAS; CONTROLE DE ACESSO ATRAVÉS DE TAGS RFID 13,56MHZ; ALERTA PARA O USO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL; SISTEMA COM ANTI-FAKE; SUPORTE PARA ATÉ 10.000 FACES; ALIMENTAÇÃO POE OU FONTE 12VDC; INTERFACE WIEGAND; FATOR DE PROTEÇÃO IP65; OPÇÃO MULTITECLAS OU TECLA ÚNICA; REDE ETHERNET: : RJ45 10/100BASE-TX, AUTO-MDIX (COMPRIMENTO MÁXIMO DO CABO É DE 100 MTS) PROTOCOLO IPV4 COM ENDEREÇAMENTO ESTÁTICO OU CLIENTE DHCP SINCRONIZAÇÃO DE DATA E HORA AUTOMATICAMENTE PELA INTERNET INTERFACE DE CONFIGURAÇÃO HTTPS (COMPATÍVEL COM GOOGLE® CHROME E FIREFOX® VOIP SIP 2.0 (RFC3261) - 2 CONTAS SIP CODEC: G.711A, G.711U, G.722, G.729 E H264 DTMF: RFC2833 (DTMF-RELAY), SIP INFO, SIP INFO + RF2833 (DTMF-RELAY) SUPORTE A CHAMADAS VIA CLIENTE SIP OU CHAMADAS PONTO A PONTO (IP) SUPORTE A CRIPTOGRAFIA ÁUDIO/VÍDEO ATRAVÉS DE SRTP SUPORTE A VÍDEO CHAMADA.	CONFORME EDITAL	UN	6,00	2.960,70	17.764,20
LOTE: 033 - Lote 033	23	28305	SS3532 MFW SS3532 MFW – CONTROLADOR DE ACESSO COM RECONHECIMENTO FACIAL DETECÇÃO FACIAL COM SISTEMA ANTI-FAKE, QUE IMPOSSIBILITA ACESSO POR FOTO OU VÍDEO EM MEIO FÍSICO OU DIGITAL. ALERTA E/OU BLOQUEIO POR UTILIZAÇÃO DE MÁSCARA TELA LCD SENSÍVEL AO TOQUE (CAPACITIVA) INDICADO A AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS CAPACIDADE PARA 10.000 USUÁRIOS11 CAPACIDADE PARA 20.000 CARTÕES/QR CODES1 (ATÉ 5 POR USUÁRIO) CAPACIDADE PARA 10.000 SENHAS1 (1 POR USUÁRIO) CAPACIDADE PARA 10.000 TEMPLATES FACIAIS1 (ATÉ 2 POR USUÁRIO) DADOS DE USUÁRIOS SALVOS DIRETAMENTE NO CONTROLADOR DE ACESSO CONEXÃO VIA WI-FI OU ETHERNET PRECISÃO DE VERIFICAÇÃO DE FACE > 99,5% BAIXO ÍNDICE DE FALSA REJEIÇÃO TEMPO DE RECONHECIMENTO FACIAL: 0,2 S SUPORTA ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARE VIA DEFENSE IA	CONFORME EDITAL	UN	10,00	1.943,40	19.434,00

LOTE: 033 - Lote 033	24	28306	FS 1011 C/ SENSOR FS 1011 C/ SENSOR MODO FAIL SAFE. SENSOR DE PORTA ABERTA. TEMPORIZADOR DE TRAVAMENTO INTEGRANDO COM CONFIGURAÇÃO 0, 3 OU 6 SEGUNDOS. INSTALAÇÃO EM PORTAS DE MADEIRA OU AÇO COM ESPESSURA ENTRE 35 E 50 MM. COMPATÍVEL COM TODA A LINHA DE CONTROLADORES DE ACESSO INTERFONES E VÍDEO PORTEIROS. MODELO FECHADURA SOLENOIDE FS 1011 C/ SENSOR APLICAÇÃO PORTAS COM ABERTURA PARA DENTRO, FORA, DIREITA OU ESQUERDA AMBIENTE DE INSTALAÇÃO AMBIENTES COBERTOS E PROTEGIDOS DE ÁGUA MODO DE FUNCIONAMENTO FAIL SAFE TEMPORIZADOR 0S, 3S E 6S ALIMENTAÇÃO 12 VDC CORRENTE DE PICO 1 A CORRENTE STANDY BY 110 MA CONSUMO (CONSUMO PICO) 1,32 W (12W) DIMENSÃO DA EMBALAGEM (L × A × P) 253 × 56 × 60 MM PESO 0,800G FORÇA DE CISALHAMENTO 1.200 KGF	CONFORME EDITAL	UN	10,00	477,90	4.779,00
LOTE: 033 - Lote 033	25	28307	FE 20150 FE 20150 ACABAMENTO NA COR PRATA; FACILIDADE DE INSTALAÇÃO; COMPATÍVEL COM CONTROLADORES DE ACESSO; DISPONÍVEL NAS VERSÕES COM E SEM SENSOR DE PORTA ABERTA; COMPATÍVEL COM PORTAS COM ABERTURA PARA DENTRO E PARA FORA DO AMBIENTE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MODELO FE 20150 TENSÃO 12 A 16 VDC CORRENTE DE OPERAÇÃO 400 MA POTÊNCIA 4,8 W DIMENSÕES (L × A × P) 145 × 47 × 28 MM TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 °C ~ 60 °C	CONFORME EDITAL	UN	10,00	415,50	4.155,00
LOTE: 033 - Lote 033	26	28308	KIT MOTOR KIT MOTOR PORTÃO ELETRÔNICO DESLIZANTE GRAND KDZ 1/2HP MOTOR ELETRONICO 1500 GRAND KDZ ½ HP FREQUÊNCIA: 50 HZ/60 HZ, ADEQUADO PARA PORTÃO DESLIZANTE COM KIT DE CORRENTE E SUPORTE INCLUSO 12 METROS , MOTOR MONOFÁSICO, QUANTIDADE DE CICLOS POR HORA: 60. TEMPO DE ABERTURA: 14S. SUPORTA ATÉ 1000KG. PESO MÁXIMO POR FOLHA: 1000KG. DISTÂNCIA DE ABERTURA DE 12M	CONFORME EDITAL	UN	5,00	1.125,90	5.629,50
LOTE: 033 - Lote 033	27	28309	CONDUITE ELETRODUTO CONDUITE 3/4 POL ELETRODUTO DE SOBREPOR CINZA PVC MODELO: DE SOBREPOR 3/4 MATERIAL: PVC ANTI-CHAMAS; DIÂMETRO DO TUBO: ¾ COMPRIMENTO: 2 METROS DIÂMETRO INTERNO: 30MM DIÂMETRO EXTERNO: 33MM	CONFORME EDITAL	UN	50,00	33,50	1.675,00
LOTE: 033 - Lote 033	28	28309	CONDUITE ELETRODUTO CONDUITE ELETRODUTO 1 POLEGADA EXTRA REFORÇADO FICHA TÉCNICA: DIÂMETRO INTERNO: 19,05MM DIÂMETRO EXTERNO: 25MM DN: 25MM DIMENSÕES: (ALTURA: 16CM / LARGURA: 39CM / COMPRIMENTO: 39CM) CUMPRIMENTO: 50 METROS MATERIAL: PEAD COR: PRETO POLEGADA: 1 FIO GUIA: SIM, EM TODA EXTENSÃO COM SOBRA DE 1 METRO EM CADA PONTA	CONFORME EDITAL	MTS	200,00	164,70	32.940,00
LOTE: 033 - Lote 033	29	28310	ACIONADOR WIFI ACIONADOR WI-FI SMART IGD 110 ALIMENTAÇÃO 100 – 240 VAC 50 HZ/60 HZ WI-FI IEEE 802.11B/G/N 2,4 GHZ SISTEMAS IOS/ANDROID TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5 A 70 °C CERTIFICAÇÃO ANATEL DIMENSÕES (L × A × P) 88 × 39 × 20 MM	CONFORME EDITAL	UN	10,00	295,60	2.956,00
LOTE: 033 - Lote 033	30	28312	IHMDX IMHDX 3108 PROCESSADOR PRINCIPAL INTEGRADO DE ALTA PERFORMANCE SISTEMA OPERACIONAL LINUX® EMBARCADO ENTRADAS DE VÍDEO QUANTIDADE DE CANAIS 8 CANAIS BNC + 4 CANAIS IP OU 12 CANAIS IP NO MODO NVR¹ PROTOCOLOS SUPORTADOS INTELBRAS -1 E ONVIF PERFIL S INTELBRAS MULTI HD® COMPATIBILIDADE² ANALÓGICA NTSC / PAL HDCVI 5MP / 4MP / 1080P / 720P HDTVI 5MP / 4MP / 1080P / 720P AHD 5MP / 4MP / 1080P / 720P IP 6MP/ 5MP / 4MP / 3MP / 1080P / 720P COMPRESSÃO DE VÍDEO H.265+, H.265, H.264+, H.264H, H.264, H.264B ÁUDIO SUPORTE A CÂMERAS COM ÁUDIO TODOS OS CANAIS BNC OU TODOS OS CANAIS IP SÃO COMPATÍVEIS COM CÂMERAS QUE POSSUEM MICROFONES EMBUTIDOS OU ENTRADAS DE ÁUDIO. ENTRADA DE ÁUDIO 1 ENTRADA COM CONECTOR DO TIPO RCA (15K O) SAÍDA DE ÁUDIO 1 SAÍDA COM CONECTOR DO TIPO RCA (15K O) ÁUDIO BIDIRECIONAL DISPONÍVEL NA ENTRADA DE ÁUDIO 1 COMPRESSÃO DE ÁUDIO SUPORTADO G.711A, G.711MU, PCM, AAC SAÍDA DE VÍDEO SAÍDA DE VÍDEO 1 HDMI, 1	CONFORME EDITAL	UN	10,00	1.001,00	10.010,00

			VGA E 1 SAÍDA ANALÓGICA BNC RESOLUÇÕES DE SAÍDA HDMI 1920×1080, 1280×1024, 1280×720 RESOLUÇÃO DE SAÍDA VGA 1920×1080, 1280×1024, 1280×720 RESOLUÇÃO DE SAÍDA BNC 800×600 MOSAICO DA TELA MODO ANALÓGICO 1/4/8/9 MODO BNC + IP 1/4/8/9/16 MÁSCARA DE PRIVACIDADE 4 ZONAS CONFIGURÁVEIS POR CANAL. INFORMAÇÕES EM TELA NOME DO CANAL, HORA, PERDA DE VÍDEO, BLOQUEIO DE CÂMERA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, GRAVAÇÃO SUPORTE À PLANIFICAÇÃO (CÂMERA FISHEYER) SIM, NA INTERFACE WEB COM PLUG-IN. IMHDX 3108 GRAVAÇÃO BIT RATE³ 4 MBPS (HDCVI, HDTVI, AHD, IP) / 2 MBPS POR CANAL ANALÓGICO (CVBS) MODO DE GRAVAÇÃO MANUAL, CONTÍNUA COM CONDIÇÃO DE SOBRESCREVER, AGENDADA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, DETECÇÃO INTELIGENTE DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO DE CÂMERA, PERDA DE VÍDEO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO, ALARME E POS. CONFIGURAÇÃO DE DURAÇÃO / PRÉ-GRAVAÇÃO / PÓS-GRAVAÇÃO 1~60MIN (PADRÃO: 30 MIN.), PRÉ-GRAVAÇÃO: 1~10SEG, PÓS-ALARME: 1~300SEG.				
LOTE: 033 - Lote 033	31	28312	IHMDX IMHDX 3116 SISTEMA PROCESSADOR PRINCIPAL PROCESSADOR EMBARCADO SISTEMA OPERACIONAL LINUX® EMBARCADO VÍDEO ENTRADAS 16 CANAIS BNC + 8 CANAIS IP OU 24 CANAIS IP NO MODO NVR¹ 32 CANAIS BNC OU 32 CANAIS IP NO MODO NVR¹ INTELBRAS.COM.BR INTELBRAS MULTI HD® COMPATIBILIDADE² ANALÓGICA NTSC / PAL HDCVI 5 MP / 4 MP / 1080P / 720P HDTVI 5 MP / 4 MP / 1080P / 720P AHD 5 MP / 4 MP / 3 MP / 1080P / 720P IP 6 MP / 5 MP / 4 MP / 3 MP / 1080P / 720P ÁUDIO ÁUDIO NO PROTOCOLO HDCVI TODOS OS CANAIS BNC CONFIGURADOS NO PROTOCOLO HDCVI SÃO COMPATÍVEIS COM CÂMERAS QUE POSSUEM MICROFONES EMBUTIDOS OU ENTRADAS DE ÁUDIO. CONSULTE O MANUAL PARA MAIS INFORMAÇÕES. ENTRADA DE ÁUDIO 1 CANAL COM CONECTOR DO TIPO RCA (15K O) SAÍDA DE ÁUDIO 1 CANAL COM CONECTOR DO TIPO RCA (15K O) ÁUDIO BIDIRECIONAL DISPONÍVEL NO CANAL 1 DISPLAY SAÍDA DE VÍDEO (MONITORES) 1 HDMI, 1 VGA E 1 SAÍDA ANALÓGICA BNC RESOLUÇÕES DE SAÍDA (EM PIXELS) 3840×2160 (HDMI)³, 1920×1080, 1280×1024, 1280×720 (HDMI / VGA), 800×600 (BNC) DIVISÃO DO MOSAICO DA TELA 1/4/8/9/16 1/4/8/9/16/25/36 MÁSCARA DE PRIVACIDADE 4 ZONAS CONFIGURÁVEIS POR CANAL . INFORMAÇÕES EM TELA NOME DO CANAL, HORA, PERDA DE VÍDEO, BLOQUEIO DE CÂMERA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, GRAVAÇÃO GRAVAÇÃO COMPRESSÃO DE VÍDEO/ÁUDIO H.265+, H.265, H.264+, H.264H, H.264 / G.711U, G.711A, PCM, AAC , BIT RATE 6 MBPS (HDCVI, AHD, HDTVI, IP) / 3 MBPS PARA CANAL ANALÓGICO (CVBS) MODO DE GRAVAÇÃO MANUAL, CONTÍNUA COM CONDIÇÃO DE SOBRESCREVER, AGENDADA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO DE CÂMERA, PERDA DE VÍDEO, ALARME E INTELIGÊNCIA DE VÍDEO	CONFORME EDITAL	UN	20,00	2.179,60	43.592,00
LOTE: 033 - Lote 033	32	28313	VIP 3830 VIP 3830 IA » RESOLUÇÃO 8 MP » LENTE DE 3.6 MM » CARTÃO MICRO SD » PROTEÇÃO IP67 » INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SENSOR DE IMAGEM 8 MEGAPIXELS 1/2.7" CMOS ROM 128MB RAM 256MB SISTEMA DE ESCANEAMENTO PROGRESSIVO OBTURADOR ELETRÔNICO AUTOMÁTICO / MANUAL (1/3S ~ 1/100.000S) PIXELS EFETIVOS 3840 (H) X 2160 (V) SENSIBILIDADE 0.009 LUX /F2.0 (COLORIDO, 30 IRE) 0.0009 LUX /F2.0 (P&B, 30 IRE) 0 LUX (P&B, IR LIGADO) RELAÇÃO SINAL-RUÍDO >56 DB, INTELIGÊNCIA PERIMETRAL LINHA VIRTUAL, CERCA VIRTUAL (CLASSIFICAÇÃO DE HUMANOS E VEÍCULOS)	CONFORME EDITAL	UN	10,00	1.548,00	15.480,00
LOTE: 033 - Lote 033	33	28314	VHD VHD DOME 3220 FULL COLOR + ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SENSOR 1/2.8" CMOS SONY STARVIS PIXELS EFETIVOS 1920 (H) X 1080 (V) LINHAS HORIZONTAIS 1920H RESOLUÇÃO REAL FULL HD: 1080P LENTE 2.8 MM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL 112° ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL 60° ALCANCE LED 20M LED INTELIGENTE SIM QUANTIDADE DE LEDS 1 FORMATO DO VÍDEO NTSC / PAL PROTOCOLOS DE VÍDEO HDCVI / AHD-H / HDTVI (V2.0) ANALÓGICO (CVBS MUDANÇA DE PROTOCOLO MENU OSD / VHD CONTROL* RELAÇÃO SINAL-RUÍDO =65 DB SENSIBILIDADE 0,005LUX/F1.4 0 LUX LED ON VELOCIDADE DO OBTURADOR 1/30 A 1/100000S SINCRONISMO INTERNO ÍRIS ELETRÔNICA DAY & NIGHT AUTOMÁTICO (AJUSTÁVEL), COLORIDO.	CONFORME EDITAL	UN	50,00	289,70	14.485,00

LOTE: 033 - Lote 033	34	28314	VHD VHD 3200 MINI SD ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SENSOR 2 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS 1920 (H) X 1080 (V) LINHAS HORIZONTAIS 1920H RESOLUÇÃO REAL FULL HD: 1080 P LENTE 2.8 MM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL 102° ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL 60° ZOOM DIGITAL - IR INTELIGENTE SIM ALCANCE IR E LUZ 40 M COMPRIMENTO DE ONDA LED IR 850NM QUANTIDADE DE LEDS 4 LEDS IR, 4 LEDS LUZ VISÍVEL PRÉ-POSIÇÕES – PRESETS 80 MUDANÇA DE PROTOCOLO MENU OSD / VHD CONTROL* RELAÇÃO SINAL-RUÍDO =65 DB SENSIBILIDADE 0.01 LUX / F2.0, (FULL COLOR, 30 IRE) 0.001LUX / F2.0 (P/B, 30 IRE) 0 LUX (ILUMINAÇÃO ON) VELOCIDADE DO OBTURADOR NTSC: 1/30 ~ 1/100.000S PAL: 1/2 ~1/100.000 S SINCRONISMO INTERNO ÍRIS FIXA DAY & NIGHT AUTOMÁTICO (AJUSTÁVEL), COLORIDO, P&B TROCA AUTOMÁTICA DO FILTRO (ICR) SIM	CONFORME EDITAL	UN	40,00	509,60	20.384,00
LOTE: 033 - Lote 033	35	28314	VHD VHD 3220 MINI D BLACK SENSOR 1/2.7" 2 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS 1920 (H) X 1080 (V) LINHAS HORIZONTAIS 1920H RESOLUÇÃO REAL 1080 P LENTE 2.8 MM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL 107° ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL 59° IR INTELIGENTE SIM ALCANCE IR 20 M IR INTELIGENTE SIM COMPRIMENTO DE ONDA LED IR 850NM QUANTIDADE DE LEDS 1 FORMATO DO VÍDEO NTSC PROTOCOLOS DE VÍDEO HDCVI / AHD-H / HDTVI (V2.0) ANALÓGICO (CVBS) MUDANÇA DE PROTOCOLO MENU OSD OU VHD CONTROL IDIOMAS DO MENU OSD PORTUGUÊS / INGLÊS / ESPANHOL MÁSCARA DE PRIVACIDADE ON / OFF (8 ÁREAS PROGRAMÁVEIS) REDUÇÃO DIGITAL DE RUÍDO (DNR) 2D - AJUSTÁVEL ÁUDIO ÁUDIO EMBUTIDO (SOMENTE PROTOCOLO HDCVI, ÁREA DE 75M²)	CONFORME EDITAL	UN	20,00	388,30	7.766,00
LOTE: 033 - Lote 033	36	28314	VHD VHD B 1220 FULL COLOR + ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SENSOR 1/3" 2 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS 1920 (H) X 1080 (V) LINHAS HORIZONTAIS 1920H RESOLUÇÃO REAL FULL HD: 1080 P LENTE 2.8 MM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL 110° ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL 62° IR INTELIGENTE SIM ALCANCE IR E LUZ 20 M COMPRIMENTO DE ONDA LED IR 850NM QUANTIDADE DE LEDS 2 FORMATO DO VÍDEO NTSC MUDANÇA DE PROTOCOLO MENU OSD / VHD CONTROL* / TESTER 3000 MT RELAÇÃO SINAL-RUÍDO =65 DB SENSIBILIDADE 0.02 LUX / F1.6 (COLOR) 0.002 LUX / F1.6 (B/W) 0 LUX IR ON VELOCIDADE DO OBTURADOR NTSC: 1/30 ~ 1/100.000S SINCRONISMO INTERNO ÍRIS ELETRÔNICA DAY & NIGHT AUTOMÁTICO (AJUSTÁVEL), COLORIDO, P&B TROCA AUTOMÁTICA DO FILTRO (ICR) SIM	CONFORME EDITAL	UN	60,00	223,30	13.398,00
LOTE: 033 - Lote 033	37	28314	VHD VHD DOME 1220 FULL COLOR + SENSOR 1/3" 2 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS 1920 (H) X 1080 (V) LINHAS HORIZONTAIS 1920H RESOLUÇÃO REAL FULL HD: 1080 P LENTE 2.8 MM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL 110° ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL 62° IR INTELIGENTE SIM ALCANCE IR E LUZ 20 M COMPRIMENTO DE ONDA LED IR 850NM QUANTIDADE DE LEDS 2 FORMATO DO VÍDEO NTSC MUDANÇA DE PROTOCOLO MENU OSD / VHD CONTROL* / TESTER 3000 MT RELAÇÃO SINAL-RUÍDO =65 DB SENSIBILIDADE 0.02 LUX / F1.6 (COLOR) 0.002 LUX / F1.6 (B/W) 0 LUX IR ON VELOCIDADE DO OBTURADOR NTSC: 1/30 ~ 1/100.000S SINCRONISMO INTERNO ÍRIS ELETRÔNICA DAY & NIGHT AUTOMÁTICO (AJUSTÁVEL), COLORIDO, P&B TROCA AUTOMÁTICA DO FILTRO (ICR) SIM	CONFORME EDITAL	UN	50,00	228,10	11.405,00
LOTE: 033 - Lote 033	38	28315	VIP VIP 1430 D FC + SENSOR DE IMAGEM 4 MEGAPIXELS 1/2.9" CMOS OBTURADOR ELETRÔNICO AUTOMÁTICO | MANUAL (1/3S ~ 1/100,000S) RESOLUÇÃO MÁXIMA 2560 (H) × 1440 (V) SENSIBILIDADE 0.006 LUX /F1.6 (COLORIDO, 30 IRE) 0.0006 LUX /F1.6 (P&B, 30 IRE) 0 LUX (IR LIGADO) RELAÇÃO SINAL-RUÍDO >56 DB DISTÂNCIA MÁXIMA DO INFRAVERMELHO 30 METROS DISTÂNCIA MÁXIMA DO FULL COLOR 20 METROS 15 METROS ALCANCE DE PAN/TILT/ROTAÇÃO PAN: 0º A 360º TILT: 0º A 90º ROTAÇÃO: 0º A 360º PAN: 0º A 360º TILT: 0º A 78º ROTAÇÃO: 0º A 360º INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DETECÇÃO DE PESSOAS ² SIM ANÁLISES DE VÍDEO DETECÇÃO DE MOVIMENTO ³ ATÉ 4 ÁREAS DETECÇÃO DE MOVIMENTO INTELIGENTE SIM, APENAS PARA HUMANOS DETECÇÃO DE ÁUDIO SIM ANORMALIDADE SEM REDE, ACESSO ILEGAL E ALERTA DE SEGURANÇA MÁSCARA DE VÍDEO ATÉ 4 ÁREAS ÁREA DE INTERESSE ATÉ 4 ÁREAS	CONFORME EDITAL	UN	20,00	701,10	14.022,00
LOTE: 033 - Lote 033	39	28315	VIP VIP 3230 D FC =AP IA CÂMERA SENSOR DE IMAGEM 1/2.8" 2 MP	CONFORME EDITAL	UN	10,00	983,30	9.833,00

			PROGRESSIVE CMOS OBTURADOR ELETRÔNICO AUTOMÁTICO / MANUAL (1/3S ~ 1/100000S) RAM/ROM 128 / 128 MB RELAÇÃO SINAL-RUÍDO >56 DB SENSIBILIDADE 0.0017 LUX@F1.0 (COLORIDO) 0.0002 LUX@F1.0 (PRETO E BRANCO) 0 LUX (IR LIGADO) TIPO DE LENTE FIXA DISTÂNCIA FOCAL 2.8 MM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 106,1° 7 VERTICAL: 56,4° 7 DIAGONAL: 128,5° DISTÂNCIA DE FOCO PRÓXIMO 0,9 M INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DETECÇÃO DE MOVIMENTO INTELIGENTE HUMANOS E VEÍCULOS INTELIGÊNCIA PERIMETRAL LINHA VIRTUAL E CERCA VIRTUAL (CLASSIFICAÇÃO DE HUMANOS E VEÍCULOS) SMD SIM ANÁLISE DE VÍDEO DETECÇÃO DE MOVIMENTO ATÉ 4 ÁREAS REGIÃO DE INTERESSE ATÉ 4 ÁREAS MÁSCARA DE VÍDEO ATÉ 4 ÁREAS					
LOTE: 033 Lote 033	40	28315	VIP VIP 3430 SC IA FT SENSOR DE IMAGEM 1/1.8” 4 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS (H X V) 2688 X 1520 MEMÓRIA ROM/RAM 128 MB / 256 MB SISTEMA DE VARREDURA PROGRESSIVO VELOCIDADE DO OBTURADOR AUTO/MANUAL 1/3 S ~1/100 000 S SENSIBILIDADE 0.0005 LUX@F1.0 DISTÂNCIA DO LED (FULL COLOR) 50 M QUANTIDADE DE LEDS 4 (LED BRANCO) RELAÇÃO SINAL-RUÍDO >56 DB TIPO DE LENTE LENTE FIXA DISTÂNCIA FOCAL 3.6 MM ABERTURA MÁXIMA F1.0 ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 94º VERTICAL: 50° DIAGONAL: 113° CONTROLE DO FOCO AUTOMÁTICO / MANUAL / SEMIAUTOMÁTICO ZOOM DIGITAL 16X DORI – DISTÂNCIA EFETIVA DETECTAR: 70.3 M OBSERVAR: 28.1 M RECONHECER: 14.1 M IDENTIFICAR: 7.0 M ANÁLISE INTELIGENTE DE VÍDEO DETECÇÃO DE MOVIMENTO SIM (4 ÁREAS, RETANGULAR) REGIÃO DE INTERESSE SIM (4 ÁREAS) INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PROTEÇÃO PERIMETRAL CRUZAMENTO DE LINHA E ÁREA DE INTRUSÃO. DETECÇÃO INTELIGENTE SUPORTA DETECÇÃO DE PESSOAS, VEÍCULOS E MOTOCICLETAS	CONFORME EDITAL	UN	20,00	1.590,30	31.806,00
LOTE: 033 Lote 033	41	28315	VIP VIP 5425 DUAL IA FT SENSOR DE IMAGEM 1/2.8” 4 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS (H X V) 2560 X 1440 MEMÓRIA RAM/ROM 1 GB / 4 GB SISTEMA DE VARREDURA PROGRESSIVO VELOCIDADE DO OBTURADOR 1/3S ~1/100000S SENSIBILIDADE 0.001 LUX/F1.0 (COLORIDO) 0.0005 LUX/F1.0 (PRETO E BRANCO) 0 LUX (PRETO E BRANCO COM IR LIGADO) DISTÂNCIA MÁXIMA DO INFRAVERMELHO 30 M DISTÂNCIA DO LED (FULL COLOR) 30 M QUANTIDADE DE LEDS 2 (IR) + 2 (LED DE LUZ BRANCA) RELAÇÃO SINAL-RUÍDO =55 DB TIPO DE LENTE FIXA DISTÂNCIA FOCAL 2.8 MM ABERTURA MÁXIMA F1.0 ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 101º VERTICAL: 53º DISTÂNCIA DE FOCO PRÓXIMO 0,2 M CONTROLE DO FOCO AUTOMÁTICO / SEMIAUTOMÁTICO / MANUAL CONTROLE DE IRIS AUTOMÁTICO / MANUALSENSOR DE IMAGEM 1/2.8” 4 MEGAPIXELS CMOS PIXELS EFETIVOS (H X V) 2560 X 1440 MEMÓRIA RAM/ROM 1 GB / 4 GB SISTEMA DE VARREDURA PROGRESSIVO VELOCIDADE DO OBTURADOR 1S~1/30000S SENSIBILIDADE 0.005 LUX/F1.6 (COLORIDO) 0.0005 LUX/F1.6 (PRETO E BRANCO) 0 LUX (PRETO E BRANCO COM IR LIGADO) DISTÂNCIA MÁXIMA DO INFRAVERMELHO 100 M DISTÂNCIA DO LED (FULL COLOR) 50 M QUANTIDADE DE LEDS 2 (IR) + 2 (LED DE LUZ BRANCA / IR) RELAÇÃO SINAL-RUÍDO = 55 DB INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NTELIGÊNCIA PERIMETRAL LINHA VIRTUAL, CERCA VIRTUAL, MOVIMENTAÇÃO RÁPIDA, DETECÇÃO DE ESTACIONAMENTO, AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS, ATITUDE SUSPEITA AUTO TRACKING (RASTREIO AUTOMÁTICO) SIM SMART TRACKING SIM CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO ALVO (HUMANO/VEÍCULO) DETECÇÃO DE HUMANO/VEÍCULO NAS LINHAS VIRTUAIS, CERCAS VIRTUAIS E DETECÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO RÁPIDAS, DETECÇÃO DE MOVIMENTO INTELIGENTE DETECÇÃO INTELIGENTE DE OBJETOS OBJETO ABANDONADO INTELIGENTE; OBJETO RETIRADO INTELIGENTE	CONFORME EDITAL	UN	10,00	11.872,00	118.720,00
LOTE: 033 Lote 033	42	28315	VIP VIP 7245 SD SENSOR DE IMAGEM 1/2.8” STARVIS™ CMOS PIXELS EFETIVOS (H × V) 1920 × 1080 MEMÓRIA RAM/ROM 512 MB / 128 MB SISTEMA DE VARREDURA PROGRESSIVO OBTURADOR AUTOMÁTICO OU MANUAL VELOCIDADE DO OBTURADOR 1/1~1/30000S SENSIBILIDADE MODO COLORIDO (1/3S, F2.2, 30IRE) 0.005 LUX MODO PRETO E BRANCO (1/30S, F2.2, 30IRE) 0.02 LUX MODO PRETO E BRANCO (F2.2, INFRAVERMELHO LIGADO) 0 LUX RELAÇÃO SINAL-RUÍDO >50 DB DISTÂNCIA MÁXIMA DO	CONFORME EDITAL	UN	10,00	13.160,60	131.606,00

			INFRAVERMELHO 250 METROS QUANTIDADE DE LEDS DO IR 6 TIPO DE LENTE MOTORIZADA COM AUTOÍRIS MONTAGEM DA LENTE MONTADA EM PLACA DISTÂNCIA FOCAL 3.95~177.7 MM ABERTURA MÁXIMA F1.6 A F4.95 ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 70.3°~1.8° ZOOM ÓPTICO 45× CONTROLE DO FOCO AUTOMÁTICO OU MANUAL. INTELIGÊNCIA DE VÍDEO LINHA VIRTUAL E CERCA VIRTUAL, MUDANÇA DE CENA, ABANDONO OU RETIRADA DE OBJETO FUNÇÃO AVANÇADA DETECÇÃO DE FACE E MAPA DE CALOR AUTOTRACKING SIM					
LOTE: 033 - Lote 033	43	28315	VIP VIP 94180 LPR IA FT CÂMERA SENSOR DE IMAGEM 1/1.8" 4 MP CMOS PIXELS EFETIVOS (H X V) 2688 X 1520 SENSIBILIDADE 0.001 LUX /F1.4 (COLORIDO) 0.0001 LUX /F1.4 (P&B) 0 LUX (P&B, IR LIGADO) SISTEMA DE VARREDURA PROGRESSIVO OBTURADOR ELETRÔNICO (TEMPO DE EXPOSIÇÃO) AUTOMÁTICO / MANUAL VELOCIDADE DO OBTURADOR 1/50S ~1/100000S RELAÇÃO SINAL RUÍDO >56 DB TIPO DE LENTE VARIFOCAL MOTORIZADA CONTROLE DE ZOOM MANUAL / AUTOMÁTICO CONTROLE DE FOCO MANUAL / AUTOMÁTICO DISTÂNCIA FOCAL DE 10MM ATÉ 50MM ILUMINAÇÃO MÍNIMA 0,0001 LUX DISTÂNCIA MÁXIMA DO INFRAVERMELHO2 30 METROS QUANTIDADE DE LEDS 4 COMPRIMENTO DE ONDA DA LUZ IR 850NM IR INTELIGENTE SIM ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: DE 9.4º ATÉ 40.8º VERTICAL: DE 5.4º ATÉ 22.9º DIAGONAL: DE 10.7º ATÉ 46.9º INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EMBARCADA3 LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS (LPR) SIM, ATÉ 4 PISTAS 4 VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 200 KM/H TAXA DE CAPTURA DE PLACA DIA: MAIOR OU IGUAL 97% NOITE: MAIOR OU IGUAL 97% TAXA DE LEITURA CORRETA DE PLACA DIA: MAIOR OU IGUAL 97% NOITE: MAIOR OU IGUAL 97% MODO DE DETECÇÃO VÍDEO (DETECÇÃO DE VEÍCULOS EM MOVIMENTO PARA CAPTURA DE PLACA) SUPORTE AO PADRÃO DE PLACAS ANTIGO SIM SUPORTE AO PADRÃO DE PLACA MERCOSUL SIM SUPORTE A CAPTURA DE PLACA DE MOTOCICLETA SIM SUPORTE A CAPTURA DE BICICLETA SIM INFORMAÇÕES ARMAZENADAS HORÁRIO, DATA, LOCALIZAÇÃO, REGIÃO, PISTA (NÚMERO E DIREÇÃO), PLACA (NÚMERO E COR), VELOCIDADE (ESTIMADA), COR DO VEÍCULO (BRANCO, PRETO, ROSA, VERMELHO, AMARELO, LARANJA, AZUL, VERDE, CINZA, PRATA, ROXO E MARROM), MARCA DO VEÍCULO, NOME DO DISPOSITIVO, TIPO DO VEÍCULO TIPOS DE VEÍCULOS DETECTADOS FRENTE DO VEÍCULO: SUV, ÔNIBUS GRANDE, SEDÃ, CAMINHÃO, LEVE, PICAPE, CAMINHÃO PESADO, CAMINHÃO MÉDIO, VAN, ÔNIBUS MÉDIO, MPV TRASEIRA DO VEÍCULO: SUV, ÔNIBUS, GRANDE, SEDÃ, CAMINHÃO LEVE, PICAPE, CAMINHÃO PESADO, CAMINHÃO MÉDIO, VAN VIOLAÇÕES DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA SEM CAPACETE, VEÍCULO COM ALTA VELOCIDADE, VEÍCULO COM BAIXA VELOCIDADE, ALTERAÇÃO DE FAIXA EM LOCAL PROIBIDO E VEÍCULO NA DIREÇÃO CONTRÁRIA, DETECÇÃO DE CONGESTIONAMENTO E VEÍCULO PARADO NA RODOVIA, SOBRECARGA DE PASSAGEIROS SUPORTE A INFORMAÇÕES ARMAZENADAS EM OSD SIM SUPORTE AUTOMÁTICO A LINHAS SIM RELATÓRIO COM ESTATÍSTICAS (PISTA E PERÍODO) DE FLUXO DE VEÍCULO, VELOCIDADE (ESTIMADA), TIPO DE VEÍCULO, PLACA, COR DO VEÍCULO, MARCA E NOME DO DISPOSITIVO SIM SUPORTE A RELATÓRIO DE LEITURA DE PLACAS E VIOLAÇÕES DE TRÂNSITO SIM CONTROLE DE BARREIRA (ABRIR E FECHAR CANCELAS) NÃO POSSUI	CONFORME EDITAL	UN	8,00	13.450,60	107.604,80
LOTE: 033 - Lote 033	44	28316	EFM EFM 1205 G2 FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 5 A TENSÃO NOMINAL 100 ~ 240 VAC VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO 90 ~ 264 VAC CORRENTE MÁXIMA 1,5 A (COM TENSÃO E CARGAS NOMINAIS) FREQUÊNCIA DE REDE ELÉTRICA 50 OU 60 HZ VARIAÇÃO MÁXIMA NA FREQUÊNCIA DA REDE ELÉTRICA 47 A 63 HZ TENSÃO NOMINAL 12,8 VDC VARIAÇÃO DA TENSÃO 11,5 A 13,8 VDC CORRENTE MÍNIMA: 0 A MÁXIMA: 5 A POTÊNCIA SEM CARGA: 1 W MÁXIMO CARGA NOMINAL: 64 W	CONFORME EDITAL	UN	30,00	108,00	3.240,00
LOTE: 033 - Lote 033	45	28316	EFM EFM 1210 G2 FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 10 A TENSÃO NOMINAL 100 ~ 240 VAC VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO 90 ~ 264 VAC CORRENTE MÁXIMA 3 A (COM TENSÃO E CARGAS NOMINAIS) FREQUÊNCIA DE REDE ELÉTRICA 50 OU 60 HZ VARIAÇÃO MÁXIMA NA FREQUÊNCIA DA REDE ELÉTRICA 47 A 63 HZ TENSÃO NOMINAL 12,8	CONFORME EDITAL	UN	25,00	152,20	3.805,00

			VDC VARIAÇÃO DA TENSÃO 11,5 A 13,8 VDC CORRENTE MÍNIMA: 0 A MÁXIMA: 10 A POTÊNCIA SEM CARGA: 1 W MÁXIMO CARGA NOMINAL: 128 W					
LOTE: 033 - Lote 033	46	28317	DISCO RIGIDO DISCO RIGIDO VIGILANCIA WD PURPLE 2 TB CAPACIDADE ,2 TB,FORMATO 3.5-INCH CONECTOR SATA INTERFACE SATA TAXA DE TRANSFERÊNCIA UP TO 175MB/S DISK SPEED (RPM) RECORDING TECHNOLOGY CMR CACHE SIZE 256MB WARRANTY GARANTIA LIMITADA DE 3 ANOS DIMENSÕES (L X W X H) 5.79" X 4" X 1.03" PESO 450GMS NÚMERO DO MODELO WD23PURZ TEMPERATURA OPERACIONAL 0°C TO 65°C NON-OPERATING TEMPERATURE -40°C TO 70°C CERTIFICAÇÕES BSMI, ICES-003/NMB-003, CE, FCC, KC, MAGHREB, RCM, UKCA, VCCI, CB-SCHEME, TUV, UL	CONFORME EDITAL	UN	10,00	1.124,00	11.240,00
LOTE: 033 - Lote 033	47	28317	DISCO RIGIDO DISCO RIGIDO VIGILANCIA WD PURPLE 4 TB CAPACIDADE 4 TB FORMATO 3.5-INCH CONECTOR SATA INTERFACE SATA TAXA DE TRANSFERÊNCIA UP TO 175MB/S DISK SPEED (RPM) RECORDING TECHNOLOGY CMR CACHE SIZE 256MB WARRANTY GARANTIA LIMITADA DE 3 ANOS DIMENSÕES (L X W X H) 5.79" X 4" X 1.03" PESO 570GMS NÚMERO DO MODELO WD43PURZ TEMPERATURA OPERACIONAL 0°C TO 65°C NON-OPERATING TEMPERATURE -40°C TO 70°C CERTIFICAÇÕES BSMI, ICES-003/NMB-003, CE, FCC, KC, MAGHREB, RCM, UKCA, VCCI, CB-SCHEME, TUV, UL	CONFORME EDITAL	UN	10,00	1.569,40	15.694,00
LOTE: 033 - Lote 033	48	28318	NVD NVD 3116 » 1 INTERFACE DE REDE GIGABIT ETHERNET » 4 ENTRADAS DE ALARME » RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DAS CÂMERAS IPS COM PROTOCOLO INTELBRAS-1 » EXPORTA VÍDEOS EM AVI: DISPENSA O USO DE PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA CONVERSÃO » EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO COM HD 2T CLASSE DE DESEMPENHO (RPM) 5400 RPM, CACHE¹ 64 MB, SATA DE 6 GB/S, HOST PARA O/A PARTIR DO DRIVE (MANTIDO) 145 MB/S RESOLUÇÕES SUPORTADAS NA VISUALIZAÇÃO 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF¹	CONFORME EDITAL	UN	10,00	2.716,20	27.162,00
LOTE: 033 - Lote 033	49	28319	S3328G-PB S3328G-PB 370W CHIPSET MARVEL ALLEYCAT3 - 1 CORE, 800MHZ MEMÓRIA 512 MB MEMÓRIA FLASH 256 MB, DUAL BOOT IMAGE DIMENSÕES (L × A × P) 440MM × 43.6MM X 260MM ACOMPANHA SUPORTE PARA RACK PADRÃO EIA 19" COM 1 U DE ALTURA MATERIAL AÇO ATENDE AO PADRÃO AMBIENTAL E DE SEGURANÇA DE MATERIAIS DA UE ROHS LED SYS VERDE, AMARELO E VERMELHO PORT STATUS VERDE MODE VERDE E AMARELO PORTAS PORTAS RJ45 GIGABIT ETHERNET 10/10/1000 MBPS) 24 PORTAS SFP+ (1GB /10 GB) 4 PORTAS COMBO SFP (1GB) 4 PORTAS CONSOLE 1 POE (POWER OVER ETHERNET) PADRÃO 802.3AF; 802.3AT PARES DO POE 1,2,3,6 PORTAS POE 1 A 24 POTÊNCIA TOTAL 370W POTÊNCIA MÁXIMA POR PORTAS 15.W: 24 30W: 12 COMPATÍVEL COM AS FUNCIONALIDADES DE POE DE LONGA DISTÂNCIA CABEAMENTO SUPORTADO 10BASE-T CABO UTP CATEGORIA 3, 4, 5 (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M 100BASE-TX CABO UTP CATEGORIA 5, 5E (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M) 1000BASE-T CABO UTP CATEGORIA 5E, 6 (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M) 1000BASE-SX COM USO DE TRANSCEIVER 1000BASE-LX COM USO DE TRANSCEIVER 10GBASE-SR COM USO DE TRANSCEIVER 10GBASE-LR COM USO DE TRANSCEIVER 10GBASE-T COM USO DE TRANSCEIVER ALIMENTAÇÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: 100-240 VAC / 50-60 HZ (BIVOLT AUTOMÁTICO) POTÊNCIA DE CONSUMO (SEM LINK) 26 W (220V) POTÊNCIA MÁXIMA DE CONSUMO 445 W (220V) DISPOSIÇÃO DA FONTE INTERNA PROTEÇÃO CONTRA	CONFORME EDITAL	UN	10,00	8.026,20	80.262,00

			SURTOS 15 KV AMBIENTE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5 ºC A 50 ºC TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO -40 ºC A 70 ºC UMIDADE DE OPERAÇÃO 5% A 95% SEM CONDENSAÇÃO UMIDADE DE ARMAZENAMENTO 5% A 95% SEM CONDENSAÇÃO EMISSÃO DE SEGURANÇA E OUTROS ANATEL CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO: 15511-23-00160 ANATEL ATO 16417 - ATESTADO DA CONFORMIDADE DO FORNECEDOR CONTEÚDO CONTEÚDO PRESENTE NA CAIXA 1 SWITCH INTELBRAS S3328G-PB 370W 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO ABNT NBR 14136 1 CABO DE ATERRAMENTO 4 PÉS DE BORRACHA 1 KIT FIXAÇÃO RACK 19" ESPECIFICAÇÕES DE HARDWARE MÉTODO DE COMUTAÇÃO ARMAZENA E ENVIA (STORE-AND-FORWARD)					
LOTE: 033 - Lote 033	50	28320	S2328G-PA S2328G-PA CHIPSET MARVEL ALLEYCAT3 - 1 CORE, 800MHZ MEMÓRIA 512 MB MEMÓRIA FLASH 256 MB, DUAL BOOT IMAGE DIMENSÕES (L × A × P) 440MM × 43.6MM X 260MM ACOMPANHA SUPORTE PARA RACK PADRÃO EIA 19" COM 1 U DE ALTURA MATERIAL AÇO ATENDE AO PADRÃO AMBIENTAL E DE SEGURANÇA DE MATERIAIS DA UE ROHS LED SYS VERDE, AMARELO E VERMELHO PORT STATUS VERDE MODE VERDE E AMARELO PORTAS PORTAS RJ45 GIGABIT ETHERNET 10/10/1000 MBPS) 24 PORTAS SFP (1GB) 4 PORTAS CONSOLE 1 POE (POWER OVER ETHERNET) PADRÃO 802.3AF; 802.3AT PARES DO POE 1,2(-) E 3,6(+) PORTAS POE 1 A 24 POTÊNCIA TOTAL 370W POTÊNCIA MÁXIMA POR PORTAS 15W: 24P 30W: 12P COMPATÍVEL COM AS FUNCIONALIDADES DE POE DE LONGA DISTÂNCIA CABEAMENTO SUPORTADO 10BASE-T CABO UTP CATEGORIA 3, 4, 5 (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M 100BASE-TX CABO UTP CATEGORIA 5, 5E (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M) 1000BASE-T CABO UTP CATEGORIA 5E, 6 (MÁXIMO 100 M) EIA/TIA-568 100O STP (MÁXIMO 100 M) 1000BASE-SX COM USO DE TRANSCEIVER 1000BASE-LX COM USO DE TRANSCEIVER ALIMENTAÇÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: 100-240 VAC / 50-60 HZ (BIVOLT AUTOMÁTICO) POTÊNCIA DE CONSUMO (SEM LINK) 30 W (220V) POTÊNCIA MÁXIMA DE CONSUMO 415 W (220V) DISPOSIÇÃO DA FONTE INTERNA PROTEÇÃO CONTRA SURTOS 15 KV AMBIENTE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO - 5 ºC A 50 ºC TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO -40 ºC A 70 ºC UMIDADE DE OPERAÇÃO 5% A 95% SEM CONDENSAÇÃO UMIDADE DE ARMAZENAMENTO 5% A 95% SEM CONDENSAÇÃO EMISSÃO DE SEGURANÇA E OUTROS ANATEL CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO: 15520-23-00160 CONTEÚDO CONTEÚDO PRESENTE NA CAIXA 1 SWITCH INTELBRAS S2328G-PA 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO ABNT NBR 14136 1 CABO DE ATERRAMENTO 4 PÉS DE BORRACHA 1 KIT DE FIXAÇÃO RACK 19" ESPECIFICAÇÕES DE HARDWARE MÉTODO DE COMUTAÇÃO ARMAZENA E ENVIA (STORE-AND-FORWARD) BACKPLANE (CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO) 56 GBPS TAXA DE ENCAMINHAMENTO 42 MPPS (FRAMES)	CONFORME EDITAL	UN	10,00	5.937,60	59.376,00
LOTE: 033 - Lote 033	51	28321	ACCESS POINT ACCESS POINT UBIQUITI UNIFI 6 U6-PRO WI-FI 6 PROFISSIONAL COM FONTE U-POE-AF-BR INJETOR POE 15W 802.3AF DUAL-BAND WI-FI 6 (802.11AX) - RÁDIO 5 GHZ 4X4 MU-MIMO E OFDMA COM TAXAS DE ATÉ 4.8 GBPS - RÁDIO 2,4 GHZ 2X2 MU-MIMO E OFDMA COM TAXAS DE ATÉ 574 MBPS - OPERA EM MODO 4X4 MIMO COM CANAIS DE 160 MHZ - CAPACIDADE PARA 300+ CLIENTES SIMULTÂNEOS - ISOLAMENTO DE TRÁFEGO DE VISITANTES (+ SEGURANÇA/DESEMPENHO) - INCLUI SUPORTE DE MONTAGEM UNIVERSAL E KIT DE PARAFUSOS - GERENCIADO PELA APLICAÇÃO UNIFI NETWORK: VERSÃO 6.1.56 OU SUPERIOR - DREAM MACHINE PRO: VERSÃO 1.9.0-12 OU SUPERIOR - ADOTE O U6-PRO EM MINUTOS COM A APLICAÇÃO UNIFI NETWORK E: - GERENCIE SUAS REDES ATRAVÉS DE UMA ÚNICA INTERFACE - DESFRUTE DE CONFIGURAÇÕES INTUITIVAS, ALÉM DE CONTROLE E MONITORAMENTO ROBUSTO DOS DISPOSITIVOS - FAÇA A ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARE REMOTAMENTE - GERENCIE DE MANEIRA FÁCIL SEUS USUÁRIOS E VISITANTES - PERSONALIZE O LAYOUT, ARQUITETURA E PRIVACIDADE DOS HOTSPOTS DE VISITANTES - CONFIGURE RAPIDAMENTE E GERENCIE OS DISPOSITIVOS VIA APP MÓVEL -	CONFORME EDITAL	UN	20,00	1.124,70	22.494,00

			RESISTÊNCIA AO TEMPO IP54 - HARDWARE - INTERFACES DE GERÊNCIA ETHERNET - BLUETOOTH - INTERFACE DE REDE (1) RJ-45 GIGABIT ETHERNET - BOTÃO RESET DE FÁBRICA - LED BRANCO/AZUL (DEVIDO À ESCASSEZ DE CHIPS, O LED DOS APS U6 FOI LIMITADO ÀS CORES BRANCO/AZUL.) - MÉTODO DE ALIMENTAÇÃO POE+ - FONTE DE ALIMENTAÇÃO SWITCH POE UNIFI - INJETOR POE 48V, 0.5A - VOLTAGEM SUPORTADA 44 A 57 VDC - CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA 13W POTÊNCIA MÁXIMA TX: - 2.4 GHZ - 5 GHZ - 22 DBM - 26 DBM MIMO: - 2.4 GHZ - 5 GHZ - 2 X 2 (UL MU-MIMO) - 4 X 4 (DL/UL MU-MIMO) TAXA DE TRANSMISSÃO: - 2.4 GHZ - 5 GHZ - 573.5 MBPS - 4.8 GBPS GANHO DE ANTENA: - 2.4 GHZ - 5 GHZ - 4 DBI - 6 DBI - MONTAGEM PAREDE/TETO (INCLUÍDO) - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -30 A 60° C - UMIDADE DE OPERAÇÃO 5 A 95% SEM CONDENSAÇÃO - CERTIFICAÇÕES ANATEL, CE, FCC, IC DIMENSÕES E PESO: - TAMANHO: DIMENSÕES Ø197 X 35 MM - PESO: 460 G - MATERIAL DO GABINETE PLÁSTICO - MATERIAL DA MONTAGEM AÇO SGCC - RESISTÊNCIA AO TEMPO IP54 ESPECIFICAÇÕES INJETOR POE UBIQUITI U-POE-AF-BR: - PROTETOR DE SURTO - PROTEÇÃO CONTRA OSCILAÇÃO - DESCARGA MÁXIMA DE SURTO - PICO DE CORRENTE - CABO AC COM ATERRAMENTO					
LOTE: 033 - Lote 033	52	28322	ROTEADOR ROTEADOR MIKROTIK CCR2116-12G-4S+ 16GB ARM 12 LAN 4 SFP+ 10G ESPECIFICAÇÕES CÓDIGO DO PRODUTO CCR2116-12G-4S+ ARQUITETURA ARM 64 BITS CPU AL73400 CONTAGEM DE NÚCLEOS DA CPU 16 FREQUÊNCIA NOMINAL DA CPU 2000MHZ LICENÇA DO ROUTEROS 6 SISTEMA OPERACIONAL ROUTEROS (SOMENTE V7) TAMANHO DA RAM 16 GB TAMANHO DO ARMAZENAMENTO 128 MB TIPO DE ARMAZENAMENTO NAND MTBF APROXIMADAMENTE 200.000 HORAS A 25C TEMPERATURA AMBIENTE TESTADA -20°C A 60°C ALIMENTAÇÃO NÚMERO DE ENTRADAS AC 2 FAIXA DE ENTRADA AC 100-240 CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA 72 W CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA SEM ACESSÓRIOS 60 W TIPO DE RESFRIAMENTO 4 PORTAS ETHERNET : 4*10/100/1000 FIBRA PORTAS SFP+ 4 PORTA SERIAL DO CONSOLE RJ45 NÚMERO DE SLOTS M.2 1 MONITOR DE TEMPERATURA DA CPU SIM MONITOR DE TEMPERATURA PCB SIM BOTÃO DE MODO SIM CERTIFICAÇÃO CE, EAC, ROHS PEÇAS INCLUÍDAS 2* CABO IEC SUPORTE DE MONTAGEM EM RACK BRANCO KIT K-57	CONFORME EDITAL	UN	2,00	7.989,75	15.979,50
LOTE: 033 - Lote 033	53	28323	MIKROTIK MIKROTIK ROUTERBOARD RB5009UG+S+IN 10GBPS 1.4GHZ L5 COR PRETO ESPECIFICAÇÕES CÓDIGO DO PRODUTO: RB5009UG+S+IN ARQUITETURA: ARM 64 BITS CPU: 88F7040 CONTAGEM DE NÚCLEO DE CPU: 4 FREQUÊNCIA NOMINAL DA CPU: 350-1400 (AUTOMÁTICO) MHZ LICENÇA ROUTEROS: 5 SISTEMA OPERACIONAL: ROUTEROS (APENAS V7) TAMANHO DA RAM: 1 GB TAMANHO DE ARMAZENAMENTO: 1 GB TIPO DE ARMAZENAMENTO: NAND MTBF: APROXIMADAMENTE 200.000 HORAS A 25°C TEMPERATURA AMBIENTE TESTADA: -40°C A 60°C POWERING NÚMERO DE ENTRADAS DC: 3 (CONECTOR DC, POE-IN, TERMINAL DE 2 PINOS) TENSÃO DE ENTRADA DO CONECTOR DC: 24-57 V TENSÃO DE ENTRADA DO TERMINAL DE 2 PINOS: 24-57 V CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA: 20 WATTS CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA SEM ACESSÓRIOS: 14 W. CONTAGEM DE FÃS: PASSIVA POE EM: 802.3AF / AT POE NA TENSÃO DE ENTRADA: 24-57 V ETHERNET PORTAS ETHERNET 10/100/1000: 7 NÚMERO DE PORTAS ETHERNET 2,5G: 1	CONFORME EDITAL	UN	6,00	1.907,50	11.445,00
LOTE: 033 - Lote 033	54	28324	BALUNS BALUNS VB 500P CONEXÕES ENTRADA DE VÍDEO 1 BNC (TRANSMISSÃO) SAÍDA DE VÍDEO 1 BORNE COM PARAFUSO (RECEPTOR) COMPATÍVEL COM ÁUDIO SIM¹ VÍDEO PROTOCOLOS DE VÍDEO HDCVI / AHD / HDTVI / ANALÓGICO (CVBS) FORMATO DO VÍDEO NTSC ALCANCE COM TECNOLOGIA HDCVI 300 METROS (720P), 200 METROS (1080P) E 120 METROS (ATÉ 2160P) ALCANCE COM TECNOLOGIA HDTVI 250 METROS (720P), 150 METROS (1080P) E 100 METROS (ATÉ 2160P) ALCANCE COM TECNOLOGIA AHD 250 METROS (720P), 150 METROS (1080P) E 100 METROS (ATÉ 2160P) ALCANCE DO CABEAMENTO COM TECNOLOGIA ANALÓGICA (CVBS) 400 METROS E 600 METROS P&B FILTRO CONTRA RUÍDOS E INTERFERÊNCIA SIM IMPEDÂNCIA CABO UTP 100 ? RJ45	CONFORME EDITAL	P	200,00	33,20	6.640,00
LOTE: 033 - Lote 033	55	28325	CONEX CONEX 1000 P4 MACHO COMPATIBILIDADE 26AWG ~ 16AWG IMPEDÂNCIA 75? TENSÃO MÁXIMA 300 VDC	CONFORME EDITAL	UN	200,00	4,70	940,00

			CORRENTE MÁXIMA 2A CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS DIMENSÕES DO PRODUTO (L X A X P) (A X Ø) 37 X 5.5 MM PESO 6G COR PRETO COM CINZA GRAU DE PROTEÇÃO NÃO LOCAL DE INSTALAÇÃO INTERNO FIXAÇÃO DO CABO PARAFUSO BORNE					
LOTE: 033 - Lote 033	56	28325	CONEX CONEX 1000 RJ45 CAT5E COMPATIBILIDADE CABO SÓLIDO 24AWG ~26 AWG AMBIENTE DE INSTALAÇÃO INTERNO QUANTIDADE DE CICLOS DE INSERÇÃO 750 CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS DIMENSÕES DO PRODUTO (L X A X P)	CONFORME EDITAL	UN	500,00	1,90	950,00
LOTE: 033 - Lote 033	57	28326	IVP IVP 3000 CF APLICAÇÃO EM AMBIENTES INTERNOS , ÂNGULO DE PROTEÇÃO DE 115° ,COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA AUTOMÁTICA , BAIXO CUSTO » INCLINAÇÃO VERTICAL EM 15°AMBIENTE DE APLICAÇÃO INTERNO COMUNICAÇÃO COM CENTRAL DE ALARME COM FIO ALCANCE DE DETECÇÃO 12 METROS ÂNGULO DE DETECÇÃO 115° MÉTODO DE DETECÇÃO PIR INDICAÇÃO DE DISPARO LED NÍVEIS DE SENSIBILIDADE 2 COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA AUTOMÁTICA SIM SAÍDA DE ALARME NF TEMPO DE INICIALIZAÇÃO 40 SEGUNDO	CONFORME EDITAL	UN	100,00	55,00	5.500,00
LOTE: 033 - Lote 033	58	28326	IVP IVP 3000 PET IMUNIDADE A ANIMAIS DOMÉSTICOS DE ATÉ 35 KG , DETECÇÃO ATRAVÉS DE 2 PIROSSENSORES ,COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DE TEMPERATURA » ÂNGULO DE DETECÇÃO DE 110° ,PROTEÇÃO ANTIVIOLAÇÃO (TAMPER)AMBIENTE DE APLICAÇÃO INTERNOS COMUNICAÇÃO COM CENTRAL DE ALARME COM FIO MÉTODO DE DETECÇÃO PIR ALCANCE DE DETECÇÃO 12 M ÂNGULO DE DETECÇÃO 110° INDICAÇÃO DE DISPARO LED QUANTIDADE DE PIROSSENSORES 2 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE 2 PET IMMUNITY ATÉ 35 KG SAÍDA DE ALARME NA / NF CHAVE ANTIVIOLAÇÃO (TAMPER) SIM COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA AUTOMÁTICA SIM TEMPO DE INICIALIZAÇÃO 60 SEGUNDOS	CONFORME EDITAL	UN	100,00	141,20	14.120,00
LOTE: 033 - Lote 033	59	28327	IVA IVA 7100 QUAD ALCANCE DE ATÉ 100 METROS » DOIS CANAIS DE FREQUÊNCIA PARA EMPILHAMENTO ,TEMPO RÁPIDO DE RESPOSTA PARA DETECÇÕES , NÍVEL DE ALINHAMENTO POR LED E SINAIS SONORO DO BUZZER , ARTICULAÇÃO EM 360° HORIZONTAL ,DETECÇÃO POR BLOQUEIO DE 2 OU MAIS FEIXES SIMULTANEAMENTE , GRAU DE PROTEÇÃO IP65, AMBIENTE DE APLICAÇÃO INTERNO, SEMIABERTO E EXTERNO NÚMERO DE FEIXES 4 ALCANCE DE PROTEÇÃO COM CABO SINC 100 METROS ALCANCE DE PROTEÇÃO SEM CABO SINC 60 METROS MÉTODO DE DETECÇÃO BLOQUEIO DE 2 FEIXES VIZINHOS INDICAÇÃO DE ALINHAMENTO/DISPARO LED ALINHAMENTO E BUZZER SAÍDA DE ALARME NA OU NF CHAVE ANTIVIOLAÇÃO (TAMPER) SIM CANAIS DE FREQUÊNCIA 2 CANAIS EMPILHAMENTO MÁXIMO 2 PARES DE SENSOR TEMPO DE RESPOSTA DE DETECÇÃO 50 – 100 MS	CONFORME EDITAL	UN	20,00	427,20	8.544,00
LOTE: 033 - Lote 033	60	28328	CONDOLETE CONDOLETE 4X2 CAIXA DE PASSAGEM 4X2 CONDOLETE PVC 3X4 COM TAMPA CEGA	CONFORME EDITAL	UN	50,00	18,40	920,00
TOTAL								1.090.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 1.090.000,00 (Um Milhão e Noventa Mil Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 159/2026.
Detentor da Ata: HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 48.099.152/0001-10, sediada à RUA CRISTIANO OLSEN, 0 ANEXO A - CEP: 16010720 - BAIRRO: HIGIENÓPOLIS, Araçatuba/SP, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) MARCOS FRANCISCO FARIA, inscrito (a) no CPF sob nº 225.094.338-90, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 028 - Lote 028	1	26691	TABLET TABLET (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A SAMSUNG A9 SM-X115NZAAL05 - MARCA: SAMSUNG, MODELO: SM-X115NZAAL05), FORMATO DO APARELHO: TABLET, INTERFACE COM O USUÁRIO: TOUCH SCREEN, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 13 COM ONE UI 5.1, PLATAFORMA: 64 BITS, LOJA DE APLICATIVOS: PLAY STORE / GALAXY STORE, MODELO DO PROCESSADOR: MEDIATEK HELIO G99, NÚMERO DE NÚCLEOS: OCTA-CORE, VELOCIDADE DO PROCESSADOR: 2X 2.2 GHZ + 6X 2.0 GHZ, BANDAS: 2G GSM (GPRS/EDGE): GSM850, GSM900, DCS1800, PCS1900, 3G BANDAS	SAMSUNG	UN	6,00	1.208,00	7.248,00

			B1(2100), B2(1900), B4(AWS), B5(850), B8(900), 4G BANDAS B1(2100), B2(1900), B3(1800), B4(AWS), B5(850), B7(2600), B8(900), B12(700), B13(700), B17(700), B20(800), B26(850), B28(700), B32(1500), B66(AWS-3), CONECTIVIDADE: BLUETOOTH V5.1, BROWSER: GOOGLE CHROME, SAMSUNG INTERNET, CONEXÃO WI-FI: WIFI 5, 802.11 A/B/G/N/AC 2.4G+5GHZ, VHT80, ROTEADOR WI-FI: SIM, TIPO DE SIM: NANO-SIM, USB VERSÃO 2.0, CONECTOR TIPO C, EMAIL: APLICATIVOS DE EMAIL GOOGLE MAIL, OUTLOOK, TIPOS DE EMAIL SUPORTADOS: POP3, IMAP4, SMTP, SSL, TLS, EAS, VISUALIZAÇÃO DE ARQUIVOS OFFICE: SIM, EDIÇÃO DE ARQUIVOS OFFICE: DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD, SENSOR: TIPOS DE SENSORES ACELERÔMETRO, GEOMAGNÉTICO, SENSOR HALL, LUZ RGB, LEITOR BIOMÉTRICO (IMPRESSÃO DIGITAL): NÃO, RECONHECIMENTO FACIAL: SIM, DISPLAY: TECNOLOGIA TFT, TAMANHO DA TELA: 8.7", TAXA DE ATUALIZAÇÃO DA TELA: 60 HZ, RESOLUÇÃO: 800 X 1370 (WXGA+), QUANTIDADE DE CORES: 16M, CÂMERA TRASEIRA: RESOLUÇÃO 8MP F2.0, FOCO AUTOMÁTICO (AF): SIM, CÂMERA FRONTAL: RESOLUÇÃO 2MP F2.2, FLASH FRONTAL: SIM, NA TELA, VÍDEO: FORMATOS SUPORTADOS PARA REPRODUÇÃO MP4, M4V, 3GP, 3G2, RESOLUÇÃO DE REPRODUÇÃO: FHD (1920 X 1080)	@30FPS, RESOLUÇÃO DE GRAVAÇÃO: FHD (1920 X 1080)	@30FPS, IMAGEM: FORMATOS SUPORTADOS A-GIF, BMP, GIF, JPEG, PNG, WBMP, MÚSICA: REPRODUÇÃO DE MÚSICA: SIM, FORMATOS SUPORTADOS MP3, M4A, 3GA, AAC, GPS: SIM, A-GPS: SIM, MEMÓRIA: MEMÓRIA INTERNA TOTAL COMPARTILHADA 64GB, SUPORTE A CARTÃO DE MEMÓRIA: SIM, TIPO CARTÃO DE MEMÓRIA SUPORTADO: MICRO SD, CAPACIDADE DO CARTÃO DE MEMÓRIA ATÉ 1TB, MEMÓRIA RAM: 4GB, EAS IT POLICY 7.0, MDM ANDROID	6.9, ODE (ON DEVICE ENCRYPTION) S/W ODE, VPN IPSec, SSL VPN, KNOX ANDROID	3.9, BATERIA & CARREGAMENTO: CAPACIDADE DA BATERIA (MAH) 5.100 MAH, TIPO DE BATERIA IONS DE LÍTIO, VOLTAGEM BI-VOLT, CARREGAMENTO RÁPIDO SIM (15W), CONTEÚDO DA EMBALAGEM: TABLET, CARREGADOR, CABOS DE DADOS, EXTRATOR DA BANDEJA DE MICROSD, GARANTIA: 1 ANO DE GARANTIA (3 MESES DE GARANTIA LEGAL + 9 MESES DE GARANTIA CONTRATUAL JUNTO AO FABRICANTE), PESO: 528 GRAMAS (BRUTO COM EMBALAGEM).					
TOTAL								7.248,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 7.248,00 (Sete Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 160/2026.
Detentor da Ata: F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 39.935.346/0001-17, sediada à RUA SANTA CATARINA, 0 1Âº ANDAR SALA 1 - CEP: 87300195 - BAIRRO: CENTRO, Campo Mourão/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) FLAVIA BORGES, inscrito (a) no CPF sob nº 048.102.479-45, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 021 - Lote 021	1	25962	NOTEBOOK NOTEBOOK (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A HP 256R G9) - PROCESSADOR: INTEL® CORE™ I3-1315U (ATÉ 4,5 GHZ COM A TECNOLOGIA INTEL® TURBO BOOST, 10MB DE CACHE L3, 6 NÚCLEOS, 8 THREADS), FAMÍLIA DE PROCESSADOR: PROCESSADOR INTEL® CORE™ I3 DE 13ª GERAÇÃO, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 HOME SINGLE LANGUAGE, MEMÓRIA: DDR4-3200 MT/S DE 8GB (1 X 8GB), SLOTS DE MEMÓRIA: 2 SODIMM, ARMAZENAMENTO: SSD PCIe® NVMe™ DE 256GB, MONITOR: TELA HD (1366 X 768) DE 39,6 CM (15,6 POL.) NA DIAGONAL, MOLDURA ESTREITA, ANTIRREFLEXO, 250 NITS, 45% NTSC, GRÁFICOS: PLACA DE VÍDEO INTEL® UHD, PORTAS: 1 USB TYPE-C® COM TAXA DE SINALIZAÇÃO DE 5 GBPS (FORNECIMENTO DE ENERGIA POR USB, DISPLAYPORT™ 1.4); 2 USB TIPO-A COM TAXA DE SINALIZAÇÃO DE 5 GBPS; 1 ALIMENTAÇÃO CA; 1 HDMI 1.4B; 1 COMBINAÇÃO DE CONECTOR ESTÉREO PARA FONE DE OUVIDO/MICROFONE; 1 RJ-45, ÁUDIO: ALTO-FALANTES ESTÉREO DUPLOS, MICROFONES COM MATRIZ DUPLA, CÂMERA: CÂMERA HD DE 720P, FINGERPRINT: NÃO POSSUI LEITOR DE IMPRESSÃO DIGITAL, DISPOSITIVOS DE	HP	UN	15,00	3.645,33	54.679,95

			ENTRADA: TOCHPAD COM SUPORTE PARA GESTOS MULTITOQUE, TECLADO EM TAMANHO PADRÃO, TEXTURIZADO, ESTILO ILHA, SEM FIO: PLACA SEM FIO REALTEK WI-FI 6 RTL8852BE (1X1) E BLUETOOTH® 5.3, TIPO DE BATERIA: 3 CÉLULAS, ÍON LÍTIO 41 WH DE LONGA DURAÇÃO HP, EFICIÊNCIA DE ENERGIA: CERTIFICADO TCO, MEIO AMBIENTE: BAIXO TEOR DE HALOGÊNIO; EMBALAGEM A GRANEL DISPONÍVEL; A PROTEÇÃO DE POLPA DE PAPEL MOLDADA DENTRO DA CAIXA É DE ORIGEM 100% SUSTENTÁVEL E RECICLÁVEL; CAIXA EXTERNA E PROTEÇÕES CORRUGADAS SÃO PRODUZIDAS COM MATERIAIS 100% SUSTENTÁVEIS E RECICLÁVEIS; 5% DE PLÁSTICO RECICLADO PÓS-CONSUMO, DIMENSÕES (L X P X A): 35,8 X 24,2 X 0,92 CM (FRENTE); 35,8 X 24,2 X 1,48 CM (TRASEIRA), PESO: A PARTIR DE 1,74 KG, COR DO PRODUTO: PRATA CINZA ESCURO, PAÍS DE ORIGEM: BRASIL (AK4), GARANTIA: GARANTIA LIMITADA DE 1 ANO (1/1/0), INCLUINDO 1 ANO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA.					
LOTE: 021 - Lote 021	2	25962	NOTEBOOK NOTEBOOK (QUALIDADE EQUIVALENTE OU MELHOR A ACER A515-57-55B8 - MARCA: ACER, MODELO: A515-57-55B8) CÓDI-GO HOMOLOGAÇÃO ANATEL: 00784-15-06534, PROCESSADOR i5 12450H, GERAÇÃO DO PROCESSADOR: 12ª GERAÇÃO, ME-MÓRIA CACHE: 12 MB INTEL SMART CACHE, PROCESSADOR: INTEL CORE I5, ARMAZENAMENTO: SSD DE 256 GB, MEMÓRIA RAM: 8 GB, MEMÓRIA EXPANSÍVEL: ATÉ 32 GB, TIPO DE ME-MÓRIA: DDR4 - 3200, PLACA DE VÍDEO: UHD PARA PROCESSA-DORES INTEL, TELA: 15,6" POL, TIPO DE TELA: LED TN, ANTI-REFLEXO: ACER COMFYVIEW, VELOCIDADE DA IMAGEM: 60 HZ, CÂMERA: WEBCAM DE 1280 X 720 (HD) 720P, ÁUDIO: MI-CROFONE INTEGRADO: DUPLO COM TECNOLOGIA ACER PURIFIED VOICE, CONECTIVIDADE: BLUETOOTH: SIM, ENTRA-DA MICROFONE: COMBO COM ALTO-FALANTE, HDMI: 2.1, WIFI: SIM, KENSINGTON LOCK: SIM, PLACA DE REDE WIRE-LESS: 802.11A/B/G/N/AC R2+AX, WIRELESS, PORTA ETHERNET (RJ45): 1, USB-C: 1 X THUNDERBOLT 4, USB (3.2): 3 X GEN 1 (5 GBPS), VERSÃO BLUETOOTH: 5.0, RECURSOS: TECLADO NU-MÉRICO: INDEPENDENTE, TECLADO PORTUGUÊS: BRASIL ABNT2, ALTO-FALANTES: DUPLOS ESTÉREOS, TOUCHPAD: MULTI-GESTUAL, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 HO-ME (64 BITS), DESIGN: ULTRAFINO, COR: CINZA AÇO, PROCE-DÊNCIA: 4-NACIONAL, PRODUZIDO COM PPB, ALIMENTAÇÃO: VOLTAGEM: BIVOLT, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: NOTEBO-OK: 1, FONTE CARREGADORA: 1, GARANTIA DO FORNECE-DOR: 12 MESES, PESO: 2570 GRAMAS (BRUTO COM EMBALA-GEM	acer	UN	17,00	4.500,00	76.500,00
TOTAL								131.179,95

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 131.179,95 (Cento e Trinta e Um Mil, Cento e Setenta e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:5B9C1D47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 179/2.026

Pregão nº 32/2026
O **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **PANIFICADORA E CONFEITARIA REQUINTES DO ORIENTE LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 08.777.233/0001-07, situada na Avenida Parana nº 260, Centro, CEP 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **MARCOS WAGNER SILVA**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
1	KG	250	BOLO CONFEITADO E DECORADO P/KG. Massa de pão de ló, com recheio de doce leite, abacaxi, pêssego, morango ou ameixa (a escolher). Cobertura de chantilly ou glacê real. Deverá ser entregue em embalagem individual, etiquetado com procedência, ingredientes, peso e prazo de validade.	REQUINTE	59,90
2	KG	120	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE, o produto deverá conter farinha de trigo, ovos, açúcar, óleo vegetal, cenoura, fermento em pó. Deverá ser entregue em embalagem individual, etiquetado com procedência, ingredientes, peso e prazo de validade. OBS: O bolo deverá ser entregue assado.	REQUINTE	42,99
3	KG	120	BOLO TIPO INGLÊS COM COBERTURA DE CHOCOLATE (SABORES VARIADOS). O produto deverá conter farinha de trigo, ovos, açúcar, óleo vegetal, fermento em pó. Sabores (fubá, aipim, baunilha, laranja, chocolate). Deverá ser entregue em embalagem individual, etiquetado com procedência, ingredientes, peso e prazo de validade. OBS: O bolo deverá ser entregue assado.	REQUINTE	44,99
4	C	150	MINI SANDUICHE NATURAL (CENTO). Composto por um pão doce (25 gr) c/ recheio de patê de frango ou atum, alface e cenoura ralada. Deverá ser entregue em embalagem individual composto por 100 unidades. Deverá ser entregue em embalagem adequadas, etiquetados com a procedência, ingredientes, peso e prazo de validade.	REQUINTE	173,99
7	C	150	SALGADINHO FRITO TIPO PASTEL DE VENTO E QUIBE (CENTO). Pesando aproximadamente 25gramas cada, recheio de carne, frango, presunto ou queijo. Deverá ser entregue em embalagem individual composto por 100 unidades. Etiquetados com a procedência, ingredientes, peso e prazo de validade.	REQUINTE	107,97
8	C	150	SALGADINHO TIPO BAGUETE (CENTO). Com recheio de patê de atum ou frango com azeitona. Deverá ser entregue em embalagem individual composto por 100 unidades. Etiquetados com a procedência, ingredientes e prazo de validade.	REQUINTE	168,67

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

MARCOS WAGNER SILVA
Panificadora e Confeitaria Requintes do Oriente LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:6A940D82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: PROMEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Contratação de Manutenção Preventiva, Corretiva e Calibração com fornecimento de peças de reposição com atualização de software e mão de obra especializada com engenheiros e técnicos em eletrônica de 1 (um) raio- x fixo e 1 (um) raio- x móvel, por um período de 12 (doze) meses, atendendo as necessidades do CONSAMU

LOTE	*ITEM*	*CÓDIGO ELOTECH*	*QTDE*	*UND*	*DESCRIÇÃO*	*VALOR UNITÁRIO (R$)*	*VALOR TOTAL (R$)*
1	**1**	7850	02	serv	Manutenção Preventiva Raio – X Móvel: Modelo Aquila D:Snº. 00954001001 Registro Anvisa 81583780002	2.882,66	5.765,32
	2	7851	02	serv	Manutenção Preventiva Raio – X Fixo: Unit Model H1080X: Ser. Nº. 9E100 Insert Model KL80- 0.6/1.2-150H:Sér. Nº. 1836032	3.459,19	6.918,38
	3	7852	01	serv	Manutenção Corretiva Raio – X Móvel; Modelo Aquila D Snº. 00954001001 Registro Anvisa 81583778002	41.510,28	41.510,28
	4	7853	01	serv	Manutenção Corretiva Raio – X Fixo, Unit. Model H1080X Ser. Nº. 9E100 Insert Model KL80-0- 6/1.2-150H Série nº. 1836032	48.428,76	48.428,76

PROC. ADM.: 341/2026
VALOR TOTAL: R$ 102.622,74 (Cento e dois mil seiscentos e vinte e dois Reais e setenta e quatro centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
FIRMADO EM: 14 de agosto de 2026
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Simone Kavaturo Takahashi

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:01DA0211

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	083/2026
b) Licitação Nº:	016/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	20/08/2026
e) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05002041220003200633390300000	**1000**	**MATERIAL DE CONSUMO**
25001103010012204533390300000	**1303**	**MATERIAL DE CONSUMO**
27002082440010203133390300000	**1000**	**MATERIAL DE CONSUMO**
30002123610013205933390300000	**1104**	**MATERIAL DE CONSUMO**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: EFS VENDA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 59.388.107/0001-00 - Valor total homologado: R$ 92.635,81(noventa e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Agenda espiral diária 2026 e 2027, com capa dura, folhas pautadas, visão diária exceto sábado e domingo.	TIL	UNIDADE	32	25.9900	831.6800
3	1	Apontador De Lápis Simples, Cores Sortidas – Lâmina De Aço Temperado: Garantia De Mais Facilidade Ao Apontar E Maior Durabilidade – Caixa Com 25 Unidades.	M.PRINT	CAIXA	4	8.9900	35.9600
4	1	Arquivo Morto Grande – Em Papelão, Fechamento Externo, Garantindo Maior Resistência Ao Ser Empilhado. Espaço Para Identificação Em Todas As Faces. Dimensão Aprox. 368x247x255 Mm	SÃO CARLOS	UNIDADES	370	10.4900	3881.3000
5	1	Arquivo Morto Pequeno - Em Papelão, Tamanho Ofício, Fechamento Externo, Garantindo Maior Resistência Ao Ser Empilhado. Espaço Para Identificação Em Todas As Faces. Dimensão Aprox. 340x133x240mm.	SÃO CARLOS	UNIDADES	290	4.9900	1447.1000
10	1	Caderno Brochura, Costurado, Capa E Contra Capa Dura, Grande, Folhas Pautadas Com Aprox. 96 Folhas, Formato Aprox. 200mm X 275mm.	JANDAIA	UNIDADES	100	9.8900	989.0000
11	1	Caderno, capa dura, aprox. 200 FOLHAS, folhas pautadas, 10 matérias, formato 200 mm x 275mm, gramatura 56 g/m², espiral, informações fornecidas pelo fabricante.	PAUTA	UNIDADES	50	18.8900	944.5000
19	1	Clips Para Papel Galvanizado 2/0 – Caixa Com 720 Unid	WIREPLAST	CAIXA	35	12.4900	437.1500
20	1	Clips para papel galvanizado 3/0 – caixa com 720 unid	WIREPLAST	CAIXA	25	12.4900	312.2500
21	1	Clips para papel galvanizado 4/0 – caixa com 720 unid	WIREPLAST	CAIXA	40	12.4900	499.6000
22	1	Clips para papel galvanizado 6/0 – caixa com 720 unid	WIREPLAST	CAIXA	15	12.4900	187.3500
24	1	COLA bastão, 40 g, para papel, secagem: rápida, atóxica.	LEONORA	UNIDADES	190	3.9900	758.1000
25	1	Cola branca líquida, 90g, à base de PVA, atóxica e lavável.	IRIS	UNIDADE	100	2.4900	249.0000
26	1	Contra Capa Para Encadernação - Tamanho A4 (210x297mm) E Espessura De 0,30mm.	MARES	UNIDADES	200	0.9900	198.0000
31	1	Espiral Encadernação. Material: Plástico. Diâmetro: 23 MM. Comprimento: 330 MM. Cor: Preta	PLASTYLINE	UNIDADES	200	1.2400	248.0000
32	1	Estilete Profissional De 18mm.	M.PRINT	UNIDADES	50	6.7700	338.5000
35	1	Fita adesiva transparente 12mmx40m, transparente, monoface, incolor, multiuso.	BOL	UNIDADES	85	1.5400	130.9000
40	1	Grampeador De Mesa Médio 26/6 25fl Em Metal.	LEONORA	UNIDADES	21	13.9900	293.7900
41	1	Grampeador De Parede (P/ Madeira) Em Metal Com Punho Emborrachado.	LEONORA	UNIDADES	8	45.9900	367.9200
42	1	Grampo P/ Grampeador Galvanizado 26/6 - Caixa 5.000 Unidades	SERTIC	CAIXA	70	5.9900	419.3000
43	1	Kit de tinta líquida facial/corporal a base de água e secagem rápida. cores variadas	COLERMAKE	KIT	5	24.9900	124.9500
44	1	Kit de pincéis de Pintura Facial Profissional, Cerdas de Nylon, Cabo de Madeira, Livre de Álcool, para Arte Corporal e Facial	GLIART	KIT	5	71.8100	359.0500
45	1	Lápis preto nº 2B, em madeira, sextavado, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta inclinada, corpo com escrita macia, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, resistente à quebra da mina, impressão no corpo contento fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, com certificação no INMETRO. – caixa com aproximadamente 150 unid.	SERTIC	CAIXA	6	48.9900	293.9400
48	1	Pacote 1kg Cola Quente Bastão Refil Grosso Branca 30cmX11mm, resina termoplástica de alta qualidade para Artesanato. Alta Fixação	STARTOOLS	PACOTE	3	28.9300	86.7900
50	1	Papel Sulfite A4 Cores Variadas (Azul, Amarelo,Verde, Rosa) 210x297	REPORT	UNIDADES	130	26.3600	3426.8000
51	1	Papel Tipo A4 Multiuso 75gr, Cor Branca, Papel Produzido Com Fibras Virgens De Eucalipto, Tratados Para Obter Um Elevado Grau De Brancura (Alcalina). Produzido Com Fibra De Madeira 100% Reflorestada. Dimensões: 210x297mm. Resma (500 Fls).	REPORT	UNIDADES	2600	24.7900	64454.0000
53	1	Pasta com abas plásticas com elástico 35x23 cm aprox.	POLIBRAS	UNIDADE	270	2.9900	807.3000
54	1	Pasta De Arquivo Suspensa Papel Kraft, Com Visor E Etiqueta, Grampo Plástico E Hastes Plásticas Removíveis (Reforçada) 360x240mm 170g	FRAMA	UNIDADES	400	3.4900	1396.0000
56	1	Percevejos Caixa C/ 100 Unid.	BRW	CAIXA	17	5.8900	100.1300
57	1	Pilha Alcalina Palito AA – Cartela Com 4 Pilhas	ELGIN	UNIDADES	60	7.8600	471.6000
58	1	Pilha Alcalina Palito AAA – Cartela Com 4 Pilhas	ELGIN	UNIDADES	250	9.9300	2482.5000
59	1	Pincel Atômico P/ Papel Cores: Preto, Azul, Vermelho E Verde.	PILOT	UNIDADES	87	1.4700	127.8900
60	1	Pincel Atômico Ponta Fina Cores Variadas, Ponta: 0,6mm	M.PRINT	UNIDADES	82	2.3500	192.7000
61	1	Pincel para quadro branco: recarregável, com tampa traseira removível para recarregamento da esponja interna, Ponta macia para não danificar o quadro. Espessura de escrita 2,0mm. Data de validade de no mínimo 12 meses. Cores: preto, azul e vermelho.	M.PRINT	UNIDADE	57	2.2500	128.2500
63	1	Pistola de cola quente fina para bastão de 7mm, bivolt 15w,	SERTIC	UNIDADE	5	24.9900	124.9500
65	1	Post it colorido 76x76mm aproximadamente cores variadas – pacote com 100 folhas	M.PRINT	PACOTE	160	4.9900	798.4000
66	1	Refil para estilete profissional, lâmina de 18mm – com 10 unidades	M.PRINT	UNIDADES	8	4.9900	39.9200
67	1	Refil Tinta Quadro Branco 500ml (Azul, Preto E Vermelho)	PINCEL RARO	UNIDADES	22	84.9900	1869.7800
68	1	Suporte para fita adesiva transparente 48mm x 40m tamanho médio	COISARIA	UNIDADE	9	26.6900	240.2100
69	1	Tesoura grande – 20 cm	M.PRINT	UNIDADES	55	12.9900	714.4500
70	1	Sacos Para Presentes Transparentes Para Embalagem, 30x45cm	PACKPEL	UNIDADES	500	2.9900	1495.0000
73	1	Tesoura para Picotar Grande Inox; Diversos Tipos de Picotes	MUNDIAL	UNIDADE	12	27.6500	331.8000

Fornecedor: MHFH PAPELARIA LTDA - CNPJ: 77.556.116/0001-36 - Valor total homologado: R$ 24.309,17 (vinte e quatro mil, trezentos e nove reais e dezessete centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	Apagador quadro branco, material base: feltro, material corpo: plástico, comprimento:15 cm, largura:4,50 cm, altura:25 cm	MASTER	UNIDADES	10	4.6900	46.9000
6	1	Balão, bexiga lisa, n°11, redondo, látex, pacote com 50 unidades. cores variadas	RIBERBALL	PACOTE	60	19.0000	1140.0000
7	1	Bandeja documentos, material: acrílica, tipo: tripla, cor: fumê, comprimento:360 mm, largura:260 mm, altura:60 mm	MAXCRIL	UNIDADES	37	31.7000	1172.9000
9	1	Borracha Branca, Tamanho Média, Formato Quadrado Ou Retangular – Borracha Macia E Suave, Aplicável Sobre Diversos Tipos De Superfície E Para Qualquer Graduação De Grafite. Apaga Lápis E Lapiseira. Caixa Com 40 Unidades.	REDBOR	CAIXA	5	16.0000	80.0000
12	1	Caneta cor azul ponta fina aprox. 0, 7mm, caixa com mínimo de 50 unin.	COMPACTOR	CAIXA	12	33.7500	405.0000
13	1	Caneta Cor Preta Ponta Fina Aprox. 0, 7mm, Caixa Com 50 Unid.	COMPACTOR	CAIXA	10	33.7500	337.5000
14	1	Caneta Esferográfica Com Furo Central Na Tampa – Cor Azul – Caixa Com 50 Unidades	COMPACTOR	CAIXA	22	26.5000	583.0000
15	1	Caneta Esferográfica Com Furo Central Na Tampa – Cor Preta – Caixa Com 50 Unidades	COMPACTOR	CAIXA	13	25.8000	335.4000
16	1	Caneta Esferográfica Com Furo Central Na Tampa – Cor Vermelha – Caixa Com 50 Unidades	COMPACTOR	CAIXA	12	32.9000	394.8000
17	1	Caneta Marca Texto Fluorescente, Diversas Cores, 4 Mm - Caixa Com 12 Unidades - Ponta Não Afunda Quando Pressionada.	MASTER	CAIXA	37	8.0000	296.0000
18	1	Capa Para Encadernação- Tamanho A4 (210x297mm) E Espessura De 0,30mm.	MARES	UNIDADES	200	0.6000	120.0000
23	1	Clips para papel galvanizado 8/0 – caixa com 720 unid	TOP	UNIDADE	11	12.5000	137.5000
27	1	Calculadora De Mesa Média Com 12 Dígitos - Na Cor Preta / Prata Aprox. 16x15,6x3 Cm.Calculadora De Mesa Média Com 12 Dígitos - Na Cor Preta / Prata Aprox. 16x15,6x3 Cm	MASTER	UNIDADE	50	14.4000	720.0000
29	1	ELASTICO PARA EMBALAR DINHEIRO - PCT COM 1300 UNID	REDBOR	PACOTE	13	25.6000	332.8000
33	1	Fita adesiva dupla face 19mm x 30m aproximadamente, transparente, monoface, incolor, multiuso.	TECTAPE	UNIDADE	100	10.0000	1000.0000
34	1	FITA Adesiva Material: Crepe, Monoface, 18mm X 50m, Bege, Multiuso.	TECTAPE	UNIDADES	200	4.4000	880.0000
36	1	Fita Adesiva Transparente 48mmx50m, Transparente, Monoface, Incolor, Multiuso.	TECTAPE	UNIDADES	325	3.9000	1267.5000
37	1	Folhas de EVA liso, 40X60, cores variadas	JOCAR	Folhas	150	1.7000	255.0000
38	1	Folhas de EVA com glitter, 40X48, cores variadas	JOCAR	Folhas	50	3.5000	175.0000
39	1	Grampeador De Mesa Grande 26/6 40fl Em Metal.	JOCAR	UNIDADES	22	30.0000	660.0000
46	1	Livro Ata Sem Margem, Grande, Com 50 Fls, Dimensões Aprox. 206x300.	ANIMATIVA	UNIDADES	40	8.0500	322.0000
49	1	Pacote 1kg Cola Quente Bastão Refil fina Branca 30cmX7mm, resina termoplástica de alta qualidade para Artesanato. Alta Fixação	RENDICOLA	PACOTE	3	32.1400	96.4200
52	1	Pasta Catálogo Preta Com 50 Plásticos 245x335	PLASCONY	UNIDADES	31	15.0500	466.5500
55	1	Pasta Organizadora Sanfonada A4 com 12 Divisórias, Material Resistente e Reforçado que permite o uso sem rasgar ou deformar. Dimensões: 331 x 32 x 242 mm	PLASCONY	UNIDADE	57	14.7000	837.9000
62	1	Pistola de cola quente grossa para bastão de 11mm, bivolt 60w,	JOCAR	UNIDADE	5	23.6000	118.0000
64	1	Porta-lápis/clipe/lembrete, material: acrílico, cor: fumê, tipo: conjugado	CAVIA	UNIDADES	41	14.9000	610.9000
71	1	Perfurador De Papel Para 60 Folhas Profissional Dimensões: 115 X 165 X 180mm	MASTER	UNIDADES	50	67.0000	3350.0000
72	1	Suporte de Monitor 2 Gavetas, Mdf Preto. 26 x 12 x 39 centímetros	SOUZA	UNIDADE	70	79.0800	5535.6000
74	1	Tinta Spray para cabelo lavável infantil. Cores variadas	M+	UNIDADE	150	17.0000	2550.0000
75	1	Régua Transparente 30cm	MAXCRIL	UNIDADES	50	1.6500	82.5000

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 116.944,98 (cento e dezesseis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 20 de agosto de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:1A00656C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

GOVERNO MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026
Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INJETÁVEIS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada**: BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** - CNPJ n° 21.438.123/0001-89. Valor Contratual: de R$ 84,00 (Oitenta e quatro reais), referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
025	CLOPIDOGREL 75MG REVESTIDO, 97,875MG DE BISSULFATO DE CLOPIDOGREL	SANDOZ	COMP	200,00	0,42	84,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026
Contratada**: PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** – CNPJ n° 33.324.795/0001-42. Valor Contratual: de R$ 28.749,00 (Vinte e Oito Mil, Setecentos e Quarenta e Nove Reais), referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
020	Cetoprofeno Concentraçao: 100 MG Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Ampola 2 Mililitro	cristalia	AMP	4.000,00	3,27	13.080,00
021	Cetoprofeno Concentraçao: 50 MG/ML Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Ampola	CRISTALIA	AMP	4.000,00	0,99	3.960,00

	2 Mililitro					
043	Etomidato Dosagem: 2 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	CRISTALIA	AMP	100,00	9,99	999,00
058	Haloperidol Apresentação: Sal Decanoato , Concentração: 50 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável. Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	1.000,00	4,59	4.590,00
072	Metoprolol Concentração: 1 MG/ML Forma Farmaceutica: Solução Injetável	CRISTALIA	AMP	100,00	10,50	1.050,00
084	Prometazina Cloridrato Dosagem: 25 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola 2 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	1.000,00	3,05	3.050,00
091	Tramadol Cloridrato Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 2 Mililitro	cristalia	AMP	2.000,00	1,01	2.020,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026

Contratada**: ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** – CNPJ n° 19.336.532/0001-22. Valor Contratual: de **R**$ 12.957,50 (Doze mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
003	Água Destilada Aspecto Físico: Estéril E Apirogênica Tipo Embalagem: Em Sistema Fechado. Ampola 10 Mililitro	EQUIPLEX	AMP	500,00	0,24	120,00
005	Aminofilina Dosagem: 24 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	FARMACE	AMP	250,00	1,87	467,50
014	Bromoprida Dosagem: 5 MG/ML, Apresentação: Injetável Ampola 2 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	4.000,00	1,08	4.320,00
041	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica Dosagem: 10mg + 250mg. Ampola 5 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	3.000,00	1,53	4.590,00
045	Fenobarbital Sódico Dosagem: 200 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	100,00	2,98	298,00
055	Gliconato De Cálcio Dosagem: 10% , Apresentação: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	HALEXISTAR	AMP	100,00	2,04	204,00
059	Haloperidol Concentração: 5 MG/ML, Tipo Uso: Solução Injetável Ampola 1 Mililitro	UNIÃO QUIMICA	AMP	150,00	1,57	235,50
065	Ipratrópio Brometo Dosagem: 0,25 MG/ML, Uso: Solução Para Inalação Frasco 20 Mililitro	PRATI DONADUZZI	AMP	500,00	1,39	695,00
068	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2% , Apresentação: Injetável Frasco 20 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	250,00	5,30	1.325,00
074	Midazolam Dosagem: 15 Mg/ml Ampola 3 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	50,00	1,87	93,50
076	Morfina Apresentação: Sulfato , Concentração: 10mg/Ml Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 1 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	300,00	1,87	561,00
087	Sulfato De Magnésio Concentração: 10% , Uso: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	SAMTEC	AMP	50,00	0,96	48,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026

Contratada**: MEDINGA COMERCIAL LTDA** – CNPJ n° 57.742.953/0001-42. Valor Contratual: de R$ 164.635,40 (Cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)**,** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
001	Ácido Tranexâmico Dosagem: 250 Mg Ampola 5 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	600,00	4,03	2.418,00
004	Amicacina Sulfato Dosagem: 250 MG/ML, Indicação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	TEUTO	AMP	5,00	3,48	17,40
006	Amiodarona Concentração: 50 MG/ML Forma Farmaceutica: Suspensão Oral , Característica Adicional: Formulação Especialmente Manipulada. Ampola 3 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	200,00	3,15	630,00
007	Ampicilina Dosagem: 1 G, Tipo Uso: Injetável	TEUTO	AMP	500,00	3,69	1.845,00
008	Atropina Sulfato Dosagem: 0,25 MG/ML, Uso: Solução Injetável Ampola 1 Mililitro	FARMACE	AMP	300,00	0,75	225,00
009	Benzilpenicilina Apresentação: Benzatina , Dosagem: 1.200.000ui , Uso: Injetável. Frasco 4 Mililitro	TEUTO	AMP	2.000,00	5,73	11.460,00
010	Benzilpenicilina A Apresentação: Benzatina , Dosagem: 600.000ui , Uso: Injetável. Frasco 4 Mililitro	TEUTO	AMP	500,00	6,93	3.465,00
011	Betametasona C Composição: Dipropionato , Apresentação: Associada Com Betametasona Fosfato , Dosagem: 5mg + 2mg , Uso: Injetável. Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	1.500,00	3,82	5.730,00
012	Bicarbonato De Sódio Concentração: 8,40% Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Característica Adicional: Em Sistema Fechado. Ampola 10 Mililitro	SAMTEC.	AMP	200,00	0,77	154,00
013	Biperideno Composição: Cloridrato , Concentração: 5 MG /ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	100,00	2,85	285,00
015	Cefalotina Sódica Concentração: 1 G Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável	BLAUSIEGEL/ARISTON	AMP	50,00	4,83	241,50
016	Cefazolina Sódica Concentração: 1 G,. Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável. Ampola 10 Mililitro	BIOCHIMICO	AMP	50,00	5,01	250,50
017	Ceftriaxona Sódica Concentração: 1 G Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável + Diluente	TEUTO	AMP	4.000,00	3,53	14.120,00
019	Cetamina Sal Químico: Cloridrato Concentração*: 50 MG /ML, Forma Farmacêutica*: Solução Injetável	CRISTALIA	AMP	100,00	60,00	6.000,00
022	Cianocobalamina Composição: Associada À Diclofenaco Sódio,Piridoxina E Tiamina , Concentração: 5 Mg/Ml + 75 Mg/Ml + 100 Mg/Ml + 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Tipo Apresentação: Ampola I,Vit. B1/B6, Ampola Ii,Vit. B12 E D. Sódico. Ampola 1 Mililitro	PROCTER ALGINAC	AMP	1.000,00	48,60	48.600,00
023	Cimetidina Concentração: 150 MG/ML Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Ampola 2 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	1.000,00	0,91	910,00
026	Cloranfenicol Concentração: 1 G Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	BLAU	AMP	200,00	2,60	520,00
027	Cloreto De Potássio Dosagem: 19,1% , Apresentação: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	SAMTEC.	AMP	100,00	0,84	84,00
028	Clorpromazina Dosagem: 5 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável Ampola 5 Mililitro	CRISTALIA	AMP	300,00	3,18	954,00
029	Deslanósido Dosagem: 0,2 Mg/Ml , Apresentação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	UNIAO QUIMICA	AMP	200,00	1,99	398,00
031	Dexametasona Concentração: 2 Mg/Ml Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 2,5 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	4.000,00	0,72	2.880,00
032	Dexametasona Dosagem: 4 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável Ampola 2,5 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	6.000,00	0,72	4.320,00
033	Diazepam Dosagem: 5 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	500,00	0,85	425,00
034	Diclofenaco Composição: Sal Dietilamônio , Concentração: 20 MG/G, Forma Farmacêutica: Gel. Bisnaga 60 Grama	CIMED	UN	150,00	3,29	493,50
035	Diclofenaco Apresentação: Sal Sódico , Dosagem: 25mg /Ml Uso: Solução Injetável. Ampola 3 Mililitro	FARMACE	AMP	4.000,00	0,81	3.240,00
036	Dimenidrinato Apresentação: Associado Com Piridoxina Cloridrato , Dosagem: 50mg + 50mg/Ml , Tipo Medicamento: Solução Injetável. Ampola 10 Mililitro	TAKEDA	AMP	500,00	10,89	5.445,00
038	Dobutamina Cloridrato Dosagem: 12,5 MG/ML, Indicação: Injetável Ampola 20 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	150,00	5,98	897,00
040	Epinefrina Concentração: 1 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetáve Ampola 1 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	500,00	0,93	465,00
042	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 20 MG/ML Indicação: Solução Injetável. Ampola 1 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	3.000,00	0,81	2.430,00
044	Fenitoína Sódica Dosagem: 50 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável Ampola 5 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	150,00	2,09	313,50

047	Fentanila Composição: Sal Citrato , Concentração: 78,5 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 10 Mililitro	TEUTO	AMP	200,00	3,11	622,00
048	Ferro Iii Concentração: 50 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetáve Ampola 5 Mililitro	UNIAO QUIMICA	AMP	900,00	10,17	9.153,00
051	Furosemida Composição: 10 Mg/Ml , Apresentação: Solução Oral Ampola 2 Mililitro	SANTISA	AMP	1.000,00	0,57	570,00
053	Gentamicina Dosagem: 80 MG/ML, Aplicação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	SANTISA	AMP	200,00	0,89	178,00
054	Glicerol Concentração: 95 % , Forma Farmaceutica: Uso Retal Lactente Frasco 250 Mililitro	JP	UN	200,00	8,34	1.668,00
056	Glicose Concentração: 25% , Indicação: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	SAMTEC.	AMP	300,00	0,41	123,00
057	Glicose Concentração: 50% , Indicação: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	SAMTEC.	AMP	50,00	0,43	21,50
060	Heparina Sódica Concentração: 5.000 UI/ML Forma Farmaceutica: Solução Tópica. Ampola 0,25 Mililitro	CRISTALIA	AMP	200,00	9,18	1.836,00
062	Hidralazina Dosagem: 20 MG/ML, Indicação: Solução Injetável Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	500,00	6,81	3.405,00
063	Hidrocortisona Composição: Sal Succinato Sódico , Concentração: 500 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	TEUTO	AMP	500,00	4,64	2.320,00
064	Hidrocortisona Concentração: 100 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral , Característica Adicional: Formulação Especialmente Manipulada	UNIAO QUIMICA	AMP	500,00	2,58	1.290,00
066	Lidocaína Cloridrato Composição: Associada Com Norepinefrina , Dosagem: 2% + 1:50.000 , Apresentação: Injetável. Frasco 20 Mililitro	HYPOFARMA	AMP	500,00	5,73	2.865,00
069	Manitol Dosagem: 20% , Forma Farmacêutica: Solução Injetável Características Adicionais: Sistema Fechado	JP	AMP	100,00	7,57	757,00
070	Metilergometrina Maleato Dosagem: 0,2 MG/ML Indicação: Solução Injetável	UNIAO QUIMICA	AMP	50,00	2,42	121,00
071	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 10 Mg Ampola 2 Mililitro	FARMACE	AMP	3.000,00	0,55	1.650,00
075	Midazolam Dosagem: 5 MG/ML, Aplicação: Injetável Ampola 10 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	200,00	3,43	686,00
077	Multivitaminas Composição De Vitaminas: Vit: A, B1, B2, B3, B5, B6, B7 B9, B12, C, D, E,K , Composição De Sais Minerais: Ca, Cu, Cr, Fe, I, K, Mg, Mn, Mo, P, Se, Zn. Ampola 5 Mililitro	SANTISA	AMP	1.000,00	1,75	1.750,00
078	Naloxona Cloridrato Dosagem: 0,4 MG/ML, Apresentação: SoluçãoInjetável Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	100,00	7,50	750,00
079	Nitroglicerina Dosagem: 5 MG/ML, Aplicação: Injetável Ampola 5 Mililitro	CRISTALIA	AMP	50,00	40,50	2.025,00
080	Norepinefrina Concentração: 2 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável	HIPOLABOR	AMP	300,00	1,17	351,00
081	Ocitocina Dosagem: 5 UI/ML, Indicação: Solução Injetável Ampola 1 Mililitro	UNIAO QUIMICA	AMP	50,00	3,17	158,50
082	Omeprazol Concentração: 40 MG, Uso: Injetável	UNIAO QUIMICA	AMP	1.000,00	7,12	7.120,00
083	Oxacilina Dosagem: 500 MG, Composição: Injetável	BLAU	AMP	50,00	4,56	228,00
085	Retinol Composição: Associado C/Aminoácidos+ Metionina+ Cloranfenicol Concentração: 10.000ui + 25mg + 5mg + 5mg/G , Aplicação: Pomada Oftálmica. Bisnaga 3 Grama	CRISTALIA	UN	50,00	12,94	647,00
089	Terbutalina Sulfato Dosagem: 0,5 MG/ML, Apresentação: Injetável Ampola 1 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	500,00	1,16	580,00
090	Tetracaína Cloridrato Composição: Associada À Clorfenesina E Betametasona , Concentração: 5 Mg/Ml + 10 Mg /Ml + 1 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Otológica. Frasco 10 Mililitro	FARMOQUIMICA	UN	30,00	20,80	624,00
093	Vitaminas Do Complexo B Composição Básica: B1, B2, B5, B6 E Pp Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 2 Mililitro	SANTISA	AMP	4.000,00	0,98	3.920,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026

Contratada**: CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA** – CNPJ n° 24.586.988/0001-80. Valor Contratual: R$ 23.837,50 (Vinte e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos**),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
002	Adenosina Dosagem: 3 MG/ML, Indicação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	200,00	10,08	2.016,00
024	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2MG/ML. BOLSA PLÁSTICA DE 100ML.CONTÉM: ÁGUA PARA INJETÁVEIS	HALEXISTAR	UN	200,00	7,44	1.488,00
037	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	SANTISA	AMP	10.000,00	0,70	7.000,00
039	Dopamina Dosagem: 5 Mg/Ml , Apresentação: Solução Injetável Ampola 10 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	150,00	3,28	492,00
049	Fitomenadiona Dosagem: 10 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável Ampola 1 Mililitro	CRISTALIA	AMP	200,00	2,00	400,00
050	Flumazenil Dosagem: 0,1 MG/ML, Indicação: Solução Injetável Ampola 5 Mililitro	UNIAO QUIMICA	AMP	50,00	5,55	277,50
052	Gentamicina Dosagem: 40 MG/ML, Aplicação: Solução Injetável Ampola 2 Mililitro	SANTISA	AMP	100,00	1,00	100,00
061	Heparina Sódica Dosagem: 5.000ui/Ml , Indicação: Injetável Ampola 0,25 Mililitro	HIPOLABOR	AMP	50,00	10,08	504,00
073	Metronidazol Dosagem: 5mg/Ml , Apresentação: Solução Injetável Bolsa 100 Mililitro	J.P.	UN	200,00	4,04	808,00
088	Suxametônio Cloreto Dosagem: 100 MG, Indicação: Injetável	UNIAO QUIMICA	AMP	100,00	13,86	1.386,00
092	Trometamol Composição: Fosfomicina , Concentração: 3 G Forma Farmacêutica: Granulado	PHARMASCIENCE	UN	300,00	31,22	9.366,00

Relacionados. Prazo de Execução e Vigência 12 meses: 18/08/2026 até 17/08/2027. Assinatura:18/08/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:8E61975B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 62/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	***CARGO***	***DESTINO***	***PERÍODO***	***ATIVIDADE***	***VALOR***
Alvaro Sanches Jorge	*Motorista*	*Londrina*	*10 a 13/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 240,00*
Marcos Roberto da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*12/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Cesar Augusto da Silva Carrara	*Motorista*	*Londrina*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Francisco Sanches Filho	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*

Tamires Fernanda Teixeira	*Agente Adm*	*Curitiba*	*23 a 28/08/2026*	*Participar da Jornada das Contratações Públicas, Fiscalização de Contratos: TI, Obras e Adm em Geral – TCE/PR*	*R$ 1.925,00*
Andreia Silvestrini	*Agente Adm*	*Curitiba*	*23 a 28/08/2026*	*Participar da Jornada das Contratações Públicas, Fiscalização de Contratos: TI, Obras e Adm em Geral – TCE/PR*	*R$ 1.925,00*
Matheus Carvalho	*Motorista*	*Bandeirantes*	*10 a 14/08/2026*	*Transporte de universitários*	*R$ 150,00*
Odair José de Souza	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*10 a 14/08/2026*	*Transporte de universitários*	*R$ 300,00*
Edimar Aparecido Martimiano	*Motorista*	*Assís-SP*	*10 a 14/08/2026*	*Transporte de universitários*	*R$ 300,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Salvador Paulo Dias	*Motorista*	*Londrina*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Tiago Aparecido Borges	*Motorista*	*Londrina*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Valdir da Silva	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Evaldo Aparecido Roberto	*Motorista*	*Londrina*	*24 a 28/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Juliana Aparecida Soares	*Agente Adm*	*Cornélio Procopio*	*25/08/2026*	*Participar da Oficina do Plano de Desenvolvimento Regional*	*R$ 72,50*
Regiane da Silva Mendes Polizel	*Secretária da Saúde*	*Londrina*	*13 e 14/08/2026*	*Participar da Assembleia Geral do COSEMS/PR*	*R$ 102,50*
Letícia Robli	*Diretora de Saúde*	*Londrina*	*13 e 14/08/2026*	*Participar da Assembleia Geral do COSEMS/PR*	*R$ 72,50*
Amarildo Tostes	*Prefeito*	*Curitiba*	*17/08/2026*	*Reunião na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável*	*R$ 350,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Julio Cesar Dias
Código Identificador:7202BEAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 037/2026-PMI PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 031/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais distribuição gratuita que serão usados em campanhas e datas comemorativas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: LIRIO GIFT PERSONALIZADOS LTDA**,** inscrita no CNPJ nº. 58.648.465/0001-33

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1.2	undd	200	**Garrafa Alumínio 550ml personalizada –** Garrafa em alumínio com tampa rosqueável e capacidade para até 550ml. Altura : 21,7 cmLargura : 6,6 cmDiametro : 3 cm Medidas aproximadas para gravação (CxL): 12 cm x 5 cm; Peso aproximado (g): 83. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	18,50	3.700,00
1.5	Undd	200	**Guarda Chuva Dobrável (sombrinha) personalizada -** guarda-chuva em poliéster dobrável em 3 secções; Abertura manual; Aberto medido por fora 960 mm; Tamanho do cabo 240 mm de altura; (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	21,00	4.200,00
1.12	Undd	300	**Bolinha Antistress Personalizada – formato esférico;** Material Fabricada em material macio de PU (poliuretano expandido) e/ou EVA; Medidas: 6 cm x 6 cm x 6 cm; Peso Aproximado: Entre 10g e 15g por unidade. (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	6,80	2.040,00
1.13	Undd	300	**Espelho de Bolso Personalizado -** Espelho de bolso/mão circular, compacto e portátil.; Estrutura em metal (flandres/alumínio) ou polímero de alta resistência, com acabamento anticorrosivo; Base do Espelho: Vidro de cristal com espessura mínima de 2mm, lapidado, com reflexão nítida e livre de distorções.; Dimensões: Diâmetro aproximado entre 5,5 e 7,0 cm - (cores, personalização e quantidades a definir conforme necessidade do setor). Imagem de referência:	4,00	1.200,00
Valor Total:					**11.140,00**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:FD7DD8BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR

I – A Presidente da Comissão Especial de Concurso de JARDIM OLINDA/PR, usando das atribuições legais, **DIVULGA** o resultado preliminar da prova escritas objetiva, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 02/2026, conforme segue:
FONOAUDIÓLOGO

CLASS.	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	L.P.	MAT.	C.G.	C.E.	PROVA ESCRITA OBJETIVA	TÍTULOS	REDAÇÃO	NOTA FINAL
---	99271	---	9.00	2.50	2.00	24.00	37.50	---	---	---
---	99266	---	12.00	2.50	2.00	12.00	28.50	---	---	---
AUSENTE	99273	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE	---	---	---

Jardim Olinda - PR, em 19 de agosto de 2026

MARIA ALTANIRA DE OLIVEIRA REIS
Presidente da Comissão Especial de Concurso

Publicado por:
Maria Altanira de Oliveira Reis
Código Identificador:7D3BBD50

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Verificada a regularidade do procedimento licitatório, acolhidas a decisão da Senhora Pregoeira e as conclusões constantes do Parecer Jurídico, e considerando que foram observados os princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, **com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, **HOMOLOGO** o resultado do **Pregão Eletrônico nº 02/2026**, (processo PNCP 19/2026) cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ES-PECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE SAÚDE E SE-GURANÇA DO TRABALHO: PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, PCMSO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, LTCAT LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS, AET – ANALISE ERGONÔMICA DO TRABALHO, ASO – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL E ACUIDADE VISUAL, PPP - PERFIL PROFISSIO-GRÁFICO PREVIDENCIÁRIO, BEM COMO, ENVIO DOS EVENTOS A PLATAFORMA DO E-
SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, em atendimento a legislação pertinente.
Em consequência, **ADJUDICO** o objeto às empresas - AMBRAC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.153.790/0001-08, com endereço SDS, Edifício Venâncio II, salas 201 a 203 e 215 a 217, Asa Sul, Brasília-DF, a qual apresentou os preços mais vantajosos para os itens 02, 03 e 05, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
2	PPP - Perfil Profissiográfico-Previdenciários	UN	50	2,00	100,00
3	**LAUDO PGR** - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	UN	1	292,00	800,00
5	Gestão SST Saúde e Segurança do Trabalho no e-Social: assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes ao SST para a plataforma do e-Social.	De acordo com as tabelas e prazos do e-Social **Mensal**	12	72	864,00

- AJ SANTIAGO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.402.977/0001-99, com endereço à Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, sala 105 andar 01 Opus One Ecoville, Curitiba, Paraná, a qual apresentou os preços mais vantajosos para os itens 01 e 04, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	**LTCAT** LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS	UN	1	100,00	100,00
4	**CAT** – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (sob demanda)	UN	12	5,00	60,00

Determino a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as disposições constantes do Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

Lapa, 20 de agosto de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C87F10D6

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS N°342

DADOS DO SERVIDOR			
Nome : Carlos Roberto de Oliveira Araujo.			Matrícula 8387
Cargo : Auxiliar de Serviços Gerais	CPF 982.406.259-91		RG 6.748.122-4
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal	Conta Corrente Poupança 000812746593-1		Banco/ Nº Agência Caixa Economica Federal 0393
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 7213			
Destino (Dist. Aprox.) Curitiba	Período **11/08/2026**	a	**11/08/2026**

Hora de Saída 6:40			Hora de Retorno 15:30			
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------	
Valor Diária (s) (R$) 38,67			Total a Receber(R$) 38,67			
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 7213 de 11/08/2026. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento emergencial no HPET.						
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO						
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário(a) Municipal						
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL						
...../...../..... ..... Data ***DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS*** Prefeito Municipal						

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4A13A3AE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 012/2026

DADOS DO SERVIDOR						
Nome Altair Euko					Matrícula 5023	
Cargo Diretor Presidente			CPF 017.436.019-30		RG 6.144.023-2	
Setor / Órgão Instituto LAPAPREVI			Conta Corrente 1042-8		Banco / Nº Agência 104/0393	
INFORMAÇÕES DA VIAGEM						
JUSTIFICATIVA: Participação no Evento 2º Seminário de Educação Previdenciária PRPREV, na data de 25 de agosto de 2026, Curitiba-Pr.						
Destino (Dist. Aprox.) 70 km			Período **25/08/2026**			
Hora de Saída 6h30 do dia 25/08/2026			Hora de Retorno 18h do dia 25/08/2026			
Veículo Oficial	**X**	Ônibus		Aéreo	Outros	----------
Valor Diária(s) (R$) R$ 108,66 **Obs. Já descontado o valor proporcional do servidor, relativo ao vale alimentação.**					Total a Receber (R$) R$ 108,66	
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO						
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **18/08/2026** ..... Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **18/08/2026** ..... Data Diretoria Executiva Diretoria Executiva ..... Diretoria Executiva						
AUTORIZAÇÃO DIRETORIA FINANCEIRA						
18/08/2026 ..... Data						

SABRINA FERREIRA
Diretora Financeira

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F9CE6C74

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 013/2026

DADOS DO SERVIDOR							
Nome Rudiney Aparecido Cobachuk Siqueira						Matrícula 990	
Cargo Diretor Administrativo			CPF 068.148.369-55			RG 068.148.369-55	
Setor / Órgão Instituto LAPAPREVI			Conta Corrente 6590950-8			Banco / Nº Agência 260/0001	
INFORMAÇÕES DA VIAGEM							
JUSTIFICATIVA: Participação no Evento 2º Seminário de Educação Previdenciária PRPREV, na data de 25 de agosto de 2026, Curitiba-Pr.							
Destino (Dist. Aprox.) 70 km			Período **25/08/2026**				
Hora de Saída 6h30 do dia 25/08/2026			Hora de Retorno 18h do dia 25/08/2026				
Veículo Oficial	**X**	Ônibus		Aéreo		Outros	----------
Valor Diária(s) (R$) R$ 108,66 **Obs. Já descontado o valor proporcional do servidor, relativo ao vale alimentação.**						Total a Receber (R$) R$ 108,66	
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO							
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **18/08/2026** ..... Assinatura Servidor							

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **18/08/2026** ..... Data Diretoria Executiva Diretoria Executiva ..... Diretoria Executiva
AUTORIZAÇÃO DIRETORIA FINANCEIRA
18/08/2026 ..... Data ***SABRINA FERREIRA*** Diretora Financeira

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E10EB2C3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 014/2026

DADOS DO SERVIDOR							
Nome Vilson Martins de Souza							Matrícula 1598
Cargo Diretor de Previdência				CPF 841.958.199-20			RG 4.668.525-3
Setor / Órgão Instituto LAPAPREVI				Conta Corrente 3924-8			Banco / Nº Agência 104/0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM							
JUSTIFICATIVA: Participação no Evento 2º Seminário de Educação Previdenciária PRPREV, na data de 25 de agosto de 2026, Curitiba-Pr.							
Destino (Dist. Aprox.) 70 km				Período **25/08/2026**			
Hora de Saída 6h30 do dia 25/08/2026				Hora de Retorno 18h do dia 25/08/2026			
Veículo Oficial	**X**	Ônibus		Aéreo		Outros	----------
Valor Diária(s) (R$) R$ 108,66 **Obs. Já descontado o valor proporcional do servidor, relativo ao vale alimentação.**						Total a Receber (R$) R$ 108,66	
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO							
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **18/08/2026** ..... Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **18/08/2026** ..... Data Diretoria Executiva Diretoria Executiva ..... Diretoria Executiva							
AUTORIZAÇÃO DIRETORIA FINANCEIRA							
18/08/2026 ..... Data ***SABRINA FERREIRA*** Diretora Financeira							

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A640584E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 787, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a revogação das Funções Gratificadas, em atendimento ao Decreto n° 29.814 de 2026, que atribui à Secretaria Municipal de Administração a competência para a sua gestão.

Art. 1º Ficam revogadas as Portarias ou itens das Portarias que concederam FUNÇÃO GRATIFICADA aos servidores abaixo especificados, em conformidade com a Lei Municipal n° 4.337 de 04 de fevereiro de 2025 e com as alterações promovidas pelo Decreto n° 29.814 de 3 de julho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
81805-1	ANGELA MARCIA MANOEL DA SILVA	ZELADORIA	FG-GAB 03
10976-2	JULIA FAVARO LINHARES	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	FG-GAB 04
1098-2	MARINA GONÇALVES FERREIRA	GESTOR ADMINISTRATIVO E CONTROLE FINANCEIRO	FG-GAB 02
1267-1	PAULINO SCHIMALSKI	ASSESSORIA DE ATENDIMENTO E LEVANTAMENTO DE DEMANDA	FG-GAB 02
4570-6	ROSDAEL ROGERIO PICULSKI PAES	GESTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR E SANITÁRIO	FG-GAB 01

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
10051-1	ANA CLAUDIA TUCHANSKI DE PAULA	ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL	FG-PROC-01
8224-1	ANDREA MICUSKA PACHECO	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTROLE FINANCEIRO	FG-PROC-02
5966-1	FRANCIENE DE CASTRO MARTINS	ASSESSORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	FG-PROC-03
10058-1	ROBSON DA SILVEIRA MAURER	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA E DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	FG-PROC-04

UNIDADE DO CONTROLE INTERNO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
228-1	CARLITO MACHADO DOS SANTOS FILHO	COORDENADOR DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	FG-UCI-05
4510-1	JULIO CESAR PADILHA BARBOSA	ASSESSORIA CONTÁBIL DA UNIDADE DO CONTROLE INTERNO	FG-UCI- 06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
1993-1	ALVARO JOSE LEAL DOS SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE SOFTWARE	FG-SEMAD-04
1663-3	ANA CLAUDIA DE FREITAS HOFFMANN	ASSESSORIA TÉCNICA DA FOLHA DE PAGAMENTO	FG-SEMAD-04
10832-1	ANTONIO EUGENIO BARROS TEIXEIRA	DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	FG-SEMAD-05
81258-1	APARICIO LEVI DE QUEVEDO	ASSESSORIA TÉCNICA DE PREGÕES	FG-SEMAD-04
81067-1	ARIEL APARECIDO FERNANDES	COORDENADORIA GERAL DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO	FG-SEMAD-03
11554-3	BRUNO GOLL ZEVE	COORDENADORIA DE PREGÕES	FG-SEMAD-03
9116-2	CAMILA ALVES DOS SANTOS	DIREÇÃO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO	FG-SEMAD-01
2220-1	CAMILA CARRANO PIERIN	COORDENADORIA DE CONTRATOS	FG-SEMAD-03
1661-1	CASSIELE GREGORIO BAGGIO	ASSESSORIA TÉCNICA DE CADASTRO ÚNICO E ESTAGIÁRIOS	FG-SEMAD-04
81976-1	DANIEL SANTOS LIMA GOSLAR	DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES	FG-SEMAD-05
81408-2	ELIANE ZANDROVSKI HONORIO	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS HUMANOS	FG-SEMAD-09
81191-2	ELIZANDRO ANTONIO PINTO DA SILVA	ASSESSORIA DE PORTARIAS E CONTROLE FUNCIONAL	FG-SEMAD-09
4539-2	EVANDRO ROBERTO DE SIQUEIRA	ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL PATRIMONIAL	FG-SEMAD-04
6638-3	FELIPE AUGUSTO DIAS FANTIN	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES	FG-SEMAD-02
8537-3	GILMAR CARDOSO SACHINSKI	DIVISÃO DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DE CRISES NO ÂMBITO DE DEFESA CIVIL	FG-SEMAD-05
635-1	JOAO ANTONIO DE JESUS MARTINS	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA DE PROTOCOLO	FG-SEMAD-04
10039-4	JOISELE DOS SANTOS RODRIGUES	DIVISÃO DE APOIO A LICITAÇÕES	FG-SEMAD-05
697-1	JOSE AUGUSTO DE LIMA GRIBNER	DIRETOR GERAL DA DEFESA CIVIL	FG-SEMAD-02
696-1	JOSE ARAMIS CASTILHOS RUIZ	ASSESSORIA TÉCNICA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	FG-SEMAD-04
8154-3	KELLY CRISTINA BROGIAN	DIRETORIA TÉCNICA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	FG-SEMAD-01
81359-1	LARISSA SILVEIRA DO NASCIMENTO	ASSESSORIA TÉCNICA DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	FG-SEMAD-04
833-1	LOUISE RITTER WIEDMER CARDOZO DA SILVA	DIVISÃO DE SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	FG-SEMAD-05
5024-2	LUCIANE LEINEKER PEREIRA	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA DE JUNTA MILITAR E POSTO DE IDENTIFICAÇÃO	FG-SEMAD-04
870-1	LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE CANCHAS POLIESPORTIVAS	FG-SEMAD-05
82370-1	LUIZ HENRIQUE MULLER SANT ANA	SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ORDEM DE COMPRA	FG-SEMAD-06
899-1	MARCELO FIORAVANTE ZELA	COORDENADORIA TÉCNICA GERAL DA FOLHA DE PAGAMENTO	FG-SEMAD-03
8162-1	MARIA INES TEIXEIRA	ASSESSORIA TÉCNICA DE PROTOCOLO GERAL	FG-SEMAD-04
6845-1	MARICI WOLF COELHO	ASSESSORIA TÉCNICA DE JUNTA MILITAR E POSTO DE IDENTIFICAÇÃO	FG-SEMAD-04
3799-1	PRISCILA PADILHA PAIS	ASSESSORIA TÉCNICA FINANCEIRA	FG-SEMAD-04
1304-3	REGINA MARIA BRUNATTO	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES	FG-SEMAD-03
11077-5	RITHELE FERREIRA	DIVISÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS	FG-SEMAD-05
6474-3	ROSA MARIA HOFFMANN	ASSESSORIA TÉCNICA DE CONTRATOS	FG-SEMAD-04
10295-1	SABRINA ALMEIDA	ASSESSORIA TÉCNICA DE GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES	FG-SEMAD-04
82381-1	SCHARTON SANTOS LIMA	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO	FG-SEMAD-05
9963-1	TALLES BAUMGARTNER XAVIER	COORDENADORIA DE CHEFE DE GABINETE	FG-SEMAD-03
8789-1	THAIS CRISTINA BUDZIAKI SUPLICY	COORDENADORIA DE COMPRAS	FG-SEMAD-03
8303-1	WALDECIR MATHEUS DOS SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE CEMITÉRIOS E CENTRAL DE LUTO	FG-SEMAD-04
10828-1	WANDERLEY VALE DOS SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	FG-SEMAD-04
10022-1	WILLIAN RAFAEL PAES DE MIRANDA	ASSESSORIA TÉCNICA DE HARDWARE	FG-SEMAD-04

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Matrícula	Nome	Função Gratificada	Símbolo
54-2	ALISSANDRA HORNING DO VALE LORENZEN	SEÇÃO DE LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS	FG-FAZ-06
274-1	CLAUDIA ANDREA KUGERATSKI CARNEIRO	COORDENADORIA DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	FG-FAZ-03
325-1	DANIELLI PINTO FERRARI	SEÇÃO DE CONTROLE DE ATOS ADMINISTRATIVOS	FG-FAZ-06
81156-1	DARTAGNAN REICHERT GORNISKI	SEÇÃO DE LANÇAMENTOS DE TRIBUTOS - MOBILIÁRIOS	FG-FAZ-06
10184-1	DELIZE RODRIGUES	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	FG-FAZ-06
2437-4	DIAIR APARECIDA PORTES	SEÇÃO DO ITBI E LANÇAMENTOS DE IPTU	FG-FAZ-06
9764-3	EDSON BENEDITO TABORDA	SEÇÃO DE LANÇAMENTO DE RECEITAS	FG-FAZ-06
393-2	EDSON LUIZ SILVA	ASSESSOR TÉCNICO FINANCEIRO CONTÁBIL	FG-FAZ-04
8043-2	ELIZETE APARECIDA DO NASCIMENTO LACERDA	SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA	FG-FAZ-06
479-1	FELIPE MARCELO GONZAGA DE CARVALHO	SEÇÃO DO CADASTRO MOBILIÁRIO	FG-FAZ-06
2682-2	FABIANA CANS LEMOS	SEÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FG-FAZ-06
9261-2	JULIANA DE FATIMA STELMAK	DIVISÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL - PAV	FG-FAZ-05
3177-2	JULIANA WILLE HAMMERSCHMIDT GOLL	DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA	FG-FAZ-05
6613-2	LECIANE RASMUSEN GOLART	SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE BOLETIM BANCÁRIO	FG-FAZ-06
8951-1	LILIAN RIBAS DA CRUZ	SEÇÃO DE ORÇAMENTO FINANCEIRO	FG-FAZ-06
81333-4	LUCAS MATHEUS CUNHA DO AMARAL	SEÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	FG-FAZ-06
4811-1	MARCOS JOSE VEIGA HANNIG	ASSESSOR TÉCNICO DO INCRA/ITR	FG-FAZ-04
934-1	MARCOS MELQUIOR CORTES BERGHAUSER	COORDENADORIA DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO	FG-FAZ-03
4649-1	MARIZA CARNEIRO PINHEIRO	SEÇÃO DE VISTORIAS TRIBUTÁRIAS	FG-FAZ-06
10282-1	ODETE TRZASKOS DE OLIVEIRA	COORDENADORIA DE TESOURARIA	FG-FAZ-03
6586-1	SUELI FELIZARDO PARANA	ASSESSOR TÉCNICO DE INCREMENTO DE RECEITAS	FG-FAZ-04
1502-1	SUMAIA MARIA DAWAGI DOS SANTOS	DIVISÃO DE CONTABILIDADE GERAL	FG-FAZ-05
1516-2	TANIA MARIA GEMIN CAMARGO	SEÇÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	FG-FAZ-06
5056-1	VANUSA MEIRA GRANDE MENDES	DIVISÃO DO MOBILIÁRIO	FG-FAZ-05

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
6381-3	ADRIANA ALMEIDA VEIGA	SEÇÃO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	FG- SMEEL- 07
11056-1	ALBENIR CAMARGO RIBAS	ASSESSORIA DE MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS	FG- SMEEL- 05
81069-1	ALEX KULIGOSKI RODRIGUES	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO NOS CMEIS E PRÉDIOS DA EDUCAÇÃO	FG- SMEEL- 06

7020-2	ALIANE ZANLORENZI SOSSELA	DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUSICAL, PROJETOS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	FG- SMEEL- 06
8216-2	ANA CAROLINE SANTOS LIMA PAZ	DIVISÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EDUCACIONAIS	FG- SMEEL- 06
10888-1	ANDERSON IVO PAES	SETOR DE LAVADOR E LUBRIFICADOR	FG- SMEEL- 08
81923-1	ANDRIELLI SCARDANZAN FIGURA TISSOT	SETOR DE ENGENHARIA CIVIL	FG- SMEEL - 08
82047-1	BENEDITO ADIRSON AFONSO	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E INSTALAÇÕES	FG- SMEEL- 06
81780-1	BRUNO LAERTES RAMOS GANZERT	ASSESSORIA TÉCNICA DE OFICINA, MANUTENÇÃO DE FROTA E LOGÍSTICA DO TRANSPORTE ESCOLAR	FG- SMEEL-05
6578-2	CAMILA BARBOSA PINTO	COORDENADORIA GERAL ADMINISTRATIVA DO SETOR FINANCEIRO	FG- SMEEL- 04
8662-4	CAMILA STABACH MENDES	SEÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 07
4286-2	CAMILA TRINDADE LOPATA	ASSESSORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR URBANO E RURAL	FG- SMEEL- 05
81494-4	CAROLINA EHLKE MOREIRA	ASSESSORIA TÉCNICA DE AUDIOLOGIA	FG- SMEEL- 05
6390-3	CEDRIK LUAN KAMINSKI	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA RECREAÇÃO	FG- SMEEL- 07
6392-3	CLEITON KNOPIK LIMA	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS INSTITUIÇÕES	FG- SMEEL- 07
10126-2	CRISTIANE FERREIRA DA LUZ DE SIQUEIRA	SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	FG- SMEEL- 07
10232-1	CRISTIANNE HIROMI MIAZAKA	DIVISÃO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 06
81816-1	DEBORA MEDEIROS SANTOS	SEÇÃO DE APOIO À LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS	FG- SMEEL- 07
378-5	DULCE BACH	SEÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	FG- SMEEL- 07
7339-3	ÉLIDA FERNANDA PAZ VERA	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL	FG- SMEEL- 06
82606-1	ELISON DOS SANTOS DUARTE	SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 07
7532-5	ELY MARIA KAIS	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 06
80683-2	EMANUELI DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS	COORDENADORIA GERAL RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO	FG- SMEEL- 04
6510-2	FABIELI TORRES KLINGBEIL	SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 07
4566-3	FLÁVIA JEANE FERRARI	DIVISÃO DE ANALISTA DE LICITAÇÕES	FG- SMEEL- 06
8211-2	FRANCIELE MAURER DOS SANTOS	COORDENADORIA GERAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	FG- SMEEL- 04
8312-2	FRANCIELE RODRIGUES PADILHA	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DO CIES - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	FG- SMEEL- 07
5904-4	GILSON HENRIQUE DE LIMA	SEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS	FG- SMEEL- 07
7237-3	GINA GUZZONI HAMMERSCHMIDT	COORDENADORIA GERAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 04
6637-2	HELEN CRISTIANE CORREA LOPES	DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO	FG- SMEEL-02
5876-2	HILARIANE RIBEIRO BAGGIO LIMA	SEÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E HORA ATIVIDADE	FG- SMEEL- 07
81664-3	JANAINE HORNUNG	COORDENADORIA GERAL DO CAIC - CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À CRIANÇA	FG- SMEEL- 04
7380-4	JÉSSICA CRISTINA CAETANO DA CRUZ	COORDENADORIA GERAL CONTÁBIL	FG- SMEEL- 04
10270-2	JOÃO ARILSON RODRIGUES DE JESUS	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA ARTES CÊNICAS	FG- SMEEL- 07
81978-1	JONATHAN ALAIKO FERREIRA	COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA TRANSPORTE ESCOLAR	FG- SMEEL- 04
82320-1	JOSIELE KUCLA SAMPAIO DRUSCZ	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL	FG- SMEEL- 06
82214-1	JUCINEY CAMARGO SOSSELA	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FG- SMEEL- 07
8233-1	KÁTIA ARRUDA TUCHINSKI	DIVISÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS	FG- SMEEL- 06
7069-2	KÁTIA REGINA DALMAZ	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FG- SMEEL- 06
8203-1	LAURIANE DA SILVA MORDASKI	SEÇÃO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 07
81575-1	LUCAS PADILHA PINTO ALBERTI	DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 06
858-1	LUCIENE PINTO DOMINGUES DE SOUZA	SEÇÃO DE CENTRAL DE VAGAS	FG- SMEEL- 07
6651-1	MARCIO RIBEIRO MATOSO	ASSESSORIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	FG- SMEEL- 05
80945-1	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA DAS NEVES	SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	FG- SMEEL- 07
1220-2	NILVA MARIA BISOTTO FERREIRA	SEÇÃO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	FG- SMEEL- 07
10125-3	PATRICIA ROSA COELHO STABACH	COORDENADORIA GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO ESPECIAL E TEMPO INTEGRAL	FG- SMEEL- 04
10127-4	ROSÂNGELA DOS SANTOS PAWOSKI	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	FG- SMEEL- 07
1349-2	ROSANGELA RASMUSSEN	DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 06
81938-1	SARAH DA LUZ PASDIORA SCHULTZ	DIVISÃO DE APOIO AO RECURSOS HUMANOS	FG- SMEEL- 06
81988-1	SCARLET CARVALHO MATIAS DE LIMA	SEÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 07
1468-2	SIMONE PASDIORA	DIVISÃO DE CONTRATOS DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO	FG- SMEEL- 06
82661-1	THAYNÁ SLUSARZ WALTER	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA VALORES E EMOÇÕES	FG- SMEEL- 07
10368-1	WANDERLEY CRISTIANO VALENTE	SEÇÃO DE ENTREGA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 07

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
4456-3	ADRIANA DE FATIMA SOSSELA CAVALHEIRO	SETOR DE SAÚDE BUCAL PREVENTIVA	FG-SMS-07
8173-1	ALESSANDRA BATISTA BUENO MATOSO	DIVISÃO TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO PSICOSSOCIAL E CUIDADO MULTIPROFISSIONAL	FG-SMS-05
80817-6	ALEX VIEIRA CEGAN	COORDENADORIA DE TECNOLOGIA, ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO	FG-SMS-03
81770-1	ALINE HOFFMANN XAVIER DA SILVA	DIVISÃO DE ENDODONTIA	FG-SMS-05
81527-6	ALINE MAGALHÃES FERREIRA	SEÇÃO DE AGENDAMENTO E ATENDIMENTO AO USUÁRIO	FG-SMS-06
82050-1	AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA	DIREÇÃO TÉCNICA DA UPA E SAMU	FG-SMS-01
65-1	ANA CECILIA LINHARES DE ZORZI	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO DA SAÚDE	FG-SMS-06
9393-3	ANA MARIA NUNES DIAS LOURES	DIVISÃO DO CAPS	FG-SMS-05
82684-1	ANDREA REIS WENDT	SEÇÃO DE CIRURGIA	FG-SMS-06
4669-2	ARIANE RIBAS DAOU	ASSESSORIA TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA MMHC	FG-SMS-04
81803-1	CAMILA JACON BARBOZA	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	FG-SMS-06
82271-1	CAMILLE VITORIA MEIRA WEINHARDT	SETOR DE CONTRATOS	FG-SMS-07
10112-1	CAROLINE MURBACK BORA	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA UPA E SAMU	FG-SMS-05
10113-1	CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE	ASSESSORIA TÉCNICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	FG-SMS-04
4613-2	CRISTIANE PEDROSO PEPPES	DIREÇÃO GERAL DE ODONTOLOGIA	SMS-02
4575-2	DANIELE BELNHARKI DE MELO	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E IMUNIZAÇÃO	FG-SMS-05
342-1	DENISE ELIANE FIOR DIAS KASEKER	DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE	FG-SMS-01A
82313-1	DHOUGLAS STANISK MAGALHAES	DIREÇÃO GERAL DE ENFERMAGEM DA UPA E SAMU	FG-SMS-02
6415-1	EDUARDO ARAUZ	ASSESSORIA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA MATERNIDADE	FG-SMS-04
4272-2	ELENICE APARECIDA DE SOUZA	SEÇÃO SAÚDE DO TRABALHADOR	FG-SMS-06
11101-1	ELIZABETH CRISTINA DA SILVA	SEÇÃO DE MEDICAMENTOS DA MATERNIDADE MUNICIPAL	FG-SMS-06
10288-1	ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	FG-SMS-04

81980-1	ELOISA PRESTES SANTOS LIMA	ASSESSORIA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE	FG-SMS-04A
11236-2	FAGNER ASSUMPCAO DA SILVA	SEÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E TRANSPORTE – CAF	FG-SMS-06
5118-6	FERNANDA BUENO DA SILVA	SEÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO ENSINO INFANTIL	FG-SMS-06
5328-1	FERNANDA GIORDANI ABRANTES	DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE NUTRIÇÃO	FG-SMS-05
82281-1	FERNANDA LETICIA PAES PACHECO	DIVISÃO DE MEDICAMENTOS DA UPA	FG-SMS-05
4567-3	FRANCIELY PIOVEZAN DOS SANTOS	DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE	FG-SMS-05
80800-1	GILCELE DE LIMA STABACH	SEÇÃO DE DIGITAÇÃO DE PROGRAMAS DAS VIGILÂNCIAS	FG-SMS-06
81068-1	GILNEY DIAS POLATO	SERVIÇO DE LOGÍSTICA DE GASES MEDICINAIS DA CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	FG-SMS-08
4386-3	GIOVANA MARIA ROKISKEI ROCHA	DIREÇÃO GERAL DA MATERNIDADE	FG-SMS-02
4318-3	GLAUCIANE CARDOSO HAMMERSCHMIDT	SEÇÃO DE SERVIÇO EXECUTIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FG-SMS-06
4509-2	HELENA DEQUECH DARDAQUE PORTES	ASSESSORIA TÉCNICA FINANCEIRA	FG-SMS-04
598-1	JACKSON VINICIUS PEREIRA DA SILVA	SEÇÃO DE SAÚDE MENTAL	FG-SMS-06
4768-1	JANINE ANGELICA HENDERIKX SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES EXTERNAS	FG-SMS-04
5041-1	JOÃO DARDAQUE NETO	SEÇÃO DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO	FG-SMS-06
8194-2	JOSELETE SCHOLTZ WILL	DIVISÃO DE FATURAMENTO DA MMHC	FG-SMS-05
3138-1	JOSIANE SANTOS LIMA SCHOLTZ	DIVISÃO DE OUVIDORIA	FG-SMS-05
8228-1	JOSIANE TON RAMOS	DIVISÃO DE ENCARREGADO DE DADOS E SIOPS	FG-SMS-05
765-2	JULIANA KRAINSKI DA SILVA	DIVISÃO DE ODONTOLOGIA	FG-SMS-05
81358-4	LARISSA MARTINS MOREIRA	ASSESSORIA TÉCNICA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	FG-SMS-04
830-1	LORIANA SIBEN MILDEMBERG	SEÇÃO DE INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS	FG-SMS-06
6754-1	LUCIANE MARTINS DE CAMARGO	DIVISÃO DE CONTROLE CNES E REPASSES DE ENFERMAGEM	FG-SMS-05
10004-2	LUCIANO RAMOS WEINHARDT	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DA FROTA	FG-SMS-05
82108-1	LUIZ ALBERTO RIBAS FANTIN	SEÇÃO DE SUPORTE DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	FG-SMS-06
3455-1	LYSANDRA DE CASTRO MARTINS	ASSESSORIA TÉCNICA DE ATENDIMENTOS TERAPÊUTICOS	FG-SMS-04
3484-1	MARCIA APARECIDA MULLER VARCHAKI	DIVISÃO FINANCEIRA	FG-SMS-05
913-1	MARCIA REGINA GUEBERT	DIVISÃO DA CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS	FG-SMS-05
82005-3	MARIA ROSANGELA BUDEK DIAS	SEÇÃO DE OFICINAS TERAPÊUTICAS E ARTESANATO – CAPS I	FG-SMS-06
81646-1	MARIANA DE FATIMA DE LIMA GOLL	ASSESSORIA TÉCNICA DE APOIO A ASSUNTOS GERAIS DE VIGILÂNCIAS	FG-SMS-04
8640-2	MARLI CARNEIRO GANZERT	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA	FG-SMS-05
82362-1	MATHEUS VIEIRA DOS SANTOS	SEÇÃO DE APOIO À FARMÁCIA DA UPA	FG-SMS-06
10234-1	MAURÍCIO GEMIN LINHARES	DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	FG-SMS-05
81732-2	MONICA APARECIDA VARCHAKI	SEÇÃO DE APOIO DA CAF	FG-SMS-06
11138-1	PATRICIA DA SILVA GASPARETTO	SEÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL	FG-SMS-06
9459-1	PRISCILLA ZALESKI	DIREÇÃO TÉCNICA DE SAÚDE	FG-SMS-01
9459-1	PRISCILLA ZALESKI	AUDITORIA MUNICIPAL DOS PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DO SUS DO MUNICIPIO DA LAPA	FG-SMS-02A SEM ÔNUS
80746-1	RAFAELA BERNASKI MEIRA HOFFMANN	DIVISÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	FG-SMS-05
1303-2	REGINA DE OLIVEIRA	DIVISÃO – RAG E RDQ	FG-SMS-05
11273-2	RICHARD HANDERSON MENDES DUARTE	DIREÇÃO GERAL TÉCNICA DA MMHC	FG-SMS-02
82447-1	ROBERTO LEUCH	DIVISÃO DE RADIOLOGIA DA UPA	FG-SMS-05
3908-2	ROMUALDO NICANOR PORTES ZELA	DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	FG-SMS-05
8166-1	ROSA MARIA PACHECO SCHEBEUKA	SEÇÃO DO PROGRAMA HIPERDIA	FG-SMS-06
9272-1	ROSECLEIDE HORNING DO VALE	DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO ODONTOLÓGICA	FG-SMS-05
9296-1	ROSELY PRCZYBITINIAK	ASSESSORIA TÉCNICA DA FARMÁCIA ESPECIAL	FG-SMS-04
4425-1	SILMARA DE FATIMA RAMOS WAGNER	DIVISÃO DA CENTRAL DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS	FG-SMS-05
6367-2	SILMARA DOS SANTOS CUNHA	SEÇÃO DA FARMÁCIA HOSPITALAR	FG-SMS-06
81522-2	SILVIA MARIA KRUK	ASSESSORIA TÉCNICA DE VIGILÂNCIAS	FG-SMS-04
8979-1	THAIS CANGUSSU DRUSS	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA DA MATERNIDADE	FG-SMS-04
1612-1	WALDIRENE RIBAS PINTO	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA	FG-SMS-04
8363-2	WILSON GARCIA	DIVISÃO DE PREVENÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	FG-SMS-05
9884-1	YEDA DAWAGI DAOU	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FG-SMS-06
1641-2	ZENAIDE APARECIDA DIAS RIBAS	DIVISÃO DE RECEPCIONAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA	FG-SMS-05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER

Matrícula	Nome	Função Gratificada	Símbolo
5102-3	ANDRE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE HABITAÇÃO E ATENDIMENTO A COMUNIDADE	FG-05-SASM
9411-1	ANDREA MARIA HAMMERSCHMIDT MENDES	DIVISÃO DO CRAS SÃO LUCAS	FG-05-SASM
82141-1	ANGELA KRAINSKI DALLABONA	DIREÇÃO GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	FG-02-SASM
318-1	DANIEL OLIVEIRA FRANÇA	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PASTIFÍCIO MUNICIPAL	FG-05-SASM
5008-2	GABRIELA SAMPAIO DA SILVA SANTOS	DIREÇÃO TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	FG-01-SASM
10690-2	JOCELIA PEREIRA RODRIGUES PIOVESAN	DIVISÃO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	FG-05-SASM
785-2	JUSSARA DE MELO MIRANDA DOS SANTOS	SETOR DE APOIO AS AÇÕES DO CENTRO DA JUVENTUDE	FG-07-SASM
8184-1	LAIS CRISTINA VIEIRA BACHI	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS	FG-05-SASM
81935-1	LETÍCIA MAYER AMARANTE	DIVISÃO DO CRAS FERNANDA MEIRA	FG-05-SASM
5136-2	LICIANE ROSA GUTERVILLE	DIVISÃO EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	FG-05-SASM
11016-1	LIDIANE LOPES PARANÁ	SEÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	FG-06-SASM
3356-1	LIZIANE RAMALHO PINTO	ASSESSORIA TÉCNICA DE SUPERVISÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIAL E CONSELHOS MUNICIPAIS	FG-04-SASM
3356-1	LIZIANE RAMALHO PINTO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL(SEM ONUS)	FG-06-SASM
9291-1	LUCAS MAURO PACHECO	SEÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	FG-06-SASM
4856-1	MARCIA HOFFMANN SIBEN	COORDENADORIA FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E DE GESTÃO DE FUNDOS	FG-03-SASM
1340-2	ROSANGELA DE FÁTIMA MARCONDES DE AZEVEDO	DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	FG-05-SASM
5701-1	ROSELI DE SOUZA PORTES	DIVISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA	FG-05-SASM
9559-1	SIMONE DOS SANTOS	COORDENAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	FG-03-SASM
82188-1	VIVIANE PAES VIEIRA	SEÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS	FG-06-SASM
1618-1	WANDERLEY BECHTLOFF DOS SANTOS	DIREÇÃO TÉCNICA DE HABITAÇÃO	FG-01-SASM

SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Matrícula	Nome	Função Gratificada	Símbolo
23-1	ADRIANA RIBAS BIANCHINI	DIREÇÃO GERAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	FG-SAMA-01
10251-1	ALANA HELENA KNAUT	COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	FG-SAMA-02
9259-1	ALTAIR CARNEIRO SCHMIDT	SEÇÃO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL	FG-SAMA-05
8387-4	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA ARAÚJO	DIVISÃO DO CANIL MUNICIPAL	FG-SAMA-04
415-1	ELIANE KRAINSKI DULA BARBOSA	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	FG-SAMA-02
9245-1	GILMAR DE CHAVES COELHO	DIVISÃO DE PAISAGISMO	FG-SAMA-04
10730-1	GILLIARD MAIDL	COORDENAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	FG-SAMA-02
604-1	JAIRO DOMINGUES ALBERTI	ASSESSORIA DE MEIO AMBIENTE	FG-SAMA-03
823-3	LIA MÁRCIA KUGERATSKI DE SOUZA MARIN	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	FG-SAMA-04
8836-5	LUIZ CARLOS BORGES	SETOR DE MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EVENTOS	FG-SAMA-06
8098-1	MARIANE GOSLAR POLATO	SEÇÃO FINANCEIRA INTERNA	FG-SAMA-05
5262-3	MÉRCIA DE MEDEIROS SILVA FRANÇA	DIVISÃO DE INCLUSÃO PRODUTIVA	FG-SAMA-04
9302-1	MIRIAM DO ROCIO PINTO SCHOLZ	DIVISÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	FG-SAMA-04
1648-1	ORLANDO DE OLIVEIRA RAMOS	SEÇÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	FG-SAMA-05
9305-2	PAULO CESAR URBANICH	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE AGROPECUÁRIA	FG-SAMA-02
80908-1	PAULO HENRIQUE WEINHARDT RIBEIRO	DIVISÃO DO PARQUE DE EVENTOS	FG-SAMA-04
4543-3	RENATA PINTO DOS SANTOS	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	FG-SAMA-05
82111-1	WILLIAN SANTOS TENÓRIO	SEÇÃO DE CADASTRO RURAL	FG-SAMA-05

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
124-1	ANTONIA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO	COORDENADORIA DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR E BANCO SOCIAL	FG-04
9258-1	DANIELLI ALVES DA SILVA	DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DE VAGAS	FG-02
9889-4	EDUARDO HOFFMANN FLORES	SEÇÃO DE PROJETOS TURÍSTICOS	FG-01
10298-1	GISLAINE ESTOQUEIRO GONÇALVES	DIVISÃO DE AGENTE DE CRÉDITO	FG-02
81749-3	GUSTAVO DUARTE RIBEIRO	SEÇÃO DE SEGURO-DESEMPREGO	FG-01
81132-3	HELOIZE MARTINS MANHÃES	SEÇÃO DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL	FG-01
10812-1	LEONIDAS DE DEUS BUENO	SEÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS	FG-01
4302-2	MARCIO BENEDITO NEVES	COORDENAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO, GEOPROCESSAMENTO E CONVÊNIOS ESTADUAIS	FG-04
8992-1	MARIA GENOVEVA PORTES LEKE MACIEL	COORDENAÇÃO DE TURISMO	FG-04
81612-2	ROGERIO KRAINSKI DALLABONA	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	FG-04

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
214-1	BERNADETE APARECIDA SCHULA PEREIRA	SEÇÃO MUSEU HISTÓRICO	FG-06
2454-5	DIOGO ALEXANDRE SODRE	SEÇÃO THEATRO SÃO JOÃO	FG-06
81100-1	LYAN CARLO DO ROSÁRIO	SEÇÃO MUSEU DAS ARMAS	FG-06
80856 -1	MARCIA CRISTINA SCHMIDT VIEIRA GALDINO	SEÇÃO MUSEU DA MODA	FG-06
82029-1	MARIA BETHÂNIA DINIZ E LUSTOSA BORTOLUZZI	SEÇÃO CASA VERMELHA	FG-06
10813-1	MARCELO FERREIRA BUENO	SEÇÃO CASA DA MEMÓRIA	FG-06
9299-3	MARIA ISABEL FERREIRA CAMARGO	SEÇÃO ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	FG-06
81094-1	ROSEMERY DA SILVEIRA BIANCHINI	SEÇÃO BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	FG-06
81142-1	SABRINA CUNHA GONÇALVES	DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	FG-05

SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
07-1	ADÃO OSNI CUNHA FERREIRA	SETOR DE ABASTECIMENTO	FG-SOPUSTT-07
6916-2	ADRIANO COSTA PINTO	SEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM VIAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
81928-1	ALEX KNAUT GREIN	SEÇÃO DE OPERAÇÃO DE MINICARREGADEIRA	FG-SOPUSTT-06
6740-1	ALTAIR MOREIRA DOS SANTOS	ASSESSORIA REGIONAL 1	FG-SOPUSTT-04
8373-2	ANDERSON MARCOS DOS SANTOS	DIVISÃO ESTRADAS – LAGOA GORDA/SÃO JOÃO CAÍVA	FG-SOPUSTT-05
1650-1	ANTONIO CARLOS ROMANOSKI	SEÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO RURAL DE CARGAS	FG-SOPUSTT-06
80960-1	BRUNA MILDEMBERG GOOD	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO	FG-SOPUSTT-06
81144-1	CARLOS BENEDITO PFUTZ DA SILVA	SETOR DE ALMOXARIFADO DA LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-07
82282-1	CARLOS HENRIQUE PEDROSO DE ASSUMPÇÃO	SEÇÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VIAS	FG-SOPUSTT-06
80933-1	CLAUDINEY CAMARGO DO AMARAL	SEÇÃO ESTRADAS PRINCIPAIS	FG-SOPUSTT-06
10722-1	DANIEL ANGELO SAMPAIO	SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS	FG-SOPUSTT-05-A
82206-1	DANILO TENÓRIO LOURENÇO	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO DE MANUTENÇÃO DE PONTES	FG-SOPUSTT-06
4297-3	DENIS MAGALHÃES COELHO	ASSESSORIA DE CONVÊNIO E CONTRATOS	FG-SOPUSTT-04
81031-1	DOUGLAS AMORIN RODRIGUES	DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-05
11234-2	EDENISE CRISTINA PINTO RIBEIRO	SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-06
82013-1	EDILMAR KINAGE	SEÇÃO DE SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE CAMPO	FG-SOPUSTT-06
9243-1	EDILSON MOREIRA DE ARAUJO	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA TRANSPORTE DE CARGAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
8863-3	EDSON LUIZ DA SILVA CARVALHO	SEÇÃO DE CONTROLE LOGÍSTICO	FG-SOPUSTT-06
2626-4	EMERSON DE PAULA PIRES	DIVISÃO DE RECUPERAÇÃO E ESCAVAÇÃO	FG-SOPUSTT-05
2696-2	FABIANO RAMALHO PINTO	SEÇÃO DE OPERAÇÕES DE LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-06
10720-1	FELIPE FERREIRA CORREA	DIVISÃO ESTRADAS – RIO DA VÁRZEA/COLÔNIA MUNICIPAL	FG-SOPUSTT-05
4823-1	FLAVIANA MORO DOS SANTOS	ASSESSORIA DE OBRAS PÚBLICAS/SIM-AM E GESTÃO DE CONTRATOS	FG-SOPUSTT-04
2784-2	FRANCIELE RAMOS ROSA	DIRETORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	FG-SOPUSTT-01
6070-2	GUILHERME GONÇALVES PACHECO DOS SANTOS	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PONTES	FG-SOPUSTT-06
530-1	HAROLDO HENKE	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE DE CARGAS EM VIAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
11322-2	HÉLIO UKAN	SEÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS	FG-SOPUSTT-06
82054-1	ISIEL VIEIRA SAMPAIO	SEÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	FG-SOPUSTT-06
82644-1	JACKSON CAJA DRANKA	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE EXECUÇÃO	FG-SOPUSTT-06
602-1	JAIR MILDEMBERG VIEIRA	COORDENADORIA DE SANEAMENTO	FG-SOPUSTT-03
8371-2	JEAN WLADIMIR GHISI	DIVISÃO ESTRADAS – CAPÃO BONITO	FG-SOPUSTT-05

10758-1	JEFFERSON GABRIEL PINTO	SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO À EXTRAÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS	FG-SOPUSTT-05-A
81150-1	JOÃO ANTONIO GOLL DE CAMPOS	SEÇÃO MECÂNICA PESADA	FG-SOPUSTT-06
82455-2	JOÃO BATISTA GONÇALVES	SETOR DE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	FG-SOPUSTT-07
649-1	JOÃO LUIZ PINTO DIAS	DIVISÃO DE APOIO OPERACIONAL	FG-SOPUSTT-05
8456-2	JOÃO MARIANO DO NASCIMENTO	SETOR LOGÍSTICA URBANA	FG-SOPUSTT-07
9062-1	JOÃO SKRZYPIETZ	ASSESSORIA REGIONAL 2	FG-SOPUSTT-04
4646-3	JOEL ALVES DE OLIVEIRA	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	FG-SOPUSTT-04
8012-3	JOSÉ CELESTINO DE QUADROS FERREIRA	SEÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	FG-SOPUSTT-06
10021-1	JOSÉ JOANI GOLL MOREIRA	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA RURAL	FG-SOPUSTT-06
4531-1	JOSÉ LUIZ LEAL BANDEIRA	SEÇÃO DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PESADOS	FG-SOPUSTT-06
729-1	JOSÉ PEDRO DE AGUIAR COLAÇO	SEÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGAS EM ESTRADAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
8854-2	JOSIANE DO CARMO PALMER DA SILVEIRA	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO	FG-SOPUSTT-05
8526-3	JULIANO LEINEKER SATLER	SEÇÃO MECÂNICA LEVE	FG-SOPUSTT-06
6535-1	JULIO CESAR MULLER	COORDENADORIA DE ESTRADAS RURAIS	FG-SOPUSTT-03
81785-1	JUNIOR CESAR NASCIMENTO SANTOS	SEÇÃO DE GESTÃO DE GALHOS E RESÍDUOS VERDES	FG-SOPUSTT-06
81929-1	LEO HIGOR BORGES VIEIRA	DIVISÃO ESTRADAS – MATO PRETO	FG-SOPUSTT-05
82461-1	LEONARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	FG-SOPUSTT-05
8455-2	LEONEL VIEIRA SAMPAIO	DIVISÃO ESTRADAS – PEDRA LISA	FG-SOPUSTT-05
80606-2	LUCAS DA ROSA RIBAS	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO DA MECÂNICA	FG-SOPUSTT-06
82063-1	LUCAS MARTINS KOTKOSKI	DIVISÃO DE MECÂNICA	FG-SOPUSTT-05
3401-2	LUCIANO ANTONIO GONÇALVES	SEÇÃO DE OPERAÇÃO DE REDE DE ÁGUA	FG-SOPUSTT-06
10026-1	LUIS ANTONIO SILVEIRA MACHADO	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	FG-SOPUSTT-06
82308-1	LUIS FELIPE OLIVEIRA	DIVISÃO DE PROJETOS	FG-SOPUSTT-05
80934-1	LUIZ ANTONIO PINTO DOMINGUES	SEÇÃO DE CONTROLE DE MATERIAIS	FG-SOPUSTT-06
9066-1	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA PIMENTEL	SEÇÃO DE OPERAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS	FG-SOPUSTT-06
9970-1	LUIZ JOSÉ DOS SANTOS LIMA	SEÇÃO DE LOGÍSTICA DE ABASTECIMENTO DE FROTA	FG-SOPUSTT-06
82192-1	MAILSON ASSIS SODRÉ	DIVISÃO ESTRADAS – CARQUEJA/ÁGUA AZUL	FG-SOPUSTT-05
80913-1	MARCELO DE JESUS CAMARGO FERREIRA	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE BUEIROS	FG-SOPUSTT-06
7935-1	MARCELO FABIANO HELLA	DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	FG-SOPUSTT-05
80972-2	MARCIO RODRIGO RODRIGUES TEIXEIRA	SEÇÃO DE LOGÍSTICA RURAL	FG-SOPUSTT-06
8395-1	MARIA CRISTINA PEREIRA ALMEIDA	DIVISÃO DE COMPRAS E CONTROLE DE MATERIAIS	FG-SOPUSTT-05
81139-1	MARTIM BECHTLOFF NETO	SETOR LUBRIFICAÇÃO	FG-SOPUSTT-07
81187-1	MAURICI DE OLIVEIRA RIBAS	DIVISÃO ESTRADAS – BARROS DOS MELLOS/SÃO BENTO	FG-SOPUSTT-05
1150-1	MAURÍCIO BENEDITO DE AGUIAR BERGHAUSER	ASSESSORIA DE MANUTENÇÃO DE FROTAS	FG-SOPUSTT-04
1166-1	MIGUEL JERONIMO GEMBAROSKI ALVES	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA	FG-SOPUSTT-06
1249-1	OSNI FONTOURA DO NASCIMENTO	SETOR DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS	FG-SOPUSTT-07
11252-3	PAULO SANTOS LIMA	SEÇÃO DE TERRAPLANAGEM DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	FG-SOPUSTT-06
10027-1	REGINALDO JOÃO LICHESKI	DIVISÃO ESTRADAS – PASSA DOIS	FG-SOPUSTT-05
82110-1	REGIS SOARES SCHINDA	COORDENAÇÃO DE TRÂNSITO	FG-SOPUSTT-03
81208-1	ROBERTO SANT'ANNA	SETOR DE RECOLHIMENTO DE ENTULHOS	FG-SOPUSTT-07
8861-3	SAMUEL BILL FERREIRA	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	FG-SOPUSTT-06
9055-1	SAMUEL FRANCISCO KOLOGE	SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO PARA UNIDADE DE BRITAGEM	FG-SOPUSTT-05-A
9095-1	SANDRO HOFFMANN SCARDANZAN	SEÇÃO GESTÃO DE CARGAS EM ESTRADAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
9298-1	SEBASTIÃO DE JESUS DE LIMA ROSA	DIVISÃO ESTRADAS – FEIXO/MARIENTAL	FG-SOPUSTT-05
9071-1	SILVIO ZIMOLONG	ASSESSORIA REGIONAL 3	FG-SOPUSTT-04
81152-1	VALTER CHAVES	SEÇÃO DE LIMPEZA E DRENAGEM	FG-SOPUSTT-06
80977-1	WALMIR LUCIO DE ANDRADE SCHUSTER	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO	FG-SOPUSTT-06
80932-1	WILLIAN GASPAR BERALDO MARTINS	SETOR DE RECOLHIMENTO DE GALHOS	FG-SOPUSTT-07

Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7AEC22BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 788, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão das Funções Gratificadas, em atendimento ao Decreto n° 29.814 de 2026, que atribui à Secretaria Municipal de Administração a competência para a sua gestão.

Art. 1º Fica concedido FUNÇÃO GRATIFICADA, aos servidores abaixo especificados, em conformidade com a Lei Municipal n° 4.337 de 04 de fevereiro de 2025 e com as alterações promovidas pelo Decreto n° 29.814 de 3 de julho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
81805-1	ANGELA MARCIA MANOEL DA SILVA	ZELADORIA	FG-GAB 03
10976-2	JULIA FAVARO LINHARES	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	FG-GAB 04
1098-2	MARINA GONÇALVES FERREIRA	GESTOR ADMINISTRATIVO E CONTROLE FINANCEIRO	FG-GAB 02
1267-1	PAULINO SCHIMALSKI	ASSESSORIA DE ATENDIMENTO E LEVANTAMENTO DE DEMANDA	FG-GAB 02
4570-6	ROSDAEL ROGERIO PICULSKI PAES	GESTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR E SANITÁRIO	FG-GAB 01

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
10051-1	ANA CLAUDIA TUCHANSKI DE PAULA	ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL	FG-PROC-01
8224-1	ANDREA MICUSKA PACHECO	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTROLE FINANCEIRO	FG-PROC-02
5966-1	FRANCIENE DE CASTRO MARTINS	ASSESSORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	FG-PROC-03
10058-1	ROBSON DA SILVEIRA MAURER	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA E DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	FG-PROC-04

UNIDADE DO CONTROLE INTERNO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
228-1	CARLITO MACHADO DOS SANTOS FILHO	COORDENADOR DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	FG-UCI-05
4510-1	JULIO CESAR PADILHA BARBOSA	ASSESSORIA CONTÁBIL DA UNIDADE DO CONTROLE INTERNO	FG-UCI- 06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
1993-1	ALVARO JOSE LEAL DOS SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE SOFTWARE	FG-SEMAD-04
1663-3	ANA CLAUDIA DE FREITAS HOFFMANN	ASSESSORIA TÉCNICA DA FOLHA DE PAGAMENTO	FG-SEMAD-04
10832-1	ANTONIO EUGENIO BARROS TEIXEIRA	DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	FG-SEMAD-05
81258-1	APARICIO LEVI DE QUEVEDO	ASSESSORIA TÉCNICA DE PREGÕES	FG-SEMAD-04
81067-1	ARIEL APARECIDO FERNANDES	COORDENADORIA GERAL DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO	FG-SEMAD-03
11554-3	BRUNO GOLL ZEVE	COORDENADORIA DE PREGÕES	FG-SEMAD-03
9116-2	CAMILA ALVES DOS SANTOS	DIREÇÃO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO	FG-SEMAD-01
2220-1	CAMILA CARRANO PIERIN	COORDENADORIA DE CONTRATOS	FG-SEMAD-03
1661-1	CASSIELE GREGORIO BAGGIO	ASSESSORIA TÉCNICA DE CADASTRO ÚNICO E ESTAGIÁRIOS	FG-SEMAD-04
81976-1	DANIEL SANTOS LIMA GOSLAR	DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES	FG-SEMAD-05
81408-2	ELIANE ZANDROVSKI HONORIO	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS HUMANOS	FG-SEMAD-09
81191-2	ELIZANDRO ANTONIO PINTO DA SILVA	ASSESSORIA DE PORTARIAS E CONTROLE FUNCIONAL	FG-SEMAD-09
4539-2	EVANDRO ROBERTO DE SIQUEIRA	ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL PATRIMONIAL	FG-SEMAD-04
6638-3	FELIPE AUGUSTO DIAS FANTIN	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES	FG-SEMAD-02
8537-3	GILMAR CARDOSO SACHINSKI	DIVISÃO DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DE CRISES NO ÂMBITO DE DEFESA CIVIL	FG-SEMAD-05
635-1	JOAO ANTONIO DE JESUS MARTINS	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA DE PROTOCOLO	FG-SEMAD-04
10039-4	JOISELE DOS SANTOS RODRIGUES	DIVISÃO DE APOIO A LICITAÇÕES	FG-SEMAD-05
697-1	JOSE AUGUSTO DE LIMA GRIBNER	DIRETOR GERAL DA DEFESA CIVIL	FG-SEMAD-02
696-1	JOSE ARAMIS CASTILHOS RUIZ	ASSESSORIA TÉCNICA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	FG-SEMAD-04
8154-3	KELLY CRISTINA BROGIAN	DIRETORIA TÉCNICA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	FG-SEMAD-01
81359-1	LARISSA SILVEIRA DO NASCIMENTO	ASSESSORIA TÉCNICA DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	FG-SEMAD-04
833-1	LOUISE RITTER WIEDMER CARDOZO DA SILVA	DIVISÃO DE SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	FG-SEMAD-05
5024-2	LUCIANE LEINEKER PEREIRA	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA DE JUNTA MILITAR E POSTO DE IDENTIFICAÇÃO	FG-SEMAD-04
870-1	LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE CANCHAS POLIESPORTIVAS	FG-SEMAD-05
82370-1	LUIZ HENRIQUE MULLER SANT ANA	SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ORDEM DE COMPRA	FG-SEMAD-06
899-1	MARCELO FIORAVANTE ZELA	COORDENADORIA TÉCNICA GERAL DA FOLHA DE PAGAMENTO	FG-SEMAD-03
8162-1	MARIA INES TEIXEIRA	ASSESSORIA TÉCNICA DE PROTOCOLO GERAL	FG-SEMAD-04
6845-1	MARICI WOLF COELHO	ASSESSORIA TÉCNICA DE JUNTA MILITAR E POSTO DE IDENTIFICAÇÃO	FG-SEMAD-04
3799-1	PRISCILA PADILHA PAIS	ASSESSORIA TÉCNICA FINANCEIRA	FG-SEMAD-04
1304-3	REGINA MARIA BRUNATTO	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES	FG-SEMAD-03
11077-5	RITHELE FERREIRA	DIVISÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS	FG-SEMAD-05
6474-3	ROSA MARIA HOFFMANN	ASSESSORIA TÉCNICA DE CONTRATOS	FG-SEMAD-04
10295-1	SABRINA ALMEIDA	ASSESSORIA TÉCNICA DE GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES	FG-SEMAD-04
82381-1	SCHARTON SANTOS LIMA	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO	FG-SEMAD-05
9963-1	TALLES BAUMGARTNER XAVIER	COORDENADORIA DE CHEFE DE GABINETE	FG-SEMAD-03
8789-1	THAIS CRISTINA BUDZIAKI SUPLICY	COORDENADORIA DE COMPRAS	FG-SEMAD-03
8303-1	WALDECIR MATHEUS DOS SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE CEMITÉRIOS E CENTRAL DE LUTO	FG-SEMAD-04
10828-1	WANDERLEY VALE DOS SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	FG-SEMAD-04
10022-1	WILLIAN RAFAEL PAES DE MIRANDA	ASSESSORIA TÉCNICA DE HARDWARE	FG-SEMAD-04

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Matrícula	Nome	Função Gratificada	Símbolo
54-2	ALISSANDRA HORNING DO VALE LORENZEN	SEÇÃO DE LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS	FG-FAZ-06
274-1	CLAUDIA ANDREA KUGERATSKI CARNEIRO	COORDENADORIA DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	FG-FAZ-03
325-1	DANIELLI PINTO FERRARI	SEÇÃO DE CONTROLE DE ATOS ADMINISTRATIVOS	FG-FAZ-06
81156-1	DARTAGNAN REICHERT GORNISKI	SEÇÃO DE LANÇAMENTOS DE TRIBUTOS - MOBILIÁRIOS	FG-FAZ-06
10184-1	DELIZE RODRIGUES	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	FG-FAZ-06
2437-4	DIAIR APARECIDA PORTES	SEÇÃO DO ITBI E LANÇAMENTOS DE IPTU	FG-FAZ-06
9764-3	EDSON BENEDITO TABORDA	SEÇÃO DE LANÇAMENTO DE RECEITAS	FG-FAZ-06
393-2	EDSON LUIZ SILVA	ASSESSOR TÉCNICO FINANCEIRO CONTÁBIL	FG-FAZ-04
8043-2	ELIZETE APARECIDA DO NASCIMENTO LACERDA	SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA	FG-FAZ-06
479-1	FELIPE MARCELO GONZAGA DE CARVALHO	SEÇÃO DO CADASTRO MOBILIÁRIO	FG-FAZ-06
2682-2	FABIANA CANS LEMOS	SEÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FG-FAZ-06
9261-2	JULIANA DE FATIMA STELMAK	DIVISÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL - PAV	FG-FAZ-05
3177-2	JULIANA WILLE HAMMERSCHMIDT GOLL	DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA	FG-FAZ-05
6613-2	LECIANE RASMUSEN GOLART	SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE BOLETIM BANCÁRIO	FG-FAZ-06
8951-1	LILIAN RIBAS DA CRUZ	SEÇÃO DE ORÇAMENTO FINANCEIRO	FG-FAZ-06
81333-4	LUCAS MATHEUS CUNHA DO AMARAL	SEÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	FG-FAZ-06
4811-1	MARCOS JOSE VEIGA HANNIG	ASSESSOR TÉCNICO DO INCRA/ITR	FG-FAZ-04
934-1	MARCOS MELQUIOR CORTES BERGHAUSER	COORDENADORIA DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO	FG-FAZ-03
4649-1	MARIZA CARNEIRO PINHEIRO	SEÇÃO DE VISTORIAS TRIBUTÁRIAS	FG-FAZ-06
10282-1	ODETE TRZASKOS DE OLIVEIRA	COORDENADORIA DE TESOURARIA	FG-FAZ-03
6586-1	SUELI FELIZARDO PARANA	ASSESSOR TÉCNICO DE INCREMENTO DE RECEITAS	FG-FAZ-04
1502-1	SUMAIA MARIA DAWAGI DOS SANTOS	DIVISÃO DE CONTABILIDADE GERAL	FG-FAZ-05
1516-2	TANIA MARIA GEMIN CAMARGO	SEÇÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	FG-FAZ-06
5056-1	VANUSA MEIRA GRANDE MENDES	DIVISÃO DO MOBILIÁRIO	FG-FAZ-05

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
6381-3	ADRIANA ALMEIDA VEIGA	SEÇÃO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	FG- SMEEL- 07
11056-1	ALBENIR CAMARGO RIBAS	ASSESSORIA DE MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS	FG- SMEEL- 05
81069-1	ALEX KULIGOSKI RODRIGUES	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO NOS CMEIS E PRÉDIOS DA EDUCAÇÃO	FG- SMEEL- 06
7020-2	ALIANE ZANLORENZI SOSSELA	DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUSICAL, PROJETOS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	FG- SMEEL- 06
8216-2	ANA CAROLINE SANTOS LIMA PAZ	DIVISÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EDUCACIONAIS	FG- SMEEL- 06
10888-1	ANDERSON IVO PAES	SETOR DE LAVADOR E LUBRIFICADOR	FG- SMEEL- 08
81923-1	ANDRIELLI SCARDANZAN FIGURA TISSOT	SETOR DE ENGENHARIA CIVIL	FG- SMEEL - 08
82047-1	BENEDITO ADIRSON AFONSO	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E INSTALAÇÕES	FG- SMEEL- 06
81780-1	BRUNO LAERTES RAMOS GANZERT	ASSESSORIA TÉCNICA DE OFICINA, MANUTENÇÃO DE FROTA E LOGÍSTICA DO TRANSPORTE ESCOLAR	FG- SMEEL-05
6578-2	CAMILA BARBOSA PINTO	COORDENADORIA GERAL ADMINISTRATIVA DO SETOR FINANCEIRO	FG- SMEEL- 04
8662-4	CAMILA STABACH MENDES	SEÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 07
4286-2	CAMILA TRINDADE LOPATA	ASSESSORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR URBANO E RURAL	FG- SMEEL- 05
81494-4	CAROLINA EHLKE MOREIRA	ASSESSORIA TÉCNICA DE AUDIOLOGIA	FG- SMEEL- 05
6390-3	CEDRIK LUAN KAMINSKI	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA RECREAÇÃO	FG- SMEEL- 07
6392-3	CLEITON KNOPIK LIMA	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS INSTITUIÇÕES	FG- SMEEL- 07
10126-2	CRISTIANE FERREIRA DA LUZ DE SIQUEIRA	SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	FG- SMEEL- 07
10232-1	CRISTIANNE HIROMI MIAZAKA	DIVISÃO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 06
81816-1	DEBORA MEDEIROS SANTOS	SEÇÃO DE APOIO À LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS	FG- SMEEL- 07
378-5	DULCE BACH	SEÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	FG- SMEEL- 07
7339-3	ÉLIDA FERNANDA PAZ VERA	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL	FG- SMEEL- 06
82606-1	ELISON DOS SANTOS DUARTE	SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 07
7532-5	ELY MARIA KAIS	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 06
80683-2	EMANUELI DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS	COORDENADORIA GERAL RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO	FG- SMEEL- 04
6510-2	FABIELI TORRES KLINGBEIL	SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 07
4566-3	FLÁVIA JEANE FERRARI	DIVISÃO DE ANALISTA DE LICITAÇÕES	FG- SMEEL- 06
8211-2	FRANCIELE MAURER DOS SANTOS	COORDENADORIA GERAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	FG- SMEEL- 04
8312-2	FRANCIELE RODRIGUES PADILHA	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DO CIES - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	FG- SMEEL- 07
5904-4	GILSON HENRIQUE DE LIMA	SEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS	FG- SMEEL- 07
7237-3	GINA GUZZONI HAMMERSCHMIDT	COORDENADORIA GERAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 04
6637-2	HELEN CRISTIANE CORREA LOPES	DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO	FG- SMEEL-02
5876-2	HILARIANE RIBEIRO BAGGIO LIMA	SEÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E HORA ATIVIDADE	FG- SMEEL- 07
81664-3	JANAINE HORNUNG	COORDENADORIA GERAL DO CAIC - CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À CRIANÇA	FG- SMEEL- 04
7380-4	JÉSSICA CRISTINA CAETANO DA CRUZ	COORDENADORIA GERAL CONTÁBIL	FG- SMEEL- 04
10270-2	JOÃO ARILSON RODRIGUES DE JESUS	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA ARTES CÊNICAS	FG- SMEEL- 07
81978-1	JONATHAN ALAIKO FERREIRA	COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA TRANSPORTE ESCOLAR	FG- SMEEL- 04
82320-1	JOSIELE KUCLA SAMPAIO DRUSCZ	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL	FG- SMEEL- 06
82214-1	JUCINEY CAMARGO SOSSELA	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FG- SMEEL- 07
8233-1	KÁTIA ARRUDA TUCHINSKI	DIVISÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS	FG- SMEEL- 06
7069-2	KÁTIA REGINA DALMAZ	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FG- SMEEL- 06
8203-1	LAURIANE DA SILVA MORDASKI	SEÇÃO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 07
81575-1	LUCAS PADILHA PINTO ALBERTI	DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 06
858-1	LUCIENE PINTO DOMINGUES DE SOUZA	SEÇÃO DE CENTRAL DE VAGAS	FG- SMEEL- 07
6651-1	MARCIO RIBEIRO MATOSO	ASSESSORIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	FG- SMEEL- 05
80945-1	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA DAS NEVES	SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	FG- SMEEL- 07
1220-2	NILVA MARIA BISOTTO FERREIRA	SEÇÃO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	FG- SMEEL- 07
10125-3	PATRICIA ROSA COELHO STABACH	COORDENADORIA GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO ESPECIAL E TEMPO INTEGRAL	FG- SMEEL- 04
10127-4	ROSÂNGELA DOS SANTOS PAWOSKI	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	FG- SMEEL- 07
1349-2	ROSANGELA RASMUSSEN	DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 06
81938-1	SARAH DA LUZ PASDIORA SCHULTZ	DIVISÃO DE APOIO AO RECURSOS HUMANOS	FG- SMEEL- 06
81988-1	SCARLET CARVALHO MATIAS DE LIMA	SEÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	FG- SMEEL- 07
1468-2	SIMONE PASDIORA	DIVISÃO DE CONTRATOS DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO	FG- SMEEL- 06
82661-1	THAYNÁ SLUSARZ WALTER	SEÇÃO DO PROJETO CARAVANA DA ALEGRIA VALORES E EMOÇÕES	FG- SMEEL- 07
10368-1	WANDERLEY CRISTIANO VALENTE	SEÇÃO DE ENTREGA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	FG- SMEEL- 07

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
4456-3	ADRIANA DE FATIMA SOSSELA CAVALHEIRO	SETOR DE SAÚDE BUCAL PREVENTIVA	FG-SMS-07
8173-1	ALESSANDRA BATISTA BUENO MATOSO	DIVISÃO TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO PSICOSSOCIAL E CUIDADO MULTIPROFISSIONAL	FG-SMS-05
80817-6	ALEX VIEIRA CEGAN	COORDENADORIA DE TECNOLOGIA, ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO	FG-SMS-03
81770-1	ALINE HOFFMANN XAVIER DA SILVA	DIVISÃO DE ENDODONTIA	FG-SMS-05
81527-6	ALINE MAGALHÃES FERREIRA	SEÇÃO DE AGENDAMENTO E ATENDIMENTO AO USUÁRIO	FG-SMS-06
82050-1	AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA	DIREÇÃO TÉCNICA DA UPA E SAMU	FG-SMS-01
65-1	ANA CECILIA LINHARES DE ZORZI	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO DA SAÚDE	FG-SMS-06
9393-3	ANA MARIA NUNES DIAS LOURES	DIVISÃO DO CAPS	FG-SMS-05
82684-1	ANDREA REIS WENDT	SEÇÃO DE CIRURGIA	FG-SMS-06
4669-2	ARIANE RIBAS DAOU	ASSESSORIA TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA MMHC	FG-SMS-04
81803-1	CAMILA JACON BARBOZA	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	FG-SMS-06
82271-1	CAMILLE VITORIA MEIRA WEINHARDT	SETOR DE CONTRATOS	FG-SMS-07
10112-1	CAROLINE MURBACK BORA	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA UPA E SAMU	FG-SMS-05
10113-1	CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE	ASSESSORIA TÉCNICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	FG-SMS-04
4613-2	CRISTIANE PEDROSO PEPPES	DIREÇÃO GERAL DE ODONTOLOGIA	SMS-02
4575-2	DANIELE BELNHARKI DE MELO	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E IMUNIZAÇÃO	FG-SMS-05
342-1	DENISE ELIANE FIOR DIAS KASEKER	DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE	FG-SMS-01A
82313-1	DHOUGLAS STANISK MAGALHAES	DIREÇÃO GERAL DE ENFERMAGEM DA UPA E SAMU	FG-SMS-02
6415-1	EDUARDO ARAUZ	ASSESSORIA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA	FG-SMS-04

		MATERNIDADE	
4272-2	ELENICE APARECIDA DE SOUZA	SEÇÃO SAÚDE DO TRABALHADOR	FG-SMS-06
11101-1	ELIZABETH CRISTINA DA SILVA	SEÇÃO DE MEDICAMENTOS DA MATERNIDADE MUNICIPAL	FG-SMS-06
10288-1	ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	FG-SMS-04
81980-1	ELOISA PRESTES SANTOS LIMA	ASSESSORIA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE	FG-SMS-04A
11236-2	FAGNER ASSUMPCAO DA SILVA	SEÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E TRANSPORTE – CAF	FG-SMS-06
5118-6	FERNANDA BUENO DA SILVA	SEÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO ENSINO INFANTIL	FG-SMS-06
5328-1	FERNANDA GIORDANI ABRANTES	DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE NUTRIÇÃO	FG-SMS-05
82281-1	FERNANDA LETICIA PAES PACHECO	DIVISÃO DE MEDICAMENTOS DA UPA	FG-SMS-05
4567-3	FRANCIELY PIOVEZAN DOS SANTOS	DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE	FG-SMS-05
80800-1	GILCELE DE LIMA STABACH	SEÇÃO DE DIGITAÇÃO DE PROGRAMAS DAS VIGILÂNCIAS	FG-SMS-06
81068-1	GILNEY DIAS POLATO	SERVIÇO DE LOGÍSTICA DE GASES MEDICINAIS DA CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	FG-SMS-08
4386-3	GIOVANA MARIA ROKISKEI ROCHA	DIREÇÃO GERAL DA MATERNIDADE	FG-SMS-02
4318-3	GLAUCIANE CARDOSO HAMMERSCHMIDT	SEÇÃO DE SERVIÇO EXECUTIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FG-SMS-06
4509-2	HELENA DEQUECH DARDAQUE PORTES	ASSESSORIA TÉCNICA FINANCEIRA	FG-SMS-04
598-1	JACKSON VINICIUS PEREIRA DA SILVA	SEÇÃO DE SAÚDE MENTAL	FG-SMS-06
4768-1	JANINE ANGELICA HENDERIKX SANTOS	ASSESSORIA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES EXTERNAS	FG-SMS-04
5041-1	JOÃO DARDAQUE NETO	SEÇÃO DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO	FG-SMS-06
8194-2	JOSELETE SCHOLTZ WILL	DIVISÃO DE FATURAMENTO DA MMHC	FG-SMS-05
3138-1	JOSIANE SANTOS LIMA SCHOLTZ	DIVISÃO DE OUVIDORIA	FG-SMS-05
8228-1	JOSIANE TON RAMOS	DIVISÃO DE ENCARREGADO DE DADOS E SIOPS	FG-SMS-05
765-2	JULIANA KRAINSKI DA SILVA	DIVISÃO DE ODONTOLOGIA	FG-SMS-05
81358-4	LARISSA MARTINS MOREIRA	ASSESSORIA TÉCNICA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	FG-SMS-04
830-1	LORIANA SIBEN MILDEMBERG	SEÇÃO DE INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS	FG-SMS-06
6754-1	LUCIANE MARTINS DE CAMARGO	DIVISÃO DE CONTROLE CNES E REPASSES DE ENFERMAGEM	FG-SMS-05
10004-2	LUCIANO RAMOS WEINHARDT	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DA FROTA	FG-SMS-05
82108-1	LUIZ ALBERTO RIBAS FANTIN	SEÇÃO DE SUPORTE DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	FG-SMS-06
3455-1	LYSANDRA DE CASTRO MARTINS	ASSESSORIA TÉCNICA DE ATENDIMENTOS TERAPÊUTICOS	FG-SMS-04
3484-1	MARCIA APARECIDA MULLER VARCHAKI	DIVISÃO FINANCEIRA	FG-SMS-05
913-1	MARCIA REGINA GUEBERT	DIVISÃO DA CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS	FG-SMS-05
82005-3	MARIA ROSANGELA BUDEK DIAS	SEÇÃO DE OFICINAS TERAPÊUTICAS E ARTESANATO – CAPS I	FG-SMS-06
81646-1	MARIANA DE FATIMA DE LIMA GOLL	ASSESSORIA TÉCNICA DE APOIO A ASSUNTOS GERAIS DE VIGILÂNCIAS	FG-SMS-04
8640-2	MARLI CARNEIRO GANZERT	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA	FG-SMS-05
82362-1	MATHEUS VIEIRA DOS SANTOS	SEÇÃO DE APOIO À FARMÁCIA DA UPA	FG-SMS-06
10234-1	MAURÍCIO GEMIN LINHARES	DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	FG-SMS-05
81732-2	MONICA APARECIDA VARCHAKI	SEÇÃO DE APOIO DA CAF	FG-SMS-06
11138-1	PATRICIA DA SILVA GASPARETTO	SEÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL	FG-SMS-06
9459-1	PRISCILLA ZALESKI	DIREÇÃO TÉCNICA DE SAÚDE	FG-SMS-01
9459-1	PRISCILLA ZALESKI	AUDITORIA MUNICIPAL DOS PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DO SUS	FG-SMS-02A SEM ÔNUS
80746-1	RAFAELA BERNASKI MEIRA HOFFMANN	DIVISÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	FG-SMS-05
1303-2	REGINA DE OLIVEIRA	DIVISÃO DE RELATÓRIOS ANUAL DE GESTÃO – RAG E RDQ	FG-SMS-05
11273-2	RICHARD HANDERSON MENDES DUARTE	DIREÇÃO GERAL TÉCNICA DA MMHC	FG-SMS-02
82447-1	ROBERTO LEUCH	DIVISÃO DE RADIOLOGIA DA UPA	FG-SMS-05
3908-2	ROMUALDO NICANOR PORTES ZELA	DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	FG-SMS-05
8166-1	ROSA MARIA PACHECO SCHEBEUKA	SEÇÃO DO PROGRAMA HIPERDIA	FG-SMS-06
9272-1	ROSECLEIDE HORNING DO VALE	DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO ODONTOLÓGICA	FG-SMS-05
9296-1	ROSELY PRCZYBITINIAK	ASSESSORIA TÉCNICA DA FARMÁCIA ESPECIAL	FG-SMS-04
4425-1	SILMARA DE FATIMA RAMOS WAGNER	DIVISÃO DA CENTRAL DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS	FG-SMS-05
6367-2	SILMARA DOS SANTOS CUNHA	SEÇÃO DA FARMÁCIA HOSPITALAR	FG-SMS-06
81522-2	SILVIA MARIA KRUK	ASSESSORIA TÉCNICA DE VIGILÂNCIAS	FG-SMS-04
8979-1	THAIS CANGUSSU DRUSS	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA DA MATERNIDADE	FG-SMS-04
1612-1	WALDIRENE RIBAS PINTO	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA	FG-SMS-04
8363-2	WILSON GARCIA	DIVISÃO DE PREVENÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	FG-SMS-05
9884-1	YEDA DAWAGI DAOU	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FG-SMS-06
1641-2	ZENAIDE APARECIDA DIAS RIBAS	DIVISÃO DE RECEPCIONAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA	FG-SMS-05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER

Matrícula	Nome	Função Gratificada	Símbolo
5102-3	ANDRE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE HABITAÇÃO E ATENDIMENTO A COMUNIDADE	FG-05-SASM
9411-1	ANDREA MARIA HAMMERSCHMIDT MENDES	DIVISÃO DO CRAS SÃO LUCAS	FG-05-SASM
82141-1	ANGELA KRAINSKI DALLABONA	DIREÇÃO GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	FG-02-SASM
318-1	DANIEL OLIVEIRA FRANÇA	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PASTIFÍCIO MUNICIPAL	FG-05-SASM
5008-2	GABRIELA SAMPAIO DA SILVA SANTOS	DIREÇÃO TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	FG-01-SASM
10690-2	JOCELIA PEREIRA RODRIGUES PIOVESAN	DIVISÃO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	FG-05-SASM
785-2	JUSSARA DE MELO MIRANDA DOS SANTOS	SETOR DE APOIO AS AÇÕES DO CENTRO DA JUVENTUDE	FG-07-SASM
8184-1	LAIS CRISTINA VIEIRA BACHI	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS	FG-05-SASM
81935-1	LETÍCIA MAYER AMARANTE	DIVISÃO DO CRAS FERNANDA MEIRA	FG-05-SASM
5136-2	LICIANE ROSA GUTERVILLE	DIVISÃO EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	FG-05-SASM
11016-1	LIDIANE LOPES PARANÁ	SEÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	FG-06-SASM
3356-1	LIZIANE RAMALHO PINTO	ASSESSORIA TÉCNICA DE SUPERVISÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIAL E CONSELHOS MUNICIPAIS	FG-04-SASM
3356-1	LIZIANE RAMALHO PINTO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL(SEM ONUS)	FG-06-SASM
9291-1	LUCAS MAURO PACHECO	SEÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	FG-06-SASM
4856-1	MARCIA HOFFMANN SIBEN TECNICA	COORDENADORIA FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E DE GESTÃO DE FUNDOS	FG-03-SASM
1340-2	ROSANGELA DE FÁTIMA MARCONDES DE AZEVEDO	DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	FG-05-SASM
5701-1	ROSELI DE SOUZA PORTES	DIVISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA	FG-05-SASM
9559-1	SIMONE DOS SANTOS	COORDENAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	FG-03-SASM
82188-1	VIVIANE PAES VIEIRA	SEÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS	FG-06-SASM
1618-1	WANDERLEY BECHTLOFF DOS SANTOS	DIREÇÃO TÉCNICA DE HABITAÇÃO	FG-01-SASM

SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Matrícula	Nome	Função Gratificada	Símbolo
23-1	ADRIANA RIBAS BIANCHINI	DIREÇÃO GERAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	FG-SAMA-01
10251-1	ALANA HELENA KNAUT	COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	FG-SAMA-02
9259-1	ALTAIR CARNEIRO SCHMIDT	SEÇÃO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL	FG-SAMA-05
8387-4	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA ARAÚJO	DIVISÃO DO CANIL MUNICIPAL	FG-SAMA-04
415-1	ELIANE KRAINSKI DULA BARBOSA	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	FG-SAMA-02
9245-1	GILMAR DE CHAVES COELHO	DIVISÃO DE PAISAGISMO	FG-SAMA-04
10730-1	GILLIARD MAIDL	COORDENAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	FG-SAMA-02
604-1	JAIRO DOMINGUES ALBERTI	ASSESSORIA DE MEIO AMBIENTE	FG-SAMA-03
823-3	LIA MÁRCIA KUGERATSKI DE SOUZA MARIN	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	FG-SAMA-04
8836-5	LUIZ CARLOS BORGES	SETOR DE MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EVENTOS	FG-SAMA-06
8098-1	MARIANE GOSLAR POLATO	SEÇÃO FINANCEIRA INTERNA	FG-SAMA-05
5262-3	MÉRCIA DE MEDEIROS SILVA FRANÇA	DIVISÃO DE INCLUSÃO PRODUTIVA	FG-SAMA-04
9302-1	MIRIAM DO ROCIO PINTO SCHOLZ	DIVISÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	FG-SAMA-04
1648-1	ORLANDO DE OLIVEIRA RAMOS	SEÇÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	FG-SAMA-05
9305-2	PAULO CESAR URBANICH	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE AGROPECUÁRIA	FG-SAMA-02
80908-1	PAULO HENRIQUE WEINHARDT RIBEIRO	DIVISÃO DO PARQUE DE EVENTOS	FG-SAMA-04
4543-3	RENATA PINTO DOS SANTOS	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	FG-SAMA-05
82111-1	WILLIAN SANTOS TENÓRIO	SEÇÃO DE CADASTRO RURAL	FG-SAMA-05

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
124-1	ANTONIA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO	COORDENADORIA DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR E BANCO SOCIAL	FG-SMDET-04
9258-1	DANIELLI ALVES DA SILVA	DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DE VAGAS	FG-SMDET-02
9889-4	EDUARDO HOFFMANN FLORES	SEÇÃO DE PROJETOS TURÍSTICOS	FG-SMDET-01
10298-1	GISLAINE ESTOQUEIRO GONÇALVES	DIVISÃO DE AGENTE DE CRÉDITO	FG-SMDET-02
81749-3	GUSTAVO DUARTE RIBEIRO	SEÇÃO DE SEGURO-DESEMPREGO	FG-SMDET-01
81132-3	HELOIZE MARTINS MANHÃES	SEÇÃO DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL	FG-SMDET-01
10812-1	LEONIDAS DE DEUS BUENO	SEÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS	FG-SMDET-01
4302-2	MARCIO BENEDITO NEVES	COORDENAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO, GEOPROCESSAMENTO E CONVÊNIOS ESTADUAIS	FG-SMDET-04
8992-1	MARIA GENOVEVA PORTES LEKE MACIEL	COORDENAÇÃO DE TURISMO	FG-SMDET-04
81612-2	ROGERIO KRAINSKI DALLABONA	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	FG-SMDET-04

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
214-1	BERNADETE APARECIDA SCHULA PEREIRA	SEÇÃO MUSEU HISTÓRICO	FG-SMC-06
2454-5	DIOGO ALEXANDRE SODRE	SEÇÃO THEATRO SÃO JOÃO	FG-SMC-06
81100-1	LYAN CARLO DO ROSÁRIO	SEÇÃO MUSEU DAS ARMAS	FG-SMC-06
80856 -1	MARCIA CRISTINA SCHMIDT VIEIRA GALDINO	SEÇÃO MUSEU DA MODA	FG-SMC-06
82029-1	MARIA BETHÂNIA DINIZ E LUSTOSA BORTOLUZZI	SEÇÃO CASA VERMELHA	FG-SMC-06
10813-1	MARCELO FERREIRA BUENO	SEÇÃO CASA DA MEMÓRIA	FG-SMC-06
9299-3	MARIA ISABEL FERREIRA CAMARGO	SEÇÃO ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	FG-SMC-06
81094-1	ROSEMERY DA SILVEIRA BIANCHINI	SEÇÃO BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	FG-SMC-06
81142-1	SABRINA CUNHA GONÇALVES	DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	FG-SMC-05

SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO
07-1	ADÃO OSNI CUNHA FERREIRA	SETOR DE ABASTECIMENTO	FG-SOPUSTT-07
6916-2	ADRIANO COSTA PINTO	SEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM VIAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
81928-1	ALEX KNAUT GREIN	SEÇÃO DE OPERAÇÃO DE MINICARREGADEIRA	FG-SOPUSTT-06
6740-1	ALTAIR MOREIRA DOS SANTOS	ASSESSORIA REGIONAL 1	FG-SOPUSTT-04
8373-2	ANDERSON MARCOS DOS SANTOS	DIVISÃO ESTRADAS – LAGOA GORDA/SÃO JOÃO CAÍVA	FG-SOPUSTT-05
1650-1	ANTONIO CARLOS ROMANOSKI	SEÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO RURAL DE CARGAS	FG-SOPUSTT-06
80960-1	BRUNA MILDEMBERG GOOD	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO	FG-SOPUSTT-06
81144-1	CARLOS BENEDITO PFUTZ DA SILVA	SETOR DE ALMOXARIFADO DA LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-07
82282-1	CARLOS HENRIQUE PEDROSO DE ASSUMPÇÃO	SEÇÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VIAS	FG-SOPUSTT-06
80933-1	CLAUDINEY CAMARGO DO AMARAL	SEÇÃO ESTRADAS PRINCIPAIS	FG-SOPUSTT-06
10722-1	DANIEL ANGELO SAMPAIO	SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS	FG-SOPUSTT-05-A
82206-1	DANILO TENÓRIO LOURENÇO	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO DE MANUTENÇÃO DE PONTES	FG-SOPUSTT-06
4297-3	DENIS MAGALHÃES COELHO	ASSESSORIA DE CONVÊNIO E CONTRATOS	FG-SOPUSTT-04
81031-1	DOUGLAS AMORIN RODRIGUES	DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-05
11234-2	EDENISE CRISTINA PINTO RIBEIRO	SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-06
82013-1	EDILMAR KINAGE	SEÇÃO DE SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE CAMPO	FG-SOPUSTT-06
9243-1	EDILSON MOREIRA DE ARAUJO	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA TRANSPORTE DE CARGAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
8863-3	EDSON LUIZ DA SILVA CARVALHO	SEÇÃO DE CONTROLE LOGÍSTICO	FG-SOPUSTT-06
2626-4	EMERSON DE PAULA PIRES	DIVISÃO DE RECUPERAÇÃO E ESCAVAÇÃO	FG-SOPUSTT-05
2696-2	FABIANO RAMALHO PINTO	SEÇÃO DE OPERAÇÕES DE LIMPEZA PÚBLICA	FG-SOPUSTT-06
10720-1	FELIPE FERREIRA CORREA	DIVISÃO ESTRADAS – RIO DA VÁRZEA/COLÔNIA MUNICIPAL	FG-SOPUSTT-05
4823-1	FLAVIANA MORO DOS SANTOS	ASSESSORIA DE OBRAS PÚBLICAS/SIM-AM E GESTÃO DE CONTRATOS	FG-SOPUSTT-04
2784-2	FRANCIELE RAMOS ROSA	DIRETORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	FG-SOPUSTT-01
6070-2	GUILHERME GONÇALVES PACHECO DOS SANTOS	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PONTES	FG-SOPUSTT-06
530-1	HAROLDO HENKE	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE DE CARGAS EM VIAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
11322-2	HÉLIO UKAN	SEÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS	FG-SOPUSTT-06
82054-1	ISIEL VIEIRA SAMPAIO	SEÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	FG-SOPUSTT-06
82644-1	JACKSON CAJA DRANKA	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE EXECUÇÃO	FG-SOPUSTT-06
602-1	JAIR MILDEMBERG VIEIRA	COORDENADORIA DE SANEAMENTO	FG-SOPUSTT-03
8371-2	JEAN WLADIMIR GHISI	DIVISÃO ESTRADAS – CAPÃO BONITO	FG-SOPUSTT-05
10758-1	JEFFERSON GABRIEL PINTO	SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO À EXTRAÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS	FG-SOPUSTT-05-A

81150-1	JOÃO ANTONIO GOLL DE CAMPOS	SEÇÃO MECÂNICA PESADA	FG-SOPUSTT-06
82455-2	JOÃO BATISTA GONÇALVES	SETOR DE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	FG-SOPUSTT-07
649-1	JOÃO LUIZ PINTO DIAS	DIVISÃO DE APOIO OPERACIONAL	FG-SOPUSTT-05
8456-2	JOÃO MARIANO DO NASCIMENTO	SETOR LOGÍSTICA URBANA	FG-SOPUSTT-07
9062-1	JOÃO SKRZYPIETZ	ASSESSORIA REGIONAL 2	FG-SOPUSTT-04
4646-3	JOEL ALVES DE OLIVEIRA	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	FG-SOPUSTT-04
8012-3	JOSÉ CELESTINO DE QUADROS FERREIRA	SEÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	FG-SOPUSTT-06
10021-1	JOSÉ JOANI GOLL MOREIRA	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA RURAL	FG-SOPUSTT-06
4531-1	JOSÉ LUIZ LEAL BANDEIRA	SEÇÃO DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PESADOS	FG-SOPUSTT-06
729-1	JOSÉ PEDRO DE AGUIAR COLAÇO	SEÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGAS EM ESTRADAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
8854-2	JOSIANE DO CARMO PALMER DA SILVEIRA	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO	FG-SOPUSTT-05
8526-3	JULIANO LEINEKER SATLER	SEÇÃO MECÂNICA LEVE	FG-SOPUSTT-06
6535-1	JULIO CESAR MULLER	COORDENADORIA DE ESTRADAS RURAIS	FG-SOPUSTT-03
81785-1	JUNIOR CESAR NASCIMENTO SANTOS	SEÇÃO DE GESTÃO DE GALHOS E RESÍDUOS VERDES	FG-SOPUSTT-06
81929-1	LEO HIGOR BORGES VIEIRA	DIVISÃO ESTRADAS – MATO PRETO	FG-SOPUSTT-05
82461-1	LEONARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	FG-SOPUSTT-05
8455-2	LEONEL VIEIRA SAMPAIO	DIVISÃO ESTRADAS – PEDRA LISA	FG-SOPUSTT-05
80606-2	LUCAS DA ROSA RIBAS	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO DA MECÂNICA	FG-SOPUSTT-06
82063-1	LUCAS MARTINS KOTKOSKI	DIVISÃO DE MECÂNICA	FG-SOPUSTT-05
3401-2	LUCIANO ANTONIO GONÇALVES	SEÇÃO DE OPERAÇÃO DE REDE DE ÁGUA	FG-SOPUSTT-06
10026-1	LUIS ANTONIO SILVEIRA MACHADO	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	FG-SOPUSTT-06
82308-1	LUIS FELIPE OLIVEIRA	DIVISÃO DE PROJETOS	FG-SOPUSTT-05
80934-1	LUIZ ANTONIO PINTO DOMINGUES	SEÇÃO DE CONTROLE DE MATERIAIS	FG-SOPUSTT-06
9066-1	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA PIMENTEL	SEÇÃO DE OPERAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS	FG-SOPUSTT-06
9970-1	LUIZ JOSÉ DOS SANTOS LIMA	SEÇÃO DE LOGÍSTICA DE ABASTECIMENTO DE FROTA	FG-SOPUSTT-06
82192-1	MAILSON ASSIS SODRÉ	DIVISÃO ESTRADAS – CARQUEJA/ÁGUA AZUL	FG-SOPUSTT-05
80913-1	MARCELO DE JESUS CAMARGO FERREIRA	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE BUEIROS	FG-SOPUSTT-06
7935-1	MARCELO FABIANO HELLA	DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	FG-SOPUSTT-05
80972-2	MARCIO RODRIGO RODRIGUES TEIXEIRA	SEÇÃO DE LOGÍSTICA RURAL	FG-SOPUSTT-06
8395-1	MARIA CRISTINA PEREIRA ALMEIDA	DIVISÃO DE COMPRAS E CONTROLE DE MATERIAIS	FG-SOPUSTT-05
81139-1	MARTIM BECHTLOFF NETO	SETOR LUBRIFICAÇÃO	FG-SOPUSTT-07
81187-1	MAURICI DE OLIVEIRA RIBAS	DIVISÃO ESTRADAS – BARROS DOS MELLOS/SÃO BENTO	FG-SOPUSTT-05
1150-1	MAURÍCIO BENEDITO DE AGUIAR BERGHAUSER	ASSESSORIA DE MANUTENÇÃO DE FROTAS	FG-SOPUSTT-04
1166-1	MIGUEL JERONIMO GEMBAROSKI ALVES	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA	FG-SOPUSTT-06
1249-1	OSNI FONTOURA DO NASCIMENTO	SETOR DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS	FG-SOPUSTT-07
11252-3	PAULO SANTOS LIMA	SEÇÃO DE TERRAPLANAGEM DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	FG-SOPUSTT-06
10027-1	REGINALDO JOÃO LICHESKI	DIVISÃO ESTRADAS – PASSA DOIS	FG-SOPUSTT-05
82110-1	REGIS SOARES SCHINDA	COORDENAÇÃO DE TRÂNSITO	FG-SOPUSTT-03
81208-1	ROBERTO SANT'ANNA	SETOR DE RECOLHIMENTO DE ENTULHOS	FG-SOPUSTT-07
8861-3	SAMUEL BILL FERREIRA	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	FG-SOPUSTT-06
9055-1	SAMUEL FRANCISCO KOLOGE	SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO PARA UNIDADE DE BRITAGEM	FG-SOPUSTT-05-A
9095-1	SANDRO HOFFMANN SCARDANZAN	SEÇÃO GESTÃO DE CARGAS EM ESTRADAS RURAIS	FG-SOPUSTT-06
9298-1	SEBASTIÃO DE JESUS DE LIMA ROSA	DIVISÃO ESTRADAS – FEIXO/MARIENTAL	FG-SOPUSTT-05
9071-1	SILVIO ZIMOLONG	ASSESSORIA REGIONAL 3	FG-SOPUSTT-04
81152-1	VALTER CHAVES	SEÇÃO DE LIMPEZA E DRENAGEM	FG-SOPUSTT-06
80977-1	WALMIR LUCIO DE ANDRADE SCHUSTER	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO	FG-SOPUSTT-06
80932-1	WILLIAN GASPAR BERALDO MARTINS	SETOR DE RECOLHIMENTO DE GALHOS	FG-SOPUSTT-07

Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8089B834

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

OBJETO:Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projeto básico e projeto executivo de reforma da cobertura da Câmara Municipal de Laranjal/PR, compreendendo a realização deestudos técnicos, levantamento das condições existentes, elaboração de projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária detalhada, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, emissão de ART/RRT e demais documentos técnicos necessários para subsidiar futura contratação da execução da obra.

Diante da documentação juntada aos autos e com fundamento nos arts. 71, IV da Lei 14.133/2021,ADJUDICOo objeto ao vencedor eHOMOLOGOo resultado da Dispensa de Licitação nº 06/2026, Processo Licitatório nº 08/2026, em favor da empresaA. K. ENGENHARIA LTDA,inscrita no CNPJ:07.546.859/0001-40, com endereço na Av. José Marcante, nº 758, sala 1, Jardim Marcante, Dois Vizinhos, Estado do Paraná,CEP85.660-000, representado neste ato porWILLIANI DE ALMEIDA KOLASA,brasileira, engenheira Civil, casada pelo regime de comunhão universal de Bens, portadora do CPF 063.458.849-44, residente e domiciliada na Avenida Dorvalino Tosi, 704, Jardim da Colina em Dois Vizinhos, Paraná, CEP 85660.000, a qual apresentou sua proposta no valor total deR$5.829,60(cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos),cujo pagamento será efetuado conforme dispõe Termo de Referência, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, conforme segue.

Item	Descrição	Unid.	Qtidad	Valor Total

01	Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para elaboração deprojeto básico e projeto executivo de reforma da cobertura da Câmara Municipal de Laranjal/PR, compreendendo a realização de estudos técnicos, levantamento das condições existentes, elaboração de projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária detalhada, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, emissão de ART/RRT e demais documentos técnicos necessários para subsidiar futura contratação da execução da obra.	Unid.	01	R$5.829,60

Relata-se nos autos que a empresa declarada vencedora, comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação, tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos.

Laranjal,20deagostode 2026.

ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:28A1DCB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2026

ESTADO DO PARANÁ	INEXIGIBILIDADE DE	
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	**Nr.: 9/2026**	
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Processo Adm.:**	**58/2026**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414		
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo:**	**15/07/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 79, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	58/2026
b) Nr. Licitação:	9/2026 - IL
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação:	19/08/2026
e) Objeto da Licitação:	*Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento de refeições prontas, tipo "marmitex", nos tamanhos pequena e média, e refeições comerciais, destinadas aos servidores, colaboradores e demais usuários autorizados pela Administração das diversas Secretarias Municipais.*

Participante: CASA DA MARMITA MC LTDA (21.640.732/0001-16)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	REFEIÇÃO COMERCIAL COMPLETA COM 01 REFRIGERANTE DE 350 ML: SENDO: ARROZ – MÍNIMO DE 150G POR PESSOA; FEIJÃO – MÍNIMO DE 120G POR PESSOA; 03 TIPOS DE CARNE (VERMELHA OU BRANCA) – 200G POR PESSOA; 50 GRAMAS DE ACOMPANHAMENTO (MACARRÃO, FAROFA, POLENTA OU PURÊ DE BATATA, ETC.); 03 TIPOS DE SALADAS – MÍNIMO 120G POR PESSOA; 01 TIPO DE REFOGADO – MÍNIMO 200G POR PESSOA; E 01 REFRIGERANTE DE 350 ML.	2.000,000	UN	38,00	76.000,00
2	REFEIÇÃO TIPO MARMITEX TAMANHO MÉDIA: TER NO MÍNIMO TOTAL DE 700 G (SETECENTOS GRAMAS) COM 01 REFRIGERANTE DE 350 ML E COM SALADA: SENDO: 150 GRAMAS DE FEIJÃO; 250 GRAMAS DE ARROZ; 50 GRAMAS DE VERDURA COZIDA (ENSOPADO DE BATATA, CHUCHU, QUIABO, CENOURA OU COUVE REFOGADA, ETC.); 50 GRAMAS DE ACOMPANHAMENTO (MACARRÃO, FAROFA, POLENTA OU PURÊ DE BATATA, ETC.); 200 GRAMAS DE CARNE (BIFE OU FRANGO) 01 REFRIGERANTE DE 350 ML E SALADA: NO MÍNIMO 100 GRAMAS (EMBALADA SEPARADAMENTE EM POTE TRANSPARENTE DESCARTÁVEL E COM TAMPA).	1.200,000	UN	32,57	39.084,00
3	REFEIÇÃO TIPO MARMITEX TAMANHO PEQUENA: TER NO MÍNIMO TOTAL DE 500 G (QUINHENTOS GRAMAS) COM 01 REFRIGERANTE DE 350 ML E COM SALADA: SENDO: 50 GRAMAS DE FEIJÃO; 200 GRAMAS DE ARROZ; 50 GRAMAS DE VERDURA COZIDA (ENSOPADO DE BATATA, CHUCHU, QUIABO, CENOURA OU COUVE REFOGADA, ETC.); 50 GRAMAS DE ACOMPANHAMENTO (MACARRÃO, FAROFA, POLENTA OU PURÊ DE BATATA, ETC.); 150 GRAMAS DE CARNE (BIFE OU FRANGO); 01 REFRIGERANTE DE 350 ML E SALADA: NO MÍNIMO 100 GRAMAS (EMBALADA SEPARADAMENTE EM POTE TRANSPARENTE DESCARTÁVEL E COM TAMPA).	1.200,000	UN	28,22	33.864,00
		Total do Participante:			**148.948,00**

Participante: JOSE PEREIRA RESTAURANTE LTDA (72.430.630/0001-07)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	CAFÉ DA MANHÃ COMPOSTO POR 01 (UM) PINGADO OU UM 1 (UM) CAFÉ COM TAMANHO MÍNIMO DE 190 ML E 01 (UM) PÃO (TIPO FRANCÊS OU FORMA) COM UMA FATIA DE PRESUNTO E UMA FATIA QUEIJO TIPO MUSSARELA. REFEIÇÃO DEVE SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ/PR	1.500,000	UN	13,39	20.085,00
7	REFEIÇÃO (ALMOÇO) NO SISTEMA DE SELF-SERVICE (LIVRE), COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) PRATOS FRIOS, 06(SEIS) PRATOS QUENTES E NO MÍNIMO 02 (DOIS) TIPOS DE CARNES, ACOMPANHADA DE 01 (UMA) LATA DE REFRIGERANTE MÍNIMO DE 350 ML, OU 01 (UM) SUCO DE LARANJA 400 ML OU 01 (UMA) ÁGUA MINERAL DE NO MÍNIMO 500 ML, A ESCOLHA DO SERVIDOR. REFEIÇÃO DEVE SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ/PR	3.700,000	UN	38,16	141.192,00
		Total do Participante:			**161.277,00**
		Total Geral:			**310.225,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.3.3.90.39.00	R$ 1.700,00
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.39.00	R$ 1.990,00
Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.3.3.90.39.00	R$ 5.000,00
Manutenção Secretaria de Indústria, Comércio, e Trabalho e Emprego	11.001.04.122.0020.2052.3.3.90.39.00	R$ 2.560,00
GABINETE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	07.001.04.122.0020.2083.3.3.90.39.00	R$ 2.130,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 5.001,00
Manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos	05.001.04.122.0020.2016.3.3.90.39.00	R$ 2.000,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 5.000,00
Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.3.3.90.39.00	R$ 939,00

Manutenção da Secretaria de Esportes e Lazer	09.001.27.812.0016.2064.3.3.90.39.00	R$ 1.700,00
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	06.001.10.301.0014.2049.3.3.90.39.00	R$ 2.750,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 330,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 5.000,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.39.00	R$ 5,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 6.800,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 18.000,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.39.00	R$ 3.280,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.39.00	R$ 6.050,00
MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	06.003.10.301.0014.2047.3.3.90.39.00	R$ 9.970,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.39.00	R$ 7.000,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.39.00	R$ 8.030,00
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.3.3.90.39.00	R$ 5.037,00
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.3.3.90.39.00	R$ 3.000,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.39.00	R$ 3.500,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 3.800,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00	R$ 1.500,00

Lobato, 19/08/2026

FABIO CHICAROLI
Prefeito

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:1318F1E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.731 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.235.094,84 (cinco milhões, duzentos trinta e cinco mil, noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos), nos valores e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
286	3018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	100.621,87
286	1018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	11.876,35
286	3018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	97.857,13
289	3018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.39	100.000,00
286	12494	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	200.000,00
289	12494	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.39	100.000,00
292	1375	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção Básica	4.4.90.52	2.510.000,00
324	2494	02.13.10.302.0015.2.044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR	3.3.72.39	132.577,00
313	2494	02.13.10.305.0015.2.042	Manutenção e Investimentos nos Serviços de vigilância epidemiológica	3.3.90.39	23.895,76
285	2494-2	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.14	2.726,73
286	2494	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	12.540,00
298	1303	02.13.10.302.0015.2.039	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.3.90.39	1.860.000,00
285	1303	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.14	43.000,00
286	1303	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 183.583,86 (cento oitenta e três mil, quinhentos oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), o excesso de arrecadação no valor de R$ 4.850.889,11 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos oitenta e nove reais e onze centavos), o superávit financeiro no valor de R$ 200.621,87 (duzentos mil e seiscentos vinte e um reais e oitenta e sete centavos), assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
321	3018	02.13.10.302.0015.2.044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR	3.3.72.30	97.857,13
305	2494-2	02.13.10.304.0015.2.041	Manutenção e Investimentos nos Serviços Vigilância Sanitária	3.3.90.30	2.726,73
316	1303	02.13.10.306.0015.2.043	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Alimentação e Nutrição Vinculados à Saúde	3.3.90.30	83.000,00

FONTE	VALOR
1018	**R$ 11.876,35**
3018	**R$ 200.621,87**
12494	**R$ 300.000,00**
1375	**R$ 2.510.000,00**
2494	**R$ 169.012,76**
1303	**R$ 1.860.000,00**

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
.
Prefeitura Municipal de Mallet, 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

*Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:EDCF0061

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.733 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.733 de 20 de agosto de 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 306.416,00 (trezentos e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
102	3103	02.05.12.361.0007.2.013	Manutenção e Investimentos nas Escolas Municipais	3.3.90.39	50.000,00
110	1000	02.05.12.365.0007.2.014	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Creche	3.3.90.32	27.800,00
120	1000	02.05.12.365.0007.2.015	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Pré-Escola	3.3.90.32	59.300,00
100	1000	02.05.12.361.0007.2.013	Manutenção e Investimentos nas Escolas Municipais	3.3.90.32	169.316,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 256.416,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais), o superávit financeiro no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
106	1000	02.05.12.365.0007.2.014	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Creche	3.1.90.11	200.000,00
116	1000	02.05.12.365.0007.2.015	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Pré-Escola	3.1.90.11	56.416,00

FONTE	VALOR
3103	R$ 50.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
.
Prefeitura Municipal de Mallet, 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

*Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:755D65BC

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.734 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.734 de 20 de agosto de 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 32.933,70 (trinta e dois mil, novecentos trinta e três reais e setenta centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
369	3835	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	21.643,11
369	1835	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	826,23
369	3834	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	353,94
369	1834	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	13,51
369	3833	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	9.719,51
369	1833	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	371,04
369	3890	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	4,84
369	1890	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	1,52

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o superávit no valor de R$ 31.721,40 (trinta e um mil, setecentos vinte e um reais e quarenta centavos), o excesso de arrecadação no valor de R$ 1.212,30 (um mil, duzentos e doze reais e trinta centavos) assim discriminados:

FONTE	VALOR
3835	**R$ 21.643,11**
1835	**R$ 826,23**
3834	**R$ 353,94**
1834	**R$ 13,51**
3833	**R$ 9.719,51**
1833	**R$ 371,04**
3890	**R$ 4,84**
1890	**R$ 1,52**

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
.
Prefeitura Municipal de Mallet, 20 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

*Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:FC8E15DB

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL Nº 003.002 - PSS 002/2026-PROFESSOR - RETIFICADO HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº PSS 002/2026-PROFESSOR

EDITAL Nº 003.002 - PSS 002/2026-PROFESSOR - RETIFICADO
Homologação das inscrições após recursos do Processo Seletivo Simplificado nº PSS 002/2026-PROFESSOR

1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 322/2026, autorizado no bojo do processo Cloud nº 1661/2026, **TORNA PÚBLICO** a Homologação das inscrições após recursos, dos candidatos ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026-PROFESSOR** para o cargo público de **PROFESSOR**, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mallet.
a) O recurso protocolado sob nº 00256.000000001/2026, apresentado por Talia Mara Przybysz, não foi conhecido, por ser intempestivo, uma vez que foi apresentado fora do prazo estabelecido no cronograma constante do Anexo XI do Edital de Abertura.
b) O recurso protocolado sob nº 00256.000000002/2026, apresentado por Eliane Maria Wlodarczuk, não foi conhecido, por ser intempestivo, uma vez que foi apresentado fora do prazo estabelecido no cronograma constante do Anexo XI do Edital de Abertura.
c) O recurso protocolado sob n° 00256.000000003/2026, apresentado por Nelia Paula Pires, resta INDEFERIDO uma vez que não foi apresentado o Anexo II – Formulário de Recurso, conforme exigido pelo edital para a interposição do recurso, tendo sido anexado somente diploma de conclusão de curso. Destaca-se que a fase recursal não se destina à inclusão ou complementação de documentos que deveriam ter sido apresentados no período de inscrição. O item 2.4.1 do Edital nº 001.001/2026 estabelece expressamente que*: "Os documentos devem ser anexados nos campos respectivos a eles, não será aceito quando anexado em local diferente."* Dessa forma, o diploma apresentado juntamente ao recurso não poderá ser considerado para fins de comprovação, uma vez que o documento deveria ter sido inserido no campo correspondente durante o período de inscrição, conforme as regras estabelecidas no edital.
d) O recurso protocolado sob nº 000002837/2026, apresentado por Marlon João Chmik resta INDEFERIDO uma vez que o item 2.7, alínea "d", do Edital nº 001.002/2026 prevê expressamente que a comprovação de escolaridade deve ser feita por *"Diploma ou certificado de conclusão do curso junto do histórico escolar"*. A redação explícita exige a apresentação cumulativa dos documentos na fase de inscrição, o indeferimento da inscrição não decorreu da apresentação de certificado em substituição ao diploma, mas da ausência do histórico escolar, documento expressamente exigido de forma cumulativa pelo item 2.7, alínea "d", do Edital. Já o item 2.8 prevê que *"Se os documentos comprobatórios dos pré-requisitos para inscrição não forem apresentados, ou não estejam legíveis, ou corrompidos, o candidato será desclassificado."* A permissão de envio posterior do histórico escolar, documento essencial, caracteriza concessão de vantagem indevida, expressamente vedada pelo item 6.3.6 do próprio edital.
e) O recurso protocolado sob nº 00256.000000004/2026, apresentado por Marlon João Chmik não foi conhecido, considerando que o interessado já havia apresentado recurso administrativo, protocolado sob nº 000002837/2026, em face do presente Processo Seletivo Simplificado, o qual foi regularmente recebido e analisado, não sendo cabível a apresentação de novo recurso em face do mesmo ato administrativo, ainda que dentro do prazo estabelecido pelo edital em razão da preclusão do direito de recorrer, mantendo-se, integralmente, a decisão anteriormente proferida no recurso protocolado sob nº 000002837/2026.
f) Considerando a decisão judicial proferida nos autos n° 0001371-43.2026.8.16.0106, fica, em caráter liminar, retificado o edital para incluir o candidato Marlon João Chmik, na lista de inscrições homologadas.
2. Abaixo segue a lista das inscrições deferidas e homologadas:

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E HOMOLOGADAS - PROFESSOR		
NÚMERO	**NOME**	**RESULTADO**
00255.000000002/2026	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	DEFERIDA
00255.000000004/2026	EDICLEIA KRIAK	DEFERIDA
00255.000000006/2026	EMILY DA SILVEIRA PREVITALI	DEFERIDA
00255.000000007/2026	THAWANAN MARSHELY SZYMANSKI	DEFERIDA
00255.000000008/2026	KAMILA SEGISLAINE WISNIEWSKI	DEFERIDA
00255.000000010/2026	LUANA BUBNIAK RIBEIRO	DEFERIDA
00255.000000011/2026	ROSELIA RIBEIRO LEMES	DEFERIDA
00255.000000012/2026	ANGÉLICA PATRICIA LOPACINSKI	DEFERIDA
00255.000000013/2026	LEILA APARECIDA SZNYCEN	DEFERIDA
00255.000000015/2026	ERICA FATIMA KRINSKI	DEFERIDA
00255.000000016/2026	JULIANA SUELI KARPINSKI	DEFERIDA
00255.000000017/2026	ANA REGIANE TYSKI WROBLEWSKI	DEFERIDA
00255.000000019/2026	ELIZANE TEREZINHA BARTOSZEK LEAL	DEFERIDA
00255.000000020/2026	ANDRÉA WITASIAK	DEFERIDA
00255.000000022/2026	VIVIANE MOTEKA	DEFERIDA
00255.000000023/2026	ANGELA MARIA PLACHTA	DEFERIDA
00255.000000025/2026	ESHLLYN PECH CAMARA	DEFERIDA
00255.000000026/2026	JESSICA MARINA SOARES DE LIMA	DEFERIDA
00255.000000027/2026	LUCIMARA SWIDZINSKI	DEFERIDA
00255.000000028/2026	SANDRA MARA CAMPOS PADILHA	DEFERIDA
00255.000000033/2026	LUCILENE JACINTA STACIAK BAIAK	DEFERIDA
00255.000000034/2026	SANDI MARA WLODARCZYK	DEFERIDA
00255.000000035/2026	ANDREIA MARIA BARTOSZEK	DEFERIDA
00255.000000036/2026	LARESSA DANIELI OLINEK	DEFERIDA
00255.000000038/2026	MICHELE TOMAL ROCHA CARARO	DEFERIDA
00255.000000040/2026	PAULA RAFAELA SAWA	DEFERIDA
00255.000000043/2026	MARIZETE INÊS SWIDZINSKI	DEFERIDA
00255.000000044/2026	BIANCA APARECIDA KOVALSKI	DEFERIDA
00255.000000046/2026	ELENICE VALQUIRIA NAGURNIAK	DEFERIDA
00255.000000047/2026	DAIANE CAMILO	DEFERIDA
00255.000000049/2026	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	DEFERIDA
00255.000000005/2026	MARLON JOAO CHMIK	DEFERIDA *(sub judice)*

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS – PROFESSOR			
NÚMERO	**NOME**	**RESULTADO**	**RECURSO**
00255.000000001/2026	FRANCIELLI CARUS GODOY	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000003/2026	LARIÇA BANDASZEWSKI	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida	
00255.000000009/2026	ALINE STECIUK	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000014/2026	DILCÉLI APARECIDA MARTINS	INDEFERIDA – faltou declaração de que conferem com os originais (Item 2.7 alínea "g")	
00255.000000018/2026	EDINA GOLEMBA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000021/2026	CLAUDINEIA EDUARDA GOLENIA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000024/2026	TALIA MARA PRZYBYSZ	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2) e inscrição duplicada.	
00255.000000029/2026	TATIANE ALVES DA SILVA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000030/2026	TALIA MARA PRZYBYSZ	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	NÃO CONHECIDO
00255.000000031/2026	MURILO ARIEL MATIUCHENKO BUSKO	INDEFERIDA - não apresentou histórico escolar junto do certificado de conclusão do curso (Item 2.7, alínea "d")	
00255.000000032/2026	TAIANE ALVES DA SILVA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000037/2026	GISELE RAFAELA BAZIEWICZ	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000039/2026	EVELIN FERNANDA DE MOURA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000041/2026	ELIANE MARIA WLODARCZUK	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	NÃO CONHECIDO
00255.000000042/2026	NELIA PAULA PIRES	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	INDEFERIDO
00255.000000045/2026	VANESSA SOARES DE LIMA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000048/2026	DEBORA JOANA RODRIGUES DE LIMA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	

3. Ficam os candidatos com as inscrições deferidas CONVOCADOS para **AVALIAÇÃO OBJETIVA** que ocorrerá no dia **22/08/2026**, na **Escola Municipal Divino Espírito Santo, Rua Tiradentes – Sul, 239, Centro, Mallet/PR, com abertura dos portões às 07h30min e fechamento dos portões às 08h00min**.
4. O candidato deverá portar consigo para adentrar a sala de provas, documento oficial de identidade com foto (RG e/com CPF, CNH ou outro documento oficial).
5. A prova terá duração de 03 (três) horas, iniciando às 08h00min e finalizando às 11h00min.
6. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.
7. Os candidatos poderão levar o caderno de prova após decorrido uma hora da prova.
8. Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul para preencher a folha de respostas.
9. Será desclassificado do certame o candidato que tentar estabelecer qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoas estranhas e/ou qualquer espécie de consulta; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do PSS.

Mallet, 20 de agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA

DANIELI BACHTCHEN	***SOLANGE DA SILVA OTTO***
Presidente	Secretária
VANESSA RACHWAL	
Membro	

Publicado por:
Danieli Bachtchen
Código Identificador:8253DED5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 08-2026

TERMO DE RATIFICAÇÂO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Dispensa N° 8/2026
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4381/2026 resolve:
Com fundamentação no art. 75 inciso II da Lei 14.133/21 de 01/04/2021, RATIFICAR ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Dispensa n° 8/2026 referente à **Contratação de empresa para Aluguel de brinquedos a serem usados nas festividades do dia das crianças.**, em favor da empresa conforme abaixo;

LEANDRO REGINATTO						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Contratação de Monitores capacitados para auxiliar o atendimento e bom funcionamento dos equipamentos no dia da festividade. (Para 1 dia)	UN	3,00	550,00	1.650,00
1	2	Contratação de monitores para execução de Maquiagem artística no dia das crianças (Para 1 dia). Maquiagem artística facial na mão ou no braço. Dispor e utilizar tinta atóxica apropriada e outros acessórios, como pincéis de vários diâmetros e glitter especial para dar brilho. Os monitores devem ser especializado e dispor de várias opções de maquiagem como: desenhos animados, temas de filmes, personagens, bichinhos, símbolos de superheróis, entre outros. Materiais necessários a cargo da contratada. Serviço prestado em local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	2,00	600,00	1.200,00
1	3	Locação para 1 (um) dia multi parque homen aranha . com joao bobo, piscina de bolinha ,obstaculos ,escorrega em Lona. Dimensões mínimas do Produto: 3 metros de altura x 5 metros de comprimento.5 largura Capacidade mínima suportado 200kg. Idade recomendada até 8 anos. Produtos com selo Inmetro. (Podendo ser personalizado com tema infantil). Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	850,00	850,00
1	4	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo chute agol de 4 de comprimento por 4 largura para todas idades	UN	1,00	600,00	600,00
1	5	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo dual radical,nerf e corida maluca . com duas opcoes de uso para crianças acima de 4 anos	UN	1,00	800,00	800,00
1	6	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo Futebol de sabão:3 em 1 com rede de volei e basquete porte grande com 12 metros de comprimento por 6 metros de largura, capacidade para 6 usuários. Recomendada até 15 anos. Produto com selo Inmetro. (podendo ser personalizado com tema infantil). Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	1.100,00	1.100,00
1	7	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo Guerra Cotonetes: para dois usuários de até 200kg. Idade recomendada até 16 anos. Produto com selo Inmetro. (Podendo ser personalizado com tema infantil). Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	900,00	900,00
1	8	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo Kid Play Inflável. Kid play Inflável. Kid play inflável dinossauro 3 em 1 com piscina de bolinha, pula pula e escorrega com no mínimo 4 metros de largura por 7 metros de comprimento. Capacidade mínima suportada de 200 quilos. Idade recomendada até 8 anos. Produtos com selo Inmetro. (Podendo ser personalizado com tema infantil). Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	650,00	650,00
1	9	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo Tobogã Inflável: radical produto profissional, inflável com motor. Com dimensões mínimas: Comprimento 8,00 metros x 4 metros altura x 3 metros de largura. Escorregador com rampa que na piscina de água. Capacidade mínima suportada300kg. Idade recomendada até 12 anos. Produto com selo Inmetro. (Podendo ser personalizado com tema infantil). Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	1.300,00	1.300,00
1	10	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo Touro mecânico: profissional sem restrição de idade. Capacidade mínima suportada de 100kg. Produto com selo Inmetro. Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	1.950,00	1.950,00
1	11	Locação para 1 (um) dia. Brinquedo. Tobogã Inflável: porte grande tigrão classico Produto profissional. Inflável com duas rampas de escorregar motor, com dimensões mínimas: Comprimento 8 metros x 5 metros de largura x 7 metros de altura. Capacidade mínima suportada 300kg, idade mínima recomendada 12 anos. Produto com selo Inmetro. (Podendo ser simples ou duplo e personalizado com tema infantil). Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	1.300,00	1.300,00
1	12	Locação para 1 (um) dia: carrinho de algodão doce com todo material para atendimento sem quantidade definida com um monitor incluso para atendimento. Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	2.000,00	2.000,00
1	13	Locação para 1 (um): carrinho de pipoca com todo material incluso e com no mínimo 1 monitor, que cuidará de toda demanda. Equipamento instalado no local e horário indicado pela secretaria, custas de instalação e retirada à cargo da contratada.	UN	1,00	2.000,00	2.000,00
TOTAL						16.300,00

Do objeto da licitação, estando em conformidade com o Dispensa 8/2026 datada de 18/08/2026. A prestação dos serviços objeto do presente processo será na data pré estabelecida de **09/10/2026** conforme estabelecido no termo de referência.
Manfrinópolis, 20/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:DC74C803

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 02452026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 02452026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0245/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ROBISON MARINHO HEIMANN		**MATR.**	**1012144**
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		SANDERO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA: AWQ-1649
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
17/08/2026	17/08/2026	CHOPINZINHO	PR	PARA ; ACOMPANHAR MANUTENÇÃO DE MÁQUINA .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – Pr, em 17 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:ED4290F1

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 02462026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 02462026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0246/2026
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	LUAN VINICIUS DA SILVA LIMA		MATR.	1012143
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	LOTAÇÃO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		SANDERO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA: AWQ-1649
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
17/08/2026	17/08/2026	CHOPINZINHO	PR	PARA ; ACOMPANHAR MANUTENÇÃO DE MÁQUINA .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – Pr, em 17 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:9E1AD232

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 – CMDCA

Aprova o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Mangueirinha e os instrumentos complementares de organização, atendimento, capacitação e articulação interinstitucional.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANGUEIRINHA – CMDCA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069/1990, a Lei Municipal nº 2.491/2025 e seu Regimento Interno, e considerando a deliberação realizada em reunião do dia 20 de agosto de 2026,

CONSIDERANDO a proteção integral e a prioridade absoluta asseguradas às crianças e aos adolescentes pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a organização e o funcionamento do Conselho Tutelar, preservadas sua autonomia funcional e a natureza colegiada de suas deliberações;

CONSIDERANDO a Recomendação Administrativa nº 03/2026, expedida no Procedimento Administrativo nº 0083.25.000163-9, e as providências adotadas para qualificação dos fluxos de atendimento;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar os procedimentos de recebimento, triagem, registro, resposta, plantão, articulação com a rede de proteção e capacitação permanente;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam aprovados os seguintes instrumentos de organização e funcionamento do Conselho Tutelar de Mangueirinha:
I – Regimento Interno do Conselho Tutelar de Mangueirinha, constante do Anexo I;
II – Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta, constante do Anexo II;
III – Fluxograma Oficial de Recebimento, Triagem e Atendimento, constante do Anexo III;
IV – Quadro Operacional do Conselho Tutelar, constante do Anexo IV;
V – Cronograma de Capacitação e Educação Permanente – 2026, constante do Anexo V; e
VI – Protocolo Interinstitucional de Acionamento e Apoio Recíproco entre a Polícia Militar do Paraná e o Conselho Tutelar de Mangueirinha, constante do Anexo VI.
§ 1º Os documentos relacionados nos incisos deste artigo integram a presente Resolução para todos os fins.
§ 2º O Protocolo Interinstitucional referido no inciso VI produzirá efeitos após a aprovação prevista nesta Resolução e sua subscrição pelos representantes das instituições participantes.
Art. 2º Os instrumentos aprovados deverão ser observados pelo Conselho Tutelar, pelo CMDCA, pela Administração Municipal e, no âmbito de suas respectivas atribuições, pelos órgãos e serviços integrantes da rede de proteção.
Art. 3º A aplicação dos documentos aprovados observará a Lei Federal nº 8.069/1990, a Lei Municipal nº 2.491/2025, as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da intervenção mínima, da não revitimização e do sigilo.
Art. 4º As alterações do Regimento Interno e dos protocolos permanentes dependerão de nova deliberação e aprovação pelo CMDCA, mediante resolução.
Parágrafo único. O Quadro Operacional e o Cronograma de Capacitação, por sua natureza variável ou anual, poderão ser atualizados por resolução específica do CMDCA, sem necessidade de republicação integral dos demais instrumentos.
Art. 5º A aprovação do Protocolo Interinstitucional com a Polícia Militar não implica transferência de atribuições entre os órgãos, permanecendo cada instituição responsável pelas providências compreendidas em sua competência legal.
Art. 6º O Conselho Tutelar e o CMDCA promoverão a divulgação dos fluxos, canais oficiais e formas de acionamento à rede de proteção e à população, preservados os dados pessoais e os contatos que devam permanecer restritos.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha/PR, 20 de agosto de 2026.

FERNANDA MARTINELO BAUM
Presidente do CMDCA de Mangueirinha

ANEXO I – REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE MANGUEIRINHA
O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no exercício de sua autonomia funcional e das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2.491/2025, após deliberação de seu Colegiado e aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, adota o seguinte Regimento Interno:

CAPÍTULO I — DA NATUREZA, FINALIDADE E FUNDAMENTOS
Art. 1. Este Regimento disciplina a organização, o funcionamento e os procedimentos do Conselho Tutelar de Mangueirinha, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 2. O Conselho Tutelar integra a administração pública municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, apenas para fins administrativos e orçamentários, sem subordinação funcional na apreciação dos casos e na adoção das medidas de sua competência.
Art. 3. A atuação do Conselho Tutelar observará a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação municipal, as resoluções do CONANDA, as deliberações do CMDCA no âmbito de sua competência e os seguintes princípios:
I – proteção integral e prioridade absoluta;
II – intervenção precoce, mínima, proporcional e atual;
III – melhor interesse da criança e do adolescente;
IV – respeito à dignidade, à intimidade, à imagem, à identidade e à participação;
V – prevalência da convivência familiar e comunitária;
VI – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade compatível com o sigilo e eficiência;
VII – não discriminação e respeito às diversidades cultural, territorial, étnico-racial, religiosa, de gênero e às condições de deficiência.
Art. 4. A sede, os canais oficiais e os horários de atendimento constarão do Quadro Operacional vigente, amplamente divulgado à população e mantido atualizado nos meios oficiais do Município.

CAPÍTULO II — DAS ATRIBUIÇÕES E DA COMPETÊNCIA
Art. 5. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições previstas nos arts. 95, 136, 191 e 194 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais normas aplicáveis, especialmente atender crianças e adolescentes, aconselhar pais ou responsáveis, aplicar medidas de proteção, requisitar serviços públicos, expedir notificações e representar ou encaminhar às autoridades competentes.
Art. 6. O Conselho Tutelar não substitui os serviços de saúde, assistência social, educação, segurança pública, investigação policial, perícia, defesa técnica, Ministério Público ou Poder Judiciário, devendo requisitar, comunicar, representar ou articular-se com o órgão competente, sem abandonar o acompanhamento que lhe caiba.
Art. 7. A competência territorial será determinada pelo art. 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Municipal nº 2.491/2025, sem prejuízo do atendimento inicial e das providências urgentes quando a criança ou o adolescente estiver em Mangueirinha.
Art. 8. Quando entender necessário o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar, o Conselho Tutelar comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público, informando os motivos e as providências adotadas para orientação, apoio e promoção social da família.

CAPÍTULO III — DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO INTERNA
Art. 9. O Conselho Tutelar é composto por cinco membros escolhidos pela população para mandato de quatro anos, na forma da legislação vigente.
Art. 10. São instâncias de organização interna:
I – o Colegiado;
II – a Presidência ou Coordenação;
III – a Vice-Presidência ou Vice-Coordenação;

IV – a Secretaria do Colegiado; e
V – os serviços de apoio disponibilizados pelo Município.

Seção I — Do Colegiado
Art. 11. O Colegiado é a instância máxima de decisão do Conselho Tutelar e delibera sobre medidas protetivas, procedimentos institucionais, divisão de tarefas, escalas, relatórios, representações e demais matérias de sua competência.
Art. 12. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo à Presidência o voto de desempate, quando necessário, sem prejuízo da adoção individual de providência urgente, posteriormente submetida ao Colegiado.
Art. 13. A distribuição dos casos observará critérios impessoais, equitativos e registrados, preservada, sempre que possível, a continuidade do acompanhamento pelo conselheiro de referência.
Art. 14. Nenhum membro falará ou assumirá compromisso em nome do Conselho Tutelar sem deliberação do Colegiado ou designação expressa, ressalvadas as providências ordinárias e urgentes inerentes ao atendimento.

Seção II — Da Presidência, Vice-Presidência e Secretaria
Art. 15. O Colegiado elegerá, entre seus membros, a Presidência, a Vice-Presidência e a Secretaria do Colegiado para mandato interno anual, permitida recondução em comum acordo pelo colegiado, mediante votação registrada em ata.
Art. 16. Compete à Presidência:
I – representar institucionalmente o Conselho, sem limitar a autonomia funcional dos membros;
II – convocar, organizar e presidir reuniões;
III – zelar pelo cumprimento das deliberações, escalas, protocolos e prazos;
IV – acompanhar a distribuição equitativa dos casos e tarefas;
V – encaminhar relatórios e comunicações institucionais aprovados; e
VI – comunicar ao CMDCA e à Secretaria de Assistência Social, as necessidades estruturais do Conselho.
Art. 17. Compete à Vice-Presidência substituir a Presidência em ausências e impedimentos e auxiliá-la nas atividades internas.
Art. 18. Compete à Secretaria do Colegiado preparar pautas, lavrar e custodiar atas, controlar correspondências institucionais e manter organizados os atos normativos, sem inserir nas atas dados sensíveis além do estritamente necessário.

CAPÍTULO IV — DO FUNCIONAMENTO, EXPEDIENTE E ATENDIMENTO PERMANENTE
Art. 19. O Conselho Tutelar funcionará, durante o expediente, com a presença mínima simultânea de quatro conselheiros, de segunda a sexta-feira, conforme regulamento definido pelo Poder Executivo, assegurados o funcionamento ininterrupto e o atendimento permanente às demandas emergenciais.
Art. 20. Cada conselheiro cumprirá jornada de quarenta horas semanais, excluídos os períodos de sobreaviso, os quais serão distribuídos de forma equitativa entre todos os membros, vedado qualquer tratamento desigual.
Art. 21. Os dias e horários de expediente, o intervalo, os canais de atendimento e os demais dados operacionais observarão o regulamento municipal e constarão do Quadro Operacional vigente.
Art. 22. Fora do horário regular de expediente, compreendidos o período noturno, o horário de almoço, os finais de semana e os feriados, os conselheiros tutelares atuarão conforme escala de plantão elaborada e aprovada pelo Colegiado, submetida ao CMDCA e amplamente divulgada, a fim de garantir atendimento permanente às emergências e ocorrências.
§ 1º Para fins deste Regimento, considera-se:
I — plantão: o serviço destinado ao atendimento das emergências e ocorrências recebidas fora do horário regular de expediente;
II — sobreaviso: o período em que os conselheiros escalados permanecem fora da sede, disponíveis, localizáveis e aptos a realizar o atendimento e comparecer quando acionados;
§ 2º O plantão será cumprido por dupla de conselheiros em regime de sobreaviso, conforme a escala aprovada pelo Colegiado.
§ 3º Os dois integrantes da dupla permanecerão disponíveis durante todo o período, devendo o conselheiro que receber o acionamento comunicar imediatamente o outro integrante.
§ 4º Os atendimentos externos, as diligências e as demais providências que exijam deslocamento serão realizados pela dupla plantonista, vedada a atuação isolada.
§ 5º O recebimento inicial da comunicação e o acionamento dos serviços de emergência poderão ser realizados pelo conselheiro que primeiro tomar conhecimento da ocorrência, sem prejuízo da imediata comunicação ao outro integrante da dupla.

Art. 23. A escala de plantão em regime de sobreaviso será elaborada e aprovada previamente pelo Colegiado, observada a distribuição equitativa entre todos os membros.
§ 1º A escala deverá:
I – identificar os dois conselheiros integrantes de cada dupla plantonista;
II – indicar o período de vigência e as faixas de cobertura;
III – estabelecer a ordem de substituição para os casos de impedimento, suspeição, afastamento ou impossibilidade de atuação;
IV – assegurar a continuidade do atendimento durante férias, licenças e demais afastamentos;
V – ser submetida ao CMDCA antes do início de sua vigência;
VI – ser amplamente divulgada à população e comunicada aos órgãos da rede de proteção; e
VII – preservar os números de telefone pessoais e demais dados particulares dos conselheiros, divulgando-se apenas os canais institucionais.
§ 2º Havendo impedimento, suspeição ou impossibilidade de atuação de qualquer integrante da dupla, será acionado imediatamente o primeiro conselheiro apto indicado na ordem de substituição, preservada a atuação em dupla.
§ 3º As substituições e alterações ocorridas durante a vigência da escala serão registradas, com indicação do motivo, da data, do horário e dos membros envolvidos.
Art. 24. É vedado desligar, ignorar ou deixar sem monitoramento os canais oficiais durante o período em que devam estar disponíveis; falhas técnicas serão imediatamente comunicadas e supridas por canal alternativo divulgado.
Art. 25. A programação de férias observará a Lei Municipal nº 2.491/2025, com fruição por apenas um conselheiro em cada período e comunicação escrita ao CMDCA com antecedência mínima de trinta dias, para convocação de suplente.

CAPÍTULO V — DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES
Art. 26. O Colegiado realizará ao menos uma reunião ordinária semanal, em dia e horário consignados pelo Colegiado mediante disponibilidade, com a presença de todos os conselheiros, ressalvadas ausências justificadas e o atendimento ao público.
Art. 27. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Presidência ou pela maioria dos membros sempre que necessárias ao atendimento célere e eficaz.

Art. 28. As reuniões terão pauta, lista de presença e ata, na qual constarão as deliberações, responsáveis e prazos, vedada a exposição desnecessária de dados identificadores de crianças, adolescentes, familiares e denunciantes.
Art. 29. A urgência não poderá aguardar reunião: o conselheiro que estiver no atendimento adotará as providências imediatas de sua competência, registrará os fundamentos e submeterá a medida ao Colegiado na primeira oportunidade útil.
Parágrafo único. Durante o plantão, as providências serão deliberadas pelos conselheiros plantonistas. Nos casos de excepcional gravidade, especialmente quando houver necessidade de acolhimento institucional, o Colegiado será convocado imediatamente para deliberar, sem prejuízo da adoção das medidas emergenciais indispensáveis à proteção da criança ou do adolescente.

CAPÍTULO VI — DO PROTOCOLO OFICIAL DE RECEBIMENTO, TRIAGEM, REGISTRO E RESPOSTA
Art. 30. Toda demanda recebida presencialmente, por telefone, e-mail, aplicativo de mensagens, formulário eletrônico, encaminhamento institucional ou outro canal oficial será acolhida, triada, registrada, atendida e acompanhada conforme as disposições deste Capítulo e do Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta vigente.
Art. 31. O protocolo terá caráter obrigatório e abrangerá o percurso completo da demanda, desde o recebimento até a resolução ou o encerramento fundamentado, com indicação das providências, responsáveis, datas, reavaliações e comunicações realizadas.
Art. 32. Nenhuma mensagem eletrônica que indique possível ameaça ou violação de direitos poderá permanecer sem confirmação de recebimento e triagem dentro dos prazos estabelecidos no Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta vigente, especialmente quando enviada diretamente por criança ou adolescente.
Art. 33. A ausência de informação completa, identificação formal, documento ou comparecimento presencial não autoriza recusa ou adiamento de providência urgente; o conselheiro deverá colher apenas os dados necessários e avaliar imediatamente o risco.
Art. 34. A triagem classificará a demanda como:
I – EMERGÊNCIA: risco atual ou iminente à vida, à integridade física ou psíquica, desaparecimento, abandono, violência em curso ou situação que não admita espera, com atendimento imediato;
II – URGÊNCIA: ameaça relevante que exija resposta prioritária dentro do prazo máximo estabelecido no Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta vigente; ou
III – ORDINÁRIA: demanda sem risco imediato, sujeita a resposta e acompanhamento nos prazos estabelecidos no Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta vigente.
Art. 35. A classificação é dinâmica e será reavaliada sempre que surgirem novas informações; dúvida razoável sobre risco será tratada pelo nível mais protetivo até esclarecimento suficiente.
Art. 36. O registro inicial conterá, no mínimo:
I – data, hora e canal de recebimento;
II – identificação e contato do comunicante, quando disponíveis;
III – dados essenciais da criança ou do adolescente e localização;
IV – descrição objetiva do fato e indicadores de risco;
V – classificação da prioridade e respectiva justificativa;
VI – conselheiro responsável e eventual impedimento; e
VII – providências, comunicações, retorno ao usuário e situação do caso.
Art. 37. Os prazos máximos para confirmação do recebimento, triagem, resposta inicial e atualização serão estabelecidos no Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta e serão aplicáveis durante o expediente e o plantão, vedada a fixação de prazo incompatível com a prioridade absoluta e com o atendimento imediato das emergências.
Art. 38. A resposta inicial deverá informar, em linguagem acessível e sem prometer resultado, que a demanda foi recebida, a providência inicial adotada ou o encaminhamento adequado, preservado o sigilo.
Art. 39. Demanda recebida em aparelho ou conta pessoal de conselheiro será imediatamente transferida para o canal oficial e registrada, sem prejuízo do atendimento urgente; é vedado manter o caso exclusivamente em dispositivo pessoal.
Art. 40. Quando o fato não for de atribuição do Conselho Tutelar, o usuário receberá orientação e encaminhamento responsável ao órgão competente; havendo notícia de ameaça ou violação de direito, o Conselho acompanhará a efetividade do encaminhamento dentro de sua competência.
Art. 41. O encerramento exigirá registro fundamentado da cessação do risco, do cumprimento das medidas, da transferência legítima da competência ou da impossibilidade justificada de prosseguimento, com ciência do Colegiado quando houver medida protetiva.

CAPÍTULO VII — DO REGISTRO, SIPIA CT WEB E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Art. 42. Todos os atendimentos, medidas e providências serão registrados diretamente no SIPIA CT Web de modo tempestivo, completo e individualizado, nos termos da Lei Municipal nº 2.491/2025.
Art. 43. Na indisponibilidade comprovada do SIPIA CT Web, será utilizado registro contingencial seguro, com data e hora, devendo as informações ser inseridas no sistema tão logo restabelecido o acesso, sem duplicidade.
Art. 44. O conselheiro de referência manterá o histórico atualizado, os prazos de acompanhamento e os documentos vinculados ao caso, permitindo continuidade por outro membro sem repetição indevida de escuta.
Art. 45. O acesso aos registros será restrito a pessoas autorizadas e obedecerá ao dever de sigilo, à proteção de dados pessoais e ao melhor interesse da criança e do adolescente.
Art. 46. Relatórios, respostas externas e estatísticas utilizarão somente os dados necessários à finalidade, com anonimização sempre que a identificação não for indispensável.
Art. 47. O Conselho apresentará trimestralmente ao CMDCA relatório quantitativo e descritivo extraído do SIPIA CT Web, com demandas recorrentes, deficiências da rede e propostas de providências, sem exposição indevida de dados pessoais.

CAPÍTULO VIII — DO ATENDIMENTO E DO ACOMPANHAMENTO DOS CASOS
Art. 48. O atendimento será realizado com urbanidade, escuta qualificada, linguagem acessível, ambiente reservado e participação da criança ou do adolescente compatível com sua idade e capacidade de compreensão.
Art. 49. Sempre que possível, evitar-se-á a repetição desnecessária do relato de violência, registrando-se de forma objetiva as informações indispensáveis, sem realizar investigação criminal, perícia ou depoimento especial.
Art. 50. As medidas serão deliberadas pelo Colegiado, salvo urgência, e indicarão objetivo, destinatário, prazo de cumprimento, forma de acompanhamento e consequência do descumprimento injustificado.
Art. 51. Requisições, notificações, representações e encaminhamentos serão escritos, identificados, datados, registrados e acompanhados, podendo ser antecipados verbalmente em urgência, com formalização posterior.
Art. 52. O Conselho monitorará o cumprimento de suas deliberações e representará à autoridade judiciária em caso de descumprimento injustificado, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO IX — DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO

Art. 53. O conselheiro declarará impedimento quando:

I – a situação envolver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II – for amigo íntimo ou inimigo capital de interessado;

III – interessado for seu credor ou devedor, ou de seu cônjuge, companheiro ou parente abrangido pelo inciso I; ou

IV – tiver interesse pessoal na solução em favor de qualquer interessado.

Art. 54. O conselheiro poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo, sem necessidade de expor informação além da indispensável ao registro e à substituição.

Art. 55. O conselheiro declarado impedido ou suspeito, nas hipóteses previstas no art. 38 da Lei Municipal nº 2.491/2025, deverá abster-se do atendimento, da discussão e da deliberação do caso, comunicando imediatamente o fato ao Colegiado ou, durante o plantão, ao outro integrante da dupla e ao membro indicado na ordem de substituição.

Art. 56. Se qualquer integrante da dupla plantonista estiver impedido, suspeito ou impossibilitado de atuar, será acionado imediatamente outro membro apto, conforme a ordem de substituição constante da escala, de modo a preservar a atuação em dupla e a continuidade do atendimento.

Art. 57. O impedimento, o acionamento e a substituição serão registrados no protocolo e no SIPIA CT Web, preservados os dados sensíveis; a falta de resposta do substituto exigirá acionamento do próximo nome da escala e comunicação à Presidência.

Art. 58. O interessado poderá suscitar impedimento perante o Colegiado, que decidirá sem a participação do membro questionado e garantirá a continuidade imediata do atendimento.

CAPÍTULO X — DA ARTICULAÇÃO COM A POLÍCIA MILITAR E A REDE DE PROTEÇÃO

Art. 59. A articulação com a Polícia Militar observará o protocolo interinstitucional aprovado pelo CMDCA, preservadas as competências legais e a autonomia funcional de cada órgão.

§ 1º O contato com a Polícia Militar será realizado preferencialmente por intermédio da Central Policial de Palmas/PR, sem prejuízo do acionamento pelo telefone 190 nas situações de emergência ou risco imediato.

§ 2º O Conselho Tutelar registrará a data e o horário do acionamento, o canal utilizado, o número do protocolo ou a identificação do atendente, quando disponível, e as providências informadas.

Art. 60. O órgão que primeiro receber a denúncia ou tomar conhecimento da situação realizará a avaliação inicial e adotará as providências compreendidas em sua competência, acionando o outro órgão quando necessária atuação complementar.

Parágrafo único. O acionamento de outro órgão não suspenderá nem retardará as providências urgentes que incumbam ao órgão inicialmente acionado.

Art. 61. Quando a Polícia Militar for o primeiro órgão a atender a ocorrência, adotará as providências de segurança pública cabíveis e acionará o Conselho Tutelar sempre que identificar indícios de ameaça ou violação dos direitos de criança ou adolescente.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar permanecerá responsável pela avaliação protetiva, pela aplicação das medidas de proteção e pelos encaminhamentos próprios de sua competência.

Art. 62. O Conselho Tutelar acionará a Polícia Militar sempre que houver necessidade de apoio ou intervenção policial, especialmente:

I — quando houver risco atual ou potencial à segurança dos conselheiros tutelares, da criança ou do adolescente, de familiares ou de terceiros;

II — quando, em razão de atendimentos anteriores ou de informações objetivas disponíveis, houver histórico de violência, ameaça, hostilidade, resistência, uso de armas ou outras circunstâncias que indiquem risco na realização do atendimento;

III — quando forem constatados indícios de crime, situação de flagrante, violência em curso ou necessidade imediata de preservação da ordem pública.

Parágrafo único. Nas situações previstas neste artigo, os conselheiros não realizarão diligência de natureza policial nem ingressarão em ambiente considerado inseguro antes da avaliação da equipe policial, sem prejuízo das providências protetivas que possam ser adotadas por outros meios.

Art. 63. O Conselho Tutelar não delegará à Polícia Militar a avaliação da ameaça ou violação de direitos, a aplicação de medidas protetivas, a orientação à família ou o acompanhamento de sua competência.

§ 1º À Polícia Militar caberão as providências relacionadas à segurança, à ordem pública, à cessação de ilícitos e às demais medidas de natureza policial.

§ 2º A atuação de um órgão não substituirá nem condicionará o exercício das competências legais do outro, não sendo obrigatório o atendimento conjunto quando as circunstâncias permitirem atuação segura e independente.

Art. 64. No atendimento conjunto, os órgãos atuarão de forma coordenada, observando a intervenção mínima, a prevenção da revitimização, a preservação do sigilo e o compartilhamento apenas das informações necessárias à proteção e ao atendimento.

§ 1º A coleta de informações diretamente com a criança ou o adolescente será limitada ao estritamente necessário, priorizando-se os dados fornecidos por responsáveis, acompanhantes ou profissionais que já tenham realizado o atendimento.

§ 2º A notícia de fato que possa constituir infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente será encaminhada ao Ministério Público ou à autoridade competente, conforme o caso, preservadas as atribuições investigativas dos órgãos próprios.

Art. 65. O Conselho Tutelar manterá articulação permanente com os órgãos da assistência social, saúde, educação, segurança pública e demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando à construção de fluxos claros de encaminhamento, retorno e corresponsabilidade.

Parágrafo único. As reuniões e ações articuladas da rede não afastam a responsabilidade legal de cada órgão, devendo eventuais dificuldades operacionais, falhas de comunicação ou divergências de atribuição ser registradas e encaminhadas às chefias e instâncias competentes, sem interrupção da proteção urgente.

CAPÍTULO XI — DA CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

Art. 66. Os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar participarão de capacitação inicial e de ações periódicas de educação permanente, em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA e com o Município.

§ 1º As ações de capacitação serão organizadas por meio de Plano Anual de Capacitação e Educação Permanente, elaborado conforme as necessidades identificadas no exercício.

§ 2º O Plano Anual indicará, sempre que possível, os temas, objetivos, público-alvo, período de realização, carga horária, responsáveis e formas de comprovação da participação.

§ 3º O Plano Anual poderá ser atualizado durante o exercício, conforme as necessidades identificadas e a disponibilidade administrativa, mediante registro e ciência do CMDCA.

Art. 67. O Plano Anual de Capacitação e Educação Permanente abrangerá, conforme as necessidades identificadas, especialmente os seguintes temas:

I — atribuições legais, autonomia funcional, limites de atuação e deliberação colegiada;

II — recebimento, triagem, registro e resposta às demandas presenciais, telefônicas e eletrônicas;

III — atendimento de situações de risco, urgência e violência, bem como prevenção da revitimização;
IV — impedimento, suspeição, plantão, sobreaviso e substituição;
V — articulação com a Polícia Militar, com a rede de proteção e com os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VI — utilização do SIPIA-CT, sigilo, proteção de dados pessoais e elaboração de relatórios;
VII — diversidade, acessibilidade, atendimento humanizado e comunicação não violenta; e
VIII — outros conteúdos considerados necessários ao adequado exercício das atribuições do Conselho Tutelar.
Art. 68. A participação nas ações de capacitação será comprovada por lista de presença, certificado, ata, relatório ou outro documento idôneo.
§ 1º As ausências deverão ser justificadas, sem prejuízo da adoção das providências cabíveis quando injustificadas.
§ 2º Sempre que possível, será assegurado aos membros ausentes e aos novos integrantes o acesso ao material utilizado, à reposição do conteúdo ou à participação em capacitação equivalente.
§ 3º Os documentos comprobatórios das capacitações serão arquivados pelo Conselho Tutelar e disponibilizados ao CMDCA e aos órgãos de controle, quando solicitados.

CAPÍTULO XII — DOS DEVERES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES
Art. 69. Além dos deveres previstos em lei, incumbe a cada conselheiro:
I – cumprir jornada, escala, protocolos e deliberações colegiadas;
II – atender com presteza, registrar tempestivamente e acompanhar os casos;
III – manter sigilo e proteger documentos, credenciais e equipamentos;
IV – declarar impedimento ou suspeição;
V – participar de reuniões e capacitações;
VI – zelar pela continuidade do serviço e comunicar falhas; e
VII – tratar usuários, colegas e integrantes da rede com urbanidade e respeito.
Art. 70. É vedado ao conselheiro:
I – recusar, retardar ou abandonar atendimento de sua competência sem justificativa legal;
II – delegar atribuição exclusiva a pessoa que não integre o Conselho Tutelar;
III – deixar de submeter ao Colegiado decisão individual de medida protetiva;
IV – usar informações, função, bens ou canais institucionais em benefício próprio, político-partidário ou de terceiros;
V – divulgar casos, imagens, nomes ou informações sigilosas;
VI – realizar investigação criminal, perícia, depoimento especial ou atividade estranha à competência legal; e
VII – praticar as demais condutas proibidas pela Lei Municipal nº 2.491/2025.
Art. 71. Notícia de possível infração funcional será encaminhada à Comissão de Ética vinculada ao CMDCA, observados a Lei Municipal nº 2.491/2025, o regulamento próprio, o contraditório e a ampla defesa, sem julgamento disciplinar pelo próprio Colegiado.

Seção I — Do Regime Ético-Disciplinar
Art. 72. O conselheiro tutelar estará sujeito às penalidades de advertência, suspensão e perda da função, nas hipóteses e condições previstas na Lei Municipal nº 2.491/2025.
§ 1º A aplicação de penalidade dependerá de procedimento administrativo conduzido na forma dos arts. 52 a 57 da Lei Municipal nº 2.491/2025 e da regulamentação expedida pelo CMDCA, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.
§ 2º Compete ao CMDCA deliberar e aplicar as penalidades, após o recebimento do relatório conclusivo da Comissão de Ética, não cabendo ao Colegiado do Conselho Tutelar realizar julgamento disciplinar de seus próprios membros.
Art. 73. A perda da função somente poderá ser aplicada nas hipóteses expressamente previstas na Lei Municipal nº 2.491/2025, vedada a criação ou ampliação de causas de perda do mandato por este Regimento.
Parágrafo único. A penalidade de perda da função deverá ser fundamentada na gravidade da conduta, nas circunstâncias do caso, nos danos causados, nos antecedentes funcionais e nos demais critérios estabelecidos na legislação municipal.
Art. 74. O afastamento cautelar não constitui penalidade e poderá ser determinado Comissão de Ética, nas condições estabelecidas no art. 55 da Lei Municipal nº 2.491/2025, mediante decisão fundamentada, pelo prazo improrrogável de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
Art. 75. A existência de denúncia, medida protetiva, inquérito policial, processo criminal ou outro procedimento externo não acarretará automaticamente afastamento cautelar ou perda da função, que dependerão da observância do procedimento e dos requisitos previstos na legislação municipal.

CAPÍTULO XIII — DO APOIO ADMINISTRATIVO, ESTRUTURA E TRANSPORTE
Art. 76. O Município assegurará sede acessível, privacidade, conectividade, equipamentos, materiais, veículo, pessoal de apoio e condições técnicas necessárias ao funcionamento permanente e ao SIPIA CT Web.
Art. 77. Servidores e prestadores de apoio atuarão sob orientação administrativa da Presidência, sem praticar atos privativos de conselheiro, e estarão sujeitos ao dever de sigilo.
Art. 78. O uso de veículo priorizará atendimentos e diligências do Conselho, com controle de saída compatível com o sigilo; a identificação do destino não deverá expor criança, adolescente ou família a terceiros.
Art. 79. Deficiência estrutural que comprometa atendimento, sigilo, segurança ou registro será documentada e comunicada à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao CMDCA e, se persistente ou grave, aos órgãos de controle competentes.

CAPÍTULO XIV — DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Art. 80. Serão divulgados à população, em linguagem clara, os canais oficiais, horários, escala de plantão, forma de acionamento emergencial e versão pública do fluxo de atendimento, preservados dados pessoais e informações sigilosas.
Art. 81. A divulgação ocorrerá no portal oficial do Município, nas redes sociais institucionais e nos demais meios oficiais disponíveis, devendo as informações ser revisadas sempre que houver alteração.
Art. 82. O Conselho participará das reuniões do CMDCA por sua Presidência ou por membros designados e apresentará relatórios e propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas.
Art. 83. Recomendações, requisições e decisões dos órgãos de controle serão registradas, distribuídas, acompanhadas pelo Colegiado e respondidas dentro do prazo, com comprovação das providências.

CAPÍTULO XV — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. O Protocolo Oficial de Recebimento, Triagem, Registro e Resposta, o Quadro Operacional, as escalas de plantão, os formulários, os fluxos complementares e o Plano Anual de Capacitação constituem instrumentos administrativos de execução deste Regimento e não o integram para fins de alteração normativa.
§ 1º Os instrumentos mencionados no caput serão elaborados e atualizados de acordo com as necessidades do serviço, mediante deliberação do Colegiado e observância das competências do CMDCA e do Município.
§ 2º As alterações serão registradas, divulgadas e comunicadas aos órgãos, profissionais e usuários interessados, conforme a natureza do instrumento.
§ 3º Os instrumentos complementares deverão observar a Lei Municipal nº 2.491/2025, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as resoluções do CONANDA e este Regimento.
Art. 85. Alterações deste Regimento serão propostas por qualquer conselheiro, aprovadas pela maioria do Colegiado e encaminhadas ao CMDCA para apreciação, deliberação e aprovação, observada a legislação vigente.
Art. 86. Casos omissos serão decididos pelo Colegiado à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, da legislação municipal e das resoluções do CONANDA, sem criação de competência, sanção ou vantagem não prevista em lei.
Art. 87. No prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação, o Colegiado realizará orientação interna sobre este Regimento, testará os canais e o fluxo e registrará as correções operacionais necessárias.
Art. 88. Este Regimento entra em vigor após sua aprovação pelo CMDCA e publicação pelo meio oficial competente, revogadas as disposições internas em contrário.

Mangueirinha/PR, 20 de agosto de 2026.

IVONETE FERREIRA DOS SANTOS KOVARI
Presidência do Conselho Tutelar

IZABEL CRISTINA SCHMIDT
Membro do Colegiado

OSNI VANDERLEI DOS SANTOS
Membro do Colegiado

SANDRA FÁTIMA MAHMUD SMOLEK
Membro do Colegiado

TALIA LEMES
Membro do Colegiado

ANEXO II - QUADRO OPERACIONAL DO CONSELHO TUTELAR

Item	Definição aprovada
Sede	Endereço: Rua Dom Pedro II, nº 337, Bairro Vila Nova – Mangueirinha - PR
Expediente	Segunda a sexta-feira, das 7:30 às 11:00 e das 13:00 às 17:00.
E-mail oficial	conselhomang@mangueirinha.pr.gov.br
Reunião ordinária	Definida pelo Colegiado, mediante disponibilidade.
Plantão fora do expediente	Atendimento destinado exclusivamente às demandas emergenciais recebidas fora do expediente ordinário, realizado pelo plantonista titular indicado na escala.
Regime de sobreaviso	Forma de cumprimento do plantão na qual os dois conselheiros da dupla permanecem fora da sede, disponíveis, localizáveis e aptos a atender e comparecer quando acionados.
Faixa de cobertura do plantão	Das 11h01 às 12h59 e das 17h01 às 7h29 do dia seguinte, de segunda a sexta-feira; e, em período integral, aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.
Dupla plantonista	Dois conselheiros responsáveis conjuntamente pelo recebimento, avaliação inicial e adoção das providências emergenciais durante o período indicado na escala.
Forma de acionamento	Telefone institucional e WhatsApp: (46) 99922-1820. O acionamento recebido por um dos integrantes será imediatamente comunicado ao outro membro da dupla.
Atuação conjunta	Os atendimentos, diligências e providências do plantão serão realizados pela dupla, vedada a atuação isolada, ressalvadas apenas as providências iniciais indispensáveis para impedir risco imediato enquanto se aguarda o segundo integrante.
Ordem de acionamento	1º: plantonista titular; 2º: conselheiro de sobreaviso; 3º: membro indicado na ordem de substituição constante da escala.
Impedimento	O plantonista impedido comunicará imediatamente a situação e acionará o conselheiro de sobreaviso, registrando o motivo, o horário e a transferência do atendimento, sem retardar as medidas urgentes indispensáveis.
Acolhimento institucional	Sem prejuízo das medidas emergenciais indispensáveis, será convocado imediatamente o Colegiado para deliberação, conforme previsto no Regimento Interno.
Divulgação da escala	A escala será elaborada e aprovada previamente pelo Colegiado e comunicada ao CMDCA, à rede de proteção e aos demais órgãos competentes, preservados os contatos pessoais dos conselheiros.
PM – contato oficial	(46) 3262-7123 (COPOM Palmas) ou 190 (Emergência)
Publicação do fluxo	Portal oficial do Município.e redes sociais oficiais.

ANEXO III – PROTOCOLO OFICIAL DE RECEBIMENTO, TRIAGEM, REGISTRO E RESPOSTA
CONSELHO TUTELAR DE MANGUEIRINHA/PR

1. OBJETO E ABRANGÊNCIA
O presente Protocolo disciplina o recebimento, a confirmação, a triagem, o registro, a resposta inicial, o acompanhamento, a reavaliação e o encerramento das demandas dirigidas ao Conselho Tutelar de Mangueirinha, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990, a Lei Municipal nº 2.491/2025 e o Regimento Interno do Conselho Tutelar.
Suas disposições são obrigatórias para todos os membros, canais de atendimento e turnos de funcionamento, inclusive durante o plantão em regime de sobreaviso, observadas a prioridade absoluta, a proteção integral, o sigilo, a intervenção mínima e a prevenção da revitimização.

2. CANAIS E REGRAS GERAIS DE RECEBIMENTO
As demandas poderão ser recebidas presencialmente, por telefone, WhatsApp, e-mail, encaminhamento institucional, formulário eletrônico ou outro canal oficial divulgado no Quadro Operacional vigente.
I — nenhuma formalidade prévia será exigida para a avaliação inicial do risco;
II — a ausência de identificação completa, documentos ou comparecimento presencial não autoriza a recusa ou o adiamento de providência urgente;
III — a identificação do comunicante será preservada quando necessária à sua segurança ou à proteção da criança ou do adolescente;
IV — a demanda recebida em aparelho ou conta pessoal de conselheiro será transferida imediatamente ao canal oficial e registrada; e
V — falhas técnicas serão registradas e supridas por canal alternativo seguro, sem interrupção do atendimento urgente.

3. SEQUÊNCIA OBRIGATÓRIA DO ATENDIMENTO

Etapa	Ação	Procedimento	Controle mínimo
1	**Receber e acolher**	Receber a demanda por qualquer canal oficial, sem exigir formalidade prévia para avaliar a situação e o risco.	Data, horário, canal e informações iniciais.
2	**Confirmar o recebimento**	Confirmar pelo mesmo canal ou por outro meio seguro, resguardados o sigilo e a proteção dos envolvidos.	Data, horário, meio utilizado e destinatário.
3	**Realizar a triagem**	Verificar ameaça ou violação de direitos, prioridade, necessidade de atendimento imediato e competência do Conselho.	Classificação, riscos e fundamento.
4	**Verificar impedimento**	Verificar impedimento ou suspeição e acionar substituto conforme o Regimento, sem retardar a proteção urgente.	Motivo, horário e substituto acionado.
5	**Adotar providências**	Nas emergências e urgências, adotar prontamente as medidas da competência do Conselho e acionar os serviços necessários.	Medidas, órgãos, horários e retornos.
6	**Registrar**	Registrar o atendimento e as providências no SIPIA CT Web ou, se indisponível, em instrumento contingencial seguro.	Número do registro, responsável e documentos.
7	**Deliberar e encaminhar**	Submeter ao Colegiado quando necessário e expedir requisições, notificações, comunicações ou encaminhamentos.	Deliberação, destinatários e prazos.
8	**Acompanhar e monitorar**	Verificar o cumprimento das medidas e obter retorno dos órgãos responsáveis.	Retornos, pendências e reavaliações.
9	**Encerrar ou reavaliar**	Encerrar fundamentadamente quando cessada a situação ou reavaliar as providências se persistir a ameaça ou violação.	Fundamento e situação final.

4. CLASSIFICAÇÃO DA PRIORIDADE

I — EMERGÊNCIA: risco atual ou iminente à vida, à integridade física ou psíquica, desaparecimento, abandono, violência em curso ou situação que não admita espera, com atendimento imediato;
II — URGÊNCIA: ameaça relevante que exija confirmação, triagem e resposta prioritárias dentro dos prazos deste Protocolo; e
III — ORDINÁRIA: demanda sem risco imediato, sujeita a resposta e acompanhamento nos prazos estabelecidos.
A classificação é dinâmica e será reavaliada sempre que surgirem novas informações. Na dúvida razoável sobre o risco, será adotado o nível mais protetivo até esclarecimento suficiente.

5. PRAZOS MÁXIMOS

Prioridade/turno	Confirmação	Triagem	Resposta inicial	Atualização
Emergência	Imediata	Imediata	Imediata	Contínua até a estabilização
Urgência (expediente)	15 min	30 min	30 min	A cada 24 h
Urgência (plantão)	15 min	30 min	30 min	A cada 24 h
Ordinária (expediente)	30 min	1 h	Até 1 dia útil	A cada 3 dias
Ordinária (fora do expediente)	30 min	1 h	Até 1 dia útil	A cada 3 dias

Os prazos serão contados do recebimento da demanda. A confirmação não substitui a triagem nem a resposta inicial. Nas demandas ordinárias recebidas fora do expediente, após a triagem afastar risco imediato, a providência poderá ser concluída no primeiro dia útil, dentro do prazo indicado.

6. ATENDIMENTO DURANTE O PLANTÃO

Durante o plantão, a dupla escalada permanecerá disponível em regime de sobreaviso. O conselheiro que receber o acionamento comunicará imediatamente o outro integrante, observadas as regras do Regimento Interno.
As emergências serão atendidas imediatamente. O recebimento inicial e o acionamento dos serviços de emergência poderão ser realizados pelo primeiro conselheiro que tomar conhecimento da ocorrência, sem prejuízo da atuação conjunta nas providências que exijam deslocamento.
Nos casos de excepcional gravidade, especialmente quando houver necessidade de acolhimento institucional, o Colegiado será convocado imediatamente, sem prejuízo das medidas emergenciais indispensáveis.

7. IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

O conselheiro verificará, desde a triagem, a existência de impedimento ou suspeição conforme a Lei Municipal nº 2.491/2025 e o Regimento Interno. Constatada a hipótese, comunicará o fato e se afastará da análise e da deliberação, acionando-se membro apto conforme a ordem de substituição.
Durante o plantão, a substituição deverá preservar a atuação em dupla. O impedimento, o horário da comunicação, o substituto acionado e as providências urgentes eventualmente adotadas serão registrados.

8. REGISTRO E SIPIA CT WEB

O registro inicial conterá, no mínimo: data, horário e canal; identificação e contato do comunicante, quando disponíveis; dados essenciais e localização da criança ou do adolescente; descrição objetiva; indicadores de risco; classificação e fundamento; conselheiro responsável; eventual impedimento; providências; órgãos acionados; retorno ao usuário e situação do caso.
Todos os atendimentos, medidas e providências serão registrados de modo tempestivo, completo e individualizado no SIPIA CT Web. Na indisponibilidade comprovada do sistema, será utilizado registro contingencial seguro, com posterior inserção das informações, sem duplicidade.

9. RESPOSTA AO COMUNICANTE

A resposta inicial será prestada em linguagem acessível, pelo mesmo canal ou por outro meio seguro, e informará que a demanda foi recebida, a providência inicial adotada ou o encaminhamento adequado, sem prometer resultado e sem revelar dados sigilosos.
Quando o fato não for de atribuição do Conselho Tutelar, o usuário receberá orientação e encaminhamento responsável ao órgão competente. Havendo notícia de ameaça ou violação de direitos, o Conselho acompanhará a efetividade do encaminhamento dentro de sua competência.

10. ACOMPANHAMENTO, REAVALIAÇÃO E ENCERRAMENTO

O conselheiro de referência manterá o histórico atualizado, controlará os prazos, registrará os retornos e reavaliará as medidas sempre que houver fato novo, descumprimento, agravamento ou persistência da ameaça ou violação.
O encerramento será fundamentado e indicará a cessação do risco, o cumprimento das medidas, a transferência legítima da competência ou a impossibilidade justificada de prosseguimento, com ciência do Colegiado quando houver medida protetiva.

11. SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS

O acesso aos registros será restrito às pessoas autorizadas. Serão coletados e compartilhados apenas os dados necessários à proteção e ao atendimento, preservadas a identidade, a intimidade e a imagem da criança, do adolescente, da família, do comunicante e dos profissionais envolvidos.
É vedada a manutenção exclusiva de registros em aparelho pessoal, o compartilhamento em grupos não institucionais e a exposição de informações em atas, relatórios ou comunicações além do estritamente necessário.

12. FORMULÁRIO MÍNIMO DE CONTROLE

Número do protocolo/SIPIA: _____
Recebido em: ____/____/_____ às _____ Canal: _____

Criança/adolescente e localização: _____
Comunicante/contato, se disponível: _____
Síntese objetiva e indicadores de risco: _____
Classificação e fundamento: _____
Conselheiros responsáveis: _____
Impedimento ou suspeição? ( ) não ( ) sim Substituto: _____
Providências e órgãos acionados: _____
Resposta ao comunicante: ____/____/_____ às _____ por ___
Prazo de reavaliação: _____ Situação: _____
Encerramento e fundamento: _____

13. APROVAÇÃO, VIGÊNCIA E REVISÃO
O presente Protocolo será deliberado pelo Colegiado do Conselho Tutelar e submetido ao CMDCA, entrando em vigor na data da publicação da resolução que o aprovar.
O Protocolo poderá ser revisto sempre que a avaliação da prática, alterações normativas ou necessidades do serviço recomendarem, mediante nova deliberação e atualização formal, sem prejuízo das regras permanentes estabelecidas no Regimento Interno.

Mangueirinha/PR, 20 de agosto de 2026.

IVONETE FERREIRA DOS SANTOS KOVARI	***IZABEL CRISTINA SCHMIDT***
Presidente Do Conselho Tutelar	Membro Do Colegiado
OSNI VANDERLEI DOS SANTOS	***SANDRA FÁTIMA MAHMUD SMOLEK***
Membro Do Colegiado	Membro Do Colegiado
TALIA LEMES	
Membro Do Colegiado	

Aprovado pela Resolução CMDCA nº 04/2026, de 20 de agosto de 2026.

FERNANDA MARTINELLO BAUM
Presidente Do CMDCA

ANEXO IV – FLUXOGRAMA
ANEXO V – PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE 2026

O presente Plano organiza as ações de capacitação e educação permanente destinadas aos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Mangueirinha, bem como, quando pertinente, aos representantes do CMDCA e aos profissionais da rede de proteção.
As capacitações têm por finalidade fortalecer a atuação técnica, ética e operacional do Conselho Tutelar, atualizar conhecimentos sobre a legislação da infância e da adolescência, qualificar os registros e procedimentos administrativos e aprimorar a articulação entre os integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1. Finalidade
O presente Anexo organiza as ações de capacitação e educação permanente destinadas aos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Mangueirinha, bem como, quando pertinente, aos representantes do CMDCA e aos profissionais da rede de proteção.
As capacitações têm por finalidade fortalecer a atuação técnica, ética e operacional do Conselho Tutelar, atualizar conhecimentos sobre a legislação da infância e da adolescência, qualificar os registros e procedimentos administrativos e aprimorar a articulação entre os integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2. Cronograma de capacitações
As ações de capacitação previstas para o exercício de 2026 estão organizadas em tópicos, conforme segue:
Julho de 2026 (15 e 16/07)
Capacitação técnica sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência — SIPIA-CT
Objetivo: capacitar os membros do Conselho Tutelar, representantes do CMDCA e profissionais da rede de proteção para utilização do sistema, alimentação de dados, registro de atendimentos, emissão de relatórios, encaminhamentos, monitoramento e encerramento de casos
Situação: realizada (16 horas)
Responsável: Instituto Ranai — Ensino e Desenvolvimento, com acompanhamento do CMDCA e da Gestão Municipal
Comprovação: lista de presença; Solicitação de Fornecimento nº 4.260/2026; Processo Administrativo nº 64/2026; Contrato nº 146/2026; Inexigibilidade nº 22/2026.

Agosto de 2026
Formação sobre as atribuições do Conselho Tutelar
Objetivo: atualização sobre competências legais, limites de atuação, procedimentos, responsabilidades institucionais, autonomia funcional, deliberação colegiada, deveres, vedações e regime ético-disciplinar
Situação: programada (data e carga horária a definir)
Responsável: Assessoria Jurídica e CMDCA
Comprovação: lista de presença, material utilizado, ata, relatório ou certificado

Setembro a novembro de 2026 (data a confirmar)
Capacitação intersetorial com a rede de proteção
Objetivo: fortalecimento do fluxo de atendimento entre Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Saúde, Educação, Polícia Militar e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, com definição de atribuições, formas de acionamento, encaminhamentos e retornos
Situação: programada (data e carga horária a definir)
Responsável: Gestão Municipal, CMDCA, Conselho Tutelar e órgãos da rede de proteção
Comprovação: lista de presença, ata, relatório, material utilizado ou certificado

Dezembro de 2026

Avaliação das capacitações e planejamento anual
Objetivo: avaliação dos resultados, identificação de dificuldades, levantamento de necessidades formativas e definição das ações para 2027
Situação: programada (data a definir)
Responsável: CMDCA e Conselho Tutelar
Comprovação: ata da reunião, relatório de avaliação e Plano Anual de Capacitação de 2027

3. Conteúdo da capacitação realizada sobre o SIPIA-CT
A capacitação realizada nos dias 15 e 16 de julho de 2026 foi organizada em três módulos:
Módulo I: Muito Além dos Sistemas
conceito, objetivos e importância do SIPIA-CT;
importância dos dados para políticas públicas;
vantagens e dificuldades do sistema;
estrutura necessária para operacionalização;
desafios de uso de tecnologia;
importância da atualização profissional e registros adequados.

Módulo II: Observando o Sistema — da Aparência ao Acesso
apresentação da plataforma;
acesso ao ambiente de treinamento e oficial;
uso de senha e procedimentos iniciais;
cadastro de serviços e programas da rede;
integração ao Sistema de Garantia de Direitos.

Módulo III: Da Prática — do Cadastro aos Encaminhamentos, Monitoramento e Encerramento
cadastramento de casos;
registros e encaminhamentos;
monitoramento de medidas;
encerramento de casos;
uso de agenda, buscas, denúncias e demais funcionalidades.

4. Monitoramento e comprovação
4.1. O acompanhamento das ações será realizado pelo CMDCA, em conjunto com o Conselho Tutelar e a Gestão Municipal.
4.2. A participação será comprovada por lista de presença, certificado, ata, relatório, registro fotográfico ou outro documento idôneo.
4.3. Os documentos deverão ser arquivados pelo Conselho Tutelar e disponibilizados ao CMDCA e órgãos de controle.
4.4. Ausências deverão ser justificadas, cabendo ao CMDCA e à Gestão Municipal viabilizar reposição do conteúdo ou participação equivalente.
4.5. Suplentes poderão participar das capacitações, especialmente as relacionadas ao SIPIA-CT, regimento interno, protocolos e rede de proteção.
4.6. O cronograma poderá ser ajustado ao longo do exercício conforme necessidades identificadas.

5. Avaliação final
Ao término de 2026, o Conselho Tutelar e o CMDCA avaliarão:
I — cumprimento das ações previstas;
II — participação dos membros;
III — aplicação prática dos conhecimentos;
IV — qualidade dos registros no SIPIA-CT;
V — funcionamento dos fluxos com a rede de proteção;
VI — necessidades de capacitação para 2027.

Controle de aprovação e implementação
( ) Texto deliberado pelo Colegiado do Conselho Tutelar em ____/____/2026.
( ) Regimento encaminhado ao CMDCA em ____/____/2026.
( ) Regimento apreciado, deliberado e aprovado pelo CMDCA por meio da Resolução nº ____/2026.
( ) Ato publicado em ____/____/2026, no _____.
( ) Canais e fluxo divulgados à equipe e à população em ____/____/2026.
( ) Escala e contatos comunicados à rede de proteção em ____/____/2026.
( ) Teste dos canais e do fluxo registrado em ata em ____/____/2026.

Anexo VI – PROTOCOLO INTERINSTITUCIONAL DE ACIONAMENTO E APOIO RECÍPROCO
Atendimento de ocorrências envolvendo crianças e adolescentes
Instrumento decorrente da reunião interinstitucional realizada em 6 de agosto de 2026, no âmbito das providências relacionadas à Recomendação Administrativa nº 03/2026, expedida no Procedimento Administrativo nº 0083.25.000163-9.
A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, por meio da unidade responsável pelo policiamento ostensivo no Município de Mangueirinha/PR, representada por seu Comandante local, e o CONSELHO TUTELAR DE MANGUEIRINHA/PR, representado por seus membros, estabelecem o presente Protocolo Interinstitucional, observadas as respectivas competências legais.
CONSIDERANDO a proteção integral e a prioridade absoluta asseguradas às crianças e aos adolescentes pelo art. 227 da Constituição Federal e pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atuação articulada dos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, preservadas as atribuições próprias de cada órgão;
CONSIDERANDO, ainda, as disposições da Lei Federal nº 13.431/2017, do Decreto Federal nº 9.603/2018, da Lei Federal nº 14.344/2022 e do Decreto Estadual nº 8.116/2021, especialmente quanto à intervenção mínima, à não revitimização e à proteção imediata;
CONSIDERANDO, ainda, a Recomendação Administrativa nº 03/2026 do Ministério Público do Estado do Paraná, que orienta a formalização do fluxo entre o Conselho Tutelar e a Polícia Militar para apoio e segurança, sem transferência das medidas protetivas; e
CONSIDERANDO, ainda, os entendimentos firmados na reunião realizada em 6 de agosto de 2026;
RESOLVEM estabelecer o seguinte fluxo de acionamento e apoio recíproco:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objeto organizar a comunicação e o apoio recíproco entre a Polícia Militar do Paraná e o Conselho Tutelar de Mangueirinha nas ocorrências que envolvam crianças ou adolescentes, de forma célere, coordenada, segura e compatível com as atribuições legais de cada órgão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PREMISSAS DE ATUAÇÃO

A atuação conjunta observará a proteção integral, a prioridade absoluta, o melhor interesse da criança ou do adolescente, a intervenção necessária e proporcional, a preservação do sigilo e a prevenção da revitimização.

A atuação de um órgão não substitui nem condiciona o exercício das competências legais do outro.

O acompanhamento conjunto não será automático, devendo ocorrer quando as circunstâncias concretas indicarem necessidade de proteção, apoio policial ou adoção de medidas próprias do Conselho Tutelar.

Nenhum órgão deverá aguardar a presença do outro para adotar providência urgente que esteja compreendida em sua própria competência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR PELA POLÍCIA MILITAR

Quando a Polícia Militar for o primeiro órgão a receber a denúncia, o chamado ou a solicitação de atendimento, realizará a intervenção policial cabível e acionará o Conselho Tutelar sempre que identificar indícios de ameaça ou violação de direitos de criança ou adolescente.

O acionamento será acompanhado, sempre que possível, de informações objetivas sobre o local, a natureza da ocorrência, as pessoas envolvidas, a situação da criança ou do adolescente e os riscos já identificados.

A Polícia Militar permanecerá responsável pelas providências de segurança pública, preservação da integridade das pessoas, cessação de eventual violência, abordagem, condução e demais medidas policiais cabíveis.

O Conselho Tutelar avaliará e aplicará, no âmbito de suas atribuições, as medidas de proteção e os encaminhamentos previstos na legislação.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACIONAMENTO DA POLÍCIA MILITAR PELO CONSELHO TUTELAR

Quando o Conselho Tutelar for o primeiro órgão a receber a denúncia ou identificar a situação, acionará a Polícia Militar sempre que houver necessidade de apoio ou intervenção policial.

O apoio policial será solicitado quando houver risco atual ou potencial à segurança dos conselheiros tutelares, da criança ou do adolescente, de familiares ou de terceiros.

Também será solicitado quando o Conselho Tutelar, em razão de atendimentos anteriores ou de informações objetivas disponíveis, conhecer histórico de violência, ameaças, hostilidade, resistência, uso de armas ou outras circunstâncias que indiquem risco no atendimento.

Constatado indício de crime, situação de flagrante, violência em curso ou necessidade imediata de preservação da ordem pública, o Conselho Tutelar comunicará prontamente à Polícia Militar, abstendo-se de realizar diligência policial ou de ingressar em ambiente inseguro antes da avaliação da equipe policial.

CLÁUSULA QUINTA – DO ÓRGÃO QUE PRIMEIRO RECEBER A DENÚNCIA

O órgão que primeiro receber a denúncia ou tomar conhecimento da situação realizará a avaliação inicial dentro de sua competência e acionará o outro órgão quando o acompanhamento ou a intervenção complementar se mostrar necessária.

O acionamento deverá indicar, de forma objetiva, a razão pela qual se considera necessária a participação do outro órgão.

Em situações urgentes, o encaminhamento da comunicação não suspenderá as providências imediatas que incumbam ao órgão inicialmente acionado.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANAL DE COMUNICAÇÃO

O contato entre o Conselho Tutelar e a Polícia Militar será realizado preferencialmente por intermédio da Central Policial de Palmas/PR, sem prejuízo do acionamento pelo telefone 190 nas situações de emergência ou risco imediato.

A comunicação deverá conter os dados essenciais à localização e à compreensão inicial da ocorrência, evitando exposição desnecessária de informações pessoais.

O órgão solicitante registrará, sempre que possível, a data e o horário do acionamento, o canal utilizado, o número do protocolo ou identificação do atendente e o encaminhamento informado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO CONJUNTO

No atendimento conjunto, os agentes atuarão de forma coordenada, preservando a autonomia e a delimitação funcional de cada instituição.

À Polícia Militar caberão as providências relacionadas à segurança, à ordem pública, à cessação de ilícitos e às medidas de natureza policial.

Ao Conselho Tutelar caberão a avaliação da ameaça ou violação de direitos, a aplicação de medidas protetivas, a orientação e os encaminhamentos de sua competência.

A coleta de informações com a criança ou o adolescente será limitada ao estritamente necessário, priorizando-se dados fornecidos por responsáveis, acompanhantes ou profissionais que já tenham realizado o atendimento.

As informações compartilhadas serão restritas ao necessário para a proteção e o atendimento, com observância do dever de sigilo e da legislação de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGISTRO E DO ACOMPANHAMENTO

Cada órgão realizará o registro do atendimento em seu sistema ou instrumento próprio, indicando as providências adotadas, os acionamentos efetuados e os encaminhamentos realizados.

Eventuais dificuldades operacionais, falhas de comunicação ou divergências na aplicação deste fluxo serão encaminhadas às chefias e ao colegiado competentes para avaliação e ajuste interinstitucional.

O presente fluxo poderá ser revisto a qualquer tempo, mediante consenso entre os órgãos e posterior submissão ao CMDCA quando a alteração repercutir na política municipal de atendimento.

QUADRO SÍNTESE DO FLUXO

Situação	Primeiro órgão	Providência pactuada
Ameaça ou violação de direitos percebida durante ocorrência policial	**Polícia Militar**	Adota as providências policiais e aciona o Conselho Tutelar.
Risco à segurança no atendimento tutelar ou histórico objetivo de violência/hostilidade	**Conselho Tutelar**	Aciona a Polícia Militar antes ou durante a diligência, conforme a urgência.
Indício de crime, flagrante ou violência em curso	**Conselho Tutelar**	Comunica imediatamente a Polícia Militar/Central Policial e preserva a própria segurança.
Denúncia recebida inicialmente por qualquer dos órgãos	**Órgão receptor**	Avalia dentro de sua competência e aciona o outro órgão quando necessário.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA APROVAÇÃO

O presente Protocolo foi aprovado pelo Colegiado do Conselho Tutelar de Mangueirinha, bem como pelos demais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme deliberação registrada na Ata nº 08/2026 da Reunião Ordinária do CMDCA, ficando seus membros autorizados a subscrevê-lo.
O presente Protocolo entrará em vigor após sua aprovação e subscrição pelos representantes das instituições participantes, vigorando por prazo indeterminado.
Parágrafo único. A tramitação necessária à formalização deste Protocolo não impede a adoção imediata, por cada órgão, das providências decorrentes da legislação e de suas respectivas atribuições institucionais.

Mangueirinha/PR, 20 de agosto de 2026.

JOÃO RICARDO ALVES DA SILVA
Comandante do 3º Pelotão da Polícia Militar - Mangueirinha/PR

IVONETE FERREIRA DOS SANTOS KOVARI
Presidente do Conselho Tutelar de Mangueirinha

IZABEL CRISTINA SCHMIDT
Conselheiro(a) Tutelar de Mangueirinha

OSNI VANDERLEI DOS SANTOS
Conselheiro(a) Tutelar de Mangueirinha

SANDRA FÁTIMA MAHMUD SMOLEK
Conselheiro(a) Tutelar de Mangueirinha

TALIA LEMES
Conselheiro(a) Tutelar de Mangueirinha

APROVAÇÃO PELO CMDCA
Aprovado pela Resolução CMDCA nº 04/2026, de 20/08/2026.

FERNANDA MARTINELO BAUM
Presidente do CMDCA de Mangueirinha

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:2033C520

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 274/2026.

MUNICIPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 274/2026 de 07/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2371/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.12.361.0003.2.027.		Salário Educação.	
138 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	35.000,00
05.001.12.782.0003.2.029.		Transporte Escolar	
151 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
153 - 3.3.90.30.00.00	31123	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
05.003.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA PADRE NELSON	
05.003.12.361.0003.2.035.		Ensino Fundamental (1103/1104)	
193 - 3.3.90.36.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0004.2.059.		Manut das Ações da Diretoria da Unidade Basica de Saúde	
282 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.001.10.782.0004.2.060.		Manut da Divisão de Transportes de Saúde	
346 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.08.245.0005.2.065.		Manut das Ações da Diretoria de Assistência Social	
606 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00

07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E TRANSPORTES	
07.004.08.243.0005.2.066.		Manut do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
377 - 3.3.40.41.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES	29.000,00
380 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.001.15.452.0006.2.070.		Manut dos Serviços de Utilidade Pública (Praças/Limpeza/Cemitério/Ilumin/Conserv de Ruas e Avenidas)	
393 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
395 - 3.3.90.30.00.00	01507	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00	01504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
		Total Suplementação:	**404.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.28.843.0002.2.012.		Amortização e Encargos da Divida Confessada.	
76 - 3.2.91.21.00.00	01000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	50.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.12.361.0003.2.027.		Salário Educação.	
140 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
05.005.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINSITRATIVA DA CMEI ANJO DA GUARDA	
05.005.12.365.0003.2.047.		Creche (1103/1104)	
237 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.302.0004.2.057.		Manut das Ações da Diretoria Hospitalar	
310 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00
06.001.10.303.0004.2.061.		Manut das Ações da Divisão de Farmácia	
329 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.001.15.452.0006.2.070.		Manut dos Serviços de Utilidade Pública (Praças/Limpeza/Cemitério/Ilumin/Conserv de Ruas e Avenidas)	
394 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
400 - 3.3.90.39.00.00	01507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE OBRAS	
08.002.15.451.0006.1.124.		Urbanização de Calçadas - PPU	
423 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
08.002.15.451.0006.1.134.		CV nº 311/23 - SECID - Asfalto Novo Vida Nova	
425 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	29.000,00
		Total Redução:	**404.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:E0F2C775

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Ao
Município de Mariópolis – PR. Chamamento Público nº 6/2026
PLANO DE TRABALHO
Termo de Colaboração – SUAS (Ação 219G – Custeio)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIÓPOLIS CNPJ: 01.758.153/0001-65
Endereço: Rua Nove, nº 1068, Centro
Município/UF: Mariópolis Telefone/E-mail: 46 3226 8138 / mariopolis@apaepr.org.br Representante Legal: JONATHAN PILONETTO ANDREOLA
CPF do representante: 056.443.879-09 Cargo: Presidente da Associação Número de inscrição no CMAS: 002
Número de inscrição no CNEAS: documento anexo

2. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA
Instrumento: Termo de Colaboração
Órgão Concedente: Município de Mariópolis

Fundo: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS Programação: nº 411530920250002
Ação Orçamentária: 219G Natureza da Despesa: GND 3 – Custeio Valor Total: R$ 50.000,00 Prazo de Execução: 12 meses

3. OBJETO
Execução e fortalecimento do **Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ofertado pela APAE de Mariópolis, por meio do desenvolvimento de ações de atendimento, acompanhamento, orientação, convivência, fortalecimento de vínculos, promoção da autonomia e apoio às pessoas com deficiência e suas famílias/cuidadores, mediante a aplicação dos recursos na manutenção, qualificação e continuidade do serviço socioassistencial.

4. JUSTIFICATIVA
A presente parceria justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a qualificação da oferta do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, desenvolvido pela APAE de Mariópolis, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
O serviço destina-se ao atendimento de pessoas com deficiência que apresentam algum grau de dependência e que necessitam de apoio para a realização de atividades da vida diária, para o desenvolvimento da autonomia, participação social e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contemplando também ações direcionadas às suas famílias e cuidadores.
As ações desenvolvidas buscam contribuir para a superação de situações de vulnerabilidade e risco social, prevenir o isolamento, a sobrecarga dos cuidadores e situações que possam levar ao rompimento de vínculos ou à institucionalização, promovendo maior autonomia, inclusão e participação social dos usuários.
Nesse sentido, os recursos da parceria contribuirão para assegurar condições adequadas para a manutenção e qualificação das atividades socioassistenciais desenvolvidas pela entidade, possibilitando a continuidade dos atendimentos, acompanhamentos, orientações, atividades coletivas e demais ações destinadas às pessoas com deficiência e suas famílias/cuidadores.
Os recursos oriundos da Ação 219G permitirão a melhoria das condições operacionais do serviço, garantindo maior eficiência no atendimento, fortalecimento de vínculos familiares e prevenção de situações de risco social.

5. PÚBLICO-ALVO
Pessoas com deficiência, de diferentes faixas etárias, com algum grau de dependência, atendidas pela APAE de Mariópolis e inseridas no Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, bem como seus familiares e cuidadores, especialmente aqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade, risco social, fragilização de vínculos, sobrecarga decorrente dos cuidados e/ou necessidade de apoio para promoção da autonomia e participação social..

6. OBJETIVO GERAL
Fortalecer e qualificar a oferta do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, desenvolvido pela APAE de Mariópolis, promovendo a autonomia, a participação social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência atendidas, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o apoio às suas famílias e cuidadores.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
* Promover o desenvolvimento da autonomia e da independência das pessoas com deficiência atendidas, respeitando suas capacidades, necessidades e potencialidades;
* Desenvolver ações que favoreçam a participação, convivência e inclusão social, contribuindo para a redução de situações de isolamento social;

* Fortalecer os vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a manutenção da pessoa com deficiência em seu ambiente familiar e comunitário;
* Prevenir situações de risco social, abandono, negligência, isolamento e institucionalização das pessoas atendidas;
* Oferecer orientação, acompanhamento e apoio às famílias e cuidadores, contribuindo para a redução da sobrecarga decorrente dos cuidados;
* Promover atividades individuais e coletivas que contribuam para o desenvolvimento das habilidades, potencialidades, convivência e participação social dos usuários;
* Orientar e encaminhar usuários e famílias para a rede socioassistencial e demais políticas públicas, quando necessário, favorecendo o acesso e a garantia de direitos;
* Assegurar condições adequadas para a continuidade e qualificação do serviço socioassistencial, por meio da disponibilização dos recursos necessários ao desenvolvimento das ações previstas.

8. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

Meta	**Resultado Esperado**
Manter e qualificar o atendimento socioassistencial às pessoas com deficiência inseridas no serviço.	Continuidade e qualificação do atendimento, contribuindo para a autonomia, participação social e melhoria da qualidade de vida dos usuários.
Realizar acompanhamento, orientação e apoio às famílias e cuidadores dos usuários atendidos.	Fortalecimento dos vínculos familiares, ampliação do acesso a orientações e direitos e redução da sobrecarga dos cuidadores.
Desenvolver atividades individuais e coletivas voltadas à autonomia, convivência e participação social dos usuários.	Desenvolvimento de habilidades e potencialidades, ampliação da autonomia, convivência e participação social e redução de situações de isolamento.
Promover ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Fortalecimento dos vínculos e ampliação da participação dos usuários na família e na comunidade.
Promover orientação e articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas para acesso a direitos.	Ampliação do acesso dos usuários e suas famílias aos serviços, benefícios e direitos.
Garantir condições adequadas para a continuidade e qualificação das atividades socioassistenciais desenvolvidas.	Melhoria das condições de execução das atividades e manutenção da qualidade e continuidade do serviço.

9. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS
1.Acolhida,escuta qualificada e acompanhamento dos usuários	Realização de acolhida, escuta qualificada e atendimentos individualizados, buscando identificar necessidades, potencialidades, dificuldades e situações de vulnerabilidade ou risco que demandem acompanhamento, orientação ou encaminhamento. Serão mantidos registros dos atendimentos e do acompanhamento realizado.
2.Atendimento, orientação e acompanhamento das famílias e cuidadores	Realização de atendimentos, reuniões, encontros e momentos de orientação com familiares e cuidadores, abordando cuidados, convivência familiar, autonomia da pessoa com deficiência, acesso a direitos, fortalecimento dos vínculos e prevenção de situações de sobrecarga, isolamento, negligência ou rompimento de vínculos.
3.Planejamento e acompanhamento individualizado	Planejamento e acompanhamento das ações de acordo com as necessidades, capacidades e potencialidades identificadas em cada usuário e sua família, estabelecendo estratégias para promoção da autonomia, participação social, convivência familiar e comunitária e melhoria da qualidade de vida.

4.Desenvolvimento da autonomia e habilidades para a vida cotidiana	Desenvolvimento de atividades práticas relacionadas ao autocuidado, higiene, alimentação, organização, escolhas, responsabilidades e participação nas tarefas cotidianas, respeitando o grau de dependência, as capacidades e as potencialidades de cada usuário e buscando ampliar sua autonomia e participação.
5.Atividades socioeducativas, de convivência e participação social	Realização de rodas de conversa, dinâmicas, jogos, atividades recreativas, culturais e outras ações coletivas que estimulem comunicação, interação, cooperação, expressão, respeito às diferenças, construção de vínculos e participação social, contribuindo para a prevenção do isolamento.
6.Oficinas e atividades práticas	Desenvolvimento de oficinas de artes, pintura, trabalhos manuais, culinária, atividades temáticas e outras práticas adequadas às capacidades e interesses dos usuários, utilizadas como estratégias para estimular autonomia, criatividade, interação, desenvolvimento de habilidades, participação e convivência social.
7.Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	Realização de encontros e atividades envolvendo usuários, familiares, cuidadores e, quando pertinente, a comunidade, proporcionando espaços de convivência, integração, troca de experiências,

ATIVIDADE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS
	fortalecimento dos vínculos e ampliação da rede de apoio às pessoas com deficiência e suas famílias.
8.Orientação para acesso a direitos e articulação com a rede	Orientação aos usuários e familiares sobre direitos socioassistenciais e demais direitos, bem como realização de encaminhamentos e articulação com a rede socioassistencial e com outras políticas públicas, conforme as necessidades identificadas durante os acompanhamentos.
9.Visitas domiciliares e acompanhamento sociofamiliar	Realização de visitas domiciliares quando identificada a necessidade de conhecer e acompanhar a realidade sociofamiliar, orientar familiares e cuidadores, identificar situações de vulnerabilidade ou risco e estabelecer estratégias de acompanhamento e proteção.
10.Apoio às famílias e cuidadores	Promoção de espaços de diálogo, orientação, apoio e troca de experiências, contribuindo para o fortalecimento das capacidades protetivas das famílias, enfrentamento das dificuldades relacionadas ao cuidado e redução da sobrecarga dos cuidadores.
11.Manutenção e qualificação das atividades socioassistenciais	Disponibilização e utilização dos materiais de consumo e demais recursos de custeio necessários à realização dos atendimentos, oficinas, atividades de convivência, ações de autonomia, orientação familiar e demais atividades previstas, assegurando condições adequadas para a continuidade e qualidade do serviço.

10. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (CUSTEIO)

Os recursos serão destinados exclusivamente à aquisição de materiais de consumo necessários à execução das atividades socioassistenciais previstas neste Plano de Trabalho, diretamente vinculados ao atendimento dos usuários, acompanhamento das famílias e cuidadores, desenvolvimento de atividades de autonomia e vida cotidiana, oficinas, ações socioeducativas, de convivência e fortalecimento de vínculos, bem como à manutenção das condições necessárias à continuidade e qualificação do serviço.

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS – CUSTEIO

GRUPO DE MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS QUE PODEMOS PREVER
1. Materiais para oficinas de artes e trabalhos manuais	Tintas, pincéis, lápis de cor, giz, canetinhas, cola, EVA, papéis diversos, cartolinas, papel kraft, tecidos, feltro, linhas, barbantes, fitas, materiais para pintura e demais insumos consumíveis.
2. Materiais para atividades socioeducativas e de convivência	Papel, cartolina, materiais para dinâmicas, impressões, materiais para atividades temáticas, jogos e materiais consumíveis utilizados nas ações coletivas.
3. Materiais para oficinas de culinária e alimentação	Gêneros alimentícios e ingredientes necessários às oficinas de culinária e atividades práticas relacionadas à alimentação, como farinha, leite, ovos, açúcar, frutas, verduras, carnes, temperos e demais ingredientes previstos nas oficinas.
4. Materiais de higiene pessoal e autocuidado	Sabonete, shampoo, creme dental, escovas dentais, desodorante, papel toalha, lenços, absorventes e outros materiais consumíveis utilizados nas atividades de higiene e autocuidado.
5. Materiais de higiene e limpeza dos ambientes utilizados pelo serviço	Álcool 70%, sabonete líquido, papel higiênico, papel toalha, detergente, desinfetante, água sanitária, sacos para lixo e demais produtos de limpeza e higienização.
6. Materiais administrativos e de expediente	Papel A4, canetas, lápis, borrachas, pastas, envelopes, etiquetas, grampos, clipes, toners/cartuchos e materiais para impressão e registros.
7. Materiais para atendimento e acompanhamento das famílias	Pastas, formulários, materiais impressos, papelaria para reuniões, materiais para dinâmicas e ações de orientação com familiares e cuidadores.
8. Materiais para atividades de autonomia e vida cotidiana	Materiais consumíveis utilizados em atividades de organização, alimentação, higiene, autocuidado e demais experiências práticas de vida diária.
9. Materiais para atividades recreativas, culturais e de integração	Materiais consumíveis para brincadeiras, gincanas, atividades recreativas, culturais, comemorativas e ações de integração.
10. Materiais de apoio aos atendimentos dos usuários	Itens de higiene pessoal e outros materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades e atendimentos socioassistenciais.

RESUMO POR RUBRICA

Rubrica	Classificação	Total previsto
3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação	R$ 23.700,00
3.3.90.30.14	Material Educativo e Esportivo	R$ 2.000,00
3.3.90.30.15	Material para Festividades e Homenagens	R$ 800,00
3.3.90.30.16	Material de Expediente	R$ 10.480,00
3.3.90.30.19	Material de Acondicionamento e Embalagem	R$ 1.500,00
3.3.90.30.21	Material de Copa e Cozinha	R$ 1.200,00
3.3.90.30.22	Material de Limpeza e Produção de Higienização	R$ 7.320,00
3.3.90.30.23	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	R$ 3.000,00
TOTAL GERAL		**R$ 50.000,00**

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Mês	Atividade
1 a 12	Aquisição de materiais
1 a 12	Execução contínua do serviço
4 a 12	Utilização dos materiais nas atividades

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A execução será acompanhada por meio de:

a. Relatórios mensais;

b. Registros fotográficos;

c. Lista de usuários;

d. Comprovantes fiscais;

e. Extratos bancários.

Indicadores:

f. Nº de atendimentos realizados;

g. Nº de usuários atendidos;

h. Qualidade das atividades desenvolvidas.

i.

12. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas será realizada conforme:

a. Lei nº 13.019/2014;

b. Termo de Colaboração;
c. Normativas do SUAS;
d. Orientações do órgão gestor.

13. RESPONSABILIDADES DA OSC
a. Executar o objeto conforme plano aprovado;
b. Aplicar corretamente os recursos;
c. Manter registros financeiros e administrativos;
d. Prestar contas nos prazos;
e. Permitir fiscalização.

14. DECLARAÇÃO
Declara-se que a OSC possui capacidade técnica e operacional para execução do objeto, comprometendo-se ao cumprimento integral das metas e normativas do SUAS.

Mariópolis, 14 de agosto de 2026

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA:056443879 09	Assinado de forma digital por JONATHAN PILONETTO ANDREOLA:05644387909
	Dados: 2026.08.13 15:37:33 -03'00'

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA
Presidente da OSC

15. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
( ) APROVADO
( ) REPROVADO
) APROVADO COM RESSALVAS, com a possibilidade de celebração da parceria, devendo a Administração Municipal, cumprir o que foi ressalvado.

_____
Local e Data

_____
Comissão de Seleção

_____
Local e Data

_____
Administração Municipal

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:0F8B54F4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Ao Município de
Mariópolis – PR.
Chamamento Público
nº 7/2026

PLANO DE TRABALHO
Organização da Sociedade Civil – OSC

1. Identificação da Organização da Sociedade Civil

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIÓPOLIS
CNPJ: 01.758.153/0001-65
Endereço: Rua Nove, nº 1068, Centro
Município/UF: Mariópolis Telefone/E-mail: 46 3226 8138 / mariopolis@apaepr.org.br
Representante Legal: JONATHAN PILONETTO ANDREOLA
CPF do representante: 056.443.879-09
Cargo: Presidente da Associação
Número de inscrição no CMAS: 002
Número de inscrição no CNEAS: documento anexo

2. Identificação da Parceria

Órgão concedente: Município de Mariópolis
Secretaria/Departamento: Departamento Municipal de Assistência Social

Instrumento de parceria: Termo de Colaboração

Objeto da parceria: Estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da execução do **Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**, mediante aquisição de equipamentos, materiais permanentes e/ou veículos vinculados ao serviço, ligados a **Programação nº 411530920250001**, vinculada à **função programática 08.245.5131.219G.0041**, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202542770006**, no valor total de **R$ 50.000,00**, para **Investimento (GND4)** destinados ao fortalecimento da rede socioassistencial no Município de Mariópolis.

Valor total da parceria: R$ 50.000,00
Prazo de execução: 12 meses

3. Diagnóstico da Realidade

A Organização da Sociedade Civil **Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Mariópolis** executa no Município de Mariópolis o **Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**, conforme tipificação estabelecida pela Resolução CNAS nº 109/2009.
O serviço atende pessoas com deficiência e pessoas idosas com algum grau de dependência, bem como seus cuidadores e familiares, desenvolvendo ações voltadas à promoção da autonomia, proteção social, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, convivência, participação social e prevenção de situações de isolamento, vulnerabilidade e violação de direitos.
O público atendido apresenta diferentes necessidades de apoio, incluindo limitações de mobilidade, comprometimentos motores e posturais e diferentes níveis de dependência para a realização das atividades cotidianas, demandando recursos adequados de acessibilidade, mobilidade, posicionamento, conforto e segurança. As ações desenvolvidas pela entidade compreendem atendimentos individuais e coletivos, atividades de convivência e fortalecimento de vínculos, oficinas de culinária e atividades práticas, ações recreativas, esportivas e lúdicas, estimulação do desenvolvimento e atividades destinadas à promoção da autonomia e ao desenvolvimento de habilidades funcionais e sociais.
Diante dessa realidade, identifica-se a necessidade de ampliar e qualificar os equipamentos e materiais permanentes disponíveis para a execução dessas atividades, especialmente aqueles destinados à mobilidade e ao posicionamento adequado dos usuários, estimulação do desenvolvimento, atividades lúdicas e esportivas, convivência e oficinas práticas voltadas à autonomia.

4. Objetivo Geral

Fortalecer e qualificar a execução do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, por meio da aquisição de equipamentos e materiais permanentes, ampliando as condições para o desenvolvimento de ações de promoção da autonomia, convivência, estimulação do desenvolvimento, inclusão, acessibilidade e participação social dos usuários atendidos.

5. Objetivos Específicos
* Qualificar a estrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução das ações socioassistenciais;
* Proporcionar melhores condições de mobilidade, posicionamento, conforto, segurança e participação às pessoas com deficiência atendidas pelo serviço;
* Ampliar as possibilidades de desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, recreativas e de estimulação do desenvolvimento;
* Fortalecer a realização de oficinas práticas, incluindo atividades de culinária e de vida cotidiana, como estratégias para promoção da autonomia e desenvolvimento de habilidades;
* Favorecer a convivência, a interação social, o fortalecimento de vínculos e a participação dos usuários nas atividades coletivas;
* Contribuir para a promoção da autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade do atendimento ofertado aos usuários e suas famílias.

6. Público-Alvo

Pessoas com deficiência e pessoas idosas com dependência residentes no Município de Mariópolis, bem como seus cuidadores e familiares.

7. METAS
A execução da parceria ocorrerá mediante a aquisição de equipamentos e materiais permanentes previstos no

META	INDICADOR	RESULTADO ESPERADO	PRAZO
Meta 1 – Adquirir os equipamentos e materiais permanentes previstos no Plano de Aplicação, destinados à estruturação e qualificação do serviço socioassistencial.	Aquisição e disponibilização dos equipamentos e materiais permanentes previstos no Plano de Aplicação.	Serviço equipado com recursos adequados para o desenvolvimento das atividades previstas durante a vigência da parceria.	Até 12 meses
Meta 2 – Qualificar as condições de execução das atividades socioassistenciais, ampliando as possibilidades de participação, autonomia, convivência, estimulação do desenvolvimento e inclusão dos usuários.	Utilização dos equipamentos adquiridos nas atividades individuais e coletivas desenvolvidas pelo serviço.	Melhoria das condições de atendimento e ampliação das possibilidades de desenvolvimento das atividades socioassistenciais ofertadas aos usuários e suas famílias.	Durante toda a vigência

Plano de Aplicação, em conformidade com a Portaria SNAS/MDS nº 47/2025, os quais serão incorporados à estrutura utilizada para execução do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
Os equipamentos adquiridos serão utilizados de forma integrada às ações já desenvolvidas pelo serviço e às atividades previstas no projeto de custeio, contribuindo para qualificar as oficinas, atividades de convivência, estimulação do desenvolvimento, práticas esportivas e lúdicas, atividades de vida cotidiana e promoção da autonomia.

8. METODOLOGIA / FORMA DE EXECUÇÃO

A execução da parceria ocorrerá mediante a aquisição de equipamentos e materiais permanentes previstos no Plano de Aplicação, em conformidade com a Portaria SNAS/MDS nº 47/2025, os quais serão utilizados diretamente na execução do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Os equipamentos adquiridos serão utilizados de forma integrada às ações já desenvolvidas pelo serviço e às atividades previstas no projeto de custeio, contribuindo para qualificar as oficinas, atividades de convivência, estimulação do desenvolvimento, práticas esportivas e lúdicas, atividades de vida cotidiana e promoção da autonomia.

ATIVIDADE PRINCIPAL	DESCRITIVO
Aquisição e disponibilização dos equipamentos	Realização dos procedimentos necessários à aquisição dos equipamentos e materiais permanentes previstos no Plano de Aplicação, observando a legislação aplicável e sua destinação ao serviço socioassistencial.
Atividades de estimulação do desenvolvimento	Utilização dos brinquedos e recursos lúdicos nas atividades de estimulação, favorecendo aspectos motores, cognitivos, sensoriais, funcionais e sociais dos usuários.
Atividades lúdicas, recreativas e esportivas	Desenvolvimento de atividades coletivas utilizando os equipamentos adquiridos, promovendo participação, interação, convivência, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de vínculos.
Oficinas práticas e de culinária	Realização de oficinas utilizando os equipamentos permanentes adquiridos neste projeto em conjunto com os materiais de consumo e gêneros alimentícios previstos no projeto de custeio, favorecendo aprendizagem prática,

ATIVIDADE PRINCIPAL	DESCRITIVO
	participação, autonomia e desenvolvimento de habilidades de vida cotidiana.
Promoção da mobilidade, conforto e participação	Disponibilização e utilização de equipamentos adequados às necessidades de mobilidade e posicionamento dos usuários, proporcionando maior segurança, conforto e participação nas atividades do serviço.
Atividades de convivência e promoção da autonomia	Utilização dos diferentes equipamentos e recursos adquiridos como suporte às atividades individuais e coletivas destinadas à convivência, interação social, desenvolvimento de habilidades funcionais e promoção da autonomia.
Acompanhamento e avaliação das ações	Registro e acompanhamento da utilização dos equipamentos e das atividades realizadas, possibilitando avaliar sua contribuição para a qualificação do atendimento e para o alcance dos objetivos da parceria.

A utilização dos equipamentos e materiais permanentes será articulada aos materiais de consumo adquiridos no âmbito do projeto de custeio, permitindo a continuidade e a qualificação das atividades socioassistenciais planejadas. Dessa forma, os dois projetos se complementam: o custeio assegura os insumos necessários à execução das ações, enquanto o investimento proporciona a estrutura e os equipamentos permanentes para seu desenvolvimento.

7. Resultados Esperados

· Melhoria da infraestrutura do serviço socioassistencial;
· Ampliação da qualidade dos atendimentos prestados;
· Fortalecimento da proteção social às pessoas com deficiência e idosas;
· Redução de situações de vulnerabilidade social;
· Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

8. Indicadores de Avaliação

Indicador	**Forma de Verificação**
Quantidade de equipamentos adquiridos	Notas fiscais e relatórios
Adequação dos bens ao serviço executado	Relatório técnico
Número de usuários atendidos	Registro de atendimentos
Melhoria das condições de atendimento	Relatórios institucionais

9. Plano de Aplicação dos Recursos

Resumo Por Rubrica

Rubrica	**Classificação**	**Total previsto**
4.4.90.52.08	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratorial e Hospitalar	R$ 21.100,00
4.4.90.52.10	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	R$ 19.000,00
4.4.90.52.12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R$ 9.900,00
TOTAL GERAL		**R$ 50.000,00**

Nota técnica: A classificação por rubrica segue a estrutura de natureza de despesa utilizada no Paraná. A Portaria SNAS/MDS nº 47/2025 define o rol dos itens autorizados; a rubrica contábil deve ser confirmada pela contabilidade responsável/SIT no momento da execução, especialmente se a especificação final do equipamento alterar sua natureza.

10. Cronograma de Execução

Etapa	**Atividade**	**Período**
1	Celebração da parceria	Mês 1
2	Planejamento das aquisições	Mês 1
3	Processo de compra dos equipamentos	Meses 2 a 4
4	Recebimento e instalação dos equipamentos	Meses 3 a 5
5	Utilização dos equipamentos na execução do serviço	Meses 5 a 12
6	Elaboração de relatórios e prestação de contas	Final da parceria

11. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento da parceria será realizado pelo órgão gestor da assistência social do município, mediante:

· análise de relatórios de execução;
· acompanhamento das atividades desenvolvidas;
· verificação dos documentos comprobatórios das despesas;

· avaliação dos resultados alcançados.

12. Prestação de Contas

A prestação de contas será realizada conforme estabelecido na **Lei nº 13.019/2014**, no **Termo de Colaboração** e nas normativas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social – MDS.

13. Declaração

A Organização da Sociedade Civil declara que executará o objeto da parceria conforme estabelecido neste Plano de Trabalho e na legislação vigente.

Mariópolis, 14 de agosto de 2026

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA:05644387 909
Assinado de forma digital por JONATHAN PILONETTO ANDREOLA:05644387909
Dados: 2026.08.13 17:08:22 -03'00'

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA
Presidente da OSC

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

(Compatível com Portaria SNAS/MDS nº 47/2025)

Plano de Aplicação Financeira

Parceria: Termo de Colaboração
OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIÓPOLIS

Objeto: Estruturação do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Valor Total: R$ 50.000,00
Aplicação dos Recursos

Item	Descrição do Equipamento ou Material Permanente	Justificativa de Uso no Serviço	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Par de traves de futebol – modelo robusto	Utilização em atividades esportivas e recreativas, favorecendo convivência, participação, coordenação motora e fortalecimento de vínculos.	1 par	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
2	Batedeira planetária robusta, bowl inox aprox. 5 L	Apoio às oficinas de culinária e panificação, promovendo aprendizagem prática, participação e desenvolvimento da autonomia.	1	R$ 1.700,00	R$ 1.700,00
3	Forno micro-ondas de boa qualidade, aprox. 34 L	Apoio às oficinas de culinária e atividades de vida cotidiana, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e autonomia.	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
4	Fritador elétrico profissional tipo pasteleiro/tacho, aprox. 10 L, cesto amplo e	Utilização nas oficinas práticas de culinária, possibilitando preparo orientado de alimentos	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
	termostato	e desenvolvimento de habilidades de vida cotidiana.			
5	Panificadora elétrica automática, capacidade aprox. 1 kg	Utilização em oficinas de panificação, estimulando participação, sequência de tarefas, aprendizagem prática e autonomia dos usuários.	1	R$ 800,00	R$ 800,00
6	Pipoqueira elétrica profissional	Apoio às oficinas culinárias e atividades coletivas de convivência, favorecendo participação e interação social.	1	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
7	Cadeira de rodas confortável e resistente	Garantir mobilidade, conforto, segurança e maior participação dos usuários com limitações de locomoção nas atividades do serviço.	3	R$ 2.000,00	R$ 6.000,00
8	Cadeira de rodas postural/adaptada, conforme necessidade do usuário	Proporcionar posicionamento adequado, segurança, conforto e participação de usuários com comprometimentos motores e posturais.	2	R$ 7.550,00	R$ 15.100,00
9	Conjunto de brinquedos e recursos lúdicos para estimulação do desenvolvimento e Terapia Ocupacional	Utilização em atividades de estimulação motora, cognitiva, sensorial, funcional e social, conforme as necessidades dos usuários.	1 conjunto	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
10	Casa de bonecas de madeira para área externa, grande e térrea	Favorecer brincadeira simbólica, interação social, desenvolvimento de habilidades funcionais e atividades de vida cotidiana.	1	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
11	Chapa profissional para lanche	Apoio às oficinas práticas de culinária, promovendo aprendizagem,	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
		participação e desenvolvimento de habilidades relacionadas à autonomia.			
12	Máquina de moer carne – modelo	Apoio às oficinas de culinária e preparo de alimentos, ampliando as atividades práticas voltadas à autonomia e participação dos usuários.	1	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 50.000,00**

Total geral: R$

50.000,00

Mariópolis, 14 de agosto de 2026

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA:056 44387909
Assinado de forma digital por JONATHAN PILONETTO ANDREOLA:05644387909
Dados: 2026.08.13 17:08:45 -03'00'

JONATHAN PILONETTO ANDREOLA
Presidente da OSC

14. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
( ) APROVADO
( ) REPROVADO
) APROVADO COM RESSALVAS, com a possibilidade de celebração da parceria, devendo a Administração Municipal, cumprir o que foi ressalvado.

Local e Data	Comissão de Seleção
Local e Data	Administração Municipal

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:4303D284

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.822, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre adequações nas Leis Municipais nº 1.430/2011 e nº 2.358/2022 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Matinhos aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam alterados os requisitos mínimos para provimento e as atribuições do cargo de Atendente Infantil, constantes do Anexo II da Lei Municipal nº 1.430, de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação, permanecendo inalteradas as demais disposições relativas ao referido cargo.

DENOMINAÇÃO: ATENDENTE INFANTIL	CBO: 3311-10

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:
Ensino Médio completo.
ATRIBUIÇÕES DO CARGO:
• promover o acolhimento, a adaptação e a integração das crianças e estudantes na unidade escolar;
• executar atividades de cuidado, apoio e acompanhamento, observando o planejamento pedagógico e as orientações da equipe gestora e pedagógica;
• auxiliar as crianças e estudantes nas atividades de alimentação, higiene pessoal, vestuário, locomoção, repouso e necessidades fisiológicas, respeitando sua dignidade e autonomia;
• acompanhar e auxiliar as crianças e estudantes durante as atividades pedagógicas, recreativas, culturais e demais ações desenvolvidas pela unidade escolar;
• estimular hábitos de higiene, convivência, organização, autonomia, socialização e desenvolvimento integral dos educandos;
• contribuir para a construção de ambiente acolhedor, seguro, inclusivo e respeitoso, promovendo o bem-estar físico, emocional e social das crianças;
• prestar apoio às crianças e estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais necessidades educacionais específicas, conforme suas necessidades e orientações da equipe pedagógica, sem prejuízo das atribuições dos profissionais do magistério;
• observar e comunicar à direção ou à equipe pedagógica quaisquer alterações no desenvolvimento, comportamento, saúde ou situações que possam comprometer a integridade ou o processo de aprendizagem dos educandos;
• manter relacionamento respeitoso e colaborativo com as famílias, equipe escolar e demais profissionais da educação;
• participar de reuniões, capacitações, treinamentos e demais atividades;
• conhecer e observar a legislação educacional, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas relativas à educação inclusiva;
• zelar pela organização, conservação dos materiais e espaços utilizados, bem como pelo patrimônio público sob sua responsabilidade;
• cumprir as normas de saúde, segurança, ética, disciplina e funcionamento da unidade escolar;
• executar outras atividades correlatas à natureza do cargo, compatíveis com suas atribuições e determinadas pela autoridade competente.

Art. 2º Fica alterado o vencimento-base do cargo de Terapeuta Ocupacional, constante do Anexo II da Lei Municipal nº 2.358/2022, que passa a corresponder a R$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais), passando o referido Anexo II a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO II DA LEI Nº 2.358/2022
CLASSE, CARGA HORÁRIA, NÚMERO DE VAGAS, SALÁRIO BASE E CARGOS EXTINTOS

GO	Classe	Descrição	Carga horária	Vagas	Base
Assistente em Saúde I	I	Auxiliar em Saúde Bucal	40 h/s	16	R$ 2.197,24
Assistente em Saúde II	I	Agente Combate às Endemias	40 h/s	20	R$ 2.197,24
Assistente em Saúde II	III	Fiscal Sanitarista	40 h/s	5	R$ 2.912,49
Assistente em Saúde III	II	Técnico em Radiologia	20 h/s	15	R$ 2.856,15
Assistente em Saúde III	II	Técnico em Enfermagem	40 h/s	95	R$ 2.744,24
Assistente em Saúde III	II	Técnico em Higiene Dental/Saúde Bucal	40 h/s	10	R$ 2.744,24
Assistente em Saúde III	II	Técnico em Análises Clínicas/Laboratório	40 h/s	12	R$ 2.744,24

Assistente em Saúde III	II	Técnico em Vigilância Sanitária	40 h/s	4	R$ 2.744,24
Especialista em Saúde I	IV	Bacharel em Saúde Coletiva/Pública	30 h/s	10	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Enfermeiro	30 h/s	50	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Farmacêutico Generalista	30 h/s	10	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Farmacêutico c/ Habilitação Análises Clínicas	30 h/s	10	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Fisioterapeuta	30 h/s	10	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Fonoaudiólogo	30 h/s	5	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Nutricionista	30 h/s	5	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Psicólogo	30 h/s	25	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Químico	30 h/s	1	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde I	IV	Terapeuta Ocupacional	30 h/s	5	R$ 6.240,00
Especialista em Saúde I	V	Dentista	20 h/s	4	R$ 5.219,21
Especialista em Saúde I	V	Veterinário	40 h/s	2	R$ 10.438,41
Especialista em Saúde I	VIII	Assistente Social	30 h/s	25	R$ 4.680,88
Especialista em Saúde II	VI	Médico Anestesista	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Cardiologista	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Clínico Geral	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Ginecologista e Obstetra	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Intensivista/Internista	20 h/s	2	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Neuropediatra	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Ortopedista	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Pediatra	20 h/s	7	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico Psiquiatra	20 h/s	6	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VI	Médico do Trabalho	20 h/s	1	R$ 11.958,92
Especialista em Saúde II	VII	Médico Anestesista Plantonista	160 mensais	7	R$ 20.330,16
Especialista em Saúde II	VII	Médico Clínico Geral Plantonista	160 mensais	43	R$ 20.330,16
Especialista em Saúde II	VII	Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista	160 mensais	7	R$ 20.330,16
Especialista em Saúde II	VII	Médico Ortopedista Plantonista	160 mensais	5	R$ 20.330,16
Especialista em Saúde II	VII	Médico Pediatra Plantonista	160 mensais	6	R$ 20.330,16

CARGOS EM EXTINÇÃO

GO	Classe	Descrição	Carga horária	Vagas	Base
Extinção	II	Atendente de Enfermagem	40 h/s	4	R$ 2.211,26
Extinção	II	Auxiliar de Enfermagem	40 h/s	150	—
Extinção	III	Psicólogo	20 h/s	5	R$ 2.690,50
Extinção	IV	Tecnólogo em Gestão Hospitalar	40 h/s	1	R$ 4.701,19

Art. 3º Fica criado o cargo de Bacharel de Educação Física, no Grupo Ocupacional IV - Profissional Técnico Operacional e Administrativo, Classe III, passando o Anexo I da Lei Municipal nº 1.430/2011 a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I - LEI Nº 1.430/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DENOMINAÇÃO DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO OCUPACIONAL I - OPERACIONAL E DE APOIO

Classe	Cargo	Descrição do cargo de carreira	Carga horária semanal	Nº de vagas	Salário base inicial (R$)
I	1	Auxiliar de Serviços Gerais	40 Hs	450	1.613,65
I	2	Vigia/Vigilante	40 Hs	90	1.613,65
I	3	Monitor de Transporte Escolar	40 Hs	24	1.613,65
I	120	Auxiliar de Cuidador Social	40 Hs	13	1.613,65
I	4	Bombeiro Hidráulico/Encanador	40 Hs	12	1.881,43
I	5	Borracheiro	40 Hs	4	1.881,43
I	6	Carpinteiro	40 Hs	7	1.881,43
I	7	Cozinheiro/Merendeira	40 Hs	55	1.881,43
I	8	Eletricista	40 Hs	15	1.881,43
I	9	Estofador	40 Hs	3	1.881,43
II	10	Motorista Veículo Leve/Passeio e Carga (C)	40 Hs	40	1.881,43
II	11	Padeiro	40 Hs	5	1.881,43
II	12	Pedreiro	40 Hs	30	1.881,43
II	13	Pintor	40 Hs	10	1.881,43
II	14	Serralheiro	40 Hs	2	1.881,43
II	15	Eletricista de Autos	40 Hs	3	2.035,95
II	16	Latoeiro	40 Hs	3	2.035,95
II	17	Marceneiro	40 Hs	5	2.035,95
II	18	Mecânico Manutenção Maq. e Veíc. Automotores	40 Hs	9	2.035,95
III	19	Mestre de Obras	40 Hs	5	2.035,95
III	20	Motorista Veículos Pesados/Carga e Ônibus (D)	40 Hs	70	2.035,95
III	21	Operador Máquinas Pesadas	40 Hs	27	2.035,95
III	22	Soldador	40 Hs	2	2.035,95

GRUPO OCUPACIONAL II - ADMINISTRATIVO

Classe	Cargo	Descrição do cargo de carreira	Carga horária semanal	Nº de vagas	Salário base inicial (R$)
I	23	Telefonista	30 Hs	12	1.490,92
I	24	Atendente Infantil	40 Hs	150	1.613,65
I	25	Auxiliar Administrativo	40 Hs	100	1.613,65
I	26	Agente de Defesa Civil	40 Hs	1	2.035,95
I	27	Agente de Tráfego/Trânsito	40 Hs	15	2.035,95
II	28	Agente Administrativo	40 Hs	50	2.035,95
II	29	Fotógrafo	40 Hs	1	2.035,95
II	30	Monitor Esportes e Lazer	40 Hs	10	2.035,95
II	31	Fiscal de Obras e Posturas	40 Hs	15	2.138,60
II	32	Fiscal do Meio Ambiente	40 Hs	5	2.138,60
III	33	Fiscal de Transporte	40 Hs	5	2.138,60

GRUPO OCUPACIONAL III - TÉCNICO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO

Classe	Cargo	Descrição do cargo de carreira	Carga horária semanal	Nº de vagas	Salário base inicial (R$)
I	35	Técnico Auxiliar de Equitação para Equoterapia	30 Hs	2	2.016,22
I	119	Cuidador Social	40 Hs	13	2.138,94
I	36	Desenhista Cadista	40 Hs	3	2.138,94
I	37	Editor de Web Design	40 Hs	2	2.138,94
I	38	Educador Social	40 Hs	35	2.138,94
I	122	Secretário Escolar	40 Hs	25	2.138,94
I	39	Técnico Administrativo	40 Hs	70	2.138,94
I	41	Técnico em Edificações	40 Hs	5	2.138,94
I	42	Técnico Informática/Manut. Computadores	40 Hs	9	2.138,94
I	43	Técnico Manutenção Serviços Telefonia	40 Hs	3	2.138,94
I	44	Téc. Saneamento e Controle Meio Ambiente	40 Hs	3	2.138,94
I	45	Técnico Segurança Trabalho	40 Hs	2	2.138,94
I	46	Topógrafo	40 Hs	2	2.138,94

GRUPO OCUPACIONAL IV - PROFISSIONAL TÉCNICO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO

Classe	Cargo	Descrição do cargo de carreira	Carga horária semanal	Nº de vagas	Salário base inicial (R$)
I	47	Bibliotecário/Documentalista	40 Hs	3	2.736,36
I	48	Jornalista	40 Hs	1	2.736,36
I	50	Analista de Sistemas	40 Hs	1	2.962,95
II	52	Tecnólogo em Geoprocessamento	40 Hs	1	2.962,95
II	53	Tecnólogo em Gestão Pública	40 Hs	3	2.962,95
II	55	Tecnólogo em Processos Escolares	40 Hs	1	2.962,95
II	56	Tecnólogo em Gestão de Turismo	40 Hs	1	2.962,95
III	58	Administrador	40 Hs	2	4.198,96
III	123	Profissional Bacharel de Educação Física	40 Hs	20	4.198,96
III	121	Gestor de Recursos Humanos	40 Hs	10	6.679,93
V	61	Arquiteto	40 Hs	3	7.824,65
V	62	Engenheiro Agrimensor	40 Hs	1	7.824,65
V	63	Engenheiro Ambiental	40 Hs	1	7.824,65
V	64	Engenheiro Civil	40 Hs	5	7.824,65
V	65	Engenheiro Eletricista	40 Hs	1	7.824,65
V	66	Engenheiro Florestal	40 Hs	1	7.824,65
V	67	Engenheiro Sanitarista	40 Hs	1	7.824,65
V	68	Engenheiro de Segurança do Trabalho	40 Hs	1	7.824,65
V	69	Engenheiro de Tráfego	40 Hs	1	7.824,65

QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO

Classe	Cargo	Descrição do cargo de carreira	Carga horária semanal	Nº de vagas	Salário base inicial (R$)
I	108	Carroceiro	40 Hs	16	1.613,65
I	109	Costureiro	40 Hs	30	1.613,65

Art. 4º Fica acrescentado ao Anexo II no Grupo Ocupacional IV - Profissional Técnico Operacional e Administrativo, Classe III, as atribuições do cargo de Profissional Bacharel de Educação Física na seguinte forma:

DENOMINAÇÃO: PROFISSIONAL BACHAREL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CBO: 2241-40

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:
Ensino Superior completo em Educação Física - Bacharelado, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física - CREF.
ATRIBUIÇÕES DO CARGO:
• planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar programas, projetos e ações de atividade física, esporte, recreação, lazer, promoção da saúde e qualidade de vida;
• elaborar, prescrever, orientar e acompanhar programas de exercícios físicos individuais e coletivos, observadas as normas da profissão;
• atuar em programas e projetos desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Esportes, Saúde, Educação, Assistência Social e demais órgãos da Administração Pública Municipal, conforme a necessidade do serviço;
• desenvolver atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer destinadas a crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência e demais públicos atendidos pelo Município;
• promover ações de prevenção de doenças, promoção da saúde, reabilitação funcional, inclusão social e melhoria da qualidade de vida por meio da atividade física;
• atuar em equipes multiprofissionais e interdisciplinares, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas e políticas públicas;
• realizar avaliações físicas e funcionais, quando pertinentes às atribuições profissionais;
• organizar, coordenar e acompanhar eventos, competições, campanhas, projetos esportivos e atividades comunitárias promovidas pelo Município;
• orientar usuários e participantes quanto à prática segura de atividades físicas, prevenção de lesões e adoção de hábitos saudáveis;
• elaborar pareceres, relatórios, laudos técnicos, planos de trabalho e demais documentos inerentes às atividades do cargo;
• zelar pela conservação dos equipamentos, materiais e espaços utilizados nas atividades sob sua responsabilidade;
• coordenar as atividades inerentes aos jogos escolares que venham a ser promovidos pelos estabelecimentos de educação pública;
• participar de cursos, capacitações e programas de educação permanente;
• cumprir as normas técnicas, éticas e legais da profissão, observando as diretrizes do Sistema CONFEF/CREF;
• executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo e determinadas pela autoridade competente.

Art. 5º Fica extinto o cargo de Educador Físico da Saúde, integrante do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde de Matinhos (QPPSs).
Art. 6º Fica alterada a carga horária do cargo de Gestor de Recursos Humanos, constante do Anexo I da Lei Municipal nº 1.430/2011, passando de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, com a correspondente adequação proporcional do vencimento-base.
§ 1º Aos atuais ocupantes do cargo de Gestor de Recursos Humanos, e aos candidatos já aprovados no Concurso Público que está vigente na data da aprovação desta Lei Municipal, fica assegurada a opção, em caráter irrevogável e irretratável, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei ou do ato de provimento vindouro, de alterar permanentemente a sua carga horária, para que passe a corresponder a 40 (quarenta) horas semanais, com aumento proporcional do respectivo vencimento.

§ 2º Findo o prazo para opção, em caso de inércia, os ocupantes do cargo de Gestor de Recursos Humanos permanecerão desempenhando a carga horária correspondente à prevista no concurso público a que se submeteram, mantida, neste caso, a sua remuneração atual.
§ 3º Os cargos de Gestor de Recursos Humanos que estiverem providos na aprovação desta Lei Municipal, cujos ocupantes porventura não optem pelo aumento de carga horária aqui disciplinado, serão extintos quando vagarem.
Art. 7º O Departamento de Recursos Humanos adotará as medidas administrativas necessárias para retificação dos editais de Concurso Público que já estiverem publicados na data da aprovação desta Lei Municipal, para que passem a refletir a alteração empreendida pela presente.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Matinhos, em 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Fernando da Silva Mantovani
Código Identificador:11A4663A

GABINETE
PORTARIA Nº 909/2026

Dispõe sobre a designação de servidores para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Matinhos, com concessão de Função Gratificada – FG, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, EDUARDO ANTONIO DALMORA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, transparência, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, previstos no art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, inciso VI, e 211 da Constituição Federal, quanto ao direito à educação, à gestão democrática do ensino público e à organização dos sistemas de ensino;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, especialmente quanto à condicionalidade relacionada aos critérios técnicos de mérito e desempenho para provimento das funções de direção escolar;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.819/2016, que institui o Estatuto e o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Matinhos;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.767/2026, que estabelece critérios e condições para subsidiar a escolha de Diretores das unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino de Matinhos, mediante critérios técnicos de mérito e desempenho;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, enquanto referencial técnico para o exercício das atribuições de gestão escolar;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e assegurar a adequada execução da Lei Municipal nº 2.767/2026, garantindo coerência entre os critérios técnicos de mérito e desempenho, o processo consultivo e os atos administrativos de designação;
CONSIDERANDO a realização do processo consultivo previsto no Edital nº 006/2026, posteriormente homologado pelo Edital nº 016/2026, nos termos da Lei Municipal nº 2.767/2026;
CONSIDERANDO que o processo consultivo possui natureza técnica, consultiva e certificatória, destinado à aferição da aptidão dos candidatos e ao subsídio da decisão administrativa do Chefe do Poder Executivo, não se caracterizando como concurso público e não gerando, por si só, direito subjetivo à nomeação pela ordem de pontuação;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade da gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo para designar servidores para o exercício de funções gratificadas, observados os requisitos e as disposições da legislação municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para o exercício das **funções de Diretor das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Matinhos**, com a consequente **concessão da Função Gratificada – FG**, na forma da legislação municipal vigente:

Unidade Educacional	Diretor(a) designado(a)	Simbologia
CMEI Bolinha de Neve	Fatima Teresinha Oliveira dos Santos	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Caminho Alegre	Larissa Gabrielle Ferreira de Lima	FG-D1 até 199 alunos
CMEI Cantinho Feliz	Andressa Pedrotti	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Estrela Cintilante	Sandra Regina Braga Ramos	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Professora Gigi Bonatto	Zineide Andreata Torazzi Arndt	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI José Wigando Mendes	Hellen Magalhães Stahlke	FG-D1 até 199 alunos
CMEI Junara	Thaisy Kaline dos Santos Zampiri	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Pingo de Gente	Neuzi Viana Serafim Zanardi	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Quatro de Março	Claudia Elisemar Appelt	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Raquel Silvino da Silva	Rosana Scarante	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Reino da Alegria	Ana Celia da Silva Elicker	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
CMEI Rosa Maria de Freitas Mesquita	Leandra Pedrozo dos Santos	FG-D1 até 199 alunos
CMEI Sarah Mesquita	Cristiane Loeshzner Connick dos Santos	FG-D1 até 199 alunos
CMEI Sininho Dourado	Vanessa de Rezende Costa	FG-D1 até 199 alunos
Escola Municipal Pastor Elias Abrahão	Renata Cristina Alves de Brito	FG-D4 acima de 500 alunos
Escola Municipal Francisco dos Santos Junior	Isabel Avelino Santana Ferreira	FG-D4 acima de 500 alunos
Escola Municipal Leocádia Orlowski Santos	Thiago Rodrigues de Almeida	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos	Francyellen Gonçalves Rezende Santos	FG-D3 até 499 alunos
Escola Municipal Monteiro Lobato	Letícia Messias Farago	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
Escola Municipal Oito de Maio	Claudia Dayana Laurindo Costa	FG-D2 até 349 alunos
Escola Municipal Professora Caetana Paranhos	Heloisa Regina da Silva Krankel	FG-D2 até 349 alunos
Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva	Marenise Santos da Silva	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para o exercício das **funções de Vice-Diretor das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Matinhos**, com a consequente **concessão da Função Gratificada – FG**, na forma da legislação municipal vigente:

Unidade Educacional	Vice-Diretor(a) designado(a)	
Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos	Debora Alves Mesquita dos Santos	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
Escola Municipal Francisco dos Santos Junior	Kalimar Ferreira da Silva	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva	Joao Luiz Matos da Silva	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018
Escola Municipal Pastor Elias Abrahão	Aline Hauptmann Rodrigues	Gratificação de 100% nos termos da Lei 1987/2018

Art. 3º A concessão da Função Gratificada – FG prevista nos arts. 1º e 2º desta Portaria fica vinculada ao **efetivo exercício das respectivas funções de Diretor ou Vice-Diretor**, cessando automaticamente quando ocorrer a dispensa da função, a destituição, a exoneração, a aposentadoria, o desligamento do servidor ou qualquer outra hipótese legal que implique a cessação do exercício da função.
Art. 4º A Função Gratificada – FG será paga na forma, valores e condições estabelecidos pela legislação municipal vigente, não constituindo alteração do cargo efetivo ocupado pelo servidor.
Art. 5º Os servidores designados deverão exercer suas atribuições em estrita observância à legislação educacional, às normas da Secretaria Municipal de Educação, ao projeto político-pedagógico da unidade, às diretrizes da Rede Municipal de Ensino e aos princípios da administração pública.
Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 19 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:05773620

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: A M MENDES - ACESSÓRIOS

CNPJ Nº: 06.009.600/0001-05

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
3	29600	Pneu 215/65 R16 TUBELESS Novo	UND	106	R$290,00	R$30.740,00
5	10123	Pneu 175/70 R 14 88T Novo.	UND	58	R$196,00	R$11.368,00
6	29598	Pneu 205/60 R15. Novo	UND	84	R$243,99	R$20.495,16
7	29599	Pneu 205/60 R16. novo.	UND	55	R$249,00	R$13.695,00
8	29596	Pneu 175/70 R 14-82 T Novo	UND	58	R$196,99	R$11.425,42
9	29603	Pneu 245/70 R 16-111 T / H2 M+S - produto novo, compatível com veículo Volkswagem /modelo Amarok.	UND	18	R$405,00	R$7.290,00
11	24703	Pneu 205/75R16 especificações mínimas: produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 96; Índice de velocidade: H.	UND	16	R$325,00	R$5.200,00
19	37804	Pneu LT 285/75 R16	UNID	9	R$900,00	R$8.100,00
43	29614	Pneu 7,50/16 novo.	UND	4	R$539,00	R$2.156,00
47	38780	Pneu 225/60 R18 especificações mínimas; produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 104, índice de velocidade: H.	UND	12	R$450,00	R$5.400,00
		TOTAL GERAL				R$115.869,58

VALOR TOTAL: R$115.869,58 (cento e quinze mil e oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:42BCFF82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
CNPJ Nº: 88.197.330/0001-60

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
46	10135	Pneu 23.1X26 c/câmaras, novo.	UND	10	R$5.112,00	R$51.120,00
		TOTAL GERAL				R$51.120,00

VALOR TOTAL: R$51.120,00 (cinquenta e um mil e cento e vinte reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4E3ABD40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: COUTINHO PNEUS LTDA
CNPJ Nº: 49.230.882/0001-70

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
1	24636	Pneu 195/55 R15 novo	UND	114	R$217,13	R$24.752,82
2	15886	Pneu 185/65 R 15, Novo.	UND	137	R$210,00	R$28.770,00
4	29602	Pneu 225/75 R 16C - 118/116. Novo	UND	80	R$372,99	R$29839,20
10	38777	Pneu 195/65 R15 especificações mínimas: produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 91; Índice de velocidade: H.	UND	76	R$218,99	R$16.643,24
12	38778	Pneu 185/14 102 100R especificações mínimas: produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 102/100; Índice de velocidade: R.	UND	8	R$245,99	R$1.967,92
13	38779	Pneu 195/55 16R especificações mínimas; produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 87, índice de velocidade: H.	UND	8	R$228,05	R$1.824,40
31	38785	Pneu 235/65 R16 especificações mínimas; produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 113/115, índice de velocidade: R.	UND	12	R$366,99	R$4.403,88
35	13267	PNEU 225/75 R16C - 118/116 novo.	UND	4	R$374,97	R$1.499,88
36	10132	PNEU 16.5 X 12 - produto novo compatível com maquinário pesado.	UND	6	R$659,06	R$3.954,36
40	13241	Pneu 225/65 R 16 novo.	UND	64	R$328,99	R$21.055,36
		TOTAL ITENS EXCLUSIVOS				R$134.711,06
ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA RESERVADA 25%				
55	712	Pneu 275/80 R 22.5 - 146/18pr - liso/misto, produto novo.	UND	47	R$1.200,95	R$56.444,65
		TOTAL ITENS COTA RESERVADA 25%				R$56.444,65
		TOTAL GERAL				R$191.155,71

VALOR TOTAL: R$191.155,71 (cento e noventa e um mil e cento e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:D4D084CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA
CNPJ Nº: 02.678.428/0001-13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA PRINCIPAL 75%				
51	712	Pneu 275/80 R 22.5 - 146/18pr - liso/misto, produto novo.	UND	143	R$1.109,90	R$158.715,70
		TOTAL GERAL				R$158.715,70

VALOR TOTAL: R$158.715,70 (cento e cinquenta e oito mil e setecentos e quinze reais e setenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1BFC0641

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: LILLIANY CRISTINA RAMOS CARDOSO
CNPJ Nº: 68.064.480/0001-98

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
15	29611	Pneu 13.6-38 para veículo tipo Trator parte traseira. Novo	UND	8	R$3.910,00	R$31.280,00
16	29606	Pneu 295/80 R22,5 misto/borrachudo com mínimo 14 lonas.	UND	41	R$1.350,00	R$55.350,00
		TOTAL GERAL				R$86.630,00

VALOR TOTAL: R$86.630,00 (oitenta e seis mil e seiscentos e trinta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E2D53AFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA
CNPJ Nº: 36.097.231/0001-02

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
14	29593	Pneu 165/70 R 13-82 T Novo	UND	56	R$269,00	R$15.064,00
		TOTAL GERAL				R$15.064,00

VALOR TOTAL: R$15.064,00 (quinze mil e sessenta e quatro reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:7927EF4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA
CNPJ Nº: 39.859.999/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
17	37802	Pneu 195/70 R15C	UNID	16	R$333,30	R$5.332,80
21	38783	Pneu 175/65 R15 especificações mínimas: produto novo, original de fábrica, radial; Índice de carga: 84; Índice de velocidade: H / T	UND	6	R$248,50	R$1.491,00
22	29595	Pneu 175/65 R 14, deverão atender especificação do inmetro. Novo	UND	62	R$191,00	R$11.842,00
23	29617	Câmara de ar 1000X20 Novo	UND	50	R$109,00	R$5.450,00
24	29750	Câmara de ar aro 18 12.5/80 - dianteiro Novo	UND	20	R$101,00	R$2.020,00
25	29751	Câmara de ar aro 25 20.5-25 Novo	UND	20	R$399,00	R$7.980,00
27	31907	Câmara de ar para pneus - Aro 1400X24	UND	20	R$165,00	R$3.300,00
28	29620	Protetor de aro para Pneu 1400x24. Novo	UND	20	R$92,50	R$1.850,00
29	29619	Protetor de camara de ar 1000x20 Novo	UND	20	R$40,90	R$818,00
32	29607	Pneu 10.16.5 NHS, SKS para veículo tipo minicarregadeira BOBCAT. Novo.	UND	6	R$563,00	R$3.378,00
33	29609	Pneu 1100x22 16 lonas borrachuda. Novo	UND	6	R$2.099,00	R$12.594,00
34	29610	Pneu 12,5/80-18 ,mínimo com 16 lonas. Novo	UND	30	R$1.110,00	R$33.300,00
37	29594	Pneu 175/70 R 13 novo.	UND	50	R$212,00	R$10.600,00
38	29613	Pneu 19.5 x 24 para retro escavadeira com mínimo 14 lonas.	UND	30	R$2.273,00	R$68.190,00
41	29752	Pneu 255/70 R 16 novo.	UND	24	R$554,00	R$13.296,00
42	29753	Pneu 265/70 R16 novo.	UND	28	R$489,99	R$13.719,72
44	26358	Pneu dianteiro para retro escavadeira com medidas: aro 14 - 17.5 mínimo 14 lonas. novo produto novo e com fornecimento de garantia mínima de 01 ano após a entrega do produto.a empresa vencedora deverá apresentar termo próprio de cumprimento da garantia pelo período mínimo que o fabricante do pneu virá a fornecer.	UND	10	R$1.346,40	R$13.464,00
45	10131	Pneu 17.5X25 16 lonas novo	UND	20	R$2.701,36	R$54.027,20
		TOTAL ITENS EXCLUSIVOS				R$262.652,72
ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA PRINCIPAL 75%				
50	713	Pneu 215/75 R17.5, liso misto, novo.	UND	159	R$574,99	R$91.423,41
53	29612	Pneu 1400x24, novo, mínimo 16 lonas, aplicação G2, mínimo 25mm de profundidade de sulcos. Novo	UND	15	R$1.889,99	R$28.349,85
		TOTAL COTA PRINCIPAL				R$119.773,26
ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA RESERVADA 25%				
54	713	Pneu 215/75 R17.5, liso misto, novo.	UND	52	R$574,99	R$29.899,48
56	29608	Pneu 1000x20 146J 16 lonas, misto/borrachudo, novo.	UND	12	R$1.449,00	R$17.388,00
57	29612	Pneu 1400x24, novo, mínimo 16 lonas, aplicação G2, mínimo 25mm de profundidade de sulcos. Novo	UND	5	R$1.889,99	R$9.449,95
		TOTAL ITENS COTA RESERVADA 25%				R$56.737,43
		TOTAL GERAL				R$439.163,41

VALOR TOTAL: R$439.163,41 (quatrocentos e trinta e nove mil cento e sessenta e três reais e quarenta e um centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:AB15E474

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: ZEUS COMERCIAL LTDA
CNPJ Nº: 34.840.358/0001-44

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E COMPLEMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA PRINCIPAL 75%				
52	29608	Pneu 1000x20 146J 16 lonas, misto/borrachudo, novo.	UND	38	R$1.265,00	R$48.070,00
		TOTAL GERAL				R$48.070,00

VALOR TOTAL: R$48.070,00 (quarenta e oito mil e setenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:8244B847

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2888 DE 27 DE JULHO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026

Decreto n° 2888/2026 de 27/07/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 961.744,67 (novecentos e sessenta e um mil e setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
02		SECRETARIA DE GOVERNO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0040.2.004		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE GOVERNO	
13 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	5.243,89
03		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
03.001		GABINETE DA PROCURADORIA	
03.001.02.062.0040.2.006		MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
31 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.145,14
32 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	2.522,73
38 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.627,42
04		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
04.001.04.123.0040.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORCAMENTO	
50 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	253,95
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
70 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	34.322,67
75 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.246,61
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.122.0041.2.015		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
93 - 3.1.90.11.00.00	1103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.198,72
93 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	155.145,94

96 - 3.1.90.94.00.00	1103	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	425,18
96 - 3.1.90.94.00.00	1104	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	21.153,98
101 - 3.3.90.36.00.00	1104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	27.959,51
06.001.12.361.0190.2.017		PAGAMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCACAO ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL I E II E JORNADA AMPLIADA FUNDEB	
124 - 3.1.90.16.00.00	1040	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	39.109,92
125 - 3.1.90.94.00.00	1040	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	12.504,61
125 - 3.1.90.94.00.00	1101	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	64.119,54
06.001.12.361.0210.2.019		TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
129 - 3.1.90.11.00.00	1103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	36.264,53
130 - 3.1.90.13.00.00	1103	CONTRIBUICOES PATRONAIS	7.068,30
131 - 3.1.90.16.00.00	1103	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	4.358,29
132 - 3.1.90.94.00.00	1103	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	14.511,96
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.122.0160.2.033		MANUTENCAO DE ADMINISTRACAO DA SAUDE PUBLICA	
Suplementação			
213 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	180.206,52
214 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUICOES PATRONAIS	6.985,71
215 - 3.1.90.16.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	7.242,24
216 - 3.1.90.94.00.00	1303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	22.432,68
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA	
227 - 3.1.90.11.00.00	1495	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	143.762,42
228 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUICOES PATRONAIS	9.119,20
228 - 3.1.90.13.00.00	1495	CONTRIBUICOES PATRONAIS	25.818,15
230 - 3.1.90.94.00.00	1495	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	10.972,38
07.002.10.303.0170.2.041		MANUTENCAO DE PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE	
263 - 3.1.90.13.00.00	1495	CONTRIBUICOES PATRONAIS	4.792,13
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.054		BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
287 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.201,70
288 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	19.025,01
289 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.009,66
290 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	212,59
08.002		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.122.0100.2.045		EXECUCAO POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
327 - 3.1.90.16.00.00	31005	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	9.481,50
328 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	13.368,45
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001.15.451.0241.2.058		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
399 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	6.252,50
400 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	7.049,95
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001		GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001.04.122.0013.2.060		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
414 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	8.825,82
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E	
		INOVACAO	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,	
		ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
432 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	13.418,26
433 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.931,45
434 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	4.464,39
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001.04.122.0040.2.086		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
446 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	8.009,26
447 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	66,14
448 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	3.658,83
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
Suplementação			
15.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
15.001.27.122.2189.2.032		MANUTENCAO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE SECRETARIA DE ESPORTES	
511 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.254,84
Total Suplementação:			961.744,67

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02		SECRETARIA DE GOVERNO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0040.2.002		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
1 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.243,89
03		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
03.001		GABINETE DA PROCURADORIA	
03.001.02.062.0040.2.006		MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
29 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.295,29
04		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
04.001.04.123.0040.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E	
47 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	253,95
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	

05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
67 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.569,28
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.122.0041.2.071		MANUTENCAO DE INSTITUICOES CONVENIADAS	
110 - 3.3.50.43.00.00	1103	SUBVENCOES SOCIAIS	27.041,91
06.001.12.361.0190.2.016		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
120 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	38.785,07
06.001.12.361.0190.2.017		PAGAMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCACAO ATUANDO NO ENSINO	
122 - 3.1.90.11.00.00	1040	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	51.614,53
122 - 3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	64.119,54
06.001.12.365.0220.2.020		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
148 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.113,49
150 - 3.1.90.16.00.00	1104	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
151 - 3.1.90.94.00.00	1104	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	30.000,00
157 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.145,94
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA	
227 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	76.785,01
229 - 3.1.90.16.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	43.230,96
230 - 3.1.90.94.00.00	1303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	66.396,58
07.002.10.302.0026.2.039		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
246 - 3.3.90.32.00.00	1495	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	40.000,00
Redução			
248 - 3.3.90.39.00.00	1495	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	23.000,00
07.002.10.302.0160.2.040		MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS HOSPITALARES E	
251 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.147,94
252 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUICOES PATRONAIS	30.921,62
253 - 3.1.90.16.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	3.504,24
07.002.10.303.0170.2.041		MANUTENCAO DE PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE	
261 - 3.1.90.04.00.00	1495	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	25.000,00
268 - 3.3.90.32.00.00	1495	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	35.000,00
270 - 3.3.90.39.00.00	1495	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.000,00
07.002.10.305.0306.2.043		MANUTENCAO DE PROGRAMA DE ALIMENTACAO E NUTRICAO	
274 - 3.1.90.16.00.00	1495	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	6.345,08
277 - 3.3.90.30.00.00	1495	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
280 - 3.3.90.39.00.00	1495	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.215		BLOCO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	
302 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	48.817,41
08.002		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.122.0100.2.045		EXECUCAO POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
325 - 3.1.90.11.00.00	31005	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.481,50
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
09.001.15.451.0241.2.058		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
398 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	13.302,45
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001		GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001.04.122.0013.2.060		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E	
411 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.825,82
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
431 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.814,10
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001.04.122.0040.2.086		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
445 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.734,23
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
15.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
15.001.27.122.2189.2.032		MANUTENCAO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE SECRETARIA DE	
504 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.254,84
Total Redução:			961.744,67

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 27 de Julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:02830895

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL Nº 07/2026 - NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - MEIO AMBIENTE

Edital nº 07/2026 de Notificação de Auto de Infração Meio Ambiente

Lei nº 2.230/2013 e Alterações

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, faz saber aos possuidores de imóveis situado nesta urbe, nos moldes do art. 15 incisos III da Lei nº 2.230/2013, que em decorrência de Fiscalização Ambiental no Município e Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná, foram lavrados **Autos de Infração** em desfavor de imóveis constatados como em mau estado de conservação na forma do Art. 3º e 12. Da Lei nº 2.230/2013.
Sendo emitido os respectivos autos de infração e as competentes notificações aos possuidores/proprietários constantes no cadastro imobiliário do imóvel, vez que não se conseguiu realizar a notificação pessoal ou por correspondência com preconiza a lei, o fazemos neste ato através do presente edital notificação.
Para tanto fica **NOTIFICADO** os possuidores/proprietários dos imóveis adiante mencionados a realizar a limpeza/roçada de seus imóveis no prazo adiante estipulado, sob pena de não o fazendo o município realizar e cobrar as respectivas despesas:

Nº AUTO	DATA DO AUTO	QUADRA Nº	LOTE Nº	BAIRRO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
237/2026	07/05/2026	08	06	JARDIM ITAIPU I PARTE	8010200
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********001-88**			14 DIAS		**R$ 551,17**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
259/2026	02/06/2026	17	14	JARDIM NOVO CENTRO 3	62026600
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********979-44**			14 DIAS		**R$ 598,50**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
271/2026	16/06/2026	78	01	PQ. IND. RED. BELA VISTA	45208300
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********079-59**			14 DIAS		**R$ 2.098,80**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
272/2026	16/06/2026	43	01	PQ. IND. RED. BELA VISTA	45144000
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********009-20**			14 DIAS		**R$ 1.932,75**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
276/2026	16/06/2026	49	02	PQ. IND. RED. BELA VISTA	45153900
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********339-70**			14 DIAS		**R$ 1.649,02**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
278/2026	16/06/2026	61	01	PQ. IND. RED. BELA VISTA	45183100
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********909-59**			14 DIAS		**R$ 598,50**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
305/2026	01/07/2026	10	18	JARDIM JOÃO PAULO II	51011900
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********001-80**			14 DIAS		**R$ 897,75**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
306/2026	01/07/2026	12	06	JARDIM JOÃO PAULO II	51014100
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********001-80**			14 DIAS		**R$ 897,75**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
308/2026	01/07/2026	10	02	JARDIM PORTO SEGURO	64009700
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********001-29**			14 DIAS		**R$ 367,45**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
310/2026	01/07/2026	12	01	JARDIM PORTO SEGURO	64011800
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********001-29**			14 DIAS		**R$ 643,72**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
311/2026	01/07/2026	05	09	JARDIM CÉU AZUL	74004400
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********001-25**			14 DIAS		**R$ 367,45**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
301/2026	01/07/2026	02	17	JARDIM COLEGIAL	4003600
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********919-04**			14 DIAS		**R$ 399,00**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
300/2026	01/07/2026	03	01	JARDIM MORADA DO SOL	90002100
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********099-87**			14 DIAS		**R$ 965,58**
Nº AUTO	**DATA DO AUTO**	**QUADRA Nº**	**LOTE Nº**	**BAIRRO**	**CADASTRO IMOBILIÁRIO**
316/2026	30/07/2026	28	02	JARDIM CANADÁ II	38004100
CNPJ/CPF RESPONSÁVEL			**PRAZO LIMPEZA/ROÇADA (EM DIAS)**		**VALOR MULTA**
***********009-00**			14 DIAS		**R$ 367,45**

Tributário Municipal e demais lei vigente fica os citados Notificados e desejando poderão apresentar recurso a presente notificação no prazo de 15 dias.

Município e Comarca de Paiçandu, 19 de Agosto de 2026.

MARINÊS H. S. SILVA
Matrícula 4717
Agente Fiscal.

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:10029290

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2026 DISPENSA Nº 26/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2026
DISPENSA Nº 26/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52
CONTRATADO: **SYMA COMPUTADORES LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 04.912.543/0001-36.
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA (HD 8TD)**, para atender as necessidades da Secretaria de Administração, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HD CAPACIDADE 8 GB, BYTES POR SETOR 4.096. **DESEMPENHO:** - INTERFACE SATA DE 6 GB/S - TAXAS DE TRANSFERÊNCIA SATA SUPORTADAS (GB/S): 6,0/3,0/1,5 - TAXA MÁXIMA DE DADOS SUSTENTADA, LEITURA DE (MB/S): 190 MB/S - CACHE, MULTISSEGMENTADO (MB): 256 - VELOCIDADE ROTACIONAL (RPM): 5.400 - TECNOLOGIA DE GRAVAÇÃO: SMR **CONFIABILIDADE/INTEGRIDADE DE DADOS:** - CICLOS DE CARGA/DESCARGA: 600.000 - MÁX. DE ERROS DE LEITURA IRRECUPERÁVEIS POR BITS LIDOS: 1 POR 10E14 - HORAS EM ATIVIDADE (POR ANO): 2.400 - LIMITE DE TAXA DE CARGA DE TRABALHO (TB/ANO): 55 **GERENCIAMENTO DE ENERGIA**: - POTÊNCIA DE ATIVAÇÃO (A): 2 - MODO DE OPERAÇÃO, TÍPICO (W): 5,3 - MÉDIA, OCIOSO (W): 3,4 W - MODO DE ESPERA//HIBERNAÇÃO, TÍPICO (W): 0,25/0,25 - TOLERÂNCIA DE TENSÃO, INCL. RUÍDO (5 V): ±5% - TOLERÂNCIA DE TENSÃO, INCL. RUÍDO (12 V): ±10% **AMBIENTE/TEMPERATURA:** - EM OPERAÇÃO (AMBIENTE, MÍN.): 0ºC - EM OPERAÇÃO (GABINETE DO DISCO, MÁX.): 60ºC - FORA DE OPERAÇÃO (AMBIENTE): -40ºC – 70ºC - SEM HALOGÊNIO: SIM - CONFORMIDADE COM ROHS: SIM **DIMENSÕES:** - ALTURA (MM/POL, MÁX.): 26,11 MM/1,028 POL - LARGURA (MM/POL, MÁX.): 101,85 MM/4,01 POL - PROFUNDIDADE (MM/POL, MÁX.): 146,99 MM/5,787 POL - PESO: 625 GRAMAS (BRUTO COM EMBALAGEM)	UNID	2	R$ 1.580,00	R$ 3.160,00
VALOR TOTAL					**R$ 3.160,00**

VALOR: R$ 3.160,00 (Três mil cento e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 20 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:02FE541A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 24-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	58 /2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	19/08/2026
d) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMATICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU-PR E DEMAIS SECRETARIAS.
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	
Fornecedor	
J F G R FERNANDES INFORMÁTICA	

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
6	CABO DE REDE (CAIXA COM 305MTS CAT6 A) APLICAÇÃO:REDES,	PC4PRO	CX	10,000	1.291,8800	12.918,80
7	SWITCH 24 PORTAS: GIGABIT 10/100/1000, PADRÕES E	TP-LINK	Ud	10,000	495,0000	4.950,00
10	FILTRO DE LINHA: TENSÃO NOMINAL 100~240 VAC CORRENTE	PC4PRO	Ud	50,000	27,8500	1.392,50
15	CAIXA SISTEMA X BRANCA. ACABAMENTO ESPELHADO,DESIGN	MAGIRIUS	Ud	50,000	9,4100	470,50
16	ESPELHO SISTEMA. RJ45 COM 2 FUROS.	MAGIRIUS	Ud	50,000	6,4400	322,00
25	SSD 480GB. INTERFACE: SATA 6GB/S. CAPACIDADE: 480 GB	CRUCIAL	Ud	60,000	344,0000	20.640,00
29	PLACA MÃE. ESPECIFICAÇÕES DA CPU: SOQUETE DO	GIGABYTE	Ud	20,000	695,0000	13.900,00

33	PEN DRIVER 64GB.VELOCIDADE: USB 3.2 GER 1. TEMPERATURA	MULTILASE	Ud	50,000	69,9500	3.497,50
38	PASTA TÉRMICA. POTE DE PASTA TÉRMICA 50G.	IMPLASTEC	Ud	2,000	60,9000	121,80
46	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO. ÁLCOOL ISOPROPÍLICO PARA LIMPEZA	PC4PRO	Ud	2,000	68,7900	137,58
47	LIMPA CONTATOS ELÉTRICOS EM SPRAY DE 300 ML.	ORBI 300ML	Ud	10,000	24,9900	249,90
50	ALICATE CORTE DIAGONAL 6'. MATERIAL DO CORPO DO	BRASFORT	Ud	2,000	41,4300	82,86
51	ALICATE UNIVERSAL PARA ELETRICISTA 8". ALICATE	BRASFORT	Ud	2,000	57,6100	115,22
56	ACCESS POINT -NETWORKING INTERFACE (1X) 10/100/1000	UNIQUIT	Ud	30,000	798,9900	23.969,70
57	ADAPTADOR WIFI -WN881ND PCI EXPRESS SEM FIO N 300	TP-LINK	Ud	50,000	85,8100	4.290,50
63	LOCALIZADOR DE CABOS DE REDE TX-1500 FORMATO	EXBOM	Ud	2,000	288,0000	576,00
66	MIKROTIK; RB760IGS HEX S; PORTAS ETHERNET: 5 PORTAS	MIKROTIK	Ud	17,000	579,9900	9.859,83
72	LOCALIZADOR DE CABOS DE REDE TX-1500 FORMATO	EXBOM	Ud	2,000	432,3700	864,74
				Total:		98.359,43

Fornecedor

ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
8	RACK DE PAREDE 19" 8U: DIMENSIONAL TAMANHO 8U PADRÃO	MAX	Ud	10,000	374,7100	3.747,10
				Total:		3.747,10

Fornecedor

LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
35	ADAPTADOR DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000.	KNUP TB90	Ud	30,000	42,9900	1.289,70
36	CABO USB 2.0 - 1,8M PARA IMPRESSORAS. CABO USB	IT BLUE	Ud	50,000	6,0600	303,00
40	CARREGADOR PARA NOTEBOOK UNIVERSAL.	B-MAX	Ud	5,000	44,9400	224,70
41	TESTADOR DIGITAL DE CABOS DE REDE.	EXBOM	Ud	2,000	37,0400	74,08
44	ALICATE INSERCÃO RJ45. ALICATE INSERÇÃO RJ45 PARA USO	PC4PRO	Ud	2,000	27,5000	55,00
60	BLUETOOTH 5.0. CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE. PADRÕES E	KAPBOM	Ud	10,000	23,7900	237,90
71	CABO VGA MONITOR LCD PC PROJETOR, 1.5 METROS COM	ONEX	Ud	30,000	10,0800	302,40
74	CABO DE ALIMENTAÇÃO PARA DESKTOP	EXBOM	Ud	100,000	11,2900	1.129,00
76	CABO VGA: ELE É USADO PARA CONECTAR DISPOSITIVOS COM	ONEX	Ud	80,000	19,2000	1.536,00
				Total:		5.151,78

Fornecedor

VICTOR LAZARINO OZORIO

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
3	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK JATO DE TINTA,	HP	Ud	5,000	1.187,9900	5.939,95
21	SWITCH 8 PORTAS. PADRÕES E PROTOCOLOS IEEE	PC4PRO	Ud	30,000	99,9000	2.997,00
22	MEMORIA 8GB DDR4-3200. COMPUTADOR DESKTOP DE 1G X 64	PC4PRO	Ud	50,000	392,9900	19.649,50
31	FONTE DE ENERGIA 450W. ESPECIFICAÇÕES: TIPO: FATOR DE	THYPE	Ud	100,000	162,4400	16.244,00
37	MOUSE PAD COM APOIO GEL. MOUSE PAD COM APOIO EM	VL	Ud	80,000	14,2700	1.141,60
39	SWITCH 24 PORTAS GERENCIAVEL PORTAS: 24 PORTAS RJ45	PC4PRO	Ud	15,000	1.180,4400	17.706,60
43	ALICATE PARA CRIMPAR RJ11 RJ12	PC4PRO	Ud	2,000	31,8500	63,70
45	ALICATE PARA DECAPAR. ESPECIFICAÇÕES: COMPATÍVEL COM:	PC4PRO	Ud	2,000	42,3600	84,72
52	PROJETOR SMART TV UHD 4K ATE 140 LED RGBB 1500	PC4PRO	Ud	2,000	1.898,9900	3.797,98
73	SOPRADOR DE FOLHAS A BATERIA 18V GBL 18V-120SB COM 2	PC4PRO	Ud	1,000	898,9900	898,99
				Total:		68.524,04

Fornecedor

VITOR ALFREDO THOMAS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
20	PATCHPANEL CAT6 24P. EXCEDE OSLIMITES ESTABELECIDOS	SECCON	Ud	10,000	340,0000	3.400,00
				Total:		3.400,00

Fornecedor

62.628.807 JOAO PAULO DE JESUS DOS SANTOS

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
27	MOUSE SEM FIO USB: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MOUSE	PC4PRO	Ud	50,000	17,4000	870,00
28	TECLADO COM FIO USB: REQUISITOS DE SISTEMA. WINDOWS®	PC4PRO	Ud	100,000	18,7500	1.875,00
34	ADAPTADOR USB WIRELESS. ADAPTADOR USB WIRELESS COM	IJACK	Ud	60,000	50,0000	3.000,00
61	CABO HDMI 2.0 4K. CABO HDMI 2.0 4K COM RESOLUÇÃO: 4K	LEHMOX	Ud	30,000	14,0000	420,00
				Total:		6.165,00

Fornecedor

METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
5	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL, PRETO, WIFI E	PANTUM	Ud	12,000	1.576,9900	18.923,88
67	IMPRESSORA LASER DUPLEX WIRELESS	PANTUM	Ud	5,000	1.299,9900	6.499,95
				Total:		25.423,83

Fornecedor

B2G PARTICIPAÇÕES LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
11	ROTEADOR WIRELESS: PADRÕES: WI-FI 6. IEEE	PC4PRO	Ud	30,000	213,9400	6.418,20
17	PATCH CORD CAT6 GIGALAN 2,5M / CABO CATEGORIA: CAT6	PC4PRO	Ud	50,000	13,0800	654,00
24	MEMORIA 8GB DDR3 1600. COMPUTADOR DESKTOP:	BLUECASE	Ud	50,000	141,9900	7.099,50
26	MOUSE COM FIO USB. ESPECIFICAÇÕES: CONECTIVIDADE	BRAZILPC	Ud	100,000	8,5600	856,00
32	MONITOR 21,5 POLEGADAS. MONITOR 21,5 MONITOR COM	BRAZILPC	Ud	80,000	337,4900	26.999,20
42	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA. VOLTAGEM DA BATERIA:	PC4PRO	Ud	1,000	230,2400	230,24
54	PATCH CORD CAT6 GIGALAN 1,5M / CABO CATEGORIA: CAT6	PC4PRO	Ud	50,000	13,0700	653,50
59	GABINETE 1 SUPORTE: PLACA-ME ATX E MICRO ATX /2 2X	BRAZILPC	Ud	20,000	203,9800	4.079,60
75	SUPORTE DE MESA ARTICULADO PARA DUAS TELAS COM	PC4PRO	Ud	80,000	173,9900	13.919,20
				Total:		60.909,44

Fornecedor

INTECH ELETROELETRONICOS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
18	CONECTOR RJ45. CAT6 MACHO PCT COM 100. MATERIAL: PVC	PC4PRO	Ud	5,000	30,2900	151,45
62	CABO EXTENSOR USB 3.0 A MACHO PARA USB 3.0 A FÊMEA	ITBLUE	Ud	30,000	18,0000	540,00
				Total:		691,45

Fornecedor

VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
58	PROCESSADOR: NÚMERO DEE NÚCLEOS:10 / Nº DE	PC4PRO	Ud	20,000	1.100,0000	22.000,00
				Total:		22.000,00

Fornecedor

PITT BULL ALARMES E MONITORAMENTO LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
68	RÉGUA/PROTETOR ELETRÔNICO PARA RACK	INTELBRAS	Ud	3,000	160,6400	481,92
				Total:		481,92
Fornecedor						
HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
14	NOBREAK 110V 1500VA - NOBREAK (UPS) INTERATIVO COM	CR	Ud	10,000	680,0000	6.800,00
69	NOBREAK INTERATIVO SENOIDAL FORMA DE ONDA	ATA UPS	Ud	2,000	4.200,0000	8.400,00
				Total:		15.200,00
Fornecedor						
LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
9	BANDEJA: VENTILADA, PADRÃO 19", FIXAÇÃO SIMPLES, COR:	UNIVERSAL	Ud	10,000	112,9700	1.129,70
				Total:		1.129,70
Fornecedor						
65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
19	TELEFONE SEM FIO COM VISOR E IDENTIFICADOR DE	PC4PRO	Ud	50,000	143,0000	7.150,00
				Total:		7.150,00
Fornecedor						
LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
23	MEMORIA 8GB DDR4-2666. COMPUTADOR	K-MEMORY	Ud	50,000	348,8900	17.444,50
				Total:		17.444,50
Fornecedor						
STELAR TECNOLOGIA LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
30	CARTÃO SSD 240GB. CARTÃO SSD COM 240GB COM	CEAMERE	Ud	50,000	249,9000	12.495,00
				Total:		12.495,00
Fornecedor						
FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE/CPU COM	AIOX AIOX	KIT	22,000	4.200,0000	92.400,00
2	COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE/CPU COM	AIOX AIOX	KIT	8,000	4.200,0000	33.600,00
				Total:		126.000,00
Fornecedor						
FNGTECH INFORMATICA LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
4	NOTEBOOK: CPU 8 NÚCLEOS (4 PERFOMACE-CORES 4	PC4PRO	Ud	10,000	4.098,1800	40.981,80
				Total:		40.981,80

Paiçandu, 19/08/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:BB03F7C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROTOCOLO DAS CAIXAS DE EMERGÊNCIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA PR

Introdução
As unidades básicas de saúde do Município de Palmeira contam com uma caixa de emergência, com medicamentos e materiais, destinada ao suporte pré-hospitalar em situações agudas e de maior gravidade. É importante que esta caixa de emergência seja padronizada, para que contenha itens indispensáveis no manejo das emergências, em quantidade suficiente, além de estar dentro do prazo de validade e com qualidade para o atendimento da sua finalidade. A padronização da lista de medicamentos disponíveis é indispensável no bom andamento da programação de compras, licitações e fluxo de trabalho.

Objetivos
Padronizar a lista de medicamentos disponíveis nas caixas de emergências das Unidades Básicas de Saúde do Município de Palmeira/PR.

Medicamento	Concentração	Quantidade	Indicação
Ácido Acetilsalicílico comprimido	100 mg	10 cp	Anti agregante plaquetário
Água destilada ampola 10 mL		5 amp	Diluente
Aminofilina ampola 10 mL	24mg/ml	2 amp	Broncodilatador
Atropina ampola 1 mL	0,5 mg/ml	4 amp	Anti-muscarínico
Captopril comprimido	25 mg	1 cartela	Anti-hipertensivo
Cetoprofeno frasco ampola	100 mg	2 amp	Anti-inflamatório
Clopidogrel comprimido	75 mg	1 cartela	Anti agregante plaquetário
Colírio Anestésico frasco		1 Fr	Anestésico
Diazepam ampola 2 mL	5 mg/ml	2 amp	Ansiolítico
Epinefrina ampola 1 mL	1 mg/ml	6 amp	Antiasmático e broncodilatador
Escopolamina ampola 1 mL	20mg/ml	2 amp	Antiespasmódico
Fenobarbital ampola 2 mL	100 mg/mL	2 amp	Anticonvulsivante
Fitomenadiona ampola 1 mL	10 mg/ml	2 amp	Anti-hemorrágico odontológico
Furosemida ampola 2 ml	10 mg/ml	5 amp	Anti- hipertensivo
Glicose hipertônica ampola 10 ml	50 %	5 amp	
Haloperidol ampola 1 ml	5 mg/ml	2 amp	Antipsicótico
Hidrocortisona frasco ampola	500 mg	2 amp	Anti-inflamatório

Isossorbida cp sublingual	5 mg	5 cp	Vasodilatador
Levonorgestrel comprimido*	0,75 mg	2 cp	Contraceptivo
Lidocaína carpule 1,8 mL	20mg/ml	1 Fr	Anestésico
Ondansetrona ampola 2 mL	2mg/ml	2 amp	Antiemético
Prometazina ampola 2 mL	25 mg/ml	2 amp	Anti-histamínico
Salbutamol Frasco 200 doses	100 mcg/dose	1 Fr	Broncodilatador
Tramadol 2 mL	50 mg/mL	1 amp	Analgésico

Obs: A dispensação de levonorgestrel deve estar dentro do protocolo para o uso.
Obs: Soro fisiológico e soro glicosado devem ser solicitados diretamente ao setor do almoxarifado para reposição.

ELABORAÇÃO: Comissão de Farmácia e Terapêutica	**APROVAÇÃO:** Secretaria Municipal de Saúde
Data emissão: Julho/2026 edição 2 Maio/2023 **edição 1**	**Próxima revisão**: Julho/2027

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:5ABCEC91

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS - PALMEIRA PRRA/PR

5ª Edição

Palmeira
2026

Prefeitura Municipal de Palmeira PR

Altamir Sanson
Prefeito

Kamila Fernanda de Oliveira Sanson
Secretária de Saúde

Comissão de Farmácia de Terapêutica do Município de Palmeira -PR
Evelize Stacoviaki Rosa
Rafaela Wiegand Furmam
Victoria Mezzadri De Carvalho Baldykowski
Bruna Fernanda Venc dos Santos
Jaqueline Mioduski
Luiz Eduardo Wonsttret
Mathias Mesquita Ramos
Adilson Cordeiro
Priscila Coltro da Silva Falarz
Ygor Valencio

Colaboradores
Elenita Cristina de Lara
Karina Gonçalves de Souza
Rosilene Mattia Calixto
Meline de Freitas Hartmann
Débora caroline Reis Paul
Taylor Felipe Salamon Araujo

EDIÇÕES ANTERIORES

1ª Edição: aprovada em 24/02/2023
2ª Edição: aprovada em 28/03/2023
3º Edição: aprovada em 12/05/2023
4ª Edição: aprovada em 12/03/2025
5ª Edição: aprovada em 10/06/2026

Relação Municipal de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica do Município de Palmeira – PR

LISTADO PELO CÓDIGO ATC (CÓDIGO ANATÔMICO TERAPÊUTICO QUÍMICO)							
A – APARELHO DIGESTIVO E METABOLISMO							
CÓDIGO ATC	**DCB E CONCENTRAÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**RENAME**	**REREME**	**TERATOGENICIDADE**	**AMAMENTAÇÃO**	**OBSERVAÇÕES**
A03FA04	Bromoprida 4mg/ml	Solução oral	NÃO	NÃO	Não Classificado	Não Classificado	
A04AD01	Butilbrometo de escopolamina 10mg	Comprimido	NÃO	SIM	C	Não Classificado	
A04AD01	Butilbrometo de escopolamina 10mg/ml	Solução oral	NÃO	SIM	C	Não Classificado	
A04AD01	Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml	Solução injetável	NÃO	SIM	C	Não Classificado	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa

A12AA04	Carbonato de Cálcio 1.250mg (500 mg de cálcio)	Comprimido	SIM	SIM	A (D se usado em doses acima das necessidades diárias)	Criterioso	
A11CC05	Carbonato de Cálcio 1.250mg (500mg de cálcio) + colicalciferol 400 unidades internacionais	Comprimido	SIM	SIM	A (D se usado em doses acima das necessidades diárias)	Criterioso	
A01AB03	Clorexidina digluconato 0,12%	Solução bucal	SIM	NÃO	C	Criterioso	
A03FA01	Cloridrato de Metoclopramida 10mg	Comprimido	SIM	SIM	B	Compatível	
A03FA01	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL	Solução injetável	SIM	NÃO	B	Compatível	
A04AA01	Cloridrato de Ondansetrona 4mg	Comprimido e orodispersível	SIM	SIM	C	Criterioso	
A04AA01	Cloridrato de Ondansetrona 2mg/ml	Solução injetável	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
A10BB01	Glibenclamida 5mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular
A10BB09	Gliclazida 30mg	Comprimido de liberação prolongada	SIM	SIM	C	Contraindicado	
A02AB01	Hidróxido de Alumínio 60 a 62mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	C	Criterioso	
A11DA01	Cloridrato de tiamina 300mg	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
A10AC01	Insulina humana NPH - 100 unidades internacionais/ml	Suspensão injetável	SIM	SIM	B	Criterioso	
A10AE	Insulina análoga de ação prolongada (glargina)	Suspensão injetável	SIM	NÃO	B	Criterioso	
A10AC01	Insulina humana regular - 100 unidades internacionais/ml	Suspensão injetável	SIM	SIM	B	Criterioso	
A10BA02	Metformina 500mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular
A10BA02	Metformina 500mg	Comprimido liberação prolongada	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Programa farmácia popular
A10BA02	Metformina 850mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular
A11BA01	Vitaminas do Complexo B (B1, B3, B3, B5, B6) 2ml	Solução injetável	NÃO	NÃO	C	Não Classificado	
A11CB01	Vitamina A+D (acetato de retinol+colecalciferol) 50.000UI/mL+10.000UI/mL	Solução oral	NÃO	SIM	Não Classificado	Não Classificado	
A06AD11	Lactulose 667mg/ml	Suspensão oral	SIM	SIM	B	Criterioso	
A07AA02	Nistatina 100.000 unidades internacionais/ml	Suspensão oral	SIM	SIM	C	Compatível	
A02BC01	Omeprazol 20mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Contraindicado	
A02BC01	Omeprazol 40mg	Pó para reconstituição injetável	NÃO	NÃO	C	Contraindicado	Medicamento de uso da equipe melhor em casa
A03BA01	Sulfato de atropina 0,25 mg/ml	Solução injetável	SIM	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
A07CA	Sais para reidratação oral - Cloreto de sódio 3,5g, glicose anidra 1,5g, cloreto de potássio 2,9g, citrato de sódio diidratado 20g	Pó para solução oral	SIM	SIM	Não Classificado	Não Classificado	
B – SANGUE E ÓRGÃOS HEMATOPOÉTICOS							
A01AD05	Ácido Acetilsalicílico 100mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	
B03BB01	Ácido fólico 5mg	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
B03BB01	Ácido fólico 0,2mg/ml	Solução oral	SIM	NÃO	A	Compatível	
B01AF01	Rivaroxabana concentração 10 mg	Comprimido	NÃO	NÃO	Não Classificado	Não Classificado	
B03AB04	Hidróxido de ferro III, concentração: 20 mg/ml	Solução injetável	NÃO	NÃO	Não Classificado	Não Classificado	Dispensação conforme protocolo
B03AA07	Sulfato ferroso 5mg/mL (Ferro elementar)	Solução oral	SIM	SIM	Não Classificado	Não Classificado	
B03AA07	Sulfato ferroso 40mg (Ferro elementar)	Comprimido	SIM	SIM	Não Classificado	Não Classificado	
B01AA03	Varfarina sódica	Comprimido	SIM	SIM	X	Contraindicado	
C – APARELHO CARDIOVASCULAR							
C08CA01	Anlodipino 5mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular
C08CA01	Atenolol 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular
C07AB03	Atenolol 50mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Contraindicado	
C09AA01	Captopril 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa Programa farmácia popular
C07AG02	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C07AG02	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C07AG02	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C07AG02	Carvedilol 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
B01AC04	Clopidogrel 75 mg*	Comprimido	SIM	NÃO	B	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência
C01BD01	Cloridrato de amiodarona 200 mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Contraindicado	
C01BB01 N01BB02	Cloridrato de lidocaína 20mg/mL (2%)	Solução injetável	SIM	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso interno das estratégias de saúde
C07AA05	Cloridrato de propranolol 40mg	Comprimido	SIM	SIM	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Criterioso	Programa farmácia popular
C08DA01	Cloridrato de verapamil 80mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C01AA05	Digoxina 0,25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C01DA08	Dinitrato de isossorbida 5mg	Comprimido sublingual	SIM	SIM	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e dispensação
C01CA03	Epinefrina 1mg/mL	Solução injetável	SIM	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
C03DA01	Espironolactona 25mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	Programa farmácia popular
C03DA01	Espironolactona 100mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	
C03CA01	Furosemida 40mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular
C03CA01	Furosemida 10mg/mL	Solução injetável	SIM	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de

							emergência e uso da equipe melhor em casa
C03AA03	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Não classificado	Programa farmácia popular
C09CA01	Losartana potássica 50mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	Programa farmácia popular
C09AA02	Maleato de enalapril 10mg	Comprimido	SIM	SIM	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Criterioso	Programa farmácia popular
C09AA02	Maleato de enalapril 20mg	Comprimido	SIM	SIM	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Criterioso	
C02CA04	Mesilato de doxazosina 2mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C02AB01	Metildopa 250 mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C01DA14	Mononitrato de isossorbida 20mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
C10AA01	Sinvastatina 20mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Contraindicado	Programa farmácia popular
C10AA01	Sinvastatina 40mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Contraindicado	Programa farmácia popular
C07AB02	Succinato de metoprolol 50mg	Comprimido de liberação prolongada	SIM	SIM	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Contraindicado	
C07AB02	Tartarato de metoprolol 100mg	Comprimido	SIM	NÃO	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Contraindicado	
D – MEDICAMENTOS DERMATOLÓGICOS							
D06BB03	Aciclovir 50 mg/g (5%)	Creme	SIM	SIM	C	Compatível	
NC	Ácidos graxos essenciais	Loção oleosa	SIM	NÃO	Não Classificado	Não Classificado	
D01AC08	Cetoconazol 20mg/g (2%)	xampu	SIM	SIM	C	Criterioso	
D03BA52	Colagenase 0,6U/g (sem cloranfenicol)	Pomada	NÃO	NÃO	C	Compatível	
D04AB01	Cloridrato de lidocaína 20 mg/g (2%)	Gel	SIM	SIM	C	Criterioso	
D07AB19	Dexametasona 1mg/g (0,1%)	Creme	SIM	SIM	C (D se usado na 1ª metade da gravidez)	Criterioso	
D06AX30	Neomicina+Bacitracina 5mg+ 250UI/g	Pomada	NÃO	NÃO	C	Não Classificado	
D01AC02	Nitrato de miconazol 2% (20 mg/g)	Creme	SIM	SIM	C	Criterioso	
	Óleo mineral	Óleo para uso oral	SIM	SIM	C	Contraindicado	
	Palmitato de retinol (vitamina A) 5.000UI colecalciferol (vitamina D) 900 UI óxido de zinco 150 mg	Pomada	NÃO	NÃO	Não classificado	Não classificado	Dispensação conforme protocolo
D02AB	Pasta-d'água	Pasta	SIM	SIM	Não classificado	Não classificado	
	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%)	Creme	SIM	SIM	B	Contraindicado	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: não classificado
G – APARELHO GENITURINÁRIO E HORMÔNIOS SEXUAIS							
G03AC06	acetato de medroxiprogesterona 150mg/mL	Suspensão injetável	SIM	SIM	X	Criterioso	
G03AA05	enantato de noretisterona + valerato de estradiol 50 mg/mL + 5 mg/mL	Solução injetável	SIM	SIM	X	Criterioso	
G03AA17	Medroxiprogesterona + cipionato de estradiol 50 mg/mL + 10 mg/mL	Suspensão injetável	SIM	NÃO	X	Criterioso	
G03F	Algestona acetofenida + enantato de estradiol 150 mg/mL + 10 mg/mL	Solução injetável	SIM	NÃO	X	Criterioso	
G03CA04	estriol 1 mg/g	Creme vaginal	SIM	SIM	X	Compatível	
G03AA07	etinilestradiol + levonorgestrel 0,03 mg + 0,15 mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Criterioso	
G04CB01	Finasterida 5mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Contraindicado	
G03AC03	Levonorgestrel 0,75mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Criterioso	Caixa de emergência por dispensação via protocolo
G01AF01	Metronidazol 100mg/g (10%)	Gel vaginal	SIM	SIM	B (X se usado no 1º trimestre)	Criterioso (Pode ser contraindicado no 1º trimestre)	
G01AF04	Nitrato de miconazol 2% (20 mg/g)	Creme vaginal	SIM	SIM	C	Criterioso	
G03AC01	Noretisterona 0,35mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Criterioso	
H: Preparações hormonais sistêmicas, excluindo hormônios sexuais e insulinas							
H02AB01	Acetato de betametasona + fosfato dissódico de betametasona 3 mg/ml + 3 mg/ml	Suspensão injetável	SIM	SIM	C	Contraindicado	
H02AB02	Dexametasona 4mg	Comprimido	SIM	SIM	C (D se usado na 1ª metade da gravidez)	Criterioso	
H02AB02	Dexametasona 0,1mg/mL	Elixir	SIM	SIM	C (D se usado na 1ª metade da gravidez)	Criterioso	
H02AB02	Fosfato dissódico de dexametasona 4 mg/mL	Solução injetável	SIM	SIM	C (D se usado na 1ª metade da gravidez)	Criterioso	
H02AB06	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/mL	Solução oral	SIM	SIM	C (D se usado no 1º trimestre)	Criterioso	
H03AA01	Levotiroxina sódica 12,5microgramas	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
H03AA01	Levotiroxina sódica 25microgramas	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
H03AA01	Levotiroxina sódica 37,5microgramas	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
H03AA01	Levotiroxina sódica 50microgramas	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
H03AA01	Levotiroxina sódica 100microgramas	Comprimido	SIM	SIM	A	Compatível	
H02AB07	Prednisona 5mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Compatível	
H02AB07	Prednisona 20mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Compatível	
H03BB02	Tiamazol 5mg	Comprimido	SIM	NÃO	D	Contraindicado	
H03BB02	Tiamazol 10mg	Comprimido	SIM	NÃO	D	Contraindicado	
H02AB09	Succinato sódico de hidrocortisona 500mg	Pó para solução injetável	SIM	NÃO	C (D se usado no 1º trimestre)	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
J: Anti-infecciosos para uso sistêmico							
J05AB01	Aciclovir 200 mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Compatível	
J01CA04	Amoxicilina 50mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	B	Compatível	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01CA04	Amoxicilina 500mg	Cápsula	SIM	SIM	B	Compatível	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01CR02	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50mg/mL + 12,5mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01CR02	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500mg + 125mg	Comprimido	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe:

							Acesso
J01FA10	Azitromicina 500mg	Comprimido	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Alerta
J01FA10	Azitromicina 40mg/mL	Pó para suspensão oral	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Alerta
J01CR02	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 unidades internacionais	Suspensão injetável e pó para suspensão injetável	SIM	SIM	B	Compatível	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01DB01	Cefalexina 500mg	Comprimido e cápsula	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01DB01	Cefalexina 50mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01DD04	Ceftriaxona 500mg	Pó para solução injetável	SIM	NÃO	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Alerta
J01DD04	Ceftriaxona 1g IM/EV	Pó para solução injetável	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Alerta
J01MA02	Ciprofloxacino 500mg	Comprimido	SIM	SIM	C (D se usado no 1º trimestre)	Contraindicado	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Alerta
J01FA09	Claritromicina 500mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Alerta
J02AC01	Fluconazol 150mg	Cápsula	SIM	SIM	C (X se usado no 1º trimestre)	Compatível	
J05AH02	Fosfato de oseltamivir 30mg	Cápsula	SIM	SIM	C	Criterioso	Dispensação via protocolo
J05AH02	Fosfato de oseltamivir 45mg	Cápsula	SIM	SIM	C	Criterioso	Dispensação via protocolo
J05AH02	Fosfato de oseltamivir 75mg	Cápsula	SIM	SIM	C	Criterioso	Dispensação via protocolo
NC	Fosfomicina 5,631/8G	Sachê	NÃO	NÃO	B	Criterioso	Dispensação via protocolo
J02AC02	Itraconazol 100mg	Cápsula	SIM	SIM	C (D se usado no 1º trimestre)	Criterioso	
J01MA12	Levofloxacino dosagem 500 mg	Comprimido	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Dispensação conforme protocolo (receita com CID J15.9, J16, J17, ou J18)
J01XD01	Metronidazol 250mg	Comprimido	SIM	SIM	B (X se usado no 1º trimestre)	Criterioso (Pode ser contraindicado no 1º trimestre)	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01XE01	Nitrofurantoína 100mg	Cápsula	SIM	SIM	B	Criterioso	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01EE01	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Contraindicado	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
J01EE01	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg/mL + 8mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	C	Contraindicado	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: Acesso
M: Sistema musculoesquelético							
M05BA04	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Compatível	
M04AA01	Alopurinol 100mg	Comprimido	SIM	NÃO	C	Criterioso	
M04AA01	Alopurinol 300mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
M01AE03	Cetoprofeno 100mg	Pó para solução injetável	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
M01AB05	Diclofenaco de sódio 25mg/ml	Solução injetável	NÃO	NÃO	D	Contraindicado	
M01AE01	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	SIM	SIM	B (D se usado no 3º trimestre)	Criterioso	
M01AE01	Ibuprofeno 50mg/ml	suspensão oral	SIM	SIM	B (D se usado no 3º trimestre)	Criterioso	
N: Sistema nervoso							
N03AG01	Ácido valpróico 250mg	Cápsula	SIM	SIM	X	Criterioso	
N03AG01	Ácido valpróico 500mg	Comprimido	SIM	SIM	X	Criterioso	
N03AG01	Ácido valpróico 50mg/mL	Solução oral	SIM	SIM	X	Criterioso	
N03AF01	Carbamazepina 200mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	
N03AF01	Carbamazepina 20 mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	D	Criterioso	
N05AN01	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Contraindicado	
N03AE01	Clonazepam 2,5mg/mL	Solução oral	SIM	SIM	D	Criterioso	
N06AA09	Cloridrato de amitriptilina 25mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	
N06AA09	Cloridrato de amitriptilina 75mg	Comprimido	SIM	NÃO	D	Criterioso	
N04AA02	Cloridrato de biperideno 2mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N06AA04	Cloridrato de clomipramina 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05AA01	Cloridrato de clorpromazina 40mg/mL	Solução oral	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05AA01	Cloridrato de clorpromazina 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05AA01	Cloridrato de clorpromazina 100mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N06AB03	Cloridrato de fluoxetina 20mg	Cápsula	SIM	SIM	C (D se usado na 2ª metade da gravidez)	Criterioso	
NC	Venlafaxina 37,5mg*	Cápsula	NÃO	NÃO	C	Criterioso	
NC	Venlafaxina 75mg*	Cápsula	NÃO	NÃO	C	Criterioso	
NC	Naltrexona 50 mg*	Comprimido	NÃO	NÃO	C		
N06AA10	Cloridrato de nortriptilina 25mg	Cápsula	SIM	SIM	D	Criterioso	
N05AD01	Decanoato de haloperidol 50mg/mL	Solução injetável	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05BA01	Diazepam 5mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Contraindicado	
N05BA01	Diazepam 10mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Contraindicado	
N05BA01	Diazepam 5mg/mL	Solução injetável	SIM	NÃO	D	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
N02BB02	Dipirona 500mg/mL	Solução injetável	SIM	SIM	C	Criterioso	
N02BB02	Dipirona 500mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N02BB02	Dipirona 500mg/mL	Solução oral	SIM	NÃO	C	Criterioso	
N06AB10	Escitalopram 10mg	Comprimido	NÃO	NÃO	C (D se usado na 2ª metade da gravidez)	Contraindicado	
N03AB02	Fenitoína 100mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Criterioso	
N03AA02	Fenobarbital 100mg	Comprimido	SIM	SIM	D	Contraindicado	
N03AA02	Fenobarbital 40mg/mL	Solução oral	SIM	SIM	D	Contraindicado	
N03AA02	Fenobarbital 100mg/mL*	Solução injetável	SIM	NÃO	D	Contraindicado	Medicamento da caixa de

							emergência
N05AD01	Haloperidol 1mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05AD01	Haloperidol 5mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05AD01	Haloperidol 2mg/ml	Solução oral	SIM	SIM	C	Criterioso	
N05AD01	Haloperidol 5mg/ml	Solução injetável	SIM	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
N04BA02	Levodopa + benserazida 100 mg + 25 mg	Cápsula de liberação prolongada	SIM	SIM	C	Criterioso	
N04BA02	Levodopa + benserazida 100 mg + 25 mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N04BA02	Levodopa + benserazida 100 mg + 25 mg	Comprimido dispersível	SIM	NÃO	C	Criterioso	
N04BA02	Levodopa + benserazida 200 mg + 50 mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N04BA02	Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
N02BE01	Paracetamol 200mg/mL	Solução oral	SIM	SIM	B (D se usado em doses elevadas)	Compatível	
N02BE01	Paracetamol 500mg	Comprimido	SIM	SIM	B (D se usado em doses elevadas)	Compatível	
N06AB06	Sertralina 50mg	Comprimido	NÃO	NÃO	C (D se usado na 2ª metade da gravidez)	Criterioso	
N06AX05	Trazodona 50mg	Comprimido	NÃO	NÃO	C	Criterioso	
NC	Tramadol 50mg/mL	Solução injetável	NÃO	NÃO	C	Contraindicado	Medicamento da caixa de emergência e uso do melhor em casa
P – PRODUTOS ANTIPARASITÁRIOS, INSETICIDAS E REPELENTES							
P01AB01	Benzoilmetranidazol 40mg/ml	Susp. Oral	SIM	SIM	B	Contraindicado	RDC 20/2011 Classificação AWaRe: não classificado
P02CA03	Albendazol 40mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	D	Criterioso	
P02CA03	Albendazol 400mg	Comprimido mastigável	SIM	SIM	D	Criterioso	
P02CF01	Ivermectina 6 mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
P03AC04	Permetrina 10mg/g (1%)	Loção	SIM	SIM	C	Criterioso	
P03AC04	Permetrina 50mg/g (5%)	Loção	SIM	SIM	C	Criterioso	
R: Aparelho respiratório							
R03DA05	Aminofilina 24mg/mL	Solução injetável	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
R03BA01	Dipropionato de beclometasona 50 mcg/dose	Suspensão para inalação nasal	SIM	SIM	C	Seguro	Programa farmácia popular
R03BA01	Dipropionato de beclometasona 200 mcg/dose	Cápsula para inalação oral	SIM	SIM	C	Seguro	Programa farmácia popular
R03BA01	Dipropionato de beclometasona 250 mcg/dose	Solução aerossol	SIM	SIM	C	Seguro	Programa farmácia popular
R03BA01	Dipropionato de beclometasona 400 mcg/dose	Pó para inalação oral	SIM	SIM	C	Seguro	Programa farmácia popular
R03BB01	Brometo de ipratrópio 20 microgramas/dose	Solução para inalação oral	SIM	SIM	C	Criterioso	Programa farmácia popular e uso interno da unidade
R01AD05	Budesonida 32mcg	Suspensão para inalação nasal	SIM	SIM	C	Não classificado	
R01AD05	Budesonida 64mcg	Suspensão para inalação nasal	SIM	SIM	C	Não classificado	
R01AX10	Cloreto de sódio 0,9% (9 mg/mL)	Solução nasal	SIM	SIM	Não classificado	Não classificado	
R06AD02	Cloridrato de prometazina 25mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
R06AD02	Cloridrato de prometazina 25mg/ml	Solução injetável	SIM	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa
R06AX27	Desloratadina, concentração:0,5 mg/ml	Xarope	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Dispensação conforme protocolo
R06AX13	Loratadina 10mg	Comprimido	SIM	SIM	B	Criterioso	
R06AX13	Loratadina 1mg/mL	Suspensão oral	SIM	SIM	B	Criterioso	
R06AB02	Maleato de dexclorfeniramina 2mg	Comprimido	SIM	SIM	B	Criterioso	
R06AB02	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/ml	Suspensão oral	SIM	SIM	B	Criterioso	
R03AC02	Sulfato de salbutamol 100 microgramas/dose	Aerossol oral	SIM	SIM	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência e uso da equipe melhor em casa Programa farmácia popular
S: Órgãos sensitivos							
NC	Colírio anestésico (princípio ativo conforme viabilidade licitatória)	Solução oftálmica	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Medicamento da caixa de emergência
S01BA01	Dexametasona 1 mg/g (0,1%)	Suspensão oftálmica	SIM	SIM	Não classificado	Não classificado	
S01ED01	Maleato de timolol 5mg/mL (5%)	Solução oftálmica	SIM	SIM	C (D se usado no 2º e 3º trimestres)	Criterioso	
S01AA12	Tobramicina 3mg/ml	Solução oftálmica	NÃO	NÃO	D	Criterioso	Dispensação conforme protocolo
S02AA11	Sulfato de polimixina B + sulfato de neomicina + fluocinolona acetonida + cloridrato de lidocaína 10.000 ui/ml + 3,500 mg/ml + 0,250 mg/ml + 20 mg/ml	Solução otológica	SIM	NÃO	B	Criterioso	Uso no consultório odontológico
NC	Triancinolona Acetonida + Sulfato de Neomicina + Gramicidina + Nistatina 1mg/g + 2,5 mg/g + 0,25 mg/g + 100.000 UI/g	Pomada	NÃO	NÃO	C (D se usado no 1º trimestre)	Criterioso	Uso no consultório odontológico
NC	Tropicamida 10mg/ml (1%)	Solução oftálmica	NÃO	NÃO	Não classificado	Não classificado	Uso no consultório oftalmológico
V: Vários							
V07AB	Água para injetáveis 10ml	Solução injetável	SIM	SIM	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Agulha para caneta aplicadora de insulina	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Aplicador de pomada intravaginal	unidade	NÃO	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Benzidamina cloridrato, dosagem:1,5mg/ml	Colutório	NÃO	NÃO	Não classificado	Não classificado	Dispensação conforme protocolo
NC	Caneta reutilizável para aplicação de insulina	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo

NC	Conta gotas	unidade	NÃO	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
V03AF03	Folinato de cálcio 15mg	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
NC	Fitomenadiona 10mg/ml (vitamina k)	Solução injetável	NÃO	NÃO	C	Criterioso	Medicamento da caixa de emergência
NC	Gel lubrificante	gel	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
V06DC01	Glicose 500mg/ml (50%)	Solução injetável	SIM	NÃO	D	Não classificado	
NC	Lancetas para punção digital	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Preservativo feminino	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Preservativo masculino	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
NC	Tiras reagentes de medida de glicemia capilar	unidade	SIM	NÃO	Não classificado	Não classificado	Insumo
H*: Fitoterápicos							
NC	Espinheira-santa (*Maytenus ilicifolia Mart. ex Reissek*) 60 a 90mg taninos totais expressos em pirogalol (dose diária)	Comprimido	SIM	SIM	C	Criterioso	
NC	Guaco (*Mikania glomerata Spreng.*) 0,5 a 5 mg de cumarina (dose diária)	Solução oral	SIM	SIM	X	Contraindicado	
NC	Isoflavona-de-soja (*Glycine max (L.) Merr.*) 50 a 120 mg de isoflavonas (dose diária)	Cápsula	SIM	SIM	B	Contraindicado	

NC - não classificado
H*: classificação Herbal ATC para alguns fitoterápicos. Obs.: não confundir "H* – Herbal" com "H – Preparados Hormonais Sistêmicos, exceto Hormônios Sexuais", que é uma das divisões do Grupo Principal Anatômico (1º nível ATC/OMS).
*****Medicamentos que encontram-se em fase de processo licitatório podendo ainda não estar disponíveis para consumo.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DO USO DE MEDICAMENTOS DURANTE A GESTAÇÃO DE ACORDO COM A CATEGORIZAÇÃO POR LETRAS	
CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS DE SEGURANÇA DO MEDICAMENTO
A	Em estudos controlados em mulheres grávidas, o fármaco não demonstrou risco para o feto no primeiro trimestre de gravidez. Não há evidências de risco nos trimestres posteriores, sendo remota a possibilidade de dano fetal.
B	Os estudos em animais não demonstraram risco fetal, mas também não há estudos controlados em mulheres grávidas; ou então, os estudos em animais revelaram riscos, mas que não foram confirmados em estudos controlados em mulheres grávidas.
C	Não foram realizados estudos em animais e nem em mulheres grávidas; ou então, os estudos em animais revelaram risco, mas não existem estudos disponíveis realizados em mulheres grávidas.
D	O fármaco demonstrou evidências positivas de risco fetal humano, no entanto, os benefícios potenciais para a mulher podem, eventualmente, justificar o risco, como, por exemplo, em casos de doenças graves ou que ameacem a vida, e para os quais não existem outros fármacos mais seguros
X	Em estudos em animais e mulheres grávidas, o fármaco provocou anomalias fetais, havendo clara evidência de que o risco para o feto é maior do que qualquer benefício possível para a paciente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais Rename 2022 - RENAME. Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 60, de 17 de dezembro de 2010. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA. Relação Municipal de Medicamentos - REMUME. Douradina, 2016.

TERCEIRA REGIONAL DE SAÚDE. Relação Regional de Medicamentos Essenciais - REREME. Ponta Grossa, 2020.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:AA88F310

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.091

DECRETO Nº 2.091

"Abre crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 2.043.058,51 (dois milhões, quarenta e três mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.718, de 11 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional especial, com base em anulação parcia ou total, no valor de R$ 2.043.058,51 (dois milhões, quarenta e três mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), para criação no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL	
Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde
10.001	
Funcional Programática:	**Atividade:**
10.001.0010.0122.0006.2060	Coordenar e otimizar os serviços de saúde pública, promovendo um atendimento de qualidade à população por meio da integração

	eficiente de recursos humanos, materiais, equipamentos, financeiros, técnicos e institucionais. Garantir a implementação de políticas de saúde que priorizem a acessibilidade, a equidade e a excelência no cuidado, alinhando estratégias de planejamento e gestão para fortalecer o sistema de saúde municipal e atender às necessidades da comunidade de forma sustentável e inovadora.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
4490920000 - Despesas de exercícios anteriores	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 1.880.058,51
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.002.0004.0126.0052.2041	Manutenção do departamento de Tecnologia da Informação. Consiste na utilização da tecnologia da informação como ferramenta central para aprimorar a gestão pública em Paranaguá. O objetivo é criar um ambiente digital que otimize a prestação de serviços e fortaleça a comunicação entre a prefeitura e os cidadãos. A adoção de sistemas informatizados para a gestão de documentos e processos administrativos, visando à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência entre as secretarias. Capacitação de servidores e cidadãos para o uso das novas ferramentas, garantindo que a modernização beneficie toda a população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 62.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 2.043.058,51		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 1.880.058,51
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.002.0004.0126.0052.2041	Manutenção do departamento de Tecnologia da Informação. Consiste na utilização da tecnologia da informação como ferramenta central para aprimorar a gestão pública em Paranaguá. O objetivo é criar um ambiente digital que otimize a prestação de serviços e fortaleça a comunicação entre a prefeitura e os cidadãos. A adoção de sistemas informatizados para a gestão de documentos e processos administrativos, visando à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência entre as secretarias. Capacitação de servidores e cidadãos para o uso das novas ferramentas, garantindo que a modernização beneficie toda a população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 62.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0301.0006.2062	Garantir à população acesso universal e equitativo a serviços de saúde de qualidade, fortalecendo a Atenção Primária como porta de entrada do sistema de saúde. Estruturar e capacitar as equipes do Programa Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde, e implementar Núcleos de Apoio à Saúde da Família, promovendo ações integradas de prevenção, promoção e cuidado contínuo. Assegurar a coordenação eficiente, a humanização do atendimento e a resolutividade das demandas de saúde, priorizando a equidade, a acessibilidade e o vínculo com a comunidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
12.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.001.0004.0122.0058.2100	Essa ação visa integrar e otimizar todos os recursos - humanos, financeiros, materiais, técnicos e institucionais - para garantir o planejamento, a execução e o acompanhamento de todas as obras de infraestrutura urbana. O objetivo é assegurar que os projetos sejam realizados de forma eficiente, dentro do prazo e do orçamento, resultando em obras de alta qualidade que atendam às necessidades da população. Essa coordenação centralizada garante que cada projeto se encaixe em uma visão maior para o desenvolvimento da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 2.043.058,51		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:64FDBE23

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.092

DECRETO Nº 2.092

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 1.245.200,00 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III:

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.245.200,00 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Controladoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Controladoria Geral	
04.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
04.001.0004.0124.0050.2015	Coordenar o controle e a verificação da legalidade dos atos administrativos e financeiros da administração. Avaliar o cumprimento de metas: Verificar se as metas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e nos programas de governo estão sendo alcançados. Analisar a execução orçamentária: Avaliar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades privadas. Identificar e prevenir irregularidades: Detectar falhas, erros, fraudes, desvios e desperdícios de recursos, propondo ações corretivas e preventivas. Apoiar o controle externo: Prestar informações e subsídios aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) Propor melhorias: Elaborar e propor normas e procedimentos de controle interno, buscando aprimorar os processos de gestão, a racionalização da despesa e a eficiência na aplicação dos recursos. Assessorar o gestor: Atuar como ferramenta de apoio à administração municipal, orientando os gestores e servidores sobre as melhores práticas de gestão e a correta aplicação das normas Manutenção e aquisição de máquinas, equipamentos e materiais de expediente e demais materiais necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
06.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0004.0122.0004.2021	Esta ação foca na coordenação e supervisão estratégica de todas as atividades e projetos ligados às áreas de Cultura e Turismo do município. O objetivo é planejar, organizar, promover e executar iniciativas que valorizem e impulsionem o patrimônio cultural e turístico da cidade. Isso inclui a gestão de eventos, a criação de roteiros e a implementação de políticas que visam o desenvolvimento econômico e social, usando a cultura e o turismo como ferramentas para o progresso local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
12.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.001.0004.0122.0058.2100	Essa ação visa integrar e otimizar todos os recursos - humanos, financeiros, materiais, técnicos e institucionais - para garantir o planejamento, a execução e o acompanhamento de todas as obras de infraestrutura urbana. O objetivo é assegurar que os projetos sejam realizados de forma eficiente, dentro do prazo e do orçamento, resultando em obras de alta qualidade que atendam às necessidades da população. Essa coordenação centralizada garante que cada projeto se encaixe em uma visão maior para o desenvolvimento da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 59.000,00
Chefia de Gabinete		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
13.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
13.001.0004.0122.0057.2335	Trabalhar juntos para garantir que a imagem e as ações do Governo sejam apresentadas de forma profissional e estratégica. As ações se complementam e se concentram em eventos, relacionamento público e comunicação. -Relacionamento Institucional -Comunicação estratégica e Imagem Pública -Elaboração e Gestão de Eventos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 7.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 69.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 17.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 290.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
16.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.001.0004.0122.0039.2145	Melhorar a vida urbana, facilitando os deslocamentos e assegurando o acesso das pessoas às suas casas, ao trabalho, aos serviços de lazer, de maneira confortável, segura, eficiente e acessível; Executar o controle e a manutenção dos serviços de iluminação pública, incluindo projetos de ampliação; Promover a execução da política de ordenamento e disciplinamento dos transportes; Desenvolver as políticas, formalizar e gerir concessões para transporte de massa; Elaborar estudos tarifários sobre serviços de transporte público de massa e de táxi, para fixação de suas tarifas; proteção, defesa e direito dos animais.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 420.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 102.000,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
17.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
17.001.0004.0122.0060.2155	A Ilha dos Valadares, com suas características únicas, exige uma gestão pública descentralizada e eficiente. Esta ação busca otimizar a administração dos serviços públicos na ilha, garantindo que as necessidades dos moradores sejam atendidas de forma mais rápida e próxima. A principal meta é estabelecer uma coordenação administrativa local para centralizar e agilizar o atendimento, evitando que os moradores precisem se deslocar para o centro de Paranaguá para resolver questões administrativas. O órgão será o ponto focal para a comunicação com a comunidade, agindo como um elo entre a população e as secretarias.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
18.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.001.0008.0122.0053.2170	Manter e promover o desenvolvimento das atividades administrativas do órgão gestor da política de Assistência Social, visando a eficiência e a efetividade na execução desta política pública. Atuar em parceria com as diferentes políticas públicas, reforçando o caráter protetivo da atuação da esfera estatal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Esportes e Juventude		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
19.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
19.001.0027.0122.0013.2190	Planejamento, organização, promoção e controle de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento de esporte do Município. Campeonatos realizados; transportes contratados; premiação adquirida, equipamentos diversos adquiridos, aquisição de veículos, mobiliários e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria; dentre outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.500,00
3390140000 - Diárias - civil	01045 - Outros Recursos não Vinculados	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
20.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.001.0006.0122.0023.2200	Proporcionar segurança efetiva e continua aos cidadãos, promovendo ações de prevenção ao crime, sempre em defesa da população. Desenvolver políticas de educação, segurança e fiscalização de trânsito, conferidas ao município, nos termos do Código de Trânsito brasileiro. Colaborar de forma integrada com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas que contribuam com a paz social. Desenvolver políticas públicas de prevenção primária à violência e criminalidade, podendo ser em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, com outros municípios ou com os demais órgãos das esferas estadual e federal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.100,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
22.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.001.0011.0122.0029.2216	Planejamento, organização, promoção e execução e controle de projetos e atividades voltadas a geração de emprego e renda no Município de Paranaguá. Aquisição de bens serviços materiais, mobiliários, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.500,00
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
27.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
27.001.0004.0122.0011.2324	O objetivo desta ação é estimular o crescimento econômico de Paranaguá, criando um ambiente favorável para o setor privado. A meta é ir além do apoio às empresas já existentes, atuando de forma estratégica para atrair novos investimentos que gerem empregos, aumentem a receita municipal e diversifiquem a economia local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 113.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.100,00
Secretaria Municipal de Inclusão		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
28.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
28.001.0004.0122.0030.2300	Ampliar a acessibilidade e o respeito à diversidade de pessoas com deficiência: Intelectual, física, visual, auditiva, e deficiência múltipla, sindrome de Dow, Transtorno global do desenvolvimento entre outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.500,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.245.200,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	
Secretaria Municipal de Esportes e Juventude	
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário
19.001	
Funcional Programática:	**Atividade:**

19.001.0027.0122.0013.2190	Planejamento, organização, promoção e controle de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento de esporte do Município. Campeonatos realizados; transportes contratados; premiação adquirida, equipamentos diversos adquiridos, aquisição de veículos, mobiliários e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria; dentre outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01045 - Outros Recursos não Vinculados	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
09.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
09.001.0004.0123.0056.2050	Esta ação envolve a assessoria direta ao Prefeito em todas as questões financeiras do município. O objetivo é garantir uma gestão completa, que vai desde o controle rigoroso de receitas e despesas até a supervisão eficiente da contabilidade. Além disso, a ação abrange a gestão administrativa da Secretaria, assegurando que os processos internos, a alocação de pessoal e os recursos operacionais estejam alinhados aos objetivos fiscais. Este papel central é crucial para a tomada de decisões, fornecendo análises precisas e dados confiáveis que garantem a transparência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.225.200,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 1.245.200,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E781DF8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 41/2026 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO E REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL 27654/2026) REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 41/2026
(PRORROGAÇÃO DO PRAZO E REAJUSTE DE VALORES)
(PROCESSO DIGITAL 27654/2026)

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

1º (primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa QUALITY ACESSÓRIOS LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5 PR, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.

CONTRATADA: QUALITY ACESSÓRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.315.653/0001-30, estabelecida à Rua Serra da canastra, 32 Sala 2,3,4 Londrina Estado do Paraná, CEP 86.065-160, e-mail qualitylicitacao24@gmail.com, neste ato representada pela Srª **ELAINE GUARNIERI**, inscrita no CPF 854.461.819-72, doravante denominada **contratada** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

•
Aquisição de Coletes e Capas de Chuva para Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Paranavaí, visando garantir proteção individual adequada durante as atividades de campo realizadas em condições climáticas adversas e com baixa visibilidade.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Marca	Valor Total Estimado	Valor Unitária Estimado
1	COLETE PADRÃO DEFESA CIVIL: Em Rip Stop na Cor Laranja e Azul Royal com Bordados (Peito e Costas) e Faixas Refletivas (Peito e Costas). Tamanhos diversos (do P ao G4).	UND	100	Própria	R$ 98,80	R$ 9.880,00
2	CAPA CHUVA - Impermeável em Nylon Emborrachado. Tamanhos diversos (do P ao G4).	UND	100	Própria	R$ 127,80	R$ 12.780,00
3	COLETE OPERACIONAL: Na cor Azul Marinho, em Rip Stop, com Bordados	UND	10	Própria	R$ 98,80	R$ 988,00

	(Peito e Costas) e Faixas Refletivas (Peito e Costas) na cor Laranja. Tamanhos diversos (do P ao G4).					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços, objeto, por mais 06 (seis) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para **20 de fevereiro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 41/2025, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando nº 610/2025 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRA – FONTE DE RECURSOS

13.002.06.181.0015.2026.333903028 (509)
07.002.08.245.0007.2645.3390302800 (1008)

CLÁUSULA QUARTA– DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 41/2025), datado de 20 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 20 DE AGOSTO DE 2026.

ADEMIR GIANDOTI JUNIOR
Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Asistencia Social, Mulher e Família

ELAINE GUARNIERI
Representante da Empresa Quality Acessórios LTDA
Contratada

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:756C5C48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025
(Reajuste de Valor)
(Processo Digital IPM nº 45853/2025)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº **76.977.768/0001-81**, neste ato representado por delegação pela Ilma Secretária Municipal de Educação, Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora do CPF sob nº 025.577.729-92 e RG 6.838.688-8, residente e domiciliada nesta cidade; Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170-3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719-03; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 005.538.459-50 e Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços para eventual contratação de serviços de decoração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de: Educação, Saúde, Assistência Social e Fundação Cultural.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,09846%** referente variação do INPC-IBGE no período de AGOSTO/2025 a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 09/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 09/2025 passa a ser de: **R$ 181.194,10 (cento e oitenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e dez centavos)** .

Fornecedor: **DDM LOCAÇOES LTDA**				
Item	Especificação	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de decoração pequena, com ornamentação com temas a escolher, com no mínimo 300 balões, sendo os balões a serem utilizados deverão coloridos ou metálicos, com as cores que serão escolhidas de acordo com o tema. Painéis redondos ou com placas geométricas, diversos formatos. Com tecido com	132	R$ 831,71	R$ 109.785,72

	a quantidade aproximada de no mínimo 1,5 x 1,5 metros e no máximo 4,00 x 2,5 metros, podendo ser Jacquard e/ou Oxford, com cores a escolher dependendo do tema, ou com forração com estampa temática na medida exata dos painéis. Alguns exemplos de temas infantis a serem escolhidos: Arca de Noé, Bailarinas, Disney, Animais da Floresta, Turma da Mônica, As Letrinhas, Numerais, Fundo do Mar, Circo, Halloween, Zoológico, Palhaços, Dinossauros, Pequeno Príncipe, Sereias, Marinheiros, Fazendinha, Caipira, Universo/Astronautas, mágico, entre outros.			
5	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de arranjo de flores artificiais, tamanho grande para colocação no chão, sendo flores e cores a escolher de acordo com o evento, devendo conter aproximadamente duas dúzias de flores em cada arranho, mais a folhagem necessária para acabamento, podendo ser acomodado em vasos ou na forma de arranjo com argila.	78	R$ 168,53	R$ 13.145,34
6	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de arranjo de flores artificiais, tamanho médio para colocação em mesas, sendo flores e cores a escolher de acordo com o evento, devendo conter aproximadamente uma dúzia de flores em cada arranho, mais a folhagem necessária para acabamento, podendo ser acomodado em vasos ou na forma de arranjo com argila.	132	R$ 164,15	R$ 21.667,8
12	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de decoração pequena, com ornamentação com temas a escolher, com no mínimo 300 balões, sendo os balões a serem utilizados deverão coloridos ou metálicos, com as cores que serão escolhidas de acordo com o tema. Painéis redondos ou com placas geométricas, diversos formatos. Com tecido com a quantidade aproximada de no mínimo 1,5 x 1,5 metros e no máximo 4,00 x 2,5 metros, podendo ser Jacquard e/ou Oxford, com cores a escolher dependendo do tema, ou com forração com estampa temática na medida exata dos painéis. Alguns exemplos de temas infantis a serem escolhidos: Arca de Noé, Bailarinas, Disney, Animais da Floresta, Turma da Mônica, As Letrinhas, Numerais, Fundo do Mar, Circo, Halloween, Zoológico, Palhaços, Dinossauros, Pequeno Príncipe, Sereias, Marinheiros, Fazendinha, Caipira, Universo/Astronautas, mágico, entre outros.	44	R$ 831,71	R$ 36.595,24
Valor total de: R$ 181.194,10				

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025), datada de 07 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

WANESSA DURANTE
Secretaria Municpal de Educação

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor:

Empresa: **DDM LOCAÇOES LTDA**
CNPJ: 33.570.917/0001-80
Endereço: Av. José Felipe Tequinha nº 1583, Jardim Oasis, CEP 87.703-630, cidade de Paranavaí, estado do Paraná.
Fone: (44) 99822 6063
E-mail: CAROLINEGA.ALMEIDA@GMAIL.COM adm.ddmlocacoes@gmail.com
Nome do Representante: **CAROLINE GALVÃO DE ALMEIDA DOS SANTOS**
CPF: 090.295.909-39

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:196A4786

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.971/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27971 de 19 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade Orçamentária: 12.001 (1497)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (722)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:** Manutenção do Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (590)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 90.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1322)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 165.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1498)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (731)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:** Manutenção do Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (588)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 90.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.003 (1374)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.003.0018.0541.0012.2152	**Atividade:** Atividades de Convênios c/ Estados e União	

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 165.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:322D551C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 210/2026 – DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N.º 210/2026 – de 20 de Agosto de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Cirlei Silveira Michaelsen	01/09/2026	05/09/2026	4	R$ 228,20	R$ 912,80	Foz do Iguaçu/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria

								de Administração
Cleverson Marques da Cruz	15/08/2026	15/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Ponta Grossa/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração
Deisi Rabuske Schelenz	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 20 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:0EEA93FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 211/2026 – DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N.º 211/2026 – de 20 de Agosto de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Roselei dos Santos Matte	27/07/2026	27/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
José Rubens de Lima	14/08/2026	14/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	14/08/2026	14/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	14/08/2026	14/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	OROCH TAZ 7G84	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	14/08/2026	14/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VWMASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	15/08/2026	15/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	15/08/2026	15/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Acacia Patricia Stuck	16/08/2026	16/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
José Carlos Machado	16/08/2026	16/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	AMBULANCIA TBC 0H10	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	17/08/2026	17/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VWMASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	18/08/2026	18/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN BAH 8569	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	18/08/2026	18/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	18/08/2026	18/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Pato Branco/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	18/08/2026	18/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	AMBULANCIA TBC 0H10	Transporte de Pacientes
José Rubens de Lima	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	OROCH TAZ 7G84	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN BAH 8569	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VWMASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Paço Municipal, 20 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:BB9057E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024
2º ADITIVO AO CONTRATO DE TELEFONIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E TIM S/A.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado **O MUNICÍPIO DE PIÊN**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, centro, Piên-PR, neste ato representada por seu titular Exmo. Sr. Prefeito, **MAICON GROSSKOPF**, casado, diagramador, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.xxx.049-xx doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **TIM S/A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.421.421/0001-11, com endereço na Av. João Cabral de Mello Neto, 850, BLC 01- Salas 501 a 1208, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22775-057, fone: (41) 99913-2015, e-mail: jpedsantos@timbrasil.com.br; neste ato representado pela Sra. **Monique Ibrahim Martins Leão**, inscrita no CPF sob nº 080.xxx.007-xx, e-mail mleao@timbrasil.com.br e **Umberto Napolitano** inscrito no CPF sob nº 719.xxx.641-xx, e-mail unapolitano@timbrasil.com.br doravante

denominado simplesmente **CONTRATADO,** resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 083/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência fica prorrogado em mais 12 (Doze) meses a partir de 21/08/2026.

Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação ora ajustada, o contrato fica acrescido em R$ 111.225,24 (cento e onze mil e duzentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos) já considerando o INPC conforme tabela abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT MENSAL	VALOR UNITÁRIO	INPC (agosto/25 a julho/26)	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO A PARTIR DE 21/08/26	QUANT. TOTAL PARA 12 MESES
1	Contas com pacote de dados mínimo 5 GB	28	R$ 61,81	4,10%	R$ 64,34	336
2	Contas com pacote de dados mínimo 10 GB	43	R$ 102,91	4,10%	R$ 107,13	516
3	Contas com pacote de dados mínimo 20 GB	11	R$ 249,82	4,10%	R$ 260,06	132

Cláusula Terceira: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:7EFB7CCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA N° 13/2026 Processo Administrativo nº 86/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e serviços de recuperação de veículo Chevrolet Spin, incluindo funilaria, pintura e montagem

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

CESAR HENRIQUE DE LARA 07583371910 – CNPJ: 48.474.119/0001-22						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	13984	Peças para reparo automotivo: Fornecimento de peças para reparo de veículo Chevrolet Spin, incluindo capô, painel frontal, para-choque dianteiro, travessa, suporte do radiador, farol dianteiro esquerdo, para-lama dianteiro esquerdo, grade do para-choque, defletores superior e inferior e guia do para-choque dianteiro esquerdo, originais ou de primeira linha compatíveis com o veículo.	1,00	Unidade	12.500,00	12.500,00
2	13985	Serviços de funilaria e pintura automotiva: Prestação de serviços de funilaria, alinhamento estrutural, recuperação, desmontagem e montagem, pintura automotiva, acabamentos e guincho, incluindo toda a mão de obra e insumos necessários para o reparo do veículo.	1,00	Serviços	6.400,00	6.400,00
TOTAL 18.900,00						

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais).

Pinhal de São Bento-PR, 20 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:42B743FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PLANALTO E DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA**, neste ato representada pela Administradora a Sra. **ITELVINA FATIMA CANEI,** resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Contrato Administrativo nº 277/2025, firmado em 30 de julho de 2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar da rede municipal de educação infantil, ensino fundamental e educação especial do Município de Planalto/PR, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude do comum acordo entre as partes e da necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 277/2025, ficam alterados os valores unitários dos itens constantes da Cláusula Primeira (Do Objeto), mediante reequilíbrio de preços, conforme planilha demonstrativa abaixo. O presente reequilíbrio representa um acréscimo de R$1.877,80 (um mil, oitocentos

e setenta e sete reais e oitenta centavos) sobre o valor originalmente contratado, passando o valor global do contrato de R$ 35.854,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 37.731,80 (trinta e sete mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta centavos), produzindo efeitos a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo.

Item	Objeto	Quant	Un	Valor Unit.	Valor Reajuste	Valor Da Diferença	Valor Total
20	FEIJÃO CARIOCA Tipo 1	600	KG	6,47	8,99	2,52	1.512,00
21	FEIJÃO PRETO Tipo 1 isento de matéria terrosa, parasita, detritos animais e vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, chochos, imaturos, manchados, chuvados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade. Embalagem em pacotes de 1kg de polietileno transparente atóxico e resistente. Máximo de impurezas de 0,5% e umidade máxima de 15%. Na porção de 100g aproximadamente, 60g de carboidratos, 21g de proteínas e 1g de lipídios. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto. Na embalagem deverá conter data de embalagem e validade. Validade mínima de 6 meses.	1180	KG	5,68	5,99	0,31	365,80
TOTAL							**1.877,80**

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado a importância de R$ 37.731,80 (trinta e sete mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ITELVINA FATIMA CANEI
Distribuidora Tio Ivo LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10036363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:882DAB7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13624/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13624/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$586.390,00 (quinhentos e oitenta e seis mil e trezentos e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.302.0055.2.137		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA 24H	
609 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	586.390,00
Total Suplementação:			586.390,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

12.001.10.122.0052.1.022		CONSTRUCAO, REFORMA, AMPLIACAO DOS PROPRIOS DA SAUDE	
504 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALACOES	250,00
12.001.10.122.0052.2.126		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
507 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	90,00
508 - 3.1.90.92.00.00	303	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	90,00
509 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	5.000,00
510 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	1.800,00
511 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	130,00
512 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	90,00
513 - 3.3.90.33.00.00	303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.000,00
514 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	90,00
515 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.000,00
518 - 3.3.90.47.00.00	303	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.000,00
519 - 3.3.90.49.00.00	303	AUXILIO-TRANSPORTE	5.000,00
520 - 3.3.90.92.00.00	303	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	40.000,00
521 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	900,00
12.001.10.122.0052.2.127		QUALIFICACAO DA GESTAO DO SUS	
523 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	450,00
524 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
525 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	400,00
526 - 3.3.90.33.00.00	303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	90,00
527 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	90,00
528 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90,00
12.001.10.301.0053.2.129		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENCAO	
Redução			
		BASICA	
534 - 3.1.90.04.00.00	303	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	90,00
537 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	90,00
538 - 3.1.90.92.00.00	303	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	90,00
539 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	10.000,00
540 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	10.000,00
541 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	180,00
542 - 3.3.90.33.00.00	303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	900,00
543 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	3.500,00
545 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	190,00
546 - 3.3.90.40.00.00	303	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	420,00
548 - 3.3.90.49.00.00	303	AUXILIO-TRANSPORTE	380,00
549 - 3.3.90.92.00.00	303	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.500,00
550 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.300,00
551 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.700,00
12.001.10.301.0053.2.130		AMPLIACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SAUDE BUCAL	
552 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	1.900,00
553 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	180,00
554 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	900,00
556 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
557 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200,00
12.001.10.301.0053.2.131		GARANTIR ACOES E POLITICAS DE PROMOCAO DA SAUDE	
558 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	1.400,00
559 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	29.500,00
561 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	490,00
12.001.10.301.0053.2.147		MANUTENCAO DAS ACOES DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	
563 - 3.1.90.04.00.00	303	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	900,00
12.001.10.302.0054.2.132		MANUTENCAO DOS SERVICOS ESPECIALIZADOS	
570 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	900,00
571 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	900,00
574 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	900,00
577 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	18.500,00
579 - 3.3.90.48.00.00	303	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	900,00
12.001.10.302.0054.2.133		MANUTENCAO DOS SERVICOS DO CAPS E AMBULATORIO DE SAUDE MENTAL	
584 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	900,00
12.001.10.302.0054.2.134		MANUTENCAO DOS SERVICOS NO NUCLEO DE NEURODIVERSIDADE/NUCLEO TEA	
588 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	1.500,00
Redução			
591 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	220,00
12.001.10.302.0054.2.135		MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS DA POLICLINICA	
593 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	1.600,00
594 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	11.500,00
597 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900,00
12.001.10.302.0054.2.136		MANUTENCAO DOS SERVICOS DO CENTRO DA CRIANCA E DA MULHER	
598 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	19.500,00
599 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	29.500,00
601 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.500,00
12.001.10.302.0055.2.137		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA 24H	
605 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	9.900,00
607 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL	3.100,00
		DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	
608 - 3.3.90.37.00.00	303	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.400,00
612 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	900,00
613 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
12.001.10.302.0055.2.138		MANUTENCAO DOS SERVICOS DO SAMU	
614 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	4.900,00
615 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
616 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900,00
12.001.10.303.0056.1.024		CONSTRUCAO, REFORMA, E AMPLIACAO DA FARMACIA CENTRAL E ALMOXARIFADO	
617 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALACOES	900,00
12.001.10.303.0056.2.139		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
618 - 3.1.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	900,00
621 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	900,00
622 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	900,00

624 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	500,00
625 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
626 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	100.000,00
628 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00
630 - 3.3.90.40.00.00	303	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	90,00
632 - 3.3.90.48.00.00	303	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	900,00
634 - 3.3.90.92.00.00	303	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	900,00
635 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	900,00
12.001.10.303.0056.2.140		CAPACITACAO E EDUCACAO PERMANENTE DE PROFISSIONAIS DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
637 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	900,00
638 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	900,00
640 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	900,00
Redução			
641 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900,00
12.001.10.304.0057.2.142		MANUTENCAO DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS	
652 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	90,00
653 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	90,00
654 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	90,00
656 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90,00
12.001.10.305.0058.2.145		CAPACITACAO E EDUCACAO PERMANENTE PARA AS EQUIPES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
673 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	900,00
674 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	900,00
676 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	900,00
12.001.10.306.0059.2.146		ATIVIDADES DE VIGILANCIA NUTRICIONAL	
677 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	950,00
678 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	5.200,00
Total Redução:			586.390,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3C5EEC54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13625/2026 DE 19/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13625/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$112.920,00 (cento e doze mil e novecentos e vinte reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	
09.001.18.542.0025.2.069		ACOES PARA A REDE DE PROTECAO ANIMAL	
316 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	112.920,00
		Total Suplementação:	112.920,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	
09.001.18.541.0020.1.070		SISTEMA DE GERACAO FOTOVOLTAICA-ITAIPU BINACIONAL-PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA	
291 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.990,00
09.001.18.541.0020.2.034		GERENCIAMENTO AMBIENTAL	
300 - 3.3.90.35.00.00	1000	SERVICOS DE CONSULTORIA	59.990,00
301 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.990,00
09.001.18.541.0021.2.035		CONSCIENTIZACAO AMBIENTAL	
312 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.990,00
09.001.18.542.0025.2.069		ACOES PARA A REDE DE PROTECAO ANIMAL	
313 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.990,00
314 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	4.990,00
315 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	990,00
09.002		DEP DE RESIDUOS SOLIDOS E AREAS	
		DEGRADADAS	
09.002.18.542.0023.1.040		CONSTRUCAO, REF., ADEQUACAO DA USINA DE RECICLAGEM DE RESIDUOS SOLIDOS	
317 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	19.990,00
		Total Redução:	112.920,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:53FF7C57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 033/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº033/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MINERAÇÃO BATEIAS LTDA**, inscrita sob CNPJ 82.618.810/0001-70, estabelecida na Rua Jerônimo Durski, nº374, Ouro Verde II, CEP 83.606-220, Campo Largo, Estado do Paraná, representada por **GRAZIELI FERNANDA PIANARO**, inscrita no CPF n° XXX.680.519-XX e portadora da cédula de identidade Civil RG: XX31.16XX SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para aquisição de saibro a ser retirado na saibreira e utilizados na manutenção de estradas vicinais do Município de Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Fornecimento de saibro (Cascalho) o transporte fica sob responsabilidade do Município (COTA PRINCIPAL)	M³	3.750	R$ 31,98	R$ 119.925,00
02	Fornecimento de saibro (Cascalho) o transporte fica sob responsabilidade do Município (COTA RESERVA)	M³	1.250	R$ 31,98	R$ 39.975,00
TOTAL					R$ 159.900,00

Obs: O fornecimento deverá obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026.

2. O recebimento, a verificação de documentos, a inspeção visual do material, deverá ser executado por funcionário do município de Porto Amazonas.

3. O intervalo de retirada dos materiais, deverá ser, obrigatoriamente, sob demanda, sendo que as retiradas poderão ser solicitadas a partir do início da vigência da ata de registro de preços e da entrega da nota de empenho.

4. A não aprovação de qualquer material terá efeito suspensivo no que se refere ao prazo máximo para recebimento provisório, até que a Contratada providencie a solução do problema (substituição), num prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

5. Na nota fiscal-fatura relativa à remessa entregue, entre outras informações deverão constar: referência explícita e acorde com o Contrato Administrativo decorrente deste processo licitatório; descrição mais completa possível do material; quantidades; preços unitários e total; número da Nota de Empenho; número do contrato e licitação, banco, número da agência e da conta corrente para pagamento.

6 O gestor da ata será o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Rubens de Paula Seguro, conforme portaria nº 012/2025. A fiscalização ficará a cargo da servidora Camila Portela, conforme designação da Portaria Municipal nº 012/2025.

7 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$159.900,00 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2027.

8 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

9 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

10 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 017/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

11 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 20/08/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MINERAÇÃO BATEIAS LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:C99AF93D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11895/2026 DE 20/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 360.999,72 (trezentos e sessenta mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administração, Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
17- 3.3.90.33.00.00	01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.779,54
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.302.0031.2.081.	Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
279 - 3.3.90.30.00.00	01303 MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
280 - 3.3.90.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	278.356,56
281 - 3.3.90.40.00.00	01303 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17.863,62
	Total Suplementação:	**360.999,72**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.122.0022.2.227.	Ações para Gestão de Terceirização da Secretaria Municipal de Saúde	
194 - 3.3.90.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	356.220,18
08.000.00.000.0000.0.000.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
08.001.02.062.0013.2.084.	Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município	
314 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.779,54
	Total Redução:	**360.999,72**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D522570E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS							
CONTRATO 2026	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
124	MICROTECNICA INFORMATICA LTDA	Inexigibilidade nº 25/2026	AQUISIÇAO DE FOGÕES INDUSTRIAIS,	14/08/2026	14/08/2026	14/08/2027	R$ 6.860,18
125	DO BEM EDUCACAO LTDA	Inexigibilidade nº 24/2026	AQUISIÇÃO DO KIT CIENTISTAS NA CAIXA	13/08/2026	17/08/2026	17/08/2027	R$ 66.483,00

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:1882159F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 233/2026

PORTARIA N° 233/2026

O Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos Arts. 105 a 111 da Lei Municipal nº. 419/98,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais:

NOME	Período aquisitivo		Período concessivo	
Amauri De Oliveira	25/04/2024	24/04/2025	13/07/2026	01/08/2026
Andressa Fornazari Hessel	17/07/2025	16/07/2026	20/07/2026	18/08/2026
Angela Jacomel Melechenko	19/07/2024	18/07/2025	27/07/2026	15/08/2026
Carla Stefhany De Oliveira	01/04/2024	31/03/2025	27/07/2026	15/08/2026
Daniele Mendes Belniak	06/03/2025	05/03/2026	15/07/2026	13/08/2026
Edinaldo Cesar Mendes	15/06/2023	14/06/2024	13/07/2026	01/08/2026
Euerica Ribas Batista Duarte	03/12/2024	02/12/2025	27/07/2026	15/08/2026
Fabiane Pires Da Silva Seixa	01/07/2025	30/06/2026	13/07/2026	11/08/2026
Isabelle Dos Santos Haus	01/07/2025	30/06/2026	13/07/2026	01/08/2026
Juliana Cristina Gavlak Taborda	01/07/2025	30/06/2026	14/07/2026	12/08/2026
Juliana Ruvinski Deda	01/12/2024	30/11/2025	13/07/2026	01/08/2026
Lilian Gomes Leite Da Silva	05/05/2025	04/05/2026	13/07/2026	11/08/2026
Maria Cristina De Araujo Neves	08/08/2025	31/07/2026	16/03/2026	04/04/2026
Maria Franciani Krupa Cantele	22/08/2024	21/08/2025	13/07/2026	11/08/2026
Mateus Felipe De Moura	16/02/2025	15/02/2026	27/07/2026	15/08/2026
Oedson Roberto Cordeiro Mika	14/04/2024	13/04/2025	08/07/2026	27/07/2026
Otavio Alves De Lima Menezes	01/07/2025	30/06/2026	13/07/2026	01/08/2026
Rafael Eutvos	16/05/2025	15/05/2026	13/07/2026	01/08/2026
Rosane Costenario	02/05/2024	01/05/2025	20/07/2026	08/08/2026
Tereza Mika Rautte	12/02/2025	11/02/2026	13/07/2026	01/08/2026

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.
Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA ANTONIO IARGAS
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Des. Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:BAB51CFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PROCESSO SELETIVO MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2025 EDITAL Nº24/2026 CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

O Prefeito de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e Lei Municipal n. 1.152 de 15 de dezembro de 2021, e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Testes Seletivos, nomeada através da Portaria nº **131/2025**:

RESOLVE

1º - CONVOCAR os seguintes candidatos classificados conforme Edital de Homologação 05/2026 para assumirem as respectivas vagas no Processo Seletivo Nº01/2025.

PROFESSOR LICENCIADO OU EM FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA (SEDE/COPEL)

N	NOME	NASC.	GR	PG	ME	DR	CA	TS	PT
60	FRANCIÉLI DE FÁTIMA MORAIS RAMOS	19/09/1988	30	0	0	0	15	2	47

Os(as) Candidatos(as) acima convocados(as), deverão comparecer munidos dos documentos abaixo relacionados, no Departamento de Recursos Humanos, do Município de Reserva do Iguaçu, no período de **21/08/2026 a 27/08/2026, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.**

FASE II – CONTRATAÇÃO CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DE VAGA

CÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS

1-Cédula de Identidade;

2-CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física;

3-Registro no Conselho de Classe (de acordo com o cargo);

4-Certidão de Casamento ou Escritura de União Estável (se casado/convivente) ou certidão de nascimento;

5-Certidão de Nascimento dos dependentes (se possuir);

6-CPF dos dependentes;

7-Certificado de escolaridade/diploma/histórico escolar;

8-Certificado Militar (para homens);

9-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

10-Título de Eleitor;

11-Comprovante de Conta Bancária (CRESOL);

12-Comprovante de residência. (água, luz, internet, atualizado);

13 – CTPS Carteira de Trabalho.

14 - Declaração de não acumulação remunerada de cargo público, excetuando-se os casos estabelecidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, bem como funções ou empregos, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público, na forma do disposto no art. 37, inciso XVII, da Constituição Federal. **(ANEXO I DO PRESENTE EDITAL)**

15 – Atestado De Saúde Ocupacional – Aso (Exame Admissional) **

**Exames necessários para cada cargo:
Professor Licenciado ou em Formação em Pedagogia: Exame clínico.
OBS: É necessário que o exame seja feito por um MÉDICO DO TRABALHO

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Reserva do Iguaçu/PR, 21 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito de Reserva do Iguaçu - PR

Comissão Organizadora de Testes Seletivos Município de Reserva do Iguaçu - PR

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO para fins de posse no emprego público de _____, na Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, **QUE NÃO EXERÇO** qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.
DECLARO, outrossim, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos Arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse.
DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar de que trata a Lei Complementar nº 04/1991.
DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

Reserva do Iguaçu - PR, _____de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:9AB7BC3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 259/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N°.259/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: SOLANGE OLIVEIRA BAPTISTA	CPF: 030.775.299-20
Função: ENFERMEIRA ESF.	Unidade de Lotação: USF FLORIDA DE OLIVEIRA
Município de destino: CURITIBA	

Local do Evento: HOTEL ALTA REGGIA - RUA DR. FAIVRE, 864, CENTRO - CURITIBA/PR.						
Saída: 24/08/2026	Chegada: 28/08/2026					
Motivo do Deslocamento:						
CURSO DE FORMAÇÃO EP+ GRUPO (ENFRENTANDO PROBLEMAS + EM GRUPO).						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:05	Valor Unitário da Diária: R$450,00					
N° Diárias sem Pernoite: 00	Valor Unitário da Diária: R$					
Valor Total das Diárias: R$ 2.250,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 17 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:4F57B7F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 260/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°.260/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: EDINEI PORTO DE ALMEIDA	CPF: 882.539.615-53					
Função: FARMACÊUTICO	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAÚDE ANA CLARA TABORDA					
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOTEL ALTA REGGIA - RUA DR. FAIVRE, 864, CENTRO - CURITIBA/PR.						
Saída: 24/08/2026	Chegada: 28/08/2026					
Motivo do Deslocamento:						
CURSO DE FORMAÇÃO EP+ GRUPO (ENFRENTANDO PROBLEMAS + EM GRUPO).						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:05	Valor Unitário da Diária: R$450,00					
N° Diárias sem Pernoite: 00	Valor Unitário da Diária: R$					
Valor Total das Diárias: R$ 2.250,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 17 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:7B9146F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2026 - COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021.

O Município de Rio Branco do Sul - PR, através do seu Agente de Contratação e em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Contratação de empresa para **"Contratação de empresa para oferta de seguro veicular para 9 veículos, com estabelecimento de contrato para 6 meses considerando a necessidade de atender às demandas da Administração Pública Municipal, bem como garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos ofertados**

pela Secretaria de Saúde.", podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.
Tabela do Objeto:

ITEM	OBJETO	VEICULO	codigo	qtd.	ANO/MODELO	CHASSI	QUANTIDADE/PERIODO SEGURO	COTAÇÃO PORTO SEGURO
1	SEGURO TOTAL	KWID ZEN 2	27659	1	2026/2026	93YRBB005TJ560415	6	**R$ 1.650,81**
2	SEGURO TOTAL	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO	27660	1	2026/2026	935CNFCA6TB559760	6	**R$ 1.660,14**
3	SEGURO TOTAL	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO	27661	1	2026/2026	935CNFCA0TB559771	6	**R$ 1.660,14**
4	SEGURO TOTAL	RENAULT/MASTER REV AMBP3	27662	1	2026/2026	93YF62S0XTJ331751	6	R$ 2.599,73
5	SEGURO TOTAL	MASTER GRANDE FURGÃO 2.3 16V L2H2	27663	1	2025/2026	93YF62S06VJ539192	6	R$ 2.599,73
6	SEGURO TOTAL	RENAULT MASTER L3H2 VITRE (FURGÃO ADAPTADO)	27664	1	2026/2026	NÃO POSSUI AINDA	6	R$ 2.246,73
7	SEGURO TOTAL	FIAT FIORINO ENDURANCE 1.3 FLEX- 0KM	27665	1	2026/2026	NÃO POSSUI AINDA	6	R$ 2.080,97
8	SEGURO TOTAL	MONTANA 1.2 TURBO CHEVROLET- 0KM	27666	1	2026/2026	NÃO POSSUI AINDA	6	R$ 2.266,40
9	SEGURO TOTAL	MONTANA 1.2 TURBO CHEVROLET- 0KM	27667	1	2026/2026	NÃO POSSUI AINDA	6	R$ 2.266,40
VALOR								**R$ 19.031,05**

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **26/08/2026.**

A proposta de Preços deverá ser entregue no Departamento de Compras e Licitações no endereço da Sede da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, situada na Rua Horacy Santos, n.º 222, centro, CEP 83.540-001, Rio Branco do Sul – PR, no horário de 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, em dias uteis ou pelo e-mail: arion.cristo@riobrancodosul.pr.gov.br,, ou ellisdonato.rbs@gmail.com até a data limite dia **26/08/2026** às **23h:59min**. O Termo de Referência da Contratação Direta estará disponível no Site Oficial do Município https://riobrancodosul.atende.net ou através do e-mail: arion.cristo@riobrancodosul.pr.gov.br, ou ellisdonato.rbs@gmail.com bem como pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP site: https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala do DECOL, sito na Rua Horacy Santos, nº 222, centro, CEP 83.540-001, Rio Branco do Sul – PR, telefone (41) 98881-6632 no horário de 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta feira.

ARION LUCAS DE SOUZA CRISTO
Agente de Contratação - Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:31D12B7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 232/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 117/2026

OBJETO: Contratação de Unidade do Sistema "S" para ministrar curso de pintura em tecido para idosos.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	5,00	SRV	CURSO - PINTURA EM TECIDO Conteúdo: Técnicas de pintura. Uso de pincéis. Combinações de cores. Preparação do tecido e material a ser trabalhado. Aplicação das técnicas de pintura. Carga Horária: Carga Horária/Turma:15h. Carga Horária Total:75h. Participantes: No de Turmas: 5. No de Alunos/Turma: 15. No de Alunos Total: 75. AS TURMAS SERÃO MINISTRADAS NAS ASSOCIAÇÕES E GRUPOS DE TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR. - ASSOCIAÇÃO ROSEIRA-BAIRRO: ROSEIRA. - ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO - BAIRRO: CAMPO DO GADO. - ASSOCIAÇÃO FRANCISCO WOLF- BAIRRO: BOM JESUS. - ASSOCIAÇÃO BAIRRO ALTO -BAIRRO: ALTO - CRAS- BAIRRO: VOLTA GRANDE	4.200,00	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC

Rio Negro, 20 de agosto de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:5E4578F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 027/2026 – Material de Artesanato – PA – 2.734/2026

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa **EDUARDO GUERRA DO CARMO**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 23.647.237/0001-64, com sede à

Rua Salgueiro, nº 192, Parque Verde, na cidade de Cascavel – PR, CEP 85.807-750, Fone (18) 99781-7614, e-mail eduardo-egc@outlook.com, representada pelo Senhor **EDUARDO GUERRA DO CARMO,** mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de artesanato, conforme detalhado na tabela abaixo e na documentação do Pregão Eletrônico nº 027/2026, homologado em 28/04/2026. Ressalta-se que a presente Ata de Registro formaliza a inclusão de itens decorrentes da desclassificação da licitante detentora da primeira colocação.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
27	und	330,00	67064	Linha de crochê para amigurumi (algodão mercerizado), 254 m, antialérgico	15,80	5.214,00	CIRCULO
28	RL	100,00	70419	Meia pérola em tira nº 06 ou nº 04. Rolo com 10 metros	51,70	5.170,00	NYBC

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
1. Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
2. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
3. Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
4. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6. O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
7. Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
8. A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
9. A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
10. Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
11. O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
12. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
13. Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
14. Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
15. Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
16. A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
17. A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS
1. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
2. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
3. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
4. Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
5. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
6. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização

de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
7. Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
8. Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
9. O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
10. A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
11. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
12. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
13. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
14. O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
15. A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material (is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 10.384,00 (dez mil e trezentos e oitenta e quatro reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes. Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da autorização de empenho.
2. O período de vigência da presente Ata de Registro de Preços estender-se-á até 27/04/2027, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 14 – Cultura e Turismo;.
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDUARDO GUERRA DO CARMO***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:8F2BE7C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 009/2026 – Cestas Básicas – P. A. 687/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa D. CAMP ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 60.496.699/0001-54, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 308, Sala 01, Jardim Dona Marcelina II, na cidade de Paiçandu – PR, CEP 87.140-000, Fone (44) 3031-5073 / 99770-5163, e-mail pedidos@dcampalimentos.com.br / licitacaormalimentos@hotmail.com, representada pela Senhora MAISA DE CAMPOS NASSER, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica aditivado o valor do item na presente ata de registro de preços conforme abaixo:

Lote	Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
1	7	und	69255	Feijão carioquinha tipo 1, classe cores, safra nova, grãos sadios, sem a presença de insetos, matérias estranhas ou impurezas, embalagens plásticas contendo 1kg.	12,56	DONA KIKA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 05 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***D. CAMP ALIMENTOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:7C816FAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº206/2025

Ref. Pregão Eletrônico nº 076/2025 – Ensaios de Viga Benkelman – P. A. 5.367/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa ATP ASSESSORIA TÉCNICA EM PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 04.385.896/0001-25, com sede à Rua Monte Carlo, nº 55, Jardim Igapó, CEP 86.046-340, Fone (43) 99925-8240 / 3027-6788, e-mail: atplondrina@gmail.com, na cidade de Londrina – PR, representada pela Senhora ALICE MARIKO HOSHINO WESTPHAL, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/21 e o art. 55 do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.
Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 19/08/2026, o presente aditivo terá vigência de 20/08/2026 a 19/08/2027.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
1	1	und	250,00	64815	ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO DO SOLO, GRANULOMETRIA, LL E LP, CBR, COMPACTAÇÃO, EXPANSÃO, UMIDADE E SONDAGEM A TRADO MANUAL PARA COLETA DE AMOSTRA. DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO BASE E CAPA ATRAVÉS DE ESTUDO TRÁFEGO, COM MEMORIAL DE CÁLCULO DE ACORDO COM AS NORMAS.	646,20	161.550,00
1	2	KM	100,00	64816	ENSAIO VIGA BENKELMAN: AVALIAÇÃO ESTRUTURAL COM VIGA BENKELMAN A CADA 20,0M POR PISTA CONFORME DNIT 133/2010 PARA DETERMINAÇÃO DA DEFLEXÃO DOS PAVIMENTOS A SEREM ANALISADOS VISANDO À RECUPERAÇÃO E RECAPEAMENTO DO PAVIMENTO. DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO ATRAVÉS DE ESTUDO DE TRÁFEGO, COM MEMORIAL DESCRITIVO DE ACORDO COM AS NORMAS	1.383,50	138.350,00

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 18 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***ATP ASSESSORIA TÉCNICA EM PAVIMENTAÇÃO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Planejamento

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:581C21E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PORTARIA Nº 119/2026

PORTARIA Nº 119/2026

SÚMULA - Autoriza o pagamento de diárias aos Servidores Municipais, abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento de diárias aos Servidores Municipais, abaixo especificados e dá outras providências.

NOME	*CPF Nº*	*REQUISIÇÃO*	*DATA*	*DESTINO*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*714/2026*	*27,28/07/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*715/2026*	*27,28/07/2026*	*Curitiba PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*716/2026*	*23/07/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*717/2026*	*27/07/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*718/2026*	*28,29/07/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*719/2026*	*23/07/2026*	*Pato Branco PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*720/2026*	*28/07/2026*	*Guarapuava PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*721/2026*	*29,30/07/2026*	*Curitiba PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*722/2026*	*23/07/2026*	*Guarapuava PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*723/2026*	*24/07/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*724/2026*	*25/07/2026*	*Guarapuava PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*725/2026*	*27/07/2026*	*Pato Branco PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*726/2026*	*28/07/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*727/2026*	*22/07/2026*	*Guarapuava PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*728/2026*	*23/07/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*729/2026*	*27,28/07/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*730/2026*	*22,23/07/2026*	*Curitiba PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*731/2026*	*24/07/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*732/2026*	*27/07/2026*	*Guarapuava PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*733/2026*	*28/07/2026*	*Pato Branco PR*
Pamela G. Camilo	*031.289.529-14*	*734/2026*	*22,23/07/2026*	*Curitiba PR*
Dircionei N. de Souza	*035.310.049-80*	*735/2026*	*27/07/2026*	*Chopinzinho PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*736/2026*	*30,31/07/2026*	*Curitiba PR*
Evertom E. Bandeira	*065.236.069-61*	*737/2026*	*19/07/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*738/2026*	*30/07/2026*	*Guarapuava PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*739/2026*	*31/07/2026*	*Pato Branco PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*740/2026*	*01/08/2026*	*Cascavel PR*

Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*741/2026*	*31/07/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*742/2026*	*03/08/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*743/2026*	*04/08/2026*	*Pato Branco PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*744/2026*	*05/08/2026*	*Guarapuava PR*
Ivandro N. Abreu	*841.408.019-72*	*745/2026*	*03/08/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*746/2026*	*04/08/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*747/2026*	*31/07/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*748/2026*	*03,04/08/2026*	*Curitiba PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*749/2026*	*05/08/2026*	*Toledo PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*750/2026*	*29/07/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*751/2026*	*03/08/2026*	*Guarapuava PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*752/2026*	*04/08/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*753/2026*	*29/07/2026*	*Guarapuava PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*754/2026*	*30,31/07/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*755/2026*	*03/08/2026*	*Céu Azul PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*756/2026*	*05/08/2026*	*Cascavel PR*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*757/2026*	*10,11,12/08/2026*	*Curitiba PR*
Valdir L. Toscan	*459.194.881-15*	*758/2026*	*31/07/2026*	*Cascavel PR*
Valdir L. Toscan	*459.194.881-15*	*759/2026*	*04/08/2026*	*Pato Branco PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*760/2026*	*07/08/2026*	*Céu Azul PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*761/2026*	*11/08/2026*	*Londrina PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*762/2026*	*12/08/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*763/2026*	*06/08/2026*	*Pato Branco PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*764/2026*	*08/08/2026*	*Guarapuava PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*765/2026*	*11/08/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*766/2026*	*12/08/2026*	*Guarapuava PR*
Ivandro N. Abreu	*841.408.019-72*	*767/2026*	*10/08/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*768/2026*	*07/08/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*769/2026*	*09,10/08/2026*	*Guarapuava PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*770/2026*	*12/08/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*771/2026*	*06/08/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*772/2026*	*07/08/2026*	*Guarapuava PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*773/2026*	*10/08/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*774/2026*	*11/08/2026*	*Pato Branco PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*775/2026*	*05/08/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*776/2026*	*06/08/2026*	*Guarapuava PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*777/2026*	*08/08/2026*	*Céu Azul PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*778/2026*	*11/08/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*779/2026*	*08/08/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*780/2026*	*10/08/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*781/2026*	*11/08/2026*	*Guarapuava PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*782/2026*	*06,07/08/2026*	*Pato Branco PR*
Valtair Laurindo	*778.709.649-72*	*783/2026*	*05/08/2026*	*Pato Branco PR*
Ronaldo Lucietto	*066.970.889-58*	*784/2026*	*05/08/2026*	*Pato Branco PR*
Ernani de Barros	*078.707.869-34*	*785/2026*	*10/08/2026*	*Chopinzinho PR*
Dircionei N. de Souza	*035.310.049-80*	*786/2026*	*11/08/2026*	*Chopinzinho PR*
Luiz Henrique Biancatto	*079.155.969-69*	*787/2026*	*11/08/2026*	*Chopinzinho PR*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*788/2026*	*17,18/08/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*789/2026*	*17,18/08/2026*	*Curitiba PR*
Valdir L. Toscan	*459.194.881-15*	*790/2026*	*10/08/2026*	*Cascavel PR*
Roberto C. Lucietto	*984.956.829-15*	*791/2026*	*06/08/2026*	*Espigão Alto do Iguaçu PR*
Matheus S. Soligo	*102.588.779-44*	*792/2026*	*06/08/2026*	*Espigão Alto do Iguaçu PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*793/2026*	*14/08/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*794/2026*	*17,18,19/08/2026*	*Curitiba PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*795/2026*	*13,14/08/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*796/2026*	*15/08/2026*	*Guarapuava PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*797/2026*	*18/08/2026*	*Cascavel PR*
Ivandro N. Abreu	*841.408.019-72*	*798/2026*	*13/08/2026*	*Cascavel PR*
Jean Kelly Felicetti	*090.987.579-01*	*799/2026*	*16/08/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*800/2026*	*13,14/08/2026*	*Curitiba PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*801/2026*	*17/08/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*802/2026*	*18/08/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*803/2026*	*19/08/2026*	*Guarapuava PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*804/2026*	*13/08/2026*	*Céu Azul PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*805/2026*	*14/08/2026*	*Guarapuava PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*806/2026*	*17/08/2026*	*Céu Azul PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*807/2026*	*19/08/2026*	*Toledo PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*808/2026*	*13/08/2026*	*Pato Branco PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*809/2026*	*14/08/2026*	*Guarapuava PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*810/2026*	*17/08/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*811/2026*	*13,14/08/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*812/2026*	*18/08/2026*	*Pato Branco PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*813/2026*	*19,20/08/2026*	*Curitiba PR*
Valtair Laurindo	*778.709.649-72*	*814/2026*	*18/08/2026*	*Pato Branco PR*
Ronaldo Lucietto	*066.970.889-58*	*815/2026*	*13/08/2026*	*Pato Branco PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*816/2026*	*13/08/2026*	*Palmas PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*817/2026*	*17/08/2026*	*Cascavel PR*

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa à 19 de julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Bueno
Código Identificador:07DDAA25

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 53/2026

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Veículo Sedan novo, zero km de primeiro emplacamento, ano de fabricação 2026, na cor branca, com 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista. Motor potência mínima de 110 cv, câmbio automático com pelo menos cinco marchas à frente e uma à ré, direção elétrica, roda de liga leve aro 15 com pneus 195/65-R15, tração dianteira. Deve contar com porta malas de no mínimo 520 lts de capacidade. O banco do motorista com ajuste milimétrico de altura, banco traseiro com encosto rebatível,airbags dianteiros 02(dois) e laterais para ocupantes dianteiros 02 (dois), ESS alerta de frenagem de emergência, alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros, ar condicionado, cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura e pré-tensionador, fixação de assento de criança com sistema isofix/top tether, coluna de direção com ajuste de altura e profundidade, volante multifuncional, controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS),Freios ABS com EDB distribuição eletrônica de frenagem, Assistente para partida em subidas HCC, Sistema de frenagem automática pós colisão, transmissão automática de 5 velocidades, Tomada USB tipo C, sistema de controle de perda de pressão dos pneus, sistema de infotainment media plus, vidros elétricos dianteiros, espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas, desembaçador, limpador e lavador de vidro traseiro, para-sóis com espelho no lado do passageiro, para choques dianteiro e traseiro na cor do veículo, alto falantes 04(quatro), ar condicionado com filtro de poeira e pólem, computador de bordo e chave canivete com controle remoto. Deve atender às normas ambientais vigentes, garantindo baixo consumo de combustível e redução na emissão de poluentes.A garantia mínima deve ser de 12 meses sem limite de quilometragem, prazo de entrega depois do recebimento do pedido de 90 dias e o fornecedor deve disponibilizar assistência técnica autorizada na região, informando nome, endereço e telefone fixo para contato. A entrega deve ser realizada com nota fiscal, manual do proprietário e certificado de garantia. O veículo deve ser entregue novo, sem avarias, com película nos vidros e com plotagem padrão Secretaria de Estado da Mulher do Paraná. O veículo deve ser entregue revisado e pronto para operação imediata, no município de Salto do Lontra-PR. Deve atender a todas as normas de segurança exigidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais regulamentações.	ALMAJ COMERCIAL LTDA	VOLKSWAGEN	1,0	131.400,00	131.400,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
ALMAJ COMERCIAL LTDA	131.400,00

Salto do Lontra, 20 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:3A546CE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 552/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.538/2022.
I – Secretaria Municipal de Agricultura

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Wellington Geraldo Inforzato	Secretario Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	Maringá – PR	TBY2I54	Participar de capacitação da Defesa Civil	R$ 140,00	24/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:AA80BDB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 557/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.538/2022.
I – Secretaria Municipal de Esporte

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Antonio Marcos Nicodemo	Secretario Municipal da Agricultura,Pecuáriae Meio Ambiente	Maringá – PR	TBY2I54	Participar de capacitação da Defesa Civil	R$ 140,00	24/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:0126D489

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 558/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Esporte

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Celso Amaro	Motorista	Patrimônio Triolândia – PR	UBD-7J70	Transportar atletas	R$ 45,00	23/08/2026

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 20 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:24181627

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 058/2026

EDITAL N.º 058/2026

CONVOCAÇÃO

Processo de Admissão de Pessoal
Concurso Público – Edital n. º 001/2023.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando o Edital n.º 28/2023, datado de 03/01/2024, o qual divulgou o Resultado Final do Concurso Público, aberto pelo Edital n.º 001/2023, datado de 18/07/2023, objetivando admissão de pessoal para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade para cargos de provimento efetivo, devidamente homologado pelo Edital n.º 29, no Diário Oficial do Município, Edição n° 2936, na data de 10/01/2024;

RESOLVE

1. Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2023, datado de 18/07/2023, cujo resultado final deu-se pelo Edital n.º 28/2023, datado de 02/01/2024, devidamente homologado pelo Edital n° 29, no Diário Oficial do Município, Edição n° 2936, na data de 10/01/2024.

MÉDICO CLÍNICO GERAL – II	
Nome	Posição
LUISA SANTANA ZORZENAO	3º

2. O candidato em epígrafe deverá comparecer, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, impreterivelmente contados a partir da eficácia do presente instrumento, **munido dos documentos do Anexo I e da Ficha de Informações Complementares Anexo II** devidamente preenchida, na sede da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Divisão de Pessoal, sito à Avenida Paulo Libânio, 700 – Centro, para fins de cumprimento do processo admissional junto à esta municipalidade ou, se do eventual desinteresse por parte do mesmo, para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público supracitado.
3. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, implicará em renúncia tácita do direito de assumir o cargo, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a convocar o candidato subsequente obedecendo a ordem de classificação final homologada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO

a) Carteira de Identidade;
b) CPF;
c) PIS/PASEP - comprovante de cadastramento;
d) Certidão de casamento ou nascimento;
e) Comprovante de residência;
f) Título de eleitor e documento apto a comprovar que o candidato encontra no gozo dos direitos políticos;
g) Documento comprobatório de que o candidato está em dia com as obrigações do serviço militar (certificado de reservista ou CDI), (candidatos do sexo masculino)
h) Comprovação documental do grau de instrução exigido por edital;
i) Exame toxicológico e certidão de antecedentes criminais com validade expedidos até 30 dias antes da posse.
j) Aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, auxiliar de Serviços gerais Feminino, vigilante, será exigido exame de raio-x panorâmico da coluna sacra, bacia ombros e ultrassom dos ombros.
k) Exame médico admissional que será realizado por empresa contratada pelo Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR especialmente para este fim, necessitando de encaminhamento pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na forma prevista nos Decretos n. 4811/2016 e 5.821/2022
l) Formulário de inclusão de dados;
m) Declaração de Bens;
n) Declaração de imaculabilidade;
o) Declaração de ausência de parentesco.
p) Carteira de trabalho;
q) Certidão de nascimento e CPF dos filhos dependentes.
r) 01(uma) foto 3x4
s) Apresentação de abertura de conta-salário junto à instituição bancaria conveniada com o Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR.

-A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.
-Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.
-O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público

ANEXO II

FICHA DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AUTODECLARATORIAS (eSocial)

Eu,_____

Abaixo assinado, de nacionalidade _____, natural de _____

_, nascido em ___/___/_____, estado civil_____

Cor da pele				Cor do cabelo				Cor dos olhos		
1	Branca			1	Castanho			1	Castanho	
2	Preta			2	Castanho claro			2	Castanho claro	
3	Parda			3	Loiro			3	Azul	
4	Amarela			4	Ruivo			4	Verde	
5	Indígena			5	Preto			5	Preto	

Possui alguma deficiência?
Sim ( )

Qual? _____

Não ( )

Celular ( ) _____

Email _____

Asseguro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade.

____
Assinatura do declarante

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:085C555F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º2.430/2024.

Considerando a plena regularidade e legalidade do certame, com a devida observância dos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando aos interessados ciência dos atos realizados;

Considerando que o presente processo licitatório resultou em proposta de preço vantajosa para a Administração Pública;

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026, com fundamento no Art. 29, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.**

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes empresas:

Empresa: **HIPERMERCADO MARCOSSI LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 80.531.601/0001-60, Av. Paulo Libânio, 1070, prédio/térreo, CEP: 87.920-000, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 256.481,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e oitenta e um reais).

ITEM	DESCRITIVO	UNIDADE	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	**01 PACOTE AÇÚCAR DO TIPO CRISTAL COLORAÇÃO BRANCA, 5KG.** **02 PACOTES DE ARROZ BRANCO:** EMBALAGEM DE 5 KG CADA. CLASSE LONGO E FINO, SUBGRUPO POLIDO, TIPO 1. O PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 90% DE GRÃOS INTEIROS E NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE MAIOR QUE 15%. DEVENDO TAMBÉM APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS COZIMENTO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. **01 PACOTE BISCOITO SALGADO CRACKER:** TER TEXTURA CROCANTE E CONTER NO MÍNIMO TAIS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, GERGELIM e GORDURA VEGETAL. TER ZERO DE GORDURA TRANS. SER CROCANTE. EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 350G. **01 PACOTE CAFÉ:** APRESENTAÇÃO TORRADO MOÍDO, TIPO: ÚNICO, TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA ESCURA 500G. **02 SACHE POLPA DE TOMATE:** EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 (TREZENTOS) GRAMAS, COM EMBALAGEM PRIMÁRIA HERMETICAMENTE FECHADA E ATÓXICA. SUJEITO A VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE NO ATO DA ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. **01 PACOTE FARINHA DE MANDIOCA:** TIPO 1 CRUA PACOTE DE 01 KG. FINA, BRANCA, CRUA, EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS, TRANSPARENTES, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) MESES A PARTIR DA DATA DE	CESTA	1.900	R$ 134,99	R$ 256.481,00

	ENTREGA. **01 PACOTE FARINHA DE TRIGO:** FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL, TIPO 1, ENRIQUECIDO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM DE 5 KG, LIMPAS, NÃO VIOLADAS E RESISTENTES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, PESO LIQUIDO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 150(CENTO E CINQUENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. **02 PACOTE FEIJÃO CARIOCA:** TIPO 1, CLASSE CORES, DA ÚLTIMA SAFRA. GRÃOS INTEIROS, NÃO APRESENTAR CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A APARÊNCIA E QUALIDADE (MANCHADOS, MOFADOS, CARUNCHADOS, DESCOLORIDOS). EMBALADOS EM PACOTES DE 1KG. CONTER NO ROTULO A DATA DE VALIDADE/LOTE. **01 LATA FERMENTO QUIMICO EM PÓ:** DE QUALIDADE, COMPOSTO POR AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCALCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM EM LATA/POTE DE 100G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. **01 PACOTE DE MACARRÃO ESPAGUETE:** MASSA SECA DE TRIGO GRANO DURO, EMBALAGEM DE 500 G, 1ª QUALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO DE 30 DIAS NO DIA DA ENTREGA. PARA FINS DE ACEITAÇÃO DO MATERIAL. **02 LITROS ÓLEO DE SOJA:** COMESTÍVEL, DE ORIGEM VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO, ISENTO DE RANÇO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. EMBALAGEM PET DE 900ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DADOS DO FABRICANTE. **01 PACOTE SAL REFINADO:** SAL REFINADO, IODADO, PACOTE DE 1KG, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, COM SOLDA ÍNTEGRA. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE /LOTE. **01 SARDINHA EM CONSERVA:** PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO E DESCAMADO, DESCABEÇADA, LIVRE DE NADADEIRAS, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 125G DE PESO LÍQUIDO DRENADO. A EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR ISENTA DE ESTUFAMENTO, VAZAMENTO, CORROSÃO INTERNA, AMASSAMENTO, FERRUGEM, PERFURAÇÕES E OUTRAS DANIFICAÇÕES E DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO **01 POTE TEMPERO COMPLETO:** COMPOSIÇÃO TEMPERO COMPLETO COM ALHO E SAL, SEM ADIÇÃO DE PIMENTA. EMBALAGEM DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES DA DATA DA ENTREGA **01 UNIDADE SALSICHÃO COMUM:** COM DERIVADOS DE SOJA, COM CARNE MECANICAMENTE SEPARADA DE FRANGO E SUÍNA, UNIDADE DE APROXIMADAMENTE 600GR. **01 CREME DENTAL DE APROXIMADAMENTE 90G** ANTICÁRIE, CONTROLE DO MAU HÁLITO E PROTEÇÃO DO ESMALTE DENTAL. **01 PACOTE PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA CONTENDO 4 ROLOS COM 60 METROS CADA** **COMPOSIÇÃO:** FABRICADO COM 100% FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, GARANTINDO ALTA RESISTÊNCIA E MACIEZ; **01 PACOTE DE APROXIMADAMENTE 900G DE SABÃO EM PEDRA GLICERINADO CONTENDO 5 UNIDADES DE APROXIMADAMENTE 180G CADA,** ENRIQUECIDO COM GLICERINA E COM FÓRMULA NEUTRA, RÓTULO COM INFORMAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE. **03 UNIDADES SABONETE EM BARRA DE APROXIMADAMENTE 90G CADA:** **COMPOSIÇÃO SEGURA** – PRODUZIDO COM INGREDIENTES DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS, LIVRES DE SUBSTÂNCIAS PREJUDICIAIS À PELE, COMO PARABENOS E CORANTES AGRESSIVOS. AÇÃO HIDRATANTE, TEXTURA CREMOSA E FRAGRÂNCIA DURADOURA. USO VERSÁTIL – INDICADO PARA DIFERENTES TIPOS DE PELE, PODENDO SER UTILIZADO NO CORPO E NAS MÃOS.				

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 06 de maio de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:234DF95C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA 16011 HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA 04.26

PORTARIA Nº 16.011
Data: 20 de agosto de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Presencial nº 04/2026, de 30 de junho de 2026, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, em estrada vicinal/rural do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 12.750,00 m², incluindo serviços preliminares, placa de obra, terraplenagem, remendo profundo, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital", e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens

511021 - JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtd**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ SOBRE PEDRAS IRREGULARES COM ÁREA TOTAL DE 12.750,00 M² NOS SEGUINTES TRECHOS: - VIA JOSÉ ACEBIA GHIGGI - ENTRE CALÇAMENTO EXISTENTE NO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO ATÉ EST.122+10M, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	OBRAS		1	R$1.657.906,40	R$1.657.906,40

Total do Fornecedor:	R$1.657.906,40

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste - PR, em 20 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:4957FB33

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA 16011 HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA 04.26

PORTARIA Nº 16.011
Data: 20 de agosto de 2026.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Presencial nº 04/2026, de 30 de junho de 2026, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, em estrada vicinal/rural do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 12.750,00 m², incluindo serviços preliminares, placa de obra, terraplenagem, remendo profundo, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital", e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens						
511021 - JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtd**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ SOBRE PEDRAS IRREGULARES COM ÁREA TOTAL DE 12.750,00 M² NOS SEGUINTES TRECHOS: - VIA JOSÉ ACEBIA GHIGGI - ENTRE CALÇAMENTO EXISTENTE NO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO ATÉ EST.122+10M, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	OBRAS		1	R$1.657.906,40	R$1.657.906,40
Total do Fornecedor:						R$1.657.906,40

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste - PR, em 20 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:CF2B742D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico
Nº 35/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Normal Nº 35/2026***, que teve como objeto ***Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
18	1	BR0272335 - DIMENIDRINATO Apresentação: associado com piridoxina cloridrato, dosagem:25mg + 5mg/ml, tipo medicamento: Frasco 20,00 ml.	VITAMEDIC VITAMEDIC/DIMENIDRIN/1039200920104		FR	500,00	3,6364	1.818,20
TOTAL								1.818,20
MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
19	1	BR0273554 - MELOXICAM CONCENTRAÇÃO:15 MG COMPRIMIDO	EMS EMS 1023505270190		CP	20.000,00	0,0979	1.958,00
TOTAL								1.958,00
MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPTALARES LTDA - ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

5	1	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA OU FRASCO 1000,00 ML	JP JP		BL	5.000,00	6,30	31.500,00
6	1	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO, BOLSA OU FRASCO 500,00 ML	JP JP		BL	7.000,00	3,38	23.660,00
7	1	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO, BOLSA OU FRASCO 100,00 ML	JP JP		BL	7.000,00	2,40	16.800,00
8	1	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO, BOLSA OU FRASCO 250,00 ML	JP JP		BL	7.000,00	2,98	20.860,00
13	1	BR0270092 - GLICOSE CONCENTRAÇÃO:5%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO FRASCO OU BOLSA 500,00 ML	JP JP		FR	3.000,00	3,5535	10.660,50
14	1	BR0270093 - GLICOSE GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO dosagem: 5% + 0,9%; Apresentação: solução injetável, sistema fechado, bolsa 1000ml	JP JP		UN	5.000,00	4,5885	22.942,50
22	1	BR0303292 - RINGER Composição: associado com lactato de sódio, forma farmacêutica: solução injetável, característica adicional: sistema; Frasco 500,00 ml.	JP JP		FR	1.000,00	4,80	4.800,00
23	1	BR0303292 - RINGER Ringer, composição: associado com lactato de sódio, forma farmacêutica: solução injetável, característica adicional: sistema fechado; Frasco 1000,00 ml.	JP JP		FR	1.000,00	7,1645	7.164,50
25	1	BR0366913 - GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO 250ML BR0366913-GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO dosagem: 5% + 0,9%; Apresentação: solução injetável, sistema fechado, bolsa 250ml	JP JP		UN	5.000,00	3,6225	18.112,50
26	1	BR0366913 - GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO 500ML BR0366913-GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO dosagem: 5% + 0,9%; Apresentação: solução injetável, sistema fechado, bolsa 500ml	JP JP		UN	5.000,00	4,5885	22.942,50
TOTAL								179.442,50

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	BR0267743 - PREDNISONA BR0267743-PREDNISONA dosagem: 20mg; Apresentação: comprimidos	HIPOLABOR GENERICO		un	15.000,00	0,134	2.010,00
4	1	BR0268128 - LEVOMEPROMAZINA dosagem: 25mg Apresentação: comprimidos	CRISTALIA LEVOZINE		CP	15.000,00	0,57	8.550,00
9	1	BR0268414 - CEFTRIAXONA BR0268414-CEFTRIAXONA dosagem: 1g; Apresentação: frasco-ampola iv	TEUTO GENERICO		un	5.000,00	3,64	18.200,00
15	1	BR0270116 - ETOMIDATO dosagem: 2mg/mL Apresentação: ampola 10 ml	CRISTALIA GENERICO		AMP	100,00	9,31	931,00
TOTAL								29.691,00

SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
10	1	BR0268504 - CLORIDRATO DE ONDANSETRONA BR0268504-CLORIDRATO DE	HYPOFARMA GENERICO		AMP	1.500,00	0,83	1.245,00

		ONDANSETRONA dosagem: 2mg/ml Apresentação: ampola 2ml						
12	1	BR0270092 - GLICOSE CONCENTRAÇÃO:5%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO FRASCO OU BOLSA 250,00 ML	FARMARIN FARMARIN		FR	3.000,00	3,36	10.080,00
21	1	BR0292399 - FITOMENADIONA DOSAGEM:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1,00 ML	HYPOFARMA HYVIT K		AMP	200,00	1,49	298,00
27	1	BR0401411 - ÓXIDO DE ZINCO + COLECALCIFEROL + RETINOL Óxido de Zinco + Colecalciferol + Retinol (POMADA DE ASSADURA) DOSAGEM: 100 + 1000 + 40MG + UI/G FORMA FARM.: POMADA APRESENTAÇÃO: BISNAGA COM 45G	BELFAR BELGLOS		UN	1.000,00	2,99	2.990,00
TOTAL								14.613,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 227.522,70 (Duzentos e Vinte e Sete Mil, Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Setenta Centavos), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte dias de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:B11035DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 59/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 59 de 17/07/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Santa Maria do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no Art. 7º, da Lei Municipal n.º 718/2025 de 19/12/2025, resolve e decreta:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento do Município de Santa Maria do Oeste, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 633.996,22 (Seiscentos e Trinta e Três Mil, Novecentos e Noventa e Seis Reais e Vinte e Dois Centavos), para cobertura das despesas abaixo especificadas:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	Departamento Técnico Administrativo	
06.182.0401.2015	Atividades do Fundo Municipal Para Calamidades Públicas	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.002	Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
20.605.2001.2034	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	32.000,00
5140	00824-B.B. CONV. N.º 205/2022 - SEAB - TRAF. ZONA RURAL - PEDRAS IRREGULARES	160.830,61
5130	00828-B.B. CONV. 189/2025 - SIT 72858 - SECID - AQUIS. EQUIP. ROD	15.805,28
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00
	SUBTOTAL	343.635,89
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.002	Departamento de Ensino Fundamental	

12.361.1201.2041	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5110	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	25.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5120	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	4.595,37
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4770	01040-FUNDEB - Complementação da União - VAAR	18.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	78.095,37
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER	
09.003	Departamento de Esportes e Lazer	
27.812.2701.2054	Atividades do Departamento de Esportes e Lazer	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.700,00
	SUBTOTAL	30.700,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS	
11.002	Departamento de Obras e Manutenção	
04.122.0401.2066	Atividades do Departamento de Obras e Manutenção	
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
5150	01068-Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n° 21.720/2023	18.251,15
	SUBTOTAL	20.251,15
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	
12.002	Departamento de Serviços Urbanos	
15.452.1501.2071	Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2076	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3370	00491-Custeio Recursos Estaduais - Saude	50.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4930	00491-Custeio Recursos Estaduais - Saude	20.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002	Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.245.0801.2088	Atividades do Fundo Municipal de Assistencia Social	
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
5160	01025-Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	313,81
14.005	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
08.244.0801.2089	Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4710	00960-APOIO POLÍTICA DA MULHER - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA MULHER	3.000,00
	SUBTOTAL	16.313,81
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
15.002	Departamento de Meio Ambiente	
18.512.1801.2092	Manutenção da Política Municipal dos Resíduos Sólidos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4320	00511-Taxas - Prestação de Serviços	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	633.996,22

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior será utilizado:

a) O cancelamento total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	Departamento Técnico Administrativo	
06.182.0401.2015	Atividades do Fundo Municipal Para Calamidades Públicas	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.002	Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
20.605.2001.2034	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	82.000,00
	SUBTOTAL	167.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.002	Departamento de Ensino Fundamental	
12.361.1201.2041	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER	
09.003	Departamento de Esportes e Lazer	
27.812.2701.2054	Atividades do Departamento de Esportes e Lazer	

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
27.811.2701.1055	Reequipamento Secretaria de Esportes	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.700,00
	SUBTOTAL	30.700,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS	
11.002	Departamento de Obras e Manutenção	
04.122.0401.2066	Atividades do Departamento de Obras e Manutenção	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
04.122.0401.1064	Contrapartida e Execução de Convênios	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4730	01068-Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n° 21.720/2023	5.975,16
	SUBTOTAL	7.975,16
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	
12.002	Departamento de Serviços Urbanos	
15.451.1501.1070	Infraestrutura Mobilidade Urbana	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002	Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.245.0801.2088	Atividades do Fundo Municipal de Assistencia Social	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
4110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
14.005	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
08.244.0801.2089	Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4680	00960-APOIO POLÍTICA DA MULHER - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA MULHER	3.000,00
	SUBTOTAL	16.000,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
15.002	Departamento de Meio Ambiente	
18.512.1801.2092	Manutenção da Política Municipal dos Resíduos Sólidos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4340	00511-Taxas - Prestação de Serviços	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	326.675,16

b) O excesso de arrecadação das rubricas de receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.1.1.11.03.00.00.00	REM DEP BANC - VINC CONVENIOS - B.B. CONV. N.º 205/2022 - SEAB - TRAF. ZONA RURAL - PEDRAS IRREGULARES - CTA 8936-2 FONTE 824	14.624,02
1.3.2.1.01.1.1.11.16.00.00.00	REM DEP BANC - VINC CONVENIOS - B.B. CONV. 189/2025 - SEAB - SIT 72858 - AQUIS. EQUIP. RODOVIÁRIOS - FONTE 828	11.341,94
1.3.2.1.01.1.1.12.08.00.00.00	REM DEP BANC - VINC OUTROS - EMENDAS IMPOSITIVAS - ESTRUTURAÇÃO REDE SUAS - SIGTV - CTA 8472-7 FONTE 1025	66,84
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	18.000,00
1.3.2.1.01.1.1.12.11.00.00.00	REM DEP BANC - VINC OUTROS - TRANSF. DO FUNDO ESTADUAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS - FECAP LEI EST. 21.720/2023 - FONTE 1068	6.576,97
1.7.1.5.53.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	30.095,37
	TOTAL	80.705,14

c) O Superávit Financeiro do exercício anterior das fontes especificadas abaixo:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00491	Custeio Recursos Estaduais - Saude	70.000,00
00511	Taxas - Prestação de Serviços	10.000,00
00824	B.B. CONV. N.º 205/2022 - SEAB - TRAF. ZONA RURAL - PEDRAS IRREGULARES	146.206,59
00828	B.B. CONV. 189/2025 - SIT 72858 - SECID - AQUIS. EQUIP. ROD	4.463,34
00960	APOIO POLÍTICA DA MULHER - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA MULHER	6.000,00
01025	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	246,97
01068	Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n° 21.720/2023	17.649,34
	TOTAL	254.566,24

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, 17 de julho de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Renata Rosa
Código Identificador:AA6245F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 080/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 080/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção elétrica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios originais ou de primeira linha, destinados à frota de veículos leves, pesados e máquinas pesadas do Município, compreendendo ainda serviços de socorro mecânico e transporte por guincho/prancha.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

LOTE 01 – VEÍCULOS LEVES						
Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total – Percentual de desconto Tabela AUDATEX
01	30417	PEÇAS para manutenção corretiva e preventiva de elétrica em veículos leves.	01	VALOR	80.000,00	80.000,00 10%
02	30418	SERVIÇOS para manutenção corretiva e preventiva de elétrica em veículos leves.	2.000	HORAS	211,15	422.300,00
TOTAL DO LOTE						**502.300,00**
LOTE 02 – VEÍCULOS PESADOS						
Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total – Percentual de desconto Tabela AUDATEX
01	30419	PEÇAS para manutenção corretiva e preventiva de elétrica em veículos pesados.	01	VALOR	100.000,00	100.000,00 10%
02	30420	SERVIÇOS para manutenção corretiva e preventiva de elétrica em veículos pesados.	2.000	HORAS	278,58	557.160,00
TOTAL DO LOTE						**657.160,00**
LOTE 03 – MAQUINAS PESADAS						
Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total – Percentual de desconto Tabela AUDATEX
01	30421	PEÇAS para manutenção corretiva e preventiva de elétrica em máquinas pesados.	01	VALOR	180.000,00	180.000,00 10%
02	30422	SERVIÇOS para manutenção corretiva e preventiva de elétrica em máquinas pesados.	2.000	HORAS	280,00	560.000,00
TOTAL DO LOTE						**740.000,00**
TOTAL GERAL						**1.899.460,00**

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 20/08/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C5A21F6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 51/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA D. CAMP ALIMENTOS LTDA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **D.CAMP ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 60.496.699/0001-54,** sediada Rua Marechal Floriano Peixoto, 308 - Sala 01 - Jardim Dona Marcelina II, CEP: 87.140-000 na cidade Paiçandu / Paraná, e-mail: pedidos@dcampalimentos.com.br, telefone: (44) 3031-5073 e (44) 99770-5163 representante **Sr.ª MAISA DE CAMPOS NASSER,** portador do CPF nº 066.416.599-09 e RG n°10.325.240-7, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE VALOR, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ITENS DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER UMA DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS E/OU DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**, e no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, da Ata de Registro de Preços nº. 05/2026. do Pregão Eletrônico nº. 51/2025. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UND	QTD	V. Unit. Atual	V. aditado p/unid.	V. Unit. a ser aditado
120	**Feijão Carioca 1kg.** Carioca **Premium**, tipo 1	PCT	4.260	R$ 4,30	R$ 7,54 (175,35%)	R$ 11,84
143	**Leite UHT Integral 1lt.**	UND	9.484	R$ 4,60	R$ 2,80 (60,87%)	R$ 7,40
144	**Leite UHT Zero Lactose 1lt.**	UND	678	R$ 4,85	R$ 3,39 (69,90%)	R$ 8,24

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor total é de **R$ 32.065,66 (trinta e dois mil e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)**, corresponde ao reajuste dos item acima descrito na tabela multiplicado pela quantidade de saldo pendente dos itens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre do ofício 22/2026 do Secretário Municipal de Educação e encontra amparo legal da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 20 de agosto de 2026.

VENICÍUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

D.CAMP ALIMENTOS LTDA
Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome: _____Ass: _____
CPF:

Nome: _____Ass: _____
CPF:

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:F5C6B3DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o capítulo V, artigos 102 à 109 da Lei 571/2003 de 30/12/2003 - Das Férias
Considerando os requerimentos do servidores municipais, e o ofícios dos Departamentos e Secretarias .
Considerando o disposto na seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Título IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012:

RESOLVE:
Artigo 1º- CONCEDER FÉRIAS aos Servidores Municipais abaixo relacionados, conforme respectivos períodos de aquisição e gozo.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
20471	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/08/2021	02/08/2025 à 01/08/2026	02/09/2026 à 11/09/2026
17352	JULIANA RODRIGUES DE SOUSA	ENFERMEIRO	06/09/2023	06/09/2024 à 05/09/2025	26/08/2026 à 04/09/2026
4051	JULIO CORREA RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2025	01/08/2025 à 31/07/2026	08/09/2026 à 17/09/2026
4461	MARIA HELENA BARBOSA DE PAIVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/08/2011	01/08/2025 à 31/07/2026	01/09/2026 à 10/09/2026
5371	SILVIA REGINA DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	02/06/2014	02/06/2025 à 01/06/2026	10/08/2026 à 24/08/2026
7911	TAYNARA DE AZEVEDO	FARMACEUTICA	02/06/2025	02/06/2025 à 01/06/2026	08/09/2026 à 27/09/2026

Artigo 2º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores abaixo relacionados, conforme respectivo período de aquisição e gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Titulo IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
3411	LIDIA ANDRONHUC DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/04/2006	12/06/2017 à 12/06/2022	18/08/2026 à 16/09/2026
4461	MARIA HELENA BARBOSA DE PAIVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/08/2011	01/08/2016 à 01/08/2021	11/09/2026 à 30/09/2026

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:9D2BB733

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 220/2026

Súmula: Dispõe sobre Reenquadramento previsto na Lei nº 2.158/25, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e:

- CONSIDERANDO a Lei nº 2.158/2025 que institui o plano de desenvolvimento na carreira dos servidores municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o enquadramento inicial previsto nos parágrafos 2º, 3º (status de ingresso), nos termos da Lei nº 2.158/25, cuja relação segue com os níveis de enquadramento conforme artigo 1º, § 3º e 4º.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Matrícula	Nome Completo	Cargo	Reenquadramento
4	ABIGAIL GONCALVES ROSA DA COSTA	Auxiliar De Serviços	N 05
1199	Adão Rodrigues da Costa	Auxiliar Administrativo	N 02
344	ADELMIR DA SILVA	Agente Obras Construções	N 05
1167	ADEVANIL RODRIGUES	Auxiliar Administrativo	N 02
12	ALEX VAZ VIEIRA	Oficial Administrativo	N 05
914	ANA CLAUDIA DA COSTA	Técnico Em Enfermagem	N 02
883	ANA CLAUDIA FLORENTINO DE LIMA	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
1118	ANA CLAUDIA RODRIGUES DA COSTA	Auxiliar De Serviços	N 02
1113	ANA CRISTINA PERCEGUINO	Assistente Social	N 02
875	ANA HELENA DE SOUZA	Auxiliar De Serviços	N 03
1157	ANDERSON CAETANO CLARO DA SILVA	Agente De Endemias	N 02
913	ANDREA DE OLIVEIRA CLARO DA SILVA	Técnico Em Enfermagem	N 02
463	ANGELICA CRISTINA PIOLA BARBOSA GASPAR	Enfermeiro	N 05
873	ANIELI ANTONINA PIOLA BARBOSA ZUCOLLI	Enfermeiro	N 03
836	ARISTIDES REGINATO	Agente Obras Construções	N 03
373	AYLTON RODRIGUES DE MORAES	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
1198	CARMEN BEATRIZ DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	N 02
40	CELSO DE SOUZA SOBRINHO	Oficial Administrativo	N 05
374	CHRYSTIANO JANELLI	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
1194	CLAUDIA MENDES CREMONE	Merendeira	N 02
1153	CLAUDIA SAYURI ARASE	Farmacêutico	N 02
541	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS	Auxiliar Serviços	N 05
1120	CRISTIANE CAMPOS	Fonoaudiólogo	N 02
869	CRISTIANE FERREIRA LEOPOLDO	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
818	DAIANE APARECIDA SOUZA ARANHA DA SILVA	Auxiliar De Serviços	N 03
369	DANIEL BURSOI	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
912	DEBORA RITA SERGIO DOS REIS	Técnico Em Enfermagem	N 02
882	DEBORA TAMIRIS SANTANA CONRADO FERNANDES	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
471	DEVAIR CRISPIM FERREIRA	Motorista	N 05
367	DOUGLAS RAMALHO	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
536	ELAINE CAMPOS LIBERI	Auxiliar De Serviços	N 05
887	EMERSON WILLIAM FERNANDES	Motorista	N 03
1216	FABIANI APARECIDA DA SILVA CANDIOTO	Enfermeiro	N 02
1200	FABRICIO HUMBERTO BORGES	Auxiliar Administrativo	N 02
820	GESSICA BERTOLLA	Auxiliar De Serviços	N 03
823	GISELE BETOLLA	Auxiliar De Serviços	N 03
112	JOÃO ALEXANDRE ALVES	Agente De Gestão Publica	N 05
113	JOAO BATISTA ALVES DA COSTA	Oficial Administrativo	N 05
506	JOSE ALFREDO DE CARVALHO NETO	Cirurgião Dentista	N 05
366	JOSE ANTONIO DIONISIO	Auxiliar De Serviços Gerais	N 05
1161	JOSE ANTONIO VIDOTTI	Motorista	N 02
1215	JOSE ARMANDO CURSINO NETO	Fisioterapeuta	N 02
870	JULIANA DOMINGUES GONÇALVES	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
382	JUSSARA DOS SANTOS PAULINO DA SILVA	Auxiliar De Serviços	N 05
857	KAMILA KAROLINE NICOLETTI DA SILVA	Auxiliar De Serviços	N 03
1217	KARINA MENEZES SOUTO	Técnico Em Enfermagem	N 02
899	KEILA FERNANDA DA SILVA	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
852	KELLY FRANCO DE LIMA	Nutricionista	N 03
1205	LAIS AP. DE OLIVEIRA LACERDA DA SILVA	Auxiliar Administrativo	N 02
1203	LUANA ORIAS ARAUJO	Auxiliar Administrativo	N 02
527	LUCI TOKIE SAKAMOTO MINAMIZAWA	Enfermeiro	N 05
1125	LUCIA GOMES CORREA	Auxiliar De Serviços	N 02
831	LUCIANA DIAS DA PAZ	Auxiliar De Enfermagem	N 03
808	LUCIANA LIMA DA SILVA	Agente De Endemias	N 03
1155	LUIZ HENRIQUE BARBARA DE ARAUJO	Auxiliar Administrativo	N 02
358	MARCELO LUIZ DUQUE	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
895	MARCIO ADALBERTO OIZUMI	Auxiliar Administrativo	N 03
361	MARCOS ROGERIO ZAMPIERE	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
183	MARIA JOSE DE SOUZA	Auxiliar De Enfermagem	N 05
871	MARIA REGINA SIQUEIRA DA SILVA	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
535	MARICIA CIRLENE RAMALHO	Auxiliar De Serviços	N 05
911	Mauricio Pereira Candido	Administrador	N 02
533	NELCI MONTEIRO DINIZ	Auxiliar De Serviços	N 05
203	NILSON MOREIRA DE LIMA	Motorista	N 05

351	NIVALDO MATEUS	Auxiliar Serviços Gerais	N 05
893	OSWALDIR ANTAL JUNIOR	Auxiliar Administrativo	N 03
1218	PATRICIA DE ARAUJO ROCHA	Técnico Em Enfermagem	N 02
348	PATRICIA PROENCA DA SILVA FIORI	Técnico Em Enfermagem	N 05
531	PAULO SERGIO MANESCO	Motorista	N 05
868	PAULO SERGIO ZAMPIERI	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
814	PEDRO ALVES DA COSTA JUNIOR	Agente Tributário	N 03
1108	RAFAEL SOARES VIDOTTI	Cirurgião Dentista	N 02
1115	RENATA CAROLINA CARVALHO VOLTOLINI	Advogado	N 02
346	RENIO FRANCISCO SALES	Mecânico	N 05
1117	ROBER MESSIAS DO PRADO	Mecânico	N 02
856	ROMULO RICARDO JANONI SOARES	Administrador	N 03
806	ROSANE CAMARGO ALMEIDA	Agente De Endemias	N 03
822	ROSANGELA VALERIA URIAS BARBARA	Auxiliar De Serviços	N 03
555	SALVADOR DE LIMA NETO	Agente Obras Construções	N 05
1154	SILVIA MAYUMI ADANYA	Nutricionista	N 02
858	SIMONE APARECIDA PEREIRA	Auxiliar Administrativo	N 03
886	STEFANI TATIANI DA CRUZ	Auxiliar Serviços Gerais	N 03
287	UBIRATAN TONCOVITCH JUNIOR	Contador	N 05
828	VALERIA PADILHA PINTO	Auxiliar De Serviços	N 03
855	VANIA ANTUNES DOMINGUES DA COSTA	Administrador	N 03
824	VIVIANE RODRIGUES PERES VENTURA	Auxiliar De Serviços	N 03
1132	WAGNER MINORU TAMEHIRO	Auxiliar Administrativo	N 02
825	WALTON HONORIO DA SILVA	Auxiliar De Serviços	N 03

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 19 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:93EAE86C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
3° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 2/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

3° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 2/2026, decorrente de Pregão n°66/ 2025 de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleo diesel S500 e S10 para uso nos veículos e máquinas do município.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 81.632.093/0017-36, com sede no endereço R PADRE JOSAFAT ROGA, nº 611, RONDA, PRUDENTÓPOLIS-PR neste ato representada por **Ana Clara Franzner Chiodini,** portador do CPF sob n° 00621932957, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de -R$ 85.140,00 (menos oitenta e cinco mil, cento e quarenta reais), com uma redução de 17,99%, finalidade de readequação econômica-financeira da Ata em epígrafe. Com fundamento art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 124 da Lei 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR NOVO	QUANT.	VALOR TOTAL
2	2	ÓLEO DIESEL S10	R$ 7,34	R$ 6,02	64.500 LITROS	- R$ 85.140,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 20 de agosto de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:F1CC7928

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 42/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	260/2026
b) Licitação Nº:	42/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	20/08/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para aquisição de rações aos animais que necessitam de suporte terapêutico, bem como aqueles que residem no Canil Municipal de Sertanópolis

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
271	08050183040014218333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: FAROVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - CNPJ: 37.054.879/0001-64
Valor total homologado: R$ 65.044,25

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Ração para CÃES ADULTOS - Conforme Termo de Referência.	SNUK PREMIUM 20KG	Saco	225	R$ 71,43	R$ 16.071,75
1	3	Ração Úmida, sabor FRANGO para CÃES ADULTOS, patê - Conforme Termo de Referência.	BONGOS SABOR FRANGO	Lata	100	R$ 11,15	R$ 1.115,00
2	1	Ração para CÃES ADULTOS - Conforme Termo de Referência.	SNUK PREMIUM 20KG	Saco	675	R$ 70,90	R$ 47.857,50

Fornecedor: LEONARDO DE PAIVA PAVAO - CNPJ: 52.024.285/0001-02
Valor total homologado: R$ 51.560,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Ração para CÃES FILHOTES - Conforme Termo de Referência.	NATIVE CARNE FILHOTES	Saco	400	R$ 95,60	R$ 38.240,00
1	4	Ração para GATOS ADULTOS Conforme Termo de Referência.	NATIVE CATS MIX	Saco	180	R$ 74,00	R$ 13.320,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 116.604,25 (cento e dezesseis mil, seiscentos e quatro reais e vinte e cinco centavos).

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 20 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:5F465555

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 21/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE A LEI Nº 14.133/21 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A VISTA DO PARECER CONCLUSIVO EXARADO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, RESOLVE:

01 – HOMOLOGAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

A)PROCESSO ADM. Nº:	72 / 2026
B) LICITAÇÃO Nº:	21 / 2026
C) MODALIDADE:	Pregão
D)DATA HOMOLOGAÇÃO:	19/08/2026
E)OBJETO HOMOLOGADO:	Registro de preços para eventual necessidade de aquisição de gás GLP, com intuito de atender as demandas de produção de alimentos dos pacientes e colaboradores do Hospital São Lucas e Atenção Básica, que irão abastecer todas as unidades e setores do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis-Pr.

F) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
36	**20010103010007222033900300000**	**21495**	**MATERIAL DE CONSUMO**
52	**20010103020006222633900300000**	**1303**	**MATERIAL DE CONSUMO**

G) FORNECEDOR E ITENS DECLARADOS VENCEDORES:

Fornecedor: C A HIGUCHI COMERCIO DE GAS LTDA - CNPJ: 46.236.449/0001-54 - Valor total homologado: R$ 20.977,1200

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijas de 13 Kg.		Unidade	32	R$ 116,3100	R$ 3.721,92
1	2	Gás Liquefeito do Petróleo acondicionado em Cilindro de 45kg		Unidade	35	R$ 482,7200	R$ 16.895,20
1	3	Kit Regular com mangueira para gás (completo) P13, com no mínimo 1,25MT		KIT	5	R$ 72,0000	R$ 360,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 20.977,12 vinte mil, novecentos e setenta e sete reais e doze centavos

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

SERTANÓPOLIS, 19 de agosto de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente Do Serviço Municipal De Saúde

Publicado por:
Lindinalva de Andrade Moura
Código Identificador:E9C56DE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 03/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: Duarte & Balioni Ltda **CNPJ nº** 80.518.574/0001-95
OBJETO	Aquisição, de forma fracionada, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, de gêneros alimentícios, produtos de padaria, carnes de primeira qualidade, água mineral natural (com e sem gás), gás liquefeito de petróleo (GLP), materiais de copa e cozinha e materiais de limpeza e higienização, destinados ao preparo, fornecimento, acondicionamento, armazenamento e serviço de alimentos e bebidas, bem como à limpeza, conservação e manutenção das dependências, instalações, copa, cozinha e demais ambientes do Poder Legislativo Municipal, visando atender às demandas decorrentes das atividades administrativas e legislativas, incluindo sessões ordinárias e extraordinárias, sessões solenes, reuniões, audiências públicas, capacitações, eventos institucionais, recepção de autoridades, servidores, vereadores, colaboradores e visitantes, observadas as necessidades da Administração e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021	
VALOR	R$ 41.085,23 (Quarenta e um mil, oitenta e cinco reais e vinte e três centavos)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.04.00 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.07.12 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.21.00 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.99.01	

PUBLIQUE-SE o resultado.
Terra Rica-Pr, 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:1646DAC4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 372/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 71/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 71/2026 de 21/07/2026(vinte e um dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para compra de massa asfáltica concreto betuminoso usinado a quente.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

STONE ASFALTO RÃ • PIDO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	MASSA ASFÁLTICA - SACO 25KG Massa asfáltica tipo concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio, composta por agregados pétreos e cimento asfáltico de petróleo (CAP) 50/70, com teor de ligante betuminoso em aproximadamente 5,5%, acrescida de aditivos especiais, incluindo retardador de cura, polímero e pó de borracha, com mistura otimizada de agregados finos, não emulsionados. A massa deverá apresentar granulometria mínima de 100% passante na peneira de 3/8', sendo adequada para aplicações em manutenção de pavimentos asfálticos (tapa-buracos). A aplicação poderá ocorrer mesmo em dias de chuva, sem prejuízo à coesão e aderência ao pavimento existente, dispensando o uso de pintura de ligação.	A.R.U.V	CBUQ PARA APLICAÃ§Ã£O Ã¡ FRIO	SC	1.000,00	19,99	19.990,00

		Deve permitir compactação por placa vibratória, rolo compactador ou trânsito local. O material deverá ser fornecido em sacos de 25 kg, com validade mínima de 12 meses, o material deverá ser aplicado em temperatura ambiente, sem necessidade de aquecimento prévio.						
TOTAL								19.990,00

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte dias de agosto de 2026. (20/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:9E369425

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa 17/2026

Objeto: Aquisição de lacres para hidrômetros

Contratada: YOUCARE IND E COM DE EQUIPA E MEDICAO MONIT EIRELI, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n°* 05.766.903/0001-00, com sede a, AV BRASIL 244, s/n JARDIM BARUERI - CEP: 06442120 - BAIRRO: Centro CIDADE/UF: Barueri/SP

Relação de itens e valor total da contratação:

YOUCARE IND E COM DE EQUIPA E MEDICAO MONIT EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Lacre Hidro TP Lateral 3/4 AZUL Aplicação: Redução entre tubos de diferentes diâmetros			UND	3.000,00	0,85	2.550,00
TOTAL								2.550,00

Fundamento Legal: *art. 75,* inciso II. *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	21	11.001.17.511.0003.2003	76	3.3.90.30.24.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 20/08/2026*
Ratificação: SAMAE*, em 20/08/2026*

Terra Rica, 20/08/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:8D87CCBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 81/2026 AO 83/2026 - P.E. Nº 19/2026

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 81/2026 AO 83/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 81/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO E SEMENTES, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 202637050002, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.	PERSONA LICITACOES E COMERCIO LTDA CNPJ: 45.704.074/0001-47	20/08/2026	21/08/2026	20/08/2028	R$ 22.050,00
Nº 82/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO E SEMENTES, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 202637050002, POR INTERMÉDIO DO	ZAIDAN AGRICOLA LTDA CNPJ: 63.339.855/0001-61	20/08/2026	21/08/2026	20/08/2028	R$ 135.000,00

	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.					
Nº 83/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO E SEMENTES, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 202637050002, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.	CSA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA CNPJ: 17.991.893/0001-87	20/08/2026	21/08/2026	20/08/2028	R$ 13.725,60

Tijucas do Sul, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:BE614ED1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 56/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 75.697.094/0001-07
Site: www.tomazina.pr.gov.br
Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, Tomazina – PR - CEP: 84935-000
DECRETO Nº 56/2026

SÚMULA: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento de 2026 do Município de Tomazina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAZINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e autorização contida na Lei Municipal nº 676/2025, de 10 de Dezembro de 2025, e o art. 43, parágrafo 1º, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício um crédito no valor de R$ 156.808,38 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e oito reais e trinta e oito centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
04.001 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
04.001.15.452.16.2012-4.4.90.51.00.00.00.00 - 73 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$32.500,00
00501/00501. Receitas de Alienações de Ativos	32.500,00
04.001.15.452.13.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - 59 - MATERIAL DE CONSUMO	R$85.000,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
00510/00510. Taxas - Exercício Poder de Polícia	5.000,00
00511/00511. Taxas - Prestação de Serviços	10.000,00
04.001.15.452.13.2017-3.3.90.39.00.00.00.00 - 61 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	R$5.000,00
00510/00510. Taxas - Exercício Poder de Polícia	5.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA	
05.001.10.301.6.2023-3.3.90.30.00.00.00.00 - 96 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00897/00494. (SF) - Custeio - Inc. Prog. Qualificação da Atenção Primária em Saúde - SESA	20.000,00
05.001.10.301.6.2023-4.4.32.93.00.00.00.00 - 108 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$14.308,38
00495/00495. (SF) - Atenção Básica	14.308,38

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

08.000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
08.002.18.542.14.2088-3.3.90.30.00.00.00.00 - 320 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08.002.18.542.14.2088-3.3.90.39.00.00.00.00 - 322 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	R$10.000,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$102.500,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
00501/00501. Receitas de Alienações de Ativos	32.500,00
00510/00510. Taxas - Exercício Poder de Polícia	10.000,00
00511/00511. Taxas - Prestação de Serviços	10.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$34.308,38
00495/00495. (SF) - Atenção Básica	14.308,38
00897/00494. (SF) - Custeio - Inc. Prog. Qualificação da Atenção Primária em Saúde - SESA	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor nessa data, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:DBBDB60F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7253/2026

DATA 19/08/2026

Súmula. Abre um crédito suplementar no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2910/2025 de 07/08/2025 E 3023/2025 de 16/12/2025.
D E C R E T A
Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.3.90.32 (3897) (000)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	28.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.046000	Manutenção Progr.de M.e Alta Complex.em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.30 (3769) (496)	Material de consumo	40.000,00
3.3.90.39 (3771) (496)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	13.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.3.90.32 (3901) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	3.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.3.90.32 (3969) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	15.000,00

Total.....R$ 99.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.3.90.30 (3928) (000)	Material de consumo	10.000,00
3.3.90.32 (3932) (000)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	8.000,00
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.3.90.30 (3962) (000)	Material de consumo	10.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.046000	Manutenção Progr.de M.e Alta Complex.em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.34 (3770) (496)	Outras despesas de pessoal dec. de cont. de terceirização	53.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.3.90.32 (3935) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	15.000,00
123650011.2.103000	Manutenção da Educação Infantil/ Pré-escola da Educação no Campo	
3.3.90.32 (4000) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	3.000,00

Total.....R$ 99.000,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 19 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:01BBBF08

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS VIAS URBANAS E NOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: G. M. POSSAN LTDA – CNPJ 46481010000197

ITEM	PRODUTO	UND.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. MÁX.	VALOR TOTAL MÁX.
2	BASE PARA RELÉ FOTOCÉLULA BIVOLT	UND	50	Tecnolinsa	16,40	820,00
3	BOCAL DE PORCELANA E-27	UND	50	G20	4,94	247,00
4	BOCAL DE PORCELANA E-40	UND	60	G20	14,70	882,00
5	BRAÇO BR1 1,00M, GALVANIZADO A FOGO, PAREDE DE NO MÍNIMO 2,25MM, COM SAPATA, CONFORME NTC 813951	UND	40	Olivo	94,90	3.796,00
6	BRAÇO BR2 3M, GALVANIZADO A FOGO, PAREDE DE NO MÍNIMO 3,00MM, COM SAPATA, CONFORME NTC 813952	UND	20	Olivo	297,90	5.958,00
18	CONECTOR PERFURANTE 10/95MM	UND	300	MCI	13,90	4.170,00
19	REFLETOR LED 300W IP66 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 9.000 LUMENS, VIDA UTIL 30.000H, MATERIAL ALUMINIO DIMENSOES 21X27X3.	UND	40	Lumanti	164,90	6.596,00
20	REFLETOR LED 200W IP66 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.000K, FLUXO LUMINOSO 14.000 LUMENS, VIDA UTIL 14.000H, MATERIAL ALUMINIO DIMENSOES 20X17X3.	UND	30	Lumanti	128,00	3.840,00
23	CONTACTORA 40A 220V TRIFASICA	UND	20	Soprano	353,00	7.060,00
33	GRAMPO HASTE TERRA PADRÃO COPEL	UND	60	Betel	7,80	468,00
34	HASTE DE COBRE 5/8 X 2,40M	UND	50	Olivo	65,40	3.270,00
35	LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO, POTÊNCIA NOMINAL DE 250W/220V, ALTA PRESSÃO, BASE E-40, FORMATO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 33.000 LM, EFICIÊNCIA LUMINOSA 132,0 LM/W, COM VIDA MEDIANA DE 32.000 HORAS.	UND	30	Goodlux	39,90	1.197,00
36	FITA ISOLANTE 20MX18MM NAS CORES PRETA, AMARELA, VERMELHA, BRANCA E AZUL (CONFORME SOLICITAÇÃO)	UND	100	G20	7,90	790,00
38	PARAFUSO ROSCA DUPLA 250MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	100	Olivo	22,90	2.290,00
39	PARAFUSO ROSCA DUPLA 350MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	100	Olivo	17,85	1.785,00
40	PARAFUSO ROSCA DUPLA 450MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	80	Olivo	29,70	2.376,00
41	PARAFUSO ROSCA DUPLA 300MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	80	Olivo	23,40	1.872,00
45	REATOR EXTERNO PARA LÂMPADAS A VAPOR DE SÓDIO 250W/220V, GALVANIZADO A FOGO CHAPA DE AÇO MÍNIMA DE 1,20MM COM BASE PARA RELÊ, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, NÚCLEO DE COBRE, CONTENDO CABOS EPR OU XLPE COM LUVAS PRE-ISOLADAS NAS PONTAS, PERDAS MÁXIMAS DE 24W E FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 0,97, DEVENDO POSSUIR EM SUA LATERAL ADESIVO REFLETIVO PARA IDENTIFICAÇÃO DA POTÊNCIA DO REATOR, FUNDO BRANCO E LETRAS VERMELHAS, COM SELO PROCEL. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UND	30	Goodlux	191,00	5.730,00
46	REATOR EXTERNO PARA LÂMPADAS A VAPOR DE SÓDIO 70W/220V, GALVANIZADO A FOGO CHAPA DE AÇO MÍNIMA DE 1,20MM COM BASE PARA RELÊ, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, NÚCLEO DE COBRE, CONTENDO CABOS EPR OU XLPE COM LUVAS PRE-ISOLADAS NAS PONTAS, PERDAS MÁXIMAS DE 12W E FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 0,95, DEVENDO POSSUIR EM SUA LATERAL ADESIVO REFLETIVO PARA IDENTIFICAÇÃO DA POTÊNCIA DO REATOR, FUNDO BRANCO E LETRAS VERMELHAS, COM SELO PROCEL. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UND	30	Goodlux	127,30	3.819,00
49	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 120MM EM COBRE	UND	50	Dreik	29,15	1.457,50
51	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 35MM EM COBRE	UND	60	Betel	12,40	744,00
52	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 50MM	UND	50	Betel	19,90	995,00

Valor total registrado para o fornecedor: R$ 60.162,50 (Sessenta mil e cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado na Ata de Registro de Preços.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.84 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 18/08/2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:F36F572D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS VIAS URBANAS E NOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: ROCCO BARROCO COM DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – CNPJ 80799786000198

ITEM	PRODUTO	UND.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. MÁX.	VALOR TOTAL MÁX.
1	CONJUNTO ISOLADOR TIPO ROLDANA DE PORCELANA ESMALTADA 72 X 72 MM; FERRAGENS: ARMAÇÃO SECUNDARIA PESADA COM PINO E CUPILHA.	UND	20	VP	28,50	570,00
7	CABO DE COBRE 16MM SEMIRRÍGIDO	M	200	RCM	21,50	4.300,00
8	CABO DE COBRE 25MM SEMIRRÍGIDO	M	250	RCM	33,30	8.325,00
9	CABO DE COBRE 35MM SEMIRRÍGIDO	M	300	RCM	54,40	16.320,00
10	CABO DE COBRE 95MM SEMIRRÍGIDO	M	300	RCM	129,30	38.790,00
11	CABO DE COBRE NU 35MM	M	400	RCM	36,65	14.660,00
12	CABO DE COBRE (100%) SEMI RÍGIDO 70MM	M	400	RCM	109,90	43.960,00
13	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO 50MM	M	200	RCM	72,40	14.480,00
14	CABO PP 2X6MM	M	200	RCM	20,60	4.120,00
15	CABO DE COBRE FLEXIVEL TIPO PP 2X2,5MM	M	400	RCM	7,45	2.980,00
16	CAIXA CN COMPLETA COM ABRAÇADEIRAS DE AÇO GALVANIZADO CN1	UND	10	JORDAO	260,00	2.600,00
17	CAIXA GNE PADRÃO COPEL COM ABRAÇADEIRAS DE AÇO GALVANIZADO CN2	UND	5	JORDAO	630,00	3.150,00

21	REFLETOR HOLOFOTE 1000W LED IP67 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 90.000 LUMENS, VIDA UTIL 50.000H MATERIAL ALUMINIO PINTADO, TIPO DE LED: COB, FATOR DE POTENCIA > 0.9 DIMENSOES 55X40X12.	UND	10	ARCO IRIS	939,00	9.390,00
22	REFLETOR HOLOFOTE 2000W LED IP67 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 200.000 LUMENS, VIDA UTIL 25.000H MATERIAL ALUMINIO, TIPO DE LED: COB, FATOR DE POTENCIA > 0.9 DIMENSOES 73X33X6,5, COMPATIVEL COM RELE FOTOCELULA.	UND	20	ARCO IRIS	1.520,00	30.400,00
24	DISJUNTOR BI 50A - NEMA	UND	20	ELGIN	74,50	1.490,00
25	DISJUNTOR TRI 100A - DIN	UND	20	ELGIN	136,75	2.735,00
26	DISJUNTOR TRI 125A - DIN	UND	20	ELGIN	178,00	3.560,00
27	DISJUNTOR TRI 200A - DIN	UND	20	SOPRANO	424,9	8.498,00
28	FIO DE COBRE 10MM RIGIDO	M	1.000	RCM	13,30	13.300,00
29	FIO DE COBRE 2,5MM FLEXIVEL	M	1.000	RCM	3,30	3.300,00
30	FIO DE COBRE 4MM FLEXIVEL	M	1.000	RCM	5,35	5.350,00
31	FIO DE COBRE 6MM FLEXIVEL	M	1.000	RCM	6,80	6.800,00
32	FIO DE COBRE 2X4MM PARALELO	M	1.000	RCM	12,80	12.800,00
37	LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO, POTÊNCIA NOMINAL DE 70W/220V, ALTA PRESSÃO, BASE E-27, FORMATO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 6.000 LM, EFICIÊNCIA LUMINOSA 84,0 LM/W, COM VIDA MEDIANA DE 24.000 HORAS.	UND.	60	AVANT	21,00	1.260,00
47	RELÉ FOTO ELÉTRICO MAGNÉTICO USO EM CORRENTES ALTERNADAS INTERCAMBIÁVEL DE 220V, COM SISTEMA DE OPERAÇÃO QUE ACENDE E APAGA LÂMPADAS EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DA ILUMINÂNCIA, CORPO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS PARA SUPORTAR INTEMPÉRIES, PINAGEM DE CONTATO EM LATÃO ESTANHADO PRESO AO CORPO POR SISTEMA DE REBITAGEM, COM CONTATOS DE CARGA TIPO LN QUE ACIONAM A CARGA A NOITE, CÉLULA FOTOELÉTRICA TIPO CDS COM ENCAPSULAMENTO BLINDADO DE RESPOSTA INSTANTÂNEA MONTADO NA POSIÇÃO LATERAL, FREQUÊNCIA DE 60HZ, CORRENTE MÁXIMA DE 10ª, POTÊNCIA DE 1000W EM CARGA RESISTIVA E 1800VA 220V EM CARGA INDUTIVA, FAIXA DE OPERAÇÃO DE 5 A 20 LUX PARA LIGAR E NO MÁXIMO DE 40 LUX PARA DESLIGAR, DE ACORDO COM A ABNT NBR 5123/2016, TEMPERATURA DE TRABALHO DE -5°C A + 50°C.	UND	300	NKS	32,85	9.855,00
48	RELÉ FOTO CONTROLADOR ELÉTRONICO LIGA DE NOITE(LN)FALHA DESLIGADO (FD/ FAIL OFF) COMFORME ABNT NBR 5123/2016 EM POLICARBONATO COM PROTEÇAO UV, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000W RESISTIVO, TESÃO DE FUNCIONAMENTO DE 220V E 60HZ, PROTEÇAO CONTRA SURTOS DE 2KA, INDICE DE PROTEÇAO IP65, TOMADA PADRÃO NEMA COM 3 PINOS DE LATÃO ESTANHADO, ACIONAMENTO POR PICOS DE LUMINOSIDADE TRANSITORIOS, COM GARANTIA DE 5 ANOS.	UND	300	POLLUX	21,00	6.300,00
50	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 250MM EM COBRE	UND	60	BETEL	28,30	1.698,00
53	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 70MM	UND	50	BETEL	21,87	1.093,50
54	REFLETOR LED 600W IP66 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 54.000 LUMENS, VIDA UTIL 45.000H, MATERIAL ALUMINIO DIMENSÕES 38X28X3,1.	UND	30	ARCO IRIS	330,61	9.918,30
55	DISJUNTOR BI 40A - DIN	UND	20	ELGIN	42,50	850,00
56	DISJUNTOR TRI 50A	UND	20	ELGIN	68,93	1378,6
57	DISJUNTOR TRIFASICO DIN 63 A	UND	20	ELGIN	61,17	1.223,40
58	DISJUNTOR BIFASICO DIN 32 A	UND	20	ELGIN	40,26	805,20
59	BARRAMENTO TRI 3X18 LIG. DIN 63 A 440V	UND	20	CEMAR	217,94	4.358,80
60	FIO DE COBRE SOLIDO/ FLEXIVEL 10MM	M	500	RCM	12,45	6.225,00

Valor total registrado para o fornecedor: R$ 296.843,80 (Duzentos e noventa e seis mil e oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).
Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado na Ata de Registro de Preços.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.84 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 18/08/2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:EACD4C85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º71/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **OSX CONSTRUTORA LTDA** CNPJ: sob nº. 57.263.351/0001-02,
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de **Empresa para Prestação de Serviços de Pedreiros e Ajudante de Pedreiro**, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

LOTE 01: R$ 154.642,50
(cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)**.**
PARA AMPLA CONCORRENCIA

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Prestação de Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	Horas	6750	22,91	154.642,50

LOTE 03: R$ 118.665,00
(Cento e dezoito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais)**.**
PARA AMPLA CONCORRENCIA

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Prestação de Serviço de Mão de Obra para ajudante Pedreiro	Horas	6750	17,58	118.665,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.
DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

04.001.122.0004.2.006 – Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
46	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

05.001.12.122.0016.2.014 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. Educação			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
77	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1103

05.002.12.361.0017.2.022 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
104	3.3.90.30.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1104

05.002.12.365.0018.2.017 - Manutenção da Educação Infantil			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
128	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1104

07.001.08.122.0006.2.027 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Des. Social e Família			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
270	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

06.002.10.301.0013.2.041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
188	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	11494

06.001.10.122.0011.2.040 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
169	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1303

08.001.15.451.0022.2.073 – Gestão de Obras e Infraestrutura			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
336	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

09.001.15.452.0021.2.064 – manutenção e Conservação de Espaços Públicos			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
361	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1013

10.001.27.812.0030.2.054 – Apoio e Promoção das Atividades Desportivas			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
397	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

11.001.04.122.0004.2.070 – Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
407	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

DATA: Tunas do Paraná, 20 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
ANDRÉ BOARD, Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:78AA2F25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 590/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ANGELA MARA FOLTZ	124	2024/2025	DIGITADOR FUSA	01/10/2026 A 10/10/2026
FRANCISCO OSMAIR SONEGO	1293901	2024/2025	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	16/09/2026 A 25/09/2026
JOSE ALOIR TANAZILDO	114	2024/2025	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	14/09/2026 A 23/09/2026
JOSE ALOIR TANAZILDO	114	2025/2026	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	24/09/2026 A 13/10/2026
PATRYCIA CANDIDO OSORIO	1512717	2022/2023	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE	03/11/2026 A 12/11/2026
PATRYCIA CANDIDO OSORIO	1512717	2023/2024	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE	13/11/2026 A 12/12/2026
PAULO PSCHWOSNE	1512611	2024/2025	SERVENTE	08/09/2026 A 27/09/2026
PAULO PSCHWOSNE	1512611	2025/2026	SERVENTE	28/09/2026 A 07/10/2026
ROGERIO PORTELA DA LUZ	991506025	2025/2026	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17/08/2026 A 05/09/2026
SIMONE FLISSAK EMPINOTTI	991504040	2022/2023	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE	03/11/2026 A 12/11/2026
SIMONE FLISSAK EMPINOTTI	991504040	2023/2024	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE	13/11/2026 A 02/12/2026
SUELYN NINOV VIDAL	991505712	2025/2026	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	14/09/2026 A 23/09/2026
WANDERLEIA BEHRENS	991506201	2025/2026	COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	23/11/2026 A 02/12/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:15F09B3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 591/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
DÉBORA ELIANE HOEPERS	1400101	2025/2026	PROFESSOR	24/08/2026 A 02/09/206
DÉBORA ELIANE HOEPERS	991505677	2025/2026	PROFESSOR	24/08/2026 A 02/09/206
MIRIAN CARDOSO	1502901	2025/2026	PROFESSOR	21/09/2026 A 30/09/2026
MIRIAN CARDOSO	1310201	2025/2026	PROFESSOR	21/09/2026 A 30/09/2026
PATRICIA BAIAK	1512213	2025/2026	PROFESSOR	02/09/2026 A 11/09/206
PATRICIA BAIAK	991505365	2025/2026	PROFESSOR	02/09/2026 A 11/09/2026
PRISCILA GUTH WISNIEWSKI	1479001	2025/2026	PROFESSOR	08/09/2026 A 17/09/2026
PRISCILA GUTH WISNIEWSKI	991505065	2025/2026	PROFESSOR	08/09/2026 A 17/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4EDBD788

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 596/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER ADICIONAL DE ESCOLARIDADE**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais, a partir de **AGOSTO DE 2026**, conforme relação abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR	ESCOLARIDADE	CARGO	A PARTIR DE
991505170	EVA CAZIUK	PÓS GRADUAÇÃO 15,5%	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	01/08/2026
991505214	JESIANI POTOKOSKI	GRADUAÇÃO 40%	TECNICO EM ENFERMAGEM	01/08/2023
991505221	MARCOS OLINIUK	PÓS GRADUAÇÃO 15,5%	MOTORISTA	01/08/2026
991505227	NIVEA MARIA SASS	PÓS GRADUAÇÃO 15,5%	CIRURGIAO DENTISTA DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA	10/08/2026
991504255	DOUGLAS BENÍCIO DE OLIVEIRA	PÓS GRADUAÇÃO 15,5%	QUÍMICO	01/07/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7A17093D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DL 27/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 27/2026 –PROCESSO DE COMPRA 87/2026

O MUNICIPÍO VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE RECARGAS DE EXTINTORES E MATERIAIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.**

Lote: 01 RECARGA EXTINTORES			**PTL:**	**R$ 6.364,75**	
Item	**Especificação**	**Und.**	**Qtd.**	**PUMáx**	**PTMáx**
1	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE ÁGUA PRESSURIZADA 10 LITROS**	**UN**	**6,00**	**55,00**	**330,00**
2	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO ABC 6 KG**	**UN**	**5,00**	**90,95**	**454,75**
3	**CARGA DE EXTINTOR DE CO^2 6 KG**	**UN**	**3,00**	**120,00**	**360,00**
4	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO BC 4 KG**	**UN**	**3,00**	**60,00**	**180,00**
5	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO BC 6 KG**	**UN**	**1,00**	**60,00**	**60,00**
6	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUIMICO BC 20 BC 6 KG**	**UN**	**7,00**	**60,00**	**420,00**
7	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO ABC 4 KG**	**UN**	**23,00**	**80,00**	**1.840,00**
8	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO ABC 3 A- 20 BC 04 KG**	**UN**	**18,00**	**80,00**	**1.440,00**
9	**CARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO PQS 4KG ABC**	**UN**	**16,00**	**80,00**	**1.280,00**

Lote: 02- MATERIAIS			**PTL:**	**R$ 7.996,31**	
Item	**Especificação**	**Und.**	**Qtd.**	**PUMáx**	**PTMáx**
1	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA TIPO BLOCO AUTÔNOMO, 30 LEDS (POTÊNCIA APROX. 2W), BATERIA DE LÍTIO, CORPO EM ABS BRANCO.	UN	46	55,00	2.530,00
2	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA TIPO BLOCO AUTÔNOMO COM 2 FARÓIS DE LED AJUSTÁVEIS, ALTA POTÊNCIA (FLUXO LUMINOSO MÍN. 1200 LÚMENS), BATERIA SELADA.	UN	1	189,00	189,00
3	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA, CÓDIGO M1 (DESCRITIVA/INSTRUÇÃO), MATERIAL PVC EXPANDIDO OU RÍGIDO, ESPESSURA MÍNIMA 2 MM, 450 x 450 MM NÃO INFLAMÁVEL, COM TRATAMENTO FOTOLUMINESCENTE DE ALTA INTENSIDADE.	UN	1	213,31	213,31
4	BARRA ANTI PÂNICO DUPLA PARA PORTA DE VIDRO DUPLA + MAÇANETA COM CHAVE NA COR PRETA, COM INSTALAÇÃO INCLUSA	UN	1	3.359,00	3.359,00
5	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	50	25,00	1.250,00
6	PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA NO PISO PARA EXTINTOR, NAS DIMENSÕES TOTAIS DE 100 X 100 CM. COMPOSTA POR QUADRADO CENTRAL NA COR VERMELHO SEGURANÇA (70 X 70 CM) E BORDA PERIMETRAL NA COR AMARELO SEGURANÇA (LARGURA DE 15 CM). APENAS O MATERIAL.	UN	7	65,00	455,00

JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica pela necessidade de suprir as demandas da Secretaria municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, conforme protocolos 640 e 3404/2026.

DESCRIÇÃO:
"**CONTRATAÇÃO DE RECARGAS DE EXTINTORES E MATERIAIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.**"

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço (contendo todos os itens e valores unitario e totais de cada lote de interesse) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando-se às 13:00h do dia 20/08/2026 e encerrando-se às 10:00 h do dia 31/08/2026, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE;

Os interessados em apresentarem propostas, entrar em contato com o Agente de Contratação do município, ou através dos e-mails:licita@vitorino.pr.gov.br , compras2@vitorino.pr.gov.br ;

Após celebração do contrato ou instrumento equivalente, o mesmo será divulgado no Diário Oficial , bem como no sítio eletrônico oficial do Município.

O valor estimado para a contratação é de R$ **14.361,06 (quatorze mil, trezentos e sessenta e um reais, seis centavos)**

FERNANDO SINHORINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:18EDD772

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
35°ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL_EXERCÍCIO DE 2026

35º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável: Joceli Gomes Cunha.
PROCESSO Nº. 5849/2026

1.OBJETO
Contratação de empresa para realização de obra no imóvel onde se encontra o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

2.JUSTIFICATIVA

Justificamos a referida alteração, devido a necessidade de reforma e ampliação no imóvel onde hoje encontra – se o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, de acordo com indicação do Ministério Público e de acordo com o que estabelece o caderno de "Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes".

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 20 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER

ANEXO 09 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	Nº. CONTRATO/ATA	DATA DE VENCIMENTO	PREVÊ PRORROGAÇÃO?	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS	RENOVAÇÃO	45/2024	22/03/2025	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 40.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS	RENOVAÇÃO	1539 E 1540/2024	18/07/2026	SIM	ADITIVO	JUNHO	JULHO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO AUXÍLIO NATALIDADE	RENOVAÇÃO	312/2024	13/09/2026	SIM	ADITIVO	AGOSTO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 22.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO AUXÍLIO CIDADANIA	RENOVAÇÃO	x	x	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 230.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O POSTO DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO	RENOVAÇÃO	1479/2024	06/02/2026	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 40.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA	R$ 24.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ÓRGÃO GESTOR	RENOVAÇÃO	1293/2022	22/07/2025	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 42.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS	RENOVAÇÃO	1319/2022; 1466/2023; 1502/2024	11/10/2026; 05/12/2026; 02/04/2026	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA O ÓRGÃO GESTOR	CONTRATAÇÃO	1529/2024	1529/2026	NÃO	PREGÃO OU DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE	RENOVAÇÃO	1392/2023 E	30/03/2026 E	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE	R$ 1.500,00	MÉDIA

SERVIÇOS DE SEGURO PARA MÓVEIS		1529/2024	23/06/2026					TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR EVENTOS TEATRAIS TEMÁTICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA	R$ 20.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES PARA CURSOS, CAPACITAÇÕES E EVENTOS DE CURSOS AFETOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TRABALHADORES DO SUAS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA PARA OS EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 40.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTILHAS TEMÁTICAS SOBRE OS SERVIÇOS AFETOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	BAIXA
PAGAMENTO DE ANUIDADE COGEMAS	RENOVAÇÃO	1449/2023	24/10/2025	SIM	ADITIVO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 500,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVELAÇÃO DE FOTOS E AQUISIÇÃO DE ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS	RENOVAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	212/2051; 213/2024; 214/2024; 215/2024; 216/2024; 217/2024; 218/2024; 219/2024 E 220/2024	07/08/2026	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	AGOSTO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 5.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	202/2024; 203/2024; 205/2024; 206/2024 E 154/2025	23/06/2026	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 70.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VESTUÁRIOS CALÇADOS E ACESSÓRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS PARA DECORAÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FAIXAS PERSONALIZADAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 2.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS	CONTRATAÇÃO	084; 085; 086; 087; 088 E 089/2024	24/04/2025	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	ABRIL	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 28.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PALESTRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	TOMADA DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RAMPA COM ACESSIBILIDADE PARA O CRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	TOMADA DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RECURSOS ADVINDOS DE DELIBERAÇÕES DO ESTADO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA

					PREÇOS					
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS ADVINDOS DE DELIBERAÇÕES DO ESTADO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO FEDERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO FEDERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS NATALINOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	ABRIL	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OFICINAS PARA GRUPOS DE USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 45.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA OS GRUPOS DE USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	AGOSTO	NOVEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 4.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA O CADASTRO ÚNICO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE MÚSICO, DUPLA OU BANDA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 35.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TENDAS E OUTROS MATERIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	x	x	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE BAILES MENSAIS	RENOVAÇÃO	97/2025	22/07/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PORTA DE MADEIRA NA SEDE DO CONSELHO TUTELAR	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TELA DE PROJEÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 15.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ITENS PERSONALIZADOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAIXAS DE SOM E MICROFONES	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MARÇO	JUNHO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONSOLE VIDEOGAME E OUTROS JOGOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO -	MAIO	AGOSTO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE/	R$ 15.000,00	BAIXA

					REGISTRO DE PREÇOS			MATERIAL DE CONSUMO		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS DE CAMA, MESA E BANHO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DRYWALL, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 60.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E ITENS MEDICAMENTOSOS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA EVENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE RESTAURANTE, PIZZARIA, LANCHONETE E SORVETERIA PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	ABRIL	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CORTE DE CABELO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 300,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO PARA MOTORISTAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DA MULHER E DA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 36.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO PARA MOTORISTAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$2.500,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	X	X	X	INEXIGIBILIDADE	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$400.000,00	ALTA
OBRA EM ESPAÇO ALOCADO PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CONTRATAÇÃO	X	X	X	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	SETEMBRO	JANIERO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$250.000,00	ALTA
TOTAL ESTIMADO:								R$2.049.800,00		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:E72176C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TORNA PUBLICO A RELAÇÃO DAS NOTAS POR CARGO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

A comissão de PSS nº 02/2026 nomeada pelo Decreto Nº 19.385 de 29 de junho de 2026, torna público as NOTAS por cargo.

DANIELE BORKOSKI DE PAULI
Presidente da Comissão

KAMILA DUSI BOCHENEK
Membro da Comissão

LILIANE DE FÁTIMA PADIILHA
Membro da Comissão

RELAÇÃO DAS NOTAS POR CARGO

CARGO: ASSISTENTE DE FÁRMÁCIA								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (35 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (25 pontos)**	**Total**
79	Adriane Kuiava Venc	31/05/1992	Sim	15	35		25	75
96	Antonina Cruchinski Pietrala	20/11/1976	Sim					0
86	Beatriz Stelle	06/04/2004	Sim	15	35			50
88	Carlina Aparecida da Cruz Colaço	27/07/1999	Sim					0
84	Daniele paz Camargo	26/05/1989	Sim	15	35			50
93	David Tiago Franco Paes	07/05/1988	Sim	15	35	25	25	100
92	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25		75
83	Fátima Mohamed Ayoub	29/07/1978	Sim	15				15
87	Fernanda Clarissa Grocheveski Silveira Pinto Ianoski	28/11/1988	Sim	15	35	25	25	100
74	FERNANDA CRISTINA SCHNELL	13/07/1992	Sim					0
89	GABRIEL HEVATO DOMINGUES GOMES FERREIRA	04/07/2005	Sim					0
81	GISLAINI CHRISTINA GONCALVES DA SILVA	17/11/1996	Sim					0
75	GRAZIELE APARECIDA ANTUNES SCHNELL	30/07/2001	Sim					0
97	Ingrid De Mello	07/09/1993	Sim	15	35			50
76	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15	35			50
78	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25	25	100
90	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim					0
82	Josiele Seixas Hartmann	02/11/1999	Sim	15				15
72	Ketlin Geovana dos Santos sanson de morais	27/03/1997	Sim					0
85	Manuela Fernandes Moletta	15/09/2006	Sim	15				15
94	Maria Aparecida Formanquevski	10/06/1967	Sim	15	35			50
71	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim					0
95	MIRIANE ZWIEGICOSKI	25/12/1986	Sim	15	35			50
77	NATASHA SAIDES CAMARGO	02/02/2003	Sim	15				15
80	Nilzete da luz Vichineski	17/03/1969	Sim					0
98	Patricia Willan de Santa Clara BREGINSKI	06/12/1988	Sim	15				15
91	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	35	25	25	100
73	Tatieli Cristine da Fonseca Gonçalves	30/03/1990	Sim	15				15
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
99	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	14/05/1988	Sim	15	25	25		65
121	ALESSANDRA REGINA TEIXEIRA DE FREITAS	20/08/1996	Sim	15	25			40
108	Aline de Fátima Alves	17/03/1992	Sim	15	25			40
133	Aline Modesto	07/10/1999	Sim	15	25			40
126	Ana Cristina Galdino Pinto	03/10/1967	Sim		25			25
117	ANA REGINA CORODEL	25/05/1965	Sim	15	25			40
140	Angel Teresinha Soares Godoy	28/11/1991	Sim					0
139	BRUNA CAROLINA PAULAK GONÇALVES	04/12/1995	Sim	15	25	25		65
120	Cesar Alexandre Ribas Oliveira	12/03/2004	Sim	15				15
151	Cristiane Aparecida Alarcon	22/07/1986	Sim		25			25
148	CRISTINA VILLAR SALVATORI	12/12/1979	Sim					0
135	Elaine Pillsky	12/07/1988	Sim	15	25			40
146	Elizama Caroline de Paula	20/07/1994	Sim					0
124	Elizangela Machado dos sSanto	20/07/1979	Sim	15				15
134	Emanuelly Gonçalves Tobias	05/03/2004	Sim	15				15
138	Evellin Nayane Pereira	05/04/1989	Sim		25			25
106	Evelyne Pereira Takii	08/08/1999	Sim	15	25	25	35	100
149	GABRIELI BARBIERI SOUZA SILVA PAZ	22/02/1995	Sim		25			25
145	Isadora Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15				15
101	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15				15
123	JEAN CARLOS BALDO	29/06/1982	Sim	15	25			40
122	JESSICA DA SILVA	28/06/1991	Sim	15	25	25		65
137	Júlia Cristine do Nascimento do Pilar	29/12/2002	Sim	15				15
107	Lais Michele Bigaski	27/04/1988	Sim	15		25		40
129	Laís Santos dos Anjos	18/07/1991	Sim		25			25

128	LETICIA CAROLINE MARENDA BORGO	14/07/1983	Sim	15	25			40
116	Lorizete Szymanski	04/09/1965	Sim	15	25	25		65
130	Luciana Almeida de Jesus	05/03/1989	Sim	15	25			40
141	Luciane Aparecida Barchaki Gielinski	01/03/1972	Sim	15	25	25		65
144	Luciane Trindade Pinto	14/05/1983	Sim	15	25			40
150	Marcelo Nascimento de Oliveira	12/12/1983	Sim	15	25		35	75
103	Marcia Czerevaty Hanneck	19/10/1972	Sim	15	25			40
125	MARCOS LOPES DE CARVALHO	19/01/2002	Sim	15				15
111	Maria Aparecida da Costa	17/12/1972	Sim	15	25			40
127	MARIA CLEUDIMAR SILVA MARTINS	02/02/1967	Sim		25			25
132	Maria Elica dos Santos Silva	21/09/1990	Sim	15	25			40
118	Maria Fernanda Stelle	21/08/2002	Sim	15				15
110	Marilene Silva	16/01/1990	Sim	15	25			40
153	Marina Fatima de Sousa	27/09/1967	Sim	15	25	25		65
136	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim	15				15
112	MARLI CANDIDO MORAES	03/12/1970	Sim	15	25			40
119	Renata de Souza Gluchowiski Nadolny	02/01/1978	Sim					0
109	Rodrigo Souza Matos	18/05/1985	Sim	15	25			40
105	RONISI DE OLIVEIRA LUTZ	16/08/1977	Sim	15	25	25		65
115	ROSELI MAINARDES	04/06/1970	Sim	15	25	25		65
147	Rubia Ramos Oliveira	10/02/1982	Sim	15	25	25		65
114	Sabrina Américo Poncheki	13/11/1993	Sim	15	25	25		65
102	SANDRIELE CRISTINA DE ASSIS	09/09/1997	Sim					0
131	sandy bastos borges	06/01/1999	Sim	15	25			40
113	Sonia Aparecida de Oliveira Cruz	27/06/1960	Sim	15	25	25		65
152	Sonia Marilda Baran	12/01/1973	Sim	15	25			40
142	Tâmara Oliveira da Silva	02/06/1993	Sim					0
143	THAMIRES APARECIDA BOJKO	23/11/1997	Sim	15	25		35	75
100	Vandic Almeida dos Santos	19/08/1988	Sim	15	25			40
104	Vanessa Rosa Mano	17/06/1990	Sim	15	25			40

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (35 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (25 pontos)**	**Total**
271	Acir Carlos da Silva Gonçalves Junior	12/01/2000	Sim	15	35	25	25	100
224	Adriane Kuiava Venc	31/05/1992	Sim	15	35	25		75
161	Adrieli Francine Bastos do Nascimento	29/12/1997	Sim		35			35
338	Alessandra Aparecida Rodrigues Woinarovicz	01/03/1983	Sim	15	35	25		75
443	Alessandra Bach	06/01/1974	Sim	15	35	25	25	100
243	ALESSANDRA PAOLA KARAS	14/12/1977	Sim	15	35	25		75
208	Aline Machado de Melo	06/08/2000	Sim	15				15
420	Alisson Cassio da Cruz	31/10/1993	Sim	15	35	25		75

290	Altair José Costa	12/07/1958	Sim	15	35	25		75
279	Amalia Do Rocio Bozzi Delfrate	20/02/1971	Sim		35			35
156	Amanda Caroline Orchanheski	15/02/2004	Sim	15	35			50
162	Amanda de Lara Ramos	21/12/1995	Sim					0
270	Amanda Karoline do Nascimento Mazeika	16/04/1991	Sim					0
188	Ana Luiza de Oliveira Teixeira	11/06/2000	Sim		35	25	25	85
284	ANA P T MOREIRA Do Nascimento	27/07/1989	Sim	15	35	25		75
348	Ana Paula Burdak Tymoczuk Moreira	14/03/1986	Sim	15	35			50
182	Ana Rillary Favoretto	07/06/2004	Sim	15				15
216	Ananda Caroline dos Santos Fagundes	31/07/2007	Sim	15				15
176	Anderson Pinheiro	05/10/1981	Sim	15				15
213	André Luís Maciel	10/10/1985	Sim					0
306	ANDRÉ LUIZ SANTOS TRINDADE	04/06/1982	Sim	15	35			50
307	Andre Luiz SantosTrindade	04/06/1982	Sim	15	35			50
398	Andrea Rigoni Cordeiro	11/09/1974	Sim	15				15
228	Andressa Aparecida Ribeiro dos Santos stadler	06/10/1991	Sim		35	25		60
295	ANDRESSA CRISTINA VIEIRA RIOS	25/03/1984	Sim	15	35	25		75
409	Angel Maite Bobato	15/04/1996	Sim		35	25		60

238	Ângela de Lima dos Santos	09/10/1991	Sim	15	35	25		75
399	ANGELA MARIA GOLON KAPP	19/07/1984	Sim	15	35			50
433	angelino gonsalves	09/09/1992	Sim	15	35	25		75
254	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	35	25		75
360	Antonio Marcos Junior	23/08/1981	Sim	15	35	25	25	100
260	ANTONY RAFAEL GARCIA BACH	14/10/2000	Sim	15	35			50
440	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	16/05/1989	Sim	15	35	25		75
239	Ariebert ahmad pereira Choucair	28/01/1995	Sim	15				15
314	Beatriz Caroline ianoski	23/02/2006	Sim					0
439	BENIGNO VIEIRA RIOS	01/07/1981	Sim		35			35
304	Breno Gabriel Kubis dos santos	13/09/2004	Sim					0
412	Bruno Ferreira Borges	04/08/1990	Sim	15	35	25		75
334	Bryan Honorio Ferreira	17/01/2001	Sim	15	35			50
421	CAMILA MACHADO VIDA	07/09/2001	Sim	15	35			50
236	Carla Ripka	09/08/1995	Sim	15	35			50
327	Caroline Batista Alves da Silva	08/04/1999	Sim	15				15
344	Caroline Honório Ferreira	29/12/2008	Sim					0
222	Cintia dos Santos Valle	09/10/1996	Sim		35			35
415	Claudia Hass	04/11/1977	Sim					0
209	Cleide Nara Donini Perek	29/07/1989	Sim	15	35	25		75
276	Cleonice Aparecida Blak	16/06/1998	Sim					0
405	Clinei dopkoski	28/03/1972	Sim	15				15
232	CRISTIANE DE FATIMA MARSAL	17/02/1988	Sim	15				15
226	Cristiano Miguel Staichaka	07/10/1986	Sim		35			35
330	Daiana tais leite	15/07/1998	Sim	15				15
386	Daiane Aparecida Ripka de Oliveira	04/05/2002	Sim					0
448	Daiane Moscaleski	04/12/1995	Sim					0
329	Daniele Aparecida Marques Primo	15/11/1979	Sim		35			35
387	DANIELE APARECIDA ORNIESKY	03/10/2001	Sim					0
296	Daniele paz Camargo	26/05/1989	Sim	15				15
389	David Tiago Franco Paes	07/05/1988	Sim	15	35	25	25	100
313	Débora Cristina dos Santos	20/05/2005	Sim	15				15
413	diego gabriel bueno	03/05/1992	Sim	15	35	25		75
400	Diego Pacheco dos Santos	14/04/1992	Sim					0
332	Divonei Vidal	04/03/1975	Sim	15	35	25		75
244	Douglas Rafael Mendes	30/07/2000	Sim					0
446	Edgar de Andrade Pereira	08/03/1987	Sim	15	35			50
435	Eduarda Seixas Costa	08/11/2004	Sim					0
416	Eduardo Silveira Andrade dos Santos	06/01/2009	Sim					0
335	Elaine Aparecida Gonçalves	31/03/1981	Sim	15	35	25	25	100
379	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25	25	100
384	Elaise Adames Martins	03/03/1985	Sim			25		25
287	eliandra legeski monegate	27/06/1977	Sim	15	35			50
377	Eliezer ozias de Paula	06/04/1987	Sim	15				15
237	ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	Sim	15	35	25		75
253	Elisiane Viante	30/05/1986	Sim	15				15
178	Elluizzi Gabrielle de Oliveira	05/09/2001	Sim		35			35
393	ELOISA VENC CATHARINA	17/07/2001	Sim	15				15
309	Eloiza Magalhães Coghetto	18/03/1998	Sim	15	35			50
392	Elza do Nascimento dos Santos	20/09/1962	Sim	15				15
250	Emanuele Gonçalves da Cruz	11/01/1986	Sim	15				15
233	EMANUELLY SALAMUCHA	05/12/1996	Sim	15	35	25		75
425	Eric Fernando Hartmann Ramos	13/05/2006	Sim	15				15
273	Érica Ferreira Almeida	11/07/2000	Sim	15	35	25		75
210	Erica Heloise Ruppel	11/02/2000	Sim	15	35	25		75
404	Euler Erlanger Ribeiro dos Santos	22/12/1996	Sim		35	25		60
291	Evelin Raine Milone Holtman	05/12/1997	Sim	15	35	25	25	100
205	Evelin Viante Albach	09/05/2008	Sim					0
368	Everson Fernando Nepomoceno Monegate	17/12/2004	Sim	15	35			50
252	EWERTON KOPSSCH REIN	06/05/1996	Sim	15	35	25	25	100

245	FABIANA ROCHA DE SOUZA	27/05/1981	Sim	15				15
320	Fabiano cezar lopes	05/02/1985	Sim	15				15
204	Felipe Augusto Martins	13/07/1999	Sim	15				15
257	FELIPE DOS SANTOS SILVA	26/05/2005	Sim					0
352	FERNANDA Clarissa Grocheveski Silveira Pinto Ianoski	28/11/1988	Sim	15	35	25		75
196	Fernanda Christiana Schnell	13/07/1992	Sim					0
172	FLÁVIA DO ROCIO DA SILVA	11/07/1998	Sim					0
180	Flávia dos Santos de Lima	27/05/2008	Sim					0
346	FRANCIANE SVIECH	14/08/1987	Sim	15				15
266	Franciele de Lima	15/02/1988	Sim					0
447	FRANCIELE ZAKRZEVSKI	21/09/1994	Sim	15				15
326	FRANCINE SCHUHLI	07/11/1990	Sim		35			35
397	Francisco Augusto Trzaskos	12/04/2000	Sim	15				15
333	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15	35			50
362	GABRIEL CORREA TEIXEIRA	06/02/1997	Sim	15				15
356	GABRIEL HEVATO DOMINGUES GOMES FERREIRA	04/07/2005	Sim					0
274	GABRIEL MIRANDA	29/01/2008	Sim					0
163	Gabrieli Viante	18/12/2001	Sim		35			35
159	Gabriella Cristina Sotero Gulchinski	27/05/1986	Sim	15				15
155	Gabrielle Cristina Ferreira	05/04/2000	Sim	15	35			50
340	Geórgia Martins Ramos	20/01/1993	Sim	15	35	25		75
199	Gisele Cristiane Ferreira	30/08/1988	Sim	15				15
347	Giselem Monteiro goncalves	16/03/1994	Sim					0
246	Givanildo cavalheiro	09/06/1988	Sim	15				15
403	GLEISSON PACHECO DOS SANTOS JUNIOR	24/02/2004	Sim	15				15
265	Gleycielly Gianny Ferreira Soares	29/05/1990	Sim	15				15
198	GRAZIELE APARECIDA ANTUNES SCHNELL	30/07/2001	Sim					0
317	Gustavo Antunes da Silva	23/07/2003	Sim	15				15
366	Gustavo Dusi Bochenek	13/05/1997	Sim	15	35	25		75
255	Gyovana Gosalan Buzzini dos Santos	26/07/2007	Sim					0
294	Helena Padilha	09/06/2004	Sim	15	35			50
438	HELIO JOSE VIDA	19/03/1985	Sim	15	35			50
165	Hellen Luise Hass	25/07/1992	Sim	15	35	25		75
431	IAGO ORLEAN DE SIQUEIRA PINTO	25/09/1999	Sim	15	35	25	25	100
426	Ingrid De Mello	07/09/1993	Sim	15	35			50
293	Irenice dos Santos Carneiro	13/08/1985	Sim	15				15
442	Isabele Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15	35	25		75
323	Isabeli Aparecida Wassonski	29/10/2001	Sim	15	35			50
390	Isabella Fantin Marcos Abreu	24/08/2001	Sim	15	35	25		75
351	Isadora Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15	35			50
202	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15	35			50
428	Janayna Santos Roscosz	09/07/2000	Sim					0
175	janieli vieira	13/05/2000	Sim	15				15
288	Jean Ferrando	04/03/1999	Sim	15				15
331	Jenifer dos Santos Tomaz	12/01/2000	Sim	15				15
303	Jenifer Monteiro	02/12/1998	Sim	15				15
375	JERUSE LEDINE RIFFERT	19/04/1997	Sim	15	35			50
280	Jesiel dos Passos Ferreira	01/03/2004	Sim	15				15
388	Jessé scepanski	20/10/1992	Sim	15				15
242	jessica de jesus camargo	15/07/2000	Sim	15				15
361	Jessica Karina Burakovski	28/05/1996	Sim		35			35
215	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25		75
342	João Carlos Ribeiro da Silva	15/11/1997	Sim	15	35			50
285	João Paulo Galvão de Ramos	19/08/2006	Sim	15	35			50
369	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim					0
166	joelma meneguel da anunciaçao	05/09/1976	Sim		35	25	25	85
201	John Vinicius Albano Rodrigues	01/08/2006	Sim	15				15
173	JONAS TIAGO DOS SANTOS SCOLIMOSKI	11/12/1989	Sim	15				15
383	José Carlos Rodrigues Júnior	03/04/1983	Sim	15	35			50
174	Joselene das Graças krasucki	22/01/1989	Sim	15	35	25		75

248	Josiane de Fátima Santos Gonçalves	06/10/1980	Sim	15				15
261	Josiele Seixas Hartmann	02/11/1999	Sim	15				15
168	Joyce Sotero Teixeira Prates	19/10/2007	Sim					0
436	JUCIANE APARECIDA COSTA	11/10/1996	Sim	15	35	25		75
367	Júlia Cristine do Nascimento do Pilar	29/12/2002	Sim	15				15
328	Julian Pinto Iurczyszyn	14/06/2006	Sim	15				15
301	Juliana Aparecida Ferreira	30/11/1984	Sim	15	35	25		75
402	Juliana de Cassia Ristow stricker	24/06/1978	Sim	15				15
382	Juliana de Fátima Leite de França	21/07/1985	Sim	15				15
231	Juliana Pabis	03/08/2002	Sim	15	35			50
272	Kaliany Baggio Rocha	09/01/2009	Sim					0
394	Karine Wendler Baldo	18/09/2006	Sim					0
339	Karoliny Albuquerque bach	15/05/1991	Sim	15				15
234	KARYN DE JESUS DE OLIVEIRA	15/03/2005	Sim					0
381	Kauane Letícia Fritz de Oliveira	28/08/2004	Sim					0
167	Kauane Margraf	28/09/2004	Sim					0
432	Kauane Teixeira	28/10/2002	Sim		35			35
424	Kelli Verne	01/06/2001	Sim					0
325	Kendra luana Cobachuk	25/05/1994	Sim		35			35
185	Ketlin Geovana dos Santos sanson de morais	27/03/1997	Sim					0
217	Laurenn Giordana Kapp Zanetti	29/08/2002	Sim	15				15
385	Leonardo Adames Martins	23/06/1992	Sim					0
283	Leonardo Tasso Guites	15/03/2004	Sim	15				15
318	Letícia Aparecida Blaginski	29/05/1998	Sim	15	35			50
197	Letícia Mayer Kurek	01/08/2006	Sim					0
170	Letícia Moscaleski	15/03/1988	Sim	15				15
227	Leticia Rodrigues Silveira	08/05/2004	Sim					0
247	LIDIA REGINA DELUCA PESSOA	18/08/1971	Sim	15				15
223	Lis Ketlin Novaki	15/09/1997	Sim					0
324	Livia Padilha Viante	12/09/2004	Sim	15	35			50
315	Luana Begosso de Almeida Kuhn	03/02/2000	Sim	15				15
157	Luana de Paula	23/03/2002	Sim	15				15
401	Lucas Antonio Bianco Roth	29/11/1997	Sim	15	35			50
343	Lucas Sequinel Stempinhaki	05/08/2006	Sim	15				15
220	Lucia de Lima Fernandes	05/07/1985	Sim		35			35
186	Luciane Aparecida portes	30/06/1969	Sim	15				15
256	Luciane Gordia	03/07/1973	Sim	15				15
193	Lucimara Gonçalves Cox	14/08/1970	Sim	15				15
391	Luís Emanuel Damasceno Pereira	19/06/1982	Sim	15				15
211	LUIZ BERNARDI	14/11/1951	Sim	15	35	25		75
203	Luiz Guilherme de Goes	24/07/2002	Sim	15	35	25		75
414	LUIZ GUSTAVO HAVRECHAKI	29/10/2000	Sim	15				15
212	Luiza Ribeiro do Rosário	06/03/1999	Sim	15				15
445	Luzia burkot iantas	09/01/1982	Sim	15			25	40
184	Maiara Assunção	27/08/1985	Sim		35	25		60
267	Maicon Douglas Gomes	07/10/1997	Sim	15				15

410	Maila Giovana Hiebert Osorio	27/11/1999	Sim	15				15
298	Manuela Fernandes Moletta	15/09/2006	Sim	15				15
305	MARCELO DE OLIVEIRA BRIZOLA	14/04/1982	Sim	15	35			50
336	Marcelo Henrique Sequinelli dos Reis	11/04/1999	Sim	15				15
319	Márcio Vinícius Santos Nascimento	23/10/2000	Sim	15				15
372	Marcos Aurélio stall	16/11/1966	Sim	15	35	25	25	100
282	MARCOS VIGAND	11/03/1988	Sim	15	35	25	25	100
160	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
370	Maria Eduarda de Sá Ribas	14/01/2009	Sim					0
297	Maria Fernanda Stelle	21/08/2002	Sim	15				15
230	Maria Priscila Rogovski	12/09/2004	Sim		35			35
357	MARIA VYTORIA ZAVORNE SILVEIRA	25/10/2008	Sim					0
311	MARIANE APARECIDA LEAL	16/09/2005	Sim	15				15
218	Maricléia Kapp	22/03/1972	Sim					0

207	Mariele Oliveira de França Meira	24/07/1988	Sim	15				15
187	Marielle Ciemnievsky Tillmann	17/03/1990	Sim	15	35	25		75
365	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim					0
235	Marli tracz	06/09/1972	Sim	15	35			50
406	Matheus Henrique de Marafigo	14/07/2004	Sim	15	35			50
281	MAYARA DE ALMEIDA	02/12/1992	Sim	15				15
241	Meiry Anny dambroshi	03/01/1994	Sim	15				15
154	Michele aparecida Guimarães rain	11/10/1986	Sim	15	35	25		75
229	Michele leal	20/08/1986	Sim	15	35	25		75
358	Milena Cristine Alves	05/02/2007	Sim	15				15
408	MIRIANE ZWIEGICOSKI	25/12/1986	Sim	15	35			50
259	Monique Borges Seixas	24/03/2004	Sim	15				15
419	Monique da luz Batista	26/12/2002	Sim	15	35			50
337	Myllena Novaes Taques Santos	25/02/2001	Sim		35			35
316	NAIANA KAPP SILVA	02/03/1989	Sim	15	35	25	25	100
321	Natalia Ripka	27/12/2006	Sim					0
302	NATASHA SAIDES CAMARGO	02/02/2003	Sim	15				15
183	Nathalia Martins	21/10/1996	Sim	15				15
350	NATHALY BUENO DOS SANTOS	02/05/2001	Sim	15				15
195	Nilton Ferreira Magalhaes	07/01/2006	Sim					0
177	Noeli Bezerra da Silva	19/10/1969	Sim	15				15
380	Osnei Osires Stelle	29/11/1973	Sim	15	35	25		75
449	Patricia Willan de Santa Clara BREGINSKI	06/12/1988	Sim	15				15
158	Paulo Gabriel dos santos	22/12/2001	Sim	15				15
214	Polyana Almeida e Silva	11/10/2006	Sim					0
349	PRISCILA DE SOUZA	02/09/1983	Sim	15	35			50
278	Rafael Mozart Mercer	08/01/1986	Sim	15	35			50
219	Rafael Titski Carneiro	15/03/2001	Sim	15				15
363	rafaela camargo da silva	16/01/1998	Sim	15				15
191	Rafaela Dias de lima dos santos	27/11/2001	Sim					0
418	Raissa Dups Eurich	05/04/2003	Sim	15	35			50
181	Raíssa Tamine Pacheco	05/01/2000	Sim					0
192	Reniandra da Silva paizani	29/02/2000	Sim					0
289	Rhobhysonn Bojko	30/01/2002	Sim	15	35	25		75
355	RITA ANREIA VENC	21/01/1981	Sim	15	35			50
371	Robson Vilmar Da Silva dos Santos	13/09/2005	Sim					0
249	Rodolfo Vinicius Minuk de Oliveira	23/02/2004	Sim	15				15
341	Rodrigo Eduardo Rodrigues	29/08/2004	Sim					0
275	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	17/08/1980	Sim	15	35	25		75
206	Rosenilda schweigert maia	12/07/1983	Sim	15				15
378	Rosi Bento	03/05/1978	Sim					0
312	SAMUEL BARBOSA MENDES	14/03/1985	Sim	15	35			50
429	Sandra Ferreira Machado	02/01/1981	Sim	15				15
189	Sara Louise Cordeiro Teixeira	12/06/1999	Sim					0
240	Sariah AHMAD OLIVEIRA CHOUCAIR	23/05/2000	Sim		35	25		60
262	Scheila Da Silva Neto Bernal	02/09/1996	Sim	15	35			50
322	Serli de Fátima Muller Farias	20/11/1970	Sim					0
251	Sheley Catarina Nunes	23/12/2004	Sim					0
225	SIMONE FREITAS DA SILVA	04/11/1993	Sim	15	35	25		75
164	Soraya Mohamed Ayoub	07/11/1983	Sim	15				15

373	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	35	25		75
169	Taciane Aparecida Chaves	06/07/1992	Sim	15	35	25		75
310	Taciane Viante	21/11/1988	Sim	15	35	25		75
263	Talita Rocha marques	14/02/2006	Sim		35	25	25	85
359	Tamine de Fatima Ramos Berger	06/12/1999	Sim	15	35			50
417	TATIANE APARECIDA ALVES	25/06/1983	Sim	15	35	25		75
171	Tatiane Fonseca Azevedo	25/08/2000	Sim	15	35			50
194	Tatieli cristine da Fonseca Gonçalves	30/03/1990	Sim	15				15
269	THALISSA BETIM MELEK	26/06/2005	Sim	15				15
179	Thayrini Kampa Klimiont	21/09/2007	Sim	15				15

441	Tomaz Henrique Monegati da Silva	25/07/2001	Sim	15				15
286	Ulisses Átila Arrais e Moura	27/03/1968	Sim					0
258	Valesca Rain do Nascimento	20/05/2007	Sim					0
277	Valquir Barreto Junior	13/02/1991	Sim					0
422	Vanda Mereles de Souza	27/05/1972	Sim	15	35			50
200	VANDERLÉIA APARECIDA RUSGOSKI ROCHINSKI	05/11/1994	Sim	15	35			50
364	Vanderleia Tomel Reinauer	03/09/1986	Sim	15	35	25		75
299	VANESSA SANTOS	31/12/1981	Sim	15	35	25		75
221	Venina Lima Santos Gruber	03/11/1988	Sim					0
264	Veridiane Ferreira	18/07/1991	Sim	15	35			50
292	VICTOR HUGO BAGGIO	27/10/1981	Sim	15				15
353	Vitória Baptista Nowakowski	02/06/2006	Sim					0
374	Vitória Przybyciem	17/01/2006	Sim	15				15
354	Viviane de Paula Ferreira	11/01/1980	Sim	15	35	25		75
407	Walehria Beghe Colaço	27/11/2003	Sim	15				15
444	Weslei Lourenço	12/03/1999	Sim	15				15
190	WESLEY GABRIEL ALVES ANTUNES	04/10/1996	Sim		35			35
376	Willian Filadelfo Rodrigues	13/09/1989	Sim	15				15

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
461	Ademar Machado tavares	25/05/2000	Sim	15				15
480	Alice Maria Swiech	08/08/1998	Sim	15	25			40
477	Ana Beatriz Gonçalves Araújo	31/07/1998	Sim		25			25
481	Ana Carolina de Sousa Oliveira Oliveira	15/10/1995	Sim	15	25	25		65
516	Ana Carolina Lopes Castro	11/01/2000	Sim	15	25			40
451	Andreia da Silva Guedes Furlan	12/05/1976	Sim		25	25		50
490	Andressa Luciane Vieira Dzuba	13/09/2001	Sim	15	25			40
478	Arieth Cristina Sacomani	29/12/1985	Sim	15	25		35	75
472	Bruna Aparecida Trigueiro dos Santos	12/02/1996	Sim	15				15
511	Bruna de Souza Trova Oliveira	31/10/2002	Sim	15				15
507	Camille A Ribas	19/11/2004	Sim	15				15
482	Caroline Oliveira Caldas	25/11/1993	Sim		25			25
508	Cliciane Czelusniak	22/03/1988	Sim	15	25			40
520	Débora Carla Matos da Silva	22/11/1981	Sim		25	25		50
484	deborah raquel ruthes menegolo capraro	14/03/1987	Sim		25			25
528	Eliza Mara da Silva	21/06/1983	Sim	15	25	25		65
498	Emilly Wronsky Reisdorfer	28/06/2003	Sim	15				15
473	Erika do Carmo Iaros	16/07/2003	Sim	15				15
487	Fernanda Butenes	27/11/1996	Sim	15	25			40
496	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15				15
479	Gabriel David Cochinski	11/09/1996	Sim	15			35	50
512	Gabriel Reis da Silva	03/02/2003	Sim	15				15
453	Gabriela Fernanda Schiochet	20/06/2000	Sim	15	25		35	75
513	gabriela pestana da costa	27/06/1995	Sim	15	25	25		65
493	Gabrielli Denepotti	12/03/2004	Sim	15				15
524	Heloise Roberta Villela	21/02/1998	Sim	15				15
527	Isabele Morais Ratin	15/04/1997	Sim	15		25		40
491	Jeniffer Karyle Stanczyk	24/01/1993	Sim	15	25	25		65
456	Jessica Cristine Marciniack Kempp	20/12/1999	Sim	15		25		40
495	JESSICA MATIAS DOS SANTOS	15/12/1999	Sim	15		25		40

468	João Felipe Motta Moreira	14/08/1990	Sim	15	25			40
464	João Vitor Fabricio Bueno	13/05/2000	Sim	15	25			40
471	Joelize Antunes de Lima Soares	22/06/1991	Sim	15	25	25		65
470	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Sim	15	25	25		65
483	Josefa Cristiane Filipak	31/01/1991	Sim	15				15
467	Kauê Gabriel Rangel Bacetto	23/02/2000	Sim	15	25			40
485	ketlin vieira ramon loyola	28/12/1973	Sim	15	25	25		65
466	Lauro Henrique Oliveira de Campos	17/03/1992	Sim	15		25		40

519	Leonardo Vinicius Pawlak Galvão	10/04/2001	Sim	15				15
475	Letícia Falarz	24/04/2004	Sim	15				15
515	Lidia Maria Vitória dos Santos	03/08/2001	Sim					0
497	Lorena Christine dos Santos	29/09/1999	Sim	15	25			40
462	LORENA CZELUSNIAK CALAÇA	04/10/1995	Sim	15				15
476	Lourdes Zeballos	10/09/1990	Sim		25		35	60
465	Lucas Kemmerer Gomes	19/04/2003	Sim	15				15
459	Luyssa Carly De Morais	10/11/1994	Sim	15	25	25		65
494	Marcelly Anny Gonçalves de Oliveira Peracini	07/02/1999	Sim	15	25		35	75
452	Maria Caroline Rochinski de Assis	17/06/2003	Sim	15				15
526	Maria Paula Vilas Boas Manso	12/05/1999	Sim	15				15
506	Mariana Ditzel Stanczyl	08/07/1990	Sim	15	25			40
522	Maurício Correa Pinho	29/07/1976	Sim	15	25	25		65
517	Michele Bail	20/04/1976	Sim	15	25		35	75
460	Michele portela da luz	06/02/1990	Sim	15	25	25		65
521	Milena Cenci Grando	15/05/2002	Sim	15				15
457	MILLENA BARRETO RONDEN	03/10/2000	Sim	15	25			40
505	Monique Nascimento dos Santos Pires	29/05/1996	Sim	15	25	25		65
458	NATHALIA CAROLINE DA LUZ	22/12/2003	Sim	15				15
500	OSMAIDIS MENDOZA ROSABAL	21/06/1993	Sim		25			25
454	Pãmela Nunes Porto	03/06/1998	Sim	15	25			40
509	Renata Ritter Wodiani	12/12/1996	Sim	15	25			40
474	Rodrigo Ap Tocunduva Celin	19/11/1985	Sim	15	25	25	35	100
488	Rodrigo dos Santos Carneiro	13/05/1977	Sim	15				15
502	sabrina vieira talavera	10/07/2000	Sim	15				15
463	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
503	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	25	25		65
455	Suzane Aparecida dos Santos	03/06/1991	Sim	15	25	25		65
499	Taciane Laíse Bresolin	16/04/1995	Sim	15	25			40
518	Tamiris Christensen Bueno	09/07/1993	Sim	15			35	50
504	Thiago de Souza	14/08/2000	Sim					0
486	Thomas Villwock Fehrmann	13/09/1999	Sim	15				15
469	Valentina Castanho Tramontina	18/02/2003	Sim	15				15
489	Víthor Lorenzo Marensi dos Santos	15/10/2001	Sim	15				15
501	Vívian Freire Simionato	09/10/1998	Sim	15	25			40
492	WILBENIA PONTES LEMOS	27/03/1983	Sim	15	25	25		65

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA - ESF

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
592	Alessandra dos Santos Tavares Vieira	10/05/1987	Sim	15	25	25		65
575	Alice Maria Swiech	08/08/1998	Sim	15	25			40
619	Aline Flaviane da Silva	11/07/1988	Sim	15				15
620	Amanda Ariette de Moraes	02/09/1986	Sim	15	25	25		65
617	Amanda Coelho Novaki	15/09/2004	Sim	15				15
585	Amanda Cristina Toneli	18/07/2000	Sim	15	25			40
572	Ana Beatriz Gonçalves Araújo	31/07/1998	Sim		25			25
576	Ana Carolina de Sousa Oliveira	15/10/1995	Sim	15	25	25		65
625	Ana Carolina Lopes Castro	11/01/2000	Sim	15	25			40
534	Ana Rebeca dos Santos Lopes Oliveira	09/08/2003	Sim	15				15
529	Andreia da Silva Guedes Furlan	12/05/1976	Sim	15	25	25		65
571	Andressa Luciane Vieira Dzuba	13/09/2001	Sim	15	25			40
616	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	16/05/1989	Sim	15				15
573	Arieth Cristina Sacomani	29/12/1985	Sim	15	25		35	75

574	Auili da silva lira	09/11/1992	Sim	15		25		40
562	Bruna Aparecida Trigueiro dos Santos	12/02/1996	Sim	15				15
613	Bruna de Souza Trova Oliveira	31/10/2002	Sim	15				15
607	Camille de Almeida Ribas	19/11/2004	Sim	15				15
596	Carlos Eduardo Costa Kirch	21/08/1998	Sim	15				15
566	Carlos Erinaldo Batista Camacho	16/06/1989	Sim	15	25	25		65

577	Caroline Oliveira Caldas	25/11/1993	Sim		25			25
565	Clara Mesquita Lara Gontijo	26/05/1997	Sim	15		25		40
581	Cliciane Czelusniak	22/03/1988	Sim	15	25			40
544	Débora Carla Matos da Silva	22/11/1981	Sim		25	25		50
559	Eliza Mara da Silva	21/06/1983	Sim	15	25	25		65
595	Emilly Wronsky Reisdorfer	28/06/2003	Sim	15				15
563	Erika do Carmo Iaros	16/07/2003	Sim	15				15
579	Estefani Luz Batista Foss	04/03/1994	Sim	15	25	25		65
588	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15				15
614	Gabriel Reis da Silva	03/02/2003	Sim	15				15
532	Gabriela Fernanda Schiochet	20/06/2000	Sim	15	25		35	75
536	gabriela pestana da costa	27/06/1995	Sim	15	25	25		65
597	Gabriele Koga Plodek	03/10/2002	Sim	15				15
580	Gabriella Rodrigues Rocha	10/01/1998	Sim	15	25	25		65
591	Gabrielli Denepotti	12/03/2004	Sim	15				15
551	GUSTAVO MOZART DE SOUZA SILVA	19/03/2002	Sim	15		25		40
624	Heloise Roberta Villela	21/02/1998	Sim	15				15
541	Isabele Morais Ratin	15/04/1997	Sim	15	25			40
548	Jackeline Duda	23/05/2004	Sim	15				15
539	JEFFERSON JOSÉ DE OLIVEIRA	17/08/1967	Sim	15	25	25	35	100
587	Jeniffer Karyle Stanczyk	24/01/1993	Sim	15	25	25		65
538	Jessica Cristine Marciniack Kempp	20/12/1999	Sim	15		25		40
594	JESSICA MATIAS DOS SANTOS	15/12/1999	Sim	15		25		40
611	Jessyca Melo Barbaresco	20/11/1992	Sim	15	25	25		65
552	João Vitor Fabricio Bueno	13/05/2000	Sim	15	25			40
561	Joelize Antunes de Lima Soares	22/06/1991	Sim	15	25	25		65
560	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Sim	15	25	25		65
556	Kaue Gabriel Rangel Bacetto	23/02/2000	Sim	15	25			40
537	ketlin vieira ramon loyola	28/12/1973	Sim	15	25	25		65
555	Lauro Henrique Oliveira de Campos	17/03/1992	Sim	15		25		40
569	Letícia Falarz	24/04/2004	Sim	15				15
602	Leticia Ferreira Rocha	11/08/1999	Sim	15	25			40
586	LORENA CHRISTINE DOS SANTOS	29/09/1999	Sim	15	25			40
549	LORENA CZELUSNIAK CALAÇA	04/10/1995	Sim	15				15
558	LUANA DA SILVA DUARTE	15/01/1997	Sim	15				15
564	Luana Gabriele Silva Martins	27/09/1999	Sim	15	25			40
553	Lucas Kemmerer Gomes	19/04/2003	Sim	15				15
543	Luyssa Carly De Morais	10/11/1994	Sim	15	25	25		65
612	Mabel Martins Lima	18/10/1989	Sim	15	25			40
545	Maria Anita de Queiroz Arlant	07/05/1998	Sim	15	25	25	35	100
531	Maria Caroline Rochinski de Assis	17/07/2003	Sim	15				15
615	Maria Eduarda Moreira de Araujo	26/10/2002	Sim	15	25	25		65
622	Maria Paula Vilas Boas Manso	12/05/1999	Sim	15				15
606	Mariana Ditzel Stanczyl	08/07/1990	Sim	15	25			40
610	Mariely gimovski	16/08/1998	Sim	15				15
584	Marisa Mattos Santos	11/07/1982	Sim	15	25			40
535	Marisol Bechelli	07/06/1963	Sim	15	25	25		65
590	MICHELE BAIL	20/04/1976	Sim	15	25		35	75
546	Michele Portela da luz	06/02/1990	Sim	15	25	25		65
623	Milena Cenci Grando	15/05/2002	Sim	15				15
540	MILLENA BARRETO RONDEN	03/10/2000	Sim	15	25			40
568	Monique Nascimento dos Santos Pires	29/05/1996	Sim	15	25	25	35	100
547	Naluma Guimarães Barros Campos	04/08/1988	Sim		25			25
542	Nathália Caroline da Luz	22/12/2003	Sim	15				15
599	OSMAIDIS MENDOZA ROSABAL	21/06/1993	Sim		25			25
533	Pamela Nunes Porto	03/06/1998	Sim	15	25			40
554	POLYANNA DE ALMEIDA RIBEIRO	15/08/1996	Sim		25	25		50
578	Rafael Ademar Lopes	25/03/1991	Sim	15	25	25		65

598	Ramys Chaouiche Leal	17/11/2000	Sim	15				15
570	Rebecca Cardoso Kraemer	25/05/2000	Sim	15		25		40

608	Renata Ritter Wodiani	12/12/1996	Sim	15	25			40
567	Rodrigo Ap Tocunduva Celin	19/11/1985	Sim	15	25	25	35	100
550	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
530	Sergio Grijó	14/12/1966	Sim	15	25	25		65
603	Sthefani Inacio Schoel	11/12/2000	Sim	15	25	25		65
601	Suelen Souza de Oliveira	14/12/2000	Sim			25		25
583	Taciane Laíse Bresolin	16/04/1995	Sim	15	25			40
618	Tamiris Christensen Bueno	09/07/1993	Sim	15			35	50
605	Thiago de Souza	14/08/2000	Sim					0
604	Vera Midori Shimabukuro	19/09/1969	Sim	15	25	25		65
589	Víthor Lorenzo Marensi dos Santos	15/10/2001	Sim	15				15
600	Vívian Freire Simionato	09/10/1998	Sim	15	25			40
557	VIVIANE BISPO DE ASSIS	29/05/1992	Sim	15	25	25		65
582	WILBENIA PONTES LEMOS	27/03/1983	Sim	15	25	25		65
609	Ysa Lorrane dos Santos Eidam	02/05/1998	Sim	15				15
621	Yuri Dutra Florencio	21/12/2000	Sim	15				15

CARGO: ENFERMEIRO

inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
663	Adão da Luz	27/06/1990	Sim	15	25			40
670	ADENILSON FRANCISCO DA SILVA	16/04/1971	Sim	15	25	25		65
649	ALBONI COELHO DA MOTTA	30/12/1971	Sim	15	25	25		65
723	Alessandra Eidelwein Magalhães Siebeneichler	18/04/1980	Sim	15	25	25		65
668	ALEX ALVES CAMARGO	17/07/1992	Sim	15	25		35	75
682	ALEX BEZERRA DA SILVA MACIEL	28/10/1993	Sim	15	25		35	75
658	Alice Penteado Gomes	29/01/2003	Sim	15				15
684	ALINE ADRIELY RIZIKI	15/04/1989	Sim	15	25	25		65
674	ALINE DE PAULA SANTOS	15/04/1991	Sim	15	25			40
692	Amanda da Costa Kosloske	25/10/1999	Sim		25			25
730	Amanda Kaylane Mattozo	20/11/2002	Sim	15	25	25		65
701	Ana Lucia de Lara Gomes	12/06/1987	Sim	15				15
639	Ana Paula Gauliki Pinheiro	19/09/1998	Sim	15	25			40
724	Andreia Do Rossiu Fogues	05/07/1976	Sim		25			25
630	Anelise Jaremtchuk Kirian	24/01/1990	Sim	15	25			40
671	Angela Cristina Gonçalves	29/04/1976	Sim	15	25			40
657	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	25	25		65
698	ANTONIO CARLOS DA SILVA	13/02/1966	Sim	15	25			40
653	aparecida araujo dos santos	15/11/1976	Sim	15	25			40
627	Ariane Sibelski Neves Sales	31/05/1991	Sim	15	25			40
632	Bianca Portes Ribeiro	11/10/1999	Sim	15	25			40
696	CAMILA BATISTA WOICIZACK PAES	25/11/1994	Sim	15	25		35	75
659	camila sabatoski gonçalves	17/11/1995	Sim	15	25			40
654	Chaira Gonçalves de Oliveira	07/05/1990	Sim					0
672	Daniel Farias	23/04/2000	Sim	15				15
642	DANIELLI DE SOUZA MACHADO	06/01/1987	Sim	15	25			40
678	Dayane dos Santos Pierin	10/02/2004	Sim	15	25			40
637	Deuzenir Rodrigues de Moura	26/10/1991	Sim	15	25	25		65
629	Eduarda Carolyna Myszkovski Araujo	27/07/1998	Sim	15	25	25		65
685	Elaine Cristina Lial da Silva	04/01/1981	Sim	15	25			40
661	elcio moraes	07/08/1967	Sim	15	25	25		65
709	ELENITA APARECIDA FERREIRA	24/01/1976	Sim	15	25	25		65
720	ELIENE FERREIRA VISBISKI	11/12/1985	Sim	15				15
643	Elvis Marques HENRIQUESSON	28/06/1983	Sim	15	25	25		65
652	EMANUELLE DE ALMEIDA	24/10/1998	Sim	15	25		35	75
710	FABIANA DOS SANTOS CORREA	22/09/1976	Sim	15	25			40
660	fabiane michelli de oliveira	21/11/1987	Sim	15				15
667	FERNANDA SZLYJAN KREMER	09/02/1982	Sim	15	25			40
707	Fernando Titski Ehalt	23/11/2000	Sim	15	25			40
725	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	25			40

714	GABRIEL SCHIMILOUSKI DUVOISIN	18/02/1998	Sim					0
638	Geane da Aparecida Costa De Bôrtoli	10/10/1975	Sim	15				15
690	Graziela Bueno da Silva	10/01/2001	Sim	15	25			40
695	Helena Christina Schlaak	03/05/1997	Sim	15				15
728	HENRIQUE ZALESKI	08/09/1998	Sim	15				15
666	Hirleny Bezerra dos santos Fonseca	05/08/1980	Sim	15	25	25		65
704	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	25			40
634	Iohanna Hellen Santos	12/04/1989	Sim	15	25			40
712	Isabela Fachini Rodrigues	10/03/1993	Sim	15	25			40
669	JAQUELINE CORREA GUIMARAES MOREIRA	09/01/1988	Sim	15	25			40
713	Jhenifer Lino De Oliveira	06/01/2004	Sim		25			25
686	JOSE IDILSON FERREIRA	22/08/1980	Sim	15	25	25		65
648	Josiany Monteiro Faria de Barros	29/06/1986	Sim	15	25	25		65
717	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	Sim	15	25			40
706	Juliana Silva do Nascimento	04/07/1992	Sim	15	25		35	75
641	Juliano Cesar Semkiw	19/11/1992	Sim	15	25			40
691	Karla de Lima Stanczyk	27/04/2002	Sim	15	25	25		65
689	kathia lisiane king	18/08/1978	Sim		25			25
683	KENIA NEIVA COSTA E SILVA	18/02/1980	Sim	15	25	25		65
644	letícia mildemberg Pereira	26/12/1997	Sim	15				15
702	Letícia Pires Padilha	29/06/2000	Sim	15	25			40
715	Lilian Ribeiro Martins Vilas Boas	07/05/1988	Sim	15	25			40
688	Loiana Sviech	06/11/1999	Sim	15	25			40
676	Luana Flores	17/07/2000	Sim	15	25	25		65
665	Lucas Tiago Muka Netzel	22/06/1994	Sim	15				15
716	Lucemara Camargo de Oliveira	16/07/1965	Sim	15	25	25		65
694	LUCIANA CRISTINA CONDESSA CANSO	24/11/1972	Sim	15	25			40
727	Luiza Chereda	07/05/2004	Sim	15				15
675	MARCIA ROCHA MATOS	10/06/1972	Sim	15	25			40
636	Marcila Martins de Oliveira	10/07/1982	Sim	15	25	25	35	100
628	marcos tiago mendes	23/01/1985	Sim	15	25	25		65
729	Margarida Skarlatty Xavier Marcelino	21/02/1996	Sim	15	25	25		65
626	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
726	MARIA EDUARDA OLINEK	30/01/1999	Sim	15	25			40
656	Maria Monica costa amaral	11/11/1974	Sim	15	25	25		65
633	Mariana Iantas	01/03/2001	Sim		25	25		50
635	Matheus Schuhli Teixeira	11/09/2001	Sim	15	25	25		65
703	MAYDA SILVA DE PAIVA	18/08/1998	Sim					0
697	Monike Jardim Santos	07/06/1999	Sim	15				15
677	Myllena Ribeiro Lipski	13/03/2004	Sim	15	25			40
722	NATALIA DE AVILA STORI	26/02/1998	Sim	15	25			40
719	Pamela Renata Oliveira Pontarolo	02/02/1997	Sim	15	25			40
699	PATRICIA ALMEIDA DE OLIVEIRA ARRAIS	16/12/1992	Sim	15	25			40
705	Patrícia de Fátima Moreira	30/07/1989	Sim	15	25			40
650	Patricia Kielt	15/09/1978	Sim	15	25			40
687	Paulo Sergio Guimaraes	29/09/1995	Sim	15	25			40
662	PEDRO CASTRO DE ASSIS NETO	25/07/1989	Sim	15	25			40
680	PRISCILA BETÂNIA DALZOTTO GIOVANETTI	04/10/1989	Sim	15				15
693	Rafaela Freitas de Lima	08/11/1996	Sim	15	25			40
651	ROSANE PAZ DUARTE	08/01/1977	Sim	15	25			40
645	Rubiana Aparecida Kaspchak	07/08/1987	Sim	15	25			40
646	Ruy roseghini neto	28/10/1992	Sim	15	25			40
640	Sabrina de Paula Santos	09/03/1981	Sim	15	25			40
647	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
631	Sérgio Motta Chemim	28/11/1981	Sim	15	25			40
721	SILVANA DE FATIMA FONTOURA	22/09/1982	Sim	15	25	25		65
681	Sonia Maria Borges	01/06/1969	Sim	15	25			40
655	Valdeci Brito	11/05/1973	Sim	15				15
664	VANDERLEIA GIACOMINI DA SILVA	23/03/1982	Sim	15	25			40
700	Vanessa Teixeira Conrado	09/07/1981	Sim	15				15
673	Vittória Régia Sales Lima	06/02/1997	Sim	15	25			40

711	Yasmim Zeela de Lara Baptista	15/08/1998	Sim	15	25			40
708	Yuri Dutra Florencio	21/12/2000	Sim	15				15
CARGO: ENFERMEIRO - ESF								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
790	Alessandra Eidelwein Magalhães Siebeneichler	18/04/1980	Sim	15	25	25		65
757	Alice Penteado Gomes	29/01/2003	Sim	15				15
742	Aline santos da cruz silva	19/04/1975	Sim		25	25		50
755	Aluizio dos Santos Teles	27/11/1978	Sim		25	25		50
769	Amanda da Costa Kosloske	25/10/1999	Sim		25			25
744	Ana Paula Gauliki Pinheiro	19/09/1998	Sim	15	25			40
756	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	25	25		65
735	Bianca Portes Ribeiro	11/10/1999	Sim	15	25			40
765	Camila Giovanna Infantino Barreto	30/07/2001	Sim	15				15
759	Camille da Silva	22/10/2003	Sim	15				15
740	Carlos Wanderlan Mendes Junior	09/01/1991	Sim	15		25		40
771	DAIANE DA SILVA GONCALVES	17/07/1988	Sim	15	25	25		65
773	DIRLENE FELIX DA SILVA	12/09/1980	Sim	15		25		40
734	Eduarda Carolyna Myszkovski Araujo	27/07/1998	Sim	15	25	25		65
781	Elenice Pontes da Costa Barreto	08/12/1980	Sim	15				15
789	ELIENE FERREIRA VISBISKI	11/12/1985	Sim	15				15
761	elizandra porto	17/04/1982	Sim	15	25	25		65
752	EMANUELLE DE ALMEIDA	24/10/1998	Sim	15	25		35	75
780	Fernando Titski Ehalt	23/11/2000	Sim	15	25			40
791	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	25			40
732	Francine Moreira de Lara Guimaraes	05/06/1997	Sim	15				15
784	Gabriel Schimilouski Duvoisin	28/02/1998	Sim					0
746	giovanni gabriel banhara	20/02/2001	Sim	15	25			40
767	Graziela Bueno da Silva	10/01/2001	Sim	15	25			40
762	Heloyse Stadler	15/02/1995	Sim	15	25			40
741	Henrique Gabriel Zaleski	08/09/1998	Sim	15	25	25		65
777	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	25			40
783	Jhenifer Lino de oliveira	06/01/2004	Sim		25			25
751	josiany monteiro faria de barros	29/06/1986	Sim	15	25	25		65
754	Josiely Martins dos Santos	29/11/2003	Sim	15				15
786	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	Sim	15	25			40
792	Julia iantas	23/01/2006	Sim	15				15
779	Juliana Silva do Nascimento	04/07/1992	Sim	15	25		35	75
768	Karla de Lima Stanczyk	27/04/2002	Sim	15	25	25		65
747	letícia mildemberg pereira	26/12/1997	Sim	15				15
766	Loiana Sviech	06/11/1999	Sim	15	25			40
763	Lucas Tiago Muka Netzel	22/06/1994	Sim	15				15
785	Lucemara Camargo de Oliveira	16/07/1965	Sim	15	25	25		65
787	Maikon Guilherme Baumgarten	10/07/2001	Sim	15	25	25		65
764	Márcia Regina Fagundes prins stelle	02/06/1978	Sim	15	25	25		65
733	marcos tiago mendes	23/01/1985	Sim	15	25	25		65
793	Margarida Skarlatty Xavier Marcelino	21/02/1996	Sim	15	25	25		65
731	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
794	Maria Monica Costa Amaral	11/11/1974	Sim	15	25	25		65
736	Mariana Iantas	01/03/2001	Sim		25	25		50
739	MATHEUS SCHUHLI TEIXEIRA	11/09/2001	Sim	15	25	25		65
776	MAYDA SILVA DE PAIVA	18/08/1998	Sim					0
772	Monike Jardim Santos	07/06/1999	Sim	15				15
795	Nataline Marques Rampineli	03/10/2000	Sim	15				
778	Patrícia de Fátima Moreira	30/07/1989	Sim	15	25			40
758	PEDRO CASTRO DE ASSIS NETO	25/07/1989	Sim	15	25			40
770	Rafaela Freitas de Lima	08/11/1996	Sim	15	25			40
748	Rubiana Aparecida Kaspchak	07/08/1987	Sim	15	25			40
749	Ruy roseghini neto	28/10/1992	Sim	15	25			40
745	Sabrina de Paula Santos	09/03/1981	Sim	15	25			40

750	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
753	Silvana de Fátima fontoura	22/09/1983	Sim	15	25	25		65
738	SIMONE DE FATIMA DA SILVA SANTOS	14/03/1983	Sim		25			25
775	Sionara obra pereira	23/06/2004	Sim	15				15
743	Tiago Raian Fernandes Silva	02/10/1995	Sim	15	25	25		65
760	VANDERLEIA GIACOMINI DA SILVA	23/03/1982	Sim	15	25			40
788	Vanessa Toledo Ribeiro Ferreira	19/04/1988	Sim	15	25			40
737	Vitória Fernanda Cavalcante de Oliveira	08/06/2000	Sim		25			25
782	Yasmim Zeela de Lara Baptista	15/08/1998	Sim	15	25			40
CARGO: FARMACÊUTICO								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
836	Adones Reis da Silva	28/04/1976	Sim	15				15
799	Adriana Aparecida de Quadros	24/05/1993	Sim	15				15
841	Alessandro Costa Calaça	03/07/1999	Sim	15				15
810	Amanda Luana Machado Fracaro	16/12/1999	Sim	15				15
803	Amanda Moreno Abreu Coelho	03/06/1992	Sim		25			25
805	Amelia Minuk	26/01/1967	Sim	15				15
832	Ana Clara Faustino Lopes	26/04/2001	Sim		25			25
834	ANDERSON CATTO	08/01/1974	Sim	15	25			40
820	Andressa de Lima	02/02/1995	Sim		25			25
829	Anisabelle Freire Rocha Santos	08/01/1997	Sim		25			25
827	ANNA CAROLINE LOPES	19/02/1998	Sim	15	25		35	75
817	Aristelly Sabrina Laurentino Caires	28/07/1994	Sim	15	25			40
825	Breno Sokalski	28/02/2003	Sim	15	25			40
801	Bruna Cristina de Almeida Spoladori	19/12/1994	Sim	15	25			40
838	Camila Dias Machado	27/11/1988	Sim	15	25		35	75
842	CECILIA MINAKO OSAKO	23/04/1976	Sim	15	25			40
808	Cintia Maria de Paula Werner	11/08/1970	Sim	15	25			40
797	Daniele Schweigert Costa	09/11/1993	Sim	15				15
828	DANIELI FERMINO	15/10/1984	Sim	15	25			40
814	Debora Kleisla Gomes da Costa	15/06/1999	Sim	15				15
816	Eliaclicia Bernardo Sobrinho	28/06/1972	Sim		25	25		50
830	Elismari Katialine Olbertz Domanovski	25/05/1991	Sim	15				15
802	ELIZABETE FERREIRA PEREIRA	02/09/1976	Sim	15				15
826	Erick Ricardo De Luna Jacob	26/02/2001	Sim	15	25			40
844	Ester Silveira Cunha	01/12/1986	Sim	15				15
812	FABIANA LEITE EVANGELISTA	21/02/1981	Sim					0
796	Flávia Gabriele Costa	26/04/2002	Sim	15				15
813	Gleycielly Gianny Ferreira Soares	29/05/1990	Sim	15				15
818	Ingrid Laís Zanlorensi	27/01/2005	Sim	15				15
821	Isabelle Cristine Scolimoski Ribeiro da Luz	31/03/2002	Sim	15				15
815	Jessica Bianca de Souza	04/03/1991	Sim	15	25	25		65
804	Jordana Ferrando Trindade	31/08/2001	Sim	15				15
831	JOSE LEANDRO RIBEIRO DE SOUZA	13/04/1995	Sim	15	25			40
822	Juliana Cristina Modrow	11/07/1999	Sim	15	25	25		65
811	Juliane Neves de Quadros	04/09/1996	Sim	15				15
807	KELVIN EDSON MARQUES DE JESUS	22/07/1992	Sim	15			35	50
837	Larissa Visbiski de Paula	22/07/2002	Sim	15	25			40
800	Leidy sayuri Ramos shida	13/07/1988	Sim	15	25			40
839	Lilian Taques de Almeida Signori	17/02/1989	Sim	15				15
823	Marcela Novak Gumy	10/08/2000	Sim	15	25		35	75
835	Márcia Aparecida Cordeiro	08/04/1977	Sim	15	25			40
840	Maria Caroline Pereira dos Santos	01/07/2003	Sim	15				15
843	Maria Eduarda Baron da Silva	19/10/2004	Sim	15				15
806	Marinês Minuk	28/12/1974	Sim	15	25			40
809	Nadir Araújo dos Santos	23/08/1976	Sim	15	25			40
824	Natália Cardoso da Silva Calaça	05/04/2002	Sim	15				15
819	Paula Lavínia Lourenço	09/09/1997	Sim	15				15
798	Thaís Michele dos Santos	22/02/1992	Sim	15				15

833	Thiago Rodrigues Nascimento Rocha	01/05/1983	Sim	15	25			40

CARGO: FISIOTERAPEUTA								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título (35 pontos)**	**Total**
849	Aline das Graças Capri	10/03/1994	Sim	15				15
845	Amanda caroline Orchanheski	15/02/2004	Sim	15				15
846	Amanda de Paula	15/08/1993	Sim	15	25			40
855	ANDRESSA CRISTINA VIEIRA RIOS	25/03/1984	Sim	15	25			40
867	ANDRESSA DOS SANTOS GALVAN	12/06/1994	Sim	15	25			40
851	BRUNA CRISTINA ARAUJO DE OLIVEIRA	08/02/1993	Sim	15	25			40
870	BRUNA DOS SANTOS KREVEI	30/01/1999	Sim	15				15
852	Bruna Oliveira Egidio Barth	02/12/1996	Sim	15	25			40
853	Eva Chicanoski da Luz	17/11/1982	Sim	15				15
856	FERNANDA BEATRIZ DOS SANTOS	03/01/2003	Sim	15	25			40
847	Fernanda Pitlovanciv Gabriel	18/11/1999	Sim	15	25			40
862	Gabriela Nocêra Carneiro	22/11/1995	Sim	15	25	25		65
859	Giselle Sato	02/10/1995	Sim	15	25			40
858	Heri Carla Maria Amaral	05/01/1997	Sim	15	25			40
865	ISABELA DA SILVA LEONARDO	16/06/1988	Sim	15	25			40
860	Isabella dos Santos Silva	17/09/2002	Sim					0
854	Jéssica de Paula Pariz da Rosa	15/08/1993	Sim	15	25			40
866	Marcos Vinicius Bubna	01/08/1997	Sim	15	25			40
861	MARILZA ROSALINA DOS SANTOS	12/03/1971	Sim	15	25	25		65
864	Nanci dos Santos Lopes	18/06/1965	Sim	15	25			40
857	Nathália Luiza da Silva Barreto	28/03/1985	Sim	15				15
863	NELCIMARA Fatima MARIANO	01/11/1992	Sim	15				15
869	Poliana Mayra Ferreira da Silva	26/09/1995	Sim	15	25			40
868	Rafaela Zwiegicoski Ponijaleki	07/12/2000	Sim	15	25	25		65
850	Raiana da Silva Lopes	04/06/2000	Sim		25			25
848	Suzamara Sene	20/02/1982	Sim	15	25	25		65

CARGO: FONOAUDIÓLOGO								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
871	Anna Maria Meller Dombroski	06/01/1997	Sim	15	25			40
872	Carolina Silveira Coelho Bassani	12/03/1987	Sim	15	25			40

CARGO: MÉDICO - ESF								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
938	Adrian Gustavo Kalçoviski Gomes	17/06/1996	Sim	15				15
933	Adrian Lucas Vanderlinde de Araujo	03/03/2000	Sim	15				15
984	Adriane Melo	06/02/1986	Sim	15		25		40
1028	ALAN BUENO	13/09/1985	Sim	15	25	25		65
1016	Aldo Valeriano Oliveira	05/12/1985	Sim	15				15
1034	Aldrey Reis da Silva	15/02/2001	Sim	15				15
949	Alvaro Batista Rosado	01/01/2000	Sim	15				15
898	Amanda Blanski	11/12/2003	Sim	15				15
895	Ana Beatriz Silva Sant Ana	20/04/2001	Sim	15				15
932	Ana Laura Dorigon Mastellari	15/11/1999	Sim	15				15
1021	Ana Maria Benteu Tomaz	15/03/1998	Sim	15				15
894	Andre Fellipe Alves de oliveira	10/09/1993	Sim	15	25	25		65
881	Andre Luiz Franzmann Prestes	12/12/1986	Sim	15		25		40
1042	ANE CAROLINE SCHONS FINGER	21/12/1989	Sim	15				15
1022	Antônio Heleno de Brito Neto	15/04/1992	Sim	15				15
1044	Barbara Bredow	09/04/1998	Sim	15				15
992	barbara pires santos	17/07/1995	Sim	15				15
978	Betânia Formentini de Freitas	09/12/1991	Sim	15	25	25		65
1055	Bianca Pesquero Fernandes Mohr Funes	09/02/2001	Sim	15				15

1062	BRUNO DE DEUS SANTOS	29/10/1988	Sim	15	25	25		65
1060	camila alves murante	29/10/1999	Sim	15				15

957	Carine de Fátima Jenczmionki	28/06/1982	Sim	15				15
1058	Carla Masukawa Lavalle	14/04/1994	Sim	15	25	25		65
943	Carla Oliveira Cardoso	04/08/1987	Sim	15				15
1045	Carlos Daniel Bredow	27/02/1954	Sim	15				15
882	Carlos Fernando Zorzi Filho	27/12/1999	Sim	15				15
1031	Carlos Guilherme Pokes	13/04/1992	Sim	15	25	25		65
901	Carolina Manami Senke	24/10/1997	Sim					0
1052	Caroline Andressa Vazzatta	29/05/1996	Sim	15	25	25		65
966	Caroline Mary Matsumoto	27/01/1998	Sim	15				15
1011	Catarina Ayumi Teixeira	28/05/1994	Sim	15				15
940	Christian Gonçalves	08/02/1995	Sim	15	25	25		65
877	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	27/09/1983	Sim	15	25	25		65
968	CLEISON FERREIRA DA SILVA	15/12/2000	Sim	15				15
1054	DAIANA PEREIRA BELAO	29/11/1994	Sim	15				15
982	DANIELI HILLESHEIM DE ALMEIDA	15/01/1999	Sim	15				15
1039	Danilo da Silva Ferreira	19/01/1998	Sim					0
1000	DANILO TANAJURA DE MELO	10/11/1973	Sim	15	25			40
972	Douglas Felipe Tavares da Silva	29/04/1999	Sim	15				15
1005	Eduarda da Silveira Cereta	02/10/1997	Sim	15	25			40
1043	Ellen Samay Rocha Silva	11/04/1995	Sim					0
915	Eloisa Gonçalves da Silva	30/07/1999	Sim	15				15
947	EMANUEL LOPES BRAGA	30/09/1989	Sim	15				15
904	Emelly Vitória de Souza Dantas Barros	27/04/1998	Sim	15				15
1004	Erikah Manasha da Conceição Saleti	10/10/1999	Sim	15				15
885	EWERTON DAVIS GUSMÃO DE SOUZA	02/01/1979	Sim	15				15
892	Fabio jose Sousa da silva	11/09/1984	Sim	15		25		40
1064	Felipe da Cruz Bezerra	16/02/1997	Sim	15	25	25		65
1015	FELIPE DA ROCHA MATOS	23/03/1993	Sim	15		25		40
1003	Fernanda Zollet	11/01/2002	Sim	15				15
970	Gabriel dos Santos	07/06/2003	Sim	15				15
967	Gabriel Duarte Passarelli	15/01/1998	Sim					0
921	gabriel furtado santos	11/07/1995	Sim	15				15
980	Gabriel Henrique Ellwanger Freire	02/06/1999	Sim	15				15
963	Gabriel Hito dos Santos	17/07/2003	Sim	15				15
958	Gabriela Barros Generoso	25/12/2002	Sim	15				15
908	Giovanna Hessmann Fernandes	01/09/1999	Sim	15				15
936	Guilherme Eugênio Gil	20/08/1996	Sim	15				15
1041	Guilherme Lavorenti Lima	17/03/1994	Sim	15	25			40
979	Gustavo Alex Assunção Dos Santos	21/03/2001	Sim	15				15
951	gustavo de campos rocha	21/05/1978	Sim	15	25	25		65
923	Gustavo Matias Ninelo	15/09/1995	Sim	15				15
929	GUSTAVO SILVA SANTOS	02/11/1999	Sim	15				15
941	Gustavo Steffen Albanski	18/07/1993	Sim	15				15
930	Hannah Kamarowski Fontana	20/04/2000	Sim					0
987	Hellen Fernanda Justi de Souza	03/04/1986	Sim	15	25	25		65
1056	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	09/01/1999	Sim	15		25		40
948	Heloísa Pedro Germano	06/03/1995	Sim	15				15
954	HENRIQUE SILVA MANABE	15/05/2001	Sim	15				15
991	Hyrlem Silva Buna Oliveirs	03/07/1998	Sim	15				15
1013	IGOR DE LIMA CORTEZ	14/09/1992	Sim	15	25			40
975	Igor Lazaro da Silva	17/10/2000	Sim	15				15
1050	Inaiê Maiala De Almeida Miranda	26/11/1996	Sim	15				15
906	Ingrid Janzen	12/07/1991	Sim		25	25		50
899	Isabela Carolina Sampaio	04/11/1994	Sim					0
887	Isabela Maíra Meier Jardim	08/07/2001	Sim	15				15
983	Isabella Basile Rascassi	25/12/1996	Sim	15	25	25		65
1012	Isabella Fiamoncini	27/06/1998	Sim	15		25		40
1057	ISABELLE LIMA LEMOS	17/12/2001	Sim	15	25			40

989	Isadora Kertscher	27/03/2002	Sim	15				15
965	Isadora Letícia Dalbosco da Silva	19/07/2001	Sim	15				15
1061	Isadora Marcon	20/02/2001	Sim	15	25			40
960	Ivan Antonio Claro	28/02/1989	Sim	15	25	25		65
880	Jackeline Raatz de Oliveira	01/01/1997	Sim	15				15
926	JEAN ALEXANDRE CORREA VIEIRA	18/02/1980	Sim	15	25			40
1008	João Antônio Carvalho Teles	01/02/1988	Sim	15				15
878	João da Silva Neto e Neto	30/09/1995	Sim	15	25			40
890	JOAO FELIPE PERLIN SILVA	09/09/1998	Sim	15	25			40
1048	João Frederico Musial	29/06/1990	Sim	15			35	50
1038	João Pedro Jung dos Santos	26/04/1995	Sim	15				15
1053	JOÃO VICTOR ALVARES MAGGIO	05/02/1999	Sim	15				15
924	Joao Victor Silva Faccin	27/06/2002	Sim	15				15
886	João Vitor Manetti Manganotti	26/09/1998	Sim	15				15
1026	José Ikeda Neto	27/11/1991	Sim	15	25	25		65
935	JOSE RAPHAEL PINTO GONCALVES	16/06/1999	Sim	15				15
990	Josué Gabriel	19/01/2001	Sim	15				15
907	Juciandre Capri	26/05/1993	Sim	15				15
875	Juliana Aparecida De Suss	06/05/1999	Sim	15				15
997	Juliana de Souza Possidonio	13/11/1998	Sim	15		25		40
1040	Juliane Pietras	16/06/2000	Sim	15				15
914	Junior Cesar Bergamaschi	05/04/1991	Sim		25	25		50
985	Kaliny Oliveira Santiago	19/04/2000	Sim	15				15
1007	Kamila Diana Dantas da Costa	17/05/1988	Sim					0
902	karla luiza mayer	23/07/1991	Sim	15				15
995	Karlla Caroline Santos	20/02/1997	Sim	15				15
1019	Keytty Anne Dantas da Costa	03/07/1986	Sim	15				15
988	Larissa Anjos Luciano Kirch	22/12/1998	Sim	15				15
911	Larissa Tolentino de Freitas Rosa	15/04/1993	Sim	15				15
981	Larissa Voss	14/03/2000	Sim	15				15
897	LEANDRO ALBERT STEINER	22/02/1987	Sim	15				15
1001	Leandro Brasil Ferro Costa	22/09/1982	Sim	15	25	25		65
1033	Leonardo Markowicz	17/05/2001	Sim	15				15
1059	Letícia Bortolazzi	15/06/2000	Sim	15				15
1017	Letícia de Castro Neves Lima	12/01/1999	Sim	15				15
903	Lorrani Lopes Duffeck	06/10/2001	Sim	15				15
998	Lucas Kenji Toriy Botelho	21/12/2001	Sim	15				15
1014	Luciana Dourado Rosa	07/08/1984	Sim	15				15
1018	Luciana Karine dos Santos	05/08/1994	Sim	15				15
928	Luciano Monteiro Perdigão Pereira Brito	15/08/1979	Sim	15	25	25		65
874	LUIZ FELIPE MENDONÇA CAVALHEIRO	24/11/1989	Sim	15				15
884	MARCELO CARDOSO	27/10/1998	Sim					0
925	MARCELO LIMA FEITOSA	10/03/1998	Sim	15				15
1032	Marco Aurélio Greboge Pereira	27/06/1997	Sim	15				15
893	Maria Bárbara Genes Correia	23/01/1998	Sim	15				15
964	maria clara nautran matos	08/11/1994	Sim	15				15
994	Maria Clara Peserico Dornelles Flores	17/08/1994	Sim	15				15
946	Maria Gabriela Alves	18/03/1995	Sim	15		25		40
956	MARIA LUIZA GARCIA SANTOS	15/09/2001	Sim	15				15
889	Maria Victória Nesso Guedes	14/01/2002	Sim	15				15
1065	Mariana Cristina Steff Büttenbender	15/08/2002	Sim	15				15
1029	Mariana Guardia Paz	20/08/2000	Sim	15				15
962	Mariana Pereira GObi	24/03/2001	Sim	15				15
891	Mariane Bermond Torres	10/09/1990	Sim	15	25	25	35	100
959	Marília Lopes Leal	14/02/2000	Sim	15				15
913	Mario boschetto junior	27/10/1997	Sim	15				15
1036	MARIO EDUARDO ROCHA SILVA	28/09/1973	Sim	15	25			40
953	Mateus Luiz Gonçalves Caldas	09/06/1996	Sim	15	25			40
976	Matheus Bonzanini	24/08/1983	Sim	15	25	25		65
950	MAXIMILIANO JOSE DE QUEIROZ	05/04/1991	Sim	15				15

996	Mayane Tayná da Silva	24/02/2000	Sim	15				15
1010	Mayara Costa Carneiro Ramos	21/08/1994	Sim	15			35	50
1023	Mayara Valério Alves Felix	01/01/2000	Sim	15				15
879	Miguel Castillo Rivas	04/07/1988	Sim	15	25	25		65
934	Milena Rogoginski Rodrigues	05/02/2000	Sim	15				15
1063	Mychelle Silva dos Santos	09/12/1971	Sim	15	25			40
922	Natália Alves Almeida Mendes	14/03/1998	Sim	15				15
977	Natana Gomes Mendonça	30/12/1990	Sim	15		25		40
1027	Nathalia Cavalcante Reffatti	19/06/1991	Sim	15	25	25		65

910	Nathalia Kauka Cardoso	21/01/1997	Sim	15				15
1047	Nauana Ribeiro Rocha	05/12/1995	Sim	15				15
937	NAYARA SCHUG DA SILVEIRA	19/06/2002	Sim	15				15
1046	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	Sim	15	25	25	35	100
999	Pablo Bonan	29/07/1990	Sim	15	25	25		65
1051	PABLO HERRANZ DE SOUZA	12/06/1999	Sim	15				15
876	PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA	10/01/1971	Sim	15	25	25		65
912	paulo ricardo malala dos santos	16/06/1996	Sim	15		25		40
1025	Paulo Roberto Tavares Fratin	10/09/1983	Sim	15				15
969	Paulo Victor Moura Rodrigues	27/03/2001	Sim	15				15
1024	Pedro Henrique de Oliveira da Silva	22/05/2001	Sim	15				15
1002	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	Sim	15	25	25		65
919	Pedro Henrique Dias Cabral	22/05/1994	Sim	15				15
961	Poliana Horn	30/10/2002	Sim	15				15
920	PRISCILA HERBELLE LEITE DE MORAIS	04/10/1985	Sim	15	25	25		65
883	Raissa Leite Schonmann	14/07/1993	Sim					0
909	Raquel Teston Furlan	05/05/1998	Sim	15				15
939	Ricardo Castilho de Souza	03/03/1988	Sim	15	25			40
971	Ricardo Zeferino Pacheco	04/10/2002	Sim	15	25			40
916	Rithiner Ricci Bernal	30/04/1989	Sim	15	25			40
1030	roberto misahel do amaral	01/11/1988	Sim	15	25	25	35	100
931	RODRIGO CÉSAR MATRAS	04/01/1980	Sim	15	25	25		65
896	Rowersan Cabral Silva	19/07/1998	Sim	15	25			40
974	RUI HENRIQUE DE CESARO	13/05/1989	Sim	15	25			40
918	Sara de Siqueira Bezerra	13/11/1974	Sim	15				15
986	Stefany Colver Barbosa	20/06/1998	Sim	15				15
1037	SUSANE GAUTO GONCEBATT	31/01/1982	Sim	15	25			40
900	TAINÁ TONIOLO	22/09/1997	Sim	15				15
1035	Tarcisio Campos Marques	16/01/1993	Sim	15	25			40
993	Thaís de Albuquerque	08/07/1993	Sim	15	25	25	35	100
945	Thauan Patrick Simião Amaral	17/03/2001	Sim	15				15
1009	Thiago de Melo Bordoni	29/11/1990	Sim	15				15
973	VALERIA CEZAR DOS SANTOS	07/04/1999	Sim	15				15
952	Vanessa Cardoso da Costa Silva	16/04/1989	Sim	15		25		40
944	Victor Eduardo Taques Posselt	23/06/1994	Sim	15				15
1020	Victoria Mendes Janzen	23/01/1997	Sim	15	25			40
1006	Victoria Signori	07/07/2000	Sim	15	25	25		65
888	Yan Cerezuela	13/05/1999	Sim	15				15
917	yhanaharah nodari da rosa	23/08/2000	Sim	15				15
927	Yurandy Dominguez Zamora	15/08/1984	Sim	15	25	25		65
CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
1104	Adrian Lucas Vanderlinde de Araujo	03/03/2000	Sim	15				15
1170	ALAN BUENO	13/09/1985	Sim	15	25	25		65
1158	Aldo Valeriano Oliveira	05/12/1985	Sim	15				15
1174	Aldrey Reis da Silva	15/02/2001	Sim	15				15
1143	Alice Volpato Rocha	05/03/2003	Sim	15				15
1186	Aline Cardozo Pizatto	07/06/2000	Sim	15				15
1191	Alyne Vons	01/03/1999	Sim	15				15

1085	Amanda Blanski	11/12/2003	Sim	15				15
1082	Ana Beatriz Silva Sant Ana	20/04/2001	Sim	15				15
1165	Ana Claudia Techy	12/04/1981	Sim	15				15
1102	Ana Laura Dorigon Mastellari	15/11/1999	Sim	15				15
1164	Ana Maria Benteu Tomaz	15/03/1998	Sim	15				15
1204	Ana Paula Bilobran	22/04/1980	Sim	15				15
1126	Ananda Helouysa Rissato	16/08/1994	Sim	15				15
1211	ANE CAROLINE SCHONS FINGER	21/12/1989	Sim	15				15
1136	Arthur Guerra Alves	06/09/2001	Sim	15				15
1185	Barbara Bredow	09/04/1998	Sim	15				15
1148	barbara pires santos	17/07/1995	Sim	15				15
1195	Brenda Breda Passon	28/07/1995	Sim	15	25			40

1090	Camila Tonet	25/02/2001	Sim	15				15
1184	Carlos Daniel Bredow	27/02/1954	Sim	15				15
1189	CARLOS EDUARDO DE FREITAS DUTRA	20/03/1992	Sim	15				15
1070	Carlos Fernando Zorzi Filho	27/12/1999	Sim	15				15
1182	Carolina Dusi Mendes Casagrande	17/06/1999	Sim	15				15
1188	Carolina Maria Aumann Sardá	12/09/2002	Sim	15				15
1111	Christian Gonçalves	08/02/1995	Sim	15	25	25		65
1095	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	27/09/1983	Sim	15	25	25		65
1199	DAIANA PEREIRA BELAO	29/11/1994	Sim	15				15
1110	Daniela D Agostini Spanhol	30/03/1992	Sim	15	25			40
1130	Douglas Felipe Tavares da Silva	29/04/1999	Sim	15				15
1084	Eduardo Henrique Lacoski Santos	25/10/2003	Sim	15				15
1093	Eloisa Gonçalves da Silva	30/07/1999	Sim	15				15
1166	EMERSON DIOGO RIBEIRO IZUMI	13/10/1982	Sim	15	25	25		65
1155	Erikah Manasha da Conceição Saleti	10/10/1999	Sim	15				15
1154	Fernanda Zollet	11/01/2002	Sim	15				15
1141	Gabriel Czlusniak Olenik	21/02/2002	Sim	15				15
1129	Gabriel dos Santos	07/06/2003	Sim	15				15
1138	Gabriel Henrique Ellwanger Freire	02/06/1999	Sim	15				15
1128	Gabriel Hito dos Santos	17/07/2003	Sim	15				15
1190	Gabriel Scalon Esberci	14/04/1997	Sim	15				15
1202	Gabriela da Silva Diniz	06/05/1992	Sim	15	25	25		65
1176	Gabriella Micheten Dias	06/10/1998	Sim	15				15
1106	Guilherme Eugênio Gil	20/08/1996	Sim	15				15
1137	Gustavo Alex Assunção Dos Santos	21/03/2001	Sim	15				15
1101	GUSTAVO SILVA SANTOS	02/11/1999	Sim	15				15
1112	Gustavo Steffen Albanski	18/07/1993	Sim	15				15
1072	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	09/01/1999	Sim	15	25	25		65
1119	Heloísa Pedro Germano	06/03/1995	Sim	15				15
1147	HYRLEM SILVA BUNA OLIVEIRA	03/07/1998	Sim	15				15
1133	Igor Lazaro da Silva	17/10/2000	Sim	15				15
1162	IGOR MIGUEL PINKOSKI	08/08/1994	Sim	15	25	25	35	100
1193	Inaiê Maiala De Almeida Miranda	26/11/1996	Sim	15				15
1181	Ingrid Hikari Nunes Fangui	04/12/1996	Sim	15		25		40
1088	Ingrid Janzen	12/07/1991	Sim		25	25		50
1124	Isabella Rascassi	25/12/1996	Sim	15	25	25		65
1205	Isabelle Lima Lemos	17/12/2001	Sim	15	25			40
1146	Isadora Kertscher	27/03/2002	Sim	15				15
1144	Isadora Leticia Dalbosco da Silva	19/07/2001	Sim	15				15
1209	Isadora Marcon	20/02/2001	Sim	15	25			40
1121	Ivan Antonio Claro	28/02/1989	Sim	15	25	25		65
1142	Jader Filho da Fonseca Carreiro	05/08/1985	Sim	15	25	25		65
1134	jean carlo adams	21/06/1992	Sim	15				15
1178	João Pedro Jung dos Santos	26/04/1995	Sim	15				15
1197	JOÃO VICTOR ALVARES MAGGIO	05/02/1999	Sim	15				15
1098	Joao Victor Silva Faccin	27/06/2002	Sim	15				15
1074	João Vitor Manetti Manganotti	26/09/1998	Sim	15				15
1077	JONATHAN VINICIUS LOURENÇO DE SOUZA	16/07/1982	Sim	15	25		35	75

1187	Julia Corrêa Méndez	21/12/2000	Sim	15				15
1094	Julia Triaca Bez	10/05/2002	Sim	15				15
1067	Juliana Aparecida De Suss	06/05/1999	Sim	15				15
1120	Juliana de Souza Possidonio	13/11/1998	Sim	15		25		40
1179	Juliane Pietras	16/06/2000	Sim	15				15
1109	Juliane Soldi Malgarin	28/01/1989	Sim	15			35	50
1118	KAMILA DIANA DANTAS DA COSTA	17/05/1988	Sim					0
1183	Karen Almeida Camargo	19/09/2000	Sim	15				15
1069	karlson loyola	26/11/1970	Sim	15	25			40
1200	Kendra Lys Calixto Machado	18/11/1996	Sim	15		25		40
1161	Keytty Anne Dantas da Costa	03/07/1986	Sim	15	25	25		65
1206	Lara Caroline Amaral Araujo de Moura	22/04/1990	Sim	15	25			40
1100	Lara dos Santos Arco	24/03/1997	Sim	15				15
1091	Larissa Tolentino de Freitas Rosa	15/04/1993	Sim	15				15

1140	Larissa Voss	14/03/2000	Sim	15				15
1173	Leonardo Markowicz	17/05/2001	Sim	15				15
1087	Lorrani Lopes Duffeck	06/10/2001	Sim	15				15
1194	lucas olerich cecatto	18/06/1994	Sim	15	25			40
1117	luciana maciel pantoja mendes	25/02/1982	Sim	15		25		40
1125	Luis César Bredt	29/04/1975	Sim	15	25		35	75
1066	LUIZ FELIPE MENDONÇA CAVALHEIRO	24/11/1989	Sim	15				15
1083	Luiza Cavalca Grupenmacher	15/08/2000	Sim	15				15
1071	MARCELO CARDOSO	27/10/1998	Sim					0
1203	Marcia de Lima Toscano Uchoa	24/12/1982	Sim	15	25	25		65
1172	Marco Aurélio Greboge Pereira	27/06/1997	Sim	15				15
1208	MARIA ANGÉLICA JUNGLES MALIKOSKI	27/05/2002	Sim	15	25			40
1079	Maria Bárbara Genes Correia	23/01/1998	Sim	15				15
1075	Maria Victória Nesso Guedes	14/01/2002	Sim	15				15
1207	Mariana Cristina Steff Büttenbender	15/08/2002	Sim	15				15
1171	Mariana Guardia Paz	20/08/2000	Sim	15				15
1123	Mariana Pereira Gobi	24/03/2001	Sim	15				15
1078	Mariane Bermond Torres	10/09/1990	Sim	15	25	25	35	100
1175	MARIO EDUARDO ROCHA SILVA	28/09/1973	Sim	15	25			40
1114	Mateus Luiz Gonçalves Caldas	09/06/1996	Sim	15	25			40
1135	Matheus Bonzanini	24/08/1983	Sim	15	25	25		65
1099	Mathias Mesquita Ramos	08/05/1999	Sim	15				15
1080	Mayara Costa Carneiro Ramos	21/08/1994	Sim	15			35	50
1167	Mayara Valério Alves Felix	01/01/2000	Sim	15				15
1081	Michelle Mantovani Penteado	19/09/1971	Sim	15	25			40
1210	Mychelle Silva dos Santos	09/12/1971	Sim	15	25			40
1151	Mylena Norberto Santos	12/02/1995	Sim	15				15
1097	Natália Alves Almeida Mendes	14/03/1998	Sim	15				15
1169	NAYARA ALYNE SAKAMOTO	03/07/1997	Sim	15				15
1107	NAYARA SCHUG DA SILVEIRA	19/06/2002	Sim	15				15
1180	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	Sim	15	25	25	35	100
1153	Pablo Bonan	29/07/1990	Sim	15	25	25		65
1196	PABLO HERRANZ DE SOUZa	12/06/1999	Sim	15				15
1068	PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA	10/01/1971	Sim	15	25	25		65
1139	Paulo Victor Moura Rodrigues	27/03/2001	Sim	15				15
1152	Paulo Vitor Leal Pereira	14/01/1998	Sim	15				15
1168	Pedro Henrique de Oliveira da Silva	22/05/2001	Sim	15				15
1132	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	Sim	15	25	25		65
1096	Pedro Henrique Dias Cabral	22/05/1994	Sim	15				15
1122	POLYANA BARBOSA DA SILVA	30/08/2000	Sim	15				15
1149	Rafael Leal Alves	18/06/1976	Sim	15	25			40
1089	Raquel Teston Furlan	05/05/1998	Sim	15				15
1159	Rayssa Cristina Souza	17/05/1998	Sim	15				15
1108	Ricardo Castilho de Souza	02/03/1988	Sim	15	25			40
1105	Rowersan Cabral Silva	19/07/1998	Sim	15	25			40
1131	RUI HENRIQUE DE CESARO	13/05/1989	Sim	15	25			40

1116	Samara Berenice Girón López	24/09/1998	Sim					0
1086	sandrely regina regina lombas	14/08/1977	Sim	15	25			40
1145	Stefany Colver Barbosa	20/06/1998	Sim	15				15
1177	SUSANE GAUTO GONCEBATT	31/01/1982	Sim	15	25			40
1198	TAINÁ TONIOLO	22/09/1997	Sim	15				15
1201	Taison Pereira Mendes	01/06/2000	Sim	15				15
1113	Thauan Patrick Simião Amaral	17/03/2001	Sim	15				15
1157	Thiago de Melo Bordoni	29/11/1990	Sim	15				15
1073	VANESSA ALVES DE LIMA SUKSTORF	19/11/1978	Sim	15	25			40
1127	Victor Eduardo Taques Posselt	23/06/1994	Sim	15				15
1192	Victoria Carolina Pereira França	31/05/2000	Sim	15				15
1163	Victoria Mendes Janzen	23/01/1997	Sim	15	25			40
1156	Victoria Signori	07/07/2000	Sim	15	25	25		65
1103	Vitória Guimarães Silva	19/07/2000	Sim	15				15
1115	WASHINGTON HENAN DE SOUSA SAMPAIO	30/04/1984	Sim	15	25	25		65
1076	Yan Cerezuela	13/05/1999	Sim	15				15

CARGO: MOTORISTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (30 pontos)	Título 2 (30 pontos)	Título 3 (40 pontos)	Total	
1242	ALDEMIR KAPP	06/09/1980	Sim	30	30		60	
1248	Alessandro Santos Pereira	18/01/1991	Sim	30	30		60	
1220	Aline Hartmann de Paula	22/05/1993	Sim	30	30		60	
1240	Almir Rogério dos Santos	06/02/1987	Sim	30	30		60	
1212	Anderson Braz da Silva	30/08/1990	Sim	30	30		60	
1213	Antônio Marcos Furlan	31/12/1973	Sim				0	
1221	Claudecir de Jesus Teixeira Junior	01/03/2002	Sim				0	
1224	Claudio Chelski	15/10/1976	Sim	30	30	40	100	
1235	Divonei Vidal	04/03/1975	Sim	30	30	40	100	
1227	Ederson do Nascimento	30/12/1985	Sim	30	30		60	
1218	Eliel Staski Ferreira	20/07/1991	Sim	30	30		60	
1222	EMANUELLY SALAMUCHA	05/12/1996	Sim			40	40	
1236	Fabio Alves de Gouvea	27/04/1976	Sim	30	30	40	100	
1249	Gabrielle Cristina Ferreira	05/04/2000	Sim	30	30	40	100	
1247	Gilson Borcoski	27/05/1971	Sim	30	30	40	100	
1223	Givanildo cavalheiro	09/06/1988	Sim		30		30	
1217	Halisson Rodrigo leal	08/12/1980	Sim	30	30		60	
1231	ivonel pancheski gomes	05/12/1978	Sim	30	30	40	100	
1232	Jaqueline Saides	27/02/1983	Sim	30	30		60	
1225	JOSE VILMAR STANSKI	14/06/1970	Sim	30	30		60	
1245	KLEBER LUIZ SCHOPCHAKI	12/01/1981	Sim				0	
1244	Laudevir José Rocha Junior	12/08/1986	Sim	30	30		60	
1226	LILIAM SCHUHLI	05/08/1981	Sim	30	30		60	
1228	Luis Fernando Scepanski	09/05/1992	Sim				0	
1214	Marcelo Machado Coelho	26/11/1988	Sim				0	
1215	MARCIO PINTO DE ARAUJO	18/08/1979	Sim				0	
1233	Marcos Aurélio stall	16/11/1966	Sim	30	30	40	100	
1239	Miguel Pereira taques	12/06/1979	Sim	30	30		60	
1219	Noeli Bezerra da Silva	19/10/1969	Sim	30	30	40	100	
1243	Rafael Covalski	24/08/1999	Sim	30	30	40	100	
1229	RAUL SA DE OLIVEIRA	02/01/1982	Sim		30		30	
1246	Renan Carvalho Pereira	13/12/1996	Sim		30		30	
1237	Renãn Junior Ritter Perreira	30/12/1995	Sim	30	30		60	
1230	Sebastião de Souza Ramos Neto	26/06/1995	Sim	30	30		60	
1241	Tiago Martins do Rosario	15/01/1989	Sim	30	30	40	100	
1234	Valdecir das Dores Rosa	20/08/1989	Sim	30	30		60	
1216	Willian Eduardo da Silva	22/09/1993	Sim		30		30	
1238	Willian Filadelfo Rodrigues	13/09/1989	Sim	30	30		60	

CARGO: NUTRICIONISTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1292	Alex Alves Ferreira	24/07/1979	Sim	15	25			40
1278	Alice de Araújo Torres	16/12/1998	Sim	15	25			40
1258	Ana Paula Becker de Araújo Fernandes	05/05/1975	Sim	15	25			40
1275	Angela Maria Henrique Faustin	08/08/1981	Sim	15	25			40
1253	Carla Janaina Hanneck	22/07/1996	Sim	15	25	25		65
1262	Carmen Noêmia Gassner	19/09/1956	Sim	15	25	25		65
1289	Cláudia Francine Machado Canova	29/03/1977	Sim	15				15
1269	Cleide de Aguiar wutke	16/04/1970	Sim	15	25			40
1288	CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	21/02/1990	Sim	15	25			40
1281	DANIELY NETTO BENITES	25/05/1992	Sim	15	25			40
1286	Diego Luiz Teixeira	21/12/1992	Sim	15	25	25		65
1279	Eduarda Corá Becher	07/09/2003	Sim	15				15
1293	Emmanuelle Schuebel	27/06/1998	Sim		25			25
1294	Erica Fernanda Grzybowski	09/02/2001	Sim	15	25			40
1259	Francieli amaral lazaretti	24/08/1991	Sim		25			25
1272	FRANCINE SCHUHLI	07/11/1990	Sim					0
1265	Gabriel Almeida Pfeiffer	03/11/1984	Sim	15	25			40
1273	Gabrielle Tauane Bordinhão	05/11/2004	Sim					0
1291	GENILSE RODRIGUES VELOSO	27/12/1996	Sim		25			25
1287	Isabella Fantin Marcos Abreu	24/08/2001	Sim	15	25			40
1271	Isabely de Souza	29/12/1994	Sim	15	25			40
1252	Janaine Cecilia Anhaia Fernandes	11/04/1994	Sim					0
1263	JOSEANE PEREIRA	24/09/1981	Sim	15	25		35	75
1254	Katia Kichiro de Aquino	18/12/1980	Sim		25			25
1282	Laíne Casagrande	29/07/1998	Sim	15	25			40
1284	Lais Morais Leli	01/02/1999	Sim	15	25			40
1295	Marcia Talasesco Soares	18/01/1974	Sim	15	25			40
1296	MARIA IVONE DOS SANTOS	29/10/1964	Sim	15	25			40
1277	Mariane Alexsandra Carneiro Paciesny Sumi	20/01/1998	Sim	15	25			40
1268	marília amália de macedo	25/10/2001	Sim	15	25			40
1267	Matheus Cordeiro Gadowski	10/09/2004	Sim	15	25			40
1264	Matheus Eduardo Portela Soares	09/02/1999	Sim	15				15
1260	Nicole Pinto Silva	23/04/2001	Sim	15				15
1266	ORNELLA MONIQUE PEREIRA FERRI	23/07/1988	Sim	15	25		35	75
1250	PATRICIA SLUSARZ	26/12/2003	Sim		25			25
1255	RAFAELA IANIK	29/06/1982	Sim	15	25			40
1256	Raquel Alves de Almeida Pedro	01/04/1986	Sim	15				15
1280	Renata Holzmann Parrino	26/10/1994	Sim					0
1251	Sheila Silmara Zampieri	27/12/1976	Sim	15	25			40
1283	Simone Salomão Jezzini dos Santos	21/10/1976	Sim	15	25		35	75
1261	Sirlene da Aparecida de Souza	01/11/1989	Sim	15	25			40
1285	Thais Oliveira	04/08/1993	Sim	15	25		35	75
1270	Vinicius Mauricio Pedrosa Mendes	24/11/1999	Sim	15				15
1274	VIVIANA de Paula Gandin	10/07/1987	Sim	15	25			40
1276	Walkyria Beghe Colaço	17/08/1995	Sim	15	25			40

CARGO: PISCÓLOGO

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
4	ALEX COSTA JARETA	09/07/1983	Sim		25			25
39	Alexandre Reif Junior	26/09/1951	Sim	15	25			40
40	Aline Aparecida Gonçalves	20/08/1998	Sim	15	25			40
36	Aline Cogo Grzebielucka	19/02/1992	Sim	15		25		40
58	Amanda Lazzaroto	27/01/2002	Sim	15				15
66	Ana Clara Bet Flores	25/04/2002	Sim	15				15
23	Ana Paula Amaral	21/06/1975	Sim	15				15
16	ANA PAULA REGGIANI	24/01/1983	Sim	15	25			40
50	André Luiz Santos Batista	31/01/2000	Sim	15				15

7	Augusto Ferreira de Moraes	24/12/2001	Sim	15				15
13	BRENO GABRIEL FERREIRA FAGUNDES	07/05/1994	Sim	15	25			40
3	Brunna de Souza Nascimento	16/10/1994	Sim	15	25			40
24	Bruno Levis Andrade	15/12/1997	Sim	15	25			40
15	Cleidison Pacheco da Silva	19/12/1979	Sim	15	25			40
26	Cleiva Alves Resende	18/12/1972	Sim	15	25			40
18	Cleunice da rocha	28/02/1970	Sim	15	25			40
56	DIEGO APARECIDO DE GASPERI ALVES	26/06/1986	Sim	15	25	25		65
69	Dorothee Elisabeth Warkentin Pauls	27/12/1988	Sim	15				15
10	edson fabricio ribeiro martins	03/07/1988	Sim		25			25
17	Eleonara Borges de Goes	06/06/1997	Sim	15	25			40
34	Eliana dos Santos Schefer	13/09/1999	Sim	15	25			40
21	Elisangela bigonha de araujo	03/01/1977	Sim	15	25			40
6	Erica Karoline Seixas da Silva	23/09/2003	Sim	15				15
42	ESTEFÂNIA CORREA BORELA	29/11/1993	Sim		25	25		50
2	Fernando Luis Rocha	21/05/1989	Sim	15	25			40
35	Flávia Blondine Correia Nunes	13/08/1999	Sim		25			25
37	Gabriela dos Santos de Miranda	23/06/1995	Sim	15	25			40
25	Georgia Carolina da Conceição	19/04/1994	Sim	15	25			40
43	Gilmara dos Santos Martins	18/02/1972	Sim	15	25	25		65

46	Henrique Wagner	20/12/2004	Sim	15				15
60	INGRID STEFANI DE SOUZA FERREIRA	20/09/1996	Sim	15	25			40
63	Isabella de Moraes Lopes	30/04/2003	Sim	15	25			40
38	JESSICA KAROLINA RIBEIRO	11/04/1999	Sim	15				15
41	João Carlos Ribeiro da Silva	15/11/1997	Sim	15				15
61	JONATHAN FERREIRA PARAIZO	24/05/1993	Sim	15	25			40
51	Jorge Tiago Peixoto Costa	16/04/1987	Sim	15	25			40
55	JOSIANE SLOMPO DE LIMA	18/09/1991	Sim	15	25			40
33	Joyce Mossmann Oliveira	27/10/1988	Sim	15	25	25		65
5	Juliana Martins	08/06/2000	Sim	15		25		40
44	Kirsilane Aguiar Falcão	23/04/1974	Sim	15	25			40
30	Larissa Ascanio	20/09/1998	Sim	15	25			40
20	LIVIA REGINA DA SILVA PEREIRA	08/09/1992	Sim	15	25			40
12	Luana Garcia	02/04/2003	Sim					0
1	Lucas Pinheiro da Silva	26/07/1994	Sim	15	25			40
19	Lucelia oliveira	24/07/1980	Sim	15	25			40
48	LUCIANA MANUEL DOS SANTOS	24/04/1974	Sim	15	25	25		65
52	Luisa Fernanda Postingher	14/11/2003	Sim	15				15
57	Maria cecília simon	06/04/2002	Sim	15				15
22	Mariana Cavalcante Trauczynski	28/02/1986	Sim	15	25			40
54	Mayara Ferreira Mendes	06/08/1994	Sim				35	35
9	Maykon William Xavier do Prado	08/08/1993	Sim	15	25			40
59	Monica Schastai de Assis Sampaio	30/09/1974	Sim	15	25			40
70	Narjana Cristina Maceno	18/03/1993	Sim	15				15
27	Pamela Thiere Soares de Matos	01/09/1988	Sim	15	25			40
68	Paula Cristina França Menegusso	21/08/1995	Sim	15	25			40
31	Paula Menegusso	21/08/1995	Sim	15	25			40
45	Raianne Lenise do Nascimento Chagas	11/10/1995	Sim	15	25			40
49	Raíssa Silvestre Plantes	24/12/1989	Sim	15	25			40
64	RAYSSA CRISTINA MODESTO DA ROCHA	01/10/1997	Sim	15	25		35	75
29	Rodrigo Alexander Anacleto	03/03/1981	Sim	15				15
32	Sabrina Rocha	24/11/2001	Sim	15	25			40
14	Samuel Rosa dos Santos	27/09/1988	Sim	15	25			40
8	SILMARA CORDEIRO KERNISKI	31/08/1993	Sim	15	25			40
53	Thaís Cabral Ribas	16/04/2003	Sim	15	25			40
62	Thaisa Gomes Brandt	31/12/1995	Sim	15	25			40
67	Vanessa de Lara	09/05/1997	Sim	15	25			40
47	VITORIA KORB CANEI	30/10/2003	Sim	15				15
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM								

INSCRIÇÃO	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1320	Adenilce do rocio dos santos pinto	15/03/1966	Sim					0
1343	ADRIANE DA APARECIDA CARDOSO	08/12/1988	Sim	15				15
1312	Adriane do Rocio De camargo	24/03/1978	Sim	15				15
1313	Amanda Santana	17/01/1986	Sim	15	35	25	25	100
1331	AMANDA SGODE DE LIME	21/05/1997	Sim	15				15
1340	Amauri Cesario de Souza	05/12/1979	Sim	15	35			50
1323	ANA MARIA DE LIMA ALVES DE GOES	29/10/1968	Sim	15	35			50
1338	Ana Paula Novacki	19/10/1985	Sim	15				15
1300	Camila Katheryne oliveira Scremin	14/07/1986	Sim	15				15
1330	Daiana tais leite	15/07/1998	Sim	15				15
1339	Daiane de goes da silva	15/08/1997	Sim	15		25		40
1302	Dariane Raquel Mendes	20/02/2004	Sim		35			35
1299	Denisson Paciesny	15/04/1995	Sim	15				15
1322	Edson Falarz Ferreira	17/10/1995	Sim	15	35			50
1304	ELISANGELA DE FÁTIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	Sim	15	35	25	25	100
1347	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	35			50
1327	Gisele Lara spunar	26/07/1983	Sim	15				15
1337	Grazielle Beatriz dos Passos Sequinel	05/06/1989	Sim	15	35			50
1301	GUILHERME KIRIAN	14/08/1985	Sim	15				15
1309	Helinton Rodrigues	23/02/1995	Sim	15				15
1310	Ilisiane rain	09/11/1988	Sim	15				15
1336	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	35	25		75
1345	Isabele Vieira Soares	07/06/2000	Sim	15				15
1318	Jane de Fátima Ribeiro do Vale	16/07/1969	Sim	15				15
1348	Janete Novak	31/03/1970	Sim	15	35			50
1307	Jaqueline ferreira dos santos	04/12/1989	Sim	15	35			50
1329	JENIFER CAMILA GOMES LOPES	25/08/2002	Sim	15				15
1311	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25	25	100
1335	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim	15				15
1342	Juliana de Cassia Ristow stricker	24/06/1978	Sim	15				15
1297	KAUANE HORST BECK VIEIRA	27/02/1999	Sim	15				15
1314	Kelly Cristina Dos Santos Vale	08/01/1989	Sim					0
1316	LEIDE DE LARA RAMOS	19/01/1975	Sim	15				15
1321	LILIAM SCHUHLI	05/08/1981	Sim	15				15
1346	LORION DIAS DE SOUZA	06/11/1989	Sim	15				15
1326	LUCIANA PAULA VIEIRA BARBOSA FERREIRA	29/06/1986	Sim	15				15
1303	Luciane Aparecida Portes	30/06/1969	Sim	15				15
1319	Luciane Gordia	03/07/1973	Sim	15				15
1350	Lucilaine Hartmann Leal	02/08/1998	Sim	15				15
1333	Luiz Henrique Da Paixao	30/07/1994	Sim	15	35			50
1328	Márcia Regina Fagundes Prins Stelle	02/06/1978	Sim	15	35	25	25	100
1306	Marco Antonio Joaquim Tencati	09/01/1972	Sim	15				15
1305	MICHELE KAUANA DE SOUZA	09/04/1999	Sim	15				15
1349	Priscila Aparecida Macedo	05/10/1990	Sim					0
1308	Rafael castorino de lima paz	13/06/1992	Sim	15				15
1341	Rafaela Fachini Rodrigues	10/03/1993	Sim	15	35			50
1315	Rosa Maria Vichineski	01/12/1974	Sim					0
1332	Rosangela Secon da Silva	30/11/1957	Sim	15				15
1344	roseli olinek	16/04/1992	Sim	15				15
1325	SIDENEIA APARECIDA MARQUES DE JESUS	03/05/1982	Sim	15				15
1317	Valdeci Brito	11/05/1973	Sim	15	35			50
1324	VANESSA APARECIDA MAZEICA	26/04/1985	Sim	15				15

CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1356	Antonina Cruchinski Pietrala	20/11/1976	Sim					0
1355	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25		75

1353	MARIA LURDES BETIM MELEK	28/06/1977	Sim	15				15
1352	Nilzete Da Luz Vichineski	17/03/1969	Sim					0
1351	Sandra Aparecida Vichineski	13/02/1973	Sim	15				15
1354	Silvana Delfrate Rodrigues	19/09/1971	Sim	15				15
CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
1357	Carla Ripka	09/08/1995	Sim	15				15
1359	Mariane Burei Mayer Pacholok	28/03/2000	Sim	15				15
1358	TAMINE NEFERTITE KARDUSH	28/07/1982	Sim	15				15

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:510D4374

